

MORADORES DE ENGENHO

Estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos
trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco,
segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais

Christine Paulette Yves Rufino Dabat

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Doutorado em História

MORADORES DE ENGENHO

Estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos
trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco,
segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais

Vol. I

Christine Paulette Yves Rufino Dabat

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em História.

Orientadora: **Prof^a Dr^a Maria do Socorro Ferraz Barbosa**

Recife

2003

Membros da banca examinadora:

Profa Dra Maria do Socorro Ferraz Barbosa

Prof. Dr. Marc Jay Hoffnagel

Prof. Dr. Jan Bitoun

Prof. Dr. Joaquim Correia Xavier de Andrade Neto

Prof. Dr. Lourival de Holanda Barros

Aos trabalhadores rurais, cuja coragem e perseverança nas lutas inspiraram esse trabalho.

Particularmente, em memória daqueles militantes que pagaram o preço supremo por seu engajamento em defesa dos trabalhadores.

A meus mestres: familiares, acadêmicos, intelectuais.

A meus avôs, pela inspiração e encorajamentos: Henri Dabat, que nos contava sua vida no campo e nas trincheiras; Alfred Velay, que prezava a academia.

A Espedito, Mathias e Isabelle.

SUMÁRIO

Agradecimentos	12
Resumo	14
Siglas e abreviaturas	15
INTRODUÇÃO	16

I. ELEMENTOS METODOLÓGICOS	31

I. 1. HISTÓRIA NOVA E HISTÓRIA ANTIGA	32
A história ‘vista de baixo’	37
O eurocentrismo historiográfico em questão	39
O ‘olhar de volta’	41
Memória e História	42
Análise de conteúdo, análise de discurso	44
I. 2. AS FONTES	46
Fontes escritas	46
Fontes orais	49
As entrevistas	53
I. 3. O PERÍODO	57

II. O CONTEXTO HISTÓRICO DA ‘MORADA’: CARACTERÍSTICAS DA ZONA DA MATA PERNAMBUCANA	58

II.1. O CENÁRIO	64
II.1.1. A ESTRUTURA FUNDIÁRIA	64
A situação recente: “ <i>uma estrutura agrária obsoleta, semi-feudal</i> ”	69
A ‘ <i>getização</i> ’ da terra: o minifúndio	71
O Cadastro do INCRA	72
II.1.2. A MONOCULTURA DA CANA-DE-AÇÚCAR	78
Açúcar: “ <i>O ópio de Pernambuco</i> ”	78
A ‘brecha camponesa’	82
II.2. OS PRINCIPAIS ATORES: OS MORADORES	83
Zona rica, população pobre: a região canavieira	83
As origens escravistas da ‘morada’	87
A difusão das relações de ‘morada’	89
O fim da ‘morada’	94
II.3. O CONTEXTO POLÍTICO	95
II. 3.1. O papel do Estado	95
A legislação trabalhista	96
Estatuto do Trabalhador Rural: “ <i>uma verdadeira complementação da lei que aboliu a escravidão em 1888.</i> ”	101
Sindicalização rural	103
O Acordo do Campo	107
A questão da Reforma Agrária	107
II. 3.2. Movimentos sociais no campo	109
As Ligas Camponesas: “ <i>Terra é pão. Pão é liberdade. E liberdade é paz</i> ”	111
O Partido Comunista e a questão camponesa	115
A Igreja católica e os STRs: “ <i>Nem comunismo, nem capitalismo</i> ”	116
O golpe militar	119

III. INTERPRETAÇÕES DA ‘MORADA’	124
III. 1. A VISÃO DA ‘MORADA’ NA OBRA DE JOSÉ LINS DO REGO E DE GILBERTO FREYRE	125
Construção e desconstrução	125
III. 1. 1. José Lins do Rego criador de um arquétipo	130
“O trovador trágico da província”	134
O Ciclo da cana-de-açúcar: : a ‘morada’ em trajes literários	145
As memórias do <i>Menino de Engenho</i> como <i>tableaux</i> benjaminianos descrevendo a ‘morada’: dos usos da literatura num discurso de classe	146
Alguns <i>tableaux</i> descrevendo a ‘morada’.	150
O Senhor de Engenho “ <i>implanta a ordem</i> ”.	150
Familiaridade entre patrões e empregados.	154
Os moradores: trabalho infantil	157
As trabalhadoras	160
Os trabalhadores	161
O eito	163
condições de vida dos moradores: “ <i>Não podia haver direito de pobre</i> ”.	165
Racismo clássico e/ou eugenismo científico?	168
Escravidismo revisitado	170
A decadência do patriarcado rural	173
“ <i>Uma injustiça terrível</i> ”	175
<i>Tableaux</i> esclarecedores ou <i>écrans</i> ?	177
III. 1. 2. AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA ZONA CANAVIEIRA SEGUNDO GILBERTO FREYRE	180
O “ <i>avanço civilizador da canna</i> ”	182
Meninos de engenho	182
“ <i>Refúgio da alma do Brasil</i> ”	185
A “ <i>mestiçagem santificada</i> ”	188
Eugenia x miscigenação: Nina Rodrigues x Gilberto Freyre?	191
O mito da democracia racial	195
Patriarcalismo e feudalismo: um “ <i>aristocratismo compensatório</i> ”?	197
Civilizações são como ostras: “ <i>doentes é que dão pérolas</i> ”	201
‘Negro’ ou ‘mestiço’, em vez de ‘trabalhador’: “ <i>um macacão eterno</i> ”	204
“ <i>Torcicolo ideológico</i> ”	209
O “ <i>imperialismo tentacular das usinas</i> ”	211
“ <i>Cruzada etnocêntrica em torno da ‘rêverie terrienne</i> ”	214
Ecos da ‘morada’	215
Efeitos de espelho	217
III.2. ENTENDIMENTOS MARXISTAS ACERCA DA ‘MORADA’	221
III. 2. 1. O EVOLUCIONISMO NA SUCESSÃO DOS MODOS DE PRODUÇÃO	222
2.1.1. História evolucionista: a ocidentalização do passado	224
A partição das Humanidades	225
A linha excludente	228
Periodização eurocentrada	229
2.1.2. Aspectos do pensamento marxista sobre a questão da periodização	231
O dever de colonização: “ <i>Manifest Destiny</i> ” em escala mundial	232
As etapas: “ <i>contrefaçon dogmatique</i> ”	234
O caráter itinerante da História Oficial	237
A transferência de conceitos	239
Modos de produção anteriores ao capitalismo nas sociedades não-européias	241

III. 2. 2. A TESE FEUDAL: O MORADOR COMO SERVO	244
2.2.1. Consulta à historiografia medievalista a respeito da opção feudal para definir a ‘morada’: “Que é o feudalismo?”	244
Marx e modo de produção feudal	248
2.2.2. O conceito de feudalismo ou modo de produção feudal aplicado fora da Europa: “uma casa de arrumação”	250
A título de ilustração: a historiografia marxista chinesa	253
2.2.3. A tese feudal no Brasil explicando a ‘morada’ e defendendo sua extinção	260
Breve marco histórico sobre a idéia ‘feudal’ na historiografia brasileira	261
O feudalismo colonial segundo Alberto Passos Guimarães	266
Incorporação do conceito de ‘plantage’ em Nelson Werneck Sodré	275
III. 2. 3. A ‘MORADA’ NA TESE CAPITALISTA COLONIAL MERCANTIL	278
2.3.1. A ‘morada’ no contexto da obra inovadora de Caio Prado Júnior	278
A proposta interpretativa de Caio Prado Júnior: a afirmação de sentido	279
Crítica da transferência do conceito de feudalismo à realidade brasileira	283
Recusa da tese feudal para o Brasil: nem pseudofeudalismo, nem semifeudalismo	287
Trabalhadores assalariados, em vez de camponeses	289
Latifúndio capitalista, eventualmente moderno	291
A questão da terra nos movimentos sociais no campo	294
2.3.2. O Antigo Sistema Colonial e a relação de ‘morada’	298
2.3.3. A ‘morada’ na “Área do sistema canavieiro”	305
<i>A Terra e o Homem do Nordeste, “um livro de luta”</i>	306
III. 2. 4. A ‘MORADA’ NA TESE DO ESCRAVISMO COLONIAL	310
2.4.1. A construção teórica de Jacob Gorender	310
2.4.2. “Uma sociedade, não um mero quintal da Europa”: o modo de produção escravista-colonial segundo Ciro Flamarion Santana Cardoso	319
2.4.3. A brecha camponesa	323
III. 2. 5. A ‘MORADA’ COMO ‘DÁDIVA’	328
III. 2. 6. A ‘MORADA’ REINTERPRETADA NO CONTEXTO DA ECONOMIA-MUNDO	339
2.6.1. A obra de Immanuel Wallerstein: o conceito de economia-mundo	340
<i>“Por que Portugal (...) Por que não a China?”</i>	342
Modos diversos de exploração capitalista da força de trabalho	343
2.6.2. Relações de trabalho e produção de açúcar na obra de Sidney Mintz	345
<i>“Modernidade precoce”</i>	347
<i>“As plantações eram criaturas da Europa”</i>	349
Os ambientes: máquinas e urbanidade	352
O engenho: <i>“fábrica no campo”</i>	353
<i>“Comer açúcar como um rei”</i>	355
<i>“Era o escravo de plantação um proletário?”</i>	358
A questão da liberdade: <i>“esse doce erro”</i>	362
Brecha camponesa e protocampesinato	369
Uma questão de <i>“construção mental”</i>	374
IV. A ‘MORADA’ NA EXPERIÊNCIA DOS MORADORES	378
A Lei do silêncio	380
IV. 1. CONDIÇÕES DE VIDA DOS TRABALHADORES RURAIS NA ÉPOCA DA ‘MORADA’	383

IV. 1. 1. MEMÓRIAS DE INFÂNCIA NOS CANAVIAIS	384
A precocidade da inserção profissional	385
<i>“Trabalhava todo mundo”</i>	386
Trabalho em família	387
Tarefas para as crianças	390
Remuneração	391
Questão de gênero	393
Trabalho na roça	395
Dureza do trabalho	396
Saúde	397
Acesso à Escola	399
O desejo de estudar	401
Violência patronal	403
IV. 1. 2. ALIMENTAÇÃO	404
Origem dos alimentos	410
<i>“A gente nunca tivemos liberdade de comer, não.”</i>	411
Fome	412
O salário: <i>“Era só pra alimentar o corpo, pra trazer o corpo em pé! Mas que desse pra viver, não dava”</i>	416
Truques para enganar a fome	416
Frequência e composição das refeições: <i>“Papa d’água com farinha”</i>	417
<i>“Arroz, só no tempo de festa”</i>	420
<i>“Quem não tinha terra passava necessidade”</i>	420
<i>“Mas a gente não morria de fome, porque do rio trazia a comida.”</i>	423
Caça e pesca como fonte de proteínas	426
Pesca e caça como diversão	427
Proibições	427
O barracão	428
IV. 1. 3. SAÚDE	430
<i>“Se fosse isso pela usina! Tinha morrido, já tinha morrido!”</i>	435
Acidentes de trabalho	436
Numa emergência: <i>“Só Deus!” “Era Jesus, mais inteligência.”</i>	438
As parteiras: <i>“No engenho, as mulheres dos moradores faziam os partos”</i>	439
O pagamento: <i>“Era por conta da gente mesmo”</i>	442
<i>«Morreu de parto». Só era o que se via. «Morreu de parto, morreu de parto.»</i>	443
<i>“Depois veio hospital, e aí acabou-se, não morreu mais ninguém.”</i>	444
<i>“Era em carro de boi, na rede. No espinhaço dos outros. Era meio difícil.”</i>	444
<i>“O médico da gente era do mato; remédio do mato: quem não morresse ficava bom!”</i>	445
Mortalidade	448
<i>“Assistência?! Qual? Qual é a assistência? Hoje tem tudo. Tinha nada, homem!”</i>	448
<i>“Ia pra usina”</i>	450
O mito da gratuidade: ‘Ajuda’ financeira dos patrões	451
<i>“Por ordem do patrão”</i>	452
Hospital: <i>“Só no Recife!”</i>	453
IV. 1. 4. A MORADIA E O VESTUÁRIO	456
1.4.1. A moradia	456
Localização: Arruado vs sítio	457
<i>“Casa fraca”</i>	459
Responsabilidade pela construção e manutenção da casa	459
Os materiais	462
A cobertura	463
<i>“Higiene”</i>	466
Instalações sanitárias	467
Móveis	469
Os perigos de morar no engenho: razão de contenda e represálias	475

1.4.2. O vestuário	476
Fazendas disponíveis	477
A falta de roupa	480
Roupa rasgada, remendada	481
Orgulho em andar com roupas não remendadas	482
Troca de roupa	482
“Camisa de mijão”, “camisão”, “gibão”	482
Comprava/não comprava	485
O papel dos empregadores	485
IV. 1. 5. RELIGIÃO E LAZER	488
1.5.1. A liberdade de religião	488
1.5.2. As festas	491
IV. 2. CONDIÇÕES DE TRABALHO	495
IV. 2. 1. ORGANIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E REMUNERAÇÃO DO TRABALHO	495
2.1.1. As relações com o patronato	495
Contrato: “O acordo era trabalhar.” “Não tinha contrato de nada”	496
O desemprego	499
2.1.2. Organização do trabalho	499
Os instrumentos de trabalho	500
As tarefas	501
O tamanho das tarefas: “a conta não tinha limite”	504
“Cem braça e sem choro”	505
Tarefa grande demais	507
Roubo na medida e no peso	507
Jornada de trabalho: “Ele dizia: «Boa tarde!»”	509
Trabalho noturno	509
Trabalho “forçado”	511
Semana de trabalho	512
IV. 2. 2. REMUNERAÇÃO DO TRABALHO	513
2.2.1. Determinação do valor do salário: “não tinha salário”	516
O salário “era de graça”	517
Poder aquisitivo do salário	518
Pagamento por diária ou por tarefa	519
2.2.2. Modalidades de pagamento	520
Dia de pagamento	520
Local de pagamento: o ‘barracão’	520
“Coisa de barracão: coisa sem fim, qualquer coisa que sempre aumenta”	520
Salário em espécies: “Dava vale.”	522
No barracão: “a continha de passar o dia comendo”	524
IV. 2. 3. A ‘BRECHA CAMPONESA’	527
2.3.1. Acesso à terra	527
Posse e não propriedade	528
Direitos vs obrigações	529
Condição	530
Função da terra para plantar	531
“Todo mundo tinha sítio” vs “Não todo mundo”; “Não tinha sítio, tinha não.”	532
A terra como favor	534
2.3.2. Produção alimentícia familiar no contexto da plantação	536
Trabalho no sítio/roçado	540
“Do roçado, quem cuidava era a família mesmo.”	542

2.3.3. As produções	544
“Só não plantava pedra porque não nasce! Mas o resto...”	545
Proibições	546
Plantando	547
Conhecimentos agrícolas	548
“Plantava tudo”	548
“Criava só para comer”	549
“O que as posses dessem para criar, se criava.”	551
Destino da produção: “Comia tudo.”	552
Comia e vendia: “Vendia; era liberto.”	553
IV. 2.4. PRECARIIDADE DA RELAÇÃO EMPREGATÍCIA	555
Mudança de engenho: “Olha, eles sempre botava pra fora e pra dentro.”	556
Expulsão	559
Os agentes da expulsão	562
Periodização das expulsões	562
Recursos	565
IV. 3. VIOLÊNCIA E CIDADANIA	566
IV. 3. 1. VIOLÊNCIA PATRONAL	567
A violência patronal como fator econômico	569
A violência patronal como dissuasão de lutar: “Os direitos eram perigosos.”	574
“Antes desses direitos, o direito era pau”	575
Os agentes da violência patronal	578
Recompensas e privilégios	580
A impunidade como motor	581
Resistências	583
IV. 3. 2. O PAPEL DO ESTADO	584
Os direitos políticos: os documentos	586
Direito de ir e vir	587
Liberdade de expressão, de reunião e eleições: “Ninguém era doido...”	588
IV. 3. 3. LUTAS: LIGAS, SINDICATOS, GOVERNO ARRAES E REGIME MILITAR	589
“Era preso. Era que nem uma escravidão”	591
“Agora, quando foi de 62, depois que Arraes entrou, foi que a gente teve essa liberdade. Fomos... forro outra vez.”	593
“Depois pegou aparecer salário, né? Pegou aparecer limite de trabalho, né?”	598
“Depois do salário pra cá [começou a mudar]. Sessenta e três, sim senhor. Pra cá, mas pra trás o negócio dava desgosto. Dava desgosto da vida.”	600
Ligas Camponesas e Sindicatos de Trabalhadores Rurais	503
O golpe de 64 e a repressão: “Voltou quase pra o que era!”	609
“Se não fosse o sindicato...”	612
“Nem natural, nem tradicional”: o recurso às Juntas de Conciliação e Julgamento	618
A GUIA DE CONCLUSÃO: FATORES E SENTIDO DAS MUDANÇAS	623
Memória	623
“Naquele tempo, não tinha nada!”	624
Os direitos	624
O fascínio da cidade	626
Não tinha desemprego	626
“Nunca teve tempo bom”	627
A idéia de Reforma Agrária: “Quando o pobre ganha terra, são sete palmos”	628
“Ah! Gostaria... Esse é meu sonho. Ter terra.”	630
“Tudo menos canavieiro!”	630

FONTES	630
1. FONTES ORAIS	635
Roteiro de entrevista	637
2. FONTES ESCRITAS	639
Fundos de Arquivo consultados	640
Jornais consultados	646
2. BIBLIOGRAFIA	647
3. ANEXOS	682

AGRADECIMENTOS

Ao Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Pernambuco, FETAPE e sindicatos, nas pessoas de seus membros, trabalhadores e trabalhadoras da zona canavieira, dirigentes sindicais e assessores, e demais pessoas entrevistadas que contribuíram com seus conhecimentos e seu tempo para o presente trabalho, mas também aceitaram com benevolência que o laço militante que nos unia deixasse lugar para uma relação obedecendo aos critérios acadêmicos, por mais estranhos a suas preocupações que sejam. Sua abertura de

espírito, aliada à confiança da qual me honraram, só fez aumentar minha responsabilidade disciplinar, sem diminuir em nada minha gratidão e admiração.

À Professora Maria do Socorro Ferraz Barbosa, que aceitou graciosamente uma incumbência difícil com perícia acadêmica e conhecimento pessoal do assunto, guiando o presente trabalho até sua conclusão, com uma firmeza cheia de compreensão.

Ao Professor Laurent Monnier, que concordou em apoiar e orientar os primeiros passos deste trabalho com mais generosidade intelectual, encorajamentos amigos e paciência do que devia.

Ao Professor Sidney W. Mintz, involuntário farol intelectual de uma jornada acadêmica em forma de labirinto.

Aos colegas do Departamento de História e do Mestrado em Geografia da UFPE que me acolheram com igual compreensão e magnanimidade; que se sintam todos contemplados nas pessoas de dois entre eles: Jan Bitoun, pela ousada confiança intelectual com a qual me gratificou reiteradamente; e Carlos Miranda com generosidade impar ao compartilhar interesses, descobertas e empreendimentos acadêmicos.

Ao Professor Manuel Correia de Andrade, assim como aos Colegas e Professores Jacqueline Pernet Grandjean, Joaquim Correia de Andrade, Sandra Maria Correia de Andrade (*in memoriam*), Marc Jay Hoffnagel e Lourival Holanda, que, ao longo de muitos anos, compartilharam comigo seus interesses e conhecimentos, alimentando minhas inquietudes acadêmicas sobre a zona canavieira de Pernambuco e o Nordeste.

A Edvânia Torres Aguiar Gomes que acompanhou e incentivou, com incansáveis força, carinho e generosidade, a realização deste trabalho entremeada de momentos reflexivos e didáticos comuns.

A Ana Dourado, Elise Jasmin Grunspan, Gina Porter, Isabelle Schulte-Tenckhoff, Marie Anderführen, Teresa Wanderley, Tom Rogers pelo exemplo e as incessantes trocas intelectuais que enriquecem a amizade.

A meus amigos, particularmente Caroline Jeanprêtre (*in memoriam*), Claire e Jacques François, e Barbara Kramer, pelo apoio multifacetado e inabalável confiança.

Aos que fazem o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, o Arquivo Público do Estado de Pernambuco, o Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, o CEHIBRA da Fundação Joaquim Nabuco e o INCRA, assim como a Biblioteca Setorial do CFCH pela oportunidade de consultar arquivos e publicações.

Aos colegas de estudo e aprendizagem no Programa de Pós-graduação em História da UFPE, bem como aos professores e funcionários do mesmo.

A meus alunos, sobretudo aqueles que participaram de trechos dessa longa caminhada, entre eles os estagiários das diversas pesquisas sobre a zona canavieira das quais participei (entre outras, em convênio FETAPE/SUDENE/Mestrado de Geografia da UFPE, e no quadro do Instituto de Estudos do Desenvolvimento da Universidade de Genebra). O árduo trabalho de compilação dos dados e as discussões em volta das leituras essenciais sobre o assunto, me providenciaram com a base inicial de conhecimento para empreender o presente trabalho e estudar com maior profundidade uma realidade tão estranha a minha experiência; que se sintam todos contemplados nas pessoas de Caio Maciel e Maciel Carneiro (hoje colegas) e Elaine Cunha. A João e Dalvanice Farias pela contribuição na preparação das entrevistas.

À minha família, enfim, garantindo sempre o paciente estímulo e apoio necessários a tão absorvente empreitada cuja realização teria sido impossível sem a inspiração e os encorajamentos que me concederam com grande constância e generosidade. Particularmente a meu esposo e companheiro, Espedito Rufino de Araújo, assessor do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, com quem colaborei na realização de várias pesquisas sobre as relações de trabalho na zona canavieira. Desde que a Anistia permitiu a volta/chegada ao Brasil, nossa vida profissional e familiar foi permeada pela convivência com a luta dos trabalhadores rurais que inspirou a escolha da temática do presente trabalho.

Embora todas as pessoas acima mencionadas (e muitas outras cuja lista seria longa demais, mas que devem se sentir contempladas com minha gratidão) tenham ajudado de forma, muitas vezes, crucial para a realização do presente trabalho e os méritos que ele possa ter fossem resultado de sua contribuição, no entanto, as falhas, erros, imprecisões e limitações que ele comporta são, obviamente, apenas de minha responsabilidade.

RESUMO

Após a escravidão, a mão-de-obra rural empregada nos canaviais de Pernambuco foi maciçamente submetida ao estatuto de morador de engenho. O período da ‘morada’ foi consolidado, como elemento da memória coletiva da região, por grandes obras literárias que lhe deram um verniz de benevolência patronal. Diversas interpretações historiográficas, particularmente marxistas, atribuíram ao conceito de ‘morada’ um papel comprobatório na explicação da história do Brasil segundo o evolucionismo cultural. Propõe-se aqui confrontar essas versões do passado recente da região com as lembranças dos próprios moradores de engenho, expondo sua experiência e opinião a respeito.

Abstracts

After slavery, rural workers employed in the sugar cane fields of Pernambuco were submitted to the condition of “morador de engenho”- resident on the plantations. This “morada” period was consolidated as an element of regional collective memory through important literary works, which lent plantation owners an aura of benevolence towards their workers. Various historiographical interpretations, especially Marxist ones, gave the “morada” concept a decisive role in the cultural evolutionist vision of Brazilian History. These versions of recent regional past will be contrasted to plantation workers’ memories and opinions.

Résumé

Après l’esclavage, la main d’oeuvre rurale occupée dans les cannaies du Pernambouc fut soumise en masse au statut de ‘morador de engenho’, c’est-à-dire travailleur résident. La période de la ‘morada’ fut affirmée comme élément de mémoire collective de la région, par l’intermédiaire de grandes oeuvres littéraires qui lui attribuèrent une réputation de bienveillance patronale. Des interprétations historiques, particulièrement marxistes, lui confèrent, par ailleurs, un rôle déterminant dans la vision évolutionniste de l’histoire du Brésil. Ces versions de du passé récent de la région sont ici confrontées aux souvenirs et opinions des propres travailleurs.

Palavras-chave: TRABALHADORES RURAIS
RELAÇÕES DE TRABALHO
CANA-DE-AÇÚCAR
ZONA DA MATA

SIGLAS E ABREVIATURAS

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COMINTERN – Terceira Internacional Comunista
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
DP – *Diário de Pernambuco*, Recife.
DRT – Delegacia Regional do Trabalho
ELC – Estatuto da Lavoura Canavieira
ETR – Estatuto do Trabalhador Rural
ET – Estatuto da Terra
FETAPE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco
FTRP – Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco (primeiro nome da FETAPE)
FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco
GERAN - Grupo Especial para a Racionalização da Agroindústria Açucareira do Nordeste
IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool
IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (criado pelo ET, substituiu a SUPRA)
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional De Reforma Agrária
INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros
JC - *Jornal do Comércio*, Recife.
JCJ – Junta de Conciliação e Julgamento.
LC – Liga Camponesa
MEB – Movimento de Educação de Base
MSTR – Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCC – Partido Comunista Chinês
PRORURAL – Programa de Assistência ao Trabalhador Rural
SAR – Serviço de Assistência Rural (RN)
SAPPP – Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco.
SM – Salário Mínimo
SORPE – Serviço de Orientação Rural de Pernambuco
SSP – Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.
ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil.

INTRODUÇÃO

“O passado é um dado que não poderá mais ser modificado. Mas o conhecimento do passado é uma coisa que está em progresso, que se transforma e aperfeiçoa constantemente.”

Marc Bloch¹

“[O] Brasil é um dom do açúcar”,² segundo a feliz expressão de Caio Prado Júnior descrevendo seu destino nos primórdios da colonização portuguesa. A crescente demanda por açúcar nos mercados mundiais³ provocou, ao longo dos séculos, o avanço “civilizador”⁴ dos canaviais na Zona da Mata de um modo - para não dizer segundo um modelo - cujos traços exibiram fortes permanências. Entre as mais notáveis está a sujeição de grandes contingentes de mão-de-obra rural a condições particularmente brutais de exploração.

Nesse contexto, situa-se o assunto do presente trabalho: o estudo de um dos episódios identificado como singular na evolução das relações de trabalho no campo. Após a escravidão, a mão-de-obra rural empregada nos canaviais foi maciçamente submetida ao estatuto de morador de engenho. O principal objetivo das páginas a seguir é de examinar o conceito de ‘morada’ à luz de grandes obras literárias que são responsáveis pelo seu perfil habitual, na construção de uma suposta ‘memória coletiva’; de correntes historiográficas, particularmente marxistas, que lhe atribuíram uma função dentro do evolucionismo cultural; mas também confrontar essas versões da história com as lembranças dos próprios moradores de engenho, isto é, a experiência e a opinião dos trabalhadores rurais que viveram a ‘morada’.

A abordagem do tema se desdobra dentro de uma corrente historiográfica que questiona os parâmetros eurocêtricos do conhecimento nas Ciências Humanas. A ambição do estudo consiste, ao registrar o ponto de vista dos canavieiros a respeito de seu próprio passado, afirmar sua capacidade de conferir historicidade; isto é, reconhecer essa competência a uma classe a quem isso foi sempre negado, em virtude de uma localização dita “periférica” e de uma posição subalterna na sociedade brasileira. .

As permanências como traço predominante na zona canavieira de Pernambuco

A história da Zona da Mata oferece um desafio para a disciplina histórica, focalizada na apreensão da mudança, pois ela se distingue por ser uma “[h]istória de persistência em vez de

¹ *Apologie pour l'histoire, ou le métier d'historien*, Paris: Armand Colin, 1964, p. 22.

² PRADO Júnior. Caio. *Formação do Brasil contemporâneo (Colônia)*. São Paulo: Brasiliense, 1976, p. 144.

³ Na medida da transformação deste produto de luxo em bem de primeira necessidade, o consumo mundial passou de 250.000 toneladas em 1800, a 3,8 milhões em 1880, 30 milhões no fim da Segunda Guerra Mundial e em torno de 100 milhões em 1985. MINTZ, Sidney W. “O Poder do Doce e a Doçura do Poder”. In: MINTZ, Sidney. *O poder amargo do açúcar. Produtores escravizados, consumidores proletarizados*. Org. e trad. Christine Rufino Dabat. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2003, p. 89-116.

⁴ A expressão é de Gilberto Freyre. *Nordeste. Aspectos da Influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil*. [1936] Rio de Janeiro: José Olympio, 3ª ed. 1961, p. 25.

mudança”, segundo Schwartz.⁵ Entre as características duráveis, o monopólio da terra nas mãos dos plantadores é dos mais notáveis. Negada aos trabalhadores, ela permaneceu o apanágio muito bem defendido da rede estreitamente tecida de grandes famílias de plantadores, os chamados ‘barões do açúcar’. A monocultura da cana, associada a essa configuração fundiária, adotou a forma da plantação - a chamada “*plantation*”.⁶ Este sistema de exploração da terra e da mão-de-obra, para o abastecimento de mercados longínquos, reunia, segundo Eric Williams, “*os piores traços do feudalismo e do capitalismo, sem nenhuma de suas virtudes.*”⁷

No decorrer de cinco séculos de existência, nenhuma comoção profunda foi capaz de alterar duravelmente as bases dessa sociedade tão desigual. A permanência predominou em todos os aspectos principais: a estrutura fundiária continua beneficiando as grandes famílias. Nenhuma reforma agrária redistribuiu o acesso ao principal meio de produção – a terra – destacando-se a longevidade plurissecular de um fenômeno, talvez sem par no mundo, um privilégio exorbitante mantido pela força bruta, inclusive estatal, numa continuidade dinástica dentro da classe dos proprietários. Pois nenhuma revolução social modificou radicalmente a composição das elites econômicas e políticas interrompendo suas linhagens. Nenhuma revolta popular vitoriosa sacudiu suficientemente as desigualdades consolidadas ao fio dos séculos, efetuando rupturas, senão perenes em termos econômicos, ao menos capazes de estremecer o edifício social e suas certezas culturais. Em vez disso, o continuismo ilustrou o que Peter Eisenberg chamou, com muita felicidade, de *Modernização sem Mudança*,⁸ a propósito do período que viu se generalizar a ‘morada’, com a abolição da escravidão, e a instalação das usinas. Pois, mesmo sob o ângulo das tão celebradas inovações tecnológicas e de seu impacto sobre a força de trabalho, a dinâmica entre mudança e permanência excluiu, com constância exemplar, os trabalhadores rurais.

O caráter notavelmente longo e estável da principal atividade econômica do Estado de Pernambuco⁹ e de sua organização em termos sociais podem ser ilustrados pelos dois momentos cruciais para a ‘morada’: o processo usineiro, no final do século XIX e na primeira metade do

⁵ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

⁶ Descrita por Sidney Mintz e Eric Wolf num texto clássico. “Fazendas e Plantações na Meso-América e nas Antilhas”. In: MINTZ, Sidney. *O poder amargo do açúcar. Produtores escravizados, consumidores proletarizados*. Op. cit., p. 143-194. Edição original: “Haciendas and Plantations in Middle America”. In: *Social and Economic Studies*, 6 (3) Sept. 1957, p. 380-412

⁷ WILLIAMS, Eric. *The Negro in the Caribbean*. Bronze Booklet. N°8, Washington DC: The Associates in Negro Folk Education, 1942, p.13, citado por S. W. Mintz, in *Sucre Blanc, Misère Noire*, op. cit., p.80.

⁸ A obra de Peter Eisenberg marcou notavelmente a concepção histórica do período. *Modernização sem mudança. A indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

⁹ É o que os membros da aristocracia açucareira gostam de enfatizar, particularmente nas suas reivindicações junto às autoridades públicas; o lema é constante há séculos e sua formulação notavelmente repetitiva. Este setor de atividade ocupa o maior contingente de empregados nos ramos primário e secundário em Pernambuco.

século XX, e o Proálcool a partir de 1975. Em ambos os casos, a modernização da produção industrial foi contemporânea de modificações nas relações do patronato com a força de trabalho. Instaladas graças a recursos públicos, as usinas substituíram os antigos engenhos-bangüês,¹⁰ concentrando a parte industrial da fabricação do açúcar. Seguindo a abolição da escravidão, essas transformações do parque industrial equivaleram a uma redistribuição das tarefas no seio da classe dominante entre usineiros, de um lado, e do outro, plantadores que passaram, a contragosto, para a categoria de simples fornecedores. Contrariamente ao que certos autores pretendem, as modificações sociais foram, portanto, de alcance limitado, exceto para os plantadores. A condição dos trabalhadores rurais, no mesmo período, foi identificada como pertencente à relação distinta, dita de ‘morada’: arrolada no número das

*“formas arcaicas e pré-capitalistas de extração do sobretrabalho, como a renda-produto, ou a renda-trabalho, ou ainda o assalariamento não-monetário (por exemplo, em grande parte dos engenhos nordestinos o ‘vale’ no ‘barracão’, substituía a moeda), as relações sociais entre o agregado e o proprietário aparecem, ao nível da consciência dos dominados, de maneira difusa e opaca e quase sempre mediadas por relações diretas e pessoais, envolvendo todo um sistema de regras de obrigações e lealdade devidas por parte do agregado (...) até uma rede de apadrinhamento e proteção que reforça um estilo de dominação e autoridade de caráter tradicional.”*¹¹

Essa convergência hipotética de destinos foi construída numa certeza literária e historiográfica.

Em outro período considerado chave, nos anos 1970, à iniciativa do Estado federal, os plantadores e usineiros da região converteram parcialmente sua cadeia de produção para incluir o álcool combustível. Preocupações ambientais e de esgotamento de recursos não-renováveis (o petróleo) tingiram positivamente essa modernização da agroindústria sucro-alcooleira, rebatendo uma das principais críticas feitas aos empresários do setor: sua obsolescência. A operação foi possível, mais uma vez, graças ao generoso apoio fornecido pelas autoridades estatais, particularmente no âmbito federal.¹² Elas justificaram o derrame de recursos públicos nesse setor pela preocupação estratégica em torno da independência energética da nação. O momento de mudança correspondia também ao que vários autores chamaram de “proletarização” da mão-de-obra rural, outrora enquadrada na ‘morada’.

¹⁰ Ver a este respeito a obra de Manuel Correia de Andrade. *A História das usinas em Pernambuco*. Recife: Massangana, 1989; bem como a de Gadiel Perruci. *A República das Usinas: um estudo de história social e econômica do Nordeste 1889-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. Leonardo Guimarães Neto mostra a duração inesperadamente longa desse processo. Ver *Introdução à Formação Econômica do Nordeste*. Recife: Massangana, 1989. Viajando pelo Nordeste, no começo dos anos cinquenta, A. da Silva Mello visitou um engenho bangüê, o Gravatá em Água Preta, de propriedade do Presidente da Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco, Benedito Coutinho. MELLO, A. da Silva. *Nordeste Brasileiro. Estudos e impressões de viagem*. Prefácio de Roquette-Pinto. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953, p. 354 et ss..

¹¹ AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 114.

¹² PAIXÃO, Marcelo Jorge de Paula. *No coração do canavial: estudo crítico da evolução do complexo agroindustrial sucro-alcooleiro e das relações de trabalho na lavoura canavieira*. (Estudo comparativo em 12 Estados do Brasil), Rio de Janeiro, março 1994 (Mestrado UFRJ).

As relações de trabalho como aspecto-chave de qualificação da sociedade

Numa época ávida de modernidade, a produção industrial de ponta de um combustível renovável, promovendo o Brasil a um lugar de destaque no planeta, coexistiu e ainda coexiste com o aspecto preciso das relações de trabalho que valeu aos plantadores e usineiros os epítetos os menos elogiosos, com conotações de “atraso” em relação ao tempo atual. Qualificadas pejorativamente de “*feudais*”¹³ por algumas das mais altas autoridades do Estado, denunciadas periodicamente na imprensa pelo seu “*caráter medieval*”¹⁴ na virada do século XX para o XXI, essas relações de trabalho são tidas como problemáticas, particularmente na modalidade aqui estudada de ‘morada’. Ela representaria um anacronismo gritante, constituindo um obstáculo indesejável no caminho do progresso almejado para a região. Sua posição cronológica como herdeira da escravidão - fase superada na escala evolucionista – à qual sucedeu diretamente e sem ruptura radical, lembra, de maneira incômoda para o orgulho regional, que resquícios deste tempo podem ainda existir. A relação de ‘morada’ carrega consigo conotações negativas. Ao lado do brilho modernoso da técnica industrial, as permanências, em termos das precárias condições de vida e de trabalho dos trabalhadores rurais e de suas famílias,¹⁵ ilustram-se em índices sociais alarmantes, no que tange à desnutrição e epidemiologia.¹⁶ Os aspectos mais chocantes deste “atraso” nas relações trabalhistas no setor encontram-se no trabalho infantil e na violência patronal impune, exercida contra os canavieiros pelos empregadores e seus prepostos, os episódios mais graves ocorrendo sobretudo em razão de questões de serviço e acesso à terra.¹⁷

Ainda entre as características básicas da atividade açucareira na região, a ação distinta do Estado: exercendo uma proteção abusivamente generosa dos plantadores; sustentando a posição dominante da agroindústria açucareira, enquanto atividade econômica, na região, as autoridades constituídas asseguraram-lhe, da forma mais categórica e brutal possível, a paz social, transformando a força policial em milícia a serviço dos proprietários dos engenhos. Foi a única ‘face’ do Estado que os trabalhadores rurais conheceram por muitos séculos.

Outro traço, de ordem cultural, poderia ser singularizado. Um século após a abolição da escravidão, a matriz cultural sempre valorizada, a fonte das tradições e dos gostos ou

¹³ A amplitude semântica do termo na conceitualização da história regional será vista em detalhes na Parte III. Interpretações da ‘morada’.

¹⁴ Qualificativo caro a alguns jornalistas que desejam marcar sua reprovação. Entre inúmeros exemplos, o *Jornal do Comércio* (doravante mencionado como *JC*) do dia 2 de julho de 1961 relata um ato de violência patronal contra um trabalhador “*praticado em circunstâncias que lembra (sic) os tempos medievais.*”

¹⁵ ARAÚJO, Espedito Rufino de. *O Trator e o 'Burro sem Rabo'. Consequências da modernização agrícola sobre a mão-de-obra na região canavieira de Pernambuco – Brasil*. Gênève: IUED (mimeo), 1990.

¹⁶ Ver o grande clássico: CASTRO, Josué. *Geografia da fome*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1948; e CASTRO, Josué de. *Sete Palmos de Terra e um Caixão. Ensaio sobre o Nordeste, uma área explosiva*. São Paulo: Brasiliense, [1964] 2ª ed. 1967. Assim como os estudos realizados no âmbito do Departamento de Nutrição da UFPE.

comportamentos escolhidos como representativos da cultura regional de elite, corresponde a um modelo elaborado a partir de certa descrição da sociedade local por autores como José Lins do Rego e Gilberto Freyre. Esses autores e seus êmulos descreveram, de forma bastante bucólica, a vida do plantador - o senhor de engenho - e de seus dependentes, modelo por excelência da sociedade regional. Embora rural, a chamada “Civilização do Açúcar” tinha precedência sobre outras referências civilizadoras, habitualmente citadas no ocidente. Representantes dos plantadores rivalizaram com floreios retóricos para garantir sua universalização. “*Uma cultura fundamental, como a do açúcar, que é, sabidamente a base de nossa economia e também uma das motivações do nosso processo histórico de vida.*”¹⁸

Em flagrante contraste aparecia a condição daqueles que sustentavam, séculos a fio, essa civilização: os cortadores de cana. Produtores da grande riqueza que atraiu os colonizadores e fez a fama da região, eles foram historicamente mantidos numa situação tão miserável que mal garantia sua sobrevivência ao preço de um trabalho extenuante. Sua vida era abreviada pela inserção precoce no trabalho. Suas condições de existência eram proverbialmente rudimentares, miseráveis e precárias. Suas condições de trabalho contavam entre as mais duras e brutais que se conhecia. Impune reinava nos canaviais a violência patronal, desde a época da conquista (até o presente). Portanto, é num contexto de oposição aguda em termos de classe que se situa o assunto deste estudo: pois a história das relações de trabalho, que envolviam, na ‘morada’, trabalhadores rurais e plantadores de cana-de-açúcar, era simplesmente uma luta entre explorados e exploradores. Óbvia na escravidão, a cesura social encontrou-se em parte mascarada nessa modalidade histórica - ou etapa - posterior. Uma ideologia da confraternização entre as classes foi afirmada de diversos modos, inclusive por parte das autoridades do Estado, negando, senão a rudeza das condições de vida e de trabalho, ao menos a violência deliberada exercida contra os trabalhadores. A suposta “solidariedade” dentro da “família canavieira” contaria do usineiro e fornecedor de cana aos “*humildes trabalhadores que vem fazendo o engrandecimento, a prosperidade e a fortuna particular e pública de Pernambuco e do Brasil no setor do açúcar.*”¹⁹ Sua significação sistêmica, civilizacional garantiria o bem comum.

Mudanças notáveis ocorreram, além de ou mesmo contra esses traços constantes, às vezes seculares, nas relações de trabalho na zona canavieira. Entre os aspectos mais importantes dessa evolução, fruto da mobilização dos trabalhadores rurais enquanto classe, a implantação progressiva de um arsenal jurídico, a partir do Estatuto do Trabalhador Rural (1963), garantiu

¹⁷ Ver FETAPE. *Açúcar com gosto de sangue*. Recife: FETAPE, 1984; e AMNESTY INTERNATIONAL. *Brazil: Authorized Violence in Rural Areas*. Londres: Amnesty International, 1988.

¹⁸ “Ameaça à economia pernambucana”. Editorial do *JC* 01.05.57.

¹⁹ Discurso de Gileno De Carli, presidente do IAA, “Palmares vibrou com a presença de Gileno de Carli e da caravana do IAA”, matéria ocupando duas páginas, 8 e 9, no *Diário de Pernambuco* (doravante *DP*) 08.08.54.

aos empregados agrícolas direitos trabalhistas enquanto assalariados, comparáveis senão iguais àqueles de seus colegas urbanos e de seus vizinhos industriais. A criação de órgãos de classe como os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, federados nos âmbitos estadual e nacional, bem como a multiplicação das Juntas de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho, permitiram, em certa medida, o exercício desses direitos. Ao mesmo tempo, assistiu-se à migração, às vezes forçada, dos trabalhadores para fora do perímetro das plantações propriamente ditas, em direção à periferia das cidades da região ou às aglomerações chamadas “agrovilas”. Essa mudança não só deslocou seu domicílio, como marcaria o fim da relação empregatícia considerada tradicional: a ‘morada’. Pois, como o termo indica, ela supunha que o trabalhador rural morasse na plantação e dispusesse, além da casa, de um lote de terra cedido pelo empregador para culturas alimentícias.

A ‘morada’ como elemento chave na definição do grau de desenvolvimento social

A extinção da ‘morada’, como foi tratada tanto pelo mundo acadêmico quanto sindical, carregou-se, portanto, de sentido, particularmente em termos históricos. Ela foi interpretada como um momento de “proletarização” da mão-de-obra, até então engajada nessas relações tão especiais de ‘morada’ que, sucedendo à escravidão, elas não pertenceriam ao âmbito das relações capitalistas de produção. Herança da colonização portuguesa, o modo de produção anterior ter-se-ia modificado sem permitir realmente o advento do modo de produção capitalista, ao menos na atividade agrícola. As usinas, no setor industrial açucareiro, foram reconhecidas como marco do “*avanço do capitalismo no campo*”.²⁰ O debate entre estudiosos residia na designação do estágio que antecedeu imediatamente a fase propriamente capitalista: modo de produção feudal, mercantil, escravista colonial etc. A ‘morada’, como tipo de relação de trabalho, forneceu elementos para sua identificação. Ela era portadora de implicações definidoras cardeais: às vezes, consideradas centrais na determinação do modo de produção vigente; às vezes, secundárias, enquanto resquício de uma fase superada pela evolução da sociedade maior. Com efeito, o simples fato de residir numa plantação e de dispor, eventualmente, de um lote de terra cedida para cultivar produtos alimentícios - a ‘morada’ - valeria a esses trabalhadores uma inserção nas relações de trabalho fundamentalmente diferente daquela de outros assalariados: os trabalhadores da indústria do açúcar; ou mesmo rurais: trabalhadores temporários, safristas.

As interpretações patronais da ‘morada’

“Tudo quanto ocorria na casa do “morador” ia ser contado e remediado na casa grande. O senhor de engenho era polícia e justiça mas era também um chefe de assistência social. Com a sua autoridade às vezes rústica, às vezes polida atendia ele aos seus

²⁰ Expressão consagrada que se encontra tanto nas obras acadêmicas tratando da modernização agrícola quanto em livros escolares, por exemplo.

*dependentes, distribuindo-lhes ordens, sugerindo-lhes comportamentos. E, portas a dentro, lá estava a “senhora” ensinando às mulheres receitas para doenças e providências a tomar com os filhos. (...) E assim a assistência material se desdobrava em assistência moral.”*²¹

Etapas do itinerário histórico dos cortadores de cana, momento intermediário entre a escravidão e o estatuto atual de proletário por inteiro (unanimamente reconhecido como tal a partir do momento em que o canavieiro morou na cidade) a ‘morada’ foi muitas vezes evocada como positiva. Sem constituir propriamente uma idade de ouro, ela teria sido relativamente confortável²² para os trabalhadores, no seu percurso histórico da escravidão, passado hediondo, rumo à condição proletária de moradia urbana. Embora comportando limitações impostas, expressamente ou não, pela vida na plantação, literalmente sob a vista do plantador, a ‘morada’ teria sido dotada de uma rara qualidade de harmonia nas relações entre as classes. Essa idéia será testada à esteira da opinião dos próprios trabalhadores rurais que a experimentaram.

A concepção-padrão saudosista da extinção da ‘morada’ teve um papel diferente na visão da história de cada classe ou fração de classe. Para os usineiros, em geral, o desaparecimento da relação de ‘morada’ foi sobretudo uma necessidade da modernização do setor. Os benefícios que o Estado federal concedeu aos plantadores (e os usineiros figuram entre os maiores plantadores), com vultosos benefícios financeiros proporcionais ao aumento das superfícies cultivadas, tendeu a encorajá-los a não desprezar a menor parcela de terra ainda desprovida de cana. Portanto, acelerando um processo já em andamento, os sítios e roçados dos trabalhadores foram fadados à destruição, bem como os parques resquícios da mata original, alvos de preocupação ecológica uma vez sua sorte decidida pelos tratores das usinas. O transporte pendular dos trabalhadores, às vezes em grandes distâncias, resolveu boa parte do problema secular de recrutamento da mão-de-obra pelas empresas. As exigências de efetivos laborais numerosos na safra podiam ser satisfeitas sem a manutenção *in loco* de contingentes consideráveis, o que configurava precisamente o *modus operandi* da ‘morada’.

Para os fornecedores, o desaparecimento da ‘morada’ ofereceu (além das vantagens acima expostas) a oportunidade de expressar seu rancor em relação aos usineiros. Com a ascensão destes a uma posição de comando, tornado rapidamente hegemônico na cadeia de produção, os senhores-de-engenho passaram à condição de simples fornecedores de matéria-prima. Incluindo as relações de trabalho de tipo ‘morada’ no elogio de sua posição perdida, os

²¹ Editorial “Um aspecto da assistência social” do DP, 11.11.45, p. 4.

²² “*Idílicas*” seriam as condições de vida, de habitação e de assistência médico-hospitalar dos trabalhadores das usinas, segundo o Sindicato dos Usineiros justificando sua oposição ao projeto de pesquisa, em 1935, de Gilberto Freyre, Ulysses Pernambucano, Sylvio Rabello e Olívio Montenegro. PINTO, Estevão, “Introdução”, in FREYRE, Gilberto, *Cana e reforma agrária*, Recife, IJNPS, 2ª ed., 1970, p. 56, Nota 2.

plantadores - *ci-devant* senhores de engenho²³ - tenderam a dotar essa época de cores sedutoras. No tempo em que os bangüês ainda funcionavam,²⁴ os trabalhadores teriam sido tratados, em regra geral, com humanidade, cuidados e até carinho pelo senhor de engenho. Mencionam-se unanimemente laços de parentesco cerimonial²⁵ entre a família do empregador e a do trabalhador. De acordo com esta ótica, a qualidade humana das relações entre patrões e empregados fora perdida sob a tutela dos usineiros e de seus administradores.

*“Uma classe ou uma fração de classe está em declínio, portanto virada para o passado, quando ela não pode mais se reproduzir com todas as propriedades de condição e de posição.”*²⁶

Pierre Bourdieu escreve a respeito de outras classes, mas de uma maneira que se aplicaria de forma bastante feliz à postura dos fornecedores. Com efeito, sua posição socialmente dominante enquanto (fração de) classe só foi ameaçada e finalmente vencida, durante estes quase quinhentos anos de economia açucareira, pelos seus parentes mais afortunados que se tornaram usineiros. Seu discurso e suas atitudes permaneceram amplamente passadistas, em busca, na história, de uma legitimação para suas queixas presentes.²⁷

A construção de uma ‘memória coletiva’: a ‘morada’ como lembrança feliz

O aparato de Estado nos seus diversos níveis, bem como o mundo acadêmico abrigaram numerosos membros das famílias dos plantadores que não se tornaram usineiros, nem mesmo herdaram os engenhos. Todavia, aproveitaram sua posição de classe e as relações que esta assegurava, para garantir-se uma situação profissional vantajosa. Essa, por sua vez, deu-lhes a oportunidade de formular um discurso – em nome dos poderes públicos ou da ciência – que refletia, de fato, sua visão de classe da história: o saudosismo impregnava o relato do episódio de sua decadência frente ao crescimento impiedoso das usinas. Sua inserção na sociedade maior consolidou o argumento compassivo numa versão da história que pretendeu à objetividade: os moradores teriam sofrido uma ‘proletarização’ desumanizadora na esteira.

“Ne pouvant pas gagner le combat dans les domaine économique, les senhores-de-engenho cherchèrent entre autres à déplacer la lutte sur le terrain symbolique. Il s’agissait de construire une “mauvaise”

²³ Raros são aqueles que reivindicam o termo para si, mesmo informalmente.

²⁴ Os últimos a serem extintos funcionaram até os anos 40-50, manifestando uma longevidade notável. Ver a este respeito GUIMARÃES NETO, Leonardo. *Introdução à Formação Econômica do Nordeste*. Op. cit. A identificação com a figura social do “senhor de engenho” perdura por muito mais tempo na categoria dos fornecedores de cana. É interessante notar que todo o vocabulário em volta da atividade açucareira, particularmente aquele evocando o fogo da fornalha (algo como o coração do engenho), fogo que depois se torna “morto”, antecede mas perdura à modernização da atividade industrial. O forte teor simbólico, bem como as conotações que tal nomenclatura possa veicular, constituem sem dúvida um bom objeto de estudo lingüístico.

²⁵ Parentesco fictício ou cerimonial, como o compadrio.

²⁶ BOURDIEU, Pierre. *La Distinction. Critique Sociale du Jugement*. Paris: Editions de Minuit, 1979.

²⁷ FERRAZ, Socorro. *Liberals e Liberais. Guerras civis em Pernambuco no século XIX*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996.

*image des usines: à les écouter, la générosité et la magnanimité des vrais “seigneurs du sucre”, leurs ancêtres, y faisaient défaut.”*²⁸

Amplamente divulgada, essa versão da história alcançou o estatuto de senso comum. A idéia de que a ‘morada’ garantia relações mais humanas e, em suma, uma vida melhor aos trabalhadores, foi retomada pela Igreja e autoridades públicas. Certas dimensões peculiares à ‘morada’ inspiraram tomadas de posição em termos de organização sindical e de reivindicação.²⁹ Somente com a atual crise da indústria sucro-alcooleira e surgimento dos movimentos de ocupação de terras, as propostas do Movimento Sindical reorientaram-se.

As vozes saudosistas a respeito dos tempos da ‘morada’ são dominadas por duas figuras de destaque: José Lins do Rego e Gilberto Freyre que serão analisadas sob esse ângulo no primeiro capítulo da Parte III.³⁰ Suas obras construíram um roteiro apresentado como a memória coletiva, supostamente homogênea no âmbito regional, numa versão praticamente unívoca desse passado. Referência obrigatória, José Lins do Rego³¹ tornou-se mentor-mor dessa corrente para o grande público, os méritos literários de seus romances justificando-lhes a inserção nos programas escolares entre poucos títulos de leitura obrigatória. Eles contribuíram, destarte, para divulgar, com amplitude inédita, sua visão da vida nas plantações, tornando-a senso comum apesar de, ou através, a sedução da autobiografia.³² Concomitantemente, Gilberto Freyre³³ contribuiu para a construção ideológica da história das relações de trabalho nos canaviais. A abordagem, inovadora na sua época, das relações entre senhores e escravos, encontrou-se estreitamente associada a uma análise das questões concebidas como de “raça”. Ela se tornou uma teoria oficial, na medida em que os adversários intelectuais de Gilberto Freyre nos anos 1930, época da publicação de sua primeira e mais marcante obra, *Casa-Grande e Senzala*, foram aparentemente vencidos³⁴ pela evolução das idéias. Seu pensamento ganhou em estatura,

²⁸ SIGAUD, Lygia, “Des plantations aux villes: les ambiguïtés d’un choix”. GARCIA, Afrânio Raul Dir. *Droit, politique, espace agraire au Brésil*. Paris: ETUDES RURALES, N° 131-132, Juillet-décembre 1993. p. 27.

²⁹ Assim, um dos objetivos propostos até recentemente aos sindicalizados rurais da zona canavieira era de lutar para garantir a sua permanência nos engenhos como moradores, ou até mesmo para reconstituir a ‘morada’, exigindo o sítio/roçado cedido pelo proprietário para plantar culturas de subsistência, cuja existência está assegurada – teoricamente – por grande número de instrumentos legais e judiciais, sem ao menos que sua existência real tenha deixado de diminuir, até sua extinção em grandes regiões da zona canavieira. Ver em particular a tese de ANDRADE, Sandra Maria Correia. *Ação sindical no campo a partir da década de 70: o caso dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco*. São Paulo: USP Tese de doutorado, 1994, Em particular Cap. IV “Perspectivas da ação sindical canavieira na década de 90: a persistência de velhos problemas e o surgimento de novas questões. 3. A luta pela terra e as ligações político-partidárias do movimento sindical.” p. 370 et ss.

³⁰ III. 1. A visão da ‘morada’ na obra de José Lins do Rego e de Gilberto Freyre.

³¹ III. 1. 1. José Lins do Rego criador de um arquétipo.

³² *Menino de Engenho* (1932); *Doidinho* (1933); *Bangüê* (1934); *O Moleque Ricardo* (1935); *Usina* (1936) e *Fogo Morto* (1943)

³³ III. 1. 2. As relações de trabalho na zona canavieira segundo Gilberto Freyre.

³⁴ Teóricos racistas e eugenistas como Nina Rodrigues e Oliveira Vianna, defensores de princípios eugênicos, então na moda, e advogando o “branqueamento” da população brasileira de modo a garantir geneticamente o desenvolvimento futuro da Nação. Ver, entre outros, NINA RODRIGUES. *Os Africanos no Brasil*. São Paulo: Cia

consolidado por meio de numerosas publicações³⁵ e da instituição que fundou.³⁶ Firmou-se, assim, uma descrição/explicação irrevogável da sociedade local passada, particularmente no âmbito rural. A obra do Mestre de Apipucos foi e continua sendo difundida em grande escala,³⁷ com recentes desafios acadêmicos.³⁸

Essas obras literárias e acadêmicas parecem reforçar aquilo que poderia ser chamado de configuração de idéias homogêneas³⁹ a respeito da dimensão histórica aplicada às relações de trabalho na região. A passagem da escravidão ao trabalho assalariado de canavieiros morando na cidade teria ocorrido de forma linear: ao escravo sucedeu o morador que tinha acesso à terra na forma de um lote cedido pelo proprietário; este trabalhador residente fora recentemente expulso dos engenhos para ir morar nas ‘pontas-de-rua’ das cidades ou nas ‘agrovilas’ tornando-se, desta feita, proletário por inteiro. Em suma, a ‘morada’ constituiria um período intermediário, de conforto relativo para os trabalhadores e de harmonia social entre senhores de engenho paternalistas e seus moradores, situada entre duas épocas mais duras: a fase escravista e a ‘proletarização’ miserável atual associada à postura impiedosa – empresarial - dos usineiros frente à mão-de-obra agrícola.

Interpretações acadêmicas: a ‘morada’ na definição dos modos de produção

Pouco debatida quanto aos fatos, a sequência escravo, morador, proletário levou a numerosas interpretações em termos de modos de produção (como será exposto no segundo capítulo da Parte III: Entendimentos marxistas acerca da ‘morada’). A ‘morada’ forneceu elementos capazes, segundo alguns autores, de qualificar o tipo de organização social na qual se inseria e, portanto, o nível de ‘desenvolvimento’ da região, pois a atividade açucareira era seu setor econômico mais importante e avançado, sem rival nem mesmo urbano. Retomando as bases históricas do progressionismo em história e a forma como a disciplina fora influenciada pelo colonialismo permitirá colocar o procedimento numa perspectiva crítica, questionando seu eurocentrismo axiomático. Será enfatizado o peso político do exercício, pois a fase ou etapa na

ed. Nacional, 1935. VIANA, F.J. Oliveira. “O povo brasileiro e sua evolução”. In: *Recenseamento de 1920*. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1922, p.279-386. FERRAZ, Alvaro e Andrade Lima Junior. *A Morfologia do Homem do Nordeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939. Ver também o estudo de SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. Ver a inserção desse pensamento na historiografia III.2.1.1. História evolucionista.

³⁵ Do próprio Gilberto Freyre e de seus émulo.

³⁶ Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, ou Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), em Recife e que constitui o maior centro de pesquisa e documentação fora do quadro universitário. A própria universidade acolheu pontualmente o Mestre de Apipucos, embora as relações entre eles não fosse fácil. “Matéria social brasileira”, editorial do DP de 14.08.54 anuncia um curso ministrado por Gilberto Freyre na Universidade do Recife, sobre “os complexos patriarcal escravocrata no Brasil” como “alguma coisa extraordinariamente renovadora no plano da pesquisa e da interpretação.” Esse curso sucedeu a um de “lusotropicologia” na Faculdade de Direito.

³⁷ Por exemplo, nas celebrações atuais dos 70 anos da publicação de *Casa-Grande e Senzala*.

³⁸ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen, *Guerra e Paz*, Rio de Janeiro, Ed. 34, 1994. Os debates em volta da obra de Gilberto Freyre continuam. Ver *Folha de São Paulo*, 19.1.1995.

qual a zona canavieira, por exemplo, poderia ser classificada numa escala de progresso importava para a avaliação da situação dos atores sociais envolvidos (no caso os moradores de engenho), mas também de seu devir e potencial (ou não) para o futuro desenvolvimento da sociedade. Isso determinava, por sua vez, diretrizes para mobilização e ação.

A tese mais difundida, entre estudiosos marxistas brasileiros, para interpretar a ‘morada’ era de uma etapa feudal, o objeto mais freqüente da transferência de conceito da Europa para o resto do mundo. Como nas *enclosures*, descritas por Marx, a expulsão dos moradores dos engenhos e a perda dos sítios seriam sinais certos do avanço capitalista no campo, revelando a existência daquele outro modo de produção sobre o qual se imporia.⁴⁰ A análise da justeza dessa tese requer, por sua vez, uma rápida revisitação dos conceitos de feudalismo⁴¹ segundo os medievalistas, como a sua aplicação a diversas sociedades não-européias, desde a zona canavieira de Pernambuco até o Império do Meio, aproveitando-se da falta de prestígio do campo disciplinar (medieval) ao qual se referiam. O exemplo da China,⁴² tantas vezes comparada ao Brasil pelos próprios autores aqui citados, pode demonstrar o peso ideológico da aceitação da denominação ‘feudal’, bem como o uso político que foi feito dessa conceituação. A pouca plausibilidade dessa proposta, em termos científicos, para uma das mais prestigiosas civilizações do planeta pode ajudar a questionar-lhe o uso para a região aqui estudada.

A tese feudal foi defendida, no Brasil, por estudiosos ligados ao Partido Comunista. Serão examinadas as obras de Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré, em particular.⁴³ Sua contribuição colocava o problema da ‘morada’ dentro do contexto firme da luta de classes. O feudalismo brasileiro requeria uma estratégia específica que fizesse avançar a sociedade para a etapa subsequente, única capaz de abrir a porta de uma verdadeira revolução. Os trabalhadores rurais teriam como alvo os “latifundiários feudais”. Outros marxistas brasileiros a recusaram, como Caio Prado Júnior⁴⁴. Analisando diferentemente o estado da sociedade como a estratégia de luta necessária para mudá-la, ele mostrou que a conformidade dos comunistas brasileiros aos conceitos elaborados pelo Comintern havia tido resultados concretos catastróficos, em particular no campo. Aplicando o modelo ao pé da letra, eles haviam fracassado onde os chineses haviam conseguido demonstrar uma fidelidade incondicional no discurso, sem prejuízo de total autonomia na ação. Com a mesma premissa do capitalismo

³⁹ O termo foi sugerido pelo Professor Laurent Monnier, da Universidade de Genebra.

⁴⁰ III. 2. 2. A tese feudal: o morador como servo.

⁴¹ III.2.2.1. Consulta à historiografia medievalista: “*Que é o feudalismo?*”

⁴² III.2.2.2. O conceito de feudalismo ou modo de produção feudal aplicado fora da Europa: “*uma casa de arrumação*”. A título de ilustração: a historiografia marxista chinesa.

⁴³ 2.2.3. A tese feudal no Brasil explicando a ‘morada’ e defendendo sua extinção.

mercantil, mas ampliando a escala de investigação com o antigo sistema colonial, Fernando Novais⁴⁵ apontou para fatores explicativos que dinamizaram a sociedade canvieira em estreita ligação com eventos em outras partes do mundo. Mantendo isso em mente, mas criando um novo modo de produção, o escravismo colonial, Jacob Gorender⁴⁶ apontou para uma solução que recusava a transferência de conceito, automatismo já criticado por Caio Prado. Ciro Flamarion Cardoso⁴⁷ destacou a importância também teórica de um fenômeno estudado por Sidney Mintz no Caribe: a produção de alimentos pelos escravos que ele concordou em chamar de “brecha camponesa”.⁴⁸ Essa produção praticada em lotes cedidos, foi fundamental na definição da ‘morada’, como o enfatizaram os antropólogos do Museu do Rio de Janeiro, com Moacir Palmeira,⁴⁹ que ensaiaram audazmente novas grades de leitura para entender as relações de ‘morada’, em via de extinção. Finalmente, a economia-mundo,⁵⁰ conceito oriundo de confrades norte-americanos, permite uma nova visão da ‘morada’ e da história das relações de trabalho nos canaviais pernambucanos. Ao aumentar a escala de observação, Wallerstein⁵¹ forneceu uma perspectiva inovadora sobre o nascimento e desenvolvimento da atividade canvieira em Pernambuco, dentro do que ele chama de capitalismo histórico, surgido precisamente em escala mundial. Mintz,⁵² por sua vez, apontou para a modernidade muitas vezes não percebida do engenho, essa “*fábrica no campo*”, e trouxe, na paisagem histórica do açúcar, os trabalhadores europeus, particularmente no período pós-revolução industrial, drogados com bebidas excitantes adoçadas que favoreciam sua prestação nas fábricas.

A visão da ‘morada’ segundo os que a viveram - os moradores de engenho - não precisa se enquadrar num molde pré-estabelecido para ganhar competência na construção da historicidade da região. Sob o prisma teórico da economia-mundo, é-lhes possível desafiar o modelo europeu de conceber a história e escutar os conceitos que o sustentam. Pois esses são distribuidores de subalternidade para qualquer realidade histórica não-européia, fora da ‘banana

⁴⁴ III. 2. 3. A tese capitalista mercantil e a ‘morada’. 2.3.1. A ‘morada’ no contexto da obra inovadora de Caio Prado Júnior.

⁴⁵ III.2.3.2. A ‘morada’ no Antigo Sistema Colonial.

⁴⁶ III.2.4. A ‘morada’ na tese do escravismo colonial.

⁴⁷ 2.4.2. “*Uma sociedade, não um mero quintal da Europa*”: o modo de produção escravista-colonial segundo Ciro Flamarion Santana Cardoso

⁴⁸ 2.4.3. A ‘brecha camponesa’.

⁴⁹ III. 2. 5. A ‘morada’ como ‘dádiva’.

⁵⁰ III. 2. 4. A ‘morada’ reinterpretada no contexto da economia-mundo.

⁵¹ III.2.6.1. A obra de Immanuel Wallerstein: o conceito de economia-mundo

⁵² III.2.6.2. Relações de trabalho e produção de açúcar na obra de Sidney Mintz

azul’,⁵³ cara aos geógrafos, compondo, com as devidas extensões, o “Primeiro Mundo”. Rejeitar a obrigatoriedade do percurso evolucionista europeu aplicado ao resto do mundo permite recusar a incompetência na criação de historicidade atribuída à região canavieira, em virtude de sua situação geográfica, e sobretudo à classe dos trabalhadores rurais.

Os canavieiros na história oficial

Em contraponto às permanências acima evocadas, as revoltas de escravos e suas sociedades rebeldes (quilombos) constituem um (tímido) ponto de referência histórico das lutas populares rurais na região, enquanto que as elites perseguem outros ancestrais. O Quilombo dos Palmares⁵⁴ e as celebrações em torno do tricentenário da morte do seu chefe, Zumbi, atestaram, contudo, mais preocupação de ordem racial (no sentido da denúncia da discriminação) que propriamente de classe, enquanto pessoas atuantes na cultura e no beneficiamento da cana-de-açúcar. Relembrando, com toda razão, o estado de inferioridade social em que a população dita negra do Brasil está sendo mantida e seu estatuto secularmente inferiorizado pelas estruturas e preconceitos sociais em vigor, comemora-se a luta desses africanos, escravizados na América, e de seus descendentes. Contudo, eles não aparecem prioritariamente como trabalhadores na produção açucareira, revoltados contra os plantadores, feito tardia e insuficientemente valorizado enquanto fenômeno de classe. Outro exemplo, as Ligas Camponesas dos anos 1950 e 1960, cujo potencial revolucionário foi realçado tanto pelos seus partidários quanto adversários, foram mantidas, nas celebrações oficiais, num silêncio suspeito de censura.⁵⁵ Nem as comemorações do centenário de nascimento do ilustre líder comunista Gregório Bezerra valorizaram devidamente sua experiência como trabalhador rural, bem como suas posições e ações corajosas no seio do seu partido, em relação às lutas no campo naquele momento. Os cortadores de cana, qualquer que seja sua época, não tiveram, portanto, na história oficial, as devidas oportunidades de reverenciar heróis saídos de suas fileiras à altura de sua maciça importância enquanto classe, demográfica e economicamente, e de sua fidelidade política: em 1986, finalmente reconhecidos como cidadãos na dimensão (elementar) do voto, eles provaram sua lealdade ao “pai Arraia”.⁵⁶

⁵³ Região do Oeste da Europa, que se estende do Norte da Itália ao Sul da Inglaterra, passando pelo Oeste da Alemanha, Norte da França e antigo Benelux, cuja densidade urbana e industrial gera uma luminosidade azulada evidente nas imagens de satélite. Em termos figurados, trata-se do coração do poder econômico da velha Europa.

⁵⁴ Ver os estudos de Décio Freitas. *Palmares, A Guerra dos Escravos*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1978 e de Clovis Moura. *Rebeliões na Senzala*. São Paulo: Liv. Ed. Ciências Humanas, 1981.

⁵⁵ Entre as raras obras que lhes são consagradas, a mais notável, sem dúvida, é o brilhante estudo de Fernando Azevedo, *As Ligas Camponesas*. Op. cit.

⁵⁶ Como chamavam afetosamente Miguel Arraes, na oportunidade do seu primeiro mandato como governador do Estado de Pernambuco, em 1963, não só proibiu a polícia de perseguir os camponeses, mas obrigou os plantadores a respeitar a legislação trabalhista e a negociar a primeira Convenção Coletiva de Trabalho dos trabalhadores rurais canavieiros. Dois ‘sacrilégios’, aos olhos das elites locais, que lhe valeram a prisão e o exílio.

A interpretação da ‘morada’ segundo os trabalhadores entrevistados

Contra a imagem da ‘morada’ veiculada pelas obras de José Lins do Rego e Gilberto Freyre, mantida no senso comum como suposta memória coletiva,⁵⁷ e suas interpretações em termos acadêmicos, o testemunho dos moradores de engenho⁵⁸ estabelece um díptico de narrações revalorizantes da história vista de baixo. Surgem nuances, distinções, opiniões e precisões inéditas. A noção de estabilidade, muitas vezes evocada positivamente na qualificação da relação de ‘morada’, bem como os aspectos tidos como confortáveis na qualidade de vida e nas relações de trabalho que lhe são associados, ganham outros contornos, despojados de qualquer romantismo. A análise detalhada dos dados fornecidos pelos entrevistados evidencia seu percurso histórico, que comporta uma grande comunhão de destino enquanto classe. A exploração impiedosa e miséria indecente nas quais foram mantidos à força, pelas classes dominantes e poderes públicos, se desdobra num feixe florescente de singularidades, devires pessoais e familiares, grande variedade de experiências e aspirações. As lembranças dos velhos canavieiros e sua opinião a respeito de seu próprio passado, que generosa e, às vezes, dolorosamente, quiseram confiar-me⁵⁹ no decorrer de entrevistas gravadas, permitem montar um retrato novo no seu detalhamento da vida dos trabalhadores rurais durante o período da ‘morada’. Os depoimentos confirmam sem equívoco as outras fontes⁶⁰ sobre condições de vida extremamente miseráveis⁶¹ e relações de trabalho marcadas pela brutalidade.⁶² Fornecendo descrições precisas das condições de vida e de trabalho nos engenhos, meus interlocutores concluem contra a versão saudosista dominante: apesar da sua pobreza atual; do desemprego crescente; da falta de acesso à terra para plantar culturas de subsistência; da violência que continua endêmica nos locais de trabalho; da marginalização social que os persegue no meio suburbano; da falta de perspectivas para seus filhos e netos, sua sorte melhorou muito. Para explicar esta opinião, e sem perder sua postura crítica e reivindicatória em relação aos problemas atuais, eles mencionam, entre outros, aspectos do exercício ainda precário de sua cidadania, coroado pelo direito de votar (para os analfabetos⁶³) um século exatamente após a

⁵⁷ Ver a este respeito a obra pioneira de Maurice Halbwachs. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Alcan, 1925. Nouvelle édition avec postface de Gérard Namer, Paris: Albin Michel, 1994.

⁵⁸ Parte IV. A ‘morada’ na experiência dos moradores.

⁵⁹ Seguindo o nobre exemplo de grandes autores, como Antônio Cândido, desisto do “uso da primeira pessoa do plural”, resquício reverencial de uma tetrarquia há muito esquecida. MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira, (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1977, p. 185.

⁶⁰ Particularmente a imprensa e os arquivos de polícia.

⁶¹ IV.1. Condições de vida dos trabalhadores rurais na época da ‘morada’.

⁶² IV.2. Condições de trabalho.

⁶³ Promulgado pela Constituição Federal de 1988.

abolição da escravidão, e garantida, em primeiro lugar, pelo papel dos sindicatos em defender seus direitos.⁶⁴

Seu testemunho e sua opinião devem ser incluídos na história das relações de trabalho na zona canavieira. A dureza de suas experiências de vida, a coragem e incansável solidariedade que lhes permitiram sobreviver, sua confiança na sua capacidade como classe de agir sobre a sociedade, com o olhar crítico que pousam sobre a atualidade, enriquecem sobremaneira a história regional. Sua forma de conceber o passado não apenas inverte o sentido dado a essa evolução pela classe dominante, como propõe uma periodização distinta. Essa riqueza documental e conceitual deve ser reconhecida como portadora de historicidade.

⁶⁴ IV.3. Violência e Cidadania.

I. ELEMENTOS METODOLÓGICOS

I. 1. HISTÓRIA NOVA E HISTÓRIA ANTIGA

“Compreendo por história uma pesquisa cientificamente conduzida, podemos dizer a rigor uma ciência, contudo complexa: não há uma história, um ofício de historiador, mas ofícios, histórias, uma súpula de curiosidades, de pontos de vista, de possibilidades, súpula à qual amanhã outras curiosidades, outros pontos de vista, outras possibilidades serão ainda acrescidas. Será que um sociólogo me compreenderia melhor - ele que tende, como os filósofos, a ver na história uma disciplina com regras e métodos definidos perfeitamente e de uma vez por todas - se afirmasse que existem tantas maneiras discutíveis e debatidas de abordar o passado, quanto há atitudes frente ao presente? Que a história pode se considerar, a si própria, até mesmo como um certo estudo do presente.”

Fernand Braudel⁶⁵

As tendências recentes da historiografia são particularmente benéficas para o propósito do presente trabalho, investigando as diversas visões da ‘morada’. Pois a história recente das relações de trabalho na zona canavieira de Pernambuco se beneficia do que se convencionou chamar de Nova História, segundo a denominação atribuída por Jacques Le Goff,⁶⁶ um de seus principais mentores. Com efeito, ela incorporara os desafios lançados pelas outras ciências humanas e o estímulo das correntes estruturalistas na Antropologia, ciência ou disciplina irmã,⁶⁷ ou na Sociologia, favorita de Paul Veyne.⁶⁸ Essas novas tendências, ao dilatar o domínio do que Emmanuel Le Roy Ladurie chama de “*Território do historiador*”,⁶⁹ ampliam o campo das problemáticas possíveis, bem como alargam consideravelmente as oportunidades de lançar mão de novos tipos de fontes, como as orais, doravante legitimadas, indispensáveis quando se enfocam populações que não têm acesso ao registro escrito.

Herdeira dos *Annales*, essa escola, ou melhor, esse feixe de tendências atuais na concepção e escrita da história (até a grafia desta palavra é debatida) mantém como propósito último uma história que ainda poderia ser qualificada de global ou total. Mas, ela é tratada, não como um objetivo diretamente alcançável; doravante, é apenas um horizonte, como diz Le Goff.⁷⁰ À maneira, talvez, de um mosaico bizantino, onde cada pedra, com luz e cor próprias, até mesmo oposta e contrastante com as vizinhas, contribui para uma imagem, num coletivo amplo

⁶⁵ BRAUDEL, Fernand. *Ecrits sur l'histoire*. Paris: Flammarion, 1969, p.97. [Capítulo IV da “Introdução” ao *Traité de Sociologie* publicada sob a direção de G. Gurvitch. Paris: PUF, 2 vol. 1958-60 (3 ed. 1967-68).]

⁶⁶ LE GOFF, Jacques et NORA, Philippe. *Faire de l'histoire. I Nouveaux problèmes*. Paris: Gallimard [1974] 1977; *II Nouvelles approches*. Paris: Gallimard, 1974, vol. III *Nouveaux objets*. Paris: Gallimard, 1974; *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988. LE GOFF, Jacques. *Histoire et mémoire*. Paris: Gallimard, 1986. LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993; *La nouvelle histoire*. Paris, 1978.

⁶⁷ DOSSE, François. *História do estruturalismo. I. Campo do signo 1945-1966*. São Paulo: Ensaio, 1993. vol. 2. *O canto do cisne de 1967 aos nossos dias*. São Paulo: Ensaio, 1994.

⁶⁸ Ver a demonstração em VEYNE, Paul. *Comment on écrit l'histoire*. Paris: Seuil, 1971. *Como se escreve a história*. Brasília: UNB, [1982] 1998.

⁶⁹ LEROY LADURIE, Emmanuel. *Le territoire de l'historien*. Paris: Gallimard, 1973.

⁷⁰ LE GOFF, Jacques. “A ciência em marcha”. In: LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. Op. cit., p. 19.

e diferenciado, respeitando as diversidades sem perder de vista a composição final. As contribuições peculiares, fragmentadas que serão utilizadas aqui, embora expostas à invectiva de François Dosse - *História em Migalhas!*⁷¹ - manifestam uma pluralidade de abordagens e objetos que enriquece o resultado do trabalho disciplinar. Evitam-se, assim, dilemas na escolha de temas e ênfases, seja ela de ramos na disciplina (história econômica, social, política, cultural etc.) ou de classe, pois se admite sua coexistência. Marc Bloch já defendia precisamente a integração no estudo histórico dos diversos aspectos: “*Reconhecemos que, numa sociedade, qualquer que seja, tudo se liga e se comanda mutuamente: a estrutura política e social, a economia, as crenças, as manifestações mais elementares e mais sutis das mentalidades.*”⁷² No mesmo sentido, Le Goff cita a obra inspiradora e inovadora de Nathan Wachtel, *A visão dos vencidos*,⁷³ que mudou a paisagem historiográfica da colonização da América ao “*operar uma inversão (renversement) das perspectivas tradicionalmente eurocêntricas, tentando, pelo estudo das sociedades indígenas, restituir o ponto de vista dos vencidos, até mesmo (com os índios Urus) dos vencidos dos vencidos.*”⁷⁴ Mais amplamente, qualquer temática ligada a relações de poder expressas em formas extremas se beneficia desta abordagem. Em ambos os casos, convêm aos moradores de engenho aqui enfocados.

Com efeito, o presente estudo beneficia-se sobremaneira das aberturas permitidas por essa concepção do ofício do historiador. No espírito dos *Annales*, isto é, de uma história que admite o vasto âmbito social como campo de pesquisa, tentar-se-á aproveitar essa dinâmica de alargamento, disciplinar tanto quanto conceitual, na procura de um entendimento, senão mais profundo, pelo menos mais detalhado, ainda que parcial. Pois, a exigência epistemológica formulada enfaticamente pelas novas correntes historiográficas é duplamente benéfica: ela obriga, por um lado, a um rigor maior em termos de transparência, expondo “*as teorias implícitas que, fatalmente, o historiador, como qualquer cientista, coloca na base de seu trabalho.*”⁷⁵ Por outro lado, ela abre novas perspectivas de pesquisa, no sentido de revisitações críticas da historiografia existente sobre dado assunto, por mais esgotado que possa parecer. A terceira parte desse estudo se dedica precisamente a um exercício do gênero.

Nesse esforço, penoso mas fértil, de questionar os seus próprios conceitos, a História inspira-se em disciplinas com as quais o diálogo e a troca de perspectivas e instrumentos conceituais tem sido particularmente rica. Entre elas, os Estudos Literários, com os quais

⁷¹ DOSSE, François. *A História em migalhas. Dos Annales à Nova História*. São Paulo: Ensaio, 1992.

⁷² BLOCH, Marc. *Apologie pour l'histoire ou le métier d'historien*. Op. cit., p. 96.

⁷³ WACHTEL, Nathan. *La vision des vaincus, Les Indiens du Pérou devant la conquête espagnole, 1530-1570*. Paris: Gallimard, 1971.

⁷⁴ WACHTEL, Nathan. *La foi du souvenir. Labyrinthes marranes*. Paris: Seuil, 2001, p. 29.

⁷⁵ LE GOFF, Jacques. “A história nova”. In: LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. Op. cit., p. 56

mantém-se, cada vez mais, um “*diálogo privilegiado*”, diz Le Goff. Tornada mais audaz pelo exemplo, a disciplina histórica sente-se doravante autorizada a utilizar documentos até então desprezados ou tratados com fascínio desconfortável, como os “*textos literários ou de arquivos, que atestam humildes realidades cotidianas*.”⁷⁶ José Lins do Rego e Gilberto Freyre elaboraram obras que se integram significativamente ao *corpus* tratado para entender as diversas visões da ‘morada’.⁷⁷ A importância renovada da iconografia⁷⁸ e dos objetos do cotidiano, inclusive os instrumentos de trabalho, que a Etnologia e a Arqueologia já haviam introduzido, instalaram-se em espaços e dimensões cada vez maiores nos domínios de Clio. No presente estudo, aproveitar-se-á tanto a postura epistemológica assim reconfigurada, quanto a importância reconhecida aos detalhes mais prosaicos da vida e do trabalho cotidianos dos cortadores de cana e de suas famílias, não apenas como detalhes ilustrativos, mas como significativos de uma inserção social precisa, fundamental à paisagem histórica na região.⁷⁹ A escala entra também como uma questão definidora, em termos de perspectiva alargada, tanto na articulação de uma classe com o devir da região, quicá da nação, mas também com a chamada economia-mundo.⁸⁰ Antiga e indispensável parceira, a Geografia traz frutos ímpares.

A situação exemplar, em termos de classe, do contexto social estudado permite recorrer também ao aparato conceitual marxista, ou talvez melhor dizendo, marxiano, sem medo de ser ultrapassado ou desatualizado. As diversas correntes marxistas brasileiras, mais amplamente americanas,⁸¹ ou outras, enriquecem constantemente percepções e conceitualizações, no entanto, articuladas ao eixo definidor central do complexo analítico da obra de Marx. Sem entrar nos inúmeros debates que se oferecem no caminho (como as teorias da dependência) alguns assuntos mais especificamente ligados à definição do ou dos modos de produção reinantes na região estudada serão abordados, acompanhando os grandes autores brasileiros citados nos capítulos da terceira parte.⁸² Tentei inspirar-me no exemplo e seguir as pistas desenhadas por antropólogos e historiadores marxistas como o Professor Sidney W. Mintz, que deu um vulto absolutamente

⁷⁶ Idem, p. 46.

⁷⁷ III. 1. A visão da ‘morada’ na obra de José Lins do Rego e de Gilberto Freyre.

⁷⁸ Particularmente nos trabalhos de Carolyn Bynnum, bem como todos os desdobramentos dos estudos fotográficos, a exemplo do estudo de Elise Grunspan, *O sujeito em perigo. Identidade fotográfica e alteridade no Brasil: do século XIX até 1940*. Recife: Massangana, 1992.

⁷⁹ Ver, em particular, a Parte IV: A ‘morada’ na experiência dos moradores..

⁸⁰ III. 2. 6. A ‘morada’ reinterpretada no contexto da Economia-Mundo.

⁸¹ Penso particularmente na obra de Rodolfo Stavenhagen. *Les classes sociales dans les sociétés agraires*. Paris: Anthropos, 1969. (*Classes rurais na sociedade agrícola*. São Paulo: Loyola, 1979) e STAVENHAGEN, R., (Ed.), *Agrarian Problems and Peasant Movements in Latin America*. Gardencity: Doubleday, 1970, além de notas de aula do curso que ele deu na Universidade de Genebra, em 1970-71. Os trabalhos clássicos de Gunder Franck e Samir Amin (ver bibliografia) lhe estavam estreitamente associados, abrindo horizontes inéditos para os europeus ainda saindo da fase colonial.

⁸² III. Entendimentos marxistas acerca da ‘morada’.

novo à História do Açúcar. Ele abarca e articula dimensões diversas que vão desde o nível macro, no sentido da compreensão da história do capitalismo na escala de economia-mundo, proposta por Immanuel Wallerstein, até as modalidades mais classicamente antropológicas dos aspectos dietéticos da vida dos trabalhadores europeus. É precisamente essa capacidade esclarecedora de combinar tanto as escalas quanto as especialidades disciplinares, sem perder de vista a perspectiva de classe, que torna sua obra tão fundamental para entender, sob uma luz inovadora em termos conceituais, a velha história do açúcar e de seus produtores.

Os estudos da antropóloga Isabelle Schulte-Tenckhoff, particularmente sobre o ‘potlatch’,⁸³ na releitura de conceitos tidos como óbvios a ponto de permanecerem inquestionáveis, inspiraram a definição da própria temática do presente trabalho: a identificação e escolha de um conceito, a ‘morada’ ou o “*sistema de moradores*”,⁸⁴ como aspecto pivô da compreensão da história da região canavieira de Pernambuco. Com efeito, a interpretação da história que se organiza em volta desse conceito, ou melhor, da qual ele constitui o argumento demonstrativo chave, conduz a interpretações do devir da sociedade nordestina/brasileira, que motivam e justificam posturas ideológicas e políticas, sejam elas acadêmicas ou não. Elas incidem até mesmo em tomadas de posição concretas de atores sociais. Privilegia-se, no presente caso, o testemunho e a opinião dos trabalhadores rurais.

As novas perspectivas da historiografia, enfatizando a multiplicidade dos enfoques, enriquecem, portanto, a abordagem desse quadro histórico que, ademais, requer a incorporação de lacunas ao conhecimento. Marc Bloch já qualificava de “eloqüentes” os silêncios da história, neste sentido. Le Goff aconselha torná-los óbvios, integrantes da história, que deve ser assentada “*tanto sobre esses vazios, quanto sobre os cheios que sobreviveram.*”⁸⁵ No presente caso, tratando-se da classe mais pobre da sociedade do açúcar, a ausência de dados, fontes, testemunhos etc. é manifesta, inversamente proporcional, ao que parece, à importância dos personagens centrais da produção açucareira. Essa carência pode ser em parte preenchida ao se constituírem documentos novos através da história oral. No entanto, ainda não se pode pretender mais do que pontuar parcialmente uma imensa mancha quase branca na paisagem histórica da região. Embora ainda quase imaculada, sua magnitude deve ser realçada.

A história, definindo-se como sendo a “*ciência da mudança, da transformação*”,⁸⁶ a própria leitura ou interpretação destas mudanças pelos atores sociais oferece, portanto, outro

⁸³ Usei amplamente os trabalhos e conselhos de Isabelle Schulte-Tenckhoff para definir o objeto deste estudo, sobretudo sua tese de doutoramento: *Potlatch: Conquête et invention, Réflexion sur un concept anthropologique*. Lausanne: Editions d’En Bas, 1986.

⁸⁴ ANDRADE, Manuel Correia de. *Área do sistema canavieiro*. Recife: SUDENE, 1988, p. 231.

⁸⁵ Idem p. 54.

⁸⁶ LE GOFF, Jacques et NORA, Philippe. *Faire de l’histoire*. vol. I, *Nouveaux problèmes*. Op. cit., p. 15.

rico campo de investigação. A opinião dos trabalhadores rurais a respeito do seu próprio passado revela novidades em termos, senão de cronologia, ao menos de periodização, enriquecendo o elenco das visões da história, ao lado de outros atores sociais. Completa-se, assim, um retrato diversificado das opções interpretativas. Essa abordagem geometral, que Paul Veyne critica como ilusória,⁸⁷ ainda me parece rica de potencialidades. Elas mesmas se desdobram em questionamentos novos colocados frente às interpretações acadêmicas mais assentadas, num diálogo cuja fertilidade permite também “*desmistificar as interpretações historiográficas*”.⁸⁸

Na concepção da história defendida pelos fundadores dos *Annales*, o passado e o presente se iluminam mutuamente. A história recente ou história do presente, como diz Robert Castel, constitui “*esse esforço para compreender o surgimento do mais contemporâneo, ao reconstruir o sistema das transformações das quais a situação atual herda*”.⁸⁹ No bojo do vasto elenco de correntes da Nova História, ela pode incorporar os horizontes assim abertos, sem perder o incomensurável aporte dos mestres dos *Annales*. Le Goff e Nora explicam no seu prefácio à coletânea fundadora *Faire de l'Histoire*:

“*Obra coletiva e diversa, ele [um ato engajado na reflexão e na pesquisa dos historiadores] pretende ilustrar e promover um tipo novo de história. Não aquela de uma equipe ou escola. Se, muitas vezes, encontra-se nos autores ou no espírito da obra a marca da chamada escola dos Anais, é que a história nova deve muito a Marc Bloch, a Lucien Febvre, a Fernand Braudel e àqueles que os continuam na inovação; mas não existe aqui ortodoxia alguma, fosse a mais aberta.*”⁹⁰

Segundo Le Goff,⁹¹ a história recente é precisamente um dos campos conquistados pelas novas tendências da historiografia, onde a multiplicidade das abordagens, das fontes e dos pontos de vista, a pluralidade dos métodos e empréstimos a outras disciplinas qualificam como qualidade e riqueza. A proximidade temporal dos eventos evocados aqui, o contato estreito com as testemunhas, bem como um certo engajamento da minha parte ao lado dos principais personagens desta história, colocam a questão da “*legitimidade científica*” deste trabalho, segundo a formulação proposta por Agnès Chauveau e Philippe Tétart.⁹² Entretanto, com base numa visão não-monolítica da História em geral e do passado recente em particular, acredito na possibilidade de converter em acréscimos aquilo que certa corrente positivista consideraria obstáculos. Qualificando constantemente a origem e fonte das informações, bem como mantendo o rigor metódico na coleta dos dados e procurando alargar ao máximo o universo

⁸⁷ VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Op. cit.

⁸⁸ VILANOVA, Mercedes. Palestra no IV Encontro Nacional de História Oral, “Um Espaço Plural”. Recife: UFPE, 11-14 novembro 1997. Conferência 12.11.97.

⁸⁹ CASTEL, Robert. *Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat*. Paris: Fayard, 1995, p. 12

⁹⁰ LE GOFF, Jacques et NORA, Philippe. *Faire de l'histoire. I Nouveaux problèmes*. Op. cit., p. 9-10. Volume complementado por outros dois: vol. II, *Nouvelles approches*. Op. cit.; e vol. III, *Nouveaux objets*. Op. cit.

⁹¹ LE GOFF, Jacques. *A história nova*. Op. cit., p.50.

pesquisado, pode-se, ao meu ver, contribuir pelo menos para uma ampliação do campo historiográfico, no sentido de um melhor conhecimento da realidade da zona canavieira de Pernambuco na sua espessura temporal e social. Pois é precisamente “*em função das preocupações do presente*” que se definem “*no passado, novos objetos de estudo.*”⁹³ Acompanhando há mais de vinte anos os esforços do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais na região, trabalhando para ele temporariamente e colaborando no âmbito da solidariedade, tornei-me familiar das prioridades de suas lutas, das abordagens escolhidas/herdadas pelos seus membros, bem como das estórias que contam sobre suas vidas e aspirações. Despertaram-me a curiosidade disciplinar e guiaram meus propósitos de pesquisa.

Por outro lado, a legitimidade da preocupação histórica, numa área social onde a urgência dos problemas atuais parece engolfar qualquer tentativa - aparentemente vã - de restituir um passado doloroso, pode ser encontrada no que Le Goff reivindica como sendo

“*a necessidade da presença do saber histórico em toda ação científica ou toda praxis. Na área da ciência, da ação social ou política, da religião ou da arte - para considerar alguns dos domínios fundamentais - esta presença do saber histórico é indispensável. (...) A ciência do tempo, a história é um componente indispensável de qualquer atividade temporal. Em vez de sê-lo inconscientemente, sob a forma de uma memória manipulada e deformada, será que não é melhor que ela o seja sob a forma de um saber falível, imperfeito, discutível, nunca totalmente inocente, mas cujas normas de verdade e condições profissionais de elaboração e de exercício permitem que ele se denomine científico?*”⁹⁴

A ciência histórica, ou talvez mais modestamente a disciplina história, deve continuar, senão a oferecer ‘lições’, pelo menos pontos de referência, e a alimentar a reflexão sobre o tempo presente, como o sublinhava Marc Bloch: “*A ignorância do passado não se limita a ser nociva para o conhecimento do presente; ela compromete, no presente, a ação mesma.*”⁹⁵

A história “vista de baixo”

As correntes mais atuais da história admitem que o rigor na escolha e no tratamento das informações, de acordo com os métodos clássicos, se alie a certas opções, contanto que sejam nitidamente estabelecidas. Como o sublinhavam os fundadores da Escola dos *Annales*, a história há de ser “*de todos os homens*”; na historiografia geralmente se constata o que Mercedes Villanova chama de “*silêncios majoritários*”, ou seja, a ‘mudez’ dos trabalhadores. No seu artigo intitulado “Memória”, na coletânea *História e Memória*, Le Goff mostra o âmbito e o modo como relações de poder se exercem e se reforçam no fato de monopolizar uma suposta memória coletiva, ou melhor, em deixar de qualificá-la em termos de classe:

“*Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das*

⁹² *Questions à l'Histoire des temps présents*. Paris: Editions Complexes, 1992, p.28.

⁹³ Idem, Serge Berstein et Pierre Milza, “Conclusions”, p.35.

⁹⁴ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Op. cit., p.144-45.

⁹⁵ *Apologie pour l'histoire, ou le métier d'historien*. Op. cit., p. 11.

*classes, dos grupos, dos indivíduos que dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.”*⁹⁶

O presente estudo tenta evidenciar um fenômeno desse tipo quanto à história das relações de trabalho na atividade canavieira de Pernambuco. As consequências em escala maior do “*seqüestro da história*” pelos ‘europeus’,⁹⁷ segundo a expressão de Eduardo Galeano, serão evocadas nas páginas sobre o eurocentrismo na concepção das bases disciplinares.⁹⁸ Essa aparente digressão, enfocando axiomas epistemológicos que têm sua história, permite contextualizar as linhas explicativas vigentes sobre a história das relações de trabalho nas plantações de cana, tanto quanto as novas propostas, fruto precisamente de rupturas similares.

Uma história dos canavieiros deve privilegiar o testemunho e a opinião dos próprios trabalhadores, diretamente consultados, sem, no entanto, excluir o ponto de vista de outros atores sociais, tampouco as fontes clássicas (arquivos de órgãos públicos,⁹⁹ arquivos privados, imprensa¹⁰⁰ etc.); e os estudos já realizados neste campo (ver a bibliografia). Neste sentido, a preocupação teórica subjacente ao presente trabalho se dirige sobretudo à necessidade de inserir a “*visão dos vencidos*”, segundo a fórmula famosa de Nathan Wachtel,¹⁰¹ ou ainda aquela dos “*excluídos da História*”, segundo Michèle Perrot.¹⁰²

Embora o açúcar e sua proclamada importância para a região recebam um destaque não disputado, seja na literatura acadêmica a respeito da dimensão econômica, seja mesmo nos campos da cultura, a base social desta prezada ‘civilização’ ocupa relativamente pouco espaço nas bibliografias a nível local, sobretudo quando é tratada a própria atividade agrícola e seus agentes diretos. E o âmbito rural, em particular as classes exploradas nele, sofrem das consequências da escala de valores dominante no pensamento ocidental, que afirma a predominância civilizatória — portanto digna das atenções historiográficas — do urbano e do escrito. Michel de Certeau enfatiza, neste sentido, que o “*mundo esquecido dos camponeses*”

⁹⁶ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Op. cit., p. 426.

⁹⁷ No sentido da difusão européia, incluindo as classes dominantes de territórios não-europeus como as Américas. Ver BLAUT, Jim. *The Colonizer's Model of the World: Geographical Diffusionism and Eurocentric History*. New York: Guilford, 1993.

⁹⁸ Ver III.2.1. O evolucionismo na sucessão dos modos de produção. 2.1.1. História evolucionista: a ocidentalização do passado. 2.1.2. Aspectos do pensamento marxista sobre a questão da periodização.

⁹⁹ Em particular as publicações do IAA.

¹⁰⁰ Particularmente os grandes cotidianos de Recife: *Jornal do Commercio* e, sobretudo, *Diário de Pernambuco*, veículo conhecido dos plantadores. José Viera, numa sessão da Sociedade Auxiliadora de Agricultura, elogiou-o: “*esse velho órgão de publicidade*”. “Exodo do trabalhador rural”. DP 28.09.48.

¹⁰¹ WACHTEL, Nathan. *La vision des vaincus*. Op. cit.

¹⁰² PERROT, Michèle. *Os excluídos da história. Operários, Mulheres e Prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Em particular “O olhar do Outro: Os padrões franceses vistos pelos operários (1880-1914)”, p. 81-100.

constitui, por excelência, uma das “zonas silenciosas”¹⁰³ no panorama historiográfico mais geral, em suma, uma “*história vista de baixo*”.¹⁰⁴

O eurocentrismo historiográfico em questão

Do ponto de vista teórico, a história ‘vista de baixo’ pode, conseqüentemente, ser alargada em termos geográficos. Ou seja, um dos eixos mais estimulantes do assunto aqui tratado encontra-se na qualidade evolucionista das interpretações clássicas da história estudada. A localização do objeto abordado nessa escala evolucionista pode ser posta em exame à luz das diversas fontes utilizadas, mas também aproveitando as obras teóricas de vários historiadores que questionaram os parâmetros eurocêtricos da história dita universal e de sua periodização. Embora o debate não seja muito desenvolvido no Brasil, ele inspira cada vez mais a reflexão histórica em diversos continentes, realçando a feitura colonialista da história, enquanto disciplina definida na Europa dos séculos XIX e XX.¹⁰⁵

Além de reabilitar um passado quase apagado – ou em vias de sê-lo por falta de registro escrito – a pretensão teórica do presente trabalho reside numa tentativa de utilizar os resultados dos levantamentos e pesquisa de campo para testar o modelo eurocêntrico estabelecido historicamente para a disciplina, com destaque para a periodização estritamente européia e os critérios de “avanço x atraso”, por exemplo, que são especialmente relevantes para o assunto presente, pela sua localização em diversas escalas: ‘periférico’ e rural. Nathan Wachtel escreve a respeito desta problemática:

“A historiografia ocidental instaurou por muito tempo a Europa como o centro de referência em relação ao qual a humanidade se ordenava. Segundo uma representação simples e unilinear do devir, todas as sociedades estavam supostas passar pelas mesmas etapas na rota do progresso e da civilização, cujo modelo mais acabado estava concretizado na Europa; neste itinerário, as sociedades não européias se situavam atrás, ilustrando estados de menor civilização: tratava-se de uma ideologia justificadora da expansão do Ocidente no mundo e de sua hegemonia.”¹⁰⁶

Como esse autor, outros estudiosos questionaram o eurocentrismo contido em boa parte da concepção clássica da própria história ocidental. As tremendas implicações desse viés foram evidenciadas no trabalho de Dominique Perrot e Roy Preiswerk, *Ethnocentrisme et Histoire*,¹⁰⁷

103 CERTEAU, Michel de. “L’opération historique”. In: Le GOFF, Jacques et NORA, Pierre. *Faire de l’histoire*, vol. 1, *Nouveaux Problèmes*. Op. cit., p. 50.

104 SHARPE, Jim. “A História Vista de Baixo”. In: BURKE, Peter (Org.), *A Escrita da História, Novas Perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 39.

105 Ver, por exemplo, recentes publicações como RUSCIO, Alain. *Le Credo de l’homme blanc*. Bruxelles: Complexe, 2002; HOOCK-DEMARLE, Marie-Claire et LIAUZU, Claude. *Transmettre les passés. Nazisme, Vichy et les conflits coloniaux. Les responsabilités de l’université*. Paris: Syllepse, 2001; BANCEL, Nicolas. BLANCHARD, Pascal; HOETSCH, Gilles; DEROO, Éric et LEMAIRE, Sandrine. *Zoos humains XIX et XXe siècles*. Paris: La Découverte, 2002.

106 WACHTEL, Nathan. *La vision des vaincus*. Op. cit., p. 21.

107 PERROT, Dominique et PREISWERK, Roy. *Ethnocentrisme et Histoire. L’Afrique, l’Amérique indienne et l’Asie dans les manuels occidentaux*. Paris: Anthropos, 1975.

que tem o mérito de oferecer um aparato conceitual para abordar a questão.¹⁰⁸ Tais estudos permitem tornar mais preciso o debate acerca da questão do evolucionismo cultural em geral, e da transferência de conceitos elaborados a partir da realidade histórica europeia e aplicados a outras sociedades. Para tentar uma via não evolucionista, no sentido unilinear e universalizante do termo, novas perspectivas são propostas pela teoria da economia-mundo, corrente marxista original. Deste modo, o debate está situado em torno de perguntas que levam a considerar formas alternativas de conceber o estatuto passado dos canavieiros e seu sentido. Esta tentativa inspira-se sobretudo nos trabalhos do Professor Sidney W. Mintz,¹⁰⁹ cujo enfoque interdisciplinar, somando os aportes da Antropologia e da História, enriquece consideravelmente os termos do debate, bem como fornece perspectivas analíticas fecundas.

Entre as diversas leituras do passado, a vertente acadêmica oferece ainda matéria para uma revisitação da periodização habitual da história, sobretudo na sua dimensão de classificação em termos de modos de produção ou etapas de desenvolvimento da sociedade. A este respeito, Le Goff propõe um aperfeiçoamento de métodos de comparatismo, e com todo o prestígio do grande medievalista que é, toma como exemplo o feudalismo, cuja

*“definição demasiado ampla, que coloque sob um mesmo rótulo realidades demasiado distantes no tempo e no espaço e que não dependam de sistemas históricos comparáveis – os pretensos feudalismos africanos, no fundo, não têm muita coisa a ver com o feudalismo europeu dos séculos IX e X (ele próprio a ser diferenciado em várias fases) – mas também não se contentar com uma concepção estreita que só julgaria comparáveis o feudalismo europeu e o feudalismo japonês.”*¹¹⁰

Essa questão está estreitamente ligada, no assunto estudado aqui, à definição da etapa de desenvolvimento na qual se situa a sociedade local – da zona canavieira de Pernambuco – ou mais amplamente regional. A ‘morada’ se tornou, para muitos estudiosos, a pedra angular dessa definição, sendo uma relação tão peculiar e importante que permitiria identificar precisamente a etapa em debate. Daí a liberdade que se tomará,¹¹¹ ao testar as interpretações, de revisitar os conceitos de feudalismo ou modo de produção feudal, na sua diversidade original, com o benefício da obra monumental de Marc Bloch,¹¹² e de seus seguidores.¹¹³ Outros autores mais recentes,¹¹⁴ medievalistas ou não, examinaram esses conceitos nas aplicações tentadas em

¹⁰⁸ III.2.1. O evolucionismo na sucessão dos modos de produção.

¹⁰⁹ Por exemplo, no artigo: MINTZ, Sidney W. “Was the Plantation Slave a Proletarian?”. In: *Review II*, 1, Summer, 1978, p. 81-98. Trad. C. R. Dabat: “Era o Escravo de Plantação um Proletário?”. In: MINTZ, Sidney, *O poder amargo do açúcar*. Op. cit.

¹¹⁰ LE GOFF, Jacques. “A história nova”. In: LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. Op. cit, p. 55.

¹¹¹ III.2.2. A Tese Feudal: o morador como servo. 2.2.1. Consulta à historiografia medievalista a respeito da opção feudal para definir a ‘morada’: “*Que é o feudalismo?*”

¹¹² BLOCH, Marc. *A sociedade feudal*. Lisboa: Edições 70, 1979; BLOCH, Marc. *Les caractères originaux de l’histoire rurale française*. Paris: A. Colin, 1968, 2 vol.

¹¹³ Particularmente Georges Duby, Robert Boutruche e Guy Fourquin. Ver bibliografia.

¹¹⁴ GUERREAU, Alain. *O Feudalismo. Um horizonte teórico*. Lisboa: Edições 70, s.d. HEERS, Jacques. *Le Moyen Age, une imposture*. Paris: Perrin, 1992. BLAUT, Jim. *The Colonizers’ Model of the World*. Op. cit.

Excluído:

Excluído:

âmbitos não europeus, como o lembra Le Goff. O caso do Japão é o mais conhecido, com os trabalhos famosos, inclusive de estudiosos japoneses como Takahashi, participante no grande debate orquestrado por Dobb e Sweezy.¹¹⁵ Trabalhos divergentes de sinólogos e historiadores chineses ilustram igualmente este debate.¹¹⁶ Remete-se assim, sem dúvida, à questão da periodização em vigor, como assinala o sinólogo Jean Chesneaux,¹¹⁷ e ao procedimento de transferência de conceitos do âmbito europeu ao não-europeu.¹¹⁸

O ‘olhar de volta’

Para tanto, a ‘iluminação de volta’ (*éclairage en retour*) ou ‘olhar de volta’ (*regard en retour*), caros aos trabalhos do IUED¹¹⁹, pode inspirar uma abordagem nova da história da região canavieira de Pernambuco. Não no sentido de estabelecer a ‘inocência’ original, à qual pretendia a ciência positivista, mas para evitar de fortalecer os *a priori* afirmados, mesmo sucintamente, pela literatura científica ou não sobre a Zona da Mata. Proposto para examinar as sociedades européias com o ‘olhar’ de habitantes de outros continentes, devolvendo aos seus inventores a abordagem antropológica que não lhes era inicialmente destinada,¹²⁰ este método permite estudar de forma inédita uma realidade tida como bem conhecida, a ponto de não oferecer mais estímulo à curiosidade. Ilustres antropólogos, como o Professor Sidney W. Mintz, ousaram desafiar pressupostos disciplinares tornados preconceitos, e ‘contaminar’ oportunamente a disciplina-irmã, como diz Le Goff, — a história — com este tipo de abordagem. Seus estudos sobre os canavieiros de Porto Rico e mais amplamente do Caribe,¹²¹ e sua obra-mestre *Sweetness and Power*¹²² revelam-se eminentemente benéficos para o conhecimento histórico, sobretudo na sua dimensão de entendimento. Ao mudar o ponto de vista (o olhar) e ao confrontar em seguida as diversas perspectivas e concepções elaboradas em torno desta mesma realidade - a história

¹¹⁵ Ver seus artigos “Contribution à la discussion” e “La place de la Révolution de Meiji dans l’histoire agraire du Japon”. In: DOBB Maurice et SWEEZY Paul-M. *Du féodalisme au capitalisme: problèmes de la transition*. Paris: Maspéro, 1977, vol. I, p. 45-79 e vol. II, p. 95-139, respectivamente.

¹¹⁶ Ver, por exemplo, FEUERWERKER, Albert. (Ed.) *History in Communist China*. Cambridge: MIT Press, 1969.

¹¹⁷ CHESNEAUX, Jean. *Du passé faisons table rase? À propos de l’histoire et des historiens*. Paris: Maspéro, 1976.

¹¹⁸ Os mais recentes trabalhos de Gunder Frank oferecem, a este respeito, novos desafios estimulantes. Ver particularmente *ReOrient: Global economy in the Asian Age*. Berkeley: Univ. of California Press, 1998.

¹¹⁹ Instituto Universitário de Estudos do Desenvolvimento da Universidade de Genebra, Suíça. Ver os Cahiers de l’IUED, particularmente *L’ambivalence de la production. Logiques communautaires et logique capitaliste*, N° 3, *Cahiers de l’Institut d’Etudes du Développement*/Presses Universitaires de France, Genève/Paris, IUED/PUF, 1975.

¹²⁰ Como será visto em 2.1.1. História evolucionista. A ‘partição’ das Humanidades. A linha excludente.

¹²¹ Ver, entre outros: MINTZ, Sidney W. e WOLF, Eric. “Fazendas e Plantações na Meso-América e nas Antilhas”. In: MINTZ, Sidney. *O poder amargo do açúcar*. Op. cit.; MINTZ, Sidney W. *Worker in the cane: A Puerto Rican Life History*. Yale, Caribbean Series: II. New Haven: Yale UP, IX; MINTZ, Sidney W. (Ed.). *Caribbean Transformations*, Baltimore, The Johns Hopkins Univ., 1984; MINTZ, Sidney W. “The Power of Sweetness and the Sweetness of Power”. In: *The Eighth Duijker Lecture*, Amsterdam, Van Loghum Slaterus, 1988, p. 3-20; “O Poder do Doce e a Doçura do Poder”. In: MINTZ, Sidney. *O poder amargo do açúcar*. Op. cit.

¹²² MINTZ, Sidney W. *Sweetness and Power*. New York: Viking Penguin, 1985.

recente dos canavieiros - espera-se, senão escapar/renunciar totalmente à história linear ensinada classicamente, pelo menos dotá-la de certo relevo, certas nuances, por meio do acréscimo do número de vozes expressando-se a seu respeito; propõe-se a passagem da monofonia à polifonia.

Em resumo, esta primeira preocupação em restituir o passado recente de uma população muito numerosa e inserida geograficamente num espaço central,¹²³ contudo pouco ouvida, soma-se a um embate em termos de visão geral do passado da região de acordo com a concepção evolucionista da História. Com efeito, apesar de sua posição geograficamente vantajosa e economicamente crucial, a sorte dos canavieiros, enquanto mão-de-obra majoritária da principal atividade econômica do Estado de Pernambuco, entre a fase escravista e a recente urbanização domiciliar e supostamente conseqüente ‘proletarização’, suscitou relativamente pouco interesse. Presumida amplamente conhecida e qualificada, esta realidade social, ou seja, a forma adotada pelas relações de trabalho durante este período - a morada - tem um papel-chave na concepção da história regional. Ela foi objeto de diversos trabalhos teóricos, senão como elemento central, ao menos como argumento para determinar o modo de produção então próprio à região.¹²⁴

A inserção deste passado em modelos construídos a partir da história européia encontra-se em tensão constante, ao meu ver, com uma certa reivindicação à originalidade da história nacional brasileira (no seu componente regional), destino singular, portanto, que permite a abertura de um campo alargado de potencialidades para seu devir. Junto com o exame crítico das explicações propostas por vários autores brasileiros, tenta-se acrescentar o aporte de historiadores que, como Wallerstein e Mintz, oferecem um ponto de vista geograficamente alargado, e uma inserção diferente da região na dinâmica mundial.

Memória e história

O assunto da relação entre memória e história é muito complexo e suscita sempre novas reflexões, inclusive dos mais seletos intelectuais. Entre os mais cardeais, Pierre Nora e Jacques Le Goff, historiadores que conduziram a discussão entre as correntes da Nova História. Esse último dirigiu uma vasta obra intitulada *Les lieux de mémoire*. No primeiro volume, *La République*, ele escreve um artigo, quase um manifesto, “Entre Mémoire et Histoire”, onde ele opõe os dois termos: “Memória, história”:

“Longe de serem sinônimas, elas são opostas em tudo. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, a esse título, ela está em evolução permanente, aberta à dialética da lembrança e da amnésia, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todas as utilizações e manipulações,

¹²³ Próxima à capital do Estado, Recife, e à região industrial, estreitamente ligada às grandes vias de comunicação regionais ou até mais amplas.

¹²⁴ SCHULTE TENCKHOFF, Isabelle. *Potlatch*. Op. cit.

suscetível de longas latências e de súbitas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta daquilo que não existe mais.”¹²⁵

Embora impregnada do habitual eurocentrismo,¹²⁶ a própria reflexão desse autor, mas sobretudo a coletânea que ele compôs, mostra a intrincada maneira como ambas as categorias se articulam em torno de práticas, rituais, objetos, símbolos e precisamente lugares. Uma das dimensões mais desafiadoras de sua reflexão, cuja vontade perscrutadora quiçá iconoclasta tende, como para Paul Veyne,¹²⁷ a certas afirmações perturbadoras, se detém nas múltiplas facetas da memória, e sua concepção nova do trabalho profissional do historiador, doravante “*pronto a confessar, diferentemente de seus antecessores, a ligação estreita, íntima e pessoal que ele mantém com seu assunto.*”¹²⁸ Como outros autores desta linhagem, o esforço para desvendar, além dos antigos confortos disciplinares, questionamentos quase existenciais têm grandes méritos. É verdade que os assuntos que o próprio Nora estuda constituem o coração da fabricação de uma história funcional com propósitos ideológicos, tais como a Terceira República, anti-communarde, nacionalista e colonialista a manufaturava para um uso específico de formação dos futuros heróis de Verdun,¹²⁹ beneficiários da escola pública, laica, gratuita e obrigatória,¹³⁰ que garantiu a unidade cultural tão almejada, do povo francês.¹³¹ No entanto, me parece que é possível, na linha sugerida com mais moderação por seu colega Jacques Le Goff, associar essas novas consciências a certas antigas preocupações.¹³²

¹²⁵ NORA, Philippe. “Entre Mémoire et Histoire”. In: NORA, Philippe, (Dir.) *Les lieux de mémoire*, vol. I *La République*. Paris: Gallimard, 1984, p. XIX. Tradução da Autora. .

¹²⁶ Ele considera a historicidade dos países “*na periferia*”, sociedades “*já despertadas de seu sono etnológico pelo estupro colonial*”. Idem, p. XVIII.

¹²⁷ VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Op. cit.

¹²⁸ NORA, Philippe. “Entre Mémoire et Histoire”. Op. cit., p. XXXIII.

¹²⁹ Ver, a esse respeito, o artigo de Antoine Prost, “Les monuments aux morts. Culte républicain? Culte civique? Culte patriotique?”. In: NORA, Philippe (Dir.). *Les lieux de mémoire*, vol. I *La République*, pp. 195-225.

¹³⁰ NORA, Philippe. “Lavis, instituteur national”. In: NORA, Philippe (Dir.). *Les lieux de mémoire*, vol. I *La République*. Op. cit., p. 247-290.

¹³¹ “À qui voudrait saisir, dans toute la rigueur de son enchaînement, mais aussi dans l’infinie richesse de ses constellations, le lien absolu qui unit tout droit la Révolution à la République, la République à la raison, la raison à la démocratie, la démocratie à l’éducation, et qui, de proche en proche, fait donc reposer sur l’instruction primaire l’identité même de l’être national, on conseillerait en définitive un ouvrage (...) le dictionnaire de pédagogie et d’instruction primaire de Ferdinand Buisson.” NORA, Philippe. “Le dictionnaire de pédagogie de Ferdinand Buisson. Cathédrale de l’école primaire”. In: NORA, Philippe (Dir.). *Les lieux de mémoire*, vol. I *La République*. Op. cit., p. 353.

¹³² Lendo Marc Bloch e até mesmo Seignobos, quiçá Auguste Comte, que alertava contra “*a superstição da ciência*” e o “*scientisme latent qui sert à justifier le refus de toute libre réflexion*” (In: DUMAS, Jean-Louis. *Histoire de la pensée. Philosophies et philosophes*. vol. 3 *Temps modernes*. Paris: Tallandier, 1990, p. 37), é bom se perguntar o quanto os grandes autores realmente professavam o suposto “positivismo” que lhes é tão dura e repetidamente lançado como acusação. Como para outros grandes pensadores – particularmente em Marx – são as escolas, para não dizer seitas (“chapelles”), formadas a sua volta que deram esse tom teológico a conclusões provisórias que eles nunca teriam imaginado colocar como axiomas, dogma. Mais ainda, esses discípulos (desejados e escolhidos ou não), muitas vezes, resolveram purgar, sistematizar, corrigir e acrescentar desdobramentos estranhos ao pensamento original. Jean-Louis Dumas assinala o quanto o que conhecemos como

Mais recentemente, Paul Ricoeur, propôs uma obra *La mémoire, l'histoire, l'oubli*,¹³³ que constitui uma *Summa*, a modo escolástico (no bom sentido da palavra), do seu percurso como pensador. Nela, ele articula contribuições desafiadoras nesse âmbito, particularmente o diálogo entre filósofos e historiadores, muito enriquecido e dinamizado pela obra de Michel Foucault. Seguindo um dos princípios do “olhar de volta”, é muito inspiradora também a reflexão de Ricoeur na introdução à coletânea que organizou sob os auspícios da UNESCO.¹³⁴ Num exercício de constatação da imensa diversidade dos modos de conceber e falar sobre o tempo,¹³⁵ das funções sociais de narrativas (religiosas por exemplo) que articulam o tempo na sua relação com o mito (particularmente forte na cultura ocidental cristã), ele encoraja a uma humilde mas saudável curiosidade. Alertando para o plural e a dificuldade em captá-lo em escala maior, ele estimula a abertura de espírito necessária para registrá-lo no âmbito mais modesto. Assim, ao desenvolver maior sensibilidade pluricultural, assume-se a possibilidade de periodizações diversas, de acordo com os atores sociais, e pode-se evidenciar os aportes originais das novas fontes, bem como as permanências, ou concordâncias, por exemplo, entre fontes literárias, oriundas de uma dada fração da classe dominante e posicionamentos dos órgãos oficiais.

Análise de conteúdo, análise de discurso

Tendo o presente trabalho o propósito de resgatar o ponto de vista dos trabalhadores, seus depoimentos serão analisados tanto em termos de conteúdo, como foi acima detalhado, quanto de discurso.¹³⁶ Nas ciências humanas dos últimos decênios, a análise do discurso tem ocupado um espaço crescente. Oriunda de confluências interdisciplinares, particularmente entre lingüistas e cientistas sociais que, alimentadas nas suas novas formas por autores tão importantes quanto Michel Foucault, enveredaram, a exemplo deste mestre, pela história.

Os ensinamentos de Joanildo Burity, além de autores de diversas proveniências disciplinares, permitiram absorver a obsessiva lembrança do recuo necessário na apreensão dos

positivismo deve a Emile Littré. Idem, p. 38. Os extremos aos quais chegaram esses epifenômenos mais políticos do que propriamente intelectuais, são o que provoca a ira de certos reformadores históricos.

¹³³ RICOEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil, 2000.

¹³⁴ Com contribuição de grandes especialistas como Raimundo Panikkar e A. Y. Gourevitch; *As Culturas e o Tempo*. Petrópolis: Vozes, 1975.

¹³⁵ Apropriadamente, ele ilustra seu propósito: a respeito da visão clássica que faz começar qualquer assunto filosófico com os gregos clássicos, inclusive a concepção do tempo e da história: “São as outras culturas que relativizam como ocidental a universalidade da discussão filosófica. Essa incidência de fora é impensável de dentro: o pensamento grego como tal pode produzir apenas a oposição do grego e do bárbaro. Mas como testemunhas da diversidade das culturas, sabemos que não é bárbara a especulação da Índia para tomar um exemplo que a presente coletânea torna irrecusável.” Idem, p. 33.

¹³⁶ O Prof. Joanildo Burity, nas suas aulas, bem como diversas obras de Michel Foucault, particularmente *Arqueologia do saber* (4ª ed, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1986) e *Histoire de la sexualité. La volonté de savoir* (Paris: Gallimard, 1976). Para novos desdobramentos e aplicações, MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas/SP: Pontes Ed., 1989. Quanto à questão crucial do discurso e do poder, em escala internacional: NOUVEAUX CAHIERS de l'IUED, No 13. *Les mots du pouvoir. Sens et non-sens de la rhétorique internationale*. Paris/Genève: PUF/IUED, 2002, com um artigo de Dominique Maingueneau.

documentos, já inculcada por métodos mais antigos, mas doravante tornada mais eficiente e, sem dúvida, abrangente na sua capacidade explicativa para a interpretação da história. Entre as obras mais apropriadas para o assunto aqui tratado, por ser especificamente dirigida a historiadores e por uma historiadora, pode-se citar *História e Lingüística*, de Régine Robin,¹³⁷ bem como *Análise de discurso: princípios e procedimentos*, de Eni Orlandi.¹³⁸

Além da complexidade e estranheza frente a métodos¹³⁹ oriundos da lingüística (muito aprofundados e variáveis entre autores) que essa abordagem exige, pode-se ultrapassar a “*perplexidade*” inicial do historiador, sublinhada por Régine Robin,¹⁴⁰ e constatar a força demonstrativa da análise do discurso. Embora se possa ainda, em certos aspectos, identificar nada mais do que a autora chama “*‘redemonstrar’ evidências*”,¹⁴¹ o exercício permite, no entanto, tratar grandes quantidades de material. Melhor aproveitamento e perspicácia maior quanto às convergências entre discursos oriundos de diferentes fontes e emitidos em oportunidades diversas, mas que, entretanto, constituem um feixe afirmativo de sentido (das relações de classe, dos rumos da história regional etc.) em que cada anedota, observação ou apelo serve um propósito indistinguível do todo construído historicamente. Esses ensinamentos serão particularmente úteis no estudo das obras de José Lins do Rego e Gilberto Freyre,¹⁴² que poderiam ser concebidas como um conjunto discursivo ou, pelo menos, apresentam muitas convergências e áreas de superposição. O *corpus* constituído por textos oriundos da classe patronal e do Estado¹⁴³ manifesta um parentesco de sentido que se articula no que Orlandi chama de interdiscurso,¹⁴⁴ ou memória discursiva, assim definida por Roberto Leiser Baronas:

¹³⁷ ROBIN, Régine. *História e Lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1977.

¹³⁸ ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas/SP: Pontes, 1999.

¹³⁹ Nada mais reconfortante para o uso (que poderia ser qualificado de “amador”) do método de análise do discurso realizado aqui do que o comentário de Roland Barthes a respeito das dificuldades que os historiadores podem encontrar nesse campo: “*Alguns falam do método com gula, com exigência. ele nunca lhes parece suficientemente rigoroso, suficientemente formal. O método torna-se uma Lei, mas como esta Lei é privada de todo efeito que lhe seja heterogêneo (ninguém pode dizer o que é, em “Ciências Humanas”, um “resultado”), ela é infinitamente frustrada... Assim, é invariável que um trabalho que proclama sem cessar sua vontade de método acabe sendo estéril: tudo se passou no método, nada sobrou para a escrita; o pesquisador repete que seu texto será metodológico, mas esse texto nunca aparece: nada mais seguro para matar uma pesquisa e fazê-la aumentar o grande lixo dos trabalhos abandonados; nada mais seguro do que o método ... [é preciso] a um dado momento se voltar contra o método.*” ROBIN, Régine. *História e Lingüística*. Op. cit., p. 12.

¹⁴⁰ Idem, p. 105.

¹⁴¹ Idem, p. 106.

¹⁴² III. 1. A visão da morada na obra de José Lins do Rego e de Gilberto Freyre.

¹⁴³ Particularmente na imprensa, sendo o *Diário de Pernambuco*, já qualificado como um “quase” jornal oficial da classe patronal no poder. Ver lista dos períodos pesquisados entre 1940 e 1975, em anexo.

¹⁴⁴ ORLANDI, Eni Puccinelle. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Op. cit., p. 31.

“podemos conceber a memória discursiva como sendo esses sentidos já cristalizados, legitimados na sociedade e que são reavivados no intradiscurso. Ela é, assim, uma reatualização, uma revigoração dos sentidos institucionalizados.”¹⁴⁵

Firmemente fincada no campo da história, tento assim aproveitar as ferramentas propostas por campos disciplinares próximos, sem equívocos assimilativos.

I. 2. AS FONTES

“O sonho positivista de uma perfeita inocência epistemológica mascara o fato de que a diferença não está entre a ciência que opera uma construção e aquela que não o faz, mas entre a que o faz sem o saber, e aquela que, sabendo-o, esforça-se em conhecer e dominar o mais completamente possível seus atos, inevitáveis, de construção, bem como os efeitos que produzem também inevitavelmente.”

Pierre Bourdieu¹⁴⁶

O propósito mesmo do presente estudo alarga o campo habitual das fontes para a história. A oralidade obrigada dos principais atores sociais aqui convidados – os trabalhadores rurais – conduziu ao estabelecimento de documentos com base em depoimentos. Essa parte das fontes, descrita mais adiante, se somou à exploração de fontes ditas clássicas: arquivos de polícia;¹⁴⁷ arquivos sindicais; arquivos pessoais de empregadores; memórias de diversos atores; testemunhos escritos de pessoas (jornalistas, agrônomos, geógrafos, clérigos, políticos etc.), que conheceram a vida dos engenhos no período tratado; a imprensa local da época; os discursos de deputados na Assembléia Legislativa e no Congresso Nacional tratando dos problemas aqui evocados; os atos do executivo estadual ou federal com seus arrazoados;¹⁴⁸ documentos produzidos pelos órgãos do Estado como o IAA¹⁴⁹ ou a SUDENE;¹⁵⁰ documentos judiciários; dados censitários e de levantamentos específicos etc.

As fontes escritas

Na sua aula inaugural no Collège de France, Georges Duby lembrou:

“o estudo da estratificação social, das relações que os indivíduos ou grupos não podem começar sem que seja antes claramente discernida a maneira como, em dado momento, se organizam as relações de produção e como são repartidos os lucros.” No entanto, *“Seria falso pensar que se concluiu a análise de uma sociedade quando se levou a termo a leitura dos registros, cadastros (...) Com efeito, o sentimento que sentem os indivíduos e os grupos sobre sua posição respectiva e as condutas que ditam este*

¹⁴⁵ BARONAS, Roberto Leise. “Configurações da memória discursiva em slogans políticos”. In: GREGOLIN, M. R., V.(Org.). *Filigranas do discurso. As vozes da História*. São Paulo: FCL/UNESP, 2000.

¹⁴⁶ BOURDIEU, Pierre (Dir.). *La misère du monde*. Paris: Seuil, 1993, p. 905.

¹⁴⁷ Inclusive as publicadas depois: LIMA, Álvaro Gonçalves da Costa; SAMICO, Armando Hermes Ribeiro; LIMA, Francisco de Assis. *Aspectos da Atividade do Comunismo em Pernambuco*. Recife, SSP, 1968, 3 ed., 1986.

¹⁴⁸ Particularmente *ESTATUTO DO TRABALHADOR RURAL*. Brasília: Ministério da Agricultura, 1963; e *ESTATUTO DA TERRA*. Brasília: MADA/INCRA, 1983 [1964].

¹⁴⁹ IAA. *Congressos açucareiros no Brasil*. Rio de Janeiro, IAA, 1949. Entre as obras fundamentais neste aspecto: SZMRECSÁNYI, Tamás. *O Planejamento da Agroindústria Canavieira no Brasil, 1930-1970*. São Paulo: HUCITEC, 1979. ANDRADE Neto, Joaquim Correia Xavier de. *O Estado e a Agroindústria Canavieira do Nordeste Oriental: Modernização e Proletarização*. São Paulo (Tese, mimeo), 1990.

¹⁵⁰ Ver os Planos Diretores da SUDENE e ANDRADE, Manuel Correia de. *Área do sistema canavieiro*. Op. cit.

sentimento, Não são imediatamente determinados pela realidade de sua condição econômica, mas pela imagem que têm dela, a qual nunca é fiel, mas sempre desviada pelo jogo de um conjunto complexo de representações mentais.”¹⁵¹

Neste sentido, é importante entender também a forma como os principais atores do âmbito estudado se concebem, revelar este “*sentimento*” do qual fala Duby. Esta dimensão é obviamente indispensável para se compreender as formas de atuação – inclusive passiva – que essas classes exploradas e oprimidas opuseram às antagônicas.

Para compor um quadro da realidade vivida pelos canavieiros, pode-se apelar em primeiro lugar para os dados ditos “duros”, ou seja, censos, levantamentos etc. Eles permitem desenhar um quadro genérico das condições sociais na região, enriquecendo-o com testemunhos de pessoas que freqüentaram essa população na época, em razão do seu trabalho ou apostolado. Os grandes censos do IBGE não são suficientemente detalhados para fornecerem mais do que dados extremamente gerais.¹⁵² A predominância da cana é ilustrada de forma numérica. Quanto à estrutura fundiária, ela permanece um assunto quase tabu, na medida em que os dados não são só recentes na sua forma cadastral, como de difícil acesso e relativa confiabilidade.¹⁵³ Os dados oficiais são complementados por amplos levantamentos e pesquisas pontuais: em particular a de Vasconcelos Torres, prefaciado por Oliveira Vianna,¹⁵⁴ que estudou especificamente o âmbito das usinas, numa pesquisa do IAA, no início dos anos 40; a pesquisa, também no âmbito dominado pelas usinas, desta vez em Pernambuco, efetuada por J.M. da Rosa e Silva Neto, prefaciada por Gilberto Freyre,¹⁵⁵ que apresentou também o relatório compilado por pesquisadores de sua instituição para o Governo Federal, no quadro do GERAN.¹⁵⁶ Outros

¹⁵¹ DUBY, Georges. “Des sociétés médiévales” Leçon inaugurale au Collège de France, prononcée le 4 décembre 1970. In: DUBY, Georges. *Féodalité*. Paris: Gallimard, 1996, p. 1452.

¹⁵² Organizamos, no contexto da pesquisa FETAPE/SUDENE, todos os dados censitários desse tipo em dossiês municipais disponibilizados ao Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, para os anos de 1975-80-85. Ver também o estudo da geógrafa Jacqueline Pernet Grandjean Bitoun sobre a Mata Norte: *Canne-à-sucre et cultures alimentaires dans la Zona da Mata Seca, Pernambuco, Brésil*, Paris, Thèse Univ. Paris III Sorbonne, 1980

¹⁵³ Ver, em particular: WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *L'économie sucrière du Pernambouc: contribution à l'étude des rapports entre la propriété foncière et le capitalisme*, Paris, Univ. Paris, 1975, (Thèse de 3e cycle); ANDRADE, Manuel Correia de. “A propriedade da terra e a questão agrária em Pernambuco”. In: ANDRADE, Manuel Correia de; REDWOOD III, John; FIORENTINO, Raul. *A propriedade da terra e as transformações recentes na agricultura pernambucana*. Recife, MDU, UFPE, maio de 1982.

¹⁵⁴ TORRES, Vasconcelos. *Condições de Vida do Trabalhador na Agroindústria do Açúcar*. Rio de Janeiro: IAA, 1945, 277 p. Embora a pesquisa, muito detalhada, não inclua Pernambuco, Sergipe figura no elenco dos Estados pesquisados, tornando-a relevante em virtude de uma realidade social bastante similar, até porque, às vezes, os proprietários controlam plantações em diversas unidades da Federação.

¹⁵⁵ SILVA Neto, J.M. da Rosa. *Contribuição ao estudo da Zona da Mata em Pernambuco. Aspectos estruturais e econômicos da área de influência das usinas de açúcar*, Prefácio de Gilberto Freyre. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais-MEC, 1966.

¹⁵⁶ AZEVEDO, Carlos Alberto et al. *Situação sócioeconômica em Áreas da Zona Canavieira de Pernambuco e Alagoas*. Recife: IJNPS, 1972, apresentada por Gilberto Freyre e que tem a peculiaridade de ter sido realizada em convênio com o GERAN, “que permitirá a planificação e implantação de empreendimento que permitirão (sic) a criação .de condições novas, irreversíveis e permanentes, visando a melhoria das condições de saúde, de novos hábitos alimentares, de educação e de mobilização comunitária para os trabalhadores rurais canavieiros e seus

levantamentos, dos anos 1980, realizados pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais,¹⁵⁷ bem como pelo DIEESE, e a FETAPE (em convênio com diversas entidades como a SUDENE¹⁵⁸ e o IUED¹⁵⁹), assim como estudos monográficos,¹⁶⁰ permitem estabelecer as condições gerais de moradia, situação sanitária, taxas de analfabetismo na população adulta. Em termos de nutrição, os trabalhos pioneiros dos médicos Josué de Castro e Nelson Chaves¹⁶¹ mostraram, sem disfarce, o trágico da situação. No entanto, somente do meio ao fim dos anos 60 encontraram-se, em Pernambuco,¹⁶² as pesquisas de envergadura regional, levadas a cabo de forma sistemática, sobre os aspectos de base das condições de vida dessas populações: nutrição e estado de saúde etc. Trata-se, sobretudo, de “Condições de Vida do Trabalhador Rural na Zona da Mata de Pernambuco”, de 1964, sob a direção de Fernando Antônio Gonçalves,¹⁶³ que marcou pela novidade que constituía sua abordagem, bem como pela amplitude de seu universo (477 famílias em toda a região). No decorrer do decênio subsequente, a Fundação Joaquim Nabuco realizou duas outras pesquisas.¹⁶⁴ Do ponto de vista estritamente sanitário e nutricional, a pesquisa mais citada (e, segundo os especialistas, a primeira a ser dotada de um caráter científico¹⁶⁵) foi levada a cabo na mesma época por uma equipe norte americana, com a assistência de especialistas brasileiros.¹⁶⁶ Outras sucederam,¹⁶⁷ todas mostrando as mesmas carências graves (protéicas, calóricas e de vitaminas) e o atraso no crescimento que

familiares, ali residentes.” (Nota do Grupo Especial para Racionalização da Agroindústria canavieira do Nordeste), Idem, p. 9.

¹⁵⁷ BARROS, Henrique Osvaldo Monteiro de. *A caminho da ‘rua’: condições de vida e de trabalho no meio rural da Zona da Mata pernambucana*. Recife: IJNPS, 1982.

¹⁵⁸ ARAÚJO, Espedito Rufino de. (Coord.) *Relatório de Pesquisa sobre a condição dos trabalhadores rurais de ponta de rua na zona canavieira de Pernambuco* (financiamento FETAPE e convênio FETAPE/SUDENE Nº 036/86), 1985-88. Este levantamento realizado pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais junto a 7056 famílias de canavieiros morando na periferia urbana em 23 municípios da zona canavieira, sobre seu estatuto presente e passado, o acesso à terra, o regime de trabalho, salarial etc.

¹⁵⁹ ARAÚJO, Espedito Rufino de. *O Trator e o ‘Burro sem Rabo’*. Op. cit.

¹⁶⁰ MEYER, Doris Rinaldi. *A Terra do Santo e o Mundo dos Engenhos. Estudo de uma comunidade rural nordestina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. PEDROSA, Pe Petronilo. *Engenho Banguê, Termos relativos a instrumentos de trabalho, atividades e fatos da vida social*. Nazaré da Mata, 1977

¹⁶¹ Ver na bibliografia uma parte considerável de sua obra.

¹⁶² Um levantamento anterior (publicado pelo IAA em 1945) trata do estado próximo de Sergipe. Podem-se aproveitar elementos paralelos, na medida em que as condições de vida e de trabalho do trabalhador canavieiro – que o autor chama genericamente de “este eterno pária” – são muito parecidas com as vigentes no Estado de Pernambuco. TORRES, Vasconcelos. *Condições de Vida do Trabalhador na Agroindústria do Açúcar*. Op. cit.

¹⁶³ GONÇALVES, Fernando Antônio. “Condições de Vida do Trabalhador Rural na Zona da Mata de Pernambuco”. In: *Boletim do IJNPS*, Recife, IJNPS, 1966, p. 117-173.

¹⁶⁴ LINS, Rachel Caldas et al.. *Situação sócio-econômica em áreas da zona canavieira de Pernambuco e Alagoas*. Op. cit.; BARROS, Henrique Osvaldo Monteiro de. *A caminho da ‘rua’*. Op. cit.

¹⁶⁵ Ver entrevista concedida pelo Professor Malaquias Batista Filho.

¹⁶⁶ INTERDEPARTMENTAL COMMITTEE ON NUTRITION FOR NATIONAL DEVELOPMENT, *Northeast Brazil, Nutrition Survey, March-May 1963*. Washington DC: Department of Defense, 1965.

¹⁶⁷ BATISTA FILHO, Malaquias. *Pesquisa Nutricional na Zona da Mata*. Recife, UFPE: Imp. Univ., 1968. DACONA. *Projeto de Nutrição, Pernambuco, Conclusão*. Recife, UFPE, 1972.

ocasionavam entre as crianças, resultando em nanismo induzido.¹⁶⁸ Estes estudos mencionam ainda como fator agravante de um quadro preocupante, as diversas doenças parasitárias que atingem a totalidade destes organismos acometidos de desnutrição. Além das condições de vida, conhecidas pelo seu caráter miserável,¹⁶⁹ as condições de trabalho, menos evocadas, revelaram-se marcadas pela violência. Ocasionalmente, este aspecto aparece nas páginas policiais dos jornais,¹⁷⁰ ou ainda em discursos de políticos,¹⁷¹ bem como nas denúncias das Ligas Camponesas e dos sindicatos de trabalhadores rurais¹⁷²

Fontes orais

O uso dos recursos da História Oral constitui uma pedra angular para a argumentação apresentada neste trabalho, na medida em que o ponto de vista dos trabalhadores só poderia ser integrado à paisagem historiográfica por este meio. Com efeito, a sociedade da Zona da Mata corresponde à categoria que Gwyn Prins define como “*alfabetizada de maneira restrita, na qual a maior parte das pessoas vivem à margem do registro escrito mas sob sua dominação.*”¹⁷³ As taxas de analfabetismo na população rural adulta ultrapassam corriqueiramente os 80%.¹⁷⁴

Além de permitir o registro de fontes de outra forma inacessíveis ao pesquisador,¹⁷⁵ elas permitem a entrada das “*maiorias invisíveis*”, segundo o título evocativo da obra de Mercedes

¹⁶⁸ ZISMAN, Meraldo. *Nordeste Pigmeu. Uma geração ameaçada*. Recife: Oedip, 1987.

¹⁶⁹ Ver, por exemplo, a obra poética famosa de João Cabral de Melo Neto “Morte e Vida Severina”.

¹⁷⁰ Pouco mencionadas, a não ser nos confrontos com as forças de polícia, antes do golpe de 1964, elas se tornam quase ausentes depois dele. Apenas certos relatos encontrados nos arquivos do DOPS e, particularmente, entrevistas com líderes sindicais, como Euclides do Nascimento, revelam a gravidade da situação que a FETAPE denunciara, recentemente, num documento intitulado *Açúcar com gosto de sangue*. Recife, FETAPE, 1984.

¹⁷¹ Particularmente de Francisco Julião, consignados nos Anais da Assembléia Legislativa (Arquivo da Assembléia Legislativa. Anexo), embora os volumes dos mesmos publicados sejam muito incompletos para os anos que antecedem imediatamente o Golpe de Estado de 1964.

¹⁷² Fundo de arquivo do DOPS, Arquivo Público.

¹⁷³ PRINS, Gwyn. “História Oral”. In: BURKE, P. (Org.), *A Escrita da História*. Op. cit., p. 169.

¹⁷⁴ DABAT, Christine Rufino e Leonardo Guimarães Neto *Zona da Mata: Emprego, Relações de Trabalho e Condições de Vida*. Recife: IICA/SEPLAN, (mimeo). Robert Levine mostra que a situação é muito antiga. As taxas de analfabetismo de 1872 a 1940, subiram globalmente apenas 5 pontos, passando de 17 a 22%. “*E em alguns municípios rurais caiu abaixo de 10% em 1940, sem que seja possível saber a que atribuir o fato: à zona, à atividade econômica predominante ou à distância da capital.*” LEVINE, Robert. *A velha usina*, Pernambuco na Federação brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 94.

¹⁷⁵ Os especialistas da História Oral já estabeleceram reiteradamente as distinções entre categorias. Só para lembrá-las, Tânia Maria Fernandes detalha: “*A narrativa gravada em uma entrevista não constitui-se na memória propriamente, pois está é inacessível; configura-se como a construção de uma determinada vivência a partir da memória. Durante o processo de rememoração, o depoente estabelece relações entre suas próprias experiências que o permite reconstruir seu passado segundo uma determinada estrutura, consciente ou não. É o tecer de uma teia na qual suas vivências vão sendo reorganizadas, proporcionando a cada ato de rememorar uma nova construção através de um determinado encadeamento de idéias, estruturado pela valoração simbólica de sua própria personalidade e viabilizado, mediante a construção do relato. Desta forma, o relato se estrutura a partir da memória, não se constituindo, no entanto, por seu conteúdo puro.*” “Edição de entrevistas”. In: MONTENEGRO, Antônio Torres e Tânia Maria Fernandes (Org.), *História oral. Um espaço plural*. Recife: Editora Universitária, 200, 92.

Vilanova,¹⁷⁶ no palco da historiografia com voz própria, trazendo múltiplas informações e elementos novos e específicos à paisagem histórica. Ademais, este aporte, cuja dimensão não pode ser subestimada, traz também “*o outro lado do espelho*”, como diz Antônio Montenegro, na medida em que “*os depoimentos dos entrevistados podem nos trazer uma outra compreensão*”¹⁷⁷ de fatos supostamente bem conhecidos. Como o sublinha Philippe Joutard, que trabalhou na sua vasta obra sobre os Camisards, a questão da memória na sua dimensão coletiva, “[a] *história oral reencontrou finalmente a história geral em torno da Memória*”.¹⁷⁸ O autor enfatiza também a propriedade desta “*reintegração na disciplina histórica*”, que pode ser precisamente considerada em associação com a opção “*radicalmente nova para não dizer revolucionária de fazer história do ponto de vista da base da sociedade, dos excluídos*”.¹⁷⁹

Entre outros desafios para o historiador acostumado a se deparar com documentos escritos, iconográficos ou arqueológicos não respondentes, o emprego da história oral impõe novas dimensões ao trabalho histórico: frente ao interlocutor/testemunho, o pesquisador é também parceiro numa aventura de memória onde ele precisa, de algum modo, situar-se no processo de estabelecimento de um documento. No caso aqui tratado, a brutalidade da realidade evocada, o radicalismo dos posicionamentos, bem como as implicações presentes destes, obrigaram a uma tomada de posição por parte do historiador. A própria ênfase dada à versão da história fornecida pelos trabalhadores e os esforços empreendidos para conseguir registrá-la, já o indicam. Mas, ao mesmo tempo, o recurso à história oral implicou numa exigência maior de atitude crítica frente ao seu próprio subjetivismo. Joutard sublinha:

“*todo historiador lúcido sabe perfeitamente até que ponto ele mesmo se projeta em qualquer pesquisa histórica, fato que o historiador oral percebe ainda mais claramente: a qualidade da entrevista depende também do envolvimento do entrevistador, e este não raro obtém melhores resultados quando leva em conta sua própria subjetividade. Porém, reconhecer tal subjetividade não significa abandonar todas as regras e rejeitar uma abordagem científica, isto é, a confrontação das fontes, o trabalho crítico, a adoção de uma perspectiva. Pode-se mesmo dizer, sem paradoxo, que o fato de reconhecer sua subjetividade é a primeira manifestação de espírito crítico.*”¹⁸⁰

Dialogando com especialistas da história imediata, Le Goff afirmou que o espírito crítico em relação às fontes e a sua própria posição deve ser manifesto no trabalho de todos os historiadores, pois “*pertencemos à mesma tribo*”.¹⁸¹ A exigência de rigor e de transparência é

¹⁷⁶ VILANOVA, Mercedes. *Las Mayorías invisibles*. Op. cit.

¹⁷⁷ MONTENEGRO, Antônio Torres. *História Oral e Memória. A cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1992, p. 76.

¹⁷⁸ JOUTARD, Philippe. “História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e Janaina Amado (Org.), *Usos e Abusos da História oral*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 54.

¹⁷⁹ Idem, p. 57

¹⁸⁰ JOUTARD, Philippe. “História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos”. Op. cit., p. 54.

¹⁸¹ LE GOFF, Jacques. “La vision des autres: um médiéviste face au temps présent”. In: CHEAUVEAU, Agnès e TETART, Philippe (Ed.). *Questions à l'Histoire des temps présents*. Op. cit., p. 108.

indispensável, quaisquer que sejam os tipos de fonte utilizados. Mas transparência não quer dizer timidez no uso das fontes orais, especifica Robert Frank:

*“se compararmos a fonte escrita e a fonte oral, não devemos acreditar que de um lado a fonte é pura e natural – a fonte escrita – e do outro emprega-se uma fonte impura porque construída.... A fonte escrita é também uma fonte construída e ela também tem seu grau de impureza.”*¹⁸²

O testemunho dos próprios trabalhadores providenciou o essencial da descrição das condições de vida e de trabalho dos moradores quanto aos aspectos que os dados oficiais deixam na sombra: detalhes da vida cotidiana; regime e qualidade das relações de trabalho; amplitude dos deslocamentos; relações com o mundo fora das plantações, particularmente com o urbano; acesso à terra para plantar; acesso à educação, a serviços de saúde; assuntos suscetíveis de levar a conflitos com os empregadores no âmbito do trabalho; meios de resolução das tensões e recursos acessíveis aos trabalhadores; aspirações e frustrações; sofrimentos e dificuldades; diversões e rituais; solidariedade e resistências. Ilustra-se assim, exemplarmente, na dimensão de classe, a articulação ou, melhor dizendo, a inscrição das lembranças pessoais, às vezes puramente anedóticas, no contexto da definição de uma memória, segundo Halbwachs.¹⁸³

Ricoeur a retoma com fórmulas sucintas: *“para nos lembrarmos, precisamos dos outros”*.¹⁸⁴

Excetuando-se as memórias de militantes políticos que foram trabalhadores rurais na sua juventude, como Gregório Bezerra,¹⁸⁵ poucos são os escritos de pessoas que tenham conhecimento imediato dos canaviais.¹⁸⁶ Não encontrei autobiografia de cortadores de cana (que tenham permanecido na condição), muito menos de membros de suas famílias. Além do mais, são extremamente raros os documentos encontrados nos arquivos que deixam ecoar sua voz. Os órgãos de classe dos trabalhadores rurais,¹⁸⁷ por razões culturais e de segurança, tampouco

¹⁸² FRANK, Robert. “Questions aux sources du temps présent”. In: Idem, p.112.

¹⁸³ HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Op. cit.

¹⁸⁴ RICOEUR, Paul. *La mémoire, l’histoire, l’oubli*. Op. cit., p. 146.

¹⁸⁵ BEZERRA, Gregório. *Memórias*, 2 vol. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. Pode-se consultar também o longo depoimento confiado à equipe do CEHIBRA, na Fundação Joaquim Nabuco, que retoma (para o período em que trabalhava nos canaviais) mais ou menos os mesmos temas e episódios do livro.

Outro exemplo é Manoel do Ó, que trabalhou enquanto criança na Usina Salgado, Ipojuca. Ó, Manoel do. *100 anos de suor e sangue. Homens e jornadas da luta operária do nordeste*. Rio de Janeiro: Vozes, 1971. Embora ele não tenha escrito o relato – que comporta muitas digressões do redator Alceu Amoroso Lima, esse afirma ser Manoel do Ó “o autor legítimo deste livro”, que foi redigido na base de “seu testemunho oral”, segundo, respectivamente, a nota assinada pela A.C.O., que introduz a obra (p. 4) e sua orelha.

¹⁸⁶ Uma dessas raras exceções é o relato de Severino Rodrigues de Moura, corumba, fiscal de campo e, em seguida, gerente na Usina Pedrosa, em Cortês. MOURA, Severino Rodrigues de. *Memórias de um camponês*, Recife, 2 ed., 1978. O livro, prefaciado por um juiz do trabalho, conta, na primeira pessoa, a ascensão social inusitada desse “campônio”, como escreve o comentarista do *Jornal do Commercio* (07.08.1976), que toma a precaução de complementar: “Não era um rebelado, nem propendia para aspirar a reformas sociais como são o figurino. Não pensava, decerto, nisto.”

¹⁸⁷ Essencialmente as Ligas Camponesas e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais.

deixaram arquivos consistentes dessa época, relatando seus debates e preocupações.¹⁸⁸ Raras entrevistas - algumas frases - são citadas na imprensa,¹⁸⁹ geralmente com propósito ilustrativo, para demonstrar a miséria extrema dessas populações e pedir mais subsídios ao governo... para os plantadores! Nos arquivos de polícia, uma limpeza radical nas pastas que se referem aos trabalhadores rurais¹⁹⁰ apagou praticamente qualquer rastro de suas atividades, inclusive daquilo que os membros dessa classe podiam contar. Percebe-se o eco de sua voz em alguns documentos oficiais que deixam, involuntariamente, aparecer algo da expressão original: interrogatórios efetuados a pedido dos empregadores, declarações ou denúncias feitas a sua própria iniciativa.

Pelos seus depoimentos, os canavieiros permitiram não apenas uma descrição de suas condições de vida e de trabalho, enriquecida de toda precisão possível, mas também conhecer sua opinião a este respeito bem como das mudanças surgidas no período considerado. Este conhecimento íntimo (reconhecimento também, neste caso, pelo fato deste ponto de vista tomar a forma escrita) me parece aproximar-se do campo dos historiadores-antropólogos que se interessaram pelo que se convinha chamar ainda muito recentemente de “*povos sem história*”.¹⁹¹ Embora pertencendo oficialmente a uma nação letrada e, sobretudo, a uma região orgulhosa de seu passado histórico, cujos momentos épicos ela celebra,¹⁹² os trabalhadores rurais, pelo fato da sua condição passada de escravos e, posteriormente, de sucessores de escravos, nunca alcançaram os livros de história, a não ser de maneira pontual e finalmente pouco específica. A celebração do passado regional sofre um “*nassauismo desenfreado*”, nas palavras do Prof. Jan Bitoun, o que corresponde a uma escolha dos ancestrais nitidamente alinhada nos preceitos expostos.¹⁹³ Considerados, por muito tempo, como fazendo parte dos recursos naturais,¹⁹⁴ aos trabalhadores rurais foi reconhecida uma personalidade histórica ativa – embora percebida negativamente – com as Ligas Camponesas, nos anos 1950. Contudo, parece-me insuficiente ‘reconhecer’ na sua narrativa os pontos de referência temporais classicamente propostos como marcos do desenrolar histórico. Não se trata de conceber seu relato apenas como “*ilustração*

¹⁸⁸ Nem mesmo o órgão de classe estadual, a FETAPE, dispõe de um arquivo consistente até os anos mais recentes, além do financeiro, por força de lei. Constatamos quão pouco alertados à importância de mantê-los os dirigentes estavam, aliás como a grande maioria de seus equivalentes urbanos, e até mesmo de órgãos do Estado (mantidos por pessoas que não são trabalhadores braçais, nem rurais!) como é o caso da Capitania dos Portos do Recife, que não soube preservar arquivos cruciais sobre os movimentos de navios, que constituíam, antes de seu desaparecimento, séries documentais invejáveis.

¹⁸⁹ A lista dos jornais consultados no Arquivo Público figura em anexo.

¹⁹⁰ Arquivo Público, Annexe II, Fundo do DOPS. Ver, em anexo, a lista das pastas consultadas.

¹⁹¹ SAHLINS, Marshall. *Ilhas da História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. MONIOT, Henri. “L’histoire des peuples sans histoire”. In: LE GOFF, Jacques. *Faire de l’Histoire*, vol. 1, *Nouveaux Problèmes*. Op. cit., p. 151-173.

¹⁹² É o caso, em particular, da vitória sobre os holandeses, da luta pela independência etc.

¹⁹³ III.2.1.2. Aspectos do pensamento marxista sobre a questão da periodização.

¹⁹⁴ Nota-se claramente nas raras oportunidades em que eles aparecem na imprensa dos anos 1930 e mesmo 1940; antes não são mencionados (dado fornecido pela Prof. Élcia Torres Bandeira. *Os usineiros de Pernambuco e a intervenção do Estado na Agroindústria açucareira*. Recife: UFPE, 1989).

*agradável e útil*¹⁹⁵ de um itinerário preconcebido, buscando uma confirmação tornada mais autêntica pelo depoimento direto. Essa tentação — pois é certamente uma tentação importante — é tão mais fácil de evitar que as entrevistas fornecem elementos permitindo evidenciar nuances ou até mesmo contradizer a visão clássica. É o caso da opinião dos trabalhadores a respeito da ‘morada’, quanto as suas superioridades supostas - segundo a literatura sobre o assunto - em relação às condições de vida e de trabalho dos não-residentes. Da mesma forma, quanto à periodização, muitos dos entrevistados fazem remontar à época de Getúlio Vargas e da legislação do trabalho que implantou (a CLT de 1943), o ponto de partida de suas conquistas enquanto trabalhadores. Isto não corresponde ao que os escritos acadêmicos destacam, elegendo a época das Ligas Camponesas, com a ação concomitante do Partido Comunista e da Igreja Católica, e do Estatuto do Trabalhador Rural (1963). Algumas novas tendências das Ciências Sociais, com os trabalhos de Pierre Bourdieu, mas também os aportes da história oral,¹⁹⁶ entre outros a obra de Paul Thompson,¹⁹⁷ são indispensáveis para colocar em evidência as qualidades dos depoimentos dos trabalhadores e os pesos específicos que querem atribuir a dados elementos ou aspectos do passado por eles evocado.

As entrevistas

“Il y a dans la tête de la plupart des gens cultivés, surtout en science sociale, une dichotomie qui me paraît tout-a-fait funeste: la dichotomie entre scholarship e commitment – entre ceux qui se consacrent au travail scientifique, qui est fait selon des méthodes savantes à l'intention d'autres savants, e ceux qui s'engagent et portent au dehors leur savoir. L'opposition est artificielle et, en fait, il faut être un savant autonome qui travaille selon les règles du scholarship pour pouvoir produire un savoir engagé, c'est-à-dire un scholarship with commitment. Il faut, pour être un vrai savant engagé, légitimement engagé, engager un savoir. Et ce savoir ne s'acquiert que dans le travail savant, soumis aux règles de la communauté savante. (...) Le chercheur n'est ni un prophète ni maître à penser. Il doit inventer un rôle nouveau qui est très difficile: il doit écouter, il doit chercher et inventer; il doit essayer d'aider les organismes qui se donnent pour mission (...) de résister à la politique néolibérale; il doit se donner comme tâche de les assister en leur fournissant des instruments.”

Pierre Bourdieu¹⁹⁸

Documentos novos foram constituídos por cinquenta e nove depoimentos de trabalhadores rurais idosos da região canavieira de Pernambuco. Além disso, foram também entrevistados dirigentes sindicais e assessores das Ligas Camponesas e dos Sindicatos de

¹⁹⁵ PRINS, Gwyn. “História Oral”. In: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História*. Op. cit. p.163.

¹⁹⁶ O historiadores brasileiros acumularam uma experiência considerável que tento aproveitar, embora seus interlocutores privilegiados sejam urbanos. MONTENEGRO, Antônio. *História Oral e Memória*. Op. cit.. MORAES, Marieta de (Org.). *História Oral*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994. BOSI, Eclea. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

¹⁹⁷ THOMPSON, Paul. *The Voice of the Past. Oral History*. Oxford: Oxford U.P., 1978.

¹⁹⁸ BOURDIEU, Pierre. “Pour un savoir engagé”, Texte lu par l’auteur lors d’une rencontre à Athènes, en mai 2001, *Manière de Voir*, N° 66, *Le défi social*, novembre-décembre 2002, p. 78.

Trabalhadores Rurais; pessoas que trabalharam no meio rural no período considerado: religiosos, trabalhadores sociais, funcionários do Estado. E foram utilizadas as transcrições de entrevistas realizadas por outros pesquisadores, particularmente do CEHIBRA na FUNDAJ.

As circunstâncias envolvendo a coleta dos depoimentos dos trabalhadores rurais¹⁹⁹ têm alguma importância no sentido da relação entre entrevistador e entrevistado. Graças a contatos com o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais,²⁰⁰ o acesso aos trabalhadores rurais foi facilitado tanto no plano concreto da identificação e do encontro com grande número de trabalhadores de idade avançada, quanto no aspecto da indispensável confiança. As entrevistas ocorreram sempre em ambientes familiares aos trabalhadores, ou seja, no seu domicílio ou nas imediações, no engenho ou na cidade; ou então na sede do Sindicato de Trabalhadores Rurais do município, local que eles chamam de sua “segunda casa”.

O roteiro de entrevista²⁰¹ não foi sempre estritamente seguido, quanto à ordem dos temas abordados. Deixei, ao meu interlocutor, a liberdade de dar ao seu relato do passado a forma que desejasse, concatenando os assuntos da maneira que lhe parecia mais adequada, mais cheia de sentido. De acordo com a eloquência da pessoa, ou com as dificuldades de expressão que podia encontrar, — não é por acaso que Paulo Freire falava numa “cultura do silêncio”²⁰² — o conteúdo das questões era detalhado, reformulado segundo as necessidades de comunicação do momento. Com esta flexibilidade, cobriam-se sempre os pontos capitais do elenco de perguntas. Com o propósito de reduzir os efeitos limitativos da interação entre a pessoa que faz a pesquisa e aquela que participa da entrevista como interlocutor, destacados por Pierre Bourdieu quando ele escreve que a relação de pesquisa “é uma relação social que exercita efeitos (diversos de acordo com os diferentes parâmetros que a podem afetar) sobre os resultados obtidos”,²⁰³ tive a preocupação de estar sempre acompanhada²⁰⁴ de uma pessoa de nacionalidade brasileira e pertencente ao Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco; a presença ativa desta pessoa²⁰⁵ na entrevista corrigiu, em certa medida, a “dessimetria social”²⁰⁶ da relação. Além disso, facilitava o contato e colocava os trabalhadores mais à vontade; também permitia

¹⁹⁹ Ver lista em anexo.

²⁰⁰ Estes contatos, de mais de vinte anos, são profissionais, pois trabalhei para o MSTR de Pernambuco em pesquisas na região canavieira, que resultaram na elaboração de vários relatórios, inclusive um destinado ao CNPQ (ver bibliografia); militantes; amicais e familiares.

²⁰¹ Ver em anexo.

²⁰² Citado por Shepard Forman. *Camponeses: sua participação no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 308.

²⁰³ BOURDIEU, Pierre. (Dir.). *La misère du monde*. Op. cit., p. 904.

²⁰⁴ Mulher, branca, universitária e estrangeira.

²⁰⁵ Geralmente, trata-se de meu marido, Espedito Rufino de Araújo (assessor do MSTR), laço familiar que legitima, de certo modo, minha presença a seu lado, num mundo sindical ainda marcado pela cultura tradicional da região em matéria de gênero.

²⁰⁶ BOURDIEU, Pierre (Dir.). *La misère du monde*. Op. cit. p. 905.

que o diálogo fluísse melhor. Familiar com o trabalho e vocabulário dos canaviais, essa pessoa podia “traduzir”, caso precisasse, a fala de um ou outro dos interlocutores.²⁰⁷ Além disto, ela garantia uma melhor compreensão imediata dos assuntos abordados, inclusive aqueles apenas evocados ou tratados por imagem ou alusão; ela facilitou também a percepção e o respeito às reticências que o trabalhador entrevistado deixava adivinhar, e que eu poderia ignorar ou não respeitar, simplesmente por falta de perspicácia cultural.

Naturalmente, todas essas precauções não são sempre suficientes para obter todas as informações desejadas. Talvez intimidados pelo gravador ou tomados pelas emoções despertadas por certas lembranças particularmente dolorosas, alguns dos trabalhadores entrevistados tiveram grandes dificuldades de expressão. Outros manifestaram grande pudor ao abordar o que poderia parecer, a primeira vista, apenas questões de ordem técnica, como a falta de saneamento. Pois, obviamente, à falta de conforto envolvida por tais circunstâncias, sobrepõe-se à humilhação contida na própria situação. No decorrer dessas entrevistas, alguma medida de empatia se desenvolveu entre entrevistados e entrevistadores. Isto garantia o respeito pelo interlocutor, ou seja, a condição básica da parceria numa entrevista; alcançou-se também um entendimento mais profundo do assunto, através dos fatos revelados, bem como do não-dito: um riso, uma expressão facial, um silêncio. A escolha do tipo de entrevista definiu uma posição aproximando-se talvez da “*escuta ativa metódica*”, segundo Bourdieu.²⁰⁸ Tentou-se assim, de um lado, obter um certo volume de informações precisas (sobre o acesso à terra e as condições de sua utilização, o modo de remuneração, as condições de moradia etc.). Por outro lado, o roteiro aberto seguido conforme as escolhas do entrevistado, permitiu captar uma forma original de formular as informações,²⁰⁹ sem reduzi-las a categorias, propostas e intitulados do entrevistador. Essa originalidade e a lógica de encadeamento dos assuntos se perderiam com o uso de um questionário fechado.²¹⁰ Salvaguardam-se, assim, não apenas a maior ou menor ênfase atribuída às respostas pelas pessoas entrevistadas, mas também seu próprio estilo, vocabulário, modo de expressão. Com efeito, as informações sobre a realidade examinada e a opinião dos trabalhadores a respeito se combinaram num afresco de múltiplas personalidades, percursos profissionais, histórias familiares, gostos, desejos, opiniões, aspirações, lástimas e indignações dos canavieiros entrevistados. Rompia-se, desse modo, com a representação habitual quando, nos melhores dos casos, são mencionados positivamente, enquanto força social

²⁰⁷ Com efeito, o dos trabalhadores não corresponde obrigatoriamente à nomenclatura da língua escrita.

²⁰⁸ BOURDIEU, Pierre. (Dir.). *La misère du monde*. Op. cit., p. 906.

²⁰⁹ Ao adquirir certa familiaridade com esta linguagem, reencontrei vestígios dela nos textos de arquivo, inclusive os da polícia (Arquivo do DOPS no Arquivo Estadual de Pernambuco).

ou atores sociais: uma massa relativamente indistinta, uma multidão vestida de branco, foice na mão e chapéu de palha na cabeça, como apareciam nas fotografias das primeiras assembléias reivindicativas. Ao destacar as posições e experiências que os uniam enquanto classe, não se apagam as qualidades específicas de cada um. Nesse sentido, a transcrição das entrevistas tentou seguir com fidelidade a expressão usada. Como sublinha Tânia Maria Fernandes, o procedimento envolve a “lapidação” da versão oral do depoimento. Ao transformá-lo

*“em um texto (...) estaremos sem dúvida alterando-o na sua forma original, porém não necessariamente modificando seu conteúdo, pois a edição do depoimento oral não deve levar à sua desestruturação e sim à sua reestruturação gramatical.”*²¹¹

Obviamente, ao abordar desta forma os trabalhadores rurais, a partir de uma corrente de amizades no MSTR, ao fazer-lhes perguntas próximas daquelas que estavam acostumados a tratar no seu próprio sindicato, ganhou-se em “não-violência”, para retomar a expressão de Bourdieu. No entanto, a questão da “objetividade” da coleta de informação era plausível. Poder-se-ia tentar responder de duas maneiras: de um lado, o MSTR sendo organizado segundo o princípio da unicidade,²¹² minha proximidade dos órgãos sindicais não comportava outra posição a não ser a de tentar apreender o ponto de vista dos trabalhadores. Nisto consistia precisamente um dos objetivos deste trabalho. Por outro lado, a forte participação sindical dos canavieiros²¹³ e, conseqüentemente, a grande representatividade do MSTR garantiam-lhe uma certa medida de universalidade no âmbito da classe. Contudo, procurei trabalhar “*sob supervisão*”, como recomenda Robert Frank, aproveitando a “*cumplicidade conflituosa*” (ou não) que esse autor menciona a respeito da relação entre o historiador e sua testemunha. Ao mesmo tempo, esforcei-me ao “*trabalho do historiador*”, isto é,

*“a reflexão crítica sobre o tempo e a colocação em perspectiva do depoimento na espessura da duração, aquela do passado próximo, mas também do passado menos próximo e longínquo.”*²¹⁴

²¹⁰ Técnica que utilizamos em outras pesquisas como, por exemplo: ARAÚJO, Espedito Rufino de. *O Trator e o 'Burro sem Rabo'*. Op. cit. DABAT, Christine Rufino. *A situação dos Trabalhadores Rurais de Ponta-de-Rua na Zona Canavieira de Pernambuco*. Recife, 1991 (Relatório de pesquisa CNPQ).

²¹¹ FERNANDES, Tania Maria. “Edição de entrevistas”. In: MONTENEGRO, Antônio Torres e Tânia Maria Fernandes, (Org.). *História oral. Um espaço plural*. Op. cit., p. 93.

²¹² Segundo a estrutura sindical legal no Brasil, o princípio da unicidade sindical num dado território foi mantido e confirmado na última reforma constitucional de 1988. A cada profissão corresponde uma pirâmide sindical, cuja hierarquização se faz territorialmente: o sindicato, propriamente dito, tem geralmente uma base municipal para os trabalhadores rurais. Os sindicatos são agrupados em uma federação estadual - no caso que nos interessa, a FETAPE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco - e uma confederação nacional, a CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. O conjunto é designado como Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais.

²¹³ Ver, por exemplo, os resultados da pesquisa de Espedito Rufino de Araújo, *O Trator e o 'Burro sem Rabo'*, op. cit.: mais de 80% dos canavieiros entrevistados são membros do sindicato (a grande maioria daqueles que não são filiados, são cônjuges de membros ou trabalhadores migrantes).

²¹⁴ FRANK, Robert. “Questions aux sources du temps présent”. In: CHEAUVEAU, Agnès et TETART, Philippe (Ed.). *Questions à l'Histoire des temps présents*. Op. cit., p.123 et 124.

I. 3. O PERÍODO

Ao privilegiar o testemunho dos canavieiros sobre seu próprio passado, estabeleci os limites cronológicos de acordo com sua capacidade de rememoração. As entrevistas realizadas comportam pessoas de mais de oitenta anos, mas são a exceção. Os canavieiros que aceitaram gravar entrevistas comigo têm geralmente em torno de sessenta anos. No entanto, em razão da sua entrada precoce na vida ativa, como trabalhadores rurais, sua relativa juventude é compensada por memórias tão mais precisas que marcaram mais suas jovens mentes (8 a 10 anos) confrontadas com situações difíceis e penosas nos canaviais. Muitas vezes, meus interlocutores gostaram de relatar fatos relativos a seus pais. Questionados a respeito de avós, quase todos lamentam não os terem conhecido.

O começo do período, fixado em 1940, corresponde também a um momento de grande avanço modernizador da base produtiva do País, à iniciativa muitas vezes do governo federal, que atingiu a agroindústria açucareira. A ascensão e a dominação generalizada das usinas modernas, manifesta nos anos 1920, consolidou-se a ponto de se tornar hegemônica, em detrimento dos antigos engenhos, virada tradicionalmente considerada de grande importância na vida da região. Esses anos corresponderam igualmente à elaboração e promulgação de vários grandes conjuntos de leis sobre as relações de trabalho nos canaviais.

O fim do período estudado aqui foi estabelecido em 1975, ou seja, no ano de promulgação do PROÁLCOOL, que financiou uma nova modernização da agroindústria, com fins de independência energética nacional. Seus efeitos levaram às últimas consequências as tendências à monocultura da cana-de-açúcar, à concentração exacerbada da propriedade fundiária e à expulsão dos moradores do perímetro das plantações.

II. O CONTEXTO HISTÓRICO
DA ‘MORADA’:
CARACTERÍSTICAS DA ZONA DA MATA PERNAMBUCANA

Desde os primórdios do Brasil Colônia, a atividade canavieira foi o assunto privilegiado de abundante documentação bem como, em época mais recente, de rica literatura acadêmica sobre seus mais diversos aspectos, em particular sobre as relações dos empresários entre eles e com o Estado, com destaque para os aspectos econômicos: preços, quotas de produção, acesso ao mercado do açúcar.²¹⁵ A própria classe dos plantadores e os órgãos do Estado destinados a gerir e ajudar o setor produziram inúmeros documentos, livros, estudos, sem falar dos aspectos técnicos, tanto agrícolas como industriais, da produção da cana-de-açúcar, do açúcar e do álcool.

No século XX, alguns grandes pensadores, como Gilberto Freyre,²¹⁶ Caio Prado Júnior²¹⁷ e Manuel Correia de Andrade²¹⁸ trataram da questão das relações sociais, incentivando outros estudiosos a seguir-lhes os passos. Numerosos trabalhos de sociólogos, geógrafos, economistas e historiadores, ligados a instituições acadêmicas como a Fundaj,²¹⁹ UFPE,²²⁰ foram dedicados à

²¹⁵ Particularmente a partir da fundação do IAA, que passou a gerir o setor em todos os seus detalhes: numerosos projetos de modernização, desenvolvimento, racionalização etc... do setor. Boa parte da documentação concerne também ao mercado internacional: Tratamento preferencial nos acordos bilaterais sobretudo com os grandes compradores do Norte, a Europa e, posteriormente, os Estados Unidos. Entre as publicações, *Brasil Açucareiro*, periódico cujas coleções, como inúmeras obras relevantes, encontram-se na biblioteca da Fundaj que detém, sem dúvida, o maior acervo acadêmico sobre o assunto da sacaricultura.

²¹⁶ Ver a seguir: III. 1. 2. As relações de trabalho na zona canavieira segundo Gilberto Freyre.

²¹⁷ Ver III. 2.3.1. A 'morada' no contexto da obra inovadora de Caio Prado Júnior.

²¹⁸ Ver uma parte de sua extensa produção na bibliografia, em particular: *A Terra e o Homem do Nordeste*. São Paulo: Livraria Ed. Ciências Humanas, [1963] 1980, que conta hoje entre os grandes clássicos não apenas regionais, mas nacionais (Ver *Folha de São Paulo*. Maio de 1999). *Os rios do açúcar do Nordeste oriental II: O rio Mamanguape*. Recife: IJNPS, 1957; e *Os rios do açúcar do Nordeste oriental IV: Os rios Coruripe, Jiquiá e São Miguel*. Recife: IJNPS, 1959, cujo caráter pioneiro foi diversas vezes evocado, assim como: "A propriedade da terra e a questão agrária em Pernambuco". Op. cit.; *A História das usinas em Pernambuco*. Op. cit. ANDRADE, Manuel Correia de e Sandra Maria Correia de Andrade. *A cana-de-açúcar na região da mata de Pernambuco. Reestruturação Produtiva na Área Canavieira de Pernambuco nas décadas de 80 e 90: Impacto Ambiental, Sócio-Econômico e Político*. Recife: Editora Universitária, UFPE, 2001. Ver também os trabalhos de seus filhos Sandra e Joaquim Correia dedicados ao assunto, entre outros: ANDRADE, Sandra Maria Correia. *Ação sindical no campo a partir da década de 70*. Op. cit. BRADLEY, Sandra Maria Correia. *Açúcar e Poder. Análise da evolução política de Vicência, um município da micro-região da Mata Seca pernambucana*, Recife: CONDEPE/FIAM/DEHM, 1977, 104 p. ANDRADE Neto, Joaquim Correia Xavier. *Usina Caxangá: uma experiência de Reforma Agrária*. Recife: 1987 (Relatório CNPq - mimeo). ANDRADE Neto, Joaquim Correia Xavier de. *A evolução da agroindústria açucareira de Alagoas a partir da década de 50. Modernização e proletarianização do trabalhador rural*. Recife: UFPE, (Tese de Mestrado em Geografia), 1984. ANDRADE Neto, Joaquim Correia Xavier de. *A Intervenção do Estado na Agroindústria Açucareira e Alcooleira Nordestina*. Recife: Relatório CNPq, Mimeo, 1989.

²¹⁹ Ver, em particular, entre muitas outras obras, um clássico, embora de uma perspectiva sensivelmente diferente daquela de Manuel Correia: MELO, Mário Lacerda de. *O Açúcar e o Homem: problemas sociais e econômicos do Nordeste canavieiro*. Recife: IJNPS, 1975; do mesmo autor: *Proletarianização e Emigração nas Regiões Canavieiras e Agrestinas de Pernambuco*. Recife: UFPE, (mimeo), 1976. LINS, Rachel Caldas, et al. *Situação sócio-econômica em áreas da zona canavieira de Pernambuco e Alagoas*. Op. cit. ANDRADE, Gilberto Osório de. *João Pais do Cabo: o patriarca, seus filhos, seus engenhos*. Recife: Massangana, 1982. ANDRADE, Gilberto Osório de. *Os rios do açúcar do Nordeste Oriental I: O rio Ceará-Mirim*, Recife, IJNPS, 1957. ANDRADE, Gilberto Osório de. *Os rios do açúcar do Nordeste Oriental III: O rio Paraíba do Norte*, Recife, IJNPS, 1959.

²²⁰ Entre outros: GRANDJEAN BITOUN, Jacqueline Pernet. *Canne-à-sucre et cultures alimentaires dans la Zona da Mata Seca*. Op. cit. AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Op. cit. CABRAL, Pedro Eugênio Toledo. *O Trabalhador da Cana-de-Açúcar em Pernambuco: da Senzala ao Caminhão*, Recife: PIMES, UFPE, 1983. CABRAL, Pedro Eugênio. "Tempo de moradia: a constituição do mercado de trabalho semi-assalariado na lavoura canavieira pernambucana". In: SAMPAIO, Yoni. *Nordeste rural. A transição para o capitalismo*, Recife, UFPE, 1987, p. 17-139. ANDRADE, José Bonifácio X. de. *Do bangüê à usina em Pernambuco*, Recife: PIMES, Maio 1975. POTENGY, Gisélia Franco. *Les plans de modernisation de la production*

Zona da Mata²²¹ de Pernambuco,²²² apresentando o resultado de pesquisas com tópicos e propósitos específicos: a monocultura, a estrutura fundiária, as migrações sazonais da mão-de-obra, os conflitos entre usineiros e fornecedores de cana, os componentes culturais dessa sociedade tão peculiar etc.

Esses trabalhos mostraram como a implantação e o desenvolvimento da sacaricultura em terra americana foi também a história da conquista de áreas extremamente férteis pelos europeus, num processo tão contínuo quanto devastador para os habitantes²²³ e para o quadro natural. A produção de açúcar resultava de fluxos e determinações de uma economia quadricontinental. Um dos traços mais impressionantes da atividade canavieira no Brasil foi sua precocidade em relação ao contato inicial entre Europeus e a terra e população americanas, assim como a extraordinária velocidade de seu desenvolvimento,²²⁴ propulsada pelo gosto dos europeus pela preciosa substância, a ponto de eles lutarem pela posse de territórios produtores. As modalidades da instalação da produção açucareira no Brasil foram determinadas em todos os aspectos por demandas, experiências e modalidades técnicas²²⁵ determinadas alhures e

de la canne à sucre et leurs répercussions sociales et politiques dans le Nordeste du Brésil: le cas do Brejo Paraibano, Paris: Univ. Paris X, Nanterre, Dept. Sociologie rurale, (Thèse de doctorat), 1984.

²²¹ Este termo evoca a cobertura vegetal original, hoje praticamente desaparecida. Gilberto Freyre dizia que ela é "chamada hoje assim apenas em homenagem à tradição." *JC*. 18.5.1958, p.4. O termo Zona da Mata, afastando-se da etimologia, adquiriu em português do Brasil, ao menos localmente, conotações inteiramente ligadas à economia açucareira. Esta região abrange atualmente em torno de 1,1 milhões de hectares. situada no leste do Estado de Pernambuco, ela ocupa um trecho contínuo, paralelo ao litoral, de 50 a 60 km de largura.

²²² ALCÂNTARA, Aspásia Camargo de. *Brésil Nord-Est: Mouvements Paysans et Crise Populiste*, Paris, 1973 (Thèse de 3ème cycle). WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. "Capital e propriedade fundiária na agricultura brasileira". In: ARAÚJO, Braz José de. *Reflexões sobre a Agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Capital e propriedade fundiária: suas articulações na economia açucareira de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Ver também Moacir Palmeira e os pesquisadores ligados ao Museu Nacional no Rio de Janeiro. Suas obras são citadas na bibliografia; entre as mais importantes: PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares. *Latifundium et capitalisme, Lecture critique d'un débat*. Paris: Univ. de Paris, Fac. Lettres et Sciences Humaines, 1971. PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares. *Morar: a lógica da plantação tradicional*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, M.S., 1972. SIGAUD, Lygia. *Os Clandestinos e os Direitos. Estudos sobre trabalhadores da cana-de-açúcar em Pernambuco*, Tese de Doutorado em Ciências Sociais, São Paulo, USP, 1977. HEREDIA, Beatriz Maria Alasia. *A morada da vida. Trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. GARCIA, Afrânio Raul. *Libres et assujettis. Marché du travail et modes de domination au Nordeste*. Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1989. LOPES, José Sérgio Leite. *O vapor do diabo. O trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. É preciso destacar também os trabalhos notáveis de Stuart Schram, Peter Eisenberg e Shepard Forman, entre os brilhantes brasilianistas norte-americanos. Ver suas obras em bibliografia.

²²³ "As condições históricas da acumulação (escravização de indígenas e expropriação de suas terras) foram dominadas por uma ferocidade que demonstra que sem essa violência a mão-de-obra indígena não teria sido obtida." LEONARDI, Victor. *Entre árvores e esquecimentos. História social nos sertões do Brasil*. Brasília: Editora da UNB, 1996, p. 46-47.

²²⁴ Desde 1519, registrou-se a existência de açúcar brasileiro nos mercados europeus. MINTZ, Sidney W. *Sweetness and Power*. Op. cit. O número de engenhos "correntes e moentes" nas margens do Jussará e na Várzea do Beberibe, passou de 5, em 1550, a mais de 100, 50 anos mais tarde. Em 1584, os 66 engenhos de Pernambuco e 36 da Bahia produziam por volta de 2,7 toneladas de açúcar por ano. ANDRADE Neto, Joaquim Correia X.de. *O Estado e a Agroindústria Canavieira do Nordeste Oriental*. Op. cit., p. 74

²²⁵ Testadas em ilhas do Atlântico, particularmente Madeira e São Tomé, tão apropriadamente chamada de "Laboratório Tropical" por Luis Felipe de Alencastro em sua obra notável: *O Trato dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII*. São Paulo, Cia das Letras, 2000. Ver também as obras de

excepcionalmente modernas.²²⁶ A escolha da Terra de Santa Cruz para substituir as antigas “*terras do açúcar*”,²²⁷ exemplarmente explicada por Pierre Chaunu,²²⁸ foi tão bem sucedida que, por muito tempo, a produção brasileira dominou os mercados mundiais.²²⁹ Nem o monopólio industrial, tão caro aos portugueses, fora exercido pela metrópole no caso do açúcar.²³⁰ Portanto, como o afirmara Caio Prado Júnior, toda a futura nação brasileira foi moldada, parcial mas fundamentalmente, pela produção canavieira e açucareira. Os espaços assim empregados, para não dizer monopolizados, definiram-se nessa atribuição produtiva, como participantes de redes de alcance muito maior que a relação metrópole/colônia. Ao longo desses desdobramentos, a zona aqui estudada permaneceu no centro do palco.²³¹ A preponderância da atividade canavieira à escala estadual permaneceu intocada, embora a nível nacional disputasse a precedência. Em Pernambuco, essa cultura ocupava, em 1960-70, menos de 9,4% da superfície do Estado (Mapa I), e abrigava 18,5% de sua população,²³² mas liderava os demais setores em termos econômicos.²³³ O paradoxo é que, apesar desse destaque, faltavam fontes oficiais precisas, tanto sobre a estrutura fundiária quanto sobre os efetivos de trabalhadores.

Indústria de ponta na Época Moderna, o açúcar foi também um “*fator demográfico da maior importância na história do mundo*”, enfatizou Sidney Mintz.²³⁴ Sublinhar o tráfico

GALLOWAY, J. H. *The Sugar Cane Industry. An historical geography from its origins to 1914*. Cambridge: Cambridge UP, 1989; SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988 e MINTZ, Sidney W. *Sweetness and Power*. Op. cit.

²²⁶ Com o fim do ciclo do pau brasil, nos anos 1570, a agroindústria açucareira foi a função principal atribuída à colônia portuguesa da América do Sul. Pois as exigências dos mercados europeus em açúcar não cessavam de progredir. Com efeito, desde a época colonial inicial até a metade do século XVII, o açúcar brasileiro dominou completamente o mercado europeu. Era um quase monopólio, na medida em que os rivais mediterrâneos já haviam sido abandonados e as Ilhas do Atlântico estavam em franco declínio.

²²⁷ Título da versão francesa de *Nordeste*, de Gilberto Freyre. *Terres du sucre*. Paris: Gallimard, 1956.

²²⁸ Ele demonstrou, com a ajuda de crono-mapas associados à cartografia de correntes marítimas e ventos dominantes, que a carreira do Brasil era fundamentalmente favorecida pela velocidade do transporte. Nesses termos, a região canavieira de Pernambuco encontrava-se tão “distante” quanto as ilhas do Atlântico em relação aos mercados europeus. Nesse sentido, não era um novo mundo, mas uma extensão na prática igualmente proveitosa pela proximidade em tempo real, das velhas terras do açúcar. CHAUNU, Pierre. *A expansão europeia do século XIII ao XV*. São Paulo: Pioneira, 1978.

²²⁹ Apenas nos anos 1680 o Caribe superou o Brasil em termos de produção. CANABRAVA, Alice Pfiffer. *O açúcar nas Antilhas. 1697-1755*. São Paulo: IPE, 1980.

²³⁰ Nesse intermédio, a colônia portuguesa figurava como principal fornecedor açucareiro da Europa do Norte pois, paradoxalmente, ela encontrava-se indireta mas estreitamente ligada à economia das sociedades flamenga, inglesa e alemã. Podia-se refinar açúcar na própria colônia, diferentemente de outras atividades. A ocupação holandesa no Nordeste, de 1620 a 1640, teve, entre outras consequências, o desenvolvimento da área açucareira no sul da colônia - futura rival - para garantir a continuidade de abastecimento de Portugal.

²³¹ Até o século, o Nordeste dominava a produção com 46,5% contra 25% para o Sul (São Vicente e Rio de Janeiro) e 27% para a Bahia. MEYER, Jean. *Histoire du Sucre*. Paris: Desjonquères, 1989, p. 92.

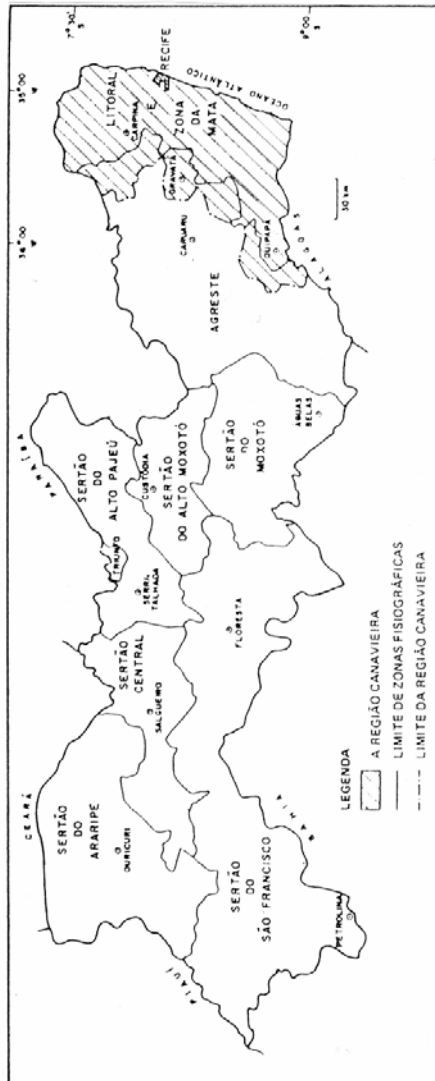
²³² Recife não está incluído nesta percentagem. MELO, Mário Lacerda. *O Açúcar e o Homem*. Op. cit., p. 187.

²³³ WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *L'économie sucrière du Pernambouc*. Op. cit., p. II.

²³⁴ MINTZ, Sidney W. “The Plantation as a sociocultural type”. In: *Plantation Systems of the New World*. Social Science Monographs 7, pp. 42-50, Washington DC: Pan American Union, 1959, p. 49. O Nordeste, particularmente a zona canavieira de Pernambuco, esteve inserida no sistema de comércio triangular que transportou, em três séculos, mais ou menos seis a oito milhões de africanos escravizados no Brasil. Se, em 1583, por volta de 10.000

infelizes haviam alcançado nossas costas, seu número alcançaria um total aproximado de 560.000 seres humanos “importados” como mercadorias entre 1601 e 1700, ou seja, 41,5% de todos os escravos trazidos às Américas. A Espanha se apropriou de 22%; a Grã Bretanha, de 19%; a França, de 11,5% e a Holanda, de 3%. MEYER, Jean. *Histoire du Sucre*. Op. cit.

Mapa I
REGIÃO CANAVEIRA NO ESTADO DE PERNAMBUCO



negreiro,²³⁵ não deve fazer desprezar o genocídio indígena,²³⁶ que contribuiu para acelerar a desapropriação violenta dos ameríndios, começada com a instalação colonial e continuada até épocas recentes. Esses dados tão bem conhecidos são raramente enfatizados na sua dimensão de modernidade: o Brasil e, particularmente, a região açucareira do Nordeste encontravam-se no nexo dos acontecimentos econômicos mais promissores para os grandes investidores da época. Os traços da ocupação européia da zona canavieira foram definidos por acontecimentos e lógicas econômicos e políticos longínquos. Todos os aspectos foram afetados: uso do solo, tipo de produção, métodos agrícolas e industriais, utilização da força de trabalho. Eles contariam entre os fenômenos mais perenes da História dos últimos séculos. Os modelos aplicados, bem como a interpretação que lhes fora atribuída remetem à ideologia reveladoramente estudada pelo filósofo Leopoldo Zea.²³⁷ Portanto, examinar os traços fundamentais da organização social na zona canavieira de Pernambuco equivale a evidenciar elementos axiais dessa exploração, enfatizados de acordo com sua relevância para os trabalhadores rurais e aos quais eles aludem nas entrevistas. Um dos maiores determinantes desses traços é a estrutura fundiária.

²³⁵ A bibliografia a respeito é muito extensa. Entre as obras mais recentes, ALENCASTRO, Luiz Felipe de, *O Trato dos Viventes*. Op. cit.

²³⁶ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos*. Op. cit.

²³⁷ ZEA, Leopoldo. *Filosofia de la história americana*. Mexico: Fondo de cultura, 1978, particularmente o capítulo “O projeto colonizador ibérico”.

II. 1. O CENÁRIO

II. 1. 1. A ESTRUTURA FUNDIÁRIA

“Num regime de terras livres, o trabalho tinha de ser cativo; num regime de trabalho livre, a terra tinha de ser cativa.”

H.J. Nieboer²³⁸

Na zona canavieira de Pernambuco (Mapa II), a estrutura fundiária manifesta uma concentração tão extrema que constitui um quase monopólio, termo hiperbólico traduzindo fielmente seu perfil.²³⁹ A colonização portuguesa desenhou um mapa e instaurou uma dinâmica de apropriação da terra de notável longevidade. Ao projeto guerreiro/comercial inicial associou-se imediatamente a ocupação de terras para instalar empreendimentos agrícolas açucareiros. A eficiência produtiva moderna presidiu à seleção dos novos senhores da terra.²⁴⁰ Manuel Correia mostrou o quanto tais exigências incidiram sobre a composição da sociedade colonial.²⁴¹ A opção por uma camada senhorial e a preferência dada à mão-de-obra escrava definiram uma estrutura social e fundiária desprovida de alternativas,²⁴² desenhada como uma grande unidade de produção, bipolar na sua arquitetura e dinâmica.²⁴³ A polarização social, pelo acesso seletivo aos meios de produção, era radical e persistiu. O Estado, patrocinador-mor do empreendimento, se reservava direitos de intervenção, numa estreita e perene ligação entre a classe dominante e os poderes públicos.²⁴⁴ A ausência de camadas médias de produtores permanece, até hoje, motivo de lamentação bem como um objetivo (por enquanto mal sucedido) de operações

²³⁸ Citado in CARDOSO, Ciro Flamarion S. “A abolição como problema histórico e historiográfico”. In: CARDOSO, C. F. S. (Org.). *Escravidão e abolição no Brasil. Novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, p. 93.

²³⁹ ANDRADE, Manuel Correia de. “A propriedade da terra e a questão agrária em Pernambuco”. Op. cit.

²⁴⁰ Os donatários recebendo-a sob a condição sine qua non de demonstrar capacidade financeira e técnica para criar plantações de cana-de-açúcar e instalações industriais capazes de transformá-la num produto pronto para a exportação. ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem do Nordeste*. Op.cit., p. 52. “O acesso à propriedade da terra estava assim restrito às pessoas que dispusessem de bens e de recursos e que estivessem nas boas graças dos capitães mores ou, após 1549, do Governador Geral.” ANDRADE, Manuel Correia de. “A propriedade da terra e a questão agrária em Pernambuco”. Op. cit., p. 16.

²⁴¹ “Através desse sistema, os amigos dos donatários e os auxiliares dos governadores gerais conseguiram doações sucessivas de terras que ocuparam diretamente ou por meio de dependentes e protegidos, preterindo os imigrantes de poucos haveres e de pequena influência de receberem terras para cultura.” ANDRADE, Manuel Correia de. *Área do sistema canavieiro*. Op. cit., p. 230.

²⁴² Políticas públicas de restrição do acesso à terra herdaram, na sua funcionalidade, algo da experiência da Reconquista. O sistema adotado para repartir as grandes áreas então conquistadas conferiu originalidade longa à estrutura fundiária peninsular em relação ao resto da Europa. ANDRADE, Manuel Correia de. *Área do sistema canavieiro*. Op. cit., p. 230.

²⁴³ As camadas intermediárias surgiram numa posição irremediavelmente satelitizada, portanto, incapazes de projeto próprio distinto.

²⁴⁴ Inclusive pessoal. Seria interessante recensear as trocas constantes de papéis das mesmas pessoas (sem falar de parentesco e alianças) entre cargos públicos (geralmente no setor agrícola) e representações oficiais da classe dos proprietários.

redistribuidoras.²⁴⁵ O modelo se manteve em áreas cada vez mais interioranas, conquistadas sobre os habitantes autóctones e utilizando vias de transporte diversas²⁴⁶ para escoar a produção açucareira.

*“A concentração fundiária, que praticamente impede o acesso à propriedade e à posse da terra ao pequeno produtor rural, é consequência ainda desta estrutura colonial, adaptada a cada momento histórico mantendo porém as suas características fundamentais, através da qual a classe dominante manteve o controle da propriedade da terra, tanto nas áreas de povoamento antigo, como até nas áreas em ocupação.”*²⁴⁷

A legislação pós-independência não modificou o quadro: de 1822 a 1850, o sistema das terras devolutas, *“que poderiam ser apropriadas e reconhecidas como de propriedade dos que as ocupassem”*, não afetou as terras do açúcar, tanto em virtude da situação não-livre da maioria da população trabalhadora como, sobretudo, da omissão do poder público, indisposto (não empenhado em) a garantir o direito dos moradores ou lavradores de ter acesso à propriedade da terra na nova situação legal. Consolidou-se o monopólio preexistente:

*“só os ricos senhores que antes obtinham as sesmarias tinham condições de legalizar as terras ocupadas, expulsando delas os posseiros pobres e sem condições de enfrentá-los nem de registrar em Cartório o direito que tinham assegurado.”*²⁴⁸

Algumas vozes corajosas mas isoladas lançaram, desde o século XIX,²⁴⁹ as primeiras idéias no sentido de uma reforma agrária. Entre as mais destacadas correntes do movimento abolicionista, porém minoritárias: André Rebouças, cuja obra foi estudada com esmero por Joselice Jucá,²⁵⁰ não fora ouvido e a abolição da escravidão não foi acompanhada da “libertação das terras”, ora desejada pelo próprio Joaquim Nabuco. Assim, a legislação de 1850, chamada Lei das Terras,²⁵¹ que visava sobretudo a impedir os europeus das fazendas de café de conseguirem terras devolutas no interior paulista, tirou qualquer possibilidade dos trabalhadores rurais serem proprietários do principal meio de produção da região: a terra.²⁵² Foi o que Roberto

²⁴⁵ Ver as experiências de Caxangá e Tiriri. ANDRADE N., Joaquim Correia X. *Usina Caxangá*. Op. cit. DABAT, Christine Rufino. “Os primórdios da Cooperativa de Tiriri”. In: *Clio, Revista de Pesquisa Histórica, Série História do Nordeste*, N° 16, Recife, 1996, p. 41-63.

²⁴⁶ Inicialmente, as vias fluviais, complementadas por ferrovias e estradas.

²⁴⁷ ANDRADE, Manuel Correia de. “A propriedade da terra e a questão agrária em Pernambuco”. Op. cit., p. 4.

²⁴⁸ ANDRADE, Manuel Correia de. *Área do sistema canavieiro*. Op. cit., p. 231.

²⁴⁹ ROSAS, Suzana Cavani. *A questão agrária na sociedade escravista*. Recife, UFPE, Tese de Mestrado, 1987.

²⁵⁰ JUCÁ, Joselice. “A questão abolicionista na visão de André Rebouças”. In: *Cadernos de Estudos Sociais da Fundação Joaquim Nabuco*. Recife, Vol. 4 n°2, jul./dez. 1988, p. 207-218. JUCÁ, Joselice. *REBOUÇAS, André. Reforma & Utopia no Contexto do Segundo Império*. Rio de Janeiro: Construtora Norberto Odebrecht, 2001.

²⁵¹ Lei n° 61, de 18.09.1850. Roberto Smith a considera “um marco histórico no processo de transição para o capitalismo no Brasil”. SMITH Roberto. *Propriedade da Terra e Transição. Estudo da Formação da Propriedade Privada da Terra e Transição para o Capitalismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 328. A República estabeleceu um instrumento regularizador: o Registro Torrens (Decreto n° 451-B, de 31 de maio de 1890) que fortaleceu ainda o arcabouço legal protegendo a propriedade privada da terra.

²⁵² Não parece haver, nesse particular, distinção a fazer, contrariamente a certos autores, em termos de maior ou menor – suposto – grau de “nível cultural” desses aspirantes a pequeno proprietário, pois tanto uns quanto outros

aspiravam e tinham competência para desenvolver uma economia de pequenos fazendeiros, criando a tão almejada classe média no campo.

Mapa II
MUNICÍPIOS DA ZONA CANAVIEIRA DE PERNAMBUCO



DES. ANGELA LIMA

Smith chamou de “*absolutização da propriedade fundiária*”.²⁵³ O escravo liberto, doravante morador, viu qualquer esperança de acesso à terra restrita a lotes cedidos precariamente pelo plantador. O resultado mensurável dessa herança histórica, “*a forma latifundiária da divisão da propriedade*”, como diz Manuel Correia,²⁵⁴ era assustador. Na sua obra famosa *A Terra e o Homem do Nordeste*, publicada no início dos anos 60, ele traçou um esboço histórico deste estado de grande concentração: as plantações ditas médias “*comportavam geralmente de 200 a 1.000 ha*” e, com a reorganização da produção devida à implantação de usinas,²⁵⁵ estas concentraram a terra até “*controlarem áreas enormes, superiores a 35.000 hectares em cada uma delas, reunindo sob o seu domínio mais de cinquenta antigos banguês*.”²⁵⁶

A situação recente: “uma estrutura agrária obsoleta, semi-feudal”²⁵⁷

Para esboçar um quadro mais preciso da estrutura fundiária na zona canavieira de Pernambuco, enfrenta-se de antemão um obstáculo de grande importância: a ausência de séries históricas de dados cadastrais precisos. A eficácia das grandes famílias, por meio de política endogâmica, em manter seu domínio sobre as terras foi complementado pelo quase segredo mantido sobre informações a respeito de seus bens fundiários.²⁵⁸ Avaliações propostas por diversos autores²⁵⁹ forneciam estimativas: de uma população de 1.997.895 habitantes, 17.865 eram proprietários, ou seja 0,9% (contra 3,6% no Agreste e 3,7% no Sertão).²⁶⁰

²⁵³ SMITH Roberto. *Propriedade da Terra e Transição*. Op. cit., p. 238. “O ‘desenfeudamento’ a que Faoro se refere é justament a desarticulação da estrutura remontada e condicionada, adstrita à propriedade da terra, vinculada à cobrança de foros e obrigações, que, ao nosso ver, não estabeleciam um caráter feudal à propriedade.” Idem, p. 327. No seu estudo metucioso, o autor tratou dos lavradores (p. 297 et ss), mas não dos moradores de engenho.

²⁵⁴ ANDRADE, Manuel Correia de. *Área do sistema canavieiro*. Op. cit., p. 231.

²⁵⁵ Ver PERRUCCI Gadiel. *A República das Usinas*. Op. cit. Ele conclui: “Se o sistema usineiro provoca mudanças importantes, ele deixa intacta a estrutura de dominação agrária regional, acentuando o caráter monocultor e monoexportador da economia e contribuindo, assim, para o agravamento dos ‘desequilíbrios regionais’ no Brasil.” p. 127.

²⁵⁶ ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem do Nordeste*. Op. cit., p. 97. Tãmanha concentração fundiária constituia um fenômeno geral e constante no Brasil. O *Atlas Fundiário Brasileiro* reconhece que o índice de Gini “*não apresenta mudanças expressivas desde 1940, mantendo-se a média nacional em torno de 0,80, situando-se entre as mais altas do mundo*.” *Atlas Fundiário Brasileiro*. Brasília, INCRA/PNUD, 1996, p. 49.

²⁵⁷ CAVALCANTI, Coutinho. *Um projeto de Reforma Agrária*. Op. cit., p. 79.

²⁵⁸ A questionável eficiência destas medidas apoia-se em duas constatações: de um lado, as operações que dizem respeito à propriedade fundiária (vendas, heranças, doações etc.) ficam a cargo dos cartórios, empresas privadas que não permitem acesso aos seus dados. Por outro lado, a comunicação destas mudanças ao Cadastro do INCRA é voluntária e deixada ao bel prazer das partes em causa.

²⁵⁹ Entre as pessoas melhor informadas quanto à agro-indústria, Gileno De Carli. Alguns trabalhos importantes foram produzidos pela Fundação Joaquim Nabuco. AZEVEDO, Carlos Alberto; Rachel Caldas e Vamireh Chacon. *Situação sócioeconômica em Áreas da Zona Canavieira de Pernambuco e Alagoas*. Recife, IJNPS, 1972, p. 59 et ss., que distingue as áreas de usinas e “*sem as terras das usinas*”, além de lamentar “*devido a falta de subsídios*” não ter incluído a “*estrutura fundiária dos fornecedores*”. Idem, p. 59.

²⁶⁰ COSTA, Aguinaldo. *Apontamentos para uma Reforma Agrária*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1945, p. 78.

*“Em muitos municípios canavieiros, por exemplo, Água Preta, Barreiros, Cabo, Gameleira, Morenos (sic), Palmares, Ribeirão, São Lourenço e Serinhãem, considerando as propriedades segundo seu valor (por falta de dados relativos às suas áreas), notamos a ausência absoluta da pequena propriedade.”*²⁶¹

Estrutura fundiária segundo dados oferecidos por Giléno De Carli: ²⁶²	
áreas dos “bangueseiros [sic](em numero de 636)	166.400 ha
áreas das usinas (em número de 60)	395.062
área dos fornecedores independentes (798)	121.149 ha
Total	693.149 ha

Essa concentração, estimada (certamente subestimada) e não medida, não tinha a desculpa da eficácia econômica. Com rendimento médio de 30 tonelada de cana por hectare,²⁶³ os plantadores ocupavam outros 100.000 ha para fornecer pastagens aos animais de trabalho. Menos de 34% das terras eram cultivadas.²⁶⁴

*“47% da área do Litoral-Mata pertencem aos usineiros, bangueseiros e fornecedores independentes. (...) 1497 proprietários estão de posse de 47% da área Litoral Mata, o que representa concretamente o latifúndio como coisa gigantesca. Só, por exemplo, a usina Catende possui uma área de 27.574 ha. Melhor termo de comparação terá o leitor, se lhe dissermos que só a área em poder das 60 usinas (394.062 ha) é quase igual à de 14 dos principais municípios na zona Litoral-Mata.”*²⁶⁵

Os proprietários de menos 100 ha representavam 89,5% do total e ocupavam apenas 8,9% da área; os de 100 até menos de 200 ha (1,9 do total dos proprietários) ocupavam 3,8 % da área; e os latifundiários donos de extensões de 200 ha e mais (8,6% do total dos proprietários)²⁶⁶ ocupavam 87,3 % da área.²⁶⁷ Concentração maior mesmo do que na zona da mata de Alagoas, embora em todas as zonas fisiográficas *“a propriedade se ache altamente concentrada”*.²⁶⁸

*“Uma das principais consequências dessa situação, se não a principal, é a abundante disponibilidade de mão-de-obra que ela gera. Trata-se da considerável parcela da população rural que devido à concentração da propriedade, não encontra outra alternativa para prover à sua subsistência que alhear a sua força de trabalho e se pôr a serviço dos grandes proprietários e fazendeiros. Circunstância essa aliás que torna possível o grande empreendimento agromercantil.”*²⁶⁹

Consequência, dizia Caio Prado, quiçá propósito, a agudez da concentração fundiária privava os não latifundiários de meios de vida. O único acesso à propriedade da terra era na forma de minifúndio, incapaz de sustentar a família camponesa. Na sua imensa maioria, os habitantes estavam completamente despojados de alternativa ao emprego nos latifúndios.

²⁶¹ Ibidem.

²⁶² Na safra 1938/39.

²⁶³ COSTA, Aguinaldo. *Apontamentos para uma Reforma Agrária*. Op. cit. p. 81.

²⁶⁴ Ibidem.

²⁶⁵ Idem, p. 82.

²⁶⁶ Nota-se que o número absoluto dos grandes proprietários é maior do que os médios, sinal de extrema concentração fundiária.

²⁶⁷ PRADO Júnior, Caio. “Contribuições para a análise da questão agrária no Brasil” [1960]. In: PRADO Júnior, Caio. *A Questão Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 40.

²⁶⁸ Idem, p. 41

²⁶⁹ Idem, p. 42.

A ‘getização’ da terra: o minifúndio

Monopólio de fato das grandes famílias, os latifúndios conviviam com minifúndios.

“De 1940 pra cá está se manifestando uma tendência à reaglutinação da propriedade agrária, o que se processa a par de uma mais acentuada multiplicação dos minifúndios”.²⁷⁰

No binômio clássico minifúndio/latifúndio, a área média das médias e pequenas propriedades (menos de 100 ha) “desce às vezes a uns poucos hectares apenas.”²⁷¹

Os plantadores “mantendo o domínio sobre a maior parcela de terras utilizáveis, obriga a pequena a se multiplicar indefinidamente nas estreitas áreas que lhe são concedidas e onde se vai comprimindo cada vez mais. O que em termos humanos significa o progressivo empobrecimento das categorias mais modestas de proprietários rurais, cujo padrão de vida gradualmente se aproxima e em muitos casos já se confunde com o dos trabalhadores sem terra empregados nos grandes domínios. São aliás muitos aqueles que têm de dividir suas ocupações entre culturas próprias e alheias.”²⁷²

Caio Prado utilizou o termo ‘getização’ da terra que reúne a idéia de circunscrição territorial e obrigação perpétua; no ‘geto’ dos minifúndios, espremiam-se, geração após geração, trabalhadores rurais sempre obrigados a vender sua força de trabalho aos monopolizadores da terra. Todas as vantagens pendiam para esses.

“De um lado, maior número de braços à procura de ocupação – donde maior oferta de mão-de-obra, e tendência à redução de seu custo -, e doutro lado, um número crescente de pequenas propriedades inviáveis e prontas para serem reagrupadas e absorvidas pela grande exploração logo que isso seja da conveniência desta última.”²⁷³

Em 1960 a concentração fundiária²⁷⁴ foi estimada: de um total de 24.237 propriedades, 40 usinas ocupavam em média 10.000 ha cada, além de bens de propriedade pessoal dos donos.

89% das propriedades agrícolas de <100 ha ocupavam	18% das terras;
9 % das propr. agrícolas de 100 a 1.000 ha	64% das terras
0,66% das propriedades agrícolas > 1.000 ha	18 % das terras

As propriedades de mais de 100 ha ocupavam 82% das terras, seus donos representando menos de 10% dos proprietários. Na mesma época, Silva Neto lamentou os dados insuficientes,²⁷⁵ embora estimasse-os “suficientes para se ter uma boa idéia do assunto”.²⁷⁶ Ele atribuiu 81,77% da superfície da Zona da Mata às propriedades de 100 hectares e mais (80,28% da região Norte e 87,97% da região Sul); as de menos de 10 hectares não ultrapassavam os 5,45%.²⁷⁷

²⁷⁰ CAVALCANTI, Coutinho. *Um projeto de Reforma Agrária*. Op. cit. p. 72.

²⁷¹ PRADO Júnior, Caio. “Contribuições para a análise da questão agrária no Brasil”. Op. cit., p. 74. Pesquisa do MEB, no anos 60, avaliava que 84% dos proprietários da região canavieira ocupavam 5% da área, sendo que 19 % entre eles “possuem menos de 1 ha de terras e 62,5% entre 1 e 5 ha.” BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 61. Este autor sublinha que, entre 1950 e 1960, “no Nordeste, há um acréscimo percentual de 99,3% na população agrícola ativa nos estabelecimentos de menos de 10 ha.” Ibidem.

²⁷² Ibidem.

²⁷³ Idem, p. 75.

²⁷⁴ ANDRADE, José Bonifácio X. de. *Do banguê à usina em Pernambuco*. Op.cit., p. 88.

²⁷⁵ SILVA NETO, J.M. da Rosa e. *Contribuição ao Estudo da Zona da Mata de Pernambuco*. Op. cit., p. 164

²⁷⁶ Idem, p. 19.

²⁷⁷ Idem, p. 20-21.

O Cadastro do INCRA²⁷⁸

O INCRA²⁷⁹ constituiu o primeiro banco de dados público²⁸⁰ permitindo medir a estrutura fundiária.²⁸¹ Embora lacunárias,²⁸² listagens exaustivas dos imóveis rurais²⁸³ em 46 municípios da região canavieira,²⁸⁴ obtidas pelo Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais²⁸⁵ na época da Nova República, forneceram um perfil da situação.²⁸⁶ Manuel Correia²⁸⁷ mostrou ainda “que não há tendência à divisão da propriedade, ao contrário, há uma manutenção do estágio atual e até mesmo um crescimento das grandes propriedades.”²⁸⁸

Os dados disponíveis para 1986 podem talvez permitir inferir os grandes traços da situação fundiária dez ou vinte anos antes. (Ver mapas) Os imóveis de 100 ha e mais ocupam em média 76,95% do território considerado pelo INCRA. Em certos municípios, particularmente na região sul da Zona da Mata, esta dominação torna-se quase absoluta, pois as taxas de ocupação da área rural variam na faixa superior aos 90%: 99,25% em Gameleira, 96,76% em Sirinhaém, 96,25% em Ipojuca, 95,73% em Palmares, 93,40% em Cortês etc. Ou seja, ao todo nove municípios praticamente monopolizados pelas grandes propriedades. Na mesma situação encontram-se certos municípios da região norte: Goiana (94,08%), Tracunhaém (93,92%), Aliança (92,80%) etc. Ou seja, 13 municípios onde as propriedades de 100 ha e mais ocupam mais de 90% da área rural, e 12 outros com taxas acima de 80%. Entre estes municípios, estão os maiores da região e os que produzem a maior quantidade de cana. A concentração fundiária diminui notavelmente ao se afastar da faixa litorânea, domínio mais antigo de colonização e de cultura da cana, para enveredar pelas encostas do Agreste, onde a penetração dessa cultura é mais recente, vias ferroviárias e rodoviárias permitindo o transporte da produção. Grande papel para fomentar essa extensão tiveram também as subvenções concedidas pelo Estado aos plantadores, dimensionadas em função da área plantada em cana.

²⁷⁸ Ver ANDRADE, Manuel Correia de. *Latifúndio e reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Duas Cidades, 1980.

²⁷⁹ Instituto Nacional de Colonização e de Reforma Agrária-INCRA, órgão público federal, criado pelo regime militar (Decreto-lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970) para elaborar e atualizar o cadastro dos imóveis rurais,

²⁸⁰ ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem do Nordeste*. Op. cit., p. 242 et ss.

²⁸¹ O INCRA manifestou, por décadas, um zelo eficiente na manutenção do sigilo sobre as informações básicas que permitiriam uma avaliação científica da concentração fundiária. Particularidades legais, como a qualidade declaratória das informações fornecidas pelos próprios proprietários ou a dupla finalidade (cadastral e fiscal) das operações conduzidas pelo órgão tornaram essa fonte de dados, no mínimo, pouco acessível ao pesquisador, tanto quanto os cartórios cíveis, a outra (e mais direta) fonte de dados. O primeiro cadastramento, decidido em 1965, foi efetivado em 1966, com vários episódios de recadastramentos em 1972 e 1992.

²⁸² Constatei grandes falhas em certos municípios. Ademais, Manuel Correia adverte: “Convém salientar, porém, que os dados estatísticos nem sempre representam bem a realidade, uma vez que as usinas de açúcar possuem numerosas propriedades, e as suas terras, ao serem computadas, não são consideradas como um único imóvel, sendo cada uma delas considerada como um imóvel isolado. Daí ocorrer que um latifundiário, possuindo numerosas propriedades, não apareça como tal, porque não agrupa em uma unidade todos os imóveis pertencentes à pessoa física ou à empresa.” ANDRADE, Manuel Correia de. *Área do sistema canavieiro*. Op. cit., p. 231. Grandes plantadores, não raro, colocam suas propriedades em nome de parentes (até mesmo finados!). A concentração fundiária real era, portanto, ainda maior.

²⁸³ Imóvel rural: “o prédio rústico, de área contínua, formado de uma ou mais parcelas de terra, pertencentes a um mesmo dono, que seja ou possa ser utilizada em exploração agrícola, pecuária, extractiva vegetal ou agro-industrial.” *Atlas Fundiário Brasileiro*. Brasília: INCRA/PNUD, 1996 p. 46. SILVA, José Graziano da. *Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1978, p. 63

²⁸⁴ Datada de 1986, a listagem que usei comporta os dados estabelecidos para 31.12.1985

²⁸⁵ Listagem fornecida pelo INCRA à CONTAG.

²⁸⁶ Os dados que o cadastro do INCRA publicou agrupam os imóveis segundo as categorias de “minifúndio”, dois tipos de “empresas rurais” e “latifúndio”, o que dificulta uma leitura e compreensão clara e detalhada da estrutura fundiária, no sentido clássico do termo, por não considerarem as categorias habituais de área: de 0 até menos de 10 ha, de 10 ha até menos de 100 ha etc. INCRA. *Índices Básicos 92*. Brasília: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 1993.

²⁸⁷ ANDRADE, Manuel Correia de. “A propriedade da terra e a questão agrária em Pernambuco”. Op. cit.

²⁸⁸ ANDRADE, Manuel Correia de. *Área do sistema canavieiro*. Op. cit., p. 232.

Por mais imperfeitos que sejam esses resultados,²⁸⁹ eles são altamente ilustrativos do fenômeno de concentração fundiária que se pretende demonstrar aqui.²⁹⁰

QUADRO RESUMO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA NA ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO

Categoria de imóveis	até menos de 10 ha	de 10 ha até menos de 100 ha	de 100 ha e mais	Total
Área ocupada	58.001,8 ha	145.997,9 ha	684.216,7 ha	889.216,4 ha
%	6,52%	16,53%	76,95%	100%
Número de imóveis	15.515	5.534	1.459	22.508
%	68,93%	24,59%	6,48%	100%

Fonte: Dados calculados a partir do Cadastro do INCRA para 46 municípios da Zona da Mata. 1986.

Tal taxa de ocupação das terras pelos grandes imóveis (Mapa III) deixava muito pouco espaço, literalmente, aos médios e pequenos proprietários; isto se verificou a tal ponto, que não só seus imóveis ocupavam pouca área, mas que até seu número absoluto estava reduzido, ao menos localmente.²⁹¹ Do ponto de vista geográfico, constatou-se uma correspondência entre as taxas mais elevadas de concentração da propriedade fundiária propriamente dita, e a ausência ou raridade maior da cessão de lotes de terra aos moradores (Mapa IV).²⁹² O alto grau e a extensão geográfica da extrema concentração fundiária acarretaram conseqüências cruciais para a mão-de-obra das grandes plantações de cana-de-açúcar. Com efeito, a exigüidade das terras ocupadas globalmente pelas pequenas propriedades (Mapa V), seu tamanho individual reduzido²⁹³ e sua fraqueza numérica (sobretudo na região sul da Zona da Mata) evidenciavam claramente a quase impossibilidade dos trabalhadores rurais tornarem-se um dia proprietários e produtores autônomos.²⁹⁴ No mesmo sentido, a importância relativamente reduzida das propriedades

²⁸⁹ No decorrer da apuração das listagens, deparamo-nos com dúvidas quanto à exatidão e completude dos dados. Uma das formas de checagem utilizadas foi o confronto com dados oriundos do censo agro-pecuário do mesmo ano. Embora o Censo considere “estabelecimentos” e não imóveis rurais, ele fornece a área total do município e em situação de monocultura, as áreas que ele fornece devem permitir aproximações com elementos cifrados puramente fundiários. No entanto, foram identificadas discrepâncias incomensuráveis com as questões metodológicas dos modelos de referências, particularmente nos municípios de Rio Formoso, Igarassu etc. Analisando o detalhe dos dados e comparando com dados posteriores (mas parciais) do próprio INCRA, notamos grandes sub-representação de propriedades fundiárias de peso como as Usinas Cucaú e São José, respectivamente. Isso deixava um déficit de área de tamanho inexplicado entre os resultados do INCRA em relação tanto àqueles do Censo Agro-pecuário quanto à área total dos municípios considerados.

²⁹⁰ Um primeiro estudo desses dados foi tentado em DABAT, Christine Rufino. “A Terra-Privilégio”. Op. cit.

²⁹¹ Entende-se classicamente por concentração fundiária aguda uma situação na qual as grandes propriedades, em número reduzido, ocupam a maior parte das terras, enquanto um grande número de pequenas unidades abrangem uma porção menor da área. É efetivamente o que se verifica na Região Norte: há muitas pequenas propriedades (a maior parte das vezes menores de 5 ha), convivendo com algumas grandes propriedades. Mas na Região Sul, não só a pequena propriedade (0-10 ha) ocupa muito pouca terra (menos de 1% em onze municípios), mas ela é numericamente inferior à grande (100 ha e mais). A concentração fundiária na Região Sul alcança, portanto, níveis que desafiam os instrumentos clássicos de medição; é o caso da curva de Lorenz que não “responde” mais, se assim se ousa dizer, numa situação em que o número das grandes propriedades ultrapassa o das pequenas. Isto confirma, em suma, o caráter excepcional, embora duradouro, desta situação.

²⁹² DABAT, Christine Rufino. *A situação dos Trabalhadores Rurais de Ponta de Rua*. Op. cit.

²⁹³ Manuel Correia estima de 7 a 10 hectares a área cultivável mínima para manter uma família na Zona da Mata.

²⁹⁴ Segundo Roberto Smith, que comenta a obra de Peter Eisenberg. *Modernização sem Mudança*. Op. cit., o “malogro do estabelecimento de imigrantes europeus no Nordeste açucareiro” era sobretudo devido à “percepção da inacessibilidade à propriedade fundiária.” SMITH Roberto. *Propriedade da Terra e Transição*. Op. cit., p. 309.

médias²⁹⁵ permitia deduzir sua fraca capacidade de empregar mão-de-obra assalariada, e desta forma entrar em concorrência com as grandes plantações de cana-de-açúcar. O quase monopólio da terra somou-se, portanto, ao domínio sobre o mercado da força de trabalho na região. “É através do monopólio da propriedade da terra que os senhores-de-engenho controlam a força de trabalho da população local não proprietária.”²⁹⁶ Na zona canavieira de Pernambuco, não havia alternativa ao emprego como morador nas plantações. “A fome substitui a escravidão” como meio de coerção, diz o Professor Mintz.²⁹⁷ A única margem de manobra do canavieiro era a escolha do empregador,²⁹⁸ não da relação, muitas vezes descrita como “cativeiro”.²⁹⁹

Exemplo de latifúndio na zona canavieira de Pernambuco:	
Laudo da avaliação da safra pendente à corte relativa ao ano agrícola 1940-41 pertencente à U.F.C. ³⁰⁰	
Área da usina 6.218 ha 3 engenhos: Colonia: 4.491 ha; Fervedouro: 527 ha; Mumbuca: 1.200 ha	
Engenho Colonia: ... a sua área é colossal, 4.491 ha, lembrando as “sesmarias” dos nossos antepassados. A sua área cultivada é de 1.100 ha distribuídos em 15 sítios diferentes.” 170 casas de alvenaria e telha	
Fervedouro: 110 ha cultivados; 24 casas de alvenaria e taipa + telha	
Mumbuca: 290 cultivados, dos quais 10 irrigados; 40 casas de alvenaria e telha e casas para empregados”	
instalação hidroelétrica: 450 HP	
Vias de comunicação: estrada de rodagem municipal em más condições; linha da Great Western estação colonia as suas portas; entre suas propriedades: caminhos carroçáveis, que no momento são de difícil transito, pelas chuvas rigorosas que caem na região.”	
Meios de transporte: 30 km de via férrea, 3 locomotivas, 45 carros de 10 a 8 toneladas = 450 ton ao todo.	
Para condução da matéria-prima para o ponto de carregamento, possui 16 carros de boi, 128 bois de trabalho, 196 burros cargueiros e 44 cavalos....	
Qualidade das terras: “fertilidade é ótima, notadamente nos anos invernosos, quando a prod. é extraordinária, o que se verifica este ano, de acordo com as fotografias que ilustram este laudo.	
As terras da Usina “Frei Caneca” se prestam às mais variadas culturas próprias da nossa zona: o milho, a mandioca, o feijão, a banana são culturas que podem ser francamente exploradas na zona o que não acontece por constituir a cana de assucar a principal e única exploração da usina, numa área superior a 1.000 ha...	
Terra rica, safra colossal, riqueza das nossas terras quando ainda virgens da chaminé das usinas. admirável fertilidade, situação excepcional. (...) Admirável fertilidade dos terrenos que compensa mesmo o pouco cuidado que recebem.”O milho, o caféiro, a bananeira, a mandioca são cultivadas subsidiariamente, para atender às necessidades da população local.	
Produção nas últimas safras: 1937/38 42.447 sacos; 1938/39 75.946 sacos; 1939/40 69.084 sacos; 1940/41 45.000 toneladas (estimativa); 90 kg de A p/ton. de cana » 67.500 sacos (estimativa)	
Mão de obra: 110 operários industriais; 740 agrários, sendo 680 homens e 60 mulheres.	
Aparelhamento: “É pequeno o aparelhamento agrário constando de: 8 grades de disco reversível; 7 ditas de madeira, 10 arados Siracuse e Oliver.	

²⁹⁵ De 10 a 100 ha, elas representam apenas 24,59% das unidades e ocupam apenas 15,62% do total das terras. Convém notar que para o início da época que nos interessa essas taxas deveriam ser menores ainda, na medida em que os anos 60 e 70 conheceram alguns casos de divisão de engenhos; é, em particular, o caso das terras da usina Caxangá, situada no município de Ribeirão. Ver ANDRADE, Joaquim Correia Xavier. *Usina Caxangá*. Op. cit.

²⁹⁶ WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Capital e propriedade fundiária*. Op. cit., p. 38.

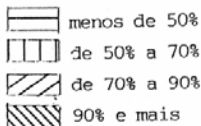
²⁹⁷ MINTZ, Sidney W. *Sucre Blanc, Misère Noire*. Op. cit., p. 90

²⁹⁸ Entrevistas com canavieiros.

²⁹⁹ No decorrer dos decênios mais recentes, os jovens, encorajados nisso pelos seus pais, procuraram na emigração em direção às cidades e até mesmo outras regiões agrícolas, uma saída rumo a horizontes menos sombrios; eles aspiravam sobretudo a oportunidades de ascensão social completamente impossíveis na região canavieira.

³⁰⁰ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Recife). Fundo DOPS – SSP (doravante SSP) pasta: 921. Documento s.n. Ênfases minhas.

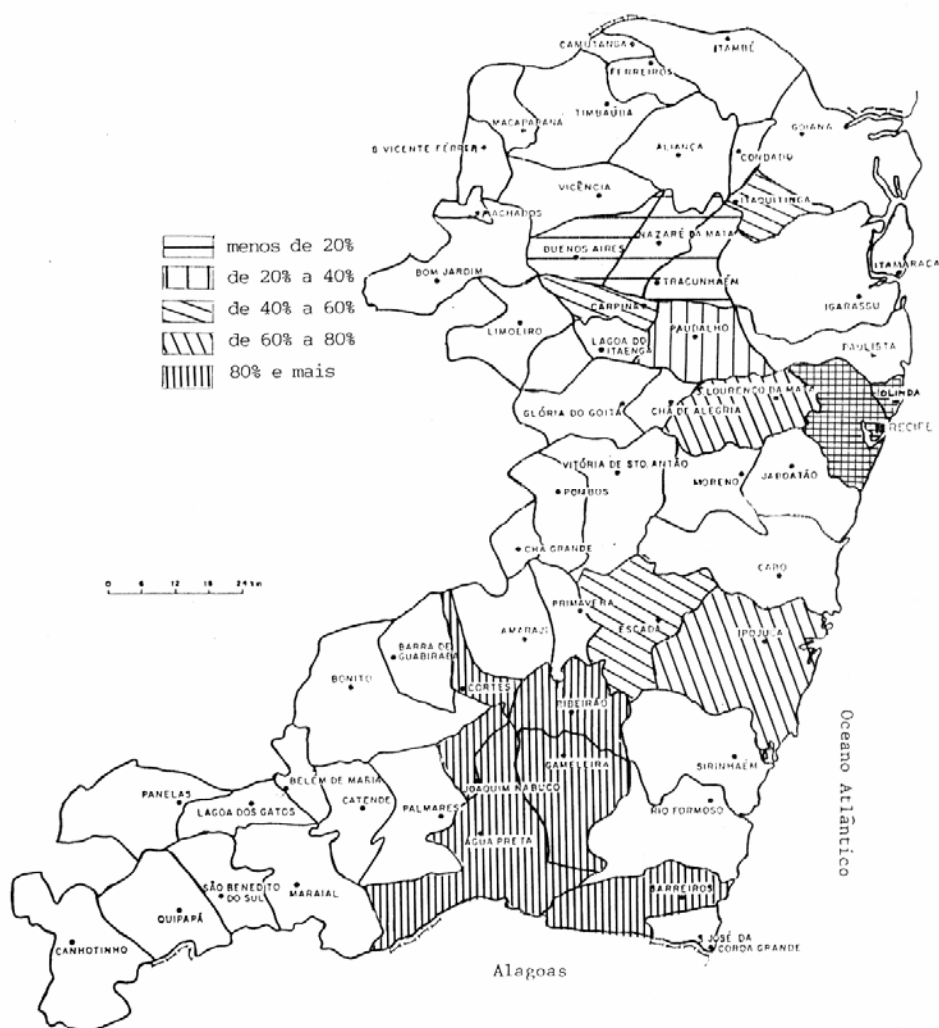
Mapa III



75

Mapa IV

TRABALHADORES RURAIS DE PONTA-DE-RUA, EX-MORADORES DE ENGENHO,
QUE NUNCA TIVERAM TERRA CEDIDA NA FORMA DE SÍTIO OU ROÇADO

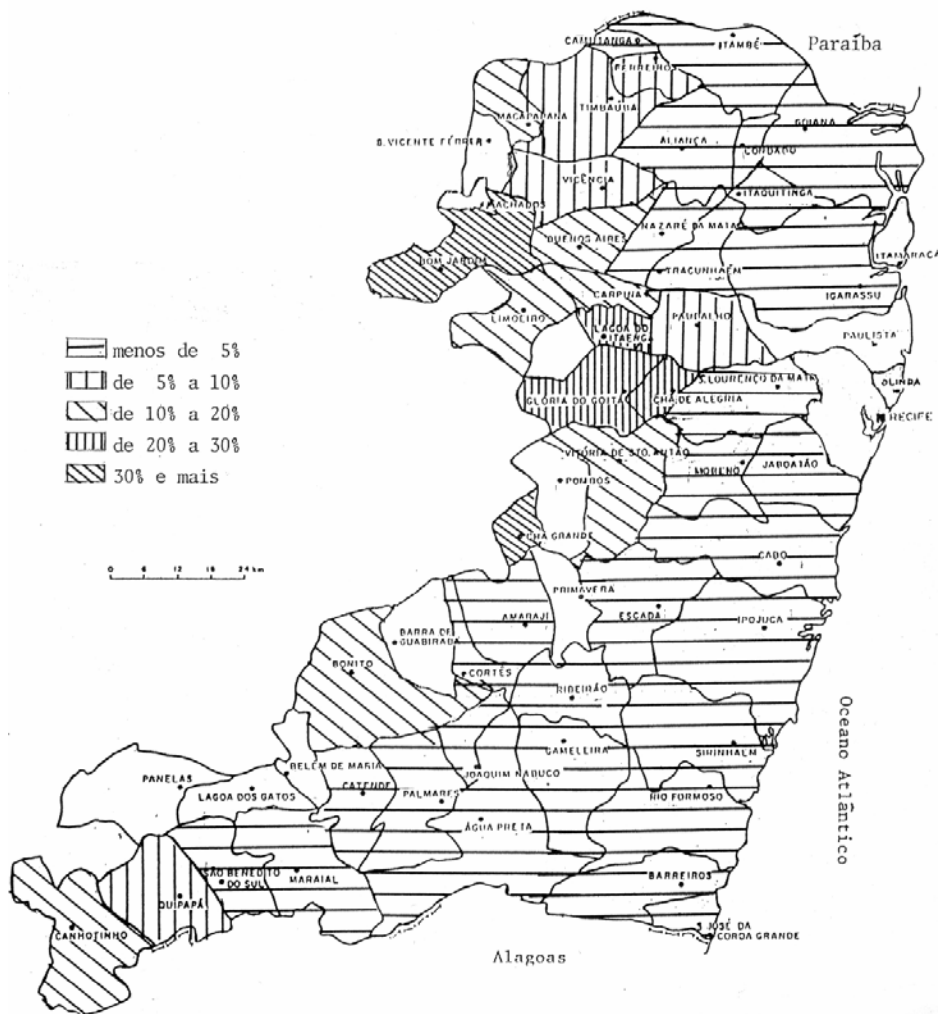


Fonte: Dados da pesquisa FETAPE/SUDENE sobre a "Situação dos Trabalhadores Rurais de Ponta-de-rua na Zona Canavieira de Pernambuco". Recife, 1985.

Mapa V

ÁREA OCUPADA PELOS IMÓVEIS DE ATÉ MENOS DE 10 HA

(em percentagem da área total considerada pelo INCRA)



Fonte: Dados calculados a partir da Relação do Cadastro do INCRA 1986.

II. 1. 2. A MONOCULTURA DA CANA-DE-AÇÚCAR

“Quem diz Nordeste, diz açúcar.”

Rui Carneiro da Cunha, presidente da Cooperativa dos Usineiros³⁰¹

Característica, para não dizer móbil da colonização portuguesa, a monocultura da cana-de-açúcar assola a região há séculos. Conjunturas flutuantes,³⁰² de acordo com eventos nacionais e mundiais, afetaram, sem dúvida, os empresários que impulsaram uma dinâmica mais ou menos violenta à conquista de novas terras no que Manuel Correia chamou de “*O avanço imperialista da cana-de-açúcar*”.³⁰³ Apesar da ‘choradeira’,³⁰⁴ costumeira aos plantadores em qualquer época, a sacaricultura foi bem sucedida e expandiu-se constantemente, ao fio dos cinco séculos de sua existência na América. No período aqui considerado, a décadas estagnantes, de 1930 a 45, corresponderam preços baixos para o açúcar, deixando muitos engenhos de fogo morto e/ou aforrados.³⁰⁵ A partir de 1945, a alta dos preços encorajou os empresários a uma retomada das terras outrora já ocupadas em cana. A expansão dos canaviais alcançou as matas e as terras cedidas aos moradores. Com o Proálcool, após várias outras intervenções do Estado para estimular o setor,³⁰⁶ essa tendência atingiu seu ápice.

Açúcar: “O ópio de Pernambuco”³⁰⁷

“Que seria de Pernambuco, se em vez de cana, na Zona da Mata, plantasse milho ou feijão? Seria mil vezes pior.”

Apolônio Sales³⁰⁸

“O Nordeste de terra gorda e de ar oleoso é o Nordeste da cana de assucar.”

Gilberto Freyre³⁰⁹

A concentração fundiária e a monocultura da cana-de-açúcar foram vistas como um binômio dominando a região em virtude de exigências ‘óbvias’ que se justificariam

³⁰¹ “Novas perspectivas para a agro-indústria do açúcar”. *JC* 29.11.61.

³⁰² GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1963] 1989, p. 39.

³⁰³ ANDRADE, Manuel Correia de. “A propriedade da terra e a questão agrária em Pernambuco”. Op. cit., p. 107.

³⁰⁴ MUNIZ, Reginaldo. “A chantagem dos usineiros”. In: *Senhor*, 1983

³⁰⁵ Em 1934, dos 22.261 no Brasil, e 3.296 no Nordeste, 1.273 eram pernambucanos. DE CARLI, Gileno. *O Açúcar na Formação Econômica do Brasil. Separata do Anuário Açucareiro*, Rio de Janeiro, 1937, p. 26. Citado in: ANDRADE Neto, Joaquim Correia X. *O Estado e a Agroindústria Canavieira do Nordeste Oriental*. Op. cit., p. 96. Leonardo Guimarães chamou a atenção sobre a velocidade reduzida do processo. “Para que se tenha uma idéia da pouca intensidade do processo de modernização é importante ressaltar que, ainda em 1935-36, cerca de 30% da produção de açúcar era proveniente dos engenhos, no Nordeste. Em Pernambuco, esse percentual era bem menor, mas alcançava, ainda, 16% no referido ano. Em 1945-46, os percentuais eram 27% para o Nordeste e 14% para Pernambuco.” *Introdução à Formação Econômica do Nordeste*. Op. cit.

³⁰⁶ SZMRECSÁNYI, Tamás. *O Planejamento da Agroindústria Canavieira no Brasil*. Op. cit. ANDRADE N., Joaquim Correia Xavier de. *A Intervenção do Estado na Agroindústria Açucareira e Alcooleira Nordestina*. Op. cit.

³⁰⁷ “Deputado Julião desmente o caráter subversivo das Ligas Camponesas” In: *DP* 16.05.59.

³⁰⁸ “Monocultura canavieira” (editorial *DP* 22.05.54) sobre uma monografia que a defendia “com cifras eloqüentes”.

³⁰⁹ FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. Op. cit., p. 22.

reciprocamente na visão do determinismo geográfico, muitas vezes aludido, senão explicitamente invocado por grande parte dos autores.

“A atividade açucareira está ligada aos destinos dessa terra, de tal forma que, fazer abstração dela, seria mutilar um corpo cheio de vitalidade, os motivos determinantes desta força criadora que assegura sua continuidade e sua existência. Isso é como se disséssemos que o seu destino como o de Pernambuco (...) é produzir açúcar, que isto está na sua tradição, nos hábitos de várias gerações e na maneira de ser da terra fértil, feita sob medida para dar vida aos canaviais.”

Edgard de Gois Monteiro, Presidente do IAA³¹⁰

A predominância absoluta das terras ocupadas pelos canaviais em relação às culturas alimentícias sempre chamara a atenção dos visitantes. Josué de Castro já estabelecera o contraste com as “*benditas manchas salavadoras da monotonia alimentar da região*”,³¹¹ a respeito da prática agrícola dos quilombos. A monocultura causou um déficit crônico em produtos alimentícios na região,³¹² cuja taxa permaneceu curiosamente constante no decorrer dos séculos, sendo estimada em 70% das necessidades básicas.³¹³ Os viajantes se surpreendiam que faltassem alimentos numa região das mais bem dotadas para produzi-los em termos de solo, de clima, de pluviosidade etc. Circunstâncias semelhantes permitiam, sob outras longitudes, várias safras de alimentos básicos ao ano.³¹⁴ No entanto, uma das asserções melhor divulgadas pelos plantadores, e repetida em todos os setores sociais, era que a região da Zona da Mata teria uma ‘vocação natural’ inquestionável para a cultura da cana-de-açúcar; em consequência, isto justificaria a monocultura³¹⁵ e, sub-repticiamente, a concentração fundiária e suas mazelas.³¹⁶

A naturalização da atribuição de uma função determinada pela divisão internacional do trabalho, por ser concebida como definitiva, inscrita na natureza das coisas, contribuiria também ao fechamento de perspectivas alternativas para a região e suas populações, a não ser tardiamente, num contexto almejado como revolucionário. De algum modo, influiu na negação,

³¹⁰ “Reequipamento da Indústria Açucareira – Um imperativo da realidade”. DP 21.01.49, p. 5 (em 4 colunas).

³¹¹ CASTRO, Josué de. *Sete Palmos de Terra e um Caixão*. Op. cit., p. 51.

³¹² “The agricultural problem of Northeast Brazil is not a single problem of easy solution, but rather a multitude of problems, having their beginnings over 400 years ago with the settling of Brazil and the establishment of sugar cane plantations” sentenciou o relatório de BOHAN, Merwin L.(Coord.). *Northeast Brazil. Nutrition Study*. March-May 1963. (Relatório maio 65. Comissão Interdepartamental sobre Nutrição para o Desenvolvimento Nacional USA). Washington: Department of Defense, 1965, p. 35. Ele se referia, acima, à “long and feudal History” da região.

³¹³ COSTA, Aguinaldo. *Apontamentos para uma Reforma Agrária*. Op. cit., p. 78-79.

³¹⁴ Nem mesmo Agamenon Magalhães conseguiu impor “5% da área ocupada pela lavoura canavieira” para “plantio de cereais” (a mandioca é citada). “Essa solidariedade exige, pois, que o usineiro e os fornecedores de cana, espartanamente (como está acontecendo) ou coercitivamente, em última hipótese, contribuam para evitar a miséria total de Pernambuco, que seria também a miséria de todos eles”. Folha da Manhã, 05.03.38.

³¹⁵ Apesar das tentativas das autoridades para incentivar culturas alimentícias. “[N]o período colonial foi estimulada, tanto por portugueses como por holandeses, o desenvolvimento da cultura de cana de açúcar, em detrimento da cultura da mandioca.” ANDRADE, Manuel Correia de e Sevy de Barros Madureira. *Produção do espaço e regionalização em Pernambuco*. Recife, UFPE/MDU, Texto para discussão, 1981, p. 14.

³¹⁶ Pereira é um dos raros autores que coloca esta idéia em questão, mostrando que a cultura de feijão, algodão e fumo conhecem taxas de produtividade mais elevadas nesta região do que em outras áreas de Pernambuco. PEREIRA, Anthony Wynne. *Regime Change Without Democratization: Sugar Workers' Unions in Pernambuco, Brazil. 1961-89*. Cambridge Mass.: Harvard University, (PhD Thesis), mimeo, 1991, p. 71.

aos atores sociais locais, do reconhecimento enquanto promotores de história, pois estariam simplesmente curvando-se à determinação do meio. O produto final desta atividade sendo secularmente exportado (regional e/ou internacionalmente), as flutuações dos mercados e, nesta precisa medida, as incertezas da política em diversas escalas, afetaram sempre fortemente a dinâmica econômica local. É o que o Sidney Mintz descreveu na sua obra, analisando a “globalização” precoce da região caribenha, e estendendo o âmbito ao Brasil açucareiro. Autores brasileiros fizeram a análise desses aspectos a nível local e nacional. Em termos de superfícies cultivadas em cana-de-açúcar, a crise de Cuba, no começo dos anos 60³¹⁷, garantiu um lugar privilegiado ao açúcar brasileiro no grande mercado preferencial norte-americano, estimulando a retomada de expansão do cultivo, que tinha sofrido uma inflexão marcada no período anterior.³¹⁸ Assim, a produção de Pernambuco passou de 9.621.062 sacas (de 50kg) para a safra de 1950/51 a 15.177.590, para 1960/61; 18.357.249, para 1970/71 e 22.995.924, para 1974/75; a produção de cana-de-açúcar aumentou, no mesmo tempo, de 4.626.909 toneladas para 13.559.053, ou seja, um acréscimo respectivo de 293% para a cana e 239% para o açúcar.³¹⁹ A superfície de terra ocupada com cana-de-açúcar aumentava proporcionalmente; ela triplicou entre 1940 e 1975.³²⁰ Como o sublinha Jacqueline Pernette Grandjean-Bitoun: “*A incorporação de novas terras de cultura permaneceu, até 1960, o único meio para aumentar a produção.*”³²¹ Os rendimentos³²² estavam, em média, muito abaixo daqueles de outras regiões produtoras no Sul do País.³²³ Já antes do Proálcool, de 1975, (às vezes considerado o grande e único vilão do

³¹⁷ Algo que lembra como a Revolução haitiana, no final do século XVIII, havia permitido uma melhoria conjuntural da colocação do açúcar brasileiro no mercado mundial, todavia sem “*intervir nas relações sociais, modificando estruturas antigas.*” BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. “Com Açúcar, sem café”. In: *Clio, Revista de Pesquisa Histórica*. (Série História do Nordeste), Vol.1, N°14, 1993, p. 95.

³¹⁸ Voir à cet égard: ANDRADE, Joaquim Correia X. O Estado e a Agroindústria Canavieira do Nordeste Oriental. Op.cit. LEVY, Henrique. *Maintaining Class Domination in the Sugar Area of Northeast Brazil through State Intervention, US Congress and Ethanol Program*. (PHD Thesis, Univ. of Maryland), Baltimore, mimeo, 1985.

³¹⁹ IAA, Superintendência de Pernambuco. Produção e Produtividade das Usinas de Pernambuco. Recife, Julho 1982 (mimeo), Tabela “Produção e Produtividade Industrial do Estado de Pernambuco 1950/51 a 1981/82”.

³²⁰ IAA, *Anuário Açucareiro*, IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*. Em 1953, João Cleofas, em discurso à Assembléia Legislativa, avaliava a área cultivada com cana em Pernambuco, em 138.714 ha. DP 13.05.53. A safra de 1952-53 produziu 9.600.000 sacos. DP 28.05.53. Isso foi considerado um título de glória para o setor, na sua rivalidade com o Sul. “Pernambuco recuperou a liderança da produção de açúcar”. O tom do artigo é quase épico, tratando de “*ádua luta*”, “*esforço heróico gigantesco*”. Naturalmente, não há uma única palavra sobre os trabalhadores, e o subtítulo “*corrigiu-se a injustiça*” referia-se, como sempre (esse caso é citado como amostra), a assuntos internos à classe patronal. DP 31.05.53.

³²¹ GRANDJEAN-BITOUN, J. Pernette. *Canne-à-sucre et cultures alimentaires na Zona da Mata*. Op. cit., p. 96.

³²² “*O latifúndio impede tudo, na ansia incontida de cultura extensiva da cana de açúcar, através do mais completo primitivismo, salvo diminutas exceções. A não ser em algumas usinas que começam a praticar a irrigação (a usina Catende já a pratica, possuindo uma área de 939 ha irrigada), as vastas áreas continuam, como no tempo da colônia, a produzir 40 toneladas de cana por hectare, enquanto Cuba produz, irrigando e racionalizando, 200, chegando-se ao cúmulo de vender o açúcar no mercado interno por um preço mais alto que no externo.*” COSTA, Aguinaldo. *Apostamentos para uma Reforma Agrária*. Op. cit., p. 80.

³²³ O Governo Federal, notadamente pelo intermédio do IAA, criou toda uma série de mecanismos favorecendo o aumento da capacidade produtiva açucareira na região. Esta era destinada sobretudo à exportação, enquanto que a

fenômeno de expulsão dos moradores de seus sítios e roçados) a cana destinada apenas à produção de açúcar havia provocado “um crescimento horizontal da produção. A cana se expandiu, destruindo culturas alimentares e propiciando um alargamento fundiário das usinas.”³²⁴ O Estado havia promovido planos sucessivos de incentivo à cultura,³²⁵ como o Fundo de Consolidação e Fomento à Agro-indústria do Açúcar, anunciado em novembro de 1961.³²⁶ Embora todos previssem alguma migalha para os trabalhadores rurais, sob a rubrica de “programas de assistência social”, o caráter genérico e repetitivo das intenções deixava mal augurar a sua implementação.³²⁷ A diminuição das poucas terras ainda acolhendo culturas alimentícias foi evidenciada para a região norte da Zona da Mata no estudo de Pernette Grandjean-Bitoun.³²⁸ Mário Lacerda mostrou também a diminuição nas culturas como mandioca, milho e feijão, durante o período 1949-1971.³²⁹

Superfície plantada em cana de açúcar de 1940 a 1975			
Anos	Superfície I*	(1.000 ha)	Superfície II**
1940		114	
1945		133	
1950		152	
1955		193	
1960		228	
1965		242	
1970		239	260
1975			306

Fontes: * IAA, *Anuário Açucareiro*, IBGE, *Anuário Estatístico do Brasil*. ** IBGE, Censos Agropecuários

Silva Neto calculou a área total das propriedades canavieiras em 870.575 ha, dos quais 517.292 pertenciam a usinas e 353.460 a fornecedores.³³⁰ Ele avalia a seguinte repartição das culturas:

da Região Sul garantia o abastecimento do mercado interno - uma “divisão dos mercados” que foi o pomo de discórdias recorrentes entre produtores destas duas regiões.

³²⁴ ANDRADE, Joaquim Correia de. *O Estado e a Agroindústria Canavieira do Nordeste Oriental*. Op cit., p. 252.

³²⁵ Ver o detalhe num magnífico estudo: SZMRECSÁNYI, Tamás, O Planejamento da Agroindústria Canavieira no Brasil. Op. cit. Ver também ANDRADE Neto, Joaquim Correia X. *O Estado e a Agroindústria Canavieira do Nordeste Oriental*. Op. cit.

³²⁶ DP 11.11.61.

³²⁷ No caso desse mesmo programa, ver o art. 3º C e, para o financiamento, o art. 6º.

³²⁸ GRANDJEAN-BITOUN, J. Pernette *Canne-à-sucre et cultures alimentaires dans la Zona da Mata*. Op. cit.

³²⁹ MELO, Mário Lacerda de. *O Açúcar e o Homem*. Op. cit., p. 115.

³³⁰ SILVA Neto, J.M. da Rosa e. *Contribuição ao estudo da Zona da Mata em Pernambuco. Aspectos estruturais e econômicos da área de influência das usinas de açúcar*. Op. cit., p. 115.

Uso da terra	
área com cana	207.893
área reservada p/ cana	207.893
área para animais	50.000
reserva florestal	40.000
Culturas alimentícias	10.000
Diversos	10.000
Sub total	525.786 ha
área ociosa	344.971 ha ou seja, mais ou menos 40% do total.
Área total	870.575 ha

A ‘brecha camponesa’

Incapaz de prover de alimentos a população dependente do núcleo produtor, a empresa monocultora deixara alguma margem para as culturas efetuadas em terras cedidas, no tempo livre dos trabalhadores rurais. A ‘brecha camponesa’,³³¹ ou seja, essa produção de alimentos já pelos próprios escravos canavieiros, constituía o ‘sistema Brasil’. A ‘morada’, sua herdeira direta, articulava o trabalho assalariado na monocultura canavieira com a produção de alimentos em terra cedida. Na “*Zona [Litoral-Mata] o terreno é ótimo para a policultura, embora sua quase totalidade esteja entregue à monocultura da cana de açúcar.*”³³² Essa tolerância limitada à policultura constituía um meio de pagar salários monetários minúsculos e fixar a mão-de-obra nas plantações (na ausência de meios rápidos de transporte pendular). Ela foi vencida pelos estímulos conjunturais à expansão dos canaviais, apoiados por vultosos financiamentos do Governo Federal. Os plantadores foram repetidamente induzidos a ocupar todas as áreas ainda utilizadas como roças e sítios pelos moradores. Essa absolutização³³³ da monocultura em toda a região acarretou uma perda, tanto na subsistência dos próprios trabalhadores rurais, quanto no abastecimento das feiras locais.³³⁴

³³¹ MINTZ, Sidney W. “Era o Escravo de Plantação um Proletário?” In: MINTZ, Sidney. *O poder amargo do açúcar*. Op. cit., p. 117-146.

³³² COSTA, Aguinaldo. *Apontamentos para uma Reforma Agrária*. Op. cit., p. 77.

³³³ Para retomar a expressão utilizada por Roberto Smith a respeito da terra, ver acima.

³³⁴ ANDRADE, Manuel Correia de. *Área do sistema canavieiro*. Op.cit .

II. 2. OS PRINCIPAIS ATORES: OS MORADORES

“L’expérience négative, en histoire, ne vaut qu’à une condition: s’assurer que le silence des textes tient aux faits, non aux témoins.” Marc Bloch³³⁵

“La tradition de la plantation, latifundium dont le propriétaire regarde plus ses clients étrangers que ses ouvriers et ses acheteurs brésiliens, se conserve encore, largement héritière de la culture sucrière d’autrefois.” Pierre Monbeig³³⁶

Esse contexto de monocultura latifundiária, que caracteriza a sacaricultura pernambucana, determinou inúmeros aspectos da vida dos principais atores sociais, objeto do presente estudo. Os empregadores e o Estado, outros dois parceiros principais nas relações examinadas, serão apenas mencionados a propósito de aspectos precisos.

Zona rica, população pobre: a região canavieira

“[M]onoculture sucrière, monotonie alimentaire. Une faim lente, patiente, une faim de grignotage, progressant au rythme de l’économie marchande. La production systématique d’une humanité subalterne, réduite à une existence presque végétative.” Robert Linhart³³⁷

“A miserável situação do trabalhador rural, sobretudo na zona da mata, da agro-indústria do açúcar, constitui um dos dramas de maior gravidade. O trabalhador dos campos, o assalariado de engenhos e usinas, estava longe de parecer gente, de viver como gente, de figurar como um cristão e criatura feita à imagem de Deus. Sua existência era mais de bicho de toca, mal comido, mal dormido, esfarrapado, sem educação, doente, desassistido de tudo e de todos. Vencia salário de fome, quando, lá fora, o custo da vida subia e subia.” Costa Porto³³⁸

Celso Furtado, superintendente da SUDENE na época de sua fundação (1959),³³⁹ descrevia assim a situação social na região:

*“Na zona mais rica do Nordeste, chamada ‘Zona da Mata’, 95% da população³⁴⁰ sofre de desnutrição, sem receber uma alimentação suficiente para efetuar um dia normal de trabalho.”*³⁴¹

Alguns trabalhos³⁴² testemunhavam esse drama. Periodicamente, as autoridades eram alertadas a respeito das sérias consequências dessa situação, particularmente quanto à saúde da população.³⁴³ Josué de Castro declarava:

³³⁵ BLOCH, Marc. *Les caractères originaux de l’histoire rurale française*. Op. cit., vol. I, p. 172.

³³⁶ MONBEIG, Pierre. *Le Brésil*. Paris: PUF, 1968, p. 46.

³³⁷ LINHART, Robert. *Le sucre et la faim*. Paris: Editions de Minuit, 1980, p. 56.

³³⁸ Classicamente, Costa Porto continua com a lógica dos plantadores: “O produtor, em regra, não negava este estado de coisas: apenas procurava mostrar não lhe seria possível ir além, porque o açúcar não tinha preço justo.” “Alguns aspectos do ruralismo canavieiro”, *DP* 07.11.63.

³³⁹ Celso Furtado, economista e autor de muitas obras, entre outras *La formation économique du Brésil de l’époque coloniale aux temps modernes*, Paris/La Haye, Mouton, 1972. Ele foi o primeiro Superintendente da SUDENE, na época de sua criação (1959), órgão destinado a estimular o desenvolvimento econômico e social da região.

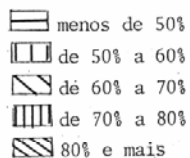
³⁴⁰ Entre 1950 e 1960, a população da Zona da Mata e Litoral aumentou em 570.000 pessoas, passando para 2.128.000 habitantes, isto é, mais ou menos a metade da população do Estado de Pernambuco.

³⁴¹ Declaração publicada no *DP* em 01.11.61.

³⁴² GONÇALVES, Fernando Antônio. “Condições de Vida do Trabalhador Rural na Zona da Mata de Pernambuco”. Op. cit., p. 117-173. Essa pesquisa marcou pela novidade da abordagem, bem como pela amplitude de seu universo de 477 famílias em toda a região. Ver também LINS, Rachel Caldas, et al. *Situação sócio-econômica em áreas da zona canavieira de Pernambuco e Alagoas*. Op. cit. e BARROS, Henrique Osvaldo M. *A caminho da 'rua'*. Op. cit.

³⁴³ Por exemplo o inquérito “*promovido no interior de Pernambuco pelo Sr Nelson Coutinho*”. “Em defesa da saúde da população rural do Estado.” DP 20.02.47.

Mapa VI



85

*“A situação do povo brasileiro infelizmente é de um povo faminto, sub-alimentado, doente. Essa a razão porque o Brasil é um país sub-desenvolvido, por mais que isso doa a consciência patriótica.”*³⁴⁴

Esperança de vida curta³⁴⁵ e mortalidade infantil³⁴⁶ elevada combinavam-se num quadro que atingia taxas comparáveis às piores do mundo.³⁴⁷ O analfabetismo era muito pior do que os números poderiam deixar pensar (Ver Mapa VI):

*“muitas das pessoas que dizem saber ler e escrever por ocasião dos recenseamentos em quaisquer trabalhos de estatísticas apenas desenham garatujadamente o nome, sendo, por conseguinte, analfabetos.”*³⁴⁸

Taxas de analfabetismo

O estudo detalhado de dados oriundos do censo de 1980,³⁴⁹ o primeiro após o período considerado aqui, dá a medida do problema da falta de acesso a uma formação elementar. As taxas extremamente fortes de analfabetismo entre os adultos, corriqueiramente entre 80 e 90%,³⁵⁰ são estimadas de forma otimista pelos agentes do censo, pois eles consideram como alfabetizadas as pessoas que sabem escrever seu nome (condição *sine qua non* para se tornar eleitor até 1988). Elas refletem a extrema precariedade da rede de escolas acessíveis a esta população e traduzem também a evasão escolar. A concorrência do trabalho não permite aos filhos de canavieiros frequentarem os estabelecimentos que porventura existirem. Com efeito, os entrevistados desta pesquisa, como aqueles que participaram de anteriores,³⁵¹ situam sua entrada no mundo do trabalho entre 8 e 10 anos, na sua maioria.

Proverbial era a miséria dos trabalhadores rurais da região, descritos por Joseph Page:

“O tipo mais comum de trabalhador era o morador, ao qual era dado para uso um pequeno casebre na propriedade da usina ou do engenho. Ali ele vivia com sua mulher e numerosos filhos, apinhados em um quarto ou dois, sem luz, sem água e sem instalações sanitárias. Algumas vezes, em redor do casere, eles tinham direito de usar um pequeno lote de terra, onde podiam plantar culturas de subsistência. O trabalhador não tinha quaisquer direitos legais a essa terra e podia ser expulso a qualquer tempo, virtualmente ao capricho do proprietário rural. Isso desencorajava o camponês a realizar melhoramentos. Do mesmo modo, as longas horas que ele tinha que despender nos canaviais dificultavam-lhe a luta pela sobrevivência. Ocasionalmente, permitiam-lhe limpar alguma terra não utilizada no topo de uma colina, onde ele podia cultivar algum alimento, mas na maior parte das vezes o

³⁴⁴ DP 04.08.54, p. 9.

³⁴⁵ Certamente muito abaixo da média nordestina, que já era baixa. Segundo o IBGE, para toda a população nordestina a esperança de vida média era, ao nascer, de 40 anos; de 50 anos para 1 ano de idade (o que em si já é eloquente); e subia para 55 anos na faixa de 5 a 10 anos. DP 15.01.61.

³⁴⁶ A título de ilustração da consciência que se tinha do problema, a Folha do Povo do dia 24.08.1955 veicula um discurso do Gal. Edgard Buxbaum, em nome da Liga de Emancipação Nacional, que lamenta: *“O nordestino etiolase e apresenta aos olhos do Brasil o quadro triste de patrícios nossos maltrapilhos, doentes, esmolando, arrastando após si as crianças que por milagre não estão incluídas na estatística assustadora que acusa até oitenta por cento de mortalidade infantil.”* Socorro Ferraz, assessora da Cooperativa de Tiriri, lembra de crianças apresentando síndrome de Biafra, em plena zona canavieira, a mais fértil e rica região agrícola do Estado.

³⁴⁷ Ver os trabalhos cartografados do Prof. Pedro Vasconcelos.

³⁴⁸ O artigo deu as seguintes taxas: Brasil: 57,3%; rural brasileira: 72,3%, enquanto que a rural pernambucana atingia 85,3%. A preocupação com essa situação não dizia respeito ao bem-estar das populações da zona da Mata, particularmente de Nazaré da Mata, citada no artigo, mas do *“desenvolvimento de idéias políticas estranhas, contrárias aos nossos princípios de povo independente e democrático, no seio da massa desconhecadora da lei nacional, do direito e do dever e da realidade das coisas.”* “A praga do analfabetismo”. In: DP 23.05.54.

³⁴⁹ Dados calculados em colaboração com a Profa. Jacqueline Pernet Grandjean, da Universidade de Reims.

³⁵⁰ Ver mapa VI.

³⁵¹ ARAÚJO, Espedito Rufino de. *O Trator e o 'Burro sem Rabo'*. Op. cit.

proprietário rural, no ano seguinte, reclamava de volta a terra, para o cultivo de cana. Naturalmente, não era feito qualquer pagamento pelo esforço do trabalhador para limpar a terra.”³⁵²

Outra característica, sua suposta passividade, teria, segundo parte da literatura, algo de banal, quicá ‘natural’, ligado ao tipo de atividade agrícola, ela própria ditada pelo “fatalismo geográfico”.³⁵³ A linha de raciocínio conhecera tempos áureos.³⁵⁴

As origens escravistas da ‘morada’

“O verdadeiro alicerce da chamada ‘civilização do açúcar’ no Brasil foi o escravo, que, trabalhando de sol a sol nos canaviais e/ou dia e noite na parte industrial dos engenhos, representava mão-de-obra de custo relativamente barato e que sempre acumulava lucros não para si, evidentemente, mas para o patrão, ou seja, para o senhor de engenho.”

Dicionário do Açúcar³⁵⁵

Para os séculos de escravidão indígena³⁵⁶ e africana, a bibliografia de autores locais e nacionais é abundante, brilhante e diversificada.³⁵⁷ Tais obras permitem não apenas conhecer melhor os ancestrais de nossos interlocutores, como sobretudo verificar a exatidão de certa visão do passado escravista local, considerado “doce” e paternalista em oposição, por exemplo, à situação paralela nos Estados Unidos. O debate sobre a interpretação da escravidão e seu destino histórico³⁵⁸ ecoava (com embates em certa medida diferentes) na polêmica, notadamente entre Jacob Gorender³⁵⁹ e Katia Mattoso.³⁶⁰ Aquilo que pode ser chamado de lenda dourada das relações entre senhores e escravos no Brasil, sob os auspícios de um regime muitas vezes qualificado de “patriarcal”,³⁶¹ parece fornecer alicerces históricos para certa concepção das relações da ‘morada’: harmoniosas e quase familiares entre as classes sociais, elas encontraram

³⁵² PAGE, Joseph A. *A Revolução que Nunca Houve, O Nordeste do Brasil 1955-1964*. [1972] Trad. Ariano Suassuna. Rio de Janeiro: Record, 1989, p. 40.

³⁵³ AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Op. cit., p. 66.

³⁵⁴ Ver a Parte III. Interpretações da ‘morada’.

³⁵⁵ BARBALHO, Nelson. *Dicionário do Açúcar*. Recife: Massangana, 1984, p. 196.

³⁵⁶ Em 1537, uma Bula papal de Paulo III recomendava que os Índios não fossem privados da sua liberdade nem do domínio de seus bens. Na mesma época, foi redigida a Carta Régia que escravizava os Caetés. Holocausto “centenas de milhares de pessoas de línguas tupi, jê, aruak ou karib não foram nunca integradas ou assimiladas, mas sim exterminadas” LEONARDI, Victor. *Entre árvores e esquecimentos*. Op. cit., p.101.

³⁵⁷ Entre muitos outros títulos, alguns citados ao longo do presente trabalho, “Servidão Negra”, de Mário Maestri; mas também o estudo fundamental de SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos*. Op. cit., assim como a obra de EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança*. Op. cit. Do mesmo autor, *Homens esquecidos. Escravos e trabalhadores livres no Brasil XVIII- XIX*. Campinas: Unicamp, 1989. Esses estudiosos se distinguem por serem menos vulneráveis a certas ‘verdades’ ou ‘obviedades’ culturalmente estabelecidas, transformadas acriticamente em senso comum, pela simples repetição, como foi o caso do assunto aqui tratado.

³⁵⁸ Ver o panorama deste debate in PATTERSON, Orlando, “Slavery”. In: *Ann. Rev. Social.*, 1977, 3:407-49.

³⁵⁹ *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Atica, 1990. REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil; a história do levante dos malês (1835)*. São Paulo: Brasiliense, 1986 e *Escravidão e Invenção da liberdade; estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense/Cnpq, 1988.

³⁶⁰ MATTOSO, Katia M. de Queiros. *Ser escravo no Brasil*. Prefácio de Ciro Flamarion S. Cardoso, São Paulo: Brasiliense, 1982.

³⁶¹ Apelação cara a Gilberto Freyre que conheceu e ainda conhece durável aprovação.

um embasamento legitimador numa certa concepção enaltecida das relações entre estes mesmos senhores de engenho e os trabalhadores dos engenhos (seus ancestrais diretos) escravizados.

Graças aos trabalhos de Eisenberg e ao estudo de Perruci,³⁶² entende-se a importância das opções regionais para organizar de forma durável o abastecimento em mão-de-obra barata, sem recorrer, todavia, ao braço imigrante, como foi o caso no sul do país,³⁶³ igualmente em moldes de plantação. Com o fim da escravidão, o grande problema desafiando os empresários era a elaboração de novas normas para fixar a mão-de-obra. Por um lado, aproveitou-se

*“Esta mão-de-obra, utilizada em vários sistemas de relações de trabalho, ora como moradores de condição, ora como foreiros devedores do cambão, ora como simples assalariados, iria substituir gradativamente a mão-de-obra escrava, em uma ocasião em que a elevação do preço do escravo ia tornar a sua utilização anti-econômica.”*³⁶⁴

Após a abolição,³⁶⁵ o problema vital era aquele formulado pelo Professor Mintz:

*“Como conseguiram os plantadores brasileiros imobilizar tão completamente sua força de trabalho?”*³⁶⁶

De uma maneira diferente daquilo que acontecia nas regiões produtoras de café e do que ocorria em outras regiões açucareiras,³⁶⁷ eles adotaram modelos existentes como a ‘morada’,³⁶⁸ que conheceram uma difusão e uma definição diferentes. Manuel Correia nota que o Nordeste

“não recebeu, como São Paulo, imigrantes europeus, e estes não se adaptariam às condições subhumanas de trabalho aqui existentes” porque *“havia aquela formidável reserva de mão-de-obra representada pelos moradores que, devido às condições de vida, à sua ignorância e às condições de trabalho então existentes, facilmente seria absorvida, como foi pela agroindústria do açúcar.”*³⁶⁹

Tal enquadramento da força de trabalho³⁷⁰ só foi possível pelo exercício obstinado do monopólio sobre a terra e a ausência de alternativa empregatícia, seja ela urbana ou mesmo rural.

³⁶² PERRUCI Gadiel. *A República das Usinas*. Op. cit.

³⁶³ Resposta ao Congresso Agrícola realizado no Rio de Janeiro, em 1878, e do qual as províncias do Norte haviam sido excluídas (Ver ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. *O engenho antimoderno, A invenção do Nordeste*. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 1994, p. 112.). O Congresso Agrícola do Recife descartou a imigração asiática, em virtude de razões culturais. As tentativas de atrair europeus haviam fracassado. *Congresso Agrícola do Recife, 1878, Trabalhos*. Introdução de Gadiel Perruci, Ed. fac-similar, Recife, CEPA/PE, 1978.

³⁶⁴ ANDRADE, Manuel Correia e Sevy de Barros Madureira. *Produção do espaço e regionalização*. Op. cit., p. 26.

³⁶⁵ Embora sem indenização, *“não trouxe grandes prejuízos aos plantadores de cana do Nordeste, que já empregavam uma grande quantidade de força de trabalho livre”*, explica Manuel Correia, o que demonstra ainda mais a filiação entre a morada e a escravidão. ANDRADE, Manuel Correia de. *Modernização e pobreza. A expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social*. São Paulo: UNESP, 1994, p. 202. Ver também, do mesmo autor, *Abolição e Reforma Agrária*, São Paulo: Ática, 1987.

³⁶⁶ Correspondência pessoal de 24.07.1995.

³⁶⁷ As Antilhas, por exemplo, onde se recorreu tanto a obrigações legais, como a importação de mão-de-obra sob contrato. Ver, por exemplo, FRAGINALS, Manuel L. Moreno; FONS, Frank Maya and ENGERMAN, Stanley L. (Eds.). *Between Slavery and Free Labor: the Spanish Speaking Caribbean in the XIXth Century*. London/Baltimore, The Johns Hopkins University, 1985 e SCOTT, Rebecca J. *Emancipação escrava em Cuba. A transição para o trabalho livre, 1860-1899*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. Ver também o clássico: FONER, Eric. *Nada além da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

³⁶⁸ AQUINO, Aécio Villar de. *Nordeste Agrário do Litoral numa Visão Histórica*. Recife: Asa, 1985, p. 42.

³⁶⁹ ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem do Nordeste*. Op. cit., p. 92..

³⁷⁰ Celso Furtado se arriscou ao propor um diagnóstico discutível a esse respeito: *“o reduzido desenvolvimento mental da população submetida à escravidão provocará a segregação parcial desta após a abolição, retardando sua assimilação e entorpecendo o desenvolvimento econômico do país.”* *Formação econômica*. Op. cit., p. 149.

*“In the last years of the nineteenth century, after chaos, dictatorship, and even a senseless civil war, Brazilian society reverted to the norms that had been threatened by the brief abolitionist experience, and millions of Brazilians, particularly those whose dark skins marked them as descendants of slaves, remained much as they had been under slavery – legally free now, but unable to compete in freedom because of their class and color, with few alternatives beyond working another man’s land in poverty and servility or migrating to a precarious urban environment, where opportunities were normally limited to the humblest and hardest of work. Although it was a great victory for Brazilians, though it gave them a measure of pride and a bried sense of greatness, the abolition of slavery did not create an environment in which former slaves could expect to rise up to the level of prosperous participants in national life. Nearly a century later – a hundred years in fact since the liberation of the newborn – millions of their descendants are still denied the equality of opportunity envisioned for them by anti-slavery leaders.”*³⁷¹

No período escravista, os moradores eram agregados tolerados nas plantações para propósitos como a guarda das ‘fronteiras’ da plantação, serviços pessoais aos plantadores e fornecer mão-de-obra suplementar para os canaviais na época da colheita. Com a abolição,

*“o escravo que se viu liberto de uma hora para outra, sem nenhuma ajuda, sem terras para cultivar, sem assistência dos governos, sentiu que a liberdade adquirida se constituía apenas no direito de trocar de senhor na hora que lhe aprouvesse. Transformou-se em assalariado, em ‘morador de condição’.”*³⁷²

O salário pago oscilava entre 400 e 600 réis.³⁷³ Essas relações de trabalho, profundamente marcadas pela herança escravista,³⁷⁴ instalaram-se sob o formato, da ‘morada’, garantindo aos plantadores a permanência dos canavieiros nos locais de trabalho. A categoria compreendia doravante a maioria dos trabalhadores³⁷⁵ nas plantações de senhores-de-engenho e usinas. Lygia Sigaud notou que o termo era utilizado tanto pelos próprios moradores quanto pelos patrões.³⁷⁶

As interpretações³⁷⁷ dessas relações como sendo “intermediárias” responderiam à expectativa evolucionista³⁷⁸ que se tentava adaptar à região.

*“[N]a zona Litoral-Mata, onde o latifúndio impera (...) a exploração do trabalhador reveste-se de todas as características semi-feudais e semi-escravistas, peculiares ao latifúndio monocultor extensivo da cana de açúcar.”*³⁷⁹

A difusão das relações de ‘morada’

³⁷¹ CONRAD, Robert. *The Destruction of Brazilian Slavery, 1850-1888*. Berkley: Univ. of California Press, 1972, p.277.

³⁷² ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem do Nordeste*. Op. cit., p. 92.

³⁷³ Por volta de 1875, os trabalhadores livres recebiam 800 a 1.000 réis por dia nos engenhos. Ibidem.

³⁷⁴ Particularmente na dimensão da violência. Ver a este respeito: LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro. 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

³⁷⁵ O caráter fortemente sazonal da demanda por mão-de-obra para a cultura da cana atraía numa migração temporária regular, durante a estação seca na sua região de origem, os pequenos produtores das regiões que desciam “pro sul” na época da safra. Ver o estudo de Teresa Sales: *Agreste, Agrestes. Transformações recentes na Agricultura Nordestina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. Além desses trabalhadores agrestinos ou mesmo sertanejos, havia também trabalhadores ‘flutuantes’, oriundos da zona canavieira, aos quais os plantadores se referiam facilmente como “vagabundos”. Ver, por exemplo, *Congresso Agrícola do Recife*. Op. cit.

³⁷⁶ SIGAUD, Lygia. “A percepção do salário entre trabalhadores rurais”. In: SINGER, Paul. (Ed.). *Capital e trabalho no campo*. São Paulo: Hucitec, 1977, p. 49.

³⁷⁷ Ver, a seguir, a Parte III. Interpretações da ‘morada’. III.2. Entendimentos marxistas acerca da ‘morada’.

³⁷⁸ Ver, em particular, III. 2.2.3. A tese feudal no Brasil explicando a ‘morada’ e defendendo sua extinção.

³⁷⁹ Apenas como exemplo: COSTA, Aguinaldo. *Apontamentos para uma Reforma Agrária*. Op. cit., p. 79.

Um das características do ciclo agrícola da cana-de-açúcar é a demanda intensa e sazonal de mão-de-obra, sobretudo na época da safra, em que o tempo constitui um elemento importante, tanto no corte, quanto no processamento das canas. À época da ‘morada’ a safra tinha duração muito maior do que hoje em dia, tanto em razão das variedades de cana, do tipo de técnicas agrícolas, bem como dos métodos de colheita. De setembro a março ou mais, época que, correspondendo à estação seca no Agreste, permitia uma migração sazonal anual. Outras tarefas, como a limpa do terreno enquanto a cana amadurecia (ciclo longo de 18 meses), requeriam uma mão-de-obra abundante também por períodos recorrentes ao longo do ciclo vegetativo da cana. No entanto, na entressafra, a exigência de trabalho diminuía bastante, o que colocava o empregador frente ao dilema de manter contingentes importantes ao menor custo possível, em tempos “mortos” do ciclo agrícola; ou livrar-se desse peso e arriscar perder parte da safra seguinte por não conseguir força de trabalho suficiente, uma das queixas permanentes dos empregadores. A ‘morada’ foi uma resposta suficiente, enquanto não se tinha os caminhos e rede rodoviária adequados ao transporte pendular dos trabalhadores. Pois, morando nos engenhos, eles eram mobilizáveis em permanência e, dispondo de pequenos lotes para culturas, podia-se diminuir para uma quantia inferior ao mínimo vital o salário pago (teoricamente) em espécie. Em certas regiões da Zona da Mata,³⁸⁰ a ‘morada’ foi associada, em proporções diversas, a outras formas de fixação da mão-de-obra rural, com cessão provisória da terra via arrendamento, meação e outros: os famosos foreiros.³⁸¹ A predominância, no entanto, do assalariamento era absoluta. A porcentagem de assalariados e assimilados na população rural ativa da Zona da Mata era de 81,6 %, contra 43,3 % no Estado como um todo.³⁸² A condição de morador recebeu um tratamento historiográfico volumoso e controverso pelo fato da remuneração ser, em parte, constituída pela disponibilidade de casa e terra.

*“O desenvolvimento dessas formas de relações de trabalho é facilmente compreensível em uma sociedade em que os proprietários de terra possuíam áreas superiores à capacidade de produção de seus engenhos e não dispunham de dinheiro em espécie para pagar salários.”*³⁸³

Em certos casos, somava-se à obrigação de trabalho dado número de dias por semana sem pagamento em dinheiro, ou em troca de um salário mais baixo. O resto do tempo, o morador de condição ou condiceiro *“trabalhava se quisesse e recebia então uma remuneração”*.³⁸⁴ O

³⁸⁰ Particularmente no Norte e nas regiões menos densamente monocultoras, da franja agrestina.

³⁸¹ Os foreiros cultivavam alimentos (e eventualmente cana também) numa terra cedida de proporções “relativamente grandes”, segundo Manuel Correia. (*Modernização e pobreza*. Op. cit., p. 202.) Eles pagavam uma renda em dinheiro ou em serviço, “dando certo número de dias de trabalho à propriedade”, o que constituía o ‘cambão’ ANDRADE, Manuel Correia de. *Lutas camponesas no Nordeste*, São Paulo, Atica, 1986, p.17.

³⁸² PRADO Júnior, Caio, “Contribuições para a análise da questão agrária no Brasil”. Op. cit., p. 43.

³⁸³ ANDRADE, Manuel Correia de. *Lutas camponesas no Nordeste*. Op. cit., p.17

³⁸⁴ SIGAUD, Lygia. “A percepção do salário entre trabalhadores rurais”. Op. cit., p. 50.

trabalho assalariado era uma obrigação, o que explica a terminologia: “condição”, “condiceiro”, “obrigação”, ou “trabalhadores de sujeição”, como escreve Manuel Correia, que não tinham “o controle dos meios de produção e recebiam do proprietário um pedaço de terra, o “sítio”, onde cultivavam lavouras de subsistência e criavam animais, com o compromisso de darem de três a quatro dias de trabalho semanais ao proprietário, mediante uma remuneração muito inferior à do mercado.”³⁸⁵

Do ponto de vista legal, a questão do sítio foi muito debatida, pois, ao passo que se firmava sua presença como um “direito” dos trabalhadores rurais de plantação, sua existência concreta ia diminuindo. Um paradoxo suplementar na história legal brasileira. Quando sua prática era relativamente extensa, ela aparecia como uma hipótese recomendável.³⁸⁶ O Estatuto da Lavoura Canavieira³⁸⁷ estipulava, no artigo 7º:

*“a concessão ao trabalhador, a título gratuito, da área de terra suficiente para a plantação e criação necessárias à subsistência do lavrador e de sua família”.*³⁸⁸

Ademais, previa-se a cobrança de um imposto sobre o valor da cana, que deveria ser destinado à assistência social dos fornecedores de cana e aos empregados da atividade canavieira.”³⁸⁹ Personalidade de grande destaque e presidente do IAA, Barbosa Lima,³⁹⁰ interpretava surpreendentemente esse tipo de medida, desprovida de meios de implementação:

“Aliás, é preciso frisar que minhas atitudes políticas e administrativas sempre estiveram aproximadas da doutrina socialista. Tanto que, quando presidia o IAA, um dos projetos que executei foi o estatuto da

³⁸⁵ ANDRADE, Manuel Correia de. *Abolição e Reforma Agrária*. Op. cit., p. 203.

³⁸⁶ No 1º Congresso dos Banguzeiros e Fornecedores de Cana das Alagoas (Maceió, maio de 1937, organizado com apoio do governo estadual), cuja conferência inaugural foi proferida pelo historiador Manuel Diégues Júnior, o que o redator de Congressos açucareiros no Brasil, considerou “*um traço particular*” a abordagem, em termos sucintos e genéricos, da “*criação de escolas rurais*”, “*divulgação de noções de higiene*”, “*construção de casas higiênicas etc.*” O ponto c) sugere “*cessão gratuita de terrenos e sítos dos engenhos para os moradores plantarem verduras e frutas, fazerem roçados de mandioca, de feijão, de milho, de maneira que possam ter, dentro do próprio engenho, elementos para sua própria alimentação, diminuindo assim o nível da importação.*” In: *Congressos Açucareiros no Brasil*. Rio de Janeiro: IAA, 1949, p. 247.

³⁸⁷ Decreto-Lei nº 3.855, de 21.11.1941. O Título IV, Seção 3ª, “*Do Salário Mínimo Art. 90 - O salário mínimo dos trabalhadores na lavoura canavieira e na indústria do Açúcar e Alcool será fixado pelas Comissões competentes nos termos da Lei nº 185, de 14 de janeiro de 1936, depois de ouvido o IAA.*” São os únicos artigos, de um total de 179 que mencionam os trabalhadores; todos os demais eram destinados a regulamentar, no detalhe, as relações entre fornecedores e usineiros. O ELC foi descrito por Barbosa Lima Sobrinho, presidente do IAA, como “*disciplinando as relações entre as duas classes, criando normas para a solução de litígios, garantindo a situação de uns e de outros, tornando mais rigorosas as obrigações recíprocas*” para um “*melhor entendimento.*” DP 30.11.41, p. 3. A virulência da oposição, inclusive entre usineiros, apareceu no documento assinado por Batista da Silva, do Sindicato da Indústria do Açúcar de Pernambuco; Arnaldo Oliveira, do Sindicato de Usineiros da Bahia; Eduardo Brennand, do Sindicato dos Industriais do Açúcar e do Alcool do Estado do Rio de Janeiro. SSP 29823 Doc 212-230. A questão da permanência e dispensa dos trabalhadores rurais figurava entre os itens.

³⁸⁸ O Decreto-Lei nº 6.969, de 19.10.1944, era mais explícito: art.23: “*O trabalhador rural com mais de um ano de serviço terá direito à concessão, a título gratuito, de uma área de terra, próxima à sua moradia, suficiente para a plantação e criação necessárias à subsistência de sua família.*”

³⁸⁹ PAIXÃO, Marcelo Jorge de Paula. *Os vinte anos de Proácool: as controvérsias de um programa energético de biomassa*. Rio de Janeiro: FASE, s.d., p. 17.

³⁹⁰ “*Sempre me senti (mesmo no IAA) ligado à linha socialista*”. JC 08.03.59

lavoura canavieira, que está dentro do espírito socialista, da mesma maneira que a legislação sobre o homem da lavoura.”³⁹¹

Como o sublinha Azevedo,³⁹² essa medida teve “*um grande significado político*” na classe dominante da zona canavieira. Os ganhos garantidos aos vários setores reforçados pela

*“ampliação crescente do crédito institucional para o custeio e o investimento na lavoura canavieira e pelo estímulo estatal a uma política de modernização e fusões das usinas, terminando por criar condições para a capitalização dos usineiros e fornecedores. Assim «à medida que, através do crédito institucional, torna-se viável arcar com a totalidade dos custos monetários com a reprodução da força de trabalho, o engenho ou a usina passam a encarar a expulsão do morador como uma vantagem econômica, principalmente levando-se em conta a rentabilidade da cultura principal.”*³⁹³

Num contexto de expansão dos canaviais,³⁹⁴ de aumento considerável da produção de açúcar, de modernização das usinas,³⁹⁵ no fim dos anos 50,³⁹⁶ a aplicação dessa disposição foi reivindicada sem chances reais de implementação, sobretudo após o golpe de Estado. Em 1965, no Contrato Coletivo de Trabalho na Lavoura Canavieira, o salário base dos trabalhadores diminuiu, sob argumentação dos empregadores de que os trabalhadores perderiam duas horas de trabalho diárias, justificadas pela promessa de um sítio.³⁹⁷ Pelo Decreto Executivo nº 57.020,³⁹⁸ que “*dispõe sobre a concessão de terra ao trabalhador rural da lavoura canavieira e dá outras providências*”,³⁹⁹ o governo militar tentou fornecer um quadro legal renovado à questão do sítio:

*“visava a diminuição do clima de tensão, na medida em que dispunha sobre a cessão de terras aos trabalhadores rurais da lavoura canavieira que tivesse mais de um ano de serviço contínuo numa propriedade. Essa área, concedida a título gratuito, teria que ser próxima da moradia e com uma dimensão suficiente para a plantação e criação necessárias à subsistência de toda a família. A área deveria ter uma dimensão de até dois ha, não podendo estar a uma distância superior a 3 km da moradia do trabalhador.”*⁴⁰⁰

Não foi aplicado, lamentava um texto de 1969.⁴⁰¹ Nos anos 1960 e 1970, as superfícies ocupadas em cana aumentavam, com o estímulo do GERAN⁴⁰² e, em breve, do Proálcool:⁴⁰³

³⁹¹ Seria preciso um estudo particular sobre a argumentação patronal e do Estado, incluindo as inflexões que os modelos (reivindicados) europeus sofreram na passagem do Atlântico. Em outra oportunidade, Barbosa Lima, governador, se referia à inspiração da Encíclica Rerum Novarum. DP 17.05.49.

³⁹² AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Op. cit., p. 47

³⁹³ CPDA/SUPLAN, Relatório Regional - Região Nordeste, 1978. Ibidem.

³⁹⁴ ANDRADE Neto, Joaquim Correia X. de. *O Estado e a Agroindústria Canavieira do Nordeste*. Op. cit., p. 244.

³⁹⁵ No governo Goulart, o Decreto nº 156, de 17/11/1961, Fundo de Consolidação e Fomento da Agroindústria Canavieira, que, segundo Tamás Szmrecsányi “*marcou um novo sentido no planejamento do setor açucareiro nacional*.” SZMRECSÁNYI, Tamás. *O Planejamento da Agroindústria Canavieira no Brasil*, Op.c it., p. 260.

³⁹⁶ 21% da safra 1958/59 sobre a anterior. ANDRADE Neto, Joaquim Correia X. de. *O Estado e a Agroindústria Canavieira do Nordeste Oriental*. Op. cit., p. 240.

³⁹⁷ WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *L'économie sucrière du Pernambouco*. Op. cit.

³⁹⁸ De 11 de outubro de 1965. Ato do IAA nº 18-68, de julho 1968, dispõe sobre a execução do Decreto nº 57.020, de 11 de outubro de 1965, e dá outras providências. Ver, em anexo, IAA SSP 29823, Doc. 107.

³⁹⁹ SSP 29823, Doc 99.

⁴⁰⁰ ANDRADE Neto, Joaquim Correia X. *O Estado e a Agroindústria Canavieira do Nordeste*. Op. cit., p. 275.

⁴⁰¹ Escrito para o SORPE, pelo Pe. Crespo. SSP 29.679.

⁴⁰² Grupo Executivo de Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste-GERAN – Decreto nº 509.033-A, de 08/08/1966; extinto pelo Decreto nº 69.454, de 01.11.1971. O GERAN encomendou ao Instituto Joaquim

“Todos esses aspectos somados fizeram com que, a médio e longo prazo, o Brasil se transformasse num dos maiores exportadores mundiais de açúcar, servindo para que houvesse um verdadeiro “boom” de crescimento na agroindústria açucareira nacional.”⁴⁰⁴

A concorrência da cana na ocupação das terras ainda disponíveis, estimulada pelos enormes financiamentos públicos,⁴⁰⁵ tornava a existência dos sítios, em vez de estabilizada e generalizada, como o previa a lei, cada vez mais ameaçada, ou melhor, condenada. A ‘Lei do sítio’, como foi conhecida, permaneceu, no entanto, por muitos anos, a referência constante na luta do Movimento Sindical Rural. A idéia era a reconstituição da morada nessa dimensão, acrescida e corrigida pelos avanços no campo da legislação trabalhista. Uma luta de retaguarda, em suma. O estabelecimento dessa meta para o movimento sindical fora reforçado pela confirmação da justeza da fórmula, bem como da sua verificação através do que poderia ser considerado como um jogo de espelhos entre intelectuais⁴⁰⁶ e sindicalistas oriundos da região centro-norte da Zona da Mata, onde a persistência dos sítios fora mais longa.⁴⁰⁷ Embora a SUDENE não apresentasse propostas específicas para os trabalhadores da cana,⁴⁰⁸ um dos textos mais importantes sobre seu movimento, publicado por Antônio Callado no *Correio da Manhã*,⁴⁰⁹ serviu de estopim para lançar o debate sobre sua fundação, segundo o próprio idealizador:

Nabuco uma pesquisa reunindo “dados expressivos sobre a situação sócio-econômica dos trabalhadores rurais”, para “orientar providências ou medidas no sentido de ser melhorada”, nas palavras de Gilberto Freyre. Os resultados foram publicados sob a coordenação de Carlos Alberto Azevedo, Rachel Caldas e Vamireh Chacon. *Situação sócioeconômica em Áreas da Zona Canavieira de Pernambuco e Alagoas*. Op.cit.

⁴⁰³ Idem, p. 268. Ver também PAIXÃO, Marcelo Jorge de Paula. *No coração do canavial*. Op. cit.

⁴⁰⁴ ANDRADE Neto, Joaquim Correia X. *O Estado e a Agroindústria Canavieira do Nordeste*. Op. cit., p. 249.

⁴⁰⁵ Decreto nº 51.104, de 01/08/1961, foi criado o Fundo de Recuperação da Agroindústria canavieira, “contando com os recursos financeiros gerados pelas exportações ao Mercado Privilegiado norte-americano.” ANDRADE Neto, Joaquim Correia Xavier de. *O Estado e a Agroindústria Canavieira do Nordeste Oriental*. Op. cit., p. 250-251. Decreto-lei nº 1.186, de 28.02.1971, cria, ao mesmo tempo, o Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar e o Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira, que seria em 26.03.1973 (Decreto-lei nº 1.266) transformado em Programa de Apoio à Agroindústria Açucareira. Ver os detalhes em Idem, p. 309. O aumento de produtividade foi “pequeno, diante do volume de recursos aplicados”. Idem p. 295.

⁴⁰⁶ No caso, a equipe de estudantes e professores do Museu Nacional do Rio de Janeiro, sob a liderança de Moacyr Palmeira, que vinham prestar assistência concreta e solidariedade ao MSTR de Pernambuco a cada campanha salarial, desde a retomada das lutas coletivas, em 1979, até o final dos anos 1980.

⁴⁰⁷ Em particular, Nazaré da Mata, Vicência, bem como as áreas circunvizinhas, de onde eram oriundas as lideranças da FETAPE e o presidente da CONTAG. Seu testemunho e sua experiência abasteceram consideravelmente a equipe de especialistas do Museu Nacional, produzindo obras notáveis e compondo o corpus de estudos sobre a região o mais importante, ao lado daquela do Professor Manuel Correia e seus émulo. Ver os mapas da distribuição do acesso à terra para plantar em DABAT, Christine Rufino, “Terra para plantar. O acesso à terra na experiência dos trabalhadores rurais da zona canavieira de Pernambuco”. In: *Revista de Geografia*, Vol.7, nº 2 jul./dez. 91, p. 33-68.

⁴⁰⁸ Nos primeiros Planos Diretores, a ênfase estava colocada sem ambigüidade sobre a industrialização e a região semi-árida, resumindo-se as menções à Zona da Mata a questões de infraestrutura básica.

⁴⁰⁹ CALLADO, Antônio. *Os industriais da seca e os “Galileus” de Pernambuco: Aspectos da luta pela Reforma Agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1960. Seu nome foi usado nos mais diversos sentidos, suscitando muitas tentativas para desamorçá-lo. Ver “Reforma Agrária” de A. Fernandez, editorial do DP 11.11.60

“A atuação do Correio da Manhã foi decisiva para transformar um simples embrião de projeto (uma nova política para o Nordeste), ainda na minha cabeça, em um dado novo e de peso no debate político nacional.”⁴¹⁰

O fim da ‘morada’

Estudos como o de José Bonifácio de Andrade,⁴¹¹ Pedro Eugênio Toledo Cabral,⁴¹² Lygia Sigaud, Beatriz Herédia e Afrânio Raul Garcia,⁴¹³ entre outras, descreveram o fim da morada.

“A proletarianização do trabalhador rural começou a se delinear de forma mais clara nos fins da década de 50, embora a mesma não tenha sido recebida sem luta por parte dos trabalhadores rurais e por aquelas camadas da sociedade mais ligadas às forças de esquerda no Nordeste.”⁴¹⁴

Lygia Sigaud,⁴¹⁵ argumentou sutilmente sobre a saída dos engenhos: correspondeu ou não ao que os próprios trabalhadores dizem representar sua “livre e espontânea vontade”, para utilizar a expressão recorrente nos seus depoimentos. No entanto, as narrativas e os testemunhos, relatos da imprensa ou de polícia mostram casos de violência e coação, que tinham por motivo expresse ou não, precisamente a “limpeza” das terras para plantar cana subsidiada. De qualquer modo, como Joaquim Correia enfatizou, a perda dessa terra cedida era um fator de “irreversível processo de empobrecimento do trabalhador rural, que passou a ter unicamente a renda monetária, sem nenhum direito à complementação do salário, uma vez que o avanço da área cultivada significou a perda do sítio, a perda de uma atividade, o roçado, que servia de complemento salarial.”⁴¹⁶

⁴¹⁰ FURTADO, Celso. *A Fantasia Desfeita*, apud SANTIAGO, Vandeck. *Francisco Julião*. Op. cit., p. 77.

⁴¹¹ ANDRADE, José Bonifácio X. de. *Do banguê à usina em Pernambuco*, op.cit.

⁴¹² CABRAL, Pedro Eugênio. *O Trabalhador da Cana-de-Açúcar em Pernambuco*. Op.cit.

⁴¹³ Entre as obras principais: HEREDIA, Beatriz Maria Alasia. *A morada da vida. Trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979; da mesma autora: *Formas de Dominação e Espaço Social. A modernização da agro-indústria canavieira em Alagoas*. São Paulo: Marco Zero, 1988. GARCIA, Afrânio Raul. *O Sul: caminho do roçado, estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero, 1990. (*Libres et assujettis. Marché du travail et modes de domination au Nordeste*. Op. cit.); SIGAUD, Lygia. *Os Clandestinos e os Direitos. Estudos sobre trabalhadores da cana-de-açúcar em Pernambuco*. São Paulo: Livraria das Duas Cidades, 1979; *Greve nos Engenhos*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980; e “A luta de classes em dois atos: Notas sobre um ciclo de greves camponesas”. In: *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 29, No 3, 1986, p. 319-343. Ver III. 2. 5. A ‘morada’ como ‘dádiva’.

⁴¹⁴ ANDRADE Neto, Joaquim Correia X. de. *A evolução da agroindústria açucareira de Alagoas*. Op. cit., p. 111.

⁴¹⁵ SIGAUD, Lygia. *Os Clandestinos e os Direitos*. Op. cit.

⁴¹⁶ ANDRADE Neto, Joaquim Correia X. *O Estado e a Agroindústria Canavieira do Nordeste*. Op. cit., p. 111

II. 3. O CONTEXTO POLÍTICO

*“O aumento de salários do trabalhador rural foi dos mais justos e é desejar que se processem novos reajustamentos, visando a elevar o nível de vida de uma comunidade que levava existência de párias, muitas vezes pior do que animais, sem horizontes, sem futuro.”*⁴¹⁷

Sofrendo as conseqüências de moradias extremamente precárias, sem conforto, numa situação sanitária deplorável, as populações da Zona da Mata encontravam-se fora de alcance (para não dizer abandonadas) dos programas sociais estatais que foram estabelecidos após a 2ª Guerra Mundial.⁴¹⁸ A cobertura vacinal era inexistente, como o demonstraram epidemias de varíola, por exemplo, inclusive em municípios próximos de Recife.⁴¹⁹

IV. 3. 1. O PAPEL DO ESTADO

“O Instituto assegurou em 1933 ao Nordeste a faculdade de trabalhar para viver. Era uma espécie de vida meio africana de negro que labuta contra salário. E o pobre norte cabinda ainda ficou contente, muito contente mesmo, porque ele até então só trabalhava para morrer. Os preços eram cotações de morte. Os do Instituto elevaram esse fúnebre standard. Eram preços que permitiam comprar bacalhau, farinha de mandioca e rapadura. E isto era vida de senzala, certo um pouco melhor que a lividez do cemitério.”

Chateaubriand⁴²⁰

O Estado manteve sempre, na zona canavieira, uma forte presença a serviço dos empresários, inclusive em assuntos de controle da mão-de-obra. As leis *“destinavam-se essencialmente a limitar as ações e a mobilidade dos cativos e a impor um severo controle sobre a força de trabalho. Elas não interferiam no controle do senhor sobre seus escravos.”*⁴²¹ No período pós-escravidão, quando reinou a ‘morada’, o comportamento das autoridades públicas frente aos novos cidadãos permaneceu o mesmo:

⁴¹⁷ Editorial do DP 03.10.63, p. 4, intitulado “Crise em perspectiva na economia açucareira” que pede melhores preços para os empresários.

⁴¹⁸ Em particular a Fundação Nacional de Saúde, segundo uma entrevista com o Prof. Malaquias Batista Filho, do Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Pernambuco.

⁴¹⁹ CALLADO, Antônio. *Tempo de Arraes. Padres e comunistas na Revolução sem violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

⁴²⁰ Editorial “O calvário do açúcar no Nordeste”, DP 02.04.1940. Ver também “Para onde vai o açúcar”, em que o autor se proclama “neto, bisneto e tataraneto de senhor-de-engenho” DP 18.01.41. Seu artigo começa, sem vergonha da desproporção, “No drama amargo da guerra, esquecemos a tragédia que vive, no Nordeste, o mais doce dos elementos da economia brasileira”. Como sempre, as classes patronais (Getúlio Vargas havia pedido um relatório a Gileno de Carli sobre a situação) utilizam a miséria dos trabalhadores para ganhar vantagens (geralmente reajuste do preço da cana e do açúcar) junto ao Governo Federal. Entre os inúmeros exemplos, encontra-se uma riqueza de ordem oratória: Assim, um artigo que reclama dos preços, intitula-se “O fim do fellah brasileiro”. DP 18.11.43. “Perigo para a economia brasileira, a solução dos seus problemas em função da demagogia”, DP 15.07.49. “Solucionando provisoriamente o caso das usinas”, Pedro Afonso, DP 18.06.53, etc... Com o acirramento das lutas sociais e das reivindicações dos trabalhadores, o argumento se torna elemento de uma chantagem: “Só maior preço da cana possibilitará melhor salário para o trabalhador rural.” DP 1.11.63.

⁴²¹ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*. Op. cit., p. 221.

“[A] ação das forças repressivas do governo do estado que, à exceção do curto período do governo Miguel Arraes, sempre foram utilizadas contra os trabalhadores.”⁴²²

Os grandes projetos do Estado para encorajar o crescimento do setor⁴²³ (inclusive agrícola), passaram, a partir dos anos 40, a incorporar uma tímida nota social, no meio do enorme volume de medidas dirigidas aos plantadores, porém sem fiscalização confiável para garantir sua implementação.⁴²⁴ Órgão maior de desenvolvimento da região, a SUDENE não arvorava grandes ambições sociais para a Zona da Mata,⁴²⁵ quanto menos para o campo. A situação lastimável dos trabalhadores rurais aparecia, quase sempre, como argumento para os plantadores arrancarem mais dinheiro do Estado. Um dos incontáveis exemplos está aqui citado: ele tem o mérito da candura gerada pela secular certeza de alcançar seus propósitos, e absoluta falta de responsabilidade social, própria da classe dominante na região.

“A situação era de lastima. (...) Assistimos há dias a uma cena típica da situação reinante (...) «Ganho 14 cruzeiros por uma ‘conta’ (10 braços por 10 para roçagem de mato). Tenho mulher e uma filha de 9 anos. Não há dinheiro na Usina. Pela manhã, recebo um vale de 14 cruzeiros. Compro no barracão 200 g. de charque por 8 cruzeiros e um litro de farinha por 6. Nisto se vai a vida. Não posso comprar sabão para lavar os mulambos, nem querozene para o candieiro, nem fumo para o caximbo. Não se conhece mais café, nem mais nada. A barraca é escura e fria como uma sepultura. E se vier uma doença? E quando a roupa se acabar?» É essa a vida do infeliz pária que trabalha em nossos campos. É o domínio da fome. Por isto a solução, embora provisória, do caso das Usinas foi recebido com alegria. É uma solução provisória, dizemos bem: o caso é puramente econômico. (...) Infeliz negócio que para ser mantido, necessita dessa “choradeira” de todos os anos.”

A legislação trabalhista

“O Presidente Vargas afastou do Brasil a possibilidade trágica da luta de classes”

Waldemar Falcão, Ministro do Trabalho⁴²⁶

*“Assim como foi uma fortuna para a humanidade que Roma tivesse esmagado as oligarquias intelectualmente inferiores de Carthago, para o destino do Brasil foi excelente que Domingos Jorge Velho e o tetravô de Othon Lynch liquidassem com a Troya Negra a qual compreendia tipos humanos impotentes, afim de produzir o que quer que fosse de compatível do ponto de vista social e cívico, ao que o colonizador português aqui modelara. Eles são vorazes; enriquecem; têm enormes garras; mas aí está Getúlio Vargas conosco para apará-las com tesourinhas astutas e quase sem dor.”*⁴²⁷

Chateaubriand.

Instrumento do patronato, nas dimensões econômica e repressiva, o Estado passou a controlar as questões trabalhistas, oficialmente, na função de árbitro inaugurada na era

⁴²² SIGAUD, Lygia. “A luta de classes em dois atos: Notas sobre um ciclo de greves camponesas”. Op. cit., p. 321.

⁴²³ SZMRECSÁNYI, Tamás. *O Planejamento da Agroindústria Canavieira no Brasil*. Op. cit.

⁴²⁴ A singularidade de Catende, sempre prezada como “bom exemplo” a ser seguido pelos outros empresários, mostra, pela própria ênfase, o quanto sua correta aplicação da lei era singular, mais ainda quando visava “dos seus operários e trabalhadores rurais”. *JC* 28.10.62. O artigo, como os demais similares, toma a precaução de citar números das despesas por força da lei, e das “espontâneas”.

⁴²⁵ Suas populações estão praticamente ausentes das metas dos primeiros Planos Diretores.

⁴²⁶ *DP* 01.05.1941. Entre muitos exemplos dos elogios tecidos ao presidente ver “GV esse desconhecido” de Chatô, celebrando seu aniversário, *DP*. 25.04.1943.

⁴²⁷ “Reajustamento negro”, discurso por ocasião do baptismo do avião “Palmares” no aeroclube de São Carlos, SP. *DP*, 03.01.43.

Vargas.⁴²⁸ O trabalhismo, no Brasil, já fora definido por Skidmore como sendo “a mixture of social welfarism, working-class political activity, and economic nationalism.”⁴²⁹ Segundo o próprio Getúlio Vargas, a ambição era o progresso:

*“Passou a época dos liberalismos imprevidentes (...) A disciplina política tem de ser baseada na justiça social amparando o trabalho e o trabalhador para que este não se considere um valor negativo, um pária à margem da vida pública, hostil ou indiferente à sociedade em que vive.”*⁴³⁰

Seus sucessores, entre eles João Goulart, que promulgou a parte da legislação trabalhista⁴³¹ aplicada ao campo, mantiveram a mesma proposta.⁴³² Sem entrar no detalhe desse assunto apaixonante e complexo do legado getulista, podem ser mencionados alguns dos marcos que compuseram o referencial no disciplinamento das relações de trabalho na zona canavieira. O salário mínimo (SM),⁴³³ a Justiça do Trabalho⁴³⁴ e a CLT⁴³⁵ aos quais se pode acrescentar ainda o

⁴²⁸ BANDEIRA, Moniz. *Trabalhismo e socialismo no Brasil. A Internacional Socialista e a América Latina*. São Paulo: Global Editora, 1985. Ver, sobretudo, GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Delume-Dumará, 2 ed., 1994.

⁴²⁹ CHILCOTE, Ronald H. *The Brazilian Communist Party. Conflict and Integration 1922-1972*. New York: Oxford Univ. Press, 1974, p 57.

⁴³⁰ Discurso no aniversário da batalha de Riachuelo, 11.06.1940. DP 13.06.1940. No editorial, Chateaubriand retoma a mesma temática.

⁴³¹ Para uma análise crítica, ver FRENCH, John D. *Afogados em leis. A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

⁴³² Por exemplo, Jango, enquanto vice-presidente, afirmou: “Na etapa atual da nossa evolução, os interesses gerais dos trabalhadores coincidem, portanto, com os interesses legítimos da indústria nacional, ambos se confundindo com os da Nação em seu conjunto. Getúlio Vargas compreendeu lucidamente o problema, pois sabia qual o adversário que, no momento, tínhamos todos de enfrentar e derrotar, quando situou o trabalhismo brasileiro, não no terreno da luta frontal, mas no da conciliação de classes.” “O Governo sempre teve o apoio dos trabalhadores. Etapa atual na nossa evolução”. JC 03.05.57.

⁴³³ Instalando a Justiça do Trabalho, o Ministro do Trabalho Waldemar Falcão anunciava – com prematuridade de mais de 20 anos: “O salário mínimo, já em vigor, é a medida mais relevante introduzida no corpo da legislação social e que, ao mesmo tempo, atinge e beneficia o trabalhador urbano e o trabalhador agrícola. (...) O pensamento do governo agora que se pode considerar encerrada a primeira e a mais difícil etapa da nossa legislação social e ampliá-la no sentido de abranger, com sua assistência benéfica, o trabalhador rural.(...) Para levar ao trabalhador dos campos esses mesmos benefícios teremos, necessariamente, de organizar os nossos estudos, examinando, no próprio ambiente onde se desenvolve a atividade do trabalhador rural, e até no estrangeiro, as suas condições de vida e de trabalho bem como a legislação adotada por outros países.”DP 02.05.1941. Como para o resto da legislação trabalhista, sua implementação no campo foi tardia, apesar de reiteradas decisões, como aquela do Supremo Tribunal que “estendeu legislação trabalhista aos trabalhadores do campo”. DP 05.07.59.

⁴³⁴ Aprovado o regulamento da Justiça do Trabalho. Dec. 6.596 de 12.12.1940. (DP 14.12.40). Seria instalada em 1º de maio de 1941 (DP 02.05.1941). Em 12.5.32, o Dec. 21.396 já havia criado uma Comissão Mista de Conciliação; em 29.11.32. o Dec. 21.132 formava as Juntas de Conciliação e Julgamento (nome atribuído pelo D. 24.712 de 14.06.34) Decreto-lei 1.237, de 02.05.1939.

⁴³⁵ O Ministro do Trabalho, Alexander Marcondes, reivindicou na promulgação dessa legislação uma originalidade brasileira, até mesmo frente a “nações de maior civilização. Essa especificidade corresponderia “às nossas características e à capacidade plástica da gente brasileira”, vocábulo caro de Gilberto Freyre, como será visto adiante. “Essa forma “diferente” com que o problema [social] foi solucionado em nosso país produziu, também, circunstâncias que são de nossa exclusiva conta e responsabilidade. Em outras nações, os trabalhadores se agremiaram, primeiro, para conseguir, depois, direitos e prerrogativas. No Brasil, direitos e prerrogativas antecederam a agremiação. O Sindicato é consequência.” Transcrição da palestra na “Hora do Brasil”, DP 09.01.43. Um ano mais tarde, ele falava de uma “hemiplegia” do corpo social corrigida pela legislação trabalhista, reconhecendo que faltava ainda garantir o “equilíbrio” entre capital e trabalho, as “novas classes”, e efetivar “a promessa de leis tutelares do trabalhador do campo – herói anônimo da unidade a oeste – a quem devemos

abono familiar⁴³⁶ e a legislação sobre acidentes de trabalho.⁴³⁷ Em 1949, o governo regulamentou o dispositivo constitucional sobre o repouso remunerado aos “camponeses assalariados”.⁴³⁸ Como muitos outros desses instrumentos legais, que testemunham de uma vontade firme do Estado quanto à regulamentação das relações entre classes, os trabalhadores rurais não foram contemplados, ou o foram apenas parcial e teoricamente.⁴³⁹ O trabalhismo manifestou, desse modo, uma grande ambigüidade (para usar de um eufemismo) nas suas relações com os assalariados agrícolas. Os textos mantiveram a questão da aplicabilidade numa nebulosa,⁴⁴⁰ que Goulart⁴⁴¹ rompeu apenas em 1963, sob pressão dos movimentos sociais. Embora a ênfase fosse sempre trabalhista (no sentido da colaboração de classe) e nacionalista, declarada a cada oportunidade, a sorte dos empregados na agricultura era lembrada com óbvia falta de nitidez no pensamento dos dirigentes. Ora são subentendidos, ou “ainda” excluídos⁴⁴² (as autoridades se desdobram em desculpas para explicar porque só poderiam ser contemplados “mais tarde”); ora

ampliar, respeitadas as condições peculiares, os mesmos direitos do operariado urbano, elevando-lhe o nível de vida para que sua crescente eficiência não nos falte com as riquezas da terra, necessárias ao desenvolvimento econômico, e tenha, por sua vez, elementos aquisitivos necessários ao consumo da produção nacional.” DP 06.01.42. Note-se que seu sucessor foi Apolônio Sales, que havia trabalhado em Catende e era um especialista da cana. DP 20.02.42.

⁴³⁶ Decretos de 19.04.1941 para família com oito filhos ou mais, que tenham menos de 13 anos e ganhe até 2 salários mínimos. DP 23.04.1943.

⁴³⁷ DP 14.11.44. O artigo 9º, parágrafo 2º, menciona que o Decreto cobre empregados em “serviços de natureza industrial ou rural”.

⁴³⁸ DP 14.08.49. O artigo 10, par. c) rezava: “Para os trabalhadores rurais que trabalham por tarefa pré-determinada ao quociente da divisão do salário convencionado pelo número de dias fixado pela respectiva execução.” O artigo 11 serviria corriqueiramente para privar o trabalhador desse direito: “Perderá a remuneração do dia de repouso o trabalhador que sem motivo justificado ou em virtude de punição disciplinar não tiver trabalhado durante toda a semana, cumprindo integralmente o seu horário de trabalho.”

⁴³⁹ Um artigo do DP 25.01.44 “Legislação trabalhista” mostra as sutis distinções entre o que lhes é ou não aplicável: “Os trabalhadores rurais estavam excluídos do regime da proteção de nossa legislação social [adiante ele faz referência nesse sentido às diretrizes fixadas na Constituição de 1937], abandonados ao discricionismo de seus patrões. A CLT, ao fixar norma para o trabalho agrícola, introduziu uma inovação sobre o assunto. Estende esse estatuto trabalhista aos trabalhadores rurais os preceitos básicos do contrato individual, inclusive o aviso prévio. Não lhes atinge, entretanto, o sistema de garantias em caso de rescisão a que não tenham dado motivo, não se lhes aplica também os benefícios do instituto de estabilidade. (...) O capítulo da CLT relativo às férias é extensivo, portanto, aos trabalhadores rurais.”

⁴⁴⁰ Ver, por exemplo, a opinião do Prof. Antônio Ferreira Cesarino Jr: “O descanso (sic) semanal remunerado não é novidade na legislação social brasileira”. DP 21.04.47. “Repouso semanal remunerado para todos os trabalhadores” Lei nº 605. DP 08.01.49.

⁴⁴¹ Em junho de 1953, Getúlio Vargas empossou o novo ministro do trabalho, João Goulart, reputado pela sua colaboração com líderes sindicais. Nem revolucionário, nem radical, mas “rico estanceiro”, filho privilegiado da elite política do Rio Grande do Sul, ele “cultiva política trabalhista com propósitos eleitorais”. Respondendo ao clamor dos sindicatos urbanos, ele propôs um aumento do salário mínimo da ordem de 100%, o que lhe valeu de ser demitido em 22 de fevereiro de 1954. Embora sua política sem firmeza flutuasse “cada vez mais freneticamente entre uma política moderada e uma política extremada.” SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo 1930-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 10ª ed. 1996 [1982], p. 263, 149 e 198.

⁴⁴² Excluídos da regulamentação da duração do trabalho nas indústrias insalubres, junto com viajantes, vigias, domésticos e gerentes ou administradores. DP 16.06.1940. Ver os arquivos de Joaquim Pimenta, o idealizador da legislação trabalhista varguista, na FUNDAJ. Entre os numerosos artigos, figura um sem data (talvez 1959) intitulado “Próxima e inelutável extensão do regime de previdência social aos trabalhadores do campo”.

incluídos de forma absolutamente vertical em termos de classe⁴⁴³ e, portanto, inócua, que Paulo Cavalcanti qualificou de “*figura literária*”.⁴⁴⁴ Havia uma ausência suspeita dos trabalhadores rurais do panorama do mundo do trabalho na versão getulista. Assim, num concurso nacional de romance sobre o mundo do trabalho, eles não constavam entre os trabalhadores listados.⁴⁴⁵

O operariado rural⁴⁴⁶

“Tínhamos de enfrentar corajosamente o sério problema de melhoria das nossas populações para que o conforto, a educação e a higiene não se tornassem privilégio de regiões e de zonas: os benefícios que os Trabalhadores urbanos haviam conquistado deviam ser distribuídos também aos Trabalhadores rurais, ao que, insulados nos sertões, vivem distantes das vantagens do mundo civilizado. Mesmo porque, se o não fizermos, correremos o risco de assistir ao êxodo dos campos e ao superpovoamento das cidades, desequilíbrio de consequências imprevisíveis, capaz de enfraquecer ou anular os efeitos da campanha de valorização integral do homem brasileiro para dotá-lo de vigor econômico, saúde física e energia produtiva.”⁴⁴⁷

Aspásia Camargo mostrou que a CLT, pela legislação complementar do Decreto-lei 7.038, de 10 de novembro de 1944, previa a aplicação das leis sociais ao trabalhador rural e

“*surtout lui accorde le droit de constituer des syndicats. Mais cette législation, effectivement appliquée dans le secteur industriel, reste cependant lettre morte pour la classe paysanne.*”⁴⁴⁸

Segundo Mary Wilkie, o segundo governo de Vargas tampouco promoveu a implementação dessas disposições legais, sendo essa questão uma das razões da evicção de João Goulart do Ministério do Trabalho, em 1954.⁴⁴⁹ Interessante é a linha de argumentação utilizada pela Confederação Rural Brasileira no memorando dirigido ao Conselho de Segurança Nacional, oposto à implementação do decreto acima citado, reputando os sindicatos rurais como “ilegais”:

“*«The rural proletariat is not sufficiently mature to understand the political rights that Minister João Goulart wants to grant them.»*”⁴⁵⁰ Argumento esse que reforçou a linha

“paternalista” e é firmemente desmentido pela opinião dos trabalhadores entrevistados. Euclides do Nascimento, dirigente sindical pioneiro, ligado à Igreja, detalha a situação:

“*Foi nesta década que, apesar de os camponeses não saberem, o deputado Fernando Ferrari remeteu três projetos de lei em defesa dos trabalhadores do campo à Câmara Federal. Projetos estes de número 3.563 o primeiro, o segundo 2.900, e o terceiro de número 1.837. Todos foram vetados e engavetados, pois a pressão era de cima para baixo por algumas pessoas interessadas. A força era muito pouca para*

⁴⁴³ Getúlio Vargas proclamou, num país predominantemente agrícola e rural que “o governo conseguiu reformar a estrutura social do país, promovendo a solidariedade das classes pela colaboração geral das tarefas do bem comum, abolidos os privilégios do passado, dignificadas todas as categorias de trabalho e esforço honesto para viver e prosperar. A verdadeira democracia. Dessa maneira pacífica, evitamos os males que aruinam as civilizações e instituímos a verdadeira democracia - do povo para o povo - segundo a fórmula clássica e perfeita.” DP 03.05.1941.

⁴⁴⁴ Depoimento oral fornecido a Eliana Moury Fernandez, no Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: FUNDAJ. CEHIBRA, Fita V, p. 6.

⁴⁴⁵ São essas: “*bancários, comerciários, estiva, industriários, marítimos, transportes e cargas.*” DP 14.05.1942.

⁴⁴⁶ Trecho do discurso de 1º de maio de 1941, pronunciado por Getúlio Vargas.

⁴⁴⁷ DP 03.05.1941. Texto retomado em várias ocasiões, com ligeiras diferenças de redação.

⁴⁴⁸ ALCÂNTARA, Aspásia Camargo de. *Brésil Nord-Est: Mouvements Paysans et Crise Populiste*. Op. cit., p. 186.

⁴⁴⁹ WILKIE, Mary. *A Report on Rural Syndicates in Pernambuco*. Rio de Janeiro: CLAPCS (Latin American Center for Research in the Social Sciences), 1964, p. 6.

⁴⁵⁰ Ibidem.

alcançar o objetivo desejado. Por isso, os projetos do deputado Ferrari foram engavetados, e só com a organização camponesa nas bases, um dia, o último projeto de Ferrari, o de número 1.837, foi desengavetado e transformado em lei específica para o trabalhador rural.”

No Congresso de Salvação do Nordeste, 20-27.8.55,⁴⁵¹ Paulo Cavalcanti citou entre as recomendações finais, algumas na área das questões trabalhistas, além da reivindicações amplas de “revisão do salário mínimo”⁴⁵² e o congelamento dos preços, cobrava-se a “extensão ao campo da legislação trabalhista” e a “extinção das sobrevivências feudais no campo, nas relações de produção”,⁴⁵³ pois o Estatuto da Lavoura Canavieira, “não tocava na questão do trabalhador”; o operário da indústria açucareira⁴⁵⁴ sendo protegido pela CLT, no entanto, “o rural [permanecia] totalmente desamparado.”⁴⁵⁵ Também forneceu “apoio à campanha encetada pela União dos Lavradores e Trabalhadores do Brasil em favor da reforma agrária.”⁴⁵⁶

A prolixidade da imprensa a respeito dos programas “sociais” de dadas usinas raramente dava lugar a alguma alusão à massa dos trabalhadores rurais e suas famílias. Entre os mais elogiados, Catende⁴⁵⁷ destacava-se como empresa modelo, gerida pelo “Tenente” Costa Azevedo “o grande industrialista do açúcar, o grande protetor e amigo dos seus trabalhadores”.⁴⁵⁸

⁴⁵¹ Na comissão organizadora: Miguel Arrais de Alencar, industrial, deputado, presidente da Liga de Emancipação Nacional, diretório de Pernambuco; Francisco Julião: deputado; Clodomir Moraes: deputado; Paulo Cavalcanti: jornalista. No Clube Português, o Prof. Acácio Ferreira leu a “Carta de Salvação do Nordeste” dizendo “*que estava em primeiro plano a substituição das empresas estrangeiras por brasileiras, e logo sem perda de tempo, a emancipação destas, fazer com que fosse redimida a situação dos homens nordestinos; falou em duas refinarias, pesca, revisão do salário mínimo, liberdade sindical, respeito de greve, reforma agrária, desapropriação de terras e cinco anos de isenção de impostos para exploração dos poços de petróleo e ainda um apoio de cinco anos à Liga de Emancipação Nacional.*” Relatório do 30.08.1955 do Comissário O. D. à SSP. SSP 27100, Doc. 38.

⁴⁵² CAVALCANTI, Paulo. *A luta clandestina. O caso eu conto como o caso foi*. IV. Recife:Guararapes, 1985, p. 63.

⁴⁵³ Idem, p. 64.

⁴⁵⁴ Eles foram beneficiários do pleno gozo da legislação trabalhista getulista. Ver a celebração da “*maior convenção coletiva de trabalho no Brasil (...) talvez da América Latina*”, na presença de Agamenon Magalhães, entre usineiros e trabalhadores da indústria do Açúcar. DP 06.02.41. Ricardo Brenand, Delegado do Trabalho, começou seu discurso assim: “*Meus companheiros de trabalho, usineiros, operários e auxiliares*”, louvando o abandono da “*velha mentalidade que separava em classes antagônicas o trabalho nacional*” Incluído como um ‘afterthought’ no fim da matéria: “*Todos os empregados de usina estão amparados pela convenção exceptuados os que trabalham no campo e os que prestam serviços eventuais de menos de 8 dias*”. “Assinada ontem a maior convenção coletiva de trabalho do Brasil”. DP 06.02.41. O sindicato dos trabalhadores na indústria do açúcar foi estritamente controlado. Seu presidente, Diogenes Wanderley, fez, durante decênios, inúmeras declarações conciliadoras como na oportunidade acima referida, ou ainda no DP 20.11.60 numa homenagem ao Delegado do Trabalho.

⁴⁵⁵ ANDRADE Neto, Joaquim Correia X. *O Estado e a Agroindústria Canavieira do Nordeste*. Op. cit., p. 220.

⁴⁵⁶ CAVALCANTI, Paulo. *A luta clandestina*. Vol. 4. Op. cit., p. 65.

⁴⁵⁷ DP 14.01.40 visita à Usina Santa Terezinha ditirâmbica a respeito dos trabalhadores da indústria “*vivendo hoje como seres humanos*” (sic). No entanto, nada era escrito sobre os trabalhadores do campo. DP 24.02.40; DP 07.11.40 DP 24.11.40 (com um texto do próprio Costa Azevedo); DP 04.11.41; DP 14.07.42, p. 3; DP 22.10.44; DP 11.11.45 queixa da emigração da mão-de-obra para o Sul, sobretudo “a aversão do camponês desmobilizado à volta ao trabalho agrícola”. DP 08.05.48; DP 24.11.47; DP 24.11.48; DP 08 e 09.10.49.

⁴⁵⁸ “A usina Catende apreciada pelo Rotary Clube de Porto Alegre”. A empresa, em números, na ordem citada: 5.000 cabeças de gado, 7 administradores gerais ou capitães de mato; 56 administradores; 56 barraqueiros: 168 auxiliares; 21 fiscais do serviço agrícola; de 6 a 7.000 trabalhadores rurais e 30.000 ha de terra. Os detalhes fornecidos sobre a “*assistência social*” diz respeito, quase exclusivamente, aos trabalhadores da indústria: casas de alvenaria, água encanada, médico, aposentadoria, passagem gratuita para a feira etc. DP 07.11.42. A mesma coisa ocorre nos demais artigos sobre a Usina modelo. Em oportunidades mais raras, outras empresas eram destacadas seguindo as mesmas argumentações: a Usina Salgado, ou Santa Helena e São João da Paraíba DP 25.12.45. “Parque industrial que melhor promove o programa de assistência social em todo o Nordeste do Brasil” sobre duas páginas, com diversas fotografias (mostrando, classicamente, autoridades civis, militares e eclesiásticas), no primeiro caderno do DP 7.11.63. Na medida em que as lutas dos trabalhadores rurais ganham visibilidade, os programas sociais, outrora apenas uma parte dos encartes da Usina Catende, se tornam assunto prioritário de relações públicas das demais empresas, inclusive de outros Estados.

Foi, no entanto esse quadro jurídico e ideológico que serviu de base à expressão de uma boa parte das reivindicações dos trabalhadores rurais nos decênios seguintes. No final dos anos 50, a ascensão do movimento social rural tornou mais urgente a “atualização”⁴⁵⁹ da legislação trabalhista no sentido de contemplar explicitamente os trabalhadores rurais.

A Constituição de 1934, no seu Art. 121 determinava:

*“que o trabalho agrícola fosse regulamentado, procurando «fixar o homem no campo, cuidar da educação rural e assegurar ao trabalhador nacional a preferência na colonização e aproveitamento das terras públicas.» O Art. 139, estipulava que “onde vivessem famílias, [os empregadores deveriam manter] escolas”.*⁴⁶⁰

Estatuto do Trabalhador Rural: “uma verdadeira complementação da lei que aboliu a escravidão em 1888.”⁴⁶¹

O Estatuto do Trabalhador Rural⁴⁶² foi considerado um divisor de águas pelos especialistas e atores sociais.⁴⁶³ Embora o FUNRURAL venha a ser implementado apenas a partir de 1972, o quadro legal já havia sido estabelecido por decreto presidencial em fins de 1963.⁴⁶⁴

*“O Estatuto se limitava a levar ao campo os direitos que já eram desfrutados pelos trabalhadores urbanos, muitos deles, já consagrados pela CLT, em 1943, mas ainda não aplicados.” “Apesar dos problemas que apresentava, trouxe grandes avanços, no plano trabalhista, para o homem do campo. Com ele foram conquistados direitos como o da estabilidade no emprego, desde que o contrato de trabalho ultrapassasse um ano, jornada de trabalho de oito horas, salário mínimo como remuneração básica, aviso-prévio nas dispensas dos trabalhadores, férias anuais etc.”*⁴⁶⁵

Caio Prado Júnior criticara a falta de empenho de seus correligionários e aliados para “corrigir e suprir as graves falhas”⁴⁶⁶ desse instrumento legal. Ao passo que em outras regiões do país

“foi letra morta, como assinala Celso Furtado,”⁴⁶⁷ na Zona da Mata, tão logo foi promulgado, se tornou um objeto de luta. No mesmo ano em que o Estatuto se tornava lei, os trabalhadores estabeleciam, pela

⁴⁵⁹ É o termo utilizado pelo Prof. Evaristo de Moraes Filho citando entre as carências “regulamentar os dispositivos constitucionais ainda não aplicados, tais como: salário mínimo familiar, participação nos lucros, extensão dos seus dispositivos aos trabalhadores rurais, seguro social rural, assistência aos desempregados, direito de greve, liberdade sindical e Lei Orgânica da Previdência Social.” DP 28.05.60.

⁴⁶⁰ ANDRADE, Manuel Correia de. *Abolição e Reforma Agrária*. Op. cit., p. 48.

⁴⁶¹ PRADO JÚNIOR, Caio. “O Estatuto do Trabalhador Rural”. In: *Revista Brasiliense*, n° 47, maio-junho, 1963, reeditado in PRADO JÚNIOR, Caio. *A Questão Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 143, p. 142.

⁴⁶² Lei n° 4.214, de 2 de março de 1963. Encontra-se o termo já no debate a respeito da sindicalização rural. DP 12.05.1944. Projeto dep. Alberto Pasqualini - PTB. Caio Prado se indignava: “[É] verdadeiramente de estarrecer o desinteresse pelo Estatuto revelado durante o trânsito do projeto no Congresso, por parte das forças políticas de esquerda e progressistas.” PRADO JÚNIOR, Caio. “O Estatuto do Trabalhador Rural”. Op. cit. Antônio Callado comenta “Diga-se de passagem, o Estatuto só foi aprovado porque ninguém acreditava que fosse posto a funcionar.” CALLADO, Antônio. *Tempo de Arraes*. Op. cit., p. 114.

⁴⁶³ O usineiro e antigo Ministro da Agricultura estima que “foi um passo muito importante dado na área rural. Naquela época não havia salário mínimo. O trabalhador rural era um pária, não tinha direito, não tinha nada.” Depoimento oral fornecido a Eliana Moury Fernandez, em outubro de 1984, no Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: FUNDAJ. CEHIBRA, p. 31.

⁴⁶⁴ Ver o texto completo publicado no DP 15.11.63.

⁴⁶⁵ ANDRADE, Sandra Maria Correia. *Ação sindical no campo a partir da década de 70*. Op. cit., p. 82.

⁴⁶⁶ PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966, p. 92. “Tem passado completamente despercebido, pelo que se saiba, o fato de os empregadores rurais, a fim de se eximirem das obrigações legais que o ETR lhe impõe, recorrem cada vez mais ao emprego de simples diaristas. Isso irá determinar, como já está determinado em muitos lugares, um largo desemprego sazonal no campo, além de nomadismo da mão-de-obra, com todas as suas graves e lamentáveis consequências.” Idem, p. 93.

⁴⁶⁷ FURTADO, Celso. *Dialética do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

primeira vez na história daquela região, um acordo coletivo com os patrões em moldes semelhantes ao que possuem hoje, através da mediação do Governo Arraes. Em 1964, apesar do golpe militar, eles conseguiram ainda renovar o contrato, acrescentando novos e importantes itens, como uma elaborada tabela de tarefas, mas a correlação de forças lhes era totalmente desfavorável – os sindicatos estavam sob intervenção, as lideranças presas e os trabalhadores intimidados.”⁴⁶⁸

Diversas forças sociais animavam ou encorajavam esses movimentos, Ligas Camponesas e Sindicatos, incentivados pelo Partido Comunista e a Igreja Católica. Eles foram examinados em detalhes por estudiosos cujas obras serão utilizadas para balizar apenas alguns aspectos relevantes para o assunto aqui tratado e evocados pelos trabalhadores entrevistados.

“A luta que tratávamos no campo não objetivava somente a sindicalização, mas incluía: salário mínimo, reformas de base (principalmente a reforma agrária radical), aplicação da legislação trabalhista na zona rural, e outras reivindicações imediatas que sempre tinham prioridade, tais como salário igual para trabalho igual, pagamento em dinheiro, abolição do vale para o barracão, jornada de trabalho de oito horas, pagamento de horas extras, assistência médica, hospitalar e dentária (pois, para isso, era descontada da folha de pagamento do trabalhador uma taxa, sem que o trabalhador usufruísse de tais benefícios), aviso prévio no caso de despejo, indenização por tempo de serviço prestado ao patrão, pagamento na boca do cofre pelas benfeitorias realizadas pelo trabalhador e por seus familiares na propriedade patronal. Todos esses direitos eram burlados pelos empregadores ruralistas.”⁴⁶⁹

A agudez da miséria dos moradores de engenho era tão flagrante que não se questionava a necessidade de alguma correção. Todo o debate girava em torno da análise que se fazia da situação e dos objetivos específicos a assinar para os movimentos sociais que brotaram enquanto o peso da repressão fora ligeiramente aliviado.

“O camponês⁴⁷⁰ – o trabalhador rural⁴⁷¹ – tornou-se objeto de políticas, o que até então era impensável, criando-se condições para o esvaziamento das funções de mediação entre camponeses e o Estado, até então exercida pelos grandes proprietários ou por suas organizações. O ETR reconheceu a existência do

⁴⁶⁸ SIGAUD, Lygia. “A luta de classes em dois atos: Notas sobre um ciclo de greves camponesas”. Op. cit., p. 334. A propósito das lutas pós-64, ver PALMEIRA, Moacir. “Desmobilização e conflito”, *Revista de Cultura e Política*, n. 1., agosto 1979, pp. 41-55.

⁴⁶⁹ BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Vol. 1, Op. cit., p.176.

⁴⁷⁰ O termo ‘camponês’ tem longa história política. Do aparte de uma deputada para que fosse usado “*um termo menos contundente*” porque por demais político, sugerindo “rurícola” a Francisco Julião (SANTIAGO, Vandek. Francisco Julião (Perfil parlamentar), Recife, Assembléia Legislativa do Estado, 2001, p. 59-60). (Nota-se que os jornais seguiram esse tipo de orientação: rurícola, silvícola (para os Índios). Até a censura do governo militar sugerindo ‘campônio’ e ‘rurícola’, indicando “trabalhador rural” como mais neutro. (PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares. “Modernização, Estado e Questão Agrária”. *Estudos Avançados*, Vol.3, n° 7, set/dez 1989. Instituto de Estudos Avançados, USP, p. 103.) “A linguagem expressa também uma prática”, segundo Foucault, lembra MONTENEGRO, Antônio. “Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução”. Op. cit., p. 13. Julião explicou por que dera o nome de ‘delegacia’ à sede local da LC (termo mantido pelo MSTR): “O camponês terá, então, uma delegacia que defenderá seus direitos, onde não mais será alvo de pressões e prisões” Idem, p. 13. PAGE, Joseph A. *A Revolução Que Nunca Houve*. Op. cit., p. 63-64.

⁴⁷¹ A dupla terminologia remete a um debate que Sandra Correia resume: “A expressão ‘camponês’ tem um “conceito derivado do pensamento europeu, restrito ao pequeno produtor proprietário”. Diferentemente, no Brasil “a partir da década de 50, em que o uso do termo ‘Ligas Camponesas’ o estendeu a todos aqueles que trabalhavam no meio rural, como pequenos produtores, proprietários ou não, e até como assalariados rurais.” ANDRADE, Sandra Maria Correia. *Ação sindical no campo a partir da década de 70*. Op. cit., p. 28. Julião declarou na tribuna da Assembléia Legislativa: “Prefiro usar a palavra camponês, porque deriva do campo e é fácil de ser dita pelos analfabetos que comanda e que não me dão votos, porque não são eleitores, nem dinheiro, porque são miseráveis, não apenas na forma da lei, mas de toda e qualquer forma.” DP 16.05.59. No presente estudo, preferi, como Moacir Palmeira, utilizar o termo “trabalhador rural” na medida em que descreve a classe em si, mais do que per se. O termo “camponês”, no seu sentido brasileiro justamente sublinhado pela autora, permanece nas citações, testemunho de uma história política precisa que provocou essa migração semântica.

*trabalhador rural como categoria profissional, vale dizer, como parte do mundo do trabalho (este, por sua vez, parte de um mundo maior, concebido pela legislação trabalhista, elaborada durante o Estado Novo, dividido entre os interesses conciliáveis do capital e do trabalho). O ETR reconheceu a existência de uma questão agrária, interesses conflitantes dentro daquilo que até então, era tratado como um todo indivisível, a agricultura ou, já convertida ao jargão corporativista, a classe rural.*⁴⁷²

Sindicalização rural⁴⁷³

Embora a tradição Getulista fosse de enquadramento sindical, no caso do campo, inúmeras monobras diversionistas adiaram sua formação.⁴⁷⁴ A sindicalização dos trabalhadores rurais, prevista pela CLT e Constituição de 1946, fora impedida pelo bloco agrário.⁴⁷⁵ Somente na primeira metade dos anos 60 “foi elaborada uma legislação específica para o campo.”⁴⁷⁶ Em 1955, existiam apenas cinco Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) reconhecidos: dois em São Paulo, um no Rio de Janeiro, um na Bahia, e um em Pernambuco, justamente na zona canavieira (Barreiros, reconhecido em 1954⁴⁷⁷). Em 1960, 22 outros⁴⁷⁸ estavam esperando seu registro no Ministério do Trabalho, além de Barreiros, Rio Formoso e Serinhaém,⁴⁷⁹ e Escada.⁴⁸⁰ Eram 39, em 1964. “Na ausência do Estado, essa malha sindical tomaria consistência sem o reconhecimento oficial, conseqüentemente com menores possibilidades de controle.”⁴⁸¹ Após decênios de discussões,⁴⁸² em 1º de maio de 1962, André Franco Montoro, Ministro do Trabalho e Previdência Social, outorgou “as primeiras cartas sindicais,”⁴⁸³ a pedido de vários

⁴⁷² PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares. “Modernização, Estado e Questão Agrária”. Op. cit., p. 101.

⁴⁷³ “A primeira previsão legal para a existência de sindicatos na área rural ocorreu em 1903, com o Decreto 979, que favoreceu apenas a organização do patronato.” CONTAG, *Nossa Luta, nossa História*. Brasília, Contag, 2000, p. 9. Em 03.05.1903, Correa de Brito “reuniu oitenta proprietários rurais do município de Goiana, fundando o mais antigo sindicato agrícola do país.” A inspiração jurídica era “a Lei Francesa de 1884” e moral a “doutrina social da igreja”. Depois da Conferência Açucareira de 1905, a Lei de organização profissional, Decreto nº 1.637, de 05.01.1907, foi promulgada. ROCHA, Tadeu. “A evolução da agroindústria do açúcar em Pernambuco e a sindicalização dos trabalhadores após a abolição da escravidão”. In: *História social da Agro-indústria canavieira*. Recife: Museu do Açúcar, 1974, p. 51.

⁴⁷⁴ Entre os textos, ver o Decreto de Sindicalização Rural (10.11.44) que, no artigo 1º par. 3, que garante aos “empregados congregar-se em entidade profissional de categoria específica paralela”. DP. 14.11.44.

⁴⁷⁵ LESSA, Sonia Sampaio Navarro. *O movimento sindical rural em Pernambuco, 1958-1968*. Recife: UFPE, 1985, p. 52. Clodomir Moraes afirma que era “fundamental permitir a sindicalização rural que, mesmo existindo leis para isso, não conseguia sindicalizar ninguém. Os ministros não aprovavam os STRs, principalmente os do Trabalho e da Agricultura, que em geral, eram latifundiários.” Depoimento oral fornecido a Eliana Moury Fernandez, no Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: FUNDAJ. CEHIBRA. p. 4.

⁴⁷⁶ PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares. “Modernização, Estado e Questão Agrária”. Op. cit., p. 99.

⁴⁷⁷ ANDRADE, Manuel Correia de. *Lutas camponesas no Nordeste*. Op. cit., p. 26.

⁴⁷⁸ Os pedidos datavam de 1955 a 1958. Relatório do 19.11.61, do SSR (Serviço Social Rural criado em 1955 pela Lei nº 22.631) DP 21.11.61.

⁴⁷⁹ Em 1961, ele contava 1.831 filiados, dos quais 331 mulheres.

⁴⁸⁰ Contava 850 associados.

⁴⁸¹ COSTA, Luiz Flávio Carvalho. *O Congresso Nacional Camponês*. Op. cit., p.10. Realmente, não havia “ausência”, só repressão.

⁴⁸² O anteprojeto de “sindicalização das classes rurais”, de 1944, manifestava ainda a vontade política de impedir a existência de sindicatos de trabalhadores rurais: ele dispunha, no art. 2º: “Exerce profissão rural, como empregador, trabalhador autônomo ou como empregado, quem explora estabelecimento rural ou presta-lhe serviços como dirigente, parceiro, auxiliar, empreiteiro, agregado ou assalariado.” DP 12.05.1944.

setores, inclusive da Igreja Católica.⁴⁸⁴ Em fim de 1963, havia já 43 STR em Pernambuco.⁴⁸⁵ O incentivo dado à sindicalização, tanto pelos meios eclesiásticos⁴⁸⁶ quanto do governo populista, era político, pois a “sindicalização em massa [iria] contribuir para esvaziar as Ligas”.⁴⁸⁷ Os sindicatos e a mediação do Estado nos conflitos contribuiriam

“de modo decisivo para enfraquecer os padrões tradicionais de dominação”, sendo “veículo para a implementação de regras impessoais que são a negação da dominação personalizada do latifúndio.”⁴⁸⁸

O Acordo do Campo

“As privações, as esperanças e os direitos do brasileiro tecem e entrelaçam aquelas frases lineares e singelas, e fazem aprender a ler uma introdução à liberdade e ao orgulho de viver.”

Anísio Teixeira⁴⁸⁹

O debate nacional sobre a questão camponesa e a reforma agrária fora aberto para toda a sociedade de uma forma inédita no Brasil, no final dos anos 1950 e início dos anos 1960. Os movimentos sociais no campo e suas reivindicações adquiriam visibilidade⁴⁹⁰ e legitimidade, pressionando as autoridades políticas declaradamente democráticas, e alcançavam, em poucos anos, resultados históricos como o Estatuto do Trabalhador Rural e a sindicalização dos trabalhadores rurais, realizações adiadas por Getúlio Vargas. A greve de 1963 constituiu um marco a esse respeito.⁴⁹¹ Falava-se abertamente em Reforma Agrária, num espírito inovador

⁴⁸³ PALMEIRA, Moacir. “A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato”. In: *Igreja e Questão Agrária*, Vanilda Paivão (Org.). Rio de Janeiro: Loyola, 1985, p. 44.

⁴⁸⁴ Os bispos pediam o fim dos entraves burocráticos para a fundação daqueles STRs que eles apoiavam.

⁴⁸⁵ CERQUEIRA, Maria dos Milagres Leite. “A ação sindical dos trabalhadores rurais de Pernambuco”. In: *Revista Pernambucana de Desenvolvimento*, Recife, Jan/Jun 1983.

⁴⁸⁶ Pe Crespo que se insurgia contra “uma injustiça dizer que o sindicalismo foi dado de cima para baixo pelo Governo. Totalmente errado. O sindicato foi conquistado a duras penas, com muita luta, muito sangue e muita morte dos companheiros para poder legalizar os primeiros sindicatos, nós tivemos que programar um congresso dos Trabalhadores Rurais em Itabuna.” Depoimento oral fornecido em 10.07.85 a Eliana Moury Fernandez, no Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: FUNDAJ. CEHIBRA, p. 14.

⁴⁸⁷ MONTENEGRO, Antônio. “Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução”, manuscrito gentilmente cedido pelo autor, p. 28.

⁴⁸⁸ PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares. “Modernização, Estado e Questão Agrária”. Op. cit., p. 101 e 102. Ver, nesse sentido ARAÚJO, Espedito Rufino de. *O Trator e o 'Burro sem Rabo'*. Op. cit., e DABAT, Christine Rufino e ARAÚJO, Espedito Rufino de, “Se não fosse o Sindicato: Papel do Sindicato de Trabalhadores Rurais na Vida dos Canavieiros de Pernambuco”, *Revista de Geografia*, Recife, UFPE, Vol. 10 N°2, Recife, 1994, p. 7-21.

⁴⁸⁹ Trecho de uma entrevista a “O Metropolitano”(17.10.1962) em exergo ao Livro de Leitura para Adultos do Movimento de Cultura Popular. In: *Movimento de Cultura Popular. Memorial*, Recife, FCCR, 1986, p. 208.

⁴⁹⁰ Dorival Rodrigues Beulke, pastor protestante metodista e funcionário da SUDENE, lembra: “Houve um 7 de setembro que ficou conhecido como um dos dias em que vimos uma quantidade imensa de trabalhadores rurais com suas enxadas, com suas foices nos ombros, maltrapilhos, desfilando pelas ruas da Cidade do Recife. Foi realmente um evento, uma apresentação, vamos dizer assim que emocionou a todo mundo.” Depoimento oral fornecido a Eliana Moury Fernandez, em 17.10.86, no Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: FUNDAJ. CEHIBRA, p. 5.

⁴⁹¹ Cynthia Hewitt sublinha aspectos de união entre tendências e mesmo “across class lines”, ilustrada no “General Strike Command (...) formed by the ligas, the communist syndicates, some factions of the Church-sponsored movement, the state students' union, and several urban workers' unions.” HEWITT, Cynthia N. “Brazil: the peasant movement of Pernambuco, 1961-64”. In: Landsberger, Henry ed., *Latin American peasant movements*, New York: Cornell University, 1969, p. 392. Gregório Bezerra lembrou o apoio das “confederações de bairro, aqui

impensável antes ou depois. O exemplo da Cooperativa de Tiriri mostrava que setores políticos e econômicos os mais diversos poderiam compartilhar, pelo menos temporariamente, de algum projeto destinado a estabilizar a situação social no campo e fixar o homem à terra, evitando assim, tanto a revolução, quanto as mazelas de um êxodo rural agudizado pelo crescimento demográfico. As greves⁴⁹² e ocupações de terra tomavam vulto, a tal ponto que o Estado adotou, paulatinamente, uma atitude menos sistematicamente omissa⁴⁹³ a seu respeito, por uma estreita janela de tempo, antes do golpe militar de 64. Apesar dessa reviravolta em termos políticos, tal concepção estava tão generalizada que o governo militar seria obrigado a perpetuar algo de seu legado, mantendo os sindicatos e promulgando o Estatuto da Terra.

No caso particular de Pernambuco, em consonância com tendências nacionais no governo João Goulart, o governo do Estado, com Miguel Arraes, esforçava para exercitar uma autoridade legalista e moderna num âmbito difícil onde movimentos sociais tomavam vulto.

*“Ce gouvernement d’un nouveau type accorde une place inédite à la participation populaire. Syndicats urbains et ruraux deviennent ses interlocuteurs habituels”.*⁴⁹⁴

O fator dessa boa vontade era concebido como fundamental, à época, por diversas correntes, não apenas sindicais ou de associações de bairros. O Movimento de Cultura Popular, que agrupava alguns dos maiores nomes dos círculos intelectuais e artísticos,⁴⁹⁵ lançou uma vasta campanha de alfabetização de adultos,⁴⁹⁶ com a inauguração de uma metodologia prometida a fama mundial, o método Paulo Freire.⁴⁹⁷ A primeira aplicação no meio rural, sob a coordenação de sua filha,

em Recife, pelo movimento estudantil, pela Federação das Mulheres Pernambucanas (...) também pelos habitantes de todos os municípios canaviais.” Depoimento oral fornecido a Eliana Moury Fernandez, no Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: FUNDAJ. CEHIBRA, p. 104.

⁴⁹² Apenas uma de 1954 e 1962 (num engenho de Goiana, em 1955), a 48 no só ano de 63. BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 111.

⁴⁹³ A não ser na tradicional dimensão repressiva.

⁴⁹⁴ MARIN, Richard. *Dom Helder Câmara*. Op. cit., p. 81.

⁴⁹⁵ Seus objetivos eram amplos como constam do registro de fundação, no Cartório Bel. Emílio Tavares Rodrigues dos Anjos: “1. Promover e incentivar, com a ajuda de particulares e dos poderes públicos, a educação de crianças e adultos; 2. Atender ao objetivo fundamental da educação que é o de desenvolver plenamente todas as virtualidades do ser humano, através de educação integral de base comunitária, que assegure, também de acordo com a Constituição, o ensino religioso facultativo; 3. Proporcionar a elevação do nível cultural do povo preparando-o para a vida e para o trabalho; 4. Colaborar para a melhoria do nível material do povo através de educação especializada; 5. Formar quadros destinados a interpretar, sistematizar e transmitir os múltiplos aspectos da cultura popular.” In: Movimento de Cultura Popular. Memorial, Recife, FCCR, 1986, p. 57. Seu “diagnóstico” rezava: “No Recife, e a seguir em Pernambuco, as forças populares e democráticas lograram se fazer representar nos postos-chave do governo e da administração. A ocorrência dessa conquista, alcançada através do esforço organizado das massas populares, criou novas condições que se traduzem na possibilidade do movimento de cultura popular ser financiado por recursos públicos e ser apoiado pelos poderes públicos.” MCP/Plano de Ação para 1963. In: Movimento de Cultura Popular. Memorial, Op. cit., p. 51.

⁴⁹⁶ Ver o fac-símile do livro de Leitura para Adultos, utilizado então, em anexo a: Movimento de Cultura Popular. Op. cit., p. 205 et ss. Como o lembra Paulo Rosas, haviam várias iniciativas nesse sentido, como a campanha “De pé no chão também se aprende a Ler” e o MEB-Movimento de Educação de Base. “O movimento de cultura popular”. In: Idem, p. 20.

⁴⁹⁷ O grande pedagogo dirigia a Divisão de Pesquisa do MCP.

Madalena, foi na Cooperativa Tiriri.⁴⁹⁸ Esse primeiro mandato de Arraes⁴⁹⁹ já fora chamado de “*un cataclysm politique en Pernambouc*”,⁵⁰⁰ pois fez reinar, pela primeira vez na história, um clima democrático no campo,⁵⁰¹ pelo menos no que dizia respeito às autoridades públicas. A polícia foi disciplinada e deixou de servir de capanga aos plantadores. O momento mais importante em relação à vida dos trabalhadores rurais da zona canavieira de Pernambuco, foi, sem dúvida, o Acordo do Campo, que garantiu não só um nível salarial convencionado, com base no salário mínimo, mas sobretudo estabeleceu a Tabela de Tarefas.⁵⁰² Arraes analisou:

“*La loi qui étendait la garantie du salaire minimum aux salariés des zones agricoles augmenta considérablement la rémunération de travailleurs soumis à des conditions de vie extrêmement misérables. Elle eut notamment pour effet d’unir contre le gouvernement les propriétaires terriens, qui étaient habitués à disposer d’une main-d’œuvre bon marché, la médiocrité des salaires versés aux travailleurs ayant toujours été leur principal atout, et que la perspective d’une réforme agraire épouvantait.*”⁵⁰³

Num livro escrito no exílio, Arraes fez prova de uma concisão extrema a seu respeito.⁵⁰⁴ Ele distinguiu três grandes temas do movimento social rural, defendidos tanto pelas Ligas Camponesas quanto pelo PCB:⁵⁰⁵ extensão da legislação trabalhista para o campo; luta pelo reconhecimento sindical; Reforma Agrária. Ele identificava como nova dimensão precisamente a intervenção do Estado e da Igreja Católica.

“*Foi possível assinar o “Acordo do Campo” entre usineiros, fornecedores de cana, Federação dos Sindicatos Rurais, Sindicatos Autônomos, Ligas Camponesas, com assistência da Delegacia do Trabalho e do Governo do Estado. Com a mera assistência, convém frisar, pois falavam os interessados, trabalhadores e patrões. Quando muitos imaginavam a incapacidade dos primeiros, o perigo de resvalarem para o emocional, pondo tudo a perder, eis que se revelam não só em condições de defenderem seus interesses: eram mais objetivos e concretos na solução dos problemas.*”⁵⁰⁶

⁴⁹⁸ Depoimento da Profa. Socorro Ferraz que participou, como técnica da Sudene e militante política, do primeiro ano dessa experiência sem par de controle dos trabalhadores sobre uma empresa agro-industrial. Ver DABAT, Christine Rufino, “Os primórdios da cooperativa de Tiriri”. Op. cit.

⁴⁹⁹ SOARES, José Arlindo. *Nacionalismo e Crise Social: o caso da Frente do Recife (1955-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

⁵⁰⁰ MARIN, Richard. *Dom Helder Câmara*. Op. cit., p. 80.

⁵⁰¹ “*O candidato vitorioso para o posto de governador foi Miguel Arraes, apoiado por uma coalizão de partidos esquerdistas, inclusive o pequeno Partido Comunista. A eleição de Arraes representou a primeira séria vitória de um eleitorado urbano de orientação esquerdista num Estado relativamente atrasado do ponto de vista econômico. Arraes conseguiu mobilizar os trabalhadores de cana-de-açúcar da faixa costeira (suficientemente alfabetizados para terem direito ao voto), e pode assim, sobrepujar o domínio eleitoral da oligarquia política tradicional, que começara a perder o controle na eleição anterior para o posto de Governador (1958).*” SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo 1930-1964*. Op. cit., p. 282.

⁵⁰² Ver, em anexo, as versões dos primeiros anos, pois a cada começo de safra ela é renegociada e sancionada por Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio julgado pelo TRT.

⁵⁰³ Surpreendentemente sucinto, esse relato do episódio mais marcante da vida da classe trabalhadora nos canaviais, sem dúvida, depois da Abolição, tem o mérito de mostrar o efeito imediato, em termos políticos, da tomada de posição inédita do Estado tanto federal quanto estadual. ARRAES, Miguel. *Le Brésil. Le peuple et le pouvoir*. Paris: Maspéro, [1969]1970, p. 186.

⁵⁰⁴ Três frases curtas na versão em inglês: *Brazil: The People and the Power*, Hardmondsworth: Penguin, 1972, p. 148. Julião é mencionado uma só vez. ARRAES, Miguel, *Le Brésil*. Op. cit.

⁵⁰⁵ COSTA, Luiz Flávio Carvalho. *O Congresso Nacional Camponês*. Op. cit., p.10.

⁵⁰⁶ ARRAES, Miguel. “Introdução” ao livro de Antonio Callado, *Tempos de Arraes*. Op. cit., p. 29.

Acordo do Campo

1º Ficam reajustados a partir da presente data (19/11), os salários de todos os trabalhadores da lavoura canavieira, compreendidos nas jurisdições dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais contratantes na base de 80%, com início de pagamento a partir de 1º de dezembro próximo.

Parágrafo único: O Governo Federal, pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, resolve assegurar, através de adequadas revisão e remuneração do preço do açúcar, as indispensáveis condições econômicas e financeiras para o cumprimento deste Contrato.(...)

5º Fica certo, nos precisos termos da legislação em vigor, que as empresas representadas pelos órfãos de classe da categoria econômica somente admitirão empregados com as devidas obediências aos dispositivos legais sobre Carteira Profissional e registro de empregados. No prazo improrrogável de 60 dias, será regularizada a situação de todos os trabalhadores cujos contratos individuais de trabalho não estejam legalmente assentados, sem prejuízo de seu tempo de serviço.(...)

6º Fica certo que a proposta de tabela das tarefas de campo, aprovadas pelas lideranças sindicais no Palácio do Governo, continuará servindo de norma, obrigando-se os sindicatos de trabalhadores a submetê-la, no prazo de 60 dias, à aprovação de suas assembleias. A Comissão instituída na cláusula 2ª do presente Contrato resolverá as dúvidas sobre a sua aplicação, apresentadas pelas partes.

7º Fica, desde já, acertado que, em face das novas condições salariais previstas, o 13º mês será pago no mês de dezembro, na base do salário vigente em 30 de outubro de 1963, sendo a complementação do novo salário paga em três parcelas iguais e mensais, nos meses de fevereiro, março e abril de 1964.

Fundamental, a Tabela de Tarefas⁵⁰⁷ procurava “estabelecer uma relação entre o trabalho efetivamente executado no campo e o salário mínimo regional.”⁵⁰⁸ Callado a descreveu como “objetiva”, sem qualquer “parágrafo oco ou demagógico”, elogiando o “trabalho exaustivo” que exigiu, pois lida “com a própria substância do trabalho agrícola e com antiga neurose de uma zona onde a relação entre senhor e lavrador era imperiosa e aristocrática.”⁵⁰⁹

A questão da Reforma Agrária

O debate sobre modernização do país incluía algum tipo de modificação da estrutura fundiária, considerada ultrapassada e empecilho à decolagem do País rumo ao progresso.⁵¹⁰

“Muitos parlamentares não concordavam com a estrutura agrária dominante e estavam preparados para estudar modificações possíveis.”⁵¹¹

A diversidade das propostas acompanhava o vasto elenco das posições políticas. Numa crítica velada, Arraes aludiu aos embates na esquerda do espectro: “*Le débat théorique sur le problème de la réforme agraire restait presque toujours sans relation avec l’action politique.*”⁵¹² Nos anos 1950, ganhou vulto a idéia de que o “feudalismo”, impregnando a estrutura fundiária, impedia a modernização do país como um todo. Vozes as mais diversas defendiam “reforma agrária”,

⁵⁰⁷ Ver em Anexo.

⁵⁰⁸ CALLADO, Antônio. *Tempo de Arraes*. Op. cit., p. 114.

⁵⁰⁹ Idem, p. 115.

⁵¹⁰ No sentido estudado em III. 2. 1. Revisitando as bases conceituais do pensamento marxista relevantes para o estudo da ‘morada’: evolucionismo na sucessão dos modos de produção.

⁵¹¹ SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo 1930-1964*. Op. cit., p. 301.

⁵¹² Ver a base conceitual importada que apoiava as posições comunistas III. 2. 2. A Tese Feudal: o morador como servo. Ver também a crítica contundente de Caio Prado. III. 2.3.1. A ‘morada’ no contexto da obra inovadora de Caio Prado Júnior.

“revisão agrária”.⁵¹³ Autoridades eclesiásticas davam seu apoio.⁵¹⁴ “A sua justificação através de toda a doutrina social da Igreja católica, sobretudo de Leão XIII pra cá, é de uma clareza meridiana.”⁵¹⁵ Segundo Skidmore a “idéia de tais reformas, que eram muitas vezes desconcertantemente vagas,” foi vislumbrada por Jango como mera oportunidade para “criar para si mesmo uma reputação histórica”⁵¹⁶ num clima internacional favorável.⁵¹⁷ Nazareth Wanderley analisou:

*“A Reforma Agrária formulada, revista, abandonada, surgiu, historicamente, como uma proposta de apaziguamento das tensões sociais, particularmente na zona canavieira do Nordeste. Os programas de modernização que a substituíram não são outra coisa que a definição de mecanismos de oferta de capital aos proprietários de modo que, sem tocar em suas terras, possam tornar-se compradores dos produtos industrializados.”*⁵¹⁸

No dia 1º maio 1962, enquanto Montoro anunciava a aceleração do processo de sindicalização, o Presidente pronunciava um discurso “reclamando uma reforma agrária e exigindo que se modificasse o dispositivo constitucional que determinava que os proprietários de terras expropriadas fossem pagos em dinheiro.”⁵¹⁹ Em 1961, no Congresso histórico que havia reunido em Belo Horizonte, as diversas vertentes do movimento social no campo, afirmara-se:

“A luta em favor do acesso à terra, pelos que a trabalham de sol a sol, é uma das reivindicações mais sentidas e mais legítimas. Seu atendimento constitui elemento de fundamental importância na consolidação dos direitos democráticos. A questão da terra no Brasil deve ser resolvida evidentemente de acordo com as características próprias de cada região. Há pessoas que se assustam com palavras. O surpreendente, no entanto, é que não percam o sono diante do panorama social do país, onde o povo pobre luta para viver em um território potencialmente poderoso. O Brasil reclama uma reforma agrária que possibilite uma revisão nas relações jurídicas e econômicas entre os que trabalham a terra e os que detêm a propriedade rural para que se possa libertar o problema agrário de seus seculares entraves,

⁵¹³ DP, 17.01.61, sob a pena de Anibal Fernandez.

⁵¹⁴ “Revisão agrária ou mesmo Reforma Agrária”, especifica Dom Antônio Fragoso, bispo auxiliar de São Luiz (Ma), DP, 21.01.61.

⁵¹⁵ “Bispos nordestinos reunidos no Recife querem Reforma Agrária que beneficie camponês”. DP 21.01.61.

⁵¹⁶ SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo 1930-1964*. Op. cit., p. 166.

⁵¹⁷ “Declaração aos Povos da América” Punta Del Este, Uruguay, 17 de agosto de 1961 (Chamada Carta de Punta Del Este in OEA, Aliança para o Progresso, Documentos oficiais emanados da Reunião Extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social no Nível Ministerial Realizada em Punta Del Este, de 5 a 17 de agosto de 1961. União Panamericana, Washington DC, 1961.) No preâmbulo afirma: “Reunidos em Punta Del Este, inspirados nos princípios consagrados na Carta da OEA, na Operação Pan-Americana e na Ata de Bogotá, os Representantes das Repúblicas americanas acordam em constituir a Aliança para o Progresso - um vasto esforço para propiciar vida melhor a todos os habitantes do Continente” A respeito dos trabalhadores rurais colocou como objetivo: “Impulsionar, respeitando as peculiaridades de cada país, programas de Reforma Agrária integral encaminhada à efetiva transformação, onde for necessária, das estruturas, e dos injustos sistemas de posse e exploração da terra, a fim de substituir o regime de latifúndio e minifúndio por sistema justo de propriedade, de maneira que, complementada por crédito oportuno e adequado, assistência técnica, comercialização e distribuição dos seus produtos, a terra se constitua, para o homem que a trabalha em base de sua estabilidade (...) fundamento do seu crescimento bem estar e garantia de sua liberdade e dignidade. Assegurar aos Trabalhadores justa remuneração e adequadas condições de Trabalho; estabelecer eficientes sistemas de relações entre trabalhadores e empregadores, e processos de consulta e colaboração entre autoridades, associações patronais e organizações de trabalhadores, que contribuam para o desenvolvimento econômico e social.” SSP 28929 “Aliança para o Progresso”.

⁵¹⁸ WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Capital e propriedade fundiária*. Op. cit., p. 127.

⁵¹⁹ SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo 1930-1964*. Op. cit., p. 267.

*para que se proporcione maior produtividade ao agricultor, assegurando-lhe justa participação nas riquezas, e para adotar-se no País uma agricultura moderna e mecanizada de alto rendimento econômico. (...) Ou se faz a Reforma Agrária imediatamente, ou a revolução estará nas ruas.”*⁵²⁰

Segundo Moacir Palmeira, a lema da reforma agrária consistia no

*“encontro de um discurso urbano com a mobilização camponesa e a reapropriação desse discurso pelo campesinato que emergia politicamente, sem que essa reelaboração se completasse antes de 1964.”*⁵²¹

II. 3. 2. MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO

*“The peasants and workers in Poland and England and Brazil and Mexico were all rambunctious in their various ways.(...) The mark of the modern world is the imagination of its profiteers and the counter-assertiveness of the oppressed. Exploitation and the refusal to accept exploitation as either inevitable or just constitute the continuing antinomy of the modern era, joined together in a dialectic which has far from reached its climax in the twentieth century.”*⁵²²

Frente a um quadro social tão extremo e longo quanto aquele aqui evocado, já fora notada a surpreendente raridade de rebeldia aberta das populações exploradas. Além da extraordinária cobertura financeira,⁵²³ o Estado garantiu secularmente aos empresários do setor açucareiro, da forma mais categórica e brutal possível, a paz social, que poderia ser chamada de “paz do chicote”, alicerce da “Civilização do Açúcar”. A idealização da ‘morada’ preencheria precisamente uma função compensatória, mascarando a brutalidade das relações, por meio de um entendimento entre as classes, calcado ideologicamente na miscigenação genética (e cultural) tão valorizada por essa escola de pensamento conduzida por Gilberto Freyre. De certo modo, tal visão obscureceu a dimensão da resistência e revolta de trabalhadores da cana-de-açúcar, celebrada tardiamente como a epopéia dos africanos escravizados nos canaviais e rebelados no quilombo dos Palmares.⁵²⁴ Além de quebrar seus grilhões, os quilombolas transformaram a fuga num empreendimento construtivo, edificando uma sociedade distinta, embora não igualitária.⁵²⁵ Apenas na segunda metade do século XX, a historiografia reconheceu⁵²⁶ um “despertar das massas” canavieiras nos movimentos sociais como as Ligas

⁵²⁰ Discurso do Presidente João Goulart no I Congresso Nacional de Trabalhadores do Campo, Belo Horizonte. DP 18.11.1961. Em entrevista no JC 19.11.61, ele reiterava: “A Reforma Agrária é o problema N° 1, do governo”.

⁵²¹ PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares. “Modernização, Estado e Questão Agrária”. Op. cit., p. 104.

⁵²² WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World System. Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. New York, Academic Press, 1974, p.357.

⁵²³ Ver a grande obra de SZMRECSÁNYI, Tamás. *O Planejamento da Agroindústria Canavieira no Brasil*. Op. cit.. PAIXÃO, Marcelo Jorge de Paula. *No coração do canavial*. Op. cit.

⁵²⁴ Ver a abundante literatura que trata esse aspecto da história local e o faz objeto de novas pesquisas. Entre os clássicos, MOURA, Clóvis. *Rebeliões na Senzala*. Op. cit.. FREITAS, Décio. *Palmares*. Op. cit.

⁵²⁵ Para uma discussão historiográfica, ver MARIN, Richard. “Zumbi de Palmares: un nouveau Tiradentes?”, artigo no prelo, cujo manuscrito me foi gentilmente cedido pelo autor.

⁵²⁶ Poucas obras lhes são consagradas, a mais notável é de Fernando Azevedo, *As Ligas Camponesas*. Op. cit.

Camponesas e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, que ainda não foram devidamente estudados. Eventos antilhanos exemplares eram evocados: São Domingos/Haiti⁵²⁷ e Cuba.⁵²⁸

No período que nos ocupa, uma série de grandes encontros de trabalhadores rurais marcaram novos tempos: o 1º Congresso Camponês de Pernambuco, que reuniu 3.000 trabalhadores rurais, em 3 de setembro 1955, inaugurando uma nova era em que

*“a questão social passava a ser reconhecida e legitimada como um problema regional, que exigia um novo tipo de ação por parte do governo”. Assim, “quebrava-se o tabu que cercava a expressão reforma agrária e rompia-se o círculo de silêncio que envolvia a questão agrária e camponesa.”*⁵²⁹

Em maio de 1958, por ocasião do 1º Congresso de Lavradores e Pescadores de Pernambuco, 3.000 participantes caminharam até a Assembléia Legislativa para acompanhar uma sessão dedicada à Reforma Agrária,⁵³⁰ *“marchando pelas ruas da cidade, escandalizando as elites locais”*.⁵³¹ O I Congresso Sindical dos Trabalhadores do Norte e Nordeste (6-10.04.60) adiantava a discussão, particularmente quanto à sindicalização,⁵³² e, um ano mais tarde (20.05.61), foi lançado o manifesto de convocação para o I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil⁵³³: em foco estava a questão agrária e a elaboração de um programa de reivindicações e direitos dos trabalhadores:

“abolição do cambão e da condição; aplicação das leis que amparam os trabalhadores do campo (Salário Mínimo, férias, pagamento do dia de descanso); o direito de voto aos analfabetos; criação de previdência social para o homem do campo”.⁵³⁴

Ele adotou também uma tese pela Reforma Agrária.⁵³⁵ Convocado pela ULTAB,⁵³⁶ esse congresso marcou um momento de mudança, na medida em que impressionou as autoridades federais que facilitaram doravante a sindicalização dos trabalhadores rurais.

⁵²⁷ *“Alfredo de Carvalho, a quem se deve um estudo tão minucioso, embora parcial, dos motins de 23, informa que «as notícias dos sanguinolentos sucessos da Ilha de S. Domingos, onde os escravos revoltosos haviam triunfado (sic) dos senhores, circulavam amplamente comentadas e a muitos sorria a esperança da próxima desforra dos oprimidos com o estabelecimento entre nós dum regimen analogo, sob os auspícios do prepotente Governador das Armas», isto é, o capitão Pedroso. Este, instalado no Palacio do Governo e senhor da cidade por varios dias, não fez sinão recrutar dentre a gente de côr seus homens de confiança, promovendo negros e mulatos a officiaes dos corpos milicianos.» (...).” Movimento de insatisfação da gente de côr do Recife que se verificou em 24, com a rebelião do batalhão dos pardos commandados por Emiliano Mandurucú. Actuava sobre Emiliano a suggestão do exemplo do rei Christovão: «Qual eu imito a Christovão/ esse immortal Haitiano/ eia! imitae o seu povo/ oh! meu povo soberano!»* FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. Op. cit., p. 141, citando Alfredo de Carvalho. *Estudos pernambucanos*. Recife, 1907.

⁵²⁸ FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. Op. cit., p. 142-143

⁵²⁹ Com o apoio de Josué de Castro (Diretor da FAO). AZEVEDO, F. A.. *As Ligas Camponesas*, Op. cit., p. 67.

⁵³⁰ Ver a entrevista de José Aires dos Prazeres, presidente da Sociedade de Plantadores de Pernambuco. DP 9V58.

⁵³¹ “Encerrado ontem o congresso dos Trabalhadores rurais”, DP 14.05.58, p. 15.

⁵³² CAVALCANTI, Cláudio. “Fogo Morto”. In: *Retrato do Brasil*, Nº 33, p. 394. “A passeata nas ruas da cidade os levou a visitar a Assembléia Legislativa, a prefeitura municipal e o Palácio das Princesas”. DP 14.05.58, p. 15.

⁵³³ Item 3, Sindicalização rural. SSP 28634

⁵³⁴ A partir do 1º de novembro de 1961, em Belo Horizonte.

⁵³⁵ COSTA, Luiz Flávio Carvalho. *O Congresso Nacional Camponês*. Op. cit., p.14.

Na época de ascensão das Ligas Camponesas e do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, um sentimento de pânico apoderou-se das elites açucareiras, desafiadas diretamente nos seus próprios engenhos. Como o escreveu Joseph Page: “*As pessoas não estavam mais perguntando se haveria uma revolução, mas sim quando ela aconteceria e qual a direção que tomaria.*”⁵³⁷ Essa efervescência social e política, da qual participavam em massa os trabalhadores rurais da zona canavieira, contribuiu para aglomerar contra si as forças que lançariam o Golpe militar de 1964, com apoio do governo norte-americano, ainda escaldado pela perda da China e as iniciativas castristas. As palavras de ordem das Ligas Camponesas,⁵³⁸ seu estilo de ação, seus feitos⁵³⁹ tornados lenda negra ou dourada, marcaram as mentes.

“*O sindicalismo rural no Nordeste, em especial o de Pernambuco, obteve particular importância devido ao caráter aí assumido pela mobilização camponesa levado a cabo pelas ligas.*”⁵⁴⁰

As Ligas Camponesas:⁵⁴¹ “***Terra é pão. Pão é liberdade. E liberdade é paz***”

O assunto das Ligas Camponesas já foi amplamente tratado por diversos autores.⁵⁴² Apenas alguns pontos serão lembrados aqui, particularmente quanto ao seu papel dentro do grande surto de agitação social que marcou a zona canavieira, no que foi chamado de “Tempo de Arraes”. Embora Galiléia tenha dado um ponta-pé num movimento de vulto imprevisível, as

⁵³⁵ “*Mais poderosa no momento devido à sua organização e funcionamento como confederação. Além disso reúne, ao lado de assalariados que poderiam organizar sindicato, meeiros, parceiros, arrendatários e pequenos proprietários.*” Relatório do 19.11.61, do SSR (Serviço Social Rural criado em 1955 pela Lei nº 22.631) DP 21.11.61. O Nordeste havia levado a delegação mais numerosa. DP 18.11.61.

⁵³⁶ ULTAB União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil foi fundada pelo PCB em 1954. Em setembro de 1959, sua primeira conferência elegeu a Reforma Agrária como tema importante, a “*criação de um movimento de opinião pública em favor da modificação da estrutura fundiária.*” AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Op. cit., p. 89-90.

⁵³⁷ PAGE, Joseph A. *A Revolução Que Nunca Houve*. Op. cit., p.134.

⁵³⁸ As manifestações públicas marcaram os espíritos: em 1º de maio de 1958 a SAPPP levou “*centenas de camponeses ao Recife para uma Marcha da Fome.*” JACCOUD, Luciana de Barros. *Movimentos sociais e crise política em Pernambuco, 1955-68*. Recife: Massangana, 1990, p. 36. AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Op. cit., e PAGE, Joseph A. *A Revolução que Nunca Houve*. Op. cit.

⁵³⁹ “*De 1960 a 1962, as Ligas estavam presentes em 13 dos 22 Estados brasileiros.*” SANTIAGO, Vandeck. *Francisco Julião* (Perfil parlamentar), Recife, Assembléia Legislativa do Estado, 2001, p. 83. Embora o movimento se inscreva dentro da lei, localmente, houve iniciativas que foram amplificadas pela imprensa ávida de denúncias na preparação para o golpe de estado. Os primeiros meses de 1964 são particularmente eloquentes nesse sentido.

⁵⁴⁰ JACCOUD, Luciana de Barros. *Movimentos sociais e crise política em Pernambuco*. Op. cit., p. 42.

⁵⁴¹ “*During the earlier period, the use of the term Ligas Camponesas was intentional and meant to evoke the Peasant Leagues of the Middle Ages, when European serfs organized against their feudal landlord. But the movement at Galiléia was initially without any conscious political ideology other than the rhetoric of “self-improvement” until the retaliatory wave of evictions of activist peasants turned the beneficiary and funeral society into a class based mobilization.*” SCHEPER-HUGHES, Nancy. *Death without weeping. The violence of everyday life in Brazil*. Berkley: Univ. of California Press, 1992, p.48.

⁵⁴² AZEVEDO, F. A. *As Ligas Camponesas*. Op. cit. JULIÃO, Francisco. (Conselho Nacional das Ligas Camponesas do Brasil) “*Teses para debates*” 12.06.1963. In: Idem, p. 131-145. JULIÃO, Francisco. *A cartilha do camponês*, Recife, 1960. JULIÃO, Francisco. “*Cambão*” (*Le joug*) *La face cachée du Brésil*. Paris: Maspéro, 1968, 178p. JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas Camponesas*, seguido de *Até Quarta Isabela!* Lisboa: Diábril, 1975.

primeira Ligas Camponesas foram lançadas pelo PCB, no período pós-1945.⁵⁴³ Contrariamente a certas opiniões,⁵⁴⁴ o surgimento das Ligas Camponesas demonstrava a capacidade dos trabalhadores rurais da região em se organizarem. Aspectos exuberantes ganharam o noticiário, mas elas prestavam uma ajuda polivalente a seus associados.⁵⁴⁵ Pereira sublinhou que a primeira Liga Camponesa só procurou o que ele chamou de “*patrocínio*” de Julião quatro meses depois de sua fundação.⁵⁴⁶ Embora “*líderes externos*” tenham participado dos conflitos como porta-vozes, no entanto, é “*um sério erro de interpretação dos acontecimentos falar-se somente da manipulação*”.⁵⁴⁷ O autor comenta que essa “*imagem distorcida*” prova “*a velha verdade segundo a qual a história é impiedosa para com os derrotados*.”⁵⁴⁸ As Ligas Camponesas tomaram vulto muito mais amplo sob a liderança de Francisco Julião, que lhes garantiu existência legal.⁵⁴⁹ De 1955, ano de seu “*ressurgimento*”,⁵⁵⁰ até 1961, associaram-se 10 mil trabalhadores rurais em 40 sedes municipais em Pernambuco.⁵⁵¹ Na véspera do golpe, eram 30 a 35 mil membros em Pernambuco; 80.000 no Nordeste.⁵⁵² A imprensa dominante,⁵⁵³ impregnada de maccarthysmo, usava as Ligas Camponesas como espantalho, “*apontando nas mesmas um*

⁵⁴³ Elas aglutinavam agricultores “*ameaçados de expulsão das terras arrendadas que cultivavam*.” Iputinga, depois transferida para o Bonji, “*sobreviveu à cassação do registro do PCB (...) Fora fundada pelos militantes José dos Prazeres, Amaro do Capim e Carlos Cavalcante*.” ANDRADE, Manuel Correia de. *Lutas camponesas no Nordeste*. Op. cit., p.26.

⁵⁴⁴ Fato examinado em PEREIRA, Anthony Wynne. “Profeta no Exílio: O Retorno no Mito de Francisco Julião. In: *Cadernos de Estudos Sociais*, Vol. 7, n° 1 janeiro/junho 1991, p. 102-103.

⁵⁴⁵ LC: contribuição de Cr\$ 10 a 30; “*fundo agrário*” = auxílio mútuo: “*doença, partos e até falta de trabalho*”. Relatório de polícia PM 10.08.59 Sobre as atividades de Julião em Bom Jardim. SSP 29.796, Doc.91-93. Ver os Estatutos em anexo.

⁵⁴⁶ PEREIRA, Anthony Wynne. “Profeta no Exílio”. Op. cit., p. 103.

⁵⁴⁷ Idem, p. 104.

⁵⁴⁸ Idem, p. 106.

⁵⁴⁹ “Cet avocat de Recife, alors âgé de quarante ans, député d’Etat du Parti social démocratique, défend dans un premier temps les colons devant la Justice puis entreprend de créer un réseau d’associations paysannes d’autodéfense, d’assistance juridique et médicale. Celles-ci, régies par le droit civil, échappent, à la différence des syndicats, à la pesante tutelle du Ministère du Travail. Pour les discréditer, leurs adversaires de droite les baptisèrent de “ligues paysannes”, afin de créer la confusion avec le mouvement du même nom lancé par le PCB en Pernambouc, dans l’immédiat après-guerre.” MARIN, Richard. *Dom Helder Câmara*. Op. cit., p. 78. Para conseguir o registro legal, conta Julião, argumentara com Lott que as Ligas eram apenas entidades cíveis, comparáveis ao Círculo militar!

⁵⁵⁰ O autor, membro do PCB, se refere às Ligas que havia criado no final dos anos 1940, considerando o movimento liderado por Julião como seu herdeiro. MORAIS, Clodomir Santos de. *História das Ligas Camponesas do Brasil*. Brasília: IATTERMUND (Instituto de Apoio Técnico aos Países de Terceiro Mundo), 1997, p. 58. Os documentos de polícia continuaram por muito tempo a assimilar os dois movimentos. Assim um relatório, que faz como um pequeno histórico das Ligas, cita o estatuto de 1947 (ver em anexo) das Ligas comunistas, a respeito das Ligas de Julião. SSP 29.796 Doc 179.

⁵⁵¹ Organização Política das Ligas Camponesas do Brasil. Estatutos. SSP 29.796, doc. 98-99.

⁵⁵² ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem do Nordeste*. Op. cit., p. 254.

⁵⁵³ É preciso sublinhar a importância da imprensa nesse momento, particularmente dos artigos revelando para o público nacional e internacional, os eventos no Nordeste. Ver, em particular, a coletânea de Antônio Callado, cujos artigos foram transcritos nos Anais da Câmara Federal e nos da Assembléia Legislativa de Pernambuco..

nítido caráter comunista”.⁵⁵⁴ Eloqüente era a ficha de Julião no IV Exército: “responsável pelo espírito belicoso do homem do campo comunizado ou melhor cubanizado”⁵⁵⁵

Essas organizações⁵⁵⁶ reivindicavam também a abolição de formas ditas ‘feudais’ de exploração da mão-de-obra.⁵⁵⁷ Tal qualificativo designava, de fato, todos aqueles tipos de remuneração da força de trabalho que não fossem simples assalariamento com pagamento feito exclusivamente em espécies. “Não havíamos feito a Revolução Francesa no campo. Ainda havia reminiscências feudais e semi-feudais”, dizia o principal dirigente das Ligas Camponesas, Francisco Julião, justificando seu uso do Código Civil em vez das obras de Marx.⁵⁵⁸

As Ligas Camponesas

“E o que tenho dito para que se hajam alaistrado em Pernambuco com extravasamento já para os Estados da Paraíba e das Alagoas as sociedades camponesas designadas pelo nome de Ligas? Simplesmente duas coisas: 1ª) que o foreiro não deve submeter-se ao regime de cambão que é uma reminiscência da escravidão, uma praxe medieval, pois equívale a dar um dia ou dois de serviço ao senhor da terra sem remuneração e sem comida; 2ª) que o foreiro não deve pagar o aumento do foro, assim como não se paga o aumento do aluguel de casa, salvo quando a lei o faculta só e só. (...) Ainda não levantei o véu do Salário Mínimo já decretado para o campo, desde 1943, a 1º de maio, no art. 76 da CLT, porque sei que o rendimento agrícola não é suficiente para atendê-lo. Fala-se tanto em aplicação da legislação social trabalhista ao campo. Eu nunca falei nessa heresia porque não sou demagogo nem inconseqüente. Se não existe um só dono de terra, pelo menos em Pernambuco, que pague o Salário Mínimo, alguns porque não querem e a maioria porque não pode, como falar em repouso remunerado, em horas extraordinárias, férias e aposentadoria! Isso só é possível com a Reforma Agrária. E é porque eu defendo a Reforma Agrária. Não é apenas para dar terra ao camponês e assisti-lo técnica e financeiramente. (...)”

A Sociedade Agrícola de que sou presidente de honra não congrega apenas camponeses sem terra, mas também pequenos e médios proprietários, todos convencidos de que devem ter um órgão de defesa dos seus direitos e de luta pelas suas mais justas reivindicações. Acontece que a sua criação coincide com o recrudescimento no País da batalha pela Reforma Agrária. O que fiz, foi transpor a idéia que vivia oculta na letra morta dos projetos de lei para a consciência do Camponês Pernambucano. Hoje ela ferve na alma simples de nosso matuto, como no século passado, latejava o coração do negro pela liberdade. Eu sei que isso machuca os privilegiados de uma classe que de tanto viver às custas da miséria dos trabalhadores rurais embotou a própria sensibilidade diante de sua tragédia que é imensa (...) Não há ligas. Há delegacias da Sociedade Agrícola. Esta tem existência legal. É uma pessoa jurídica de direito privado. Tem fins lícitos e garantidos pela Constituição. Não age às ocultas. Sua ação é clara e direta. Se um camponês é perseguido pelo dono da terra, procura o presidente da Sociedade que tenta sempre um acordo antes de ir à Justiça. Se algum sócio está doente e não pode trabalhar, a Sociedade designa o número de sócios que julgar necessário para plantar o seu sítio ou cobrir sua choça.(...)

As escaramuças isoladas, o sensacionalismo das entrevistas e os pronunciamentos falsos não escondem a medonha tragédia do homem do campo. Nem a resolvem. O problema existe. É um mal crônico. Enquanto o camponês viveu sob o predomínio absoluto do dono da terra, sem direito de pensar política, de orientar-se na busca de uma vereda

⁵⁵⁴ MONTENEGRO, Antônio. “Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução”, manuscrito gentilmente cedido pelo autor, p. 12.

⁵⁵⁵ Citado in PEREIRA, Anthony Wynne. “Profeta no Exílio”. Op. cit., p. 105.

⁵⁵⁶ 41 Ligas Camponesas, com sede em muitos municípios canavieiros ou limitrofes desses: Água Preta, Amaragi, Araçoiaba, Barreiros, Beberibe, Bom Jardim, Bonito, Cabo, Caiçara (VSA), Canhotinho, Carpina, Catende, Escada, Gameleira, Goiana, Igarassú, Ipojuca, Iputinga, Jaboatão, Maraial, Moreno, Mirueira, Nazaré, Palmares, Paudalho, Pontes dos Carvalhos, Quipapá, Recife, Ribeirão, Rio Formoso, Sanatam (Olinda), São Lourenço da Mata, Também, Timbaúba, Usina Tiúma, Vitória de Santo Antão. Documento da SSP Delegacia Auxiliar. SSP 29.796 Doc 179. Nos documentos 102-109 da mesma pasta, figura outra lista, com nomes de membros e datas de fundação.

⁵⁵⁷ Essencialmente o ‘cambão’, que obrigava certos locatários de terras a trabalhar nas terras do proprietário na tarifa por ele fixada, e a ‘condição’ que consistia em trabalho fornecido pelos moradores dos engenhos. As milícias privadas, mas também as forças policiais encarregavam-se dos recalcitrantes, em caso de não “pagamento” destes dias de trabalho.

⁵⁵⁸ Francisco Julião. In: CARVALHO, Abdias Vilar e INCÃO, Maria da Conceição (Org.). *Reforma Agrária, Significado e viabilidade*. São Paulo: Vozes, 1982, p.82.

que o conduzisse à liberdade, o camponês estava parado. Havia paz como existe no charco podre. Paz feita de lágrimas silenciosas das mulheres esqueléticas que passam pelos caminhos como fantasmas. Paz feita dos anjinhos que se vão pelas encruzilhadas em busca de cemitérios das vilas, todos mortos pela fome. Paz feita da escravidão do homem que marcha como boi, como burro, para o eito que é o princípio e o fim de sua vida. É contra essa paz que eu luto, que lutam os camponeses. Por causa dela nascem as Ligas. A paz que eu quero é feita com a alegria do homem livre sobre a terra livre. Do homem livre da miséria, da fome, da truculência do feitor e do analfabetismo. Da terra livre da erosão, da praga e de um só dono.”

Francisco Julião⁵⁵⁹

Outras correntes de esquerda compartilhavam este ponto de vista. As Ligas organizaram fortes efetivos de canavieiros e pequenos produtores da região, forçando as autoridades e a opinião pública a tomar uma aguda consciência dos problemas sociais dessas populações. Sua miséria apavorante era bem conhecida. Mas a emergência da mobilização coletiva dessas “massas” adotava contornos políticos, embora na sua maioria esmagadora não votassem. Transformou-se assim a atitude dos demais setores da sociedade, polarizando as posições. Um clima de urgência instalou-se. Todo o espectro político exigia medidas enérgicas.⁵⁶⁰

“Dès 1969 – la similitude des deux économies sucrières aidant – s’est amorcé le rapprochement avec la révolution cubaine. Julião se rend à plusieurs reprises à la Havane avec des dirigeants des ligues.”⁵⁶¹

O que Moacir Palmeira chama de “convergência conflituosa”,⁵⁶² mostra as limitações do legalismo na luta dos trabalhadores rurais.⁵⁶³

“É difícil imaginar que a FETAPE, pudesse ter sido criada sem o exemplo de Julião. O exemplo de Julião foi também instrumental para a criação do Acordo do Campo, o pacto que regulamentava o pagamento dos cortadores de cana assinado em 1963, um documento precursor das convenções coletivas de hoje.”⁵⁶⁴

⁵⁵⁹ “Dep. Julião desmente o caráter subversivo das Ligas Camponesas”. Resposta de Julião a um artigo do DP, lida à tribuna da Assembleia Legislativa como “um pronunciamento definitivo sobre o problema das Ligas Camponesas”. DP 16.05.59, última página.

⁵⁶⁰ As autoridades tiveram atitudes brandas frente às iniciativas das Ligas Camponesas que defendiam facilmente as ocupações de terra, inclusive pela pressão concreta – “na lei ou na marra” – o governador Miguel Arraes singularizando-se pela sua atitude temporizadora; o exemplo mais famoso e mais durável da ação das Ligas Camponesas é engenho Galiléia, no município de Vitória de Santo Antão, seu berço. Além do estudo penetrante de Fernando Antônio Azevedo, *As Ligas Camponesas*. Op. cit., pode-se também aproveitar os escritos dos principais dirigentes deste movimento, ou seja Francisco JULIÃO, notadamente, “Cambão” (*le joug*). *La face cachée du Brésil*. Paris: Maspéro, 1968, 179 p., assim como de Clodomir Santos Moraes, autor de “Peasant Leagues in Brazil”. In: STAVENHAGEN, Rodolfo (Ed.). *Agrarian Problems and Peasant Movements in Latin America*. Gardencity: Doubleday, 1970, p.453-501.

⁵⁶¹ MARIN, Richard. *Dom Helder Câmara*. Op. cit., p. 78. Cuba acolheu inicialmente a família de Julião, após o golpe. SANTIAGO, Vandeck. *Francisco Julião*. Op.cit., p. 92. O mito da cubanização do movimento de trabalhadores rurais na região permaneceu forte até mesmo nos anos 80, quando os jornais descrevendo as negociações coletivas na época das campanhas salariais, denunciavam a presença de “cubanos” entre os assessores do MSTR, provavelmente membros estrangeiros (mas nenhum cubano!) da equipe do Museu Nacional.

⁵⁶² PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares. “Modernização, Estado e Questão Agrária”. Op. cit., p. 102. O fenômeno foi descrito por Page como Julião tentando “conservar suas Ligas intactas, enquanto competia ao mesmo tempo com os padres e os comunistas pelo controle dos sindicatos rurais.” PAGE, Joseph A. *A Revolução que Nunca Houve*. Op. cit..

⁵⁶³ “Trabalhadores rurais ganham salários de morte”. In: A LIGA. N° 6 13.11.62, p.3, citado em anexo.

⁵⁶⁴ PEREIRA, Anthony Wynne. *Regime Change Without Democratization*. Op. cit., p. 109.

O Partido Comunista⁵⁶⁵ e a questão camponesa

A análise que o PCB fazia da situação considerava “a economia brasileira como do tipo «agrária, semifeudal, semicolonial»”.⁵⁶⁶ Essa qualificação havia sido determinada pelas instâncias superiores do Comintern.⁵⁶⁷ Astrogildo Pereira manifestara sua preocupação frente ao que registrava como deficiências teóricas devidas à importação “mecânica e livrescamente, da linha política” de outros povos”.⁵⁶⁸ Octávio Brandão fez “sua autocrítica em 1957 reconhecendo a transposição mecanicista que fizera do materialismo”.⁵⁶⁹ Caio Prado não fazia mistério de suas críticas quanto à política do partido e a “posição oficial comunista sobre o chamado ‘feudalismo’”.⁵⁷⁰ Pois essa questão teórica afetava o debate nacional sobre a legislação trabalhista no campo, que parecia ser ignorada pela direção do PCB.

“Dá-lhe tão pouca atenção que praticamente se ausentea desse debate. E a marcha da legislação rural-trabalhista no Congresso Nacional se faz à sua inteira revelia. O alheamento é tamanho que, tendo sido afinal votado e promulgado o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.214 de 2 de março de 1963), propõe-se ainda num documento da máxima importância, publicado em abril, ou seja um mês depois de promulgado e publicado o Estatuto, documento esse sob o título “A Posição dos Comunistas diante das Reformas de Base”, propõe-se ainda «a elaboração de estatuto que estabeleça uma legislação trabalhista adequada aos trabalhadores rurais.»”⁵⁷¹

IV Congresso PCB 1954⁵⁷²

p.5: “O programa não levanta a luta pela nacionalização da terra, limita-se ao confisco das terras dos latifundiários, a liquidação das sobrevivências feudais e a entrega gratuita aos camponeses sem terra ou possuidores de pouca terra e a todos que neles queiram trabalhar.”

p.8 “O partido recomenda: “A unificação de todas as forças nacionais e democráticas tem por condição primeira a realização da unidade da classe operária. E, em seguida, a conquista e consolidação da “Aliança operária e camponesa - base indestrutível da Frente de Libertação Nacional”

p.9 “O IV Congresso considerou que para dar consequência (sic) à luta pela vitória dos objetivos e das tarefas do programa é urgente e inadiável que os comunistas intensifiquem sua atuação entre as grandes massas trabalhadoras do campo. Está na insuficiência de trabalho dos comunistas entre as grandes massas camponesas o ponto debil do mov. rev. em nosso país”

⁵⁶⁵ Embora clandestino, sua legalização estava na ordem do dia. DP 08.02.64.

⁵⁶⁶ LAPA, José Roberto do Amaral. “Introdução ao redimensionamento do debate”. In: LAPA, José Roberto do Amaral. *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 12.

⁵⁶⁷ Ver os detalhes no capítulo: III. 2. Entendimentos marxistas acerca da ‘morada’.

⁵⁶⁸ Cita Astrogildo Pereira, Formação do PCB 1922-1928 (Notas e Documentos). Rio de Janeiro: Ed. Vitória, 1962, p.140. LAPA, José Roberto do Amaral. “Introdução ao redimensionamento do debate”. In: *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Op. cit., p. 13.

⁵⁶⁹ BRANDÃO, Octávio. “Uma Etapa da História de Lutas”. In: *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, 21.1.1957. LAPA, José Roberto do Amaral. “Introdução ao redimensionamento do debate”. In: *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Op. cit., p. 13.

⁵⁷⁰ CHILCOTE, Ronald H. *The Brazilian Communist Party*. Op. cit., p. 56. Ver também III. 2. 3. A tese capitalista mercantil e a ‘morada’. 2.3.1. A ‘morada’ no contexto da obra inovadora de Caio Prado Júnior.

⁵⁷¹ Documento publicado em *Novos Rumos*, nº de 1 a 9 de maio de 1963. “A referência às relações de emprego no campo se acham colocadas em último lugar, e se limita a uma vaga e genérica recomendação de uma «legislação trabalhista adequada aos trabalhadores rurais». Nada mais que isso. Nenhum esforço para desenvolver, por mínimo que seja, assunto de tamanha importância, para abrir ao menos alguma perspectiva para aquilo em que deveria consistir uma legislação «adequada».” PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. Op. cit., p. 85.

⁵⁷² SSP 29.796, Doc.173

As tentativas de organização dos trabalhadores rurais por militantes comunistas pontuaram os anos 1940 e 1950.⁵⁷³ Mas foi apenas com o espaço democrático aberto a nível federal e estadual, e com a agitação e organização já promovidas pelas Ligas Camponesas, que o papel do PCB, ou parte dele, tornou-se mais efetivo. Socorro Ferraz e Fernando Barbosa, junto com outros membros da Juventude Comunista, participaram de uma tentativa renovada de atuação no campo, na zona canavieira, liderada por Gregório Bezerra.⁵⁷⁴ A decisão de estimular o movimento camponês, inicialmente dominado pelas Ligas, não tinha o aval dos dirigentes:

*“Nós insistimos e praticamente nos rebelamos e trabalhamos durante muito tempo. Um ou dois anos, até que houve uma reunião do comité estadual para expulsar este grupo. Quem nos defendeu foi Gregório Bezerra que havia trabalhado no campo e era muito simpático a que os estudantes participassem de outras atividades e não apenas na política estudantil”*⁵⁷⁵

Embora a questão do acesso à terra não fosse negligenciada,⁵⁷⁶ o sentido do progresso na região passava pela instauração de um assalariamento libertado dos “*vestígios feudais*”. O sucesso da ação sindical na Mata Sul, em volta do sindicato de Palmares, sob a orientação do prestigioso militante comunista Gregório Bezerra,⁵⁷⁷ incitou correntes anticomunistas a favorecerem a ação da Igreja Católica no meio rural na região da Mata Norte, em particular. Mesmo após o golpe militar, o número de associados retomou um crescimento marcado⁵⁷⁸, ao mesmo tempo em que se alargava o âmbito das atribuições dessas organizações e se transformava, por um tempo,⁵⁷⁹ sua função primeira junto às massas trabalhadoras: assistencialista em vez de reivindicatória.

A Igreja católica e os STRs: “*Nem comunismo, nem capitalismo*”⁵⁸⁰

O papel tradicional da igreja na zona canavieira, “*patriarchal family catholicism of the plantation that Gilberto Freyre described so well*”,⁵⁸¹ foi resumido causticamente por Julião:

⁵⁷³ Um dos exemplos mais famosos é o de Formoso, Goiás. AMADO, Janaina. “Movimentos Sociais no Campo: A Revolta de Formoso, Goiás, 1948-1964.” *Texto para discussão do grupo “Movimentos Sociais no Campo”*, PIPSA, Rio de Janeiro 9-11 de Abril, 1980. (mimeo),

⁵⁷⁴ Constituinte, em 1946, “*primeira vez que um líder camponês, comprometido com as lutas dos trabalhadores, chegava ao Congresso brasileiro.*” CONTAG. *Nossa Luta, nossa História*. Op. cit., p. 9. Ele havia sido cortador de cana na sua juventude, como relata em suas memórias. BEZERRA, Gregório. *Memórias* Op. cit. Ver também a longa entrevista que concedeu a Eliana Moury Fernandez, para o arquivo do CEHIBRA, na Fundaj.

⁵⁷⁵ Entrevista com Socorro Ferraz.

⁵⁷⁶ A experiência da cooperativa agrícola de Tiriri, sob a orientação da SUDENE, mas sobretudo animada por uma equipe de militantes e simpatizantes comunistas, fornecendo um enquadramento aos canavieiros já organizados numa Liga Camponesa e num Sindicato de Trabalhadores Rurais, é um exemplo notável.

⁵⁷⁷ BEZERRA, Gregório. *Memórias*, 2º vol. Op. cit. Ver também as memórias de Paulo Cavalcanti, *A luta clandestina. O caso eu conto como o caso foi*. Recife: Guararapes, 1985, 289p. Consultei também as entrevistas concedidas por estes dois grandes dirigentes à equipe do CEHIBRA, da FUNDAJ, e aproveitei lembranças e análise da situação de alguns outros militantes do Partido que trabalharam especificamente na região canavieira, em particular Socorro Ferraz e Fernando Barbosa.

⁵⁷⁸ 60.000 em 1964, apesar dos cortes radicais devidos à repressão, eles eram cinco vezes mais numerosos em 1978. Sem dúvida, a qualidade de fornecedor de assistência social e médica, que o governo militar lhes conferiu desde então, contribuiu por parte dessa afluência.

⁵⁷⁹ As lutas coletivas foram retomadas em 1979 com a primeira greve de envergadura desde o golpe militar, e a assinatura de uma Convenção Coletiva de Trabalho. SIGAUD, Lygia. *Greve nos Engenhos*. Op. cit.

“O padre era muito ligado ao latifúndio, ao coronel, ia comer buchada na casa dele aos domingos, rezava a missa lá, casava a filha dele. O camponês ia para a igreja e era tratado com muito desprezo. Ai da pobre camponesa que batesse numa cadeira no momento em que o padre estivesse celebrando.”⁵⁸²

O “*idéal historique chrétien*”,⁵⁸³ lançado nos anos 1930,⁵⁸⁴ combinou-se com o impulso de Vaticano II. As festividades dos 50 anos da encíclica *Rerum Novarum*⁵⁸⁵ já haviam aliado a “*doutrina social da Igreja*” com o trabalhismo getulista,⁵⁸⁶ o que Ricardo Brennand, presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar, descrevia como “*a perfeita harmonia*” em que os trabalhadores viviam “*com os seus patrões, num regime de disciplina de Trabalho e paz social*”. Nos anos 1950, novas encíclicas - *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris* -⁵⁸⁷ afetaram o meio rural:

“Pio XI dissera que o grande escândalo do século XIX fora a perda do operariado pela Igreja. Confrontada pelo perigo de ver este escândalo aumentado pela perda do campesinato, trabalhado por forças a-religiosas ou anti-religiosas, a Igreja voltou-se para o campo.”⁵⁸⁸

Montenegro continua:

“as forças que passam a atuar no meio rural, mobilizando e organizando os trabalhadores, questionam de forma radical a tradição da Igreja de estar em grande medida aliada aos grandes proprietários e às forças políticas oligárquicas.”⁵⁸⁹

Sherpard Forman via os esforços da Igreja Católica de “patrocinar” os sindicatos rurais

⁵⁸⁰ Mons. Manuel de Barros Barreto. DP 25.10.62.

⁵⁸¹ STURM, Fred Gillette. “Religion”. In: CONNIFF Michael L. & Frank D. McCann. *Modern Brazil. Elites and Masses in Historical Perspective*. Lincoln: Univ. of Nebraska Press, 1989, p. 252.

⁵⁸² Citado por SANTIAGO, Vandeck. *Francisco Julião*. Op. cit., p. 53.

⁵⁸³ Nos anos 30, discípulos de Jacques Maritain, entre eles Tristão de Ataíde, lançavam a “*nécessité d’un réel engagement des chrétiens dans l’ordre temporel*”. MARIN, Richard. *Dom Helder Câmara*. Op. cit., p. 83.

⁵⁸⁴ “*Leme incorporated JOC into his broad Catholic Action movement and extended its base of operations to include agricultural laborers.*” STURM, Fred Gillette. “Religion”. Op. cit., p. 251.

⁵⁸⁵ DP 10.05.1941.

⁵⁸⁶ DP 15.05.1941 No dia 15.05.1941, que é também o Dia da Indústria do Açúcar, descreve-se uma grande passeata com trabalhadores de usinas (da parte industrial) e a “proclamação conjunta de usineiros e trabalhadores das usinas”. Ver também 13.05.1941. Seu enquadramento no órgão de classe era muito forte. Durante décadas, o mesmo trabalhador fora mencionado como representante, Diógenes Vanderlei. Quanto aos trabalhadores rurais, eles eram raramente mencionados. O único suposto representante dos canavieiros que aparece na imprensa dos anos 50, Severino Miguel Barbosa, era de fato “*maquinista de usina em Palmares*”. Por exemplo, em Palmares, numa ocasião solene, após Gileno de Carli, presidente do IAA, e outras personalidades, ele discursou, raro caso em que a fala de um trabalhador rural (supostamente) fosse registrada por jornalista: “*A verdade é que o canavial sustenta tudo em Pernambuco: polícia, juiz, escrivão e governo. Por que é então que os outros têm muito e o trabalhador que pega no pesado e tem a mão furada pela palha da cana, nada tem? Isso não está certo.*” “IAA batalha pela redenção dos solos pernambucanos”. DP 05.08.54, p. 9.

⁵⁸⁷ *Mater et Magistra* (15 de maio de 1961), e *Pacem in Terris* (30 de abril de 1963), cujo lançamento pela editora José Olímpio foi objeto de artigos na imprensa. DP 20.12.63 “*demonstrando à sociedade quanto a Igreja é atual e presente no mundo e que se não se contemporiza nem poderá contemporizar com o comunismo, tampouco está solidária com privilégios de classe ou com a política suicida da manutenção de chocantes desigualdades econômicas entre classes e nações. é portanto, em nome da doutrina social cristã consubstanciada nos documentos pontificios que os católicos, na ordem das idéias e na ordem da ação devem propugnar pela reforma da estrutura capitalista da sociedade, sem aceitar contudo as soluções do comunismo.*”

⁵⁸⁸ ALVES, Márcio Moreira. *O Cristo do povo*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968, p. 51, Citado in MONTENEGRO, Antônio, “Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução”. Op. cit., p. 24.

⁵⁸⁹ Ibidem.

“em resposta às ligas camponesas. É bem provável que o clero tenha feito uma tentativa de contrabalancear a força política secularizada no campo. (...) Inspirada pela Encíclica Papal “Mater et Magistra”, a Igreja definiu o seu papel no movimento camponês como essencialmente reformista e conciliador, enfatizando melhorias na condição de vida do trabalhador assalariado, cooperação com o Governo federal e a inaplicabilidade do conceito de luta de classe no contexto brasileiro.”⁵⁹⁰

Eventos políticos internacionais e nacionais concomitantes aceleraram a tendência localmente:

“C’est ce Nordeste qui s’est mis en branle dans la deuxième moitié des années 1950 et passe, depuis la victoire des barbudos de Castro, en 1959, pour le principal foyer de tension du sous-continent, qui va servir de laboratoire d’expérimentation sociale à l’Eglise catholique brésilienne. Dans cette amorce de réorientation institutionnelle, cette esquisse d’un nouveau modèle d’influence, le diocèse d’Olinda-Recife, parce qu’il se trouve placé à l’épicentre des événements précités, va jouer un rôle déterminant.”⁵⁹¹

A Declaração dos bispos do Nordeste⁵⁹² foi seguida de ações como a criação do SAR,⁵⁹³ MEB,⁵⁹⁴ assim como o trabalho de diversos clérigos na zona canavieira de Pernambuco, entre eles Pe. Melo,⁵⁹⁵ paroco do Cabo, e Pe. Paulo Crespo⁵⁹⁶ com o SORPE.⁵⁹⁷ Eles rivalizavam com o trabalho de mobilização e sindicalização do Partido Comunista sob a égide de Gregório Bezerra, em Palmares. O raciocínio do paroco era simples: “Se a situação dos camponeses continuar melhorando como agora, eles não irão para o Partido Comunista.”⁵⁹⁸ Essa “modernidade” de postura social e política não era do agrado de todos na instituição eclesiástica,

⁵⁹⁰ FORMAN, Shepard. *Camponeses: Sua Participação no Brasil*. Op. cit.

⁵⁹¹ MARIN, Richard. *Dom Helder Câmara*. Op. cit., p. 82.

⁵⁹² “Afirmamos a necessidade de ver o planejamento econômico elaborado para o Nordeste completado por aspectos humanos e por implicações sociais a bem do próprio planejamento econômico para que não se torne inumano e irreal.” JC 28.05.59.

⁵⁹³ Serviço de Assistência Rural, criado pelo arcebispo de Natal, Dom Eugênio Sales, que lançou campanhas de sindicalização rural desde a metade de 1960.

⁵⁹⁴ (21.03.1961) iniciativa da Igreja e do Estado para a criação de escolas radiofônicas no Nordeste e Centroeste.

⁵⁹⁵ Figura notável, ele gostava de se atribuir a liderança de todo o movimento rural com declarações espalhafatosas: “Revolução terá que ser feita, diz Pe. Melo: circunstâncias históricas dirão como será”, onde o jornalista o chama “novo líder dos camponeses”. DP 12.11.61, p. 3. Assim, a grande greve dos canavieiros de 1963, obra conjunta de todos os sindicatos e das Ligas, é reivindicada como sua, em entrevistas com a imprensa, ou mesmo, em 1967 (recuperação retrospectiva, pois na época narrada, a “Igreja não conseguia imprimir a direção política do movimento”. JACCOUD, Luciana de Barros. *Movimentos sociais e crise política em Pernambuco*. Op. cit., p. 51.) com um pesquisador norte-americano: “O jovem padre observou que liderara uma greve bem sucedida na zona da cana-de-açúcar de Pernambuco em 1963, que culminou num contrato de trabalho coletivo e num aumento salarial de oitenta por cento para duzentos mil trabalhadores rurais.” FORMAN, Shepard. *Camponeses* Op. cit., p. 237. Ver também seus próprios escritos: MELO, Father Antônio. *The Coming Revolution in Brazil*. New York: Exposition Press, 1970.

⁵⁹⁶ “Por seu intermédio introduz-se no mundo rural uma ideologia sindicalista cristã visando à conciliação das classes.” Ver MARIN, Richard. *Dom Helder Câmara*. Op. cit., p. 96. Ver PAGE, Joseph A. *A Revolução que Nunca Houve, O Nordeste do Brasil 1955-1964*. Trad. Ariano Suassuna. Rio de Janeiro: Record, 1989, p. 180 et ss.

⁵⁹⁷ Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (1961) que promovia a sindicalização, particularmente na zona canavieira. A mobilização começou por alguns padres como o Pe. Carício, vicário de Quipapá, onde ele fundou um sindicato de trabalhadores rurais, que para o jornalista Antônio Callado constituía um modelo do que a igreja propunha. CALLADO, Antônio. *Tempo de Arraes*. Op. cit., p. 100. No final de 1963, ele teria contribuído para a fundação de 47 sindicatos no Estado. JACCOUD, Luciana de Barros. *Movimentos sociais e crise política em Pernambuco*. Op. cit., p. 51. No mesmo ano, era inaugurado o centro radiofônico de Nazaré da Mata, que tinha por objetivo a “educação rural” DP. 06.04.61.

⁵⁹⁸ Frase repleta de significados, pois o padre era também filho de senhor-de-engenho, familiar das condições de vida e de trabalho dos moradores de plantação. CALLADO, Antônio. *Tempo de Arraes*. Op. cit., p. 74.

sendo necessária a ação oficial de Dom Carlos Coelho⁵⁹⁹ para defender o trabalho sindical.⁶⁰⁰ Em junho de 1962 era criada a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (FETAPE).⁶⁰¹ Richard Marin nota justamente que a igreja se aproveitava da “*religiosidade intacta*” no campo que tornava “*tudo o que [o padre] pode sugerir ou propor adota aspecto de obrigação*”.⁶⁰² Por outro lado, ela contribuiu à “*legitimação da luta do trabalhador rural*.”⁶⁰³

“*[A] criação dos sindicatos rurais pela igreja respondeu eminentemente aos seus interesses: por um lado atrelar o movimento de organização dos trabalhadores rurais e suas reivindicações à Igreja, mantendo-os sob seu controle e, por outro lado, fortalecer a Igreja enquanto instituição, através de uma atuação que respondesse aos reclamos da justiça social, já levantados pelos trabalhadores rurais.*”⁶⁰⁴

O golpe militar

“*Os ricos têm o coração duro, mas têm os nervos delicados.*”

Bertold Brecht⁶⁰⁵

“*O que inconscientemente deseja talvez o regime do Ato Institucional de 9 de abril de 1964 é contrariar a revolução do povo para ver a cara do Brasil desconhecido que há séculos borbulha por baixo da nossa preguiça de fazer História.*”

Antonio Callado, julho de 1964.⁶⁰⁶

“*Il nous appartient de lutter pour le développement, mais les yeux ouverts: pour sauver de la fascination marxiste de si grandes forces, en particulier les travailleurs et les étudiants.*”

Dom Helder⁶⁰⁷

“*Como chegamos a isto, a esse estágio triste, é a história de como as esquerdas brasileiras conseguem o paradoxo de serem ao mesmo tempo inexistentes e desunidas; de como os americanos têm ainda o poder de governar a América Latina inteira dentro da fórmula ideal de darem aos países que a compõem plena liberdade política de cometer os erros que favoreçam os Estados Unidos economicamente; e como,*

⁵⁹⁹ Ver comunicado oficial de julho de 1962, em anexo, com a Nota de Pe Melo. Contra a oposição, por exemplo, do bispo de Palmares. Ver MARIN, Richard. *Dom Helder Câmara*. Op. cit., p. 95 et ss. Obviamente, muitos clérigos não apreciavam as mobilizações de camponeses, “*perturbando a paz no campo*”. Palavras de Dom Severino Mariano de Aguiar, bispo de Pesqueira. In: SANTIAGO, Vandeck. *Francisco Julião*. Op. cit., p. 53.

⁶⁰⁰ O autoproclamado “*líder dos trabalhadores rurais em Pernambuco*”, Pe Melo, abastecia a imprensa de declarações bombásticas, dividindo o trabalho entre sindicatos e Ligas Camponesas: “*Devemos estimular a sindicalização do trabalhador rural, pois a luta reivindicatória é tarefa de sindicatos. As ligas camponesas devem restringir-se a funções apenas recreativas e beneficentes*”. *BIS Bureau da Imprensa Sindical*, N° 69 ano II, 24-31 de janeiro de 1962. SSP 31.513.

⁶⁰¹ “*Assim que tivemos 5 (STRs) organizamos logo a Federação. Foi Pernambuco o primeiro a ter Federação de Trabalhadores no país.*” Depoimento oral fornecido em 10.07.85 a Eliana Moury Fernandez, no Projeto “*A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste*”. Recife: FUNDAJ. CEHIBRA, p. 14.

⁶⁰² Ver MARIN, Richard. *Dom Helder Câmara*. Op. cit., p. 96. O estudioso também recensou todos os meios humanos (recrutados nas cidades por meio das múltiplas organizações de jovens e militantes como a Ação Católica), e financeiros (desde o acordo com Jânio Quadros), até sindicalistas cristãos organizados em escala internacional, ou mesmo a Aliança para o Progresso.

⁶⁰³ JACCOUD, Luciana de Barros. *Movimentos sociais e crise política em Pernambuco*. Op. cit., p. 51

⁶⁰⁴ *Ibidem*.

⁶⁰⁵ Citado in CALLADO, Antônio. *Tempo de Arraes*. Op. cit., p. 61.

⁶⁰⁶ Prefácio a seu livro *Tempos de Arraes. A revolução sem violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 42.

⁶⁰⁷ “*Discurso de inauguração do novo seminário regional*”, 04.05.1965. In: MARIN, Richard. *Dom Helder Câmara*. Op. cit., p. 130.

finalmente, num País de escassa consciência histórica, um único desequilibrado mental numa situação de poder pode levar ao caos de uma Nação inteira.”⁶⁰⁸

Com o golpe, a repressão contra todos os movimentos políticos e sindicais foi muito brutal e persistiu por muitos anos. Na Zona da Mata, foi uma oportunidade de vingança para muitos plantadores que se sentiam ameaçados nos seus privilégios. Retomando a antiga tradição de domínio acima da lei nas suas propriedades, eles “matavam friamente os camponeses nos canaviais. Alguns apareceram mortos, mas do maior número, nunca se teve notícias. Morreram e enterraram ali mesmo. E suas famílias até hoje estão pensando que eles fugiram.”⁶⁰⁹

O trabalho sindical da igreja continuou após o golpe, doravante sem rival. Richard Marin alerta no entanto contra o perigo de anacronismo no julgamento. O movimento sindical de inspiração católica fora suscitado pelo medo da repetição do que havia acontecido na China⁶¹⁰ e em Cuba, motivação agudamente anticomunista.⁶¹¹ Isso não o tornava mais palatável às classes dominantes no campo; permanecia “intolerável para essa ordem social arcaica”.⁶¹²

Instrumento dos patrões, o Estado constituía, no entanto, na tradição getulista, o árbitro e juiz das relações de trabalho. Apesar da mudança de regime, era a instância à qual os trabalhadores e suas organizações tentavam recorrer. Resolutamente legalista a ação do MSTR, com a ala dirigente católica que sobrevivera ao golpe, enfrentou também certa violência da

⁶⁰⁸ CALLADO, Antônio. “A Volta às Cooperativas da Morte”. In: FURTADO, Celso (Coord.). *Brasil: Tempos modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1977] 3 ed., 1979, p. 186.

⁶⁰⁹ Clodomir Santos de Moraes. Depoimento oral fornecido a Eliana Moury Fernandez, no Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: FUNDAJ. CEHIBRA, p. 13.

⁶¹⁰ “6. If Brazil were to be lost it would not be another Cuba. It would be another China”. Memorandum sobre o AI 5 (13.12.1968), escrito pelo general V. A. Walters (adido militar da embaixada dos Estados Unidos no Brasil, de 1962 a 1967) ao Dr Kissinger, então conselheiro especial do Presidente Nixon para assuntos de segurança nacional. 1969. In: *Folha de São Paulo*, 22.04.2001, Caderno Mais, p. 8. Quando os artigos de Tad Szulc haviam saído, nos idos de 61, elevando figuras como Julião “ao status de celebridade internacional”, nas palavras de Page (PAGE, Joseph A. *A Revolução que Nunca Houve*. Op. cit., p. 68), o líder das Ligas Camponesas encontrava-se na China, coincidência que só poderia abastecer a paranóia norteamericana ainda sob influência do espírito maccarthysta, como testemunham as diretrizes do então embaixador no Brasil, Lincoln Gordon, que advertia contra o “paternalismo por uns poucos(...) concentração de poder em mãos irresponsáveis e (...) os dispositivos infernais de um estado policial para criar uma falsa imagem de harmonia e apoio popular, dispositivos organizados para satisfazer uma elite ditatorial, que transforma em súditos coloniais seus próprios povos,” aludindo ao Muro de Berlim, recém-contruído. Ele louvara a “solução pacífica da recente crise política [que poderia] bem ser considerado um milagre, que poucas outras nações poderiam realizar,” embora alertasse contra os perigos da “receptividade para as idéias e a liderança comunistas entre os trabalhadores e camponeses (...) e a sistemática infiltração comunista nas universidades e grupos estudantis, nos sindicatos e meios de comunicação”. GORDON, Lincoln. *O Progresso pela Aliança*. Rio de Janeiro: Record, 1962, p. 4, 6 e 124.

⁶¹¹ Em outubro de 1961, a comissão central da CNBB alertava contra o perigo de repetição dos “maus” exemplos chinês e cubano. “Les communistes, à la campagne comme à la ville, ne recherchent pas vraiment des solutions. Tout au contraire: la politique du pire les sert. Mais le fait le plus grave que nous dénonçons c’est que les agitateurs rouges, sur différents fronts, se préparent pour la tactique de guérilla, en accord avec les meilleurs exemples (sic) cubains et chinois. Aussi, comme nous ne pouvons en rester au seul anticommunisme simpliste et inefficace (...) il appartiendra, dans chaque diocèse, à la perspicacité du pasteur de découvrir les moyens pratiques de défendre le troupeau.” MARIN, Richard. *Dom Helder Câmara*. Op. cit., p. 92.

⁶¹² Idem, p. 97. As dificuldades encontradas por catequistas como Euclides do Nascimento, futuro presidente da FETAPE, nos seus esforços de organizar um STR na sua Nazaré da Mata natal, testemunham desse clima. Entrevista com Euclides do Nascimento.

repressão por parte da força pública⁶¹³ e das classes dominantes. Tão aguda, que a própria SSP precisou emitir ordens para que suas tropas respeitassem os sindicatos.⁶¹⁴ Os esforços dos sindicalistas sobreviventes⁶¹⁵ visavam salvar o que fosse possível das conquistas anteriores ao regime militar: salário mínimo, repouso remunerado e férias garantidos pelo Estatuto do Trabalhador Rural; aposentadoria e assistência médica do FUNRURAL.⁶¹⁶

*“As ligas camponesas e as associações independentes foram desmanteladas e muitos de seus líderes presos. (...) Os sindicatos rurais patrocinados pela Igreja receberam permissão para continuar suas atividades, mas como interventores governamentais nos papéis de liderança (SORPE 1967).”*⁶¹⁷

Apesar de todos os recuos devidos à repressão, a aplicação dessa legislação *“teve efeitos importantes a partir do início dos anos 70”*.⁶¹⁸ Embora *“inteiramente subordinado ao órgão diretor do SORPE”*,⁶¹⁹ o movimento sindical persistiu e ganhou aos poucos a capacidade de lutar pela manutenção e aplicação da legislação trabalhista que dizia respeito aos canavieiros. A *“[p]articipação da Igreja na articulação do movimento golpista de 1964 iria, paradoxalmente, garantir um certo tipo de continuidade no sindicalismo rural.”*⁶²⁰ A retomada da Contag com a *“derrubada do interventor”*,⁶²¹ em 1968,⁶²² e a eleição de um presidente saído das fileiras dos

⁶¹³ Entre as vítimas mais famosas, Gregório Bezerra, militante na Mata Sul (Ver a descrição de Antônio Callado. “A Volta às Cooperativas da Morte” (Op. cit.); e Dr Waldir Ximenes, que havia trabalhado na Usina Cucaú e na Cooperativa dos Usineiros, testemunha: *“Tremenda perseguição política. Tão grandes que foram às conseqüências físicas, terríveis. Havia uma verdadeira sede; sede de vingança, sede de tortura, sede de prisão, sede de sangue, sede de tudo isso.”* Depoimento oral fornecido a Eliana Moury Fernandez, no Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: FUNDAJ. CEHIBRA, p. 22.

⁶¹⁴ Ver anexo. Armando Hermes Ribeiro Samico, atuante na SSP de 64 a 66 e 69 a 70, declarou que concordava com a soltura (a pedido de Pe Melo, por exemplo) de *“pessoas que estavam presas, no que eu acho que ele estava certo, porque tinha prisões de pessoas que tinham participado como ‘Maria vai com as outras’.”* Depoimento oral fornecido a Eliana Moury Fernandez, no Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: FUNDAJ. CEHIBRA, p. 32.

⁶¹⁵ *“Se é verdade que a repressão contra os líderes sindicais e trabalhadores com militância sindical no campo foi, possivelmente, mais contundente que a que atingiu o operariado e outros setores urbanos, atingidos que foram pela intervenção direta do aparelho repressor estatal e pela violência privada dos grandes proprietários, é preciso não esquecer que as entidades sindicais, tidas como ligadas à Igreja foram, num certo sentido, poupadas. Muitas “intervensões”, embora poucas oficializadas. Mais comuns foram a prisão de diretores e sua substituição por suplentes ou a nomeação de interventores, alguns deles trabalhadores rurais indicados por elementos da Igreja.”* PALMEIRA, Moacir. “A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato”. In: Igreja e Questão Agrária. Vanilda Paivão (Org.). Rio de Janeiro: Loyola, 1985, p. 45.

⁶¹⁶ *“PRORURAL deu existência real ao FUNRURAL, anteriormente criado, estendendo alguns dos benefícios da legislação previdenciária urbana ao campo. Ao contrário de alguns ensaios feitos na área da previdência rural anteriormente, era uma política global para o conjunto dos trabalhadores rurais, aí incluídos desde o assalariado rural até o pequeno proprietário familiar.”* PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares. “Modernização, Estado e Questão Agrária”. Op. cit., p. 99.

⁶¹⁷ FORMAN, Shepard. *Camponeses: sua participação no Brasil*. Op. cit., p. 243.

⁶¹⁸ PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares. “Modernização, Estado e Questão Agrária”. Op. cit., p. 94.

⁶¹⁹ O documento continua: *“contrariando o Art. 525 da CLT que veda a interferência de qualquer pessoa física ou jurídica, estranha aos sindicatos na administração ou nos seus serviços. O SORPE, pelo Pe Crespo, exerce um total controle sobre a Federação.”* Ministério da Guerra, IV Exército, 25/5/65 Informação nº 197-BE/2. SSP 28 688 Doc 47.

⁶²⁰ PALMEIRA, Moacir. “A diversidade da luta no campo”. Op. cit., p. 45.

⁶²¹ Idem, p. 46.

canavieiros de Pernambuco, José Francisco da Silva; o aumento constante dos efetivos⁶²³ e a orientação assistencialista garantiram sua existência.

*“Tentando capitalizar positivamente o fardo previdenciário” o MSTR “aceitou correr os riscos de trazer as práticas assistenciais para dentro dos sindicatos, como um meio de estimular o aumento da sindicalização e de evitar o controle da assistência pelos políticos locais.”*⁶²⁴

A via judicial⁶²⁵ predominou durante a ditadura militar sobre outras formas mais ofensivas de luta,⁶²⁶ embora greves surgissem localmente. O acesso à Justiça⁶²⁷ (inicialmente, em defesa individual ou de grupo) evoluiu em quinze anos para a retomada de negociações coletivas acompanhada de greve, em 1979.

*“As entidades sindicais se reorganizaram com relativa rapidez e, ao mesmo tempo que sustentaram lutas que se dispersaram politicamente como decorrência da própria conjuntura nacional, partiram para ampliar e fortalecer sua organização em nível nacional. O cimento ideológico dessa empresa política comandada, a partir de 1968, pela Contag, seria a bandeira da Reforma Agrária.”*⁶²⁸

A questão era tão sensível que autoridades norteamericanas foram censuradas.⁶²⁹ O Estatuto da Terra⁶³⁰ havia sido promulgado pelas autoridades oriundas do golpe militar com a ambição declarada de *“regular os diversos aspectos da relação do homem com a terra, tratando-os de forma orgânica e global.”*⁶³¹ Ainda sob o efeito do medo de um processo revolucionário de tipo cubano ou chinês, as elites escolheram uma proposta de modernização conservadora que teve a virtude, de seu ponto de vista, de permanecer letra morta. A criação de diversos órgãos, IBRA e

⁶²² Ver CONTAG. *Nossa Luta, nossa História*. Op. cit. TAVARES, Ricardo. *CONTAG. Da ditadura à transição. Memória social e construção do “campe sinato”*. Rio de Janeiro: Tese da UPERJ, 1992.

⁶²³ 680 STRs e 11 Federações; 6 anos mais tarde: todos os Estados têm Federação, mais o número de STR's multiplicado por mais de três. PALMEIRA, Moacir. “A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato”. Op. cit., p. 46.

⁶²⁴ Idem, p. 47.

⁶²⁵ Tanto assim que, nas resoluções do III Congresso Contag, sobre o assunto da Justiça do Trabalho, pedia-se que JCJ's fossem criadas *“em todas as Comarcas onde houver grande incidência de assalariados rurais”*. “Resoluções do III Congresso da Contag, 1979, p. 152.

⁶²⁶ *“Ao invés dos grandes movimentos, a resistência cotidiana interferindo no próprio processo produtivo, como nas disputas permanentes entre trabalhadores e patrões na delimitação das tarefas diárias na área canavieira de Pernambuco, ou impedindo a destruição das lavouras.”* PALMEIRA, Moacir. “A diversidade da luta no campo”. Op. cit., p. 49.

⁶²⁷ *“Foi a atuação dos STRs, baseada em determinados princípios de prática sindical, que possibilitou, ou melhor, construiu a relação hoje existente entre os trabalhadores rurais da região e a Justiça do Trabalho. O sindicato, portanto, criou para os trabalhadores o ‘mundo da Justiça’, transformando-se o decorrer do processo, em mediador indispensável para seu acesso a este ‘mundo’.”* MIRANDA, Moema Maria Marques de. *Espaço de honra e de guerra: etnografia de uma junta trabalhista*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro: Museu Nacional, Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, 1991, p. 71.

⁶²⁸ PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares. “Modernização, Estado e Questão Agrária”. Op. cit., p. 102.

⁶²⁹ Discurso do Embaixador dos Estados Unidos, John W. Tuthill no Centro de serviços de camponeses, Ribeirão, 15.09.66. A Aliança pelo Progresso propunha ajuda financeira do Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre que previa *“o fortalecimento dos sindicatos de trabalhadores, para a “justiça social e progresso econômico”* [passagem riscada] *“bem como a justa distribuição da terra”*[!!!] p.3 Ele sugeria também um *“melhoramento da vida dos trabalhadores rurais de Pernambuco.”* SSP 28.688 Doc 50-53.

⁶³⁰ Lei 4.504, 30/11/1964.

⁶³¹ Mensagem Nº 33, item 18, encaminhando ao Congresso o Projeto de Lei nº 4.504, de 1964. Citada in PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares. “Modernização, Estado e Questão Agrária”, Op. cit., p. 95.

INDA, fundidos no INCRA, em 1969, “[n]uma nova roupagem”,⁶³² visavam a levar “a agricultura brasileira a se enquadrar nos modelos capitalistas empresariais.” Eles paralizaram qualquer progresso no sentido da Reforma Agrária,⁶³³ limitando-se a um trabalho de cadastramento episódico e imperfeito, para “encobrir a realidade, a inoperância da política agrária do governo autoritário.”⁶³⁴ Manuel Correia concluiu que o Estatuto da Terra “beneficiou muito mais a grande empresa agrícola do que o pequeno produtor. Na verdade, promulgado para realizar a Reforma Agrária, ele estimulou a contra-reforma agrária, como salientou o sociólogo Octavio Ianni (1979).”⁶³⁵

⁶³² ANDRADE Neto, Joaquim Correia Xavier de. *O Estado e a Agroindústria Canavieira do Nordeste Oriental: Modernização e Proletarização*. Op. cit., p. 275.

⁶³³ “Ibra funciona mais como freio do que acelerador do processo reformista. O grande empecilho à concretização das desapropriações havia sido derrubado pela Constituição de 1967 (art. 157) e pelo AI no 9 que revogavam o artg. 141 dessa Constituição, permitindo que as desapropriações fossem pagas com títulos da dívida agrária, pagando-se em dinheiro apenas as benfeitorias.” ANDRADE, Manuel Correia de. *Abolição e Reforma Agrária*. Op. cit., p. 61.

⁶³⁴ Idem, p. 62.

⁶³⁵ ANDRADE, Manuel Correia de. *Lutas camponesas no Nordeste*. Op. cit., 24.

III. INTERPRETAÇÕES DA ‘MORADA’

III.1. A VISÃO DA ‘MORADA’ NA OBRA DE JOSÉ LINS DO REGO E DE GILBERTO FREYRE

A ‘morada’, isto é, as relações de trabalho vigentes nos canaviais de Pernambuco na lenta passagem da escravidão à proletarização, indiscutida na época do Proálcool, com a aceleração da expulsão dos trabalhadores dos engenhos, conheceram tratamentos diversos em termos historiográficos. Esses eram particularmente significativos porque expressavam interpretações, cujas conclusões davam sentido à história de toda a região. Ou seja, o debate teórico em torno da ‘morada’ se impõe na medida em que ela se transformou, na escrita de um bom número de autores, em fator de definição da etapa de desenvolvimento da atividade econômica dominante, sucro-alcooleira e, por extensão, da Zona da Mata.

Para os marxistas, em termos de modo de produção, a questão se inseria num contexto universal: a sucessão dos modos de produção. Qualquer que seja a grade de leitura histórica escolhida, a identificação da fase ou estágio em questão na evolução da sociedade brasileira, por sua vez, determinaria prognósticos para o futuro e, portanto, decisões quanto às políticas a serem implementadas, fossem elas de investimentos por parte das autoridades públicas, ou de luta e reivindicações por parte das organizações de trabalhadores e dos partidos que as apoiavam. Os principais autores que contribuíram para a discussão desse assunto podem ser reagrupados em correntes: algumas mais poderosas, por meio da difusão literária, outras mais acadêmicas. Afinidades ou discordâncias ideológicas fizeram-nas dialogar, para além de origens e épocas diversas, numa polifonia enriquecedora do debate, brevemente evocada a seguir.

Construção e desconstrução

“Intellectuals rallied to the cause of the native Brazilian and championed the multihued rainbow of environmental texture and color. To some degree, this “valorization” of Brazil’s tropical heritage followed logically from earlier literary depictions of the native, especially from the Indianist writers like José de Alencar, whose portrayal of godlike Indian nobility in his 1857 novel Iracema had fed the need of educated Brazilians for an idealized model to disguise the pathetic lives of the miserable and dwindling Amerindian population.”

Robert Levine⁶³⁶

As tendências mais recentes da historiografia, como foi lembrado acima,⁶³⁷ revelam a fundamental importância das visões da realidade social testemunhada ou estudada. Opções interpretativas são ângulos de vista no sentido resumido por Jacques Revel: “o social não é um grande todo englobante e evidente, pelo simples fato de existir. (...) Escolhi, pelo contrário, fazer do social uma realidade que só existe enquanto é construída pelo historiador.”⁶³⁸ Essa

⁶³⁶ LEVINE, Robert M. “Elite Perception of the Povo”. In: CONNIFF Michael L. and Frank D. McCann, *Modern Brazil, Elites and Masses in Historical Perspective*. Lincoln: Univ. of Nebraska Press, 1989, p. 210.

⁶³⁷ I. Elementos metodológicos. I. 1. História Nova e história antiga.

⁶³⁸ REVEL, Jacques. *A Invenção da Sociedade*. Lisboa: Diffel, 1989, p. 7.

construção implica um aspecto de ‘desconstrução’, isto é, uma tentativa de revelar a parte construída das abordagens estudadas, particularmente nos seus desdobramentos junto aos atores sociais envolvidos. Como precisa ainda Revel, encontramos-nos

*“ainda numa fase de experimentação: na altura em que, com os meios ao nosso alcance e reencontrando a alegria do trabalho do historiador, tentamos, através de várias aproximações desenhar uma cartografia inédita daquilo que pensávamos conhecer tão bem, inventando novas figuras do social.”*⁶³⁹

Mapeando a paisagem conceitual na historiografia existente a respeito das relações de trabalho na zona canavieira, procurarei apenas sublinhar os aspectos mais importantes das propostas interpretativas, sem deixar, entretanto, de desenhar o quadro mais geral do debate que exige, vez por outra, uma escala maior para entender melhor as idéias apresentadas e suas implicações. Concordando ou não, os estudiosos evocados contribuíram significativa e positivamente para esse conjunto de tentativas de tornar mais inteligível a realidade social da região. Esses trabalhos podem ser vistos como camadas valiosas de uma geologia do entendimento, pois enriquecem a proposta aqui esboçada. Recomendava Marc Bloch:

*“nunca esconda as dificuldades profundas, as divergências notáveis entre as soluções propostas, pois essas imperfeições livram a História da máscara de ciência morta e congelada que uma literatura fácil lhe atribui.”*⁶⁴⁰

A presente abordagem desdobra-se também na história de uma representação elaborada em conceito, a ‘morada’, no sentido apontado pelo estudo de Isabelle Schulte-Tenckhoff para o ‘*potlatch*’.⁶⁴¹ Um trabalho de recomposição do périplo desse conceito de ‘morada’ e da forma como foi vista e interpretada a condição dos moradores de engenho através de épocas e situações diversas, permite revelar o papel atribuído à classe dos trabalhadores rurais nas representações da sociedade. Ilustra-se no que Lourdes Martinez-Echazábal identifica como a

*“preocupação ontológica, ou o que mais apropriadamente chamaria de hermenêutica da identidade latino-americana (...) [que] detona com maior intensidade na literatura e na exegese de cientistas sociais, impondo-se como tópico central no pensamento intelectual e político.”*⁶⁴²

Nesse sentido, a análise do discurso dos principais atores sociais e testemunhas diretas é fundamental. Não apenas para a simples descrição de situações antigamente chamadas de ‘objetivas’, como na dimensão das opiniões, emoções e aspirações desses atores sociais centrais. Tanto mais que a opinião dos trabalhadores (diretamente expressa, em vez de suposta) – até agora ausente dessa paisagem de representações – conta muito como argumento para a

⁶³⁹ Ibidem.

⁶⁴⁰ Citando P. Couderc, *Dans le champ solaire*, 1932, Marc Bloch pede desculpas por sua “*innocente supercherie*”: ter trocado uma palavra, História em vez de Astronomia, pois “*La formule est belle.*” “*Manuels ou synthèses?*”, *Annales d’histoire économique et sociale*, 1933, p. 67-71. In: BLOCH, Marc. *Histoire et historiens*, Textes réunis par Étienne Bloch. Paris: Armand Colin, 1995, p. 71.

⁶⁴¹ SCHULTE TENCKHOFF, Isabelle. *Potlatch: Conquête et Invention*. Op. cit.

⁶⁴² MARTINEZ-ECHAZÁBAL, Lourdes. “O culturalismo nos Anos 30 no Brasil e na América Latina: Deslocamento Retórico ou Mudança conceitual”. In: MAIO, Marcos Chor e Ricardo Ventura Santos, (Org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB [1996] 1998, p. 108.

interpretação dominante, herança sobretudo de José Lins do Rego e Gilberto Freyre. Ela complementa utilmente uma revisão do discurso acadêmico, além de literário, sobre o mesmo assunto, na medida em que se pode detectar, senão um diálogo deliberadamente engajado, ao menos um jogo de espelhos entre as diversas interpretações dessa fase das relações de trabalho nos canaviais, que se situa entre o fim da escravidão e a expulsão dos moradores dos engenhos. Parentescos, declarados ou subliminares, e influências recíprocas são manifestos entre membros eminentes do mundo acadêmico, mas também com diversos atores sociais. Ao serem evidenciados, enriquecer-se-á o espectro de nuances na análise da realidade em estudo.

A paisagem intelectual da história do Nordeste, no caso da região canavieira, está dominada por dois autores gigantes, cuja sombra atingiu todos os escritos posteriores.⁶⁴³ Contemporâneos e amigos, colaboradores em vários projetos importantes, como o 1º Congresso Afro-brasileiro, suas obras são paralelas, mas se distinguem pelos objetivos formais. José Lins do Rego é romancista. Gilberto Freyre, um cientista social. Criadores de obras abundantes, seu pensamento (ou talvez melhor, seus pensamentos respectivos, pois são distintos) modelou/aram as concepções dominantes da história da região e dos atores sociais envolvidos no assunto que nos interessa aqui. No caso específico da zona canavieira de Pernambuco, sua versão do passado é comumente aceita como memória coletiva. José Lins do Rego, cuja obra, declaradamente literária, compõe o *Ciclo da Cana-de-Açúcar*, goza de constante e imensa difusão. Gilberto Freyre, por sua vez, redigiu livros articulando originalmente a história regional em dimensões largamente interdisciplinares, constituindo sua obra um divisor de águas na historiografia. Ele é autor de uma descrição/explicação do passado regional que alcançou o nível de mito fundador.⁶⁴⁴ Esses dois autores dominam o campo das concepções mais divulgadas. São figuras tutelares e suas opções interpretativas, declaradas ou subjacentes, servem imperativamente de balizas para qualquer olhar subsequente sobre a gênese da sociedade nordestina contemporânea.

A escola marxista, por sua vez, oferece uma linha explicativa particularmente rigorosa e explícita quando analisa a realidade da sub-região - e nela, a 'morada' - à luz dos grandes conceitos elaborados por Marx e Engels, assim como pelas correntes intelectuais marxistas posteriores, particularmente no Brasil. Eles seguem uma visão evolucionista da história que

⁶⁴³ Ver III. 1 A visão da 'morada' na obra de José Lins do Rego e de Gilberto Freyre.

⁶⁴⁴ Acompanhando a definição de Marilena Chauí: "O mito fundador oferece um repertório inicial de representações da realidade e, em cada momento da formação histórica, esses elementos são reorganizados tanto do ponto de vista de sua hierarquia interna (isto é, qual o elemento principal que comanda os outros) como da ampliação de seu sentido (isto é, novos elementos vêm se acrescentar ao significado primitivo). Assim, as ideologias, que necessariamente acompanham o movimento histórico da formação, alimentam-se das representações produzidas pela fundação, atualizando-as para adequá-las à nova quadra histórica. É exatamente por isso que, sob novas roupagens, o mito pode repetir-se indefinidamente." CHAUI, Marilena. *Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000, p.10. Articulam-se nele dois pólos na explanação: natureza e história.

induz à transferência acrítica de conceitos do continente europeu aos domínios de seu (ex)império colonial.⁶⁴⁵ Autores de grande prestígio no seu seio adotaram a visão segundo a qual o modo de produção feudal, vigente na Europa, fora transferido ao continente americano por meio da colonização e manifestou-se de forma durável em atividades tipicamente agrícolas, inclusive na agroindústria açucareira. Entre os conceitos mais divulgados descrevendo a organização da produção na zona canavieira, e aludindo a uma explicação histórica complexa, está, portanto, esse ‘feudalismo’ retomado como epíteto negativo pela imprensa. O significado desse vocábulo varia, portanto, de uma categoria oriunda da experiência histórica de pequena porção do território europeu - a sociedade feudal descrita por Marc Bloch - e erigida em etapa de qualquer sociedade na escala evolucionista (inclusive marxista), a uma simples denominação crítica com conotações de atraso: os moradores sendo considerados como servos. A convergência terminológica serviu de caução à denominação. Retraçar a linhagem ideológica e historiográfica de tal qualificativo pode ter efeito de esclarecimento sobre a interpretação dada ao passado da região e ao papel dos trabalhadores rurais no seu decorrer. Para tanto, tentar-se-á uma breve recapitulação do feixe de significados atribuídos à palavra ‘feudal’, no contexto do evolucionismo cultural adotado pelo marxismo.⁶⁴⁶ No mesmo sentido, será evocada a questão da aplicação desse aparato conceitual, europeu nas suas origens, a espaços não europeus, inclusive ao Brasil e, mais especificamente, à zona canavieira de Pernambuco,⁶⁴⁷ contexto da ‘morada’.

Testar a aplicabilidade desse *apparatus* conceitual ‘feudal’, insere-se como exercício necessário ao objetivo declarado da presente abordagem: uma tentativa de desprendimento dos automatismos intelectuais (conceituais). À guisa de ilustração, pareceu útil uma digressão geográfica exótica: convida-se a uma rápida visita à aplicação do conceito de feudalismo ou modo de produção feudal à China.⁶⁴⁸ Tal parêntese, sugerido por meus estudos sob a tutela do sinólogo da Universidade de Genebra, Professor Jean-François Billeter, tem apenas o propósito de evidenciar a estranhez da proposição básica de transferência de conceitos europeus para espaços não-europeus, definida por Perrot e Preiswerk.⁶⁴⁹ O caráter bizarro e redutor da proposta feudal é gritante frente à rica e prestigiada história do Império do Meio. Pode ter sido menos aparente no caso do Brasil, em virtude do tipo de colonização ao qual o País foi submetido. À

⁶⁴⁵ III.2. Entendimentos marxistas acerca da ‘morada’. III.2.1. O evolucionismo na sucessão dos modos de produção.

⁶⁴⁶ III.2.2. A Tese Feudal: o morador como servo. 2.2.1. Consulta à historiografia medievalista: “*Que é o feudalismo?*” Minha função atual de professora de História Medieval, na UFPE, não me deixou a opção do atalho, tão usado na academia quando se trata de feudal ou medieval; aliás, portador de inúmeros quíproquós.

⁶⁴⁷ 2.2.3. A tese feudal no Brasil.

⁶⁴⁸ III.2.2.2. O conceito de ‘feudalismo’ ou ‘modo de produção feudal’ aplicado fora da Europa. Dos usos políticos de um conceito histórico. A título de ilustração: a historiografia marxista chinesa.

⁶⁴⁹ PERROT, Dominique & PREISWERK, Roy. *Ethnocentrisme et Histoire*. Op. cit

época em que ocorreu a invasão européia, seus agentes trasladaram para a América uma nomenclatura ainda impregnada do passado ibérico da Reconquista, revelando as origens norte-europeias das casas reinantes. Embora as instituições coloniais portuguesas fossem criações originais, o vocabulário e aparato jurídico foram mantidos, alimentando a tese feudal. A importância daquilo que pareceria, em outro contexto, um detalhe classificatório - feudal ou não - reside na suas conseqüências sobre a interpretação das relações de produção e de trabalho e, portanto, as perspectivas potenciais da luta de classes na região: isto é, o futuro almejável pelos trabalhadores rurais dentro da história maior do País. Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré,⁶⁵⁰ militantes e estudiosos, ilustram essa linha teórica.

A explicação ‘feudal’ do passado colonial, tanto quanto de uma realidade social recente ou até mesmo contemporânea na zona canavieira - a relação de ‘morada’ - não permaneceu sem rival. Outras leituras da história da Zona da Mata e da atividade açucareira propuseram soluções destinadas a refletir melhor uma dinâmica própria e original, em vez de réplica atrasada de experiências europeias. Trabalhando em escala nacional, autores ilustres como Caio Prado Júnior,⁶⁵¹ Fernando Novais,⁶⁵² Jacob Gorender⁶⁵³ e Ciro Flamarion Cardoso⁶⁵⁴ ofereceram opções interpretativas diversas entre si, numa linhagem marxista florescente. Nessa mesma linhagem, um autor pernambucano se destaca, Manuel Correia de Andrade,⁶⁵⁵ cuja obra tem importância preponderante por manter constante e estreito convívio com a realidade estudada e arvorar uma abordagem fundamentalmente interdisciplinar. Um outro olhar, antropológico nas suas origens, com aparato conceitual distinto, foi proposto por Moacir Palmeira, do Museu Nacional, com Lygia Sigaud, Afrânio Raul Garcia e Beatriz Herédia.⁶⁵⁶ Por fim, será exposta a proposta de Sidney W. Mintz, no quadro do que Immanuel Wallerstein definiu como economia-mundo.⁶⁵⁷

Nessa ordem, portanto, tentarei revelar a contribuição de cada autor a um debate contínuo que se teceu em volta de conceitos: o de ‘morada’, que atrai logicamente os de modo de produção e estágio de desenvolvimento social e econômico. Os embates dizem respeito, em última instância, à interpretação do devir nacional e à salvaguarda da originalidade da evolução histórica brasileira. Inelutavelmente, a questão aqui estudada remete, de maneira fundamental,

⁶⁵⁰ 2.2.3. A tese feudal no Brasil explicando a ‘morada’ e defendendo sua extinção

⁶⁵¹ III.2.3. A tese capitalista mercantil e a ‘morada’. 2.3.1. A ‘morada’ no contexto da obra inovadora de Caio Prado Júnior.

⁶⁵² III.2.3.2. O Antigo Sistema Colonial e a relação de ‘morada’.

⁶⁵³ III.2.4. A ‘morada’ na tese do escravismo colonial. 2.4.1. A construção teórica de Jacob Gorender.

⁶⁵⁴ III.2.4.2. “*Uma sociedade, não um mero quintal da Europa*”: o modo de produção escravista-colonial segundo Ciro Flamarion Santana Cardoso. 2.4.3. Da brecha camponesa do período escravista à ‘morada’.

⁶⁵⁵ III.2.3.3. A ‘morada’ na “Área do sistema canavieiro”

⁶⁵⁶ III. 2.5. A ‘morada’ como ‘dádiva’.

⁶⁵⁷ III.2.6. A ‘morada’ reinterpretada no contexto da economia-mundo.

ao debate em torno do modo de produção presente na zona da cana, nos diversos momentos da sua história. A dominação capitalista atual, inclusive no campo, constitui um ponto pacífico. O proletário no âmbito rural é, por excelência, o trabalhador de ponta-de-rua ou agrovilas. Mas há divergências quanto ao ponto de partida desse capitalismo que “avança no campo”, segundo a fórmula consagrada até mesmo em manuais escolares. Soluções diversas foram expostas quanto ao modo de produção que o antecedeu e acolhia a ‘morada’.

Nesse contexto de definição, o morador de engenho cristalizou potenciais definidores mais amplos do que sua própria condição. Ora, ele apareceria como fazendo parte de uma relação de trabalho não-capitalista, de tipo pré-capitalista, talvez feudal, ou fruto de uma regressão histórica que atingiu a escravidão antiga. Ora, ele estaria inserido numa relação não-capitalista, herdeira da brecha camponesa presente na época da economia escravista, ela mesma objeto de diversas propostas, capitalistas ou não, entre as quais o modelo do escravismo colonial. O morador poderia finalmente ser visto como um proletário, descendente e sucessor de outros trabalhadores explorados de longa data pelo capitalismo, na escala mundial, de diversas maneiras que não se acordam automaticamente com a definição estrita (ou talvez restritiva) do proletário puro, segundo a acepção marxista senão marxiana do termo: ameríndios submetidos à *encomienda*, “indentured servants” e “engagés”, *coolies* e trabalhadores “livres” sob contrato. Essa última interrogação sendo sugerida pelos historiadores da economia-mundo.

III. 1. 1. JOSÉ LINS DO REGO CRIADOR DE UM ARQUÉTIPO

“A literatura é uma reserva de significações sociais.”

Lourival Holanda⁶⁵⁸

José Lins do Rego, um dos autores mais citados a respeito da história recente do mundo açucareiro, nasceu no dia 3 de junho de 1901, no engenho Corredor, município de Pilar, na Paraíba. Sua família fazia parte das elites sociais no mundo do Nordeste açucareiro. Embora a vida o conduzisse muito cedo e definitivamente para ambientes citadinos,⁶⁵⁹ sua infância rural, repetidamente relatada em diversos romances, forneceu-lhe credenciais considerados indiscutíveis para construir uma visão da sociedade canavieira que se transformaria, por meio de medidas administrativo-didáticas, em memória oficialmente coletiva de toda a região. Com efeito, não só sua obra conheceu, desde o início e até hoje, grande sucesso junto ao público, como ela foi incorporada aos currículos escolares, de maneira que grande proporção de gerações

⁶⁵⁸ “As linhagens e as vertentes culturais em José Lins do Rego”. In: *Suplemento Cultural ao Diário Oficial do Estado de Pernambuco. Literatura da Seca*, Ano XV, outubro de 2001, p. 5.

⁶⁵⁹ Particularmente no Recife, em Maceió, cidade onde ele foi fiscal de banco a partir de 1926, após breve permanência no Ministério Público de Minas Gerais. Sua convivência com Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, Aurélio Buarque de Holanda e outros autores favoreceu a redação do primeiro romance. Embora recusado por vários editores de renome, essa obra conheceu imediato sucesso de público e recebeu, no mesmo ano, o prêmio de romance da Fundação Graça Aranha. A partir de 1935, o autor morou no Rio de Janeiro, onde fez carreira.

inteiras de pernambucanos o leram, aceitando-o como referência sobre uma época e uma região para muitos - agrestinos e sertanejos - desconhecidas.⁶⁶⁰

Todos os veículos de grande divulgação, como a imprensa, o têm como referência absoluta quando é evocado, até mesmo alusivamente, o mundo dos canaviais. A tradução cinematográfica de várias obras, particularmente, *Menino de Engenho*⁶⁶¹ e *Fogo Morto*,⁶⁶² numa época cada vez mais propensa ao audiovisual, valorizou sobremaneira, ao mesmo tempo que divulgou, obras tornadas, assim, clássicos obrigatórios a mais de um título. Tanto mais que seu autor, longe de permanecer na posição relativamente subalterna, porque feminina, de uma Margaret Beecher Stove,⁶⁶³ gozou de uma carreira prestigiosa,⁶⁶⁴ entrando para a Academia Brasileira de Letras, em 1957. Nas páginas a seguir, esboçar-se-ão alguns dos traços principais desse código, revelando a peculiaridade do relato. Alguma demora e detalhe se impõem, em virtude da qualidade matricial da obra. Implícita ou explicitamente, os romances de José Lins do Rego servem de referência, junto com os livros de Gilberto Freyre, para qualquer evocação posterior da zona canavieira e suas populações. Tratando-se dos moradores de engenho, a descrição permaneceu por muito tempo ilesa à crítica. Abundam as confirmações, citações, alusões que cristalizam as relações de trabalho nas plantações segundo as lembranças de infância de José Lins do Rego num conjunto de idéias preconcebidas⁶⁶⁵ finalmente hegemônicas. Seu caráter de classe evidenciar-se-á frente aos depoimentos de trabalhadores rurais da zona canavieira.⁶⁶⁶

Referência, a obra de José Lins do Rego foi também pioneira. Pois o primeiro romance, publicado em 1932, *Menino de Engenho*,⁶⁶⁷ constituiu a “chave de uma obra que se revelou de

⁶⁶⁰ O primeiro romance, *Menino de Engenho*, contava 50 edições em 2001, data do centenário de nascimento do autor. “José Lins do Rego ganha homenagem”, *Diário de Pernambuco*, 03.06.2001, p. 4.

⁶⁶¹ Filme de 1965, produzido por ninguém menos que Glauber Rocha e Walter Lima Jr, e dirigido pelo segundo, com música de Villa-Lobos e Alberto Nepomuceno.

⁶⁶² Produzido por Miguel Borges, com a direção de Marcos Faria. A obra foi apresentada no teatro. Foram também realizadas uma minissérie de televisão feita a partir de *Riacho Doce*, e dois curtas-metragens sobre o próprio autor.

⁶⁶³ Autora de *A casa do Pai Tomás (Uncle Tom's Cabin)*, obra de imensa divulgação e impacto social, consagradora de estereótipos duradouros, dois fatos que sugerem essa aproximação.

⁶⁶⁴ Como o confirma liricamente um estudioso da obra: “José Lins do Rego, um herdeiro direto dos afortunados, dos que vieram no pavimento superior das naus, traria, exatos 400 anos após, um vasto e nostálgico painel de um bem delimitado período histórico; nostálgico porque é o próprio retrato da mutilação de seu poderio por entidades impessoais poderosas, doravante, sairia da história como latifundiário explorador para observá-la e descrevê-la como escritor.” CANUTO, Cláudio Accioly. “A decadência do patriarcado rural no ciclo-do-açúcar em José Lins do Rego”, UFPE (Dissertação de Mestrado em Sociologia), Recife, 1990, p. 9.

⁶⁶⁵ Termo sugerido pelo Professor Laurent Monnier, da Universidade de Genebra, que me ajudou muito na abordagem inicial de formulação da temática.

⁶⁶⁶ IV. Evolução histórica recente das relações de trabalho de acordo com os principais atores sociais.

⁶⁶⁷ REGO, José Lins do. *Menino de Engenho*, 8 ed., Rio de Janeiro: [Adersen Ed., 1932] José Olympio, 1965.

importância fundamental na história do moderno romance brasileiro.”⁶⁶⁸ A envergadura do autor como homem de letras já fora comparada à de Proust na França, aliás um de seus autores favoritos junto com Thomas Hardy.⁶⁶⁹ Mas não é essa dimensão que será brevemente tratada a seguir. Em vez disso, explorar-se-á uma qualidade que lhe fora imediatamente reconhecida pela crítica. João Ribeiro resenhou a obra sublinhando que “*este livro pungente é de uma realidade profunda. Nada há que não seja o espelho do que se passa na sociedade rural.*”⁶⁷⁰ Isto é, não apenas romances, o *Ciclo da Cana-de-Açúcar* é testemunho, espelho, relato.

Na sua resenha da obra de Willi Bolle, *Physiognomik der modernen Metropolen*,⁶⁷¹ Michel Espagne sublinha: “[o]s instrumentos intelectuais que abrem à historiografia novos campos de investigação podem também ser encontrados em domínios que pertencem à literatura ou pelo menos à crítica dos textos.”⁶⁷² Carlo Ginsburg, famoso pela presença de escritos literários como referências cardeais nos seus livros, afirma que “a literatura, inclusive a ficção pode ensinar-nos algo sobre a sociedade em que foi produzida e sobre o público ao qual se dirigia. A evidência literária pode ser extremamente valiosa, sobretudo se não existirem ou se forem poucas as evidências semelhantes, como é obviamente o caso da *Iliada* e da *Odisseia*.”⁶⁷³ Referência antiga, ilustre, que já fora evocada a respeito do nosso autor. Nesse sentido, pode-se abordar a obra de José Lins do Rego, obedecendo o alerta de Carlo Guinsburg: considerando-a como construção, isto é, a expressão de uma visão de classe defendendo seus interesses,⁶⁷⁴ em vez de - como é geralmente pregado - formulação autêntica absoluta do passado regional, válida para todos. Pois o grande historiador italiano continua:

“Ao lidar com tais poemas ou com qualquer outra obra de ficção, não devemos esquecer que não estamos diante de uma descrição literal de uma sociedade real: são construções que atendem a um propósito determinado, que obedecem a certos códigos e assim por diante. Isso, todavia, pode ser dito sobre qualquer tipo de evidência, incluindo os inventários notariais ou os levantamentos estatísticos. Nenhum desses documentos é objetivo de uma maneira simples, neutra, mas todos podem ser utilizados na construção de uma imagem crítica (objetiva) de uma dada sociedade.” Ele recomenda, a seguir, aprender “o código que norteou a construção da evidência. De outro modo, corremos o risco de ler a

⁶⁶⁸ LOUSADA, Wilson. “Breve Notícia. Vida de José Lins do Rego”. In: REGO, José Lins do. *O Moleque Ricardo*. Rio de Janeiro: José Olympio, [1935] 1973, p. XII

⁶⁶⁹ Declaração de Paulo Prado a Blaise Cendrars. Wilson Lousada, “Breve Notícia. Vida de José Lins do Rego”. In: REGO, José Lins do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. X. O autor encena seu encontro com a obra de Hardy em *Bangüê*, op. cit., p. 117.

⁶⁷⁰ Citado por Wilson Lousada, “Breve Notícia. Vida de José Lins do Rego”. In: REGO, José Lins do. *O Moleque Ricardo*. Op. cit., p. XII

⁶⁷¹ Köln, Weimar, Wien, Böhlau Verlag, “Europäische Kulturstudien”, 6, 1994.

⁶⁷² ESPAGNE, Michel. “Comptes rendus”. In: *Annales*, 50e année, n° 4, juillet-août 1995, p.816.

⁶⁷³ Entrevista concedida a Jean Marcel Carvalho França, “O Historiador globalizado”. In: *Folha de São Paulo*, Caderno Mais!, 1º de setembro de 2002, p. 6.

⁶⁷⁴ Ver CANUTO, Cláudio Accioly, “A decadência do patriarcado rural no ciclo-do-açúcar em José Lins do Rego”. Op. cit., p. 38 et ss. e p. 88 et ss, que desenvolve o estudo a partir dos paradigmas estabelecidos por Lucien Goldman, particularmente em termos da visão do mundo expressa por uma classe.

evidência – um romance ou um levantamento estatístico – de uma maneira impressionista, superficial.”⁶⁷⁵

Certas obras literárias, tanto quanto inventários ou tabelas de estatísticas, constituem, desse modo, fontes úteis para a análise histórica. Elas podem, como é o caso, permear o senso comum, constituir um pano de fundo do entendimento de dada época, que não se questiona. Sua utilização cuidadosa fornece, portanto, em virtude da própria codificação – como diz Carlo Ginsburg – de seu discurso, indicações diretas sobre o panorama social constituído e a forma como ele é teorizado em dado momento. Laurent Monnier escreveu que “[o] romance africano, pela liberdade de representação dos discursos que autoriza a ficção, é o lugar onde se percebem melhor atualmente os elementos de uma teoria africana da política na África.”⁶⁷⁶ Sem pretender assimilar situações bastante diferentes, me parece que os romances de José Lins do Rego poderiam enquadrar-se no mesmo âmbito. Senão uma teoria da política, talvez da sociologia, pois eles foram muitas vezes designados como “documento sociológico”.⁶⁷⁷ O analista José Ademar de Castello sublinha o “grande interesse social regionalista” da obra,⁶⁷⁸ herdeira, em diversas dimensões, da influência freyriana, pois ambos os autores dialogaram ao longo de vários decênios, tanto pessoalmente quanto nos seus escritos; irmãos de classe e, portanto, de percepção, senão de perspectiva. Suas obras reverenciadas construíram, do anos 1930 aos 1980, a leitura aprovada da realidade social da região, considerada como problemática e passível, no mínimo, de reformas. Os escritos desses autores servia de referência obrigatória para justificar tomadas de posição dos diversos atores sociais.

O Ciclo da Cana-de-Açúcar:

Menino de Engenho (1932), *Doidinho* (1933),⁶⁷⁹ *Banguê* (1934),⁶⁸⁰ *O Moleque Ricardo* (1935),⁶⁸¹ *Usina* (1936).⁶⁸² Após outras obras sobre diversos assuntos,⁶⁸³ o autor voltou a tratar da região canavieira em *Fogo Morto* (1943).⁶⁸⁴

Comparando José Lins do Rego a Graciliano Ramos, um de seus mais distintos comentaristas, José Aderaldo Castello, qualifica a obra de “depoimento pessoal [sobre] a decadência do patriarcado rural da zona açucareira do Nordeste e para fixar o triunfo, sobre

⁶⁷⁵ “O Historiador globalizado”. Op. cit., p. 6.

⁶⁷⁶ MONNIER, Laurent. “Politique africaine au miroir du roman”, cité par Xavier Realini, “L’Etat honteux’, du romanesque au politique”. In: *Genève-Afrique*, Vol. XXIII, N°1, 1985, p. 87.

⁶⁷⁷ Otto Maria Carpeaux, citado por Wilsen Lousada, “Breve Notícia. Vida de José Lins do Rego”. In: REGO, José Lins do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. XVI.

⁶⁷⁸ Idem p. XX.

⁶⁷⁹ REGO, José Lins do. *Doidinho*. 19 ed., Rio de Janeiro: [Ariel Ed., 1933] José Olympio, 1979.

⁶⁸⁰ REGO, José Lins do. *Banguê*. Rio de Janeiro: José Olympio, [1934] 2000.

⁶⁸¹ REGO, José Lins do. *O Moleque Ricardo*. Op. cit.

⁶⁸² REGO, José Lins do. *Usina*. 13 ed., Rio de Janeiro: José Olympio, [1936] 1993.

⁶⁸³ REGO, José Lins do. *Pureza*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937. *Pedra Bonita*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. *Riacho Doce*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939. *Água Mãe*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

⁶⁸⁴ REGO, José Lins do. *Fogo morto*. 40 ed., Rio de Janeiro: José Olympio, [1943], 1992.

tal derrocada, da industrialização do açúcar sob processos mecânicos avançados, com a usina, devoradora de engenhos – como os engenhos o foram dos bangüês – e criadora de novo sistema de latifúndio e servilismo.”⁶⁸⁵ Continua, aludindo, fato excepcional, aos trabalhadores rurais:

“Concomitantemente, ao lado dessas profundas transformações, põem-se em evidência as tradições, os valores morais, as condições dos trabalhadores do eito, etc., tudo sujeito também a mudanças ou alterações profundas, quando não esquecido ou desprezado, acorrentando o desfiguramento da paisagem física e social”.

Em poucas linhas, resumiu o conteúdo de uma obra que será evocada aqui apenas no que ela traz de preciso sobre esses assuntos, embora seu espectro seja naturalmente muito mais vasto.

“O trovador trágico da província”⁶⁸⁶

A obra de José Lins do Rego era também depoimento. Autêntico porque pessoalmente vivido, mas que pretendia a uma abrangência social ampla, dando conta de realidades diversas implícitas no termo “paisagem”. Atribuiu-se-lhe logo o sentido do regionalismo, movimento do qual o autor participou,⁶⁸⁷ que estava carregado tanto dessa dimensão de autenticidade ligada ao narrador individual, quanto de valores universais (outra temática amplamente repetida pelos vários comentaristas).⁶⁸⁸

“Compreender a alma de sua terra, descobrir sua identidade também era a preocupação de José Lins do Rego. Para ele, organizar a memória pessoal era organizar a própria memória regional, já que esta era esse recorte espacial que nascia da empatia; uma maneira de ser, ver, sentir, falar que se expressava através de seu povo.”⁶⁸⁹

O que a obra tem de peculiar e até mesmo de exótico, para leitores de outras regiões, é, dessa forma, reconciliado, quiçá justificado, por permitir um diálogo nacional, escala consolidada concomitantemente ao nível das representações, inclusive por meios culturais, a exemplo da gigantesca contribuição de Euclides da Cunha. Pois ao afirmar-se portadora de “valores regionais”, ela garante uma mais justa representatividade territorial local no concerto, ainda em processo de confecção, da sinfonia nacional, para acompanhar a metáfora musical desenvolvida por Mário de Andrade no seu comentário sobre *Fogo Morto*.⁶⁹⁰

“Regionalismo para ele não é a simples fotografia de traços típicos ou característicos de uma região. É muito mais. É o depoimento sentido, profundamente humano e lírico da própria natureza e das condições humanas sob contingências telúricas e sob os efeitos de transformações econômicas e sociais. É a alteração de valores, ao mesmo tempo que a fixação de tradições, assim como também a

⁶⁸⁵ CASTELLO, José Aderaldo. “Memória e Regionalismo”. Op. cit, p. XCII.

⁶⁸⁶ Otto Maria Carpeaux, citado por Wilsen Lousada, “Breve Notícia. Vida de José Lins do Rego”. Op. cit., p. XVI.

⁶⁸⁷ Embora rejeitasse a denominação: “Que não o chamassem de escritor regionalista, caracterização que abominava com veemência, pensando que o rótulo diminuía o valor de sua obra.” FARIA, Gentil de. “José Lins do Rego, um contador de histórias”. *Folha de São Paulo*, Caderno Mais!, 3.6.2001, p. 22

⁶⁸⁸ CASTELLO, José Aderaldo. “Memória e Regionalismo”. Op. cit, p. XCII.

⁶⁸⁹ ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. *O engenho antimoderno*. Op. cit., p. 133.

⁶⁹⁰ ANDRADE, Mário de. “Fogo morto”. In: REGO, José Lins do. *Fogo morto*. Op. cit., p. xxiv.

compreensão de aspectos esclarecedores da realidade brasileira, convergindo para o interesse da posição humana”.⁶⁹¹

A leitura do *Ciclo da Cana-de-Açúcar*, como contribuição à constituição de uma consciência/identidade regional, com ambições de vulto nacional e mesmo universal, justifica assim sua inserção nos currículos escolares, na medida em que ela oferece, de modo facilitado e autenticado pela forma artística, uma consciência de cidadão. Em resumo, memória, a obra é também lição cívica. Mas, a opção regionalista comporta diversas variáveis, como alerta Lourival Holanda:

*“A palavra regionalismo tem sido adulterada no Brasil em quase todos os seus sentidos. Regionalismo em literatura passou a ser uma limitação, um esforço quase de caricatura.”*⁶⁹²

O autor sublinha que o sentido atual não é mais apenas de excentricidade (fora do “eixo São Paulo-Rio de Janeiro”). Talvez, poder-se-ia acrescentar que essa excentricidade, no caso do Nordeste e, portanto, da zona canavieira de Pernambuco, está temperada, segundo José Lins do Rego e Gilberto Freyre, por uma centralidade histórica, como lugar inicial em termos de colonização européia com sua tomada territorial para a agricultura de exportação. A região é, desta feita, também portadora de matriz em termos de organização social: latifúndio monocultor e mão-de-obra sujeita. São forjadas referências, todas imbuídas de reminiscências, valores e costumes oriundos dessa sociedade muito peculiar que surgiu lá.

*“Ser regional não é só suspirar de saudades e criar, sobre o passado uma imagem compensatória, como contraponto às agruras do presente. Sobretudo esquecendo as arbitrariedades e injustiças de um mundo carregado de cruezas de classes e categorias sociais.”*⁶⁹³

Lourival Holanda propõe abordagens sutis em termos de expressão literária capaz de transmitir emoções, suportar percepções: *“Basta que se pense nessa sensibilidade às coisas do povo, às variadas vivências e na necessidade de encontrar, a cada vez, uma linguagem que dê conta das nuances culturais.”*⁶⁹⁴ Comparando José Lins do Rego com Homero pela sua capacidade inovadora na expressão *“de um povo”*, elevando a *“poética da oralidade”* a um marco inédito, o estudioso valoriza justamente uma contribuição e méritos literários inquestionáveis. Mário de Andrade já saudou

*“na análise magistral do mestre José Amaro, Lins do Rego nos dá um personagem popular e analfabeto, sem o primarismo falso, este sim, primarismo analfabeto, com que os nossos romancistas “sociais” concebem e expõem o homem do povo como um ser de psicologia fácil, precária e lógica. Precários são eles! O homem do povo é o indivíduo de psicologia mais complexa e mais delicada que há.”*⁶⁹⁵

Evocação do povo, no sentido de toda a sociedade.

⁶⁹¹ CASTELLO, José Aderaldo. “Memória e Regionalismo”. Op. cit, p. XCIV

⁶⁹² HOLANDA, Lourival. “As linhagens e as vertentes culturais em José Lins do Rego”. In *Suplemento Cultural ao Diário Oficial do Estado de Pernambuco. Literatura da Seca*, Ano XV, outubro de 2001, p. 5..

⁶⁹³ Ibidem.

⁶⁹⁴ Ibidem.

⁶⁹⁵ ANDRADE, Mário de. “Fogo morto”. In: REGO, José Lins do. *Fogo morto*. Op. cit. p. xxv.

Analista ímpar da obra de Euclides da Cunha como elemento decisivo na construção da identidade nacional, que, sem dúvida, abasteceu senão inspirou também José Lins do Rego como toda a sua geração, Lourival Holanda talvez atribua ao *Ciclo da Cana-de-Açúcar* o mesmo papel que o grande mestre de *Os Sertões* teve em outra escala: colocar no palco da História nacional populações até então ausentes humana senão economicamente, dando-lhes relevo, personalidade, expressão. Incorporando-as ao elenco dos heróis/atores edificadores da construção nacional. Embora impregnados de posturas eugênicas,⁶⁹⁶ tão divulgadas na época em que escreveram e de considerável peso na construção dos parâmetros da disciplina histórica, como será visto a seguir,⁶⁹⁷ esses dois autores poderiam ser associados talvez nessa dimensão de reconhecimento, embora desigual, hierárquico. E respeitoso também, pelo menos em relação às populações rurais sertanejas. Robert M. Levine escreveu sobre Euclides:

*“But his elaborate descriptions of the “sub-human” rebels tenacious’ resistance in the face of the Krupp cannons of the federal army conveyed deep-seated respect for the men and women whom he called “the bedrock of our race”.*⁶⁹⁸

Na obra de Euclides da Cunha e, principalmente, em *Os Sertões*, Lourival Holanda revelou o lado incomensurável do impacto de um observador genial para a construção da identidade nacional. Sua arte lhe permitiu superar sua época. Portador dos preconceitos de seu tempo e de sua formação, além de funcionalmente associado às forças opostas (em nome do progresso e da nação republicana) aos seguidores do Conselheiro, ele foi conquistado, ‘à son corps défendant’, pelos sertanejos aos quais era confrontado. O estudioso mostra brilhantemente em *Fato e Fábula* que “a descoberta real do outro foi, em Euclides, um abalo, um sismo que fendia a suposta integridade de sua ideologia.”⁶⁹⁹ Com esmero e precisão, é revelada a complexidade da construção da obra euclidiana, cuja “discursividade oblíqua, entre o fato e o mito (...) faz a pluralidade do texto.”⁷⁰⁰ O analista sublinha “a eficácia do discurso barroquizante euclidiano” que, “recorrendo a outra dimensão narrativa” consegue dizer “fatos

⁶⁹⁶ A respeito dessa corrente do pensamento científico, ver o estudo de Carlos Alberto Cunha Miranda, *Uma estranha noção de ciência: evolução e repercussões do pensamento eugênico no Brasil*, Recife, 2002, cujo manuscrito o autor colocou gentilmente a minha disposição. Carlos Miranda dá a seguinte definição dessa corrente, teorizada inicialmente por Francis Galton (1822-1911) e que ganhou seguidores em muitos países, inclusive no Brasil: “O eugenismo ambicionava substituir a seleção natural, pela seleção racional dos elementos humanos melhores dotados.” p. 3. Ver também: POLIAKOV, Leon. *O mito ariano*. São Paulo: Perspectiva, 1974; e GOULD, Stephen Jay. *A falsa medida do homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991, entre outras obras desse especialista da História das Ciências, que fornecem um contexto amplo para essa problemática.

⁶⁹⁷ III. 2. 1. O evolucionismo na sucessão dos modos de produção. 2.1.1. História evolucionista. A ocidentalização do passado.

⁶⁹⁸ LEVINE, Robert M. “Elite Perception of the Povo”. Op. cit., p. 210.

⁶⁹⁹ HOLANDA, Lourival. *Fato e Fábula. Uma leitura dos “Sertões”*. Manaus: Ed. da Universidade do Amazonas, 1999, p. 1.

⁷⁰⁰ Idem., p. 87

que fogem à compreensão do narrador.”⁷⁰¹ Pois, permitida pela ironia, outra leitura surge: “*A explosiva tensão trágica, própria já à temática, o narrador junta a implosão, toda interna de seus valores e suas certezas.*”⁷⁰² Estudando minuciosa e delicadamente os modos variados desse discurso, que lança mão de recursos repertoriados e analisados, Lourival Holanda revela essa “*crise – o abalo nos referenciais onde estavam assentadas suas certezas*”.⁷⁰³ Competência superior da literatura:

“*A singularidade desse registro sinuoso – que nenhum outro relato sobre Canudo iguala em intensidade – faz ver o modo como o narrador resolve o problema formal de apontar outras dimensões da realidade, até então subestimadas pelo registro histórico.*”⁷⁰⁴

O alcance da obra é imenso e seu efeito fundador. Ela “*inaugura um tempo novo – tempo de alargamento da vontade interpretativa que quer agora abranger a nação*”,⁷⁰⁵ pois “[a] partir do episódio de Canudos, quer dar a ler o Brasil”.⁷⁰⁶ A genialidade do escritor, sua sincera atenção dedicada a eventos de intensidade rara, onde humanos – os sertanejos – superam seus próprios horizontes e desafiam o senso comum pela sua capacidade e força de caráter, resultam na obra prima que desvendou a nação plural para muitos leitores brasileiros impregnados de mentalidade costeira. “*A força do painel barroco brasileiro vem desse apelo aos tantos tons e tantas tintas que fazem o quadro nacional rico e diversificado, de profunda fusão cultural.*”⁷⁰⁷ Fusão cultural com o mais imprevisto, senão improvável, dos parceiros para elites orgulhosas de sua origem (oficialmente) européia e fundamentalmente orientadas para o ultramar. São “*bárbaros*”⁷⁰⁸ surgidos das entranhas mesmas do continente. Estranhos, profundamente; no

⁷⁰¹ Idem

⁷⁰² Idem, p. 59.

⁷⁰³ Idem, p. 91.

⁷⁰⁴ Idem, p. 90.

⁷⁰⁵ Idem, p. 122.

⁷⁰⁶ Idem, p. 126.

⁷⁰⁷ Idem, p. 54.

⁷⁰⁸ O termo entra na definição do vaqueiro, com o determinismo geográfico presente no pensamento de Euclides da Cunha: “*Reflete (...) a própria natureza que o rodeia (...) É inconstante como ela. É natural que o seja. Viver é adaptar-se. Ela o talha à sua imagem: bárbaro, impetuoso, abrupto.*” CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. 20 ed., Rio de Janeiro: Ediouro, 1998, p. 117-118. O qualificativo, de conotações tão extremas do ponto de vista histórico, é reiterado, em diversos momentos, às vezes com conotações eugênicas, aplicada ao próprio Antônio Conselheiro, “Documento Vivo de Atavismo” (título do IV Cap., p. 142). Essas idéias são constantes: assim, a respeito de um “*mestiço de bravura inexcedível e ferocidade rara (...) lutador primitivo (...) um belo caso de retroatividade atávica (...) esse bárbaro ardiloso*”, p. 248 “*cidade bárbara*”, p. 392; “*três séculos de barbárie*”, p. 440, etc. Neste mesmo trecho, Euclides usou o epíteto como injunção: “*Toda aquela campanha seria um crime inútil e bárbaro, se não se aproveitassem os caminhos abertos à artilharia para uma propaganda tensa, contínua e persistente, visando trazer para o nosso tempo e incorporar à nossa existência aqueles rudes compatriotas retardatários.*” Ibidem. Com isso, ele abre um futuro positivo para as populações sertanejas. Embora o julgamento seguro do autor não poupe a tropa regular quanto à ética do comportamento. Descrevendo, sem eufemismo pudico, as execuções sumárias cometidas por ela, comenta: “*Apesar de três séculos de atraso os sertanejos não lhes levavam a palma no estadear idênticas barbaridades.*” p. 474.

entanto, admiráveis pela sua valentia, hombridade.⁷⁰⁹ O “jagunço” de Euclides da Cunha é o sertanejo armado e determinado.⁷¹⁰ Ele aparece quando precisa, em ação defensiva individual ou coletiva: “*O soldado expugna uma palhoça pobre em busca de farinha e carne seca; o jagunço expõe seu valor na defesa dela. Enquanto um assalta a casa, é tomado de assalto pelo aparecer súbito do dono, a defendê-la.*”⁷¹¹ Lourival Holanda mostra como *Os Sertões* deixam transparecer, através da complexa estrutura e escrita, o respeito do autor e dos soldados empenhados em lutar contra os defensores de Canudos, para com esses derrotados. É-lhes reconhecido o “*heroísmo dos vencidos*”⁷¹² que, através da obra literária, os imortaliza. Euclides da Cunha atribui esse efeito à admiração que os sertanejos impelem a seus adversários: “*Em muitos despontou, ao cabo, irreprimível e sincero entusiasmo pelos valentes martirizados. Não o encobriam. O quadro que se lhes oferecia imortalizava os vencidos.*”⁷¹³ E o analista realça o resultado extraordinário de tão cruel empreendimento militar: “*São os vencedores que se rendem – soldados assombrados pelas façanhas fantásticas dos jagunços.*”⁷¹⁴ Nos próprios epítetos, Euclides da Cunha expressou essa mistura de estranhamento e admiração, apesar dos cânones oficiais de ordem e progresso: sagaz, o sertanejo é também “*«mais tenaz; é mais resistente; é mais perigoso; é mais duro.»*”⁷¹⁵ Suas competências bélicas óbvias o qualificam como desafiador vitorioso às catalogações eugênicas.⁷¹⁶ Finalmente, a sorte dos combatentes de ambos os lados é reduzida à dimensão de um conflito apenas humano, entregue a “*ambas barbáries*”. Delineia-se um sentimento de respeito mútuo entre combatentes, bem como por parte do narrador, tão contrário aos parâmetros oficiais.⁷¹⁷ A vala comum abriga doravante

⁷⁰⁹ Euclides fornece um retrato inteiramente positivo, mostrando as qualidades que prezava e nas quais o País podia investir, na pessoa do velho patriarca de Cansanção: “*Antítese do facinora precoce de Queimadas, revelava, animadora, esta robustez miraculosa, esta nobreza orgânica completada por uma alma sem refolhos, tão característica dos matutos, quando os não derrancam o fanatismo e o crime.*” Idem, p. 442.

⁷¹⁰ Na mesma linha de raciocínio, pode-se pensar em toda a controvérsia nutrida por várias contribuições de todas as ordens em torno da figura de Lampião. Para uma análise primorosa do fenômeno do Cangaço e de suas leituras contemporâneas, ver GRUNSPAN-JASMIN, Elise. *Lampião, vies et morts d'un bandit brésilien*. Paris: PUF, 2001. Da mesma autora ver “Nordeste: uma região “doente” do cangaço. Lampião: entrave a um projeto de nação “unida” e “civilizada”?”. *Clio Revista de Pesquisa Histórica*, No 19, Recife, UFPE, 2001, pp. 65-93.

⁷¹¹ HOLANDA, Lourival. *Fato e Fábula*. Op. cit., p. 21.

⁷¹² Idem, p. 33.

⁷¹³ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Op. cit., p. 486.

⁷¹⁴ HOLANDA, Lourival. *Fato e Fábula*. Op. cit., p. 33.

⁷¹⁵ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Op. cit., p. 118.

⁷¹⁶ Embora se note um “flerte”, como afirma Carlos Miranda, entre Darwin e o eugenismo, ele não estabelece comparações de cunho racista. MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. *Uma estranha noção de ciência*. Op. cit., p. 16. Seu legado, no entanto, abastecerá inúmeros estudiosos, escritores e políticos que se aproveitariam do “selo” científico que seu nome evoca, para usá-lo, às vezes, com propósitos inconfessáveis.

⁷¹⁷ HOLANDA, Lourival. *Fato e Fábula*. Op. cit., p. 62.

«indistintos, soldados e jagunços, pela morte enfim irmanados.»⁷¹⁸ Pois quem está em cena, afinal, é o povo.

Fractais, esses fragmentos benjaminianos, evidenciados por Lourival Holanda na narrativa de Euclides da Cunha, expõem “a retratação e a recuperação do imaginário do país profundo. Isso estadeia a estrutura o texto euclidiano, pretendendo prender o real nacional numa rede imagética.”⁷¹⁹ Mais precisamente: “A poética euclidiana é uma ousada aposta verbal para dar a realidade em imagens – e dar, às imagens, sua realidade.”⁷²⁰ Em suma, segundo o analista que compartilha a visão do autor dos *Sertões*, que estuda “[a]o mesmo tempo que quer construir o verdadeiro retrato do país, variado e vibrante: «Os Sertões» fazem aparecer, na grande diversidade de traços, um Brasil real, integrado.”⁷²¹

Um Brasil que se integrava, sem dúvida. E a integração euclidiana era imensa, fundamental. Mas era uma integração parcial, além de obviamente regional; seria tentada a dizer excludente. Pois não abrangia todos os rurais do Nordeste. Assim, ao retratar com tanto relevo o habitante da caatinga, apareceu, em negativo, a figura do cortador de cana, do morador de engenho. «O sertanejo é, antes de tudo, um forte» escreve Euclides, que detalhava ainda:

«Assim o sertanejo é um forte cuja energia contrasta o raquitismo exaustivo dos mestiços enervados do litoral. Surge naquelas paragens com a feição firmemente acentuada de um lidador energético.»⁷²²

Portanto, o sertanejo valente era resgatado da condenação eugênica,⁷²³ como um erro de classificação,⁷²⁴ mas não com um questionamento radical da escala de valores reafirmada pela Escola de Nina Rodrigues.⁷²⁵ Aos moradores de engenho, ela se aplica sem redenção. Quiçá, o canavieiro sofreu uma reativação da teoria dos climas iluminista acudindo as bases

⁷¹⁸ Idem, p. 49. Com o mesmo sentido, ver o trecho contando as conversas entre adversários, nas trincheiras cercando Canudos, similares às que meu avô contava sobre a guerra de 1914-18. CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Op. cit., p. 461. Ver, também, a respeito da procura por água, no fim do cerco: “Estes episódios culminaram o heroísmo dos matutos. Comoviam, por fim, aos próprios adversários.” Idem, p. 486.

⁷¹⁹ HOLANDA, Lourival. *Fato e Fábula*. Op. cit., p. 203.

⁷²⁰ Idem, p. 197.

⁷²¹ Idem, p. 86.

⁷²² Lourival Holanda confronta duas redações do punho de Euclides.

⁷²³ Os seguidores do Conselheiro são figuras assimilada aos “místicos lidadores da média idade. O paralelo é perfeito. Há nas sociedades retrocessos atávicos notáveis,” pois, de certo modo, contaminam as tropas republicanas, em termos de periodização, que adotaram sua luta como “cruzada” e se transformavam em “modernos templários”. CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Op. cit., p. 395-6.

⁷²⁴ Euclides demonstrou surpresa frente à coragem dos vencidos, “estóicos, inquebráveis” que “[se] revestiam de serenidade estranha e uniforme, inexplicável entre lutadores de tão variados matizes, e tão discordes caracteres, mestiços de toda a sorte, variando, dispaes, na índole e na cor. Alguns se aprumavam, com altaneria incrível, no degrau inferior e último da nossa raça.” Em seguida fala de “[u]m negro, um dos raros negros puros”. CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Op. cit., p. p. 475-6. Ênfase desta Autora.

⁷²⁵ Encarregado de estudar a cabeça de Antônio Conselheiro. SCLIAR, Moacyr. “Metamorfose das raças”. In: Caderno Mais! *Folha de São Paulo*, 01.12.2002, p. 18.

positivistas/eugênicas⁷²⁶ desafiadas e estremecidas pela experiência relatada em *Os Sertões*. Euclides era homem de seu tempo. Na virada do século XIX para o XX, o ideal cientista mais do que propriamente positivista - pois Auguste Comte havia devidamente alertado contra a tentação cientista - abrangia tudo. Eufóricas com as provas concretas de sua potência técnica, as elites ocidentais tratavam os humanos como espécies domésticas, passíveis de melhoria.⁷²⁷ Alain Morice mostra como concepções hoje condenadas como racistas, eram então compatíveis com posicionamentos socialmente engajados. O próprio Zola,⁷²⁸ dreyfusard destemido, manifestara “esse racismo [que] não carrega ódio”.⁷²⁹ “uma visão essencialista do mundo – e é a única que reina então. Será preciso esperar cinqüenta anos para que um pensamento não-racista do mundo se desenhe, quando da derrota do nazismo.”⁷³⁰

A questão que se coloca agora é a de saber se José Lins do Rego oferece uma solução complementar, para a Zona da Mata e sua população, do magnífico resgate iniciado por Euclides da Cunha, no sentido de salvar todo o povo brasileiro dos abismos do eugenismo. Existem pontos de encontro: o mesmo fascínio pelos sertanejos (jagunços, cangaceiros) aparece com frequência no *Ciclo da Cana-de-Açúcar*. Foi notado por um comentarista:

“[a] sedução que o romancista sempre sentiu por aquela temática característica da paisagem nordestina dos sertões ou da caatinga, envolvendo homens de impressionante resistência física e moral, cheios de arroubos místicos e fúria destruidora, fixou-se, certamente, tanto quanto a temática do ciclo da cana-de-açúcar, durante suas experiências da infância, nos contatos posteriores com a região e com toda uma vigorosa criação folclórica e literária.”⁷³¹

Em José Lins do Rego, como em Euclides, todavia, o nobre sertanejo aparece como um contraponto em positivo a seu conterrâneo da Zona da Mata. O homem oriundo da região seca é novamente alvo de descrições, senão elogiosas pelo menos respeitadas, talvez em função de características que lhe são atribuídas, ao menos na literatura:⁷³² a competência bélica, pois são homens armados⁷³³ e propensos ao misticismo, dois componentes costumeiros e prestigiados no

⁷²⁶ Euclides “[r]ecorria, em suas cartas aos amigos e ao pai, a esta imagem da linha reta para expressar sua fidelidade aos princípios éticos, ancorada na crença no progresso linear e inelutável da humanidade.” VENTURA, Roberto. “Euclides Conselheiro da Cunha”. In: Caderno Mais! *Folha de São Paulo*, 01.12.2002, p. 14.

⁷²⁷ No Brasil, seus êmulos, como Oliveira Vianna, proclamavam, em 1920, que “[o] cruzamento das raças humanas é um problema de zootechnia, como o cruzamento das raças animais”. VIANNA, F.J. Oliveira. “O povo brasileiro e sua evolução”. Op. cit., p. 341.

⁷²⁸ Na sua grande obra retratando os *Rougon-Macquart*, particularmente nos últimos volumes. Entre outros nomes famosos do período que cederam ao fascínio pelo eugenismo, embora seu posicionamento político faria esperar a atitude inversa, pode-se mencionar Margaret Sanger, feminista e defensora da contracepção.

⁷²⁹ MORICE, Alain. “Mysticisme, scientisme et messianisme. La rédemption de la «race ouvrière» vue par Emile Zola. In: *Le Monde Diplomatique*, octobre 2002, p. 24.

⁷³⁰ Ibidem.

⁷³¹ CASTELLO, José Aderaldo. “Memória e Regionalismo”. Op. cit., p. LIX.

⁷³² A Profa Lylia da Silva Guedes Galetti evidenciou, na sua tese, o quanto a documentação administrativa e política se distancia dessa admiração, contida ou não, dos textos literários.

⁷³³ Euclides os compara aos ‘chouans’, rebeldes do sudoeste da França que conduziram uma longa e custosa guerrilha contra o governo revolucionário. Neste sentido, eles representavam o atraso histórico; “desequilibra tanto o ritmo de nosso desenvolvimento evolutivo e perturba deploravelmente a unidade nacional.” CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Op. cit., p. 222, 417 e 437, respectivamente.

imaginário ocidental, como o mostrou brilhantemente Jacques Le Goff.⁷³⁴ Essas mesmas características, contudo, não são reconhecidas aos habitantes da Zona da Mata. Inclusive em situações em que se manifestam tanto uma quanto a outra qualidade: bélica e mística. Num episódio relatado em *Usina*, surge um fenômeno de intensa fé popular. Embora afirmassem que “*não estava empatando em coisa nenhuma, fazendo barulho, podiam rezar da maneira que quisesse,*”⁷³⁵ o plantador, incentivado pela autoridades religiosas e preocupado com a resistência dos trabalhadores, adotava medidas violentas:

“O povo era bom, com um grito dele deixariam as cinzas da casa de Feliciano. Bastava mandar limpar a terra e tudo ficaria como dantes.

No outro dia o vigia, que fora mandado para debandar o povo, chegou na usina assombrado, porque as velhas, os homens e os meninos tinham corrido para cima dele como feras. Só não morrera porque abriu nas pernas.

*O Dr Juca mandou então uns cinco cabras, armadas de rifle, para dar fim ao milagre do Alto da Areia. E não tardou a chegar a notícia alarmante: dois vigias mortos e muita gente do povo ferida. O povo estava armado de enxada, chuços, espingarda de caçar passarinho. Não havia quem pudesse com aqueles cordeiros enfurecidos.”*⁷³⁶

“Os trabalhadores do campo todos parados. A usina, de fogo apagado. Prejuízos por cima de prejuízos. Só havia mesmo um jeito, para os dirigentes da fábrica: era atacar com energia. E uns cem homens armados marcharam então para investir contra os pobres devotos das cinzas que o fogo de Deus havia feito.

Da usina se ouviu o pipocar do tiroteio, como girândola de fogo no ar.

*Alguns fanáticos na usina Bom Jesus se armaram e ameaçaram destruir o grande estabelecimento industrial. Mas a polícia chegara em tempo de evitar a desgraça, dissolvendo os amotinados. O povo havia sido iludido, acreditando no que não devia acreditar. E elogiaram a energia do usineiro.”*⁷³⁷

Não há dúvida quanto à análise em termos de classe: não se podia permitir qualquer ameaça à produção, por mais benigna e bem intencionada que seja inicialmente. O preço pago pelos trabalhadores em razão de sua fé religiosa mística é terrível e ela não lhes propicia indulgência ou tolerância por parte dos empregadores. Tampouco do escritor. Nas representações, os mesmos elementos que salvaram os sertanejos da lixeira eugênica, em Euclides bem como em José Lins do Rego e seus comentaristas, não garantem igual redenção aos canavieiros. Nem misticismo popular, nem luta armada são, nesse caso, inspiradores de respeito e consideração. Nenhum sentido épico é dado a um episódio, embora corresponda perfeitamente a muitos dos que, seja em Canudos, seja no cangaço,⁷³⁸ distinguiram os habitantes da caatinga. A luta de classes explícita no paradeiro e na ameaça às instalações patronais, quando é expressa pelos trabalhadores da zona canavieira, não passa de um caso de polícia, apesar do invólucro religioso.

⁷³⁴ LE GOFF, Jacques. “Le désert-forêt dans l'Occident médiéval”. In: *L'imaginaire médiéval*. Paris: Gallimard, 1985, pp.59-75. Ver também *A Civilização do Ocidente Medieval*, vol.1. Lisboa: Estampa, 1983, Cap. VI “Estruturas Espaciais e Temporais (Séculos X-XIII)”, p.169-191.

⁷³⁵ REGO, José Lins do. *Usina*. Op. cit., p. 144.

⁷³⁶ Idem, p. 146.

⁷³⁷ Idem.

⁷³⁸ GRUNSPAN-JASMIN, Elise. *Lampião, vies et morts d'un bandit brésilien*. Op. cit.

Essa interpretação será particularmente útil aos meios conservadores na época do surgimento das Ligas Camponesas e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Ela justificaria também o golpe de estado de 1964.

No entanto, por mais fascínio que ambos os autores sentissem pelos sertanejos/jagunços, eles nunca perdem de vista a estranheza⁷³⁹ intrínseca a esses produtos humanos, para adotar a visão da época, pois são carregados de miscigenação e atraso (por serem rurais, interioranos), pecados imperdoáveis frente ao “*credo do homem branco*”:⁷⁴⁰ eugenia e progresso.⁷⁴¹ Como o afirma o Dr Olegario de Moura, numa palestra sob a égide da Sociedade Eugênica de São Paulo, em 1918:

“*Nacionalismo é querer um Brasil sempre unido e forte, progressista, saneado e eugenizado em caminho seguro para a civilização.*”⁷⁴²

A escrita de José Lins do Rego reflete perfeitamente a dupla ambição que Lourival Holanda analisa: um “*equilíbrio entre o espontaneísmo das memórias e a elaboração literária*”, bem como o desejo muitas vezes expresso pelo autor: “*o intuito de aproximação ao povo*”, atitude surpreendente talvez até hoje. Todavia, a expressão autêntica do povo, isto é, na zona canavieira, com predominância dos trabalhadores rurais, só pode ser reconhecida na dimensão de uma intenção, pois tanto José Lins do Rego quanto Mário de Andrade “*apostam na imagem que fabricam do povo*”.⁷⁴³ Lourival Holanda propõe generosamente uma leitura da obra de José Lins do Rego, inspirada naquela que fez de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Sem dúvida, a perspicácia evidenciada nessa abordagem traz luzes fundamentalmente esclarecedoras sobre o *Ciclo da Cana-de-Açúcar*, e permite realçar o que de positivo trouxe, historicamente, ao (re)conhecimento dos trabalhadores rurais da zona canavieira no período pós-escravidão. No entanto, gostaria de destacar aqui a ambigüidade fundamental desse efeito revelador, em virtude da carga que traz o ponto de vista da classe à qual o autor pertence e que colore fortemente sua narrativa. Talvez seja minha incapacidade de ler para além dessa trama óbvia e assumida, da mesma forma que Lourival Holanda conseguiu ler para além da grade positivista, estadista de

⁷³⁹ O próprio Euclides enfatiza essa percepção: “*O jagunço começou a aparecer como um ente à parte, teratológico e monstruoso, meio homem e meio traço; violando as leis biológicas, no estadear resistências inconcebíveis; arrojando-se nunca visto, intangível, sobre o adversário; deslizando, invisível, pela caatinga, como as cobras; resvalando ou tombando pelos despenhadeiros fundos, como espectro; mais leve que a espingarda que arrastava; e magro, seco, fantástico, diluindo-se em duende, pesando menos que uma criança, tendo a pele bronzeada colada sobre os ossos, áspera como a epiderme das múmias...*” CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Op. cit., p. 418.

⁷⁴⁰ Título da mais recente obra de RUSCIO, Alain. *Le Credo de l'homme blanc*. Bruxelles: Complexe, 2002.

⁷⁴¹ Ver também HOOCK-DEMARLE, Marie-Claire et Claude LIAUZU. *Transmettre les passés. Nazisme, Vichy et les conflits coloniaux. Les responsabilités de l'université*. Paris: Syllepse, 2001; e BANCEL, Nicolas; BLANCHARD, Pascal; HOETSCH, Gilles; DEROO, Éric et LEMAIRE, Sandrine. *Zoos humains XIX et XXe siècles*. Paris: La Découverte, 2002

⁷⁴² BRAZIL-MEDICO, Ano XXXII – Rio de Janeiro, 20 de abril de 1918, p. 127. In: MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. *Uma estranha noção de ciência*. Op. cit., p. 26.

⁷⁴³ HOLANDA, Lourival. “As linhagens e as vertentes culturais em José Lins do Rego”. Op. cit.

Euclides da Cunha, para descobrir a riqueza da obra em termos de sua competência para instalar, no palco da história nacional, o equivalente canavieiro dessa imensidão povoada que são precisamente *Os Sertões*. Ofuscante está o peso, em termos de argumentação patronal contra os interesses imediatos dos cortadores de cana, da mensagem de classe e da idealização de um passado banal e quotidianamente muito cruel e, ademais, totalmente desprovido de sentido épico compensatório (a exemplo de *Os Sertões* para os sertanejos). Com efeito, tal dimensão é, sem dúvida, geradora de respeito, senão de consideração ou de sentimento de igualdade. Canudos desafiou a mente científica e progressista de Euclides da Cunha. Obrigou-o a reconsiderar muitas de suas crenças e julgamentos. Seu gênio ofereceu/restituiu ao povo brasileiro/sertanejo a imensidão e grandeza de sua realidade e, portanto, de seu futuro. Aí sim, Homero paira sobre o feito. Mas, não me parece que José Lins do Rego seja tocado por algo até mesmo remotamente parecido. A não ser em termos de classe, ou melhor, de parte dela. Pois sua descrição das populações da Zona da Mata continua implacavelmente permeada do ponto de vista dos proprietários e empregadores, antigos senhores de escravos. Através do *Ciclo da Cana-de-Açúcar* a repetição incansável (realçada por Mário de Andrade⁷⁴⁴) fornece certo retrato dos trabalhadores. Como já foi mencionado, a classe dominante, na virada do século XIX ao XX, tem da classe dominada uma visão que veste os traços muito peculiares da eugenia. Embora José Lins do Rego siga Euclides da Cunha na redenção dos sertanejos, ele também o acompanha no rebaixamento das populações da Zona da Mata, com infinita prolixidade. Onde o modelo euclidiano poderia ter-lhe inspirado uma obra tão revolucionária quanto *Os Sertões*, o autor de *Menino de Engenho* se contentou em repetir e fortalecer chavões. Se épico houver, na sua descrição, é aquele de uma fração de classe, a dos senhores de engenho, não de um “povo”.

Gostaria, portanto, de permanecer com a primeira proposição interpretativa de sua obra, aquela descartada por Lourival Holanda. Embora antiga e, sem dúvida, não única ou exclusiva, ela é relevante: a de uma “*imagem compensatória*”. Muito maiores me parecem, com efeito, as consequências do *Ciclo da Cana-de-Açúcar* sobre a idéia que nós nos fazemos da região do que simples “*equivocos de interpretação política*” que Lourival Holanda afirma “*menores em face de tal generosa compreensão, quase antropológica, da relação literatura como reserva de sentido de um dado grupo social. É na literatura onde o povo mais se mostra criador.*”⁷⁴⁵ Grupo social, sem dúvida. Mas com um ponto de vista da classe dominante. Ela transmite sua visão do conjunto da sociedade, inclusive dos setores mais pobres e subjugados, de um modo que

⁷⁴⁴ Não resisto ao prazer de citá-lo: “*O defeito da repetição tem sido o mais acentuado do estilo de Lins do Rego. (...) É assombroso de audácia (ou de fatalidade...) como ele repete tudo neste livro! Repete situações, repete personagens, repete fatos. E enfim, repetindo o processo construtivo de todos os seus livros, repete análises psicológicas e repete idéias e repete imagens, tudo!*” ANDRADE, Mário de. “Fogo morto”. Op. cit., p. xxv.

⁷⁴⁵ HOLANDA, Lourival. “As linhagens e as vertentes culturais em José Lins do Rego”. Op. cit.

justifica o *statu quo*. Decerto, o romancista pretende dar-lhes a palavra. Há uma vontade de registro. Existem descrições fascinantes, diálogos que traduzem situações banais ou excepcionais entre habitantes do engenho de diversas classes. A raridade do relato a respeito dos trabalhadores, particularmente rurais, na literatura brasileira de qualquer estilo, torna essa obra preciosa. Frente à teimosa mudez das outras fontes, a literatura, mesmo oriunda da classe dominante, oferece um espelho, embora de espectro limitado e imagem distorcida. Pois, ao viés da posição de classe, se soma o peso do preconceito racial que embaça consideravelmente a imagem emergindo da descrição. Ela revela grandes limitações, nem tanto no volume quanto na atitude. São apenas enxertos, às vezes folclóricos pelo vocabulário, pelas expressões idiomáticas e descrições físicas impiedosas que pintam um cenário pitoresco, apenas ‘*couleur locale*’.⁷⁴⁶ Não são propriamente capazes nem mesmo entendidos para refletir uma fala autônoma, testemunhando a existência de seres humanos com sua própria visão do mundo, ambas dignas de respeito. Esse palco está povoado de elementos humanos e naturais, cuja apresentação é total e absolutamente submissa ao ‘ego’ conturbado do autor, instalado na “*varanda da casa-grande*”. Pois não se vislumbra esboço algum de destino próprio para a população trabalhadora da Zona da Mata, contrariamente a seu equivalente sertanejo. O autor está apenas encenando papéis determinados atribuídos ora às “*negras da rua*”(antiga senzala), ora aos “*cabras do eito*”, em situações precisas que ele se apressa em comentar, interpretar, julgar aberta e categoricamente com seu próprio e exclusivo ponto de vista preconceituoso e discriminatório em termos de classe: o de neto de Senhor-de-engenho.

A população trabalhadora da Zona da Mata descrita na obra parece muito sexuada. Abundam as descrições de personagens femininas de diversas idades e situações, evocadas com certo detalhamento, inclusive fisiológico. Ao contrário, a população masculina adulta, os moradores, não merecem tanta atenção diversificada e individualizada, fora os heróis. Sobretudo, eles não se beneficiam, de antemão, de todo o aparato de qualidades induzidamente atribuídas aos sertanejos: resistência, força, teimosia, belicosidade, capacidade espiritual mística e milenarista. Sugere-se uma distinção de gênero⁷⁴⁷ entre o tratamento dado às figuras masculinas sertanejas e seus colegas moradores de engenho na Zona da Mata. O sertanejo seria de gênero masculino, elogiado e respeitado como tal, enquanto que haveria um certo traço subliminarmente feminino-portanto-inferior, no sentido aristotélico do termo, nas populações

⁷⁴⁶ Embora qualificando o vocabulário do autor, seja este taxado de “pobre”, certos críticos enfatizam que “José Lins do Rego usou nos seus livros a língua falada no Nordeste. Fez da linguagem do povo nordestino sua forma de expressão literária.” VILANOVA, José Brasileiro Tenório. *Linguagem e estilo de um “Menino de Engenho”*. Tese de concurso para Professor de língua portuguesa, Faculdade de Filosofia de Pernambuco, Recife, 1962, p. 18.

⁷⁴⁷ Ver SCOTT, Joan: *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Recife, SOS Corpo, 1993.

canavieiras. As “exceções”,⁷⁴⁸ denotando espírito rebelde, são identificadas e valorizadas pelo autor, não como redentoras do conjunto, mas afundando-a mais categoricamente na inferioridade, precisamente pelo seu caráter supostamente singular.

O Ciclo da Cana-de-Açúcar : a ‘morada’ em trajés literários

“Nasci em 1901, no Engenho Corredor do meu avô José Lins Cavalcanti de Albuquerque. Fui menino rico, fui estudante rico – nunca tive doença grave, nunca precisei suar a camisa para viver. Devo estas facilidades aos latifúndios de meu avô.”

José Lins do Rego⁷⁴⁹

O primeiro dos seis volumes que compõem o *Ciclo da Cana-de-Açúcar*, *Menino de Engenho*, pretende ser, segundo o próprio autor, “*umas memórias que fossem as de todos os meninos criados nas casas-grandes dos engenhos nordestinos.*”⁷⁵⁰ Este propósito se prolonga nos romances seguintes, que repetem os grandes temas da saudosa infância no meio dos canaviais, em volta da casa-grande do engenho, participando da estreita relação entre empregadores (seus parentes) e os empregados desses, seus companheiros de brincadeira. Repetem também a decadência dos engenhos, a irrupção da dominação usineira, e explicitam o suposto correspondente aviltamento na condição dos trabalhadores.

O valor desse romance, como documento histórico, é realçado pelo fato de que, segundo o próprio autor, seu propósito inicial era biográfico, sendo a personagem principal seu avô, José Lins. Além dum destino individual e singular, sua existência como proprietário de canaviais e de engenho de açúcar lhe conferiria uma competência descritiva muito maior, propriamente social como “*tipo representativo do senhor-de-engenho, expressão legítima do patriarcalismo rural da região açucareira do Nordeste.*”⁷⁵¹ Idéia retomada categoricamente na conclusão do estudo: a obra de José Lins do Rego é, pois, o “*produto da experiência vivida no ambiente do engenho.*”⁷⁵² A biografia do avô passa, portanto, à categoria de “*protótipo do senhor-de-engenho.*” O narrador, desta feita, opera a um nível, talvez numa escala, muito maior do que o do memorialista.⁷⁵³ Segundo Olívio Montenegro, eis uma das marcas do romance brasileiro do século XX: “*um realismo insaciável.*”⁷⁵⁴ Gilberto Freyre confirma

*“seu tom de reportagem social e quase sociológica; a sua qualidade de documentos; as evidências que reuniu da vida esmagada, machucada, deformada por influências de natureza principalmente econômica; os transbordamentos políticos.”*⁷⁵⁵

⁷⁴⁸ As figuras que são destacadas pelo seu valor, coragem, espírito rebelde.

⁷⁴⁹ Auto-retrato, *DP*, 13.06.1943, p. 9.

⁷⁵⁰ REGO, José Lins do. *Menino de Engenho*. Op. cit. A versão filmada recebeu a colaboração dos maiores nomes no campo artístico brasileiro: Glauber Rocha como diretor e Villa-Lobos para a música.

⁷⁵¹ CASTELLO, José Aderaldo. “Memória e Regionalismo”. Op. cit, p. XXIX.

⁷⁵² Idem, p. LXXXVIII.

⁷⁵³ Ibidem.

⁷⁵⁴ MONTENEGRO, Olívio. *O Romance Brasileiro*. Recife: FUNDARPE, 1996, p. 138.

⁷⁵⁵ Ibidem.

Biografia, o romance *Menino de Engenho*, como boa parte do *Ciclo da Cana-de-Açúcar*, é verdadeiramente de cunho autobiográfico, na medida em que são descritas experiências próprias do autor, às vezes com detalhes e sentimentos íntimos. Segundo os comentaristas mais autorizados, regularmente publicados em prelúdio às próprias obras, os escritos de José Lins do Rego refletem “*todo esse mundo do patriarcalismo rural, reconstituído pelo escritor sem receio de confessar que dele participara como seu direto beneficiário.*”⁷⁵⁶ Obra muito pessoal, ela ganha assim um alcance maior, reconhecida pelos seus pares e pelo público como coletivamente adequada e legitimada descrição de todas as classes, inclusive a dos trabalhadores rurais.

Obviamente, tão vasta e rica obra mereceria muito maior dedicação e aprofundamento do que as linhas a seguir. Pois a presente análise resume-se à evocação rápida de certos aspectos que contribuem aparentemente para a construção de dada visão histórica dominante do mundo canavieiro e, particularmente, da condição dos trabalhadores rurais nele. Fidelidade aos fatos e autenticidade do relato; descrição do mundo dos trabalhadores rurais e de suas relações com os patrões/proprietários; decadência dos engenhos bangüês e dominação usineira. Em suma, os “*últimos momentos de esplendor do engenho no Nordeste sob o poderio e prestígio do coronelismo latifundiário, de raízes coloniais.*”⁷⁵⁷

As memórias do *Menino de Engenho* como *tableaux benjaminianos* descrevendo a ‘morada’: dos usos da literatura num discurso de classe

Para a historiografia atual, a obra de Walter Benjamin é, sem dúvida, uma constante fonte de inspiração por propor desafios difíceis à rotina disciplinar. Ela contribui ferramentas de análise esclarecedoras. Mostrando a complexidade da matéria histórica, ele destaca enfaticamente a questão do ponto de vista, em particular, quanto à posição de classe, como nas suas “*Teses sobre o conceito de história*”, quando pergunta: “*Afinal, com quem se identifica o historiador do historicismo?*”⁷⁵⁸ Sua inspiração é tanto mais apropriada ao estudo da condição dos moradores de engenho, que ele também sugere a utilização de obras literárias como suporte revelador do tecido histórico.

Na sua abundante obra de ficção, José Lins do Rego compôs o que pode ser reconhecido como uma série de *tableaux* no sentido benjaminiano do termo. *Tableaux* rurais, pois, como a cidade, o campo também é “*depositário de uma experiência coletiva antiga que encontra uma experiência biográfica privada.*”⁷⁵⁹ Categoria a mais “*imagética*” entre todas aquelas que nos oferece Walter Benjamin, o *tableau* permite “*apresentar sucintamente os usos e costumes, os*

⁷⁵⁶ LOUSADA, Wilsen. “Breve Notícia. Vida de José Lins do Rego”. Op. cit., p. X.

⁷⁵⁷ CASTELLO, José Aderaldo. “Memória e Regionalismo”. Op. cit, p. XXXIV.

⁷⁵⁸ BENJAMIN, Walter. “Teses sobre filosofia da História”. In: KOTHE, Flávio. (Org.); FERNANDES, Florestan. (Coord.). *Walter Benjamin*. São Paulo: Ática, 1991 p.156-7.

⁷⁵⁹ ESPAGNE, Michel. “Comptes rendus”. Op. cit., p. 817.

caracteres sociais e conflitos.”⁷⁶⁰ Se Beaudelaire e Benjamin reelaboraram um modo inaugurado por Mercier, talvez se possa alargar ainda mais o campo do gênero e reconhecer *tableaux* em José Lins do Rego, particularmente por serem eles “*por excelência, um gênero misto: é capaz de fundir elementos narrativos, líricos, dramáticos e reflexivos.*”⁷⁶¹ Na concepção benjaminiana, segundo Willi Bolle, o *tableau* se revela “ *muito apto a complementar o estudo macro de uma época.*”⁷⁶² E talvez esteja aí a chave do sucesso contínuo da obra de José Lins do Rego, tanto quanto seu estatuto intermediário. Não no sentido de uma incompletude, mas de ambivalência. Os toques quase picturais que o autor atribui a cenas comuns aos engenhos da época (mas relembradas pessoalmente com a intensidade de emoções vividas), bem como aos personagens que freqüentava, combinam-se de forma repetitiva, firmando, finalmente, um espelho no qual se reconhecem muitos filhos e netos de senhores-de-engenho. Por sua vez, eles repercutiram com afinco o que, inicialmente, não passava de anedotas pessoais: fragmentos de lembranças de uma infância singular, sem importância histórica no sentido metódico do termo, tornaram-se arquetípicos, permitindo intuir a sociedade finda das casas grandes e do seu entorno.

A propósito da perspectiva infantil, tão realçada na obra de José Lins do Rego, é esclarecedor lembrar que Baudelaire afirmara: “[a] *criança vê tudo como se fosse novo em folha*”,⁷⁶³ com a autenticidade e emoção que o adulto pena em reencontrar para além das “*Schichten*” (camadas) descritas por Willi Bolle como “*o paradigma geológico*”. Esta dimensão “*fouillée*” (aprofundada, escavada) deve ter tocado com particular vigor e empatia os contemporâneos leitores de José Lins do Rego, ou seja, a elite social da região; ela mesma, *en masse*, da linhagem dos senhores de engenhos arruinados ou, ao menos, desclassificados (se considerando como tais) pelos usineiros. Esse parentesco de destino, senão sempre de família, pode ter contribuído para consolidar a força perene da obra na mente dos círculos dirigentes. Não apenas da classe dos senhores de engenho, enquanto empregadores, mas de todos os detentores de poder privado e público na região.

A pretensão do autor em ser fiel aos fatos (ressaltada por muitos de seus comentaristas) ecoa indefinidamente nos escritos de críticos literários, jornalistas etc., constituindo um amplo reconhecimento identificatório que, por sua vez, redundava numa objetividade final induzida. Testemunho, participante na vida dos engenhos de sua família, José Lins do Rego forneceria, portanto, o retrato inquestionável de uma realidade social, “esquecendo-se” o viés de classe que,

⁷⁶⁰ BOLLE, Willi. “Gêneros literários urbanos: Berlim, Paris, São Paulo”. In: *Revista Tempo Brasileiro*, jan.-mar. – n° 132, p. 82, Rio de Janeiro, 1998.

⁷⁶¹ Idem, p. 83.

⁷⁶² BOLLE, Willi. “L’historiographie figurative de Walter Benjamin”, In: *Archéologie du recyclage. Economies de l’appropriation culturelle*, Montréal: Ed. Balzac, 1996, p. 179.

paradoxalmente, o próprio autor reivindica,⁷⁶⁴ diferentemente de certos comentaristas posteriores, alusivos ou explícitos. Realce-se a primeira proposição: retrato, descrição, fidelidade aos fatos vividos, experimentados pessoalmente, pois como “memórias de infância” a “pureza” do observador conferiria, implicitamente, uma bruta autenticidade ao relato. Os termos utilizados pelos mais exaustivos comentaristas sublinham a exatidão; “*reconstrução da ambiência*”, “*observação*”, “*evocação exata e sugestiva*”,⁷⁶⁵ ou melhor ainda

“*uma evocação sincera e imparcial, não obstante a carga de nostalgia que encerra, por sua vez legítima expressão do temperamento triste do romancista, muito dentro do mundo que nos comunica – passado da infância e da adolescência do filho ou neto de Senhor-de-engenho. (...) Ele não falseia as situações nem as interpreta ou julga.*”⁷⁶⁶

O mesmo crítico fala de uma “*evocação espontânea e incontrolada, sem censura visível.*”⁷⁶⁷ A ausência de “censura”, manifestada na abordagem de assuntos escabrosos (à época) validaria a mesma qualidade (objetividade) para o conjunto das afirmações contidas nas obras. Embora o *Ciclo da Cana-de-Açúcar* seja oficialmente composto de romances, o livro autobiográfico de José Lins do Rego, *Meus verdes anos*,⁷⁶⁸ é apresentado apenas como um complemento: elemento de confirmação do conjunto da obra, ele foi empreendido pelo próprio autor no fim de sua vida. Retomando os elementos já repetidos em vários romances, ele viria assim confirmar cabalmente a exatidão da descrição inicial.⁷⁶⁹ A reivindicação de autenticidade nas histórias narradas no modo literário é feita também pelo próprio autor: “*Estas histórias do meu avô (...) Puros fatos*

⁷⁶³ BAUDELAIRE, Charles. “Le peintre de la vie moderne”. Ed. Y.-G. Le Dantec. In: *Oeuvres Complètes*, Paris, 1961, p. 1159, citado por Willi Bolle In: Idem, p. 85.

⁷⁶⁴ “*O escritor, para que possa dar seu testemunho, tem que trazer no sangue os anseios da coletividade em que vive. Não posso compreender um escritor que não seja um elo dessa coletividade.*” Entrevista de José Lins do Rego a Francisco Assis Barbosa, *Última Hora*, 1952, citado in CANUTO, Cláudio Accioly, “A decadência do patriarcado rural no ciclo-do-açúcar em José Lins do Rego”. Op. cit., p. 19.

⁷⁶⁵ CASTELLO, José Aderaldo. “Memória e Regionalismo”. Op. cit., p. xxx e xxxi.

⁷⁶⁶ Idem, p. XXXII.

⁷⁶⁷ Ibidem.

⁷⁶⁸ Publicado em 1956.

⁷⁶⁹ “*Posteriormente, muitos dados novos vieram esclarecer a gênese da narrativa, como as páginas da evocação do romancista, principalmente aquelas de Meus Verdes Anos (1956), as interpretações críticas, arroladas hoje em extensa e valiosa bibliografia, e também os demais romances do Ciclo, que brotaram espontâneos e viçosos da pena fértil do escritor como cresciam exuberantes os partidos de cana nas terras gordas do massapé. Realmente, é íntima a comunhão da obra com a terra pois, assim como os nove engenhos da família saíram da competente administração do “Corredor”, os romances do Ciclo evoluíram das experiências indeléveis dos meninos de engenho nos seus feudos, ordenadas às vezes ao sabor de puras evocações, ou reelaboradas pela imaginação brilhante do escritor que, sem esquecer nunca os compromissos rigorosamente estéticos da Literatura, documentou artisticamente um dos capítulos mais importantes da nossa história cultural e econômica.*” O crítico José Aderaldo Castello conclui que *Meus Verdes Anos* “*explica, amplia e completa Menino de Engenho e ilustra sobretudo o fundamento psicossocial e a tipologia, assim como a temática fundamental do restante da obra cíclica do patriarcado rural da zona açucareira do Nordeste.*” CASTELLO, José Aderaldo. “Memória e Regionalismo”. Op. cit., p. LXXXVI.

diversos, mas que se gravavam na minha memória como incidentes que eu tivesse assistido. Era uma obra de cronista bulindo de realidade.”⁷⁷⁰ Portanto, retrospectivamente, isso permite

*“reafirmar, sem receio, que a obra cíclica de José Lins do Rego ou aquela de qualquer forma reconstituidora da paisagem rural do Nordeste, na sub-região açucareira, é realmente o caso mais expressivo, na ficção brasileira, de obra ligada à experiência pessoal do escritor.”*⁷⁷¹

Pondera José Aderaldo Castello sobre a distinção entre ficção e memórias:

*“Ela exprime, portanto uma íntima dependência de dados da memória, traduzindo uma vivência constante e irresistível, sem qualquer disciplina consciente ou orientação crítica, exercida sobre a criação ou recriação, no sentido de depurá-la. É tão impressionante o fenômeno que, considerado em relação ao livro de memórias mencionado, não nos parece possível distinguir o memorialista do romancista. Surge então a dúvida: «Meus Verdes Anos» é uma nova versão de Menino de Engenho, ou são ambas duas obras distintas?”*⁷⁷²

Jogo dialético, ou melhor, dialógico, na medida em que toda a dinâmica é de confirmação, repetição, inscrição como uma talha cujo traçado está cada vez mais profundamente cavado na madeira da representação. *“O Autor não pode, ou não quis evitar a repetição e a conseqüente saturação de conteúdo essencial do ciclo que criara conforme as sugestões fundamentais dos três primeiros romances.”*⁷⁷³ Embora Castello identifique “diluição” da experiência ao longo das obras do *Ciclo da Cana-de-Açúcar*, a própria repetição, evocada por Mário de Andrade, não reduziria a “capacidade recriadora do romancista ao fixar os tipos expressivos da região”,⁷⁷⁴ enquanto que outros “se converteram em autênticos personagens de romance”.

Diálogo, portanto, em volta da obra romance e testemunho que a dota, sem dúvida, de todas as qualidades mencionadas, porém oferece uma saída elegante e fácil para qualquer tentativa de contestar as afirmações que ela contém à luz de outras fontes. Pois, sem contraponto, aproveita-se o limite propositadamente impreciso entre a criação romanesca, licença literária, e uma matéria mais autêntica, objeto de observação. A confecção de personagens e situações, no que se lê como uma reportagem, deixa o leitor à mercê do autor.

A idade do narrador, ou melhor, a idade da pessoa que registrou as lembranças e se tornou, muito mais tarde, seu narrador entra, no entanto, na argumentação como elemento ambíguo. Por um lado, à criança seria dada uma posição de maior autenticidade. O pequeno garoto estaria mais isento ao receber impressões e registrar eventos. Por outro lado, o próprio autor sublinha o quão pouco ele sentia compaixão pelos oprimidos e explorados com os quais convivia estreitamente. Seu sentimento de injustiça fora despertado apenas quando foi dela

⁷⁷⁰ REGO, José Lins do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. 91.

⁷⁷¹ CASTELLO, José Aderaldo. “Memória e Regionalismo”. Op. cit, p. LXXXIV.

⁷⁷² Idem, p. LXXXIV-LXXXV.

⁷⁷³ Idem, p. XLVIII.

⁷⁷⁴ Idem, p. LXXXV.

vítima às mãos da velha sinházinha.⁷⁷⁵ Ou seja, fossem suas memórias mais brutas, seria, sem dúvida, no sentido de refletirem mais perfeitamente uma situação de classe, não abrandada por uma educação religiosa, quiçá por um ideal benevolente de senhor. Essa falta de comiseração com pessoas em situações difíceis, penosas ou cruéis – perenes ou extraordinárias, como no caso da tortura de um trabalhador – é confessada sem pudor: “*Os livros começavam a me ensinar a ter pena dos pobres.*”⁷⁷⁶ Em contrapartida, a morte de uma vaca, nas mãos do primo, é qualificada de “crime”,⁷⁷⁷ sem que qualquer explicação fosse aparentemente necessária. Os sentimentos delicados de solidariedade, afeição, compaixão são reservados aos hóspedes da casa-grande, seus parentes. Não há, como o pretende o comentarista, a “[c]onquista das mais importantes é o desabrochar da consciência social.”⁷⁷⁸

Alguns *tableaux* descrevendo a ‘morada’

Apenas alguns exemplos serão pontuados aqui nos romances de José Lins do Rego, com destaque para o primeiro, *Menino de Engenho*, que criou impacto e se tornou a referência matricial, tanto para a própria produção do autor, quanto de seus comentadores e dos autores subsequentes. Ele continua sendo leitura obrigatória nas escolas de segundo grau da região Nordeste.⁷⁷⁹ Alguns *tableaux* nos romances do Ciclo da Cana-de-Açúcar ilustram aspectos essenciais das relações de classe como da condição dos trabalhadores rurais empregados nos engenhos na forma de ‘morada’.

O Senhor-de-engenho “*implanta a ordem*”⁷⁸⁰

Na sociedade canavieira descrita ora como paternalista,⁷⁸¹ ora como patriarcal, o poder supremo e absoluto era do proprietário da plantação, outrora também de escravos. Este poder era todo abrangente, marcando as “*relações do senhor-de-engenho com seus servidores e com a*

⁷⁷⁵ REGO, José Lins do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. 23.

⁷⁷⁶ REGO, José Lins do. *Doidinho*. Op. cit., p. 105. Em *Bangüê*, nota-se uma certa mudança de tom e uma verdadeira comiseração para com as crianças, quando é evocada a possibilidade de nascer seu filho com uma trabalhadora. Além da grande preocupação com o segredo, ocorre, como num lampejo, a idéia de uma responsabilidade do pai/proprietário “*Quando Maria Chica passava por mim, de barriga grande, uma coisa me dizia por dentro que eu tinha cometido uma indignidade. Com aquela trouxa de roupa na cabeça, um dia paria pelas estradas, como um animal qualquer. E o dono de tudo aquilo, de seu, na rede, se balançando. O filho era meu. Ficava imaginando como seria ele, de que cor sairia. Via como se criavam os outros pelo engenho. Obravam verde dias e dias. E choravam até morrer. Eram anjos. E pouco ligavam à vida dos pobres. Enterravam mesmo por perto de casa, quando eram pagãos. (...) Quando Deus era servido, escapavam. Ficavam para que os vermes não morressem de fome. E por um milagre, como jaracatiá, chegavam a homens. E aqueles bracinhos finos e aquelas barrigas duras como pedras davam os cabras do eito, os homens de pau para toda obra.*” REGO, José Lins do. *Bangüê*. Op. cit., p. 122-123.

⁷⁷⁷ REGO, José Lins do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. 36.

⁷⁷⁸ PINTO, Rolando Morel. “Introdução a Doidinho”. Op. cit., p. XVI.

⁷⁷⁹ Verifiquei o caso, nesse ano, no alto Sertão da Paraíba.

⁷⁸⁰ REGO, José Lins do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. 36.

⁷⁸¹ Ver as descrições inspiradoras de Terence Ranger a respeito do paternalismo nas relações de poder: “The Invention of Tradition in Colonial Africa”. In: HOBBSBAWN, Eric J. (Ed.) *The invention of tradition*. Cambridge: Cambridge UP, 1995 repr. [1980], p. 231 et ss.

*própria família, autoridade que substitui todas as autoridades e assoma como senhor absoluto, a lutar apenas contra as adversidades naturais ou contra aquilo que as exprime.”*⁷⁸² José Lins do Rego não hesitou em descrever as múltiplas facetas desse poder sem limites, sem apelo.

A encenação dessas relações, na sua teatralidade expressiva, não era ignorada pelo autor. Enquanto os trabalhadores usavam roupas insuficientes, o senhor revestia-se dos melhores materiais: *“meu avô andava vestido num grande e grosso sobretudo de lã, falando com uns, dando ordens a outros.”*⁷⁸³ As posturas revelavam relações hierárquicas. *“E vinha logo de chapéu na mão, pedir as ordens. Era um rendeiro que não tinha a obrigação dos três dias no eito. Pagava o foro e ficava livre da servidão da bagaceira. O seu roçado de algodão e de fava garantia essa meia liberdade que gozava”*.⁷⁸⁴ As distinções entre os trabalhadores - moradores obrigados ou não, foreiros - eram em muito secundárias à cesura principal, essencial entre proprietário e não-proprietários. Depois do jantar, o avô sentava numa cadeira para conduzir *“audiências públicas aos moradores. Era gente que vinha pedir ou enredar. Chegavam sempre de chapéu na mão com um “Deus guarde a Vossa Senhoria”. Queriam terras para botar roçados, lugar para fazer casas, remédio para os meninos, carta para deixar gente no hospital. Alguns vinham fazer queixa dos vizinhos.”*⁷⁸⁵ A repetição de detalhes como o chapéu na mão e a lista dos afazeres que esses trabalhadores tinham com o “senhor” – pedir terra para produzir alimentos, espaço para construir suas moradias, lenha, assistência médica – enfileira assuntos decisivos na existência das populações, pois todos eram essenciais para a manutenção de suas vidas.⁷⁸⁶ E todos dependiam do bel-prazer, da boa vontade do proprietário.

Poder sobre as coisas, portanto: a terra, as matas, suas produções; mas sobretudo sobre as pessoas, como força de trabalho. José Lins do Rego enfatizava ambos os aspectos: sua família era *“dona de toda a várzea do Paraíba”*, bem como *“conservava em suas mãos o domínio sobre milhares de homens”*.⁷⁸⁷ As rondas do proprietário - *“suas visitas de patriarca”*⁷⁸⁸ - eram a expressão desse poder, na medida em que nenhum espaço ou ser escapava a sua atenção e intervenção. Perguntava *“se alguém andava vendendo algodão por fora ou tirando lenha da mata para vender”*,⁷⁸⁹ mandando o rendeiro vigiar os outros trabalhadores. O propósito absoluto era sempre o controle da produção e, conseqüentemente - mas nessa ordem apenas - dos

⁷⁸² CASTELLO, José Aderaldo. “Memória e Regionalismo”. Op. cit., p. xxxiii.

⁷⁸³ REGO, José Lins do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. 10.

⁷⁸⁴ Idem, p. 37.

⁷⁸⁵ Idem, p. 60.

⁷⁸⁶ Ver a parte IV. A ‘morada’ na experiência dos moradores.

⁷⁸⁷ REGO, José Lins do. *Bangüê*. Op. cit., p. 33.

⁷⁸⁸ REGO, José Lins do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. 36.

⁷⁸⁹ Idem, p. 37.

instrumentos humanos dessa produção. As queixas quanto ao estado físico dos trabalhadores, como em caso de doença, só constituíam realmente um assunto na medida em que interferiam com as exigências do trabalho para o senhor-de-engenho. As sanções eram ditadas pelo costume e sua brutalidade mesma expressava também o risco real de implementação:

*“Quando o meu avô queria saber por que o Zé Ursulino não vinha para os seus dias no eito, elas arranjavam desculpas: - Levantou-se hoje do reumatismo. O meu avô gritava: - Boto pra fora. Gente safada, com quatro dias de serviço adiantado e metidos no eito do Engenho Novo. Pensam que eu não sei? Toco fogo na casa.”*⁷⁹⁰

A exigência de trabalho constituía o único assunto entre o proprietário e os moradores do engenho: *“Diga a ele que pra semana começa o corte da cana.”*⁷⁹¹ Ou seja, era afirmada a relação imediata entre o trabalho fornecido e a faculdade de usar a casa construída na plantação, vertente definidora da ‘morada’. À brutalidade da situação, o autor acrescentou sua própria interpretação, não surpreendentemente similar a de seu avô: ele não acreditava na doença do trabalhador e o manifestava num encontro subsequente falando do Zé Ursulino *“com a sua saúde bem rija”*,⁷⁹² como se um menino, provavelmente a cavalo, passando pelo adulto, pudesse avaliar o estado de saúde deste, que se queixara de *“dores pelo corpo todo”*.

Não existia Estado fora do alcance da classe dos senhores-de-engenho. Nem a ilusão de uma coisa pública com pessoas incumbidas de sua manutenção. As eleições eram objeto de contendas acirradas... entre eles, apenas. *“Os senhores-de-engenho iam até às armas, nas disputas. Brigavam pelos seus partidos, profanavam os tempos de Deus, arrombando urbanas e queimando atas.”*⁷⁹³ Mas os atributos da edilidade pública eram distribuídos como favores, até compensatórios. *“O meu avô olhava para o seu vizinho com certo respeito. Dava-lhe a presidência da Câmara, como se quisesse corrigir com honrarias aquela crueldade do destino.”*⁷⁹⁴ O direto poder de castigar, até de vida ou morte, era privilégio exclusivo dos senhores de engenho. Eles dispunham das autoridades constituídas, chamando-as para entregar-lhes um ladrão de cavalos,⁷⁹⁵ ou *“com cabras armados, [arrombar] a cadeia para tirar um protegido das grades. Estes sim, que eram senhor-de-engenho de verdade. (...) gozo de minha vaidade.”*⁷⁹⁶ Seu poder atingia assuntos sem qualquer relação com o direito de propriedade ou o

⁷⁹⁰ Idem, p. 36.

⁷⁹¹ Idem, p. 37.

⁷⁹² Idem p. 37

⁷⁹³ Idem, p. 72. Ver também, em *Fogo morto*, as contendas por causa de terras, bem como o uso de atribuições do estado, como graus militares, distribuídos em função de fatores privados: *“O Tenente-coronel Lula de Holanda não deu importância à patente. Era mais um ato de proteção do seu vizinho que ele recebia como esmola.”* REGO, José Lins do. *Fogo morto*. Op. cit., p. 162.

⁷⁹⁴ Idem, p. 78. Ver o mesmo cenário em REGO, José Lins do. *Fogo morto*. Op. cit., p. 175.

⁷⁹⁵ O ladrão de cavalo esperando a polícia é descrito como “negro”.

⁷⁹⁶ REGO, José Lins do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. 72.

trabalho produtivo. Acusado de ter seduzido uma moça, o cambiteiro Chico Pereira foi colocado no tronco pelo coronel⁷⁹⁷ para obrigá-lo a casar.⁷⁹⁸

*“O cabra, deitado de costas, com os pés presos no tronco, me impressionou com aquela sua fala de revoltado. (...) No outro dia voltei para junto do prisioneiro. As pernas presas já estavam inchadas, apertadas demais no buraco do tronco.. (...) Estava com o corpo todo dormente. Aquela imobilidade de mais de vinte e quatro horas ia deixando entorpecida a circulação. (...) [uma vez liberado do tronco] Ele não podia andar. Os pés inchados não tocavam no chão.”*⁷⁹⁹

José Lins do Rego julgava cometer-se uma injustiça porque o trabalhador podia ter sido acusado por “*mentira da mulata*”⁸⁰⁰ – nota-se o cunho racista da expressão, enquanto não se sabe a “cor” do trabalhador que ganhou a simpatia do menino. A própria forma de pressão/castigo em si não suscitara comentário, menos ainda o fato que ela fosse aplicada a mando do proprietário/empregador, em virtude de seu bel-prazer apenas.⁸⁰¹ O autor tampouco considerava uma injustiça o trabalhador ter sido acusado para encobrir o assédio sexual da jovem por parte de um membro importante da família de plantadores (sucessor do proprietário), fato taxado apenas de “*besteira*” por parte da autoridade máxima, enquanto que estava disposta a comprometer a saúde, quiçá a vida de um trabalhador pela mesma razão/delito.⁸⁰² Embora José Lins do Rego tivesse expressado sua solidariedade com o trabalhador torturado (ele lhe levava a comida e ficava conversando com ele) e sua admiração pelo espírito rebelde demonstrado, ele não utilizou uma linha sequer para comentar o desenlace da história, nem a injustiça (delação, castigo e mentira), muito menos a assimetria de classes em termos da conclusão do episódio: casar para o trabalhador, “*mais esta nas costas*” para o plantador.⁸⁰³

Senhor absoluto, o proprietário de terras tinha outra especificidade: ele era branco.

*“Ele tinha o orgulho da casta, a única vaidade daquele santo que plantava cana. (...) Espalhara sangue de branco por entre os caboclos daquelas redondezas. Por isto a gente do Taipu falava de branquidade com boca cheia. (...) Ele tinha orgulho da casta, a única vaidade daquele santo que plantava cana.”*⁸⁰⁴

Como visto acima, isto não o proibia de cobrar o “*foro sinistro*”⁸⁰⁵ do assédio sexual.⁸⁰⁶ Aliás, neste sentido não se poderia propriamente definir José Lins do Rego como eugenista, no sentido estrito da palavra. Racista, sem dúvida. Mas à moda antiga, na pura tradição do escravismo de

⁷⁹⁷ José Lins do Rego diz que o fato era raro.

⁷⁹⁸ REGO, José Lins do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. 42

⁷⁹⁹ Idem, p. 43.

⁸⁰⁰ Idem

⁸⁰¹ Outro trabalhador é torturado “*por causa de um pau de mandioca!*”, em *Bangüê*, op. cit., p. 198.

⁸⁰² Idem, p. 45.

⁸⁰³ Idem, p. 44.

⁸⁰⁴ Idem, p. 92.

⁸⁰⁵ Idem, p. 34.

⁸⁰⁶ Ver, por exemplo, a cena de estupro de uma trabalhadora em REGO, José Lins do. *Bangüê*. Op. cit., p. 134.

seus antepassados tão valorizados. Mas, “fazendo filho por toda parte”⁸⁰⁷ os donos de engenho não militavam a favor da pureza da raça, a não ser na sua própria classe/família. E aí está o grande paradoxo tratado na obra de Gilberto Freyre. O senhor-de-engenho era sobretudo “um homem bom. Tratava bem os seus trabalhadores, trabalhava de manhã à noite, tinha um frasco de quinino no quarto para dar remédio ao povo.”⁸⁰⁸ Explorador - paradoxo dos paradoxos - de sua continuada presença precisamente nessa posição dependeria o bem-estar dos explorados: “Quando o velho fechar os olhos, quem vai sofrer é a pobreza do Santa Rosa”.⁸⁰⁹

Familiaridade entre patrões e empregados: “a boa humildade de seus modos”⁸¹⁰

Um dos aspectos mais repetidos nos *tableaux* de José Lins do Rego, que, segundo os filhos e filhas das grandes famílias do açúcar, despertaria insondável nostalgia em todos os atores sociais, independente de sua classe social (exceto os usineiros), sua proximidade humana, a familiaridade outrora vigente entre patrões e empregados antes da “desumanização”⁸¹¹ causada pelo processo usineiro. José Lins do Rego ilustrou essa temática com alguns exemplos que se tornariam *leitmotiv*. Vida em espaços compartilhados, cuidados familiares particularmente no que toca à vida particular dos trabalhadores: ajuda em caso de necessidade, socorro médico etc.

“Ali vivíamos misturados com eles, levando carão das negras mais velhas, iguais aos seus filhos moleques, na partilha de seus carinhos e de suas zangas. Nós não éramos seus irmãos-de-leite? Eu não tivera estes irmãos porque nascera na cidade, longe da salubridade daqueles úberes de boas turinas. Mas a mãe-de-leite de Dona Clarisse, a Tia Generosa, como a chamávamos fazia as vezes de minha avó. Toda cheia de cuidados comigo, brigava com os outros por minha causa.”⁸¹²

A mesa da casa-grande acomodava, lado a lado, segundo o autor, representantes de duas classes: proprietários e empregados. Com efeito, além dos membros da família do senhor-de-engenho,

“[o]utros homens, de aspecto humilde, ficavam na outra extremidade, comendo calados. Depois seriam eles os meus bons amigos. Eram os oficiais carpinas e pedreiros, que também se serviam com o senhor-de-engenho, nessa boa e humana camaradagem do repasto.”⁸¹³

Camaradagem, escreve José Lins do Rego, no entanto, eram poucos os eleitos entre os numerosos empregados da plantação, apenas aqueles mais elevados na hierarquia das funções. Embora fosse uma honra compartilhar da mesa do senhor, não havia a menor idéia da famosa confraternização (expressão abusada tanto pelo autor quanto pelos comentaristas), pois o comportamento era estritamente coreografado e inovar nesse campo por parte dos empregados seria arriscado, perigoso. Mais adiante no romance, a ênfase do autor foi outra, uma de sujeição:

⁸⁰⁷ REGO, José Lins do. *Doidinho*. Op. cit., p. 115-116.

⁸⁰⁸ Ibidem.

⁸⁰⁹ REGO, José Lins do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. 74

⁸¹⁰ Idem, p. 71.

⁸¹¹ Palavra reiterada, sem medo de redundância, tanto pelo próprio autor como pelos seus comentaristas, toda vez que falam no processo usineiro.

⁸¹² REGO, José Lins do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. 55.

⁸¹³ Idem, p. 11.

*“Na hora do almoço vinham chamar os mestres. Na mesa nem pareciam aqueles das histórias: todos calados, de cabeça baixa, comendo. Ficava a olhar para eles, naquela boa humildade de seus modos. No fim da mesa, parece que nem ouviam o que se falava. Eram surdos-mudos para as conversas da casa-grande.”*⁸¹⁴

Nenhuma consideração mais geral estava associada ao novo tom da descrição em relação à primeira. A tão prezada comunhão e aproximação entre as classes, no entanto, não passava de justaposição. Assim, numa oportunidade de desastre natural afetando todos aqueles que moravam no engenho – a fuga frente a uma cheia – nem a comunidade de condição enquanto refugiado tornava a proximidade física mais significativa.

*“Pelo terreiro da casa viam-se os teréns dos refugiados, chegados ali primeiro do que nós. Eram uma duas famílias, com seus meninos, os seus porcos, as suas panelas, as suas galinhas. Nós, os da casa-grande, estávamos ali reunidos no mesmo medo, com aquela pobre gente do eito. E com eles bebemos o mesmo café com açúcar bruto e comemos a mesma batata-doce do velho Amâncio. E almoçamos com eles a boa carne de ceará com farofa.”*⁸¹⁵

A associação estreita de objetos, animais e pessoas, quando se tratava de trabalhadores e suas famílias, sugeria aproximações mais do que físicas, talvez essenciais. No vocabulário provocativo de José Lins do Rego, “*pobre gente*” era o termo mais ameno utilizado, talvez traduzindo alguma piedade retrospectiva. Mas sempre acompanhado por algum elemento depreciativo na mesma frase ou nas contíguas. O autor não poupava detalhes suscetíveis de causar nojo e não indignação. “*Meninos nus, de barriga tiningo como bodoque. E o mais pequeno na lama, brincando com o borro sujo como se fosse com areia de praia.*”⁸¹⁶ Parecia subentendida uma resignação beirando ou a aceitação passiva, como no caso do pária do qual fala a seguir; ou então de uma proximidade natural com outras espécies, sempre implícita na alternância – sem distinção – dos termos que qualificavam ou designavam ora os próprios canavieiros, ora animais. Enquanto que o “*nós, os da casa-grande*” comportava uma população mencionada com nomes próprios e, eventualmente, especificidades pessoais (como o fato de ser parálitica; andar a cavalo ou numa carroça), mas sem nenhuma sugestão de áreas limítrofes indistintas, entre esses humanos e os demais flagelados, ou ainda, entre eles e os demais seres.

A generosidade do senhor-de-engenho e, particularmente, da senhora figuram entre os traços mais divulgados da visão clássica da ‘morada’. Nos *tableaux*, entretanto, raros são os exemplos que poderiam ilustrar essa pretensão à humanidade tão aclamada retrospectivamente. A esposa de Chico Baixinho, cuja graça permanece ignorada, “[t]inha parido há oito dias, e o marido no mundo”. Nessa oportunidade evocada sem elegância, ela permaneceu sem assistência da casa-grande, embora se soubesse que, mãe de outra criança pequena (“*engatinhando*”), ela

⁸¹⁴ Idem, p. 71.

⁸¹⁵ REGO, José Lins do. *Doidinho*. Op. cit., p. 29.

⁸¹⁶ Idem, p. 37.

precisaria de ajuda: “*Só não morri à míngua porque o povo daqui socorreu.*”⁸¹⁷ A solidariedade dos trabalhadores vizinhos apareceu nessa citação associada à vontade de penalizar – apenas – o pai ausente. A grande generosidade da casa-grande resumiu-se a “*buscar bacalhau no engenho*”.⁸¹⁸ De fato, esse tipo de comida própria para pessoas de baixa extração era considerada imprópria para os filhos do senhor-de-engenho Manuel.⁸¹⁹ As generosidades mencionadas nos romances, no tempo do avô, limitavam-se a essa manifestação⁸²⁰ Outros pedidos eram raramente respondidos.⁸²¹

Não fossem as interpretações positivas subseqüentes em termos de bondade habitual e comisseração dos proprietários para com os trabalhadores, esses episódios não passariam de práticas esmoleiras habituais em qualquer âmbito, rural ou urbano, com mantimentos indignos da mesa do senhor. De qualquer maneira, muito longe da assistência médica e social que trabalhadores teriam o direito de esperar. Doentes de malária eram repreendidos porque se deslocaram sem a permissão do proprietário, senhor absoluto de tudo. Até mesmo da doença e da saúde. Ele receitava medicamentos, diagnostica doenças, opera cirurgias.⁸²² As dúvidas sobre sua competência e a eficiência das receitas que ministrava impunemente eram tão mais prementes que seu próprio neto entrara no rol das vítimas. Ele recebeu constantemente vomitórios contra uma asma tenaz. Bem alimentado, ele sobreviveu à violência teratogena. Quanto a crianças desnutridas... O senhor-de-engenho se preocupava mais exclusivamente com os homens adultos, que lhe eram mais úteis, e os acidentes que podiam acometê-los. A essa indiferença ou tratamento impiedoso dos humanos podiam ser contrapostos os cuidados e carinho que o senhor-de-engenho manifestava para com a flora e fauna das matas.⁸²³ Esse contraste era também constante nos romances.⁸²⁴ Longe dos sentimentos fraternos e solidários alegados no mito, os romances enfatizaram a distinção, inconfundível distância que separava as classes. Suas implicações eram sempre racistas. Seja pelos elementos da descrição, seja pelas comparações estabelecidas com animais, emergia a idéia de uma barreira intransponível, de ‘casta’, como sugerira descrevendo o avô, separando os senhores dos trabalhadores. A pergunta

⁸¹⁷ REGO, José Lins do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. 38.

⁸¹⁸ Idem, p. 38

⁸¹⁹ REGO, José Lins do, *Doidinho*. Op. cit.

⁸²⁰ REGO, José Lins do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. 28.

⁸²¹ Idem, p. 22 e 38.

⁸²² Idem, p. 81.

⁸²³ Idem, p. 38.

⁸²⁴ Inclusive *Pureza*; embora não entre na composição clássica do Ciclo da Cana-de-Açúcar, retoma algumas de suas temáticas.

eugênica, quicá poligênica,⁸²⁵ desenhava-se: seriam eles da mesma espécie, pois se contentavam com uma miséria fedorenta. “*Eles pareciam felizes de qualquer forma, muito submissos e muito contentes com o seu destino.*”⁸²⁶ O autor nunca utilizou a palavra ‘trabalhador’, mas ‘cabras’ distintos dos proprietários humanos:

“*Precisava-se de um homem no Santa Rosa. Terra e cabras não faltavam. Elas e eles, nas mãos de um homem dariam muito. (...) Exploraria a terra e os cabras, até onde fosse possível. Puxar pela terra e puxar pelos cabras.*”⁸²⁷

Os moradores: trabalho infantil

Seria interessante compilar, se já não fora feito, a quantidade de vezes que José Lins do Rego expressara sua admiração (não inteira) pela “liberdade” dos meninos do engenho que o acolheram nas suas brincadeiras. “*Era esta a vida que eu invejava, a pobre vida dos pastoreadores.*”⁸²⁸ Com frequência, as expressões usadas eram evocadoras, num mesmo fôlego, de liberdade e libertinagem. No entanto, o autor mencionara também que, desde a madrugada, “[o]s moleques de minhas brincadeiras da tarde, todos ocupados, uns levando latas de leite, outros metidos com os pastoreadores no curral.”⁸²⁹ Comentários como esse, isolados, refer-se-iam ao trabalho não apenas dos rapazes que viviam no arruado, mas também em toda a plantação: “*Doutras vezes batíamos a uma porta aonde não acudia ninguém. Mais adiante a família toda estava pegada na enxada: o homem, a mulher, os meninos.*”⁸³⁰ Acidentalmente, tomara a medida do esforço e perícia necessários para efetuar tarefas aparentemente menores.

“*Não era tão fácil como eu pensava conduzir uma boiada. Tinha isto a sua ciência, as suas manobras especiais. Havia um tangerino negro que passava no Santa Rosa tocando uma gaita na frente da boiada. Era um gemido fininho que o negro tirava do seu instrumento saudosos. Corríamos para ouvir a música de cego pedindo esmola, mas que arrastava atrás dela todo aquele gado em tropel. Enquanto eu saía com os moleques, a minha memória movia estas cousas da infância. Não ouvira mais a gaita do negro na frente das boiadas. Morreria, sem dúvida.*”⁸³¹

Constatar a dificuldade das tarefas que seus companheiros de brincadeira efetuavam não o tornara, entretanto, propenso à estima. O trabalho infantil, como todo o trabalho no engenho, não interessava o autor. As crianças, que freqüentava em volta da casa-grande, eram tratadas como se fossem animais de estimação,⁸³² cujos nomes de batismo permaneceram ignorados:

⁸²⁵ As teorias poligenistas deviam muito a Paul Broca (1824-1880). MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. *Uma estranha noção de ciência*. Op. cit., p. 16. Ver, também, GOULD, Stephen Jay. *A falsa medida do homem*. Op. cit., particularmente os capítulos: “Paul Broca e o apogeu da craniologia”, p.65-108, e “Negros e índios como espécies separadas e inferiores”, p. 17-62.

⁸²⁶ Idem, p. 29.

⁸²⁷ REGO, José Lins do. *Bangüê*. Op. cit., p. 233.

⁸²⁸ REGO, José Lins do, *Doidinho*. Op. cit., p. 111.

⁸²⁹ Idem, p. 10.

⁸³⁰ REGO, José Lins do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. 37.

⁸³¹ REGO, José Lins do. *Doidinho*. Op. cit., p. 109.

⁸³² É assim que ele descreve, literalmente, Josefa: “*coitada, não tinha sido mais que um bichinho que me lambesse os pés*”. REGO, José Lins do. *Bangüê*. Op. cit., p. 51.

“Andorinha, Macaxeira, Periquito – chamavam-se assim. Os seus nomes, eles mesmos até se esqueciam.”⁸³³ Trabalhando o dia todo para cuidar do gado e dos animais, eles não eram tratados diferentemente dos seres inferiores que os ocupavam ou denominavam:

“[q]uando chegavam no engenho iam dormir nas tulas de caroço de algodão, na companhia inquietante das pulgas. Amanheciam de corpo encalombado, mas nas noites de chuva era ali o melhor quente que encontravam.”⁸³⁴

À naturalização das populações canavieiras correspondeu uma humanização dos elementos do engenho, que significavam para o autor todo o poder do empreendimento produtivo e, portanto, de sua família. No caso da bagaceira, em vez de apenas lugar de descarte, era apresentada como um conjunto impregnado de vida, de capacidade acolhedora, propensa a maternar oblatos.

“Uns eram dados de presente no engenho pelos pais. Abandonavam-nos para os desvelos da mamãe bagaceira. Em pequenos achavam graça no que os molequinhos diziam. Amimavam-nos como aos cachorrinhos pequenos. Iam crescendo, e iam saindo da sala de visitas. E quanto mais cresciam mais baixavam na casa-grande. Começavam a lavar cavalos, levar recados. Os mais inteligentes ficavam como Zé Ludovina, no serviço doméstico do suserano. Os outros, perdiam o nome, bebiam cachaça, caíam no eito. E cair no eito, entre eles, era o mesmo que entre as mulheres se chama cair na vida.”⁸³⁵

Por mais que os episódios se repetissem, e apesar da construção de uma saudade em termos de relações humanas, a proximidade entre os “moleques” e o autor não alcançava, de fato, grande grau de intimidade, como ele mesmo confessou em rara oportunidade. “Os meninos por perto não me falavam. Falaram com Andorinha quando chegamos. E ali, sem ninguém com quem falar, falei muito comigo mesmo.”⁸³⁶ Sua presença, como filho de proprietário, não inspirava confiança aos filhos do morador, “[d]ois meninos com medo correram para outra casa de perto. Depois foram se chegando para nós, desconfiados como cabritos, sujos e de barriga grande. Mas, quando o meu primo quis um jenipapo maduro, um deles trepou pelo pé-de-pau numa ligeireza de macaco.”⁸³⁷ A despeito da boa educação manifestada pelas crianças, empenhadas em satisfazer os desejos das visitas, o autor só reparava num aspecto zoológico – em duplo sentido – da cena. A comparação, senão assimilação, dos membros das famílias de trabalhadores verificava-se mais uma vez. Embora, em segunda instância, num só parágrafo fosse preciso dar o benefício da frequência com que se fazia tal ilustração, a constância da figura de estilo já comportava mais do que uma preocupação apenas descritiva. “E eram mesmo abençoados por Deus porque não morriam de fome e tinham o sol, a lua, a chuva e as estrelas para brinquedos que não se quebravam.”⁸³⁸ Forma poética de mostrar a inventividade de crianças desprovidas de quase tudo para se divertirem e sonharem. Mas vindo de um neto de

⁸³³ REGO, José Lins do. *Doidinho*. Op. cit., p. 111.

⁸³⁴ Ibidem.

⁸³⁵ Ibidem.

⁸³⁶ Ibidem.

⁸³⁷ REGO, José Lins do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. 22.

senhor-de-engenho, que acabara de receber uma bicicleta de presente, não passava de uma ironia que não escondia o desprezo, na medida em que à sofisticação de seus próprios desejos e necessidades, era oposta à simplicidade natural, telúrica dos filhos de trabalhadores.

Embora passassem a maior parte de seu tempo ocupados com as tarefas do engenho, esses canavieiros mirins eram geralmente mencionados nos romances a propósito de outras atividades, faceciosas, ilícitas ou mesmo perigosas, que eram acusados de causar: “*no contato libidinoso com os moleques da bagaceira*”,⁸³⁹ os filhos do plantador perdiam a “*nossa doce inocência*” no “*lupanar para jardim da infância*” de um armazém do engenho, a “*sodoma da bagaceira*”.⁸⁴⁰ A idéia passada era de contaminação, atingindo a pureza (moral ou racial?) dos meninos da casa-grande. Expressas no romance eram apenas conversas “*bestas*”. Mas, as sugestões eram de maior gravidade moral, deixando a entender que coisas muito piores aconteciam entre os próprios jovens trabalhadores. Assim, ao mesmo tempo em que eram jogadas iscas à salácia do leitor, protegia-se a fama dos sinhôzinhos, frente ao perigo – atraente, mas pernicioso – da sexualidade dos “*moleques*”. Mais tarde, a culpa caía sobre as mulheres:

“*A moleca me iniciava, naquele verdor de idade, nas suas concupiscências de mulata incendiada de luxúria. Nem sei contar o que ela fazia comigo. Levava-me para os banhos da beira do rio, sujando a minha castidade de criança com seus arrebatamentos de besta. A sombra negra do pecado se juntava aos meus desesperos de menino contrariado, para mais me isolar da alegria imensa que gritava por toda parte.*”⁸⁴¹

As trabalhadoras

A sexualidade onipresente nos *tableaux* de José Lins do Rego nunca adotava contornos naturais no âmbito de relações humanas.⁸⁴² Embora as trabalhadoras adultas, sempre chamadas de “*negras*”, demonstrassem recato - elas “*respeitavam*” as crianças ao mudarem de assunto na sua frente – sua vida afetiva era tratada com grosseria e desprezo: “*recebiam seus homens no quarto com os filhos*”.⁸⁴³ O plural “*seus homens*” já implicava numa associação degradante com as prostitutas, quiçá animais. A concordância gramatical correta seria no singular. Pois, enumerando os parceiros de Avelina, três trabalhadores do engenho aos quais deu filhos, evocavam-se casamentos informais sucessivos. Mas a idéia veiculada era de rebanho se reproduzindo, seja ele de escravos ou outros. “*E todo ano pariam o seu filho*”, “*perpetuando a espécie sem providência e sem medo*”⁸⁴⁴, como se diria de uma vaca “*sua cria*”, pois não se descrevia uma família. Continuava o autor na linha reprodutiva: “*Herdavam das mães escravas*

⁸³⁸ Idem, p. 64.

⁸³⁹ Idem, p. 57.

⁸⁴⁰ REGO, José Lins do. *Doidinho*. Op. cit., p. 115.

⁸⁴¹ Idem, p. 102

⁸⁴² Ver, a esse respeito, ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. *O engenho antimoderno*. Op. cit., p. 199.

⁸⁴³ REGO, José Lins do. *Doidinho*. Op. cit., p. 57.

⁸⁴⁴ REGO, José Lins do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. 56.

esta fecundidade de boas parideiras.”⁸⁴⁵ Uma terminologia aplicável a animais e, apenas nesse caso, positiva. Essas trabalhadoras eram, no entanto, reconhecidamente essenciais ao funcionamento do engenho, e não apenas na reposição da força de trabalho “a nível de gerações”, como dizia Marx. Sua atividade se exercia em todas as situações. Trabalhavam, além da casa-grande, no roçado, no engenho, “respondem pelos maridos”.

Trabalho das moradoras:

“As mulheres sem casaco, quase com os peitos de fora, faziam renda sentadas pelos batentes. Os filhos corriam para ver o meu carneiro e pediam uma montada. Ficava brincando com eles, misturado com os pequenos servos do meu avô, com eles subindo nas pitombeiras e comendo jenipapo maduro, melado de terra, que encontrávamos pelo chão. Contavam-me muita coisa da vida que levavam, nos ninhos de rola que descobriam, dos preás que pegavam para comer, das botijas de castanha que faziam. Muitos deles, amarelos, inchados, coitadinhos, das lombrigas que lhe comiam as tripas. As mães davam-lhes jaracatiá, e eles passavam dias e dias obrando ralo como passarinho. Cresciam, e eram os homens que ficavam de sol a sol, no eito puxado do meu avô. As mulheres perguntavam pelas coisas do engenho, queriam saber de tudo: do casamento de minha tia, da saúde de todo mundo. E quando eu pedia água para beber, iam arear o caneco de flandres, para me darem a água barrenta de seu gasto. Na volta não se esqueciam das lembranças, dos remédios que a Tia Maria prometera. E me entregavam pacotes de renda: - Diga a Maria Menina que é para o enxoval dela. E também plantavam craveiros pensando no dia do casamento da filha do senhor-de-engenho.”⁸⁴⁶

Os trabalhadores

Com um tom alegre, José Lins do Rego valorizava em *tableaux* marcados por um tom lírico o longo dia de trabalho no engenho. “O rumor do curral, o apito do engenho chamando o povo para o trabalho, me pareciam uma novidade todos os dias. Mais tarde os pássaros cantavam as sua matinas no gameleiro.”⁸⁴⁷ O período da moagem era destacado, por ser o *Ciclo da Cana-de-Açúcar* uma longa descrição do canto do cisne dos engenhos bangüês.

“O engenho estava moendo. Do meu quarto ouvia o barulho da moenda quebrando cana, a gritaria dos cambiteiros, a cantiga dos carros que vinham dos partidos. A fumaça cheirosa do mel entrava-me de janela adentro. O engenho todo na alegria rural da moagem.”⁸⁴⁸

Seu entusiasmo era tal que ele aventava: “O povo miserável da bagaceira compunha um poema na servidão”⁸⁴⁹ na “labuta melódica do engenho moendo.”⁸⁵⁰ *Tableau* bucólico, por excelência, explorando os mais variados aspectos sensitivos num efeito quase festivo. Não havia menção dos esforços e da competência da força de trabalho, nem dos riscos que o processo comportava.

Sol a sol, literalmente, a labuta dos trabalhadores rurais era descrita como fácil de ser completada. “O sol já quase escondido (...)Trabalhadores, de enxada no ombro, vinham do serviço para casa. Conversavam às gaitadas, como se as doze horas do eito não lhes viessem

⁸⁴⁵ Idem, p. 57.

⁸⁴⁶ Idem, p. 74-75.

⁸⁴⁷ Idem, p. 82.

⁸⁴⁸ Idem, p. 80.

⁸⁴⁹ Idem, p. 103.

⁸⁵⁰ Ibidem.

pesando nas costas.”⁸⁵¹ A anotação fora quase acidental, elemento desfocado de uma paisagem. Nenhum comentário relacionava esse esforço, que em outros trechos o autor revestira brevemente de cores menos amenas, com o salário miserável que lhes era pago. Tampouco com a riqueza produzida, que permitia a seu avô adquirir terras a perder de vista, como comentara com orgulho não disfarçado.

*“As terras do Santa Rosa andavam léguas e léguas de norte a sul. O velho José Paulino tinha este gosto: o de perder a vista nos seus domínios. Gostava de descansar os olhos em horizontes que fossem seus. Tudo o que tinha era para comprar terras e mais terras. Herdara o Santa Rosa pequeno, e fizera dele um reino, rompendo os seus limites pela compra de propriedades anexas. Acompanhava o Paraíba com as várzeas extensas e entrava de caatinga adentro. Ia encontrar as divisas de Pernambuco nos tabuleiros de Pedra de Fogo. Tinha mais de três léguas de estrema a estrema. E não contente de seu engenho possuía mais oito, comprados com os lucros da cana e do algodão. Os grandes dias de sua vida, lhe davam as escrituras de compra, os bilhetes de sisa que pagava os bens de raiz, que lhe caíam nas mãos. Tinha para mais de quatro mil almas debaixo de sua proteção. Senhor feudal ele foi, mas os seus párias não traziam a servidão como um ultraje.”*⁸⁵²

O mesmo aconteceu quando, em *Usina*, o sucessor montara uma maquinaria moderna com o botim conquistado sobre os trabalhadores. Como já foi notado, José Lins do Rego não utilizava a palavra ‘trabalhador’, tampouco a de ‘assalariado’ ou ‘empregado’. A ordem das relações entre as classes era outra: *“Senhor feudal ele foi, mas os seus párias não traziam a servidão como um ultraje.”*⁸⁵³ O vocabulário - feudalismo, servidão, sistema de castas⁸⁵⁴ - carregava consigo uma sugestão de perenidade independente dos atores. Não eram sequer consideradas, portanto, questões banais como pagar e tratar melhor os trabalhadores. Conceber as classes sociais como estamentos ou castas, os dois registros conceituais aos quais José Lins do Rego recorreu indistintamente, afastava qualquer idéia de melhoria, aprimoramento, progresso ou de luta por mudança. A situação social era tida como estabelecida numa sociedade, escreveu Mário de Andrade, *“que, boa ou má, estava perfeitamente assentada e sedimentada no seu jeito de ser, em sua “cultura”*.”⁸⁵⁵

Em certos raros momentos, entretanto, os trabalhadores apareciam como provedores de um trabalho reconhecível ou mesmo admirado. Foi o caso de outra situação emergencial que, como a cheia, pareceu confirmar a idéia de uma comunhão mais estreita entre as classes, frente à única força que derrotava o senhor-de-engenho, a natureza. Faíscas do trem provocaram um grande incêndio. O proprietário mandou chamar *“o pessoal do eito”*,⁸⁵⁶ nas palavras do senhor-

⁸⁵¹ Idem, p. 75.

⁸⁵² Idem, p. 75-76.

⁸⁵³ Ibidem.

⁸⁵⁴ Uma das palavras aludindo a esse sistema e que volta com certa frequência é a de “pária”. Ver, por exemplo, REGO, José Lins do. *Bangüê*. Op. cit., p. 55.

⁸⁵⁵ ANDRADE, Mário de. “Fogo morto”. Op. cit., p. xxv.

⁸⁵⁶ REGO, José Lins do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. 83.

de-engenho; “*chegavam os cabras em disparada*”, nas palavras do autor.⁸⁵⁷ José Lins do Rego deu um tom mais depreciativo, talvez procurava estilística. No entanto, o efeito sobre o leitor era de fascínio (no melhor dos casos) pelo realismo para não dizer a grosseria da formulação. “*E o vento insuflando este apetite diabólico, com um sopro que não parava. Mas os cabras do eito estavam ali para conter aquela fúria.*”⁸⁵⁸ Ao longo do episódio, o autor descreveu a luta contra o fogo como uma batalha. Inúmeras eram as metáforas ou comparações com eventos bélicos. “*Os cabras pisavam por cima das brasas, chamuscavam os cabelos, nessa luta braço a braço com um inimigo que não se rendia*”.

Implícitos, portanto, estavam a coragem e o valor dos trabalhadores que assim se arriscavam para salvar o canavial. Isto deu tanto mais força à idéia associada, discretamente, de paz social presente até mesmo no caso: o tio do autor estava presente “*no meio deles*”, sugestão de uma comunhão no perigo. Elogio não faltava para seu parente que compartilhara dos riscos. Surgia também a idéia de uma coletividade unida e coesa, solidária na defesa de uma causa comum. “*O meu Tio Juca crescia para mim, neste arranco de coragem com seus cabras. Estava metido com eles no mesmo perigo e no mesmo apancho*”⁸⁵⁹ Mas, era a liderança do parente do autor que estava em foco. No entanto, no parágrafo anterior, não era o Tio Juca que fora buscar “*a velha Naninha*” no meio das chamas. O verdadeiro herói, o Zé Guedes, não mereceu nenhum elogio, e sua vítima fora também maltratada pela narrativa, sacudida “*no chão como um saco de açúcar*”. Não se comentara se estava viva – o que se supunha – nem ferida. No parágrafo seguinte, apenas os efeitos físicos da luta contra as chamas sobre os trabalhadores eram mencionados: “*pé queimado, de cara tisonada, de olhos vermelhos, de roupas em tiras*”, e o salvador da senhora idosa “*Zé Guedes com os peitos em chaga viva*”, mas apenas para valorizar o papel bondoso do senhor-de-engenho “*meu avô botava jucá nos feridos.*”⁸⁶⁰ Além de uma rodada de cachaça, nenhuma compensação pelo esforço, às vezes heróico, ou pelos riscos tomados e danos sofridos: “*E o eito esperava por eles de manhãzinha.*”⁸⁶¹

Os efeitos deletérios do incêndio tão temido foram rapidamente mencionados, uma casa do morador foi queimada: “*A casa de palha do negro Damião, o fogo comeu num instante. Nem tiveram tempo de tirar os trastes.*”⁸⁶² Novamente a terminologia provocadora estava carregada negativamente. Em vez de pertences ou bens, José Lins do Rego usou um termo que

⁸⁵⁷ Idem, p. 84.

⁸⁵⁸ Idem, p. 84.

⁸⁵⁹ Idem, p. 85.

⁸⁶⁰ Ibidem.

⁸⁶¹ Ibidem.

⁸⁶² Idem, p. 84.

desvalorizava o objeto e, portanto, seu possuidor, sem dar-lhe o benefício da compaixão muito menos da indignação frente à injustiça implícita na miserável condição dos trabalhadores.

O eito

Em outro *tableau*, descreveu José Lins do Rego o trabalho no canavial. Raros eram os trabalhadores do eito com nome. Quando mencionados, eram apelidos. Zé Passarinho, Manuel Riachão, João Rouco. Pois eram tratados como massa, coletivo, manada.

*“Estavam na limpa do partido da várzea. O eito bem pertinho do engenho. Da calçada da casa-grande viam-se no meio do canavial aquelas cabeças de chapéu de palha velho subindo e descendo, no ritmo do manejo da enxada: uns oitenta homens comandados pelo feitor José Felismino, de cacete na mão, reparando no serviço deles. Pegava com o sol das seis, até a boca da noite. Às vezes eu ficava por lá entretido com o bate-boca dos cabras. Trabalhavam conversando, bulindo uns com os outros, os mais moços com pabulagem de mulheres. Outros bem calados, olhando para o chão, tirando sua tarefa com a cara fechada.”*⁸⁶³

Mais uma vez, o autor recorreu a imagens apoiadas em hipérboles, evocando o animalesco.⁸⁶⁴

*“E a enxada tinha no barro duro, e eles espalhando com os pés o mato que ficava atrás. O sol se espelhava nas costas nuas; corria suor em bica dos lombos encharcados.”*⁸⁶⁵

O trabalho no canavial não tinha nada de enobrecedor; ao contrário, era afetado por um desprezo intrínseco herdado da escravidão: a “indignidade do eito”⁸⁶⁶ contagiava essencialmente aqueles que não conseguiam fugir dele. José Lins do Rego utilizou diversas vezes esse tipo de expressão, como se o trabalho agrícola fosse um tipo de condenação, contendo um elemento moral negativo, passível de envergonhar quem a ele era obrigado.⁸⁶⁷ Ademais, o trabalho no eito estava ligado diretamente à escravidão na medida em que os trabalhadores eram seus herdeiros, não apenas sucessores na atividade, mas descendentes diretos. “João Miguel não era um cabra, tinha olho azul”;⁸⁶⁸ isso tornava impróprio, segundo o narrador, o tratamento grosseiro habitual.

*“Manuel Riachão puxava o eito na frente, como um baliza. Era o mais ligeiro. De cabeça enterrada, a enxada nas suas mãos raspava como uma máquina a terra que aparecesse na frente. Sempre na dianteira, deixando na bagagem os companheiros. O moleque Zé Passarinho remanchando, o último do eito. Não havia grito que animasse aquela preguiça alcoolizada. Também ganhava dois cruzados, davam-lhe a mesma diária das mulheres na apanha do algodão.”*⁸⁶⁹

A descrição, na sua precisão, constituiu um *tableau* evocador de circunstâncias laborais tão perenes na região e, no entanto, raramente descritas. O vocabulário permaneceu o mesmo: ‘serviço’, ‘tirando conta ou tarefa’. Um dos aspectos dominantes, além da penibilidade do

⁸⁶³ Idem, p. 85-86.

⁸⁶⁴ A mesma imagem aparece em *Bangüê*. REGO, José Lins do. *Bangüê*. Op. cit., p. 42.

⁸⁶⁵ REGO, José Lins do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. 86.

⁸⁶⁶ Idem, p. 88.

⁸⁶⁷ Ver, por exemplo, em *Bangüê*, o reencontro com os antigos “moleques”: “cabeça baixa”; eles são “*todos degradados no eito*”. REGO, José Lins do. *Bangüê*. Op. cit., p. 123.

⁸⁶⁸ Ibidem, p. 201. Ver o mesmo tipo de associação a respeito de outra pessoa, entre “raça” e condição enquanto trabalhador: “Um dia, chegou-me um morador para me falar. Não era de eito, pagava for. Chamavam de João Russo, porque era branco, de cabelos loros e barbas ruivas.” Ibidem, p. 219.

⁸⁶⁹ REGO, José Lins do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. 86.

trabalho, era a disciplina no eito: “«Deixa de conversa, gente! gritava Seu José Felismino. Bota pra diante o serviço. Com pouquinho o coronel está aqui gritando.»”⁸⁷⁰ Injúrias e gritos para apressar o trabalho não afetavam os trabalhadores porque ocorriam “*todos os dias*”⁸⁷¹ A compensação, conforme a idéia de ambiente familiar marcado pela bondade paternal do cabo, se expressava numa pequena notação contradizendo a perspectiva infantil: “*não havia um ali que não estivesse com dias adiantados no livro de apontamentos.*”⁸⁷² As hierarquias permaneciam. Representando o empregador, o cabo não o substituíra, apenas o assessorava:

“O meu avô vinha olhar a “canalha” no trabalho forçado”.⁸⁷³ “João Rouco vinha com três filhos para o eito. A mulher e os meninos ficavam em casa, no roçô. Com mais de setenta anos, agüentava o repuxo todo, com o filho mais novo. A boca já estava murcha, sem dentes, e os braços rijos e as pernas duras. Não havia rojão para o velho caboclo do meu avô. Não era subserviente como os outros. Respondia aos gritos do Coronel José Paulino, gritando também. Talvez porque fossem da mesma idade e tivessem em pequeno brincando juntos.”⁸⁷⁴

Estima, embora reprovação de fachada: “Cabra malcriado!” A relação de confiança predominaria: “E quando precisava de gente boa, para um serviço pesado, lá ia um recado para João Rouco.”⁸⁷⁵ Mas ele era considerado uma exceção, sua soberba atribuída à convivência com o senhor-de-engenho quando pequeno. A singularidade de sua condição historicamente distinguida pela proximidade da família proprietária, não era concebida como elemento contrastante com os demais componentes da “canalha”, mas como parábola da confraternização e paternalismo vigentes (supostamente) entre trabalhadores e empregadores.

Os moradores

“A tardinha os cabras do eito chegavam, pingando da cabeça aos pés. Vinham com as canelas meladas de lama e as mãos enregeladas de frio. O chapéu de palha pesando de água, gotejando. Mas indiferentes ao tempo. Parecia que estavam debaixo de bons capotes de lã. Levavam bacalhau para a mulher e os filhos, e iam dormir satisfeitos, como se os esperasse o quente gostoso de uma cama de rico. Dentro da casa deles, a chuva de vento amolecia o chão de barro, fazendo riachos da sala à cozinha. Mas os sacos de farinha-do-reino eram os edredões das suas camas de marmeleiro, onde se encolhiam para sonhar e fazer os filhos, bem satisfeitos. Iam com a chuva nas costas para o serviço e voltavam com a chuva nas costas para a casa. Curavam as doenças com a água fria do céu. Com pouco mais, porém, teriam o milho-verde e o macaça maduro para a fartura da barriga cheia.”⁸⁷⁶

⁸⁷⁰ Ibidem. O valor do grito é retomado em vários trechos dos romances, no seu sentido de distinção social. Ver, por exemplo, REGO, José Lins do. *Fogo Morto*. Op. cit., p. 200.

⁸⁷¹ REGO, José Lins do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. 87.

⁸⁷² Ibidem.

⁸⁷³ Idem, p. 86.

⁸⁷⁴ Idem, p. 87.

⁸⁷⁵ Ibidem.

⁸⁷⁶ Idem, p. 110-111.

Condições de vida dos moradores: “Não podia haver direito de pobre”⁸⁷⁷

A precariedade da situação dos trabalhadores rurais era extrema. Embora fossem citadas famílias que permaneceram no engenho por três ou mais gerações (após a abolição), a condição para isto era a sujeição absoluta ao senhor-de-engenho, não só para os moradores como para os foreiros: vender algodão na balança do Pilar ou fazer pastar animais de outros engenhos nas terras do avô de José Lins do Rego é passível de punição: “*tocar fogo nos seus troços e botar o gado dentro do seu roçado.*”⁸⁷⁸ A brutalidade da sanção era distribuída; o proprietário manobrava para que fosse compartilhada pelos demais trabalhadores, instados a se vigiarem uns aos outros. Insinuava-se, por razões retóricas, que haveria exagero na ameaça. O narrador associou habilidosamente a expressão do poder absoluto do senhor (exterminando todas as condições concretas de vida do trabalhador culpado de infringir sua lei) e uma sensação de que nada disso acontecia realmente:

*“O meu avô chamava-os de ladrões, de velhacos e nem mostravam cara de aborrecidos. Parecia que aquelas palavras feias na boca do velho José Paulino não quisessem dizer coisa nenhuma. Muitos vinham arranjar carros do engenho para fazer mudanças, e alguns dar conta de suas meações com o senhor ou pagar o fôro do ano. A todos o meu avô ia dando uma resposta ou passando uma descompostura, mas cedendo sempre no que eles pediam.”*⁸⁷⁹

A ‘morada’ consistia, portanto, em relações de classe, de exploração e opressão praticamente sem medida, superada apenas pela própria escravidão da qual era oriunda. Todavia, a narração deixara uma idéia de benevolência fundamental, sendo o proprietário um velho resmungão com coração de ouro que, finalmente, beneficiava o conjunto dos moradores. A precariedade da situação de todos aqueles que não eram proprietários tinha seu retrato mais tocante em José Amaro; mas ele era mestre seleiro, não trabalhador rural. Era branco⁸⁸⁰ e compadre do capitão Vitorino Carneiro da Cunha, primo do coronel. Seu estatuto era intermediário e seu drama fora atribuído à mudança maior na produção, mudança nos tempos, embora o agente desta fosse a pessoa do coronel:

*“Estou morto. agora mesmo, no Santa Fé, o Coronel me botou para fora desta casa. (...) Não haveria um direito para ele? A terra era do senhor-de-engenho, e ele que se danasse, que fosse com os seus cacos para o inferno. Um ódio de morte tomou-o de repente.”*⁸⁸¹

A riqueza ambígua da obra de José Lins do Rego aparece nitidamente: fornece elementos para induzir uma melhor compreensão da precariedade da situação dos trabalhadores, particularmente os rurais. Contudo, ele permanece próximo a enredos que sugerem tramas, não

⁸⁷⁷ REGO, José Lins do. *Fogo morto*. Op. cit., p. 187.

⁸⁷⁸ REGO, José Lins do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. 60.

⁸⁷⁹ Ibidem.

⁸⁸⁰ REGO, José Lins do. *Fogo morto*. Op. cit., 178.

⁸⁸¹ Ibidem, p. 111. Outro aspecto interessante é que, na narrativa de José Lins do Rego, a razão da expulsão é de ordem privada, não trabalhista. “*O miserável tivera o atrevimento de falar de Neném.*” Ibidem, p. 218.

sistemas de opressão e exploração. Assim, a “*doidela*”⁸⁸² da expulsão do mestre José Amaro era atribuída à calúnia do “*negro Floripes*”.⁸⁸³ Embora o senhor-de-engenho o desapossasse da casa “*que seu pai levantara*”,⁸⁸⁴ não era culpado pelos “*anos e anos perdidos*”. Em suma, ele “[n]ão tinha raiva do velho”.⁸⁸⁵ Para os trabalhadores rurais comuns, os moradores, nenhuma dissecação delicada de sentimentos. Sua expulsão, rapidamente mencionada, quando muito, servia apenas para evidenciar a benevolência de algum parente do proprietário.⁸⁸⁶

A miséria e sua forma mais cruel, a fome, estavam onipresentes quando José Lins do Rego tratava dos trabalhadores do engenho. Foi um argumento chave na sua obra, como aliás na de Gilberto Freyre, no sentido de resgatar o passado. A cada etapa no percurso histórico dos canavieiros, a etapa anterior (da abolição, da usina e, para seus seguidores, da expulsão dos engenhos) correspondia a uma situação de melhor alimentação. A restrição do acesso às riquezas naturais da região, tão antiga quanto a própria colonização, era apresentada como efeito exclusivo da instalação da usina: “*Expulsos da várzea, os pobres haviam perdido o socorro do rio, das fruteiras, da batata-doce. O que tinham para comer era o que os pais levavam do barracão: o meio quilo de bacalhau, a quarta de carne, a farinha seca.*”⁸⁸⁷ Ora, era exatamente a mesma comida que era “generosamente” distribuída pelo próprio senhor-de-engenho, no tempo descrito em *Menino de engenho*. Mas doravante apresentado como pioramento da situação. Segundo a mesma lógica, José Lins do Rego relatava como o coronel defendia que os escravos haviam tido uma vida melhor que os trabalhadores assalariados do engenho. “*Era raro o Senhor-de-engenho de coração duro para escravos. Os dele vestiam e comiam com fartura.*”⁸⁸⁸ Embora os romances anteriores houvessem descrito inúmeras vezes os meninos do engenho como amarelos de fome, para justificar sua demonstração, José Lins do Rego comparava, em *Usina*,

“os filhos de Florêncio com os meninos do Santa Rosa. Os de cá nunca que passassem fome e fossem ciscar nos monturos, atrás de cacarecos. Era assim no seu tempo. Hoje ele estava vendo as coisas como eram. Bem diferentes. Via os moleques em bando, esfarrapados pela porta do barracão. Seu Ernesto chamava-os de ratos. Estavam sempre com fome. Viviam de iscas, de restos de comida, de rabo de bacalhau, que sacudiam para eles.”⁸⁸⁹

A fome nunca era apresentada como uma questão social, a responsabilidade de uma má repartição das riquezas, pelo menos até que a usina entrasse em cena e, nesse caso, como seu

⁸⁸² Idem, p. 110.

⁸⁸³ Idem, p. 88, reiterado em outros trechos, por exemplo, p. 110, 192, 197, 218, 241.

⁸⁸⁴ Idem, p. 189.

⁸⁸⁵ Idem, p. 192.

⁸⁸⁶ Ver, por exemplo, em REGO, José Lins do. *Bangüê*. Op. cit., p. 67.

⁸⁸⁷ REGO, José Lins do. *Usina*. Op. cit., p. 110.

⁸⁸⁸ REGO, José Lins do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. 89.

⁸⁸⁹ REGO, José Lins do. *Usina*. Op. cit., p. 110.

exclusivo atributo. Além do mais, a fome era sempre associada a algum traço desprezível na população vítima. No caso, eram insinuações maldosas, as mais degradantes na escala de valores na época, embora prediletas do autor.

*“Lembrava-me de um preso do Pilar, morador do engenho, que matara a José Gonçalo. A mulher amigara-se com outro, e ele na grade mandando recadinhos para ela. O velho Zé Paulino mandou chamar a mulher para saber. Os filhos, de camisola rasgada de cima a baixo, pedaços podres de algodãozinho.- Estava morrendo de fome, Seu Coronel. Os meninos com a goela no mundo, pedindo de comer. Mas não era por isto, era mais por fogo. Porque ela dera os filhos aos outros: um ficou no engenho, o mais velho estava em Maravilha, o menor mandaram para o Oiteiro. E o pobre em cadeia sofrendo.”*⁸⁹⁰

Em seguida, o autor evocava o trabalhador, preso, como “o negro”. Ele ia “comprar feijão maduro e um pedaço de carne verde que levava para a mulher e os filhos.”⁸⁹¹ Em inúmeros trechos, mostrava-se a grande fome dos trabalhadores e seus familiares e, quase que por acaso, descrevia-se a parca pitaça que lhes era atribuída pelo patrão.

Cardápio de urubu

*“Contavam a história de uns carpinas num engenho do Brejo. O senhor-de-engenho só mandava para eles bacalhau, na janta e no almoço. Passavam o dia inteiro bebendo água com a boca seca. Um dia um deles disse para o negro que não gostava de bacalhau, que não agüentava mais aquilo. No outro dia o tabuleiro com a comida chegou: era peru. E peru de tarde. E a semana toda, peru. Num domingo, o mestre saiu para dar umas voltas nos arredores. Viu um negro com uma porção de urubus nas costas:- o que é isto, moleque?- É peru pros carpinas. Os oficiais anoiteceram e não amanheceram na propriedade. E rebentou ferida pelo corpo deles. Estiveram para morrer um tempão.”*⁸⁹²

Argumento incansavelmente repetido na mitologia das relações de trabalho nos engenhos, a comida ‘generosamente’ outorgada pelo senhor-de-engenho nas oportunidades citadas por José Lins do Rego para ilustrar a boa atmosfera social na plantação e as relações benevolentes da classe exploradora para com os explorados, era exatamente a mesma servida a esses últimos, no dia-a-dia do trabalho nos canaviais: farinha seca e bacalhau, hoje substituído, no melhor dos casos, por sardinhas.

*“Comiam na marmita de flandres, lambendo os beijos como se estivessem em banquetes. E deitavam-se por debaixo dos pés de juá, esticando o corpo no repouso dos quinze minutos. De alguns, as mulheres traziam a comida num pano sujo; a carne-de-ceará assada, com farofa fria. Pegavam no pesado outra vez, até às seis da tarde.”*⁸⁹³

A maioria dos moradores era descrita como “[g]ente esfarrapada, com meninos amarelos e chorões, com mulheres de peitos murchos e homens que ninguém dava nada por eles – mas uma gente com quem se podia contar na certa para o trabalho mais duro e a dedicação

⁸⁹⁰ REGO, José Lins do. *Doidinho*. Op. cit., p 85-86.

⁸⁹¹ Idem p. 86.

⁸⁹² REGO, José Lins do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. 70.

⁸⁹³ Ibidem.

mais canina.”⁸⁹⁴ Talvez, não fosse o preconceito de classe tão arraigado em José Lins do Rego, ele chegaria a ter sentimentos mais normais em relação a esses vizinhos. Mas a mistura de racismo e ponto de vista de classe o conduziram a canalizar qualquer tentativa a se apiedar ou admirar os trabalhadores rurais para o registro do afeto reservado a animais familiares.

*“Cachorrinhos com barriga partindo, de magros, acompanhavam seus donos para a servidão. Rondavam pelos cajueiros, perseguindo os preás. Porém não pisavam o terreiro da casa-grande. Os cachorros gordos do engenho não davam trégua aos seus infelizes irmãos da pobreza.”*⁸⁹⁵

Falava de irmãos para os cachorros, não para os humanos.

A habitação dos trabalhadores não mereceu muito destaque na obra de José Lins do Rego. Tampouco as condições e oportunidades de edificação das mesmas. *“A senzala do Santa Rosa não desaparecera com a abolição. Ela continuava pegada à casa-grande, com suas negras parindo, as boas amas-de-leite e os bons cabras do eito.”*⁸⁹⁶ *“Os moleques dormiam nas redes fedorentas; o quarto todo cheirava horrivelmente a mictório. Via-se o chão úmido das urinas da noite.”*⁸⁹⁷ Em *Doidinho*, José Lins do Rego mencionou também as roupas de cama fedorentas, bem como a falta geral de higiene no Colégio. Mas sem o mesmo tom depreciativo. Era apenas constatação, desagradável, todavia, sem consequências. Uma característica, apenas, deste ambiente, relembrado corriqueiramente por pessoas na maturidade, com um quê de saudade divertida. No que se refere às casas da ex-senzala, o propósito era outro: aproximar aposentos humanos de estrebarias ou qualquer coisa do gênero, implicando assim, da forma mais depreciativa possível, que as pessoas que ocupavam esses ambientes eram, também, mais próximas dos animais.

Racismo clássico e/ou eugenismo científico?

O preconceito racial, sempre presente, encontra-se em estado bruto em outro *tableau*, onde o autor descreveu uma trabalhadora, antiga escrava oriunda da África, *“Moçambique”*. Os traços que singularizavam *“essa velha africana”* eram todos altamente negativos. Primeiro, *“[e]la não sabia falar, articulava uma meia língua”*. Não sabia falar, um traço tão humano, adulto, sinal de desenvolvimento seja pessoal, seja cultural. Uma *“meia língua”*, como se existisse tal idioma, a não ser na idéia subjacente de que a pessoa não fosse inteira, completa, ou completamente humana. Ora, falava sim. Não falava português corretamente. O autor deixou propositadamente de lado o complemento na frase, de modo a expressar uma incompetência não apenas lingüística, mas propriamente intelectual. A idéia é de uma incapacidade estrutural, um atraso pessoal, mas que, associado ao fato dela ser *“africana”*, poderia também ser entendido do

⁸⁹⁴ Idem, p. 31

⁸⁹⁵ Idem, p. 87.

⁸⁹⁶ Idem, p. 59.

⁸⁹⁷ Idem, p. 56.

ponto de vista eugênico. “*Era de Moçambique*”, continuou o autor, “*e com mais de oitenta anos no Brasil, falava uma mistura da língua dela com não sei o quê.*”⁸⁹⁸ Novamente, o discurso descamba para o opróbrio: reconhecia-se-lhe um idioma – embora não fosse nomeado. Mas, logo a seguir, em vez de confirmar o que estava inicialmente sugerido, ou seja, que ela falava seu próprio tipo de mistura precisamente, ou talvez usasse de um sotaque pesado em português, o autor deixou o desprezo tomar conta da descrição: “*não sei o quê*” não poderia ser outra coisa a não ser um julgamento. Obviamente, a modalidade memórias de infância/romance permitia ao autor abrigar-se na visão unilateral e pouco informada de um menino que, literalmente, não entendia a linguagem empregada por essa pessoa. No entanto, a ruptura de nível na compreensão da situação - precisões quase científicas no começo, repúdio infantil jogado no fim da frase - deixam a impressão de uma legítima rejeição àquilo que, fosse ela uma *lady* inglesa em vez de “*negra africana*”, seria considerado um charme suplementar, inspirador de admiração pelo que significava de aura civilizatória.

A carga negativa contra essa pessoa continua, parágrafo a fio. Inspirava medo, era comparada às “*fadas perigosas de Sinhá Totonha*”.⁸⁹⁹ Além do mais, morava num quarto implicitamente assimilado a uma toca: “*fedia como carniça*”.⁹⁰⁰ A descrição física ou, pelo menos, os poucos detalhes que eram explicitamente fornecidos, não diziam respeito, por exemplo, a sua força, embora declinante pela idade, o que seria adequado visto suas responsabilidades passadas e talvez presentes na manutenção do engenho, aliás, a razão primeira de sua presença em terra brasileira. Seu comportamento era constantemente mostrado como estranho “*na hora do almoço e do jantar saía da loca pendida em cima de uma vara para buscar a ração*”,⁹⁰¹ termo, novamente, que podia ser entendido de diversas maneiras e, nesse contexto, não tinha nada de prestigioso ou apetitoso.

Continuou José Lins do Rego: “[g]ritava com os moleques e as negras, com aqueles beijos caídos e os peitos moles dependurados.”⁹⁰² A descrição lembrava irresistivelmente uma fotografia antropológica racista oferecida em pastagem aos olhos dos europeus curiosos de monstrosidades exóticas pelos cientistas do fim do século XIX e começo do século XX, como uma Vênus calipígia.⁹⁰³ Parecia também uma gravura de mercado de escravos. Mas nenhuma consideração, para não falar em comiseração, para com uma das pessoas mais próximas do

⁸⁹⁸ Idem, p. 57.

⁸⁹⁹ Ibidem.

⁹⁰⁰ Ibidem.

⁹⁰¹ Ibidem.

⁹⁰² Ibidem.

⁹⁰³ GOULD, Stephen Jay. “A Vênus hotentote”, cap. 19. In: *O sorriso do flamengo*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 271-283. Ver também: RUSCIO, Alain. *Le Credo de l'homme blanc*. Op. cit.

narrador. Entretanto, a vizinha dessa pessoa era designada como “avó”, embora tal descrição fosse apenas uma analogia ou um mimetismo e não um laço de parentesco cerimonial reivindicado pelo autor ou que lhe tivesse suscitado retribuição e gratidão. Nem mesmo a velha Sinházinha, que o castigara e inspirara tanto sentimento de ser injustiçado, recebeu um tratamento sequer parecido em termos de negatividade. Pois não se tratava de descrever sentimentos e intenções, por mais desagradáveis que fossem. Era uma questão de essência que estava em jogo. “*Beijos caídos*” como os “*úberes de mochila*”,⁹⁰⁴ evocavam animais. Quanto aos peitos caídos, além da indecência proposital, havia algo de uma misoginia não só indecorosa como pouco científica, em termos anatômicos, pois o autor descrevia uma pessoa bem adiantada nos seus noventa anos!

Em contraste, a “*velha Galdina*”, “*Africana também, de Angola*,” embora mostrada como a selvagem, ainda infantil, em conformidade com a visão recapitulacionista ontogênica da espécie humana compatível com o eugenismo⁹⁰⁵ – “*quebrara uma perna fazendo “cabra-cega” para brincar com os meninos*” – fora redimida da estranheza pela sua função junto à família dos proprietários: “*Fora ama de braço de meu avô*”. Ama de braço, de leite etc. A proliferação das funções serviçais transparecia na própria nomenclatura, designando tarefas altamente divididas. Sua posição social, tanto em relação com outros trabalhadores - “*era para elas uma espécie de dona da rua*” - quanto para os demais habitantes do engenho, inclusive os senhores, era distinto, distinção explicitamente ligada à proximidade com a família proprietária. “*Não se falava com ela gritando, e davam-lhe o tratamento de vossa mercê.*”⁹⁰⁶ Essa frase revela não apenas a distinção, mas a norma implícita como seu avesso: com os trabalhadores falava-se “*gritando*”.

Escravidismo revisitado

Embora as memórias de infância de José Lins do Rego se situassem dois decênios após a abolição da escravidão, o assunto era sempre muito próximo, alusiva ou explicitamente. Ele parecia ter dois propósitos: em primeiro lugar, pretendia reabilitar propriamente o período e tirar-lhe qualquer vestígio enegrecedor que possa ter sido herdado da literatura abolicionista. Assim, em várias instâncias, o autor sublinhou o quanto os antigos escravos estavam ligados ao proprietário e reciprocamente. As “negras” ficaram no engenho após a abolição e

“[o] meu avô continuava a dar-lhes de comer e vestir, e elas a trabalharem de graça, com a mesma alegria da escravidão. As duas filhas e netas iam-lhes sucedendo na servidão, com o mesmo amor à casa-grande e a mesma passividade de bons animais domésticos.”⁹⁰⁷

⁹⁰⁴ REGO, José Lins do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. 36.

⁹⁰⁵ GOULD, Stephen Jay. “A síndrome do Dr. Down”. In: *O Polegar do Panda*. São Paulo: Martins Fontes, [1980] 1989, p. 143-150. Ver também

⁹⁰⁶ REGO, José Lins do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. 58.

⁹⁰⁷ Idem, p. 55. Já em *Fogo Morto*, de tom muito mais sombrio, o declínio do Santa Fé é manifestado por diversos sinais negativos, inclusive a debandada dos antigos escravos: “*Chegou a abolição e os negros do Santa Fé se foram*”.

“«Quando veio o 13 de Maio, fizeram um côco no terreiro até alta noite. Ninguém dormiu no engenho, com zabumba batendo.⁹⁰⁸ Levantei-me de madrugada, pra ver o gado sair pra o pastoreador, e me encontrei com a negrada, de enxada no ombro: iam para o eito. E aqui ficaram comigo. Não saiu do engenho um negro só. Para esta gente pobre a abolição não serviu de nada. Vivem hoje comendo farinha seca e trabalhando de dia. O que ganham nem dá para o bacalhau. Os meu negros enchiam a barriga com angu de milho e ceará, e não andavam nus como hoje, com os troços aparecendo. Só vim a ganhar dinheiro em açúcar com a abolição. Tudo o que fazia dantes era para comprar e vestir negros.»⁹⁰⁹”

Parece que a única responsabilidade social assumida pela classe patronal era de tipo diacrônico, numa escala que seria inversa da do progresso técnico e político. A cada mudança no estatuto ou na situação da mão-de-obra - da escravidão à liberdade e dessa à era dos direitos - corresponderia um pioramento marcado das condições de vida e de trabalho. A mensagem sendo que cada passo no sentido de uma maior autonomia econômica ou cidadania seria virtualmente indesejável, em virtude da dureza avassaladora de sua situação. A forma de escapar dessa evolução estaria apenas nas sobrevivências anacrônicas. Uma das dificuldades do exercício seria que, sendo as condições de vida dos trabalhadores do engenho absolutamente miseráveis, desde a época da escravidão, encontrá-los vivos ou sobrevivendo numa condição posterior descrito como “pior”, suporia um deslocamento do grau de miséria: isto é, a cada etapa, atribuir-se-iam características outrora descritas como típicas da subsequente.

Num *tableau*, José Lins do Rego descreveu uma escrava no engenho de seu avô:

“Furtaram-na do pai. Um seu irmão a vendera aos compradores de negros, e marcaram-na no rosto a ferro em brasa. Contava a sua viagem de muitos dias: os negros amarrados e os meninos soltos; de dia botavam todos para tomar sol onde viam o céu e o mar. Já estava contente com aquela vida de navio. O veleiro corria como o vapor na linha. E um dia chegaram em terra. Ela passou muito tempo ainda para ser comprada. Os homens que vinham queriam mais gente grande e molecas taludas.”⁹¹⁰

Embora manifestando empatia com a pessoa evocada aqui, talvez pela idade similar em que ambos se rememoram, José Lins do Rego deixou mensagens mistas na mente do leitor. O horror do tráfico negreiro, de repente revela aspectos sedutores. Dessa vez, não retratou o fedor do navio, o aspecto repugnante (pelo sofrimento) das vítimas, como costumava fazer, mas concentrou-se na acomodação ou mesmo transfiguração da abjeção e tortura, nos sentimentos e sensações da menina. Com a intenção de transformar a experiência histórica mais desumana antes dos campos de concentração nazistas, num acaso pessoal, o escritor explicitou a relação de

para os outros engenhos. (...) Até as negras da cozinha ganharam o mundo.” “Todos se foram, todas as negras ganharam o mundo, até a negra Margarida que criara Neném.” A ruptura da relação reivindicada de “confraternização” é explicada pelo comportamento estranho e perigoso do senhor-de-engenho. Uma exceção a regra, mas uma vez, que a confirma. REGO, José Lins do. *Fogo morto*. Op. cit., p. 150-151 e 154.

⁹⁰⁸ “As cantorias do coco enchiam a noite de um baticum que não parava. Agora percebia bem o canto da negrada, lá para as bandas do Pilar. Os negros dançavam de alegria na festa da liberdade. Os negros de seu engenho, os que foram de seu pai, estavam no coco fazendo o que bem quisessem.” REGO, José Lins do. *Fogo morto*. Op. cit., p. 154.

⁹⁰⁹ REGO, José Lins do. *Menino de Engenho*. Op. cit., p. 90

⁹¹⁰ Idem, p. 58.

seu irmão com os traficantes. Isso tenderia a tirar implicitamente a culpa/responsabilidade dos próprios negreiros e, por consequência, de toda a classe escravista no Brasil. Ao mesmo tempo, detendo-se em alguma lembrança talvez espontaneamente mencionada, e certamente em parte induzida - “*tomar sol onde viam o céu e o mar*” (...) “*Já estava contente com aquela vida de navio*”⁹¹¹ - o autor procurou conduzir a narrativa numa via que disfarçasse o horror da realidade na qual a criança fora jogada. Ele conseguiu revestir uma das faces mais dolosas da colonização da América, de tons que evocavam algo como uma viagem marítima, quiçá uma excursão.

Com a intenção de extrair qualquer potencial de carga de (má) consciência nos beneficiários e agentes do escravismo (como da exploração, de modo geral), ele realçou sempre qualquer gesto excepcional, deveras por ser de simples humanidade, por parte dos patrões em relação a seus trabalhadores. Assim, ele tomou tanto ou mais espaço para relatar o deslocamento facilitado da senhora idosa à Missa de Natal ou os colchões - “*velhos*”!⁹¹² - que lhe foram doados, quanto para descrever os crimes do tráfico negreiro: o rapto e a venda da personagem na sua infância. Nenhum comentário a respeito do roubo também de sua infância, das relações familiares, sentimentos, sonhos etc... assuntos nos quais era mais do que prolixo quando se tratava de sua própria classe. A aculturação forçada que fora imposta a Galdinha por toda a sua vida se resumia, sob a pena do autor, a uma indicação do domínio que tinha ainda de parte de seu idioma. Seu aspecto mais humano, aliás, a relativa gentileza com a qual era tratada pelo narrador, situava-se exclusivamente em circunstâncias em que ela tomava o partido dos meninos e os abrigava ou defendia contra a intervenção de outros adultos. Sua doçura, seu apego às crianças, seus “*olhos cheios de lágrimas*” quando intercedia estavam claramente em contraste agudo com a rebeldia da outra senhora, Maria Gorda. Mas a independência desconfiada dessa pessoa, sua presença “*a tardinha [sentada] num caixão à porta da casa, para fumar o seu cachimbo de canudo comprido*”, ficando “*sozinha*”, a resmungar “*ninguém sabe o quê*”,⁹¹³ não gozava do prestígio nem da admiração que a mesma atitude suscitava no autor quando os atores eram os cangaceiros. O contraste entre os retratos era devidamente complementado: enquanto Galdina foi “*ouvir missa no Pilar*”, Maria Gorda fora tocada por uma exclusão de ordem religiosa: “*não ascendiam fogueira*”⁹¹⁴ de São João na frente de sua porta e, pior ainda, confirmando a impressão geral de perigo “*O diabo dançava com ela a noite inteira.*”⁹¹⁵ E o autor continuou, como se fosse ainda preciso explicitar a completa negação da humanidade da trabalhadora imigrada coagida: “*Eu mesmo pensava que a negra tivesse qualquer coisa infernal,*

⁹¹¹ Ibidem

⁹¹² Ibidem.

⁹¹³ Ibidem.

⁹¹⁴ Idem, p. 57.

porque nela nada senti, nunca, de humano, de parecido com gente.”⁹¹⁶ A condenação fora assim pronunciada com todas as letras. Sem apelo nem consideração para com as circunstâncias, fora dispensado qualquer esforço para contextualizar uma impressão pueril. A descrição era tida por “*fiel retrato*” da realidade social dos engenhos, como tantos comentaristas não cansaram de reafirmar. Ela constituiria a própria memória coletiva do período, sem qualificativo de classe, nem de raça, nem de gênero. Aceitar-se-ia assim, na definição mesma, a acumulação de discriminações, escapando apenas daquela, muito na moda atualmente, de faixa etária.

“O costume de ver todo dia esta gente na sua degradação me habituava com a sua desgraça. Nunca, menino, tive pena deles. Achava muito natural que vivessem dormindo em chiqueiros, comendo um nada, trabalhando como burros de carga. A minha compreensão da vida fazia-me ver nisto uma obra de Deus. Eles nasceram assim porque Deus quisera, e porque Deus quisera nós éramos brancos e mandávamos neles. Mandávamos também nos bois, nos burro, nos matos.”⁹¹⁷

Afirmava-se a inferioridade racial dos negros em virtude da ordem natural,⁹¹⁸ no sentido mais aristotélico do que cristão, ou então pós-tomista, aquele defendido por Sepúlveda.⁹¹⁹ Na mesma época, os europeus convencidos da cientificidade da eugenia, instalavam Zoológicos humanos nas exposições internacionais⁹²⁰ e “honestos cidadãos” norte-americanos promoviam linchamentos de muitos afro-americanos, sem julgamento legal, por crimes nunca comprovados, com a cumplicidade e, muitas vezes, a participação das autoridades, como o mostrou recente exposição de fotos tomadas triunfalmente nessas oportunidades.⁹²¹ Nesse sentido, a obra de José Lins do Rego pertence, do ponto de vista ideológico, a seu tempo, que também viu a ascensão de Hitler. Sociedades modelos, democráticas ergueram também modelos discriminatórios como o grau maior de expressão da memória coletiva de uma região, constitutiva, por sua vez, da identidade nacional. *E o vento levou* foi apenas um exemplo.

A decadência do patriarcado rural

“Amanhã, uma chaminé de usina dominaria as cajazeiras. Os paus-d'arco não dariam mais flores porque precisavam da terra para cana. E os cabras de eito acordariam com o apito grosso da usina. E a terra iria saber o que era trabalhar para a usina. E os moleques o que era a fome. Eu sairia de bolso cheio, mas ele ficavam.

Estava fingindo pena pelo destino dos meus cabras.”⁹²²

⁹¹⁵ Ibidem.

⁹¹⁶ Ibidem.

⁹¹⁷ Idem, p. 88.

⁹¹⁸ BROOKSHAW, David. *Raça e cor na literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Alegre, 1983, p. 118.

⁹¹⁹ ZEA, Leopoldo. *Filosofia de la história americana*. Op. cit, p.

⁹²⁰ BANCEL, Nicolas *et al.* *Zoos humains*. Op. cit. Ver também, dos mesmos autores *Polémique sur l'histoire coloniale*. *Manière de Voir* N° 58, juillet-août 2001.

⁹²¹ *Le Monde Diplomatique*

⁹²² REGO, José Lins do. *Bangüê*. Op. cit., p. 284.

Como o analisa Durval Muniz, toda a obra de José Lins do Rego constitui um relato; seria tentada a dizer, uma lamentação por tempos idos.

*“Recordações e reminiscências entrecruzadas e afloradas pelo sofrimento com o desmoronar destes seus territórios existenciais, com o seu mundo que caía, cuja ficção é a tentativa de simular um novo mundo para sua existência. Cada livro de José Lins é a descrição de um processo de destruição e, ao mesmo tempo, um esforço de reconstrução de seu espaço interior e exterior com esses pedaços de passado.”*⁹²³

Outros vêem, nos mesmos eventos, uma modernização apenas das empresas que fabricavam o açúcar. Pois a parte rural não sofreu alteração alguma com a transferência, aliás muito demorada, particularmente em Pernambuco,⁹²⁴ do fabrico do açúcar para as instalações mais modernas. Mas, tanto José Lins do Rego, quanto Gilberto Freyre e todos aqueles que neles se reconheceram, encararam um episódio banal de qualquer história econômica, como uma ruptura societal fundamental, um período de crise, de decadência – a modo de ilustres antecedentes que, por efeito em retorno, dotaram o passado das casas-grandes de todo seu brilho como por tingidura, pois, afinal de contas, só poderia ser decadente quem já fora grande. Os novos bárbaros, no caso evocado por nosso autor, vieram de dentro de casa, como o ilustra tão bem *Usina*. E, como em outros casos históricos, essa “crise”, “decadência”, afetara supostamente toda a sociedade. Democratização da desgraça que, de certa forma, dotou a mesma de maior credibilidade pela abrangência social. *“É a usina que surge, afetando desde a vida do homem do eito, do trabalhador alugado, até a pseudo-aristocracia e a tradição insustentável do senhor-de-engenho.”*⁹²⁵ Fosse ele apenas prejudicado por um primo mais empreendedor,⁹²⁶ a estória careceria em dimensão épica. A insistência de José Lins do Rego em sublinhar essa profundidade quase que existencial, apareceu na seqüência dos romances. *Fogo morto*, escrito depois de *Usina*, que retomou a temática como para reforçar a mensagem:

*“esforço de aproveitamento e reaproveitamento da experiência da infância e dos dados e informações colhidos e acumulados pela memória, relativos à tradição rural dos engenhos, antes do aparecimento e do triunfo definitivo da usina, com sua ação destruidora dessa tradição.”*⁹²⁷

Usina ilustra sobremaneira o processo, inclusive uma pretendida transformação nas mentalidades e comportamentos das pessoas. A nova empresa causa “mudanças enormes”.

Não havia “conciliação dos valores tradicionais herdados” com “uma nova ordem econômica”,⁹²⁸ que eliminava “a tradição do senhor e da senhora de engenho, da assistência moral, espiritual e material que a sinhá-dona dava a seus “moradores” (colonos) e escravos, que muitas vezes se enraízam até as origens do engenho; extinguem práticas populares ou folclóricas; determinam uma completa

⁹²³ ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. *O engenho antimoderno*. Op. cit., p. 194.

⁹²⁴ GUIMARÃES NETO, Leonardo. *Introdução à Formação Econômica do Nordeste*. Op. cit.

⁹²⁵ CASTELLO, José Aderaldo. “Memória e Regionalismo”. Op. cit, p. LXI.

⁹²⁶ Cláudio Canuto descreve a relação real como sendo a de “um empreendimento consentido e organizado por familiares envolvidos com a sacarocracia, em um consórcio familiar.” CANUTO, Cláudio Accioly. “A decadência do patriarcado rural no ciclo-do-açúcar em José Lins do Rego”. Op. cit., p. 83.

⁹²⁷ Idem, p. XLII.

⁹²⁸ Idem, p. XLVII

desumanização da paisagem física e social . É tudo obra da ação devoradora da usina – o monstro gigantesco, do qual até os usineiros, frequentemente ligados à tradição dos senhores de engenho são também verdadeiros servos, escravos, cuja desumanização, por sua vez ainda se agrava com as rivalidades a que eles são levados entre si, em consequência de ambições e exigências ilimitadas da usina. Tem-se a impressão de uma onda renovadora de civilização, de europeização da paisagem, mas a verdade é que o que tal progresso realmente traz é a desumanização e a descaracterização dessa mesma paisagem, cuja tradição se vê de repente irremediavelmente ameaçada.”⁹²⁹

Essa “modernização sem mudança” que Eisenberg⁹³⁰ tão bem estudara, era apresentada como algo de estranho à terra nordestina, quiçá uma invasão vinda de fora com exigências inéditas e exageradas. Entretanto, tratava-se de um fenômeno interno às mesmas famílias da classe dominante: “O Dr Juca sonhava com o poder, com o despotismo que esteira de usina impunha.”⁹³¹ Quando se pensa no tipo de poder absoluto que valorizava precisamente o senhor-de-engenho, esse novo poder só poderia ser visto sob a ótica dos “parentes [que] iam passando, sem sentir, à categoria de fornecedores. Os que se insurgissem tinham que calar.”⁹³² Calaram talvez imediatamente, no seio dos conselhos de administração; mas encheram a literatura e os arrazoados de suas lamentações.

“Uma injustiça terrível”⁹³³

“Recriou o passado melhorando-o de todas as possibilidades do futuro.”

Olívio Montenegro⁹³⁴

Esta decadência afetava todos e todas. Ricardo⁹³⁵ encontrou os malefícios da transformação abrangendo os aspectos mais diversos: a paisagem despovoada de fruteiras, as construções modificadas, as cadências de trabalho mais duras,⁹³⁶ as pessoas de sua família sofrendo expulsão, miséria, prostituição. Desterrado no lugar onde nasceu, ele testemunhou uma decadência que não seria apenas do patriarcado rural. Pois, segundo o romance, a mera transformação da produção industrial do açúcar fora acompanhada de maior exploração da mão-de-obra rural, de corrupção – a usina poluía os rios – e de dissolução moral; até mesmo de

⁹²⁹ Idem, p. XLVII-XLVIII.

⁹³⁰ EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança*. Op. cit.

⁹³¹ REGO, José Lins do. *Usina*. Op. cit, p. 44.

⁹³² Idem, p. 46.

⁹³³ REGO, José Lins do. *Fogo morto*. Op. cit., p. 109.

⁹³⁴ MONTENEGRO, Olívio. *O Romance Brasileiro*. Op. cit., p. 149.

⁹³⁵ Personagem que fugiu do engenho quando jovem para a vida cidadina de operário no Recife (*O Moleque Ricardo*) e volta para o engenho, onde constata grandes mudanças, tanto na empresa quanto na sua família. REGO, José Lins do. *Usina*. Op. cit., p. 77-79. Nesse trecho, nota-se a suposta lamentação dos empregados que tinham acesso à casa-grande e se encontram, doravante, “igual ao povo do eito”. Idem, p. 80.

⁹³⁶ Trata-se da diária na própria usina, bem como dos “seis dias de serviço por semana” dos trabalhadores rurais. (Ibidem, ver também p. 111). Outros aspectos são sublinhados: as proibições, da distinção entre operários da usina (“k” ibidem) e trabalhadores do eito, da fome, da falta de terra para as culturas alimentícias, etc. Todos esses elementos são apresentados como novos, embora não se comprove tal diferença, inclusive comparando com elementos fornecidos nos outros romances do *Ciclo*.

perda de razão.⁹³⁷ A ordem natural, herdada, fora pervertida por mudanças indesejáveis e perniciosas. “O grande tema da obra de José Lins é, na verdade, a decadência, a degeneração de um mundo que se expressa de várias formas.”⁹³⁸ O tom era, portanto, triste e sombrio, desesperado. “É uma epopéia da tristeza, da tristeza da sua terra e da sua gente, da tristeza do Brasil.”⁹³⁹ Este sentimento se justificava, na opinião de um grande crítico, pela temática abordada: “Assim, e só assim, conta-se a decadência do patriarcalismo no Nordeste do Brasil, com as suas inúmeras tragédias e misérias humanas e uns raros raios de graça e de humor.”⁹⁴⁰ Segundo Laurent Monnier, “estas trajetórias humanas são, elas mesmas, criadas pela escrita do romancista e expressam sua própria concepção da mudança.”⁹⁴¹

A engenhosidade do narrador, em virtude mesmo da mensagem que quer martelar de todas as formas na mente do leitor, transferiu um destino peculiar, individual ou, ao máximo, de alguns ramos das grandes famílias, para toda uma região, toda uma população, que, independentemente de seu estatuto de classe, estaria lamentando

“os tempos do bangüê [que] pareciam de uma época distante, longínqua. Lembravam-se deles, com suspiros. Tempos que se foram, tempos que não voltariam mais.”⁹⁴² Nesse sentido, “[l]ançando mão de ingênuos conceitos e procurando a legitimidade de uma literatura de raízes populares, apenas ocultava-se, assim, um conflito ideológico básico: a consciência de perda da hegemonia político-econômica. Do outro lado estava a burguesia paulista em franca ascensão. Essa nova ordem social assustava a tradição patriarcal açucareira nordestina, ancorada em atrasados meios de produtividade (sic). Acirrava as aporias de um espaço cultural que precisava cada vez mais da voz autorizada da continuidade. Daí a fala ideológica de uma tradição, inclusa no discurso de José Lins do Rego, fundamentada em princípios conservadores de uma fração de classe dominante (os proprietários de terras) ante uma outra que se modernizava pelas trilhas da ideologia burguesa do desenvolvimento.”⁹⁴³

A função das descrições precisas que tocavam, minoritária mas significativamente, os trabalhadores não lhes dizia respeito, de fato. Apesar do que pretendia, não questionava qualquer sistema de organização da produção, presente ou passado. Nota-se como, em *Bangüê*, o tom do autor tornou-se mais comiserativo, a descrição da miséria dos trabalhadores mais sensível. Em *Usina*, completava-se o percurso que não só significava a perda do monopólio do poder por parte dos seus parentes, mas associava-lhe a suposta miséria completa para os trabalhadores: “Aquela vida de bangüê podia ser miserável, mas temiam a usina, o senhor sem coração que era pior do que senhor de escravos.”⁹⁴⁴ Dando um sentido negativo à “seta do

⁹³⁷ A frequência dos casos de doenças mentais nos romances é notável a esse respeito.

⁹³⁸ ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. *O engenho antimoderno*. Op. cit., p. 199.

⁹³⁹ CARPEAUX, Otto Maria. Introdução a *Fogo Morto*. Op. cit., p. XVII.

⁹⁴⁰ Idem, p. XVIII-XIX.

⁹⁴¹ MONNIER, Laurent. “Tchicaya et la confiance en la vie”. In: *La Pensée Métisse, Croyances africaines et rationalité occidentale en questions, Cahiers de l’IUED*, N° 19, Genève/Paris: IUED/PUF, 1990, p. 255.

⁹⁴² REGO, José Lins do. *Usina* Op. cit, p. 171.

⁹⁴³ D’ANDREA, Moema Selma. *A tradição re(des)coberta*. Op. cit., p. 38.

⁹⁴⁴ REGO, José Lins do. *Bangüê*. Op. cit., p. 253.

tempo”, era preciso encontrar sinais comprovando sua negatividade em outras classes sociais para garantir o efeito demonstrativo.

*“A descrição degradante das condições de vida do cabra do eito que perpassa o fio narrativo dos cinco romances – seja através da voz do narrador de primeira pessoa (Menino de Engenho, Doidinho e Bangüê) seja através das personagens a quem o narrado de terceira pessoa delega as várias vozes da ficção (O Moleque Ricardo, Usina) – é reiteradamente atenuada pela relação paternalista que envolve o senhor-de-engenho e seus “servos”. Essa relação estabelece o ponto de vista dicotômico: positivo para o engenho e negativo para a usina, na qual, agora, o patriarca é substituído pelo patrão.”*⁹⁴⁵

Moema d’Andrea concorda quanto à associação entre essas duas classes, confirmando a pretendida aproximação entre proprietários e empregados – das unidades de produção que se não se modernizaram, os engenhos – contra a suposta nova ordem usineira que os privaria de tanta coisa boa: terra, sentimentos, produtos.⁹⁴⁶ A obra de José Lins do Rego foi um relato perene de manobras quase militares. As metáforas entregavam a intenção, falando de “inimigo [que] virara-se num exército com todas as armas afiadas.”⁹⁴⁷ Sendo um caso de “guerra”, a união sagrada na defesa comum se justificaria implicitamente.

*“Se atentarmos para o fato de que este trabalhador pertence ainda a esfera da acumulação primitiva do capital (banguzeiros, jandaeiros, vaqueiros) temos presente mais uma vez o saudosismo de que se reveste o ideário regionalista nordestino, conjugado à tendência de se fixar nos aspectos estritamente localistas. Se pensarmos também que, na década de 20, relações capitalistas mais definidas já estavam presentes na zona rural do Nordeste através das usinas, podemos concluir que não só os senhores de engenho, mas sobretudo os trabalhadores enfrentavam uma crise de valores impingidos pela nova ordem sobre a antiga: transição de uma cultura arcaica para uma cultura modernizante, engendrando novos conflitos de ordem social. Representá-los harmonicamente integrados ao trabalho não deixa de ser uma faceta ideológica acobertadora do uso exótico que deles é feito.”*⁹⁴⁸

Debateremos adiante o quanto essa visão, finalmente seduzida pela força literária, pode ser desafiada e qualificada, com a ajuda do próprio ponto de vista dos trabalhadores rurais.

Tableaux esclarecedores ou ‘écrans’?

Otto Maria Carpeaux, em “O Brasileiríssimo José Lins do Rego”, sublinhou o amálgama entre o aspecto pessoal e a dimensão épica que lhe parece dominar o *Ciclo da Cana-de-Açúcar*. “A obra de José Lins do Rego é ele mesmo. É profundamente triste. É uma epopéia da tristeza, da tristeza da sua terra e da sua gente, da tristeza do Brasil.”⁹⁴⁹ A espacialização dos sentimentos do autor ganhou a nação. “Seus romances demonstram todo um mal-estar com o presente, com a história, com o fluir do tempo. Por isso, ele busca construir a região, pelo menos como ficção, como um espaço estável, um espaço em luta contra o tempo.”⁹⁵⁰ Essa

⁹⁴⁵ D’ANDREA, Moema Selma. *A tradição re(des)coberta*. Op. cit., p. 77.

⁹⁴⁶ Por exemplo, a diminuição dos roçados oposta à produção dos antigos engenhos onde “as casas de farinha de seus moradores enchiam as feiras das redondezas.” REGO, José Lins do. *Bangüê*. Op. cit., p. 152.

⁹⁴⁷ Idem, p. 225.

⁹⁴⁸ Idem, p. 131.

⁹⁴⁹ “Prefácio”, *Fogo Morto*. Op. cit., p. XVII

⁹⁵⁰ ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. *O engenho antimoderno, A invenção do Nordeste*. Op. cit., p. 133.

dimensão coletiva da evocação pelo romancista de um mundo em declínio (apenas para uma fração da classe dominante) era, muitas vezes, enfatizada, pois posição de classe do autor-testemunha e de seus êmulos e ‘citantes’ (estaria tentada a dizer “recitantes”) continuava dominante, inclusive administrativa e ideologicamente.

Pois os *tableaux* que José Lins do Rego semeia ao longo dos seus romances, as cenas ao pé da bagaceira ritmando a narrativa, ganharam vida própria, revelando, através de recortes escolhidos, uma certa visão saudosista do mundo canavieiro. Eles transformaram essa realidade de exploração e opressão, superada apenas pela escravidão em crueldade e desumanidade, numa ‘idade de ouro’: experiência individual supostamente válida para todos, apresentada como a aspiração passadista de uma região inteira, de um “povo”, “independentemente” de posição de classe. Pois esta encontrou-se então “esquecida”, isto é, envolvida numa nebulosa de sensações e sentimentos remotos, cuja ligação com uma experiência pessoal precisa - a do autor - permitia atenuar sua característica de classe dominante. E essa pirueta foi precisamente possível por tratar-se de uma obra de ficção. Aí está talvez uma ilustração pelo avesso do *tableau*, em relação aos objetivos dos ensaios de Walter Benjamin: “*O cronista que se põe a contar os acontecimentos, sem distinguir pequenos e grandes, presta tributo à verdade de que nada do que alguma vez tenha acontecido pode ser considerado perdido para a história.*”⁹⁵¹ Reveladoras de aspectos históricos significativos, as lembranças romanceadas de José Lins do Rego se transformaram em ‘écran’, cortina de fumaça ou melhor, prisma deformante.

Tanto mais que, a repetição dos *tableaux* de José Lins do Rego no engenho de seus parentes, retomada com leves variantes por outros autores, consolidou-os num modelo. Ele reaparece nos discursos de membros no mundo acadêmico, empresários, políticos e até sindicalistas, decênio após decênio. Esta versão do passado instituiu-se, portanto, praticamente em História oficial, ‘memória coletiva’ de um povo, senão de uma nação, numa perspectiva situada além das classes. Desta forma, firmou linhas que se tornaram convencionais, influenciando decisões, reivindicações, atitudes. A obra literária foi um elemento-chave de um discurso histórico dominante. As “[c]ategorias estéticas, as noções desenvolvidas por Benjamin são ao mesmo tempo categorias historiográficas.”⁹⁵² Pois para Walter Benjamin, a história da literatura não existe. A História geral comporta a literatura como uma de suas formas. Isto demonstra a atualidade de sua obra para o debate, não apenas sobre a relação entre literatura (História literária, talvez mais especificamente) e História, mas dentro da própria história. Na medida em que a Nova História, em particular, abriu mais nitidamente as portas do reconhecimento acadêmico a novas fontes, ao mesmo tempo que novos temas e problemas, é

⁹⁵¹ BENJAMIN, Walter. “Teses sobre filosofia da História”. Op. cit., p.155.

⁹⁵² ESPAGNE, Michel. “Comptes rendus”. In: *Annales*. Op. cit., p.817.

doravante possível inserir na análise histórica dimensões fundamentais à compreensão de uma sociedade, mas que escaparam até então às abordagens mais clássicas. Importantes, tal a obra literária de José Lins do Rego, elas podem, doravante, ser submetidas à crítica de outras fontes.

Afinal, a História é (também?) um discurso. Sem dúvida, no caso em estudo, a questão do discurso e de sua construção historicamente apreensível está nitidamente associada a sua dimensão de “construtora de História”. Precisamente, é impossível entender o comportamento de uma classe chave - os senhores de engenho - e seus representantes, oficiais ou não, na administração pública (extremamente ativa no setor) sem levar em consideração a obra de um autor como José Lins do Rego. Não se questiona a autenticidade das lembranças nem dos sentimentos de dados indivíduos, mas a ampliação de sua abrangência em termos sociais, sua dimensão “imperial”, a maneira do avanço dos canaviais, segundo o poeta João Cabral de Melo Neto. O vasto público daqueles que cursaram o secundário assimilou as lembranças saudosistas dos engenhos bangüês de fogo morto, cristalizadas nos *tableaux* de José Lins do Rego, com sua nostalgia induzida obrigatória, independentemente da origem geográfica ou de classe e consciência social do leitor. Resultou disso uma combinação heteróclita, perpassada por toques emocionais, desequilibrando a base inteligível do passado recente da maioria da população. Constituiu-se numa memória coletiva da vida nos engenhos, na época em que a supremacia econômica restringiu-se à fração usineira da classe dominante. Dai a postura essencialmente saudosista desses escritos, refletindo a visão daqueles senhores de engenho que deixaram de fabricar açúcar. No entanto, a perda foi apenas parcial, pois continuaram monopolizando a terra.

*“O conservadorismo das frações da classe dominante cuja reprodução está garantida a ponto de ser óbvia, opõe-se assim às disposições reacionárias das frações que, ameaçadas no seu devir coletivo, só podem manter seu valor reportar-se ao e transportar-se no passado, ao referir-se a sistemas de valores, isto é, a uma lógica da determinação do valor que corresponde a um estado ultrapassado da estrutura do campo das classes sociais.”*⁹⁵³

IV.1. 2. AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA ZONA CANAVIEIRA SEGUNDO GILBERTO FREYRE

“He turned to Brazil’s majority – its people of color – but only to return them to ‘their place’.”

Jeffrey Needell⁹⁵⁴

Gilberto de Mello Freyre nasceu em 1900 numa família de plantadores de cana-de-açúcar, como José Lins do Rego. Vários autores apontaram para a importância de sua formação numa escola baptista.⁹⁵⁵ Posteriormente, ele prosseguiu com seus estudos na Universidade de

⁹⁵³ BOURDIEU, Pierre. *La Distinction*. Op. cit., p. 530.

⁹⁵⁴ NEEDELL, Jeffrey D. “Identity, Race, Gender, and Modernity in the Origins of Gilberto Freyre’s Oeuvre”. In: *American Historical Review*, vol. 100, nr 1, Feb. 1995, p. 65.

⁹⁵⁵ Continuada na Universidade de Baylor, também baptista, em Waco, Texas, nos Estados Unidos. Certos autores atribuem uma influência notável a essa formação no pensamento de Gilberto Freyre. Ver, por exemplo, ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. *Guerra e Paz, Casa-Grande & Senzala e a Obra de Gilberto Freyre nos Anos 30*. Rio de

Columbia, sob a orientação de Franz Boas, famoso por propor uma alternativa cultural às explicações biologizantes e evolucionistas, então em voga, na interpretação das sociedades. O itinerário pessoal de Gilberto Freyre, como o de José Lins do Rego, embora menos afirmado do que na obra de seu amigo,⁹⁵⁶ permeia tanto as preocupações, quanto a

“enorme quantidade de detalhes etnográficos instrumento de um discurso – a ponto de alguns críticos definirem sua história social do patriarcado escravocrata como uma saga”.⁹⁵⁷

Saga abertamente reivindicada como sendo proustiana, pois não são academicamente rejeitados os “*incidental, intimate detritus*”,⁹⁵⁸ envolvendo o autor e parentes: mais uma vez avô, avó. Aliás, sentimentos e saudades comuns, como a linhagem, a um grupo de intelectuais de grande relevo em diversos ramos do conhecimento,⁹⁵⁹ às vezes ligados por parentesco estreito, que articularam a realização tanto do Congresso Regionalista (1926) quanto do 1º Congresso Afro-Brasileiro (1934) contrapartida nordestina dos modernos paulistas,⁹⁶⁰ segundo Robert Levine:

“Sob a direção de Gilberto Freyre, os nordestinos escolheram um meio termo, adotando a experimentação estilística dos modernistas mas conservando-se fiéis às tradições regionais e lamentando os efeitos deletérios da modernização sobre a cultura dominante, do açúcar.”⁹⁶¹

Contemporânea dos romances de José Lins do Rego, a obra de Gilberto Freyre o influenciou sobremaneira, assim como gerações seguintes de autores nordestinos. A publicação de *Casa-grande e Senzala* (1933) seguiu imediatamente *Menino de Engenho*, o primeiro romance do *Ciclo da Cana-de-Açúcar* (1932). Amigos, os autores reivindicam, cada um a sua maneira, uma grande intimidade de pensamento: “*Escrevo sobre elle, e quase falo de mim mesmo, tanto me sinto obra sua, tanta influencia exerceu sobre a minha pobre natureza, tão sujeita aos ventos e aos tormentos das tempestades.*”⁹⁶² Gilberto Freyre, imune às mesmas, ou até mesmo promovendo-as com deleite, reconhecia a parceria intelectual com José Lins do

Janeiro: Ed. 34, 1994, p. 100 *et ss.* Ver também ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. *O engenho antimoderno*. Op. cit. p. 147.

⁹⁵⁶ Ele o defendeu diversas vezes de forma contundente. Ver, por exemplo: “A propósito do memorialismo de José Lins do Rego”, onde o descreve como “escritor por instinto” que “assimilou por empatia ao mundo que conseguiu recrear fazendo-se ponto de confluência de várias vidas e de vários passados.” DP 07.11.50.

⁹⁵⁷ SANSONE, Lívio. “As relações raciais em *Casa-grande e Senzala* revisitadas à luz do processo de internacionalização e globalização”. In: MAIO, Marcos Chor, e Ricardo Ventura Santos (Org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB [1996], 1998, p. 209. O autor se refere a LEMAIRE, R. 1988. *Freyre's Masters and the Slave as a saga*. Unpublished manuscript, Amsterdam: Faculteit der Letteren, University of Amsterdam.

⁹⁵⁸ NEEDELL, Jeffrey D. “Identity, Race, Gender, and Modernity...”. Op. cit., p. 57.

⁹⁵⁹ O que faz Manuel Correia qualificar seu trabalho de “polidisciplinar”. ANDRADE, Manuel Correia de. *Gilberto Freyre e os grandes desafios do século XX*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 18.

⁹⁶⁰ Ver a análise de Durval Muniz de Albuquerque, *O engenho antimoderno*, op. cit., no sub-capítulo “Regionalismo Tradicionalista e Modernismo”, p. 137 *et s.*

⁹⁶¹ LEVINE, Robert. *A velha usina*. Op. cit., p. 112.

⁹⁶² REGO, José Lins do. *Prefácio*. In: FREYRE, Gilberto. *Região e Tradição*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941, p.21.

Rego,⁹⁶³ que ele comparou a William Falkner (sic),⁹⁶⁴ mas no sentido quase exclusivo de sua própria contribuição como mentor, senão mestre: “É, eu o influenciei muito, o incentivei muito e orientei muito, mas não como mestre à procura de um discípulo.”⁹⁶⁵

Posteriormente, Gilberto Freyre e sua escola⁹⁶⁶ jogaram um papel absolutamente central na concepção atualmente dominante da história da região Nordeste, considerado como o berço histórico da colonização. Não apenas cronologicamente, mas como definindo uma civilização singular e, por extensão, capaz de cunhar uma identidade para o Brasil.

“Durante decênios, no Brasil, a interpretação ‘paternalista’ de Gilberto Freyre foi a visão historiográfica quase oficial. que influiu em vários outros estudos, principalmente de autores norteamericanos.”⁹⁶⁷

Outro gigante pensador do Brasil,⁹⁶⁸ Sérgio Buarque de Holanda, embora propusesse uma caracterização “semicapitalista” para o tipo de produção açucareira que os portugueses instalaram em terras brasileiras, “orientada sobretudo para o consumo externo”,⁹⁶⁹ designou também os engenhos como “a mola real da riqueza e do poder na colônia, os animadores reais da produção, do comércio, da navegação e de todas as artes e ofícios.”⁹⁷⁰ Citando Gilberto Freyre, ele insistiu na “autoridade do proprietário de terras”⁹⁷¹ bem como na autarcia de seus domínios, pois “o engenho constituía um organismo completo e que, tanto quanto possível, se bastava a si mesmo.”⁹⁷² A importância cardeal do objeto predileto de estudo, definido pela grande obra do Mestre de Apipucos – *Casa-Grande e Senzala* - encontrou-se assim confirmada,

⁹⁶³ Citado, junto com Joaquim Nabuco, Silvio Romero e Cícero Dias, entre os homens “que se tornaram expressões de força democrática, na vida brasileira”. FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1947, p. 136.

⁹⁶⁴ Idem, p. 19.

⁹⁶⁵ D’ANDREA, Moema Selma. *A tradição re(des)coberta*. Op. cit., p. 212.

⁹⁶⁶ Sua parte institucional reside na Fundação Joaquim Nabuco, em Recife, mas tem um raio de influência muito maior. As obras de Gilberto Freyre que tocam de perto o tema são: *Casa-grande e Senzala*, obra mestre, publicada em 1933; *Sobrados e Mucambos*. *Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil*. Rio de Janeiro: MEC/José Olympio, 1977 [1936]. *Nordeste*. Op. cit.; *Interpretação do Brasil*. Op. cit., e *Ordem e Progresso*, 1951.

⁹⁶⁷ MAESTRI Filho, Mário José. “Economia Política do Escravidismo Colonial”. In: *Folha de São Paulo*, 5 de novembro de 1986, p. 7.

⁹⁶⁸ No ensaio “O significado de *Raízes do Brasil*”, de 1967, Antônio Cândido associa para “refletir e se interessar pelo Brasil sobretudo em termos de passado” três livros: *Casa-grande e Senzala*, *Raízes do Brasil* e *Formação do Brasil contemporâneo*, sendo que o primeiro “é uma ponte entre o naturalismo dos velhos intérpretes da nossa sociedade, como Silvio Romero, Euclides da Cunha e mesmo Oliveira Vianna, e os pontos de vista mais especificamente sociológicos” posteriores, enquanto que as obras de Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior marcavam inovações de “perspectivas diferentes”. In: *Raízes do Brasil* [1936] 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 9 e 10.

⁹⁶⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Op. cit., p. 49. Embora, diferentemente de muitos autores, como Gilberto Freyre, ele destaque essa peculiaridade “as propriedades rurais destinadas à produção de gêneros exportáveis” (Idem, p. 88) dos grandes domínios rurais, cuja “ditadura” (Idem, p. 89) ele demonstra, não desestabiliza com isso a qualidade “autárcica” dos mesmos.

⁹⁷⁰ Idem, p. 80.

⁹⁷¹ Embora ele a trate de “caprichosa e despótica” a vontade do senhor-de-engenho (ibidem), nota o quanto essa atitude não sofreu radical crítica, pois “certas virtudes senhoriais ainda merecem largo crédito.” Ibidem, p. 83.

⁹⁷² Idem, p. 80.

até por autores de correntes de pensamento distintos, assegurando mais relevo ainda a sua contribuição. A originalidade do pensamento desses dois autores, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, foi unanimemente reconhecida. Suas conclusões foram muitas vezes adotadas como definitivas, notadamente quando se tratava do que consideram como especificidades da história brasileira: cordialidade⁹⁷³ para o segundo, confraternização entre as raças, para o primeiro. Duas noções, aliás, que parecem se abastecer mutuamente, em parte pelo fato de que seus atores eram os mesmos. Gilberto Freyre centrou sua demonstração, em matéria de cultura, nas relações desiguais entre classes (inclusive durante a fase escravista) - embora fossem apresentadas essencialmente como sendo de raças - enquanto que Sérgio Buarque de Holanda deteve-se mais nas relações distintivas dos brasileiros, descritas dentro da classe dominante, como realça Leite.⁹⁷⁴ Setenta anos após a publicação de *Casa-grande e Senzala*,⁹⁷⁵ a influência do ‘pensamento-Gilberto-Freyre’⁹⁷⁶ reiterado sob as mais diversas e nobres penas, seu legado “*persiste e se faz presente em reflexões contemporâneas sobre a nacionalidade*”,⁹⁷⁷ num exercício que beira, às vezes, o que Lourdes Martinez-Echazábal chama de “*ventriloquismo freyreano*”.

O “avanço civilizador da canna”⁹⁷⁸

Como o destaca Manuel Correia de Andrade, “*o eixo de seu pensamento é a análise da formação da sociedade patriarcal no Brasil*”, tendo sido exposto ao longo de três de suas mais importantes obras: *Casa-Grande & Senzala* (1933), *Sobrados e Mocambos* (1937) e *Ordem e*

⁹⁷³ A definição de Sérgio Buarque de Holanda situa o conceito no âmbito tratado por Gilberto Freyre: “*A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal.*” Idem, p. 146-147.

⁹⁷⁴ “*Na verdade, a primeira linha de pensamento – a descrição psicológica do brasileiro – só poderia sustentar-se, coerentemente, se as características fossem consideradas como permanentes e válidas para todas as classes sociais. Ora, como Sérgio Buarque de Holanda liga essas características à família patriarcal, é evidente que está falando na classe alta, dos grandes proprietários rurais. Se isso é evidente para o leitor, não é explicitado pelo autor, que por isso fala em características gerais e não em forma de domínio político. Isso fica muito claro quando se pensa na cordialidade: esta é, apesar de tudo que diz Sérgio Buarque de Holanda, forma de relação entre iguais, entre pessoas de classe alta, e não de relação entre o superior e o subordinado. A impressão contrária – que também aparece em Gilberto Freyre – não é cordialidade, mas paternalismo: como a distância entre as classes sociais é muito grande, a classe inferior tem atitude de condescendência para com a inferior, desde que esta não ameace o seu domínio. Nem é difícil concluir que essa mesma distância mascarou o preconceito racial no Brasil: os negros, colocados em situação que não ameaça os brancos são tratados cordialmente. No entanto, quando os negros ameaçaram essa posição, foram tratados com crueldade: é suficiente lembrar a história do bandeirante que exibia as orelhas dos negros mortos em Palmares.*” LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro*. 4 ed. São Paulo: Ática, 1994, p. 323-324.

⁹⁷⁵ Essa obra é “*até hoje o ensino brasileiro mais traduzido*”, lembra Roberto Ventura, *Casa-Grande & Senzala*, São Paulo: Publifolha, 2000, p. 12.

⁹⁷⁶ Talvez como se diz o “pensamento-Mao-Tse-tung”.

⁹⁷⁷ MARTINEZ-ECHAZÁBAL, Lourdes. “O culturalismo nos Anos 30 no Brasil e na América Latina”. Op. cit., p. 116.

⁹⁷⁸ FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. Op. cit., p.25. A expressão volta em outros trechos: “*cannavial civilizador*”, p. 111; “*civilização do cannavial*”, p. 113; “*avanço civilizador da canna de assucar*”, p. 114, etc.

Progresso (1959), cujos títulos mesmos mostraram algo da dialética tão prezada por esse estudioso. Contudo, José Honório Rodrigues sublinhou o conformismo da periodização assim adotada: “a velha trilogia periódica” de Cunha Matos no Instituto Histórico.⁹⁷⁹ O nexos desses volumosos livros (cada um com dois tomos) é a “*análise da família patriarcal no Brasil colonial, com o estabelecimento de um sistema econômico baseado no latifúndio, na monocultura e na escravidão*”, definidor do “*processo de ocupação do espaço*” e da “*transformação do mesmo em território*.”⁹⁸⁰ Considerados pilares do pensamento brasileiro, esses três livros foram incluídos, por exemplo, num conjunto de apenas treze livros intitulado “*Intérpretes do Brasil*”.⁹⁸¹

Como outras obras de grande envergadura, a “*trilogia explicativa*” de Gilberto Freyre suscitou apreciações que vão do panegírico mais entusiasta a considerações críticas. A própria identificação do gênero em que ela deveria ser encaixada, se romance ou vasto exercício autobiográfico, ou ainda – como se reivindica – estudo científico, é sujeito a debate.

“*Sob certos aspectos, Casa-grande & Senzala só tem um símile em nossa história literária: Os Sertões de Euclides da Cunha. Como os Sertões é um livro que, ostensivamente apresentado como de história ou de interpretação geral do Brasil, vale provavelmente como reconstrução literária – por isso mesmo ambígua, polivalente e imperecível. (...) Gilberto Freyre, depois de Casa-grande e Senzala, tenta ampliar o seu trabalho, pensando-o na continuidade histórica. (...) Os outros livros da série – Sobrados e Mocambos, Ordem e Progresso – apenas repetem o primeiro, e essa repetição, longe de ser um processo de esclarecimento ou ampliação, contribui apenas para banalizar as suas teses – pois estas já estavam implícita ou explicitamente apresentadas em Casa-grande & Senzala.*”⁹⁸²

Carlos Guilherme Mota mostrou como, nessa configuração social peculiar ao autor, “**o ensaísmo não surge apenas como o terreno ideal, mas como o discurso possível.**”⁹⁸³ Em nenhuma hipótese, obviamente, questionou-se a competência, nem a arte e habilidade do autor.

Meninos de engenho

Como em José Lins do Rego, as lembranças de infância, numa tentativa de reconstituição do mundo visto por seus “*olhos de criança*” e presente nas “*memórias de seus parentes idosos*”,⁹⁸⁴ foram incentivo e guia para a investigação acadêmica que se quer toda abrangente e definitiva nas suas conclusões. No caso de Gilberto Freyre, a dimensão pessoal transmutou-se num nível societal e não pretendia, como um *écran* ou uma pirueta romantizada

⁹⁷⁹ RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*. 5 ed., São Paulo: Editora Nacional, [1949] 1978, 142. Cunha Matos propôs, em 1838, no estudo “Dissertações acerca do sistema de escrever as várias fontes da história brasileira”, três épocas, sendo a primeira a dos povos aborígenes; a segunda, o período dos descobrimentos da colonização e da colônia; e a terceira, da Independência em diante.

⁹⁸⁰ ANDRADE, Manuel Correia de. *Gilberto Freyre e os grandes desafios do século XX*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 11

⁹⁸¹ Org. Silviano Santiago, Editora Nova Aguilar, 2000.

⁹⁸² LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro*. Op. cit., p. 299-300.

⁹⁸³ MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira*. Op. cit., p. 55. Trecho sublinhado pelo autor.

⁹⁸⁴ NEEDELL, Jeffrey D. “Identity, Race, Gender, and Modernity...” Op. cit, p. 64.

ou biográfica, protegê-lo de eventuais críticas. Ao contrário, a vivência dinamizou uma pesquisa livresca extensa. Ela serviu de barômetro de justeza e de plausibilidade, separando o relevante do secundário, fornecendo a justificativa implícita – o conhecimento pessoal – da escolha dos âmbitos explorados: a vida íntima na casa-grande, a etiqueta, a vida social, a culinária etc. da elite econômica. A experiência própria do autor pareceu, portanto, uma força propulsora da exposição, no sentido da sistematização de curiosidades (de outro modo pouco metódicas), além de grade de leitura em termos de interpretação. Ela justificou também o apego ao assunto e desculpa, de certo modo, as infinitas repetições.

Embora de pretensão olímpica⁹⁸⁵ e, nesse sentido, ambicionando dar conta e fornecer sentido histórico a toda uma sociedade, Gilberto Freyre jogou com os mesmos sentimentos que José Lins do Rego e, talvez, suscitou, por isso mesmo, um constante eco aprovador ao fio dos decênios por parte da elite local cuja linhagem era predominantemente similar à do autor.

*“A construção imagético-discursiva da região tem como tônica a tentativa de resgate destas raízes, que, quase sempre se embaralham com a infância do autor, na evocação da “sociedade patriarcal”. Construiu-se a região como topografia afetiva, como paisagem marcada por sentimentos e fatos cotidianos. A memória individual cruza-se com a memória coletiva e histórica, para traçar uma cartografia feita de imagens e enunciados familiares, infantis, de topos consagrados e cristalizados. Um espaço organizado, não só através das impressões visuais, mas através das impressões auditivas, táteis, imaginativas, a partir das histórias que entravam pelo ouvido e se elaboravam em imagem na cabeça de criança. Uma geografia poética com grande poder de impregnação.”*⁹⁸⁶

A extensa obra de Gilberto Freyre pareceu, portanto, abranger diversas dimensões, individuais e coletivas. Mas um coletivo restrito, vale salientá-lo, a uma fração de classe, a dos senhores de engenho que não se tornaram usineiros. Até mesmo segundo o iconoclasta Needell, a evocação da luta de classes em Pernambuco nos anos 1920 limitou-se à oposição entre *“cane farmers against usineiros”* tendo como efeitos secundário empurrar *“the rural proletariat from the wretched horror of the safra to the sordid squalor of burgeoning urban shantytowns”*.⁹⁸⁷

Significativamente, José Honório Rodrigues situou a produção de Gilberto Freyre no campo da história cultural, e não propriamente social, limitando, portanto, seu alcance, pois essa última

*“não consiste meramente ou principalmente na superfície irradiante das maneiras, costumes, modas, costumes (sic), e relações sociais.”*⁹⁸⁸

⁹⁸⁵ Em mais de um sentido. Ver a opinião a respeito de si próprio: *“Acho que apareço na história cultural do Brasil com o máximo de criatividade que admite ser eu considerado um gênio. E eu me considero”*. Entrevista concedida a Rosa Godoy e Moema D’Andrea. D’ANDREA, Moema Selma. *A tradição re(des)coberta*. Op. cit., p. 215.

⁹⁸⁶ ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. *O engenho antimoderno*. Op. cit., p. 120.

⁹⁸⁷ Com referência essencialmente Barros, *A década 20 em Pernambuco*. NEEDELL, Jeffrey D. “Identity, Race, Gender, and Modernity...”. Op. cit., p. 62.

⁹⁸⁸ RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*. Op. cit., p. 214. Ele define assim, acompanhando Trevelyan, a história social: *“seu fim pode ser definido como o estudo da vida diária dos habitantes nas idades passadas; inclui as relações humanas e econômicas de diferentes classes, o caráter da vida familiar e doméstica, as condições do trabalho e do lazer, a atitude do homem para com a natureza, a cultura de cada idade, como surge das condições gerais da vida e se manifesta em formas mutáveis na religião, literatura e música, arquitetura, conhecimento e pensamento”*, além de incluir intimamente a história econômica e demográfica. Idem, p. 215.

“Essas figuras, signos, temas que são destacados para preencher a imagem da região, impõem-se como verdades pela repetição, tornam-se familiares não apenas por serem vivenciadas, mas por serem ditas, lidas, ouvidas, vistas etc., e esta repetição vai lhe dando consistência interna e faz com que tal arquivo de imagens e textos possa ser agenciado e vir a compor discursos que partem de paradigmas teóricos os mais diferenciados.”⁹⁹⁰

Durval Muniz de Albuquerque.

Quando da publicação de suas obras-primas, a evolução recente da sociedade açucareira marcava uma época nova, tratada com o mesmo repúdio por José Lins do Rego e Gilberto Freyre. Regionalistas, eles lamentaram a investida moderna, urbana, estranha à região, ameaçadora em relação ao mundo que consideravam não apenas deles, mas desejável para todos. No *Manifesto regionalista* de 1926, Gilberto Freyre percebeu um movimento que tomava vulto como “um novo regionalismo, um novo brasileiro e um novo humanismo”.⁹⁹¹ Ele recusou, portanto, as acusações levantadas contra os regionalistas, tidos como “retrógrados e bairristas”;⁹⁹² sem medo do paradoxo, aceitou o qualificativo. Contra o modernismo paulista, a urbanização e cosmopolitismo, Gilberto Freyre procurou o verdadeiro Brasil, o do povo:

“no Nordeste, quem se aproxima do povo desce a raízes e a fontes de vida, de cultura e de arte regionais. Quem se chega ao povo está entre mestres e se torna aprendiz por mais bacharel em Direito que seja ou por mais doutor em Medicina.”⁹⁹³

Em outros termos, traduz Needell, a modernização, isto é “(cities, classe conflict, bourgeois values) undercut patriarchy (countryside, class harmony, paternalist and aristocratic values) in a perversion of the natural order inflicted on Portuguese and Brazilian landed patriarchs by mobile, parasitic, alien Jews and their modern-day counterparts.”⁹⁹⁴ Pois o seu propósito era reencontrar raízes, princípios fundadores. Esses tinham implantação geográfica na sua região natal. Nas suas bases, “a história do Brasil foi a história do assucar”,⁹⁹⁵ isto é, nordestina. Inspirado em Frédéric Mistral (1830-1914), poeta cuja obra, em occitã,⁹⁹⁶ foi coroada pelo Prêmio Nobel (1904), Gilberto Freyre realçou a dimensão regional despojada da preocupação lingüística (não francesa!) central original, expressa no movimento do *Félibrige*.

⁹⁸⁹ Oliveira Lima citado por FREYRE, Gilberto. “Aspectos de um século de transição no Nordeste do Brasil”. In: *Região e Tradição*. Op. cit., p. 193.

⁹⁹⁰ ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. *O engenho antimoderno, A invenção do Nordeste*. Op. cit., p. 93-94.

⁹⁹¹ FREYRE, Gilberto. *Região e Tradição*. Op. cit., p. 35.

⁹⁹² ANDRADE, Manuel Correia de, *Gilberto Freyre e os grandes desafios do século XX*, op. cit., p. 31. “Talvez seja bairrismo”. FREYRE, Gilberto, *Nordeste*, op. cit., p. 29.

⁹⁹³ FREYRE, Gilberto. *Manifesto Regionalista*. Recife: Região, 1926, p. 68-69. Apud BROOKSHAW, David. *Raça e cor na literatura brasileira*. Op. cit., p. 103.

⁹⁹⁴ NEEDELL, Jeffrey D. “Identity, Race, Gender, and Modernity...”. Op. cit., p. 74.

⁹⁹⁵ FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. Op. cit., p. 28.

⁹⁹⁶ *Mirèio* 1859; *Calendal* 1866; *La rèino Jano* 1890; *Les Oulivadou* 1912.

“O Regionalismo para ele era aquela parte da França que, ele alegava, Paris havia deixado de tomar em consideração, na sua influência sobre a formação francesa – o Sul da França. Mistral, curiosamente, não era historiador. Mistral era um grande poeta. Enriqueceu a língua francesa com a sua poesia. De modo que meu Regionalismo não é de base brasileira.”⁹⁹⁷

Seguindo Maurras (1868-1952),⁹⁹⁸ cuja herança política se comprovaria lamentavelmente na sua atuação pública durante os anos cinquenta e sessenta,⁹⁹⁹ Gilberto Freyre reivindicou a grande influência “*regional dentro do nacional*”.¹⁰⁰⁰ Pois essa era a ambição maior. À indagação: “*Uma totalidade brasileira. Você diz, sim, mas você só interpreta o Nordeste...*”, ele respondeu peremptório: “*Não, eu interpreto o Brasil.*”¹⁰⁰¹ E esse “*Brasil é uma região; em grande parte uma região natural (...) e cultural*”.¹⁰⁰² Num jogo de escalas, que era também jogo de palavras, resgatando potencial e efetivamente todas as especificidades que desejava evidenciar, ele enfrentou o tão premente desafio de “*combinar diversidade com unidade.*”¹⁰⁰³

A textura do tecido nacional assim vislumbrado era cultural.¹⁰⁰⁴ Seu nexos encontrava-se no perímetro da casa-grande do engenho de açúcar da zona canavieira de Pernambuco, e seus agentes privilegiados eram seus habitantes – chamados, às vezes, genericamente de ‘povo’-deste espaço reduzido mas eleito como germinal, estruturador de qualquer construção maior, em virtude da história. Assim, se a questão racial era declarada situar-se na “*definição central da sociedade brasileira*”,¹⁰⁰⁵ no entanto, o que estava em jogo era “*uma apologia estática e benigna da elite provinciana dos plantadores projetada no meio do século XIX.*” José Lins do Rego reivindicava esse significado, no Prefácio à coletânea de textos de Gilberto Freyre intitulada *Região e Tradição*:

“O regionalismo de Gilberto Freyre é (...) no plano político o contrário do estadualismo que a República implantara; no plano artístico é uma sondagem na alma do povo, nas fontes de folclore, no que há de grande e vigoroso na alma popular.”¹⁰⁰⁶

Retomada por Darcy Ribeiro, afirmou-se a idéia de que o âmbito considerado era maior que a abrangência imediatamente descrita na obra deixaria supor, pois seu

“locus de influência [é] ainda mais amplo. Quer dizer, (...) para Freyre o Nordeste em geral, e a Plantação em particular, constituem os limites de suas reflexões – se bem que por meio deles estabelece uma relação metonímica com a nação”.¹⁰⁰⁷

⁹⁹⁷ Entrevista com Gilberto Freyre. In: D’ANDREA, Moema Selma. *A tradição re(des)coberta*. Op. cit., p. 201.

⁹⁹⁸ Escritor e homem político sensível às idéias anti-democráticas de Renan e Barrès. Organiza a Ação Francesa de extrema direita, atuante até 1944. Colaborador do regime de Vichy, é condenado à reclusão em 1945.

⁹⁹⁹ Particularmente no apoio à ditadura fascizante de Salazar e ao golpe militar de 1964, no Brasil.

¹⁰⁰⁰ Entrevista com Gilberto Freyre. In: D’ANDREA, Moema Selma. *A tradição re(des)coberta*. Op.cit., p. 202.

¹⁰⁰¹ Idem, p. 214.

¹⁰⁰² FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil*. Op. cit., p. 149.

¹⁰⁰³ Idem, p. 160.

¹⁰⁰⁴ Ver MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira*. Op. cit., p. 57 et ss.

¹⁰⁰⁵ D’ANDREA, Moema Selma. *A tradição re(des)coberta*. Op. cit., p. 71.

¹⁰⁰⁶ FREYRE, Gilberto. *Região e Tradição*. Op. cit., p. 19-20.

Na análise de Durval Muniz, esse fenômeno era típico dos regionalismos. Eles pensavam a nação e sua unidade “a partir de dados locais”,¹⁰⁰⁸ demonstrando uma “ousada capacidade de generalizar.”¹⁰⁰⁹ No entanto, o estudioso identificava em Gilberto Freyre qualidades inovadoras que o distinguiam de seus antecessores: “Seu regionalismo não é mera justificativa ideológica de um lugar social ameaçado, e sim uma nova forma de ver, de conhecer, de dizer a realidade, só possível com a emergência da nação, com o grande problema a ser respondido.”¹⁰¹⁰ Como em José Lins do Rego, um “regionalismo de síntese”, “em busca de essência” a partir da “observação profunda de suas partes fragmentadas”. Todavia, arvorava a posição otimista e propositiva de um “Brasil como nação culturalmente criadora”.¹⁰¹¹ Identificando o perigo de um empobrecimento cultural do mundo através da “monotonia cultural” que “provém da influência do industrialismo capitalista norte-americano”, Gilberto Freyre apelava insistentemente para “a necessidade de um regionalismo criador em oposição aos muitos excessos da centralização e da unificação política e da cultura humana.”¹⁰¹² A proposta era tão mais sedutora e estimulante que cobria, de uma vez, duas vertentes: propunha-se a realçar a experiência histórica brasileira na sua grande originalidade; e a dotava de potencial universal enquanto modelo vanguardista em escala mundial, resistindo a todos os imperialismos. No entanto, destaca Brookshaw, essa proposta interpretativa comportava uma

“qualidade fundamentalmente conservadora do regionalismo de Freyre” que se “refletiu em sua última obra sobre a história social da escravidão no cinturão do açúcar do Nordeste, Casa-grande e senzala.” Pois “essa obra foi uma avaliação positiva do sistema patriarcal de relações desenvolvidas entre senhor e escravo, um sistema significativamente em rápido declínio na época em que Freyre a estava escrevendo.”¹⁰¹³

Embora se possa questionar a compactação do tempo operada por esse autor, sua análise evidenciou as convergências entre José Lins do Rego e Gilberto Freyre. Décênios a fio, suas idéias, expostas e publicadas com ímpar abundância, foram retomadas e ecoadas pelas mais diversas abordagens, acadêmicas ou não, no âmbito maior da historiografia sobre a região. O registro da questão racial era apresentado como o único apropriado para tratar da sociedade rural, ao mesmo tempo em que se ratificava o ponto de vista de classe dos senhores-de-engenho em luta de prestígio e econômica (antes do IAA) com seus irmãos e primos usineiros. Aceitava-se tal ponto de vista como óbvio. Resultou dessa naturalização da problemática, a ocultação da questão de classe por trás da de raça. Pois, como o sublinhou Moema d’Andrea, no entremeado

¹⁰⁰⁷ MARTINEZ-ECHAZÁBAL, Lourdes. “O culturalismo nos Anos 30 no Brasil...” Op. cit., p. 116.

¹⁰⁰⁸ ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. *O engenho antimoderno*. Op. cit., p. 93.

¹⁰⁰⁹ RODRIGUES, José Honório. *Vida e História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 19.

¹⁰¹⁰ Idem, p. 137.

¹⁰¹¹ FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil*. Op. cit., p. 148.

¹⁰¹² Idem, p. 145 e 144.

das problemáticas “[e]ssa nordestologia embutida no Regionalismo-tradicionalista estaria, assim, analogicamente ligada à estrutura de classe patriarcal açucareira do Nordeste através da temática regionalista.”¹⁰¹⁴

A “mestiçagem santificada”¹⁰¹⁵

A questão racial, na interpretação predominante na época em que Gilberto Freyre começou a publicar, era colocada como central no devir histórico do Brasil, expressando, através de propostas diversas, “a terrível ansiedade das elites em assimilar os avanços do mundo civilizado, o ‘ser moderno’, e fazer parte da grande comunidade ocidental.”¹⁰¹⁶ Dominado pela figura tutelar de Raimundo Nina Rodrigues,¹⁰¹⁷ a “estranha ciência”¹⁰¹⁸ eugênica condenava o país em razão do diagnóstico de “degeneração racial” pronunciado em relação à população “mestiça”.¹⁰¹⁹ Seu branqueamento ou arianização, por meio de imigração ou interpretação de predominância ‘branca’ nas diversas misturas, garantiria a salvação da

¹⁰¹³ BROOKSHAW, David. *Raça e cor na literatura brasileira*. Op. cit., p. 103.

¹⁰¹⁴ D’ANDREA, Moema Selma. *A tradição re(des)coberta*. Op. cit., p. 37.

¹⁰¹⁵ Expressão tomada emprestado da obra de MARTINEZ-ECHAZÁBAL, Lourdes. “O culturalismo nos Anos 30 no Brasil...”. Op. cit., p. 117.

¹⁰¹⁶ MARTINEZ-ECHAZÁBAL, Lourdes. “O culturalismo nos Anos 30 no Brasil...” Op. cit., p. 109.

¹⁰¹⁷ Falecido em 1906, sua obra foi continuada por seus alunos e pela publicação póstuma de livros tão divulgados e referenciados quanto *Os Africanos no Brasil*, saído no mesmo ano de *Casa-grande e Senzala*. Exponente importante da grande corrente brasileira de médicos que se sentiam responsáveis para “elaborar uma estratégia no sentido de “gerenciar” [a] população marginalizada”. “A convicção dos médicos eugenistas era de que tão logo a eugenia fosse compreendida e posta em prática, essa “ciência” seria a esperança e o remédio para os males que tinham origem fundamentalmente nas diversas constituições hereditárias dos seres humanos.” MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. *Uma estranha noção de ciência*. Op. cit., p. 14 e 21, respectivamente. Francisco Iglésias identifica nisso “o processo de biologização da ciência social”. IGLÉSIAS, Francisco. *História e Ideologia*, São Paulo: Perspectiva, 1981, p. 97. Ibidem, p. 14.

¹⁰¹⁸ Termo cunhado por Carlos Miranda. Idem.

¹⁰¹⁹ Ver as obras de Francisco José de Oliveira Vianna (1883-1951), particularmente importante em virtude das responsabilidades que ele assumiu na máquina do Estado brasileiro. Ele manifesta sua preocupação com a possibilidade de derivar políticas públicas dos estudos: “Em summa o que nós desejamos [é] dar bases científicas para a solução de alguns problemas mais urgentes e imperativos, como os que se prendem à formação de nossa nacionalidade no seu aspecto quantitativo e no seu aspecto qualitativo. Ou o da selecção eugénica da imigração. Ou o da distribuição racional das ethnias arianas segundo o criterio da sua maior ou menor adaptabilidade às diversas zonas climáticas do país.” VIANNA Oliveira. *Raça e Assimilação*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1932, p. 86. Preocupado em evitar “que os puro-sangue arianos, concentrados nas camadas superiores, acabassem contaminados pelo sangue do negro e pelo sangue do índio”, “dois sangues barbaros”, ele propõe um sistema comparável ao apartheid, inclusive tratando da “distribuição, em nosso território, dos diversos “tipos” ou das diversas “ethnias” européias segundo o criterio da sua maior ou menor acclimatabilidade.” Idem, p.95, 94 e 69. Todos os cálculos preconceituosos do autor levam-no a conclusões radicalmente antitéticas às propostas de Gilberto Freyre, inclusive em termos de equilíbrio nacional: “O destino do Nordeste está traçado (...) é ficar cada vez mais subordinado à influencia dominadora dos grandes campos de atracção do sul. Equivale dizer que elle está condenado a ceder (...) seus elementos mais eugénicos, isto é, mais ousados, activos, ambiciosos e energicos, às actividades civilizadoras das regiões meridionais.” Idem, p. 235. VIANNA Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. Ver a abrangência desse tipo de concepção entre as autoridades brasileiras e as diversas aplicações – “prophylaxia dos delictos”, por exemplo – In: FERRAZ, Álvaro e Andrade Lima Junior. *A Morfologia do Homem do Nordeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939, p. 8 et ss. Os autores eram médicos empregados pelo exército, dedicando seu estudo a recrutas para a “selecção de especialistas.[a] formação de unidades com função special, [a] escolha de candidatos aos diferentes cursos, [a] organização de classes de alunos de nivel mental homogêneo”. Idem, p. 14. Os autores tomam Gilberto Freyre como fonte de inspiração para esboçar uma parte fotográfica do estudo. Idem, p. 320.

“esterilidade” cultural prometida à nação pela autoridades médicas maiores, inspiradas em sumidades mundiais como Louis Agassiz (1807-1873), Gobineau (1816-1882), Paul Broca (1824-1888) e Cesare Lombroso (1835-1909).

“Entende (sic) esta questão com o cerne mesmo da constituição de nossa nacionalidade”, escreve Nina Rodrigues, “em que intimamente se fundiram com o Negro Americano em parte, mas sobretudo o Branco. Em torno deste fulcro – Mestiçamento – gravita o desenvolvimento da nossa capacidade cultural e no sangue negro havemos de buscar, como em fonte matriz, com algumas das nossas virtudes, muitos dos nossos defeitos.”¹⁰²⁰

A proposta freyriana prolongou esse debate, engajado por Nina Rodrigues de forma mais instigante que geralmente se pensa,¹⁰²¹ não tanto quanto à relevância do arcabouço teórico da linhagem determinista e sombria de Lombroso, (embora referência fosse feita a seu mestre Franz Boas que personificava a outra proposta: histórica), mas quanto às conclusões: a miscigenação, patologia social, segundo o chefe da Escola da Bahia,¹⁰²² poderia - ou mesmo deveria, em virtude da afirmação da glória nacional - ser considerada sob o ângulo, até então por demais desprezado, de seus efeitos positivos: beleza, resistência ao clima tropical etc... Ou seja, nas belas palavras de Roberto Ventura, “[a]ntes vista com um misto de horror e vergonha, a mestiçagem se convertera em fusão harmoniosa de raças e culturas e em valor a ser preservado, por garantir a especificidade do Brasil diante das outras nações.”¹⁰²³ Com essa proposta, “nada menos que subversiva”,¹⁰²⁴ Gilberto Freyre ilustrava magistralmente o que Lourdes Martinez-Echazabal identificou como paradigma que “tem como meta a regeneração e reivindicação da identidade mestiça do homem latino-americano no contexto ocidental.”¹⁰²⁵ Tentativa titânica da qual o autor estava plenamente consciente.

Com audácia, Gilberto Freyre puxou a proposta até extremos interessantes. Por exemplo, a ‘mestiçagem’ antiga e não-européia dos próprios portugueses,¹⁰²⁶ particularmente dos seus camponeses: “alguns deles com sangue de africano do norte: árabes, mouros e mesmo negros. E o resultado da sua obra, na América tropical, pode-se apresentar hoje ao mundo como um dos mais felizes esforços de colonização realizada não tanto por europeus, como por semi-europeus.”¹⁰²⁷ De certo modo, além da perspicácia histórica, o argumento era percutante por

¹⁰²⁰ NINA RODRIGUES. *Os Africanos no Brasil*. Op. cit., p. 31-32..

¹⁰²¹ Ver o belo estudo de Mariza CORREA, *As Ilusões da Liberdade: a escola de Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*, (Tese de Doutorado em Antropologia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1982). Bragança Paulista, BP: Edusf, 1998.

¹⁰²² Ver, particularmente, “Aspectos de um século de transição no Nordeste do Brasil”, de 1925, como muitos trechos de obras posteriores. FREYRE, Gilberto. *Região e Tradição*. Op. cit.

¹⁰²³ VENTURA Roberto. *Casa-Grande & Senzala*. Op. cit., p. 32-33.

¹⁰²⁴ BROOKSHAW, David. *Raça e cor na literatura brasileira*. Op. cit., p. 104.

¹⁰²⁵ MARTINEZ-ECHAZÁBAL, Lourdes. “O culturalismo nos Anos 30 no Brasil...” Op. cit. p. 109.

¹⁰²⁶ Aspecto destacado pelos antecessores de Gilberto Freyre, inclusive Oliveira Vianna, embora com ênfase distinta.

¹⁰²⁷ FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil*. Op. cit., p. 74.

devolver ao continente supostamente superior e “puro”, a gênese plural de sua população e civilização, destacando audaciosamente o aporte árabe e africano.

Jeffrey D. Needell¹⁰²⁸ propõe uma leitura incisiva da obra de Gilberto Freyre mostrando a relação entre as dimensões - classe e raça - e o esforço para tornar ambos destinos desejáveis:

*“He first popularized and legitimized the notion that Africans had made a positive contribution to Brazil. He joined other in championing the positive role of the plantation and its patriarchal family. Both stances were connected to his effort to establish the colonial slave plantation as the origin and classic expression of Brazilian civilization.”*¹⁰²⁹

De forma lapidar, esse autor resumiu a tentativa freyriana de demonstrar como *“hegemonic race relations, miscegenation, and a reactionary authoritarianism joined to compose the matrix for what was essentially Brazilian.”*¹⁰³⁰ Needell enfatiza que *“Miscegenation and identity with patriarchy are key here. For Freyre to engage the issue of Brazilian origins at the level of race mixing was to address sexuality and gender relations between the races.”*¹⁰³¹ A questão de gênero adotou também contornos instigantes, apontando para conclusões desafiadoras: *“For Freyre, sexual activity and racial domination are metaphors for one another, and they form the matrix for Brazilian society.”*¹⁰³² Seria fascinante tratar tão rico assunto. Tanto mais que era maciça, senão reconhecidamente central na obra, a dimensão de gênero e a temática sexual, aliás como em José Lins do Rego. No entanto, no presente trabalho, é a de classe que predomina. Obviamente, ambas estão estreitamente ligadas, na medida em que foram as trabalhadoras que sofreram o que Needell chama justamente de *“rape”*¹⁰³³ para levar adiante o processo tão valorizado de miscigenação genética. São elas também que operaram, trabalhando na casa-grande, como educadoras e cozinheiras, a miscigenação cultural.¹⁰³⁴

Hoje em dia, só os discípulos mais fieis do mestre de Apipucos disputem a presença de traços racistas na obra de Gilberto Freyre, não apenas em relação aos negros, mas também aos índios,¹⁰³⁵ judeus¹⁰³⁶ e mouros.¹⁰³⁷ Tais manifestações eram, às vezes, abrandadas como o cunho

¹⁰²⁸ NEEDELL, Jeffrey D. “Identity, Race, Gender, and Modernity...” Op. cit. p. 51-77.

¹⁰²⁹ Idem, p. 52.

¹⁰³⁰ Idem, p. 53.

¹⁰³¹ Idem, p. 69.

¹⁰³² Idem, p. 71.

¹⁰³³ Idem, p. 70.

¹⁰³⁴ Ver também as hipóteses avançadas a esse respeito em ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. *Guerra e Paz*. Op. cit.

¹⁰³⁵ Ver, por exemplo, FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala*, 12 ed. brasileira, 13 ed. em língua portuguesa. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1963, p. 149 e 150, quando são descritos como *“raça atrasada”* e *“bando de crianças grandes”*.

¹⁰³⁶ NEEDELL, Jeffrey D. “Identity, Race, Gender, and Modernity...” Op. cit., p. 74 nota 77, aponta o antisemitismo. A origem *“semita”* do impulso mercantil (*Interpretação do Brasil*, op. cit., p. 53, 56, 58, 60, 62); a *“plasticidade do colonizador português”*, atribuída à *“mistura da gente de Portugal com o povo semítico”* (p. 64 etc.). O aspecto caricatural do antisemitismo está evidente em *A Interpretação do Brasil* (por exemplo: *“muito judeu astuto, dos sefárdicos, procurou disfarçar o seu nariz semítico debaixo de tais óculos”* p. 51. O impacto de tais frases é maior pelo fato de terem sido escritas precisamente na época da ‘descoberta’ dos campos de concentração

“apolíneo” das danças ameríndias, “diria Ruth Benedict”, opostas às manifestações “dionisiacas” dos “xangôs afro-brasileiros”.¹⁰³⁸ Geralmente o preconceito aparecia revestido de costumeiros caricaturização e desprezo, repetindo os mais absurdos dos chavões. Mas sua proposta de leitura da história da região permaneceu otimista, dando afínco para uma celebração de “seu próprio esplendor”.¹⁰³⁹ Talvez essa conclusão reconfortante lhe valesse um generoso esquecimento de julgamentos discriminatórios por demais sintonizados com os sinistros desdobramentos segregacionistas de nosso tempo. Um pudico véu fora estendido sobre afirmativas racistas e sexistas, sustentado pelo culto institucional que lhe é celebrado.

Eugenia x miscigenação: Nina Rodrigues vs Gilberto Freyre?

No seus escritos, Gilberto Freyre deambulou entre linhas explicativas normalmente opostas. Ora, o autor não resistiu à atração da forte tradição eugênica da Escola de Medicina da Bahia, citando, nem sempre para rebatê-los inteiramente, todos os argumentos da panóplia rodriguesca: do índice nasal¹⁰⁴⁰ à forma do crânio, seu peso ou volume,¹⁰⁴¹ à classificação sangüínea, glândulas endócrinas¹⁰⁴² etc. com diagnósticos que eugenistas clássicos não recusariam: “*O intercurso sexual de brancos dos melhores stocks – inclusive eclesiásticos, sem dúvida nenhuma dos elementos mais seletos e eugênicos na formação brasileira*”.¹⁰⁴³ Ora, faz um balanço, sempre positivo, do resultado - a miscigenação - em virtude da tradição histórico-cultural de Boas, dentro da ampla explicação do evolucionismo cultural.¹⁰⁴⁴ Mas sua compreensão do legado do pioneiro que foi seu mestre, parece sempre deslizar novamente em direção aos velhos conceitos, caros à escola de Nina Rodrigues. Esse último está, aliás, sempre presente entre as figuras tutelares evocadas nos eventos promovidos por Gilberto Freyre. Assim, em *Sobrados e Mocambos*, ele não hesitou em afirmar:

“Que existem entre os sexos diferenças mentais de capacidade criadora e de predisposição para certas formas de atividade ou de sensibilidade, parece tão fora de dúvida quanto existirem diferenças semelhantes entre as raças. Não é certo que a escola de Boas pretenda ter demonstrado, como supõem

nazistas). Esse tipo de abordagem crítica não permanece sem resposta; ver, por exemplo, o protesto de Edson Nery da Fonseca em “Gilberto, um anti-semite?”. In: *Jornal do Commercio*, 26.11.1995. Entre os argumentos de defesa, o fato de o autor ter amigos judeus.

¹⁰³⁷ “*Isolamento árabe*”, “*submissão muçulmana*”, por exemplo. FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala*, [1933] 15 ed., Recife: Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), 1970, V.II, p. 363.

¹⁰³⁸ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala*. [1933] 1970. Op. cit., p. 314.

¹⁰³⁹ NEEDELL, Jeffrey D. “Identity, Race, Gender, and Modernity...” Op. cit., p. 67.

¹⁰⁴⁰ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala*, [1933] 1970. Op. cit., p. 383.

¹⁰⁴¹ Idem, p. 320. Essa página mostra inegavelmente o fascínio pelo exercício “científico”, quando ele debate não a metodologia, mas a colocação do “negro” na hierarquia.

¹⁰⁴² Idem, p. 315.

¹⁰⁴³ Idem, p. 478.

¹⁰⁴⁴ Por exemplo, em relação à qualidade de “*plasticidade*”, tão essencial ao projeto nacional brasileiro, ele declara os japoneses “*[m]enos hirtos que os anglo-saxões, que os alemães, que os poloneses, que os russo-alemães. Mas sem a plasticidade, é claro, dos italianos, em face de um país quente já latinizado ou romanizado pela colonização hispânica e Católica*.” FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Op. cit., v.2, p. 446.

alguns dos seus intérpretes mais apressados, ou dos seus críticos mais ligeiros, a inexistência de diferenças entre as raças, cuja variedade seria só a pitoresca, de cor de pele e de forma de corpo. O que aquela escola acentuou foi o erro de interpretação antropológica de se identificarem as diferenças entre as raças, com idéias de superioridade e inferioridade; e principalmente, o de se desprezar o critério histórico-cultural na análise das supostas superioridades e inferioridades de raça.”¹⁰⁴⁵

Esse tipo de raciocínio lembra as justificativas das políticas discriminatórias vigentes, até os anos 1960, no mundo africano e asiático colonizado pelos europeus, bem como nos Estados Unidos, numa versão mais sofisticada, sob o lema “*Separate but Equal*”¹⁰⁴⁶. É o que Durval Muniz chama de “*pensamento de transição*”.¹⁰⁴⁷

A convocação do 1º Congresso Afro-Brasileiro, em 1934, num ambiente dominado por correntes eugênicas predominantes,¹⁰⁴⁸ foi notável e audacioso. No entanto, o segundo volume de seus Anais foi significativamente dedicado a Nina Rodrigues. Nos trabalhos, as mais tradicionais linhas explicativas eugênicas conviviam com um singular artigo tratando de classes, redigido por um marxista, Edison Carneiro, membro do Partido Comunista na Bahia; sua contribuição se intitulava: “Situação do Negro no Brasil”.¹⁰⁴⁹ Gilberto Freyre, que assinou várias contribuições, se orgulhava, enquanto organizador do evento, da participação até mesmo de “*cozinheiras velhas*” e “*negros de engenhos*”.¹⁰⁵⁰ Realmente, num artigo muito curto, o trabalhador Jovino da Raiz,¹⁰⁵¹ abraçou a tese central do autor de *Casa-grande e Senzala*, completando-o. Confirmando, ele não reinterpreto, muito menos reinventou uma visão que poderia se beneficiar do seu singular ângulo de observação. Apenas propôs uma repetição que tendeu ao fortalecimento do mito, precisamente destinado a apagar a distinção de classe, paradoxalmente ilustrada, mais do que representada, na sua presença/fala, como trabalhador.

Entretanto, a simples presença desse trabalhador na ocasião constituiu, sem dúvida, um fato inédito no Brasil como em muitos outros ambientes não revolucionários. Junto com outros aspectos do projeto, ela serviria de prova à acusação, feita por setores conservadores, ao coordenador de instalar-se “*no Brasil a serviço do Komintern*”.¹⁰⁵² Denunciado por meios da

¹⁰⁴⁵ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos. Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil*. Rio de Janeiro: MEC/José Olympio, [1936] 1977, p. 105. Ênfase desta Autora.

¹⁰⁴⁶ Legislação sustentando medidas segregacionistas em certos Estados dos USA até os anos 1960.

¹⁰⁴⁷ ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. *O engenho antimoderno, A invenção do Nordeste*. Op. cit., p.148.

¹⁰⁴⁸ O Primeiro Congresso de Eugenia ocorreu, em 1929, sob “o patrocínio e beneplácito da Academia Nacional de Medicina”. Em 1933, a Assembléia Constituinte abrigou debates propondo medidas restritivas radicais à entrada de imigrantes considerados ‘indesejáveis’, particularmente africanos. A constituição de 1934 constituiu uma “*vitória parcial dos eugenistas*”. MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. *Uma estranha noção de ciência*. Op. cit., p. 30 e 32.

¹⁰⁴⁹ In: *Estudos Afro-Brasileiros*. Recife: Fundaj: Massangana, [1934] 1988, p 237-241.

¹⁰⁵⁰ FREYRE, G. “O que foi o 1º Congresso Afro-Brasileiro do Recife”. In: *Novos Estudos Afro-Brasileiros*, Recife: Fundaj:Massangana, 1988 (fac-simile de Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1937), p. 48.

¹⁰⁵¹ RAIZ, Jovino da. “O Trabalhador Negro no Tempo de Banguê Comparado com o Trabalhador Negro no Tempo das Uzinas de Assucar”. In: *Estudos Afro-Brasileiros*. Recife: Fundaj: Massangana, [1934] 1988, p. 191-194.

¹⁰⁵² Reportagem em Folha da Manhã “Como se conta a História”, 28/07/1938, p. 2.

direita como “*anarquista, comunista perigoso e pornográfico*”,¹⁰⁵³ Gilberto Freyre seria vítima de encarceração, assim como vários dos participantes, inclusive Ulysses Pernambucano. Corajosamente, afirmavam sua originalidade de pensamento.

“*Esse grupo de pesquisadores do Recife é hoje um dos que mais insistem na face social e no que se pode chamar o aspecto regional – isto é, de meio social, inclusive o economicos – da psiquiatria. (...) Signal de que não veem encontrando no mestiço ou no negro do Nordeste, aquella absoluta inferioridade de raça ou de sub-raça em que acreditara Nina Rodrigues.*”¹⁰⁵⁴

No entanto, o que predominava nos trabalhos do 1º Congresso Afro-brasileiro, como testemunham os anais posteriormente publicados em dois volumes,¹⁰⁵⁵ era a congregação das tradicionais problemáticas já investigadas antes. O objetivo dessa iniciativa era dar

“*novo feitiço e novo sabor aos estudos afro-brasileiros, libertando-os do exclusivismo academico ou scientificista das “escolas” rígidas, por um lado, e por outro, da levandade e da ligereza dos que cultivam o assumpto por simples gosto do pittoresco, por litteratice, por politiquice, por esthetismo, sem nenhuma disciplina intelectual ou scientifica, sem um sentido social mais profundo dos factos. A colaboração de analfabetos, de cozinheiras, de paes de terreiro, ao lado da dos doutores, como que deu uma força nova aos estudos, a frescura e a vivacidade dos contactos directos com a realidade bruta.*”¹⁰⁵⁶

Talvez seja por isso que ele se reclamava generosamente da tradição dos *narodniki*, no prefácio de *Casa-grande e Senzala*. O que pareceu se confirmar nas preocupações das Moções do Congresso, sem dúvida mais significativas e avançadas, em termos de conteúdo social, que os próprios trabalhos publicados. Assim, a primeira delas rezava:

“*1. Sendo as classes trabalhadoras do Brasil, em grande parte, gente de sangue negro e herdeira de elementos valiosos de cultura negra, o 1º congresso Afro-brasileiro manifesta sua solidariedade a essas classes, contra toda forma de opressão*”¹⁰⁵⁷

Tom esse que soava muito estranho no meio de estudos ou impregnados de eugenismo ou interessados nas tradições folclóricas, com a exceção acima mencionada.

Emprestando “*uma definição fundamentalmente neo-lamarckiano*”¹⁰⁵⁸ ao conceito de raça,¹⁰⁵⁹ incorporando o “*meio físico*”¹⁰⁶⁰ no elenco das “*forças (...) que atuaram sobre os negros no sentido do seu abasileiramento*”,¹⁰⁶¹ Gilberto Freyre formulou, através de obras publicadas com frequência reiterativa impressionante, uma proposta interpretativa que “*parece operar com uma noção mais ampla de cultura.*” Com efeito, ela incorporava “*plasticamente a influência de*

¹⁰⁵³ MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. *Uma estranha noção de ciência*. Op. cit., p. 32

¹⁰⁵⁴ FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. Op. cit., p. 189.

¹⁰⁵⁵ *Estudos Afro-Brasileiros*. Recife: Massangana, 1988 (fac-simile de Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1934) e o segundo: *Novos Estudos Afro-Brasileiros*. Recife: Massangana, 1988 (Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1937).

¹⁰⁵⁶ FREYRE, G. “O que foi o 1º Congresso Afro-Brasileiro do Recife”. Op. cit., p. 351.

¹⁰⁵⁷ “O Encerramento do I Congresso Afro-Brasileiro”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 16 de nov. 1934, p. 04.

¹⁰⁵⁸ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. *Guerra e Paz*. Op. cit., p. 39.

¹⁰⁵⁹ Ele o reivindica explicitamente. FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala* [1933] 1970, vol. II, 15 ed., Recife: Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), p. 317.

¹⁰⁶⁰ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala* [1933] 1970. Op. cit., p. 382.

¹⁰⁶¹ *Ibidem*, p. 382.

qualquer tradição muçulmana, negra, judaica ou francesa, ampliando e alterando no mesmo movimento, a própria noção de cultura.”¹⁰⁶² No entanto, essa proposta, cuja virtude principal era, sem dúvida, o dinamismo otimista na valorização do “*poder criador*” do Brasil,¹⁰⁶³ não apareceu realmente como opção entre linhas explicativas opostas, rivais. Antes, constituiu uma aliança e a soma de diversas tendências. Pois, ao mencionar clima e raça, o autor realçou, ao mesmo tempo e como bom aluno de Boas, os “*motivos principalmente sociais e não de clima*”¹⁰⁶⁴ na definição de uma cultura. Igualmente, pareceu hesitar em descartar conceitos cujo uso rechaçava: “*Si a raça, como lembram os antropologistas modernos, conta menos do que a composição genética das populações*”.¹⁰⁶⁵ Em conclusão ao capítulo, no entanto, ele enfatizou “*causas nitidamente sociais*” contra o uso de “*um ‘racismo’ muito suspeito, quasi sem nenhum cheiro de ciencia e com um odor cada dia mais carregado de intenção política*.”¹⁰⁶⁶ Assim, longe de recusar as ‘raças’¹⁰⁶⁷ e até mesmo sua hierarquização detalhada, em debate estavam apenas as qualificações que eram dadas a cada uma delas.

Gilberto Freyre construiu, deste modo, uma versão da história do Brasil que expressava sua proposta de identidade nacional, “*em que a obsessão com o progresso e a razão, com a integração do País na marcha da civilização, fosse até certo ponto substituída por uma interpretação que desse alguma atenção à híbrida e singular articulação de tradições*” diversas.¹⁰⁶⁸ Firmemente evolucionista, embora rompendo “*com a abordagem cronológica clássica*”, como sublinhou Carlos Guilherme Mota,¹⁰⁶⁹ ele pareceu congelar o tempo na descrição de uma sociedade antiga, ultrapassada, embora simultaneamente concebida como gestante. Nisso, detectava-se também a posição de um otimismo dogmático, muito distinto do tom decadista de José Lins do Rego. Geração perpétua, entretanto, acompanhada, ao que parece, de um declínio precoce que a tornava já lembrança, objeto de saudades, reencontrando assim o *Menino de Engenho*. Em Gilberto Freyre, todavia, essa saudade era empreendedora, construtora potencial de tempos vindouros. Dialética temporal que ele próprio confirmou no

¹⁰⁶² ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. *Guerra e Paz*. Op. cit., p. 103.

¹⁰⁶³ Traduzido nas mais diversas atividades artísticas e técnicas, mas também da política internacional (p. 236). E, acrescenta o autor, citando famosos especialistas de diversas origens, depois de longa recapitulação ilustrativa, o Brasil “*recebe elogios pela sua tradicional tolerância de diferenças de raça e pela maneira por que tratou seus escravos e deu-lhes afinal liberdade*”. FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil*. Op. cit., p. 245.

¹⁰⁶⁴ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala*. [1933] 1970, op. cit., p. 386. Várias vezes, o autor volta com a mesma argumentação, mostrando a insuficiência de uma explicação climática. Ver também p. 403.

¹⁰⁶⁵ FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. Op. cit., p. 174.

¹⁰⁶⁶ *Ibidem*, p. 180.

¹⁰⁶⁷ A ânsia de classificar o leva a criar um elenco detalhado de tipos e linhagens que ele chama de genética complexa, referencial clássico na eugenia, abarcando traços físicos, comportamentos coletivos e individuais etc.

¹⁰⁶⁸ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. *Guerra e Paz*. Op. cit., p. 30.

¹⁰⁶⁹ MOTA, Carlos Guilherme. “A Historiografia Brasileira nos Últimos Quarenta Anos: Tentativa de Avaliação Crítica. In: *Debate e Crítica*, 1973, p. 9.

prefácio à edição francesa de *Casa-grande e Senzala* (1973): “*Le livre enfin innovait par sa conception du temps envisagé à la fois dans le passé, le présent et l’avenir.*”¹⁰⁷⁰

Ademais, a geografia do Brasil tinha uma profundidade temporal que revelava, como no mapa maior do mundo, “épocas” diferentes, velocidades distintas nas sociedades.¹⁰⁷¹ Mas o apogeu da sua, tão necessariamente inscrita no tempo por força dos cânones evolucionistas e da própria importância dada ao elemento europeu na mistura (afinal eles chegaram em dada época), não pareceu intimamente ligada a – e portanto definida por – um período cernido por razões que poderiam ser de ordem econômica, política etc. O tempo histórico, embora central na demonstração, era ritualizado, como aqueles identificados por Marshall Sahlins.¹⁰⁷² Pois era preciso escapar à clivagem do unilinearismo histórico,¹⁰⁷³ que colocava o mundo colonizado (e ex-colonizado, com as notáveis exceções das ‘colônias de povoamento’ européias: Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia) numa posição irremediavelmente subalterna.

O resultado do exercício intelectual explicativo de Gilberto Freyre para manter a iniciativa histórica no campo brasileiro nessa corrida desigual, é fundamentalmente de essência. Por isso, o sistema freyreano é capaz de acomodar tantas linhas antitéticas nas suas dinâmicas. “*History and nature*”¹⁰⁷⁴ contribuem para a formação social brasileira, coroada pela ascensão social dos mestiços, consequência evolucionistamente adequada à tão elogiada miscigenação. A ambigüidade do tratamento da questão,¹⁰⁷⁵ no entanto, induz conotações paradoxais em termos de um desenraizamento, uma dissolução da identidade nacional brasileira original, como se o processo de “fabricação” fosse mais importante do que o resultado e seu devir.

O mito da democracia racial

Gilberto Freyre apresenta a sociedade brasileira na sua etapa secular de formação:

a “*imagem quase idílica da nossa sociedade colonial, ocultando a exploração, os conflitos e a discriminação que a escravidão necessariamente implica atrás de uma fantasiosa “democracia racial”, na qual senhores e escravos se confraternizariam embalados por um clima de extrema intimidade e mútua cooperação.*”¹⁰⁷⁶

Essa proposta constituiu um esforço de interpretação teórica, cuja resultante era um mito até hoje em discussão. Contudo, ela representou também uma inovação argumentativa como o lembra, num contexto apropriadamente continental, a estudiosa Lourdes Martinez-Echazabal:

¹⁰⁷⁰ FREYRE, Gilberto. *Maîtres et Esclaves, La formation de la société brésilienne*. Paris: Gallimard, 1974, p. 24.

¹⁰⁷¹ Ver, a esse respeito, o belo estudo de Durval Muniz de Albuquerque, *O engenho antimoderno, A invenção do Nordeste*, op. cit.

¹⁰⁷² SAHLINS, Marshall, *As ilhas da história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

¹⁰⁷³ Ver a seguir: III. 2. 1. Revisitando as bases conceituais do pensamento marxista relevantes para o estudo da ‘morada’: evolucionismo na sucessão dos modos de produção.

¹⁰⁷⁴ NEEDELL, Jeffrey D. “Identity, Race, Gender, and Modernity...”. Op. cit. p. 76.

¹⁰⁷⁵ Ver, a este respeito, por exemplo: FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. Op. cit., p. 141 et ss.

¹⁰⁷⁶ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. *Guerra e Paz*. Op. cit., p. 31.

“O discurso de Freyre é marcado tanto pela continuidade como pela ruptura. A distinção que o autor estabelece entre raça e cultura caracteriza uma ruptura com os discursos sociais de sua época, temperados ainda pelo pensamento científico e filosófico do século XIX, que promovia conceitos racistas e deterministas acerca da relação e dependência entre raça e cultura. Não obstante, encontra-se em Freyre, bem como na maioria dos pensadores latino-americanos das décadas de 20 a 50, a permanência de uma lógica racial que, embora explicitamente culturalizada, mantém alguns nexos com o passado.”^{1077,1078}

A “confraternização de valores e de sentimentos”,¹⁰⁷⁹ termo reiterado incessantemente, constituía, ao mesmo tempo, o cimento social¹⁰⁸⁰ e a originalidade da construção histórica da sociedade brasileira contra os “preconceitos europeus de raça”.¹⁰⁸¹ Pontualmente, ela era enfaticamente atribuída à religião católica, contra outras vertentes do cristianismo,¹⁰⁸² embora essa opinião não fosse constante no conjunto da obra. “A religião tornou-se o ponto de encontro e de confraternização entre as duas culturas, a do senhor e a do negro.”¹⁰⁸³ Era-lhe devotada a maior importância sobre os demais componentes culturais na aculturação dos africanos deportados e escravizados; “a primeira fervura” na “desafricanização”, revelando neles uma plasticidade “moral” “e também física”,¹⁰⁸⁴ aliás, elogiada. No entanto, no parágrafo seguinte, os lugares de redução dos recém-chegados à ordem da plantação eram, devida embora displicentemente, mencionados: “A verdadeira iniciação (...) fez-se na senzala e no eito”, os novatos sendo instruídos “na rotina da plantação da cana e do fabrico do açúcar”.¹⁰⁸⁵ Habilmente, Gilberto Freyre livrava-se assim da acusação de miopia grotesca frente ao peso maior da realidade do trabalho forçado nos canaviais. Mas, ao dedicar-lhe raríssimas, sucintas e alusivas menções, ele garantiu que o assunto fosse, de fato, considerado marginal. Ou melhor dito, ambiental; tão óbvio quanto o clima, a localização tropical da região. Volta assim a velha, aristotélica naturalização da hierarquia das classes, apesar dos ensinamentos de Boas, cujo âmbito freyriano de aplicação pareceu restrito à casa-grande.

A força e o esmero da linha explicativa da “democracia racial” e da confraternização entre habitantes da casa-grande e da senzala seduziu muitos pensadores contemporâneos de Gilberto Freyre. Entre muitos outros, Fernand Braudel, testemunho direto da vida no Brasil,

¹⁰⁷⁷ “A pretensa dissociação entre raça e cultura, o deslocamento retórico no âmbito destes conceitos e os processos de racialização da cultura e da culturalização da raça na escrita latino americana – incluída parcialmente na obra de Freyre – são alguns dos temas com os quais tenho trabalhado nos últimos doze anos.”

¹⁰⁷⁸ MARTINEZ-ECHAZÁBAL, Lourdes. “O culturalismo nos Anos 30 no Brasil...”. Op. cit., p. 110.

¹⁰⁷⁹ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala*. [1933] 1970, op. cit., p. 379.

¹⁰⁸⁰ No sentido que Georges Duby atribui à fé jurada, nas relações de “homem a homem” organizando a sociedade feudal européia.

¹⁰⁸¹ FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil*. Op. cit., p. 221.

¹⁰⁸² Sobre “negros batisados” e “escravos constituídos cristãmente em família”, FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala*. [1933], vol. II, 15 ed., Recife: Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), 1970, p. 487.

¹⁰⁸³ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala*. [1933] 1970, op. cit., p. 380.

¹⁰⁸⁴ Idem, p. 382.

ratificou essa concepção, criticando firmemente o trabalho de um colega norte-americano, em razão de suas conclusões a respeito da existência de tendências racistas na sociedade brasileira:

*"Na escala da nação, a cordialidade reina entre peles de cor diferente e há muito tempo que Gilberto Freyre assinalou sua fraternização sexual. Certamente, o racismo, bastante benigno, de cidade pequena, se é que existe, não parece entrar na linha histórica do passado brasileiro."*¹⁰⁸⁶

Daí talvez a possibilidade de ignorar simplesmente, ou descartar, a centralidade da questão de classe como motor da história. Needell observa que os escravos eram tratados apenas *"with happy and exotic tone"*,¹⁰⁸⁷ particularmente quanto à sexualidade e culinária. A luta de classe era absorvida, pois a *"força, ou antes, a potencialidade da cultura brasileira parece-nos residir toda na riqueza dos antagonismos equilibrados"*,¹⁰⁸⁸ numa combinação original e perene, quase modelar, que garantia tanto a singularidade (superioridade) do gênio brasileiro quanto a manutenção da ordem social desigual sob festividades benignas e iguarias.

*"Não que no brasileiro subsistam, como no anglo-americano, duas metades inimigas: a branca e a preta; o ex-senhor e o ex-escravo. De modo nenhum. Somos duas metades confraternizantes que se vêm mutuamente enriquecendo de valores e experiências diversas; quando nos completarmos num todo, não será com o sacrifício de um elemento ao outro."*¹⁰⁸⁹

Patriarcalismo e feudalismo: um "aristocratism compensatório"¹⁰⁹⁰?

Tocando apenas no debate sobre o modo de produção reinante na região (pelo menos nos termos econômicos habituais¹⁰⁹¹), Gilberto Freyre utilizou geralmente um conceito que corresponderia à originalidade do desenvolvimento histórico local e, conseqüentemente, brasileiro. Ele o batizou assim: *"[c]omplexo patriarcal, dedicado à monocultura, latifundiário, escravista, e sociologicamente feudal, embora já misto, semi-feudal, semi-capitalista, na sua*

¹⁰⁸⁵ Ibidem..

¹⁰⁸⁶ "Dans le Brésil Bahianais: le présent explique le passé", à propos du livre de Marvin Harris, *Town and Country in Brazil*. New York: Columbia Univ. Press, 1956. In: BRAUDEL, Fernand. *Ecrits sur l'histoire*. Op. cit., p.253. Ver, por exemplo, as declarações de Peter Burke à *Folha de São Paulo*, 11.09.1994, cad. 6, p. 4.

¹⁰⁸⁷ NEEDELL, Jeffrey D. "Identity, Race, Gender, and Modernity...". Op. cit, p. 66. Nesse sentido, Gilberto Freyre gosta de aproveitar expressões apropriadas a seu propósito sob a pena de "autoridades" de preferência européias ou norte americanas, para tornar sua demonstração mais pungente. Assim, cita, por exemplo, viajantes e até mesmo abolicionistas, descrevendo favoravelmente as condições de vida dos escravos como *"fairly treated"* ou *"tão felizes como crianças"*. FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil*. Op. cit., p. 109. Outro exemplo: *"Nos engenhos, tanto nas plantações como dentro de casa (...) os negros trabalharam sempre cantando"*. FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala*. [1933] vol. II, 15 ed. Recife: Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), 1970, p. 498. Essas afirmativas, salpicadas ao longo da narrativa, fortalecem obviamente a tese central do bem-estar dos escravos no Brasil, bem como, implicitamente, de sua inferioridade racial/cultural, na medida em que se satisfaziam com a situação. Esse aspecto deve ser colocado em relação também com os comentários do autor a respeito da suposta ausência de revolta.

¹⁰⁸⁸ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala*. [1933] 1970, p. 360.

¹⁰⁸⁹ Ibidem.

¹⁰⁹⁰ CÂNDIDO, Antônio. "Literatura e subdesenvolvimento". In: *América Latina em sua literatura*. São Paulo: Perspectiva, 1979, pp. 357-8, apud D'ANDREA, Moema Selma. *A tradição re(des)coberta*. Op. cit., p. 95.

¹⁰⁹¹ Embora a contragosto, ele reconhece: *"Pour moins inclin  que nous soyons au m tierialisme historique, si souvent exag r  dans ses affirmations, (...) il nous fait bien admettre l'influence considérable, sinon prépondérante, des techniques de production économique sur la structure des sociétés, sur la caractérisation de leur structure morale."* Prefácio   1  edic o de *Casa-grande e Senzala, Maîtres et Esclaves*. Op. cit., p. 436.

economia.”¹⁰⁹² Feudal, e capitalista pelo lado econômico, aliás sem detalhes; mas sobretudo feudal.¹⁰⁹³ O vocábulo era empregado como qualificativo, alternando com a expressão “*patriarcal agrário*”.¹⁰⁹⁴ Ricardo Benzaquen de Araújo interpreta essa escolha como sendo destinada a descrever as relações de “*virtual independência dos senhores-de-engenho em relação à coroa portuguesa*”, mas sem que o autor faça “*nenhuma referência mais sistemática a qualquer categoria capaz de despontar como um equivalente à idéia de vassalagem*.”¹⁰⁹⁵ Gilberto Freyre, entretanto, não elaborou sobre o que seria esse feudalismo: “*em suas formas a organização brasileira foi predominantemente feudal – embora um tanto capitalista desde o início – durante séculos*”,¹⁰⁹⁶ o que levou Carlos Guilherme Mota a diagnosticar justamente: “*Maneira de indefinir*”.¹⁰⁹⁷ Vez por outra, ele recorria a precauções oratórias: “*engenhos quase feudais*”¹⁰⁹⁸ “*aristocracia quase feudal*”,¹⁰⁹⁹ e utilizava o termo a respeito das mais diversas facetas da vida social dentro da classe dominante (conflitos entre senhores e seus vassalos), modo de vida e etiqueta, ou então das relações sociais mais amplas, com os lavradores etc. Um uso interessante, embora raro, de “*poder feudal*”¹¹⁰⁰ descrevia a recusa do proprietário a vender qualquer extensão de suas terras. Mas, geralmente, a referência parecia simplesmente evocar conotações ora prestigiosas (no sentido de nobreza): “*senhores feudais*”,¹¹⁰¹ “[*n*]ovos barões feudais”, “*o largo viver quase feudal*”,¹¹⁰² “*aristocracia quasi feudal*”;¹¹⁰³ ora enfatizando o

¹⁰⁹² *História Social da Agro-indústria canavieira*. Recife, IAA, Museu do Açúcar, 1974.

¹⁰⁹³ Por exemplo, na *Interpretação do Brasil*, op. cit., p. 56 (“*plantações quase feudais*”); p. 75 (“*sistema feudal de agricultura latifundiária e escravocrata*”); p. 77 (“*colonização feudal*”); p. 94 (“*sistema feudal ou aristocrático de plantação*”), p. 96 (“*regime feudal, ou quase feudal, de agricultura*”); 123, 203 etc; *Sobrados e Mucambos*, op. cit. p. 102, etc. Mas o que predomina, é a intermutabilidade dos termos: assim, em páginas seguintes, o sistema de exploração pode ser chamado de feudal, escravista, latifundiário, patriarcal, ou “*de plantação*” ou “*sistema dos grandes plantadores*” (FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil*. Op. cit., p. 97). Para os Estados Unidos, ele usa a expressão “*sistema de plantação*” ou “*sistema de monocultura*” (FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil*. Op. cit., p. 100).

¹⁰⁹⁴ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. Op. cit., p. 148. Posteriormente, ele declarou: “Ficaria para as caturras sem visão a crença ingênua num feudalismo (...) que teria marcado com sua influência os começos e o desenvolvimento da nossa economia e sociedade predominantemente agrárias, escravocratas e patriarcais até quase nossos dias – e aqui somo obrigados a lembrar que a caracterização sociológica da economia brasileira como monocultura latifundiária e escravocrata, antes de ser do historiador Caio Prado Júnior, como pretendem alguns estudiosos do assunto, é nosso – embora desde os seus começos marcadas também pela influência do capitalismo burguês.” No entanto, a tentação feudal prevalece, pois, mais adiante no artigo, ele designa o complexo “*monocultor, escravocrata e patriarcal, e, ao seu modo, feudal*”. DP 08.01.50.

¹⁰⁹⁵ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. *Guerra e Paz*. Op. cit., p. 88-89.

¹⁰⁹⁶ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. Op. cit., p. 354?

¹⁰⁹⁷ MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira* Op. cit., p. 64

¹⁰⁹⁸ FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Op. cit., v.2, p. 477.

¹⁰⁹⁹ FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. Op. cit., p. 31. Ver, também, p. 147 “*aristocratas quase feudais dos engenhos*”.

¹¹⁰⁰ *Ibidem*, p. 154.

¹¹⁰¹ FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil*. Op. cit., p. 95.

¹¹⁰² FREYRE, Gilberto. “*Algumas notas sobre a pintura no Nordeste do Brasil*”. Op. cit., p. 130. Ele cita a revista *O Progresso* de Recife.

¹¹⁰³ FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. Op. cit., p. 136.

poder dos senhores, a hierarquia entre grupos sociais. Não surpreendentemente, o adjetivo “*medieval*” servia o mesmo propósito: “*senhores de engenho de barbas ainda medievas*”,¹¹⁰⁴ expressão aliando o desusado à conotação de antiguidade no sentido da linhagem e, portanto, novamente de nobreza. “[S]ervo” e “*servidão*”,¹¹⁰⁵ por sua vez, indicavam a sujeição, independentemente de qualquer referência a um sistema social ou modo de produção. Apenas em certos trechos, entendia-se um conceito mais clássico: a instalação de portugueses do Norte, “*população que se faz ainda hoje notar pelo seu sangue visigodo-romano e os seus característicos nórdicos*”, na Nova Lusitânia, sendo eles de “*pequena nobreza agrária*”, permitiu na produção de cana-de-açúcar “*uma revivescência de organização social feudal, com escravos africanos fazendo o papel de servos*.”¹¹⁰⁶

Em outros momentos da obra, a escravidão mereceu, como o sublinha Ricardo Benzaquen de Araújo, um tratamento diverso, não assimilativo a modelos europeus. Gilberto Freyre procedeu por comparação com outras sociedades que praticaram o que foi tão justamente chamado de “Instituição Peculiar”.¹¹⁰⁷ Embora predominasse nas descrições a “*similaridade*” com as Antilhas ou o Sul dos Estados Unidos,¹¹⁰⁸ o julgamento era distinto: “*Assim, teríamos no Brasil um escravismo eminentemente patriarcal, enquanto que o dos Estados Unidos, pela sua própria interpenetração com uma lógica mais capitalista, iria adquirir tons menos suaves, mais violentos e sombrios*.”¹¹⁰⁹ Ou seja, analiticamente muito mais do que o “acessório” (“*as diferenças de língua, de raça e de forma de religião*”)¹¹¹⁰ poderia deixar aparecer.

As consequências dessa diferença seriam também de cunho político na sociedade maior. Assim, nos Estados Unidos,

“*[s]e o pacto constitucional produzia cidadãos, a ausência dele irá estimular o aparecimento de um mundo – de senhores-de-engenho, claro – composto apenas de soberanos, soberanos que desconheciam qualquer regra e qualquer autoridade superior à sua, sentido-se desmedidamente livres tanto para impor despoticamente a sua vontade quanto para aceitar até as mais incompatíveis influências, de acordo com as suas conveniências*.”¹¹¹¹

Perfil perfeito, em termos sociológicos, dos retratos individuais personificando o “*verdadeiro senhor-de-engenho*”, tão freqüentes nos romances de José Lins do Rego. Essa suposta

¹¹⁰⁴ FREYRE, Gilberto. “Algumas notas sobre a pintura no Nordeste do Brasil”. Op. cit., p. 86.

¹¹⁰⁵ Ver, por exemplo, FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Op. cit., v. 2, p. 704, a respeito da administração de óleo de rícino, para descrever as pessoas que não são nem “sinhas” nem “burgueses”.

¹¹⁰⁶ FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil*. Op. cit., p. 65.

¹¹⁰⁷ Título da obra de STAMPP, Kenneth M. *The Peculiar Institution*. New York: Vintage Books, 1956.

¹¹⁰⁸ Comparação particularmente explorada em FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil*. Op. cit., Capítulo II, Fronteiras e Plantações, p. 91-138.

¹¹⁰⁹ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. *Guerra e Paz*. Op. cit., p. 98. Esse aspecto está ilustrado em NEEDELL, Jeffrey D. “Identity, Race, Gender, and Modernity...” Op. cit, quando relata as diversas e, às vezes, chocantes experiências de GILBERTO FREYRE no *Deep South* norteamericano. Ver, particularmente, p. 64 et ss.

¹¹¹⁰ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala*. Op. cit., p. X-XI, 1963.

independência era sugerida precisamente pelo vocábulo “*feudal*”, que surgia, volta e meia, para colocar uma referência propriamente européia na análise. Em *Ordem e Progresso*,¹¹¹² no capítulo “República e a ordem econômica”, ele afirmava:

“*Além do que, no Norte e no Nordeste, a economia baseada sobre o cultivo da cana e o fabrico do açúcar, desenvolvera condições de tal modo feudais nas relações entre senhores e escravos de campo, que os colonos europeus não se consideravam com as forças necessárias a superá-las, enquanto sobrevivessem o latifúndio e a monocultura, mesmo desacompanhados da escravidão.*”¹¹¹³

Nisso, Gilberto Freyre concordava com Oliveira Vianna, seu adversário sobre a questão eugênica.¹¹¹⁴ Candidamente, este último mostrava como a pequena propriedade “*essencialmente democrática*”, não respondia às expectativas “*feudais*” dos “*fidalgos*” colonizadores, mais propensos ao latifúndio. Ademais, ele se adequava aos objetivos da metrópole que pretendia “*realizar a exploração em grande*”, por meio de “*grande cultura*”.¹¹¹⁵ A seguir, ele complementou a demonstração: “*Só a canna de assucar se lavra em grande e se faz a base da riqueza agrícola no periodo colonial. Esta cultura exige grande cabedades, porque cultura industrial, como complicado e dispendioso beneficiamento.*”¹¹¹⁶ Longe dos floreios sobre a aristocracia, seguiam os fatos brutos da economia, sem rodeios: seus membros eram obrigados a

¹¹¹¹ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. *Guerra e Paz*. Op. cit., p. 102.

¹¹¹² FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. 2 ed., Rio de Janeiro: José Olympio, [1959] 1962, terceiro volume da grande “Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil”, começada com *Casa-grande e Senzala*, tem por subtítulo: “Processo de Desintegração das Sociedades Patriarcal e Semipatriarcal no Brasil sob o Regime de Trabalho Livre: Aspectos de Quase Meio Século de Transição do Trabalho Escravo para o Trabalho Livre; e da Monarquia para a República.”

¹¹¹³ FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. V.2, Op. cit., p. 399-400. Ver, também, FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil*. Op. cit., p. 76.

¹¹¹⁴ No comentário ao Censo de 1920, (VIANA, F.J. Oliveira. “O povo brasileiro e sua evolução”. In: *Recenseamento realizado em 1 de setembro de 1920*. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1922, p.279-386. Ver, particularmente, a segunda parte: “Evolução da raça” p. 111-131). ele glorifica a origem, não só européia como “*germânica*” dos colonos: “*Ora, como brancos puros, o temperamento aventureiro e nomade, que os impelle para os sertões à caça de ouro ou de índios, não lhes pode vir sinão de uma ancestralidade germanica; só a presença nas suas veias de globulos de sangue dos dolico-louros pode explicar a sua combatividade, seu nomadismo, essa mobilidade incoercível, que os faz irradiarem-se por todo o Brazil, do norte e do sul, em menos de um século.*” p. 317. Invocando “*as mais modernas revelações da anthropologia, da ethnologia e da critica histórica*”, ele diagnostica um “*cahos ethnico, donde vae sahir o nosso typo anthropologico e racial*”, precisando ainda que são “*os typos africanos que vão trazer a esse cahos o contingente maior de confusão e discordancia*”. Idem, p. 319. Seus critérios de classificação comportam, além de traços ‘físicos e de beleza’, a moralidade e as competências diversas. Assim, o negro é “*superior pela operosidade e pela obediencia ao índio*”, o que justifica sua presença “*na zona de faixa agrícola*” e “*nas regiões do ouro*” (p. 323 e 324). Quanto à mestiçagem, ele sentencia: “*Os mulatos, em regra, mais inteligentes do que os negros puros, mais vivazes e destros, mais “ladinos” applicam-n’os os senhores em officios mais finos*” (p. 325). Eles também “*tendem, entretanto, a sahir desta classe [dos escravos] para a classe livre dos “moradores”, principalmente os mais claros, filhos, em regra de paes brancos que os libertam pela alforria.*” (p. 326). Racista e conservador, Oliveira Vianna tira do estudo geográfico e demográfico, a seguinte conclusão: “*Não só a potencialidade eugenistica do Homo afer é reduzida em si mesmo, como, posta em função de civilização organizada pelo homem de raça branca, ainda mais reduzida se torna. O negro puro nunca poderá, com effeito, assimilar completamente a cultura aryanica, mesmo os seus exemplares mais elevados: a sua capacidade de civilização, a sua civilizabilidade, não vae além da imitação, mais ou menos perfeita, dos habitos e costumes do homem branco. Entre a mentalidade deste e a do homem africano puro há uma differença de estrutura, substancial e irreductivel, que nenhuma pressão social ou cultural, por mais prolongada que seja, será capaz de vencer e eliminar.*” Idem, p. 327-8.

¹¹¹⁵ Idem, p. 284.

“serem impecavelmente pontuaes para com esses commerciantes” para garantir a entrega de seu produto no “tempo da frota”.¹¹¹⁷

Civilizações são como ostras: “doentes é que dão perolas”¹¹¹⁸

Obrigatória era a combinação de latifúndio, praticando a monocultura de exportação, e escravidão, ambos imprescindíveis à própria existência da nação e civilização brasileiras, pelo menos nos seus princípios nordestinos.

*“O systema agricola da monocultura latifundiaria e escavocrata foi aqui o quasi militar da conquista de terras para fins immediatos de guerra ou de campanha. Não se pensou nunca no tempo, mas só no espaço; e no espaço, em termos de um só producto a explorar desbragadamente – o assucar. Exploração com fins immediatos. A monocultura teve de ser latifundiaria e escravocrata pelas suas proprias condições de systema de exploração agricola quase militar, talvez necessario em terras como as do Brasil de 1500.”*¹¹¹⁹

História e natureza se confundiam na argumentação. Difícil determinar, no emaranhado das linhas explicativas, qual prevalecia nessa obrigatoriedade, que confluía numa constatação concreta tão óbvia que ela pesava como uma fatalidade. Fatalidade cuja qualidade desejável era, pontual e rapidamente, temperada por julgamentos de valor mais contundentes. Ao lado de todos os desdobramentos positivos do cultivo da cana-de-açúcar, em termos civilizatórios, as condições sociais desumanas eram mencionadas como uma “doença”:

*“O estudo da pathologia individual levou-os [os medicos de familia] ao estudo da pathologia social. Os doentes levaram-nos às doenças sociaes. A grande doença, raiz de quasi todas, que era o systema economico dentro do qual o homem vivia – a maioria, negra e parda, escrava da minoria pallida; e todos escravos da canna. Escravos do açúcar.”*¹¹²⁰

Reestabelecia, assim, o autor certo equilíbrio em relação às dezenas de páginas tratando exclusivamente dos mínimos detalhes da vida da “insignificante minoria”, de origem (parcial mas) devidamente “de sangue europeu do Norte – o dos normandos louros”¹¹²¹ e portugueses, também nortenhos, “de boa composição genetica”,¹¹²² explorando desumanamente a grande maioria convenientemente selecionada de “africanos (...) do cambinda ou do benguela, que seriam os mais vigorosos e os mais aptos para a agricultura da canna e para a indústria do assucar”,¹¹²³ “gente da melhor, da mais capaz, da mais eugenica”,¹¹²⁴ “negros eugenicicos”.¹¹²⁵

¹¹¹⁶ Idem, p. 285.

¹¹¹⁷ Idem, p. 286.

¹¹¹⁸ FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. Op. cit., p. 220.

¹¹¹⁹ Idem, p. 73-74.

¹¹²⁰ Idem, p. 157.

¹¹²¹ Idem, p. 162.

¹¹²² Idem, p. 174.

¹¹²³ Idem, p. 168.

¹¹²⁴ Idem, p. 175.

¹¹²⁵ Idem, p. 199.

Isto é, “*de boa origem*”.¹¹²⁶ A conclusão, todavia, não deixa de surpreender: “*Todos escravos da canna. Escravos do assucar.*” Não existia responsabilidade histórica nessa evolução social. Senhores e escravos eram igualmente vítimas – a palavra “*escravo*” não deixa dúvida – de uma força maior, natural, ambiental ou mesmo histórica, mas no sentido de algo como o *pathos* antigo, de um devir a ser cumprido sem força individual ou coletiva capaz de alterar-lhe o curso. Parecia predominar o determinismo do qual o autor se defendia, mas que o perseguia na demonstração. O clima tropical, indispensável à cultura da cana para produção de açúcar (para mercados mundiais que são pouco evocados), teria suas exigências concebidas como autônomas. Numa rara oportunidade, Gilberto Freyre aparentou fugir da naturalização. Ele aventava a alternativa histórica ao modelo vigente:

“*A natureza tropical e a complexidade dos antecedentes europeus deveriam ter levado os primeiros colonizadores portugueses (...) a uma necessária variedade na sua produção agrícola. Mas a conduta humana não depende de nenhuma lógica.*” O sistema monocultor escravista teve “*as mesmas conseqüências perniciosas para a natureza e para a sociedade humana.*”¹¹²⁷

A força excepcional do autor residia na sua capacidade em não deixar hipótese alguma incólume. Ele não se furtava a mencionar hipóteses, argumentos, facetas da realidade, por mais contrários a sua demonstração final que fossem. Exploração desenfreada; catástrofe ecológica; falta de comida numa região privilegiada para a agricultura;¹¹²⁸ violência toda militar numa sociedade em situação de paz:¹¹²⁹ todas as dimensões eram evocadas, às vezes, com uma aspereza de tom que surpreende. Mas o desenlace permaneceu hagiográfico em termos de classe. A necessidade histórica desse modelo, reverenciado porque fundador para a região e, portanto, para a nação, voltava ao registro natural ou, melhor dizendo, de “*ecologia humana*”.¹¹³⁰ Ele se tornava também justificativa. Demonstrava-se assim o fracasso de colônias européias em terras nordestinas.¹¹³¹ devido às “*propriedades feudais [que] não queriam perto de suas fronteiras lavradores brancos e livres que não viessem ser seus servos numa atividade como o cultivo da cana e o fabrico de açúcar*”, além de elementos propriamente ecológicos.¹¹³² Mostrando, desta vez mais clara e quase brutalmente, a posição hegemônica da classe proprietária, ele tornava explícita – em vez de qualificada apenas com epítetos vagos – a realidade de sua dominação absoluta sobre terras, recursos e populações:

¹¹²⁶ Idem, p. 173.

¹¹²⁷ Idem, p. 181.

¹¹²⁸ Idem, p. 161 et ss.

¹¹²⁹ Verdadeiramente, o uso é mais metafórico do que próprio, utilizado genericamente ou por significar uma dominação da natureza, mais do que propriamente um instrumento de dominação.

¹¹³⁰ Idem, p. 182.

¹¹³¹ Catucá, em Pernambuco; Caravelas, na Bahia.

¹¹³² Que o autor define como “*ecologia natural, ecologia social, ecologia total*”. FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. V. 2, Op. cit., p. 401.

*“os donos daquelas propriedades em grande parte senhores do executivo e das assembléias provinciais (...) não se interessavam por lavradores da terra, brancos e mestiços, empenhados em desenvolver ao lado da agricultura da cana a chamada pequena lavoura, quase de todo desprotegida pelo Governo Imperial e pelos provinciais.”*¹¹³³

Constatação até hoje comprovada. O autor considerava extraordinário o episódio da Revolta Praieira, realçando aspectos não apenas revolucionários mas anti-naturais:

*“O prestígio da oligarchia dos senhores de engenho de Pernambuco soffreu golpe profundo com a luta de 1846 aberta contra elles pelo presidente da provincia, Chichorro da Gama, cuja policia invadiu engenhos para proceder a buscas e prisões e exercer cabala eleitoral entre os moradores. Nas eleições para senador sob Chichorro - conta Joaquim Nabuco - «a policia pelo terror conseguiu quebrar o vinculo entre os moradores e os senhores de engenho, fazendo os moradores votar contra os seus naturaes protetores.»*¹¹³⁴

O propósito essencial de Gilberto Freyre era resgatar o valor da sociedade que descrevia. Analítico, ele não se contentava, como José Lins do Rego, com saudades e lamentações. Seu papel de cientista social o obrigava ao diagnóstico. Seu otimismo impenitente estava sempre à procura de intervenções intelectuais propositivas.

*“Ao progresso industrial e urbano no Brasil, na fase que imediatamente se seguiu aos longos anos, de modo algum estéreis ou incaracterísticos, de ordem agrária e patriarcal, faltou a influência da ciência – ou arte – de valorização dos homens que completasse a de valorização das coisas.”*¹¹³⁵

No tom, beirava o filosófico. Empenhado na busca tanto do futuro quanto do passado da região/nação ‘na pessoa’ de sua classe,¹¹³⁶ sua teoria do desenvolvimento brasileiro desvendada.

*“Dada a simbiose de caráter sociológico que de fato existia no Brasil, formada pela interdependência em que vinham vivendo o Império e a ordem agrária; e, dentro dessa simbiose, a coincidência do tempo político de um com o tempo econômico da outra (a despeito do terceiro tempo que parecia vir começando a resultar do que havia de tropical e de europeu, de americano e de brasileiro, no tempo social vivido pelos brasileiros, sob um Império que, sendo escravocrático, não deixara, entretanto, de ser progressivo) compreende-se ter se apoderado aquela idéia da imaginação dos superficiais.”*¹¹³⁷

¹¹³³ FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Op. cit., v.2, p. 401.

¹¹³⁴ FREYRE, Gilberto. “Aspectos de um século de transição no Nordeste do Brasil”. Op. cit., p.173.

¹¹³⁵ FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Op. cit., v.2, p. 489-490.

¹¹³⁶ “Vale dizer, se a família patriarcal caracteriza parcela ínfima de nossa população, sua influência psicológica só pode ser analisada nessa parcela; mas Gilberto Freyre escreve sob o ponto de vista da casa-grande, e atribui ao brasileiro aquilo que caracteriza apenas a classe alta. No entanto, se a família patriarcal for considerada como sistema de poder, a análise de Gilberto Freyre ganha uma outra dimensão, não salientada pelo autor, mas nem por isso menos significativa. Se acompanharmos a descrição do poder patriarcal e do poder patrimonialista de Max Weber, vemos que a descrição de Gilberto Freyre se aproxima desses modelos, embora não se deva esquecer que Weber falava em tipos ideais, mais ou menos adequados para os casos concretos.” LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro*, 4 ed., São Paulo: Ática, 1994, p. 313.

¹¹³⁷ FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Op. cit., v.2, p. 491.

‘Negro’ ou ‘mestiço’, em vez de ‘trabalhador’: “um macacão eterno”¹¹³⁸

“A vista de todas essas opiniões não há como duvidar de quanto o escravo nos engenhos do Brasil era, de modo geral, bem tratado; e sua sorte realmente menos miserável do que a dos trabalhadores europeus que não tinham o nome de escravos.”

Gilberto Freyre¹¹³⁹

“Au coeur de la logique patronale, la volonté d’individualiser les rapports entre le salarié et l’entreprise est manifeste”¹¹⁴⁰

A propósito das relações de trabalho, propriamente ditas, Gilberto Freyre se limitava a examinar, de fato, o ambiente doméstico. Segundo Manuel Correia, essa escolha mostra

“que ele se preocupava, sobretudo, com a formação da família patriarcal, tanto no seu aspecto mais íntimo, formada pelas pessoas ligadas por laços de parentesco direto, como no seu sentido mais amplo, englobando todos aqueles que viviam em torno do chefe, do patriarca.”¹¹⁴¹

Esse *entourage*, em suma, a casa-grande e aqueles habitantes da senzala que os serviam, era descrito como impregnado da

“doçura nas relações de senhores com escravos domésticos, talvez maior no Brasil do que em qualquer outra parte da América.”¹¹⁴² Eram “[e]spécie de parentes pobres nas famílias européias”.¹¹⁴³ Concluía: *“Verificou-se entre nós uma profunda confraternização de valores e de ensinamentos. Predominantemente coletivistas, os vindos das senzalas; puxando para o individualismo e para o privatismo, os das casas-grandes.”¹¹⁴⁴*

Elegia ao paternalismo visto como positivo, mesmo para os explorados.¹¹⁴⁵

Esta tese de relações amenas - um dos termos preferidos é “benignas”- e íntimas entre senhores e trabalhadores/ras domésticos/as contaminou, se assim se ousa dizer, as idéias gerais sobre as relações entre classes no meio rural, sobretudo bem ilustradas na ‘morada’. As “*amas de criar, mucamas, irmãos de criação dos meninos brancos*” etc. eram oriundos da mesma população que fornecia os trabalhadores rurais, pois, a alguns membros de suas famílias “[a] *casa-grande fazia subir da senzala para o serviço mais íntimo*”.¹¹⁴⁶ Essa proximidade funcional com a classe dominante lhes assegurava uma presença maior nas longas narrativas sobre a vida na casa-grande, à qual estavam obviamente associados. A culinária, por exemplo, tão demorada

¹¹³⁸ “A lealdade, a conformidade e a constância de subordinados não são qualidades que se possa esperar que existam num elemento social e psicologicamente fluctuante, indeciso e insatisfeito como é, geralmente, o mestiço, no mesmo grau em que existe no índio puro e principalmente no negro retinto. Figuras mais definidas e mais integradas no estado de subordinação de que a pelle – como o nariz, o cabelo, os pés – é como si fosse insignia de trabalhador sempre no eito, de soldado sempre raso. É como se fosse um uniforme insubstituível, grudado ao corpo para sempre. Um macacão eterno.” FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. Op. cit., p. 185-6.

¹¹³⁹ FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil*. Op. cit., p. 111.

¹¹⁴⁰ PINÇON-CHARLOT, Monique et Michel PINÇON. “Sur la piste des nantis” *Manière de Voir*, N° 66, *Le défi social*, novembre-décembre 2002, p. 22.

¹¹⁴¹ ANDRADE, Manuel Correia de. *Gilberto Freyre e os grandes desafios do século XX*. Op. cit., p. 66.

¹¹⁴² FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala*. Op. cit., p. 393.

¹¹⁴³ *Ibidem.*

¹¹⁴⁴ *Idem*, p. 396.

¹¹⁴⁵ Ver, a este respeito, o capítulo “The mirage of care: patron-client relations”. In: SCHEPER-HUGHES, Nancy. *Death without weeping*. Op. cit., p. 108 et ss.

¹¹⁴⁶ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala*. [1933] 1970. Op. cit., p. 377.

e prazerosamente evocada, implicava mencionar as pessoas empregadas na sua confecção. Tal proximidade era proposta como benevolente, particularmente por parte dos proprietários. Inegáveis episódios de crueldade eram atribuídos a singularidades pessoais,¹¹⁴⁷ particularmente imputadas a senhoras enciumadas,¹¹⁴⁸ meninos “endiabrados”,¹¹⁴⁹ ou ao estágio de desenvolvimento que prolongava seu “atraso”:

“*Aliás a monocultura latifundiária, mesmo depois de abolida a escravidão, achou jeito de subsistir em alguns pontos do país, ainda mais absorvente e esterilizante do que no antigo regime; e ainda mais feudal nos abusos. Criando um proletariado de condições menos favoráveis de vida do que a massa escrava.*”¹¹⁵⁰

Pois, reabilitada,¹¹⁵¹ a escravidão “brasileira”, sendo “menos despótica” do que outros regimes contemporâneos semelhantes, era preferível tanto às relações proletárias na Europa, quanto às que lhe sucederam no assalariamento usineiro, “*se se pode admitir grau na crueldade.*”¹¹⁵² Nessa pequena ressalva na demonstração reside, ao meu ver, a grande força do autor. Pois ela dá o relevo da contradição ou da dúvida a uma posição outrossim unilateral. Recuo sincero e/ou estratégico na argumentação, ela procurava estabelecer algo como um equilíbrio científico. Vez por outra, além da qualidade inegável de seu estilo, da desenvoltura na narrativa, o autor semeou assim algumas palavras que pareciam relativizar disciplinarmente o que não passaria de grandes acúmulos de confissões (em ambos os sentidos), anedotas e citações, sem competência demonstrativa. Essas espécies de aparte reverteram cosmeticamente a tendenciosidade dos desdobramentos.¹¹⁵³ Temperaram com *insights* de grande pertinência, poder contundente, mas brevidade e raridade desesperadora, a grande celebração hagiográfica dos antepassados. Essas faíscas de uma luz mais crítica sobre a sociedade à qual pertencia como beneficiário, não passam, no melhor dos casos, de alibi, eximindo o autor da acusação de advogado de uma das partes/classes; ou pior, de uma manobra para disfarçar um arrazoado em relato científico.

A relação central entre senhores e escravos era tratada em aspectos essencialmente antropológicos, diziam os comentaristas e pretendia o autor. Entre as dimensões preferidas por

¹¹⁴⁷ Ver também Mário Lacerda de Melo. (*O Açúcar e o Homem*, op. cit., p. 33) que valoriza “a proteção senhorial” cujo desaparecimento afetou as relações “entre produtores e seus subordinados”: “desumanizaram-se”. p. 50-51.

¹¹⁴⁸ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala*. [1933] 1970. Op. cit., p. 362.

¹¹⁴⁹ Idem, p. 393 et ss.

¹¹⁵⁰ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala*. 12 ed. brasileira, 13 ed. em língua portuguesa. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1963, Prefácio à primeira edição.

¹¹⁵¹ Termo tomado emprestado da obra desafiadora de Jacob Gorender, *A escravidão reabilitada*, São Paulo: Ática, 1990.

¹¹⁵² FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil*. Op. cit., p. 112.

¹¹⁵³ Ver outro exemplo do mesmo procedimento, a respeito da “indolência e aversão ao trabalho manual” da classe dominante. FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil*. Op. cit., p. 135. Mesma coisa em FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. Op. cit., p. 193, sobre a “civilização patriarcal, neste mesmo Nordeste da canna, com seus signaes de + e de -, embora o de - preponderando.” Ibidem, p. 200 sobre “relações, em grande parte mórbidas”.

ele, em detrimento às mais óbvias (de trabalho), estavam as de cunho psicológico.¹¹⁵⁴ As qualidades debatidas, as contaminações (fisiológicas e morais) possíveis eram enfatizadas e desenvolvidas em ambas as direções.

*“Exprimiui-se nessa(s) relações o espírito do sistema econômico que nos dividiu, como um deus poderoso, em senhores e escravos. Dele se deriva toda a exagerada tendência para o sadismo característica do brasileiro, nascido e criado em casa-grande, principalmente em engenho; e a que insistentemente temos aludido neste ensaio.”*¹¹⁵⁵

De volta à autobiografia. Com efeito, fundadora e inovadora nos sentidos acima citados, a ampla obra de Gilberto Freyre, todavia, tratava apenas e demoradamente das elites, de sua vida doméstica na casa-grande. Páginas a fio, sem medo da repetição, descreveu os costumes dos *“homens moles, de mão de mulher”*¹¹⁵⁶ e *“também as senhoras-de-engenho”*. Inúmeras personagens reais eram citadas com sua devida titulação e eventuais dotes. Em contrapartida, quase nada ou muito pouco era mencionado a respeito do campo e da mão-de-obra ali empregada, cuja labuta sustentava toda a edificação. Cada rara vez em que começara a tratar de algum aspecto de sua vida, seja ela ligada ao trabalho (ainda mais raro) ou à vida, à família, o autor mudava o assunto para a casa-grande na mesma frase.¹¹⁵⁷ A deriva era constante, irritante. A senzala era apenas vista de sua sacada. evocações pontuais e tímidas encontravam-se no palheiro dos “detalhes” da vida na casa-grande: sobre a saúde dos bebês, ele mencionou rapidamente que as mães *“quase todas, obrigadas a se entregarem a ocupações agrícolas ou domésticas, atiravam os filhos ao berço, à esteira ou à rede – aí permanecendo as crianças dias inteiros.”*¹¹⁵⁸ Era o efeito sobre o crânio que interessava o autor. A contragosto, mais do que envergonhado, sentia-se na obrigação de atribuí-lo eufemisticamente a *“circunstâncias que podemos chamar de econômicas, de sua vida domestica e de trabalho no Brasil”*.¹¹⁵⁹

A situação dos escravos era liturgicamente¹¹⁶⁰ descrita como vantajosa no tempo e no espaço, modelo retomado para os beneficiários da ‘morada’: dieta melhor que seus contemporâneos europeus e seus sucessores. Ele citava preferencialmente estrangeiros a respeito: o reverendo inglês Hamlet Clark *“escreveu no seu livro que os falados horrores da escravidão no Brasil de modo nenhum se aproximavam do «grinding, flinty-hearted despotism»*

¹¹⁵⁴ A respeito da herança da escravidão que valeu aos brasileiros “qualidades que nobremente os distinguem”, ele detalha: *“Não constituem [os valores culturais e humanos] apenas um complexo feudal – complexo social e psicológico – que parece fazer de alguns brasileiros descendentes da antiga aristocracia de donos de terras e escravos uns arrogantes e uns sádicos, e de muitos dos descendentes de escravos, indivíduos desambiciosos e servís, com alguma coisa de infantil e mesmo mazoquista em sua conduta e em algumas das suas atitudes.”* FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil*. Op. cit., p. 114.

¹¹⁵⁵ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala*. [1933] 1970. Op. cit., p. 403.

¹¹⁵⁶ Idem, p. 466.

¹¹⁵⁷ Idem, p. 487.

¹¹⁵⁸ Idem, p. 384

¹¹⁵⁹ Idem, p. 383.

das fábricas inglesas”¹¹⁶¹ ou o médico francês “Dr. Rendu [que] notara em 1830: «en général les Brésiliens ne surchargent pas leurs esclaves de travail»; e até lhes registrou a comida farta”,¹¹⁶² detalhando a seguir o cardápio. Até mesmo “[o]s direitos da infância eram assim mais respeitados pelos senhores-de-engenho do Nordeste que pelos donos de fábrica na Europa da mesma época. E do que no Brasil de hoje.”¹¹⁶³ A prova incontestável da humanidade com a qual os trabalhadores escravizados eram tratados pelos proprietários, encontrava-se no fato

“que estas rebeliões [escravos] tenham sido em nenhum tempo tão numerosas ou violentas no Brasil como em outras regiões da América, talvez porque o tratamento dado pelos portugueses aos escravos e, mais tarde, pelos brasileiros, provocasse menos o desejo de rebelião da parte dos oprimidos.”¹¹⁶⁴

A demonstração da premissa de confraternização das raças e, portanto, das classes, sobretudo na ‘morada’, estava assim resolvida por uma carência, feliz mas subliminarmente negativa em termos de caráter, dos aprisionados e explorados. A vítima se tornava cúmplice, co-responsável pelas mazelas do sistema escravista. O mesmo procedimento demonstrativo vai permear boa parte da produção literária, mas também técnica e científica sobre a região, no período posterior que nos ocupa, omitindo sistematicamente toda e qualquer responsabilidade civil e social das classes dominantes em relação ao estado geral das populações trabalhadoras. Gilberto Freyre, tão sedutor e habilidoso ao mesmo tempo que audaz na questão racial, conseguiu operar a façanha de desculpar – literalmente – quatro séculos de regime escravista em benefício de seus ancestrais diretos. A contrário, a “distância social” contemporânea¹¹⁶⁵ seria “o resultado da consciência de classe, mais do que de qualquer preconceito de raça ou de cor.”¹¹⁶⁶

Raramente na obra abundante do Mestre de Apipucos foram mencionadas, ou até mesmo aludidas, as numerosas e penosas tarefas do cultivo da cana-de-açúcar. Nenhuma descrição do ciclo agrícola, das diversas tarefas, do calendário destas, do ritmo de trabalho, das dificuldades, dos riscos¹¹⁶⁷ no eito ou no engenho. Um dos raros trechos era uma citação – como se lhe faltasse oportunidade de observar por si mesmo – de “Aspectos da Economia Rural Brasileira”:¹¹⁶⁸

¹¹⁶⁰ Palavra que ele usa, com aparente prazer, nesse sentido.

¹¹⁶¹ Essa foi a tese que defendeu na dissertação de mestrado. Ele a reitera, usando os mesmos autores e dados, em quase todos seus livros posteriores que tratam desse assunto. Ver, por exemplo, FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil*. Op. cit., p. 109 et ss.

¹¹⁶² FREYRE, Gilberto. “Aspectos de um século de transição no Nordeste do Brasil”. Op. cit., p. 177.

¹¹⁶³ Idem, p. 181.

¹¹⁶⁴ FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil*. Op. cit., p. 108.

¹¹⁶⁵ Ele publica esse escrito em 1947.

¹¹⁶⁶ FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil*. Op. cit., p. 188.

¹¹⁶⁷ Rara exceção, o perigo das mordidas de cobra no capítulo a propósito de...“A canna e os animaes”, FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. Op. cit., p. 111.

¹¹⁶⁸ FREYRE, Gilberto. “Aspectos de um século de transição no Nordeste do Brasil”. Op. cit., p. 186. Citação retomada em FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. Op. cit., p.

“há no Nordeste «certas propriedades em que os trabalhadores iniciam os seus serviços com o romper do sol e só os deixam ao ocaso com pequenos intervallos para o almoço e uma merenda.» E toda essa resistência physica a despeito de horríveis condições de vida: moram esses trabalhadores – a grande maioria – em « miserrimas choupanas, quasi nus e minados por toda sorte de mazellas e vícios.»”

Em seguida, ele só mencionou, como área de atuação dessa mão-de-obra, tarefas na construção civil! A ubiqüidade dos trabalhos agrícolas nos canaviais parece, na literatura freyreana como em José Lins do Rego, dotá-los de invisibilidade.

“Examinadas mais de perto, as teses de Gilberto Freyre revelam um outro aspecto: sua *História Social* – ou *Sociologia Genética*, como a denomina o autor – não é apenas anedótica. É também escrita e interpretada do ponto de vista da classe dominante. E neste sentido sua obra é profundamente reveladora – isto é, reveladora dos preconceitos mais conservadores e mais arraigados na classe dominante brasileira. A obra de Gilberto Freyre revela uma profunda ternura pelo negro. Mas pelo negro escravo, aquele que “conhecia a sua posição “- como o moleque da casa-grande, como o saco de pancadas do menino rico, como cozinheira, como ama de leite ou mucama da senhora moça. Nesses casos, o branco realmente não tinha preconceito contra o negro, podia até estimá-lo. (...) E nada revela melhor esse preconceito contra o negro – ou, seria melhor dizer, essa atitude escravocrata – do que as idéias de Gilberto Freyre a respeito da evolução econômica e social do Brasil. Para ele, o negro vivia melhor sob a escravidão do que no regime de liberdade de trabalho; a alimentação do escravo seria melhor até do que a do senhor branco. No entanto, embora diga, a certa altura, que a vida do escravo “não era apenas alegria”, não dá elementos da vida concreta do escravo – a não ser nos aspectos em que esta se ligava à vida dos senhores.”¹¹⁶⁹

Em raras oportunidades, sem conseqüências significativas sobre o conjunto do sentido dado à evolução da sociedade, ou explicativas quanto às relações concretas entre as pessoas, Gilberto Freyre evocou brevemente a função dos escravos/negros/trabalhadores. De fato, é esse reconhecimento básico da contribuição positiva desses à construção do Brasil que o distinguiu parcialmente de outros escritores das correntes de opinião dominantes. Paradoxalmente, dada a suposta mensagem da obra Freyriana, era excepcional uma afirmação como: “*nossa civilização nordestina de productores de açúcar e de trabalhadores de engenho*”.¹¹⁷⁰ Estava geralmente ligada à contenda com a escola de Nina Rodrigues, argumento instrumental no debate, útil ao autor, porém não necessária por razões, quem sabe, científicas.¹¹⁷¹ Mas uma coisa era citar a participação dos escravos/negros/trabalhadores na explanação dos desdobramentos históricos nacionais (conquista do território, diversificação das atividades, costumes diversos etc.). Outra coisa era dar um papel ativo proporcional a sua contribuição à parte explorada da sociedade. A postura do autor não traduzia o respeito devido a uma fundamental classe social, e não um apêndice ou acessório (embora indispensável) aos afazeres diversos da casta dominante. A perspectiva resumir-se-á à ilustração do slogan devido a Antonil.

“O açúcar não teve, por certo, responsabilidade tão direta pela moleza dos homens. Teve-a porém, e grande, como causa indireta: exigindo escravos; repelindo a policultura. Exigindo escravos para “mãos e pés do senhor-de-engenho”, como disse Antonil. E não só do senhor-de-engenho português, já viciado na escravidão: os holandeses, quando no século XVII se instalaram nas plantações de cana de

¹¹⁶⁹ LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro*. Op. cit., p. 311.

¹¹⁷⁰ FREYRE, Gilberto. “Algumas notas sobre a pintura no Nordeste do Brasil”. Op. cit., p. 86.

¹¹⁷¹ FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. Op. cit., p.

*Pernambuco, reconheceram a necessidade de se apoiarem no negro; sem escravos não se produziria açúcar. E escravos em grande número; para plantarem a cana; para a cortarem; para colocarem a recoltada entre as moendas impelidas a roda de água – nos engenhos chamados de água, e por giro de bestas ou de bois, nos chamado almanjarras ou trapiches; limparem depois o sumo nas caldeiras de coacção; fazerem coalhar o caldo; purgarem e branquearem o açúcar nas formas de barro; destilarem a aguardente. Escravos que se tornaram literalmente os pés dos senhores: andando por eles, carregando-os de rede ou de palanquim. E as mãos – ou pelo menos as mãos direitas; as dos senhores se vestirem, se calçarem, se abotoarem, se limparem, se catarem, se lavarem, tirarem os bichos dos pés.”*¹¹⁷²

De volta ao olhar do menino que não percebeu o trabalho no campo e só mencionava “*plantarem a cana*”, como se nessas três palavras se pudesse resumir eqüitativamente todo o trabalho agrícola na sua diversidade e complexidade, enquanto se dedica, frases a fio, aos “*detalhes mais íntimos da toilette*” e “*apalpar, amolegar os peitos das negrinhas etc.*”¹¹⁷³ A raridade das menções se soma, deste modo, ao desprezo revelado em expressões e comparações que parecem escapar ao autor no mesmo sentido que José Lins do Rego: “*Foram funções, essas*¹¹⁷⁴ *e várias outras, quase tão vis, desempenhadas pelo escravo africano com uma passividade animal.*”¹¹⁷⁵ A dependência do proprietário da plantação estava sugerindo um quê de masoquismo, na medida em que os escravos temiam lamentar a perda ... de seu explorador.

“*Os enterros faziam-se à noite, com grandes gastos de cera (...) Muito choro das senhoras e dos negros. Que estes ficavam sem saber que novo senhor a sorte lhes reservava; e choravam não só com saudades do senhor velho, como pela incerteza do seu próprio destino.*”¹¹⁷⁶

Quanto aos próprios trabalhadores, apenas os “*de estimação*” recebiam rituais e sepultura.

Excepcional, quase accidental, era a menção de resistência, por ser ameaçadora à ordem historiográfica que estava sendo consolidada: “*Arda, eram cabeçudos e tardos; difíceis de se habituarem à rotina dos engenhos. Levantavam-se às vezes contra os feitores e moíam-nos de pancadas.*”¹¹⁷⁷ Aliás, a interpretação final da monumental obra freyriana era essencialmente pacífica. Como o sublinhou admiravelmente Carlos Guilherme Mota:

“*Do ponto de vista interpretativo-metodológico, o encaminhamento é hábil, de vez que opera sistematicamente com pares antagônicos para... esvaziar a contradição.*”¹¹⁷⁸

“Torcicolo ideológico”¹¹⁷⁹

“A saudade, assim como sua companheira a tradição, constituem uma autoridade superior a que se deve submeter sem questionar. Não se critica ou se discute saudade e tradição. Elas se impõem como verdades validadas pelo passar do tempo, validadas pela

¹¹⁷² FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala*. [1933] v. II, 1970, op. cit., p. 465.

¹¹⁷³ Ibidem..

¹¹⁷⁴ Ele acabou de descrever o carregamento de barris de excrementos.

¹¹⁷⁵ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala*, [1933] v. II, 1970, op. cit., p. 497.

¹¹⁷⁶ Idem, p. 474.

¹¹⁷⁷ Idem, p. 382.

¹¹⁷⁸ MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira*. Op. cit., p. 67.

¹¹⁷⁹ SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas – forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 1977, apud D’ANDREA, Moema Selma. *A tradição re(des)coberta*. Op. cit., p. 58.

durabilidade. A saudade como a tradição têm medo da história, lutam para aparecerem como algo sedimentado no tempo, como pedaços redivivos do passado, quando na verdade são invenções do presente.”

Durval Muniz de Albuquerque

Como o de José Lins do Rego, o olhar de Gilberto Freyre era essencialmente saudosista. A sociedade que ele se comprazia em descrever, repetindo incansavelmente detalhes e anedotas, estava situada no passado. A trilogia histórica não alcançou o presente. O ambiente de crise, numa atualidade que se prolongava pelo meio século em que escrevia, foi constatado em boa parte da produção literária, jornalística e acadêmica subsequente. Lamentava-se a abolição, que “acabou” com o estilo de vida de tipo colonial. Lastimava o desenvolvimento da técnica industrial de produção do açúcar, que ele descreveu de forma apocalíptica:

*“Numa como vingança da technica do homem contra a natureza, nas usinas são as machinas que imitam o vegetal, o animal, o humano que tomam o lugar dos negros, outrora «mãos e pés do senhor-de-engenho» na phrase célèbre do chronista.”*¹¹⁸⁰

O eco persiste até hoje, nos mais divulgados órgãos da imprensa que choram, no mesmo tom,

*“a saudade daqueles velhos tempos, em que Pernambuco reinava absoluto com suas usinas moendo.”*¹¹⁸¹

Como o sublinha Durval Muniz, no mesmo movimento, realçava-se “a própria genialidade do autor, que teria sido capaz de perceber essa continuidade, essa tradição como marca do Nordeste.”¹¹⁸² Com isso fechava-se o círculo demonstrativo. Partindo do lugar, a demonstração caminhou pela história, antropologia, gastronomia, sexologia, para voltar ao espaço, sendo a definição “objetiva” final a confirmação da justeza do ponto de partida. Não só em termos geográficos espaciais, mas também na geografia social, no mapa das classes. O périplo circular nunca deixou a sacada da casa-grande. Contudo, era preciso restabelecer a escala coletiva maior. Um conceito de crise regional ou melhor, definidor do próprio conceito de região,¹¹⁸³ permitiu induzir que todos os habitantes desse mundo – rural sobretudo – sofreram com os novos tempos. Gilberto Freyre foi preciso. Os trabalhadores perderam com a mudança:

*“Todo um mundo de cambiteiros, de banqueiros, de negros de fornalha, de mettedores de canna, de mestres de açúcar – recordaria aquella pintura mural ao fixar o passado da economia açucareira do Nordeste, contrastando depois esse esforço humano coma victoria das machinas modernas. Todo um mundo de homens brancos e de cor e tambem de animaes – bois, bestas, cavallos. Os animaes que a industria do açúcar fez soffrer ao lado dos negros e dos brancos.”*¹¹⁸⁴

¹¹⁸⁰ FREYRE, Gilberto. “Algumas notas sobre a pintura no Nordeste do Brasil”. Op. cit., p. 89.

¹¹⁸¹ RODRIGUES, Orismar. “Ah, que saudade que eu tenho!”, *Jornal do Commercio*, Caderno C, p. 3, 19 de outubro de 2002.

¹¹⁸² ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. *O engenho antimoderno, A invenção do Nordeste*. Op. cit., p. 122.

¹¹⁸³ “A região surge assim como uma “dobra espacial”, produzida através de toda uma produção discursiva, cultural e política que, lançando mão de um estoque de imagens e textos pertencentes à sociedade patriarcal nordestina, notadamente aquela de maior poder econômico e político – a sociedade açucareira – procura recriar este espaço como um espaço fechado às mudanças que vêm de fora.” ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. *O engenho antimoderno, A invenção do Nordeste*. Op. cit., p. 129.

¹¹⁸⁴ FREYRE, Gilberto. “Algumas notas sobre a pintura no Nordeste do Brasil”. Op. cit., p. 89.

Além da hipérbole, corriqueira no estilo freyreano, foram citadas apenas certas categorias de trabalhadores empregados na parte de fabrico do açúcar, uma minoria da força de trabalho da plantação. Ou seja, o prisma através do qual o autor a considerava era extremamente estreito, ignorando a massa considerável de trabalhadores rurais, ou incluindo-os como acessórios no devir entristecedor daquelas categorias cuja função fora afetada pela transformação da organização da produção industrial. Mas em outra obra, essa habitual deformação do prisma visual “vista da casa-grande” foi superado e a mensagem se tornou clara: lembrando que, em 1935, com Ulysses Pernambucano, Sylvio Rabello e Olivio Montenegro, havia proposto um

*“inquerito regional que servisse de base ao proprio uzineiro ou proprietario rural bem intencionado para um ajustamente melhor de relações entre as fabricas de assucar e os seus trabalhadores ruraes”, eles foram “repellidos como uns intrusos e até denunciados como agitadores.”*¹¹⁸⁵ No parágrafo seguinte, vem a sentença: *“A verdade é que talvez em nenhuma outra região do Brasil a extinção do regimen de trabalho escravo tenha significado tão nitidamente como no Nordeste da canna de assucar a degradação das condições de vida do trabalhador rural e do operario. A degradação do homem.”*¹¹⁸⁶

Essa tentativa, bem como as ambições inquisitivas de Gilberto Freyre para aproximar-se da força de trabalho permaneceram únicas.

O “imperialismo tentacular das uzinas”¹¹⁸⁷

O que Gilberto Freyre queria evidenciar de todas as maneiras era a decadência que afeta toda a sociedade. Ele a apresentava como uma obriedade, cuja profundidade merecia destaque. Isto é, não havia nada a demonstrar, mas apenas ilustrar, repetindo *ad nauseam* que *“há nesta nova phase de desajustamento de relações entre a massa humana e o assucar (...) acrescida agora do abandono do proletariado da canna.”*¹¹⁸⁸

*“D’ailleurs, la monoculture de latifundium, même après l’abolition de l’esclavage, a trouvé moyen de subsister dans certaines régions du pays, encore plus absorbante et stérilisante qu’autrefois, encore plus féodale dans ses abus. Créant un prolétariat encore moins favorisé que la masse esclave. (...) De telle sorte que ce qui subsiste de l’ancien système économique c’est ce qu’il y a de pire au point de vue du bien-être des classes laborieuses. Tandis que le patriarcalisme qui avait protégé les esclaves, qui les avait alimentés assez largement, qui les avait secourus dans leur vieillesse ou dans leurs maladies, qui avait aidé leurs fils à s’élever dans la société, disparaissait. L’esclave a été remplacé par le paria de l’usine, la senzala par le mocambo. Bien des maisons de maîtres sont restées vides, les capitalistes terriens roulant en automobile dans les grandes cités, vivant dans leurs chalets suisses ou leurs hôtels normands, allant à Paris s’amuser avec des femmes entretenues.”*¹¹⁸⁹

¹¹⁸⁵ FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. Op. cit., p. 191.

¹¹⁸⁶ Ibidem..

¹¹⁸⁷ Idem, p. 14.

¹¹⁸⁸ Idem, p. 193

¹¹⁸⁹ FREYRE, Gilberto. *Maîtres et Esclaves, La formation de la société brésilienne*. Paris: Gallimard, 1974, p. 456-7 (préface de la première édition).

Ricardo Benzaquen de Araújo advertiu contra a “*pilha de evidências do declínio senhorial*”,¹¹⁹⁰ e analisou a ambigüidade final desse argumento. “*Não é de se estranhar, então, que Gilberto Freyre defina a “civilização do açúcar do Nordeste” como “mórbida. E mórbida sobretudo nos seus prolongamentos atuais”.*”¹¹⁹¹ Como se a transição da casa-grande para a usina conseguisse prolongar e ressaltar **apenas** o lado despótico da primeira (incluindo-se aí aquela devastação que a própria *hybris* ocasionava), descartando a intimidade, a relativa confraternização que ela também estimulava. É nesse contexto, aliás, que Gilberto afirmou :

“*talvez em nenhuma outra região do Brasil a extinção do regime de trabalho escravo tenha significado tão nitidamente como no Nordeste da cana-de-açúcar a degradação das condições de vida do trabalhador rural e do operário [...] Da assistência ao escravo – assistência [...] que bem ou mal era praticada pela maioria dos senhores escravocratas no interesse das próprias terras, da própria lavoura, do próprio açúcar, da própria família (em contato direto com parte da escravaria e indireto com toda a massa negra) – quase não resta senão um traço ou outro, uma ou outra tradição mais sentimental do que efetiva, nos engenhos mais velhos, em uma ou outra usina do senhor menos ausente do campo.*”¹¹⁹²

Gilberto Freyre reiterou a “*depersonalização do senhor de açúcar*”,¹¹⁹³ da mesma forma que José Lins do Rego repetia o efeito de “*desumanização*” supostamente causado pela usina. Justamente, era a *Banguê* e *Usina* que Gilberto Freyre se referia como retratando “*magnificamente*” a evolução tida como nefasta “*no interesse de tão poucos e contra a saúde e a vida de tantos*”.¹¹⁹⁴ Pois, sob a pena de ambos autores, num uníssono absoluto, falava-se da abolição e do processo usineiro como “*catástrofes*”,¹¹⁹⁵ atingindo a sociedade como um todo, e não apenas uma fração dela – a classe dominante, ou melhor, parte dela.

“*Foi o Nordeste a parte do Brasil onde se fez sentir mais profundamente o golpe da Abolição contra a economia patriarcal-escravocrata e a ordem social, a cultura, a moral, a estética, que sobre ella se baseavam.*”¹¹⁹⁶

Entre as vítimas mencionadas com insistência estavam enfim os trabalhadores rurais. Mas, eles eram usados: sua miséria – aparentemente nova, ou consideravelmente agravada – servia de argumento. Retrospectivamente, lamentava-se o desaparecimento da tradução (ora definida) dessa famosa confraternização, qualificando particularmente a ‘morada’, na forma de “*antiga*

¹¹⁹⁰ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. *Guerra e Paz*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994, p. 115.

¹¹⁹¹ Idem, p. 75.

¹¹⁹² Idem, p. 160.

¹¹⁹³ FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. Op. cit., p. 192.

¹¹⁹⁴ Ibidem..

¹¹⁹⁵ Sérgio Buarque de Holanda qualifica de “*catástrofe agrária*” a abolição coincidindo com um período de baixa dos preços do açúcar nos mercados mundiais – novamente articulando a problemática com escalas mais amplas. Citando José Lins do Rego, mas numa visão favorável (urbana industrial) ao sentido da evolução social do país, ele resume: “*O desaparecimento do velho engenho, engolido pela usina moderna, a queda de prestígio do antigo sistema agrário e a ascensão de um novo tipo de senhores de empresas concebidas à maneira de estabelecimentos industriais urbanos indicam bem claramente em que rumo se faz essa evolução.*” *Raízes do Brasil*, op. cit., p. 176.

¹¹⁹⁶ FREYRE, Gilberto. “Aspectos de um século de transição no Nordeste do Brasil”. Op. cit., p. 192.

assistencia patriarcal”¹¹⁹⁷ entre raças/classes, até então apenas induzida a propósito da mão-de-obra rural: “na doença ou na dor não teem uma sinhádona a quem pedir um remedio, um sinhô a quem pedir 20\$000 de extraordinário.”¹¹⁹⁸ A sorte – no caso, a infelicidade – dos trabalhadores aparece indissolivelmente ligada àquela de seus ex-donos, doravante empregadores, os que se tornaram fornecedores de cana. O paralelo com o suposto “sofrimento” da abolição quando “[d]esapareceram as relações fixas entres senhores e trabalhadores”,¹¹⁹⁹ constituía o paralelo preferido. Segundo Gilberto Freyre, da mesma forma que em José Lins do Rego, a extinção da escravidão significava um relativo agravamento das condições de vida e de trabalho. Assim,

“[à] relativa sedentariedade de antes da Abolição sucedeu o ciganismo de hoje: caldereiros, mettedores de canna, trabalhadores de enxada são agora a gente mais sem raiz deste mundo. Vivem rolando dum engenho a outro.”¹²⁰⁰

Frases rápidas, lapidárias, julgamentos sem apelo, aos quais sucederam inúmeras páginas sobre jantares finos e atividades sociais na casa-grande. A temática era retomada, no mesmo tom, quando ambos os autores tratavam do processo usineiro que “não teve força para acrescentar nada de positivo a essa civilização”,¹²⁰¹ sentenciava Gilberto Freyre, já que representava “um individualismo duro e seco” que explorava “quase com nojo” indistintamente a cana, a terra, os rios, os animais e o trabalhador.¹²⁰² Doravante, embora a mudança tenha sido, a de proprietário da indústria apenas, falava-se de “proletariado da canna”,¹²⁰³ condição explicitamente designada como degradação em relação à situação anterior, a do escravo: trabalhadores pós abolição

“proclamados livres; mas, na realidade, sociologicamente escravos – de um modo que chegou por vezes a ser cruel – da sua situação de ex-escravos ou de descendentes de escravos. Escravos como de si próprios.”¹²⁰⁴

No entanto, havia muita força na versão de Gilberto Freyre e José Lins do Rego. Além da correnteza autobiográfica subjacente a toda a problemática (fossem eles filhos de usineiros, provavelmente sua obra teria sido muito diferente) e conduzir o fio da argumentação, eles ofereceram um poderoso roteiro, quase um épico, que transfigurou avatares capitalistas banais de modernização ou falta de capacidade para tal, bem como falência de concentração empresarial, numa dimensão societal e aventura bélica, com tudo aquilo que isso carregava consigo de conotações prestigiosas, enobrecedoras no Ocidente.

¹¹⁹⁷ FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. Op. cit., p. 193.

¹¹⁹⁸ Idem, p. 192.

¹¹⁹⁹ FREYRE, Gilberto. “Algumas notas sobre a pintura no Nordeste do Brasil”. Op. cit., p. 113.

¹²⁰⁰ Ibidem..

¹²⁰¹ FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. Op. cit., p. 194.

¹²⁰² Idem, p. 195.

¹²⁰³ Idem, p. 193.

¹²⁰⁴ FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Op. cit., v. 2, p. 627-628.

“O usineiro é, em geral, como se fosse um conquistador em relação com os conquistados de uma outra terra. De outro barro. De outro sangue. Quase um estrangeiro a quem não tocasse a sorte dos que não são usineiros.”¹²⁰⁵

Raros eram os trechos que deixavam perceber os problemas com os quais parte dos parentes dos autores se defrontou: “as uzinas baixarem os preços de sua tabella de compra de canna.”¹²⁰⁶

“Cruzada etnocêntrica em torno da rêverie terrienne”¹²⁰⁷

A crise descrita com tanta paixão e saudade do tempo que a antecedeu foi analisada como uma “proposta regionalista-tradicionalista” por Moema D’Andrea:

“Para isso é pensada e formulada uma ideologia que justifique a coesão regional. Essa coesão tem no aspecto homogeneizador da região seu mais forte trunfo, sua mais forte representação ideológica, seu mais forte argumento funcional. A partir de uma pretensão identidade espacial, sob o predomínio do Nordeste açucareiro foi construída a defesa da região. Ora, a representação que essa fração de classe dominante fazia do real (Nordeste açucareiro) dissimulava as fraturas internas de uma região onde “outros nordestes” eram camuflados pela pompa e pela tradição heráldica dos senhores de engenho.”¹²⁰⁸

Também é manifesto o lugar do/dos autor/es unidos nos sentimentos e na maneira singular “que os intelectuais da ordem patriarcal encontram para revalidar simbolicamente esta mesma ordem.”¹²⁰⁹ A análise de Bourdieu, acima citada, então verificar-se-ia em Freyre. Apesar da grande competência de José Lins do Rego nessa empreitada, o longo mestre de Apipucos teve como trunfo a institucionalização de sua obra à pretensão científica, eficientemente redimensionando o que seria a história do Nordeste. Bebendo nas melhores fontes acadêmicas, assessorado pelos mais distintos pensadores pernambucanos, ele afirmava um princípio coerente com o pensar histórico de seu tempo, que

“ultrapassa a parcialidade dos que viam o Brasil como obra de alguns homens notáveis do Império e da República. Mais ainda, a sua história social. procura salientar a contribuição negra, ainda que se possa dizer que sua perspectiva indica apenas o pitoresco nessa contribuição.”¹²¹⁰

As ambigüidades de seu pensamento, no entanto, bem como o peso específico ridicularmente reduzido que ele dedicou à “metade” gigantesca dos explorados deixou, ademais, um legado de mal-entendido profundo sobre o sentido da evolução das relações de trabalho da zona canavieira de Pernambuco vista pelos trabalhadores, particularmente no momento referenciado como da ‘morada’. Atribuiu-se-lhes opiniões e devires estereotipados próprios de seus exploradores. Paradoxo ou operação bem sucedida de ‘brouillage’ historiográfico, em que a voz de uma parte do patronato, em declínio, foi amplificada a ponto de silenciar, ou quase, as demais.

¹²⁰⁵ Casa-grande e Senzala, 1963, p. 196. A mesma frase é retomada em *Nordeste*, op. cit., p. 196.

¹²⁰⁶ FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. Op. cit., p. 196

¹²⁰⁷ D’ANDREA, Moema Selma. *A tradição re(des)coberta*. Op. cit., p. 47.

¹²⁰⁸ Idem, p. 50.

¹²⁰⁹ Idem, p. 131.

¹²¹⁰ LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro*. Op. cit., p. 314.

Os ecos da ‘morada’

“Aqui, no engenho Terra Preta, eu não quero violência, que meus moradores são meus filhos.”

Senhor-de-engenho de Terra Preta¹²¹¹

“Guardo por essa terra um amor quase físico. Pela terra, pela gente e principalmente pelos animais. Venho com dez moradores do tempo de meu pai. Não consinto que ninguém os desacate, nem aos pássaros de Queimadas, nem aos bois velhos, por quem tenho um desvelo quase de irmão.”

Júlio Bello¹²¹²

São notáveis e longevos os ecos da descrição acima evocada das relações de trabalho nos engenhos. Não é surpreendente reencontrar explícita e alusivamente a ‘morada’ no discurso dos plantadores, fornecedores ou usineiros, pois eles pertencem exatamente à mesma classe que os autores evocados, e do Estado brasileiro¹²¹³ cujos quadros recrutavam-se nas mesmas fileiras. Essa reverência familiar, de “*estirpe*”, como o escreveu José Américo numa carta a José Lins do Rego, quando da publicação de Fogo Morto.¹²¹⁴ Essa celebração (recíproca) entre autores continuou, ao fio das publicações, reedições e aniversários. As freqüentes referências jornalísticas, muitas vezes explícitas, constituíam um sinal de distinção.

A propósito de escravos

Costa Porto¹²¹⁵

A hediondez do regime servil - no Brasil e em todo o mundo - resulta do próprio sistema e para lhe acentuar os aspectos negativos e sombrios, não se faz mister derivar para exageros, pintando o diabo mais feio do que a realidade. Gilberto Freyre me parece, assim, estar certo quando, aludindo à situação do escravo brasileiro, fala em sua exploração pelo senhor, mas exploração «com certa suavidade», de resto nos nossos estilos, de um povo e de um país que nunca foram «de extremismos», pois tudo, aqui, tende «a amolecer-se em contemporizações e adocicar-se em transigências». (...) Havia, sem dúvida sempre houve senhores de escravos desalmados, almas do diabo, gente de maus bofes, capaz de tudo. (...)

Não se pense, entretanto, vivessem os patrões a matar escravos, enforcando-os em fomalha ... quando não militassem razões de humanidade, pesariam motivos econômicos: o escravo valia muito dinheiro, e por isso se poupava, quando nada como se poupa um animal de alto preço, um cavalo, um boi.

E no Nordeste a tradição é de senhores benignos, acostumados, de certo a dar surras de criar bicho, em seus escravos como de resto o faziam com os filhos - mas tratando-os ao menos melhor do que os senhores de outras regiões. O terror da escravidão pernambucana eram as lavouras do Maranhão. Mais tarde, no fim do século, as plantações de café em São Paulo. Anibal Fernandes lembrava a história de um senhor-de-engenho pernambucano de Pernambuco que só tinha garganta, mas de coração mole como angu. se um escravo lhe fazia raiva, rompia em barulheira: «Mando-te para o café, negro safado.» Mas não passava disso.”

. O tom era, enobrecedor, saudosista e sentimental. Júlio Bello exaltou esses “*últimos Abencerrages*”,¹²¹⁷ concluindo: “*Deus permita que defendendo e protegendo a pequena (sic)*

¹²¹¹ Severino Barros Lima.

¹²¹² Autor de “Memórias de um Senhor-de-Engenho”, amigo de Gilberto Freyre. DP 26.06.45.

¹²¹³ Particularmente IAA, Ministério e Secretaria da Agricultura, e de forma mais geral, nos órgãos que tem por missão algo referente à atividade agrícola.

¹²¹⁴ DP 13.01.44.

¹²¹⁵ DP 05.10.63 p.4. O autor tratava regularmente em editoriais os assuntos do campo, numa época em que, pela primeira vez, os senhores de engenhos encontravam-se seriamente desafiados pelas mudanças maiores na sociedade brasileira, com o advento do regime democrático e a ascensão de órgão de defesa dos trabalhadores.

¹²¹⁶ O autor cita exemplos de senhores que enforcavam e queimavam escravos na fomalha.

¹²¹⁷ Artigo publicado no DP 27.01.44.

propriedade”. Olívio Montenegro elogiava o avô de José Lins do Rego “*um símbolo. Sua família é toda a população do engenho para a qual ele tem o mesmo rigor e a mesma brandura de um pai.*”¹²¹⁸ Certos de encontrar um público convencido - seus colegas e as autoridades públicas - os representantes das classes patronais, reafirmavam, a cada oportunidade, as

*“aspirações de fraternidade e de amor ao próximo, que foram sempre uma constante na vida dos velhos senhores-de-engenho de nossa terra aos quais por muito tempo, foram atribuídas por pensadores suspeitos, tão somente as qualidades de má vida, sem levar em conta os sentimentos altruísticos de que os mesmos foram portadores, e que, hoje, nos seus legítimos sucessores sem interesse escusos sem regionalismo e sem demagogia pomos em prática.”*¹²¹⁹

Em 1941, um representante dos plantadores fazia referência explícita à obra de José Lins do Rego, analisando a situação de sua classe e a configuração social e econômica do setor:

*“O processo de assimilação, perfeitamente explicável, a despeito do seu caráter deshumanizador da terra, é descrito vigorosamente com detalhe de grande valor econômico e social em obra recente de um escritor nordestino, perfeito conhecedor do drama – Usina. A proletarização intensiva afetou depressivamente o vulto do comércio local e liquidou a produção secundária diversificada e que equilibrava a grande cultura canavieira da zona da mata do Nordeste.”*¹²²⁰

O processo usineiro era evocado como “*erros cometidos no início da modernização da indústria para o que contribui grandemente o liberalismo caótico e egoísta então predominante.*” Ele qualificava essa evolução de nascimento de “*um meio eminentemente individualista*” mencionando a “*fome de terras característica das usinas*”. Tratava-a como se fosse seleção natural

“[o]s mais audazes, inteligentes ou melhor organizados, foram vencendo os mais débeis, aproveitando-se dos lucros resultantes principalmente de um maior volume de produção e crédito mais amplo nas praças exportadoras. O latifúndio açucareiro havia nascido.”

Anteriormente, ele havia qualificado a situação de

“ordem arbitrária causadora inúmeras vezes da miséria generalizada em nome de um progresso que a última crise mundial veio desmoralizar”, defendendo os plantadores como “a classe média rural cuja manutenção é essencial para o equilíbrio social de todo Estado moderno.”

Nessa visão, como em José Lins do Rego e Gilberto Freyre, os plantadores (ele se distancia do termo senhor-de-engenho) foram as vítimas do processo. Aludia apenas à condição dos trabalhadores rurais como epifenômeno, útil para requerer ajuda do Estado, sobretudo aumento nos preços do açúcar. Eles não entravam no rol de potenciais parceiros sociais em pé de igualdade frente à lei. Seu tratamento era da ordem dos recursos naturais, talvez de rebanho.

¹²¹⁸ “Menino de Engenho”, artigo publicado na oportunidade da reedição da obra. DP 01.02.48.

¹²¹⁹ Discurso do Presidente da Associação dos Fornecedores de Cana, Fausto Pontual, na ocasião da inauguração de dois ambulatorios de assistência ao trabalhador do Açúcar, batizados “Diogo Rabelo” e “Luiz Inácio Pessoa de Melo”, construídos em Goiana e Aliança pela Associação dos Fornecedores de Cana, em colaboração com o IAA. *Folha da Manhã* 30.1.57. Ver o texto integral em anexo.

¹²²⁰ “Análise da situação atual dos engenhos do NE” Moacyr Palmeira (Delegado dos banqueiros e plantadores de cana da comissão executiva do IAA). DP 01.06.1941. p. 3. artigo sob 3 colunas.

Efeitos de espelho

No artigo, “O clamor dos banguês”,¹²²¹ o próprio José Lins do Rego tomou a defesa dos plantadores, estimulado pela carta de um conhecido, senhor-de-engenho de Alagoas alertando classicamente para uma “*calamidade*”¹²²² que ameaçava o “*sacrifício de membros essenciais deste imenso corpo*”. Em apoio a seu amigo, que escreve “*como todo o derrame de coração ferido*”, José Lins do Rego, embora nenhum “*sentimental defensor dos bangüês*”, chegou a citar um trecho da carta que soava estranhamente como partes de sua própria obra:

“«Veremos nela a esterilização de áreas consideráveis de terra, da melhor que possuímos. A erva daninha cobrindo tudo, o mato crescendo, o homem de braços cruzados, o engenho de fogo morto, o cercado sem vaca leiteira e sem o pasto batido.»”

A literatura vinha ao socorro da queixa econômica prosaica do patronato.¹²²³ Esse apoiava seu argumento precisamente na obra de ficção/memória, cuja difusão serviu-lhe de autentificação, valeu como “prova”: eis um exercício de reforçamento mútuo muito eficiente, pois consagrava duplamente essa versão da história como “verdade” absoluta, acima das classes e dos interesses particulares. Os atos do Estado brasileiro estavam impregnados dessa visão da realidade da zona canavieira, não apenas para liberar aumentos de preço e subvenções para os plantadores. O judiciário, por exemplo, interferiu com a organização dos trabalhadores como classe: Dr Agrippino F. da Nóbrega,¹²²⁴ convencido de que

“*[a] leitura de semelhante peça [os estatutos da Liga Camponesa] nada demonstra de anormal. E aparentemente inócua, inocente de intenção e de propósitos. Não tem um desvio visível, uma palavra dúbia... a modos da técnica comunista.*”

Contudo, o magistrado recusou o registro argumentando que “*não se justifica a existência de uma tal Liga Camponesa num município essencialmente canavieiro, quando o seu território é explorado apenas por poucos e legítimos proprietários.*” A correspondência oficial entre empregadores e o Estado, o referencial conceitual da paz social, coerente com a postura getulista do mundo do trabalho (embora faltassem os órgãos representando a massa dos trabalhadores rurais), era marcada por esse ideário da ‘morada’, relação desigual, mas benévola. A cesura usineira não se verificou na utilização do argumento, apesar de sua importância no discurso dos fornecedores. O denominador comum era mais poderoso ideologicamente. Seu representante congratulou Álvaro Azevedo pela “*maneira sempre correta e cavalheiresca como soube se haver, no trato dos interesses entre a usina e os fornecedores.*” Mas o eixo do elogio era outro:

¹²²¹ DP 28.04.1943, p. 4

¹²²² Tratava-se de banais dificuldades no transporte do açúcar, sobre o qual o jornal publicou um artigo sóbrio, p 3.

¹²²³ Ver outro exemplo: “Gerente de Catende” de Anibal Fernandes. DP 24.01.58, p. 4.

¹²²⁴ Pedido de registo de uma Liga Camponesa em Ribeirão. “Negado o registo de uma liga camponesa.” *Diário da Noite* 30.7.48. SSP 19.177, Doc. 9. Ver em anexo a versão mais completa publicada pelo JC.

*“Nascido e criado em Nazaré da Mata, no Engenho Barra, apesar de industrial e capitão de indústria, como se tornou, sempre foi um homem simples, sem vaidades. Nunca se distanciou do trabalhador rural, usando às vezes expressões pitorescas, nascidas e difundidas no meio rural.”*¹²²⁵

Os usineiros, afinal, eram (e são) filhos, irmãos e primos dos senhores-de-engenhos descritos por José Lins do Rego e Gilberto Freyre, e também plantadores de cana. Assim, a queixa de um usineiro acusando os comunistas de querer *“transformar o ambiente tranqüilo, ordeiro, de trabalho construtivo, de harmonia social e econômica”*¹²²⁶ constituído pela empresa, *“num centro de agitação comunista, fomentando-se a propaganda de preconceitos de classe - a de patrões e operários”*. O enaltecimento de sua classe recebia o aval ditirâmico das autoridades públicas:

*“o comprovado espírito de cooperação e principalmente a formação religiosa dos maiores da indústria do açúcar de Pernambuco, todos eles legítimos representantes de uma geração e senhores dos grandes engenhos, e que vêm na casa grande o símbolo da Justiça Divina em seus oratórios seculares, a inspirar as suas atitudes.”*¹²²⁷

A visão adocicada da ‘morada’ na expressão dos plantadores¹²²⁸ só cedeu no tom numa época de acirramento entre forças sociais e políticas opostas, que desembocaria em poucos meses no golpe militar de 1964. Ela ainda foi argumento no desdobramento dessa luta política.¹²²⁹ Mas só podia ter vigência, enquanto o peso da repressão mantinha os trabalhadores rurais calados. Na época em que o regime democrático permitiu a organização da classe trabalhadora rural em defesa de seus interesses, o tom começou a mudar. Algumas vozes patronais se fizeram ouvir de forma contundente, agressiva mesmo, enquanto a classe preparava ativamente, com seus

¹²²⁵ “Homenagem dos fornecedores de cana de Barreiros ao industrial Alvaro Azevedo” José Robalinho citado In: DP 05.11.61.

¹²²⁶ Ofício da Usina T. ao Exmo Sr Major Secretaria de Segurança Pública. SSP 470 Doc 31-33.

¹²²⁷ Declaração Sr Pinheiro Dias, Delegado Regional do Ministério do Trabalho. DP 13.05.1941

¹²²⁸ Analisando o discurso dessa classe, pode se notar desdobramentos surpreendentes. Um dos mais freqüente é a assimilação pura e simples de sua classe àquela dos trabalhadores rurais, no sentido da necessidade comum de serem socorridos pelo Estado. Pio Guerra em “Situação calamitosa dos banguzeiros”: *“Os banguzeiros outrora educavam os filhos nas universidades européias; hoje estão quasi na contingência de retirá-los da escola primária.”* DP 09.09.47. A respeito de um dois maiores usineiros da região, João de Petribu, Anibal Fernandez escreveu: *“A homenagem que lhe prestaram os filhos foi bem expressiva: pois do velho João Petribu ninguém dirá com desprezo ou rancor que foi um latifundista, um absenteista, que de longe apenas se locupletava do esforço alheio; pois se há trabalho que identifique o homem à terra e o associe aos filhos, por sua vez na terra identificados, é esse... unidos à terra nela trabalhando mais vezes quase nas mesmas condições de simples foreiros.”* DP 05.10.60.

¹²²⁹ “Camponeses de Paudalho ao lado de Jânio Quadros e Milton Campos. Expressiva solidariedade dos trabalhadores rurais. Manifestação dos moradores do Engenho “Pindobal” ao governador Cid Sampaio. Artigo de destaque sobre 3 colunas, com fotos. Os trabalhadores se manifestaram *“contra as Ligas Camponesas”* junto ao proprietário. *“O Sr José Aymar afirmou e mandou que se comprovasse o acolhimento que sempre dispensou aos seus trabalhadores. Nunca demitiu nem expulsou de suas terras nenhum deles. Muito ao contrário. Há morador que há dez anos não paga um centavo pelas terras que ocupa. Entretanto, no que pese nessa situação, nunca os forçou a trabalhar nem os ameaçou de expulsão. Continua ajudando a todos.”* Mais adiante, concede *“o irrisório preço do açúcar que obrigava a pagar salário de fome aos trabalhadores”*. DP 02.10.60. Interessante, para seguir a linha de argumentação, foi a declaração feita após ter sido acusado de utilizar a polícia contra os trabalhadores rurais: *“Expulsar, não, mas o despejo de comunistas e ladrões de cavalos.”* DP 29.01.61.

parceiros militares e estrangeiros,¹²³⁰ a derrubada do regime republicano. A óbvia miséria dos trabalhadores rurais não era mais apenas um argumento útil para pressionar o governo a ceder mais subsídios ao setor. Doravante, ela era concebida por forças sociais de esquerda como um mal insuportável e redimível. Essa postura, por sua vez, representava uma ameaça direta à ordem antiga das coisas, suscitando a ira dos plantadores, como testemunha o editorial a seguir que resume todo o leque da argumentação patronal.

¹²³¹
A Desordem rural Leonel Borba

“Nesse já longo e muito breve tenebroso episódio da agitação rural que desassossega o Estado e em que nenhum campônio toma parte, há dois aspectos que é preciso acentuar: o primeiro lamentado em prosa e verso, é o das condições miseráveis em que vive o camponeses Coitados! bradam políticos - deputados, governadores, secretários de Estado que querem conservar ou melhorar a pepineira - e aspirantes a políticos, machos e fêmeas, padres, que do campônio só conhecemos emolumentos do casamento, quando os casam, e do batizado dos filhos, quando os batizam; leigos, vagabundos que querem chegar onde os outros já se acham. E repetem, cheios de simulada pena: Coitados dos camponeses! morrem de fome, não tem onde morar, não têm higiene, não podem educar os filhos, não podem trabalhar! Essa conversa “para boi dormir” que faz o prestígio políticos das nulidades enfatizadas que aí vivem se exibindo nas televisões e nos rádios, arrasta outros, ignorantes das condições sociais do campo, homens que nunca saíram do asfalto, que não chegam nem mesmo ao Horto de Dois Irmãos ou ao 13 de Maio porque “mato é pra bicho”. Porque está na moda ou porque é bonito, fazem-se de Quixotes a defender, não já donzelas desprotegidas, porém marmanjos sabidões, preguiçosos e malandros que não querem trabalhar e estafam-se em barreiros a pedir a cabeça dos que trabalham e trabalham a terra e por isso a possuem. Chegamos aqui ao segundo aspecto da questão, e este negativo: o por que da miséria do trabalhador rural. Desse aspecto fazem assunto tabú. Ninguém nele toca, todos têm receio de referi-lo. É sagrado. Entretanto, é o que primeiro deveria ser estudado. Antes de se pregar a agitação, a expropriação de terras, o roubo da propriedade do imóvel, dever-se-ia saber que uso iriam fazer da terra os beneficiários do crime.

Vejamos, item por item, o libelo dos sabichões que orientam a crise: O trabalhador rural morre de fome. É verdade. Mas também é verdade que é porque assim o quer. Raro é o homem que vive da enxada, que trabalha os seis dias da semana. A regra geral é três dias, e esta mesma dependendo do encargo de família e do ganho diário. Se o trabalhador de oito precisar de mil cruzeiros para passar a semana, e se ganhar mil cruzeiros por dia, só trabalhará um dia por semana; se ganhar quinhentos cruzeiros, trabalhará dois dias, e assim por diante. Só trabalhará seis dias se ganhar cento e sessenta e seis cruzeiros e fração. Logo, não adianta pagar-lhe salário alto. Logo é favorecer a preguiça, a malandragem, além de diminuir a produção, pagar-lhe salário alto. Todo mundo trabalha seis dias na semana. Porque não o faz o trabalhador alugado? Esta é a regra que, como toda regra, tem exceções. E esta são os que trabalham além da necessidade imediata e vão para diante. Falar-se-á deles depois.

Há ainda, quanto a este item, outro aspecto: o dinheiro ganho assim, no contado da necessidade imediata, não vai todo para esta: é desviado, quase sempre, para a cachaça, as farras, o jogo. Deixa-se de comprar o feijão e a carne da alimentação para beber cachaça. Por isso é que passam fome. Não pagam o aluguel da casa que habitam, quando não são moradores de grandes propriedades e por isso, não têm onde morar: ninguém lhes aluga casa. E quando encontram um ingênuo que lhes subloca um mocambo, estragam-no, derrubam as paredes, enchem o piso de cuspe, de escarro, de excrementos, queimam as ripas. Não têm onde morar e não podem ter higiene.

Não podem educar os filhos. Podem: mas não os educam ou ao menos, não lhes metem uma carta de ABC na mão porque não querem. Em geral, o trabalhador do oito não procura um sítio para aforar, onde possa trabalhar para si. E quando o procura, é na intenção de não pagar o fôro. Passa o ano trabalhando dois ou três dias na semana, apenas o bastante para a farinha e a cachaça. De seu, planta a roda da casa meia dúzia de covas de roça ou um lerão de batata. No fim do ano, não tem com que pagar o aluguel do sítio. O senhorio quer receber a paga, é justo. Propõe-lhe, então, retirar-se, deixando a lavoura em pagamento do débito, este, quase sempre, muito superior ao valor do plantio. Entra em cena, aí o político ou aspirante a político. Aconselha o desonesto a não pagar, não se retirar e exigir indenização - de que, ninguém sabe. Depois, vai à polícia e aos jornais dizer que o proprietário tomou a lavoura do morador e o expulsou da terra. Tudo mentira, tudo exploração visando as próximas eleições.

Há, porém o reverso da medalha: são as exceções de que se falou acima: os que querem trabalhar, têm coragem de trabalhar, e trabalham. A estes nada falta: Quando querem aforar um pedaço de terra, encontram proprietários que lhes alugam. Lavram a terra, plantam-na, colhem a lavoura. Passam de trabalhador do oito a foreiro. No devido tempo pagam o foro. O produto da lavoura dá para pagar o aluguel da terra, para vestir a família, comprar rádio, relógio de pulso, bicicleta - que quase todos tem - e amealhar um pouco. Vivem assim dois, três, cinco anos, enquanto enchem o mealheiro. Cheio este compram um pedaço de terra. Passam de foreiros a proprietários. Não

¹²³⁰ Arraes fala de “*lente infiltration de l’impérialisme*”. ARRAES, Miguel, *Le Brésil*. Op. cit., p. 187.

¹²³¹ DP 17.12.63, p. 4.

ambicionaram o que é dos outros; não quiseram tomar a força o que não lhes pertence; não passaram fome, não foram atrás do canto de sereia dos políticos e aspirantes a políticos. Entretanto vivem, prosperam, muitos enriquecem. Em contraste, veja-se o que conseguiram governos demagógicos que instigam, alimentam e garantem a ora de desordeiros que por aí anda: desapropriaram terra, construíram casas, ofereceram lotes à venda a preços irrisórios e a longo prazo deram financiamentos assistência médica, escolar. Para que? para nada. Não conseguiram vender nem a metade das terras desapropriadas. Estão quase todos os lotes vazios, abandonados, incultos em Galiléia, Barra, Terra Preta. Porque aos políticos e aspirantes a política só interessam a agitação e, depois a convulsão; e à ralé que os acompanha, a preguiça, a vida sem trabalho nem canseiras, a vida do cangaço e da desordem.”

III. 2. ENTENDIMENTOS MARXISTAS ACERCA DA ‘MORADA’

“Chaque nouvelle classe qui prend la place de celle qui dominait avant elle est obligée, ne fût-ce que pour parvenir à ses fins, de représenter son intérêt comme l'intérêt commun de tous les membres de la société ou, pour exprimer les choses sur le plan des idées: cette classe est obligée de donner à ses pensées la forme de l'universalité, de les représenter comme étant les seules raisonnables, les seules universellement valables.”

¹²³²
Karl Marx

A teoria marxista de evolução histórica das sociedades constitui a referência de muitos autores importantes para o estudo da ‘morada’: Alberto Passos Guimarães, Caio Prado Júnior, Jacob Gorender, Ciro Flamarion Cardoso, Fernando Novais e Manuel Correia. Seu parentesco ideológico não impediu interpretações distintas e mesmo divergentes da história brasileira e regional. Os “*muitos marxismos*”¹²³³ elegeram aspectos diversos como primordiais, enriquecendo o elenco das opções explicativas da história da sociedade brasileira na qual se situava a relação de ‘morada’. Eram propostas teóricas rigorosas e sutis, preocupadas em resgatar a preciosa originalidade desse passado e, portanto, do devir da sociedade em questão. Esses autores refletiam a acuidade mesma dos eventos políticos e movimentos sociais, entre outros rurais, que pontuaram o século XX. Pois, encontrava-se, nos debates teóricos que tinham por objeto avaliações do passado, um eco das lutas travadas no campo político contemporâneo.¹²³⁴ Para a maioria dos estudiosos, aqui citados, as teorias em jogo não eram puramente acadêmicas, mas destinadas a apoiar e orientar uma ação política concreta, particularmente no que tangia aos trabalhadores, inclusive rurais. Dada essa exigência de articulação com, ou até mesmo participação nos movimentos sociais, os marxistas estavam agudamente preocupados em “verificar na prática” a validade de sua visão teórica do desenvolvimento das sociedades.

Nesse sentido, as próprias premissas da teoria marxista em matéria de sucessão dos modos de produção, e consequentemente de periodização, tinham grande peso. Um dos assuntos cruciais foi a aplicação da seqüência européia a países não europeus e as implicações dessa transferência de conceitos. Pois, tal propriedade, que poderia parecer de localização, desdobrou-se em escolhas (e dilemas) societais recorrentes: como interpretar uma história não-européia, como a dos moradores da zona canavieira de Pernambuco, num quadro conceitual de pretensão universal embora, historicamente, apenas europeu. Marxistas eminentes como Maurice

¹²³² MARX, Karl. *L'idéologie allemande*. [1845-46; 1932] Paris: Editions Sociales, 1982, p. 113.

¹²³³ LAPA, José Roberto do Amaral. “Introdução ao redimensionamento do debate”. In *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Op. cit., p. 21.

¹²³⁴ Isto lembra, em certa medida aquilo que T. O. Ranger chama “*a história utilizável*”. Citado por Henk WESSELING. “História de além-mar”. in BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História*. Op. cit., p. 104.

Godelier,¹²³⁵ Jean Suret-Canale,¹²³⁶ Gianni Soffri,¹²³⁷ Jean Chesneaux¹²³⁸ ou José Aricó,¹²³⁹ especialistas de âmbitos distintos, incitaram a questionamentos úteis à análise do caso brasileiro da ‘morada’. Todos adotaram a visão evolucionista da história das sociedades. Questionar tais bases e entender os dilemas de interpretação histórica que articularam (mas também cercearam) os esforços dos historiadores brasileiros, permite evidenciar tanto a exiguidade do campo de alternativas teóricas que lhes era acessível, quanto a ousadia e criatividade de suas propostas.

III. 2. 1. O EVOLUCIONISMO NA SUCESSÃO DOS MODOS DE PRODUÇÃO

A mais difundida e menos questionada das balizas do pensamento histórico ocidental é o evolucionismo cultural, resumido por Isabelle Schulte-Tenckhoff:

*“Partindo do princípio da unidade do homem, o paradigma evolucionista quer dar conta, ao mesmo tempo, da diversidade das situações históricas dos povos (etapas da evolução) e da superioridade da «civilização» europeia.”*¹²⁴⁰

Admite-se esse caráter evolucionista como *a priori*. A dado estágio de desenvolvimento sucede outro, superior, numa ordenação singular orientada em sentido único. Certos aspectos de mudança são isolados e destacados como portadores de significação, e se tornam critérios para o ordenamento dessa seqüência. O aparecimento e, sobretudo, a extinção da ‘morada’ entram nesse rol. Os ritmos das mudanças singularizadas e valorizadas são geograficamente variáveis. Entre as explicações usuais para tal fenômeno espacial (por que razão certas sociedades são mais “desenvolvidas” de que outras), a menos inaceitável, em termos morais, remete à teoria dos climas. Muitos herdeiros de mestres tão famosos quanto Buffon, Kant e Darwin, não escaparam, no entanto, a tentações eugênicas.¹²⁴¹

Outra chave-mestre da visão evolucionista da história é a designação do continente europeu,¹²⁴² como berço da sociedade modelo, vencedora no final do percurso apesar de

¹²³⁵ GODELIER, M.. “La notion de ‘mode de production asiatique’ et les schémas marxistes d’évolution des sociétés”. In CERM. *Sur le ‘mode de production asiatique’*. Paris: Editions Sociales, 1974, p. 47-100.

¹²³⁶ SURET-CANALE, J.. “Les sociétés traditionnelles en Afrique tropicale et le concept de mode de production asiatique” in CERM. *Sur le ‘mode de production asiatique’*. Op. cit., p. 101-134.

¹²³⁷ SOFRI, G.. “O problema da revolução socialista nos países atrasados”. In HOBBSBAWM E., Ed. *História do Marxismo*. Vol VIII. *O Marxismo na Época da Terceira Internacional: o Novo Capitalismo, o Imperialismo, o Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Ver também, do mesmo autor: SOFRI G. *O modo de produção asiático. História de uma controversia marxista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

¹²³⁸ CHESNEAUX, J. *Du passé faisons table rase?* Op. cit.

¹²³⁹ ARICO, J. “O Marxismo na América Latina nos anos da Terceira Internacional”. In HOBBSBAWM, Eric, Ed.. *História do Marxismo*. Vol. VIII. Op. cit., p. 419-459. Ver também, do mesmo autor: *Marx e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

¹²⁴⁰ SCHULTE-TENCKHOFF, I.. *La vue portée au loin. Une histoire de la pensée anthropologique*. Lausanne: Ed. d’En Bas, 1985, p.59.

¹²⁴¹ Stephen Jay Gould (*O Polegar do Panda*. Op. cit.; e *A falsa medida do homem*. Op. cit.), Lília Scwarcz (*O Espetáculo das Raças*. Op. cit.), Claude Liauzu (*Race et Civilisation. L’Autre dans la culture occidentale. Anthologie historique*. Paris: Syros, 1992.),.

¹²⁴² Ou parte dele, ou ainda acrescido de suas extensões mais recentes à América do Norte e ao Japão Ver o conceito de difusionismo desenvolvido por Jim Blaut. *The Colonizer’s Model of the World*. Op. cit.

concorrentes passados, com óbvio êxito, nos continentes africano, americano ou asiático.¹²⁴³ A partir da história da Europa – ou melhor dizer, de certa versão de sua história – estabeleceu-se o percurso ideal, tornado obrigatório para qualquer outro grupo humano na medida em que os anseios de ‘progresso’ propostos pela sociedade-modelo, dita ‘avançada’, transformaram-se insidiosamente em objetivo teleológico único. Todas as demais sociedades deveriam se medir à esteira desse modelo, avaliar humildemente seus “atrasos” e enveredar por um mimetismo acrítico que, muitas vezes, selou o fracasso de políticas ortodoxas. Tal falência, por sua vez, fora atribuída, de forma declarada ou subjacente, não ao modelo, mas a uma incompetência societal, eventualmente com substrato de cunho eugênico. Em outros termos, tratava-se da capacidade intrínseca de dada sociedade para “pegar” ou “deixar passar” o bonde da História. Privada de passado adequado, ela chegaria a duvidar de seu futuro, como o expressa Otto Maria Carpeaux:

*“Possui o Brasil uma história? Sim no sentido em que a história de um país se conta, no manual didático, aos colegiais; monarcas e presidentes, eleições e golpes de Estado, batalhas vitoriosas e derrotas financeiras, revoltas e supressão de revoltas. Mas o Brasil como estrutura não tem historicidade. Apesar de mais de 400 anos de história movimentada, o Brasil não tem história, assim como o Egito não teve história durante os milênios entre os últimos faraós e a revolução de Nasser. A analogia não é apenas formal. As populações rurais, que constituem a maioria da nação brasileira, também são fellahim. A imobilidade da estrutura social, baseada no latifúndio, significa a falta de movimento dialético, a falta de história. E a literatura brasileira, como expressão escrita daquela estrutura intemporal, tampouco possui historicidade. Em vez de movimento dialético há apenas uma oscilação permanente entre um tradicionalismo falso e um vanguardismo tampouco autêntico.”*¹²⁴⁴

¹²⁴³ Ver a seguir III.2.2.2. O conceito de feudalismo ou modo de produção feudal aplicado fora da Europa: “*uma casa de arrumação*”. A título de ilustração: a historiografia marxista chinesa. Esses dois critérios, tecnologia e escrita, eram subjacentes a todas as outras distinções, expressando a aceitação da dominação política e econômica do Ocidente, alicerçada na sua superioridade militar. Numa passagem famosa, Lévi-Strauss afirma: “*A Antropologia não é uma ciência desprovida de paixão como a astronomia, que surge da contemplação de coisas distantes. É o resultado de um processo histórico, que sujeitou a maior parte da humanidade à outra, e no seu decorrer milhões de seres humanos inocentes tiveram seus recursos roubados e suas instituições e suas crenças destruídas, enquanto que eles mesmos eram mortos sem piedade, ou escravizados e contaminados por doenças às quais eles não podiam resistir. A Antropologia é filha desta era de violência, sua capacidade em avaliar mais objetivamente os fatos relacionados à condição humana reflete, no nível epistemológico, um estado de coisas em que uma parte da humanidade tratava a outra como objeto.*” The scope of anthropology. *Curr. Anthropol.* 7, 1966, p.112-23. citado por Sidney W. Mintz no seu artigo: “Aturando Substâncias Duradouras, Testando Teorias Desafiadoras: A Região do Caribe como Oikumenê”. In: MINTZ, Sidney. *O poder amargo do açúcar*. Op. cit. p. 54. Sidney Mintz continua: “*As visões evolucionistas da história social da espécie, como é exemplificada (embora de forma bastante diferente) nas obras de Tylor e Morgan, utilizaram alguns traços técnicos, como a cerâmica e a escrita, como marcos de progresso em termos de realizações. Mas havia também falhas de coerência; ninguém sabia o que fazer com aqueles povos cujas sociedades possuíam reconhecidos milênios de “civilização” – particularmente quando expressa na forma escrita – no entanto eram consideradas de outras formas como sendo indignas de receber um estatuto igual ao das sociedades das quais os próprios antropólogos eram oriundos. Me parece, a esse respeito, que apareceram realmente três categorias construídas de sociedade. Aí estava nosso assunto definido, “verdadeiros” sem escrita ou primitivos. Havia também a categoria na qual nós mesmos éramos o elemento central, às vezes chamada de “civilização” e à qual se faz referência até hoje como “o Ocidente”. Finalmente, haviam aquelas grandes sociedades antigas, cuja experiência com coisas como a escrita, o Estado e outros traços diagnósticos que compõem o arsenal da civilização, era longa – em vários casos embaraçosos mesmo tão longa quanto ou mais longa que a nossa própria.*” Ibidem.

¹²⁴⁴ CARPEAUX, Otto Maria. “Dialética da Literatura Brasileira”. In: FURTADO, C. (Coord.) *Brasil: Tempos Modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 161.

2. 1. 1. HISTÓRIA EVOLUCIONISTA: A OCIDENTALIZAÇÃO DO PASSADO

“A ocidentalidade constitui apenas a última preparação para a verdadeira humanidade.”
Auguste Comte¹²⁴⁵

Essa concepção dominante da História como movimento linear feito de mudanças de diversos tipos, alcances, profundidades, foi consolidada pelos maiores autores da modernidade européia: histórica, filosófica, lingüística etc., numa edificação ideológica que respondia, na definição de Hegel a “*sua finalidade última*”:¹²⁴⁶

*“A história universal é a apresentação do divino, do processo absoluto do Espírito nas suas figuras as mais altas, dessa marcha gradual pela qual ele acede a sua verdade, à consciência de si. Os espíritos dos povos históricos tornam mais precisas essas etapas através das formas de sua vida ética, suas constituições, suas artes, suas religiões, suas ciências... Os princípios dos espíritos dos povos, que se sucedem, são apenas momentos do Espírito universal único que, no decorrer da história, se eleva a uma totalidade transparente e acabada.”*¹²⁴⁷ *“O Espírito de um povo particular se realiza na medida em que ele favorece a passagem ao princípio de um outro povo. É assim que se efetua a progressão, a emergência e a substituição dos princípios dos povos... A tarefa da História filosófica é mostrar em que reside a unidade desse movimento.”*¹²⁴⁸

Se as premissas espirituais de Hegel foram criticadas por Marx, o rumo geral permaneceu:

*“A mudança abstrata que se opera na História é um progresso em direção ao melhor, ao mais perfeito... A definição geral do progresso é que esse se constitui numa sucessão de etapas da consciência... A história universal apresenta portanto as etapas de uma evolução do princípio cujo conteúdo é a consciência da liberdade. Essa evolução se faz por etapas.”*¹²⁴⁹

Elas levariam o espírito da naturalidade à liberdade particular e universal “*em busca da unidade*”.¹²⁵⁰ Essa seqüência de degraus (Hegel utiliza o termo *Stufenfolge*) foi fielmente retomada por outros autores: “*A primeira época, na qual consideramos o espírito, deve ser assimilado ao espírito infantil. Ali reina a pretensa unidade com a natureza que encontramos no mundo oriental.*” Ao *distingo* geográfico para não dizer racista, seguiu-se uma sucessão puramente histórica e européia,¹²⁵¹ da Grécia e Roma antigas, ao mundo cristão (implicitamente latino, ou seja ocidental apesar de origens nitidamente orientais). Transmitido de um povo a outro, o “*Espírito universal geralmente não morre*”;¹²⁵² tampouco a civilização ontogenicamente concebida.

O reforço científico do darwinismo, com as certezas mensuráveis da paleontologia estreitamente associada à antropologia e à arqueologia tornou a proposta “científica” (portanto

¹²⁴⁵ RUSCIO, Alain. *Le Credo de l'homme blanc*. Op. cit., p. 81.

¹²⁴⁶ HEGEL G.W.F. *La raison dans l'Histoire*. [1822-30] Paris: Hatier, 1987, p. 50.

¹²⁴⁷ Idem, p. 74.

¹²⁴⁸ Idem, p. 62-3.

¹²⁴⁹ Idem, p. 183.

¹²⁵⁰ Idem, p. 70.

¹²⁵¹ Embora não homogênea do ponto de vista geográfico, o que constitui uma outra constante desse tipo de interpretação, como será detalhado em 2.1.4. O caráter itinerante da História Oficial.

¹²⁵² HEGEL, G.W.F. *La raison dans l'Histoire*. Op. cit., p. 69.

inquestionável), a evolução cultural da humanidade sendo prolongamento da evolução natural das espécies. Ela seguiria padrões similares: leis universais, cujas especificidades evidenciar-se-iam à medida que progredia inelutavelmente o conhecimento.¹²⁵³ O sentido geral dessas mudanças cumuladas consistia também - como para as espécies estudadas segundo Darwin - num aperfeiçoamento feito de complexidade cada vez maior, embora em ritmos variáveis, ao longo de mutações sucessivas.¹²⁵⁴ Em suma, o progresso dominava essa concepção. Que o campo geográfico escolhido como berço do modelo de evolução histórica fosse o próprio território das potências colonizadoras,¹²⁵⁵ era coerente com o exercício do poder universal ao qual pretendiam, inclusive no âmbito das idéias. Essas teorias almejavam a escala planetária sem a menor hesitação epistemológica, ou mesmo ética: o poderoso (militarmente) estabelecia as regras do jogo intelectual que justificava sua supremacia num âmbito global.

A ‘partição’ das Humanidades

A necessidade de dispor de bases “científicas” para estabelecer esse conhecimento, cindiu as Humanidades em disciplinas específicas, com objetos delimitados segundo a grade positivista. Isto é, foi aplicado à história humana os mesmos tratamento e termos que à história das outras espécies.¹²⁵⁶ Filha da “*época científica e industrial*”, segundo Auguste Comte, atribuiu-se à Sociologia, por sua vez

*“exclusivamente o desenvolvimento efetivo das populações mais avançadas, deixando com escrupulosa perseverança qualquer disgressão vã e irracional sobre os diversos outros centros de civilização independente, cuja evolução foi, por causas quaisquer, parada até agora num estado imperfeito... Nossa exploração histórica terá portanto que se reduzir quase que unicamente à elite ou à vanguarda da humanidade, compreendendo a maior parte da raça branca ou das nações européias, limitando-nos para maior precisão, sobretudo nos tempos modernos, aos povos da Europa ocidental... Pode-se certamente esperar reconhecer em primeiro lugar a marcha fundamental das sociedades humanas ao considerar exclusivamente a evolução a mais completa e a mais caracterizada; a sua colocação em evidência, deverão ser subordinadas todas as observações colaterais relativas a progressões mais imperfeitas e menos acentuadas. Qualquer que seja o interesse próprio que essas últimas possam oferecer, sua apreciação própria deve ser sistematicamente adiada até o momento em que as leis principais do movimento social tendo sido apreciadas no caso o mais favorável a sua plena manifestação, será possível, e até mesmo útil, proceder à explicação racional das modificações mais ou menos importantes que elas sofreram nas populações que, a diversos títulos, permaneceram mais ou menos atrás de tal tipo de desenvolvimento.”*¹²⁵⁷

¹²⁵³ Embora haja menos harmonia no pensamento darwiniano e no evolucionismo clássico a esse respeito do que se pensa, como o sublinha BOWLER, P.J. *The Invention of Progress. The Victorians and the Past*. Oxford: Blackwell, 1989, p. 13.

¹²⁵⁴ Darwin chegou a manifestar algumas dúvidas a este respeito: “*Após muito refletir, não posso evitar a convicção de que não existe nenhuma tendência inata para um desenvolvimento progressivo*”, citado por Stephen Jay Gould, *Vida Maravilhosa. O acaso na evolução e a natureza da história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 297.

¹²⁵⁵ Com os devidos acréscimos respondendo a uma lógica de escolha dos ancestrais.

¹²⁵⁶ Auguste Comte, na sua lição 57, cita a obra de Lamarck. LIAUZU, C. *Race et Civilisation*. Op. cit., p. 132.

¹²⁵⁷ COMTE, A. *Cours de Philosophie Positive, Leçons 46 à 70, 57 e Leçon*. 1842. Présentation et notes de J.-P. Enthoven, Paris: Hermann, 1975. Citado por LIAUZU, C. *Race et Civilisation*. Op. cit., p. 130.

Comte tem o mérito da clareza, aconselhando “adiar” o estudo das outras sociedades, para dedicar-se exclusivamente à européia, por ser a mais avançada. Mas as necessidades do colonialismo, empresa que por definição se deparava com múltiplos ‘Outros’, precisava angariar conhecimentos apropriados, eclodindo simultaneamente a Antropologia. Nessa nova divisão do saber, até hoje em vigor¹²⁵⁸ ficou a carga da História a ordenação no tempo da incomfortável multiplicidade das sociedades. Aliás, não se tratava apenas de um tempo cronológico retratando a evolução de dado reino ou dinastia, à moda genealógica antiga, mas de uma temporalidade diferenciada capaz de ajustar num todo coerente um emaranhado de tempos diversos, expressão de evoluções em ‘velocidades’ e extensões distintas. Segundo Hegel, Comte e muitos outros, elas respondiam a uma lógica comum, universal revelada pelos esforços disciplinares corretamente desenvolvidos. Diferentemente daquilo que Montaigne e até mesmo Diderot consideravam, singularidades em dadas culturas haviam se tornado critérios de classificação. Em vez de aceitar o desafio da alteridade, reduziu-se a diversidade imensa das organizações sociais humanas de todos os tempos a uma escala única.

Frente a tamanha tarefa, a “Escrita da História”, como diria Peter Burke, tentou adotar os padrões estabelecidos para outras áreas do conhecimento.¹²⁵⁹ Diversas escolas de pensamento, entre as quais o marxismo, ensaiaram-se a esse exercício donde resultaram algumas versões paralelas, ilustrativas da teoria da evolução e do progresso aplicada às sociedades. Essas soluções eram propostas como substituto moderno às velhas opções teleológicas, religiosas ou aristocráticas, doravante descartadas como anti-científicas. Traçavam o rumo do destino da humanidade numa linha ascendente única.¹²⁶⁰

O progressionismo,¹²⁶¹ que situava a Europa no topo da hierarquia ordenada de todas as sociedades presentes e passadas em virtude de uma abordagem isenta e sistemática, isto é, científica,¹²⁶² outorgava-lhe a capacidade de criar “*historicidade, projetada em direção ao futuro*” enquanto oposto àquelas “*sociedades congeladas na repetição de seu passado.*”¹²⁶³ O

¹²⁵⁸ Embora se debata ainda ‘fronteiras disciplinares’ com o mesmo ardor de outrora.

¹²⁵⁹ Expressão máxima e incontornável do progresso da sociedade, a Ciência constituía-se, reciprocamente, em exigência na leitura desse mesmo desenvolvimento social. A escola metódica estabeleceu como ambição, talvez sombreada por certa inveja, alcançar o nível ideal (em termos de perfeição científica) estabelecido pelas ciências ditas exatas, armando-se de métodos e técnicas apurados, adequados aos cânones positivistas. Ela passou a elaborar um conjunto coerente e crescente de métodos, úteis para a sistematização de dados penosamente colhidos, criticamente examinados, confrontados entre si; para escapar ao antigo anátema da “coleção de selos”.

¹²⁶⁰ “Assim as ciências que tratam da complexidade histórica, tiveram seu *status* rebaixado e em geral ocupam uma posição de menor prestígio na avaliação dos profissionais da área. De fato, o ordenamento das ciências de acordo com o *status* transformou-se num tema tão familiar que o ranking das diversas especialidades, tendo a inflexível física no topo e descendo até assuntos tão elásticos e subjetivos quanto a psicologia e sociologia, tornou-se ele próprio um estereótipo.” GOULD, S. J. *Vida Maravilhosa*. Op. cit., p.323.

¹²⁶¹ BOWLER, P. J. *The Invention of Progress*. Op. cit., p. 12.

¹²⁶² Em vez da simples conclusão militarmente afirmada de uma era de conquistas.

¹²⁶³ LIAUZU, C. *Race et Civilisation*. Op. cit., p. 12

Brasil e a região canavieira de Pernambuco não escapariam à colocação subalterna. Inventariadas pelos europeus durante os contatos colonizadores, as civilizações não-européias foram hierarquizadas apenas em função daquilo que os ocidentais conseguiam enxergar de sua capacidade produtiva, pois o determinismo econômico fora incorporado ao progressionismo.¹²⁶⁴

Ruscio sintetiza:

*“A diversidade de culturas no mundo era explicada assumindo que cada uma delas era característica de um estágio peculiar de desenvolvimento. Cada sociedade seguia uma linha evolutiva independente, mas todas estavam se movimentando paralelamente segundo a mesma escala de desenvolvimento. Algumas avançavam mais longe do que outras, e as mais baixas das sociedades, desse modo, exibiam equivalentes exatos das etapas pelas quais as mais avançadas haviam passado.(...) As sociedades européias dos séculos XIX e XX aparecem, nessas condições, como finalização (achèvement), como meta última da qual todas as sociedades deveriam tentar se aproximar: povos europeus, povos adultos. Os outros, todos os outros, povos crianças, em diversos níveis de evolução rumo à maturidade.”*¹²⁶⁵

Stephen Jay Gould revelou todo o peso dessa herança intelectual na qual se enquadraram muitos dos debates a respeito de ‘raça’ no contexto da sociedade canavieira.¹²⁶⁶ O argumento da História ocupou uma posição chave na demonstração da hierarquia das raças.¹²⁶⁷ Esses argumentos iriam ecoar por muito tempo entre os intelectuais encarregados de ‘interpretar’ (no sentido romano antigo do termo) mais do que explicar, a gênese das sociedades americanas. No Brasil, a escola de Nina Rodrigues e a obra de Oliveira Vianna¹²⁶⁸ influenciariam os autores como José Lins do Rego¹²⁶⁹ e Gilberto Freyre,¹²⁷⁰ na ‘mouvance’ intelectual que interpretou a ‘morada’. A nova roupagem, dessa vez ‘científica’, dada ao pensamento ocidental afirmativo de sua superioridade lhe permitia classificar em vez de ‘bárbaros’, como diziam gregos e romanos, ‘selvagens’ e ‘primitivos’; em vez de mouros e outros pagãos ou heréticos, “autóctones”, “aborígenes” “bosquímanos” e “silvícolas”. Em breve, seriam ‘sub-desenvolvidos’ ou ‘em desenvolvimento’. Não era mais a falta de *logos* que instaurava a diferença-portanto-desigualdade. Dessa vez, era a História. Quem, entre os povos contemplados, não a tivesse, ou

¹²⁶⁴ BOWLER, Peter J. *The Invention of Progress*. Op. cit., p. 19.

¹²⁶⁵ RUSCIO, Alain. *Le Credo de l'homme blanc*. Op. cit., p. 33 e 56.

¹²⁶⁶ Entre os eminentes cientistas que defenderam tal postura, Gould estudou o suíço Agassiz, professor em Harvard, que se converteu ao poligenismo ao se instalar nos Estados Unidos e encontrar “o outro” em afroamericanos. Ele defendeu a hierarquia das raças com argumentos que apelavam, de um lado, ao impressionismo vulgar: “Como é diferente o indomável, corajoso e orgulhoso índio se comparado ao submisso, obsequioso e imitativo negro, ou ao manhoso, ardiloso e covarde mongólico! Esses fatos não são indicações de que as diferentes raças não ocupam o mesmo nível na natureza?” Ele pretendia à cientificidade. GOULD, S. J. *A falsa medida do homem*. Op. cit., p. 34

¹²⁶⁷ “Parece-nos uma paródia filantrópica e filosófica afirmar que todas as raças possuem as mesmas capacidades, gozam dos mesmos poderes e mostram as mesmas disposições naturais, e que, como resultado dessa suposta igualdade, têm direito a ocupar a mesma posição na sociedade humana. Nesse caso, a história fala por si mesma... O compacto continente africano exibe uma população que tem estado em constante contato com a raça branca, que gozou do benefício do exemplo da civilização egípcia, da civilização fenícia, da civilização romana, da civilização árabe... e no entanto, nesse continente jamais existiu uma sociedade organizada de homens negros.” Idem, p. 35.

¹²⁶⁸ Ver III. 2. 2. A tese feudal.

¹²⁶⁹ Ver III. 1. 1. José Lins Do Rego e sua influência abrangente

em grau inadequado ao padrão europeu, amargava uma posição tanto mais baixa na hierarquia estabelecida que for preciso para que corresponda plausivelmente ao estado de sujeição militar, política e econômica à qual fora reduzida pelas mesmas potências cujas elites intelectuais definiam o campo da ciência. Pois, a disciplina História seguia seu tempo. Chaunu afirmou: “*A História é romântica*”,¹²⁷¹ comentário esclarecedor da época evocada, no ápice colonial europeu. Correntes de pensamento ideologicamente opostas concordaram com essa visão progressiva e progressista da história do Ocidente. Num mundo colonialista e neocolonialista, intensificava-se a urgência em explicar as relações de força em presença, inclusive para aqueles que pretendiam mudá-las. A hierarquização das sociedades humanas incluídas nos impérios coloniais era um desafio para “civilizar” como para “revolucionar” o resto do mundo. Como o lembra Lévi-Strauss, a História evolucionista e a Antropologia foram moldadas, nos seus princípios e métodos, por esse propósito. As “*linhas de forças da visão ocidental*”,¹²⁷² forjadas no século XIX, fundamentaram teorias e explicações acadêmicas, bem como ações políticas. A análise das relações de trabalho na zona canavieira de Pernambuco, estabelecidas pela colonização européia, obedece às implicações dessa epistemologia peculiar.

A linha excludente

O que Bowler chamou de “*invenção do passado*”¹²⁷³ guiou os historiadores no projeto ambicioso de classificar todas as sociedades presentes e passadas, apesar da arrogância – além da fragilidade “científica” – embutidas em tal propósito. O tratamento minucioso de abundantes dados colhidos de depoimentos, geralmente, envolvidos nos afazeres coloniais (a ‘observação’ do método experimental) forneciam supostamente a solidez da ‘objetividade’ à base desse edifício teórico. Nele se afirmavam as grandes tendências universalizantes e reducionistas que dominavam o âmbito intelectual da época. As teorias higienistas, eugenistas e evolucionistas,¹²⁷⁴ então na moda, justificavam e apoiavam propostas extraordinariamente discriminatórias: as políticas colonialistas e suas herdeiras escravistas e pós-escravistas eram as mais abrangentes, pois afetavam todo o mundo não-europeu. A escravidão constituía sua manifestação mais crua. Embora essa “*instituição peculiar*”¹²⁷⁵ estivesse abolida, políticas de segregação, tutela,

¹²⁷⁰ Ver III. 1. 2. As relações de trabalho na zona canavieira segundo Gilberto Freyre.

¹²⁷¹ “*A História é romântica; ela implica, numa tomada de consciência do tempo. Por isso, ela adquire todas suas dimensões apenas no início do século XIX. A invasão “romântica” da dimensão temporal, a apreensão de um passado acessível - que não é obrigatoriamente a longínqua e tradicional idade de ouro - se colocam logicamente depois que a filosofia começou a reivindicar a autonomia do tempo, depois que o pensamento europeu sentiu a necessidade de aí se mover a vontade, estes desdobramentos são, por conseguinte, contemporâneos de Kant e Hegel.*” CHAUNU, P. *L’expansion européenne du XIII au XV siècles* Paris: PUF, 1979, p. 230.

¹²⁷² LIAUZU, C. *Race et civilisation*. Op. cit., p. 13.

¹²⁷³ BOWLER, P. J. *The Invention of Progress*. Op. cit.

¹²⁷⁴ No sentido restritivo do evolucionismo social ou da sóciobiologia.

¹²⁷⁵ Segundo a famosa obra de STAMPP, K. M. *The Peculiar Institution*. Op. cit.

limitações de diversas ordens passaram a ser aplicadas às populações ‘emancipadas’,¹²⁷⁶ como aliás a todas as classes laboriosas.¹²⁷⁷ O período da ‘morada’, nesse sentido, não escapou à regra, no sentido de relações concretas aviltadoras. O âmbito de aplicação de tais medidas, não se restringia a “outros”¹²⁷⁸ longínquos do ponto de vista geográfico ou cultural.¹²⁷⁹ Os trabalhadores, particularmente rurais, faziam parte desse contingente humano a ser dominado, isolado, ou aniquilado. Os domínios do conhecimento contribuíam para essa difícil tarefa de elaboração de um modelo universal que satisfizesse tal lógica excludente, num feixe de preconceitos cumulados: de raça, classe, gênero etc.¹²⁸⁰ Léopold de Saussure, ‘pai’ da Lingüística, fornecedora de muitas classificações, concluía a propósito de outros canavieiros afro-americanos:

“Para entender essa história de Haïti, é preciso conhecer o traço dominante do caráter do negro, essa vaidade extraordinária, grotesca, inverosímil, que só pode ser definida de forma satisfatória por um adjetivo: *simiesco*.”¹²⁸¹

Inúmeros autores, muitos deles grandes nomes da ciência, fundadores de disciplinas e eminentes acadêmicos, defenderam posições racistas. Nos seus esforços rumo à neutralidade científica, a História já era etnocêntrica.

Periodização eurocentrada

¹²⁷⁶ Ver, por exemplo, FONER, Eric. *Nada além da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, 183p. e MINTZ, Sidney W.. “Epilogue: the divided aftermaths of freedom”. In: FRAGINALS, Manuel L. Moreno, Frank Moya Pons, & Stanley L. Engerman Eds. *Between Slavery and Free Labor: the Spanish Speaking Caribbean in the XIXth Century*, London/Baltimore: The Johns Hopkins U.P., 1985 p. 270-78. MINTZ, S. W. *Sweetness and Power*. Op. cit. Ver também toda a literatura sobre as limitações impostas aos proletários na Europa.

¹²⁷⁷ Exemplo do poder dessas idéias hierarquizantes e excludentes são as políticas de “branqueamento” das populações para melhorar seu potencial histórico. GOULD, S. J. *A Falsa Medida do Homem*. Op. cit.

¹²⁷⁸ Basta lembrar a questão do sufrágio universal e a situação das mulheres: a proibição do voto ou do acesso às universidades etc. era legitimada pela Ciência, com argumentos irrefutáveis como o tamanho do cérebro. Tentei recensar alguns dos argumentos em “*O Cérebro das Baleias - Do ‘feminino e da ‘natureza’ no pensamento ocidental dominante*” (em colaboração com Régine Bandler e Ana Bosch)

¹²⁷⁹ A teoria da reversão visava ‘raças inferiores’, criminosos, ‘débeis mentais’ e outras categorias humanas dispensáveis ou desprezíveis. A filologia criou categorias de idiomas que conheceram derivas racistas e forneceu argumentos ao III Reich. A “raça semítica” dominaria amplos espaços, mesmo onde não era numerosa: “*A África quase inteira e grande parte da Ásia representam atualmente graças ao islamismo, o espírito semítico, embora os semitas puros sejam apenas uma fração insignificante da população.*” Ernest Renan. “*Histoire générale et système comparé des langues sémitiques*”. 1855, citado por LIAUZU, C. *Race et civilisation*. Op. cit., p. 149. GOULD, S. J. *O Polegar do Panda*. Op. cit., p. 147.

¹²⁸⁰ Na época em que os exércitos do seu país investiam a África e a Ásia, Ernest Renan, reverenciado por muitos intelectuais brasileiros, forneceu uma justificativa acadêmica, científica-portanto-neutra dessa dominação feroz: “*Em tudo, como se vê, a raça semítica nos parece como uma raça incompleta pela sua simplicidade mesma. Ela é, se assim ousar dizer, junto da família indoeuropéia, algo como os tons cinzentos junto de uma pintura, o canto medieval junto da música moderna. Lhe falta aquela variedade, aquela amplitude, aquela superabundância de vida que é a condição da perfectibilidade.(...) Semelhante àquelas naturezas pouco fecundas que, depois de uma graciosa infância, só alcançam uma medíocre virilidade, as nações semíticas tiveram seu mais completo desabrochar na sua infância e não tem mais papel na idade madura.*” *Histoire générale*. Op. cit., p.150.

¹²⁸¹ SAUSSURE, Léopold de. *Psychologie de la colonisation française dans ses rapports avec les sociétés indigènes*. Félix Alcan 1899. Citado por LIAUZU, C. *Race et civilisation*. Op. cit., p. 155.

Independentemente de sua preferência ideológica, todas as escolas históricas ocidentais exibiam o *a priori* - surpreendente para quem pretendia alcançar a objetividade científica - de que a civilização ocidental constituiria, ao mesmo tempo, o avaliador e o modelo.

*“Se existe uma noção que deve assumir um lugar privilegiado na imagem etnocêntrica que os ocidentais se fazem de si mesmos e dos outros povos, essa é a noção de civilização. Ela fundamenta toda uma concepção da ‘História’, a distinção entre ‘pré-história’ e ‘História’ bem como a rejeição da maior parte dos outros povos numa esfera escura e imprecisa que se situa ‘fora da História’. É ela que permite classificar diversos povos numa lista de premiados encabeçada pela Europa. É no seu nome que parece legítimo fundar uma interpretação evolucionista do desenvolvimento dos povos, valorizando alguns critérios distintivos do ‘avanço’ na escala da evolução, tais a escrita e a urbanização.”*¹²⁸²

Roy Preiswerk e Dominique Perrot revelaram as várias facetas do dogma evolutivo na concepção histórica difundida em toda literatura, inclusive escolar. A extrema valorização da sociedade ocidental, via objetividade científica, seria inculcada em todos os países. Não era uma sutileza reservada aos eruditos; visava o público, como aconteceu com José Lins do Rego.¹²⁸³

Para constituir uma escala evolutiva lógica, cuja sequência fosse convincente, apoiada no pressuposto do progresso, as escolas históricas recortaram a duração da mesma forma que se retalhou o espaço;¹²⁸⁴ parcelou-se o tempo com o mesmo viés etnocêntrico. Esse recorte seria decisivo na concepção do passado e portanto do futuro de qualquer âmbito geográfico. O destino classificatório da zona canavieira de Pernambuco, contexto da ‘morada’ que lhe serviria de indicador na mesma avaliação, entraria nesse rol. Os períodos, então delimitados no decurso da história da Europa (ocidental), transubstanciaram-se em etapas ideais que levariam a humanidade de sua emergência do reino animal à fase áurea do desenvolvimento técnico-científico. Essa periodização tradicional, em vigor nos manuais e cursos de História, constituía apenas certa visão da história européia. Sua universalização resultou em implicações mais depreciativas ainda para os povos não-ocidentais: a sua história não seria produtora de parâmetros universais, portadora de acontecimentos ou épocas capazes de “concretizar sua historicidade”.¹²⁸⁵ Quando lhes era reconhecida alguma (pois haveria também “povos sem história”, tese desafiada por Eric Wolf¹²⁸⁶) sua história seria repetição.¹²⁸⁷ Foi assim que se analisou a situação dos moradores de engenho da zona canavieira de Pernambuco.

2.1.2. Aspectos do pensamento marxista sobre a questão da periodização

¹²⁸² PERROT, Dominique e PREISWERK Roy. *Ethnocentrisme et Histoire. Op. cit.*, p.105.

¹²⁸³ Ver acima III.1.1. José Lins Do Rego e sua influência abrangente

¹²⁸⁴ Após Tordesilhas, paralelamente à partição da África e à distribuição das áreas de influência na China etc.

¹²⁸⁵ Idem, p.284.

¹²⁸⁶ Eric Wolf retomou essa expressão como título de uma de suas maiores obras: *Europe and the People Without History*. Berkeley: Univ. of California Press, 1982. *Europa y la gente sin historia*. México, Fondo de Cultura Económica, [1987] 1994. Significativo foi que ele havia concluído o título com um ponto de interrogação, que seu editor suprimiu, mudando o sentido entendido pelo autor. Ver FRANK, A. G. *ReORIENT*. Op. cit., p. xviii.

Segundo Marx: “Conhecemos uma única ciência, a da História. A História pode ser examinada sob dois aspectos. Podemos cindí-la em história da natureza e história dos homens. Os dois aspectos, no entanto, não são separáveis; enquanto os homens existem, sua história e a da natureza condicionam-se mutuamente. A história da natureza, o que se designa pelo termo de ciência da natureza, não nos interessa aqui; em contrapartida, teremos que examinar detalhadamente a história dos homens: com efeito, quase toda a ideologia resume-se ou a uma concepção falsa da história, ou então leva a abstrai-la por inteiro. A própria ideologia é apenas um dos aspectos dessa história.”¹²⁸⁸

O materialismo histórico devia fornecer os elementos permitindo analisar a sociedade afim de transformá-la para o benefício último da humanidade. A idéia de progresso embutida no seio da concepção da história provava que, como no domínio natural,¹²⁸⁹ o mundo humano se desenvolvia no sentido de um aperfeiçoamento e uma complexidade ascendentes. Pereciam e desapareciam os menos adaptados às mudanças dos tempos. Progressionista, o marxismo rejeitava, todavia, categoricamente o darwinismo social nas suas dimensões altamente excludentes acima evocadas. O progresso da humanidade era contínuo, universal, inelutável; e desejável, pois essa evolução resultaria numa sociedade ideal, garantindo a felicidade a todos os humanos. Os princípios evolucionistas ensinavam que ela só nasceria da expressão mais aperfeiçoada na escala do desenvolvimento: a sociedade ‘avançada’ capitalista européia. No entanto, segundo Marx e Engels, o percurso não era marcado pela benevolência, nem por um alto sentido moral, passíveis de realização apenas num futuro que esses revolucionários avaliavam próximo: o comunismo permitiria transformar a atual sociedade, governada pela “necessidade”, numa de ‘liberdade’. Eles não tentaram esconder a crueldade sofrida pelas populações colonizadas, passando pelos estágios nessa evolução:

*“Baseada nessa organização, a civilização realizou coisas que a antiga sociedade gentilica não seria capaz. Mas realizou-as pondo em movimento os impulsos e as paixões mais vis do homem e em detrimento de todas as suas outras aptidões. A cobiça foi a alma da civilização desde os primeiros dias até o presente, e a riqueza, outra vez a riqueza, sempre a riqueza, mas não a da sociedade e sim a desse mesquinho indivíduo, seu único objetivo determinante.”*¹²⁹⁰

¹²⁸⁷ Tal viés rígido continua marcando até hoje a organização dos currículos, inclusive universitários. Ver a este respeito a obra de Marc FERRO. *Comment on raconte l'histoire aux enfants à travers le monde*. Paris: Payot, 1981. *Como se cuenta la história a los niños en el mundo entero*, Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1990.

¹²⁸⁸ MARX K. e ENGELS F. *L'Idéologie allemande*. Op. cit., p. 69. Pierre Vilar mostra como este trecho foi modificado na versão definitiva do texto. No entanto, isso não afeta a mensagem de Marx que afirma inúmeras vezes que a história serve de fundamento ao conhecimento da realidade social. “Marx e a História”. In HOBSBAWM, Eric. *História do Marxismo*. I, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p. 101.

¹²⁸⁹ Engels, diversamente de Marx, expressa uma adesão não mitigada ao modelo darwinista: “Foi demonstrada em suas linhas fundamentais a série evolutiva dos organismos, dos mais simples aos mais variados e complexos, como aqueles que temos hoje diante dos nossos olhos, num processo que chega até o homem. Com isso tornou-se possível não só a explicação do variado material dos produtos orgânicos naturais que temos a nossa frente, mas também ficou proporcionada a base para a pré-história da humanidade, para nós a acompanharmos nos diversos estágios do seu desenvolvimento.” ENGELS, F. *Dialética da Natureza*. citado por NEGT, O. “O Marxismo e a teoria da revolução no último Engels”. In: HOBSBAWM E. Ed. *História do Marxismo II. O Marxismo na Época da Segunda Internacional. (Primeira Parte)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p.173.

¹²⁹⁰ ENGELS, F. *L'origine de la famille, de la propriété et de l'Etat*. Paris: Editions Sociales, 1972, p. 185.

Esses autores lamentaram repetidamente as misérias humanas associadas ao percurso, já que o progresso material constatado não fora acompanhado de avanços éticos, tanto na Europa quanto fora dela. A necessidade absoluta, historicamente inevitável, dessa evolução em direção a um fim benéfico garantido ao conjunto da espécie pelo próprio movimento histórico, parecia redimir o que havia nisso de moralmente insustentável. Esse compromisso histórico-ético reforçava a obrigatoriedade do percurso. Pois sendo único, ele era capaz de garantir a todos o tão sonhado desenlace, o comunismo. Eram recusados o direito à diferença ou a outras vias¹²⁹¹ já que, em matéria de ciência, só se sustentavam as certezas oriundas da experiência histórica, prima pobre - mas a única disponível - da experimentação indispensável à Ciência.

O dever de colonização: “Manifest Destiny” em escala mundial

“Pelo rápido aperfeiçoamento de todos os instrumentos de produção, pelos imensamente facilitados meios de comunicação, a burguesia levou a civilização a todas as nações, mesmo as mais primitivas.”

Marx-Engels¹²⁹²

“Não é natural nem justo que os civilizados ocidentais (...) deixem a metade do mundo talvez, a pequenos grupos de homens ignorantes, impotentes, verdadeiras crianças débeis, dispersos sobre superfícies incomensuráveis, ou ainda a populações decrepitas, sem energia, sem direção, verdadeiros anciãos incapazes de qualquer esforço, de qualquer ação mostrando organização e previsão.”

Leroy-Beaulieu 1874¹²⁹³

Era desejável promover a integração rápida de todas as sociedades do mundo à etapa mais ‘avançada’ disponível. A colonização permitia aos grupos não-europeus uma aproximação acelerada do estágio final. Liauzu ilustrou com textos contundentes o “*Atlas mental*” onde “o homem branco tem um direito e um dever de colonização, um mandato sobre as raças inferiores, idéia que foi central até esses últimos anos.”¹²⁹⁴ Criticando o capitalismo, augurando e promovendo a superação dessa fase histórica, Marx e Engels mantiveram “o princípio do monopólio da historicidade no Ocidente”.¹²⁹⁵ Frente a obra destrutiva do colonialismo britânico na Índia, expressavam confiança no futuro gerado precisamente por essa investida cruel:

“A Inglaterra tem uma dupla missão a preencher na Índia, uma de destruição, outra de regeneração: aniquilar a antiga sociedade asiática, e estabelecer os fundamentos materiais da sociedade ocidental na Ásia. Os ingleses foram os primeiros conquistadores da Índia que lhe fossem superiores, e por conseguinte inacessíveis à civilização hindu. Eles a destruíram, quebrando as comunidades indígenas,

¹²⁹¹ Pulando etapas, por exemplo, o que seria crucial na definição de estratégias de luta para os moradores de engenho, classificados na etapa ‘feudal’, eles não poderiam pretender imediatamente ao socialismo..

¹²⁹² “Manifesto do Partido Comunista”. In MARX, K. e F. ENGELS. *Sobre o colonialismo*. Lisboa: Estampa, 1978, vol I, p. 15.

¹²⁹³ Historiador e professor no Collège de France, autor de: *De la colonisation chez les peuples modernes*. In: LIAUZU, C. *Race et civilisation*. Op. cit., p. 186.

¹²⁹⁴ Idem, p.12-13.

¹²⁹⁵ Idem, p.169.

extirpando a indústria indígena e nivelando tudo o que havia de grande e de elevado na sociedade autóctone. As páginas históricas de sua dominação na Índia contêm quase que somente essa destruição. A obra de regeneração transpira apenas através de uma montanha de ruínas. No entanto, ela começou.”¹²⁹⁶

A globalização forçada e dolorosa, promovida pelo capitalismo garantia a passagem de todos os povos ao estágio superior. Na *Ideologia alemã*, Marx detalha esses pré-requisitos:

“Para que ela se torne uma potência ‘insuportável’, isto é, uma potência contra a qual se faz a revolução, é necessário que ela tenha transformada a massa da humanidade numa massa totalmente ‘privada de propriedade’, que se encontre, ao mesmo tempo, em contradição com um mundo de riqueza e de cultura existindo realmente; ambas coisas pressupõem grande aumento da força produtiva, isto é um estágio elevado de seu desenvolvimento. Por outro lado, esse desenvolvimento das forças produtivas (implicando já que a existência empírica atual dos homens ocorre no patamar da história mundial, em vez de vida local), é uma das condições práticas prévias indispensáveis, pois, sem ele, a penúria tornar-se-ia geral e, com a **necessidade**, também a luta pelo mínimo voltaria, e cair-se-ia fatalmente na mesma velha lama. É igualmente uma condição prática sine qua non porque as relações **universais** do gênero humano podem se estabelecer apenas por meio desse desenvolvimento universal das forças produtivas e que, de um lado, ele gera o fenômeno da massa “privada de propriedade” simultaneamente em todos os países (concorrência universal), que ele torna, em seguida, cada um dependente dos transtornos dos outros e que ele colocou enfim homens empiricamente universais, **vivendo a história mundial**, em vez de indivíduos que vivem no plano local.”¹²⁹⁷

Testemunhas da colonização triunfante, com a partilha da África e da Ásia e a conquista ‘civilizatória’ das grandes planícies americanas,¹²⁹⁸ Marx e Engels condenavam sem ambigüidade os processos de genocídio e feroz repressão colonial que vitimavam as populações não-européias.¹²⁹⁹ Entretanto, não abandonavam a idéia evolucionista, ancorada na ciência e garantia de um futuro revolucionário à humanidade, porque seria colocar em risco o desenlace do processo: o fim da sociedade de classes no comunismo. O cruel estado presente das coisas era um mal passageiro, transitório, a gestação de uma realização maior que redimiria o sofrimento vigente. Engels o descreveu a propósito do fim da comunidade primitiva.¹³⁰⁰ No Brasil, a mesma lógica vitimou populações e regiões internas ao país, justificando intervenções

Formatado

Formatado

Formatado

¹²⁹⁶ Marx, K. *New York Daily Tribune*, 20 junho e 22 de dezembro de 1853, citado por S. Schram e H. Carrère d’Encausse, *Le marxisme et l’Asie*. Paris: A Colin, 1965. In: LIAUZU, C. *Race et civilisation*. Op. cit., p. 171.

¹²⁹⁷ Marx, Karl. *L’idéologie allemande*. Op. cit., p. 95.

¹²⁹⁸ Ver o trabalho de Maria Idalina da Cruz Pires. *Colonização e Conflito. O povoamento do Sertão nordestino e a ‘Guerra dos Bárbaros’*. Recife: UFPE (Tese de Mestrado em História), 1989

¹²⁹⁹ Marx publicou no *New York Daily Tribune* artigos extremamente severos, entre os mais duros escritos contra os malefícios da colonização [1858-59]. MARX ENGELS. *La Chine*. Paris: UGE, 1973, entre outros.

¹³⁰⁰ “A potência dessa comunidade primitiva tinha que ser quebrada - ela o foi. Mas ela foi quebrada por influências que nos parecem, de início, como uma degradação, como uma queda original do alto da candidez e da moralidade da antiga sociedade gentílica. São os mais vis interesses - rapacidade vulgar, brutal apetite de usufruto, avareza sórdida, pilhagem egoísta da propriedade comum - que inauguram a nova sociedade de classes; são os meios os mais vergonhosos, o roubo, a violência, a perfídia, a traição - que minam a antiga sociedade gentílica sem classes, e que levam a sua queda. E a nova sociedade ela mesma, durante os dois mil e quinhentos anos da sua existência não foi nunca outra coisa a não ser o desenvolvimento da pequena minoria às custas da grande maioria dos explorados e dos oprimidos, e é isto que ela é hoje mais do que nunca.” ENGELS, F. *L’origine de la famille*. Op.cit., p. 106.

armadas “progressistas” a exemplo da investida contra Canudos descrita por Euclides da Cunha.¹³⁰¹

Marx manifestou sua determinação em tratar apenas da Europa ocidental, o âmbito de suas pesquisas. Para os demais, perguntava-se como a colonização/imperialismo acelerava a chegada da sociedade submetida à etapa mais adiantada; quais eram os estágios¹³⁰² e os objetivos de luta. Andreucci menciona “a contraditória opinião de Engels”¹³⁰³ como fonte de inúmeras interpretações e debates na aplicação desses conceitos a situações históricas distintas daquelas - européias - que as inspiraram, por exemplo a zona canavieira de Pernambuco. E. Bernstein e E. Belfort Bax, “dois prestigiosos expoentes do movimento operário europeu” divergiam. O primeiro, eurocentrista convicto da superioridade européia:

“Nem todas as lutas das populações dominadas contra seus dominadores são por si mesmas, lutas de emancipação (...) Povos incivilizados e inimigos da liberdade não têm direito algum a nossa simpatia, se se levantam contra a civilização (...) Se, no passado, pôde-se propor, da parte socialista, uma ajuda contra o avanço da civilização capitalista, isto foi devido a sobrevivências do romantismo cuja insustentabilidade se demonstra quando se notam suas conseqüências até o fim.”¹³⁰⁴

Belfort Bax deixou vislumbrar alianças possíveis entre povos “adiantados” e “atrasados”:

“Sob este ponto de vista, todo progresso da colonização constitui um recuo para a causa socialista. Igualmente sob o mesmo ponto de vista, toda derrota de uma potência civilizada em sua luta contra populações bárbaras e selvagens deve ser considerada pelo partido socialista se quiser ser conseqüente, como bem vinda. A causa dos nativos, vista sob este aspecto, é de fato a nossa causa.”¹³⁰⁵

Engels respondia com cautela à pergunta de Kautsky sobre o papel do proletariado:

“Quais fases sociais e políticas, porém, esses países devem atravessar até chegarem, eles também, à organização socialista - eis uma pergunta a qual, acredito, só se pode responder com hipóteses ociosas. Uma coisa apenas é certa: o proletariado vitorioso não pode impor a felicidade a nenhum povo, sem com isto minar sua própria vitória.”¹³⁰⁶

As etapas: “contrefaçon dogmatique”¹³⁰⁷

“[Mon critique] se sent obligé de **métamorphoser** mon **esquisse** historique de la **gênese** du **capitalisme** en Europe occidentale en une **théorie** **historico-philosophique** de la **marche générale** imposée par le destin à chaque peuple, quelles que soient les circonstances historiques où celui-ci se trouve, de façon à ce qu’il puisse ultimement parvenir à la forme d’économie qui assurera avec la plus grande expansion des pouvoir productifs du travail social le développement le plus complet de l’homme. Mais je lui demande pardon. C’est me faire trop d’honneur et trop de honte.”

Karl Marx¹³⁰⁸

¹³⁰¹ III. 1. 1. José Lins do Rego e sua influência abrangente

¹³⁰² Ver Franco Andreucci: “A questão colonial e o imperialismo”. In: HOBBSAWM, Eric, Ed. *História do Marxismo*. Vol. IV. *O Marxismo na época da Segunda Internacional*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p.251-277.

¹³⁰³ ENGELS, F. *L’origine de la famille*. Op.cit., p.257.

¹³⁰⁴ Idem, p.258.

¹³⁰⁵ Ibidem.

¹³⁰⁶ Carta de Engels a Kautsky do 12.9.1882. ENGELS, Friedrich. *Briefwechsel mit Karl Kautsky*. Citado por ANDREUCCI, Franco. “A questão colonial e o imperialismo”. Op. cit., p.256-7.

¹³⁰⁷ GODELIER, M. Prefácio a CERM. *Sur les sociétés précapitalistes*. Paris: Editions Sociales, 1978.

Marx escreveu para a Vera Zassoulitch, em 1881:

“En analysant la genèse de la production capitaliste, je dis: «*Au fonds du système capitaliste il y a donc la séparation radicale du producteur d'avec les moyens de production.(...) La base de toute cette évolution c'est l'expropriation des cultivateurs. Elle ne s'est encore accomplie d'une manière radicale qu'en Angleterre... Mais tous les autres pays de l'Europe occidentale parcourent le même mouvement.*»¹³⁰⁹ La “fatalité historique” de ce mouvement est donc expressément restreinte aux pays d'Europe occidentale.”¹³¹⁰

A procura por uma genealogia, inteligível, em termos materialistas, da sociedade capitalista europeia o levou a estabelecer uma sucessão de fases de desenvolvimento, rapidamente abstraídas em estágios genéricos se alinhando num *continuum* temporal de sentido e itinerário únicos. As relações de propriedade e de produção constituíam o critério de base, para essa sistematização, nos estágios ditos de civilização, e o parentesco nas fases anteriores. A história da humanidade era distribuída nos quatro estágios do comunismo primitivo; modo de produção escravista antigo; modo de produção feudal; modo de produção capitalista. Esse itinerário levaria à situação ideal do comunismo, projeto comum a toda a humanidade, homogeneizada a nível mundial, pelo capitalismo. Como o sublinha Maurice Meisner, “[é] precisamente a visão utópica do futuro, sancionada pela análise da história, que dá à concepção materialista (marxista) seu apelo dinâmico.”¹³¹¹ Isto lhe valeu também a acusação de promover uma teleologia da história, como o nota Maurice Godelier:

“Através de suas obras, [Marx e Engels] ligaram, ao que parece, a imagem mais precisa de uma evolução ‘necessária’ da humanidade através da sucessão da comunidade primitiva, da escravidão, da feudalidade e do capitalismo.”¹³¹²

O sinólogo Jean Chesneaux enfatiza a história como instrumento de dominação.

“A teoria dita dos cinco estágios permite, desde a época estalinista, esquematizar, de forma cômoda, a história do mundo: comunidade primitiva, escravidão, feudalismo, capitalismo, socialismo. O poder da burocracia soviética é apresentado como o ponto culminante de toda a história, sua legitimidade está fundamentada na defesa da nova camada de privilegiados.”¹³¹³

Stalin transformou em dogma a teoria dos estágios, cristalizada em cinco etapas inamovíveis. Pensamento único e obrigatório, ele permaneceu vigente além da época em que a construção do “socialismo num só país” permitia a sujeição dos rumos da ação política dos movimentos operários ou camponeses estrangeiros, inclusive latino-americanos, aos ditames da política

¹³⁰⁸ MARX, K., Carta ao editor de Otétchestvenntye Zapisky, fim de 1877, dirigida a Choukovski, respondendo a Mikhailovski, um dos dirigentes do partido socialista os narodniki. CERM. *Sur les sociétés précapitalistes*. Op. cit., 1978, p. 14. Trechos sublinhados pelo próprio autor.

¹³⁰⁹ Citação do Capital, na edição francesa, p. 315.

¹³¹⁰ MARX, K., Lettre à Vera Zassoulitch. In: CERM. *Sur les sociétés précapitalistes*. Op. cit., p. 341.

¹³¹¹ In: “Li Ta-chao and the Chinese Communist Treatment of the Materialist Conception of History”. In: FEUERWERKER Albert Ed. *History in Communist China*. Op. cit., p. 279.

¹³¹² GODELIER Maurice “La notion de ‘mode de production asiatique’”. Op. cit., p.55.

¹³¹³ CHESNEAUX, Jean, *Du passé faisons table rase?* Op. cit., p. 30.

externa da União soviética,¹³¹⁴ em nome do internacionalismo proletário. Estudiosos e militantes ligados à Terceira Internacional respeitaram, por muito tempo, essa concepção da evolução histórica, inclusive no Brasil. Seus esforços interpretativos tendiam a “encontrar”, na realidade histórica de seu país, os traços típicos do modo de produção atribuído a sua região, modulando ou diminuindo o peso de outros elementos não-conformes ao padrão.

As referências ilustrativas e os valores de cada modo de produção, privilegiados na análise de Marx e Engels, eram da Europa ocidental. Em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, Engels ofereceu também exemplos oriundos de outros continentes. Todavia, eles diziam respeito apenas às fases anteriores à ‘civilização’. Foram assim contempladas, acompanhando o modelo elaborado por Lewis Morgan em *Ancient Society*, o estado selvagem e a barbárie, cada uma dessas etapas dotada de formas inferiores, médias e superiores. Classificou-se todas as populações não-européias, dominadas pelas nações européias. Nas colônias de povoamento como os Estados Unidos, a Austrália e o Brasil, elas foram confinadas a colocações inferiores em termos de evolução ‘histórica’. No Brasil essa abordagem criou uma heterogeneidade – conceitual – de fases históricas entre diversos espaços e populações do país, dificultando a construção de uma identidade nacional¹³¹⁵ Marx pouco cedeu à tentação extra-européia para ilustrar os diversos modos de produção, a não ser em algumas aproximações e comparações nos seus artigos sobre a Índia e a China. Engels não hesitou a realizar incursões freqüentes em regiões longínquas,¹³¹⁶ estendendo imensamente o âmbito de recrutamento das sociedades¹³¹⁷ sobretudo para os estágios primários. Pulos histórico-geográficos extraordinários colocavam os iroqueses ou germanos ‘antes’ da etapa anterior à da Roma antiga; os havaianos (contemporâneos de Engels) em estágio mais remoto.

“O sistema de parentesco americano pressupõe uma forma mais primitiva da família que não existe mais na América e que encontramos ainda realmente no Havai: o sistema de parentesco havaiano leva-nos, por outro lado, a uma forma de família ainda mais original cuja existência, não podemos, de fato, estabelecer em lugar algum, mas que deve necessariamente ter existido, porque, sem ela, o sistema de parentesco correspondente não poderia ter se criado.”¹³¹⁸

¹³¹⁴ Ver o testemunho do agente do Comintern, Jan VALTIN, *Sans patrie ni frontière*, [1941] Postface de Jean-François Vilar. Paris: J.C Lattès 1975 (edição censurada a pedido do Partido Comunista Francês) e Babel, 1996.

¹³¹⁵ HOLANDA, Lourival. *Fato e Fábula. Uma leitura dos “Sertões”*. Op. cit.

¹³¹⁶ Inspirado nos autores mais conceituados do seu tempo: Lewis Henry Morgan (1818-1881), antropólogo norte americano que estudou os sistemas de parentesco em diversas sociedades ameríndias, publicou *Ancient Society* em 1877. Ele afirmou a importância dos fatores econômicos e tecnológicos na evolução das sociedades, e estabeleceu os estágios básicos da selvageria, barbárie e civilização, retomados pela grande maioria dos cientistas sociais. Johann-Jakob Bachofen (1815-1871) famoso por seus trabalhos sobre as relações familiares. Ele publicou *Das Mutterrecht* em 1861. Ver SCHULTE-TENCKHOFF, Isabelle. *La vue portée au loin*. Op. cit.

¹³¹⁷ Ele citava para o estágio da barbárie, povos há muito desaparecidos e populações contemporâneas ou por poucos séculos anteriores, os astecas. ENGELS, Friedrich. *L’origine de la famille*. Op. cit., p.107.

¹³¹⁸ Idem., p.38.

Vítima de seu próprio desejo de afirmar a coerência e universalidade da grande arquitetura da evolução das sociedades, Engels não vacilava frente a perigosas induções.¹³¹⁹ Ele admitia tanto a heterogeneidade do tempo quanto do espaço, já que ocorria concomitância, no tempo cronológico, de fases de evolução distintas e distantes. Assim, ‘comprovara’ cientificamente o *a priori* colonialista, legitimando sua ação. Essa admissão de tempos diversos parecia um paradoxo, sem dúvida, para quem queria aproximar as Ciências Humanas da Física numa época pré-einsteiniana.¹³²⁰ Os critérios de classificação adotados por Engels eram distintos para cada fase, dotando os elementos-chaves escolhidos, ‘provas’ científicas da colocação da sociedade em questão num dado patamar da escala preconcebida de evolução, de ênfases e interpretações muitas vezes reducionistas. Os traços culturais que haviam assegurado o triunfo da Europa (intervencionista, bélico ou transformador da natureza) eram privilegiados; as demais características sociais e culturais, desvalorizadas ou excluídas como irrelevantes.¹³²¹ A avaliação do estágio de desenvolvimento nos canaviais de Pernambuco sofreu do mesmo preconceito.

Traços sócio-econômicos tidos como típicos de cada sociedade escolhida como padrão transformam-se em abstrações do ponto de vista temporal e espacial. Isolados de seus contextos históricos, tornam-se atemporais, estritamente falando, pois passíveis de serem ‘reencontrados’ ou ‘reconhecidos’ em espaços e épocas (cronológicas) diferentes, independentemente da situação local anterior. Admitia-se até episódios retrocessivos, como o ‘feudalismo’. Européia por essência, a História Oficial havia incorporado tardiamente a seu percurso sociedades antigas africanas e do Próximo Oriente. Esses acréscimos não alteraram substancialmente o sentido do devir histórico - europeu - nem suas etapas.¹³²² Daí resultou uma história que chamarei de ‘itinerante’. Para acompanhar os historiadores ocidentais, inclusive Marx e Engels, era preciso fazer, no *mapa mundi*, um percurso histórico/geográfico seguindo o *cursus honorum* da civilização-padrão. De tão costumeiro, ele adquiriu uma perigosa obviedade.

O caráter itinerante da história oficial

“Qualquer outra história é mutilada, só a nossa é completa; considerem a história da Itália, lhe faltam os últimos séculos; considerem a história da Alemanha, da Inglaterra, lhes faltam os primeiros. Considerem a da França: com ela vocês conhecem o mundo.”

¹³¹⁹ Como o tipo de parentesco é o elemento chave de classificação para as sociedades anteriores à fase de ‘civilização’, ele infere a suposta existência de uma organização parental específica. “*Deve ter existido*” escreve ele, diversas vezes, na falta de observações comprobatórias. Idem, p.46.

¹³²⁰ Isto é, sem o recurso da relatividade. A não ser que se admitisse um pioneirismo da História nesse campo. O apelo à referência da relatividade entre os historiadores é muito posterior, com abusos que foram denunciados, de forma contundente, por físicos. SOKAL, A. e J. BRICMONT. *Imposturas intelectuais. O abuso da Ciência pelos filósofos pós-modernos*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

¹³²¹ Boa parte do registro escapava simplesmente à competência dos observadores.

¹³²² Recusou-se à Antiguidade não-européia a capacidade de criar historicidade e modificar a periodização. Alargou-se imensamente a duração do período/modo de produção, incorporando apenas ilustrações suplementares, que confirmavam, em vez de questionar, os parâmetros estabelecidos exclusivamente a partir da Europa.

Mesmo no continente americano, os livros escolares afirmam que a Civilização começou na Mesopotâmia. O Egito faraônico lhe sucede, para ceder lugar à Grécia clássica¹³²⁴ e, finalmente Roma. A literatura marxista seguiu uma seqüência parcialmente similar, conservando a Grécia e Roma como modelo do modo de produção escravista, o primeiro da seqüência dita civilizada. Mesmo marxista, a historiografia não forneceu uma razão mais materialista que aquela invocada por Hegel, para associar um deslocamento espacial à seqüência das etapas temporais. O que era crença, no caso do filósofo, virou verdade científica. A fase de desenvolvimento anterior à Roma de César era germana, estritamente contemporânea. Sem pestanejar, os autores baseiavam-se em textos dos próprios romanos (Tácito, por exemplo), vizinhos e conquistadores, para argumentar da anterioridade do tipo da organização social germana. Os termos da inferioridade eram as forças produtivas, o tipo de propriedade, tomando o referencial romano como medida. Admitia-se a lógica do vencedor, do ancestral escolhido.¹³²⁵ Sincronias e diacronias espacializadas apareciam naquilo que se é tentado a chamar de enredo.

A aplicação da pirâmide progressionista dentro do próprio campo geográfico europeu, preferindo os francos aos visigodos¹³²⁶ e comparando a brilhante Bizâncio¹³²⁷ a um “galho morto”,¹³²⁸ garantiu que o nordeste do continente vencesse, adequando seus ancestrais escolhidos à linhagem das civilizações. A partir dele, os conceitos forjados para uso local migraram para o resto do planeta. Essa esteira mediria os “Outros” em posição axiomática de inferioridade. Novos deslocamentos no itinerário da História oficial a haviam levado para a estreita faixa delimitada por Marc Bloch na sua definição da *Sociedade Feudal*: entre o Reno e o

¹³²³ MICHELET, J. *Le peuple*. 1846.

¹³²⁴ Período escolhido preferencialmente a outros e imbuído de uma áurea particular. PERROT D. e PREISWERK R. *Ethnocentrisme...* Op. cit., p. 285.

¹³²⁵ Bowler ilustra repetidas instâncias, às vezes cômicas, desse procedimento: assim, a reconstrução de uma aldeia sobre pilotis de época préhistórica, na Suíça, foi guiada por modelos arquitetônicos colhidos por antropólogos na Nova Guiné, pois os contemporâneos da Oceânia eram vistos como similares a ancestrais muito longínquos (europeus) dos cientistas. O autor nos brinda com um desenho da obra de Charles Lyell, *Geological Evidences of the Antiquity of Man*. BOWLER, P. J. *The Invention of Progress*. Op. cit., p. 80. Ver também o propósito ideológico dos zoos humanos. BANCEL, Nicolas *et al. Zoos humains XIX et XXe siècles*. Op. cit.

¹³²⁶ Uma leitura ideológica, imposta por autores católicos, e, em seguida, aceita pela historiografia das mais diversas matizes ideológicas. Os Francos católicos constituíam ancestrais mais aceitáveis que hereges arianos. Que isto seja parte da história providencial versão franco-francesa, pode ainda ser considerado lógico, senão justificado dentro do quadro geopolítico do hexágono. Mas que essa mesma visão seja imposta - via doutrina da História Geral Oficial - a alunos das escolas secundárias brasileiras, como legítimos ancestrais históricos, no sentido progressionista é muito mais grave. Esse exemplo, caricatural talvez, revele simplesmente a fragilidade de uma classificação supostamente firmemente apoiada em critérios científicos, frente a influências ideológicas até mesmo estranhas à corrente de pensamento que elaborou o esquema.

¹³²⁷ Constantinopla, cuja brilhante civilização dominou por séculos boa parte da região peri-mediterrâneo, mantendo um Estado centralizado consciencioso defensor da coisa pública (um dos elementos normalmente valorizados pela História oficial), e cristianismo, não foi reabilitada pelos historiadores que mantiveram o conceito depreciativo das Luzes. Bizâncio foi eliminada da linhagem oficial dos ancestrais escolhidos apesar do nível de civilização (segundo os critérios oficiais) incomensuravelmente maior, e duração muito superior à de qualquer reino bárbaro do ocidente.

Loire. O capitalismo teve berço quase idêntico, a única sequência geográfica e historicamente plausível nessa genealogia. A História havia se sedentarizado.

¹³²⁸ BARK, William Carroll. *Origens da Idade Média*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 96

A transferência de conceitos

“O seqüestro da História

O sistema nega, aos mortos de fome, até mesmo o alimento de sua memória. Para que não tenham futuro, rouba seu passado. A história oficial está contada a partir dos, pelos e para os ricos, os brancos, os machos e os militares. A Europa é o Universo.”

Eduardo Galeano

A abundância de material documental utilizado por Marx e Engels, bem como suas observações diretas garantiam à análise da história européia uma precisão e profundidade de grande interesse. A admiração frente a essa obra, bem como a adesão a muitos dos resultados e das análises que propõem, não podem deixar esquecer o quanto outros aspectos do pensamento de Marx e Engels - e sobretudo na obra de seus seguidores - podem ser considerados como muito representativos de sua época, mas não atendem necessariamente às exigências do trabalho histórico atual, sobretudo nos países não-europeus. Seus estudos nunca foram projetados para constituir um receituário, muito menos sagradas escrituras.

Marx, segundo Chesneaux, era homem do seu tempo: *“herdeiro das Luzes, tinha certamente uma visão confiante e otimista do progresso humano que as crises do século XX não confirmaram.”* A proposta de uma história evolucionista era precisamente a expressão dessa confiança otimista. O rumo ascendente, característico do progressionismo, não era próprio do pensamento marxista, que, ao menos, via na seqüência de estágios, tão somente o prelúdio a uma etapa ulterior benéfica para a espécie e não se poupava em revelar as taras da sociedade ‘avançada’.¹³²⁹ Seria um argumento poderoso para arolar estudiosos brasileiros revolucionários.

*“O propósito desse discurso sobre a história universal, é de apresentar um quadro coerente da sucessão dos grandes períodos do mundo, de acordo com uma análise ordenada logicamente, para que o quadro desemboque na sociedade à qual pertence o autor.”*¹³³⁰

Se essa definição do rumo do devir humano podia confortar os Europeus, na sua convicção de superioridade apoiada em vastos impérios coloniais, ela se tornou um peso extraordinário para os não-europeus. A tragédia do *“Ser como eles”*, segundo a fórmula de Galeano,¹³³¹ não se limitava a modismos, por mais perniciosos que fossem, ou mimetismos mutiladores e perversos. Ela afetava a consciência do seu próprio passado, e os modos de apreender a história dos não-eleitos, finalmente sua confiança num futuro autônomo e promissor. Era o famoso ‘bonde’ da História nunca alcançado.

A história evolucionista transformara um episódio recente da história mundial - a dominação global do ocidente - em destino não só obrigatório, em virtude do progresso, mas

¹³²⁹ O quadripartismo francês procedeu de forma paralela, com deslocamentos geográficos muito próximos - numa seqüência igualmente anunciada como ‘histórica’ e escalas de classificação a pretensão universal. Ver PERROT D. e PREISWERK, R. *Ethnocentrisme*. Op. cit., p.146.

¹³³⁰ CHESNEAUX, Jean. *Du passé faisons table rase?*. Op. cit., p. 91.

¹³³¹ GALEANO, Eduardo. *Ser como eles*. Rio de Janeiro: Revan, 1993. Ou *“Peles negras e máscaras brancas”* FANON, Franz. *Peau noire, masques blancs*. Paris: Seuil, 1952.

desejável. Ela condenou os historiadores não-europeus ao exercício masoquista de narrar os desastres que a colonização causara a sua terra e seu povo, em virtude de amanhã, virtualmente projetados como melhores, mas atrelados a modelos externos, gerados, precisamente, pelos ‘vencedores’. Esse incômodo paradoxo¹³³² perpetuou-se: apesar do crescimento no conhecimento, a sua interpretação continuava tributária de modelos seguindo a lógica do poder: “*Nas sociedades de classe, a história faz parte dos instrumentos pelos quais a classe dirigente mantém seu poder.*”¹³³³ Os parâmetros da classificação das sociedades, estabelecidos pelas elites européias conforme a imagem que escolheram para si, serviram esse propósito.

“*O ponto de junção das análises intertemporais e interculturais cumula os três elementos constitutivos do evolucionismo qualificado no começo do capítulo de primário, ou seja a certeza da existência de estágios fixos, critérios etnocêntricos para definir seu conteúdo e uma finalidade (implícita ou explícita) constituída pela civilização de tipo europeu ou ocidental.*”¹³³⁴

Para alcançar a homogeneização da História, incorporando todas as sociedades do planeta num só edifício conceitual, utilizou-se a transferência de conceitos

“*com fins de descrição ou análise, de um conceito elaborado e definido no contexto preciso da cultura de origem do observador, mas utilizado para descrever um fenômeno da cultura de destino.*”¹³³⁵

Marx e sobretudo Engels não ficaram imunes a preconceitos. Elegeram algumas “*grandes nações históricas da Europa nitidamente definidas*”.¹³³⁶ Somara-se, então, outro viés ao etnocentrismo tradicional, dentro e fora do próprio continente europeu: além dos povos ‘sem história’, dos bárbaros e seus primos os “camponeses”, vítimas genéricas do progressionista, foram rebaixados, dessa vez, os mais dotados, segundo os próprios indicadores preferidos pela história evolucionista. A China, como Bizâncio, ‘civilizada’ em demasia para ser jogado no balaio dos ‘selvagens’ e ‘bárbaros’, ganhou o apelido de ‘estagnante’. O exercício de ordenar a extraordinária diversidade de todas as sociedades humana entre esses extremos intimidou poucos historiadores, seguros da solidez de seu aparato conceitual.

“*A apresentação dos grupos humanos de um ponto de vista histórico opera-se, portanto, através de uma multiplicidade de transferências de conceitos, obrigando o autor a uniformizar a história e a*

¹³³² Uma das alternativas, que surgiram com mais força nos últimos decênios, é uma vertente que se poderia chamar de passadista: isto é, supostamente restauradora de um passado idealizado na sua alteridade. Um dos exemplos mais visíveis é o fenômeno político complexo, que o Ocidente chama de “fundamentalismo islâmico radical”, embora existam outros “fundamentalismos” cristãos, judeus ou outros, que militam no mesmo sentido.

¹³³³ CHESNEAUX, Jean. *Du passé faisons table rase?* Op. cit., p. 23.

¹³³⁴ Ibidem.

¹³³⁵ PERROT D. e PREISWERK, R. *Ethnocentrisme*. Op. cit, p. 227. Esses autores explicam ainda que a transferência de conceitos pode ser consciente (desprezando propositadamente as diferenças culturais) ou inconsciente (o etnocentrismo funcionando graças à ingenuidade e ignorância do observador)

¹³³⁶ A França, a Espanha, a Escandinávia, a Inglaterra, a Itália, a Polônia, a Alemanha e a Hungria. Os outros povos – europeus! – são diferentes, pois “*perderam sua vitalidade política*”. GALISSOT, René. “*Nação e nacionalidade nos debates do movimento operário*”. In HOBBSAWM Eric Ed. *História do Marxismo*. IV. *O Marxismo na Época da Segunda Internacional (Terceira Parte)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p.179-180.

*transformá-la num processo de encaixotamento de realidades culturais extremamente diversas, no seio de um número limitado de conceitos.”*¹³³⁷

Os émulos de Marx e Engels demonstraram grande zelo em aplicar simplesmente os conceitos tais quais os receberam, enforando a realidade não-européia nos moldes ‘universalmente’ preestabelecidos a partir da história européia. Sob a influência redutora do stalinismo, os marxistas foram confinados a aplicar noções consagradas. Clastres vê nesse fenômeno a triste ilustração de como “*um grande pensamento pode perecer ao degradar-se em teologia*”.¹³³⁸ Embora a visão progressionista ainda predomine, alguns (poucos!) cientistas, entre os mais eminentes marxistas, colocaram em dúvida, senão o princípio do evolucionismo cultural,¹³³⁹ pelo menos a aplicação mecânica de modelos europeus ao resto do mundo.

Modos de produção anteriores ao capitalismo nas sociedades não-européias

Grandes especialistas desafiaram as interpretações vigentes recusando a linhagem única:

*“As ‘épocas’ que ‘a grandes traços’ levam à aparição do modo de produção capitalista e têm, desse ponto de vista, um valor típico, não constituem nem um ‘esquema unilinear’ da evolução da humanidade, nem uma sucessão compulsória sempre e em todo lugar, nem uma lista exaustiva dos modos de produção.”*¹³⁴⁰

Jean Suret-Canale, africanista marxista, frisou o quanto a estreiteza dogmática imposta por Stalin na seqüência ‘obrigatória’ de cinco estágios, limitou a investigação histórica.

*“A partir daí, os especialistas penavam, em vão, para fazer caber, por bem ou por mal, as diversas sociedades concretas ou suas etapas de desenvolvimento, em um número igual de compartimentos pré-moldados, tomados emprestados, sem sabê-lo, de uma nova caverna de Platão, receptáculo das idéias preexistindo à sua relação material.”*¹³⁴¹

Essa tentativa teria valido a seus autores à repreensão indignada dos criadores do materialismo histórico. O autor do *Capital* exigia que os fatos conduzissem à análise, em vez de idéias preconcebidas. A postura dogmática dos estudiosos marxistas ocupados a esses malabarismos ortodoxos, os impedia de explorar novas trilhas, embora intelectuais do porte de Caio Prado Júnior e Jacob Gorender o fizessem.¹³⁴² Eric Hobsbawm condenou o ‘unilinearismo’,¹³⁴³ responsabilizando os seguidores de Marx e Engels pela fossilização de seu pensamento. A opinião de seu conterrâneo era ainda mais severa; marxista convicto, R. Jardine confessou que:

¹³³⁷ PERROT D. e PREISWERK, R., *Ethnocentrisme*. Op. cit., p.234.

¹³³⁸ CLASTRES, Pierre. Prefácio ao livro de Marshall Sahlins, *Âge de pierre, âge d'abondance: l'économie des sociétés primitives*. Paris: Gallimard, 1976, p.29.

¹³³⁹ ‘Heresia’ geralmente reservada aos antropólogos, mais expostos ao desafio dos povos não-ocidentais.

¹³⁴⁰ SURET-CANALE, Jean. Prefácio ao livro: *Sur le ‘mode de production asiatique’*. Op.cit., p.10.

¹³⁴¹ Idem, p. 9.

¹³⁴² Ver a seguir.

¹³⁴³ Citado por SOFRI Gianni. *O modo de produção asiático*. Op. cit. p.118-119.

*“Na realidade, acompanhávamos os historiadores burgueses quando aceitávamos a dedução de que a história do mundo imita o modelo da história de uma região particular; uma região, aliás, que assumiu o papel de guia somente nos últimos quatro centos anos ou menos ainda.”*¹³⁴⁴

Maurice Godelier mostrou o embaraço dos historiadores frente à rigidez do quadro conceitual.

Inúmeros debates instauraram-se *“sobre a data de aparição e o desenvolvimento de um estágio ‘escravista’ na China, no Japão, na África, de um estágio ‘feudal’ entre os mongóis, no mundo islâmico etc. Todas essas dificuldades entrelaçavam-se no drama das ‘periodizações’, não aquelas da sucessão cronológica dos acontecimentos, mas da sucessão lógica as estruturas escravista, feudal, capitalista.”*¹³⁴⁵

Não se tratava de parcelar cartesianamente uma sucessão cronológica específica de eventos ocorridos num dado espaço, ao longo de certo período. Era preciso verificar a seqüência obrigatória de estruturas pre-estabelecidas (escravista, feudal) em ambientes geográficos e históricos diversos, inclusive no Brasil. Relutar a isso, deixava pouca escolha, pois:

*“[a] história não-ocidental estalava numa pululação de fatos ‘empíricos’, salvos talvez do contra-senso, mas desprovidos de sentido. Fonte dessas desordens teóricas inversamente complementar, a história não-ocidental parecia escapar da ‘necessidade da história’ pelo fato de que ela não reproduzia a necessidade da história ocidental.”*¹³⁴⁶

Marxólogos sugeriram confrontar textos do jovem Marx, com obras da maturidade etc. Jean Chesneaux defende:

*“Os grandes modos de produção definidos por Marx são uma tipologia, uma contribuição à teoria das formações sociais. Eles representam casos-limites, significativos, mas que são plenamente realizados apenas em condições históricas muito peculiares; a Grécia e Roma, e ainda não todo o império romano; os Estados feudais da Europa ocidental, nos séculos XIV e XV; o capitalismo da Europa ocidental e da América do Norte, desde o meio do século XIX. É muito pouco para tentar reconstruir sobre a base do velho quadripartismo, um “discurso sobre a História Universal” renovado pelo marxismo.”*¹³⁴⁷

Maurice Godelier concorda. Marx e Engels construíram tão somente

*“esquemas de evolução... que não querem nem podem constituir a história real das sociedades, mas uma história abstrata de realidades reduzidas às suas estruturas essenciais... São hipóteses de trabalho ligadas a um estado do conhecimento e da realidade, ao mesmo tempo, ponto de chegada da reflexão teórica, e ponto de partida para decifrar mais adiante a infinita variedade da História concreta.”*¹³⁴⁸

Marx expressou reticências frente ao dogmatismo em matéria de interpretação histórica, manifestando, em várias ocasiões, seu medo do esquematismo que transformaria sua análise científica de uma realidade precisa em doutrina de tipo religioso, uma das principais críticas que formulara contra Hegel, Feuerbach ou outro militante do socialismo radical, Proudhon.

*“Essas abstrações, tomadas por si, fora da história real, não têm nenhum valor. Elas podem, no máximo, permitir uma classificação mais fácil da matéria histórica, indicar a sucessão das estratificações particulares. Mas elas não dão, de maneira alguma, como a filosofia, uma receita, um esquema de acordo com o qual se possa acomodar as épocas históricas.”*¹³⁴⁹

¹³⁴⁴ Citado por Gianni Sofri, Idem, p.117.

¹³⁴⁵ GODELIER, Maurice. “La notion de ‘mode de production asiatique’ et les schémas marxistes d’évolution des sociétés”. Op.cit., p.55-56.

¹³⁴⁶ Idem., p. 56.

¹³⁴⁷ CHESNEAUX, Jean. *Du passé faisons table rase?* Op. cit., p. 91.

¹³⁴⁸ Idem., p. 58.

¹³⁴⁹ MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *L’idéologie allemande*. Op. cit., p.79.

A mesma idéia é reforçada na sua carta a Annenkov; falando de Proudhon:

*“Ele não viu que as categorias econômicas são apenas abstrações dessas relações reais, que elas só são verdades na medida em que essas relações subsistam. Dessa forma, ele cai no erro dos economistas burgueses que vêem, nessas categorias econômicas, leis eternas e não leis históricas, que são leis apenas para um certo desenvolvimento histórico, para um desenvolvimento determinado das forças produtivas. Assim, em lugar de considerar as categorias político-econômicas como abstrações deduzidas das relações reais, transitórias, históricas, M. Proudhon, por meio de uma inversão mística, vê nas relações reais apenas incarnações dessas abstrações. Essas abstrações, elas mesmas, são fórmulas que ficaram adormecidas no seio de Deus, o pai, desde o início do mundo.”*¹³⁵⁰

O debate em torno daquilo que o autor do *Capital* realmente escreveu, enquanto diferente do que seus seguidores interpretaram, continua. Marx, supostamente, costumava afirmar que não era ‘marxista’. Criticando a postura que reivindicava ter descoberto “as leis gerais do movimento da história”, Juan Carlos Portantiero propôs a análise seguinte:

*“A partir do conhecimento daquelas leis, parecia possível postular uma teoria da mudança social segundo a qual os países mais evoluídos deviam ser o espelho em que se refletiam os mais atrasados. E, se é verdade que aquele Marx não é todo o Marx (recordem-se, por exemplo, as cartas sobre a Rússia, escritas nos últimos anos de sua vida), também é verdade que o ‘marxismo’, ou seja, aquela operação doutrinária e propagandística produzida pela social-democracia alemã no fim do século passado, tendeu a privilegiar uma concepção universalista e evolucionista da transformação histórica.”*¹³⁵¹

Esse *a priori* do movimento na história - à moda ocidental - como dimensão universal, atemporal, limitou o entendimento marxista da realidade, especialmente da realidade não-européia. A generalização de parâmetros europeus para avaliar a história do resto do mundo levou a reduções e mal-entendidos levantados, com força renovada, pelos antropólogos.

*“Toda vez que tendemos a qualificar uma cultura humana de inerte ou estacionária, devemos nos perguntar se esse imobilismo aparente não resulta da ignorância onde nós nos encontramos quanto aos seus interesses verdadeiros, conscientes ou inconscientes, e se, tendo critérios diferentes dos nossos, essa cultura não é, a nosso respeito, vítima da mesma ilusão.”*¹³⁵²

Frédéric Rognon¹³⁵³ e Greg Denning,¹³⁵⁴ como Mintz, formularam perguntas instigantes, que permitem reconsiderar axiomas intocáveis. No estudo da ‘morada’, pode-se levantar duas indagações: por um lado, o princípio do evolucionismo cultural que antropólogos criticavam quanto aos parâmetros que distinguiam, oficialmente – inclusive na corrente marxista – uma sociedade ‘avançada’ de outra ‘atrasada’. Ainda questionavam a existência de um modelo universal de evolução/progresso, com ‘degraus’ vencidos por toda e qualquer sociedade, por movimento próprio, embora em velocidades diversas. Em segundo lugar, e guardando algo desse primeiro questionamento em mente, perguntava-se se a seqüência dos modos de produção, identificado na Europa até o advento do capitalismo, devia reproduzir-se alhures; em outras

¹³⁵⁰ MARX Karl, “Lettre à Annenkov du 28 décembre 1846”. In idem p.244.

¹³⁵¹ PORTANTIERO, Juan Carlos. “O marxismo Latino-americano”. In: HOBBSBAWM E. Org., *História do Marxismo, O Marxismo hoje (Primeira Parte)*. Vol XI. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p.334.

¹³⁵² LÉVI STRAUSS Claude. *Raça e História*. Lisboa: Presença, 1952, p.50.

¹³⁵³ ROGNON, *Os primitivos, nossos contemporâneos*, Campinas, Papirus, 1991.

palavras, se o capitalismo não mudaria drasticamente a escala na qual as mudanças se operavam. Nesse sentido, a situação do Brasil e do Nordeste poderia ser reconsiderada, inclusive dentro da própria escala evolucionista. Tal mudança quiçá inverteria as hierarquias de ‘modernidade’, e nesse contexto, a análise da situação dos moradores de engenho. Na América Latina, inclusive na zona canavieira de Pernambuco, a denominação mais frequentemente encontrada na literatura referente ao modo de produção anterior, grosso modo, ao século XX, era a de ‘feudal’.

III. 2. 2. A tese feudal: o morador como servo

“A feudalidade não é um evento; é uma forma muito antiga que subsiste em três quartos do nosso hemisfério com administrações diversas.”
Voltaire

A tese feudal esteve particularmente presente¹³⁵⁵ no elenco das linhas interpretativas que tratam da história do Brasil, e particularmente do Nordeste canavieiro. O feudalismo foi o modelo mais sujeito ao que Dominique Perrot e Roy Preiswerk chamaram de transferência de conceitos, pois boa parte do mundo, nos séculos XIX e XX, foi denominada ‘feudal’ para encaixar-se na escala evolucionista dos historiadores ocidentais. Além do Brasil colonial e pós-colonial, havia âmbitos tão diferentes quanto a China, a Índia, o Meio Oriente. As definições dos medievalistas sobre o feudal foram pouco utilizadas. Feudalidade, feudalismo ou modo de produção feudal¹³⁵⁶ evocam a Idade Média, “*um dos quatro pilares do tempo*”¹³⁵⁷ na concepção clássica da História. Fartas discussões debatem suas feições, seu surgimento e desaparecimento dentro do próprio âmbito europeu.¹³⁵⁸

2.2.1. Consulta à historiografia medievalista a respeito da opção feudal para definir a ‘morada’: “Que é o feudalismo?”¹³⁵⁹

“Na sua utilização atual, feudalismo e sociedade feudal abrangem um conjunto intrincado de imagens em que o feudo propriamente dito deixou de figurar em primeiro plano”, notou Marc Bloch em *A sociedade feudal*,¹³⁶⁰ obra-mestre onde define a feudalidade:

“Sujeição camponesa, em lugar do salário, geralmente impossível, largo uso da tenure-serviço; (...) supremacia duma classe de guerreiros especializados; vínculos de obediência e de proteção que ligam o homem com o homem e, nesta classe guerreira, têm a forma particularmente pura da vassalagem; fracionamento dos poderes, gerador de desordem; no meio de tudo isto, no entanto, a sobrevivência

¹³⁵⁴ “Clio in Oceania: Transformations That Present the Past” in BIRSACK, Aletta. *Clio in Oceania. Toward a Historical Anthropology*. Washington: Smithsonian Institution Press, 1991, p. 347-381.

¹³⁵⁵ Por exemplo “Travels in Brazil” de Koster, 1816. Ver o artigo instigante de Izabel Andrade Marson, “Feudalismo e escravidão: representações da sociedade pernambucana no Travels in Brazil de Henry Koster”. In: *Clio, Revista de Pesquisa Histórica*, N° 16, Recife, UFPE, 1996, particularmente p. 85 et ss e 100 et ss.

¹³⁵⁶ René Galissot publicou um rico debate com Albert Soboul, Charles Parain e Pierre Vilar. Ver “Féodalité et mode de production féodal: de la France moderne au Maghreb précolonial”. CERM. *Sur le féodalisme*. Op. cit..

¹³⁵⁷ CHESNEAUX, Jean. *Du passé faisons table rase*. Op. cit., p. 87.

¹³⁵⁸ Ver as obras citadas de Georges Duby, Jacques Le Goff, Guy Fourquin, Robert Boutruche e Dominique Barthélémy.

¹³⁵⁹ Retomando o título da obra famosa de GANSHOF, F.L. *Que é o Feudalismo?* Publ. Europa/América, 1968.

¹³⁶⁰ BLOCH, Marc. *A sociedade feudal*. Op. cit., p. 12.

doutros modelos de agrupamento, parentela e Estado, devendo este, durante a segunda idade feudal, retomar um novo vigor: parecem ser estes os traços fundamentais da feudalidade européia.”¹³⁶¹

Entre o Reno e o Loire, estava o pequeno âmbito de eleição: além dos “vazios”,¹³⁶² no mapa feudal europeu, outras “feudalidades” derivadas, tardias, de exportação etc. eram reconhecidas alhures.¹³⁶³ A Itália, financiadora da conquista da América, bem como da empresa açucarera, não só a desconheceu,¹³⁶⁴ como testemunhou a emergência de novas relações sociais de forma muito precoce. Em Portugal e Espanha,¹³⁶⁵ origem dos colonizadores que haveriam trazido consigo o feudalismo para a América, as características peculiares eram distantes do tipo inicial, anunciando, segundo autores recentes,¹³⁶⁶ o modelo colonial.

Quanto à periodização,¹³⁶⁷ Marc Bloch alertou para o grave erro que se cometeria ao considerar “a civilização feudal como constituindo, no tempo, um bloco único”.¹³⁶⁸ Ele propõe duas idades feudais articuladas em volta do século XI, a idade feudal clássica abrangendo os séculos X a XIII. Considera-se a distância temporal da zona canavieira abrigando a ‘morada’ até a segunda metade do século XX. O fim do feudalismo e período de transição para o capitalismo foi um dos assuntos mais badalados da historiografia, e um dos mais importantes para o “reconhecimento” de feudalismo na região estudada.¹³⁶⁹ Para Marx, a

“metamorfose da exploração feudal em exploração capitalista” começou com “os primeiros esboços de produção capitalista” muito cedo em cidades do Mediterrâneo, no entanto “a era capitalista data apenas do século XVI.”¹³⁷⁰

¹³⁶¹ Idem, p. 460. *La société féodale*. Op. cit., p. 610. Modifiquei o texto da tradução publicada em alguns detalhes para mantê-lo mais fiel ao original, como ilustrado a seguir: a tradução publicada reza: “sujeição rústica” onde Marc Bloch escreve “*sujétion paysanne*”; “vínculos de obediência e proteção que uniam o homem” em lugar de “*liens d’obéissance et de protection qui attachent l’homme à l’homme*”.

¹³⁶² Expressão de Marc Bloch.

¹³⁶³ BARTHÉLEMY, Dominique. *Nouvelle Histoire de la France médiévale*. vol.3 *L’ordre seigneurial XI-XIIe siècle*, Paris: Seuil, 1990. DUBY, Georges. *Guerriers et paysans, VI-XII siècle. Premier essor de l’économie européenne*. Paris: Gallimard, 1973. PARAIN, Charles. “Féodalité française et mode de production féodal”. In: CERM. *Sur le féodalisme*. Op. cit., p. 27.

¹³⁶⁴ “Nunca haverá verdadeira feudalidade” escreve Fourquin a respeito do Sul da península. Idem, p. 72.

¹³⁶⁵ Como nos Estados latinos do Oriente, onde os europeus haviam provado o açúcar e aprendido a produzi-lo.

¹³⁶⁶ BALARD, Michel & DUCCELLIER, Alain, Dir. *Coloniser au Moyen Age*. Paris: A. Colin, 1995.

¹³⁶⁷ O feudalismo não seria a causa da sociedade medieval mas resultado. “A prática feudal de conceder o uso da terra em recompensa pelo serviço militar, por exemplo, era uma consequência natural da nova distribuição da terra. É de importância secundária que outras disposições tivessem sido possíveis: evidentemente, o curso do desenvolvimento da patronagem e comitatus através dos estágios do serviço militar e doações até atingir o voto pessoal de vassalagem e as concessões evidentemente militares ou feudos, variava de lugar para lugar e de época para época.” Idem, p. 91

¹³⁶⁸ BLOCH, Marc. *La société féodale*. Op. cit., p.98.

¹³⁶⁹ Ver particularmente a coletânea famosa: DOBB Maurice e SWEEZY Paul-M. *Du féodalisme au capitalisme: problèmes de la transition*. Op. cit., bem como a do CERM. *Sur le féodalisme*. Op. cit.

¹³⁷⁰ MARX, Karl. *Le capital*. Livre I. Paris: Garnier-Flammarion, [1867] 1969. Op. cit., p. 529.

Hobsbawm situa a ruptura entre a base e a superestrutura da sociedade feudal entre 1450 e 1650, sendo o século XVII inglês.¹³⁷¹ Immanuel Wallerstein o acompanha quanto às datas, embora com outra proposta.¹³⁷² Mas Jacques Le Goff delineia um período ainda mais amplo:

*“Se para mim, o coração da Idade Média está sempre situado nos três séculos e meio que vão desde do Ano Mil até a peste negra, hoje eu tenderia mais a resituar esta Idade Média curta numa Idade Média longa que estender-se-á do século III até mais ou menos a metade do século XIX, um milênio e meio cujo sistema essencial é aquele do feudalismo, embora se deva distinguir fases às vezes fortemente contrastantes.(...) Embora, ao meu ver, o brilho dos Renascimentos (o dos Carolíngios como o dos humanistas) tivesse sido exagerado, os séculos IX e o XVI, o século de Carlos Magno e o que Carlos Quinto, para falar como Voltaire, são tempos de renovação. Mas o essencial é, para a cristandade latina, este longo equilíbrio do modo de produção feudal dominado pela ideologia cristã, que se alonga do fim da Antiguidade clássica até a Revolução Industrial, não sem crises nem inovações.”*¹³⁷³

Uma das principais razões das aparentes discrepâncias entre tão grandes historiadores reside na opção do traço definidor da sociedade feudal: senhorio ou vassalagem. Marc Bloch os mostrou entrelaçados. Le Goff privilegiou aqui o senhorio, ou sistema senhorial, a base da sociedade extremamente desigual, na qual a classe dominante organizou-se segundo as regras vassálicas.

*“Mas no degrau inferior, as relações de dependência encontraram seu quadro natural num agrupamento que, muito mais antigo que a vassalagem, deveria sobreviver por muito tempo a seu declínio: o senhorio fundiário.”*¹³⁷⁴

Fourquin, num livro dedicado ao assunto, mostra a precisa articulação propriamente feudal:

*“Das rendas do senhorio vive toda a sociedade feudal, do não livre ao senhor feudal. O que este retira em serviço e em dinheiro de seu vassalo, ele próprio senhor rural, não se concebia sem o suporte da terra, a qual é, freqüentemente, a uma só vez senhorio rural e feudo.”*¹³⁷⁵

O sistema senhorial (mas não vassálico, nem feudal) presente na Civilização do Açúcar, como o desmontrou sem réplica Stuart Schwartz,¹³⁷⁶ foi ‘reconhecido’ pelos autores marxistas como ‘feudal’. Por outro lado, Gilberto Freyre e José Lins do Rego evocavam a vassalagem, de conotações enobrecedoras. Fourquin evidenciou a antiga confusão entre senhorio e feudalidade, lembrando a posição dos revolucionários franceses em 1789:

*“Se, em 1789, a feudalidade se encontrava moribunda, o senhorio rural mantinha-se vivo, mas a Revolução matou-o, ao abolir os direitos ‘feudais’ que eram quase todo senhoriais.”*¹³⁷⁷

Os marxistas mantiveram a confusão dos termos, quando atacavam como ‘feudais’ traços que eram próprios do senhorio, fenômeno presente na literatura marxista brasileira também: a

¹³⁷¹ HOBBSAWM, Eric. “Du féodalisme au capitalisme”. In: DOBB M. e SWEEZY P.-M. *Du féodalisme au capitalisme*. Op. cit., p. 11.

¹³⁷² WALLERSTEIN, Immanuel, *Le capitalisme historique*. Paris: Editions de la Découverte, 1985.

¹³⁷³ LE GOFF, Jacques. *La civilisation de l’Occident médiéval*. Op. cit., p. 11.

¹³⁷⁴ BLOCH, Marc. *La société féodale*. Op. cit., p. 335. Em seguida, ele enfatizava: “Muito mais antigo do que a vassalagem, [o senhorio] sobreviveria muito tempo ainda após o declínio desta.” Idem, p. 270.

¹³⁷⁵ FOURQUIN, Guy, *Senhorio e feudalidade na Idade Média*. Lisboa: Ed. 70, 1987, p. 14.

¹³⁷⁶ SCHWARTZ Stuart B. *Segredos internos*. Op. cit., p. 216 et ss.

¹³⁷⁷ Idem, p. 13. SOBOUL, Albert, 1789, *L’An Un de la Liberté*, [3ª ed. rev.] Paris, Ed. Sociales, 1973, p. 212-13.

“subordinação das massas rurais aos “senhores”, que se apoderaram duma parte do trabalho dos seus dependentes ao mesmo tempo que das terras. Mas isso é precisamente o senhorio e não a feudalidade, dado que esta em nada é um modo de produção.”¹³⁷⁸

D. Barthélémy enfatiza a mesma idéia “este termo (...) confundia as relações internas da classe dominante com a exploração por esta das classes dominadas.”¹³⁷⁹ A diferença de definição levou às divergências na periodização acima referidas: “Para os marxistas, a “feudalidade” durou um milênio, quando de fato, a verdadeira feudalidade apenas durou cerca de três séculos.”¹³⁸⁰ Duby ofereceu como substituto o conceito de modo de produção senhorial.

“O uso que os historiadores marxistas faziam da palavra feudalismo para definir uma das principais fases da evolução econômica e social se justifica pelo papel que a feudalidade - no seu sentido muito amplo, isto é as formas que adotou o exercício do poder na Europa ocidental a partir mais ou menos do ano mil - teve no ordenamento das relações novas entre as forças produtivas e aqueles que delas tiravam proveito.”¹³⁸¹

Do ponto de vista político, o conjunto senhorio/vassalagem feudal era marcado pela fraqueza imensa do poder central, a “anarquia feudal”,¹³⁸² emaranhado de relações superpostas e de sentidos múltiplos entre senhores, o rei e coletividades urbanas ou rurais, em constante processo de adaptação e redefinição. Assimilações entre vassalagem e senhorio, ênfases diversas sobre aspectos jurídicos, econômicos ou políticos afetaram o sentido de ‘feudal’ na Europa,¹³⁸³ apenas um conceito historiográfico, segundo Jacques Flach:

“A feudalidade foi sempre considerada como um todo orgânico, como uma forma de governo que teria sucedido por longos séculos. Os historiadores esforçavam-se por descrever as engrenagens essenciais desse governo e depois mostrá-las em atividade. Para fazê-lo, foram buscar os seus documentos a todos os lados, a todas as épocas, desde o século IX até o século XV. Finalmente chegaram a um sistema jurídico muito completo, muito bem ordenado, que só tem um defeito: o de nunca ter existido.”¹³⁸⁴

Jacques Heers confirmou: “o feudalismo de tipo “clássico”, não alterado, é sem dúvida apenas um conceito.”¹³⁸⁵ Os ativistas políticos do século XVIII designaram, no entanto, a ‘feudalidade’¹³⁸⁶ como o inimigo a derrotar, em nome da Razão, das Luzes e dos Direitos Naturais. A Revolução Francesa a “destruiu”.¹³⁸⁷ Conceito forjado na ação política da época, ele

¹³⁷⁸ FOURQUIN, Guy, *Senhorio e feudalidade*. Op. cit., p. 13.

¹³⁷⁹ BARTHÉLÉMY, Dominique. *Nouvelle Histoire de la France médiévale*. Op. cit., p. 7.

¹³⁸⁰ Ibidem.

¹³⁸¹ DUBY, Georges. *Guerriers et paysans*. Op. cit. p. 184.

¹³⁸² Segundo o termo banalizado avalizado por Marc Bloch, e que Loyn recusa.

¹³⁸³ Ver GANSHOF, F.L. *Que é o Feudalismo?* Op. cit.; FOURQUIN, Guy. *Senhorio e feudalidade*. Op. cit., etc.

¹³⁸⁴ FLACH, Jacques, *Les origines de l'ancienne France* (1886-1917), tomo 2, p. 2, citado in GUERREAU, Alain, *O Feudalismo*. Op. cit., p. 61.

¹³⁸⁵ HEERS, Jacques. *História medieval*, Rio de Janeiro, Bertrand, 1991, p. 78.

¹³⁸⁶ Ver definição e etimologia em GANSHOF, F.L. *Que é o Feudalismo?* Op. cit., p. 149. LOYN, H.R., *Dicionário da Idade Média*, Rio de Janeiro, Zahar, [1990] 1991, p. 145. Montesquieu, um dos principais autores das Luzes que escreveu a esse respeito, usava a fórmula “direitos feudais”. *L'esprit des lois*, 1748.

¹³⁸⁷ O termo foi utilizado por um decreto da Assembléia Nacional votado na noite do 4 de agosto de 1789, data celebrada, na tradição cívica francesa republicana, com ênfase segunda apenas à tomada da Bastilha, outro símbolo odiado do Antigo Regime. Ver o texto In: SOBOUL, Albert. 1789, *L'An Un de la Liberté*. [3ª ed. rev.]. Paris: Ed.

foi assimilado à luta contra o despotismo (no caso, da monarquia absolutista); reivindicando a abolição de “*leis feudais*”,¹³⁸⁸ os revolucionários confundiram absolutismo e senhoriaisismo com feudalismo. Posteriormente, o percurso histórico do conceito continuou estreitamente ligado aos engajamentos políticos de seus usuários (inclusive no Brasil), geralmente no sentido de sua rejeição/condenação em nome do progresso. Qualquer instituição ou prática que lhe fosse associada era descartada por não satisfazer as exigências da nova sociedade emergente: capitalista, industrial, colonial.¹³⁸⁹

Marx e modo de produção feudal

“On a tant abusé du terme féodal qu’il a perdu toute signification.”
Jacques Gernet¹³⁹⁰

Para Marx, o papel da base econômica na formação social era fundamental, no caso, o modo de produção feudal correspondia realmente ao senhorio:

“A feudalidade seria muito menos uma forma de regime político do que um tipo de organização da economia e da sociedade, intercalando-se entre o escravismo antigo e o capitalismo.”¹³⁹¹

Ademais, seu estudo desse período estava guiado pela pesquisa de Marx a respeito da gênese do capitalismo. Nessa perspectiva, interessava-o, sobretudo, a transformação das relações de produção. A *Ideologia Alemã* definiu o modo de produção feudal como sendo baseado na

“propriedade feudal ou propriedade por ordens.(...) Bem como a propriedade da tribo e da comuna, esta baseia-se numa comunidade frente à qual não são mais os escravos, como no sistema antigo, mas os pequenos camponeses avassalados que constituem a classe diretamente produtora. (...) O traço mais característico da produção feudal em todos os países da Europa ocidental, é a divisão do solo entre o maior número possível de homens-lígos. O senhor feudal era como qualquer outro soberano; seu poder dependia menos da sua riqueza monetária do que do número de seus súditos, ou seja do número de camponeses estabelecidos nos seus domínios.” Mais adiante, ele acrescenta: “No apogeu do feudalismo, a divisão do trabalho era muito pouco desenvolvida (...) Na agricultura ela era tornada mais difícil pela exploração parcelada ao lado da qual se desenvolvia a indústria doméstica dos camponeses.”¹³⁹²

Ou seja, o feudalismo supunha grande número de unidades de produção, onde o elenco múltiplo de produtos, agrícolas ou artesanais eram fruto do trabalho da família camponesa. Essa base de produtores rurais, assentados nos seus direitos sobre a terra, era fundamental para a distinção entre esse modo de produção e o capitalista. A profunda diferença entre duas situações podia ser encoberta por similitudes aparentes: sobre o capital variável, ele escreveu:

Sociales, 1973, p. 212-13. “Como, então colocar em dúvida a realidade de um sistema social cuja ruína tinha custado tanto sofrimento” comenta Marc Bloch. *La société féodale*. Op. cit., p. 12.

¹³⁸⁸ Adversários do despotismo do Antigo Regime somavam suas condenações da feudalidade à voz de defensores do próprio regime absolutista, empenhados contra as veleidades de independência dos grandes senhores. Daí a univocidade da literatura, particularmente dos séculos XVII e XVIII na condenação.

¹³⁸⁹ ‘Feudalismo’, termo cunhado no século XIX, como tanto outros referentes à época medieval é contemporâneo do ‘modo de produção feudal’, na nomenclatura elaborada por Marx..

¹³⁹⁰ GERNET, Jacques. *Chine et christianisme. Action et réaction*. Paris: Gallimard, 1982, p. 55

¹³⁹¹ FOURQUIN, Guy. *Senhorio e feudalidade na Idade Média*. Op. cit., p. 13.

¹³⁹² MARX, K. e ENGELS, F. *L’idéologie allemande*. Op. cit., p. 74-76.

“Tomemos, por exemplo, um camponês sujeito à corvéia que, com seus meios de produção trabalha no seu campo três dias por semana e durante os três outros dias efetua a corvéia nas terras senhoriais. Seu fundo de manutenção, que ele reproduz constantemente para si próprio e do qual ele permanece como único possuidor, nunca toma, em relação a ele mesmo, a forma de um meio de pagamento antecipado. Em compensação, seu trabalho forçado e gratuito, nunca toma a forma de trabalho voluntário e pago. Suponhamos agora que seu campo, seu gado, suas sementes, em uma palavra seus meios de produção lhe sejam arrancados pelo senhor, a quem ele está doravante obrigado de vender seu trabalho. Todas as demais circunstâncias permanecendo iguais, ele trabalhará ainda seis dias por semana, três para seu próprio sustento e três para seu ex-senhor, do qual se tornou assalariado. Ele continua utilizando os mesmos meios de produção e a transmitir valor ao produto. Uma parte dessa entra, como dantes, na reprodução. Mas a partir do momento em que a servidão se converteu em assalariamento, o fundo de manutenção do antigo sujeito à corvéia, que esse trabalhador não deixa de reproduzir, toma de repente a forma de um capital que o antigo senhor adianta como pagamento.”¹³⁹³

No livro I do *Capital*, Marx afirmou, com precisão e nuances, que os servos eram “não apenas possuidores, tributários, é verdade, das parcelas que cercavam suas casas, mas também copossuidores dos bens comunais.”¹³⁹⁴ Ele lembrou a origem desta prática: “A propriedade comunal (...) era uma velha instituição germânica que permaneceu vigente no seio da sociedade feudal.”¹³⁹⁵ Ao despossuir os camponeses, o movimento das enclosures criou as bases sobre as quais o capitalismo se construiu, com procedimentos violentos, públicos e privados.

“A forma parlamentar do roubo cometido contra as comunas é aquela das “leis sobre o cercamento das terras comunais” (*Bills for inclosures of commons*). São, na realidade, decretos pelos quais os proprietários fundiários dão a si próprios bens comunais, decretos de desapropriação do povo.”¹³⁹⁶

Marx reafirmou a propriedade ou posse anterior dos camponeses sobre os meios de produção.

Os termos qualificando as ‘enclosures’ eram precisos: roubo, usurpação. Com o tom mordaz e irônico que utilizava como virtuoso, Marx descreveu:

“O último procedimento de alcance histórico que é utilizado para desapropriar os cultivadores se chama “clearing of estates”, literalmente: “*éclaircissement des biens-fonds*”. Em francês, se diz: “*éclaircir une forêt*”,¹³⁹⁷ mas “*éclaircir des biens-fonds*”, no sentido inglês não significa uma operação técnica de agronomia; é o conjunto dos atos de violência pelos quais se expulsa os agricultores e suas moradas, quando elas são situadas nas terras destinadas a passar para um regime de grande cultura ou de pastagem.”¹³⁹⁸

Essa etapa primordial do nascimento do capitalismo na Inglaterra, foi ‘reconhecida’ no Brasil por certos autores brasileiros. Na região canavieira de Pernambuco o “*avanço do capitalismo no campo*” comprovar-se-ia pela expulsão dos moradores dos engenhos para a ‘ponta-de-rua’, fenômeno paralelo às ‘enclosures’ inglesas, que encerraria e confirma a etapa anterior, suposta ‘feudal’.

¹³⁹³ MARX, Karl. *Le Capital*. Op. cit., p. 411. Marx continua, criticando o “economista burguês. Incapaz de distinguir a forma do fundo”.

¹³⁹⁴ Idem, p. 530.

¹³⁹⁵ Idem, p. 535.

¹³⁹⁶ MARX, Karl, *Le Capital*. Op. cit., p. 535-6.

¹³⁹⁷ Fazer cortes num arvoredor.

¹³⁹⁸ MARX, Karl, *Le Capital*. Op. cit., p. 538.

2.2.2. O conceito de feudalismo ou modo de produção feudal aplicado fora da Europa: “uma casa de arrumação”

“Uma vez adquirida a autoridade, é preciso ter um passado seguro e conveniente.”

J.H. Plumb¹³⁹⁹

A utilização de um modelo europeu (sujeito a uma grande variedade de entendimentos), para analisar sociedades não europeias é arriscado. Marc Bloch admitia a existência de fases feudais em várias sociedades não europeias. Entretanto, ele advertia contra a freqüente associação desse conceito de feudalidade com realidades histórica e geograficamente muito distintas da sociedade feudal europeia. Feudalidades egípcia, aquêia, chinesa etc., escreveu, “*tantas alianças de palavras*” deveriam inspirar “*discretas inquietações*” aos historiadores, “[j]á que, evidentemente, tantas sociedades separadas no tempo e no espaço, só receberam o nome de feudais em razão das suas similitudes, verdadeiras ou supostas, com a nossa feudalidade.”¹⁴⁰⁰

Le Goff alertou também sobre os perigos do uso do conceito de feudalismo, cuja

“*definição demasiado ampla, que coloque sob um mesmo rótulo realidades demasiado distantes no tempo e no espaço e que não dependam de sistemas históricos comparáveis - os pretensos feudalismos africanos, no fundo, não têm muita coisa a ver com o feudalismo europeu dos séculos IX e X*”.¹⁴⁰¹

Ponto de vista compartilhado por J. Simon que explana:

“*Um estágio sócio-econômico que abrange, juntamente, o Ruanda-Urundi de hoje e a França de 1788, a China de 1900 e a Inglaterra normanda corre o risco de perder qualquer caráter específico útil à análise.*”¹⁴⁰²

No mesmo sentido Eric Hobsbawm alertou para o perigo de utilizar o modo de produção feudal como uma “*casa de arrumação*”, na qual se colocaria todas as sociedades consideradas não-capitalistas ou pré-capitalistas.¹⁴⁰³ O estudo histórico desse uso revela também a razão política da denominação de dada sociedade como sendo feudal, entre outros a zona canavieira de Pernambuco, ou as relações de trabalho aí predominantes até o recente embalo do Proálcool.

Na aplicação do vocábulo ‘feudal’ a realidades não-europeias, é preciso selecionar os traços propriamente feudais (pertencendo geralmente apenas a um dos sistemas vassálico ou senhorial) que, compartilhados por ambas sociedades - a modelo e a qualificada - justificariam a apelação. A relevância das semelhanças, bem como a evacuação das diferenças e sua absorção numa dinâmica social que não devia perder de sua força para alcançar a fase subsequente de ‘superação’ do feudalismo. Um elemento complicador no exercício provinha da soma de conotações altamente negativas que qualquer coisa ‘feudal’ veiculava. Primeiro, na medida em que a seqüência dos modos de produção ou níveis de civilização (dependendo da nomenclatura

¹³⁹⁹ “The Death of the Past” citado por COHN, Bernard S., “A representação da autoridade na Índia vitoriana”. In HOBSBAWM, E. e RANGER T., *A invenção da tradição*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, p. 177.

¹⁴⁰⁰ BLOCH, Marc. *La société féodale*. Op. cit., p.603.

¹⁴⁰¹ LE GOFF, Jacques. “A história nova”. In LE GOFF, Jacques, *A História Nova*, Lisboa, Ed. 70, s.d., p. 55.

¹⁴⁰² SIMON, J. In: *Marxism Today*. June 1962, p.184. In: Gianni Sofri. *O modo de produção asiático*. Op. cit., p.144.

adotada) colocava automaticamente, os designados como feudais ‘antes’, isto é ‘abaixo’, em termos evolutivos, dos seus contemporâneos europeus. Na classificação estava embutida a idéia que tais povos/nações/civilizações, por alguma razão, não acompanharam a velocidade de ‘desenvolvimento’ dos europeus, e mesmo perderam eventual vantagem prévia no avanço civilizatório, a exemplo dos países islâmicos, da Índia e da China.¹⁴⁰³ Geralmente, os estudiosos que ensaiaram a aplicação dos conceitos de feudalismo e modo de produção feudal a países não europeus acompanharam a tradição dominante, julgando-os de forma depreciativa. Não sendo medievalistas, eles adotaram, de modo acrítico, uma tradição conceitual contra a qual os especialistas vêm se rebelando.¹⁴⁰⁵

No século XIX, os europeus, classificando seus congeneres, qualificaram de ‘feudal’ àqueles povos colonizados exibindo um grau de ‘civilização’ impossível de ser ignorado. Os povos das Américas e da África negra se adequavam suficientemente ao modelo do “selvagem” ou “primitivo” para que os colonizadores não sentissem necessidade de mais elaboradas justificativas à sua dominação. A solução ‘feudal’ era adequada para sociedades asiáticas, como a Índia e a China, de brilhante civilização, por muito tempo e sob muitos aspectos mais ‘adiantadas’ na escala evolucionista que a Europa. A conquista, dominação e exploração dessas sociedades pelos europeus necessitava de justificativa ‘histórica’. Numa época que revestia o ‘medieval’ de certo brilho, ilustrado por Sir Walter Scott, Richard Wagner, Victor Hugo ou Viollet Le Duc, adotou-se o feudalismo por ser uma etapa superada pela Europa que podia ser atribuída a povos dominados, sem risco de contradição, na lógica do evolucionismo cultural.

A classificação foi adotada pelas autoridades políticas coloniais nas encenações de seu poder.¹⁴⁰⁶

¹⁴⁰³ HOBBSBAWM, Eric, “Du féodalisme au capitalisme”. In DOBB, Maurice e SWEEZY Paul-M., *Du féodalisme au capitalisme*. Op. cit., p.10.

¹⁴⁰⁴ BARK, W. C., *Origens da Idade Média*. Op. cit., p. 86. Este autor tem o mérito de explicitar o que muitos outros deixam subentendido; a passagem da Antiguidade à Idade Média correspondeu, segundo Bark, a um retrocesso; mas esse era prenhe de futuros grandiosos que redimiriam, de certo modo, esse percalço medieval. “Degradação, sim. Mas o resultado final após um longo período de tempo não foi a degradação. Se os galhos mortos não tivessem sido cortados, teriam sido impossíveis os esforços e experiência que objetivavam a uma solução do problema social da humanidade mais satisfatória do que a apresentada pelo Império Romano. Um a um, experimentalmente, os militares, a Igreja, muito mais tarde a burguesia, e ainda mais tarde os trabalhadores, conseguiram um lugar de honra na estrutura social. Se essas tentativas não tivessem sido iniciadas no momento em que o foram, podemos dizer com segurança, a causa da liberdade e dignidade humana poderia ter sido muito retardada. Mil anos de Bizâncio produziram a extinção apenas. Mil anos de tentativas medievais produziram a Renascença, o Estado moderno e, em última análise, o mundo livre.” Idem, p. 96

¹⁴⁰⁵ “‘Medieval’ não serve apenas para designar uma época, para definir mais ou menos um contexto cronológico (...). Tornou-se uma injúria.(...) O medieval envergonha, abominação das desolações; e o “feudal”, seu cartão de visita para muitos, é ainda mais revoltante. Não se encontram bastante palavras novas para condenar estes tempos de “barbárie”, fechados ao progresso, tempos em que duras obrigações esmagavam, não tenham dúvidas, o melhor da natureza humana baixo uma laje de obscurantismo, de superstições.” HEERS, Jacques. *Le Moyen Age, une imposture*. Op. cit., p.13,15.

¹⁴⁰⁶ Bernard Cohn estudou a evolução desta “constituição simbólico-cultural” no caso da Índia sob domínio britânico nos séculos XVIII e XIX. A título de exemplo, Cohn analisa o Congresso imperial, homenagem ao vice-

“A teoria feudal abrangia a teoria representativa e a possibilidade de evolução da competência, uma vez que os britânicos haviam passado por uma etapa feudal histórica, e, em termos analíticos, o presente da Índia podia equiparar-se ao passado britânico. A organização política, a sociedade e a economia britânicas haviam evoluído a partir deste passado até chegar à forma moderna; daí teoricamente, a atual sociedade feudal da Índia poderia também evoluir até tornar-se num futuro distante, uma sociedade moderna.”¹⁴⁰⁷

Muitos autores marxistas¹⁴⁰⁸ distinguiram no mundo um pequeno núcleo capitalista (a Inglaterra, o Norte e Nordeste da França, o Oeste da Alemanha, partes dos Estados Unidos etc) num mundo esmagadoramente ‘feudal’ ou ‘semifeudal, semicolonial’, abarcando a Ásia, a África e até a América Latina. Adotada formalmente pelo IV Congresso da Internacional Comunista (1922), a tese do feudalismo¹⁴⁰⁹ tornou-se o guia teórico das organizações do movimento comunista internacional, inclusive no Brasil.¹⁴¹⁰ A tese feudal determinou alianças, estratégias de ação dos partidos comunistas, e dos sindicatos e movimentos de libertação nacional sob sua influência. As *Teses gerais sobre a questão do Oriente* rezam:

“A reivindicação de uma autonomia nacional e econômica arvorada pelo movimento nacionalista colonial é a expressão da necessidade de desenvolvimento burguês sentida por estes países. (...) O caráter retardatário das colônias se manifesta na diversidade dos movimentos nacionalistas revolucionários dirigidos contra o imperialismo e reflete os diversos níveis de transição entre as correlações feudais e feudais-patriarcais e o capitalismo.”¹⁴¹¹

Onde o capitalismo surgia, ele adotava “formas incompletas, transitórias e bastardas que deixam a preponderância sobretudo ao capital comercial usurário”, citando a China como exemplo. O objetivo da luta dos comunistas chineses, no caso, e de seus simpatizantes devia portanto ser a “ação das multidões camponesas” rumo à “supressão do feudalismo”.¹⁴¹² Em suma, nos países coloniais ou sob dominação imperialista, os comunistas deviam empenhar-se em promover uma revolução ‘democrática-burguesa’ para completar a fase capitalista ainda não plenamente realizada, já que estes países encontravam-se ainda num estágio transitório (mais ou menos avançado) entre o feudalismo e o capitalismo; redução esquemática e sumária da

rei britânico, para comemorar, em 1877, a promoção da rainha Vitória ao título de Imperatriz da Índia. 84.000 pessoas participaram do evento, entre Europeus e Indianos. Coerentemente com o modelo feudal, estes últimos foram “disfarçados” de ora de ‘vassalos’ – a aristocracia –, ora de ‘servos’ (os demais) para se inserirem numa nova rede simbólica que fizesse sentido – para os Europeus! – legitimando sua dominação sobre este país, recém firmada com a brutal supressão do levante de 1857-8. Soldados de elite indianos foram “vestidos com trajes ‘medievais’” trombeteiros no estilo medieval, conforme o ritual dos torneios de cavalaria, estavam a postos para saudar o vice-rei e seus convidados indianos, sucedidos, no âmbito musical, por uma execução de Tannhäuser! COHN, Bernard S., “A representação da autoridade na Índia vitoriana”. Op. cit., p. 176, 189, 208 e 210.

¹⁴⁰⁷ Idem, p. 176-77.

¹⁴⁰⁸ Apesar de suas boas intenções, pois esses povos pertenciam aos explorados. PERROT, D.e PREISWERK, R. *Ethnocentrisme et Histoire*. Op. cit., p.233.

¹⁴⁰⁹ Ou semifeudalismo semicolonialismo.

¹⁴¹⁰ Ver 2.3.1. A obra inovadora de Caio Prado Júnior.

¹⁴¹¹ *Manifestes, Thèses et Résolutions des Quatre Premiers Congrès Mondiaux de l'Internationale Communiste, 1919-1923*. Paris: Librairie du Travail 1934. Edition fac-similé. Paris: Maspéro, 1978, p.174.

¹⁴¹² Idem., p.175.

realidade extraordinariamente diversificada dos países contemplados, sem estudo prévio aprofundado da realidade,¹⁴¹³ que se tornou finalmente uma questão política.

Isso aparece claramente num outro âmbito geográfico - a China - seguindo nisso o ilustre exemplo de Caio Prado Júnior.¹⁴¹⁴ A distância tanto física quanto intelectual em relação a esse país favorece a crítica da aplicação do mesmo conceito de 'feudal' a uma realidade próxima, como as relações de 'morada' na zona canavieira, porém sem ter propósito comparativo.

Os chineses constavam dos povos não-europeus 'melhor' situados na escala progressionista oficial.¹⁴¹⁵ Inventaram a pólvora, a imprensa e o papel, a bússola, marcos da modernidade. No entanto, teriam ficado 'estagnados', por milênios, em algum ponto 'feudal' da escala evolucionista. A versão oficial da História na República Popular da China, a posição stalinista (em termos de periodização) nunca foi desmentida. O tratamento que a historiografia marxista chinesa aplicou ao passado de seu país, de longa e prestigiosa história,¹⁴¹⁶ constituiu um elemento importante, embora finalmente não determinante, da política. A absurdez flagrante da proposta 'feudal' para a China¹⁴¹⁷ pode ajudar a questionar-la quando aplicada ao Brasil.

A título de ilustração: a historiografia marxista chinesa

"A China não estagnou mais do que a Europa na sua história. As formações sociais que se sucederam aí não o cedam em nada às nossas, nem em complexidade, nem em diversidade. A China foi mais precoce que a Europa em muitas áreas e a influenciou, às vezes, de maneira importante. O isolamento milenar é outro mito que deve ser definitivamente descartado."

Jean François Billeter¹⁴¹⁸

A China, sobretudo desde Montesquieu, Voltaire e Diderot, teve um papel distinto na concepção ocidental da História, inclusive marxista.¹⁴¹⁹ Na época, a ciência ocidental dispunha

¹⁴¹³ Para Stalin não se devia confundir a "nação que é uma categoria histórica" e a "tribo que é uma categoria etnográfica" in *O Marxismo e a Questão Nacional*; além disto, as cinco etapas de 'civilização' são imprescindíveis. Inútil insistir sobre as conseqüências que essa visão teve sobre os povos não-russos na União Soviética. Ver René Galissot, "Nação e nacionalidade nos debates do movimento operário". Op. cit. particularmente p.245.

¹⁴¹⁴ PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. Op. cit., p. 173 et ss. particularmente.

¹⁴¹⁵ Apesar de recentes profundas transformações nesse campo, (Ver, por exemplo, o livro de Marshall Sahlins, *Ihas da História*. Op. cit.) a sociedade chinesa pareceria mais suscetível de desafiar a versão da 'história oficial', e a incapacidade (atávica) dos não-europeus de criarem matrizes históricas, pelo simples peso de seu passado de incomparável prestígio, do que, digamos, os bosquímanos do Kalahari, australianos de origem, ou, quem sabe, os canavieiros de Pernambuco.

¹⁴¹⁶ Deste modo, a discussão aqui proposta é limitada; ela não se detém a outras questões fundamentais de ordem teórica, como a própria adoção de métodos marxistas - tal o materialismo histórico ou o axioma segundo o qual a existência determina a consciência - considerados por certos autores chineses com impróprios ao estudo do pensamento e das regras sociais da sua civilização, sem mencionar outros aspectos a respeito da concepção da história como movimento. GOLDMAN, Merle. "The Role of History in Party Struggle 1962-64". In: *China Quarterly*, No 51, jul-sept. 1972, p.502 e MEISNER, M. "Li Ta-chao and the Chinese Communist Treatment of the Materialist Conception of History". In Feuerwerker, A., Ed. *History in Communist China*. Op. cit., p. 277.

¹⁴¹⁷ BILLETER, J.-F.. *Chine trois fois muette. Essai sur l'histoire contemporaine et la Chine*. Paris: Allia, 2000.

¹⁴¹⁸ BILLETER, Jean-François. "La campagne anti-confucianiste". In: *Critique*. N° 337, juin 1975, p. 566.

¹⁴¹⁹ Ver a esse respeito o brilhante estudo de Donald M. Lowe, *The function of "China" in Marx, Lenin, and Mao*, Berkley, Univ. of California Press, 1966.

de um conhecimento muito limitado dessa civilização e de sua longa história. O grande sinólogo Jacques Gernet mostrou que isto gerou

*“acusações repetidas de estagnação, de volta periódica ao estado anterior, de permanência das mesmas estruturas sociais e da mesma ideologia política [que] são apenas julgamentos de valor sobre uma história ainda desconhecida.”*¹⁴²⁰

Apesar dos esforços dos jesuítas, a riquíssima cultura do Império do Meio suscitou pouco interesse entre os pensadores ocidentais. Hegel¹⁴²¹ procurou conceitualizar a história chinesa simplificando ao absurdo um percurso extremamente diversificado: a China simplesmente não disporia de *“nenhum passado, nenhuma história”*. Ele a designou - pasmem! - como *“a negatividade do mundo”*. O sinólogo Jean-François Billeter explica a confusão dos eminentes expoentes das Luzes, muito preocupados com a universalidade dos conceitos que elaboravam:

*“É um grave erro de método querer caracterizar no seu conjunto e por toda a duração de sua existência o sistema imperial chinês, porque sistemas políticos são organismos vivos que se adaptam sem cessar às transformações sociais e econômicas quando não estão, por pouco tempo, em contradição com elas.”*¹⁴²²

O marxismo, nascido do quadro conceitual das Luzes, absorveu em parte os preconceitos de seu tempo. Embora tomasse posições inequívocas de solidariedade com o povo chinês vítima da agressão colonial, Marx tratou essencialmente da influência e imissão estrangeira na vida dessa nação e seu tratamento da sociedade chinesa foi apenas alusivo. Ele manifestou, no entanto, interesse por alguns traços específicos como o fato dela se apoiar *“sobre dois pilares - a agricultura parcelada ao máximo e a indústria artesanal doméstica”*. Ele se limitava a lamentar sua destruição.¹⁴²³ Marx e Engels evitaram mencionar um ‘feudalismo’ a respeito da China. Em lugar disto, eles utilizaram expressões como *“velho sistema”* ou *“sistema antigo”*.¹⁴²⁴ Seus seguidores não tiveram o mesmo recato. Cedendo aos preconceitos vigentes, ele evocou diversas vezes o suposto imobilismo (embora não ‘feudal’) dessa sociedade. Sobre da rebelião Taiping, ele disse: *“A China - este fóssil vivo - entrou em revolução”*.¹⁴²⁵ Essa convulsão social imensa, que abrangeu, durante mais de um decênio, a maior parte do território do império, era *“o produto de uma vida fossilizada”*.¹⁴²⁶ Frases de efeito, lançadas talvez, no estilo jornalístico, sem maiores considerações analíticas da história chinesa.

A crescente influência ocidental na China, na virada do século XIX-XX, teve também sua dimensão marxista donde resultou na denominação ‘feudal’ da maior parte de sua história.

¹⁴²⁰ GERNET, Jacques. *Le monde chinois*. Op. cit., p. 28.

¹⁴²¹ Acompanhando outros pensadores, entre os quais Condorcet e Herder. “Notas sobre o Curso de História Chinesa ministrado pelo Prof. Jean François Billeter”, Universidade de Genebra, 1974. Ranke não fica atrás.

¹⁴²² Idem, p. 25.

¹⁴²³ MARX, Karl. *La Chine*. Op. cit., p. 334, 406, 412.

¹⁴²⁴ Idem, p. 437-8, 439.

¹⁴²⁵ Idem, p. 423.

¹⁴²⁶ Idem, p. 427.

O primeiro passo consistiu em romper com a visão tradicional da historiografia chinesa clássica.¹⁴²⁷ As massas camponesas, colocadas em alto escalão de prestígio na concepção tradicional do mundo, tinham um papel de árbitro e ator essencial no movimento cíclico. Inspirados em modelos ocidentais, pensadores chineses modernos propuseram uma visão marxista do passado chinês.¹⁴²⁸ Seguindo a orientação do Comintern, interpretaram os cinco mil anos de história chinesa de acordo com a sucessão universal em cinco estágios. Admitia-se apenas peculiaridades.¹⁴²⁹ A fase feudal causou mais reticências e dúvidas do que debates. Um consenso historiográfico-político lhe dedicou uma duração de vinte séculos, a época de “estagnação do sistema feudal”.¹⁴³⁰

*“A dificuldade com esses mil e tantos anos é que não lhes é permitido exibir a menor mudança ou avanço no desenvolvimento social do povo chinês. Isto é inquietante. Como é possível que o povo chinês mude tão mais devagar que os povos ocidentais? Por que o ‘feudalismo’ estava tão enraizado que, apesar de convulsões dinásticas repetidas, invasões estrangeiras e períodos de anarquia, era sempre possível restabelecer suas instituições particulares e permanecer por um período mais de três vezes superior a sua contrapartida européia.”*¹⁴³¹

Segundo o modelo político, “‘feudalismo’ significava essencialmente uma economia de grandes proprietários fundiários na qual a mão-de-obra servil era a forma dominante de agricultura”.¹⁴³² Sinólogos recusaram-se a tentar a façanha de “jogar a história chinesa numa moldura tão rígida e ainda conseguir tirar daí algum sentido.” Com uma ironia que mal escondia a gravidade do assunto, Fitzgerald perguntou como se poderia compactar mais de 1.000, talvez 1.500 ou até 2.000 anos da história chinesa sob um vocábulo importado: ‘feudal’.

“Não é permitido ao historiador comunista concluir muita coisa do fato que o primeiro período deste milênio e meio, a dinastia Han, era um império centralizado, que foi seguido por 400 anos completos de divisão e constante guerra interna de destruição, que deu lugar a um segundo e mais longo império

¹⁴²⁷ A ascensão, o auge e a queda das dinastias constituíam os elementos essenciais, avaliados em função de padrões de ordem moral, segundo a tradição confucionista: a legitimidade do poder era resumida no chamado ‘mandato do céu’, ou seja, a capacidade dos governantes em manterem a harmonia dentro do corpo social de acordo com os preceitos do confucionismo. Uma dinastia decadente podia perdê-lo por incompetência e corrupção; a sanção se manifestando através de rebeliões camponesas. A revolta popular era considerada legítima, neste caso. Vitoriosos, os rebeldes instalavam uma nova dinastia no poder, restabelecendo a harmonia social até que o ciclo se completasse, com nova fase de decadência e novas rebeliões. CHESNEAUX, J. *China - A revolta dos camponeses*. Lisboa: Ulissea, s.d., p. 8.

¹⁴²⁸ Maurice Meisner nota maliciosamente: “*Que o estudo da história devia servir objetivos políticos, era uma convicção que o primeiro historiador marxista da China moderna compartilhava com seus predecessores confucionistas.*” MEISNER Maurice. “Li Ta-chao and the Chinese Communist Treatment of the Materialist Conception of History”. Op. cit., p. 279.

¹⁴²⁹ O comunismo primitivo seria identificado no período Chang-Yin (- 1500 a - 1100), ou na época anterior a este. A fase escravista se revelou de reconhecimento incerto, concentrando as divergências entre autores chineses. Kuo Mo-jo, um dos maiores historiadores chineses, defendeu periodizações que variaram; no início de sua carreira ele escreveu que o período Shang representava o comunismo primitivo; mais tarde ele o integrou no estágio escravista! FEUERWERKER A. “China’s History in Marxian Dress”. Op. cit., p. 28-30.

¹⁴³⁰ Iniciada após a era dos Reinos combatentes (-480 a -222), ou seja, com a ascensão da dinastia Han, perduraria até o século XX. Idem, p. 15.

¹⁴³¹ FITZGERALD C.P., “The Chinese Middle Ages in Communist Historiography”. In FEUERWERKER A., *History in Communist China*. Op. cit., p. 125.

¹⁴³² FEUERWERKER, Albert, “China’s History in Marxian Dress”. Op. cit., p. 30.

centralizado, primeiro fundado pelos Sui e T'ang, continuando com Sung, Yuan, Ming, até o fim dos Ch'ing (Mandchus) em 1912.”¹⁴³³

Alternativa ao ‘feudalismo’, o modo de produção asiático,¹⁴³⁴ aventado como possibilidade¹⁴³⁵ pelo próprio Marx, fornecia uma alternativa não-européia ao estágio feudal. Ele oferecia bastante flexibilidade nos traços principais, admitindo um Estado forte e atuante, o que era compatível com a História Chinesa, mas contrário frontalmente ao conceito de feudalidade definida à moda européia. Contudo, essa solução teórica foi sempre recusada e condenada pela instâncias superiores do PCC. Elas argumentavam que o Modo de Produção Asiático seria estreitamente associado a uma noção de estagnação ‘asiática’ irremediável cuja resolução era imprecisa e duvidosa, frente ao dinamismo seguro da teoria oficial dos cinco estágios.

O principal obstáculo para obedecer ao modelo ‘feudal’ importado era a própria riqueza da matéria histórica tratada. Os maiores historiadores chineses foram forçados a acrobacias intelectuais para elaborar uma fiel reconstituição de sua complexidade e diversidade, sem desafiar a doutrina das etapas préforjadas – no caso uma só. Fan Wen-lan, um dos autores que mais se esforçaram em preservar a originalidade da história chinesa dentro do quadro marxista oficial, definiu o feudalismo chinês da seguinte maneira:

*“O feudalismo chinês diferia do feudalismo europeu na medida em que ele permitia a livre alienação da terra, permitia um certo grau de mobilidade social e era caracterizado pela fusão dos proprietários fundiários e comerciantes.”*¹⁴³⁶

Distante da definição de Marc Bloch¹⁴³⁷ e seus discípulos, também o é daquela de Marx, sobretudo no que diz respeito à propriedade, dimensão cardeal no pensamento marxista. Ademais, não deixa de surpreender a aceitação por historiadores de um modelo europeu **posterior** ao período chinês considerado.¹⁴³⁸ A propriedade da terra em mãos camponesas e a

¹⁴³³ Idem, p. 124.

¹⁴³⁴ TÖKEI, Ferenc. *Zur Frage der asiatischen Produktionsweise*. [1965] Berlin: Luchterhand, 1969. VOGEL, Ulrich. *Zur Theorie der chinesischen Revolution. Die asiatische Produktionsweise und ihre Zersetzung durch den Imperialismus*. Frankfurt: Athenäum, 1974. SOFRI, Gianni. *O Modo de Produção Asiático*. Op. cit. Marx havia alertado contra o erro de aplicar automaticamente o conceito de modo de produção feudal a muitas realidades não-européias. Ver a esse respeito KRADER, L. “Evolução, Revolução e Estado. Marx e o pensamento etnológico”. In: HOBSBAWM E. Ed. *História do Marxismo*. Vol I. Op. cit., p.290-291.

¹⁴³⁵ Embora de encaixe impreciso: seqüência, alternativa ou apenas parcial.

¹⁴³⁶ FITZGERALD C.P., “The Chinese Middle Ages in Communist Historiography”. In: FEUERWERKER A., *History in Communist China*. Op. cit., p. 124.

¹⁴³⁷ Ver 2.2.1. Consulta à historiografia medievalista a respeito da opção feudal para definir a ‘morada’: “*Que é o feudalismo?*”

¹⁴³⁸ Começando em 222 AC, este tem uma precedência cronológica de pelo menos nove séculos sobre o seu ‘equivalente’ europeu. Além disso, de acordo com os próprios parâmetros europeus definindo aquilo que é ‘civilizado’ ou ‘avançado’, o brilho de suas realizações seria amplamente suficiente para suplantar seu ‘rival’!

potência inigualada do Estado¹⁴³⁹ eram os traços mais difíceis de conciliar com o modelo. Elaborou-se paralelos, tentou-se adaptações.

*“A sociedade rural chinesa não está organizada em função dos grandes domínios senhoriais.(...) Mas a textura profunda da sociedade é a mesma; justifica-se qualificá-la como feudal no sentido lato do termo, mesmo não existindo alguns aspectos característicos do feudalismo ocidental (os servos ligados à terra, por exemplo).”*¹⁴⁴⁰

O modelo fez entrar a longa história da China na classificação mundial, mas reduzira sua capacidade para expressar a sua originalidade. Mao Zedong e os historiadores usavam a

*“palavra ‘feudal’ sem qualquer significação precisa. Ela tem simplesmente o sentido de ‘reacionário’ e designa tudo que se refere à propriedade da terra; algo similar ao francês ‘hobereau’ ou ao alemão ‘junker’.”*¹⁴⁴¹

Mao Zedong manteve a versão oficial de um enorme período ‘feudal’. No campo teórico, ele manifestou algo de tristemente conformado, ou mesmo certa mal contida impaciência.

*“Embora a China seja uma grande nação, embora tenha um imenso território, uma população numerosa, uma história milenar, ricas tradições revolucionárias e uma notável herança histórica, ela entrou, após passar pelo regime escravista, para o feudalismo, num longo período de desenvolvimento em velocidade reduzida nos planos econômico, político e cultural. A partir dos Chou e Tsin, o regime feudal durou em torno de 3.000 anos.”*¹⁴⁴²

O debate no partido comunista permaneceu severamente contido, na medida em que, na tradição política chinesa, o passado joga um papel intenso nos embates presentes.¹⁴⁴³ Durante dois milênios, então, o motor da história, a luta de classes, manifestara-se pelo confronto, mais ou menos violento, entre proprietários fundiários e camponeses, as duas classes antagônicas. A historiografia marxista chinesa lhe dedicou cuidadosa atenção.¹⁴⁴⁴ Os historiadores chineses hesitaram, no entanto, a qualificar exatamente o papel do campesinato. A dificuldade provinha de certo desprezo e desconfiança que o envolviam na tradição marxista. Pois, a derrota do feudalismo europeu viera (oficialmente) das cidades. A classe rurícola, julgada conservadora por

¹⁴³⁹ O grande sinólogo marxista Jean Chesneaux acompanhando outro grande sinólogo, Joseph Needham, propôs a apelação de “feudalismo burocrático”, aplicada à estrutura social chinesa “herdada da sociedade ‘asiática’”, numa tentativa para encontrar uma denominação que desse conta do imponente papel – inconciliável na versão clássica fragmentária do feudalismo - do “todo poderoso” Estado centralizado chinês.

¹⁴⁴⁰ CHESNEAUX, Jean. *China - A revolta dos camponeses*. Op. cit., p. 19.

¹⁴⁴¹ SOFRI, Gianni, “O problema da revolução socialista nos países atrasados”. Op. cit., p.366.

¹⁴⁴² MAO Tse Tung. “La révolution chinoise et le parti communiste chinois”. In: *Oeuvres Choisies*. Vol. II. Pékin: Editions en Langues Étrangères, 1967, p. 327.

¹⁴⁴³ Merle Goldman relatou a polêmica entre dois grandes historiadores chineses: Kuo Mo-jo representando a postura oficial dita de ‘luta de classes’, e Fan We-Lan, desejoso de resgatar a originalidade irredutível da experiência histórica chinesa; às vezes, esse último usa de argumentos que lembram aqueles dos defensores do modo de produção asiático, também conduzidos por essa preocupação. GOLDMAN, Merle. “The Role of History in Party Struggle 1962-64”. In: *China Quarterly*. No 51, jul.sept. 1972, p.500.

¹⁴⁴⁴ Na concepção chinesa da história, quando vitoriosas, elas provocavam o fim de uma dinastia e a instalação de uma nova, cuja tarefa prioritária era reunificar e pacificar o país, além de garantir conquistas aos promotores da mudança, as massas rurais, com redistribuição de terras. GERNET, Jacques. *Le monde chinois*. Op. cit.

essência e limitada nos seus anseios, fora considerada incapaz de desempenhar um papel revolucionário, transformador da sociedade por iniciativa própria.¹⁴⁴⁵

A China fora definida como semifeudal semicolonial a partir da intervenção estrangeira nas Guerras do Ópio. A segunda parte da qualificação era a concessão feita às modificações profundas causadas pela ação das grandes potências ocidentais e do Japão no país.¹⁴⁴⁶ A primeira confirmava a função revolucionária atribuída à burguesia, classe-mestre do capitalismo. Ela estaria destinada inelutavelmente a promover uma revolução para livrar-se dos empecilhos feudais a sua ascensão socio-econômica e política. Para um país do mundo colonial ou neocolonial, a identificação de tal classe apresentava dificuldades em razão do peso esmagador do chamado feudalismo e da presença do capitalismo estrangeiro. O mesmo dilema perpassou a historiografia brasileira, ansiosa por modernidade urbana, industrial, burguesa. Questionava-se a competência histórica de países, povos, nações, ‘raças’, mas não a propriedade do modelo e da transferência de conceitos.

No caso da China, o dilema consistia em decidir do grau mais ou menos autônomo, isto é, autóctone do surgimento e portanto da capacidade revolucionária da dita burguesia, dada sua gênese hipotética e potencialmente independente da intervenção colonial, que lhe garantiria essa competência histórica. Despojava, consequentemente, o campesinato da mesma. A tradição marxista, na sua versão maoista, defendia que a China ‘feudal’, como sua equivalente européia, teria dado lugar, eventualmente e de modo autônomo, à fase capitalista de desenvolvimento da sociedade chinesa pelas mãos de uma burguesia aborígina.

*“Como a sociedade feudal na China desenvolveria sua economia mercantil e, desta forma, carregaria dentro dela mesma o embrião de capitalismo, a China ter-se-ia transformado lentamente numa sociedade capitalista, não fosse pela influência do capitalismo estrangeiro.”*¹⁴⁴⁷

A intervenção desse último e de seu aliado chinês (a burguesia dita ‘compradora’) constituiriam apenas um percalço da história, não uma origem. Desse modo, o ‘feudalismo’ chinês, apesar de sua imensa duração,¹⁴⁴⁸ fora absolvido da conotação de ‘estagnação’,¹⁴⁴⁹ termo altamente negativo numa concepção da história como movimento. O período ‘feudal’ tão extraordinariamente prolongado já fora interpretado de forma racista. A hipótese do capitalismo vindo ‘de fora’, imposto pelos estrangeiros, colocaria o caráter nacional chinês numa situação

¹⁴⁴⁵ Ver, por exemplo, CRISENOY, Chantal de. *Lénine face aux moujiks*. Paris: Seuil, 1978. LINHART, Robert. *Lenine, os camponeses e Taylor*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1977.

¹⁴⁴⁶ SPENCE, Jonathan, *Em Busca Da China Moderna. Quatro séculos de história*. São Paulo: Cia das Letras, 1996. EPSTEIN, Israel. *From Opium War to Liberation*. [1956]. Hong Kong: Joint Publishing Co, 1980

¹⁴⁴⁷ FEUERWERKER, Albert, “China’s History in Marxian Dress”. Op. cit., p. 18.

¹⁴⁴⁸ Mais de dois mil anos.

¹⁴⁴⁹ Essa foi a razão principal da rejeição do Modo de Produção Asiático pelo Comité Central do PCC em 1928. O debate, no entanto, permaneceu em torno da data de aparição dos primeiros sinais de capitalismo e de quais seriam

inferiorizante intolerável. A honra nacional, via interpretação da história (de muito peso na cultura chinesa) fora resgatada, garantindo ao corpo social chinês uma capacidade no devir histórico ‘igual’ àquela de seus rivais da península européia.¹⁴⁵⁰

Na prática da luta, no entanto, numa China predominantemente rural, o papel principal seria do campesinato, ao menos durante a fase de luta armada que precisava de efetivos numerosos. Porém, a liderança do movimento havia de ser proletária. A despeito dos milhões de camponeses empenhados na luta revolucionária armada, a concepção foi mantida.¹⁴⁵¹ Ínfima em termos numéricos e negligenciável em termos concretos de orientação e competência bélica, a presença operária justificava a liderança teoricamente indispensável do proletariado para a massa camponesa. Mao enfrentou dura resistência, em vários momentos no PCC, para convencer seus correligionários do papel importante dos camponeses. Membros importantes da direção permaneciam fieis à concepção clássica que considerava os camponeses como massa de manobra, sem potencial revolucionário próprio. Como a longa história chinesa o ‘comprovara’ abundantemente, afirmara a linha oficial, eles não poderiam produzir mais do que ‘*jacqueries*’,¹⁴⁵² impotentes a promover mudanças de sociedade, apesar de sua violência e força. Como no Brasil, a ruralidade do país o condenava a certa esterilidade em termos históricos.

Dócil na interpretação do passado, a direção maoista definiu uma estratégia de luta que mobilizava a massa e capacidade de luta dos camponeses, como respondia a suas reivindicações específicas, sempre acomodadas à nomenclatura ortodoxa. Seu esforço para colocar “*a História chinesa numa roupagem marxista*”, segundo a expressão de Feuerwerker,¹⁴⁵³ teve implicações concretas em termos de aliança de classes para o PCC. Chiang Kai-shek, dirigente da ala conservadora do partido nacionalista e inimigo impiedoso de todos os movimentos de esquerda, foi identificado¹⁴⁵⁴ como representante da classe burguesa capitalista no seu aspecto

esses; geralmente situados antes das Guerras do Ópio (início da intervenção capitalista estrangeira) e, às vezes, tão precocemente quanto o fim da dinastia Ming (XVII).

¹⁴⁵⁰ O fundador do PCC, Li Da-zhao, sinalizou mesmo um devir planetário para as forças revolucionárias chinesas: “Infelizmente o mundo atual é um mundo de ladrões.(...) A razão pela qual o Japão pode agredir o mundo é porque o mundo atual está ainda dominado por ladrões. Não são apenas esses [os Japoneses] que tomaram a província de Shantung que são nossos inimigos. Todos os grupos e atividades envolvidos nesses roubos são nossos inimigos. Se nós, como nação, carecemos a determinação, se nos faltar o espírito para reformar o mundo no sentido de acabar com esse mundo entregue aos ladrões, (...) não teremos realizado nada. Façamos o juramento (...) de reconstruir esse mundo entregue aos ladrões.” Citado in FRIEDMAN, Edward, “Maoist conceptualizations of the capitalist system” In: HOPKINS, T. K. & WALLERSTEIN, I. *Processes of the World System*. Op. cit., p. 186.

¹⁴⁵¹ Recrutas de origem (profissional) operária ou urbana como os ferroviários, eram sempre procurados para servirem de quadros no exército vermelho. SMEDLEY, Agnes. *La longue marche. Mémoires du maréchal Zhu De*. Paris: Richelieu, 1969.

¹⁴⁵² Ou seja, revoltas populares rurais “limitadas”, como as da região da Picardia na França de 1358.

¹⁴⁵³ Título do artigo que ele assinou na coletânea por ele organizada: FEUERWERKER A., *History in Communist China*. Op. cit., p. 14-44.

¹⁴⁵⁴ Sob as indicações de Stalin, durante o incidente de Xian, em 1936.

revolucionário. Ele passou, após um decênio de guerra civil,¹⁴⁵⁵ a ser tratado pelos comunistas como o grande aliado, inclusive no plano militar, contra o Japão. Essa aliança, embora de condução difícil, foi justificada pelo caráter ‘feudal’ da sociedade chinesa.¹⁴⁵⁶ A necessidade de uma ampla união nacional frente ao invasor estrangeiro recebia assim uma fundamentação adequada em termos de aliança de classes. Mantinham-se as etapas oficiais de desenvolvimento da sociedade chinesa, promovendo a classe capitalista em virtude de seu caráter revolucionário num contexto ‘feudal’. Após a rendição nipônica, uma nova guerra civil (1946-49) eclodiu contra Chiang Kai-shek, desta vez nitidamente ‘classista’ e retomando a reforma agrária radical,¹⁴⁵⁷ que resultou na conquista do poder pelo PCC. Sem pular etapas, numa fidelidade teórica absoluta, a China assegurava assim sua conformidade à histórica universal, embora devesse esse sucesso à guerra revolucionária camponesa. Vencidas todas as etapas do percurso, o país podia inovar na construção do socialismo.

O ‘feudalismo’ chinês e sua função política ilustram aqui, por um lado, a dificuldade de interpretar qualquer realidade de forma dogmática, particularmente na aplicação de modelos oriundos da Europa à outras regiões geográficas, assim como as profundas ligações entre a escolha de dada interpretação teórica e opções de atuação política (até militar, como no caso chinês) concreta. Isso se verificou também no Brasil e na zona canavieira de Pernambuco, em termos da construção de uma estratégia de luta de classes pelo Partido Comunista Brasileiro e as organizações de massas que lhe eram ligadas, particularmente parte dos sindicatos de trabalhadores rurais. A crítica de membros eminentes desse partido e grandes intelectuais como Caio Prado Júnior (sobretudo após a derrota dos movimentos populares, inclusive rural, às mãos dos golpistas de 1964) foi veemente contra a proposta ‘feudal’ para o Brasil. A qualificação das relações de trabalho vigentes nos canaviais de Pernambuco e a questão da Reforma Agrária eram centrais nesses debates.

2.2.3. A tese feudal no Brasil explicando a ‘morada’ e defendendo sua extinção

A escolha de ancestrais adequados ao futuro da nação ocupou tanto a opinião pública brasileira quanto os historiadores. Até hoje, ela continua seguindo a linha eurocentrada, inclusive em dimensões extremadas, como a procura de antepassados norte-europeus,

¹⁴⁵⁵ Na qual o líder do Guomindang beneficiou-se do apoio da Alemanha nazista e dos círculos interlopes da finanças portuárias (entre os quais havia se casado).

¹⁴⁵⁶ Aliás semifeudal, semicolonial segundo a nomenclatura oficial. Caracterizar as forças em torno de Chiang Kai-shek de “capitalismo nacional” foi bastante controverso, visto suas estreitas ligações, inclusive familiares com interesses ocidentais, particularmente norte-americanos, qualificando-o para o outro tipo de capitalismo: comprador.

¹⁴⁵⁷ Que fora suspensa com a conclusão da aliança anti-japonesa; na prática, essa aliança era sobretudo nacionalista, os comunistas aceitando a contribuição de elementos classificados como “feudais” que se manifestavam dispostos a lutar contra as forças de ocupação; pedia-se apenas alguma moderação na manutenção das antigas relações, limitando os aluguéis da terra e taxa de juros. A Reforma Agrária foi retomada em 1947, amplamente ‘anti-feudal’

supostamente mais distintos (eugênicamente?) que seus vizinhos ibéricos.¹⁴⁵⁸ Uma vertente enobrecedora do passado brasileiro, que a literatura nordestina explora há muito tempo, é o “medieval”.¹⁴⁵⁹ Essas linhagens escolhidas, culturais no sentido amplo, remetem a um passado europeu devido aos portugueses, expresso em histórias, costumes, normas de comportamento etc. A interpretação da história do Brasil nas estruturas sociais e legais, remete a esse arcabouço referencial de maneira tida por tão óbvia que dispensa justificativa ou nuances. Talvez tornou-se assim mais fácil a designação das relações de trabalho nos canaviais de Pernambuco, como sendo feudais¹⁴⁶⁰ ou semif feudais.

Breve marco histórico a respeito da idéia ‘feudal’ na historiografia brasileira

“Aqui Nabuco defendeu com sua grande voz a causa dos escravos pretos e acusou os escravocratas feudais de todas as cores de explorarem seus semelhantes”

Gilberto Freyre¹⁴⁶¹

Autores¹⁴⁶² podem ser alusivos, pois existe uma teorização dominante do passado brasileiro para apoiar suas análises: a tese feudal. Revisando o elenco das soluções propostas, ela é, sem dúvida, uma das mais antigas e persistentes. Mais exatamente, o modo de produção feudal foi utilizado pelos autores marxistas aqui evocados.¹⁴⁶³ O debate propriamente acadêmico já ofereceu várias outras soluções para qualificar esse passado. Mas a versão feudal da história foi tão poderosa que perpassa pelo menos alusivamente manuais, material didático etc. Ela adquiriu algo como uma vida própria, continuando seu percurso¹⁴⁶⁴ por força de inércia. Obviamente, são opções interpretativas sujeitas a decisões individuais absoluta e rigorosamente respeitáveis. Mas, sua permanência mesma em ambientes “esclarecidos”,¹⁴⁶⁵ mostra que inexiste

na sua realização, sendo os grandes proprietários e usuários os alvos principais. Ver o magnífico relato de William Hinton. *Fanshen, A Documentary of Revolution in a Chinese Village*. Harmondsworth: Penguin, 1972.

¹⁴⁵⁸ Entre as soluções mais em voga no Recife, a moda holandesa é cultivada de exposição em visita oficial. Porém, o episódio batavo, minúsculo, comparado à imensidão da herança africana deliberadamente marginalizada, só pode alimentar ambições europeizantes retrospectivas, fadadas à nostalgia de algo que não aconteceu - o que não é um dos menores paradoxos do exercício pseudo-genealógico atual.

¹⁴⁵⁹ III. 1. A visão da morada na obra de José Lins do Rego e de Gilberto Freyre. III.1.2. As relações de trabalho na zona canavieira, segundo Gilberto Freyre.

¹⁴⁶⁰ Serviu também de arma política em contendas que diziam respeito a empresários na zona canavieira de Pernambuco, como foi o caso da polêmica entre Costa Azevedo e Agamenon Magalhães, na longa série de artigos e respostas: “Catende, um feudo”. *Folha da Manhã*, 15.5.45. Interessante é também o fato de que a polícia os tenha recolhido. SSP 806 A.

¹⁴⁶¹ Discurso proferido no Teatro Santa Isabel. DP 23.11.1945.

¹⁴⁶² Como Lygia Sigaud e Pedro Eugênio Cabral, ver III. 2. 5. A ‘morada’ como ‘dádiva’.

¹⁴⁶³ III. 2. 2. A Tese Feudal. 2.2.1. “Que é o feudalismo?”.

¹⁴⁶⁴ Em fevereiro de 2003, um ex-aluno familiar da sociedade feudal, no seu tratamento historiográfico atualizado e devidamente alertado contra os perigos da transferência de conceitos, compartilhou comigo seu projeto em andamento de redigir uma cartilha didática para os integrantes do MST, fazendo um apanhado da história dos trabalhadores: após a escravidão, viria a servidão, em traços inclusive típicos do Nordeste, como a “condição” e o “cambão”. Demonstração de que certos conceitos têm vida longa... com as melhores intenções.

¹⁴⁶⁵ O termo “feudal”, aplicado às plantações. In: SCHEPER-HUGHES, Nancy. *Death without weeping. The violence of everyday life in Brazil*. Berkley: Univ. of California Press, 1992, p.19. Ela retoma a temática mais

evolucionismo no campo teórico. A tese feudal, ou seus avatares, continuam afirmando sua presença. Ocorre talvez que a crítica da tese feudal, abundante e convincente, sob a pena de autoridades tão ilustres quanto Caio Prado, Stuart Schwarz ou Moacir Palmeira, não responda exatamente a todas as dimensões dessa interpretação do passado histórico brasileiro que é, também, pelos padrões vigentes, uma escolha de ancestrais ‘feudais’ ou ‘medievais’ aparentemente necessários e, talvez, desejáveis por razões que restam a estudar.¹⁴⁶⁶

Os ancestrais da tese feudal no Brasil

Como o propósito do presente capítulo se limita aos autores marxistas, faltam entre os mais eminentes e os mais influentes: Francisco José Oliveira Vianna. Seguidor inveterado de Nina Rodrigues quanto às preocupações eugênicas, redigiu, nessa perspectiva, o comentário aos resultados publicados do Censo de 1920,¹⁴⁶⁷ texto reeditado até 1956.¹⁴⁶⁸ A importância incontestada desse autor no panorama brasileiro se deve, em particular, às suas atribuições oficiais, orientando as políticas públicas do País e, portanto, assegurando difusão maior às suas conclusões que muitos outros estudiosos apenas acadêmicos. Talvez seja importante enfatizar esse aspecto do que poderia ser chamado de “eco” de uma obra, seja ela científica ou literária, na medida em que ele define o impacto que tais idéias teriam sobre a constituição da memória coletiva, sobretudo para a parte literata do corpo social. As sucessivas reedições, inclusive por editora não-estatal, o poderiam indicar. Se nos anos 20 as teses eugênicas estavam amplamente em voga nos meios acadêmicos e políticos, é mais difícil entender sua reiterada divulgação nos anos 50, após o Tribunal de Nuremberg e a morte do autor.¹⁴⁶⁹

Oliveira Vianna usou muito pouco a palavra ‘feudal’. Em contrapartida, ele defendeu com todas as armas da retórica, a grandeza do latifúndio: “Nós, desde o início, temos sido, ao envez disso, um povo de latifundiários (...) Todo o longo período colonial é um período de esplendor e glória da grande propriedade territorial. Então só ella apparece e pompeia; só ella crê e domina: toda a trama da nossa historia ella é que fia e entretece, extende e recama, durante esses trezentos annos fecundos e gloriosos.”¹⁴⁷⁰ Esse autor não descreveu a sociedade colonial social ou economicamente como ‘feudal’, embora usasse esse qualificativo para algumas características da mentalidade – diríamos hoje – das elites colonizadoras. Ele tomou o cuidado de enfatizar, ao contrário, a originalidade da formação social brasileira, de seu sistema de governo etc. Defendendo o latifúndio, atribuindo qualidades eugênicas “superiores” aos seus detentores – por meio do que Duby chamaria de “acrobatia retórica em ponta de agulha”,¹⁴⁷¹ – ele forneceu uma perfeita definição do senhorio que, em nenhum momento, chamou de feudal. Em oposição, ele sublinhou aspectos inovadores da vida na colônia, seja de organização institucional e política, seja econômica, com as modernidades do engenho, “essa invenção”.¹⁴⁷² As raras ocorrências da palavra ‘feudal’ (notei três em toda a obra) são marginais ou referenciais; sua definição do termo parece se restringir

adiante, p. 87, apoiada não apenas em Gilberto Freyre, como em Roberto da Matta: “the tensions involved in the “double ethic” of a modern individualism versus a feudal and familistic personalism in Brazil have not really been resolved.(...) In addition, however, to the tensions between casa and rua, which I reinterpret here in ore class-based as the conflict between old and new wealth and between feudalism and capitalism.” p. 87-88. Ao longo do livro, a designação volta sem justificativa (p. 259), alternando com “semifeudal” (p. 182), tampouco definido.

¹⁴⁶⁶ Prova disso é tanto o sucesso do empreendimento Instituto Ricardo Brennand, quanto dos RPGs, favoritos de alunos das áreas “duras”, que privilegiam cavaleiros com armaduras, castelos etc., ou ainda o espaço de jogo para crianças doentes no Hospital Oswaldo Cruz, que tem precisamente a forma de um castelo medieval.

¹⁴⁶⁷ VIANNA, F.J. Oliveira. “O povo brasileiro e sua evolução”. In: *Recenseamento de 1920*. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1922, p.279-400.

¹⁴⁶⁸ VIANNA, José Francisco. Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1938. Reedição: Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

¹⁴⁶⁹ A 4ª edição dessa obra data de 1956, 5 anos após o falecimento de Oliveira Vianna.

¹⁴⁷⁰ VIANNA, F. J. Oliveira. “O povo brasileiro e sua evolução”. In: *Recenseamento de 1920*. Op. cit., p. 282.

¹⁴⁷¹ Termo usado no vídeo “O tempo das catedrais”, a respeito da façanha de Tomás de Aquino em combinar o dogma cristão com Aristóteles. No caso, Oliveira Vianna define como ancestrais étnicos dos colonizadores, suevos, godos e outros germanos, que chegaram à península ibérica no século V da nossa era. Essa temática parece ter tido um eco suficiente para ser retomada, inclusive, por Gilberto Freyre, particularmente em *A Interpretação do Brasil*.

¹⁴⁷² VIANNA, José Francisco. Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*, p. 65.

precisamente às relações vassálicas¹⁴⁷³ na península ibérica e ao ideário que as habitava. O autor sublinhou as continuidades nas relações entre as classes sociais, cuja hierarquia se justificava pela origem étnica de seus componentes: “Na sua estrutura social, esses latifúndios possuem três classes perfeitamente distintas: a classe senhorial; a classe dos homens livres, rendeiros de domínio; e a classe dos escravos, que são os operários rurais.”¹⁴⁷⁴ Ele afirmou reiteradamente sua rejeição de uma “imitação sistemática das instituições européias, que nos tem valido, há cerca de cem anos, decepções dolorosas e fracassos desconcertantes.” O Brasil conheceu um desenvolvimento histórico próprio, não apenas a reboque da história de Portugal, e neste sentido, a característica agrária, a grande propriedade e a hierarquização social que ele comportava, era principal e determinante.

Simonsen, na sua obra “História Econômica do Brasil” (1937), afirmou também que não se podia admitir a interpretação feudal, pois os donatários não se incluíam em relações de vassalagem, mas eram capitalistas investindo para obter lucro.¹⁴⁷⁵ Nos anos 30, outras obras iluminaram também o campo historiográfico brasileiro, atendendo, segundo Reis, ao intuito do espírito das comemorações da independência: “a necessidade de se abordar o Brasil sem complexos, sem ceticismo, com confiança”,¹⁴⁷⁶ quaisquer que fossem as teorias de referência (“Simmel, Weber, Franz Boas, Marx”, escreve ainda Reis, sublinhando que todas foram “importadas”¹⁴⁷⁷).

A influência das interpretações da História oficialmente aceitas pelo movimento comunista foi, por muito tempo, capital nas suas escolhas, não apenas teóricas mas também estratégicas. Como foi visto acima, os maiores expoentes dos círculos oficiais do comunismo internacional haviam-se pronunciado, desde muito cedo, a favor da tese feudal.¹⁴⁷⁸

“Países coloniais e semicoloniais (China, Índia, etc.) e países dependentes (Argentina, Brasil e outros) que possuem um embrião de indústria, às vezes mesmo uma indústria desenvolvida, insuficiente, na maioria dos casos para a edificação independente do socialismo; países onde predominam relações sociais da Idade Média feudal ou o “modo asiático de produção” tanto na vida econômica, como na sua superestrutura política; países enfim onde as principais empresas industriais, comerciais, bancárias, os principais meios de transporte, as maiores propriedades, as maiores plantações, etc. se acham nas mãos de grupos imperialistas estrangeiros. A luta contra o feudalismo e contra as formas pré-capitalistas de exploração e a revolução agrária promovida com espírito de continuidade, de um lado; a luta contra o imperialismo estrangeiro, pela independência nacional, doutro lado, têm aqui uma importância primordial. A passagem à ditadura do proletariado não é possível nesses países, em regra geral, senão através de uma série de etapas preparatórias, por todo um período de desenvolvimento da revolução democrático-burguesa em revolução socialista; o sucesso da edificação socialista é, na maioria dos casos, condicionado pelo apoio direto dos países de ditadura proletária.”¹⁴⁷⁹

De modo geral, nos anos 1930 firmaram-se os parâmetros teóricos de todas as lutas orientadas pelo Comintern, em qualquer continente, como foi visto a exemplo da China. “As teses gerais sobre a questão do Oriente” se dirigiam precisamente às organizações revolucionárias em regiões não européias.

“Nesses países, o capitalismo surge e se desenvolve numa base feudal; ele adota formas incompletas, transitórias e bastardas que deixam a preponderância, sobretudo, ao capital comercial e usurário

¹⁴⁷³ No que diz respeito às relações entre senhores de engenho e lavradores, o autor usa de uma comparação: “uma espécie de laço feudal”. VIANNA, F. J. Oliveira. “O povo brasileiro e sua evolução”. Op. cit., p. 291

¹⁴⁷⁴ Idem, p. 291.

¹⁴⁷⁵ Para uma revisão amigável dessas teses, ver TOPALOV, Ch. *Estruturas Agrárias Brasileiras*. Op. cit., p. 12-15.

¹⁴⁷⁶ REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 118.

¹⁴⁷⁷ Ibidem.

¹⁴⁷⁸ Retomadas no seu VI Congresso Mundial, em Moscou, em 1928. LAPA, José Roberto do Amaral. “Introdução do redimensionamento do debate”. In: *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 11.

¹⁴⁷⁹ Citado In: PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. Op. cit., p. 96-97.

(Oriente muçulmano, China). Por isso, a democracia burguesa adota, para diferenciar-se dos elementos feudalo-burocráticos e feudal-agrários, uma via desviada (*détournée*) e confusa.”¹⁴⁸⁰

Embora a América Latina não figurasse entre as áreas do mundo mais estudadas para alcançar essas análises, o Bureau Sul Americano da Internacional Comunista, baseado em Montevidéu, repercutia as interpretações corretas bem como as diretrizes de ação decorrentes. “Nos era proposta de fora uma «explicação acabada», lembra Lapa.¹⁴⁸¹ Aricó mostra que o continente americano, na sua parte latina, não fazia parte das preocupações prioritárias do Comintern, exclusivo fornecedor de matrizes historiográficas bem como organizacionais para os revolucionários comunistas. Nos anos 20, época de definições, criou-se “uma espécie de espaço indefinido, de vazio teórico”¹⁴⁸² a respeito do continente, pois não se beneficiava de enfoque próprio. É notável sua ausência quase absoluta dos exemplos citados nas resoluções.¹⁴⁸³ Incluído implícita mais do que explicitamente no rol dos países coloniais, o subcontinente era tratado de forma assimilativa às áreas não-européias: a China, o Egito, o Oriente Médio e a Índia. Inútil dizer que a África era submetida ao mesmo tratamento que a América do Sul. Enfatizava-se a luta antifeudal e antiimperialista, considerada apropriada genericamente para qualquer região não européia. Poder-se-ia reconhecer certa “originalidade” a alguns desses âmbitos, como os acima citados, todavia sem maiores elaborações históricas nem consequências teóricas. Pois eles não geravam história na qualidade ou medida necessárias para acrescer sentido à História Universal ou redirecionar-lhe o rumo evolucionista.¹⁴⁸⁴ Não eram portadores de historicidade criativa, distinta. Portanto, seu papel na revolução proletária mundial só poderia ser periférico, repetindo mudanças alhures inauguradas. Certos marxistas latino-americanos vislumbravam uma alternativa a essa perspectiva sombria na experiência revolucionária chinesa,

“com seu forte componente camponês e antiimperialista, encontrava um eco inesperado entre os movimentos revolucionários latino-americanos. O exemplo da China ajudava a observar com novos olhos a singular experiência mexicana, inicialmente subestimada como fenômeno de caos e de atraso.”¹⁴⁸⁵

Aricó sublinha a contribuição original do peruano Mariategui, que desafiou os *ukases* historiográficos dominantes, enquanto que a maioria dos intelectuais sofria do mal que afetava a América Latina “aprisionada pelo fatalismo de suas origens: sem poder ser a Europa, não pode tampouco ser a anti-europa” à maneira da China (que expressava a estagnação, revelando o

¹⁴⁸⁰ *Manifestes, Thèses et Résolutions des Quatre Premiers Congrès Mondiaux de l'Internationale Communiste, 1919-1923*. Op. cit., p. 174.

¹⁴⁸¹ LAPA, José Roberto do Amaral. *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Op. cit., p. 10.

¹⁴⁸² ARICO, José. “O Marxismo na América Latina nos anos da Terceira Internacional”. Op. cit, p. 441.

¹⁴⁸³ A única vez que o sub-continente é mencionado explicitamente nas Teses sobre a situação mundial e a tarefa da Internacional Comunista do Terceiro Congresso, figura como um dos “países marítimos exportando matérias primas, e nesse número os países coloniais (América do Sul, Canada, Austrália, Índia, Egito etc.)”! Idem, p. 88.

¹⁴⁸⁴ III.2.1.1. História evolucionista

movimento na Europa) ou mesmo da África (continente “sem” história, a não ser colonial) frente ao Velho Continente, que era a própria história. Recusando o “*paradigma eurocêntrico*”, Mariategui afirmava uma “*nova tipologia histórica*”:¹⁴⁸⁶

“Entre a Europa ocidental e a região latino-americana não existia um continuum definido em termos de modernidade e atraso, mas sim uma interdependência conflituosa que devia ser definida em sua especificidade.”¹⁴⁸⁷

O marxismo “*que desembarcou no Brasil em 1922*”, escreve J.C. Reis, “*não foi o original alemão e marxiano, mas o “marxismo-leninismo” soviético.*”¹⁴⁸⁸ Embora coincidissem com uma época de efervescência intelectual, artística e política, sua chegada não foi tão criativa quanto se poderia esperar, numa era cultural propícia às inovações. Sua contribuição maior foi a “*aceleração otimista da história brasileira(...)A ‘revolução brasileira’ é pensável e possível, isto é, a ruptura com o passado brasileiro horroroso estava ao alcance dos brasileiros que o haviam sofrido.*”¹⁴⁸⁹ Os revolucionários marxistas brasileiros “*estavam mais possuídos pela teoria, dominados por uma lógica incontrolável, absoluta, do que seus utilizadores, seus possuidores e controladores.*” Konder os compara a “*demiurgos da História*”.¹⁴⁹⁰ Eles acompanhavam boa parte dos membros da comunidade marxista mundial, que, com distintas exceções, obedeciam a uma teologia, na expressão de Pierre Clastres.¹⁴⁹¹ No entanto, os intelectuais marxistas ofereceram uma visão da realidade brasileira inovadora e inspiradora. Ela serviria de guia para a mobilização e organização, tanto dos membros do Partido Comunista quanto de outras correntes de esquerda: assim, Francisco Julião, dirigente das Ligas Camponesas, também defendia sua proposta de Reforma Agrária apoiado numa análise da situação na Zona da Mata, que exigia a “*liquidação de todas as sobrevivências feudais*”, interpretando a escravidão como um elemento que “*veio, naturalmente, acentuar ainda mais, estratificar ainda mais, esses resquícios feudais.*”¹⁴⁹²

A segunda geração de autores brasileiros marxistas¹⁴⁹³ compreendia, entre os de maior prestígio, Alberto Passos Guimarães. Ele desenvolveu a base teórica da tese do feudalismo na sua obra *Quatro Séculos de Latifúndio*.¹⁴⁹⁴ Com Nelson Werneck Sodré, autor de obras cardeais

¹⁴⁸⁵ ARICO, José. “O Marxismo na América Latina nos anos da Terceira Internacional”. Op. cit, p. 441. PORTANTIERO, Juan Carlos. “O Marxismo latino-americano”. Op. cit., p. 335.

¹⁴⁸⁶ Significativamente, esse tipo de procura original de uma nova visão da história do continente não teve muito eco do lado de cá dos Andes.

¹⁴⁸⁷ ARICO, José. “O Marxismo na América Latina nos anos da Terceira Internacional”. Op. cit, p. 452.

¹⁴⁸⁸ REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil de Varnhagen a FHC*. Op. cit., p. 148.

¹⁴⁸⁹ Ibidem.

¹⁴⁹⁰ KONDER, Leandro. *Intelectuais brasileiros e marxismo*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

¹⁴⁹¹ Acima citado. 2.1.5. Os modos de produção anteriores ao capitalismo nas sociedades não-europeias

¹⁴⁹² Depoimento oral concedido a Eliana Moury Fernandez, Fundaj, Recife, 1982-84.

¹⁴⁹³ Segundo a categorização feita por Quartim de Moraes In: “A evolução da consciência política dos marxistas brasileiros”. In: *História do marxismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, v. 2.

¹⁴⁹⁴ GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*. Op. cit.

como *Formação Histórica do Brasil* (1962)¹⁴⁹⁵ e *História da Burguesia Brasileira* (1964),¹⁴⁹⁶ ele fez parte dos pioneiros do pensamento marxista brasileiro: “Apesar de ter se consolidado somente nos anos 1950, com Sodré e Passos Guimarães, o modelo da análise e revolução democrático-burguesa foi elaborado nos anos 1920.”¹⁴⁹⁷

O feudalismo colonial segundo Alberto Passos Guimarães

Fiel à linha traçada pelo Comintern, a perspectiva de Guimarães era de uma revolução democrático-burguesa, antifeudal e antiimperialista. Considerava certos traços sócio-econômicos do Brasil como “*entraves feudais*” a um desenvolvimento que haveria de ser burguês, num primeiro tempo, para alcançar em seguida o sonhado socialismo. A fraqueza numérica do proletariado local havia de ser superada com uma estratégia de blocos, compostos por diversas classes, frente à aliança extremamente poderosa das forças ‘feudais’ e imperialistas. Pois a sociedade brasileira, como a chinesa e demais não-européias, encontrava-se “ainda” numa fase de transição entre o feudalismo e o capitalismo¹⁴⁹⁸ na sucessão oficial de cinco estágios.

Muito ligada a uma estratégia de ação revolucionária, a obra de Passos Guimarães manteve sua posição revolucionária, sem concessão contra os defensores do devir evolucionista do capitalismo colonial. Christian Topalov¹⁴⁹⁹ mostrou que, no final das contas, as proposições em confronto não eram tão antagônicas assim. O que as diferenciava eram os tipos de ação política propostos para o presente, pois os autores envolvidos no debate eram também militantes políticos. Como em outros exemplos históricos,¹⁵⁰⁰ essa característica proximidade - senão fusão - do exercício teórico e da prática militante, às vezes clandestina, incidia em ambos os sentidos.

“Dessa maneira”, segundo Lapa, “se as colocações já eram permeadas por um lastro ideológico que as politizava, passavam agora a ser manipuladas com a função de detectar as nossas contradições e impasses históricos e portanto também possíveis projeções das alternativas e rumos a serem tomados, em outras palavras, a ciência assumia mais acentuadamente suas dimensões sociais.”¹⁵⁰¹

O Partido Comunista do Brasil acatou a posição clássica: a sociedade brasileira, no seu conjunto (destacando naturalmente o âmbito econômico como definidor) era qualificada de “agrária, semifeudal, semicolonial”, em consonância perfeita com as análises do Comintern.

¹⁴⁹⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1962.

¹⁴⁹⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1962] 3 ed. 1976.

¹⁴⁹⁷ Ênfase do próprio autor. REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 151. Foi essa mesma visão que dominou órgãos tão importantes quanto o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros, órgão do Ministério da Educação e Cultura no governo de Juscelino Kubitschek) e a CEPAL.

¹⁴⁹⁸ Essa idéias eram reafirmadas, a ponto de serem tomadas como senso comum. No entanto, em *As classes perigosas*. Op. cit., ele expôs os detalhes da demonstração. Ver a terceira parte “Brasil: As raízes da violência”, p. 77 et ss.

¹⁴⁹⁹ TOPALOV, Christian. *Estruturas Agrárias Brasileiras*. Op. cit., p. 21

¹⁵⁰⁰ Na China, por exemplo, como foi visto acima.

¹⁵⁰¹ LAPA, José Roberto do Amaral. *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Op. cit., p. 10.

Astrogildo Pereira descreve isso como “a importação «- mecânica e livrescamente - da linha política» de outros povos”.¹⁵⁰² Diversas críticas surgiram na efervescência política dos anos 1950, e a propósito do “problema agrário”, com os grandes movimentos sociais do final do decênio, que ocupou e estimulou uma parte importante da discussão sobre o desenvolvimento nacional.

“Desde então, a discussão sobre a economia colonial se prolonga num debate muito atual sobre as estruturas agrárias do país, a interpretação das lutas que nelas se vinham desenrolando e os objetivos de uma eventual reforma agrária”, resume Topalov.¹⁵⁰³ “Inicialmente elaboradas pelos V e VI Congressos do PCB, respectivamente realizados em 1954 e 1960, essas teses ganharam consistência com os trabalhos de Nelson Werneck Sodré e também Alberto Passos Guimarães”.¹⁵⁰⁴

Semicolonial e semifeudal, o Brasil era governado por interesses agroexportadores. Isto tornava o campo “o centro nevrálgico do país”,¹⁵⁰⁵ e, portanto, a situação das massas nele exploradas – no caso do Nordeste, os moradores de engenho na agroindústria açucareira - era central a qualquer estratégia de mudança. Esta passava, por sua vez, necessariamente pela fase de reino da burguesia nacional, entendida como urbana e industrial. Nessa discussão, ‘agrário’ considerado como geralmente feudal e a modernização, a urbanização e a industrialização em curso, como capitalistas. Ou seja, a atitude de rejeição à primeira parecia duplamente justificada, ao passo que o desejável implícito na segunda, em termos de progresso, tendia a encobrir a oposição antagônica de classes (Capital/Trabalho) que ela veiculava obrigatoriamente. Isso explica, talvez, um certo fascínio pela busca da burguesia: inimiga absoluta para qualquer marxista; todavia, declarada “nacional”, ela torna-se aliada imprescindível para aqueles povos não-europeus que devem ‘ainda’ vencer a etapa dita ‘democrática-burguesa’ ou do capitalismo nacional. A busca de uma classe capitalista autóctone satisfazia também outro propósito: como para a China, era assim preservada a capacidade local (potencial?) do Brasil desenvolver de forma autônoma - isto é, não importada - as marcas de um dinamismo suficiente, em termos de modos de produção, para colocar o país em posição de igualdade, enquanto agente histórico, com as sociedades européias frente à grande ruptura da revolução socialista.

Nessa busca, muitos autores brasileiros, como de outras nacionalidades, procuraram ser, ao mesmo tempo, fieis ao roteiro pré-fixado, mas também às especificidades das realidades nacionais ou até mesmo regionais que estudavam. Para tanto, eles empenhavam-se em realçar os pontos “positivos”, eficazes para restaurar o orgulho ou simplesmente amor-próprio constantemente minado pelo implacável eurocentrismo das definições. Fizeram esforços

¹⁵⁰² PEREIRA, Astrogildo. *Formação do PCB 1922-28* (Notas e Documentos). Rio de Janeiro: Ed. Vitória, 1962, p. 140. Citado In: LAPA, José Roberto do Amaral. *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Op. cit., p. 13.

¹⁵⁰³ TOPALOV, Christian. *Estruturas Agrárias Brasileiras*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1978, p. 12.

¹⁵⁰⁴ MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 14. Ver também p. 160 et ss.

¹⁵⁰⁵ Idem, p. 261.

sinceros, embora mais meritórios do que ousados, para adaptar ou reinterpretar os conceitos básicos, nuançar a definição dos pontos de referência impostos pela gênese/genealogia européia do aparato conceitual arquetípico. Mas não poderiam afastar-se do modelo. Indo longe demais, como Mariategui talvez, eles perderiam a garantia tranquilizadora da permanência do Brasil, embora com atraso, numa via ascendente rumo ao Progresso e ao Socialismo. Sair dos trilhos tão categoricamente colocados em nome da ciência histórica, comportaria o risco inaceitável de uma via de garagem, sem saída; pois não se concebia alternativa. A heresia seria castigada com a rejeição rumo às *oubliettes* da História. O legítimo orgulho nacional não poderia tolerar isso.

Talvez fosse essa a razão da extraordinária plasticidade do rigor desses autores, alargando as definições até o ponto de inverosimilhança, como foi visto para a China. Nelson Werneck Sodré, por exemplo, tentou uma interpretação original da história do Brasil, com um escravismo costeiro e açucareiro e um feudalismo que se alargara, e dominara todo o país interiorano até data recente. Daí o famoso “*avanço do capitalismo no campo*”, que se encontra em tantos livros, manuais, cartilhas. Mas ao ousar, no campo teórico, um feudalismo regressivo, ele concebeu os sertões brasileiros e, finalmente, o território além da costa, como teatro de relações alienígenas:

“o sertão brasileiro, um mundo quase medieval”, como sublinha José Carlos Reis. “*Ele vê na realidade brasileira relações e personagens de outro lugar para tomar quase ao pé da letra uma teoria produzida para pensar aquele outro lugar.*”¹⁵⁰⁶

Latifundiários interioranos apareciam, no palco da história nacional, como senhores feudais e seus moradores como servos, inclusive (o que não deixa de surpreender) os imigrantes europeus assalariados dos cafezais.¹⁵⁰⁷ Segundo Alberto Guimarães, características feudais e coloniais¹⁵⁰⁸ permaneceram de modo “*residual*”, como “*vestígios*” numa sociedade brasileira contemporânea, que apresentava, no entanto, aspectos transformadores. O feudalismo, na sua descrição, era muito pouco nuançado e certamente não seria acatado pelos medievalistas atuais, inclusive na sua periodização.¹⁵⁰⁹ Consciente da diversidade de interpretações, ele sublinhou, no entanto, que

“*não há discordância quanto ao fato de que, em apoio à concepção da história formulada pela teoria marxista, feudalismo e capitalismo industrial correspondem a formações econômico-sociais qualitativamente diferentes que se sucederam no tempo, sem que isso signifique a exclusão de um interregno em que as velhas relações de produção do feudalismo em desagregação, tenham coexistido, lado a lado, com as novas relações de produção capitalistas, em ascensão.*”¹⁵¹⁰

¹⁵⁰⁶ REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil de Varnhagen a FHC*. Op. cit., p. 159.

¹⁵⁰⁷ Ou seja, uma operação que lembra, talvez, as cerimônias do Império britânico na Índia. COHN, Bernard S. “A Representação da Autoridade na Índia Vitoriana”. Op. cit., p. 175-217.

¹⁵⁰⁸ *Quatro Séculos de Latifúndio*. Op. cit., p. 64.

¹⁵⁰⁹ Ver, por exemplo, GUIMARÃES, Alberto Passos. *As classes perigosas. Banditismo Urbano e Rural*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

¹⁵¹⁰ Idem, p. 81-82.

Ele opunha ao feudalismo um “*capitalismo industrial*”, isto é, ao rural o urbano. Afirmou também a coexistência de formas diversas, que se “*entrelaçam*”. Nesse processo de complexa transformação, ele reconheceu na própria Europa, a existência de “*relações de produção ou relações de propriedade*” dotadas apenas de “*etiqueta feudal*”, citando Marx sobre o século XV:

“A imensa maioria da população se compunha de camponeses livres, donos da terra em que trabalhavam, qualquer que fosse a etiqueta feudal sob a qual ocultassem sua propriedade.”¹⁵¹¹

O fato da apelação ‘feudal’ não corresponder obrigatoriamente a elementos de mesma qualidade seria importante para o debate a respeito da classificação da realidade colonial brasileira. Nesse sentido, a servidão à qual se referia Guimarães, era a chamada “*segunda servidão*”, cara a Topalov. Ela apareceu tardiamente, na Baixa Idade Média e nos Tempos Modernos, sobretudo no Leste Europeu, em terras ocupadas militarmente¹⁵¹² e desbravadas com meios hoje chamados de empreendedoristas, no sentido da escala, modernidade e eficácia. A nomenclatura feudal utilizada para descrever esse tipo de relações de trabalho, que lembrava também a condição dos trabalhadores sob contrato nas Antilhas pós-escravidão, forneceu um argumento forte. Sua virtude principal era de articular a concomitância de estruturas designadas como ‘feudais’¹⁵¹³ (em vez de ‘senhoriais’) com um mercado de amplo alcance. Com efeito, a grande produção agrícola dos ‘*Junker*’¹⁵¹⁴ se destinava, como o açúcar pernambucano, a um consumo longínquo, porém no próprio continente europeu. As áreas afetadas por essa segunda servidão eram periféricas: Balcãs, Rússia, Polônia (estudada por Kula¹⁵¹⁵), mas também as áreas de Reconquista na península ibérica e, portanto, em Portugal, sendo os moradores de engenho na colônia brasileira, desta forma, plausivelmente ligados a essa linhagem de condição. À “*servidão*” dos judeus na Espanha, ele somou o “*reaparecimento do comércio de escravos destinados a fornecer cultivadores para os proprietários de terras*”, num “*Mediterrâneo*” sobretudo nórdico e ocidental. Mesmo aí, como o mostrou Jacques Heers,¹⁵¹⁶ a escravidão permaneceu. Na produção açucareira mediterrânea, em mãos cristãs e islâmicas, ela foi forma dominante de emprego da mão-de-obra.¹⁵¹⁷ Segundo Guimarães, dessas circunstâncias emanou a herança feudal do Brasil.¹⁵¹⁸

¹⁵¹¹ Citado In: Idem, p. 82.

¹⁵¹² O famoso “*Drang nach Osten*”.

¹⁵¹³ Para os especialistas, a época feudal já se concluiu.

¹⁵¹⁴ Denominada por Lenin de “*fazenda burguesa*”, como mencionado pelo próprio autor. Op. cit., p. 88

¹⁵¹⁵ KULA, Witold. *Teoria económica del sistema feudal*. Buenos Aires, Siglo XXI, 1976 [1962].

¹⁵¹⁶ HEERS, Jacques. *Escravos e domésticos na Idade Média*. São Paulo: Difel, 1983,

¹⁵¹⁷ Ver GALLOWAY, J. H. “The mediterranean sugar industry”. In: *The Geographical Review*, (separata), Toronto: University of Toronto Press, 1977, p. 179-194. e GALLOWAY, J. H. *The Sugar Cane Industry*. Op. cit. Ver BALARD, Michel e DUCCELLIER, Alain (Dir.). *Coloniser au Moyen Age*. Op. cit.

¹⁵¹⁸ Ver também as obras de WECKMANN, Luis. *La herencia medieval de Mexico (segunda edição revisada)*. Mexico: Fundo de Cultura Económica, 1996 [1983], e, particularmente, WECKMANN, Luis. *La herencia medieval*

“A distribuição da terra em imensas donatarias entregues aos nobres mais distinguidos do Reino” visava a “formação de grandes senhorios rurais que se tornassem as fontes de poder capazes de extorquir pela coação extra-econômica, e através das fontes mais primitivas de renda – a renda-trabalho e a renda-produto – o sobretrabalho ou o sobreproduto gerado pela força de trabalho dos produtores diretos.”¹⁵¹⁹

O estágio em que Portugal se encontrava quando “descobriu” e colonizou o Brasil, marcou sua colônia com os traços persistentes até o século XX, como a estrutura fundiária:

“verdadeiramente semifeudal, semicolonial apresenta características fundamentais do pré-capitalismo.”¹⁵²⁰ Daí a importância dos “resíduos de feudalismo que se conservam e se articulam ou se integram, e até se reproduzem no modo de produção industrial.”¹⁵²¹

Aludindo à situação dos trabalhadores rurais, inclusive dos moradores, Guimarães reconheceu nas relações de trabalho “os traços de autoridade”, eufemismo logo corrigido:

“que geralmente [estava] a um passo do arbítrio se transportaram dos tempos mais remotos para épocas muito próximas daquelas em que estamos vivendo, mantendo-se ainda vivas em nossos dias, seja sob as formas mais violentas, seja sob os mais brandos disfarces.”¹⁵²²

Admitiu-se a existência de ‘tempos’ diversos concomitantes, bem como de rumos retrógrados possíveis. Ao mesmo tempo, o autor manifestava sua indignação frente a uma das manifestações mais perigosas dessa configuração social: a violência das

“tropas de jagunços a serviço dos grandes senhores rurais, arrastando-nos” [como país] “a situações que em nada, ou muito pouco, diferem dos velhos tempos coloniais.”¹⁵²³

Todos esses componentes resultavam numa análise do presente que afirmava:

“no campo brasileiro, não são ainda as transformações capitalistas que apontam as soluções políticas para o problema da terra mas as práticas extensivas ditadas pelos latifúndios tradicionais.”¹⁵²⁴

Profundamente envolvido na vida política do seu tempo, Alberto Guimarães via conseqüentemente a necessidade de acelerar essa transição ao capitalismo. A ação no campo propriamente social e político poderia, aos olhos do autor, aproximar o desfecho desejado (potencial, ou melhor, possível, para não dizer provável) de uma revolução. Para tanto, tornava-se urgente a adoção de uma reforma agrária, esperada com um fervor amplo na época da redação do livro (o início dos anos 1960). Ela permitiria a modernização da atividade agrícola e das relações de trabalho, com a extinção da ‘morada’. Esse era o rumo certo de desenvolvimento das forças progressistas, acelerando, de certo modo, o processo social e político desejado. Guimarães via o engenho, unidade de produção típica da sociedade examinada, como um composto histórico singular: uma unidade produtora autônoma descrita como

del Brasil. Mexico: Fundo de Cultura Económica, 1993. Nos capítulos V (“Trasplantes feudales”) e VI (“Trasplantes señoriales”) o autor conduz comparações instrutivas com a situação do México.

¹⁵¹⁹ GUIMARÃES, Alberto Passos. *As classes perigosas. Banditismo urbano e rural*. Op. cit., p. 83

¹⁵²⁰ GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*. Op. cit., p. 38.

¹⁵²¹ GUIMARÃES, Alberto Passos. *As classes perigosas. Banditismo urbano e rural*. Op. cit., p. 86

¹⁵²² Idem, p. 85.

¹⁵²³ Ibidem.

¹⁵²⁴ GUIMARÃES, Alberto Passos. *As classes perigosas. Banditismo urbano e rural*. Op. cit., p. 86

“uma organização híbrida particularmente porque representava a conjugação de sistemas econômicos historicamente distanciados”. Constituiu-se de uma “base orgânica feudal” com um “verdadeiro senhorio (...) com seu proprietário a frente da produção.”

A plantação, forma de produção dominante desde a colonização, constituía então “a expressão perfeita do feudalismo colonial.”¹⁵²⁵ A “propriedade agrária feudal” determinava essa classificação em virtude da “terra [ser] o principal e mais importante meio de produção.”¹⁵²⁶

Afastavam-se assim as eventuais reticências quanto à nomenclatura numa colônia tão obviamente inserida na rede do comércio intercontinental, aliás, motor da implantação da agroindústria açucareira no Nordeste do Brasil. Essa inserção qualificava de “colonial” o feudalismo afirmado, contudo, apenas como parcial, pois “[d]entro desta estrutura feudalizada, predominava o trabalho escravo, elemento componente de um regime de produção anacrônico, tomado da Antiguidade clássica”, criando certa heterogeneidade temporal na trama social.

“Assim, a par dos laços feudais entre senhores vassalos e servos, que constituem a economia açucareira, desde então, uma parte antagônica do seu sistema agrário, intrometiam-se relações antinômicas ainda mais rígidas entre senhores e escravos, e estas relações eram realmente decisivas no conjunto das formas de produção.”¹⁵²⁷

Admitindo que o modo de produção dominante manifestava um caráter feudal ou semifeudal/semicolonial, seguia-se logicamente que as relações de trabalho e a exploração da mão-de-obra eram “semi-escravistas, semi-servis”. Seu aspecto propriamente feudal apareceria também nas formas de “locação de serviços de famigerados contratos de parceria, uma artilosa recomposição legal (...) dos velhos costumes soterrados com a Idade Média.”¹⁵²⁸ Entre os aspectos mais obviamente incitativos à designação de “feudalismo colonial” estava o acesso à terra para os escravos e seus descendentes, os moradores, pois entravam no rol das vítimas de “relações coercitivas entre os latifundiários e seus ‘moradores’, ‘agregados’, ‘meeiros’, ‘colonos’ ‘camaradas’”.¹⁵²⁹ A abolição deixando intato o “monopólio feudal e colonial da terra”,¹⁵³⁰ os trabalhadores continuariam sendo submetidos à “crueldade de tipo exploração semi-escravista ou semi-servil que era a única compatível com sua estrutura.”¹⁵³¹

“Muito freqüentemente, as formas escravistas entrelaçaram-se com as formas servis de produção: o escravo provia o seu sustento dedicando certa parte do tempo à pesca ou à lavoura em pequenos tratos de terra que lhe eram reservados. Desse modo, o regime de trabalho escravos se misturava com o regime medieval (sic) da renda-trabalho e da renda-produto, além de outras variantes da prestação pessoal de trabalho.”¹⁵³² “Todas essa e outras relações extra-econômicas”¹⁵³³ derivam do monopólio

¹⁵²⁵ GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*. Op. cit., p. 27.

¹⁵²⁶ Idem, p. 29.

¹⁵²⁷ Idem, p. 64.

¹⁵²⁸ Idem, p. 39. A ‘morada’ entraria nestas categorias.

¹⁵²⁹ GUIMARÃES Alberto P. *Quatro Séculos de Latifúndio*. Op. cit., p. 35-36.

¹⁵³⁰ Idem, p. 39.

¹⁵³¹ Ibidem.

¹⁵³² Idem, p. 29.

feudal da terra e correspondem a um tipo de exploração pré-capitalista que consiste em coagir os trabalhadores a lavrarem a terra que não lhes pertence, por processos primitivos ou rotineiros e mediante uma ínfima participação no produto de seu trabalho.”¹⁵³⁴

A abolição da escravidão não modificaria essencialmente essa situação. Pois o

“senhorio do tipo plantação ou parcelário resiste à modernização. (...) A configuração geográfica, econômica e jurídica da propriedade açucareira ou da cafeeira, e de outras propriedades voltadas para a monocultura, não diferia das suas antecessoras moldadas no feudalismo europeu da segunda Idade Média, já da fase do mercantilismo; e o poder emanado do “governo das coisas e dos homens”, vivido em toda a era medieval, ainda não se desagregara até o fim da escravatura. E, sobretudo, a característica fundamental que distinguia esses senhorios de qualquer semelhança com propriedades do tipo capitalista (como seria, por exemplo, o arrendamento a produtores independentes ou a preferência pelo trabalho assalariado) continuava a ser a forma de renda herdada da ordem feudal: a renda-trabalho (o **cambão**, a **condição**, o trabalho gratuito na terra do senhor), a renda-produto (a meação, a terça, a quarta-de-cria, na reprodução extensiva do gado).¹⁵³⁵

O capitalismo penetrou, portanto, no domínio da cana-de-açúcar com a “investida avassaladora da usina sobre as terras dos antigos engenhos”, tendo a virtude de converter o senhor de engenho em fornecedor de cana, ou seja, num “setor da burguesia rural”,¹⁵³⁶ portador das qualidades progressistas da burguesia nacional que “a tornavam um forte aliado dos trabalhadores”,¹⁵³⁷ pois, segundo a *Declaração de Março* (1958),¹⁵³⁸ esses sofriam “mais do atraso do país e da exploração imperialista do que do desenvolvimento capitalista.”¹⁵³⁹

Curiosamente, apesar de lamentar o empobrecimento das populações da região açucareira, Alberto Passo Guimarães não se limitou a redefinir similarmente o tipo de exploração à qual era submetida a mão-de-obra nestes campos recém-capitalizados. Ou seja, embora os “entraves feudais” estivessem entre os elementos definidores da etapa histórica em que se encontrava a sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, um dos alvos principais das modificações em curso, a classe social que seria – como o proletariado frente ao capital – o ator principal dessas modificações, não mereceu maiores análises. O desprezo pela “*mentalidade camponesa*”, preconceito caro a Lenin,¹⁵⁴⁰ poderia explicar esse desinteresse pelos “atrasados” dos moradores de engenho. Eles não estavam, decididamente, no rol das classes capazes de revolucionar a sociedade. Sua capacidade de criar historicidade fora-lhes novamente negada.

¹⁵³³ Ele acabou de citar o “arrendamento, as lavouras e criações permitidas, os preços dos produtos, os horários de trabalho, os serviços gratuitos a prestar.” Idem. Op. cit., p. 36.

¹⁵³⁴ GUIMARÃES Alberto P. Idem. Op. cit., p. 36.

¹⁵³⁵ GUIMARÃES, Alberto Passos. *As classes perigosas. Banditismo urbano e rural*. Op. cit., p. 130

¹⁵³⁶ Idem, p. 177-78.

¹⁵³⁷ MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Op. cit., p. 165.

¹⁵³⁸ Tomada de posição reiterada nos Congressos de 1960 e 1967, e reafirmada em publicação do partido, de 1978. Idem, p. 167. A participação da burguesia no Golpe Militar deixou o PCB inconfortavelmente procurando distinguir nela grupos distintos. No caso do campo, tal esforço não se manifestou, deixando apenas o horizonte de uma Reforma Agrária para “desobstruir o desenvolvimento das forças produtivas”. Idem, p. 171.

¹⁵³⁹ Idem, p. 166.

¹⁵⁴⁰ Cujas obras sobre a Rússia czarista inspirou os teóricos do PCB.

Segundo o PCB, acompanhando a sucessão obrigatória dos modos de produção na sequência identificada na Europa, o capitalismo não foi, portanto, alcançado na área canavieira, antes da usina. Apenas ela conferia a devida qualidade proletária aos que empregava, eventualmente, no campo. Mas a situação pré-usineira era confusa e complicada pela combinação desconfortável de dois sistemas que estariam entrelaçados nas suas características e na articulação das tensões que os habitavam. Aprisionado pela categorização oficial, Alberto Guimarães esforçou-se para identificar os elementos-chaves que qualificavam os modos de produção aceitáveis sem risco de heresia. O desafio consistia em organizá-los num conjunto coerente e conforme a teoria, explicando sua gênese e identificando corretamente as classes envolvidas, inclusive os explorados, entre os quais os moradores de engenho.

Embora reconheça a colonização como fruto da expansão do comércio marítimo ibérico numa época de desagregação do regime feudal lusitano, Guimarães negava qualquer capacidade dinâmica a este mercantilismo florescente (são suas palavras) nos novos territórios conquistados. Ele recusava a idéia segundo a qual as características fundamentais da evolução mercantil poderiam ser transportadas para as colônias:

*“Percebe-se o conteúdo apologético dessa concepção errônea, pois com ela se admite que o sistema colonial, ao invés de transportar para o território conquistado os elementos regressivos do país dominante, como de fato inevitavelmente acontece, abandonaria à sua sorte esses elementos, selecionaria os fatores novos determinantes da evolução social e deles se serviria para fundar, onde quer que fosse, sociedades de um tipo mais avançado que as metropolitanas.”*¹⁵⁴¹

Descartava tal possibilidade e afirmava que necessariamente *“a empresa colonial precisa utilizar processos mais adiantados”* na metrópole apenas. *“Como contrapartida obrigatória, [ela recorre] a instituições políticas e jurídicas muito mais atrasadas e opressivas”* nas colônias.¹⁵⁴² Em suma, tratava-se de um feudalismo tingido de escravismo antigo, num sistema semicolonial semifeudal para os territórios subjugados pelo capitalismo europeu. Os habitantes da colônia estavam “presos” a “outros tempos” históricos, enquanto a metrópole corria para as etapas subseqüentes do percurso obrigatório das sociedades.

A teoria de Guimarães foi debatida sob diversos ângulos. Ela não explicava por que razão elementos ‘mais adiantados’ na Europa combinariam necessariamente com outros ‘mais atrasados’ nas colônias, uma vez que a colonização fora iniciativa e obra precisamente dos elementos metropolitanos ‘adiantados’. Tampouco revelava como esses grupos sociais ressuscitariam atitudes e organizações da produção ultrapassadas no embalo que os levava ‘para frente’ nos mares do mundo. Guimarães admitia a

¹⁵⁴¹ GUIMARÃES Alberto P. *Quatro Séculos de Latifúndio*. Op. cit., p. 22.

¹⁵⁴² Ibidem.

“impossibilidade de uma pura e simples transposição para o Novo Mundo de todos os componentes da estrutura produtiva da economia medieval.”¹⁵⁴³ No entanto, a própria plantação açucareira “constitui, sem qualquer dúvida, a expressão realizada do feudalismo colonial”.¹⁵⁴⁴

Segundo Guimarães, as colônias só poderiam abrigar estruturas que correspondessem pelo menos a um estágio anterior àquele da metrópole. Ele tentou ilustrar este *a priori* com traços reais da história brasileira, encaixando-os conseqüentemente no modelo feudal. A questão da mão-de-obra e das relações de produção revelou-se, nesse sentido, mais difícil de resolver do que a posse da terra. Com efeito, as sesmarias ofereciam uma nomenclatura e um parentesco jurídico assemelhável ao passado recente da Reconquista da península ibérica para manter a idéia da similaridade.¹⁵⁴⁵ Guimarães investira a questão fundiária de um papel decisivo na determinação do modo de produção em geral,¹⁵⁴⁶ e estendia aos dias em que escrevia (no início dos anos 1960) as conseqüências dessa origem, inclusive na plantação canavieira.

“No latifundismo brasileiro, são mais fortes ainda os vínculos de tipo feudal, tais como as relações de domínio sobre as coisas e sobre as pessoas, as interligações com as formas primitivas do capital comercial, aos quais se acrescentam as particularidades da dependência aos trustes internacionais compradores da produção latifundiária.”¹⁵⁴⁷

Pela sua fidelidade ao modelo da III Internacional, Guimarães foi levado a construções teóricas pelo menos tão surpreendentes quanto as que foram elaboradas a respeito do feudalismo chinês. Assim o engenho açucareiro, “*unidade produtora autônoma e forte*” era

“uma organização híbrida particularmente porque representava a conjugação de sistemas econômicos historicamente distanciados”, ou seja: uma “base orgânica feudal” com um “verdadeiro senhorio(...) com seu proprietário a frente da produção(...) Dentro desta estrutura feudalizada predominava o trabalho escravo, elemento componente de um regime de produção anacrônico, tomado da antiguidade clássica(...) Assim, a par dos laços feudais entre senhores vassalos e servos, que constituem a economia açucareira, desde então, uma parte antagônica do seu sistema agrário, intrometiam-se relações antinômicas ainda mais rígidas entre senhores e escravos, e estas relações eram realmente decisivas no conjunto das formas de produção.”¹⁵⁴⁸

Combinação social extraordinariamente heterogênea, ele agrupava numa mesma estrutura, de forma organicamente consolidada, elementos pertencendo a pelo menos três modos de produção distintos. Guimarães elencou cuidadosamente a variedade de atividades (agrícolas e manufactureiras), as diversas formas de relação de trabalho, inclusive assalariadas, presentes no engenho. Eloquentemente, tratava de um “conjunto prenhe de antagonismos”, enfatizando precisamente o que ele considerava como “forças contrárias”, chegando à seguinte conclusão:

¹⁵⁴³ Ibidem.

¹⁵⁴⁴ Idem, p. 29.

¹⁵⁴⁵ Ver a tese: ASSIS, Virgínia Maria Almoêdo, *Palavra de rei... Autonomia e Subordinação da Capitania Hereditária de Pernambuco*, Recife, Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, 2001.

¹⁵⁴⁶ GUIMARÃES Alberto P. *Quatro Séculos de Latifúndio*. Op. cit., p. 37.

¹⁵⁴⁷ Ibidem.

¹⁵⁴⁸ Idem, p. 64.

“Estranha unidade de produção, em que os homens livres regrediam à condição de servos, os servos à condição de escravos, ao mesmo tempo que os mercadores se convertiam em nobres, e nobres saídos do feudalismo se transformavam em senhores de escravos.”¹⁵⁴⁹

Extraordinária na demonstração de Guimarães era a ausência de explicação quanto à força ou dinâmica extraordinariamente poderosa, que fez com que tão estranho “amálgama” funcionasse e se difundisse com o êxito que se sabe, por tanto tempo, sob as mais diversas longitudes; um exemplo particularmente claro da extensão possível da transferência de conceitos.

O sistema de plantação: “expressão consumada do feudalismo colonial”

“Na impossibilidade de contar com o servo da gleba, o feudalismo colonial teve de regredir ao escravismo, compensando a resultante perda do nível de produtividade, em parte com a extraordinária fertilidade das terras virgens do Novo Mundo e, em parte, com o desumano rigor aplicado no tratamento de sua mão-de-obra. Teve ainda, de dar outros passos atrás, em relação ao estágio mercantil que correspondia ao seu modelo, restabelecendo muitos dos aspectos da economia natural. (...) Nenhuma dessas alterações, a que precisou amoldar-se o latifúndio colonial, foi bastante para diluir o seu caráter feudal. Muito freqüentemente, as formas escravistas entrelaçaram-se com as formas servis de produção: o escravo provia o seu sustento dedicando certa parte do tempo à pesca ou à lavoura em pequenos tratos de terra que lhe eram reservados. Desse modo, o regime de trabalho escravo se misturava com o regime medieval da renda-trabalho e da renda-produto, além de outras variantes da prestação pessoal de trabalho. Não faltava aos senhorios coloniais a massa de moradores “livres” ou de agregados, utilizados nos serviços domésticos ou em atividades acessórias desligadas da produção, os quais coloriam o pano de fundo do cenário feudal. Fruto dessa estrutura, o sistema de plantação, que vários economistas e historiadores pretenderam apontar como uma unidade econômica do tipo capitalista, constituiu de fato, e sem qualquer dúvida, a expressão consumada do feudalismo colonial.”¹⁵⁵⁰

A incorporação do conceito de “plantage” por Nelson Werneck Sodré

Em a *Formação Histórica do Brasil*,¹⁵⁵¹ exatamente contemporânea, Nelson Werneck Sodré enriqueceu a análise desembocando no modo de produção feudal,¹⁵⁵² ao apoiar-se no conceito de “plantage”, desenvolvido pelo geógrafo alemão Luc Waibel.¹⁵⁵³ A importância desse

¹⁵⁴⁹ Ibidem.

¹⁵⁵⁰ CASTRO, Josué de. *Sete Palmas de Terra e um Caixão*. Op. cit., p. 115.

¹⁵⁵¹ SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. Op. cit.

¹⁵⁵² O autor manifesta, em obras posteriores, notável fidelidade a suas primeiras convicções. “[N]ão encontrei ainda, sem nenhuma pretensão vai isso aqui dito, motivo que me fizesse rever aquelas teses, que cedo espousei. (...) unicamente assistido pelo método, de que o meu livro antes citado [*Formação Histórica do Brasil*] foi fruto, do marxismo.” SODRÉ, Nelson Werneck. “Modos de produção no Brasil”. In: LAPA, José Roberto do Amaral. *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Op. cit., p. 133.

¹⁵⁵³ Waibel a define associando o conceito diretamente à organização específica da produção de açúcar: «Verifica-se, portanto, no caso da cana-de-açúcar, uma grande diferença entre a cultura das plantages e a produção nativa, diferença concernente à forma de produzir e à finalidade da produção. Haverá fundamental diferença se o suco da cana-de-açúcar é consumido no próprio local, fresco, engrossado, ou como açúcar mascavo bruto, como o fazem ainda hoje os nativos do Sul da Ásia, ou se o mesmo se destina a ser levado ao mercado sob forma sólida e purificada, constituindo o chamado “sal doce”. Este último é tão valioso e durável que pode ser exportado para as áreas de consumo longínquas. Mas, para a sua produção, são necessários, além dos canaviais, uma fábrica especializada com diversas instalações mecanizadas e os correspondentes conhecimentos químicos e técnicos, sem falar no capital inicial. Tudo isto, entretanto, está fora do alcance das possibilidades dos nativos. Uma plantage não é um empreendimento puramente agrícola, mas ainda industrial; não produz apenas produtos agrícolas, beneficia-os tornando-os armazenáveis e aptos a serem exportados. E isto ela se vê obrigada a fazer porque não produz, como no caso dos nativos, para o próprio consumo e sim para o mercado externo e principalmente para o mercado da zona temperada do hemisfério norte. Este, entretanto, fica muito afastado dos centros de produção nos trópicos e o transporte dos produtos tem de ser realizado através da zona tropical quente e úmida, com todos os riscos de deterioração. Encontramos, assim, uma segunda relação entre a plantage e o mundo tropical. Trata-se não de uma relação climática ou da própria natureza dos trópicos, mas de sua posição geográfica, de sua grande distância dos mercados das latitudes mais altas. A dependência das plantages desses mercados distanciados

aporte residia no fator de mudança, de “*subversão*”,¹⁵⁵⁴ que essa organização da produção açucareira introduziu no modelo feudal transposto na América. Apoiado em longas citações,¹⁵⁵⁵ seguindo a argumentação tipicamente geográfica e climática, Sodré incorporou um modelo oriundo de outra disciplina que ajudava a justificar a presença do sistema escravista¹⁵⁵⁶ descartado no modelo feudal europeu: “*os escravos não constituem uma classe social*”.¹⁵⁵⁷ Daí sua recusa em conceder ao escravismo brasileiro “*foros de um modo de produção*”.¹⁵⁵⁸ Sendo a finalidade da colonização “*produzir mercadorias*”,¹⁵⁵⁹ Sodré evitou mencionar o termo “*feudal*” durante a explanação sobre o trabalho escravo, pois este inseria-se no âmbito do capital mercantil, embora não qualificasse o sistema produtivo como um todo.

“*Em Portugal não havia modo capitalista de produção*”,¹⁵⁶⁰ não havia burguesia, pois, não se poderia confundir “*a existência de um grupo mercantil relativamente importante*” com “*a existência de uma classe social, a burguesia*”.¹⁵⁶¹ O regime escravista fora “*estabelecido por senhores que viviam num meio metropolitano, em que vigorava uma etapa avançada de produção feudal*”.¹⁵⁶²

Sodré reconciliava sua proposta teórica com a tese comunista oficial do modo de produção feudal, resgatando a originalidade do processo histórico brasileiro.¹⁵⁶³ Sua contribuição inspirou a procura de novos conceitos, inclusive em âmbitos inabituais. A incorporação das dimensões propriamente políticas no raciocínio histórico o fez destacar, em diversos momentos, o papel de “*perfeita articulação*” desempenhado pela “*coroa lusa, representação da classe dominante de senhores feudais metropolitanos, e os senhores de engenho, classe dominante na*

obriga-as a tornar os seus produtos exportáveis e duráveis, de modo que a sua produção tem de ser organizada para um objetivo completamente diverso daquele dos nativos: elas têm de lançar mão da industrialização. No caso da cana-de-açúcar, esta industrialização atinge o seu ponto máximo, pois se trata de transformar um suco facilmente deteriorável num produto sólido e durável.” Sodré cita essa definição. Idem, p. 33.

¹⁵⁵⁴ Idem, p. 30.

¹⁵⁵⁵ Ver particularmente a longa definição da “*cultura das plantagens*”. Idem, p. 33.

¹⁵⁵⁶ “*Corroendo o decadente escravismo açucareiro, as relações feudais dominam a quase totalidade da extensão territorial da colônia e cercam as áreas escravistas litorâneas.*” SODRÉ, Nelson Werneck. *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1962] 3 ed., 1976, p. 33-34.

¹⁵⁵⁷ Idem, p. 29.

¹⁵⁵⁸ LAPA, José Roberto do Amaral. “Introdução ao redimensionamento do debate”. In: *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Op. cit., p. 37.

¹⁵⁵⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. Op. cit., p. 70.

¹⁵⁶⁰ Idem, p. 27.

¹⁵⁶¹ Ibidem.

¹⁵⁶² Idem, p. 76.

¹⁵⁶³ “*O vasto mundo da servidão no campo é um espetáculo dos nossos dias, no Brasil. Tem suas raízes ancoradas longe, no tempo. começou com a própria colonização. Não surgiu de um processo semelhante ao que ocorreu na Europa (...) Teve outras origens aqui; ou apareceu desde o primeiro momento, ou decorreu da estagnação da produção escravista. De uma e de outra forma, ampliou sua dominação e chegou aos nossos dias, entrando o processo ascensional do capitalismo em nosso país. A característica mais evidente do processo de expropriação que permite a disponibilidade de trabalhadores assalariados, aqui, está em que, na sua maioria, eles não foram despojados da propriedade de seus meios de produção: já eram despossuídos.*” Ênfase do autor. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da burguesia brasileira*. Op. cit., p. 35.

colônia escravista.”¹⁵⁶⁴ No entanto, parecia-lhe ainda digna de ressalva a caracterização híbrida da composição social e econômica colonial brasileira: “*grande propriedade*”, de cunho feudal, “*modo escravista de produção*” e “*regime colonial*”.¹⁵⁶⁵ O capital comercial dominava a construção, pois “*a ajuda que a empresa ultramarina empresta ao desenvolvimento do capital comercial não se limita, assim ao que produz, - o açúcar - mas ao que consome, - o escravo.*”¹⁵⁶⁶ Isso lhe dava uma conotação de avanço em relação ao modo de produção feudal, embora, como sublinha, capitalismo comercial fosse intrinsecamente distinto do verdadeiro capitalismo, o industrial. No entanto, a escravidão questionava essa construção, seu “*reaparecimento*” parecendo “*extemporâneo no desenvolvimento histórico.*”¹⁵⁶⁷ Nem mesmo seu desaparecimento transformaria o ex-escravo, o morador, em proletário.

“*[T]rabalho livre, e não trabalho assalariado, eufemismo que disfarça a transformação, não lhe revelando, entretanto, os traços profundos. Esse tipo de trabalho, que sucedeu ao trabalho escravo, não foi de molde a receber o título de assalariado, realmente.*”¹⁵⁶⁸ Admiti-lo como livre, por outro lado, é apenas, atender ao esquecimento da realidade, ou a uma simplificação inadequada. O que ocorreu no Brasil, em grande escala e em grande ascensão, foi a transformação do trabalho escravo em trabalho em servidão, embora tido como livre, porque as relações de servidão raramente foram institucionalizadas, raramente se consagraram em lei escrita.”¹⁵⁶⁹

Dentro do quadro modernizado, porém feudal, Sodré procurou a precisão nos objetivos políticos contemporâneos, entre os quais a reforma agrária, expressão máxima da luta antifeudal.

“*Na contradição com o latifúndio, tomada isoladamente, a burguesia está vinculada ao proletariado, também interessado na liquidação do latifúndio, e com o campesinato, maximamente interessado na liquidação do latifúndio. Daí o fato, no terreno concreto, de desejar a burguesia determinada forma de reforma agrária*”¹⁵⁷⁰ e lutarem outras classes e camadas, notadamente o proletariado e o campesinato, por uma forma diferente de reforma agrária. Estas classes, todas elas, têm contradição com o latifúndio,

¹⁵⁶⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. Op. cit., p. 86.

¹⁵⁶⁵ Idem, p. 76.

¹⁵⁶⁶ Idem, p. 73.

¹⁵⁶⁷ Idem, p. 76.

¹⁵⁶⁸ Em outro trecho, Sodré é mais específico: “*Tentamos aqui, distinguir a transformação do trabalho escravo que leva às relações de servidão, separando esse complexo processo daquele de que resultou o conceito de trabalho livre, para chegar, depois, à discriminação das condições em que o trabalho assalariado se generalizou, entre nós, nas zonas mais desenvolvidas. Desde logo cabe frisar, entretanto, que o aparecimento em formas isoladas e insipientes, de trabalho assalariado está longe de indicar o aparecimento de relações capitalistas de produção. Como o comércio, a moeda e o crédito, o trabalho assalariado é anterior ao capitalismo e, por si só, não define a sua existência.*” SODRÉ, Nelson Werneck. *História da burguesia brasileira*. Op. cit., p. 88.

¹⁵⁶⁹ Idem, p. 87-88.

¹⁵⁷⁰ “*Reunidos em congresso, os lavradores e trabalhadores do campo propuseram as alterações fundamentais que lhes podem proporcionar melhores condições de vida: reforma constitucional, para tornar exequível a RA, impedida pela exigência introduzida na Constituição de 1946 de indenização prévia, em dinheiro e pelo justo valor da terra desapropriada; desapropriação das propriedades de área superior a 500 ha, devidamente levantadas e cadastradas; imposto territorial progressivo; regulamentação do mercado imobiliário rural; entrega de títulos de propriedade aos posseiros, entre outras medidas. Tais medidas nada têm de socialistas, como o latifúndio apregoa: representam, muito ao contrário, reforma burguesa, que fortalecerá a classe e importará na liquidação do latifúndio, permitindo rápido avanço das forças produtivas, e consequentemente, o desenvolvimento material do país. A biga tem poder para realizar tais alterações, será beneficiada com a sua realização, mas teme essa realização.*” Idem, p. 353.

*não é apenas a burguesia que participa dessa contradição – mas visam a solução da referida contradição de maneiras diversas, para chegar a resultados diversos.”*¹⁵⁷¹

A reconciliação do rumo ascendente da história, caracterizado por um capitalismo mercantil, com o escravismo, retrógrado mas central na exploração açucareira, berço da nação, constituiu um desafio que Guimarães e Sodré enfrentaram. As dificuldades da empreitada, a falta talvez, como no caso da China acima exposto, de fazer suficientemente justiça à imensa originalidade da história nacional, e aos trabalhadores do campo no seu devir, fez com que outros autores tentassem explicações diferentes, rejeitando completamente a tese feudal.

III. 2. 3. A ‘MORADA’ NA TESE CAPITALISTA COLONIAL MERCANTIL

A questão das relações de trabalho no campo e de sua qualificação, na época da escravidão é central ao debate na medida em que o escravo foi o antepassado (inclusive em termos propriamente familiares) dos moradores de engenho. A maneira como se qualifica a condição do escravo prenuncia as definições possíveis do seu imediato sucessor, o morador, no contexto pós-abolição. A relação empregatícia da ‘morada’, qualificada de não capitalista, justificaria então a própria denominação ‘feudal’ do modo de produção vigente na zona canavieira de Pernambuco. Contudo, estudiosos marxistas dos mais eminentes discordaram; Caio Prado Júnior esteve entre os críticos mais contundentes desse “reconhecimento” de uma fase feudal ou semi-feudal no desenvolvimento histórico brasileiro.

2.3.1. A ‘morada’ no contexto da obra inovadora de Caio Prado Júnior

“Fundador da interpretação dialética do Brasil”,¹⁵⁷² Caio Prado empenhou-se na análise minuciosa e rigorosa da realidade social que observava como geógrafo,¹⁵⁷³ ao mesmo tempo que procurava desvendar sua gênese histórica. Seu pensamento original e propositivo se manifestou numa época de grandes pioneiros.¹⁵⁷⁴ No ano de publicação de *Casa-Grande e Senzala* (1933), Caio Prado produzia sua primeira grande obra de interpretação marxista da história nacional: em

¹⁵⁷¹ Idem, p. 344.

¹⁵⁷² IANNI, Otávio. “A dialética da História”. In: INCAO, Maria Angela D’ (Org.). *História e Ideal. Ensaio sobre Caio Prado Junior*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 73.

¹⁵⁷³ Aluno de Pierre Deffontaines, Professor de Geografia francês que lecionou a matéria na Universidade de São Paulo, Caio Prado Júnior sempre incluía “pesquisa de campo e viagens de observação: «Chega uma hora» ensina ele- « que é preciso fechar os livros e partir para o reconhecimento da realidade, levantando os problemas in loco.»” HOMEM, Maria Cecília Naclério. “Do Palacete à Enxada”. In: Idem, p. 49. A companheira de Caio Prado, no fim de sua vida, conta que ele utilizava todos os meios de transporte, “de automóvel (...) a pé, a cavalo, de barco, trem ou avião. outra forma de que se utiliza é o diálogo aberto com o habitante, pernoitando sempre que possível em sua morada.” Ibidem. Danda Prado, sua filha, lembra: “Interrompia a cada momento o passeio ou o trajeto a pé, a cavalo ou de carro para indagar de trabalhadores e trabalhadoras rurais como e o que recebiam pelo desempenho de suas tarefas.” PRADO, Danda. “Meu pai”. In: Idem, p. 43.

¹⁵⁷⁴ Reis o classifica, estritamente falando na 2ª fase dos teóricos marxistas no Brasil: “ele foi um dos primeiros a analisar o Br com um marxismo já pós-pioneiro, em 1933.” REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil de Varnhagen a FHC*. Op. cit., p. 151.

Evolução Política do Brasil.¹⁵⁷⁵ *A Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*,¹⁵⁷⁶ sairia em 1942, após o exílio que lhe valeu sua intratável coerência na militância política. Reconhecido como “um grande homem, dos raros que merecem esta qualificação no Brasil contemporâneo”,¹⁵⁷⁷ seu pensamento foi

“desbravador dos estudos sociais brasileiros, encarados sob um prisma eminentemente científico”.¹⁵⁷⁸ Pois foi “o grande historiador que retificou as perspectivas sobre a nossa formação e mostrou uma série de aspectos esquecidos ou ignorados – como a qualidade real da população da Colônia, a presença do marginalizado, a natureza mercantil da empresa agrícola, situando a família das classes dirigentes na devida escala e quebrando o perfil aristocrático traçado por uma ilusão complacente.”¹⁵⁷⁹

A originalidade de Caio Prado¹⁵⁸⁰ residia numa abordagem marxista independente, recusando as “sendas do estalinismo, e [projetando] nos diagnósticos sobre realidade brasileira a visão da “História em etapas” a serem cumpridas necessariamente”.¹⁵⁸¹ Sobretudo, refutou a divisão em cinco etapas, e a sentença ‘feudal’ para o Brasil consagrada pelas instâncias máximas de seu próprio partido.¹⁵⁸² Sua *História Econômica do Brasil*,¹⁵⁸³ e a *Revolução Brasileira*¹⁵⁸⁴ (“o livro mais sério que se escreveu no Brasil naquele momento e teve um impacto político enorme”¹⁵⁸⁵) consolidaram idéias originais a respeito da colonização e do devir histórico da nação, propondo vias eficientes de mudança social. Nelas, o autor atribuiu, analiticamente, um peso específico à importância secular do componente agrário¹⁵⁸⁶ e aos trabalhadores rurais.

A proposta interpretativa de Caio Prado Júnior: a afirmação de sentido

Caio Prado considerou acessório o dilema raça/clima caro a seus contemporâneos,¹⁵⁸⁷ um “[n]ovo momento na interpretação histórica do Brasil: já não se trata mais de explicar a situação do país através de um ou outro fator – a raça, o clima, a escravidão, as características psicológicas dos

¹⁵⁷⁵ Ele mesmo financiou essa primeira grande publicação. Ver HOMEM, Maria Cecília Naclério. “Do Palacete à Enxada”. Op. cit., p. 48.

¹⁵⁷⁶ São Paulo: Brasiliense [1942] 14 ed., 1976. LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro*. Op. cit.

¹⁵⁷⁷ CANDIDO, Antonio, “A força do concreto”. In: INCAO, Maria Angela D’ (Org.). *História e Ideal*. Op. cit., p. 26.

¹⁵⁷⁸ CAVALCANTI, Paulo. *A luta clandestina*. vol. 4. Op. cit., p. 261

¹⁵⁷⁹ CANDIDO, Antonio, “A força do concreto”. In: INCAO, Maria Angela D’ (Org.). *História e Ideal*. Op. cit., p. 23.

¹⁵⁸⁰ Leandro Konder sublinha a precedência cronológica, na análise marxista da História brasileira, de Octávio Brandão, no seu livro “Agrarismo e Industrialismo” (1926) e de Antônio dos Santos Figueiredo, em “Evolução do Estado no Brasil”, também de 1926, sem falar do italiano Antonio Piccarollo, autor de “uma síntese da evolução histórica e da situação política do Brasil” (1908). KONDER, Leandro. “A façanha de uma estréia”. In: INCAO, Maria Angela D’ (Org.). *História e Ideal*. Op. cit., p. 133-134.

¹⁵⁸¹ MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira*. Op. cit., p. 156.

¹⁵⁸² 2.1.3. Aspectos do pensamento marxista sobre a questão da periodização. As etapas.

¹⁵⁸³ São Paulo: Brasiliense, 1945.

¹⁵⁸⁴ São Paulo: Brasiliense, 2 ed., 1966.

¹⁵⁸⁵ FERNANDES, Florestan. “A Visão do Amigo”. In: INCAO, M. A. D’ (Org.). *História e Ideal*. Op. cit., p. 36.

¹⁵⁸⁶ Idéia que lhe valeu críticas, ao meu ver injustas, de colegas ávidos de “modernidade”, entendida como urbana e industrial. Ver, notadamente, MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Op. cit.

¹⁵⁸⁷ III.1.1. José Lins do Rego e sua influência abrangente sobre a visão da ‘morada’: a obra do romancista como criadora de um arquétipo interpretativo do passado recente da sociedade açucareira; e III.1.2. As relações de trabalho na zona canavieira segundo Gilberto Freyre

colonizadores – mas de interpretá-la em função do sentido da colonização. Essa interpretação é fundamentalmente dinâmica, e a análise das tensões criadas pelo sistema permitirão a Caio Prado Júnior reinterpretar vários episódios de nossa História”¹⁵⁸⁸

Homem de seu tempo, impregnado de pensamentos evolucionistas vigentes na época, ele os superou, no entanto, apostando numa conclusão otimista. Realçando seus traços históricos, ele analisou as circunstâncias concretas que definiram a sociedade brasileira graças ao arcabouço sólido do marxismo. Defendeu que o futuro poderia ser moldado por meio de uma ação política correta. Diferentemente do que aconteceu nas zonas temperadas da América,

*“a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais tanto no econômico como no social, da formação e evolução dos trópicos americanos.”*¹⁵⁸⁹

O autor estendeu de forma coerente esta interpretação à história do Brasil até o século XX, integrando também a sujeição do país a uma nova ordem imperialista que se efetuava

*“sem modificação substancial do caráter fundamental da economia do país, isto é, a produção precípua de gêneros destinados ao comércio exterior”,*¹⁵⁹⁰ garantindo *“os lucros dos trustes que dominam este sistema [imperialista]”*.¹⁵⁹¹

Afirmando de início que *“todo povo tem na sua evolução, vista a distância, um certo ‘sentido’”*, Caio Prado situou a origem do *“conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais”* para explicar a formação econômica do Brasil nas formação e expansão de Portugal.¹⁵⁹² Criticando a visão clássica, resultado de *“hábitos viciados de pensamento”*, ele recusou também a visão segundo a qual a colonização do Brasil fora *“um acontecimento fatal e necessário, derivado natural e espontaneamente do simples fato do descobrimento”*.¹⁵⁹³ Caio Prado insistiu na necessidade de considerar, em maior escala, o conjunto de fenômenos da expansão européia que *“se origina de simples empresas comerciais levadas a efeito pelos navegadores daqueles países”* ansiosos em conquistar rotas comerciais novas. *“Traficantes”* em todas as circunstâncias do empreendimento, os europeus ampliavam apenas o âmbito dos seus negócios:

*“Em suma e no essencial, todos os grandes acontecimentos desta era, que se convencionou com razão chamar dos “descobrimientos”, articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu. Tudo que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do século XV.”*¹⁵⁹⁴

¹⁵⁸⁸ LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro*. Op. cit., p. 350.

¹⁵⁸⁹ PRADO Jr, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)*. Op. cit., p. 31.

¹⁵⁹⁰ PRADO Jr, Caio. *História Econômica do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1967, p.285.

¹⁵⁹¹ Idem, p. 328. Quanto aos efeitos que esta situação têm sobre a mão-de-obra no século XX, Caio Prado se limita a estudar a questão no sul do país, onde a imigração européia constituiu um fator significativo. Para o açúcar no Nordeste (Idem p. 213 et ss.), ele trata apenas da rivalidade entre usineiros e fornecedores.

¹⁵⁹² PRADO Jr, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)*. Op. cit., p.19.

¹⁵⁹³ Idem, p.20.

¹⁵⁹⁴ Idem, p.22.

Toda a argumentação de Caio Prado se baseiou nesse pressuposto: a empresa comercial iniciou o processo de colonização, e ela permaneceu o elemento básico de todo e qualquer desdobramento posterior: ela qualificou qualquer evolução até mesmo as modalidades de contato/domínio dos europeus sobre os povos e as terras de outros continentes e, portanto, de sua exploração. O tipo específico de colonização que ocorreu na América 'tropical', nasceu como resposta a essa exigência comercial:

*“Para os fins mercantis que se tinha em vista, a ocupação não se podia fazer como nas simples feitorias (...) Era preciso ampliar estas bases, criar um povoamento capaz de abastecer e manter as feitorias que se fundassem e organizar a produção dos gêneros que interessassem ao seu comércio. A idéia de povoar surge daí e só daí”.*¹⁵⁹⁵

Portanto, a produção agrícola, “*mais ampla, mais estável*” do que o extrativismo inicial, foi estabelecida apenas para satisfazer as exigências do comércio europeu, já que a América era “*um território primitivo habitado por rala população indígena, incapaz de fornecer qualquer coisa de realmente aproveitável*”.¹⁵⁹⁶ A colônia constituiu-se como “*uma empresa de natureza comercial de que aquela população não é senão o elemento propulsor destinado a manter o seu funcionamento em benefício de objetivos estranhos*.”¹⁵⁹⁷ Os “*estigmas gravados em suas feições*”¹⁵⁹⁸ nesses momentos primordiais, “*continua[m] a se fazer sentir*.”¹⁵⁹⁹ Falava, obviamente, do ponto de vista da lógica expansionista européia. Na América tropical, as condições naturais eram propícias ao cultivo de plantas exóticas em demanda crescente.

*“[A] colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais tanto no econômico como no social, da formação e evolução dos trópicos americanos.”*¹⁶⁰⁰

Sintetizando seu pensamento de forma lapidar, o autor acrescenta:

*“Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mas tarde ouro e diamantes; depois algodão e em seguida café para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras.”*¹⁶⁰¹

Sem esconder sua indignação (“*nada mais do que isto*”) Caio Prado vilipendiou, mais uma vez, o “*branco europeu*”, “*traficante*” que viera apenas para “*especular*”, isto é, “*realizar negócios*”, sem qualquer intenção de contribuir para uma construção, a não ser a de sua fortuna. A ênfase era inteiramente colocada sobre o lado comercial como sendo o aspecto (vilmente?)

¹⁵⁹⁵ Idem, p.24.

¹⁵⁹⁶ Ibidem.

¹⁵⁹⁷ PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. Op. cit., p. 247.

¹⁵⁹⁸ Idem, p. 248.

¹⁵⁹⁹ Idem, p. 352.

¹⁶⁰⁰ Idem, p. 31.

determinante, embora reconhecesse “*elementos articulados numa organização unicamente produtora, industrial*”:¹⁶⁰² a plantação (inicialmente açucareira) como base da “*colônia brasileira*”. Para Caio Prado, o “*sentido*” da evolução brasileira não estava nesta produção, tão ávida, sistemática e competentemente organizada, mas no comércio que era feito de seu produto. Enfatizou a escolha dos produtos agrícolas moldadores da sociedade colonial, em função das “*exigências do mercado europeu*”:¹⁶⁰³ Embora o argumento não fosse novo, o modelo de organização da produção era definido como “*a grande propriedade monocultora escravocrata*”.

“Embora Gilberto Freyre tenha reclamado para si a primazia dessa interpretação,¹⁶⁰⁴ dizendo que a apresentou antes de Caio Prado Júnior, a verdade é que há um abismo entre as duas análises. É certo que Gilberto Freyre falou em «*economia monocultora, latifundiária e escravocrata*”, mas, em vez de procurar suas conseqüências para a vida brasileira, passou a uma análise que se aproximaria muito mais de estudo antropológico, isto é, tentou examinar os caracteres culturais de portugueses, índios e negros. Caio Prado Júnior, ao contrário, vê esse tipo de economia como conseqüência do sentido da colonização e é este sentido que determina as outras características da vida brasileira.»¹⁶⁰⁵

O tipo de exploração da mão-de-obra e sua proveniência não eram considerados determinantes: “*indígenas do continente ou negros africanos importados*” e escravizados que, conforme as idéias eugênicas vigentes, ele qualificou de “*raças inferiores*”,¹⁶⁰⁶ ou, durante certo tempo, europeus sob contrato ou deportados.¹⁶⁰⁷ Sua condição concreta, seu estatuto jurídico não afetavam o modo de produção. A escravidão era vista apenas como uma “*feição particular do mundo moderno*”, a propósito da qual o autor enfatizou o papel inovador dos portugueses: “*precedendo os ingleses, sempre imitadores retardatários, de quase um século*”.¹⁶⁰⁸ Como Mao, manifestou certa impaciência quanto ao ‘ranking’ de seu país na escala evolucionista das nações.¹⁶⁰⁹ Admitia a convivência de elementos, senão propriamente de modos de produção distintos. O capitalismo chegou “*mais ou menos tardio*”¹⁶¹⁰ e era de um tipo debilitado “*que não consegue remover a sobrevivência ou inserção de padrões que aberram do Sistema*.”¹⁶¹¹

¹⁶⁰¹ Idem, p.31-32.

¹⁶⁰² Idem, p.31.

¹⁶⁰³ LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro*. Op. cit., p. 349.

¹⁶⁰⁴ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Op. cit., p. 54.

¹⁶⁰⁵ LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro*. Op. cit., p. 349.

¹⁶⁰⁶ Caso único na sua obra. PRADO Jr, Caio. *História Econômica do Brasil*. Op. cit., p.21.

¹⁶⁰⁷ ‘*Indentured servants*’ ou ‘engagés’.

¹⁶⁰⁸ Idem, p.22.

¹⁶⁰⁹ 2.2.2. A transferência de conceito como prática política: o conceito de feudalismo ou modo de produção feudal aplicado fora da Europa: “*uma casa de arrumação*”. A título de ilustração: a historiografia marxista chinesa.

¹⁶¹⁰ LAPA, José Roberto do Amaral. “Introdução ao redimensionamento do debate”. In: *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Op. cit., p. 17.

¹⁶¹¹ Ibidem.

A complexidade da empresa canavieira, “*um verdadeiro mundo em miniatura*”; sua escala considerável;¹⁶¹² o dinamismo de sua expansão geográfica, incentivando a colonização brasileira e determinando, portanto, os núcleos de povoamento e concentração demográfica; sua importância enquanto produção para a economia brasileira - “*praticamente a única base*” durante um século e meio - e sua “*considerável*” importância internacional colocando o Brasil como “*o maior produtor mundial de açúcar*”¹⁶¹³ até meados do século XVII: todos estes fatos não modificaram sua visão da essência simplesmente mercantil do modo de produção vigente no Brasil até épocas recentes. Sendo uma atividade produtiva - entre outras - estreitamente ligada ao sistema capitalista (já não mais ‘mercantil’) europeu não parecia poder afetar ou influir sobre a tipificação estabelecida. Firme na recusa da posição oficial ‘feudal’ do movimento comunista, Caio Prado optou por essa abordagem que privilegiava o comércio, pois, “[a] *análise da estrutura comercial de um país revela sempre melhor que a de qualquer um dos setores particulares da produção, o caráter de uma economia, sua natureza e organização.*”¹⁶¹⁴ Afirmação discutível em termos marxistas, e portadora de preocupação ‘nacionalista’, ela leva a menosprezar ou negligenciar por completo o fator industrial na grande empresa açucareira. O autor mencionou apenas a “*exportação de produtos primários*”.¹⁶¹⁵

Como sob a pena de outros estudiosos, por mais engajados e cuidadosos que fossem nos seus procedimentos e na documentação considerável reunida e analisada, o etnocentrismo¹⁶¹⁶ latente emergia, vez por outra, na forma do posicionamento evolucionista clássico. No entanto, Caio Prado ofereceu, no bojo de sua proposta, uma grande contribuição duplamente enriquecedora, pois a crítica da tese feudal teoricamente fundamentada e apoiada na realidade política de seu tempo, rompeu, senão com o evolucionismo, ao menos com sua aplicação mecânica e rígida, e recusou a transferência acrítica de conceitos.

Crítica da transferência do conceito de feudalismo à realidade brasileira

*“Realmente, surpreende o uso indiscriminado na linguagem científica, entre nós, de expressões conceituais que em cada ciência tem um significado, para o que não se atenta e em consequência não se define coisa nenhuma.”*¹⁶¹⁷

Para o propósito deste trabalho, que se limita a considerar as diversas visões da condição dos trabalhadores rurais canavieiros moradores de engenho, será enfocada, particularmente, a crítica que Caio Prado fez à tese feudal dominante por muito tempo, entre marxistas sobretudo.

¹⁶¹² Empregando facilmente, como ele mesmo menciona, mais de cem pessoas por unidade produtiva.

¹⁶¹³ Idem, p.38.

¹⁶¹⁴ PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. Op. cit., p.114.

¹⁶¹⁵ PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. Op. cit., p. 136.

¹⁶¹⁶ Europeu-centrismo que, aliás, logicamente deveria entrar em conflito com a preocupação nacionalista.

Como já foi visto, a interpretação feudal da sociedade e a conseqüente redução dos moradores à condição de servos estava carregada não apenas de entulhos ideológicos, do tipo eurocentrado, como conduzia a tomadas de posição política e orientações na luta dos movimentos sociais de grandes repercussões.¹⁶¹⁸

Caio Prado expressou em *A Revolução brasileira*,¹⁶¹⁹ “uma espécie de grito parado no ar”,¹⁶²⁰ que “[c]aiu como um bloco de concreto sobre nossas cabeças”,¹⁶²¹ redigido no período que sucedeu imediatamente ao golpe militar de 1964 e, portanto, propício a um doloroso “*soul searching*”. Sob o impacto de eventos dramáticos que ele ainda esperava passageiros, Caio Prado realizou um esforço rigoroso de análise para mostrar os equívocos das esquerdas brasileiras “*por se orientarem pelo que ele chama de “modelo universal”, que tendo ocorrido na Europa se reproduziria “necessariamente” em qualquer outro lugar.*”¹⁶²²

Vítimas do evolucionismo cultural, na sua versão marxista acima descrita, as lideranças comunistas brasileiras incorreram nos mesmos caminhos ortodoxos que os comunistas chineses, entre outros, mas com maior fidelidade prática ao modelo, mantendo a interpretação feudal da situação social no campo, sem a flexibilidade tática das mobilizações das massas rurais de seus equivalentes chineses.¹⁶²³ Sem o benefício do respaldo cultural do qual gozara Mao, Caio Prado foi mais longe teoricamente, criticando a visão de uma “*fatalidade histórica*”. Como outros marxistas acima citados,¹⁶²⁴ ele argumentou contra a transferência de conceitos:

“*se aceitou como um dado preliminar e uma lei histórica geral e absoluta, sem nenhuma indagação prévia acerca da realidade e verdade da coincidência presumida. Uma coisa seria assinalar semelhanças entre o ocorrido nos países da Europa e em outros lugares. E na base dessa observação proceder à interpretação da evolução histórica de outros países e povos, inspirando-se em conceitos já elaborados à luz do exemplo europeu. Nunca esquecendo, contudo que se tratava de simples semelhanças, e que qualquer conclusão deveria cingir-se aos limites dessa semelhança. Coisa bem diferente, logo se vê, é partir como se fêz no caso da interpretação da evolução brasileira, da presunção, admitida a priori, de que os fatos históricos ocorridos na Europa constituíam um modelo universal que*

¹⁶¹⁷ LAPA, José Roberto do Amaral. “Introdução ao redimensionamento do debate”. In: *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Op. cit., p. 16.

¹⁶¹⁸ Ver o exemplo chinês: III.2.2.2. O conceito de feudalismo ou modo de produção feudal aplicado fora da Europa. Dos usos políticos de um conceito histórico A título de ilustração: a historiografia marxista chinesa.

¹⁶¹⁹ PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. Op. cit.

¹⁶²⁰ LAPA, José Roberto do Amaral. “Introdução ao redimensionamento do debate”. In: *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Op. cit., p. 22.

¹⁶²¹ GAPAROTO, Jayme W. “Militância”. In: INCAO, Maria Angela D’ (Org.). *História e Ideal*. Op. cit., p. 57.

¹⁶²² Lapa faz um recenseamento dos escritos em torno do debate ver nota 15. LAPA, José Roberto do Amaral. “Introdução ao redimensionamento do debate”. In: *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Op. cit., p. 22.

¹⁶²³ O mérito de iniciativas exitosas, obra de parte das lideranças do PCC, só ocorreu em situações desesperadas e após fracassos tanto ou mais custosos quanto o golpe militar de 64 no Brasil. Além do mais, haviam-se beneficiado do peso de uma tradição historiográfica e intelectual que garantia prestígio e legitimidade aos movimentos sociais no campo, enquanto fator positivo no desenrolar (cíclico) da história. Isto ofereceu mais espaço intelectual para a tendência maoísta aventurar-se (na prática apenas) além dos *ukazes* estalinistas. III.2.1. Os modos de produção em sucessão evolucionista. 2.2.2. O conceito de feudalismo ou modo de produção feudal aplicado fora da Europa. A título de ilustração: a historiografia marxista chinesa.

¹⁶²⁴ III. 2. 1. Os modos de produção em sucessão evolucionista

necessariamente haveria de se reproduzir em quaisquer outros lugares e, portanto, no Brasil também.”¹⁶²⁵

O autor registra o “espanto (de) encontrar em análises que se reputam marxistas ou inspiradas no marxismo”,¹⁶²⁶ etapas pré-fixadas, balisando “a evolução histórica de todos os povos e países segundo modelo inspirado no que ocorreu num grupo deles”. Defensores de “esquemas universais” que comparou explicitamente aos de Comte e Spencer.¹⁶²⁷

Transferência de conceitos:

Caio Prado recusa a “... esdríxula assimilação (...) da economia agrária brasileira com o modelo dos países europeus. Transportou-se para cá, encaixando arbitrariamente e sem nenhum espírito crítico na evolução histórica brasileira, a situação da Europa egressa da Idade Média e do feudalismo cuja economia agrária, tão distinta da nossa, se caracterizava essencialmente pela presença de uma economia e classe camponesa, isto é, uma estrutura econômica e social de pequenos produtores individuais constituída de unidades familiares voltadas essencialmente para a produção de subsistência e onde o mercado representava papel secundário e subsidiário.(...) Completamente distintas (...) são as condições brasileiras, tanto no que se refere à formação histórica de nossa economia, como em consequência, no que diz respeito à situação nos dias de hoje. A economia agrária brasileira não se constituiu na base da produção individual ou familiar, e da ocupação parcelária da terra, como na Europa, e sim se estruturou na grande exploração agrária voltada para o mercado. E o que é mais, o mercado externo, o que acentua ainda mais a natureza essencialmente mercantil da economia agrária brasileira, em contraste com a dos países europeus.(...) Manteve-se praticamente intacta a grande exploração agrária, operando-se nela, com a abolição da escravidão, a substituição do trabalho escravo pelo livre, sem afetar com isso a natureza estrutural da grande exploração.”¹⁶²⁸

Caio Prado inovou no pensamento marxista brasileiro. Não só criticou a identificação de dado modo de produção – o feudalismo – mas o princípio daquilo que Perrot e Preiswerk definiriam como transferência de conceitos.¹⁶²⁹ Reivindicava-se fielmente marxista, pois esse

“ponto de vista (...) exclui desde logo e necessariamente, qualquer concepção que pretenda enquadrar a evolução histórica em esquemas preestabelecidos.”¹⁶³⁰ Ele reitera: “Nada há portanto tão estranho ao marxismo e dele afastado como pretender dispor a evolução histórica das sociedades humanas em geral dentro de uma sucessão predeterminada de sistemas econômicos, sociais e políticos que se encontrariam em todos os povos e que eles devem necessariamente atravessar. E é isso que fizeram e ainda fazem certos pseudomarxistas, sem ao menos se darem conta disso, quando prefixam para todo e qualquer país uma etapa feudal, que existiu na Europa precedendo o capitalismo, e de que esse capitalismo resultou ou a que sucedeu. Porque isso ocorreu na Europa, não se pode legitimamente concluir que se dá ou deu em outros lugares.”¹⁶³¹

A força dessa argumentação, no início do regime militar, refletia a angústia e raiva do intelectual envolvido no devir de seu país. Rigoroso, seu pensamento estava sintonizado em escala internacional, com outros marxistas acima mencionados, que questionavam de frente, na esteira das mudanças culturais do final dos anos 1960 e 1970, as certezas evolucionistas herdadas da época colonial. Ainda sob os efeitos de uma oportunidade perdida, o autor manifestava

¹⁶²⁵ PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. Op. cit., p. 40.

¹⁶²⁶ Idem, p. 40-41.

¹⁶²⁷ Idem, p. 41.

¹⁶²⁸ Idem, p. 117 e 118.

¹⁶²⁹ Ver o ponto 2.1.4. O caráter itinerante da História Oficial. A transferência de conceitos.

¹⁶³⁰ PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. Op. cit., p. 42

¹⁶³¹ Idem, p. 43.

impaciência com os dirigentes de esquerda, particularmente os comunistas, incapazes de produzirem uma teoria revolucionária eficiente e própria ao Brasil,

*“expressão da conjuntura econômica, social e política do momento, e em que se revelam as questões pendentes e as soluções possíveis para as quais essas questões apontam (...) [em vez de] especulações abstratas acerca da “natureza” dessa revolução.”*¹⁶³²

Caio Prado criticou a assimilação dos trabalhadores rurais brasileiros a seus supostos equivalentes europeus na escala evolucionista.

*“No campo onde o assunto se apresentava muito mais complexo, a coisa era pior, pois as prédicas para uma massa trabalhadora rural fantasiada para a circunstância de campesinato do tipo europeu dos séculos XVIII e XIX, e as imprecações contra o ‘feudalismo’ não encontravam aí, nem podiam encontrar nenhuma ressonância.”*¹⁶³³

Em obras anteriores, o autor havia já defendido, contra a tese ‘feudal’, que a sociedade brasileira fora fundada pelo capitalismo mercantil europeu. As trágicas consequências do que ele considerava um erro de análise, o conduziram a críticas mais contundentes, num tom de polemista¹⁶³⁴ “às vezes amargo”,¹⁶³⁵ que lhe valeram críticas entristecidas de velhos companheiros como Paulo Cavalcanti. Não se tratava mais de divergência de opinião acadêmica, como em 1942, mas de responsabilidade política e social frente às classes trabalhadoras brasileiras, as grandes perdedoras na “Revolução” militar.¹⁶³⁶ Caio Prado investigou, com certa indignação, a repetição de erros no percurso da malfadada idéia feudal no Brasil, via PCB.¹⁶³⁷ A elaboração da aplicação do modelo universal à América Latina dependia do Bureau Sul-americano da Internacional Comunista, cuja sede, em Montevidéu, simbolizava a predominância do “elemento hispano-americano, e nada ou muito pouco se sabia aí das coisas brasileiras.”¹⁶³⁸ Dada a justa insistência do autor na necessidade de pesquisar a realidade antes de propor análises, esse desconhecimento constituía uma falha tão mais perigosa que não fora corrigida. Pelo contrário:

*“[a]ssim, num documento que teve grande importância na determinação da linha política dos partidos comunistas sul-americanos, publicado em 1933 sob o título “Por un viraje decisivo en el trabajo campesino” aparecem afirmações verdadeiramente assombrosas a respeito do nosso país.”*¹⁶³⁹

¹⁶³² Idem, p. 20.

¹⁶³³ PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. Op. cit., p. 24.

¹⁶³⁴ Ver, por exemplo, PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. Op. cit., p. 82 et ss.

¹⁶³⁵ CAVALCANTI, Paulo. *A luta clandestina*. Vol. 4. Op. cit., p. 269.

¹⁶³⁶ Ver a explicação que ele fornece do próprio termo adotado pelos golpistas: PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. Op. cit., p. 21. Caio Prado expressava suas divergências dentro do PCB, desde o V Congresso, como testemunha Paulo Cavalcanti, embora simplificando ao excesso suas teses a ponto de torná-las inexatas. Ver a respeito do latifúndio: CAVALCANTI, Paulo. *A luta clandestina*. vol. 4. Op. cit., p. 269.

¹⁶³⁷ Essas emoções, perceptíveis no seus escritos, não o deixaram recusar o debate. “Num gesto democrático”, conta Paulo Cavalcanti, ele expôs vários exemplares do livro *Os Equívocos de Caio Prado Júnior*, que fora publicado em resposta. CAVALCANTI, Paulo. *A luta clandestina*. Vol. 4. Op. cit., p. 261.

¹⁶³⁸ PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. Op. cit., p. 48

¹⁶³⁹ Ibidem.

“Desconhecimento e mesmo desprezo”¹⁶⁴⁰ da realidade brasileira, analisa Caio Prado, detalhando suas graves consequências. “Graças a essa ignorância, não se embarçaram nossos teóricos com o profundo e chocante contraste entre o que realmente se passava no Brasil e o que eles entendiam que se deveria passar. O contraste somente se faria sentir na inaplicabilidade da teoria à prática, e nas lamentáveis consequências que isso traria para o processo revolucionário e sua maturação.”¹⁶⁴¹

Um “dogma” cegara os intelectuais marxistas, levando-os a considerar a realidade brasileira “unicamente através das fortes lentes deformadoras daquelas falsas convicções.”¹⁶⁴² O autor sublinhava o quão estranhamente a análise permaneceu intocada ao longo de cinquenta anos de extremas mudanças no país. Os “restos feudais” venceram toda tentativa de observar os fatos.

“Ora um tal sistema feudal, semi-feudal, ou mesmo simplesmente aparentado ao feudalismo em sua acepção própria, nunca existiu entre nós”¹⁶⁴³

A recusa da tese feudal no Brasil: nem pseudofeudalismo, nem semifeudalismo¹⁶⁴⁴

Apoiado na exigência científica de elaborar análises apenas com base em informações detalhadas, oriundas da observação direta da realidade, Caio Prado havia sugerido a Manuel Correia a redação de *A Terra e o Homem do Nordeste*.¹⁶⁴⁵ As relações de trabalho no campo não eram pré ou não-capitalistas;¹⁶⁴⁶ constituíam uma simples

“relação de emprego com remuneração in natura do trabalho. Isso é, com o pagamento da remuneração do trabalhador com parte do produto, a metade, na meação; duas terças partes, na terça”.¹⁶⁴⁷

Desse modo, não representavam “um fator negativo no processo de desenvolvimento da economia, e por conseguinte um foco de contradições de potencialidade revolucionária.”¹⁶⁴⁸ As diversas modalidades de exploração da força de trabalho “nada tem de “feudal” ou “semifeudal”.”¹⁶⁴⁹ Com a profundidade e o rigor que alguns de seus críticos poderiam enviar-lhe, Caio Prado precisou: feudal “no sentido próprio da expressão, e não naquele que se vulgarizou por força da própria teoria que lhe deu essa qualificação.” Manifestando um respeito pelo conceito, ele denunciou o uso banalizado do vocábulo:

¹⁶⁴⁰ Idem, p. 49. Fala-se no café (“até aí iam os conhecimentos do Bureau acerca do Brasil”, ironiza Caio Prado, da borracha (de “expressão mínima”) e do arroz (“insignificante”). Nem menção do cacau, tampouco, poderia se acrescentar, do açúcar.

¹⁶⁴¹ PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. Op. cit., p. 50.

¹⁶⁴² Ibidem.

¹⁶⁴³ Idem, p. 51. Por mais que “se esquadrinhe a história brasileira”, continua Caio Prado, o que lembra inevitavelmente os esforços dos intelectuais chineses para encontrar o equivalente desse ‘feudalismo’ escorregadio brasileiro, o elusivo escravismo chinês, fase anterior àquela identificada sem conteste no Império do Meio.

¹⁶⁴⁴ Idem, p. 157.

¹⁶⁴⁵ ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem do Nordeste*. Op. cit.

¹⁶⁴⁶ Análise mantida por muitos autores, entre outros Mantega, que rebate sem demonstração convincente a colossal obra de Caio Prado, nesse particular também. MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Op. cit., p. 239. Copiando o resto da formulação (sem as devidas aspas) de Caio Prado, ele troca no entanto uma palavra que influi no sentido: em vez de “assemelha-se”, Caio Prado afirma que “A nossa parceria assimila-se assim antes ao salariado”. PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. Op. cit., p. 52.

¹⁶⁴⁷ Ibidem.

¹⁶⁴⁸ Idem, p. 55.

“‘Feudal’ tornou-se assim sinônimo ou equivalente de qualquer forma particularmente extorsiva de exploração do trabalho, o que é naturalmente falso.”¹⁶⁵⁰ Essas formas de exploração foram herdeiras da “escravidão, em que o Brasil se formou, e que apenas duas gerações passadas ainda conheceram, é isso que se prolonga até hoje à margem da lei e imprimindo seu cunho anacrônico nas relações de trabalho de boa parte do campo brasileiro.”¹⁶⁵¹

Em suma, inexistia campesinato “no sentido próprio da expressão” nas colônias onde vigorou a escravidão,¹⁶⁵² como na zona canavieira de Pernambuco. Pois “[e]scravidão e feudalismo não são a mesma coisa, e no que se refere à estrutura e organização econômica, constituem sistemas bem distintos.”¹⁶⁵³ Lenin, o modelo, estudara a sociedade russa feudal, de economia camponesa explorada pela classe aristocrática.¹⁶⁵⁴ No Brasil,

“nada (...) justifica a transposição de tal situação e conjuntura.”¹⁶⁵⁵ Continua Caio Prado: “Por mais que se queira enquadrar o nosso caso na teoria inspirada em circunstâncias como aquelas que descrevemos e que não encontram semelhança alguma, próxima ou remota, na formação e na realidade brasileira, não se consegue mais que uma grosseira caricatura que os fatos ocorrentes em nosso país se recusam terminantemente a reproduzir. Em nossas origens históricas, aliás tão próximas dos dias de hoje, e que podemos acompanhar como em livro aberto, sem mistérios, sem problemas, sem questões, não encontramos, e porisso hoje ainda continuamos a não encontrar, o ‘latifúndio feudal’.”¹⁶⁵⁶

Historicamente impossível, o feudalismo brasileiro carecia de uma economia camponesa “a exploração parcelária e individual do pequeno produtor camponês que trabalha por conta própria e como empresário da produção em terras suas ou arrendadas.”¹⁶⁵⁷ Ela era minoritária na formação econômica brasileira, pois

“no passado como ainda no presente, é a grande exploração rural em que se conjugam, em sistema, a grande propriedade fundiária com o trabalho coletivo e em cooperação e conjunto de numerosos trabalhadores. No passado, esses trabalhadores eram escravos, e era isso que constituía o sistema, perfeitamente caracterizado, que os economistas ingleses do passado denominaram plantation system (sistema de plantação), largamente difundido por todas as áreas tropicais e subtropicais colonizadas por europeus e a que Marx se refere em diferentes passagens de *O Capital*.”¹⁶⁵⁸

Caio Prado lamentava apenas que Marx não se detivesse no estudo do mesmo! Quanto ao período posterior à escravidão, a opção feudal era ainda mais injustificável.

“Não se incluem nesse sistema, relações de trabalho e produção próprios da economia camponesa, como se dá com relação ao agrarismo feudal.(...) Com a abolição da escravidão, substitui-se às relações servis de trabalho a relação de emprego e locação de serviços, embora nem sempre o pagamento e a

¹⁶⁴⁹ PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. Op. cit., p. 56.

¹⁶⁵⁰ Ver, a este respeito, novas tendência da historiografia, como, por exemplo, a obra de Pierre Dockès. *La libération médiévale*. Paris: Flammarion, 1979.

¹⁶⁵¹ PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. Op. cit., p. 57. Idéia retomada em PRADO JÚNIOR, Caio. “Nova contribuição para a análise da questão agrária no Brasil”, [1962] reeditado. In: PRADO JÚNIOR, Caio. *A Questão Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 91.

¹⁶⁵² PRADO JÚNIOR, Caio. “Nova contribuição para a análise da questão agrária no Brasil”, p. 91.

¹⁶⁵³ PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. Op. cit., p. 57.

¹⁶⁵⁴ Idem, p. 58.

¹⁶⁵⁵ Idem, p. 60.

¹⁶⁵⁶ Ibidem.

¹⁶⁵⁷ Idem, p. 62.

¹⁶⁵⁸ Idem, p. 61.

remuneração desses serviços (trabalho prestado) se fizessem em dinheiro – o salário propriamente – assumindo com frequência formas mistas e mais ou menos complexas, como sejam o pagamento in natura, concessão do direito de plantar por conta própria alguns gêneros de subsistência etc. Mas qualquer que seja o caso, o trabalhador livre de hoje se encontra, tanto quanto seu antecessor escravo, inteiramente submetido na sua atividade produtiva à direção do proprietário que é o verdadeiro e único ocupante propriamente da terra e empresário da produção, na qual o trabalhador não figura senão como força de trabalho a serviço do proprietário, e não se liga a ela senão por esse esforço que cede a seu empregador. Não se trata assim, na acepção própria da palavra, de um “camponês”.¹⁶⁵⁹

Trabalhadores assalariados, em vez de camponeses

Na análise de Caio Prado, não havia vestígios feudais nessas relações de trabalho, nem mesmo a parceria tinha “forma semifeudal”.¹⁶⁶⁰ Não era o acesso à terra cedida pelo proprietário que fazia do trabalhador um camponês.

“Diferentemente disso, o trabalhador da grande exploração rural, seja escravo ou livre, é mantido remunerado ou compensado pelos serviços que presta, pelo senhor ou proprietário sob cujas ordens e a cujo serviço se encontra. Seja, no caso do escravo, com alimentos, vestimenta e habitação que lhe são fornecidos, acrescidos da concessão que lhe é feita de trabalhar por conta própria aos domingos e mesmo às vezes nalgum outro dia da semana (como ocorria freqüentemente no Brasil); seja, no caso do trabalhador livre, com pagamento em dinheiro e ou de outra natureza – parte do produto, direito de utilizar algum terreno não empregado pela exploração principal do proprietário. Deriva daí que o trabalhador nessa situação dirige sua luta principal em sentido diverso do camponês, e essencialmente no de melhorar quantitativa e qualitativamente sua remuneração e os recebimentos que percebe a título de empregado. Ele não se orienta diretamente para a ocupação e posse da terra. A sua posição, comparada à do camponês, se acha invertida. No caso da economia camponesa, o elemento central da produção, o empresário dela, é o próprio camponês, servo ou livre, com a sua atividade produtiva na qual se insere ou a que se sobrepõe o senhor ou proprietário que submete aquela economia camponesa a seus interesses, mas permanece fora da atividade produtiva propriamente e na qualidade unicamente de proprietário e senhor da terra. Em contraste, a situação na grande exploração rural, que é o nosso caso, seja antes como depois da transformação do regime de trabalho servil em livre, a situação se inverte, pois é a grande exploração dirigida pelo proprietário que constitui o elemento econômico essencial e central. E é nela que se enquadram, a ela se ajustando, o trabalhador e suas atividades. E por isso, enquanto o camponês se acha economicamente ligado e associado à terra de forma direta, a ligação econômica do trabalhador empregado na grande exploração com a terra se faz indireta e em função da mesma grande exploração de cujo sistema econômico-produtivo ele não participa senão a título de simples força de trabalho, e não de ocupante propriamente e explorador direto da terra como se dá com o camponês.”¹⁶⁶¹

Mantega, entre outros, qualificou de não-capitalista a condição do colono, parceiro e morador de ‘condição’;¹⁶⁶² para Caio Prado, eram assalariados de empresas capitalistas.¹⁶⁶³

¹⁶⁵⁹ Idem, p. 64.

¹⁶⁶⁰ Ela poderia mesmo constituir “para o trabalhador rural um tipo de relações de trabalho superior e muito mais vantajoso. Ele aliás é perfeitamente consciente disso. Sobre tudo em consequência da inflação crônica que caracteriza as finanças brasileiras (...). É evidente que percebendo sua remuneração in natura, como se dá na parceria, o trabalhador tira mais proveito do que recebendo um salário em dinheiro que se desvaloriza.” Idem, p. 78. Sem falar da liberdade maior de que goza o parceiro, como confirmam inúmeras vezes os trabalhadores entrevistados. Ver, particularmente, na parte IV.I. A morada na experiência dos trabalhadores rurais, o testemunho de Euclides do Nascimento, cujo pai era foreiro.

¹⁶⁶¹ PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. Op. cit., p. 64-66.

¹⁶⁶² MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Op. cit., p. 178.

¹⁶⁶³ Como parceiros, foreiros, moradores, os trabalhadores enfrentavam diversas situações de opressão e exploração; eles “não exercem suas atividades produtivas por conta própria e sim a serviço de outrem, em regra o proprietário da terra que, nesse caso, não é apenas proprietário, mas também e principalmente empresário da

“Consiste essa “condição” na obrigação imposta ao trabalhador a quem foi concedido terreno para uso próprio, de dar tantos ou quantos dias de trabalho ao empregador. Esses dias de trabalho são em regra pagos a preço inferior ao nível corrente da região, e às vezes são mesmo concedidos gratuitamente, isto é, não são remunerados. É então o chamado “cambão”, ainda bastante freqüente em certas parte do Nordeste.”¹⁶⁶⁴

Ou seja, especifica a seguir, não era pago em espécie, o que não significava que não receba remuneração, pois havia “substituição (total no caso do cambão, parcial nos outros) do salário em dinheiro pela concessão de terras de cultura ou pastos.”¹⁶⁶⁵ O acesso à terra cedida pelo empregador não mudava a condição do assalariado, pois tratava-se apenas de uma forma de pagamento, com uma parte do salário *in natura*.¹⁶⁶⁶ Um tipo específico de assalariamento, mas não de campesinato e nem de vestígio feudal.¹⁶⁶⁷ As características que alguns autores identificaram como elementos para reconhecer no morador um servo, ou outro estatuto pré-capitalista, não passavam, segundo Caio Prado, de

“circunstâncias particulares”.¹⁶⁶⁸ “Assim, em particular, o fato de os empregados habitarem necessariamente, em regra, a propriedade do empregador, ficando assim confinados a um relativo isolamento que influi fortemente, como veremos, no seu estatuto jurídico pessoal. Além disso, o fato de os empregados rurais freqüentemente suplementarem a remuneração em espécie que recebem, o seu salário, com a utilização de parcelas ou lotes de terreno para culturas próprias destinadas à sua subsistência, ou para manterem pequenas criações (aves, porcos, cabras, até mesmo vacas, cavalos ou burros de trabalho destinados a seu uso): e mais excepcionalmente para produzirem alguns excedentes ou sobras de gêneros que são comercializados. Combinam-se assim na remuneração do trabalhador empregado, o pagamento em dinheiro (o salário propriamente), e a concessão do direito de ocuparem, para uso próprio, partes da propriedade do empregador.”¹⁶⁶⁹

Essa modalidade preenchia uma necessidade da empresa: ter mão-de-obra competente e disponível ao seu alcance sem ter que “pagar salários o ano todo”.¹⁶⁷⁰ A sujeição pessoal não era um elemento distintivo de “servidão”, mas resultava apenas da posição dominante do

produção. Os trabalhadores de que se trate neste último caso são empregados e suas relações de trabalho constituem prestação de serviços.” PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. Op. cit., p. 204-205.

¹⁶⁶⁴ PRADO JÚNIOR, Caio. “Nova contribuição para a análise da questão agrária no Brasil”. Op. cit., p. 93.

¹⁶⁶⁵ Idem, p. 94.

¹⁶⁶⁶ O pagamento *in natura* constitui “modalidades de pagamento de serviços, mesmo quando esse “pagamento” não é em dinheiro e assume formas peculiares. Assim, no caso (...) em que a retribuição dada pelo proprietário consiste em parte da produção (quando formalmente a relação jurídica seria a parceria), ou quando se faz com a concessão ao trabalhador do direito de utilizar a terra por conta própria. É importante acentuar esse caráter de locação de serviços que constitui a real essência das relações de trabalho na agro-pecuária brasileira. Efetivamente, aquilo de que essas relações se formam, o fato principal que nelas se configura, é a prestação de serviços. É isso e somente isso que o proprietário procura e obtém do trabalhador; e são serviços unicamente que este último de fato presta ao proprietário, seja qual for o tipo de retribuição que recebe por essa prestação. Assim é na concessão de terras para culturas próprias do trabalhador, o que notoriamente nada mais constitui que um meio de fixar esse trabalhador na propriedade e tornar assim a prestação de serviços de que o proprietário tem necessidade, mas estável e segura.” PRADO JÚNIOR, Caio. “Contribuições para a análise da questão agrária no Brasil” [1960]. Op. cit., p. 62-3.

¹⁶⁶⁷ O ‘cambão’ era definido como “prestação de serviços gratuitos em troca do direito de ocupação e utilização da terra”. PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. Op. cit., p. 56.

¹⁶⁶⁸ PRADO JÚNIOR, Caio. “Nova contribuição para a análise da questão agrária no Brasil”. Op. cit., p. 92

¹⁶⁶⁹ Idem, p. 92-93.

¹⁶⁷⁰ Idem, p. 93.

detentor da terra – o latifundiário – que lhe outorgava esse tipo de meio de pressão sobre a mão-de-obra. Ela acentuava uma exploração capitalista, reconhecendo-se nela, pela virulência e crueza, “acentuados traços escravistas”,¹⁶⁷¹ “formas anacrônicas e remanescentes do escravismo”,¹⁶⁷² explicáveis pela proximidade da abolição (“duas gerações”). Mais ainda, sublinhava o autor,

*“essas sobrevivências escravistas (que são freqüentemente apontadas pelos teóricos do feudalismo brasileiro como “restos semifeudais”) longe de constituírem obstáculo ao progresso e desenvolvimento do capitalismo, lhe têm sido altamente favoráveis, pois contribuem para a compressão da remuneração do trabalhador, ampliando com isso a parte da mais valia, e favorecendo por conseguinte a acumulação capitalista. O que sobra do escravismo representa assim um elemento de que o capitalismo se prevalece, e em que freqüentemente se apoia, uma vez que o baixo custo da mão de obra torna possível em muitos casos a sobrevivência de empreendimentos de outra forma deficitários. É assim errado, e da maior gravidade para os efeitos da revolução brasileira, supor que tais remanescentes escravistas poderão ser eliminados, e eliminadas com isso algumas formas mais brutais de exploração do trabalho, pelo simples progresso e maior difusão das relações capitalistas de trabalho e produção.”*¹⁶⁷³

Os traços remanescentes da escravidão eram apenas formas de “exploração intensiva do trabalhador” num modelo capitalista.¹⁶⁷⁴ A demonstração estava completa.

Latifúndio capitalista, eventualmente moderno

Na indústria açucareira, o autor encontrara uma boa ilustração, pois era fácil

*“observar as incoerências e inconseqüências das interpretações mais em voga acerca da economia agrária brasileira difundida nos meios de esquerda. Segundo essas interpretações, o latifúndio constituiria uma sobrevivência “arcaica” de natureza “feudal” ou “semifeudal”, hoje inteiramente obsoleta e ultrapassada pelas exigências do desenvolvimento econômico. Entretanto, no caso da economia açucareira, que constitui sem dúvida um dos principais setores da agricultura brasileira, e certamente aquele em que se encontra a maior concentração fundiária, observa-se, sem margem para dúvidas, que essa concentração, nas proporções em que se verifica e continua se ampliando, representa fato recente e da maior atualidade, nada tendo de “obsoleto” e “arcaico”. Bem pelo contrário, ela não somente tem por estímulo fatores de natureza essencialmente capitalista (em que sobrelevam as exigências dessa grande unidade industrial moderna que é a usina de açúcar), mas ainda proporcionou e foi mesmo condição necessária do aumento verificado de produtividade, e do desenvolvimento econômico resultante.”*¹⁶⁷⁵

¹⁶⁷¹ PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. Op. cit., p. 150

¹⁶⁷² Idem, p. 164.

¹⁶⁷³ Idem, p. 150-151. “Tais remanescentes coloniais, contudo, se ajustam perfeitamente nas relações capitalistas de produção como tivemos ocasião de ver. Acabamos mesmo de relembrar a circunstância que os miseráveis padrões da população trabalhadora rural asseguram os baixos custos da produção exportável, o que vem a favor, está visto, de um sistema capitalista de produção apoiado essencialmente, como é o caso, naquela produção exportável. Não será, pois, pela “apuração” das relações capitalistas de produção e superação não se sabe de que pré-capitalismo (feudal, semifeudal ou outro), que se eliminarão aqueles remanescentes coloniais que se harmonizam perfeitamente com aquelas relações capitalistas. É no interior do próprio capitalismo, e nas contradições específicas por ele geradas que se encontram os fatores capazes de levar à superação e eliminação do que sobra do colonialismo nas relações de trabalho e produção da economia brasileira e no estatuto do trabalhador rural.”

¹⁶⁷⁴ Idem, p. 236.

¹⁶⁷⁵ PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. Op. cit., p. 119-120.

O latifúndio era capitalista, independentemente do avanço ou não de suas técnicas.¹⁶⁷⁶ Constatação das mais heréticas à época, e inteiramente comprovada pelos desdobramentos posteriores, como bem o mostrou o Proálcool.¹⁶⁷⁷ Pensando talvez na China, exemplo que gostava de citar, Caio Prado sublinhou a diferença entre o Brasil e outros países antigamente colonizados na Ásia e África. Ao contrário desses, o Brasil e o Velho Continente, argumentava, pertenciam ao mesmo complexo cultural, eles eram da mesma civilização, embora com resultados diversos. “São assim as mesmas circunstâncias que plasmariam por um lado a nossa formação, e deram de outro no imperialismo.”¹⁶⁷⁸ Não houve sobreposição de sociedades diversas na sua gênese, mas uma criando a outra ao seu modo. A colônia brasileira fora, desde o início, constituída de latifúndios e mão-de-obra sujeita. Não havia lugar para um campesinato, sobretudo no espaço que nos interessa aqui, central ao processo colonizador desde o princípio:

“Trabalhadores da grande exploração agropecuária (a fazenda, a usina, o engenho, a estância etc.) não são “camponeses” no sentido próprio de produtores autônomos e parcelários, e sim empregados daquela grande exploração.” Pois, desde o início da agroindústria açucareira brasileira, “o trabalhador é incluído na organização econômica da colonização, a saber, como simples força de trabalho, como instrumento vivo destinado a fornecer energia física necessária à realização dos objetivos mercantis da colonização.” Na época da abolição “o que sobrava de escravos no Brasil – na agricultura constituíam a maioria esmagadora dos trabalhadores(...) se transformaram em assalariados, continuando empregados nos mesmos estabelecimentos rurais (fazendas, engenhos) cujo ritmo produtivo e cuja estrutura econômica, que era a grande exploração agrária, não se modificaram essencialmente.”¹⁶⁷⁹

Nada de feudal ou semi feudal havia na empresa açucareira, nem nas relações de trabalho, pois

*“[e]sse sistema não representa, em última instância, mais que o termo final do processo de mercantilização dos bens e das relações econômicas, o que se completa precisamente quando esse processo atinge e engloba a força de trabalho transformada em simples mercadoria que se compra e vende. É isso justamente que se verifica no Brasil com a abolição pois os demais elementos estruturais da economia brasileira já eram de início de natureza essencialmente mercantil.”*¹⁶⁸⁰

No Nordeste, com os progressos ocorridos recentemente, o sistema

*“capitalista de produção se ampliou e aprofundou, ao mesmo tempo que se apuravam as relações capitalistas de trabalho. Paralelamente declinaram os padrões de vida dos trabalhadores. Isso porque aquele progresso foi acompanhado, como tinha naturalmente de ser, por larga expansão das lavouras de cana necessárias para o adequado abastecimento em matéria prima das modernas usinas.”*¹⁶⁸¹

Nesse declínio nas condições de vida dos trabalhadores, o autor notou como se reduzia o

“espaço disponível para culturas de subsistência mantidas pelos trabalhadores e das quais eles tiravam o essencial de sua manutenção. Também a intensificação do trabalho necessário para fazer frente às

¹⁶⁷⁶ “Também não se modifica fundamentalmente a natureza capitalista da grande exploração rural brasileira, e portanto das classes e categorias sociais que nela figuram, pelo fato do baixo nível tecnológico nela em regra predominante. O que caracteriza essencialmente o capitalismo não é a tecnologia empregada. Essa aliás constitui uma das balelas da teoria econômica burguesa que assimila capital e instrumentos de produção e portanto, como corolário, identifica o capitalismo com o emprego de técnicas de alto nível.” Idem, p. 164. Ver, também, p. 166.

¹⁶⁷⁷ II. O contexto histórico da ‘morada’. Características da Zona da Mata pernambucana.

¹⁶⁷⁸ PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. Op. cit., p. 121.

¹⁶⁷⁹ Idem, p. 161; 147; 148.

¹⁶⁸⁰ Ibidem.

¹⁶⁸¹ Idem, p. 152.

novas exigências da produção acrescida, foi roubando ao trabalhador o tempo livre de que dispunha para se dedicar às suas culturas particulares de subsistência.” Ele não tem mais como produzir “suas próprias culturas”, tendo que comprar sua alimentação, “[s]eu padrão e condições de vida, portanto, se agravaram. Segundo opinião generalizada nas zonas açucareiras do Nordeste, o trabalhador rural vive hoje em piores condições do que no passado. E o fato diretamente responsável por isso foi precisamente o desenvolvimento e a apuração das relações capitalistas de produção e de trabalho.”¹⁶⁸²

Caio Prado aderiu à idéia,¹⁶⁸³ veiculada pela literatura,¹⁶⁸⁴ de um passado mais confortável para os trabalhadores. Entre as razões da constância dessa idéia, formulada por José Lins do Rego e Gilberto Freyre, figurava o processo de desapossamento dos parceiros/foreiros, cuja condição “assegura ao trabalhador situação muito mais favorável que o salariado capitalista.”¹⁶⁸⁵ Essa frase deixa margem a interpretações divergentes e o autor especificou:

“É certo que os proprietários rurais empregam eventualmente no Brasil processos e expedientes de natureza não econômica, e sim de subordinação pessoal na exploração de seus empregados, como sejam a retenção por dívidas, o pagamento em vales somente descontáveis no chamado “barracão” onde os preços são freqüentemente superiores aos do comércio regular; e assim outros processo (inclusive até sanções e punições corporais) que emprestam às relações de empregador e empregado nítidas cores de submissão pessoal e, portanto, estranhas ao capitalismo, que se apoia essencialmente na liberdade jurídica do trabalhador. (...) Esses remanescentes anacrônicos, contudo, não somente não desnaturam a essência das relações de trabalho predominantes na agropecuária brasileira e o tipo de organização econômica, e sobretudo não desclassificam essa organização para um tipo “feudal” ou outro qualquer assemelhável, mas ainda reforçam muitas vezes a exploração comercial e capitalista da agropecuária, pois tendem a reduzir a remuneração do trabalhador e, em consequência, crescer a mais-valia e a rentabilidade da empresa.”¹⁶⁸⁶

As relações de trabalho impostas aos trabalhadores rurais eram capitalistas, mas de um

“capitalismo rudimentar e de baixo nível tecnológico. É preciso não confundir “capitalismo” com tecnologia desenvolvida. Essa confusão é insinuada e estimulada por concepções apologéticas do capitalismo, e toma por padrão de referência o sistema tal como se apresenta nos países altamente desenvolvidos, como nos Estados Unidos e na Europa ocidental.(...) O capitalismo é isso, não importando essencialmente a tecnologia empregada na produção. E nesse sentido, as relações de produção predominantes na economia brasileira, inclusive na agro-pecuária, são de natureza capitalista.”¹⁶⁸⁷

Pois o capitalismo lançava mão de diversos modos de exploração em situação de dominação colonial ou imperialista. Como escreveu Caio Prado, com certo tom irônico, o

“capitalismo nada tem essencialmente em comum com formas atenuadas de exploração e opressão, e isso representou um dos importantes fatores de impulsionamento da acumulação capitalista primitiva, isto é, a constituição do capital inicial ou de parcelas importante desse capital com que se desencadeou e, em seguida, acelerou o processo de desenvolvimento do sistema produtivo do capitalismo.”¹⁶⁸⁸

¹⁶⁸² Idem, p.152-153.

¹⁶⁸³ Ver PRADO JÚNIOR, Caio. “Nova contribuição para a análise da questão agrária no Brasil”. Op. cit., p. 94.

¹⁶⁸⁴ III. 1. A visão da ‘morada’ construída na obra de José Lins do Rego e de Gilberto Freyre.

¹⁶⁸⁵ PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. Op. cit., p. 153.

¹⁶⁸⁶ Idem, p. 162 e 163.

¹⁶⁸⁷ Idem, p. 154-155.

¹⁶⁸⁸ Idem, p. 164.

A questão da terra nos movimentos sociais no campo

Na perspectiva prática da luta de classes que habita Caio Prado, essa distinção não era apenas acadêmica, pois a reivindicação enfática de luta contra o latifúndio e pela Reforma Agrária só poderia ser de camponeses, não de assalariados trabalhadores do eito, moradores.

*“Obcecados pela idéia de uma revolução democrático-burguesa e antifeudal, proposta a priori, os elaboradores da teoria revolucionária brasileira ainda hoje consagrada, passam ao largo precisamente daquelas situações político-sociais do campo brasileiro onde se abrigam suas contradições mais profundas e revolucionariamente mais fecundas. Isso porque tais situações não se ajustam convenientemente nos seus esquemas teóricos. Tendem por isso a esquecê-las ou subestimá-las. Frequentemente nem mesmo as notam.”*¹⁶⁸⁹

A “conclusão apriorística”,¹⁶⁹⁰ dos documentos do Partido Comunista, inclusive os mais autênticos em termos de democracia interna, desconheciam a realidade do campo tanto quanto a jurídica,¹⁶⁹¹ apesar dos esforços dos movimentos sociais, como na China, para deixar claras as aspirações profundas das classes em questão. O autor ressalta a

*“importância e fecundidade das reivindicações trabalhistas no campo brasileiro com as ocorrências verificadas, particularmente no Nordeste, em 1963, e até o golpe de abril do ano seguinte, quando na base da luta pela aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural se desencadeou uma das maiores batalhas, senão a maior delas, jamais verificada no campo brasileiro. Sobreleva-a unicamente a campanha abolicionista.”*¹⁶⁹²

Caio Prado identificou tentativas de ação no bom sentido, mas pontuais e tímidas demais,¹⁶⁹³ às vezes condenadas por dirigentes do partido, a exemplo de jovens militantes

¹⁶⁸⁹ Idem, p. 75.

¹⁶⁹⁰ Ibidem.

¹⁶⁹¹ “Programa de 1954, particularmente importante porque é o primeiro, na fase mais recente do pós-guerra, aprovado em Congresso e revestindo-se assim da maior autenticidade a autoridade. As relações de emprego na agropecuária brasileira acham-se colocadas nesse Programa em segundo e apagado plano. E trata-se aí de uma questão única: a do salário. Os autores do Programa achavam-se aliás tão alheados da realidade brasileira que inscrevem no Ponto 40(2) uma reivindicação já na época, e havia muito incorporada à legislação brasileira que, na Consolidação das Leis do Trabalho de 1943 (onze anos antes, portanto) assegurava ao trabalhador rural o salário mínimo. A questão, pois, não estava mais em legalizar o mínimo salarial, e sim torná-lo efetivo. Mas disso não se ocupam nem se interessam os elaboradores do Programa, que nem no texto do documento nem nas intervenções no curso do Congresso se referem ao assunto por ligeiramente que seja. Nem ao menos há referência à sindicalização do trabalhador rural, também legalmente consagrada já na época do Congresso, pelo Decreto-Lei nº 7038 de 10 de novembro de 1944, e que permanecia ainda praticamente letra morta, como permaneceu até muito recentemente. Somente em 1963 se começou a cuidar mais seriamente do assunto. Com vinte anos de atraso, portanto.” Idem, p. 76.

¹⁶⁹² Idem, p. 77. A pungência de Caio Prado deve ser medida pela esteira dos sofrimentos então enfrentados pelos setores progressistas da sociedade em seqüela do golpe militar. Seus protestos contra o programa, a seu ver equivocado, do PCB não são científicos apenas; eles expressam a cólera de uma decepção de consequências catastróficas para toda a nação. Assim, ele retorna incansavelmente às “inabaláveis convicções “antifeudais” dos congressistas, e sua ojeriza, em consequência, à parceria por eles incluída entre os “restos semif feudais” a serem erradicados da organização agrária do país. Tanto assim que imediatamente reiteram essa ojeriza, ao assegurarem no item 41 do Programa a intangibilidade das propriedades cultivadas por “assalariados”, ao contrário das demais que deviam ser “confiscadas”. Idem p. 79

¹⁶⁹³ Por exemplo, a Resolução Política aprovada em Convenção Nacional do PCB (1960). “Embora mantendo a tradicional e falseada posição teórica do Partido acerca da natureza da revolução brasileira,[ela] introduz uma réstia de bom senso no capítulo das normas de ação prática. É assim que, na primeira parte de seu item 25 é estabelecido o seguinte: «A fim de impulsionar a organização das massas do campo é necessário dar atenção principal aos assalariados e semi-assalariados agrícolas. Sua organização em sindicatos deve constituir a base para a mobilização das massas camponesas.»” Idem, p. 80. “cochilo dos seus redatores”. Idem, p. 81

pernambucanos trabalhando na Cooperativa de Tiriri¹⁶⁹⁴ e salvos da expulsão pela intervenção de Gregório Bezerra, ele mesmo empenhado na tarefa de organizar os canavieiros em sindicato. Elas apontavam para o verdadeiro caminho para um movimento revolucionário, embora insuficiente atenção tenha sido dedicada à organização das massas rurais. As reivindicações propriamente dos assalariados foram assim prejudicadas, rebaixadas ao nível de

*“reivindicações imediatas”, que precederiam e preparariam a reforma “radical” destinada a superar os restos semifeudais presentes na economia agrária brasileira. “Reforma radical” essa que consistiria fundamentalmente na eliminação do latifúndio “feudal”.*¹⁶⁹⁵

A reivindicação por terra nos idos dos anos 1950 e 1960, inscrevia-se

*“na fase atual do processo histórico brasileiro [das] contradições presentes no campo que se revelam particularmente nos conflitos gerados na base da luta dos trabalhadores rurais por melhores condições de emprego.”*¹⁶⁹⁶ O exemplo citado é aquele dos “grandes movimentos de massa verificados nas usinas e engenhos do Nordeste, particularmente em Pernambuco.”¹⁶⁹⁷ Talvez seja um pouco injusto julgá-las “reduzidas aspirações e o baixo nível ideológico e da consciência de classe dos trabalhadores rurais, que somente de poucos anos a esta parte começam a dar mostra de maiores exigências e agressividade.”¹⁶⁹⁸ No entanto, no contexto geral da luta em escala de espaço e tempo maiores, “[a]s reivindicações dos trabalhadores rurais por melhores condições de vida se situam assim na linha evolutiva a que nos referimos no cap. II, e representam mais uma etapa a se acrescentar às anteriores, através das quais se vem erguendo a massa da população brasileira do simples estatuto de instrumento de trabalho e de produção a serviço da empresa mercantil aqui instalada pela colonização, para o plano de uma coletividade nacionalmente integrada e organizada.”¹⁶⁹⁹

Apenas na qualidade de empregado que luta por melhores salários e condições de trabalho, os moradores de engenho estariam acompanhando o sentido da história, acelerando e dinamizando um processo que conduziria toda a nação ao progresso, ultimamente socialista. Apesar do golpe, Caio Prado esperava a continuação do movimento, “*ganhando força e impulso, desde a organização sindical até o desencadeamento de greves.*”¹⁷⁰⁰ Essa percepção pode surpreender, visto a ferocidade da repressão contra as organizações de trabalhadores rurais, e a vindicta dos proprietários e suas milícias, tanto mais raivosos quanto grande fora o medo de uma mudança profunda na sociedade. O autor anticipara o “*movimento ascensional das massas trabalhadoras rurais*”,¹⁷⁰¹ um rumo proveitoso para os canavieiros, sobretudo nos anos 80.

Formatado

¹⁶⁹⁴ Ver DABAT, Christine Rufino, “Os primórdios da Cooperativa de Tiriri”. Op. cit.

¹⁶⁹⁵ Idem, p. 87.

¹⁶⁹⁶ Idem, p. 217.

¹⁶⁹⁷ Ibidem.

¹⁶⁹⁸ Idem, p. 166.

¹⁶⁹⁹ Idem, p. 217.

¹⁷⁰⁰ Ibidem.

¹⁷⁰¹ PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. Op. cit., p. 218. Ver, a este respeito, a tese de Maria do Socorro Abreu e Lima, *Revisitando o campo: lutas, organização, contradições – Pernambuco 1962-1987*, Recife, Programa de Pós-graduação em História – Doutorado, UFPE, 2003.

*“Uma coisa é certa: o trabalhador rural brasileiro, antes isolado nos grandes domínios das fazendas, engenhos e usinas, estâncias, e embora ainda relativamente tão próximo de suas origens na escravidão que apenas duas gerações passadas conheceram, hoje se acha em boa parte e graças a seus maiores contactos e intercâmbio com o mundo externo, perfeitamente exatamente consciente de sua situação e sabe que ela não deve nem pode perdurar.”*¹⁷⁰²

A perspicácia de Caio Prado fez-lhe, portanto, perceber a herança escravista de violência, cuja obviedade cegava outros autores, advertidos e simpáticos à categoria, como Chilcote,¹⁷⁰³ se contentando com a versão “patriarcal” ou “paternalista” freyriana ou de José Lins. Mas, entre as razões do “atraso” do movimento dos trabalhadores rurais, Caio Prado contava o erro teórico (feudal) que desembocava na luta pela Reforma Agrária. Recusava-lhes tanto uma importância numérica “de pequena expressão”, quanto de significação, eram

*“afirmações dogmáticas (...) Pois é inacreditável que inexistissem tais dados [concretos] se realmente a reivindicação pela posse da terra tivesse a expressão, o alcance e profundo sentido histórico que lhe são atribuídos. Em todos os lugares onde a questão se propôs ou propõe verdadeiramente em tais termos, os fatos são perfeitamente claros e não deixam margem para dúvidas. O que certamente não ocorre no Brasil. (...) A conclusão que se há de tirar daí é, pois, que a reivindicação e luta pela terra não tem no Brasil a significação revolucionária que se lhe pretende atribuir com base na simples teoria.”*¹⁷⁰⁴

O desconforto de Caio Prado frente a essa questão é perceptível. Criticando, com toda razão, o dogmatismo de seus colegas,¹⁷⁰⁵ ele parece cair numa tentação próxima. Na sua visão da linha histórica do desenvolvimento brasileiro, a reivindicação pela propriedade da terra não poderia corresponder a um dinamismo seguramente associado ao progresso ao qual ele aspirava. Para fortalecer sua posição, o autor lançou mão de argumentos pouco científicos: *“Na análise de um processo revolucionário é preciso considerar suas perspectivas à luz das tendências naturais e efetivamente nela presente, inexpressas embora.”*¹⁷⁰⁶ Ele tentou defender seu ponto de vista enfatizando a falta de uma *“consciência alertada e sua disposição de luta no sentido daquela reivindicação.”*¹⁷⁰⁷ O lado ligeiramente capcioso do argumento reside no fato de que as aspirações e reivindicações expressas por essas massas foram, precisamente, formuladas por lideranças instruídas para não fazer esse tipo de demanda, por exemplo, no mundo sindical.

Por outro lado, Caio Prado mostrou convincentemente que

*“a maior parte da população trabalhadora rural não se constitui no Brasil, nem jamais se constituiu de “camponeses” na acepção própria e usual do termo, isto é, de trabalhadores e produtores autônomos que exploram por sua conta e risco exclusivos a terra que ocupam.”*¹⁷⁰⁸

¹⁷⁰² PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. Op. cit., p. 218.

¹⁷⁰³ CHILCOTE, Ronald H. *The Brazilian Communist Party*. Op. cit., p. 156.

¹⁷⁰⁴ PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. Op. cit., p. 219-220.

¹⁷⁰⁵ Retomado no opúsculo de Paulo Cavalcanti, “Equívocos de Caio Prado Júnior”, publicado por sugestão de David Capistrano da Costa, pela editora Argumentos de São Paulo. CAVALCANTI, Paulo. *A luta clandestina*. Vol. 4. Op. cit., p. 266.

¹⁷⁰⁶ PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. Op. cit., p. 224.

¹⁷⁰⁷ Idem, p. 220.

¹⁷⁰⁸ Idem, p. 221.

Diferentemente do México ou países andinos, o Brasil conheceu “a grande exploração agrária em que o trabalhador se inclui como elemento subordinado e na qualidade de “empregado”. A abolição e as transformações subseqüentes nas relações de trabalho não produziram um campesinato subitamente *ex-nihilo*:

*“escravo no passado, livre ou semilivre em seguida, mas sempre como simples parte de um todo orgânico que é aquela unidade produtora da grande exploração. A grande exploração é uma organização inteira cuja base territorial é ampla não por força unicamente de privilégios jurídicos do titular e proprietário, e sim também, e sobretudo, por efeito da própria estrutura econômica da produção. Daí decorrem a posição específica do trabalhador e, pois, as suas reações psicológicas, reivindicações e ação. Sente-se oprimido, no passado, pela situação de escravo, que era sua; mas tarde, de trabalhador legalmente livre, mas explorado e muitas vezes tratado ainda como escravo. Luta por isso pela sua liberdade efetiva, pela melhoria de suas condições de trabalho: melhor remuneração, tratamento adequado.”*¹⁷⁰⁹

Uma Reforma Agrária ocasionaria uma completa transformação da organização da produção, e os trabalhadores rurais “condicionados” pela atual não manifestariam inclinação a “passar daí a produtor autônomo”,¹⁷¹⁰ isto é, camponeses, não tendo para isso “tradição cultural, conhecimentos, experiência, iniciativa, já para não falar em recursos materiais.”¹⁷¹¹ Preso à sua lógica, concluiu desse diagnóstico que eles não deveriam desejar terra. Citando um levantamento durante o Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Belo Horizonte (novembro 1961), pensou verificar que “o problema da terra aparece muito atenuado e distanciado de outras questões.”¹⁷¹² A Reforma Agrária não teria capacidade para propulsar o Brasil no rumo do progresso, e ele sentenciou: “na sua seqüela [não traz] nenhuma nova forma de organização capaz de liberar forças produtivas hoje tolhidas e reprimidas em seu natural desenvolvimento.”¹⁷¹³ Sanção final, o autor descartou as cooperativas, notáveis fracassos,¹⁷¹⁴ que poderiam melhorar a situação dos pequenos produtores agrícolas (existentes ou futuros): não eram “reivindicações capazes de mobilizar revolucionariamente a massa trabalhadora rural.”¹⁷¹⁵ Num balanço do período anterior ao golpe militar de 64, ele concedeu “expressão significativa” apenas às Ligas Camponesas, e particularmente à de Galiléia. Notava que “o que deu maior expressão e notoriedade às Ligas Camponesas não foram as agitações dos “foreiros”(arrendatários) e ocupantes de terras, e sim a ampla mobilização dos trabalhadores dos canaviais que seguiu e acompanhou aquelas agitações, e na qual não se propôs a questão da terra, e sim a luta por melhores condições de trabalho e emprego nos engenhos e usinas.”¹⁷¹⁶

¹⁷⁰⁹ PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. Op. cit., p. 223.

¹⁷¹⁰ Ibidem.

¹⁷¹¹ Ibidem.

¹⁷¹² Idem, p. 224.

¹⁷¹³ Idem, p. 225.

¹⁷¹⁴ Idem, p. 228.

¹⁷¹⁵ Ibidem.

¹⁷¹⁶ Idem, p. 233.

Criticando a publicidade que envolveu as Ligas, ele estimava que confundiu-se a “*agitação dos foreiros*” do resto do movimento, que ele qualificava de “*profundo, extenso e com larga potencialidade revolucionária (...) a luta dos trabalhadores empregados na cultura e, especialmente, na colheita da cana-de-açúcar.*”¹⁷¹⁷ Com a mesma impiedosa categorização dos trabalhadores rurais, alguns dotados de potencial revolucionário em si, outros não, ele concluiu que “*debilidade e falta de projeção*”¹⁷¹⁸ desqualificavam a luta pela terra no Brasil.¹⁷¹⁹ A falta do elemento de “*disposição de luta no sentido daquela reivindicação*”, distinto do caso da China, onde abundavam massas mobilizadas, seria a prova que realmente o assunto não era fundamental. Talvez se possa reconhecer certo preconceito quanto ao que Lenine chamava de “*mentalidade camponesa*” que, na literatura marxista ocidental, maculou a ânsia dos trabalhadores rurais em ter terra,¹⁷²⁰ menosprezando mobilizações, quanto mais a demanda reprimida.¹⁷²¹ Mas reconheceu a capacidade revolucionária dos trabalhadores rurais na luta por melhores condições de vida.¹⁷²²

2.3.2. O antigo sistema colonial e a relação de ‘morada’

Num contexto política e intelectualmente desafiador, uma das obras mais “*provocadoras*”¹⁷²³ e férteis sobre a História do Brasil é certamente a de Fernando Novais.¹⁷²⁴ Ao evidenciar a inserção do Brasil numa dinâmica economia em escala mundial, o antigo sistema

¹⁷¹⁷ Idem, p. 233-4.

¹⁷¹⁸ Ibidem.

¹⁷¹⁹ Embora relegando a questão, Caio Prado recusa qualquer dedução simples: “*Não é suficiente o simples fato do elevado índice de concentração da propriedade fundiária rural, como se verifica no Brasil, e de a grande maioria dos trabalhadores rurais não disporem dessa propriedade, para daí se concluir, sem mais (como tão freqüentemente se faz), que a questão da terra se propõe de forma generalizada, e muito menos ainda que se propõe em termos revolucionários.*” Idem, p. 220.

¹⁷²⁰ Ver, a esse respeito, o testemunho de CILIGA, Ante. *Dix ans au pays du mensonge déconcertant*, ([1938] Paris: Champ Libre, 1977) sobre o estado de espírito dos camponeses soviéticos a respeito da coletivização, defendendo-a, contra os burocratas “ladrões”. No Brasil, a mesma atitude prevalecia. Ver a título de exemplo: “*É importante assinalar o fato de que a luta dos camponeses (e a não-aceitação da transferência de sítio por parte dos “galileus” o demonstra) não é uma luta por qualquer terra, mas sim uma luta pela terra que tem incorporado seu trabalho. Nesse sentido, não se trata de uma luta pequeno-burguesa pela propriedade, mas sim uma luta pelo objeto e meio de seu trabalho.*” BASTOS, Elide Rugai, *As Ligas Camponesas*, Petrópolis, Vozes, 1984, p.21. Ênfases no original.

¹⁷²¹ Pois ele repete a mesma idéia seguidamente, identificando a falta de “*um forte e generalizado movimento de massas rurais, efetivo ou potencial, impulsionado por uma economia camponesa tolhida e limitada em seu progresso, ou contida em sua expansão pelo obstáculo e resistência que oferece a concentração da propriedade fundiária rural. Isso não ocorre em proporções capazes de desencadear um processo revolucionário, porque o setor propriamente camponês, isto é a pequena produção autônoma, sempre teve no conjunto da economia agrária brasileira, no passado como no presente, e em confronto com a grande exploração em que basicamente se estrutura aquela economia, um papel subsidiário e de segundo plano.*” Resumindo, o autor afirma “*assim, a questão da terra, que é de natureza essencialmente camponesa, não se propõe senão secundariamente.*” PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. Op. cit., p. 235.

¹⁷²² Idem, p. 245.

¹⁷²³ O termo é utilizado por Steven C. Topik.

¹⁷²⁴ NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*. São Paulo: Hucitec, 1979.

colonial, ele oferece uma nova abordagem, permitindo¹⁷²⁵ desdobramentos enriquecedores como as obras de Vera Ferlini.¹⁷²⁶ Com a humildade e firmeza dos maiores intelectuais, Fernando Novais utiliza gigantesca documentação que ele coloca em articulações detalhadas em torno de seu assunto. A perspectiva inovadora é a mudança de escala e a concepção enfática de um complexo sistêmico. Redigida no começo dos anos 1970, sua tese de doutorado *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*¹⁷²⁷ definiu um quadro que permite ressituar o assunto das relações de trabalho. Classificando seu estudo no campo da história da política econômica, referindo-se à obra de Marc Bloch,¹⁷²⁸ Fernando Novais distinguiu um sistema colonial do mercantilismo como “*estruturalmente vinculado às antigas formas de organização política e de exploração econômica, parte integrante e indissolúvel do Antigo Regime.*”¹⁷²⁹ O Brasil, como outros estados independentes da América, surgiu de sua crise, definida como “*o conjunto de tendências políticas e econômicas que forcejavam no sentido de distender ou mesmo desatar os laços de subordinação que vinculavam as colônias ultramarinas às metrópoles européias.*”¹⁷³⁰ O autor utilizou o conceito de periferia, na esteira dos trabalhos de André Gunder Frank.¹⁷³¹

Envolvendo Portugal e Brasil, o antigo sistema colonial do mercantilismo, “*conjunto das relações entre as metrópoles e suas respectivas colônias*”¹⁷³² funcionava dentro “*da tecitura do capitalismo mercantil em desenvolvimento na Europa*”,¹⁷³³ inclusive sujeito a “*tensões que no seu conjunto imprime a eclosão do industrialismo moderno.*”¹⁷³⁴ Distinguindo o sistema colonial de outros modos de colonização (como organização do ecúmeno), Novais sublinhou a “*forma mercantilista de colonização*”¹⁷³⁵ adotada pela “*expansão colonizadora européia*”¹⁷³⁶ nos Tempos Modernos: ele destacou a “*posição das colônias*” como “*retaguarda econômica da metrópole*”, sendo “*a auto-suficiência metropolitana, meta fundamental da política*

¹⁷²⁵ LAPA, José Roberto do Amaral. *O Antigo Sistema Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 89.

¹⁷²⁶ FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, Trabalho e Poder. O mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

¹⁷²⁷ NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*. Op. cit.

¹⁷²⁸ Mais precisamente *Les caractères originaux de l'Histoire rurale française*. NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*. Op. cit., p. 6.

¹⁷²⁹ NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*. Op. cit., p. 4

¹⁷³⁰ Idem, p. 13.

¹⁷³¹ Ver particularmente FRANK, André Gunder. “Brazilian Agriculture: capitalism and the myth of feudalism”. In: *Development and Underdevelopment in Latin America. Historical Studies of Chile and Brazil*. Harmondsworth: Pelican Books, 1971.

¹⁷³² Idem, p. 57.

¹⁷³³ Idem, p. 15.

¹⁷³⁴ Ibidem.

¹⁷³⁵ Idem, p. 58.

¹⁷³⁶ Ibidem.

mercantil.”¹⁷³⁷ Como Caio Prado Júnior, portanto, a identificação da etapa mercantil era fundamental; ela se definia pelo “capitalismo mercantil (...) gerado mais diretamente na circulação das mercadorias que anima toda a vida econômica.”¹⁷³⁸ Ele permitiu, com a integração do Estado nacional em sistema absolutista, “a fase crítica de ultrapassagem da estrutura feudal”.¹⁷³⁹ Novais se referia explicitamente aos trabalhos de Dobb¹⁷⁴⁰ nesse campo. Ou seja, ele distinguia muito claramente, as relações com o sistema anterior,¹⁷⁴¹ ao mesmo tempo que enfatizava o que distinguia o atual do feudal, embora detalhasse os pontos de contato, como, por exemplo, o fato do

“desenvolvimento da economia mercantil (com os processos correlatos de divisão social do trabalho e espacialização da produção) na medida em que se expande, agrava as condições da servidão – e no limite promove as insurreições camponesas.”¹⁷⁴²

Ponto cardeal nessa abordagem, “[a]bsolutismo, sociedade estamental, capitalismo comercial, política mercantilista, expansão ultramarina e colonial são, portanto, partes de um todo.”¹⁷⁴³ Fomentando a acumulação de capital, a burguesia em ascensão foi a mola propulsora desses desdobramentos. “A colonização europeia moderna aparece, assim, em primeiro lugar como um desdobramento da expansão puramente comercial”.¹⁷⁴⁴ A abertura de novos mercados era o móbil principal, sendo processos correlatos, mas aparentemente subordinados ou conseqüentes, o povoamento e “complementar a produção para o mercado europeu” para “tornar rentáveis esses novos domínios.”¹⁷⁴⁵ No entanto, recuperava-se a subordinação implícita, pelo fato de que Novais identificava a exploração colonial como sendo o “elemento decisivo na criação dos pré-requisitos do capitalismo industrial.”¹⁷⁴⁶ Promovendo uma “acumulação que, por se gerar fora do sistema, Marx chamou de originária ou **primitiva**”,¹⁷⁴⁷ a colonização era desde seus primórdios “comercial e capitalista, isto é, elemento constitutivo no processo de formação do capitalismo moderno,”¹⁷⁴⁸ sua “peça fundamental.”¹⁷⁴⁹

¹⁷³⁷ Idem, p. 61.

¹⁷³⁸ Idem, p. 63.

¹⁷³⁹ Ibidem.

¹⁷⁴⁰ Ver, particularmente, DOBB, Maurice & SWEEZY, Paul M. *Du féodalisme au capitalisme*. Op. cit.

¹⁷⁴¹ Ele não usa muito o vocábulo modo de produção.

¹⁷⁴² NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*. Op. cit., p. 64.

¹⁷⁴³ Idem, p. 66.

¹⁷⁴⁴ Idem, p. 67.

¹⁷⁴⁵ Ibidem.

¹⁷⁴⁶ Idem, p. 70.

¹⁷⁴⁷ Idem, p. 69. Ele retoma diversas vezes a mesma idéia: “através da exploração das áreas ultramarinas promovia-se a originária acumulação capitalista na economia europeia.” p. 96. As ênfases são do próprio autor.

¹⁷⁴⁸ Idem, p. 70

¹⁷⁴⁹ Ibidem.

*“Ajusta-se a colonização ao sentido do sistema colonial do capitalismo mercantil: através da exploração das áreas ultramarinas promovia-se a originária acumulação capitalista na economia européia.”*¹⁷⁵⁰

Era dado um passo no sentido de uma centralidade maior do devir histórico brasileiro; resgatado de qualquer tentação à maldição do atraso, o país estava inserido direta e primordialmente na grande rede de relações que orientavam e dinamizavam a nova sociedade em gestação na escala pluricontinental.¹⁷⁵¹ Perspectivas de uma riqueza que os pares de Fernando Novais souberam reconhecer. No entanto, como em Caio Prado Júnior, o vocábulo “mercantil” e “mercantilismo” continuaram tendo uma força semântica e interpretativa cabal.

*“O comércio foi de fato o nervo da colonização do Antigo Regime, isto é, parar incrementar as atividades mercantis processava-se a ocupação, povoamento e valorização de novas áreas.”*¹⁷⁵² Identificada, “na Europa, a expansão da economia de mercado com a mercantilização crescente dos vários setores produtivos antes à margem da circulação de mercadorias – a produção colonial, isto é, a produção dos núcleos criados na periferia dos centros dinâmicos europeus para estimulá-los, era uma produção mercantil, ligada às grandes linhas do tráfico internacional.”¹⁷⁵³

Quase que obsessivamente, repetia-se que o elemento central era “a circulação de mercadorias”. No entanto, circulavam mercadorias que precisavam ser extraídas ou produzidas de algum modo. Esse plano aparecia sempre subordinado ao precedente. Reiterava-se “produção de mercadorias para o comércio”,¹⁷⁵⁴ até mesmo “produção mercantil”.¹⁷⁵⁵ Isto é, em virtude da etapa batizada de mercantil, embora o sistema seja capitalista, a produção e, portanto, as relações de produção eram, de certo modo, colocadas em segundo plano.

Novais, como seus antecessores, enfatizou a “montagem” das economias no Novo Mundo. Ele destacava também a primordialidade (temporal e em importância) da “implantação do cultivo da cana e preparo do açúcar”,¹⁷⁵⁶ essa “custosa agro-indústria na América”,¹⁷⁵⁷ que “entre 1560 e 1570 já contava (...) com 60 engenhos, que produziam cerca de 180 mil arrobas (isto é, 3.000 arrobas anuais por engenho, o que marca a elevada produtividade das novas terras)”¹⁷⁵⁸. Terras e não indústria, salvo o termo fosse alusivo. A velocidade de crescimento era mostrada, no entanto, fiel ao esquema acima exposto; ele interpretava a fenomenal expansão como apenas passível de “enquadramento da nova economia periférica nas linhas estruturais do sistema colonial”¹⁷⁵⁹ pelo monopólio de transporte e comercialização da produção. Nenhuma

¹⁷⁵⁰ Idem, p. 96. Essa frase está retomada em vários trechos, por exemplo, p. 97.

¹⁷⁵¹ Ver, em particular, as p. 73-77.

¹⁷⁵² Idem, p. 72.

¹⁷⁵³ Ibidem.

¹⁷⁵⁴ Idem, p. 73.

¹⁷⁵⁵ Idem, p. 72 e p. 99.

¹⁷⁵⁶ Idem, p. 78.

¹⁷⁵⁷ Ibidem.

¹⁷⁵⁸ Idem, p. 79.

¹⁷⁵⁹ Idem, p. 79-80.

qualidade ou dinamismo próprio era-lhe reconhecido. Permanecia periférica. O autor mostrou como “a produção colonial orienta-se necessariamente para aqueles produtos que possam preencher a função do sistema de colonização no contexto do capitalismo mercantil”,¹⁷⁶⁰ citando junto matérias-primas extraídas ou plantadas e colhidas, e o açúcar que exige transformação industrial na colônia. Mas, pelo prisma mercantil, essas distinções não pareciam essenciais. Novais não deixou de mencionar o papel de destaque da atividade açucareira: “A colonização da América portuguesa organizava-se desde o início em função da produção açucareira para o mercado europeu.”¹⁷⁶¹ Entretanto, essa constatação não levou a consequências teóricas.

Quanto às relações de trabalho vigentes, a abordagem não era muito detalhada. Sendo a ‘morada’, obviamente, herdeira histórica das formas de trabalho da época colonial e subsequente, ainda considerada como apresentando traços antiquados, vestígios de outras épocas, ela seria definida dentro do sistema colonial mercantil, quadro do “**modo de sua produção**”, escreve Novais a respeito do que ele chama de “*mercadorias-chaves*”.

“Não bastava produzir os produtos com procura crescente nos mercados europeus, era indispensável produzi-los de modo a que a sua comercialização promovesse estímulos à acumulação burguesa nas economias européias.”¹⁷⁶² Sendo a “aceleração da acumulação primitiva de capital” o elemento condutor, o sistema de exploração colonial implicava na “adoção de **formas de trabalho compulsório** ou na sua forma limite, **o escravismo**”.¹⁷⁶³

Novais mencionou as “*notáveis contorções mentais para racionalizar a escravidão, compaginando-a com a moral cristã*”, citando também outras modalidades envolvendo coação, qualificando-as de “*servil e semi-servil*”,¹⁷⁶⁴ O autor evidenciou, deste modo o quanto

“*estreitíssima era a faixa que restava, no conjunto do mundo colonial, ao trabalho livre. A colonização do Antigo Regime foi, pois, o universo paradisíaco do trabalho não-livre, o eldorado enriquecedor da Europa.*”¹⁷⁶⁵

O Velho Mundo inventava formas compulsórias de trabalho que não tinham parentesco nenhum com a mal-afamada servidão, por exemplo: os ‘work houses’, na Inglaterra, os ‘hospitais de caridade’, na França, e instituições semelhantes em outros países, no que alguns

¹⁷⁶⁰ Idem, p. 92

¹⁷⁶¹ Idem, p. 93

¹⁷⁶² Idem, p. 97.

¹⁷⁶³ Idem, p. 98.

¹⁷⁶⁴ Ibidem. Pode-se lembrar as dimensões semânticas de todo esse debate, na medida em que todo o vocabulário em torno da servidão origina-se na palavra latina “*servus*”, escravo, usada nessa língua durante todo o período medieval para designar diversas situações de dependência pessoal de camponeses. O adjetivo “servil”, no caso, refere-se, me parece, mais ao radical latim, ainda contemplado na amplitude semântica atual. Ele aludia às formas mais conhecidas nas colônias hispânicas, no Caribe e até no Sul dos Estados Unidos, ou seja, no que Zea chama de área submetida ao “*projeto colonizador ibérico*”: trabalhadores submetidos à ‘encomienda’, à ‘mita’ e ‘indentured servants’ etc. Ver o capítulo IV de sua brilhante ZEA, Leopoldo. *Filosofia de la história americana*. Op. cit., obra perfeitamente contemporânea da tese de Novais.

historiadores chamaram de “grand enfermement”. Essas inovações eram fruto do capitalismo mercantil, um capitalismo em via de acumulação primitiva, que usava de todos os mais brutais meios para extrair o que incompreensivelmente alguns autores hesitam em chamar de mais valia. Novais notou, *en passant*, que “o regime de trabalho – as várias formas de trabalho compulsório – entretanto fica ainda por explicar.”¹⁷⁶⁶ Retomando as linhas principais da argumentação clássica, sobre a “absurda instituição [que] foi o escravismo considerado por Adam Smith”, já que o salariado seria o regime “mais rentável”¹⁷⁶⁷ na economia de mercado, Novais mostrou que, “[n]o entanto, o **escravismo** (ou as outras formas de trabalho compulsório) é que dominou o panorama da economia colonial do mercantilismo.”¹⁷⁶⁸ Classicamente, à Revolução Industrial era reconhecida a força de “autopromoção” do capitalismo e, com isso, a “força de trabalho emerge na sua pureza, compelida a trocar-se no mercado”.¹⁷⁶⁹ No entanto, muito justamente, Novais mostrou, citando Marx, que, sem a “«libertação» do trabalho das injunções servis, barbarismo antigo” (no vocabulário burguês), nas colônias abundantes em terras, não se poderia “libertar” assim os trabalhadores e continuar a produzir para abastecer as economias européias.

“Enquanto na Europa moderna o desenvolvimento capitalista ‘libertava’ os produtores diretos da servidão medieval e integrava-os como assalariados na nova estrutura de produção que destarte camuflava a exploração do trabalho, as economias coloniais periféricas, montadas exatamente como alavancas do crescimento do capitalismo e integradas nas suas linhas de força, punham a nu essa mesma exploração na sua crueza mais negra... As colônias timbravam em revelar as entranhas da Europa.”¹⁷⁷⁰

Evocando Eric Williams, ele concordou que o escravismo moderno, longe de um retrocesso ou anacronismo, constituía “uma imposição das condições histórico-econômicas” que correspondia ao “sentido profundo da colonização” e aos “mecanismos do Antigo Sistema Colonial”.¹⁷⁷¹ Escravista ou “para escravista”¹⁷⁷² a exploração da força de trabalho nas colônias dentro do sistema mercantil oferecia ainda outro aspecto interessante: “o **tráfico negreiro**, isto é, o abastecimento das colônias com escravos, abria um novo e importante **setor do comércio colonial**.”¹⁷⁷³ A partir dele se entendia “a **escravidão africana colonial**, e não o contrário.”¹⁷⁷⁴ Moderna, portanto, a produção com trabalho forçado dominava no setor açucareiro “*primordial*,

¹⁷⁶⁵ NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*. Op. cit., p.98.

¹⁷⁶⁶ Idem, p. 99.

¹⁷⁶⁷ Ibidem.

¹⁷⁶⁸ Idem, p. 100.

¹⁷⁶⁹ Idem, p. 101.

¹⁷⁷⁰ Idem, p. 102.

¹⁷⁷¹ Ibidem.

¹⁷⁷² Idem, p. 103.

¹⁷⁷³ Idem, p. 105.

¹⁷⁷⁴ Ibidem.

que responde à razão mesma da colonização capitalista.”¹⁷⁷⁵ Todas as demais produções¹⁷⁷⁶ eram secundárias. Mais ainda, o acesso à terra cedida para a produção alimentícia realizada pelos próprios trabalhadores coagidos, não passava de um meio para “reduzir ao mínimo o custo da manutenção da força de trabalho escravizada.” Deste modo, no elenco das marcas do “baixo grau de produtividade”, essa maneira cômoda e barata, visto a abundância de terra,¹⁷⁷⁷ de “fazer com que os escravos produzissem pelo menos uma parcela substancial de sua subsistência dentro da própria unidade produtora para exportação.”¹⁷⁷⁸ Fiel a seu raciocínio central, Novais enfatizava que esse processo de “produção de subsistência”, embora inserido no grande sistema colonial mercantil, não lhe pertencia diretamente, pois “se desenrola à margem do mercado.”¹⁷⁷⁹ Nenhuma faculdade mercantil interna era reconhecida ao Brasil, nem mesmo em pequena escala, tanto quantitativamente quanto (sobretudo) em termos de distância entre o produtor e o consumidor. No quadro do “modo de produção escravista-mercantil”, Novais só reconhecia envolvimento com relações mercantis à “camada social superior dos colonos senhores de escravos”¹⁷⁸⁰ e, eventualmente, dos “agregados”.¹⁷⁸¹ Conseqüentemente, “[a] massa de produtores diretos (escravos) vive fora das relações mercantis”.¹⁷⁸² Nenhuma significação distinta, definidora da sociedade, fora atribuída por Novais tanto à coerção quanto ao acesso à terra para produção de “subsistência”. Entretanto, Novais mencionou os esforços da Coroa na modernização não apenas do processo produtivo da cultura principal – a cana – como das subsidiárias, como a mandioca, qualificada de “gênero de primeira ordem”, sendo a área cultivada “proporcional ao número de escravos”,¹⁷⁸³ medidas veementemente contraditadas pelos plantadores, reclamando de «falta de liberdade», e de serem obrigados «a se ocupar com a mesquinha plantação de mandioca.»¹⁷⁸⁴ Outra posição crítica, com a qual perfilaram-se vários autores, como Ciro Cardoso, Jacob Gorender e Antonio de Castro,

“é que a procura resgatar as formações coloniais como também possuidoras de um **sentido próprio** construído, de um lado no confronto de sua herança com as imposições, e de outro na dependência em relação ao colonizador.”¹⁷⁸⁵

¹⁷⁷⁵ Idem, p. 106

¹⁷⁷⁶ Notadamente de alimentos e outros produtos para consumo local que ele taxa abruptamente de “subsistência”.

¹⁷⁷⁷ Outro traço realçado também por Caio Prado Júnior. PRADO JÚNIOR, Caio. “Nova contribuição para a análise da questão agrária no Brasil”. Op. cit., p. 94.

¹⁷⁷⁸ NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*. Op. cit., p. 109.

¹⁷⁷⁹ Ibidem.

¹⁷⁸⁰ Idem, p. 111.

¹⁷⁸¹ Idem, p. 112.

¹⁷⁸² Ibidem.

¹⁷⁸³ Idem, p. 263.

¹⁷⁸⁴ Idem, p. 264.

¹⁷⁸⁵ LAPA, José Roberto do Amaral. *O Antigo Sistema Colonial*. Op. cit., p. 96.

2.3.3. A ‘morada’ na ‘Área do sistema canavieiro’

Manuel Correia de Andrade¹⁷⁸⁶ realizou o sonho interdisciplinar,¹⁷⁸⁷ ao construir uma obra que oferece uma paleta de propostas sutis com base em extenso trabalho de campo e fontes documentais abrangentes. Seus escritos, didáticos, têm também o gosto inigualável da experiência própria, do conhecimento íntimo da realidade. Desde os anos 1950 até o presente, eles passaram à categoria de testemunho, além de apelarem frequentemente para a história como ferramenta de entendimento da moldagem humana do espaço geográfico tão manifesta na Zona da Mata. Pensando e descrevendo a realidade nordestina, ele estabeleceu um diálogo, às vezes contraditório, com outros autores pernambucanos, entre os quais o próprio Gilberto Freyre e Mário Lacerda, assim com estudiosos ligados tanto a UFPE quanto à Fundação Joaquim Nabuco. Testemunho e participante de grandes momentos da história regional, Manuel Correia escreveu muitas obras relevantes para o assunto aqui tratado, entre as quais se destacam *A terra e o homem do Nordeste*, *História das Usinas*, *Área do Sistema Canavieiro*, *Modernização e Pobreza*,¹⁷⁸⁸ que refletem a acuidade das questões sociais aqui enfocadas. Pois, um dos grandes méritos destes escritos reside na sua firmeza em abordar de frente o estudo das relações de trabalho, em particular na área rural,¹⁷⁸⁹ que tantos outros autores, na extensa produção técnica e científica sobre a região, deixaram em segundo plano. Ele foi, desde cedo, abastecido pelos maiores autores sobre a região,¹⁷⁹⁰ assim como as grandes obras acadêmicas,¹⁷⁹¹ o que lhe valeu um contato inspirador¹⁷⁹² com Caio Prado Júnior.¹⁷⁹³ As causas trabalhistas não foram estranhas a seu curto percurso no exercício de sua primeira qualificação profissional como advogado.¹⁷⁹⁴

¹⁷⁸⁶ II. O contexto histórico da ‘morada’. Características da Zona da Mata pernambucana..

¹⁷⁸⁷ A respeito dos “métodos de se fazer Geografia.” “Teve uma ruptura política e uma ruptura científico-metodológica. Ele [Milton Santos] considerava que era um dos livros fundamentais para a evolução da Geografia brasileira, enquanto outros autores diziam que o livro era de Sociologia, outro, que era de História. Eu acho que não se escreve um livro para ser de Sociologia, de Geografia ou de História. Escreve-se um livro para se analisar uma realidade. A gente pode entrar nos campos vizinhos.” ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de (Org.) *O fio e a trama: Depoimento de Manuel Correia de Andrade*. Recife: Ed. Universitária, 2002, p. 102.

¹⁷⁸⁸ Ver uma parte de sua abundante obra na bibliografia.

¹⁷⁸⁹ Com o conhecimento íntimo que lhe conferem laços familiares e lembranças de infância na casa grande do engenho de sua família. Ele se considera, pessoalmente, como pertencendo à “pequena burguesia”. Idem, p. 51.

¹⁷⁹⁰ “Eu me lembro que, quando tinha 14 anos, meu pai chegou e me entregou um exemplar de *Casa Grande & Senzala*, e disse «Você não vai entender muitas coisas. Você está muito novo. Mas leia, que este livro é muito interessante. Agora, tome cuidado porque ele é um pouco imoral.» Eu disse: «Não tem problema.» Eu fiquei urioso. Na realidade, não havia nada.” Idem, p. 50.

¹⁷⁹¹ “Eu me baseei muito nas leituras de Gilberto Freyre, sobretudo em *Casa Grande & Senzala*, e de Oliveira Vianna, *Evolução do Povo Brasileiro*, que era o contrário, praticamente, de Gilberto Freyre, mas que eu achava que o sociólogo precisava ler e meditar sobre sua obra. Leituras de Caio Prado, em “*Evolução Política do Brasil*”; de Josué de Castro, no livro “*Geografia da Fome*”, e de outros autores” Idem, p. 109.

¹⁷⁹² “A leitura de Caio Prado Júnior teve uma influência muito grande na minha formação, na direção de um marxismo não repetitivo, não transposto; mas de um marxismo elaborado em função da práxis, da análise da realidade brasileira.” Idem, p. 98.

¹⁷⁹³ Em 1943, “Caio Prado Júnior publicou um artigo sobre o “Problema humano no Brasil”, em uma revista da Casa do Estudante do Brasil, chamada *Rumo*, que era dirigida por Carlos Lacerda – veja as coisas como são. Ele

A Terra e o Homem do Nordeste, “um livro de luta”¹⁷⁹⁵

Caio Prado¹⁷⁹⁶ propôs a Manuel Correia a redação de um livro sobre a questão agrária no Nordeste, com abordagem geográfica “*em paciente e exaustivo trabalho de campo*” e redigiu o prefácio de *A Terra e o Homem no Nordeste. Contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste*, anunciando que:

“*pela primeira vez nos é apresentada a análise do conjunto da economia agrária nordestina, numa síntese de alto valor científico*”.¹⁷⁹⁷

Manuel Correia lembra as recomendações recebidas na ocasião, que confirmam a vontade não só polêmica, mas construtiva e propositiva do grande intelectual:

“*Ele me recomendou que, enquanto eu estivesse escrevendo o livro, não lesse os grandes teóricos marxistas, porque, dizia ele: «Se você ler os livros de Kautsky – que eu já tinha lido uma vez –, vai querer encontrar no Nordeste o que Kautsky encontrou na Alemanha Ocidental. E marxismo não é isso. Marxismo tem que partir da práxis.»*”¹⁷⁹⁸

Como foi visto, Caio Prado criticava¹⁷⁹⁹ aqueles que debatiam o assunto

“*sem conhecimento adequado da realidade brasileira, na pressuposição de que basta, para chegar a conclusões satisfatórias, recorrer a princípios doutrinários e jurídicos e a conhecimentos gerais, sociológicos e da Economia Agrária.*”¹⁸⁰⁰

Recebido com apreço pelo “*rigor e probidade científica*”, louvada por Caio Prado, o livro de Manuel Correia ganhou amplo reconhecimento¹⁸⁰¹ e foi objeto de várias reedições. “*Ele não foi feito para ser um livro acadêmico. Ele foi feito para ser usado no processo político.*”¹⁸⁰² Estudo da realidade nordestina, embora ressalvasse que era “*também um estudo nacional*”,¹⁸⁰³ ele se destinava a abastecer de informações e análises as autoridades públicas federais animadas

propunha a realização de uma reforma agrária com divisão das propriedades. Eu, estudante de Direito, metido a besta, lie não concordei com aquele tipo de reforma agrária. E fiz um artigo dizendo que reforma agrária tinha que ser adaptada a cada região e a cada tipo de cultura dominante. Por exemplo, na área do açúcar, era mais prático fazer a reforma agrária nas usinas, sem tocar na terra. Mas dividindo as usinas em cooperativas, fazendo com que elas fossem cooperativas dos trabalhadores. Então, haveria um controle. Mande para ele uma cópia. E ele, com uma paciência franciscana, fez uma carta de quatro páginas para mim.” Idem, p. 98-99.

¹⁷⁹⁴ Entrevista com o Prof. Manuel Correia de Andrade.

¹⁷⁹⁵ ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de Org., *O fio e a trama*, op. cit., p. 109.

¹⁷⁹⁶ “*Caio Prado foi um comunista que esteve sempre em atritos com o Partido Comunista, porque o Partido queria transferir problemas de outros lugares para o Brasil. E não se conhecia bem a realidade agrária brasileira.*” Idem, p. 99.

¹⁷⁹⁷ PRADO Jr, Caio, Prefácio In: ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem do Nordeste*. Op. cit., p. 18.

¹⁷⁹⁸ ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de Org., *O fio e a trama*, op. cit., p. p. 109.

¹⁷⁹⁹ Ver III. 2.3.1. A ‘morada’ no contexto da obra inovadora de Caio Prado Júnior. Crítica da transferência do conceito de feudalismo à realidade brasileira..

¹⁸⁰⁰ Prefácio In: ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem do Nordeste*. Op. cit., p. 18.

¹⁸⁰¹ Ele foi escolhido para figurar entre as 100 obras mais importantes escritas no Brasil, no século XX. Os livros de Manuel Correia receberam as atenções da imprensa muito antes da publicação de *A Terra e o Homem do Nordeste*. Ver, por exemplo, o artigo elogioso de Anibal Fernandes, *DP* 13.05.58, p. 4.

¹⁸⁰² ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de Org., *O fio e a trama*, op. cit., p. 101.

¹⁸⁰³ ANDRADE, Manuel Correia de, *A Terra e o Homem do Nordeste*, Prefácio à 6ª Edição. Op. cit., p. 13.

com o propósito de efetuar uma Reforma Agrária. As questões sociais, e entre elas o acesso à terra, por parte dos trabalhadores, e as relações de trabalho no campo ganharam destaque

*“Eu sabia que esse livro ia contar coisas que não eram contadas. Uma das coisas que eu denunciei, nele, foi o processo da prisão por dívidas. O senhor de engenho ou fazendeiro emprestava dinheiro ao trabalhador e, depois, o trabalhador não podia pagar, não podia sair do engenho. Era uma espécie de escravidão. Ninguém falava nisso. Teve até o caso de um morador que foi ferrado, com ferro em brasa, em um engenho no Sul de Pernambuco, na Mata Sul. Criou um certo atrito entre a família desse engenho e eu. Eles acharam que eu me excedi. Eu fiz as denúncias. Eu achava que devia haver modificações muito grandes em dois aspectos: primeiro, na análise da realidade; segundo, na forma como os geógrafos deveriam encarar essa realidade.”*¹⁸⁰⁴

Em termos teóricos, Manuel Correia acompanhou seu inspirador, opondo-se à tese feudal para o Brasil. Por ser *A Terra e o Homem do Nordeste* um livro dirigido às transformações sociais, um guia para políticas públicas, sua contribuição foi de importante repercussão numa época em que floresciam os debates (acadêmicos e políticos) acerca da transformação do país.

*“No calor das discussões de então, alguns estudiosos se posicionavam em favor do reconhecimento de estruturas feudais a serem reformadas, enquanto outros defendiam a inexistência de feudalismo no país e se batiam pela necessidade de reformas em uma estrutura capitalista sem resquícios feudais.”*¹⁸⁰⁵

De maneira pioneira, Manuel Correia havia concluído a esse respeito:

*“Eu fui amigo pessoal de Alberto Passos Guimarães, mas você nota que a orientação dele tinha conotação diferente da minha, porque Alberto Passos Guimarães aceitava que tinha havido feudalismo no Brasil, e eu não aceitava. Aliás, em um primeiro trabalho meu, em 1953, ‘A Economia Pernambucana no Século XVI’, analiso essa questão do sim ou do não, do feudalismo no Brasil.”*¹⁸⁰⁶

Quanto à ‘morada’, o autor adotou um ponto de vista coerente com boa parte da literatura a seu respeito, embora extremamente firme no que toca ao modo de produção.

*“na sociedade patriarcal dos bangüês, os senhores de engenho tinham autoridade absoluta sobre os moradores de suas propriedades; exerciam a autoridade com firmeza e muitas vezes com violência, mas essa autoridade era atenuada pelas relações pessoais. Com o surgimento das usinas, o poder discricionários do proprietário continuou a ser exercido com a mesma prepotência, mas as relações pessoais entre este e os moradores desapareceram, uma vez que os contactos entre eles são mínimos, passando a autoridade a ser exercida por gerentes e capatazes.”*¹⁸⁰⁷

Mário Lacerda concordava plenamente nesse ponto, embora os estudiosos divergissem sobre outros assuntos: a respeito do desaparecimento do que ele reconhece à

*“sociedade patriarcal (...) muitos defeitos e muitos valores. Entre estes o da proteção senhorial e o do assistencialismo exercido pelo senhor-de-engenho sobre a comunidade a ele subordinada. Não mais existindo os contatos e relações entre classes propiciados pelo compadrio, pela confraternização entre meninos de raças e origens diferentes e pelo catolicismo patriarcal, cresceram as distâncias e a estratificação social tornou-se mais rígida e opressiva. Hoje em dia, as relações entre os produtores e os seus subordinados são apenas (sic) relações entre capital e trabalho. Desumanizaram-se.”*¹⁸⁰⁸

¹⁸⁰⁴ ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de Org., *O fio e a trama*, op. cit., p. 101.

¹⁸⁰⁵ ANDRADE, Manuel Correia de, *A Terra e o Homem do Nordeste*, Prefácio à 6ª Edição, op. cit., p. 13.

¹⁸⁰⁶ ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de Org., *O fio e a trama*, op. cit., p. 110.

¹⁸⁰⁷ ANDRADE, Manuel Correia de. *Área do sistema canavieiro*. Op. cit., p. 223.

¹⁸⁰⁸ MELO, Mário Lacerda de, *O Açúcar e o Homem*. Op. cit., p. 50-51.

A análise dos modos de produção, proposta por Manuel Correia, articulava-os, embora estabeleça genealogias. O predomínio do capitalismo era afirmado como primordial:

*“Entre nós, os modos de produção não capitalistas, representados pelo escravismo e pelas formas de transição, às vezes com características camponesas, já surgiram articulados e dominados pelo modo de produção capitalista, ao contrário do que ocorreu na Europa, onde teria havido um modo de produção feudal, dominante, passando depois a conviver com o modo de produção capitalista.”*¹⁸⁰⁹

Nesse contexto, Manuel Correia reconheceu, durante a primeira metade do século XX, tanto em meio fabril quanto rural, a existência de “vários sistemas de remuneração de mão de obra ‘livre’, formas parcial ou totalmente amonetárias”¹⁸¹⁰ que correspondiam ao início da proletarianização do trabalhador rural, concluída na segunda metade. Colocando a palavra “livre” entre aspas, ele relançou a discussão sobre o termo. O surto usineiro fortaleceu essa tendência,

*“pagando salários mais elevados, embora bem inferiores às necessidades dos trabalhadores. Iniciava-se assim a expansão do trabalho assalariado, o que José Lins do Rego, no romance Usina, descreveu com maestria, ao analisar o processo de transformação dos condiceiros do engenho Santa Rosa em assalariados da usina Bom Jesus, com todas as consequências sociais correspondentes.”*¹⁸¹¹

O autor reconheceu na “plantation”, a “primeira forma de exploração agrícola com intensa utilização de capital.”¹⁸¹² Identificou também coexistências com aspectos distintos como a chamada “brecha camponesa”:

*“As lavouras de subsistência eram feitas pelos próprios escravos nos dias santificados e aos domingos ou por homens livres que se estabeleciam nas porções marginais da grande propriedade e prestavam serviços gratuitos nas ocasiões de mais intensa demanda de braços. Daí a origem do famoso ‘cambão’ cuja extinção foi bandeira de lutas das Ligas Camponesas nos anos 1950 e 1960.”*¹⁸¹³

A permanência dessa prática e sua extensão pós abolição na ‘morada’ generalizada não afetaram o sentido que tinha essa terra para plantar colocada à disposição da mão-de-obra:

*“A primeira vista, parecia uma liberalidade do senhor permitir que seus escravos cultivassem, nos dias livres, um pedaço de terra para si; mas, desde que o senhor os obrigava (...) a trabalhar em ‘suas roças’ nos dias santificados, fazendo-os perder o repouso que a Igreja lhe garantia, e que o produto deste trabalho era empregado na alimentação do próprio negro, vemos que o chamado ‘sistema do Brasil’ era uma vantagem para o senhor e não para o escravo.”*¹⁸¹⁴

Acompanhando Caio Prado, Joaquim Correia afirmou que os sucessores dos escravos (seus descendentes diretos em Pernambuco), os “colonos”,¹⁸¹⁵ estavam também envolvidos em

¹⁸⁰⁹ ANDRADE, Manuel Correia de e Sevy de Barros Madureira. *Produção do espaço e regionalização em Pernambuco*. Op. cit., p. 10-11.

¹⁸¹⁰ Idem, p. 17.

¹⁸¹¹ ANDRADE, Manuel Correia de. *Lutas camponesas no Nordeste*. São Paulo: Atica, 1986, p. 17.

¹⁸¹² ANDRADE, Manuel Correia de e Sevy de Barros Madureira, *Produção do espaço e regionalização em Pernambuco*. Op. cit., p. 21.

¹⁸¹³ Idem, p. 22.

¹⁸¹⁴ ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem do Nordeste*. Op. cit., p. 80.

¹⁸¹⁵ Ver a definição do colono enfatizando a unidade familiar: “O colono não era um trabalhador individual, mas um trabalhador que combinava as forças de todos os membros da família”. MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979, p. 82.

“trabalho assalariado”,¹⁸¹⁶ embora inicialmente a “remuneração não [fosse] totalmente monetária” a exemplo de relações de trabalho “denominadas de cambão, parceria e trabalhador de condição”.¹⁸¹⁷ Isso não afetara seu estatuto de assalariado, sendo a definição legal do trabalhador rural: “toda pessoa física que presta serviços a empregador rural, em propriedade rural ou prédio rústico, mediante salário pago em dinheiro ou in natura ou parte in natura e parte em dinheiro.”¹⁸¹⁸ Esse tipo de remuneração e a ruralidade da atividade não modificavam o fato de que “[e]ssas relações, na verdade, eram estritamente capitalistas, eram formas indiretas de assalariamento.”¹⁸¹⁹ Manuel Correia já afirmara que “[p]oderíamos considerar como assalariados os moradores de condição que habitam na propriedade em que trabalham e dispõem, além do salário, de uma pequena área de cultura”.¹⁸²⁰ Ele designou como “sistema de salários disfarçados (cf. Caio Prado 1967), os regimes de parceria – meia e terça –, de cambão e de condição” tornando mais difícil “aplicar o salário mínimo. Havia ainda o problema da participação no salário da habitação além da área de cultura dos moradores.”¹⁸²¹ Retomando as conclusões de Caio Prado, com igual contundência na expressão, ele rejeitou a tese feudal:

“Por um erro primário, porém, parte dessas forças de esquerda não via com bons olhos essas relações de trabalho, que considerava resquícios do modo de produção feudal, o que é simplesmente uma análise, além de absurda, sem embasamento nas teorias marxistas.”¹⁸²²

Joaquim Correia evocou a posição teórica de Jacob Gorender identificando “uma nova forma de escravismo, formando um novo modo de produção, dependente do modo de produção capitalista, o do escravismo colonial.”¹⁸²³ Essa dependência era marcada pela “imposição do interesse mercantil” segundo as exigências da “demanda do mercado europeu”.¹⁸²⁴

Quanto ao fim da morada, Sandra Maria Correia de Andrade propôs uma formulação clara e densa: “a transformação do homem, apenas formalmente livre, mas protegido pela ‘servidão patrimonialista’ à condição de assalariado temporário, quando ainda era privado dos direitos estabelecidos pela legislação trabalhista.”¹⁸²⁵ Essa relação anterior, encontrou sua longevidade pela “dificuldades [dos trabalhadores rurais] em questionar as condições em que viviam”, num quadro de “relações de compadrio e de um processo de troca favor/submissão, que mantinha

¹⁸¹⁶ ANDRADE Neto, Joaquim Correia Xavier de, *O Estado e a Agroindústria Canavieira do Nordeste Oriental*. Op. cit. p. 218.

¹⁸¹⁷ Idem, p. 267.

¹⁸¹⁸ Idem, p. 270-271.

¹⁸¹⁹ Idem, p. 271.

¹⁸²⁰ ANDRADE, Manuel Correia de, *Latifúndio e reforma agrária no Brasil*, São Paulo, Duas Cidades, 1980, p. 69.

¹⁸²¹ ANDRADE, Manuel Correia de, *Abolição e Reforma Agrária*, São Paulo, Ática, 1987, p.57.

¹⁸²² ANDRADE N., Joaquim Correia X, *O Estado e a Agroindústria Canavieira do Nordeste*. op.cit., p.111.

¹⁸²³ Idem, p. 78.

¹⁸²⁴ Idem, p. 80.

¹⁸²⁵ ANDRADE, Sandra Maria Correia, *Ação sindical no campo a partir da década de 70*. Op. cit. p. 28.

uma certa estabilidade nas relações sociais no campo.” Ela as designou como “*antigas formas de convivência patrão/empregado.*”¹⁸²⁶

Lembrando justamente a forte herança escravista, Sandra Correia não hesitou em usar o termo “*proletariado rural*”.¹⁸²⁷ A periodização adotada situou nos anos 1950 essa passagem para a condição de assalariado, portanto distinta das “*antigas relações de sujeição*”. Doravante, os trabalhadores rurais teriam que “*vender sua força de trabalho, tornando-a mercadoria, em troca de um salário arbitrado pelo patrão e, como tal, sujeito à lei da oferta e da procura.*”¹⁸²⁸ Essa mudança provocou, ao mesmo tempo, “*empobrecimento*” e “*tomada de consciência*” embora “*ainda pouco precisa e sem um delineamento claro da estrutura de dominação*”, que iria desembocar, em alguns decênios, na ação sindical estudada na tese.

III. 2. 4. A ‘MORADA’ NA TESE DO ESCRAVISMO COLONIAL

Investigando as diversas formas de conceber o trabalhador rural morador de engenho, e constatando o quanto seu estatuto já fora vislumbrado como definidor de modos de produção vigentes na região, é preciso ainda considerar uma vertente do pensamento marxista brasileiro que oferece novas conceituações, com o propósito confesso de resgatar a história brasileira e, portanto, o devir de seu povo, das mazelas de concepções transferidas de outros âmbitos geográficos e, portanto, intrinsecamente desvalorizantes. Essa construção de uma autonomia do pensar a história do Brasil, até mesmo em termos de inovação conceitual, é digna de reconhecimento, embora não se possa sempre concordar com suas conclusões.

2.4.1. A construção teórica de Jacob Gorender

“O trabalho historiográfico nunca é inocente”

Jacob Gorender¹⁸²⁹

Nem escravismo antigo, nem feudalismo importado de Portugal,¹⁸³⁰ ainda menos capitalismo, pois seria “*uma concepção ingênua e vulgar*”,¹⁸³¹ segundo Jacob Gorender,¹⁸³² o sistema econômico brasileiro era “*escravista colonial*”.¹⁸³³ O adjetivo “*estruturalmente colonial*”¹⁸³⁴ significava “*dependente*” de um mercado externo, ou seja, visto no estrito ponto de vista econômico de destino dos produtos exportados, pois

¹⁸²⁶ Idem, p. 32.

¹⁸²⁷ Idem, p. 30.

¹⁸²⁸ Idem, p. 33.

¹⁸²⁹ GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. Op. cit., p. 205.

¹⁸³⁰ GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Atica, 1988, p. 40.

¹⁸³¹ Idem, p. 161.

¹⁸³² Mário José Maestri Filho lembra que a tese foi inicialmente o objeto de um curso “*na prisão em São Paulo, a companheiros em geral mais jovens*”, antes de sua publicação em 1978. “Economia Política do Escravismo Colonial. In: *Folha de São Paulo*, 5 de novembro de 1986, p. 7.

¹⁸³³ GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. Op. cit. Idem, p. 161

¹⁸³⁴ GORENDER, Jacob. “O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica”. Op. cit., p. 55.

*“um modo de produção baseado na escravidão é compatível com a finalidade mercantil se estiver conjugado a um mercado externo apropriado. A existência prévia do mercado externo constitui, portanto, premissa incondicional.”*¹⁸³⁵

Mas esse modo de produção era original e específico. Ele constituía *“uma totalidade orgânica, definida como tal graças a conceitos e leis específicas.”*¹⁸³⁶ A monocultura definia também o modo de organização da produção, chamada de plantagem escravista, porquanto

“sua finalidade principal (...) consistia na produção mercantil” para o mercado mundial, embora *“se o capital dominava a circulação mercantil, não era isso suficiente para que dominasse o processo escravista de produção, fazendo-o obedecer às leis específicas do modo de produção capitalista.”*¹⁸³⁷

Em abordagem marxista, Gorender distanciou-se mais do que Caio Prado Júnior da corrente principal do PCB, e sua obra¹⁸³⁸ suscitou grandes controvérsias. A singularidade do desenvolvimento histórico brasileiro era incompatível com um “encaixamento” em conceitos já prontos, formados a partir de experiências históricas alheias.¹⁸³⁹ A crítica desse procedimento imitativo já fora enfaticamente feita por Caio Prado Júnior. Gorender conduziu o raciocínio mais longe, propondo um novo modo de produção para uma interpretação correta do passado brasileiro. Uma experiência histórica inédita, própria do Brasil, requeria nova conceitualização.

*“O livro de Gorender, procurou recuperar através do escravismo o nível da produção i.e., numa formação econômico-social pré-capitalista conseguiu mostrar que havia certa dinâmica interna na economia das áreas colonizadas que a descaracterizava como mera anomia, cujo ritmo e sentido de vida só eram determinados do exterior, pelo capital comercial e portanto pela circulação mercantil, que nesse caso definiria a estrutura global.”*¹⁸⁴⁰

A denominação “escravismo” denotava o enfoque central colocado não mais nos laços com a metrópole e o sistema assim constituído, como na obra de Novais, mas na realidade das relações de produção dentro do próprio país, desde o tempo da colônia. Tanto mais que *“[s]omente colônias seriam escravistas para metrópoles que não o eram”*.¹⁸⁴¹ Um escravismo distinto do antigo, com especificidades novas.¹⁸⁴² Assim, ênfases distintas foram propostas sobre a escravidão e, conseqüentemente, sobre sua herança nas relações de trabalho, redefinindo os termos da análise da formação social como um todo.

Embora Gorender rechacasse as explicações clássicas, sua visão carregava ainda muitos dos prejuízos vigentes na sua época de formação. Assim, a designação *“tribos indígenas”*

¹⁸³⁵ GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*, p. 164.

¹⁸³⁶ Ibidem.

¹⁸³⁷ Idem, p. 237.

¹⁸³⁸ *O escravismo colonial* constitui sua obra cardeal, mas podem também ser consultados: *A burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988; e *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.

¹⁸³⁹ Detalhada no ponto III.2.1. Os teóricos marxistas brasileiros. Os modos de produção em sucessão evolucionista.

¹⁸⁴⁰ LAPA, José Roberto do Amaral. *O Antigo Sistema Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 55.

¹⁸⁴¹ GORENDER, Jacob. “O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica”. Op. cit., p. 55.

¹⁸⁴² Ver a polêmica com SROUR, Roberto Henry. *Modos de Produção, Elementos da problemática*. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p. 483, e a resposta de Gorender: GORENDER, Jacob. “O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica”. Op. cit., p. 54.

denotava, como em Caio Prado, a contaminação de um pensamento novo e desafiador pela visão tradicional do evolucionismo cultural¹⁸⁴³ carregado dos preconceitos da antropologia colonial européia. Aliás, o “feudalismo” também, recusado para o Brasil, continuava estigmatizado.¹⁸⁴⁴ A sociedade portuguesa era caracterizada pelo “*retardamento multissecular que lhe imporiam as relações de produção feudais, enrijecidas pela própria expansão ultramarina*”, ao passo que as ditas “tribos indígenas” não entravam no rol das civilizações,¹⁸⁴⁵ pois não manifestavam “*nenhuma evidência (...) de que se encontrassem sequer em evolução no sentido do escravismo*”.¹⁸⁴⁶ Recusadas as explicações tradicionais, taxadas de “unilaterais” do evolucionismo e do difusionismo, Gorender reivindicou a absoluta originalidade da realidade histórica estudada, justificando a elaboração de um novo modo de produção, com suas leis específicas (monomodais). Na sua definição, as relações de produção jogavam um papel preponderante: modo de produção enquanto distinto do “*modo de circulação*”. “*Do tipo de trabalho decorrem relações necessárias, absolutamente essenciais, que definem as leis específicas do modo de produção.*”¹⁸⁴⁷ Ele recusava, entretanto, “*a ilusão renovada do «escravismo capitalista»*”,¹⁸⁴⁸ enfatizando a ligação da sociedade brasileira a um mercado externo, descrito como “*sua atmosfera vital*”.¹⁸⁴⁹ Porém, ele negava que o escravismo colonial, baseado na ‘plantagem’,¹⁸⁵⁰ tivesse uma dimensão capitalista, o que seria uma “*concepção ingênua, popularesca*”.¹⁸⁵¹ Gorender resumia assim sua visão do funcionamento desta rede ‘comercial’ mundial, tão indispensável à ‘plantagem’ colonial:

“*O capital mercantil em expansão se incumbiria da função de intermediário entre os extremos, autonomizando a esfera de circulação diante das fontes de produção, sem determinar o caráter das relações de produção vigentes em cada um dos extremos*”.¹⁸⁵²

O capitalismo seria, por assim dizer, mercantil antes de ser propriamente capitalismo.

Gorender se opunha decididamente ao que chamava de “*absolvição ética do passado escravista do próprio país – o que, de ponta a ponta, impregna a obra de Freyre*”,¹⁸⁵³ isto é, o

¹⁸⁴³ Ver a parte III.2.1.1. História evolucionista: a ocidentalização do passado.

¹⁸⁴⁴ Ver o ponto III. 2. 2. A Tese Feudal: o morador como servo.

¹⁸⁴⁵ Referência à escala consolidada na Origem da Família, da Propriedade e do Estado, de Friedrich Engels, como foi visto acima, no ponto III. 2. 1. Os modos de produção em sucessão evolucionista.

¹⁸⁴⁶ GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. Op. cit., p. 147.

¹⁸⁴⁷ Idem, p.164.

¹⁸⁴⁸ Ibidem.

¹⁸⁴⁹ Ibidem.

¹⁸⁵⁰ Termo já tomado emprestado por Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré ao geógrafo alemão Leo Waibel, como foi visto acima, III.2.2. A tese feudal no Brasil. A incorporação do conceito de “plantage” por Nelson Werneck Sodré.

¹⁸⁵¹ GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. Op. cit., p. 161.

¹⁸⁵² Idem, p.163.

famoso ‘paternalismo’ que presidiria as relações entre senhores e escravos e, posteriormente, entre moradores e plantadores.¹⁸⁵⁴ Com toda justeza, Gorender identificava o método de Gilberto Freyre, como “*um impressionismo caleidoscópico do qual emerge um quadro em que os pontos de sombra ficam envolvidos e desfocados pela forte luz “poética” iluminadora do conjunto.*”¹⁸⁵⁵ Cita como exemplo a “*brandura da escravidão no Brasil*” que parecia justificada pelo “*surrado argumento de que as condições de vida dos operários europeus, na primeira metade do século XIX, foram piores do que as dos “bem tratados” escravos dos engenhos brasileiros.*”¹⁸⁵⁶ A refutação desse argumento mostrava também a necessidade de uma proposta mais autônoma da história brasileira em relação à européia. Crucial era demonstrar que o Brasil, embora em fase colonial e pós-colonial, era uma sociedade completa: “*uma sociedade, e não um simples quintal da Europa*”, exclamava Ciro Flamarion Cardoso.¹⁸⁵⁷ Do contrário, aceitando-se a transferência de conceitos, o Brasil encontra-se-ia ‘atrasado’ por definição. O fato dele conhecer ‘ainda’ a escravidão, quando a Europa ‘já’ ultrapassara tal estágio,¹⁸⁵⁸ seria parcialmente compensado pela comparação entre os níveis de vida de escravos e proletários, em detrimento desses últimos. Portanto, a condição miserável dos descendentes dos primeiros, os moradores de engenho, encontrava-se historicamente mais plausível, relativizada e amenizada por situar-se no atraso ontológico atribuído à sociedade (rural sobretudo) brasileira.

Apoiado em diversos autores, sobretudo Charles Boxer, Gorender desmontava também o argumento da miscigenação redimidora da escravidão, à qual até mesmo Otávio Ianni sucumbiu, vendo “*no fenômeno biológico da miscigenação um fator social revolucionário*”.¹⁸⁵⁹ Gorender acompanhava Florestan Fernandes na análise desse fator como sendo conservador e não desagregador da estrutura social. Isso desnudava salutarmente a questão de classe de todos os apetrechos freyrianos. Gorender rejeitava a suposta diferença de tratamento reservado aos escravos por parte de “*grandes e pequenos escravistas*”,¹⁸⁶⁰ paralelo argumentativo à diferença entre senhores de engenho e usineiros para o mesmo assunto a respeito dos moradores de engenho. Concluía-se com o reconhecimento da “*existência de formas diferentes de opressão*

¹⁸⁵³ Idem, p. 360. Esse esforço crítico considerável continua e se aprofunda, visando outros autores, além de Freyre, em *A escravidão reabilitada*. Op. cit.

¹⁸⁵⁴ III. 1. A visão da morada construída na obra de José Lins do Rego e Gilberto Freyre.

¹⁸⁵⁵ GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. Op. cit., p. 365.

¹⁸⁵⁶ Referência à velha tese de Gilberto Freyre. O autor considera a tese “patriarcal” desse autor insatisfatória e centrada em aspectos secundários. GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. Op. cit., p. 366.

¹⁸⁵⁷ Cardoso, Ciro F. S. *Escravidão e abolição no Brasil*. Op.cit., p.56.

¹⁸⁵⁸ Que, aliás, seria interessante colocar em paralelo com as formas de trabalho forçado existentes então na própria Europa. Pensa-se nas galés e outras modalidades de trabalho forçado.

¹⁸⁵⁹ GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. Op. cit., p. 367.

¹⁸⁶⁰ Idem, p. 363.

em cada momento dado da história do escravismo em todos os países.”¹⁸⁶¹ Ou seja, não havia diferenças entre “sistemas escravistas, uns supostamente patriarcais e outros, capitalistas.”¹⁸⁶²

Analicamente, Gorender afirmava que o escravo sustentava a si próprio “com uma parte do que ele próprio produz durante a jornada de trabalho.”¹⁸⁶³ O autor não hesitou em citar, ao mesmo tempo, Marx e Aristóteles, esse último, ao seu ver, mais perspicaz que muitos economistas modernos:

“A relação de propriedade, escreveu Marx, dissimula aqui o trabalho do escravo para si mesmo e dá a idéia de que o trabalho do escravo é totalmente gratuito para o seu proprietário.(...) Aristóteles, pelo contrário, afirmou que «o salário de um escravo é constituído pela sua alimentação»”.¹⁸⁶⁴

Enfatizando o aspecto, muitas vezes desprezado, da reprodução da força de trabalho - “inclusive a nível de gerações”, sublinhou Marx – Gorender defendia que o escravismo colonial respondia, como todos os demais modos de produção à “lei da reprodução necessária da força de trabalho gasta no processo de produção.”¹⁸⁶⁵ Muito justamente, esse autor recuperava distinções que a tradição marxista havia, paulatinamente, perdido. Recusava assimilações rápidas e atalhos que terminavam reduzindo o pensamento marxista e, indiretamente, seus objetos. Assim, o que ele chamava de “escravo como agente subjetivo do processo de trabalho”,¹⁸⁶⁶ lembrando apropriadamente que Marx nunca confundiu o capital empregado na compra do escravo com o próprio.¹⁸⁶⁷ Destacava assim o ator social no trabalhador rural escravizado. Essa dimensão é importante para a brecha camponesa e as resistências.

Nesse contexto, foram singularizados certos traços das relações de trabalho prometidos a longa duração, inclusive na fase pós-escravidão, particularmente o acesso à terra, na forma do sítio ou roçado, para que o trabalhador plantasse culturas alimentícias para seu próprio consumo. Se a plantagem escapava ao modo de produção capitalista, que dominava o mercado mundial onde essa escoava sua produção, também o fazia a “produção [para] o consumo doméstico (...) sob a forma de economia natural”, sendo ela uma “retaguarda, como dependência de suporte da produção comercializável no mercado mundial.”¹⁸⁶⁸ A imbricação dos modos de produção

¹⁸⁶¹ Idem, p. 364. Ele se refere à obra de HASENBALG, Carlos Alfredo. *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

¹⁸⁶² GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. Op. cit., p. 365.

¹⁸⁶³ Idem, p. 167.

¹⁸⁶⁴ Idem, p. 168.

¹⁸⁶⁵ Idem, p. 169.

¹⁸⁶⁶ Idem, p. 176.

¹⁸⁶⁷ “Marx, entretanto, não diz que o escravo é capital fixo. Afirma, isto sim, que o capital dinheiro (Geldkapital) empregado na compra do escravo desempenha o papel (spielt die Rolle) da forma dinheiro do capital fixo (von Geldform des fixen Kapitals). Portanto, não é o escravo como tal, como ser humano concreto, com sua força de trabalho concreta, no processo de trabalho concreto, que desempenha o papel de capital fixo, mas o dinheiro aplicado em sua compra se comporta à maneira da forma dinheiro do capital fixo.” Idem, p. 181. Ênfases do autor.

¹⁸⁶⁸ Idem, p. 237.

(mercantil/capitalista em escala mundial, escravista colonial no Brasil, economia natural em parte da terra dos latifúndios, sem falar dos ameríndios) em volta da plantação canavieira se tornava um tanto mais complexa. Embora tijolos e outras produções do gênero, não destinados à venda, pertencessem ainda à economia mercantil porque “*o trabalho incorporado a tais bens de produção se transferia ao produto final destinado ao mercado, na medida em que contribuíam para criá-lo*”,¹⁸⁶⁹ as demais produções, em particular “*o cultivo de mantimentos*”,¹⁸⁷⁰ constituíam a maior parte dessa “*economia natural*”, junto com os tecidos produzidos localmente. A “*bissegmentação*” da plantagem escravista, desigual e deixando a maior parte obviamente à produção de mercadorias para o mercado mundial, era concebida como “*estrutural*”.¹⁸⁷¹ Ela compreendia também a produção agrícola dos escravos aos quais se concedia o “*cultivo de minúsculos lotes de terra no domínio do plantador*”. Gorender sublinhou justamente a antiguidade da prática no universo açucareiro, já descrita com detalhes nas plantações de São Tomé.¹⁸⁷² Difundida nas Antilhas como “*o sistema Brasil*”,¹⁸⁷³ essa prática já fora interpretada como um elemento que amenizava a crueldade das relações escravistas. Gorender opunha essa concepção da fundamental benevolência dos senhores à precariedade de sua aplicação, sobretudo no sentido de tempo disponível.

“*Quando muito, dispunha apenas do domingo e devia sacrificar o repouso semanal a fim de cuidar do seu lote de terra.*”¹⁸⁷⁴ Citando Vilhena, “*em um pedacinho de terra, a que chamam de roça, para daquele trabalho tirarem seu sustento para toda a semana, acudindo somente com alguma gota de mel, o mais grosseiro, se é em tempo de moagem.*”¹⁸⁷⁵

Gorender enfatizou que isso não livrava os escravos da mais infinita miséria e fome descritas por testemunhos citados. Como Manuel Correia, ele mostrava o interesse dos plantadores em se livrarem dos custos de manutenção (alimentação) dos trabalhadores, encarregando-os, no seu “tempo livre” de providenciá-la. “*Da óptica dos senhores, a permissão não só fornecia um suplemento alimentar ao escravo, como o tornava mais dócil e apegado à plantagem.*”¹⁸⁷⁶ Se alguns cuidados impõem-se ao examinar os argumentos da linha “paternalista”,¹⁸⁷⁷ talvez seja bom qualificar também essa idéia do “apego” examinada criticamente à luz tanto dos custos reduzidos de supervisão (violência patronal ordinária) e, sobretudo no período pós-escravidão,

¹⁸⁶⁹ Idem, p. 238.

¹⁸⁷⁰ Ibidem.

¹⁸⁷¹ Idem, p. 253.

¹⁸⁷² Idem, p. 254.

¹⁸⁷³ DIEGUES Jr, Manuel. *População e Açúcar no Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro, Comissão Nacional de Alimentação, 1954, p. 69-70.

¹⁸⁷⁴ GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. Op. cit., p. 256.

¹⁸⁷⁵ Idem, p. 258.

¹⁸⁷⁶ Idem, p. 262.

¹⁸⁷⁷ Que Gorender debate, por exemplo, em *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990, p. 114.

das inexistentes opções circundantes de acesso à terra. Gorender alertava contra os exageros de certas interpretações, lembrando a predominância absoluta da violência.

Os defensores da tese feudal¹⁸⁷⁸ identificaram no acesso à terra cedida uma das razões que fundamentaram a identificação do modo de produção. Gorender diminuiu-lhe tanto a abrangência quanto a significação afirmada como definidora. Reconheceu porém “*semelhança aparente*” entre a situação do canavieiro e “*a do servo feudal*”, que levou estudiosos a interpretar esse sistema de exploração (do escravo e seus descendentes) como “*idêntico ou análogo ao da corvéia*.”¹⁸⁷⁹ Justamente, Gorender argumentou que enquanto

“*a economia própria do escravo [e de seus sucessores] nunca deixou de constituir concessão do senhor, sujeita ao seu arbítrio, pouco importando as normas legais [d]iferia da economia própria do servo, que tinha direito a ela consagrado na prática.*”¹⁸⁸⁰

Poder-se-ia acrescentar: também no Direito consuetudinário ainda muito importante no campo medieval europeu. Gorender continuou: “*No regime escravista, a economia própria do escravo nunca representou peça indispensável, sempre foi acessória e condicional.*”¹⁸⁸¹ O regime “feudal” (seria mais correto falar de “senhorial”, como foi visto acima¹⁸⁸²) encontrava-se baseado no trabalho do servo na sua terra; a atividade do canavieiro (escravizado ou não) no seu sítio “*nunca representou peça indispensável, sempre foi acessória e condicional.*”¹⁸⁸³ Gorender, como Caio Prado, recusava, portanto, a tendência de certos autores a transformar os canavieiros em camponeses. Isso tornava a proposta intepretativa pós-emancipação tanto mais extraordinária.

Embora Gorender falasse de “*revolução abolicionista*”¹⁸⁸⁴ o regime de trabalho que sucedeu ao escravismo “*constituiu problema de imediato não resolvido*”.¹⁸⁸⁵ Sem alternativa pela falta de acesso à terra, “*os ex-escravos se viram obrigados a aceitar os salários miseráveis e condições de sujeição que, de certa forma, reiteravam aspectos da extinta escravidão.*”¹⁸⁸⁶ Citando exemplos do Caribe e do Brasil, ele mostrou a preocupação em garantir até mesmo por intermédio de instrumentos legais, a sujeição dessa mão-de-obra “*liberta*”,¹⁸⁸⁷ inclusive a obrigação ao trabalho assalariado dos “*vadios*”¹⁸⁸⁸ e a importação de trabalhadores asiáticos,

¹⁸⁷⁸ Ver a parte III.2.2. A Tese Feudal.

¹⁸⁷⁹ GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. Op. cit., p. 263.

¹⁸⁸⁰ Ênfases do próprio autor. Idem, p. 263.

¹⁸⁸¹ Ibidem.

¹⁸⁸² Ver III.2.2. A Tese Feudal: o morador como servo.

¹⁸⁸³ GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. Op. cit., p. 263.

¹⁸⁸⁴ Título do capítulo 9 de seu livro *A escravidão reabilitada*. Op. cit., p. 133 et ss.

¹⁸⁸⁵ Idem, p. 136.

¹⁸⁸⁶ Ibidem.

¹⁸⁸⁷ Idem, p. 154.

¹⁸⁸⁸ Ver FONER, Eric. *Nada além da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

apesar dos perigos eugênicos de “mongolização” do país. Mas a maioria dos trabalhadores eram simplesmente antigos escravos que, segundo Gorender, não poderiam ser classificados como verdadeiros assalariados. Colonos no café, moradores na cana estavam envolvidos em “*relações de produção não-capitalistas*”.¹⁸⁸⁹ De repente, o capitalismo agroexportador se tornava “*capitalismo primitivo apoiado em formas camponesas dependentes*”.¹⁸⁹⁰ A razão de ser deste veredicto era a forma de pagamento: numa “*fase de baixa acumulação*”,¹⁸⁹¹ a remuneração constituía-se, doravante, “*uma parte monetária [combinada com] uma parte sob a forma de concessão de terras para cultivo de gêneros alimentícios*”.¹⁸⁹² A falta de dispêndio por parte do empregador, na medida da abundância de terra – monopolizada por sua classe após as Leis de Terra, é preciso acrescentar – era justamente sublinhada. Mas, após ter afirmada essa “*remuneração*” *in natura* do trabalho de toda a família do morador nos canaviais, Gorender mencionava a “*casa de moradia gratuita*”, como se tivesse uma diferença de essência na cessão desses objetos. O autor admitia a existência de contratos “*verbais ou formalizados*”, mas interpretava toda essa configuração como fundamentalmente distinta de relações “*tipicamente capitalista*”, em virtude de contratos de trabalho individuais (em vez de familiares) e pagamento em espécie. Identificando precisamente os termos da sujeição dos trabalhadores rurais “*dias de trabalho gratuito (cambão, no Nordeste), tarefas extras sem remuneração, salários de condição (mais baixos do que os do mercado), regime disciplinar quase carcerário*”,¹⁸⁹³ o autor manteve, todavia, que eram apenas “*formas camponesas dependentes*”.¹⁸⁹⁴

A passagem ao “*trabalho puramente assalariado*” corresponderia a uma forma superior de modo de produção, isto é, um “*capitalismo agrário desenvolvido*”.¹⁸⁹⁵ Conhecendo a perspicácia de Gorender, a acuidade de sua percepção crítica e sua fidelidade ao pensamento de Marx, era surpreendente que a forma de pagamento do salário, “*uma parte sob a forma de concessão de terras para cultivo de gêneros alimentícios*”¹⁸⁹⁶ sendo a outra monetária, permitisse classificar os trabalhadores numa categoria que fora descartada para eles mesmos ou seus pais, numa situação de trabalho que havia mudado com a abolição em muitos sentidos, menos na sua instalação precisamente em terras de engenho, onde doravante ganhavam um

¹⁸⁸⁹ GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. Op. cit., p. 190.

¹⁸⁹⁰ Frase repetida, com variante de “*capitalismo agromercantil pós-abolicionista*”. GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. Op. cit., p. 190.

¹⁸⁹¹ Não explicitada, enquanto que para a época escravista, Gorender é sempre cuidadoso em apoiar afirmações desse tipo.

¹⁸⁹² GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. Op. cit., p. 190.

¹⁸⁹³ Idem, p. 191.

¹⁸⁹⁴ Ibidem.

¹⁸⁹⁵ Ibidem.

¹⁸⁹⁶ Idem, p. 190.

“*miserio salário*”, em vez de trabalhar, ali sim, gratuitamente para seus senhores. Parece que Gorender cedeu ao mesmo fascínio do que os autores que criticava quanto à identificação do “*servo*” no mesmo morador em que ele enxergava um “*camponês*” subitamente surgido, e cuja exploração e sujeição total ao dono da plantação lhe valeu apenas o qualificativo “*dependente*”.

Surpreendentemente, Gorender não estabeleceu a filiação entre escravos e moradores. Ele se limitou a designar apenas os moradores do período escravista “*homens livres agregados nos engenhos*”.¹⁸⁹⁷ Vislumbrando, “*no melhor dos casos*,” uma mudança de empresa, mas não de condição, ele reconheceu, no entanto, que “[o] *liberto foi obrigado a se conformar com o regime do cambão ou da condição*”,¹⁸⁹⁸ cuja filiação com a escravidão estava implícita até mesmo no paralelismo entre sua divulgação ao passo que a escravidão diminuía, ao longo do século XIX. A exceção ao modelo de continuada sujeição sob outra roupagem, era o Maranhão, onde a abundância de terras a serem conquistadas permitiu que se instalassem em “*terras virgens*”,¹⁸⁹⁹ e no Oeste paulista. Na Zona da Mata de Pernambuco, o monopólio de fato da terra em mãos empresariais impedia qualquer movimento maciço nesse sentido. Curiosamente, essa dimensão não foi realçada. Como se a decisão teórica em prol de um “*campesinato dependente*” ocultasse uma análise mais contundente da realidade, tão bem descrita por Eisenberg.¹⁹⁰⁰

Segundo o objetivo explícito de seu livro, Gorender enfatizou, a cada passo, o peso ideológico e social da herança escravista. A falta de acesso à terra e de opção profissional entre os trabalhadores rurais libertos da escravidão, mas desprovidos de qualquer competência além de sua experiência nos canaviais; a depreciação “*do trabalho manual e [a] estima pelo ócio*”,¹⁹⁰¹ ainda tão forte no Nordeste; os preconceitos racistas, movendo todo um aparato legal de combate, estavam tão arraigados que “*os fazendeiros [ou senhores-de-engenho] continuaram a tratar os negros livres como o faziam com os escravos*”,¹⁹⁰² doravante apoiados, como foi visto,¹⁹⁰³ num aparato “*científico*” do eugenismo triunfante na intelectualidade e nas instâncias públicas encarregadas da política de imigração.¹⁹⁰⁴ Notavelmente, Gorender foi de encontro à

¹⁸⁹⁷ GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. Op. cit., p. 193.

¹⁸⁹⁸ Idem, p. 194.

¹⁸⁹⁹ Termo que evoca irremediavelmente, as consequências ideológica do evolucionismo cultural na apreciação das sociedades ameríndias.

¹⁹⁰⁰ EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança*. op. cit.; e *Homens esquecidos. Escravos e trabalhadores livres no Brasil XVIII-XIX*. Campinas: Unicamp, 1989.

¹⁹⁰¹ GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. Op. cit., p.199.

¹⁹⁰² Ibidem..

¹⁹⁰³ Ver a parte III.1.1. José Lins do Rego e sua influência abrangente. Racismo clássico e/ou eugenismo científico?; III. 1.2. As relações de trabalho na zona canavieira segundo Gilberto Freyre; Eugenia x miscigenação: Nina Rodrigues x Gilberto Freyre?; e III.2. Os Teóricos Marxistas brasileiros. A linha excludente.

¹⁹⁰⁴ Ver o estudo de Carlos Alberto Miranda “Evolução Histórica e Contratempos do Pensamento Eugênico no Brasil” (manuscrito gentilmente comunicado pelo autor), citado no ponto III.2.1. Os modos de produção em sucessão evolucionista 211. História evolucionista.

versão estabelecida por José Lins do Rego e Gilberto Freyre ao mostrar que “o novo empresário industrial também absorveu [a] ideologia do senhorio rural.”¹⁹⁰⁵ Lembrando a posição de Florestan Fernandes, de que “o racismo antinegro persistente na sociedade de classes (= sociedade capitalista) como arcaísmo, sociopatia, fenômeno de demora cultural”, posições insustentáveis no início do século XXI, com as diversas experiências de limpeza étnica e discriminações policiais nos países supostamente “mais avançados” do “primeiro mundo”, Gorender afirmou com notável perspicácia, acompanhando Hasenbalg,¹⁹⁰⁶ a relação intrínseca entre racismo e capitalismo: nele “a classificação racista é funcional”.¹⁹⁰⁷ Ele reconheceu no racismo “um procedimento perverso integrado na dinâmica do capitalismo”.¹⁹⁰⁸ Ele funcionava como fabricante do que chamou de “reserva da reserva”¹⁹⁰⁹ em termos de oferta de mão-de-obra no mercado de trabalho.

2. 4. 2. “Uma sociedade, não um mero quintal da Europa”:¹⁹¹⁰ o modo de produção escravista-colonial segundo Ciro Flamarion Santana Cardoso

Como Caio Prado, Jacob Gorender e Christian Topalov,¹⁹¹¹ o historiador Ciro Flamarion Santana Cardoso¹⁹¹² critica a posição de Guimarães quanto a tese feudal. Ao seu ver, esse equívoco se deve às superestruturas de origem feudal européia¹⁹¹³ que deixaram sua marca em nomenclaturas e estruturas sociais, mais particularmente no início da Colônia. O fundamento econômico, “um sistema baseado na escravidão”, parece-lhe difícil de integrar num modelo feudal.¹⁹¹⁴ Tampouco aceita a idéia de uma reversão a um modelo escravista antigo. Ciro Flamarion Cardoso refuta esta posição, relembando, com muita pertinência, a longa história medieval mediterrânea da cultura da cana-de-açúcar.¹⁹¹⁵

¹⁹⁰⁵ GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. Op. cit., p. 201.

¹⁹⁰⁶ HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Op. cit.

¹⁹⁰⁷ GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. Op. cit., p. 202

¹⁹⁰⁸ Idem, p. 203.

¹⁹⁰⁹ Ibidem.

¹⁹¹⁰ CARDOSO, Ciro Flamarion S. (Org.). *Escravidão e abolição no Brasil, Novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, p. 56. Título da parte do capítulo I, escrita por Ciro Flamarion Cardoso.

¹⁹¹¹ TOPALOV, Christian. *Estruturas Agrárias Brasileiras*. Op. cit, 1978.

¹⁹¹² Cardoso resume as principais direções de interpretação dos autores marxistas sobre o modo de produção em vigor no Brasil até, mais ou menos, o século XX, e, portanto, a condição da força de trabalho nas unidades de produção de maior destaque, como as plantações de cana-de-açúcar. “Observations sur le dossier préparatoire à la discussion sur la mode de production féodal”. In: CERM, *Sur le féodalisme*. Paris: Ed. Sociales, 1974 p. 67-69

¹⁹¹³ Mais precisamente as que pertencem ao sistema de vassalagem. Ver parte III. 2. 2. A Tese Feudal; 2.2.1. “Que é o feudalismo?”; “Senhorio e Feudalidade”; A vassalagem.

¹⁹¹⁴ Idem p. 67.

¹⁹¹⁵ Ver, a este respeito, entre outros, o estudo de J.H. Galloway. *The Mediterranean Sugar Industry*. Toronto: University of Toronto Press, 1977; GALLOWAY, J. H. *The Sugar Cane Industry*. Op. cit.; MEYER, Jean. *Histoire du Sucre*. Paris: Desjonquères, 1989; MINTZ, Sidney W. *Sweetness and Power*. Op. cit.

“Mais que a escravidão antiga, é o sistema de colonização aplicado pelas cidades italianas no Mediterrâneo oriental e Mar Negro (baseado na grande propriedade com mão-de-obra escrava) que inspirou os Portugueses na colonização das ilhas do Atlântico e do Brasil.”¹⁹¹⁶

Por outro lado, julga a posição de Caio Prado, identificando um capitalismo incipiente e dependente como modo de produção vigente, mais “justa” entre os autores marxistas brasileiros. No entanto, critica o fato de que o sistema econômico brasileiro não seja visto como “*específico e autônomo*”.¹⁹¹⁷ Ele se reclama do marxismo, mas recusa-se a aceitar

“que os resultados obtidos a partir [dele], num ambiente histórico definido, sejam ipso facto válidos para todas as sociedades do mundo.”¹⁹¹⁸

Examinando o trabalho de Novais, Cardoso mostra que o “*antigo sistema colonial*” não constitui uma fórmula teórica inteiramente satisfatória, pois “*funciona como uma entelêquia, uma entidade que organiza, determina, decide em função do capitalismo industrial que virá.*”¹⁹¹⁹ Isso não é suficiente para explicar “*a racionalidade daquele sistema para os homens que o viveram*”.¹⁹²⁰ Ou seja, mantendo a decisiva escala de abordagem, o “sentido” da história da colonização não pode depender exclusivamente de eventos posteriores. Ele critica também a dimensão geográfica da proposta, no sentido da gestação dos modelos aplicados, isto é,

“*a concepção do capitalismo que, fazendo das estrutura internas da América Latina e do Caribe, em especial, simples projeções ou corolários do impacto de elementos ou influxos cuja racionalidade básica se situaria fora daquelas regiões, levava à afirmação clara ou implícita de que suas sociedades não eram formações econômico-sociais diferenciadas e autônomas.*”¹⁹²¹

Cardoso afirma, apoiado em Marx, “*a especificidade dos modos de produção coloniais*”¹⁹²² e propõe sua própria definição do sistema colonial brasileiro, que não pode ser assimilado nem ao modo de produção escravista antigo, nem ao modo do produção feudal, “*menos ainda ao capitalista: ele tem uma fisionomia bem definida e particular*”,¹⁹²³ o modo de produção escravista-colonial,¹⁹²⁴ portanto, próximo da tese de Gorender. Diversos modos de produção coloniais ou dependentes constituem a hipótese de trabalho apresentada¹⁹²⁵ para explicar a diversidade das situações nos países periféricos. Contrariamente a Caio Prado Júnior, que entendia o contexto de capitalismo mercantil como determinante para o modo de produção

¹⁹¹⁶ CARDOSO C.F.S. “Observations sur le dossier préparatoire à la discussion sur le mode de production féodal”. Op.cit., p.67-68. Ver, a esse respeito, as obras de Galloway, Mintz e diversos medievalistas.

¹⁹¹⁷ CARDOSO, Ciro Flamarion S. “Observations sur le dossier préparatoire...”. Op. cit., p. 68.

¹⁹¹⁸ CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravo ou Camponês?* Op. cit., p. 40.

¹⁹¹⁹ CARDOSO, Ciro Flamarion S. “As concepções acerca do “sistema econômico mundial” e do ‘antigo sistema colonial’: a preocupação obsessiva com a ‘extração de excedente’”. In: LAPA, José Roberto do Amaral. *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Op. cit., p. 122.

¹⁹²⁰ Ibidem.

¹⁹²¹ CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravo ou Camponês?* Op. cit., p. 33.

¹⁹²² Idem, 42.

¹⁹²³ Ibidem.

¹⁹²⁴ Ver ainda a obra coletiva sob a direção deste autor, *Escravidão e abolição no Brasil*. Op.cit.

vigente no Brasil, Ciro Flamarion Cardoso lhe nega não só esta importância decisiva como a própria qualificação de capitalista:

*“O período em que se deu a colonização nas Américas - basicamente os séculos XVI a XVIII - é um período pré-capitalista em quase toda a sua extensão: tanto no concernente às estruturas internas da Europa ocidental e às de suas colônias americanas quanto no que tange ao mercado mundial então em constituição.”*¹⁹²⁶

Ele descreve em três pontos os traços principais do modelo proposto: 1. forças produtivas ao mesmo tempo muito desenvolvidas (na parte industrial) e atrasadas (na parte rural); 2. relações de produção de tipo escravidão (mais diferente da escravidão antiga) *“gerando uma sociedade muito patriarcal e aristocrática”*,¹⁹²⁷ 3. o centro das decisões permanecendo fora da colônia, num contexto de produção agro-exportadora. Este modo de produção dominaria o cenário até meados para fins do século XIX, quando a proibição do tráfico negreiro e a abolição da escravidão *“forçaram a passagem a um sistema capitalista no campo”*.¹⁹²⁸ Cardoso, como Gorender, propõe portanto, uma solução original, reivindicando uma postura de autonomia em relação aos modelos europeus, tanto para a realidade estudada quanto para a interpretação que é feita a partir desta, rejeitando explicitamente a transferência de conceitos como fora praticada anteriormente.

*“Mas, se se quer conhecer melhor os problemas da América Latina, então tem que se debruçar mais sobre os traços específicos deste sistema, procurar descobrir as leis, a dinâmica interna das sociedades coloniais americanas. Enquanto isto não é feito, satisfar-se-á - como até agora, em fazê-la caber - quer queira quer não - nos moldes tomados emprestados da evolução européia, que apenas mascaram ou deturpam sua verdadeira fisionomia.”*¹⁹²⁹

O autor revela sua preocupação em conservar uma interpretação de cunho marxista, recusando, no entanto, a rigidez do modelo¹⁹³⁰ das cinco etapas obrigatórias à qual se renderam, por razões de estratégia política, os membros dos partidos comunistas, tanto da China, quanto do Brasil.¹⁹³¹ Recusa-se também a satelização da história não-européia em relação à européia e resulta desta postura a necessidade de criar um modelo novo.

Como no caso dos defensores do modo de produção asiático a respeito da história chinesa, tanto Gorender quanto Ciro Flamarion Cardoso têm o mérito de tentar uma maior aproximação da realidade que eles estudam. Os frutos desta tentativa são muito numerosos e ricos. Além de

¹⁹²⁵ Ver CARDOSO, Ciro Flamarion S. “Sobre los Modos de Producción Coloniales de América”. In: Assadourian et al., *Modos de Producción en América Latina, Cuadernos del Pasado y Presente*. Córdoba, Argentina, 1973.

¹⁹²⁶ CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravo ou Camponês?* Op. cit., p.41.

¹⁹²⁷ CARDOSO, Ciro Flamarion S. “Observations...”. Op. cit., p.68.

¹⁹²⁸ Idem, p.69.

¹⁹²⁹ Ibidem.

¹⁹³⁰ Mais estalinista do que propriamente marxista, como foi visto acima. III. 2. 1. Revisitando as bases conceituais do pensamento marxistas relevantes para o estudo da morada: evolucionismo na sucessão dos modos de produção

reenfocar o objeto de estudo, a realidade brasileira e não um apêndice de outra realidade ('mais importante', implicitamente senão explicitamente segundo as leis do etnocentrismo europeu), eles propõem uma interpretação original que permite reavaliar os 'pesos específicos' de muitos episódios e/ou aspectos, talvez até então considerados negligenciáveis por representarem, de certo modo, a 'periferia da periferia': nesta nova perspectiva, tanto a 'brecha camponesa' quanto outros aspectos da vida do povo brasileiro adquirem um relevo inédito, ademais permitido pelos novos cânones do momento dominado pela Nova História.

No entanto, apesar dos seus muitos méritos, a explicação do 'escravismo colonial' não parece de todo absolutamente convincente. O principal obstáculo à plena adesão reside não nos objetivos e propósitos, mas no 'isolacionismo' que lhe é inerente e que esses autores acharam necessário consolidar teoricamente para enfocar a realidade brasileira em primeiro plano, em vez de como um pano de fundo para uma outra história 'principal', 'mais adiantada', européia enfim. Com isso, eles dedicam uma indispensável atenção às dinâmicas sociais e econômicas internas. Contudo, abandonando, de certo modo, a centralidade da articulação com a Europa colonizadora e freguesa, eles criaram um limite, uma barreira. Similar postura de ruptura total aparece fundamentada no caso do modo de produção asiático, na China, já que tal 'barreira' não fora de fato transposta pelos exércitos europeus antes da metade do século XIX, como o lembrava Caio Prado Júnior em diversos momentos.¹⁹³² Nesse último caso, justificava-se uma visão que não só colocava o país não-europeu no primeiro plano, mas considerava a sua história como se não totalmente isolada, certamente independente da dos europeus. Tratando-se do Brasil, no entanto, uma das primeiras colônias da Europa no mundo, um país definido em muito aspectos por ela,¹⁹³³ o exercício era mais arriscado.

Recusando o ponto de vista europeu-centrado, firmando pé (conceitualmente, historiograficamente) no continente americano para refutar uma tendência infelizmente ainda

¹⁹³¹ Ver III.2.2. A Tese Feudal; 2.2.2.O conceito de feudalismo ou modo de produção feudal aplicado fora da Europa; Dos usos políticos de um conceito histórico; A título de ilustração: a historiografia marxista chinesa, e 2.2.3. A tese feudal no Brasil.

¹⁹³² Particularmente em *A Revolução Brasileira*. Op. cit., em que ele cita diversas vezes a China como contraponto à experiência histórica brasileira, procurando, deste modo, realçar a originalidade de seu devir.

¹⁹³³ Pode-se acrescentar que não só o modelo serviu de inspiração, bem como as próprias "cidades italianas", entende-se os empresários genoveses, venezianos e, numa medida menor, fiorentinos, financiaram, estimularam de mil maneiras, através de suas colônias ativas e bem situadas na península ibérica, a procura de terras e, em seguida, sua exploração para a produção desta preciosa mercadoria - o açúcar - que eles iam vender nos ávidos mercados da Europa do Norte, em Antuérpia, Londres etc... Não é por acaso que refinarias de açúcar foram instaladas cedo nestas cidades. Em 1544 começa a refinaria de açúcar na Inglaterra. CHAUNU, P. *L'expansion européenne XIII-XV*. Op.cit. e MEYER, Jean. *L'histoire du sucre*. Op.cit.. Este autor acrescenta que a cana-de-açúcar não é "uma cultura alimentícia em si, exceto em muito pequena escala: ela é uma cultura de comercialização por excelência(...) e esta comercialização encontra seu pleno florescimento numa estrutura capitalista no sentido pleno do termo, numa economia internacionalizada em muito grande escala". Idem, p.58. Ele cita ainda Fernand Braudel que lamenta o efeito da cultura da cana no Mediterrâneo: "Devastadora dos equilíbrios antigos, esta recém-chegada é tão mais

dominante que considera a Europa (e a América do Norte) como centro e modelo (do mundo), corre-se, no entanto, o perigo de encontrar uma solução parcialmente insatisfatória. Por exemplo, poder-se-ia perguntar como o sistema econômico brasileiro pré-século XX poderia ser considerado ‘não capitalista’ e ‘particular’ se “o centro das decisões era situado fora da colônia; esta nasce com uma economia já ‘deformada’, virada para o mercado exterior, para os produtos tropicais exportáveis para a Europa”,¹⁹³⁴ uma Europa capitalista, sem disputa. O real e esplêndido isolamento da China imperial durante muitos séculos, sua força de irradiação cultural em toda a Ásia, sua capacidade de absorção até das mais submergentes invasões (nada menos do que os Mongois de Gengis Khan e Kubilai!) podem, sem dúvida, justificar a elaboração de um novo (até de vários) modelo(s) de interpretação original, específica. No caso do Brasil Colônia (e sem falar das sociedades ameríndias que com certeza respondem a outros modelos elaborados fora da corrente evolucionista)¹⁹³⁵ a separação do resto do mundo para uma interpretação global do sistema econômico encontra dificuldades. A linha explicativa da Economia Mundo procura oferecer uma solução interpretativa que garanta ao mesmo tempo o resgate da originalidade do devir histórico brasileiro (no caso) e a necessidade de relacioná-la organicamente (a expressão é de Caio Prado) à atividade européia dentro e fora do Velho Continente.

2.4.3. A brecha camponesa

Além dessas concepções mais gerais sobre a história do Brasil, uma das principais contribuições de Ciro Flamarion Cardoso para o assunto do presente trabalho é, seguindo os trabalhos de Lepkowski e Mintz,¹⁹³⁶ o desenvolvimento do conceito de brecha camponesa.¹⁹³⁷ Já presente em Passos Guimarães, ela foi descartada por Gorender, tanto em importância concreta no Brasil, quanto em significação teórica.¹⁹³⁸ O papel dos escravos (e sem dúvida de seus descendentes moradores ainda ‘cativos’ nos engenhos) como pequenos produtores, engajados no “que considerou atividades de tipo camponês em regimes escravistas na América”.¹⁹³⁹

perigosa que ela é sustentada por um capitalismo poderoso vindo, no século XVI de todos os horizontes da Itália, bem como de Lisboa ou Antuérpia”. Citado por Jean Meyer, Idem, p.58.

¹⁹³⁴ CARDOSO, Ciro Flamarion S. “Observations...”. Op. cit., p.68.

¹⁹³⁵ Ver, por exemplo, o modo de produção doméstico desenvolvido por Marshall Sahlins e comentado por Pierre Clastres. In: *Âge de pierre, âge d'abondance*. Op. cit.

¹⁹³⁶ MINTZ, Sidney W. “The Origins of reconstituted peasantries”. In: MINTZ, Sidney W. Ed. *Caribbean Transformations*. Baltimore: The Johns Hopkins Univ., 1974, p. 146-156. Nesse artigo, citado por Cardoso como inspirador de seu trabalho, Mintz trata das origens da “*adaptação subsequente ao estilo de vida camponês, fora elaborada pelas pessoas ainda durante o tempo em que eram escravizadas*.” p. 151. Assunto que Mintz tratou anteriormente em “The Question of Caribbean Peasantries: a Comment”. In: *Caribbean Studies I* (1961), p. 31-34.

¹⁹³⁷ Termo cunhado por Tadeusz Lepkowski a propósito da produção dos quilombolas e dos pequenos lotes de terra concedidos em usufruto nas fazendas, aos escravos não-domésticos.” CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravo ou Camponês?* Op. cit., p. 54.

¹⁹³⁸ Para Gorender, essa produção não passa de “*elemento integrado com caráter orgânico na estrutura da plantagem*.” GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. Op. cit., p. 264. Ver também p. 182.

¹⁹³⁹ GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. Op. cit., p. 222.

A definição do camponês, que se pensa reconhecer no canavieiro trabalhando seu sítio, é “uma das mais escorregadias que existem, por referir-se a realidades muitíssimo variadas no tempo e no espaço.”¹⁹⁴⁰ Embora mencionando várias linhas nessa abordagem, a obra decisiva de Eric Wolf,¹⁹⁴¹ Cardoso definiu assim a estrutura camponesa:

“1) acesso estável à terra, seja em forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto; 2) trabalho predominantemente familiar – o que não exclui, em certos casos e circunstâncias, o recurso a uma força de trabalho adicional, externa ao núcleo familiar; 3) economia fundamentalmente de auto-subsistência, sem excluir por isto a vinculação (eventual ou permanente) ao mercado; 4) certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja, nas decisões sobre o que plantar e quando, de que maneira, sobre a disposição dos excedentes eventuais etc.”¹⁹⁴²

Cardoso reconheceu três dimensões a essa autonomia do camponês:

“1) segurança de acesso à parcela de terra; 2) grau de relação direta com o mercado vertical (distinguido do mercado horizontal, onde o intercâmbio se dá entre compradores e vendedores de igual situação social); 3) grau de gestão do camponês sobre sua parcela, no tocante à distribuição dos recursos disponíveis.”¹⁹⁴³

Cardoso defende que “uma autonomia e uma estabilidade de fato quanto aos três pontos”¹⁹⁴⁴ pode ser identificada na condição de escravos dispondo de um sítio. Mintz achava que “as “brechas” agrícola e mercantil obrigam a por em dúvida a existência, nas colônias das Américas, de um modo de produção escravista.”¹⁹⁴⁵ Cardoso discordava. O vulto da atividade agrícola e de seus desdobramentos mercantis o conduziu a recusar, no entanto, a apelação de “economia natural”.¹⁹⁴⁶ Ao contrário, citando longamente Stuart Schwartz, ele concordava que os atores da brecha camponesa, inclusive na época da escravidão (o que deixa supor que isso seja verdadeiro depois dela¹⁹⁴⁷), “mesmo escravos utilizados na agricultura eram capazes de participar diretamente na economia de mercado e de acumular capital”.¹⁹⁴⁸ Schwartz insistiu também, com base num documento estabelecido por escravos fugitivos, na amplidão da liberdade de movimento que exigiam: dois dias livres, “com direito a pescar, plantar arroz e

¹⁹⁴⁰ CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravo ou Camponês?* Op. cit., p. 55.

¹⁹⁴¹ WOLF, Eric. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

¹⁹⁴² CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravo ou Camponês?* Op. cit., p. 57.

¹⁹⁴³ O autor se refere a um estudo publicado pelo Oslo International Peace Institute. CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravo ou Camponês?* Op. cit., p. 57.

¹⁹⁴⁴ CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravo ou Camponês?* Op. cit., p. 57.

¹⁹⁴⁵ Idem, p. 58. Ele cita MINTZ, Sidney W. “Was the Plantation Slave a Proletarian?”. In: *Review* II, 1, Summer, 1978, p. 81-98. Trad. C. R. Dabat: “Era o Escravo de Plantação um Proletário?” (In: MINTZ, Sidney. *O poder amargo do açúcar*. Op. cit. p. 117-146); e MINTZ, Sidney W. “The so-called World-System: Local Initiative and Local Response”. In: *Dialectical Anthropology*, II, 4 Nov. 1977, p. 253-270.

¹⁹⁴⁶ CARDOSO, Ciro F. S. *Escravo ou Camponês?* Op. cit., p. 108.

¹⁹⁴⁷ Amplamente evidenciados para outras regiões escravistas e canavieiras também, sobretudo o Caribe, na vasta obra de Sidney W. Mintz.

¹⁹⁴⁸ SCHWARTZ, Stuart B. “Resistance and accommodation in eighteenth-century Brazil: the slaves’ view of slavery”, *Hispanic American Historical Review*, 57, 1, 1977, p. 73.

cortar lenha [que] indicam um certo grau de independência e autosuficiência”.¹⁹⁴⁹ Cardoso¹⁹⁵⁰ concedeu a Gorender e Manuel Correia que a “*atribuição de uma parcela e do tempo para cultivá-la [a parcela]*” visava “*minimizar o custo de manutenção e reprodução da força de trabalho*.”¹⁹⁵¹ Em regiões dedicadas, como a zona canavieira de Pernambuco, a “*produtos primários*” destinados ao mercado mundial, as atividades “*camponesas*”, denominadas “*atividades de subsistência*”, eram, contudo, preteridas pela “*concentração maciça dos fatores de produção na agricultura comercial de exportação*”.¹⁹⁵² Diversos pontos distinguem Cardoso de Gorender e outros autores a respeito da relativa garantia para o trabalhador rural de dispor de terra e se tornar produtor agrícola distinto da grande propriedade. Criticando a “*rigidez dogmática*”¹⁹⁵³ de Gorender, que sublinhava a fragilidade da concessão “*revogável*” segundo o bel prazer do proprietário, Cardoso enfatizou a perenidade, pois transformado em “*costume cada vez mais arraigado e difundido - coisa para a qual apontam os próprios documentos usados por Gorender - tal revogação tornou-se, na prática, muito difícil de realizar*.”¹⁹⁵⁴

Outro ponto, defendido por Cardoso é mais controverso: recusando a tendência de certos autores a tratar as plantações escravistas como campos de concentração, ele defendeu a existência de “*um acordo legal ou consuetudinário*” entre “*a classe dominante e a classe explorada*” que garantia “*certos direitos cuja infração traz consigo o perigo de alguma forma de rebelião*.”¹⁹⁵⁵ O autor elaborou sobre a “*margem de autonomia*” constituída por essa “*possibilidade de dispor de uma economia própria era muito importante econômica e psicologicamente*.”¹⁹⁵⁶ Aparecem os termos habituais: paternalismo e apego, presentes em muitas obras anteriores. Cardoso contribuiu para o debate com a idéia de que essa percepção positiva por parte dos trabalhadores era correspondida por objetivos apenas de contenção do lado patronal. Ele identificou no sistema uma fonte de conflito e uma “*potencialidade dinâmica*.”¹⁹⁵⁷

¹⁹⁴⁹ Ibidem.

¹⁹⁵⁰ Embora num capítulo posterior, ele questione a forma como ela seja por esses autores considerada “*em forma unilateral*” como uma vantagem para o senhor. CARDOSO, Ciro F. S. *Escravo ou Camponês?* Op. cit., p. 108.

¹⁹⁵¹ Idem, p. 58.

¹⁹⁵² Idem, p. 59.

¹⁹⁵³ Idem, p. 111. Ele não poupa os adjetivos: “*visão monolítica, “classificatória” (à maneira dos velhos manuais de marxismo) e irrealista do próprio escravismo, e, em regra geral, da noção de modo de produção*” que “*resulta, entre outras conseqüências, [numa] imagem do escravo como objeto, e jamais como sujeito social*.” Ibidem.

¹⁹⁵⁴ Idem, p. 110.

¹⁹⁵⁵ CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravo ou Camponês?* Op. cit., p. 59.

¹⁹⁵⁶ Ibidem.

¹⁹⁵⁷ Idem, p. 60.

«Os escravos acham que está muito bem. Um poderoso incentivo para estimulá-los a trabalhar para o seu dono consiste em ameaçá-los de tirar-lhes o sábado e alimentá-los segundo as leis... Esta modalidade, que parece tornar livres os escravos durante alguns dias, faz com que se apeguem aos seus donos e às suas cabanas... Pode-se estar certo de que um negro que tenha o seu lote em bom estado, sua horta e suas aves, não fugirá. (...) É fácil garantir a subsistência de um pequeno número de escravos, mas muito difícil manter continuamente depósitos bem guardados para alimentar a centenas...»¹⁹⁵⁸

O aspecto funcional da brecha camponesa ganhou destaque na concepção de Ciro Flamarion Cardoso. Ele garantiu também que “[p]ara o escravo, a margem de autonomia representada pela possibilidade de dispor de uma economia própria era muito importante econômica e psicologicamente.”¹⁹⁵⁹ Antônio de Barros Castro, por sua vez, sublinhou-o como resultante da pressão dos trabalhadores, isto é “da luta de classes”.¹⁹⁶⁰ Ele realçou como essa atividade, e o comércio feito de seus produtos “estabelece vínculos entre os escravos e os engenhos e fazendas.”¹⁹⁶¹ A relativa autonomia quanto ao exercício da agricultura, nesse caso, lhes dava a oportunidade de reconstruir “um pequeno mundo seu, eivado, naturalmente, de reminiscências africanas”,¹⁹⁶² observação já feita, aliás, quanto à agricultura praticada pelos quilombolas. Nas palavras de um intendente de plantação, “aí os escravos estão em casa”.¹⁹⁶³ Barros entendeu a situação, emergindo dialeticamente, como um

“entrechoque de senhores e escravos: estes, procurando construir um espaço próprio, aqueles, divididos, resistindo em parte, cedendo em parte (inclusive por perceber os possíveis benefícios trazidos pela pequenas roças de mantimentos).”¹⁹⁶⁴

Esse autor¹⁹⁶⁵ citou Schwartz e enfatizou a potencialidade transformadora revelada por situações extraordinárias de rebelião aberta,¹⁹⁶⁶ e subjacente o resto do tempo. Reis e Silva, por sua vez, enfatizaram na brecha camponesa, seguindo Ciro Flamarion Cardoso, “sua função enquanto mecanismo de manutenção da ordem escravista.”¹⁹⁶⁷ Apoiados, como Barros, no explícito

¹⁹⁵⁸ Bibliothèque Nationale, Paris, série “Nouvelles Acquisitions Françaises” n° 2571: Dr Artur, médico do Rei em Caiena, “Histoire des colonies françaises de la Guyane”, livro 5, f°. 314-315. In: CARDOSO, Ciro F. S. *Escravo ou Camponês?* Op. cit., p.78.

¹⁹⁵⁹ CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.

¹⁹⁶⁰ CASTRO, Antônio de Barros. “A economia política, o capitalismo e a escravidão”. In: LAPA, José Roberto do Amaral. *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Op. cit., p. 67-107.

¹⁹⁶¹ Ele cita, entre outros documentos, o opúsculo de Francisco P. de Lacerda Werneck, na versão de 1878.

¹⁹⁶² CASTRO, Antônio de Barros. “A economia política, o capitalismo e a escravidão”. Op. cit., p. 99.

¹⁹⁶³ Citado In: Idem.

¹⁹⁶⁴ Ibidem.

¹⁹⁶⁵ Que discorda de Cardoso e Gorender, considerando o escravo “uma antecipação do moderno proletário”, comparando explicitamente “o processo de trabalho num engenho escravista do século XVI [que] é similar ao de uma grande lavoura (plantation) capitalista contemporânea. Além disto, mais se assemelha ao processo de trabalho numa grande fábrica inglesa no início do século XIX que o (processo de trabalho) característico dos séculos XVI e XVII na Europa”. Idem, p. 92. Veremos como Sidney W. Mintz já expôs e desenvolveu essa idéia no capítulo seguinte.

¹⁹⁶⁶ Todos os autores aqui citados se referem ao mesmo episódio baiano tratado por Stuart Schwartz.

¹⁹⁶⁷ REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 23.

opúsculo do barão de Pati,¹⁹⁶⁸ eles identificaram na possibilidade de ter um lote de terra cedida e um dia por semana para cultivá-lo, além do abastecimento - a possibilidade de adquirir

*“tabaco, comida de regalo, uma roupinha melhor parar mulher e filhos etc. (...) sua motivação parece ter sido o que apontamos como válvula de escape para as pressões do sistema: a ilusão de propriedade “distrain” da escravidão e prende, mais que uma vigilância feroz e dispendiosa, o escravo à fazenda”.*¹⁹⁶⁹

Nota-se que o vocabulário - “*distrain*”, “*pequeno direito de propriedade*” transformado em “*ilusão de propriedade*” sob a pena dos historiadores - era do plantador, proprietário da terra e dos trabalhadores. Os autores argumentaram que o sistema escravista (e, mais ainda, seu sucessor no qual a ‘morada’ é predominante) não repousava apenas na força e que, embora o acesso à terra cedida tivesse por propósito patronal “*prender o escravo à fazenda [isto] não anula sua importância – tanto econômica quanto psicológica.*”¹⁹⁷⁰ Notavelmente, os autores sugeriram que a influência psicológica fosse também positiva para o plantador, na medida em que a cessão de terra o tornaria “*mais humano aos seus próprios olhos.*”¹⁹⁷¹ Esse comentário marginal joga uma luz interessante sobre a versão do período de vigência da morada nos canaviais de Pernambuco, segundo José Lins do Rego e Gilberto Freyre.¹⁹⁷²

Ciro Flamarion Cardoso tendeu a acompanhar José de Souza Martins, quanto à configuração social específica do período pós-abolição. Segundo esse sociólogo, no seu famoso estudo *O Cativo da Terra*, o capitalismo “*engendra relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução [do capital] (...) relações antagônicas e subordinadas não-capitalistas*”.¹⁹⁷³ Embora essa nova tentativa, que seduziu Cardoso - “*me parece fecunda*”¹⁹⁷⁴ - aplicando-se às zonas cafeeiras, o sociólogo afirmou que o “*regime do colonato abrangia tanto a cultura de café quanto a de cana-de-açúcar*”.¹⁹⁷⁵ Esse autor sublinhou um traço interessante, “*o colono não era um trabalhador individual, mas sim um trabalhador familiar. É, porém, a produção direta dos meios de vida com base no trabalho familiar que impossibilita definir essas relações como relações capitalistas de produção.*”¹⁹⁷⁶ Ou seja, embora recebesse um salário em numerário, o fato de dispor, na propriedade de seu

¹⁹⁶⁸ Memórias sobre a fundação de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro, sua administração e épocas em que se devem fazer as plantações, suas colheitas etc. etc.”. Rio de Janeiro: Tipografia Universal Laemmert, 1847.

¹⁹⁶⁹ Idem, p. 31.

¹⁹⁷⁰ Ibidem.

¹⁹⁷¹ Ibidem.

¹⁹⁷² Ver o capítulo III.1. A visão da morada construída na obra de José Lins do Rego e de Gilberto Freyre.

¹⁹⁷³ MARTINS, José de Souza *O cativo da terra*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979, p. 20.

¹⁹⁷⁴ CARDOSO, Ciro Flamarion S. “A abolição como problema histórico e historiográfico”. In: CARDOSO, Ciro F. S. (Org.), *Escravidão e abolição no Brasil*. Op. cit., p. 92.

¹⁹⁷⁵ MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. Op. cit., p. 18.

¹⁹⁷⁶ Idem, p. 19.

empregador, de meios para produzir alimentos¹⁹⁷⁷ o retirava da esfera das relações de produção de tipo capitalista. O raciocínio para chegar a essa conclusão era tipicamente mecanicista.¹⁹⁷⁸ A amplitude do que o autor identificava como “*produção capitalista de relações não-capitalistas de produção*” era extraordinariamente ampla, e não se limitava, como para muitos outros estudiosos, à figura da morada, do cambão etc. Ela englobava, muito surpreendentemente, até mesmo a renda fundiária. A este respeito, Martins se distinguia da tese feudal, embora ela lhe servisse de referência. Entrava uma nova escala que, defendia o autor, explicava a “*irracionalidade*” da concentração fundiária que permitia prelevar a renda capitalista da terra desta forma:

“*não é mais um tributo individual e pessoal do servo ao seu senhor; agora é um pagamento que toda a sociedade faz pelo fato de que uma classe preserva o monopólio da terra.*”¹⁹⁷⁹

Ademais, Ciro Flamarion Cardoso assinalou, citando Martins entre outras referências, a importância das formas de trabalho compulsório presentes nas Américas ao lado do “*escravo-mercadoria*”: entre outros “*o cambão brasileiro, ligado também a sistemas de endividamento*”.¹⁹⁸⁰

III. 2.5. A ‘MORADA’ COMO ‘DÁDIVA’

Antropólogos do Museu Nacional do Rio de Janeiro,¹⁹⁸¹ sob a direção de Moacir Palmeira,¹⁹⁸² desenvolveram uma interpretação das relações de trabalho nos canaviais de Pernambuco original em termos teóricos, pois seguiu as linhas analíticas próprias de sua disciplina, utilizando conceitos, como prestações e contraprestações. A obra de Marcel Mauss, particularmente, com o conceito de ‘dádiva’¹⁹⁸³ formulado a partir e a propósito de sociedades muito distintas da brasileira, forneceu uma abordagem inovadora.

O surgimento das usinas e a expulsão dos moradores das propriedades para a ponta de rua, expressaram, para esses autores, a penetração do capitalismo na zona rural. A proletarianização

¹⁹⁷⁷ Para seu consumo e o mercado, como sublinha Sidney Mintz.

¹⁹⁷⁸ “*A prévia mercantilização de todos os fatores envolvidos nessas relações, mediante o que o salário não pode ser um salário-aritmético, isto é, disfarçado, mas deve ser salário em dinheiro para que os meios de vida necessários à produção se determinem como relações capitalistas de produção.*” Idem, p. 19. Ver também o capítulo III “*Desigualdade e propriedade: os marcos do processo de valorização no regime do colonato*”. Idem, p. 77 et ss.

¹⁹⁷⁹ MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. Op. cit., p. 20.

¹⁹⁸⁰ CARDOSO, Ciro Flamarion S.. *Escravo ou Camponês?* Op. cit., p. 10.

¹⁹⁸¹ Particularmente Lygia Sigaud, Afrânio Raul Garcia e Beatriz Herédia, assim como seus próprios alunos, a exemplo de Moema Maria Marques de Miranda. Ver bibliografia. Embora Pedro Eugênio Toledo Cabral não pertença propriamente a essa linha antropológica, ele será citado aqui na medida em que certos argumentos que ele expõe coincidam com os de Lygia Sigaud em particular.

¹⁹⁸² Autor pioneiro no estudo das relações de trabalho na região da qual é oriundo, filho de um usineiro alagoano.

¹⁹⁸³ MAUSS, Marcel. “*Du don, et en particulier de l’obligation à rendre les présents*”. *Essai sur le don*. Paris: PUF, 1950. In: *Sociologie et anthropologie*. Paris: PUF, 1966, p. 145-279. Atualmente, o conceito está ganhando

dos trabalhadores rurais na Zona da Mata foi, portanto, um desenvolvimento relativamente recente. Esses autores consideraram que, após o fim da escravidão, a mão de obra rural da zona canavieira passou por um longo período de relações de trabalho que foram qualificadas de não capitalistas. O modo de produção dominante não teria sido capitalista no âmbito do engenho “*a ‘plantation’, o latifúndio não-capitalista*”.¹⁹⁸⁴ Paradoxalmente, defensores da opção pré-capitalista, eles usaram, ao mesmo tempo, o conceito de ‘plantation’ ou simplesmente plantação,¹⁹⁸⁵ definida no contexto do capitalismo mundial. Nem mesmo o fato de que os trabalhadores rurais recebiam salário (em espécie) constituiria um fator determinante:

*“apesar das aparências de trabalho assalariado, seria problemático afirmar sua existência na ‘plantation’ açucareira de Pernambuco. Este teria sido introduzido no período da retomada das exportações de açúcar, em meados da década de 50, quando o sistema de ‘plantation’ começou a sofrer uma série de alterações, que se traduziram na expropriação do morador da casa e do lote de terra que tradicionalmente lhe eram asseguradas e na expulsão do morador das propriedades.(...) A categoria ‘salário’ dos trabalhadores surge com o Estatuto [do Trabalhador Rural] e não no momento em que o trabalho assalariado se tornou dominante na área, i.e., em meados dos anos 50”.*¹⁹⁸⁶

Poder-se-ia comentar que, de um lado salários já vinham sendo pagos, havia pelo menos meio século, aos trabalhadores; portanto, assalariados eram. Todavia, não eram proprietários; não poderiam ser passíveis de “*desapropriação*”.¹⁹⁸⁷ No entanto, Moacir Palmeira justificou:

*“Só tem sentido falarmos de expropriação de alguma coisa como um campesinato nordestino, se pensarmos em expropriação, não em termos de separação do trabalhador de seus meios de trabalho, como é o caso em outras situações históricas, mas, para usarmos os termos de Marx, em expropriação do trabalhador de suas “condições de produção”.*¹⁹⁸⁸

audiência no Brasil. Ver MARTINS, Paulo Henrique. (Org.). *A Dívida entre os modernos. Discussão sobre os fundamentos e as regras do social*. Petrópolis: Vozes, 2002.

¹⁹⁸⁴ CABRAL, Pedro Eugênio T. *O Trabalhador da Cana-de-açúcar*. Op. cit., p.135.

¹⁹⁸⁵ Estes e outros autores usam sistematicamente do termo “plantation”, em inglês, para remeter à categorização estabelecida, em famoso artigo, por Sidney W. Mintz e Eric Wolf: “Haciendas and Plantations in Middle America. In: *Social and Economic Studies*, 6(3) Sept. 1957, p. 380-412. Tradução de Caio Augusto Maciel e C. R. Dabat: “Fazendas e Plantações na Meso-América e nas Antilhas”. In: MINTZ, Sidney. *O poder amargo do açúcar*. Op. cit. Na oportunidade da tradução, o Professor Mintz autorizou a utilização da palavra “plantação” para “plantation” por terem ambos os termos amplitudes semânticas similares; portanto, só mencionarei a palavra “plantation” em vez de “plantação” quando especificamente utilizada por certos autores. Embora entenda a preocupação dos citados estudiosos em distinguir o tipo analítico “plantation” da realidade das unidades de produção, isso lhe confere uma conotação exótica. A plantação, como sistema de organização da produção, como todos os componentes detalhados e analisados por Mintz e Wolf, é inteiramente autóctone. Tendo como preocupação a reapropriação da história, inclusive em termos conceituais, pela outrora chamada “periferia”, não poderia concordar com um modo de expressão que, mais uma vez, a deserdar; aliás, seria cronologicamente mais coerente os autores de outras línguas adotarem nossa “plantação” como vocábulo. Além disso, a utilização, por vezes abusiva, de palavras estrangeiras em qualquer língua, complica inutilmente a leitura, o entendimento.

¹⁹⁸⁶ SIGAUD, Lygia. “A percepção do salário entre trabalhadores rurais”. Op. cit., p. 51 e p. 65.

¹⁹⁸⁷ Defendendo a mesma idéia, noutro artigo, ele justifica enfaticamente o termo: “*Não nos parece pois desprovido de sentido falarmos de expropriação do campesinato. Trata-se menos de despojamento dos trabalhadores rurais de seus ‘meios de produção’, pois destes, de alguma maneira, já haviam sido ou sempre estiveram expropriados, mas de sua expropriação de relações sociais, por eles vividas como ‘naturais’ (sic), que tornam viável sua participação na produção e sobre as quais, por isso mesmo, exercem algum controle que se traduz num certo ‘saber fazer’.*”

¹⁹⁸⁸ PALMEIRA, Moacir G.S. “Modernização, Estado e Questão Agrária”. Op.cit., p.89.

¹⁹⁸⁸ PALMEIRA, Moacir G. S. “Morar: a lógica da plantação tradicional”. Op. cit., p. 113.

Submetidos os trabalhadores à expropriação, porém isso “*não implica, necessariamente, em proletarização*.”¹⁹⁸⁹ Poder-se-ia debater os termos tomados emprestados tanto a Marx, (mencionado mas raramente citado), quanto a Wolf e Mintz, aos quais Lygia Sigaud se referiu implicitamente ao usar a palavra ‘*plantation*’ em inglês. Pois os traços que a autora atribuiu a essa unidade de produção, sobretudo quanto à condição da força de trabalho, corresponderiam mais precisamente à ‘*hacienda*’ na classificação de Wolf e Mintz.¹⁹⁹⁰ A autora argumentou sobre a relação de venda de força de trabalho, em moldes que recusavam a opção capitalista:

“*acreditamos que o trabalhador sempre tenha privilegiado em sua relação com o trabalho o aspecto da relação com o proprietário, da qual a remuneração constituía uma dimensão importante. A remuneração do trabalho seria uma das prestações por parte do senhor de engenho na cadeia de prestações e contraprestações que caracterizavam as relações assimétricas entre moradores e proprietários e seria, por isso mesmo, carregada de elementos extra-econômicos com lealdade do morador e reconhecimento por parte do proprietário.*”¹⁹⁹¹

Para Lygia Sigaud, o fenômeno de proletarização tomou realmente vulto desde os anos 1950, especialmente após 1964, com a saída dos moradores dos engenhos, analisada como “*a expropriação de cultivadores, semelhante em termos gerais a outros ocorridos na história*”.¹⁹⁹² Estabeleceu assim um paralelo entre o processo de expulsão dos moradores das plantações, similar ao “*fim do colonato*” no sul do país,¹⁹⁹³ e o episódio da história europeia conhecido como as “*enclosures*”.¹⁹⁹⁴ Sem nomear o modo de produção anteriormente dominante, assimilou-se explicitamente os dois processos, europeu e brasileiro, à penetração do capitalismo no campo. Marx foi mencionado para apoiar esta interpretação. Contudo, a opção ‘feudal’ não era apropriada,¹⁹⁹⁵ como Moacir Palmeira defendeu na sua tese de doutorado.¹⁹⁹⁶ O autor rejeitara igualmente as teses de Gunder Frank, “*que coloca o latifundium como um “efeito” do*

¹⁹⁸⁹ PALMEIRA, Moacir G. S. “Modernização, Estado e Questão Agrária”. Op. cit., p. 91.

¹⁹⁹⁰ WOLF, Eric e MINTZ Sidney W. “Fazendas e Plantações na Meso-América e nas Antilhas”. Op. cit.

¹⁹⁹¹ SIGAUD, Lygia. “A percepção do salário entre trabalhadores rurais”. Op. cit., p. 55.

¹⁹⁹² SIGAUD, Lygia. *Os Clandestinos e os Direitos*. Op. cit., p. 214.

¹⁹⁹³ Idem, p.12.

¹⁹⁹⁴ Idem, p. 36-37. Esses cercamentos das terras antigamente usadas por comunidades aldeãs, foram objeto de resistência, mas terminaram por selar a propriedade privada fundiária em toda a extensão do Reino Unido, no século XVII. Marx tratou longamente da importância desse movimento na gênese do capitalismo, suplantando o feudalismo, em particular no primeiro volume de *O Capital*. Ele realçou sua crueldade e seus efeitos deletérios em termos sociais. Ver acima, 2.2.1. Consulta à historiografia medievalista a respeito da opção feudal para definir a ‘morada’: “*Que é o feudalismo?*”

¹⁹⁹⁵ Com muita propriedade, Palmeira realça que, de fato, os defensores da teoria feudal levantam “*a complexidade de toda formação social (à base da qual sempre haveria vários modos de produção)*”. Idem, p. 98. Ver III.2.2.3. A tese feudal no Brasil explicando a ‘morada’ e defendendo sua extinção

¹⁹⁹⁶ PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares. *Latifundium et capitalisme*. Op. cit.

funcionamento do sistema capitalista como um todo”.¹⁹⁹⁷ A rejeição dos modelos de interpretação propostos era feita de forma a mostrar sua importância teórica¹⁹⁹⁸ e política.¹⁹⁹⁹

Citando o artigo definidor da fazenda e da plantação de Wolf e Mintz, Moacir Palmeira introduziu a temática que será posteriormente muito desenvolvida nos seus próprios escritos e dos seus colegas: ele tentou resolver a oposição entre as duas grandes linhas explicativas evidenciando a complexidade da articulação entre a grande propriedade americana e a escala maior, detendo-se em aspectos já tratados em diversos trabalhos por Mintz e Wolf, particularmente as dimensões sociais, conceitos de prestígio, patriarcalismo: a “ligação”²⁰⁰⁰ especial entre proprietário e trabalhador. Assim, segundo essa interpretação, o modo de produção dominante na zona canavieira de Pernambuco não poderia ser descrito, antes da expulsão dos moradores para a ponta de rua, como capitalista. Uma reserva era feita, em relação ao modelo eurocentrado: o morador não era um camponês ao modo europeu, nem um proletário rural.²⁰⁰¹ A terminologia utilizada apontava no mesmo sentido: se o assalariado puro, o verdadeiro proletário, era o canavieiro uma vez expulso da plantação, que só tinha sua força de trabalho a vender, sublinhava-se-lhe a qualidade de “livre”, enquanto oposto àquela do “*não-proletário ou semi-proletário*”. Para o economista Pedro Eugênio Cabral,²⁰⁰² que conduziu uma pesquisa precisamente sobre esse fenômeno, o “*processo usineiro*”, nos primeiros decênios do século XX, agiu como “*incentivo à penetração do capitalismo no campo através do trabalho assalariado*.”²⁰⁰³ Ele classificou os trabalhadores rurais em três categorias:

“...o assalariado puro, o semi-proletário e o pequeno produtor independente. O primeiro representa o trabalhador totalmente desprovido da propriedade ou posse dos meios de produção, não sendo, portanto, capaz de reproduzir parte da sua força de trabalho através de produção de subsistência. O segundo é capaz ainda de fazê-lo, embora já necessite, em diversos graus possíveis, do trabalho

¹⁹⁹⁷ Idem, p. 100.

¹⁹⁹⁸ Evidenciando um “acordo epistemológico de fundo” redutor, a seu ver, uma nova “luz é jogada sobre o processo mesmo de “qualificação” da “realidade” do latifúndio. Se tal processo parece remeter, numa primeira leitura, à manipulação de certo número de conceitos aos quais os autores se referem (se réclament), de fato, ele é-lhes exterior embora (como tentamos mostrar) esses “conceitos” (se se quer chamar “conceitos” conceitos (sic) que não constituem mais um sistema) tenham uma função. A qualificação de “feudal” ou “capitalista” remete, antes, a um jogo de semelhanças que se estabelece entre realidades construídas, mas não são vislumbradas como tais, e alguns textos de referência. A oposição teórica real que parecia constituir duas grandes correntes de pensamento do social a concepções divergentes aparece então como uma oposição de descrições referenciadas à afirmações divergentes (ou aparentemente divergentes) ou ambíguas (ou aparentemente ambíguas) de um texto de referência comum e à descrições feitas pelos próprios agentes da “realidade” estudada, ao fundo da qual encontram-se opções de caráter tático-político.” Idem, p. 101.

¹⁹⁹⁹ “Desde essa época [da controvérsia entre Caio Prado e o PCB], tornou-se quase obrigatório entre historiadores e sociólogos tomar uma posição frente a essa questão, nem que seja para rejeitá-la.” Idem, p. V.

²⁰⁰⁰ “Cada trabalhador se “liga” [e] apenas se “liga” ao proprietário.” Idem, p. 148.

²⁰⁰¹ SIGAUD, Lygia. *Os Clandestinos e os Direitos*. Op. cit., p. 36.

²⁰⁰² CABRAL, Pedro Eugênio T. *O Trabalhador da Cana-de-açúcar*. Op. cit., p. 36-37. Guimarães traduz o termo por “cercamento”. GUIMARÃES, Alberto Passos. *As classes perigosas*. Op. cit., p. 80.

²⁰⁰³ CABRAL, Pedro Eugênio T. *O Trabalhador da Cana-de-açúcar*. Op. cit., p. 53. Ver também BARROS, Henrique Osvaldo Monteiro de. *A caminho da 'rua'*.

assalariado. E finalmente o pequeno produtor independente, aquele que tendo a propriedade ou a posse da terra produz cana basicamente com trabalho familiar.”²⁰⁰⁴

Sigaud enfatizou que o morador de engenho não era proletário,²⁰⁰⁵ mas ‘cativo’ na plantação onde ele trabalhava. “Cativeiro”, “obrigação”, “sujeição”, termos com conotações que remetiam à idéia de servidão ou escravidão. Ela defendeu o uso da palavra “camponês”,²⁰⁰⁶ tomando por referência um escrito de Francisco Julião,²⁰⁰⁷ e estendendo o uso para um contexto muito posterior, ou seja, a retomada das greves de canavieiros em Pernambuco, a partir de 1979, pois, afirmara, “não seria impróprio se se considerar que, apesar de proletarizados, esses trabalhadores rurais assumem a identidade de camponeses quando está em jogo um contexto político.”²⁰⁰⁸ Enfatizava assim uma “identidade política” para a classe dos trabalhadores rurais:

“Não é por acaso que o vocabulário político ‘emprestou’ ao campesinato um termo novo – camponês – para formular uma identidade nova, prisioneiro que era dos termos em circulação restrita (matuto, caboclo, lavrador etc.) no momento de sua entrada no cenário político e que, em algumas áreas, o termo tenha sido reapropriado para designar os trabalhadores rurais engajados na luta política.”²⁰⁰⁹

À procura do ‘core’ histórico-antropológico desse ‘campesinato’ nas plantações de cana-de-açúcar, com as quais estava tão familiarizado, e onde nasceu o grande movimento social que observava,²⁰¹⁰ Moacir Palmeira definira o que essa proposta de interpretação oferecia de inovador

“um ‘contrato’ particular que o liga a um senhor de engenho particular, isto é, e só quando se põe em relação com, que o trabalhador potencial se torna um morador (...) [ele] se liga de uma maneira específica ao proprietário.”²⁰¹¹

²⁰⁰⁴ O Trabalhador da Cana-de-açúcar. Op. cit., p. 166. O mesmo autor desenvolve essa idéia em CABRAL, Pedro Eugênio. “Tempo de morada: a constituição do mercado de trabalho semi-assalariado na lavoura canavieira pernambucana”. In: SAMPAIO, Yoni. *Nordeste rural*. Op. cit.

²⁰⁰⁵ SIGAUD, Lygia. *Os Clandestinos e os Direitos*. Op. cit., p. 36.

²⁰⁰⁶ Termo também utilizado por Moacir Palmeira que o justifica da seguinte forma: “Empregaremos os termos ‘trabalhador rural’ e ‘camponês’ como equivalentes, como se tornou usual no Brasil nos últimos anos, aí incluídos os assalariados permanentes e temporários, os parceiros e os arrendatários, bem como os posseiros e os pequenos proprietários familiares”. PALMEIRA, Moacir G. S. “Modernização, Estado e Questão Agrária”. Op. cit. p. 89.

²⁰⁰⁷ JULIÃO, Francisco. “Cambão”. Op. cit.

²⁰⁰⁸ SIGAUD, Lygia. “A luta de classes em dois atos: Notas sobre um ciclo de greves camponesas”. In: *Dados, Revista de Ciências Sociais*. Op. cit. p. 319. Essa mesma idéia é defendida por Moacir Palmeira: “A mobilização política do campesinato, num certo sentido, cria o campesinato.” PALMEIRA, Moacir. “A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato”. Op. cit., p. 49.

²⁰⁰⁹ PALMEIRA, Moacir. “A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato”. Op. cit., p. 50. Este autor sublinha também a proibição do termo pelas autoridades da ditadura militar, “conseguindo, na cidade, em certo momento, criar a sensação de desaparecimento do campesinato.” Ibidem.

²⁰¹⁰ Seu assunto predileto sendo a retomada do movimento de luta, por ocasião da greve de 1979, em São Lourenço da Mata e Paudalho. Participante, com sua equipe de pesquisadores, de todas as campanhas salariais em Pernambuco particularmente, até o fim dos anos 80, seus escritos tratam dos diversos aspectos desse movimento que lançou o que chamaria de ‘reconquista’ dos sindicatos da Zona da Mata pernambucana, iniciada com a eleição do representante de Pernambuco, canavieiro de Vicência, José Francisco da Silva, à presidência da Contag, em 1968, mas dinamizado sobretudo a partir da greve acima mencionada.

²⁰¹¹ PALMEIRA, Moacir G. S. “Morar: a lógica da plantação tradicional”. Op. cit., p. 104..

A ‘morada’, significaria “uma subordinação completa, não só econômica, mas política e social ao proprietário.”²⁰¹² Lygia Sigaud detalhou com minúcia este tipo de relação, destacando as características que lhe pareciam significativas:

“Sem que fosse necessário consagrá-la no papel, proprietários e moradores, ao estabelecerem o ‘contrato’ de morada, tinham internalizadas as regras de uma relação assimétrica que tornava o morador mais um bem do proprietário.”²⁰¹³

Em termos sociais, as conseqüências da mudança foram consideradas genericamente como negativas: “antes” as relações eram mais “*personais*” entre empregadores e empregados, mais “*simpáticas, de tipo que os sociólogos anglo-saxões chamam de ‘face to face’ ou primárias*”.²⁰¹⁴ As usinas rebaixaram os senhores de engenho à condição de “*simples fornecedores*”,²⁰¹⁵ e afetaram a condição dos trabalhadores, doravante envolvidos em relações

“*categóricas, impessoais, secundárias no tempo da usina. (...) Eram dominados no passado como o são neste outro momento; mas foi modificada a forma de dominação, pois esta tornou-se mais eficiente do ponto de vista dos dominadores.*”²⁰¹⁶

A autora adotou uma linha explicativa que ecoava autores famosos:²⁰¹⁷ a “*reprodução do morador dependia fundamentalmente de suas relações personalizadas com o proprietário, a quem devia lealdade.*”²⁰¹⁸ Afrânio Raul Garcia²⁰¹⁹ retomou os mesmos termos: “*dominação personalizada*”.²⁰²⁰ Sob o termo “*personalizada*”,²⁰²¹ entende-se uma relação concebida como especial na sua natureza, distinta daquela vivenciada por qualquer operário de fábrica ou usina. A presença de um intermediário, o administrador,²⁰²² mudaria essencialmente a situação.²⁰²³ Essa “*personalização*” da relação com o empregado era certamente expressa pelos senhores-de-

²⁰¹² CABRAL, Pedro Eugênio T. *O Trabalhador da Cana-de-açúcar*. Op. cit., p. 36.

²⁰¹³ SIGAUD, Lygia. *Os Clandestinos e os Direitos*. Op. cit., p. 34.

²⁰¹⁴ ANDRADE, José Bonifácio X. de. *Do banguê à usina*. Op. cit., p. 75.

²⁰¹⁵ Evidentemente, com a exceção de senhores de engenho tornados usineiros... detalhe geralmente esquecido!

²⁰¹⁶ Ibidem.

²⁰¹⁷ III. 1. A visão da ‘morada’ construída na obra de José Lins Do Rego e de Gilberto Freyre

²⁰¹⁸ SIGAUD, Lygia. “A percepção do salário entre trabalhadores rurais”. Op. cit., p. 51.

²⁰¹⁹ O autor estudou terras de açúcar na Paraíba.

²⁰²⁰ GARCIA, Afrânio Raul. *O Sul: caminho do roçado*. Op. cit., p. 11. Idéia retomada ao longo do livro, cuja versão ampliada foi publicada em francês como GARCIA, Afrânio Raul. *Libres et assujettis*. Op. cit.

²⁰²¹ Moema Miranda utiliza a palavra “*personalidade*”. MIRANDA, Moema Maria M. *Espaço de honra e de guerra*. Op. cit., p. 190.

²⁰²² A respeito da figura do intermediário, muitas vezes evocada como uma mazela desumanizante acompanhando a usina, Moema Miranda fez a seguinte ressalva, mostrando a funcionalidade dessa posição social, duplamente a serviço do patronato. Admitindo que os trabalhadores podiam ter tido “alguma vez” razão para queixa, um senhor de engenho entrevistado logo complementa: «*mas mais por causa do empregado, que empregado às vezes não trata bem [o trabalhador].*» A antropóloga logo analisa que “*Esta argumentação não representa uma ‘crítica’ formal ao empregado, ou uma quebra na relação estabelecida com ele. Pelo contrário, por poder estar no lugar do proprietário sem o ser, o empregado cumpre determinadas funções das quais o proprietário deve ser preservado. Isso é verdade também em relação à sua presença na audiência. Por não ser o patrão, o preposto tem condições de desempenhar tarefas consideradas prejudiciais à imagem daquele. Assim, a ‘autoridade’ e ‘distância’ do patrão em relação aos trabalhadores ficam a salvo dos arranjos que sua presença na Junta poderia criar.*” Idem, p. 190.

engenho; qualquer outro ator social – o Estado ou, mais recentemente, o Sindicato – era considerado “estranho”, como o assinalara Moema Miranda.²⁰²⁴ Era um argumento útil à classe patronal nos conflitos: um plantador relata que chegou à conclusão de que

*“valia a pena pagar um preço mais elevado do que aconteceria em caso de acordo, para garantir, a longo prazo, uma relação com os trabalhadores que os levasse a duvidar do sindicato, da greve e da Justiça do Trabalho como meios eficazes para solucionar seus ‘problemas’ [...reforçando] determinadas características da forma tradicional de relacionamento entre o proprietário e seus trabalhadores”.*²⁰²⁵

Nessa visão da ‘morada’, tal atitude não era apenas tática patronal nas relações entre empregadores e empregados, mas significava uma organização das relações de trabalho distinta das demais. Entre suas características concretas, a habitação e a terra cedidas eram essenciais e constituídas de vários elementos: em primeiro lugar a própria casa, embora não estivesse presente unicamente na relação de ‘morada’, no sentido restrito que Palmeira lhe dá, distinguindo o “morador”. Junto da casa do morador, havia o roçado,²⁰²⁶ que o autor designou também como o “‘terreiro’, ‘chão de terreiro’ ou ‘fundo de casa’ que lhe coextensivo, que é uma peça da casa”.²⁰²⁷ Tampouco esse lote de terra caracterizaria por si só a ‘morada’; e o “botar” roçado, isto é, plantar

*“produtos que compõem o fundamental do consumo familiar semanal: mandioca (roça), feijão, milho (...) não é uma atividade exclusiva dos moradores: ao contrário, ele representa a atividade por excelência dos pequenos produtores independentes da região.”*²⁰²⁸

Apenas o sítio tinha uma função definidora da relação de ‘morada’.²⁰²⁹ Sem sítio, o morador encontrar-se-ia numa situação amputada. Pois, segundo Palmeira, esse lote de terra lhe conferia a capacidade de ter árvores²⁰³⁰ e, eventualmente, obter a autorização para plantar “cana, produto ‘nobre’ e rentável.”²⁰³¹ Sobretudo, o sítio lhe garantia certa medida de “autonomia”:

²⁰²³ Fazendo um paralelo, nessa perspectiva, toda a relação mudaria quando o operário/empregado fosse se apresentar a um encarregado de recursos humanos numa metalúrgica, em vez do dono em pessoa!

²⁰²⁴ MIRANDA, Moema Maria Marques de. *Espaço de honra e de guerra: etnografia de uma junta trabalhista*. Op. cit., p. 95. Essa autora mostrou como isso servia também para “desculpar as “rebeliões” dos seubordinados”, nas insurreições, ou no caso em estudo, no recurso à Justiça do Trabalho. Ibidem.

²⁰²⁵ Idem, p. 236.

²⁰²⁶ PALMEIRA, Moacir G. S. “Morar: a lógica da plantação tradicional”. Op. cit., p. 105. Talvez seria mais útil à análise, em termos históricos e sociais, separar o uso do solo (comum à região fisiogeográfica, em termos de culturas alimentícias) da relação trabalhista que leva à posse (e não propriedade no caso dos moradores de engenho) da terra.

²⁰²⁷ Ibidem.

²⁰²⁸ Ibidem.

²⁰²⁹ Em termos de definição do termo ‘morador’ e ‘morada’, Palmeira é o mais rigoroso. Afrânio Raul Garcia parece estender mais o termo, na medida em que engloba, por exemplo, os foreiros. GARCIA, Afrânio Raul. *O Sul: caminho do roçado*. Op. cit., p. 80.

²⁰³⁰ Segundo esse autor, sinal de ligação “permanente à propriedade (e aqui o tempo de permanência passa a ser um elemento importante).” PALMEIRA, Moacir G. S. “Morar: a lógica da plantação tradicional”. Op. cit., p. 106.

²⁰³¹ Ibidem.

“Os moradores com sítio, ao contrário, moram dispersos pelos corgos ou grotas, dispondo de uma autonomia maior, que deve ser compensada por uma interiorização mais completa das regras da morada (por outra parte, pré-requisito pra que se possa vir a ter um sítio).”²⁰³²

A lógica da ‘morada’ pré-capitalista estava toda contida nesse paradoxo, segundo essa linha de interpretação. Citando *As memórias de um senhor de engenho*, o autor enfatizou a ambigüidade dessa “‘liberdade’”, fruto da “«complacência e o espírito de equidade do senhor de engenho»”.²⁰³³ Pois, mostraram Moacir Palmeira e Lygia Sigaud, tudo estava submetido ao bel prazer do empregador: não apenas as colheitas, mas também o trabalho. Como sublinhou o antropólogo, “[a] ‘condição’, identificada em geral ao trabalho gratuito, remete antes à obrigatoriedade do trabalho para o engenho.”²⁰³⁴ Isso garantia à empresa *in loco* a mão-de-obra necessária nos momentos de maior necessidade. Na tipologia complexa apresentada pelo autor, entre as diversas categorias de pessoas que moravam no engenho,²⁰³⁵ nem sempre respondendo à estreita definição de ‘morador’ que ele estabeleceu, havia uma categoria muito útil

“que não recebe nenhuma designação específica, mas onde morada e sujeição passam a ser sinônimos – o morador tendo de trabalhar efetivamente todos os dias da semana para o engenho, a exclusividade do trabalho para a propriedade deixa de ser alguma coisa a mais, como acontece no caso anterior, para tornar-se uma situação ‘normal’- permite-nos ver melhor a posição do trabalho face a outras esferas de relações sociais nos engenhos tradicionais.”²⁰³⁶

Nesse sentido, uma das outras características da ‘morada’, segundo Moacir Palmeira, estava na “forma de organização em que o trabalhador trabalha isolado (só ou com a família), e em que seu ganho depende em primeira instância da tarefa realizada,”²⁰³⁷ como ocorre na ‘tarefa’ e na ‘conta’.”²⁰³⁸ De um lado, isso o distinguia dos demais trabalhadores condenados ao “eito”, trabalho em turma sob supervisão de um cabo. Reforçava-se a idéia de autonomia, bem como o papel articulador do morador, chefe de família, que pedia e recebia a ‘morada’ “o qual no entanto implicava no engajamento da família do ‘morador’ nas tarefas existentes dentro da propriedade”.²⁰³⁹ Mas, o preço a pagar era eventualmente “o corte na tarefa”, ou seja

²⁰³² Ibidem.

²⁰³³ Ibidem. Citação de Júlio Belo, na sua obra publicada no Rio de Janeiro :José Olympio, 1938 (no texto figura 1939), p. 136.

²⁰³⁴ PALMEIRA, Moacir G. S. “*Morar: a lógica da plantação tradicional*”. Op. cit., p. 107. O autor afirma que o mínimo é de dois dias por semana. O termo ‘gratuito’ é discutível, na medida em que a disposição de casa e terra pode ser considerada como uma forma de pagamento *in natura*. A própria definição quantitativa da quantidade de trabalho em troca por coisas que têm valor de aluguel, por exemplo, assegura o tipo salário.

²⁰³⁵ Além dos proprietários e seus prepostos, os habitantes do arruado, os trabalhadores especializados, alojados também no pátio do engenho, assim como os trabalhadores migrantes, os ‘corumbas’.

²⁰³⁶ PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares. “*Morar: a lógica da plantação tradicional*”. Op. cit., p. 108.

²⁰³⁷ O autor define a tarefa como “uma área de terra de 635 braças quadradas (3025 m2) aproximadamente que é fixada para o trabalhador no início da semana de trabalho, podendo ser ‘tirada’ em tempo variável (ao contrário da ‘conta’ que equivale a um dia de trabalho legal)”. Idem, p. 109.

²⁰³⁸ Ibidem.

²⁰³⁹ SIGAUD, Lygia. *Os Clandestinos e os Direitos*. Op. cit., p. 4.

“o trabalhador não tem nenhuma certeza de quanto receberá ou mesmo de que receberá alguma coisa no final, ainda que o serviço tenha sido apreçado com o senhor de engenho ou o ‘administrador’.” Pois, continuava o autor, “[a] obtenção do ‘ganho’ não se decide apenas no trabalho mas tem que ser barganhada por fora, o bom relacionamento do ‘morador’ com o senhor de engenho ou o administrador”²⁰⁴⁰ sendo decisivo no julgamento da qualidade do seu trabalho feito pelo ‘cabo’ ou então na hora em que, tendo sido sua ‘tarefa’ cortada, apela para o juiz supremo que é, dentro do engenho tradicional, o senhor de engenho.”²⁰⁴¹

O problema apontado, constante nos canaviais, da avaliação do trabalho efetuado para efeito de pagamento era - e ainda é - a fonte de conflitos graves, a razão última da maioria dos casos de violência patronal e de morte dos trabalhadores, muito tempo depois da “*liquidação da morada*”, nas palavras de Lygia Sigaud.²⁰⁴² Moacir Palmeira o distinguiu, no entanto, como sendo um traço peculiar à condição dos moradores. Segundo Pereira,²⁰⁴³ esse “roubo” patronal é ainda tão importante, que deveria ser considerado como um fator propriamente econômico.

Moacir Palmeira considerava que a categoria ‘cativeiro’ constituía a “*invasão da esfera privada do trabalhador*”, avaliando que ela fosse menor no caso do morador, isolado na periferia da plantação, do que para os habitantes do arruado, que ele não incluía na categoria autêntica dos ‘moradores de engenho’, ou até mesmo, lembrava José Sérgio Leite Lopes,²⁰⁴⁴ para os trabalhadores industriais da usina.²⁰⁴⁵ Qualificações profissionais, competências propriamente técnicas, entravam também na definição do morador nessa linha interpretativa.²⁰⁴⁶

Afrânio Raul Garcia,²⁰⁴⁷ por sua vez, propôs refinar a grade de leitura para a ‘morada’, incorporando o conceito de ‘dívida’,²⁰⁴⁸ definida por Marcel Mauss.²⁰⁴⁹ Ele caracterizou então a relação de ‘morada’ como constituída, nos seus fundamentos, pelo “*dom ou favor do ‘senhor’ que acarretava o contradom do ‘morador’, destinado a saldar a dívida*”.²⁰⁵⁰ Essa troca remetia ao “*contrato*” da ‘morada’ que

²⁰⁴⁰ Desta vez, sem aspas.

²⁰⁴¹ PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares. “*Morar: a lógica da plantação tradicional*”. Op. cit., p. 109.

²⁰⁴² Título do primeiro capítulo da tese: “Lutas políticas e liquidação da ‘morada’”. In: SIGAUD, Lygia. *Os Clandestinos e os Direitos*. (Tese). Op. cit.

²⁰⁴³ PEREIRA, Anthony Wynne. *Regime Change Without Democratization*. Op. cit.

²⁰⁴⁴ Ele é precisamente citado nesse contexto.

²⁰⁴⁵ LOPES, José Sérgio Leite. *O vapor do diabo*. Op. cit.

²⁰⁴⁶ Ver PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares. “*Morar: a lógica da plantação tradicional*”. Op. cit., p. 110 et ss.

²⁰⁴⁷ GARCIA, Afrânio R. *O Sul: caminho do roçado*. Op. cit.

²⁰⁴⁸ Esse autor traduz a palavra francesa “*don*” pela portuguesa “*dom*”. Exceto em citações, preferi aqui a denominação utilizada por Paulo Henrique Martins “*dádiva*”, que parece ter sido adotada pelos autores que desenvolvem o conceito atualmente no Brasil.

²⁰⁴⁹ MAUSS, Marcel. “Du don, et en particulier de l’obligation à rendre les présents” [1923-24]. In : *Sociologie et anthropologie*. Paris : PUF, 1966, p. 145-279.

²⁰⁵⁰ GARCIA, Afrânio Raul. *O Sul: caminho do roçado*. Op. cit., p. 84.

“submete o trabalhador ao ‘senhor-de-engenho’²⁰⁵¹ pela ‘sujeição’, ou seja, pela disponibilidade da força de trabalho do ‘morador’ e seu grupo doméstico em relação ao ‘senhor’. E o ‘senhor auxilia’ seu ‘morador’ “dando” as condições no ‘engenho’ para que reproduza sua força de trabalho, e proporcionando recursos monetários (ou diretamente através do ‘barracão’) para que sejam adquiridos fora só aquilo que não possa ser produzido internamente. Evidentemente, a força de trabalho e a terra, dois “fatores de produção”, não são no ‘engenho’ tradicional dois fatores independentes, cada qual com custos próprios, pois é a sua combinação específica que assegura as condições sociais de existência da ‘morada’, e suas condições de reprodução.”²⁰⁵²

Associando a sorte dos trabalhadores e de seus empregadores, no caso os fornecedores de cana apenas, ele tratou, a seguir, do que chama o “declínio do ‘engenho’”,²⁰⁵³ referindo-se a relações de clientela, idéia que evocava também uma suposta comunhão de fortuna:

“A construção da dependência pessoal não provinha diretamente da propriedade fundiária, mas dos usos sociais. Aqueles que dispunham de muita terra podiam utilizá-la para tentar organizar o conjunto da vida social daqueles que não tinham terra. O acordo que instaurava uma relação entre o proprietário fundiário e o trabalhador, o “contrato”, se assim se pode chamá-lo, não comportava apenas obrigações, contrapartidas e modalidades da participação no processo de trabalho, mas o conjunto dos aspectos da vida social, pelos quais o indivíduo, despossuído no início, tornava-se cliente do seu “patrão”. Tornar-se morador era, de certo modo, tornar-se um homem submisso a outro.”²⁰⁵⁴

A saída de moradores dos engenhos para as pontas-de-rua não seria uma mudança domiciliar,

mas a “passagem de um mundo regido pela dominação personalizada, onde a proteção era a regra, a um mundo onde cada indivíduo é obrigado a gerir sua própria situação [que] produz mudanças em cadeia: as idas para as cidades ocasionam modificações no quadro de vida e nas redes de sociabilidade (...) A passagem de um sistema de coerção onde a proteção está assegurada pelos patrões”.²⁰⁵⁵

Ele vê nisso o que Norbert Elias descreveu como a adoção pelas classes inferiores da autodisciplina que “caracterizava antigamente o estilo de vida das “classes superiores”, evolução dos costumes que o autor atribui ao «processo civilizatório»”.²⁰⁵⁶ Afirmava-se uma troca, uma dádiva entre plantadores e trabalhadores: proteção-coerção. Mas igualmente um processo de mudança evolucionista.²⁰⁵⁷ Inovando na ferramenta, a proposta não abandonou os moldes pré-estabelecidos, apesar da aparente ruptura com a matriz eurocentrada.²⁰⁵⁸ Para entender melhor a lógica da proposta, é preciso voltar a suas raízes conceituais. Isabelle Schulte-

²⁰⁵¹ Em toda essa literatura, o uso intenso de sinais gráficos, aspas, semi-aspas, itálico (no caso presente representado por semi-aspas), nem sempre consegue evitar o perigo assinalado por Moacir Palmeira ao justificá-lo: “J’espère, cependant, que ces licences de langage n’arrivent pas à créer des problèmes plus graves que ceux que je voulais éviter.” PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares. *Latifundium et capitalisme*. Op. cit., p. iii.

²⁰⁵² GARCIA, Afrânio Raul. *O Sul: caminho do roçado*. Op. cit., p. 90.

²⁰⁵³ Ibidem.

²⁰⁵⁴ *Libres et assujettis*. Op. cit., p. 12-13.

²⁰⁵⁵ GARCIA, Afrânio Raul. “Permanences et Mutations”. In : *Études Rurales. Droit, Politique, Espace agraire au Brésil*, juillet/décembre 1993, p. 13.

²⁰⁵⁶ Ibidem.

²⁰⁵⁷ III.2.1. Revisitando as bases conceituais do pensamento marxista relevantes para o estudo da ‘morada’: evolucionismo na sucessão dos modos de produção. É interessante notar que, embora recusando a análise ‘feudal’, a discussão sobre a “liberdade pessoal” abastece-se em Finley (para a Antiguidade) e Marc Bloch. *Libres et assujettis*. Op. cit., p. 10.

²⁰⁵⁸ Ilustrada na recusa da linha feudal.

Tenckhoff²⁰⁵⁹ situou a dádiva dentro da concepção funcionalista de Malinowski, analisando a “economia primitiva”, em que surgiu o conceito de “reciprocidade”, a propósito dos Trobriandeses. Dádiva e contra-dádiva regiam, como princípio, essas trocas:

*“toda cerimônia, todo ato legal ou costume ou atividade são acompanhados da dádiva de um objeto seguida de uma dádiva recíproca; (...) a riqueza que passa de mão em mão no movimento de vai e vem, constitui um dos mecanismos (ressorts) da organização social, da autoridade do chefe, dos laços de parentesco direto e por aliança.”*²⁰⁶⁰

Mauss teorizou esse modo de estabelecer laços sociais no seu “Essai sur le don”, onde propõe

*“uma tipologia da troca-dádiva”*²⁰⁶¹ *assim como um princípio de interpretação tomado emprestado da religião maori: o hau, a “força das coisas”, que confere à troca um caráter sagrado e coercitivo.*²⁰⁶²

Ousada foi a aplicação desses conceitos, de nascimento europeu²⁰⁶³ e elaborados com base em instituições oriundas de sociedades não-européias, cuja lógica econômica era extremamente distinta da nossa (redistribuindo as riquezas acumuladas:²⁰⁶⁴ “*ter significa dar*”, resumiu Malinowski²⁰⁶⁵), diametralmente oposta à capitalista²⁰⁶⁶ e estranhas à esfera do capitalismo mundial,²⁰⁶⁷ embora não escapasse completamente aos perigos da transferência de conceitos.²⁰⁶⁸ Os autores que trouxeram o conceito de “dádiva” para a literatura sobre as relações de trabalho na zona canavieira certamente contribuíram para um melhor entendimento da questão, pela sua dedicação ao assunto da ‘morada’, testando por meio de conceitos antropológicos dimensões que perceberam como mais sutis nas relações de classe nos engenhos: assim,

²⁰⁵⁹ Seguindo a historiadora da Antropologia e estudiosa dos povos do Pacífico. SCHULTE-TENCKHOFF, Isabelle. *La vue portée au loin. Une histoire de la pensée anthropologique*. Lausanne: Ed. d’En Bas, 1985.

²⁰⁶⁰ MALINOWSKI, B. *Les Argonautes du Pacifique occidental* [1922]. Paris: Gallimard, 1963, p.227-228., apud SCHULTE-TENCKHOFF, Isabelle. *La vue portée au loin*. Op. cit., p. 80.

²⁰⁶¹ “Prestações totais” fundadas na complementaridade e na reciprocidade (troca matrimonial entre duas fratrias na Austrália, por exemplo) e “prestações totais de tipo agonístico” associadas ao antagonismo e à rivaldade, como é o caso do *potlatch* dos Índios da costa Noroeste (MAUSS, Marcel. “Du don, et en particulier de l’obligation à rendre les présents” *Essai sur le don*. Op. cit., p. 150-153)”. Vale salientar que a autora redigiu sua tese sobre o conceito de *potlatch*, precisamente, (SCHULTE TENCKHOFF, Isabelle. *Potlatch*. Op. cit.), estudo cuja problemática – o estudo de um conceito acadêmico nas suas dimensões histórica e política – inspirou a do presente trabalho.

²⁰⁶² SCHULTE-TENCKHOFF, Isabelle. *La vue portée au loin*. Op. cit., p. 81.

²⁰⁶³ Ver 2.1.1. História evolucionista. A partição das Humanidades. A linha excludente.

²⁰⁶⁴ Ver, particularmente, SAHLINS, Marshall. *Âge de pierre, âge d’abondance. Économie des sociétés primitives*, Préface de Pierre Clastres. Paris: Gallimard, 1976: e *As ilhas da história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

²⁰⁶⁵ MALINOWSKI, B. *Les Argonautes du Pacifique occidental*. Op. cit., p.135, apud SCHULTE-TENCKHOFF, Isabelle. *La vue portée au loin*. Op. cit., p. 81.

²⁰⁶⁶ Mauss comenta, a respeito das práticas de consumação, como os *potlatches* (prestações totais desiguais) associadas pela literatura ao princípio da dádiva, “A destruição das riquezas não significa aqui que sejam fenômenos anti-econômicos; a despesa pura não é um fenômeno anti-econômico, é simplesmente o contrário da economia privada.” MAUSS, Marcel. *Manuel d’ethnographie*. Paris: Payot, 1947, p. 106. No final do capítulo, ele distingue cuidadosamente o que acabou de apresentar do “momento em que intervêm as nações européias, aparece o *clash econômico*, o problema de aculturação ou de colonização.” Idem, p. 108.

²⁰⁶⁷ Gérald Berthoud interroga a existência da dádiva em sociedades capitalistas além dos “*interstícios da economia mercantil*”. “La nébuleuse du don. Essai de clarification”, Genève, IUED, working paper, mimeo, s.d. p. 1.

“a ambivalência inerente à dádiva, que oscila entre hostilidade e amizade, para consolidar relações entre grupos sociais, associando ao caráter sagrado da troca um elemento de competição.”²⁰⁶⁹

Mas o próprio conceito fora elaborado para traduzir práticas sociais em grupos de iguais, praticando trabalho comunitário. As pessoas participantes desses intercâmbios eram potencial e efetivamente passíveis de trocar de lugar entre si. Não se pode aproximar tal contexto da relação de ‘morada’, direta herdeira e substituta da escravidão, o tipo mais profundamente desigual de relação social de classe que se pode vislumbrar. Esse esforço, imbuindo relações entre patrões e empregados de uma aura de complexidade social e conceitual extraordinária, redundava na suposta proximidade entre classes dotada de sinais positivos (induzidos pelo tom nostálgico: afinal se tem saudade de algo bom) instalados na construção da ‘morada’ efetuada pela classe dominante.²⁰⁷⁰ Assim, Lygia Sigaud consistentemente afirmara a saída do engenho dos moradores²⁰⁷¹ como uma perda. Se, por um lado, ela os tratava de “*affranchis*”, isto é, “*libertos*”, à maneira de antigos escravos, por outro lado ela destacava a “*época em que os senhores davam lotes de terra e casas, e tem saudade dela. (...) Eles se sentem perdedores*”.²⁰⁷²

III. 2. 6. A ‘MORADA’ REINTERPRETADA NO CONTEXTO DA ECONOMIA-MUNDO

O presente trabalho pretende apenas evocar alguns aspectos do debate em torno da qualificação, em termos históricos, das relações de trabalho nos canaviais de Pernambuco, no período posterior à escravidão. Na perspectiva da historiografia dominante, acima evocada, a ‘morada’ recebeu os mais diversos qualificativos em termos de modo de produção ou, para os autores não marxistas, de sociedade ou sistema de produção. Como foi visto, a denominação mais recorrente e persistente é a de “feudal” ou “semi-feudal” para certos autores; “pré-capitalista” ou “não capitalista”, para outros. Essas designações foram atribuídas às relações de trabalho entre plantadores e trabalhadores rurais no período da escravidão e posterior à mesma. Esta visão foi corroborada por muitos estudiosos que, sem se pronunciar a respeito do modo de produção anterior ao capitalista, falaram insistentemente de “*avanço do capitalismo no campo*”, inclusive na zona canavieira de Pernambuco.

Entre as correntes que oferecem novas linhas explicativas, encontra-se a proposta da economia-mundo, definida pelo historiador Immanuel Wallerstein.²⁰⁷³ Embora com algumas

²⁰⁶⁸ Ver acima 2.1.4. O caráter itinerante da História Oficial. A transferência de conceitos.

²⁰⁶⁹ SCHULTE-TENCKHOFF, Isabelle. *La vue portée au loin*. Op. cit., p. 81.

²⁰⁷⁰ Ver acima III. 1. A visão da ‘morada’ na obra de José Lins do Rego e de Gilberto Freyre.

²⁰⁷¹ Como o mostraram a pesquisa de Espedito Rufino de Araújo (*O Trator e o 'Burro sem Rabo'*. Op. cit.) bem como *A situação dos Trabalhadores Rurais de Ponta-de-Rua* (Op. cit.), isto não significa que o trabalhador mudou de engenho, nem que deixou de ser fichado.

²⁰⁷² SIGAUD, Lygia. “Des plantations aux villes: les ambiguïtés d’un choix”. In: *Études Rurales. Droit, Politique, Espace agricole au Brésil*, juillet/décembre 1993, p. 33. Nesse artigo, ela traduziu morador por “ressortissant”.

²⁰⁷³ WALLERSTEIN, I. *The Modern World System*. Op. cit.; *Le système du monde du XVe siècle à nos jours*. Vol. 1 *Capitalisme et Economie-Monde 1450-1640*. Paris: Flammarion, 1980, Vol. 2; *Le mercantilisme et la consolidation*

diferenças,²⁰⁷⁴ Sidney W. Mintz, grande especialista do mundo açucareiro caribenho e referência para os autores evocados, contribuiu fundamentalmente para a questão. Tanto Wallerstein quanto Mintz vislumbram a dimensão histórica; o primeiro, privilegiando a história econômica (em vez de jurídica ou política); o segundo, trazendo a visão antropológica. Ambas são portadoras de definições úteis, estabelecidas em escala mundial.

Uma das questões subjacentes a toda a investigação é a da definição do tipo de capitalismo vigente, pelo menos nos momentos definidores da atividade açucareira em Pernambuco. Como foi visto,²⁰⁷⁵ a apelação mais corriqueira, sob a pena dos historiadores que admitem um capitalismo precoce, é a de “mercantil”. As propostas desses dois autores evidenciam a extraordinária configuração política, econômica, demográfica etc. que presidiu à implantação da produção de açúcar nas Américas numa dinâmica capitalista potente. As características próprias do fenômeno descrito como “*encontro de mundos*” antes separados, para retomar a expressão cartográfica de Pierre Chaunu,²⁰⁷⁶ são estudadas numa perspectiva que, entre outros méritos, situa positivamente o papel de áreas geográficas explicita ou implicitamente consideradas como subordinadas, não apenas em termos de seu papel como fornecedoras de bens para outros âmbitos, mas em termos conceituais. Essa mudança é portadora de renovação porque ajuda a eliminar tais heranças historiográficas que permeiavam negativamente qualquer aspecto da realidade local americana (no caso), seja ela passada ou presente e, pior ainda, futura.

2. 6. 1. A obra de Immanuel Wallerstein: o conceito de economia-mundo

A inovação conceitual de Immanuel Wallerstein, aluno de Braudel, gerou entre seus confrades historiadores um vivo debate, às vezes, polêmico.²⁰⁷⁷ O próprio conceito de economia-mundo²⁰⁷⁸ foi devidamente debatido e criticado. Marxista convicto,²⁰⁷⁹ Wallerstein mostra como

de l'économie-monde européenne (1600-1750). Paris: Flammarion, 1984; WALLERSTEIN, I. *Le capitalisme historique*. Op. cit.; WALLERSTEIN, I. “L’esclavage américain et l’économie-monde capitaliste”. In: Mintz Sidney W. (Ed.), *Esclave = Facteur de production*. Paris: Dunod, 1981, p. 247-265; WALLERSTEIN, I. *Impenser la science sociale: pour sortir du XIXe siècle*. Paris: PUF, 1995.

²⁰⁷⁴ Que ele expõe num artigo: MINTZ, Sidney W. “The so-called World-System: Local Initiative and Local Response”. In: *Dialectical Anthropology*, II, 4 Nov. 1977, p. 253-270.

²⁰⁷⁵ Ver acima III. 2. 3. A tese capitalista mercantil.

²⁰⁷⁶ CHAUNU, Pierre. *A expansão europeia do século XIII ao XV*. Op. cit.

²⁰⁷⁷ Ver, por exemplo, o debate com Steve J. Stern, que escreveu o artigo: “Feudalismo, Capitalismo, y el sistema mundial en la perspectiva de América Latina y el Caribe”. In: *Revista Mexicana de Sociología*, nº 3, julio-septiembre de 1987, p. 3-58, ao qual Wallerstein respondeu em “Comentarios sobre las pruebas críticas de Stern”. In: *Revista Mexicana de Sociología*, Ano LI, Nº 3, julio-septiembre 1989, p. 329-345. Stern, por sua vez, retorquiu em “Todavía más solitarios”. In: *Revista Mexicana de Sociología*, Ano LI, Nº 3, julio-sept., 1989, p. 347-361.

²⁰⁷⁸ Título de uma obra de WALLERSTEIN, I. *Le capitalisme historique*. Op. cit.

²⁰⁷⁹ Embora não num sentido ‘teológico’, segundo a expressão de Clastres (Ver acima III.2.1.4. A transferência de conceitos), ou seja, mantendo sua fidelidade não à “letra” mas ao “espírito” (nas suas palavras) dos argumentos de Marx. WALLERSTEIN, I. *The Modern World System*. Op. cit., p. 126. Na Introdução ao *Capitalisme Historique*, ele especifica, a respeito da “herança imensa pela sua riqueza conceitual e sua inspiração moral. No entanto,

o capitalismo histórico nasceu na escala intercontinental entre 1450 e 1650.²⁰⁸⁰ "Em torno de 1650, as estruturas do capitalismo histórico enquanto sistema social viável estavam implantadas e já consolidadas."²⁰⁸¹ Ele adota essa escala maior, a economia-mundo, para estudar o processo de constituição do sistema capitalista, respeitando a diversidade de suas manifestações locais. O termo designa um sistema econômico envolvendo qualquer parte do globo que venha a ser absorvida pelo sistema capitalista, sem preferência geográfica, nem idéia de disseminação, embora cada região desempenhe um papel específico. O Brasil, segundo essa análise, não se encontraria numa etapa 'anterior' (feudal ou escravista antiga) 'atrasada'; nem numa versão subalterna, incompleta, de um sistema capitalista plenamente desenvolvido apenas na Europa, satelitizando os demais continentes; tampouco constituiria uma linha de desenvolvimento separada do resto do mundo capitalista, num sistema próprio.

Dois "elementos constitutivos" são identificados: "On the one hand, the capitalist world-economy was built on a worldwide division of labor in which various zones of this economy (...) were assigned specific economic roles, developed different class structures, used consequently different modes of labor control, and profited unequally from the workings of the system. On the other hand, political action occurred primarily within the framework of states which, as a consequence of their different roles in the world-economy were structured differently, the core states being the most centralized."²⁰⁸²

Constitui-se uma imagem, um "mosaico gigantesco"²⁰⁸³ composto de peças distintas e, no entanto, articuladas e interdependentes. Na história das relações de trabalho na zona canavieira de Pernambuco, diferenças nas modalidades de exploração não afetam a coesão do sistema mundo. Pelo contrário, elas a abastecem.

"[T]he European world-economy based on capitalist methods (...) involved a division of productive labor that can only be properly appreciated by taking into account the world-economy as a whole. The emergence of an industrial sector was important, but what made this possible was the transformation of agricultural activity from feudal to capitalist form. Not all these capitalist "forms" were based on "free" labor – only those in the core of the economy. But the motivations of landlord and laborer in the non-'free' sector were as capitalist as those in the core."²⁰⁸⁴

O autor reitera esse ponto com força:

deveríamos levar a sério sua afirmação segundo a qual não era marxista, e evitar dispensá-la com um simples bon mot. (...) Saibamos portanto utilizar seus escritos da única maneira sensata possível, isto é como aqueles de um companheiro de luta consciente dos limites de seus conhecimentos." Op. cit., p.12.

²⁰⁸⁰ Obviamente, a datação é debatida. Ver DOLFFUS, Olivier. "Le système monde". In: *L'information géographique*, 1990, n° 54, p. 45-52. Esse autor distingue a gênese, no período assinalado por Braudel e Wallerstein, da realização completa, que ele situa na época da Conferência de Berlim (1885-1887) que completa "a repartição dos territórios africanos entre as potências européias", p. 45.

²⁰⁸¹ WALLERSTEIN, I. *Le capitalisme historique*. Op. cit., p. 43. Do mesmo autor, ver além da obra-mestre, já citada, *The Modern World System*. Op. cit, a contribuição à coletânea: "L'esclavage américain et l'économie-monde capitaliste". In: MINTZ S.W. (Ed.), *Esclave = Facteur de production*. Op. cit., p. 247-265.

²⁰⁸² WALLERSTEIN, I. *The Modern World System*. Op. cit., p.162.

²⁰⁸³ O termo é de LATOUCHE, Serge. "Déterminisme économique et pensée anti-systémique: le paradoxe de Wallerstein". In: *MAUSS*, N° 17, mars 1986, pp. 113.

²⁰⁸⁴ WALLERSTEIN, I. *The Modern World System*. Op. cit., p. 125-126.

*“We have insisted that the modern world-economy is, and only can be, a capitalist world-economy. It is for this reason that we have rejected the appellation of ‘feudalism’ for the various forms of capitalist agriculture based on coerced labor which grow up in a world-economy.”*²⁰⁸⁵

Wallerstein se refere aos maiores autores no ramo. Qualificando a classe dominante, ele não se deixar iludir pela manutenção de nomenclaturas feudais ou, mais propriamente, vassálicas que ocultam as modificações na sua composição, com a ascensão do capitalismo:

*“the strength of the landowning class did not disintegrate. As Marc Bloch put it: «The seigniorial regime had not been undermined. Indeed it would soon take on a renewed vigor. Rather seigniorial property, to a large extent, changed hands.»*²⁰⁸⁶

As relações e rivalidades políticas nacionais, que se expressaram com tanta virulência no retalhamento de âmbitos não-europeus, foram compatíveis, até mesmo estimulantes, para a nova construção de um sistema produtivo intercontinental:

*“the secret of capitalism was in the establishment of the division of labor within the framework of a world-economy that was **not** an empire rather than within the framework of a single national state.”*²⁰⁸⁷

Wallerstein enfatiza:

*“the existence of a single world-economy of uneven national development made a crucial difference.”*²⁰⁸⁸

“Por que Portugal (...) Por que não a China?”²⁰⁸⁹

*“Que Cristóvão Colombo e Vasco da Gama... não fossem chineses... é algo que merece alguns momentos de reflexão. Pois, no final do século XV, pelo que a historiografia nos permite entender, o Extremo Oriente enquanto uma entidade comparável ao Mediterrâneo... é, de modo algum, inferior, ao Extremo Ocidente do continente Eurásia.”*²⁰⁹⁰

Pierre Chaunu

Essa escala mundial integrante comporta, sem dúvida, uma “hierarquia na divisão do trabalho que corresponde a uma dada distribuição espacial”, caracterizada por “mudanças constantes na localização geográfica da atividade econômica” bem como nas relações de forças econômicas.²⁰⁹¹ Comparando a situação das grandes potências da época, particularmente a China

²⁰⁸⁵ Idem, p. 350.

²⁰⁸⁶ Idem, p. 161. citando BLOCH, M. *Les caractères originaux de l'histoire rurale française*. Op. cit Vol. I, p. 129.

²⁰⁸⁷ WALLERSTEIN, I. *The Modern World System*. Op. cit., p. 127. O autor explica longamente a sucessão de diversos estados na posição de dominação: “The story of the “second” sixteenth century is the story of how Amsterdam picked up the threads of the dissolving Hapsburg (sic) Empire, creating a framework of smooth operation for the world-economy that would enable England and France to begin to emerge as strong states, eventually to have strong ‘national economies’.” Idem p. 199.

²⁰⁸⁸ Idem, p. 271. Ele mostra como o sistema capitalista utiliza os estados. “Capitalism is based on the constant absorption of economic loss by political entities, while economic gain is distributed to “private” hands.” Mas o fato dele “operate within an arena larger than that which any political entity can totally control. This gives capitalists a freedom of maneuver that is structurally based. It has made possible the constant economic expansion of the world system, albeit a very skewed distribution of its rewards.” Idem, p. 348.

²⁰⁸⁹ Idem, p. 51 e 59. O debate foi explorado audaciosamente por A. Gunder Frank, em obra recente: *ReORIENT: Global Economy in the Asian Age*, University of California Press, 1998.

²⁰⁹⁰ CHAUNU, P. *Séville et l’Atlantique (1504-1650)*. I, *Les Structures géographiques*. Paris: SEVPEN, 1959, p. 50

²⁰⁹¹ WALLERSTEIN, I. *Le système du monde du XVI^e siècle à nos jours*. Vol.2, *Le mercantilisme et la consolidation de l’économie-monde européenne (1600-1750)*. Op. cit., p.251.

e a Europa, ele mostra como “o cenário estava montado na Europa, e não alhures, para a criação de uma economia mundo capitalista.”²⁰⁹² E acrescenta: “Esse sistema era apoiado em duas instituições-chaves, uma divisão do trabalho em escala “mundial” e máquinas estatais burocráticas em certas áreas.”²⁰⁹³ O “sistema mundo nasceu da Europa”,²⁰⁹⁴ mas ele estabeleceu-se num conjunto necessariamente configurado em escala maior com hierarquização dos espaços²⁰⁹⁵ e atribuição de papéis específicos – diversos mas relacionados – a cada um. A articulação das regiões do globo, segundo modalidades novas, só se poderia concretizar nessa escala. Abrem-se novas perspectivas quanto à capacidade criativa de historicidade²⁰⁹⁶ de qualquer domínio desse vasto complexo, inclusive da zona canavieira de Pernambuco. Descarta-se o eurocentrismo como condição da inteligibilidade do modelo evolucionista.

Modos diversos de exploração capitalista da força de trabalho

Neste processo, o sistema capitalista em construção usou de todos os meios a seu alcance para extrair mais-valia da força de trabalho. Ele os adequou aos ambientes que passou a controlar e aos usos que entendia impor-lhes. Aproveitou eventualmente estruturas antigas regendo a mão-de-obra, transformando-as em seu proveito.²⁰⁹⁷

*“A liberdade de trabalho é efetivamente o modo de controle da mão-de-obra utilizado para o trabalho especializado, na zonas centrais, enquanto lança-se mão de trabalho forçado para atividades menos especializadas nas zonas periféricas. É nessa combinação que se encontra a própria essência do capitalismo.”*²⁰⁹⁸

Wallerstein estabelece uma geografia de distribuição das modalidades de utilização da força de trabalho. A região canavieira de Pernambuco pertence às áreas em que reinam as formas mais duras e perversas de exploração:

²⁰⁹² WALLERSTEIN, I. *The Modern World System*. Op. cit., p. 63. Mostrando a singularidade do novo modelo emergente, Wallerstein, citando Godinho (*L'économie de l'empire portugais*, p. 619) comenta: “From an Asian point of view, the Portuguese traders differed in one fundamental respect from those that had preceded them historically. The buyers were “not merchants – private entrepreneurs – but a formidable naval power, acting, in the name of a foreign state, on behalf of its merchants and itself.” Idem, p.330.

²⁰⁹³ Idem, p. 63.

²⁰⁹⁴ DOLFFUS, Olivier. “Le système monde”. In: *L'information géographique*, 1990, n° 54, p. 47.

²⁰⁹⁵ “The division of a world-economy involves a hierarchy of occupational tasks, in which tasks requiring higher levels of skill and greater capitalization are reserved for higher-ranking areas. Since a capitalist world-economy essentially rewards accumulated capital, including human capital, at a higher rate than ‘raw’ labor power, the geographical maldistribution of these occupational skills involves a strong trend toward self-maintenance. The forces of the marketplace reinforce them rather than undermine them. And the absence of a central political mechanism for the world-economy makes it very difficult to intrude counteracting forces to the maldistribution of rewards. Hence, the ongoing process of a world-economy tends to expand the economic and social gaps among its varying areas in the very process of its development.” WALLERSTEIN, I. *The Modern World System*. Op. cit., p. 350.

²⁰⁹⁶ No sentido visto acima: III.2.1. Revisitando as bases conceituais do pensamento marxistas relevantes para o estudo da morada: evolucionismo na sucessão dos modos de produção.

²⁰⁹⁷ O autor menciona, por exemplo, um « “feudalismo” de uma nova espécie ». *Le système du monde du XV^e siècle à nos jours*. Vol. 1 *Capitalisme et Economie-Monde 1450-1640*. Op. cit., p.120.

²⁰⁹⁸ Idem, p. 120.

“A periferia (Europa oriental e América hispânica²⁰⁹⁹) utilizavam força de trabalho coagida (escravidão e outras formas de coerção em culturas destinadas ao mercado). O centro, como veremos, utilizava de forma crescente uma força de trabalho livre.”²¹⁰⁰

Assim, a economia-mundo capitalista tornou coerente, numa mesma estrutura produtiva articulada, a combinação desses diversos modos concomitantes que, segundo outras linhas explicativas, seriam sequenciais (no sentido evolucionista), incompatíveis, ou mesmo antitéticos. Wallerstein afirma a concomitância e articulação dos mesmos como necessária: *“Diferentes modos de organizar a força de trabalho”, adaptados a “diferentes tipos de produção”, repartidos em “diferentes zonas da economia mundo” foram indispensáveis a “o tipo de fluxo de surplus que permitiu a emergência do sistema capitalista.”²¹⁰¹* Recusando as tentativas de Genovese de explicação das peculiaridades da situação do mundo escravista colonial pelo seu caráter ‘transitório’ entre o *“feudalismo clássico”* e as *“relações contratuais puramente mercantis”* de tipo nitidamente capitalista, Wallerstein afirma ainda que esta forma de exploração não era residual nem transitória, tampouco era uma reversão ou regressão.

Era *“o coração e a essência do capitalismo como modo de produção, como sistema que inclui no seu complexo econômico, algumas unidades de produção baseadas no trabalho assalariado contratual e algumas outras (até a maioria) sobre uma variante ou outra de trabalho forçado ou semi-forçado, semi-assalariado. Se efetuarmos esta simples mudança de perspectiva - da qual, naturalmente, devemos discutir - veremos as coisas sob uma luz bem diferente(...) Os escravistas eram de fato capitalistas (...) porque eles operavam numa economia-mundo que era capitalista.”²¹⁰²*

Em escala mundial, reitera, o capitalismo usava de meios diversos para extrair mais-valia da força de trabalho que tinha a sua mercê:

“[o] trabalho forçado, semi-pago, semi-forçado, é portanto um fenômeno das zonas periféricas da Economia-Mundo capitalista, enquanto que o trabalho contratual concentra-se essencialmente (mas não exclusivamente) nas zonas centrais; pode se dizer que este esquema existe desde os primórdios do capitalismo como sistema-mundo.”²¹⁰³

“Free labor is the form of labor control used for skilled work in core countries whereas coerced labor is used for less skilled work in peripheral areas.”²¹⁰⁴ Este aspecto peculiar da concepção de Wallerstein, que revela tendências evolucionistas à moda antiga, é justamente criticado por Steve J. Stern. Tanto mais que, concorda Wallerstein, *“cada región del sistema mundial presenta una mezcla compleja de relaciones laborales”²¹⁰⁵*. Essa objeção pode ser lembrada, como ver-se-á a seguir, se consideramos a complexidade do trabalho no engenho. No entanto, para o ponto em discussão aqui, é a reafirmada conclusão geral de Wallerstein que é importante:

²⁰⁹⁹ Podemos acrescentar também a América lusitana.

²¹⁰⁰ WALLERSTEIN, I. *The Modern World System*. Op. cit., p. 103.

²¹⁰¹ Idem, p. 87.

²¹⁰² WALLERSTEIN, I. “L’esclavage américain et l’économie-monde capitaliste”. Op. cit., p.263.

²¹⁰³ Idem, p. 263-264.

²¹⁰⁴ WALLERSTEIN, I. *The Modern World System*. Op. cit., p. 127.

²¹⁰⁵ STERN, Steve J. “Todavía más solitarios”. Op. cit., p. 350.

*“The combination thereof is the essence of capitalism.”*²¹⁰⁶ A asserção de que o capitalismo requeria uma grande variedade de formas distintas de exploração da força de trabalho de gênese e desdobramentos diversos, permite revisitar a escravidão e as relações de ‘morada’ na zona canavieira de Pernambuco.

Interessante para o presente assunto, a longa e erudita demonstração de Wallerstein elimina a obrigatoriedade da sucessão evolucionista entre essas diversas modalidades de exploração da mão-de-obra, sendo elas necessariamente coexistentes para permitir a própria emergência e manutenção do sistema capitalista. Deste modo, elimina-se também a suspeita, geralmente implícita, de atraso ontológico embutido em sistemas de exploração típicos de regiões não-européias (como a escravidão, a encomienda, a mita etc.), que terminam por “contaminar” (conceitualmente) seus habitantes e seu devir histórico. Adotando a linha explicativa proposta por Wallerstein, não há razão de imaginar o Brasil como se situando numa etapa “anterior” (feudal ou escravista, antiga ou não), “atrasada”, ou como uma versão subalterna, incompleta (tropical?) de um sistema capitalista europeu que satelitizaria os outros continentes para sujeitá-los. Não há mais “bonde da história”, fadado a ser “perdido”, apesar de esforços desumanos consentidos para alcançá-lo, em virtude de um evolucionismo inescapável porque cientificamente estabelecido. Tampouco se pode pensar o Brasil como percorrendo uma via isolada, salvando-o, como a China segundo o modo de produção asiático, da incapacidade ontológica em termos de historicidade, cortada artificialmente do resto do mundo interligado pelo capitalismo. A riqueza e originalidade do devir histórico brasileiro pode, doravante, ser reconciliado com uma inserção nova no ensemble capitalista mundial.

2. 6. 2. Relações de trabalho e produção de açúcar na obra de Sidney Mintz

Os estudos penetrantes de Sidney W. Mintz foram inspirados por Franz Boas,²¹⁰⁷ o mentor de Gilberto Freyre; ele traça, no entanto, um percurso intelectual radicalmente diferente do Mestre de Apipucos. Sob sua influência, os estudos antropológicos questionaram a escala evolucionista que condenava incontáveis sociedades à subalternidade facilmente transformada em inferioridade de cunho eugênico, segundo teorias muito difundidas, inclusive no Brasil.

*“Franz Boas ressaltou constantemente que os atributos universais do Homo Sapiens transcendem diferenças em proezas técnicas, mesmo quando concentrava sua própria pesquisa no estudo intensivo não comparativo de grupos humanos específicos. Abjurando comparações entre tais grupos, ele lançou apelos para a realização de pesquisas cada vez mais específicas sobre suas maneiras de viver. Fundamentalmente oposto aos esquemas evolucionistas unilineares, bem como à correlação, nestes esquemas, de traços sociais com traços técnicos, Boas foi levado a considerar cada sociedade como uma experiência distinta, única, não suscetível de repetição, visando a solução dos problemas da vida humana.”*²¹⁰⁸

²¹⁰⁶ WALLERSTEIN, I. *The Modern World System*. Op. cit., p.127.

²¹⁰⁷ Pelo intermédio de A. Kroeber, que foi o professor de J. Steward, do qual Mintz foi aluno.

²¹⁰⁸ MINTZ, Sidney W. “O Poder do Doce e a Doçura do Poder”. Op. cit., p. 89.

Mintz escolheu um âmbito improvável para sua disciplina:

*“as pessoas, cujas vidas tentei descrever e evocar, eram proletários rurais assalariados desprovidos de propriedade, nitidamente não ‘primitivos’ em nenhum sentido, e sua sociedade havia passado por profundas e rápidas mudanças durante o meio-século anterior.”*²¹⁰⁹

A abordagem antropológica desafia a histórica, pois, em Cañamelar, ele se depara com pessoas

*“cuja própria comunidade foi definida em termos de sua integração em campos de força maiores. Açúcar, chá, algodão e bananas são expressões materiais daquilo que os trópicos significavam para o Ocidente; sua produção sintetiza a forma como os povos tropicais foram ajustados às intenções ocidentais.”*²¹¹⁰

Levado a frequentar o “*território do historiador*”, segundo Emmanuel Le Roy Ladurie, ele se dedica a recompor uma totalidade, cicatrizando a cesura comtiana, que havia separado os campos disciplinares dedicados aos “selvagens” e aos “civilizados”. Os resultados propostos por essa nova abordagem encorajam a seguir as perspectivas assim indicadas. Mintz adota, ademais, uma dupla e benfazeja heresia: além de estudar populações caribenhas, ele aplica à história do açúcar abordagens antropológicas. Alargando o campo de sua disciplina, ele traz, para dentro da história, os instrumentos de seu ofício, como diria Marc Bloch.²¹¹¹ Isso permite valorizar devidamente temas considerados como periféricos, tal como a alimentação. O autor promove um encontro feliz com as tendências da Nova História, que valorizam assuntos ligados ao cotidiano, a questões de gênero etc. Não apenas como detalhes pitorescos, quiçá folclóricos ou decorativos, mas como fornecendo materiais para um entendimento mais profundo da realidade passada, beneficiando-se o campo histórico de perspectivas e questionamentos renovadores da problemática açucareira como um todo. Utilizando-os, pode-se trazer uma nova luz à questão do estatuto do morador de engenho. Algumas reflexões e perguntas presentes na obra de Mintz, permitem desvendar relevos ocultos nesse assunto antigo, transformado, precisamente, em virtude dos parâmetros propostos dentro do quadro da economia-mundo. Três aspectos serão particularmente enfocados para responder, de algum modo, aos principais argumentos presentes na literatura sobre os moradores de engenho: o atraso; um estatuto obsoleto; uma condição tornada mais incerta pelo acesso a terra cedida para culturas alimentícias. Acompanhando Mintz, será demonstrada a modernidade do engenho, desde seus primórdios, enquanto espaço onde se pode reconhecer traços precursores de desdobramentos europeus posteriores em termos de organização da produção. Debater-se-á o estatuto dos trabalhadores nele empregados, à luz da escala da economia-mundo, estabelecendo um paralelo com a situação dos consumidores de açúcar. Enfim, será abordado o aspecto do acesso à terra cedida para culturas alimentícias.

²¹⁰⁹ Idem, p. 96.

²¹¹⁰ Idem, p. 97.

²¹¹¹ BLOCH, Marc. *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien*. Op. cit.

“Modernidade precoce”²¹¹²

Mintz enfatiza sempre a dimensão histórica de seu assunto. No caso em estudo aqui, ele sublinha o quanto o consumo de açúcar é um desdobramento recente na história da humanidade:

“o consumo de açúcar refinado não é um velho costume para a maior parte do mundo; e nem mesmo um costume muito antigo para os mais antigos consumidores de açúcar. O fabrico de açúcar cristalino, ou ao menos não-líquido, a partir do caldo espremido da cana-de-açúcar, não tem mais do que 2.000 anos. A maioria dos europeus não havia provado açúcar (sacarose) antes do ano 1.000 da nossa era. No Ocidente, como já mencionei, a realeza consumiu a maior parte do açúcar até o século XVII – principalmente como especiaria e remédio, em seguida como decoração e conservante. O açúcar não se tornou um adoçante comum ou alimento corriqueiro antes do século XIX.”²¹¹³

Durante esse século, as populações da Grã Bretanha, por exemplo, multiplicaram seu consumo de açúcar por cinco.²¹¹⁴ A tendência continuou durante o século XX, para se estabilizar na segunda metade, em virtude sobretudo do consumo indireto, em alimentos industrializados. A crescente fome de açúcar da Europa desencadeou tremendas transformações ao menos em outros dois continentes: América e África. Essas mudanças, de envergadura e profundidade extraordinárias, são analisadas como manifestação de modernidade. Mintz estudou comunidades de canavieiros no Caribe,²¹¹⁵ cuja existência e modo de vida foram determinados numa escala multicontinental, nas palavras de Wallerstein, a economia-mundo. A presença dos trabalhadores rurais na Zona de Mata de Pernambuco também fora definida alhures. As escalas, do local, antropológico, ao mundial, histórico, encontravam-se inelutavelmente entremeadas.

“É a tragédia e a glória do encontro de todo o mundo não-ocidental com o Ocidente. Mas no caso do Caribe,²¹¹⁶ aconteceu muito antes que ocorresse em outra parte, e sob condições que impediram que sua horrorosa novidade fosse reconhecida pelo que era: uma modernidade que antecedeu o moderno. Se este é, de fato, o que o mundo está se tornando, então os povos do Caribe já estão a par. No seu espírito irreprimível, os povos do Caribe podem simplesmente nos dizer que há esperança para a modernidade de hoje também.”²¹¹⁷

Entre obviedades, antes ocultas, Mintz revela a grande modernidade da atividade açucareira.

“Foi o que estas empreitadas renascidas²¹¹⁸ realizaram ao mobilizar recursos, adaptando uma mão-de-obra roubada, produzindo as primeiras verdadeiras mercadorias do capitalismo, alimentando os

²¹¹² MINTZ, Sidney W. “Aturando substâncias duradouras, testando teorias desafiadoras: a região do caribe como oikoumenê”. In: MINTZ, Sidney. *O poder amargo do açúcar*. Op. cit., p. 49-86.

²¹¹³ MINTZ, S. W. “O Poder do Doce e a Doçura do Poder”. In: Idem, p. 103.

²¹¹⁴ MINTZ, Sidney W. “Sweet Polychrest”. In: *Social Research*, Vol. 66, No 1 (Spring 1999), p. 89.

²¹¹⁵ Ver também o artigo MINTZ, Sidney W. e WOLF Eric. “Fazendas e Plantações na Meso-América e nas Antilhas”. Trad. Caio Maciel e C. R. Dabat. In: MINTZ, S. *O poder amargo do açúcar*. Op. cit., p. 143-194.

²¹¹⁶ A zona canavieira de Pernambuco pode ser colocada em paralelo exato do Caribe a este respeito.

²¹¹⁷ MINTZ, Sidney W. “Aturando substâncias duradouras, testando teorias desafiadoras”. Op. cit., p.81.

²¹¹⁸ O açúcar foi produzido nas ilhas portuguesas e espanholas do Atlântico, no início do século XV, e em outras regiões (São Tomé, na África) na segunda metade do século. As plantações do Novo Mundo, no entanto, representavam um tipo de empresa numa escala ampla, maiores do que qualquer outra que as antecedeu.

primeiros proletários e mudando as perspectivas de tanta gente em ambos os lados do Atlântico, que personificavam uma modernidade emergente.”²¹¹⁹

Ora, a modernidade é geralmente identificada com a Europa urbana do Noroeste. Lembrando a herança mediterrânea da produção açucareira americana,²¹²⁰ estudada por Galloway,²¹²¹ Mintz sugere um outro itinerário possível à investigação histórica: em vez de permanecer teimosamente nos âmbitos europeus à procura de princípios, modelos, um olhar mais atento a desdobramentos no complexo geográfico estudado com tanto brilho por Braudel,²¹²² fornece novas perspectivas, como aquelas indicadas pelo mapa do Mediterrâneo colocado no início da sua obra-mor, orientado ao sul.²¹²³ A própria dinâmica spacio-temporal do açúcar encorajaria talvez a segui-lo, ampliando a proposta cartográfica a âmbitos inclusive conceituais. Assim, o fato de capitais oriundos dos impérios coloniais mediterrâneos das cidades italianas²¹²⁴ estenderem a procura de ‘terras do açúcar’ às ilhas do Atlântico e ao continente americano, acompanhando o aumento da demanda européia, situaria os modelos próprios da organização da atividade açucareira, bem ao sul das latitudes habitualmente consideradas como geradoras de historicidade. Galloway escreve: “*Com efeito, a indústria mediterrânea do açúcar pode ser vista como uma escola para os colonizadores de Madeira, das Canárias e da América tropical.*”²¹²⁵ Stuart Schwartz descreve o grau de aperfeiçoamento que o sistema atingiu no hemisfério sul:

*“Existiam em São Tomé todos os elementos do sistema capitalista de grande lavoura - um sistema econômico orientado para a produção de uma cultura altamente comercializável e não obstante capaz de valer-se de uma forma social arcaica, a escravidão, para fornecer a mão-de-obra necessária. O sistema de grande lavoura, ou regime dos engenhos, havia amadurecido nas latitudes meridionais e podia agora, cruzar o Atlântico com trágica desenvoltura.”*²¹²⁶

Chamadas de “*key economic areas*” no quadro da economia-mundo, as regiões canavieiras – não européias - manifestavam características pioneiras. Elas abrigavam uma atividade de ponta, no contexto da época, tanto pelas especificidades próprias, quanto pelas dinâmicas que colocava em movimento. Associando constantemente o aumento da demanda de melaço/açúcar - ou seja a massificação do consumo na própria Europa - à mecanização e

²¹¹⁹ MINTZ, Sidney W. “Aturando substâncias duradouras, testando teorias desafiadoras”. Op. cit., p. 64.

²¹²⁰ MINTZ, Sidney W. *Sweetness and Power*. Op. cit.

²¹²¹ GALLOWAY, J. H. *The Sugar Cane Industry*. Op. cit.

²¹²² BRAUDEL, Fernand. *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. Paris: Armand Colin, [1949] 1966, 2 vol.

²¹²³ Idem, vol.I, p.154.

²¹²⁴ Jean Meyer fala de “uma verdadeira internacional financeira, principalmente veneziana e genovense, mas também em parte sul-alemã, majorquina etc. que é o verdadeiro promotor da extensão açucareira para o oeste”, *Histoire du Sucre*. Paris: Desjonquères, 1989, p.68-69. Ver BALARD, M. e DUCCELLIER, A. (Org.). *Coloniser au Moyen Age*. Op. cit.

²¹²⁵ GALLOWAY, J. H. *The Sugar Cane Industry*. Op. cit., p. 32.

²¹²⁶ SCHWARTZ Stuart B. *Segredos internos*. Op. cit., p.30.

concentração da indústria capitalista européia,²¹²⁷ Mintz indaga: “*From the sixteenth century onward – and not only physiologically, but also socially, economically, and politically – sugar helped to make the world economy grow.*”²¹²⁸ Invertendo a ordem – cronológica – habitualmente atribuída à modernidade industrial, Mintz afirma: “*tentei estabelecer que era industrialmente moderna, antecedendo a Europa a este respeito.*”²¹²⁹

“*As plantações eram criaturas da Europa*”²¹³⁰

Concretamente, a modernidade adotou a forma da plantação. Mintz sublinha a justeza da posição de Thompson, contra a visão tradicional da plantação como um fenômeno secundário, tropical, quiçá explicável pela teoria dos climas, com seu séquito de tentações eugênicas: ele “*argumentava que a plantação era, antes de tudo, uma instituição política; a definição, na sua opinião, baseava-se no seu papel de pioneira na ‘domesticação’ de novas regiões.*”²¹³¹ Domesticando regiões e populações inteiras, com o maior grau de violência, o genocídio, a plantação destacou-se pela escala como empresa, a maior por muitos séculos em toda a área de abrangência da economia-mundo: ela abarcava vastas extensões de terra; monopolizava esse meio de produção no âmbito ao seu alcance; arregimentava grandes contingentes de mão-de-obra (em São Tomé já havia plantações com mais de 800 trabalhadores empregados, escala reproduzida no Brasil e desconhecida na Europa até o século XIX) numa organização eficiente de produção em massa. Sua insaciável demanda por mão-de-obra provocou fenômenos demográficos gigantescos por vários séculos, globalizando populações *avant la lettre*:

“*Seria justo dizer que a grande maioria dos africanos escravizados e transportados até o Novo Mundo foram trazidos por conta das plantações e, mesmo após a emancipação, muitas centenas de milhares – talvez milhões – de trabalhadores livres sob contrato foram submetidos a tamanha dureza (ver, por exemplo, Chinese Emigration, The Cuba Commission 1970 [1876]). Embora outras safras como o fumo, o algodão e o café, fossem, eventualmente, figurar de forma importante na paisagem de plantação, durante séculos as mais importantes de todas foram as plantações de açúcar.*”²¹³²

A própria organização da produção, sublinha Mintz, denotava características que são geralmente associadas à modernidade: extrema disciplina; consciência aguda do tempo exigido por tarefas distintas num encadeamento complexo, combinando todos os aspectos da produção (agrícolas e industriais, além de comerciais) numa distribuição rígida de tempo.²¹³³

²¹²⁷ Ver, a este respeito, o estudo de Mintz in *Sweetness and Power*. Op. cit., em particular os capítulos intitulados “Consumption” e “Power”.

²¹²⁸ MINTZ, Sidney W. “Sweet Polychrest”. Op. cit., p. 90.

²¹²⁹ MINTZ, Sidney W. “Aturando substâncias duradouras, testando teorias desafiadoras”. Op. cit., p.77.

²¹³⁰ MINTZ, Sidney W. “Produção tropical e consumo de massa” In: *O poder amargo do açúcar*. Op. cit., p.45.

²¹³¹ Idem, p. 40.

²¹³² Ibidem.

²¹³³ MINTZ, S. W. *Sweetness and Power*. Op. cit., p. 51-52.

*“Estes traços técnicos, muitos dos quais estavam ligados a um cuidadoso controle do tempo, introduziram mais do que apenas uma dureza de modernidade industrial em operações que antecederam, em muitos casos por séculos inteiros, a Revolução Industrial.”*²¹³⁴

O autor descreve as conseqüências importantes dessa nova conceitualização da instalação europeia no continente americano, no caso na zona canavieira de Pernambuco, há cinco séculos, onde engenhos de açúcar realizaram uma produção que, fato extraordinário na história, nunca cessou, nem sofreu transtornos fundamentais em termos de classe.

*“O desenvolvimento destas empresas constitui uma instância de modernidade precoce, uma modernidade não esperada (e de fato não percebida), não percebida, talvez, particularmente porque estava acontecendo nas colônias antes que acontecesse nas metrópoles, e acontecia a pessoas das quais a maioria tinha sido roubada à força de mundos fora do Ocidente. Ninguém imaginava que tais pessoas se tornariam ‘modernas’, já que não existia isto; ninguém reconhecia que as sociedades brutas, fronteiriças nas quais essas pessoas estavam sendo jogadas poderiam se tornar as primeiras de sua categoria. Com efeito, modernos meios de produção, resumidos em maquinaria pesada e a combinação de fábrica e campo, estavam sendo operados usando de formas arcaicas e coercitivas de força de trabalho, nas primeiras grandes colônias de ultramar que a Europa criaria.”*²¹³⁵

Mintz levanta assim a possibilidade de considerar o engenho como a primeira grande empresa industrial - ou melhor agro-industrial - capitalista. Uma dificuldade para esta abordagem reside na percepção clássica.

*“O século XVII era pré-industrial; e a idéia que poderia ter havido ‘indústria’ na plantação colonial, antes que ela existisse na metrópole, pode parecer heresia. Primeiro, esta atividade tem sido concebida como predominantemente agrícola porque era um empreendimento colonial e ocupando essencialmente trabalhadores forçados, no lugar de livres. Segundo, ele produzia um alimento consumível no lugar de, digamos, têxteis ou instrumentos ou outro produto fabricado que não seja alimento. Finalmente, os estudiosos que se interessam pela história da indústria ocidental começam, de forma bastante previsível, com os artesãos europeus e as formas de indústria dispersa que lhes sucederam, e não por empreendimentos ultramarinos. Daí segue, naturalmente, que as plantações foram vistas mais como alguns produtos secundários do esforço europeu do que como uma parte integrante do processo de crescimento da oficina para a fábrica. Contudo não está muito claro por que tais preconceitos deveriam interferir com o reconhecimento dos aspectos industriais do desenvolvimento da plantação. Pode parecer uma visão do ocidente de pernas para o ar que encontrar suas fábricas em outros lugares num período tão precoce. Mas a plantação canavieira ganha progressivamente reconhecimento como sendo uma combinação inusitada de formas agrícolas e industriais, e, eu acredito que ela era provavelmente o que chegava mais perto de uma empresa industrial típica do século XVII.”*²¹³⁶

Como o sublinha Mintz, a dificuldade em conceber a plantação canavieira, desde os primórdios, como uma empresa industrial (agro-industrial) pode ser atribuído a certo viés etnocêntrico afetando o pensamento histórico ocidental, que identifica elementos inovadores, no sentido progressista do termo, como sendo exclusivamente oriundos da Europa. Ora, o velho continente pré-revolução industrial abrigava poucos empreendimentos industriais similares (se

²¹³⁴ MINTZ, Sidney W. “Aturando substâncias duradouras, testando teorias desafiadoras”. Op. cit., p. 63.

²¹³⁵ MINTZ, Sidney W. “Produção tropical e consumo de massa: um comentário histórico”. In: MINTZ, Sidney. *O poder amargo do açúcar*. Op. cit., p. 44. Está agora mais amplamente aceito que Marx nunca ficou inteiramente satisfeito com a maneira pela qual considerou a escravidão do Novo Mundo quando tratava das plantações. Como integrar a escravidão no esquema marxista era um assunto problemático, que se torna ainda mais complexo pela asserção de que a economia de plantação era, em certos aspectos, moderna para seu tempo. As implicações mais amplas destas questões não podem ser tratadas aqui.

²¹³⁶ MINTZ, Sidney W. *Sweetness and Power*. Op. cit., p. 48.

algum): nessa escala, com tamanha concentração de investimentos e força de trabalho, além da alta complexidade da organização da produção. Mintz destaca ainda dois traços que aproximam os dois tipos de empresas: “*A separação da produção e do consumo e a separação do trabalhador dos seus instrumentos de trabalho.*”²¹³⁷ Acompanhando Mintz, poder-se-ia proceder a uma revisão da concepção tradicional da história da indústria ocidental segundo a qual “*a Europa ‘desenvolveu’ o mundo colonial após o velho continente*”.²¹³⁸

Numa economia-mundo capitalista, o engenho pernambucano não poderia mais ser considerado como uma construção amalgamando traços feudais e escravistas antigos a serviço do capitalismo mercantil; nem como um elemento secundário de um capitalismo mercantil - e somente mercantil - perdurando durante séculos; nem tampouco de um novo modo de produção, escravista colonial, distinto do capitalismo produtor, industrial triunfante etc. Promovendo transformações gigantescas em todas as dimensões – até ecológicas – a indústria açucareira era o carro-chefe de inúmeras transformações em escala pluricontinental.

*“Antigamente pensava-se que as plantações que produziam coisas como açúcar podiam beneficiar a economia da metrópole de duas maneiras: através das transferências diretas de capital nos bancos das metrópoles para reinvestimento; e como mercados para produtores da metrópole tais máquinas, tecidos, instrumentos de tortura e outros produtos industriais. Especialistas debatem sobre as fontes potenciais de lucro para o capital metropolitano, mas ainda há uma terceira contribuição potencial: o abastecimento em substitutos baratos de alimentos tais fumo, chá e açúcar destinados às classes trabalhadoras da metrópole. Na medida em que eles afetam positivamente o output de energia e produtividade do trabalhador, estes substitutos ocupam uma posição importante no balanço final do capitalismo, particularmente enquanto ele se desenvolvia no tempo integrando o setor colonial.”*²¹³⁹

O engenho (de Pernambuco, São Tomé, Barbados, Haiti, Jamaica etc.) era, segundo a nova ótica, uma empresa agro-industrial capitalista, em larga escala; sendo talvez um dos mais notáveis rebentos da economia-mundo. Sua composição coesa de elementos geograficamente distintos ilustrou o que chamaríamos, hoje, globalização:²¹⁴⁰ demanda por um produto prestigioso de além-mar; *know-how* islâmico asiático (em boa parte de origem persa); capitais externos (italianos - genoveses e venezianos, sobretudo, expulsos do Mediterrâneo oriental pelos otomanos-, holandeses, alemães ou portugueses combinados); localização determinada pela produção (tropical); em terra desapropriada (dos ameríndios) com apoio militar estatal (os impérios coloniais, inicialmente as potências ibéricas); trabalhada por mãos oriundas dos quatros cantos do mundo (sobretudo no Caribe) ameríndias e africanas principalmente, expropriadas, separadas da forma mais radical possível dos seus meios de produção tradicionais, com instrumentos modernos e perícia de especialistas europeus importados expressamente para esse propósito; sob a autoridade (armada) de empresários especializados europeus (e seus

²¹³⁷ Idem, p. 52.

²¹³⁸ Ibidem.

²¹³⁹ MINTZ, Sidney W. *Sweetness and Power*. Op. cit., p. 148.

descendentes). Sendo a entrega dos produtos a mercados longínquos organizada regularmente e em grande escala e o lucro da operação dividido de forma muito diferenciada entre elites (não trabalhadores) de ambos os lados do Atlântico.²¹⁴¹

*“Dessa forma, a plantação personificava, em si, a labuta agrária de massas coagidas a tarefas intensivas em mão-de-obra, de um lado; do outro, uma organização de poucos, intensiva em capitais, consciente da dimensão temporal, industrial e técnica. Qualquer que seja o ângulo de visão, essas organizações eram incomuns para sua época.”*²¹⁴²

Os ambientes: máquinas e urbanidade

Além da questão da liberdade da mão-de-obra, o maior obstáculo para reconhecer a modernidade precursora do engenho reside na localização rural da plantação de cana-de-açúcar e ausência ou a (aparente) simplicidade das máquinas que sempre comportou. Associou-se irremediavelmente capitalismo à revolução industrial, reservando a qualidade de proletário aos operadores de máquinas. No âmbito dos engenhos, nota-se a tendência de certos autores a aceitarem o capitalismo no campo apenas com a instalação das usinas, isto é, com um grau maior de sofisticação na maquinaria industrial. Ora, Marx fora explícito: *“Em lugar de ser uma coisa, o capital é uma relação social entre pessoas que se estabelece por meio das coisas”*.²¹⁴³

Sem dúvida, a industrialização em grande escala, particularmente no século XIX, constituiu um episódio cardeal do capitalismo histórico. Contudo, isto não quer dizer que as relações de produção capitalistas sejam possíveis apenas no âmbito industrial/urbano e em épocas pós-revolução industrial.²¹⁴⁴ Marx esclareceu, na carta a Annenkov criticando Proudhon:

*“No geral, é um verdadeiro absurdo tornar as máquinas uma categoria econômica ao lado da divisão do trabalho, da concorrência, do crédito etc... A máquina não é mais uma categoria econômica do que o boi que puxa o arado. A aplicação atual das máquinas é uma das relações do nosso presente regime econômico, mas o modo de exploração das máquinas é completamente distinto das máquinas elas mesmas. A pólvora permanece a mesma que você a use para ferir um homem ou tratar as lesões provocadas nele.”*²¹⁴⁵

²¹⁴⁰ Idem. Ver também GALLOWAY, J. H. *The Sugar Cane Industry*. Op. cit.

²¹⁴¹ Ver, a este respeito, IMFELD, Al. *La civilisation du sucre*. Lausanne: Favre, 1986; e DUFTY, William. *Sugar Blues*. Rio de Janeiro: Ground, s.d.

²¹⁴² MINTZ, Sidney W. “Produção tropical e consumo de massa”. Op. cit., p. 44.

²¹⁴³ MARX, K. *Le capital*, Livre I. Op. cit., p.569.

²¹⁴⁴ Jacques Heers as distingue já na indústria têxtil em grande escala e parcialmente concentrada em Florença ou nas Flandres, na Baixa Idade Média. HEERS, Jacques. *O Ocidente nos séculos XIV e XV (aspectos econômicos e sociais)*. São Paulo: Pioneira, 1981. Marx reconheceu “relações capitalistas” tão cedo quanto essa época “nas cidades italianas”.

²¹⁴⁵ MARX, K. e ENGELS, F. *L'idéologie allemande*. Op. cit., p.243. Exemplo disto era a Grande Fabrique de Lyon no século XVIII. Com o declínio das corporações, as formas de organização da produção de tipo capitalista acomodaram-se muito bem, por um tempo, aos moldes corporativistas antigos. Dentro de estruturas corporativas tradicionais que se tornavam mais rígidas (dificultava-se o acesso à ‘maîtrise’) e excludentes (particularmente em termos de gênero), parte da força de trabalho encontrava-se claramente proletarizada, a exemplo da mão-de-obra feminina empregada sob a denominação de ‘domésticas’, assalariadas da manufatura têxtil estavam já submetidas ao trabalho parcelizado muito antes da incorporação de máquinas ao processo de produção. Elas constituíam uma parte majoritária do contingente de trabalhadores explorados nesta produção. GARDEN, Maurice. “Ouvriers et artisans au XVIII siècle. L'exemple lyonnais et les problèmes de classification”. In: *Revue d'Histoire Economique*

O engenho: “fábrica no campo”²¹⁴⁶

«A oficina de Açúcar, chamada por antonomásia Engenho, por ser espaçoso teatro da indústria do humano engenho, é uma admirável fábrica, onde se beneficiam as marinhas do admirável Sal, que, com superior nobreza a todos os sais da natureza, não abate a sua generosidade a conservar com Escabeches e salmouras as carnes, nem peixes; mas, com antigo orgulho escumado, espera que da Região do ar e das mais nobres plantas do campo se lhe entreguem as produções que o fervor sabe sublimar e exaltar ao ponto da perfeição inacessível ao rigor da maior intemperança do ano. Exterminador dos corpúsculos heterogêneos e perito coletor das partes homogêneas da mais pura substância da cana, ao primor do seu magistério deve a República deliciosas utilidades.»

Loreto Couto²¹⁴⁷

Topik sublinhou que o Brasil foi a primeira sociedade criada pela economia-mundo, embora não se beneficie de tantos estudos quanto seus vizinhos, particularmente no Caribe.

“*Première colonie de plantations dans le Nouveau Monde, ses fabriques de sucre – sûrement les toutes premières véritables manufactures industrielles – ont épuisé presque quatre millions d’esclaves africains, soit 40% des captifs qui ont traversé l’Atlantique à destination des Amériques.*”²¹⁴⁸

Mintz afirma quanto a isto o caráter originalmente capitalista da plantação, apesar do “*estabelecimento rural*” das fábricas de açúcar tender a mascarar-lhe a qualidade industrial. O engenho é, portanto, uma “*fábrica no campo*”²¹⁴⁹ por excelência - e isto muito antes da instalação das usinas²¹⁵⁰ - na medida em que a organização e dinâmica da produção são essencialmente ditadas pelas exigências do segmento industrial, embora “*a base agrícola da empresa seja evidente*”: Mintz chama este aspecto de “*o curioso disfarce da indústria em agricultura.*”²¹⁵¹ Esse mesmo diagnóstico é também feito por autores brasileiros, como Otávio Ianni:

“*A usina é uma fábrica fora do lugar, da cidade no campo. Nela o capital agrário e o industrial aparecem conjugados. Na agroindústria canavieira, o capital industrial instalado no campo confere ao capital agrário seus matizes.*”²¹⁵²

et Sociale, 1970, vol. 48, n° I, p. 30 e, do mesmo autor, *Lyon et les Lyonnais au XVIII*, Lyon (thèse de doctorat d’Etat), 1970; Paris: Flammarion, 1975.

²¹⁴⁶ Expressão utilizada por Robert Fogel e Stanley Engermann no seu livro *Time on the Cross*. Richard Dunn chama os plantadores de “*empresários em grande escala*” e “*uma combinação de fazendeiro e industrial*”. *Sugar and Slaves*. Chapel Hill: Univ. of North Carolina, 1972, citado in WALLERSTEIN, I. *Le système du monde du XVe siècle à nos jours*. Vol.2. Op. cit., p. 218.

²¹⁴⁷ “Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco”, citado in VIANNA, J.F. Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. Op. cit., p. 65.

²¹⁴⁸ TOPIK, Steven, C. Compte rendu de GRAHAM, Richard. (Ed.). *Brazil and the World System*. Austin: Univ. of Texas Press, 1991. In: *Annales ESC*, N° 50/6, nov. déc., 1995, p. 1374.

²¹⁴⁹ MINTZ, Sidney W. *Sucre Blanc, Misère Noire*. Op. cit., p.69-72.

²¹⁵⁰ O que retira toda a agudez do argumento essencial entre os dois tipos de instalações.

²¹⁵¹ MINTZ, S. W. “Slavery, Forced Labor and the Plantation System”. In: *Caribbean Transformations*. Op.cit., p.54.

²¹⁵² IANNI, Otávio. *A Classe Operária Vai ao Campo*. Cadernos CEBRAP, 24. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1977, p. 36-37, citado in ANDRADE Neto, Joaquim Correia Xavier de. *O Estado e a Agroindústria Canavieira do Nordeste*. Op. cit., p. 205.

Combinando estreitamente produção agrícola e industrial, a fabricação de açúcar exigia, além do clima adequado, investimentos consideráveis, mão-de-obra em abundância e barata, técnica fabril de alto nível com pessoal especializado e, particularmente, rigorosa coordenação das diversas etapas da processamento, tanto agrícola quanto industrial (separada e conjuntamente).²¹⁵³ O tamanho das unidades de produção podia ser considerável, tornando a gestão da empresa mais difícil e fazendo do engenho um dos complexos agro-industriais mais sofisticados do seu tempo.

*“A combinação do trabalho agrícola com o industrial, de trabalhadores especializados com outros não-especializados, o rigor da programação conjunta destes elementos dava traços industriais às plantações como empresas, embora o uso da coerção para a exploração da mão-de-obra tenha podido parecer um pouco estranho a capitalistas de épocas subseqüentes.”*²¹⁵⁴

As usinas vieram, portanto, apenas confirmar traços já presentes anteriormente nos engenhos bangüês. Não houve ruptura, mas continuidade a este respeito. As mudanças, gerando angústias sem fim em José Lins do Rego e em Gilberto Freyre, eram restritas à classe dos senhores de engenho, aqueles destronados da sua posição de dominação absoluta pelos seus primos que se tornaram usineiros. As empresas permaneceram decididamente agro-industriais e capitalistas. A plantação – seja ela acoplada a um engenho ou a uma usina – não poderia então representar um outro modo de produção, passado ou alternativo (no tempo da escravidão); menos ainda na fase subseqüente. Se *“os escravos se pareciam com os proletários europeus, tanto no seu estatuto quanto na sua função econômica, muito mais do que habitualmente acordado”*,²¹⁵⁵ quanto mais seus sucessores oficialmente “livres”, os moradores de engenho.

Mintz não enfoca apenas o ponto de vista do mercado mundial, isto é, das metrópoles que o controlam. Tampouco se restringe àquele dos plantadores (a maneira habitual) que se beneficiam diretamente da produção. O autor enfatiza a importância de tratar como fundamental o ponto de vista ‘de baixo’: dos trabalhadores, americanos de origem ou adoção²¹⁵⁶ que produziam o açúcar; assim como o de seus colegas trabalhadores europeus que consumiam cada vez mais maciçamente esta ‘droga’²¹⁵⁷ exótica, tornada alimento. Ele introduz, ao lado do

²¹⁵³ Todos os autores consultados concordam a este respeito. Ver, particularmente, SCHWARTZ, S.B. *Segredos internos*. Op.cit., e CANABRAVA, Alice Pitter. *O açúcar nas Antilhas*. Op. cit., entre outros..

²¹⁵⁴ MINTZ, S. W. *Sweetness and Power*. Op. cit., p.51-52.

²¹⁵⁵ Idem, p. 48. O autor precisa ainda: *“O fato de que o capitalismo seja comumente (e com um objetivo analítico, com razão), associado ao proletariado, não significa, naturalmente, que os capitalistas lucraram apenas do emprego de uma mão-de-obra livre.”* MINTZ, Sidney W. *Sucre Blanc, Misère Noire*. Op. cit., p. 72.

²¹⁵⁶ Ameríndios, africanos, asiáticos e europeus, com seus descendentes, escravizados ou coagidos de outra forma.

²¹⁵⁷ Em um artigo publicado numa revista mais militante do que propriamente acadêmica, NACLA Report on the Americas, Mintz comparou o açúcar à coca, que também engana a fome. Mas como não estimula à atividade produtiva, como o açúcar, atitudes distintas foram adotadas pelos Estados em relação a ambas as drogas. A este respeito, ver também a obra crítica do consumo crescente da substância por DUFTY, William. *Sugar Blues*. Rio de Janeiro: Ground, s. d., 196 p. Em recente artigo Mintz e Mary Weismantel mostram a passagem da coca para a coca-cola em famílias pobres da Bolívia. “Sweet Interloper”. In: PLOTNICOV, L. & R. SCAGLION (Eds.). *Consequences of Cultivar Diffusion*, Ethnology Monograph, N° 17, 1999, p. 57.

tradicional retrato da vida em volta da casa-grande *à la* Gilberto Freyre ou José Lins do Rego, as massas proletarizadas da Europa, na época da revolução industrial, cujas mudanças de hábitos dietéticos haviam provocado um tremendo crescimento do consumo de açúcar e similares. Foram assim reveladas zonas e ligações outrora sombreadas ou ocultas nas relações de trabalho e exploração da mão-de-obra fabril na Europa, tanto quanto na articulação dessas com as mudanças nos canaviais. Ademais, o autor considera esses dois grupos de trabalhadores nas suas estreitas e dinâmicas relações estabelecidas a sua revelia pela economia-mundo:

“Ao consumir tais substâncias,²¹⁵⁸ os trabalhadores proletários das metrópoles européias encontraram-se ligados aos africanos escravizados e, mais tarde, aos trabalhadores migrantes coagidos e contratados nas plantações coloniais. Enquanto as fábricas e oficinas da Europa produziam tecido de baixa qualidade para vestir os escravos, moendas para os engenhos de açúcar e instrumentos de tortura necessários para manter os escravos sob coação, as plantações das Índias ocidentais produziam o açúcar, o café, o fumo e o rum, que ajudariam a fazer com que os trabalhadores das fábricas européias suportassem melhor sua sorte.”²¹⁵⁹

“Comer açúcar como um rei”²¹⁶⁰

Com as ferramentas intelectuais e o enfoque da Antropologia, Mintz abre um campo apreciado pelos historiadores das mentalidades. Ele mostra a dimensão ideológica do consumo de açúcar.²¹⁶¹ Abrem-se novas perspectivas na história desse alimento e, portanto, da colonização da América, integrando, de maneira fundamental para o entendimento do processo histórico, o papel dos consumidores de toda essa sacarose. Historiza também, nesse contexto, o crescimento incomparável do consumo de produtos outrora desconhecidos ou raros, e sua significação.

“Fumo, açúcar e chá foram os primeiros objetos dentro do capitalismo que carregavam, junto com seu uso, a idéia complexa de que alguém poderia se tornar diferente consumindo de forma diferente.”²¹⁶²

Mintz mostra na sua história do açúcar *Doce e Poder*²¹⁶³ como a procura por essa substância constituiu um motor poderoso da história econômica, demográfica e política do mundo. O aumento do consumo de açúcar por proletários europeus, seguindo desejos, aspirações ou compensações, cujos vestígios são ainda perceptíveis nas tradições “doces” dos rituais mais importantes da vida das pessoas (bolo de noiva, doces para cerimônias de batizado ou distribuídos por soldados de exércitos invasores etc.), tornou-se um fator decisivo na sujeição e exploração dos novos mundos. Se Tomás de Aquino o identificava como medicamento, cuja

²¹⁵⁸ O autor está se referindo, além do açúcar, ao fumo, café, cacau etc.

²¹⁵⁹ MINTZ, Sidney W. “Produção tropical e consumo de massa: um comentário histórico”. In: MINTZ, Sidney. *O poder amargo do açúcar*. Op. cit., p. 45.

²¹⁶⁰ MINTZ, Sidney W. “Produção tropical e consumo de massa: um comentário histórico”, op cit., p. 40.

²¹⁶¹ Ver também MINTZ, Sidney W. *Tasting Food, Tasting Freedom. Excursions into Eating, Culture and the Past*. Boston: Beacon Press, 1996.

²¹⁶² MINTZ, Sidney W. *Sweetness and Power*. Op. cit., p. 185.

²¹⁶³ A obra, *Sweetness and Power*. Op. cit., é constituída de cinco partes principais: 1. Alimentação, sociabilidade e açúcar; 2. Produção; 3. Consumo; 4. Poder; 5 Comer e ser.

absorção não teria por efeito de quebrar o jejum ritual,²¹⁶⁴ e se ele entrava em quantidades minúsculas na composição de todos os remédios contra a Pesta Negra, o açúcar tornou-se um produto cotidiano, um alimento indispensável nos séculos XVIII e, sobretudo, XIX.

*“A história da sacarose na Inglaterra entre 1650 e 1850, pode ser dividida arbitrariamente em dois períodos iguais de um século cada. Dito de forma mais simples, em 1650, apenas a realeza consumia muito açúcar; em 1750, cada inglês já havia provado açúcar (no chá); em 1850, o açúcar estava se tornando um alimento”.*²¹⁶⁵

Segundo o grande clássico de Deerr,²¹⁶⁶ o aumento do consumo per capita dos britânicos cresceu de 4 libras de açúcar, em 1700, para 18, em 1800.²¹⁶⁷ No século XIX, o crescimento foi vertiginoso, como foi visto acima, prolongando-se no século seguinte. O açúcar facilitava também a introdução de outras “drogas”, como o chá e o café, bem-vindas em tempo de aceleração dos ritmos de trabalho nas máquinas concentradas ou não, da revolução industrial.

*“Weinberg and Bealer point to their intrinsic nature, and make a good case: «caffeine helped large numbers of people to coordinate their work schedules by giving them the energy to start work at a given time and continue it as long as necessary... people could work longer hours and accomplish proportionately even more than they had before.»”*²¹⁶⁸

Esses autores mostram que essa foi a única droga psicoactiva que não fora declarada ilegal, e ela se encontra também em produtos significantes de modernidade, na sua forma atual, como a Coca Cola – “*soft drugs*”. Nenhuma forma de cafeína, útil, nas palavras dos autores, para que as pessoas que “*funcionem em conjunto como partes de uma grande máquina*”,²¹⁶⁹ foi consumida, no ocidente industrial, sem o acréscimo de açúcar. Mintz sublinha também, de forma mais detalhada,²¹⁷⁰ que, tanto o chá quanto o café adoçados com açúcar eram alternativas ao consumo de álcool, bem-vistas pelas autoridades e pelo patronato. Em termos de gênero, as operárias foram agentes importantes senão decisivos na adoção e no crescimento do consumo de açúcar:

*“O fato de que o chá adoçado era quente, estimulante e rico em calorias; o fato de que o trabalho assalariado duro em condições difíceis caracterizava as circunstâncias sob as quais o chá foi se tornando uma bebida comum; o fato de que o chá tem o poder de fazer parecer quente uma refeição fria - todos esses pontos são igualmente importantes. Mas há ainda um outro fator: a relação estreita entre o lugar onde esses alimentos foram produzidos, sob a iniciativa de quem, por quais trabalhadores e sob o controle de quem, onde eles eram consumidos. O império, afinal de contas, tinha a estrutura interna que incorporava a criação do escravo de plantação e do trabalhador de fábrica num só sistema político e ele se beneficiava imensamente do fato de um abastecer o outro baixo o poder do império.”*²¹⁷¹

²¹⁶⁴ Idem, p. 99.

²¹⁶⁵ MINTZ, Sidney W. “O Poder do Doce e a Doçura do Poder”. Op. cit., p. 108.

²¹⁶⁶ DEER, Noel. *The History of Sugar*. London: Chapman Hall, 1949-50 [1937].

²¹⁶⁷ MINTZ, Sidney W. “Produção tropical e consumo de massa”. Op. cit., p. 42.

²¹⁶⁸ WEINBERG Bennett Alan and Bonnie K. BEALER. *The World of Caffeine. The science and culture of the world's most popular drug*. London: Routledge, 2001, 394 p. In: Review of Sidney W. Mintz “The buzz that cheers”. In: *TLS*, Apr. 6, 2001. p. 36.

²¹⁶⁹ Ibidem.

²¹⁷⁰ MINTZ, Sidney W. *Sweetness and Power*. Op. cit.

²¹⁷¹ Ibidem.

O mundo do açúcar adquire, sob essa perspectiva, um relevo novo, pois sua paisagem se povoa de multidões cuja ação, até mesmo mudanças gustativas, dinamizaram transformações incomensuráveis e duradouras em âmbitos distantes. Aparecem também na imagem, naturalmente, os beneficiários do empreendimento global: senhores de engenho brasileiros, comerciantes, banqueiros e industriais europeus, satisfeitos de tão lucrativos investimentos.

*“O crescimento das economias fundadas na escravidão no Novo Mundo era uma parte integrante da ascensão do comércio e da indústria europeus, enquanto os trabalhadores europeus encontravam-se numa posição estruturalmente paralela àquela que ocupava a mão-de-obra escrava ou forçada das sociedades coloniais do Novo Mundo.”*²¹⁷² Neste contexto de economia-mundo “os escravos eram sobretudo (...) uma fonte de lucro, e de lucro num sistema francamente capitalista, embora a idéia curiosa segundo a qual escravidão e capitalismo se excluem mutuamente persiste ainda.”²¹⁷³

Em suma, o empreendimento capitalista, no sentido da economia-mundo, não só estabeleceu a geografia do açúcar, como também teve desdobramentos europeus, na dimensão da proletarianização das massas urbanizadas européias. Seus gostos alimentares constituíram um fator decisivo, que propeliu a expansão dos canaviais e continuada dura exploração dos trabalhadores neles empregados, além da abolição da escravidão. Nenhuma parcela do mosaico composto pela economia-mundo – no caso, na sua dimensão açucareira – escapou do sistema capitalista, pois fazia parte de sua própria construção. O autor formula então indagações desafiadoras e férteis sobre a maneira de considerar o escravo de plantação nesse contexto, isto é, em relação (em vez de oposição) ao proletário europeu, seu involuntário parceiro nas relações capitalistas da economia-mundo. O assunto é ainda mais instigante, se pensarmos no descendente e sucessor do escravo, o morador de engenho. Como foi visto acima, habitualmente tanto um quanto o outro são apresentados ora como vítimas de uma reversão ou regressão histórica localizada, ora como produto do ‘atraso’ medieval, ‘feudal’ dos colonizadores (em particular os de origem ibérica²¹⁷⁴), ora como uma parada rural no desenvolvimento histórico brasileiro, doravante concentrado em assuntos/âmbitos muito mais ‘importantes’, pois urbanos e industriais.²¹⁷⁵ Em ambos os casos, a historicidade assim cunhada está fadada a afundar os trabalhadores rurais dos engenhos cada vez mais no subdesenvolvimento, inclusive o de tipo conceitual. Tanto mais que esses trabalhadores viviam em regiões e/ou países já sobrecarregados

²¹⁷² MINTZ, Sidney W. *Caribbean Transformations*. Op. cit., p. 10.

²¹⁷³ MINTZ, S. W. “Slavery, Forced Labor and the Plantation System”. In: *Caribbean Transformations*. Op.cit., p.47.

²¹⁷⁴ Ver, por exemplo, o trabalho muito estimulante do filósofo mexicano Leopoldo Zea, *Filosofia de la História Americana*. Mexico: Fundo de cultura, 1978, em particular o capítulo III “El proyecto colonizador ibero”.

²¹⁷⁵ Um bom exemplo dessa tendência está na obra de Mantega, que faz disso um argumento de crítica a Caio Prado. MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Op. cit.

de subalternidade pela posição que lhes foi determinada na escala evolucionista mundial.²¹⁷⁶ Enfim, o escravo estava confinado a certo tipo de relação, de forma quase fossilizada, pelo menos até os mais novos desdobramentos da pesquisa histórica, inclusive brasileira. A “brecha camponesa” aberta, no Brasil, por Ciro Flamarion Cardoso na esteira dos trabalhos de Mintz, contribuiu para trazer nova luz sobre a complexidade das atividades dessa mão-de-obra, bem como as análises sobre liberdades e resistências de João José Reis²¹⁷⁷ e Marcus Carvalho.²¹⁷⁸

Mintz propõe então outro desafio: comparar, aproximar em termos históricos, o escravo do proletário.²¹⁷⁹ De certo modo, poder-se-ia considerar que Marx já havia acenado nessa direção quando afirmara a qualidade de capitalista dos plantadores do sul dos Estados Unidos, embora os considerasse uma anomalia.²¹⁸⁰ Outra linha de raciocínio que pode ser seguida diz respeito, não só à definição daquilo que faz a diferença entre escravos e proletários – a “liberdade” – quanto à existência de situações de trabalho forçado ou envolvido em outras dimensões sociais hierarquizantes, como a de gênero, até mesmo no ramo do proletariado exemplar: a indústria concentrada. Pode-se, no entanto, detectar trabalhadores industriais coagidos, mas que por serem europeus e/ou urbanos não viram sua qualidade de ‘proletário’ questionada. Assim, propõe-se que o trabalho não-livre não foi tão específico das zonas periféricas. Talvez a coabitação destas diversas formas de emprego da mão-de-obra, com graus variados de violência deliberada aplicada contra os trabalhadores empregados na economia-mundo, tenha sido, por muito tempo, mais generalizada do que é comumente admitido.

“Era o escravo de plantação um proletário?”²¹⁸¹

“C’est l’adulte qui permet de comprendre l’enfant, et l’homme le singe.”²¹⁸²
Jean Chesneaux

²¹⁷⁶ Em todos os casos afetados por situações desfavoráveis em termos evolucionistas, até pelas suas conseqüências longínquas sobre a formação de uma classe operária ‘verdadeira’, capaz de desempenhar seu papel dinamizador na história daquelas sociedades.

²¹⁷⁷ Ver, particularmente, REIS, João José. “O levante dos malês na Bahia: uma interpretação política”. *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE-USP, 17, 1987, Número Especial. REIS, João José. “Um balanço dos estudos sobre as revoltas escravas na Bahia”. In: REIS, João José (Org.). *Escravidão e Invenção da liberdade; estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense/Cnpq, 1988. REIS, João José, e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito*. Op. cit. REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil; a história do levante dos malês (1835)*. São Paulo: Brasiliense, 1986. O pesquisador está lançando uma nova edição ampliada à luz da história da África ocidental de onde os “malês” foram transportados. *Rebelião escrava no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. (Ver resenha de Jean Marcel Carvalho França in Folha de São Paulo, 24.08.03, Caderno Mais!, p. 7) Ver Palestra do Prof. João José Reis, *Simpósio Nacional de História – Brasil 1822-2002: Alternativas e Desdobramentos na Construção da Nação*, Programa de Pós-Graduação em História, Dpto de História, Recife, UFPE, 12 de dezembro de 2002.

²¹⁷⁸ CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade. Rotinas e rupturas do escravismo. 1822-1850*. Recife: Ed. Univ. UFPE, 1998. CARVALHO, Marcus. “Le ‘divin maître’ - Esclavage et liberté à Recife dans les années 1840”. In: Crouzet, François et Denis Rolland. *Pour l’histoire du Brésil, Mélanges offerts à Kátia de Queiros Mattoso*, Trad. C. Rufino Dabat, Paris: L’Harmattan, 2000, p. 437-449.

²¹⁷⁹ MINTZ, S.W. “Era o Escravo de Plantação um Proletário?” Op. cit.

²¹⁸⁰ MARX, Karl. *Grundrisse*. London: Penguin Books, 1973, p. 525.

²¹⁸¹ Expressão tomada emprestada do título do artigo de Mintz. Op. cit.

Tomando precisamente a economia-mundo, que os associa em termos definidos pelo próprio capital, como referência básica para um novo enfoque sobre a condição dos trabalhadores de engenho, de um lado, e dos operários europeus consumidores de melaço, do outro, Mintz pergunta: “Era o escravo de plantação um proletário?”²¹⁸³ Na sua esteira, pode-se fazer a mesma indagação a respeito de seu sucessor. Se tal pergunta fora cabível para o escravo, quanto mais para o morador de engenho, legalmente ‘livre’. O autor estuda a “relação entre os termos e as categorias ‘proletário’ e ‘escravo’.”²¹⁸⁴ Embora o espaço privilegiado dos dados históricos colhidos por ele seja o Caribe, a reflexão proposta pode aplicar-se a outros âmbitos geográficos, particularmente os de plantações açucareiras como o Nordeste do Brasil. Com efeito, tanto a produção principal - o açúcar - com sua organização, dinâmica e ligação como o mercado mundial, são semelhantes. As soluções para a fixação da mão-de-obra rural no período pós-escravidão também podem ser comparadas, e valorizada essa contribuição precisamente nordestina ao elenco extraordinário de meios²¹⁸⁵ utilizados para manter a força de trabalho numa situação, senão legalmente, ao menos concretamente, tão próxima quanto possível da anterior à abolição. Inicialmente, Mintz examina em detalhes a definição marxista do proletário.

*“Está agora mais amplamente aceito que Marx nunca ficou inteiramente satisfeito com a maneira como considerou a escravidão do Novo Mundo, quando tratava das plantações. Como integrar a escravidão no esquema marxista era um assunto problemático, que se torna ainda mais complexo pela asserção que a economia de plantação era, em certos aspectos, moderna para seu tempo. As implicações mais amplas destas questões não podem ser tratadas aqui.”*²¹⁸⁶

Retomando os aspectos cardeais da análise marxista da gênese do capitalismo, Mintz enfatiza a precondition necessária: a desapropriação dos produtores dos seus meios de produção. A escala em que isso foi efetuado, no caso dos trabalhadores da cana me parece sem igual, tanto em termos de radicalismo quanto de escala. Africanos transportados e escravizados, ameríndios reduzidos a sujeição ou eliminados, sofreram essa desapropriação num grau que foi raramente evidenciado como tal, abrigados que eram os estudiosos atrás de pseudo-argumentos como a “necessidade” tropical dos produtos requeridos pela Europa ou, implicitamente, do parco uso – no sentido sublinhado por Zea²¹⁸⁷ – que os aborígenes teriam feito de tão generosa natureza, raciocínios embutidos em muitas demonstrações que conduzem a propostas eugênicas.²¹⁸⁸ A historiografia, por melhor intencionada que seja e salvo nobres exceções, reduziu esse aspecto

²¹⁸² CHESNEAUX, Jean. *Du passé faisons table rase?* Op. cit., p. 54.

²¹⁸³ MINTZ, Sidney W. “Era o Escravo de Plantação um Proletário?” Op. cit.

²¹⁸⁴ Idem, p. 126.

²¹⁸⁵ A respeito dos quais Mintz exclama: “verdadeiramente, a lista das “soluções” diversas para o “problema da mão-de-obra” típico do período pós-emancipação no Caribe desafia a imaginação e paralisa o sentido ético e de honestidade moral do leitor.” Idem, p. 128

²¹⁸⁶ Nota 27 em MINTZ, S. W. “Aturando substâncias duradouras, testando teorias desafiadoras”. Op. cit., p. 69.

²¹⁸⁷ ZEA, Leopoldo. *Filosofia de la História Americana*. Op. cit., capítulo IV “El proyecto colonizador occidental”.

fundamental e secular da história a uma obviedade talvez lamentável, mas tão (anacronicamente²¹⁸⁹) consumada que não merece o destaque reiterado que lhe é devido.

“«Portanto,» escreve Marx, «a expropriação da grande massa da população de sua base fundiária (...) constitui a pré-história do capital,» e «a assim chamada acumulação primitiva, portanto, nada mais é que o processo histórico de separação entre o produtor e os meios de produção.». O que chamo então de ‘proletário’, de acordo com essas afirmações, é aquele ser livre e não-proprietário que vende sua própria força de trabalho enquanto mercadoria para um capitalista comprador de mercadorias, entre elas a mercadoria força de trabalho, para empreender nova produção.”²¹⁹⁰

Mintz continua explicitando o contexto dentro do qual ele aborda a definição marxista.

“Nunca foi a única e explícita intenção de Marx, pelo que sei, de estabelecer um contraste sistemático entre escravos e proletários de forma a dotar estes termos de definições que se tornariam verdades eternas. Sua preocupação era, sobretudo, entender e revelar a natureza íntima do sistema capitalista e do modo de produção capitalista, e como esses caracterizavam a história da Europa. Consciente de que ele não poderia ignorar ou considerar irrelevantes as atividades dos europeus fora da Europa, ele notou que as diferentes formas de exploração da força de trabalho, nas diversas partes do mundo onde os europeus atuavam, eram ao mesmo tempo fruto dos acontecimentos na própria Europa e reagem de volta em cima desses.”²¹⁹¹

Esse duplo movimento é essencial para o entendimento da situação dos trabalhadores rurais empregados nos canaviais da América, em qualquer época. Mintz definiu cinco fases²¹⁹² na evolução das formas de exploração da mão-de-obra no Caribe açucareiro,²¹⁹³ mostrando a variedade de modalidades que o sistema capitalista da economia-mundo utilizou para extrair mais-valia dos trabalhadores. Embora a escravidão fosse generalizada, ela era raramente única. Nesse sentido, o Caribe pode ser mais explícito do que a zona canavieira de Pernambuco, embora os desdobramentos recentes da historiografia houvessem enriquecido consideravelmente uma visão outrora por demais homogênea da realidade do uso da força de trabalho, reinstalando os “homens esquecidos”²¹⁹⁴ na espessura do tecido social brasileiro.

“Primeiro, a história da escravidão no Caribe foi habitualmente marcada pela presença constante de outras formas de exploração da mão-de-obra, freqüentemente na mesma indústria e até nas mesmas empresas. Isto é, apenas em alguns períodos e em algumas colônias, a escravidão funcionou, de fato, como única forma de relação terra/força de trabalho nas plantações. Segundo, as outras formas de exploração da mão-de-obra que acompanharam a escravidão parecem ter, todas elas, incluído diversos graus de coerção, embora, na maioria desses casos, os próprios trabalhadores fossem “livres” de acordo com a definição convencional.”²¹⁹⁵

Misturas tão diversas obrigaram a considerações mais detalhadas do que o simples encaixotamento dessa realidade múltipla em categorias históricas “pré-moldadas”.

²¹⁸⁸ Ver acima 2.1.3. Aspectos do pensamento marxista sobre a questão da periodização

²¹⁸⁹ Se pensarmos na zona canavieira, o território da Usina Catende, tão louvado exemplo de patronato ‘avançado’ e eficiente, foi conquistado na virada do século XIX para XX sobre populações ameríndias.

²¹⁹⁰ MINTZ, S. W. “Era o Escravo de Plantação um Proletário?” Op. cit., p. 118.

²¹⁹¹ Ibidem.

²¹⁹² Duas a mais seriam necessárias, complementa, para a época mais recente.

²¹⁹³ MINTZ, S. W. “Era o Escravo de Plantação um Proletário?” Op. cit., p. 121.

²¹⁹⁴ Ver, em particular, EISENBERG, Peter L. *Homens esquecidos*. Op. cit.

*“Essas diversas formas de exploração da mão-de-obra, que existiam, na maioria dos casos, de modo combinado na história do Caribe, não eram permutáveis, pois cada uma representava uma resposta diferente às necessidades de mão-de-obra; da mesma maneira, não era acidental, nem à toa, que elas apareciam habitualmente de forma combinada, respondendo às necessidades de mão-de-obra que não poderiam ser satisfeitas de modo mais conveniente ou lucrativo utilizando exclusivamente uma ou outra forma.”*²¹⁹⁶

Com abundância de exemplos precisos, Mintz mostra como, por mais diversas que sejam em certos aspectos importantes, como a proveniência geográfica, o estatuto jurídico, o grau de ‘liberdade’ etc., essas formas serviram os propósitos do sistema capitalista. Não havia acaso. As escolhas não eram ‘acidentais’. Podia ter até mesmo fracassos, mas apenas um objetivo:

*“para fornecer uma mão-de-obra adequada(...) dentro de uma divisão internacional do trabalho transformada pelo capitalismo, e para satisfazer um mercado internacional criado pelo mesmo sistema capitalista.”*²¹⁹⁷

Recusando oposições antitéticas tornadas irrealistas pelo grau de abstração, Mintz reinsere a dimensão histórica de um modo enriquecido precisamente por sua visão antropológica, inconfortável talvez, com generalizações apressadas e, em parte, enganosas.

*“Naturalmente, a história das plantações do Caribe não apresenta uma ruptura clara entre um modo de produção escravista e um modo de produção capitalista, mas alguma coisa bastante diferente. A sucessão de misturas variadas de diferentes formas de exploração da mão-de-obra, em dados casos, revela claramente como os sistemas de plantação de diversas sociedades do Caribe desenvolveram-se como partes do capitalismo mundial, cada caso específico indicando como meios diversos foram utilizados para fornecer uma mão-de-obra adequada, alguns com êxito, outros não, mas todos dentro de uma divisão internacional do trabalho transformada pelo capitalismo, e para satisfazer um mercado internacional criado pelo mesmo sistema capitalista.”*²¹⁹⁸

Mintz chama particularmente a atenção para categorias de trabalhadores que eram coagidos sem serem propriamente escravizados. Há muitos exemplos: os ‘*indentured servants*’ ou ‘*engagés*’,²¹⁹⁹ bem como trabalhadores asiáticos sob contrato no período imediatamente posterior às abolições. Como Foner o mostrou,²²⁰⁰ às vezes, essa condição coagida, porém não escrava, era imposta aos antigos escravos e seus descendentes, sob a forma de legislações restritivas ao extremo, destinadas a

*“destruir o poder de barganha dos recém-libertos de forma a aproximar-se de condições de coerção que fossem suficientemente contínuas com a escravidão para tornar o sistema de plantação vantajoso para aqueles que o apoiavam.”*²²⁰¹

²¹⁹⁵ MINTZ, S. W. “Era o Escravo de Plantação um Proletário?” Op. cit., p. 120-121.

²¹⁹⁶ Idem, p. 121.

²¹⁹⁷ Idem, p. 123.

²¹⁹⁸ Ibidem.

²¹⁹⁹ Europeus de ambos os sexos, sob contrato, que se vendiam temporariamente e cujo tratamento era cruel o suficiente para ser comparado com aquele dispensado aos escravos.

²²⁰⁰ FONER, Eric. *Nada além da liberdade*. Idem.

²²⁰¹ MINTZ, S. W. “Era o Escravo de Plantação um Proletário?” Op. cit., p. 128.

Mintz chama a atenção para o fato de que todas essas categorias, aparentemente diversas, serviam o mesmo propósito.²²⁰² Os moradores de engenho da zona canavieira, embora não importados da China ou de Java, nem submetidos a leis contra os “vagabundos” explicitamente destinadas, em Porto Rico, a coagir os antigos escravos, sofreram restrições econômicas, cíveis e sociais tão extraordinárias que sua condição pode ser colocada em paralelo. Para que o grau de exploração desejado possa ser aplicado, era indispensável o uso discricionário da violência.

*“Haja visto que a importância da coerção na exploração da mão-de-obra da plantação, decorre de que as plantações, e talvez em particular as plantações de cana-de-açúcar, operariam com o uso da coação e ameaça constante de violência. A história da plantação é uma história de repetidas rebeliões, levantes e conspirações. Embora a vida cotidiana de seus habitantes continuasse, como devia, a ameaça de violência súbita nunca estava completamente ausente.”*²²⁰³

Mintz afirma assim um ponto essencial ao sistema de relações de trabalho. Embora a violência patronal não se manifestasse diariamente nas suas dimensões mais espetaculares, no período pós-escravista, a ameaça de seu exercício e a violência ordinária embutida no modo de relações presentes no engenho, tornam-na um elemento básico do sistema.

A questão da liberdade: “esse doce erro”²²⁰⁴

“A liberdade e a escravidão constituem um antagonismo. (...) Não se trata da escravidão indireta, da escravidão do proletariado, e sim da escravidão direta, da escravidão dos negros em Suriname, no Brasil ou nos Estados meridionais da América do Norte. A escravidão direta é uma pilastra do nosso industrialismo atual, como o são as máquinas, o crédito etc. Sem a escravidão, não existiria o algodão; sem o algodão não existiria a indústria moderna. A escravidão valorizou as colônias; as colônias criaram o comércio mundial e o comércio mundial é a condição de existência da grande indústria mecanizada. Antes do tráfico dos negros, as colônias forneciam apenas alguns produtos e não podiam, pois, mudar visivelmente a face do planeta.(...) A escravidão é uma categoria econômica.”

²²⁰⁵
Marx e Engels

A questão-chave, na comparação entre escravo e proletário, é a liberdade, que não pode ser realisticamente separada do grau de violência patronal. Ambas categorias de trabalhadores já foram despojados, isto é, separados, alienados dos meios de produção. Marx fornece em *O Capital* uma definição precisa do trabalhador envolvido em relações de produção capitalistas: o proletário puro vende sua própria força de trabalho livremente no mercado:

“A transformação do dinheiro em capital exige portanto que o detentor do dinheiro encontre no mercado o trabalhador livre e livre num duplo ponto de vista. Primeiro, o trabalhador deve ser uma pessoa livre, que disponha ao seu bel prazer da sua força de trabalho como de sua mercadoria própria;

²²⁰² Idem, p. 126.

²²⁰³ MINTZ, S. W. “Produção tropical e consumo de massa”. Op. cit., p. 44.

²²⁰⁴ MARX, K. *Le Capital*, Livre I. Op. cit. p.571.

²²⁰⁵ Carta de Karl Marx a P.V. Annenkov, 28 de dezembro de 1846. In: MINTZ, S. W. “Era o Escravo de Plantação um Proletário?” Op. cit., p. 118. MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Omega, s.d.. v.3, p. 250.

segundo, ele não deve ter nenhuma outra mercadoria para vender; ser, por assim dizer, livre de tudo, completamente desprovido das coisas necessárias para a realização de sua potência de trabalho”.²²⁰⁶

Marx precisa ainda, como para afastar qualquer dúvida:

“A força de trabalho só pode apresentar-se no mercado como mercadoria se ela for oferecida ou vendida pelo seu próprio detentor”.²²⁰⁷ Ele continua: “A segunda condição essencial para que o homem do dinheiro encontre a força de trabalho para comprar é que o possuidor desta, em lugar de poder oferecer mercadorias nas quais seu trabalho seja realizado, seja forçado a oferecer e colocar a venda, como mercadoria, sua força de trabalho ela mesma, a qual reside apenas no seu organismo.”²²⁰⁸

Portanto, a relação estabelece-se – teoricamente – entre pessoas “juridicamente iguais”.

Referindo-se a um texto de Hegel sobre a filosofia do Direito,²²⁰⁹ Marx acrescenta:

“Para que esta relação persista, é necessário que o proprietário da força de trabalho só a vende por um tempo determinado, pois se ele a vende em bloco, de uma vez por todas, ele se vende a si mesmo e, de livre que era, torna-se de fato escravo, de mercador, mercadoria. Se ele quiser manter sua personalidade, ele só deve colocar sua força de trabalho à disposição do comprador temporariamente de forma que ao aliená-la, ele não renuncia portanto à propriedade sobre ela”.²²¹⁰

A liberdade de vender temporariamente sua própria força de trabalho define então o proletário. A outra vertente da definição é a necessidade absoluta de vendê-la:

“A segunda condição essencial para que o homem do dinheiro encontre a força de trabalho para comprar é que o possuidor desta, em lugar de poder oferecer mercadorias nas quais seu trabalho seja realizado, seja forçado a oferecer e colocar a venda, como mercadoria, sua força de trabalho ela mesma, a qual reside apenas no seu organismo.”²²¹¹

Portanto, o paradoxo quer que, livre, o proletário esteja também forçado, isto é, obrigado a se sujeitar ao comprador de sua força de trabalho. Revelando o parentesco entre as várias categorias de trabalhadores explorados pelo capital, Marx ironiza, a respeito dos autênticos proletários, que, tendo apenas sua força de trabalho para vender, “são coagidos pela força a se vender voluntariamente”!²²¹² Marx não entendia isso apenas como uma forma retórica ou metafórica. Basta lembrar as descrições pavorosas dos ‘workhouses’, na Inglaterra;²²¹³ ‘hospitiaux de charité’, na França, quando as legislações paralelas nos diversos países europeus promoveram o que Foucault chamou de ‘Grand Enfermement’. Tais medidas drásticas, apoiadas no poder público para execução, permitiam prover os estabelecimentos produtivos de mão-de-

²²⁰⁶ MARX, K. *Le capital*, Livre I. Paris: Garnier-Flammarion, [1867] 1969, p. 131.

²²⁰⁷ Ibidem.

²²⁰⁸ Ibidem.

²²⁰⁹ Idem, p. 604.

²²¹⁰ Idem, p. 131.

²²¹¹ Ibidem.

²²¹² Idem, p. 574.

²²¹³ Onde, segundo as leis passadas tanto sob os Tudor quanto sob os Stuart, as “Leis dos Pobres” que Braudel lembra Wallerstein, chamara de “leis contra os pobres”. In: *Civilisation matérielle*, p. 56. Citado em WALLERSTEIN, I. *The Modern World System*. Op. cit., p. 261.

obra forçada: os chamados ‘vagabundos’.²²¹⁴ Vítimas das mudanças introduzidas pelo capitalismo no campo - as famosas ‘*enclosures*’ descritas com repugnância e indignação não disfarçada por Marx - eles foram obrigados a trabalhar para a indústria têxtil capitalista em expansão, embora ainda não plenamente mecanizada. Marx fornece muitos exemplos concretos do uso da força bruta, da coação explícita, inclusive após revolução industrial. Assim, ele denuncia o rapto em grande escala de crianças para forçá-las ao trabalho nas novas empresas: “O recrutamento das novas fábricas efetua-se como o da marinha real - por meio da prensa.”²²¹⁵ Ele cita o caso de crianças leiloadas, com a maquinaria de um industrial falido, em 1813, para saldar suas dívidas.²²¹⁶

Ademais, os trabalhadores europeus ditos ‘livres’ sofriam também medidas de coerção: parte da luta operária na França no século XIX dirigiu-se contra o mal-afamado “*livret*”, que acompanhava obrigatoriamente o assalariado, garantindo sua “fidelidade” ao empregador. Se o deixasse sem permissão, o trabalhador era considerado desertor, e passível de severas punições da autoridade pública.²²¹⁷ Marx descreve ainda como, no Reino Unido, operários eram proibidos pelas autoridades de emigrar, seja em razão de sua qualificação profissional ou, como no caso dos camponeses gaels expulsos de suas terras na Escócia, sem justificativa.²²¹⁸ O capitalismo precisava constantemente de efetivos para seu exército de reserva industrial.

Pode-se argumentar também que Marx, bem como a imensa maioria dos historiadores (homens) após ele, mantiveram a definição do proletário, esquecendo de qualificá-lo em termos de gênero. Pois o axioma da igualdade jurídica entre vendedor e comprador da força de trabalho, embutida na definição do proletário, como foi visto acima, não se aplicaria, na metade do século XIX, a pelo menos os dois terços dos ditos vendedores: mulheres e crianças. Mesmo adultas, as mulheres sofriam uma incapacidade jurídica tão grande que lhes era impossível participar independentemente de qualquer negócio. A abolição do ‘feudalismo’, na noite de 4 de agosto de 1789, as havia privado dos vestígios de direitos, enquanto agentes econômicos, sobras dos tempos (áureos para elas, nesse sentido) do medievo. Portanto, à luz da categoria de gênero, tal

²²¹⁴ O aparelho jurídico posto em vigor compreende as “Poor Laws” na Inglaterra elizabetana e dispositivos legais semelhantes em outros países, como o lembra Marx, (In: *Le Capital*, Livre I. Op. cit., p. 689), junto com propostas de redução pura e simples dos pobres europeus à escravidão. Idem, p.534).

²²¹⁵ Marx cita numerosos exemplos concretos, idem, p. 543 et ss., p. 563.

²²¹⁶ Idem, p. 694.

²²¹⁷ A bibliografia a respeito é imensa; basta lembrar, entre muitas outras obras, FOHLEN, Claude. *Histoire générale du travail*. Paris, 1961, em particular, vol. 3 *L’ère des révolutions, 1765-1914* e, do mesmo autor, *Le travail aux XIXe e XXe siècles*. Paris, 1957.

²²¹⁸ MARX, K. *Le Capital*, Livre I. Op.cit., p.539 e ss.

como Joan Scott a definiu no seu famoso artigo,²²¹⁹ o argumento ganha alguma dimensão suplementar. Considerando que os proletários eram sobretudo proletárias na grande indústria (têxtil - a ‘*Grande Rassembleuse de Capital*’, como a designam os especialistas da revolução industrial), o modo de recrutamento da mão-de-obra feminina e sua manutenção nas empresas revestia aspectos muito pouco ‘livres’, no sentido literal do termo.²²²⁰ Operárias da indústria concentrada ou dispersa²²²¹ não tinham estatuto jurídico igual ao de seus empregadores masculinos, nem de seus colegas homens.²²²² O estabelecimento²²²³ de seu direito ao trabalho²²²⁴ e a igualdade jurídica e salarial foram uma lenta conquista e ainda são, em parte, objetivos.²²²⁵ No entanto, nem mesmo os que pediam a interdição do trabalho feminino, questionaram-lhes a qualidade de proletárias, apesar da falta de liberdade, de direitos civis e econômicos. Em época mais recente, práticas coercitivas eram freqüentes, particularmente em relação à mão-de-obra feminina, nas indústrias situadas nas colônias ou ‘semi-colônias’. A respeito da China, por exemplo, Kuczynski nota com razão que não havia dúvida a respeito da gravidade e da qualificação²²²⁶ deste tipo de coerção ao trabalho da mão-de-obra local.²²²⁷ As grandes empresas

²²¹⁹ SCOTT, Joan. “Gender: A Useful Category of Historical Analysis”. In: *Gender and the Politics of History*. New York: Columbia University Press, 1989, p.28-50 e 206-211. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Trad. de C. Rufino Dabat, Recife: SOS Corpo,[1990] 1993.

²²²⁰ Nos conventos-fábricas e fábricas-internatos recebiam meninas, entregues pelos seus pais camponeses pobres, que trabalhavam arduamente na produção têxtil, por muitos anos, sob um regime fechado de trabalho tão duro que muitas perdiam a saúde e a vida. Por todo salário, as que sobreviviam recebiam o enxoval que lhes era constituído na hora de um casamento arranjado, com a garantia suplementar de sua boa educação religiosa e virgindade intata.

²²²¹ Ver o capítulo de Marx sobre a máquina de costura e seu impacto sobre a re-dispersão da mão-de-obra feminina da confecção. *Le Capital*, Livre I. Op. cit., p.

²²²² O reconhecimento da igualdade formal, civil e econômica, para as mulheres (particularmente as casadas) da Europa ocidental data do final do século XX. DUBY, Georges & Michèle PERROT (Orgs.). *História das Mulheres*, 5 vol. Porto: Afrontamentos/São Paulo: Eubrasil, 1994. Ver, particularmente, os volumes 2, 3 e 4. SULLEROT, Evelyne. *Histoire et sociologie du travail féminin*. Paris: Gonthier, 1968. MICHEL, Andrée. *Les femmes dans la société marchande*. Paris: PUF, 1978.

²²²³ Re-estabelecimento considerando o período da Baixa Idade Média como ponto de partida do declínio.

²²²⁴ Foi-lhes quase recusado por companheiros trabalhadores masculinos, politicamente os mais conscientes, isto é, os membros da AIT. No Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores de 1864, o trabalho feminino foi considerado por boa parte dos congressistas como degradante e anti-natural, sugerindo-se sua proibição.

²²²⁵ Ver, por exemplo, SAFFIOTI, Heleieth I.B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1979; KESSLER-HARRIS, Alice. *Out to Work, A History of Wage-Earning Women in the United States*. Oxford: Oxford UP, 1982. Se acrescentarmos a dimensão de raça, a distinção se torna ainda mais flagrante. Ver LERNER, Gerda. *De l’esclavage à la ségrégation. Les femmes noires dans l’Amérique des Blancs*. Paris: Denoel/Gonthier, 1972.

²²²⁶ Em termos de modo de produção, pois a China é tida pela historiografia marxista como semi-feudal semi-colonial, das guerras do ópio até 1949.

²²²⁷ Marxista convicto, ele ironiza, no entanto, ao aludir à nomenclatura oficial: “Se a China, na maior parte dos anos estudados aqui, foi designada com razão como sendo um país semi-colonial, no entanto, tratando-se de Xangai e particularmente das fábricas têxteis inglesas, cabe a expressão ‘colonial’. Os trabalhadores chineses nas fábricas têxteis inglesas tinham que sofrer toda a crueldade de uma ‘dominação inteiramente colonial’ e os capitalistas ingleses realmente não tinham lucros apenas semi-coloniais.” KUCZYNSKI Jurgen. *Die Geschichte der Lage der Arbeiter unter dem Kapitalismus*, Band 28, *Die Lage der Arbeiterin in der Baumwollindustrie Shanghais insbesondere in den englischen Fabriken*. Berlin: Akademie Verlag, 1964, p.VII.

industriais, chinesas ou estrangeiras, recrutavam trabalhadoras literalmente escravizadas.²²²⁸ Neste último caso, acorrentadas às máquinas, sem poderem sair do âmbito da fábrica, elas trabalhavam jornadas extremamente longas. Seu salário era pago diretamente a seu proprietário e elas recebiam apenas alguma comida em troca do seu incessante trabalho, o suficiente apenas para não morrerem logo, provavelmente o tempo da amortização do investimento inicial! Apesar disso, nunca se lhes negou por um instante a qualidade de autênticas proletárias, inclusive por parte do próprio movimento operário chinês.²²²⁹ Em tempos de ‘flexibilização’ das relações de trabalho e constantes recuos mundiais na legislação trabalhista, da China ao Brasil, constata-se novamente que não há homogeneidade de estatuto dos proletários frente ao capital. Mintz traça um paralelo entre os imigrantes ilegais nos Estados Unidos, que trabalham de forma precária nos mais perigosos e mal remunerados empregos, sem a certeza de poderem ficar no país:

*“These circumstances bear an unappetizing resemblance to what happened on the sugar-and-slave plantations in the New World. For abolitionists, putting an end to the trade – not slavery itself, but simply the slave trade – was more than a step towards total abolition. Cutting off the supply of labour, they reasoned rightly, would materially benefit the enslaved.”*²²³⁰

Hoje em dia, o maior esforço das autoridades internacionais está dirigido precisamente à interrupção e repressão ao tráfico de pessoas, uma das facetas mais pavorosas da louvada globalização. Embora, como o sugere Mintz, não haja realmente muita novidade no fato de transportar – inclusive clandestinamente – trabalhadores de um país ou continente ao outro, ninguém duvida, no entanto, que vivamos em regime capitalista e que essas práticas lhe pertençam. O uso e a ameaça de violência, a negação de quaisquer direitos que os proletários europeus de origem tenham conquistado ao fio de dois séculos de duras lutas, permeiam a vida profissional e particular dos imigrantes e de seus filhos. É o que sublinha Jean Chesneaux:

*“Par ailleurs, même en régime capitaliste de “liberté du marché du travail”, la contrainte extra-économique, c’est-à-dire l’exercice de la force et de la violence physique et idéologique pour organiser la production, tient une place importante dans la vie sociale. Les travailleurs émigrés en savent quelque chose; ils ne travaillent pas en régime de salariat «pur»; le salaire maigre qu’ils reçoivent est subordonné à l’acceptation de multiples violences et intimidations, par la police, le contremaître, le petit blanc raciste dans le métro.”*²²³¹

A questão da liberdade parece então ser mais sutil. Como lembra Mintz, por um lado, Marx sublinha a qualidade de ‘livre’ do trabalhador, “*dispondo ao seu bel prazer de sua força de trabalho*”. Por outro lado, ele (ou ela) é também “*livre de tudo, completamente desprovido*

²²²⁸ Intermediários compravam moças e meninas no campo para revendê-las nas cidades para atividades que correspondessem a suas ‘qualidades’: as mais bonitas, como concubinas ou prostitutas; as outras, para o serviço doméstico ou a indústria. KUCZYNSKI J. *Die Lage der Arbeiter*, Vol. 28. Op. cit., p.89.

²²²⁹ Ver, por exemplo, CHESNEAUX, Jean. *Le mouvement ouvrier chinois*. Paris: Mouton, 1962 e LEITH, Suzette. “Chinese Women in the Early Communist Movement”. In: YOUNG Marilyn B. *Women in China*. Ann Arbor: Univ. of Michigan, Michigan Papers in Chinese Studies, N° 15, 1973.

²²³⁰ MINTZ, Sidney W. “You are what you eat”. *TLS*, p. 7. september 14 2001 (resenha do livro de Eric Schlosser, *Fast Food Nation, What the all-American meal is doing to the world*. Allen Lane the Penguin Press, 356 p.)

das coisas necessárias à realização de sua potência de trabalho.”²²³² E isso já constitui em si uma coerção, sem falar da forma brutal, exercida por recrutamento e trabalho forçado: uma dependência obrigada. Falando da superpopulação e subconcorrência operárias, Marx comenta:

*“A subordinação tão indispensável do trabalhador ao capitalista é garantida; esta relação de dependência absoluta que na Europa o economista mentiroso disfarça ao decorá-la enfaticamente do nome de livre contrato entre dois comerciantes igualmente independentes, um alienando a mercadoria capital, o outro a mercadoria trabalho, é mantida. Mas nas colônias este doce erro desaparece.”*²²³³

Portanto, a liberdade de escolha é, às vezes, tão reduzida que parece uma fachada. A articulação dessa pseudo-liberdade com a respectiva situação das sociedades metropolitanas e coloniais aparece, sem dúvida, como uma variável importante.

*“A expansão do capitalismo europeu implicava na assimilação aos objetivos da metrópole - isto é metrópole européia - de sociedades e povos que ainda não faziam parte do sistema capitalista. As maneiras como esta assimilação foi posta em movimento e as formas que ela adotou, foram naturalmente muito variáveis.”*²²³⁴

No caso das regiões não européias, achava-se indispensável impor algum tipo de coerção que garantisse a submissão dos trabalhadores. Com ironia marcada, Marx cita Merivale: *“Nos países de velha civilização, o trabalhador é, apesar de livre, dependente do capitalista em virtude de uma lei natural(!); nas colônias, essa dependência deve ser criada por meios artificiais.”*²²³⁵

Esses ‘meios artificiais’ adotaram formas diversas. Marx referia-se explicitamente aos que foram empregados para transformar a colonização livre em colonização sistemática, no período pós-emancipação. Contudo o sistema escravista era também visado no mesmo sentido.

“De fato, a inclinação da humanidade trabalhadora a expropriar a si mesma pela maior glória do capital é tão imaginária que, segundo o próprio Wakefield, a riqueza colonial só tem um fundamento natural - a escravidão”. Ele acrescentou ainda: *“Sem a escravidão, o capital teria sido perdido nos estabelecimentos espanhóis ou pelo menos teria sido dividido em pequenas frações do tipo que um indivíduo pode utilizar na sua pequena esfera”.*²²³⁶

Como foi visto acima, Mintz colocou sob outra luz a escravidão, isto é, em relação (em vez de oposição) com outras formas de exploração da força de trabalho. Embora ela fosse *“uma solução tão apropriada para o problema da mão-de-obra na região do Caribe”*, o elenco de soluções encontradas pelo capital para resolver seu problema de mão-de-obra foi maior. *“A história da escravidão no Caribe foi habitualmente marcada pela presença constante de outras formas de exploração da mão-de-obra”*,²²³⁷ dos ameríndios ‘encomendados’ até os assalariados

²²³¹ CHESNEAUX, Jean. *Du passé faisons table rase?* Op. cit., p. 56.

²²³² MARX, K. *Le Capital*, Livre I. Op. cit., p.131.

²²³³ Idem, p.571.

²²³⁴ MINTZ, Sidney W. “Era o Escravo de Plantação...”. Op. cit., p. 100.

²²³⁵ MARX, K. *Le Capital*, Livre I. Op. cit., p.572.

²²³⁶ Idem, p.570.

²²³⁷ MINTZ, Sidney W. “Era o Escravo de Plantação...” Op. cit., p. 101.

que moravam em ambientes peri-urbanos, passando pelos ‘*indentured servants*’, ‘*engagés*’ ou, mais tarde, os trabalhadores sob contrato oriundos da Ásia.

*“Os movimentos de pessoas que permitiram tais mudanças de grande alcance, foram maciços, geralmente coercitivos e se estenderam por séculos. Não acho que existam fenômenos com os quais eles possam ser comparados na história mundial, anterior ou posterior. Aqueles que chegaram acorrentados podiam trazer pouca coisa consigo. As condições sob as quais eles tiveram então de criar e recriar instituições para seu próprio uso, constituíam proações difíceis de imaginar. Naturalmente isto era, em particular, o caso daqueles que chegaram como escravos. A situação era diferente e um pouco melhor para os europeus coagidos ou contratados. Mas não se pode dizer que os irlandeses deportados por Cromwell, os condenados e ‘engagés’, os serventes por dívida e os ‘indentured’ da Grã Bretanha e da França estavam em situação verdadeiramente muito melhor, no que diz respeito ao transporte de grupos de parentesco, normas comunitárias ou cultura material. Tampouco, em todo caso, os chineses que foram enviados a Cuba, os indianos que foram às Guianas e Trindade ou os javaneses que rumaram para Suriname nos séculos posteriores.”*²²³⁸

Em outro artigo,²²³⁹ o Prof. Mintz exemplifica o tratamento desumano ao qual tal mão-de-obra estava sendo submetida, concluindo:

*“O termo **contrato**, utilizado para descrever um documento escrito estabelecendo as condições legais sob as quais tais pessoas estavam ligadas reciprocamente, não tinha quase nenhuma significação no caso destes migrantes”.*

Em seguida, o autor qualifica assim a realidade da relação como “*criminalidade nua que se escondia por trás do termo ‘contrato’.*”²²⁴⁰ Portanto, a idéia pacífica de liberdade das partes, embutida na noção mesma de contrato, não passava de fachada. As taxas espantosas de mortalidade nessa população de homens adultos recrutados pela sua capacidade física, fundamentam, sem contestação, tal opinião. Mintz lembra também outros casos de figura: os trabalhadores ‘livres’ autóctones, nascidos nas plantações (como em Porto Rico) e obrigados a trabalharem em regime forçado “*sob o elegante pretexto que, já que eles não tinham terra, eram ‘vagabundos’.*”²²⁴¹ Pode-se notar, *en passant*, a constância do capital, desde as leis elizabetanas sobre os pobres, em usar deste tipo de argumento/acusação para encobrir o arbitrário da situação. Ele foi retomado pelo patronato e pelas autoridades a respeito de trabalhadores rurais da zona canavieira de Pernambuco, justamente no período pós-abolição.

Em suma, poder-se-ia talvez dizer que a questão da ‘liberdade’ maior ou menor do trabalhador corresponde apenas às necessidades locais do capital para manter sua dominação, evidenciando dosagens diversas de coerção, intimidação, repressão, persuasão e compensações,

²²³⁸ MINTZ, Sidney W. “Aturando substâncias duradouras, testando teorias desafiadoras: a região do Caribe como oikoumenê”. In: MINTZ, Sidney. *O poder amargo do açúcar*. Op. cit., p.67.

²²³⁹ MINTZ, Sidney W. “Labor and Ethnicity: The Caribbean Conjuncture”. In: Tardanico, Richard (Ed), *Crises in the Caribbean Basin, Political Economy of the World System Annuals*, No 9. Newbury Park, CA: Sage Publications, 1987, p. 47-57.

²²⁴⁰ Idem, p. 52.

²²⁴¹ Idem, p. 52.

parecidas às que Silvia Hunold Lara²²⁴² analisou para o Brasil colônia. As diversas formas concretas registradas pelos estudiosos variam, entre outros fatores, de acordo com a época, o sexo, a idade, a função na produção, a proveniência e, portanto, a cultura dos explorados, bem como dos exploradores.²²⁴³ Os meios de coação, inclusive ou mais brutais e evidentes, tiveram uma amplitude de aplicação muito maior e mais constante do que se reconhece geralmente, inclusive na área industrial e nas metrópoles. A coexistência de várias formas de exploração da mão-de-obra nas plantações de cana-de-açúcar²²⁴⁴ era coerente com a situação maior. As maneiras de dobrar a mão-de-obra às necessidades da exploração capitalista, tanto nas metrópoles quanto nos canaviais americanos, adotavam títulos variados, sem por isso perder sua qualificação inicial e dominante. Na economia-mundo, a definição do proletário, “*objetivamente proletário*”, segundo Wallerstein, engloba: “*category which is receiving in all segments of its total income less than the social product it is creating*”.²²⁴⁵ Nesse caso, podem ser contemplados os sucessivos e/ou concomitantes canavieiros que dedicaram suas energias à produção de açúcar destinado aos mercados mundiais. Inclusive os moradores de engenho.

Brecha camponesa e protocampesinato

“Je veux organiser quelques familles dans la condition de petits cultivateurs... La plus grande ressource de l’ouvrier est le travail de la terre au-delà de sa journée de fabrique. Il faut que l’ouvrier dans cette situation cultive assez de terrains pour couvrir une partie de la dépense, acheter une vache, élever un porc. Il y a nécessité de lui donner le pâturage (autre) la fumure et le labourage des terres. Ce serait un grand moyen de moralisation de faire de l’ouvrier manoeuvre un petit cultivateur. Je regarde cette famille comme la base et la souche de l’entreprise.”

Émile Martin, Industrial, fundador da metalúrgica de Fourchambault²²⁴⁶

Mintz, “o maior especialista do tema”²²⁴⁷ da atividade comercial dos escravos, como o designa Ciro Flamarion Cardoso, aborda outro aspecto pertinente da vida nos engenhos. Uma análise das atividades produtivas dos escravos fora dos canaviais propriamente ditos pode

²²⁴² LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

²²⁴³ Aspecto incluído na proposta de sistematização da análise das grandes propriedades agrícolas nas Américas, elaborada por MINTZ, S. W. e WOLF, E. “Fazendas e Plantações na Meso-América e nas Antilhas”. Op. cit.

²²⁴⁴ Os escravos propriamente ditos constituíam apenas uma parte da força de trabalho. “[S]omente em alguns períodos e em algumas colônias a escravidão funcionou, de fato, como a única forma de relação terra/força de trabalho nas plantações. Segundo, as outras formas de exploração da mão-de-obra que acompanharam a escravidão parecem ter, todas elas, incluído diversos graus de coerção, apesar do fato de que, na maioria destes casos, os próprios trabalhadores eram ‘livres’ de acordo com a definição convencional.” MINTZ S.W. “Era o Escravo de Plantação um Proletário?”. Op. cit., p.101-102.

²²⁴⁵ WALLERSTEIN, Immanuel. “Processes of the world-system”. In: HOPKINS, Terence K. and WALLERSTEIN, I. *Processes of the World System*. London: Sage, 1980, p. 170.

²²⁴⁶ Citado in MURAD, Lion e ZYLBERMAN, Patrick. *Le petit travailleur infatigable ou le prolétaire régénéré. Villes-usines, habitat et intimités au XIXe siècle*. Fontenay-sous-bois, Recherches N° 25, 1976, p. 24.

esclarecer a condição dos moradores de engenho que, como seus antepassados, cultivam sítios e roçados com ‘lavoura branca’.

*“Os sistemas escravistas (parece que por natureza) tendiam a eliminar a produção local de mercadorias, a não ser aquelas (açúcar, café, índigo ou outra qualquer) produzidas nas plantações para a exportação. Ademais, os sistemas de plantação também tendiam a eliminar os pequenos produtores que trabalhavam em escala reduzida, como aconteceu inúmeras vezes nas Pequenas Antilhas, enquanto a cana-de-açúcar e a escravidão cresciam.”*²²⁴⁸

De forma muito precisa e esclarecedora, Mintz enfatiza o papel não negligenciável dessa produção para a economia local, fora da plantação, alargando o qualificativo de ‘subsistência’, que muitos autores passados e presentes utilizam para designar esse tipo de produção, com uma condescendência tendente a fortalecer, mais uma vez, a subalternidade de seus agentes.

*“É preciso enfatizar que boa parte do sustento dos escravos era, de fato, produzida pelos próprios escravos e que, em muitos casos, eles também produziam uma boa parte dos produtos consumidos pelas populações livres das sociedades de plantação.”*²²⁴⁹

O eventual “*elemento de compulsão*”²²⁵⁰ presente no início, não elimina a oportunidade oferecida ao trabalhador coagido para exercer suas competências e influir sobre sua existência.

*“Desse modo, os escravos foram capazes de transformar o que havia começado como uma forma coercitiva, numa outra coisa: quando um escravo vendia parte de sua própria produção, isso significava uma ‘brecha radical’”*²²⁵¹ *no modo de produção escravista.”*²²⁵² *“O significado desta preocupação é a prova que oferece de que as atividades mercantis dos escravos eram de fato muito importantes para a economia jamaicana. Esta economia se baseava no sistema de plantação e no trabalho escravo; mas as circunstâncias eram tais, que os escravos puderam fazer uma segunda contribuição valiosa, através dos seus esforços individuais, à acumulação do capital. E os próprios observadores, que duvidavam de que os escravos fossem capazes de aprender mesmo os rudimentos do ensinamento cristão, percebiam sem dúvida a sua capacidade bem humana de criar e empregar riqueza através da cultura e do comércio. Não fossem as habilidades dos escravos, como produtores e distribuidores, e suas necessidades como consumidores, dificilmente poderia ter aparecido na economia jamaicana uma classe numerosa de intermediários, agentes de importação e exportação e vendedores a varejo. A importância das atividades comerciais dos escravos foi reconhecida legalmente nos textos que regulamentavam o comportamento da população cativa.”*²²⁵³

²²⁴⁷ CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravo ou Camponês?* Op. cit., p. 75.

²²⁴⁸ MINTZ, Sidney W. “Era o Escravo de Plantação um Proletário?” Op. cit., p. 131.

²²⁴⁹ Ibidem.

²²⁵⁰ Idem. Op. cit., p. 133.

²²⁵¹ “A expressão é aparentemente devida a T. Lepkowski e aparece no seu *Haiti* (1963). Foi também utilizada por Ciro F.S. Cardoso no seu interessante trabalho “A brecha no sistema escravista” (1977). Mas a idéia de que os escravos do Caribe não deveriam sofrer o confinamento terminológico ao qual alguns estudiosos os têm consignado, é mais antiga: muito antes do século XX, observadores notaram que escravos e fugitivos haviam feito muito para alterar a natureza da própria escravidão e produzir uma realidade que os senhores não haviam nem tencionado nem previsto. Tratei desse assunto mais completamente em *Caribbean Transformation* (1974); “*Toward an Afro-Armerican History*” (1971) e com Richard Price in “*An Anthropological Approach to the Afro-American Past: a Caribbean Perspective*” (1976). Nem Cardoso nem Lepkowski, contudo, encaram essas ‘brechas’ no sistema escravista como requerendo qualquer revisão do conceito de modo de produção escravista. Eu fico um pouco incerto.” Ênfase da autora.

²²⁵² MINTZ, Sidney W. “Era o Escravo de Plantação um Proletário?” Op. cit., p. 135.

²²⁵³ MINTZ, Sidney W. “The Origins of the Jamaican Market System”. In: MINTZ, Sidney W. (Ed.). *Caribbean Transformations*. Op. cit., p. 205, citado em CARDOSO, Ciro Flamarion S.. *Escravo ou Camponês?* Op. cit., p. 76.

Mintz traz o debate para dentro do âmbito da economia-mundo e de sua mistura de modos de exploração: “o desenvolvimento de tais instituições dentro do contexto da escravidão sugere que nossos conceitos de liberdade e falta de liberdade são provavelmente estreitos e extremos demais.”²²⁵⁴ Pois, examinada com mais cuidado e menos preconceito, essa atividade produtiva (que oferece muita oportunidade ao desprezo por ser de localização rural, agrícola, ligada à vida dos escravos e em pequena escala) revela “como os escravos participavam das atividades produtivas não convencionalmente associadas à escravidão ou que não fazem parte do modo de produção escravista.”²²⁵⁵

“Da mesma forma que os escravos não eram completamente encapsulados pelo estado de servitude, aqueles que, tecnicamente livres, labutavam ao seu lado, de fato, não eram completamente desacorrentados.”²²⁵⁶ O contraste entre livres e escravos, quando traçado como Marx o fez, de forma a enfatizar a natureza distinta do capitalismo europeu, não é incorreto, mas extremo e ele não dá conta – nem poderia – de condições históricas específicas em todos os casos. Como Tomich afirmou «enquanto Marx enfatizava a importância da economia mundial capitalista para entender a escravidão no Novo Mundo, ele nunca desenvolveu uma teoria das economias escravistas, e a questão das formas sociais da produção escravista não é sistematicamente tratada no seu trabalho.»²²⁵⁷

A precondição óbvia para a existência dessa brecha camponesa, era a existência de “terra disponível”,²²⁵⁸ o que Mintz e Wolf identificaram como um traço mais acentuado, senão próprio, do modelo da fazenda.²²⁵⁹ Fornecendo alguns serviços, os antigos moradores como os escravos praticavam essa produção de alimentos em terra cedida pelo proprietário, que é qualificada de “pequena”, por John M. Monteiro.²²⁶⁰ Obviamente, sendo seu propósito inicial a auto-subsistência e a produção de “pequenos excedentes que se destinavam aos limitados mercados internos”, ela tem uma feição “caracteristicamente camponesa”. Daí as apelações

²²⁵⁴ MINTZ, Sidney W. “Era o Escravo de Plantação um Proletário?” Op. cit., p. 137.

²²⁵⁵ Ibidem.

²²⁵⁶ “F. H. Cardoso criticando, numa ajuda muito valiosa, uma primeira versão da minha resenha de Wallerstein (Mintz 1977), escreve: «De um lado, não parece que estes novos trabalhadores contratados (‘indentured servants’) da China, Índia ou Java poderiam ser considerados como livres por qualquer pessoa que emitisse um julgamento sensato. Do outro lado, abolição não significava para ninguém a passagem para um sistema tipicamente capitalista a respeito das relações de produção, já que a escravidão foi substituída por arrendamento, meiação e outras combinações, que representam um alto nível de dependência pessoal, inclusive coerção extra-econômica. Acho que isso é um dos casos mais claros da sujeição formal dos tipos de trabalho não-capitalista a um processo claramente capitalista, impedindo, dessa maneira, oportunidades internas para as estruturas pré-existentes, níveis de acumulação e um completo processo histórico – de responder diferentemente às novas influências do mercado mundial... Para mim ... isso revela a necessidade de analisar, em transições desse tipo, as contradições (que provêm da) confluência de forças externas e internas.» (Correspondência pessoal).”

Enquanto concordo inteiramente, acho que essas contradições devem levantar outras questões de natureza teórica sobre as categorias em si (‘proletário’, ‘escravo’) e os adjetivos (‘livre’ e ‘não-livre’) que utilizamos para descrevê-los. As contradições são, ao mesmo tempo, uma causa e uma consequência de circunstâncias específicas e particulares que deveriam afetar a natureza das nossas categorias. São as categorias que são abstratas.”

²²⁵⁷ MINTZ, Sidney W. “Era o Escravo de Plantação um Proletário?” Op. cit., p. 138

²²⁵⁸ Idem, p. 132

²²⁵⁹ MINTZ, Sidney W. e WOLF Eric. “Fazendas e Plantações na Meso-América e nas Antilhas”, Traduction de Caio Augusto Maciel e Christine Rufino Dabat. In: MINTZ, Sidney. *O poder amargo do açúcar*. Op. cit., p. 159.

‘protocampesinato’, ‘brecha camponesa’. No entanto, é preciso enfatizar que ela se situava, não como rival, mas como complemento da grande produção dos canaviais. Segundo a definição de Sidney Mintz,²²⁶¹ ela não deixava de ser intrinsecamente vinculada ao mundo da grande propriedade agroexportadora. A sua própria origem se dava em função das “*necessidades do complexo da plantation*”.²²⁶² O conceito de ‘brecha camponesa’ torna mais sutil e completa nossa percepção do conjunto das atividades, competências e, quiçá, aspirações dos trabalhadores rurais da zona canavieira. Mas ela não muda fundamentalmente sua condição.

*“O conceito de modo depende, como no caso do modo capitalista, da separação do trabalhador dos meios de produção. Quando o escravo produz alimentos para si e sua família, ele acrescenta uma produção para uso direto ao panorama econômico de sua posição estrutural. E quando ele acrescenta a venda de seu próprio produto, ele acrescenta ainda um outro – algo contrário – elemento à realidade da escravidão antilhana. Quando ele compra, com o dinheiro que ele ganha vendendo seus produtos, ele acrescenta mais um elemento de tipo contraditório. E quando – como era o caso nessas sociedades – ele abastece as classes livres dentro da sociedade escravista, isso acrescenta ainda outro tal elemento.”*²²⁶³

No período pós-abolição, a manutenção dos trabalhadores outrora escravizados nos engenhos - os novos moradores - resultou da falta de opções alternativas de emprego e sustento, em razão, de um lado, do monopólio sobre a terra nas mãos da classe dos plantadores, que se lhe garantiram legal e politicamente. Do outro lado, a ausência de oferta de empregos urbanos acessíveis aos trabalhadores rurais sem instrução completou o cerco empregatício que os condenava, na sua maioria, à permanência nos engenhos. Alguns optaram mesmo por ficar na mesma propriedade onde haviam trabalhado como escravos. Da mesma forma, hoje, expulsos para a ponta de rua das cidades, eles continuam, muitas vezes, a trabalhar no mesmo engenho de onde foram expulsos, por simples falta de opção melhor.²²⁶⁴ Nenhuma gratidão para com as famílias latifundiárias (outrora escravocratas) deve ser obrigatoriamente lida no fenômeno antigo, tampouco quanto no mais recente, contrariamente à lenda sustentada pela classe dominante e seus inúmeros descendentes nos aparelhos ideológicos de Estado.

²²⁶⁰ MONTEIRO, John M. “A dimensão histórica do latifúndio”. In: INCAO, Maria Angela D’(Org.). *História e Ideal*. Op. cit., p. 160.

²²⁶¹ MINTZ, Sidney W. “Slavery and the rise of peasantry”, *Historical Reflections VI*, 1979. (1):215-42.

²²⁶² MONTEIRO, John M. “A dimensão histórica do latifúndio”. In: INCAO, Maria Angela D’(Org.). *História e Ideal*. Op. cit., p. 161.

²²⁶³ *Que um modo de produção seja dominante sobre outros modos dentro da mesma formação social; que a coexistência de tais modos deva ser inteiramente esperada e que o conceito de modo de produção não deva ser tencionado nem esperado como sendo idêntico a qualquer realidade concreta particular, são asserções, acredito, geralmente aceitas pelos estudiosos. Mas não me parece ser muito útil tratar exemplos históricos particulares como irrelevantes para nossa compreensão daquilo que compõe e representa o tipo ideal de modo de produção. Nem acho útil procurar explicar enquanto fenômenos ‘de transição’, o que poderia ser erroneamente percebido como exceções, irregularidades ou exemplos singulares. Essa parte da argumentação refere-se, de um lado, às posturas antigas de descrever casos históricos concretos como exemplos de estágios ‘feudais’ ou ‘escravistas’ da evolução sem ligação com os acontecimentos em outras partes do mundo capitalista e, de outro lado, à ignorância desses casos particulares concretos que nos permitem apreender precisamente o que o termo ‘contradição’ significa para compreender melhor como as formações sociais e seus correspondentes modos de produção mudam com o tempo.*

Disponibilizando terra aos canavieiros, embora sob ferozes condições e sem garantia alguma, os empresários asseguraram, após a abolição, a permanência nas plantações de contingentes suficientes para a continuação da atividade açucareira.²²⁶⁵ Só o fizeram enquanto a rede de estradas e os meios de transporte de massa não permitiram deslocamentos pendulares eficientes para sua atividade agrícola. A perda dos sítios, acentuada com o Proálcool, e quase consumada ou completamente transformada em outros sistemas,²²⁶⁶ deixou uma carência marcada no abastecimento dos mercados regionais, apenas compensada recentemente por produtos distribuídos via Ceasa, eventualmente oriundos de regiões e Estados longínquos. Isso é devido, sobretudo, à massa dos efetivos de trabalhadores rurais que, até data mais ou menos recente, de acordo com sua sub-região de origem, dispunham de terra para plantar.

Cultivar ‘lavoura branca’ em sítios e roçados cedidos pelo proprietário da plantação; criar algumas galinhas ou cabras; vender eventualmente um pouco do excedente na feira ou efetuar trocas de produtos com os vizinhos, entretanto, não faz mudar de condição os moradores de engenho mais do que seus conterrâneos e contemporâneos empregados na indústria têxtil em Camaragibe ou Paulista.²²⁶⁷ Os padrões modernos da indústria mineira²²⁶⁸ e têxtil consideravam que ceder uma casa com quintal permitia manter os operários mais disponíveis, submissos²²⁶⁹ e – esperavam – apegados à empresa, sem que isso modificasse sua condição proletária. Os moradores de engenho dispunham de instalações similares, o que tampouco afetou seu estatuto enquanto trabalhadores assalariados.

Ademais, o poder dos proprietários sobre os moradores pelo fato deles morarem na plantação, as múltiplas proibições, intimidações, violências impunes, a ausência do Estado, traços atribuídos a um caráter ora ‘feudal’, ora simplesmente ‘atrasado’ das plantações, herança vergonhosa do passado escravista (explicado/desculpado pelo clima tropical), são encontrados em lugares que nenhum estudioso designou de outra forma a não ser o mais avançado, técnica e socialmente, de seu tempo: as cidades industriais/mineiras do tipo chamado em inglês de *Company Town*. No Creusot, ou em Monceau-les-Mines, ou em Camaragibe, seguindo recomendações papais,²²⁷⁰ grandes empresários nas indústrias de ponta,²²⁷¹ criaram

²²⁶⁴ DABAT, Christine Rufino. *A situação dos Trabalhadores Rurais de Ponta de Rua*. Op. cit.

²²⁶⁵ MINTZ, Sidney W. “Era o Escravo de Plantação um Proletário?” Op. cit., p. 128, e MINTZ, Sidney W. e WOLF, Eric. “Fazendas e Plantações na Meso-América e nas Antilhas”. Op. cit. p. 175.

²²⁶⁶ Como plantações de inhame na Mata Norte.

²²⁶⁷ LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zéro, 1988.

²²⁶⁸ MURAD, Lion & ZYLBERMAN, Patrick. *Le petit travailleur infatigable ou le prolétaire régénéré*. Op. cit.

²²⁶⁹ Há uma intenção de domesticação na organização não só do espaço de habitação, com jardim, que deve servir de horta, mas também de treinamento e controle do comportamento. Ver JOSEPH, Isaac & Philippe FRITSCH. *Disciplines à domicile*. RECHERCHES N° 28, Paris, 1977.

²²⁷⁰ Seguindo essencialmente a Encíclica *Rerum Novarum*.

estabelecimentos onde inquestionáveis proletários eram submetidos a «um *tratamento peculiar* [pois, a cidade] permanece, na *classificação administrativa*, como uma variedade a parte. Não é 'chef-lieu de canton', não tem juizado da paz, nem destacamento de 'gendarmerie'.»” Em suma “«A fábrica é o município; ambos obedecem à mesma mão e floresceram com isso.»”²²⁷²

Nem a posição na organização mundial da produção capitalista, nem a questão da liberdade, tampouco o acesso à terra ou a sujeição a uma exterritorialidade civil, por assim dizer, às mãos do capital transmutaram a condição essencial do canavieiro envolvido na relação de morada, para a de proletário.

Uma questão de “construção mental”²²⁷³

Mintz não responde afirmativamente à pergunta colocada no título do seu artigo “Era o escravo de plantação um proletário?”:

“Como os proletários, os escravos foram separados dos meios de produção (instrumentos, terra etc...) Mas os proletários podem exercer alguma influência sobre onde eles trabalham, quanto eles trabalham, para quem eles trabalham e o que eles fazem com seus ganhos. Baixo as mesmas condições, eles podem até ter um certo grau de influência. Naturalmente, os escravos também podem ter alguma liberdade e manobra, dependendo da natureza do sistema no qual eles vivem. No entanto, pelo fato que eles eram escravos possuídos como bens - ou seja propriedade - no Novo Mundo durante o período no qual as plantações operavam com intensidade fabril, eles só podiam exercer sua vontade nos interstícios do sistema. Escravos e trabalhadores forçados, diferentemente dos trabalhadores livres, não têm nada para vender,²²⁷⁴ nem mesmo sua força de trabalho: no lugar disso, eles mesmos têm sido comprados e vendidos e comercializados. No entanto, da mesma forma que os proletários, eles entram em contraste dramático frente aos servos do feudalismo europeu e não têm propriedade.”²²⁷⁵

Todavia, ele sugere o abandono da visão antagônica - restritiva - dos diversos grupos de trabalhadores sob o jugo do capital e destaca as condições concretas de sua vida. Incluindo no escopo tanto os produtores quanto os consumidores de açúcar, Mintz conclui da seguinte forma:

“Estas duas grandes massas de trabalhadores tinham histórias notavelmente diferentes, e as formas de exploração da mão-de-obra que eles incarnavam, durante a maior parte do período de 380 anos que nos interessa aqui, evoluía em diferentes partes do mundo. Ao mesmo tempo, suas funções econômicas no sistema comercial mundial, particularmente da metade do século XVII até a metade do século XIX acavalavam-se e eram mesmo interdependentes. A ligação entre os escravos do Caribe e os trabalhadores livres europeus era uma ligação de produção e portanto também de consumo, criada pelo sistema único do qual ambos eram parte. Nenhum destes dois grupos tinha muito que oferecer além da sua força de trabalho. Ambos produziam; ambos consumiam pouco daquilo que produziam. Ambos tinham sido despojados de seus instrumentos de trabalho. Na visão de algumas autoridades, eles realmente formam um grupo, sua diferença residindo apenas na maneira como eles cabiam na divisão do trabalho que outros criavam para eles.”²²⁷⁶

²²⁷¹ Há exemplos recentes em setores eletrônicos e informáticos, inclusive nos Estados Unidos, país normalmente considerado como tendo menor tradição em preocupações patronais com o bem-estar de seus trabalhadores.

²²⁷² Idem, p. 27.

²²⁷³ MINTZ, Sidney W. e WOLF, Eric. “Fazendas e Plantações na Meso-América e nas Antilhas”. Op. cit. p. 187.

²²⁷⁴ Ciro F.S. Cardoso, por exemplo, mostra a importância da “brecha camponesa” (In: *Escravo ou Camponês?* Op. cit.) que Mintz realça também (In: “Was the Plantation Slave a Proletarian?” Op. cit.)

²²⁷⁵ MINTZ S.W. *Sweetness and Power*. Op. cit., p.57.

²²⁷⁶ Idem p.57-58.

Tentando apenas considerar a situação da mão-de-obra nos engenhos sob o ângulo proposto por Mintz e Wallerstein, não se pretende negar quaisquer especificidades, características e até singularidades das diversas categorias; pelo contrário, os dois grupos (os trabalhadores europeus de um lado, os africanos e ameríndios coagidos do outro) têm “*histórias diferentes*”. Mais ainda, cada grupo comporta várias sub-categorias. Esta diversidade deve ser realçada, levando em conta parâmetros adicionais, inclusive o sexo e a raça, etc.

*“Em outros termos, não é analiticamente de muita utilidade definir o ‘proletário’ nem o ‘escravo’ isoladamente já que ambas estas vastas categorias de trabalhadores estavam de fato intimamente ligadas pela economia mundial que tinha gerado ambas na sua forma moderna. Não tenho tentado aqui assimilar nenhuma destas categorias a outras, mas sugerir por que uma abordagem puramente baseada em definições deixa alguma coisa a desejar. Não vou tentar emendar com um tema correlato - as ligações econômicas específicas entre os proletários europeus e os escravos do Caribe através do produto do seu trabalho - que merece um tratamento próprio, separado e detalhado. Mas poderia ser apropriado concluir sugerindo que tanto as similitudes quanto as diferenças entre estas categorias abstratas tornar-se-ão muito mais lípidas uma vez essas ligações completamente expostas.”*²²⁷⁷

O que se pode tentar é, na base da multiplicação dos estudos detalhados, corrigir o que grandes generalizações abstratas poderiam ter de arbitrário e excludente. As variáveis em questão aqui dizem respeito aos métodos utilizados pelo capital para sujeitar a força de trabalho. Eles se multiplicaram no tempo e no espaço, da intervenção violenta até a convicção internalizada pelo próprio trabalhador de que ele deve mesmo se deixar explorar.²²⁷⁸ Marx considerou essa passagem da coação física, militar, ao auto-disciplinamento do proletário atual, como sendo um efeito do progresso, no sentido mais geral do caminhar da humanidade rumo a uma sociedade comunista universal. Muitos autores qualificam de ‘atrasadas’ as formas de exploração da mão-de-obra mais próximas da vertente da força bruta. Isso veiculou mais uma conotação de subalternidade na abordagem da história dos trabalhadores do açúcar, até hoje vítimas de violências patronais ilegais, mas impunes. Outros aspectos (técnicas estáticas por longos períodos, referencial cultural heterogêneo etc.) contribuem também para que a empresa que emprega mão-de-obra forçada apresente o que Banaji denomina “*imagens contraditórias*.”²²⁷⁹ Daí, talvez, as tendências ao reducionismo que afetaram a forma como foram vistos os moradores de engenho.

Tratando-se da força de trabalho, da definição de seu estatuto e, conseqüentemente, do modo de produção em questão, Mintz lembra que o objetivo fundamental de Marx, quando ele descreveu o proletário, não era de opô-lo antiteticamente ao escravo “*de maneira a dotar estes*

²²⁷⁷ MINTZ, S.W. “Era o Escravo de Plantação um Proletário?” Op. cit., p.115.

²²⁷⁸ “Não basta que de um lado se apresentem as condições materiais do trabalho sob forma de capital e do outro homens que não têm nada a vender além de sua potência de trabalho. Basta tampouco que estes sejam coagidos pela força a vender-se voluntariamente. No progresso da produção capitalista forma-se uma classe cada vez mais numerosa de trabalhadores que, graças à educação, à tradição, ao costume, sofrem as exigências do regime tão espontaneamente quanto a mudança das estações.” MARX K. *Le capital*, Livre I. Op. cit., p.546.

²²⁷⁹ Citado por MINTZ, S.W. *Sweetness and Power*. Op. cit., p.60.

termos de definição e que poderiam tornar-se verdades eternas.”²²⁸⁰ O eixo principal da definição, o traço básico do capitalismo é “*a separação radical do produtor dos meios de produção*”.²²⁸¹ Expropriação, diz Marx “*escrita nos anais da humanidade com letras de sangue e de fogo indeléveis*”.²²⁸² Ou seja tanto “*os atos de roubo, as atrocidades, os sofrimentos que, desde o último terço do século XV até o fim do século XVIII constituem o acompanhamento da expropriação violenta dos cultivadores*”²²⁸³ europeus. No Velho Continente, Marx especifica: “*Não é a abolição da servidão mas a abolição do direito à terra que ela proporcionava aos cultivadores que tornou-os proletários.*”²²⁸⁴

Será que não se poderia dizer a mesma coisa dos ameríndios e africanos, raptados e obrigados a trabalharem nos engenhos de açúcar? A violência sofrida, tanto no processo de expropriação quanto de exploração, é comum. A escala é maior. Pois não houve expropriação mais absoluta, duradoura e mais violenta do que aquela sofrida pelos agricultores africanos roubados e transportados, assim como seus colegas ameríndios, privados de sua terra e escravizados. Não precisa procurar outro paralelo às ‘enclosures’ européias, aliás exatamente contemporâneas. Nem mesmo a expulsão recente dos moradores de engenho de seus sítios e roçados. Pois, além de obscurecer a grande expropriação inicial, seminal para o capitalismo em escala de economia-mundo, essa assimilação da contemporaneidade dos canavieiros, moradores de engenho jogados às pontas-de-rua, com um tempo longínquo da Europa, contribui, mais uma vez, para afirmar uma assincronia desvalorizante (atrasada) para a história da região e de sua população. Marx denunciava “*um terrorismo grotesco, pelo chicote, a marcagem com ferro, a tortura e a escravidão.*”²²⁸⁵ A escala desta violência foi e é mundial, como o sistema com o

“*entrelaço de todos os povos na rede do mercado universal.*”²²⁸⁶ Como diz Marx: “*A expropriação dos produtores imediatos executa-se com um vandalismo desumano aguçado pelos motivos mais vergonhosos, as paixões mais sórdidas e mais execráveis na sua mesquinhez.*”²²⁸⁷

Isto ocorre independentemente de latitudes e longitudes. Aí está a grande separação do produtor dos meios de produção reduzindo essas populações à regra capitalista. Sobressai a inexorabilidade da expropriação dos produtores: da terra que ocupavam, do produto de seu trabalho, de sua força criativa e, até mesmo, de sua própria pessoa.

²²⁸⁰ MINTZ, S.W. “Era o Escravo de Plantação um Proletário?” Op. cit., p.99.

²²⁸¹ MARX, K. *Le Capital*, Livre I. Op. cit., p.528.

²²⁸² Idem, p.529.

²²⁸³ Idem, p.538.

²²⁸⁴ Idem, p.689.

²²⁸⁵ Idem, p.545-46.

²²⁸⁶ Idem, p.566.

²²⁸⁷ Ibidem.

Mintz e Wallerstein, seguindo Marx, não assimilam as categorias de escravo e proletário.²²⁸⁸ Mas, partindo de situações históricas concretas - e não de definições de cunho mais abstrato e teórico - eles ampliam o elenco das situações vividas pelos trabalhadores, evidenciando a violência e o aspecto coercitivo do sistema capitalista, qualquer que seja o lugar geográfico onde ele reina ou a origem étnica e o estatuto formal das pessoas exploradas. Como o sublinha Mintz, não há necessidade imperativa de fixar e opor categorias de forma absoluta; melhor ainda, Marx fez questão de frisar o perigo que ameaça quem se detiver exageradamente em definições abstratas de categorias econômicas. Criticando “*a dialética de Mr Proudhon*”, ele explica que “*as relações econômicas vistas sob a forma de categorias*” não são, como o defende o autor francês, “*fórmulas eternas que não têm origem nem progresso*”, mas que são “*produtos históricos e transitórios*”.²²⁸⁹ Afinal, diz Mintz ecoando Marx, são “*as categorias que são abstratas*”!²²⁹⁰

Formatado

Formatado

Formatado

Formatado

Formatado

²²⁸⁸ “Não quero sugerir com estas citações que acredito que possa ser abandonada a fundamental diferença econômica entre os escravos das plantações do Caribe e os proletários das fábricas européias, pelo simples recurso de apelar para o tema da economia mundial global... não é de muita utilidade definir “proletário” nem “escravo” isoladamente, já que ambas essas vastas categorias de trabalhadores estavam, de fato, intimamente ligadas pela economia mundial, que havia gerado ambas na sua forma moderna. Não tentei aqui assimilar nenhuma dessas categorias a outras, mas sugerir por que uma abordagem puramente baseada em definições deixa alguma coisa a desejar.” MINTZ, Sidney W. “Era o Escravo de Plantação um Proletário?” Op. cit., p. 139.

²²⁸⁹ MARX, K. e ENGELS F. *L'idéologie allemande*. Op. cit., p.247.

²²⁹⁰ MINTZ, Sidney W. “Was the Plantation Slave a Proletarian?” Op. cit., n.31, p.97.

**IV. A ‘MORADA’
NA EXPERIÊNCIA DOS MORADORES**

“Il y faudrait des heures, des saisons entières, l'éternité du récit, pour à peu près en [Buchenwald] rendre compte. Il y aura des survivants, certes. Moi, par exemple. Me voici survivant de service, opportunément apparu devant ces trois officiers d'une mission alliée pour leur raconter la fumée du crématoire, l'odeur de chair brûlée sur l'Ettersberg, les appels sous la neige, les corvées meurtrières, l'épuisement de la vie, l'espoir inépuisable, la sauvagerie de l'animal humain, la grandeur de l'homme, la nudité fraternelle et dévastée du regard des copains.

Mais, peut-on raconter? Le pourra-t-on? Le doute me vient dès ce premier instant.

Nous sommes le 12 avril 1945, le lendemain de la libération de Buchenwald. L'histoire est fraîche, en somme. Nul besoin d'un effort de mémoire particulier. Nul besoin non plus d'une documentation digne de foi, vérifiée. C'est encore au présent, la mort. Ça se passe sous nos yeux, il suffit de regarder. Ils continuent de mourir par centaines, les affamés du Petit Camp, les Juifs rescapés d'Auschwitz.

Il n'y a qu'à se laisser aller. La réalité est là, disponible. La parole aussi.

Pourtant, un doute me vient sur la possibilité de raconter. Non pas que l'expérience vécue soit indicible. Elle a été invivable, ce qui est tout autre chose, on le comprendra aisément. Autre chose qui ne concerne pas la forme d'un récit possible, mais sa substance. Non pas son articulation, mais sa densité. Ne parviendront à cette substance, à cette densité transparente que ceux qui sauront faire de leur témoignage un objet artistique, un espace de création. Ou de recreation. Seul l'artifice d'un récit maîtrisé parviendra à transmettre partiellement la vérité du témoignage. Mais ceci n'a rien d'exceptionnel; il en arrive ainsi de toutes les grandes expériences historiques.”

Jorge Semprun²²⁹¹

Como a literatura e a academia, os trabalhadores têm também sua visão da ‘morada’, que concordaram em confiar-me em entrevistas.²²⁹² Tentarei apresentar seu testemunho sobre os diversos aspectos da vida que levaram enquanto moradores de engenho e seu julgamento sobre as mudanças que surgiram nos últimos decênios, como o fim da ‘morada’ e a expulsão dos trabalhadores rurais dos engenhos. Seu ponto de vista deve complementar as interpretações dos autores citados, realçando uma experiência de vida peculiar, sobretudo em termos de classe.

A análise dos depoimentos apresentados a seguir confirma o caráter extremamente miserável de suas condições de vida: habitações, condições sanitárias e alimentares, sobretudo. Desmentem-se as conotações quase bucólicas induzidas nas visões tradicionais da ‘morada’, na sua avaliação geral, tanto quanto em elementos isolados. Numerosas vozes de testemunhos eventuais confirmam seu relato: os salários eram extremamente baixos, aquém do mínimo vital; as condições de vida desumanas; a falta de acesso a serviços médicos; inexistência de escolas; o clima extremamente violento no ambiente de trabalho; a falta absoluta de recurso frente à

²²⁹¹ SEMPRUN, Jorge. *L'écriture ou la vie*. Paris: Gallimard, 1994, p. 22-23.

²²⁹² Ver lista dos entrevistados em anexo. Eles são oriundos de toda a zona canavieira e foram entrevistados nos seus municípios de residência, no seu domicílio ou no Sindicato local.

injustiça, ao poder discricionário dos empregadores, assegurados da cumplicidade de classe das autoridades públicas; da ausência, enfim, de perspectivas de melhoria de sua sorte, salvo mudanças radicais na sociedade.

A “lei do silêncio”

“On n’a pas souvent l’occasion d’entendre «ceux qui n’ont pas d’histoire».” Philippe Joutard²²⁹³

“Tout être humain est entouré d’une sphère invisible dont la dimension peut varier selon les différentes directions et les différentes personnes auxquelles on s’adresse: nul ne peut y pénétrer sans détruire le sentiment que l’individu a de sa valeur personnelle. L’honneur établit un territoire de ce genre autour de l’homme” G. Simmel²²⁹⁴

Paulo Freire já falou do silêncio reinando na zona canavieira. Rompendo-o, no clima de confiança permitido pelo meio sindical, os trabalhadores entrevistados confiaram-nos muitas informações, algumas pessoais, de cunho quase íntimo, sejam elas experiências, opiniões ou aspirações. A extrema diversidade dos estilos é complementada por uma boa vontade geral de contribuir para um projeto que lhes fora explicado de antemão. Eles se dispuseram a prestar esclarecimentos sobre uma vivência passada, num exercício eventualmente doloroso. No entanto, suas falas são, muitas vezes, impregnadas de humor, brincadeiras. Eles usam de uma linguagem precisa, concreta, com expressões próprias a seu ofício, mas recorrem com prazer à metáfora. Certas formas lingüísticas manifestam ênfases distintas, informam além das palavras. A repetição ou a resposta escalada, à procura de maior precisão, ocorrem em quase todas as entrevistas. De forma geral, eles manifestam um extremo pudor temático, impondo delicadamente respeito às incursões dos entrevistadores. Demonstram exímio cuidado na escolha dos termos, na forma de dizer. Sua cortesia é sem par. “*Com licença da palavra*” para falar de porcos ou outro assunto absolutamente banal, é uma expressão freqüente de delicadeza. Eles não se recusam, entretanto, a respostas percuntantes, quando for preciso. O que tem que ser dito o é. Mas a maneira de se expressar lança mão, às vezes, de recursos indiretos. O “understatement” por exemplo, uma forma genérica de falar, que indicam sem descrever, aparecem em assuntos particularmente penosos, como os casos de violência.

Com delicadeza e precisão, os entrevistados conduzem seu testemunho, guiados pelas perguntas genéricas e ocasionais pedidos de precisão:²²⁹⁵ não elaboram sobre um assunto que estimam concluído; não avançam no que não desejam tocar. Sua expressão pode ser muito alusiva, mas não indecisa ou imprecisa. Se se tentar “*emprestar-lhes*” palavras ou respostas, eles podem aceitar a sugestão; mas geralmente esquivam uma negação que seria brutal ou mal-

²²⁹³ JOUTARD, Philippe. *Les camisards*. Paris: Gallimard [1974] 1994, p. 13.

²²⁹⁴ *Secret et sociétés secrètes*. Paris: Ed. Circé, 1991.p. 26.

²²⁹⁵ Ver o roteiro de entrevista em anexo.

educada, para retorquir com distinção cortês, fornecendo detalhes e explicações que permitem retificar o sentido dado à resposta, porém sem ser indelicado com o entrevistador. Também sua abordagem de dados assuntos revela ângulos esclarecedores. Às vezes, começam por ou se contentam de aspectos peculiares que fornecem pistas sobre o aspecto vivido das situações, das dificuldades enfrentadas. Corrigem assim as categorias simplistas que o acadêmico elaborava para cartesianamente recortar a realidade estudada. Embora se dessem conta da ignorância dos entrevistadores, raros são aqueles que a questionem, sempre com a boa intenção de esclarecer. Com elegância, eles afirmam seu ponto sem contradizer frontalmente, embora sem vacilar quanto ao sentido da resposta. Antes de responder o óbvio, eles deixam que o entrevistador se manifeste, como se fosse rude demais impor de imediato uma imagem da miséria ou da violência que sofreram, e precisasse acompanhá-lo aos poucos no que lembra irresistivelmente uma descida aos infernos.

As entrevistas, conduzidas por membros do MSTR, ocorreram às vezes como um diálogo ritmado pela afirmação por parte do entrevistado, e sua retomada eventual, mas espontânea, *ipsis letteris* pelo interlocutor. Surgiu como uma forma de se estabelecer juntos dentro do fato mencionado. Isso providenciou algum conforto num exercício repleto de armadilhas emocionais próprias ao assunto mesmo, pois reiterava, a cada passo, a afirmação da não-violência na entrevista.²²⁹⁶ Ademais, espelhando a resposta do trabalhador a dada pergunta, o entrevistador tomava uma medida de precaução, no sentido de se assegurar que tinha compreendido corretamente a resposta. Isso dava tempo ao entrevistado de emendar com outro assunto, ou voltar ao mesmo com um aspecto suplementar, uma precisão, um detalhe. Retomada diversas vezes, podia significar o fim da disposição do trabalhador a tratar de dado assunto, porque não queria ou porque o achava esgotado, uma forma afável de encerrá-lo. Às vezes, a repetição, quase ritualizada, oferecia, ao contrário, uma rara oportunidade de entender uma alusão, por vezes tão discreta, numa palavra, num silêncio, que poderia passar despercebida. Pois, a linguagem dos trabalhadores pode ser muito elíptica, o que foi já confundido com simplista por certos analistas superficiais e preconceituosos.²²⁹⁷ Sem dúvida, em virtude do que Paulo Freire já observara, um clima de repressão tão absoluto por tanto tempo que afetou a

²²⁹⁶ Ver a sanção de Bourdieu, evocada na parte I. Elementos metodológicos.

²²⁹⁷ “Existe uma certa tendência a generalidades, no Brasil, em estudos sobre o viver no campo. A partir deles, cria-se uma imagem do homem rural relacionada à inabilidade em lidar com o “moderno” que, por extensão, justificaria sua inadequação à sociedade urbana. Todo o argumento mostra-se mediatizado pela eloquência da equivocada compreensão de uma “inferioridade intelectual” do agricultor brasileiro, num sentido geral que o bestializa. Nessas pesquisas, a expressividade das relações com a natureza adquire o estatuto de simplicidade e dá margem a interpretações que congelam a dinâmica de costumes, hábitos e valores rurais. Assim, reduzem os diferentes significados da vida nas roças, à compreensão nostálgica de uma realidade extinta ou fadada ao desaparecimento, cuja demanda central radicaliza-se na necessária conservação, muitas vezes teatralizada, de algumas de suas dimensões mais expressivas.” SANTANA, Charles d’Almeida. “Trabalhadores Rurais do Recôncavo Baiano: memórias e linguagens”. *Proj. História*. São Paulo (16), fev. 1998, p. 193.

própria forma de expressão. Tal diagnóstico pode ser confirmado ao observar que bom número dos trabalhadores mas loquazes são originariamente do Agreste.²²⁹⁸ O movimento social dos trabalhadores rurais, como as Ligas Camponesas e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, foi obviamente uma revolução no sentido da liberação da palavra, do dizer. Embora o golpe militar e a repressão tivessem consideravelmente tolhido essa conquista, no entanto, o fato dos sindicatos permanecerem atuando constituiu um reconhecimento do direito de falar desses direitos finalmente conquistados, que abriam, de certo modo, o campo do trabalho à legitimidade da formulação de reivindicações, queixas etc... Essa foi talvez a primeira etapa, depois da abolição, no longo caminho rumo à cidadania para os trabalhadores rurais da zona canavieira de Pernambuco. O sindicato era o lugar próprio para falar, essa autorização soando como um convite ao estatuto de cidadão, definido como aquele que pode expressar sua opinião e defendê-la para que afete a vida de todos, via assentimento coletivo. Não obstante, essa liberdade de expressão era muito incipiente e comedida, pois a discussão com o cabo ou administrador permaneciam instâncias de perigo físico, até mesmo de morte.

Os trabalhadores fazem mostra de grande humildade nos seus depoimentos. Muitos expressam reticências: *“era o que eu sei contar dos tempos atrás, é isso mesmo”*; *“até onde eu sei”*. Rigorosamente se recusam a falar do que eles não testemunharam ou ouviram falar por pessoas próximas: *“não alcancei”*. Alguns são explícitos quanto às falhas de sua memória: *“Eu tou esquecido”*, *“Não me lembro mais”*. Honrosamente afirmam: *“Não vou mentir”*.

Nos três capítulos dessa quarta parte, serão tratadas as condições de vida das famílias dos trabalhadores rurais, resvelando o seu percurso pessoal, desde criança, na medida em que coincide cronologicamente com o auge da ‘morada’. Em seguida, serão abordadas as relações de trabalho, no que diz respeito tanto ao emprego assalariado, quanto ao cultivo de lotes de terra cedida pelos empregadores, roçados e sítios, que ocupam um lugar de destaque na tipificação das relações de ‘morada’. Enfim, serão expostas dimensões da existência dos trabalhadores rurais nas suas relações com os empregadores e com o Estado, no sentido da cidadania: liberdades de expressão, deslocamento, reunião e associação; violências patronais; lutas e organizações de defesa da categoria profissional.

²²⁹⁸ Como José Honório da Silva, por exemplo.

IV. 1. CONDIÇÕES DE VIDA DOS TRABALHADORES RURAIS NA ÉPOCA DA ‘MORADA’

“Incivilizada é a situação de toda a população rural na área da cana, onde prevalecem a esquistosomose e toda sorte de verminoses. Já os bispos paulistas consideraram a situação dos trabalhadores rurais «infra-humanas». «Merecem o nome de casas – dizem eles – os casebres em que moram? É alimento a comida de que dispõem? Pode-se chamar roupas os trapos com que se vestem? Pode-se chamar vida a situação em que vegetam, sem saúde, sem anseios, sem visão, sem ideais?»²²⁹⁹

A vida dos trabalhadores rurais e de suas famílias, nos seus aspectos mais prosaicos porém essenciais, foram evocados na literatura como locus dos traços supostamente benéficos da ‘morada’, particularmente em termos de conforto rústico mas seguro, de tranquilidade no assentamento em casa e terra cedidas, espalhadas pelas áreas marginais da plantação, evocando um cenário algo bucólico e uma proximidade ou mesmo afetividade nas relações pessoais entre empregadores e empregados.

Paradoxalmente, essas mesmas condições de vida e de trabalho das populações trabalhadoras rurais na cana foram genérica e repetidamente qualificadas como pobres ou mesmo miseráveis, chocando todos os observadores estranhos à região e mencionadas episódica e nada filantropicamente pelos maiores defensores da classe dos plantadores. Gileno Dé Carli, so para citar um exemplo ilustre, em inquérito com “86 trabalhadores de varias usinas, apurou consideráveis déficits nos orçamentos familiares.”²³⁰⁰ A literatura acadêmica se contentava geralmente com considerações concisas a respeito. Com a exceção de obras notáveis,²³⁰¹ talvez o pudor tenha ditado uma relativa brevidade na descrição dessas circunstâncias em que se desdobrava a existência de centenas de milhares de pessoas.²³⁰² Apenas breves considerações

²²⁹⁹ “Incivilização”. Anibal Fernandez. *DP*, 18.01.61, p. 4.

²³⁰⁰ In: TORRES, Vasconcelos. *Condições de Vida do Trabalhador na Agroindústria do Açúcar*. Op. cit., p. 228. A própria publicação dessa pesquisa, pelo IAA, é significativa de certo reconhecimento da gravidade do problema. O que é, no entanto, surpreendente, e muito peculiar à atividade canavieira no Brasil, é que a classe exploradora admite – raramente – mais claramente, com candura notável, as míseras condições às quais condena sua força de trabalho, sem assumir a menor parcela de responsabilidade. Pois, a chave de todas as suas explicações é o preço do produto, que, em virtude da posição ultra-protetionista do Estado brasileiro a esse setor, é determinado por esse último. Daí o despudor de muitos textos e declarações públicas, tanto dos usineiros quanto dos fornecedores, a respeito das condições de vida de seus empregados, particularmente agrícolas, tomados como praticamente um recurso natural; apenas serve de argumento – talvez como a seca em outras regiões – para apoiar suas exigências em estritos termos de classe.

²³⁰¹ Ver as obras de Manuel Correia, entre as quais *A Terra e o Homem do Nordeste*. Op. cit. TORRES, Vasconcelos. *Condições de Vida do Trabalhador na Agroindústria do Açúcar*. Op. cit. Entre as pesquisas mais notáveis, o levantamento: GONÇALVES, Fernando Antônio. “Condições de Vida do Trabalhador Rural na Zona da Mata de Pernambuco”. Op. cit., p. 117-173.

²³⁰² AZEVEDO, Carlos Alberto. *et al.*. *Situação sócioeconômica em Áreas da Zona Canavieira de Pernambuco e Alagoas*. Op. cit. FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO, SINDICATO DA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR NO ESTADO DE PERNAMBUCO/DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA E INFORMÁTICA. *Pesquisa “condições de vida do trabalhador assalariado permanente das usinas de açúcar e do trabalhador urbano de Recife -*

mencionavam consequências dessa situação: baixa estatura, morbidade, mortalidade infantil, curta expectativa de vida. Certos textos de tendência nitidamente evolucionista deixavam transparecer certa hipótese ‘camponesa’ refletindo a idéia subjacente de que, na área rural, circunstâncias gravemente inadequadas apareceriam como ambientes finalmente sofríveis em virtude do atraso essencial do mundo rural. Como se, por se tratar de trabalhadores rurais, de “camponeses”, o desconforto, a fome, a doença, a humilhação contida em todos esses aspectos fossem menos insuportáveis. Algo, nessa postura, lembra inevitavelmente idéias antigas, tão repetidas que ganharam um verniz de obviedade, seja no secular desprezo do ocidente pelo rural (donde o sucesso da proposta feudal), seja na aplicação do progressionismo em escala mundial, com resquícios, às vezes inegáveis, do pensamento eugênico tão presente no século XX. Entre os itens aqui explorados estão a alimentação, a saúde e assistência médica, a moradia e o vestuário, a vida religiosa e o lazer.

IV. 1. 1. MEMÓRIAS DE INFÂNCIA NOS CANAVIAIS

“Só com a entrada em cena do proletariado, o conhecimento da realidade social encontra o seu acabamento com o ponto de vista de classe do proletariado, chega-se a um ponto de vista a partir do qual a totalidade da sociedade se torna visível”

Georg Lukács, *História e Consciência de Classe*

O trabalho das crianças e adolescentes nos canaviais é secular embora ganhasse visibilidade apenas nos últimos anos, com a mudança de atitude da sociedade maior no sentido de uma proteção mais abrangente.²³⁰³ O trabalho das crianças e dos adolescentes, hoje considerado pelas autoridades públicas uma situação humanamente inaceitável,²³⁰⁴ por ser sinônima de crueldade, de barbárie, em suma atraso, não chocava em épocas passadas. Philippe Ariès em *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*,²³⁰⁵ um livro pioneiro, mostrou que o papel atribuído às crianças e aos jovens é fechoado culturalmente e varia de acordo com a época. Mary del Priore o demonstrou no Brasil.²³⁰⁶ Consciente do perigo dos modismos, gostaria de

Pernambuco (Relatório final). Recife: Fundaj, Junho 1980. (Mimeo). BARROS, Henrique Osvaldo Monteiro de. *A caminho da 'rua'*. Op. cit.

²³⁰³ Estudos aprofundados de Tereza Wanderley pelo Centro Josué de Castro permitiram um conhecimento mais detalhado da situação atual na região canavieira. Eles incitaram também a busca de soluções Centro Josué de Castro. *Os Trabalhadores Invisíveis. Crianças e Adolescentes dos Canaviais de Pernambuco*. Recife: CJC, 1993.

²³⁰⁴ A Justiça manifestou-se, de maneira inédita, para impedir a continuação do trabalho infantil, citando o Sindaúcar e a Associação dos Fomecedores de Cana numa liminar assinada pela Juíza Ana Schuller, proibindo-os de contratar “menores de 14 anos, ou maiores de 14 e menores de 18 anos sem que seus direitos trabalhistas sejam respeitados”. “Usineiros admitem menor no canavial”. In: *JC*, 26 de outubro de 1993.

²³⁰⁵ ARIES, Philippe. *L'enfant et la vie familiale sous l'ancien régime*. Paris, Seuil, 1973 [Plon, 1960]. Ver também BADINTER, Elizabeth. *L'amour en plus. Histoire de l'amour maternel (XVII-XXe siècle)*. Paris: Flammarion, 1980; ou ainda *Emilie, Emilie, ou l'ambition féminine au XVIIIe siècle*. Paris: Flammarion, 1983. LEVI Giovanni e SCHMITT, Jean-Claude. *História dos Jovens*. (Vol. 1 e 2). São Paulo: Cia das Letras, 1996.

²³⁰⁶ Num artigo escrito em colaboração com Ana Dourado e Tereza Wanderley, participei dessa obra: “Crianças e adolescentes nos canaviais de Pernambuco”. In: *História das Crianças no Brasil*. Mary del Priore (Org.). São

incluir essa parte das lembranças dos canavieiros entrevistados na medida em que ela constitui a parte primordial de sua experiência e de sua formação e revela uma dimensão característica da organização capitalista da produção canavieira na qual estavam inseridos, segundo Marx:

*“L’accumulation capitaliste ne saurait se passer d’une surpopulation ouvrière... augmenter en apparence le nombre des travailleurs employés en remplaçant une force supérieure et plus chère par plusieurs forces inférieures et à bon marché, l’homme par la femme, l’adulte par l’adolescent et l’enfant, un Yankee par trois Chinois”.*²³⁰⁷

Pois o fato da infância das pessoas entrevistadas ter sido tão universalmente condicionada pela atividade canavieira nas suas modalidades empresariais distintas fornece um exemplo sem par da abrangência com a qual a indústria moldava toda a vida das populações envolvidas.

A precocidade da inserção profissional

Pesquisas e levantamentos em diversas épocas, inclusive os presentes depoimentos, demonstram o quão precoce sempre foi a inserção da mão-de-obra infantil na cultura da cana-de-açúcar. Essas lembranças de infância, tão diversas quanto os testemunhos, pela sua origem geográfica, o estatuto de seus pais, a história familiar, inclusive o acesso ou não a terra para plantar, e a época em que nasceram, manifestam, entretanto, extraordinária homogeneidade. Tentar-se-á alinhavá-los aqui de forma sistematizada, mas sem reprimir o que neles traduz emoção, frustração frente a sonhos não realizados, saudade de pessoas desaparecidas, indignação e tristeza ou até mesmo espírito brincalhão. Surge desse conjunto de narrativas um perfil do trabalho infantil na zona canavieira de Pernambuco segundo os próprios atores sociais, num período que vai grosso modo dos anos 30 aos anos 50, de acordo com a idade dos entrevistados. Como o confirmam outras pesquisas de universo maior, o início do trabalho no eito se situava em volta dos 7 a 8 anos de idade.²³⁰⁸ Outro levantamento confirma que a estréia na palha da cana se dava geralmente antes dos dez anos (47,58%). Com treze anos, 67,05% entre eles já “*pegavam no serviço*” como os adultos, e só 20,05% esperaram a idade legalmente autorizada de 14 anos para entrar no mundo do trabalho.²³⁰⁹ Alguns entrevistados começaram a trabalhar na terra explorada pela família, para depois, “*mais grandinho*”, com 10 ou 12 anos, entrar “*na palha da cana*”. A diferença era marcada na avaliação dos dois tipos de trabalho: ajudar a mãe e o pai na roça era considerado

Paulo: Contexto, 1999, p.407-436. Graças às novas tendências da historiografia, inclusive a Nova História que incorpora as mentalidades como assunto legítimo de estudo, à infância foi finalmente reconhecida uma dimensão histórica. A evolução das normas sociais que definem o lugar da criança e do jovem e as modalidades de sua inserção na sociedade, revelam atitudes e intenções em constante transformação. No caso que nos ocupa, a presença de crianças nos canaviais não é novidade. A indignação expressa na mídia tanto quanto a vontade manifestada pelas autoridades públicas de “erradicar o trabalho infantil”, são fenômenos novos na história da região canavieira, que conduzem também o olhar do historiador para épocas remotas, com a segurança que esse interesse não será mais considerado estranho ao objeto em estudo. Isto é, mais uma vez, um feliz desdobramento na historiografia que, de certo modo, legitima curiosidades outrora devolutas à apêndices e disgressões.

²³⁰⁷ MARX, Karl. *Le capital*. Livre I. Op. cit., p. 463.

²³⁰⁸ Particularmente ARAÚJO, Espedito Rufino de. *O Trator e o 'Burro sem Rabo'*. Op. cit.

²³⁰⁹ DABAT, Christine Rufino. *A situação dos Trabalhadores Rurais de Ponta-de-Rua*. Op. cit.

normal e desejável no sentido, não só do resultado, mas da educação. Aprender a trabalhar era tido como uma etapa indispensável para a formação profissional como moral da pessoa. O ambiente ideal para isso era aquele da família nos seus afazeres agrícolas. No caso da menina, acompanhar a mãe, ajudá-la e ocasionalmente substituí-la pertencia à ordem ‘natural’ das coisas. De qualquer modo, era considerado altamente preferível a atividades rurais remuneradas fora da esfera familiar para as mulheres. Segundo os trabalhadores, um abismo parece separar a atividade na terra cedida, do emprego no eito da cana. Até pelo menos os 14 ou 15 anos para os meninos, sempre para as mulheres, esse ambiente devia ser evitado a todo custo. Em primeiro lugar, pelas terríveis condições de trabalho, no sol, exposto aos perigos inerentes ao ambiente, aquilo que um investigador de polícia chama, no seu relato, de “*inconvenientes como sejam reptis, insetos, formigas que infestem as cana, como ainda o pelo da cana*”.²³¹⁰ Ademais, as dureza dos ritmos de trabalho e a violência patronal imperavam nas relações com os agentes do empregador. Tentava-se sempre impedir que os membros mais vulneráveis da família acompanhassem o pai no eito da cana. Tanto mais assim que, por exemplo, na oportunidade da formação da Cooperativa Agrícola de Tiriri no Cabo, em 1963, os trabalhadores decidiram imediatamente a exclusão das crianças até doze anos do trabalho nos canaviais, embora isto constituísse uma perda em termos de ganho familiar.²³¹¹ Os cooperados pretendiam também excluir as mulheres!

“Trabalhava todo mundo”

Diz Rosendo Vicente de Sales: “*Naquele tempo, trabalhava todo mundo; trabalhava mulher, trabalhava menino.*” A demanda premente em mão-de-obra nas épocas de maior atividade, particularmente na safra, fazia com que fossem recrutados trabalhadores sazonais. Os entrevistados enfatizam, portanto, a universalidade do trabalho agrícola. Todo mundo trabalhava nos engenhos. Eram empresas, não espaços plurais ou áreas de residência. A vida era regida de forma extremamente dura, abrangente e até desumana pelas exigências da produção de cana. A lógica da organização capitalista, ou seja, a vontade de lucro dos empregadores e a rude herança escravista nas relações de trabalho produziam um quadro de exigências e normas inflexíveis no exercício da profissão de canavieiro. Eram aplicáveis a todos os envolvidos no trabalho braçal, independentemente de idade ou sexo. As memórias de infância, como a vivência dos pequenos canavieiros de época mais recente, giravam integralmente em torno de sua função produtiva na atividade canaveira.²³¹² Não apenas porque surgia muito cedo nas suas jovens existências, mas,

²³¹⁰ “Relatório de polícia” datado do 23.12.1959, sobre os engenhos do Sr H. C. em Nazaré da Mata e Paudalho. “Liga Camponesa Nazaré”. SSP 29 182.

²³¹¹ DABAT, Christine Rufino. “Os primórdios da cooperativa de Tiriri”. Op. cit.

²³¹² Esse fato foi evidenciado, por exemplo, na oportunidade do “Primeiro Encontro de Crianças da Palha da Cana”, realizado nos dias 7 e 8 de novembro de 1987, em Jaboatão, do qual participei. Mais de setenta crianças dos

sem dúvida, pela sobredeterminação da atividade produtiva em toda a vida das famílias empregadas no engenho. José Inácio da Silva precisa: *“comecei a trabalhar com sete anos.”* José Francisco da Silva mostra que era a regra geral: *“Menino de 7 anos, 8, tudo trabalhava.”* Circunstâncias familiares penosas podiam contribuir a determinar essa entrada precoce na vida ativa. Severino Antônio do Nascimento conta: *“Ajudava, porque minha mãe meu pai deixou; mas com sete anos, eu ajudava, semeava, ganhava um cruzado pra semear uma conta; cada conta era um cruzado.”*

Trabalho em família

Além da precocidade de sua inserção num mundo do trabalho tão duro, um traço permanente na experiência contada pelos canavieiros era seu aspecto coletivo, familiar. *“Sempre comecei a vida de menino morando com meus pais e enquanto meus pais eram vivos; quando era pivete, sempre trabalhava com eles”*, conta José Honório da Silva. Ajudando seus pais, as crianças eram portanto iniciadas ao trabalho assalariado na companhia de parentes mais próximos. Com efeito, esses adultos se encarregavam das difíceis relações com o empregador e seus prepostos: negociar, na medida do possível e nas condições permitidas pela violência patronal endêmica, a localização, o tipo e a quantidade de trabalho a ser realizado. Em seguida, eles distribuíam entre os membros do grupo familiar as responsabilidades de cada um numa equipe solidária. Na safra como na entressafra, os membros mais novos da família estavam encarregados de tarefas específicas.

“Eu conto porque eu peguei trabalhar com facão de tábua com oito anos, mais meu pai. Peguei trabalhar com facão de tábua com oito anos de idade porque não podia trabalhar com a enxada ainda; eu despalhando a palha na frente e ele atrás limpando, viu. Era em Irana, de Doutor Antônio. E era pra limpar o mato dia de chuva. Ele dizia: «Olhe, o serviço de Dr Antônio é só poriado que eu quero dia de chuva, eu quero ver o mato muchar.» E era pra fazer o serviço do jeito que ele mandava, o que eu sei contar dos tempos atrás, é isso.” Severino Barros Lima.

Na safra, que durava de seis a oito meses por ano, a mais frequente era de juntar e amarrar os feixes de cana, pois o vegetal era, então, cortado cru. Os pedaços sem palha e medidos eram contados e amarrados em feixes regulares de dez pedaços de 1 metro 20 e 10 pedaços de 60 cm. No sistema de corte então vigente, o número de feixes servia de medição da quantidade de trabalho efetuada. A cooperação entre cortadores de cana e amarradores de feixes era fundamental para o bom desempenho produtivo do grupo e a otimização do esforço de cada um. Ajudando o pai, os filhos permitiam-lhe eventualmente cortar mais cana, poupando-lhe a amarração que consumia tempo e melhorando sensivelmente a renda familiar. Os entrevistados

municípios de Jaboatão, Moreno e Vitória de Santo Antão expressaram-se a respeito de seu dia-a-dia por meios de brincadeiras, teatro e desenho. Os adultos presentes ficaram impressionados pela onipresença das dimensões mais opressivas da atividade, em particular da constante ameaça de violência patronal. Ver também as pesquisas realizadas por Teresa Wanderley no Centro Josué de Castro já citadas.

manifestam certo orgulho, relatando sua capacidade, desde pequeno, de contribuir a aumentar a eficiência produtiva da equipe familiar e seu ganho.

“Se fizesse um cem, era a diária. Sempre duzentos feixes, trezentos. Meu pai mesmo, que eu ajudava muito ele, era trezentos feixes, quatrocentos, todo dia”, lembra Amaro Pedro dos Santos. “Com sete anos já amarrava a cana de meu pai. Meu pai cortava cana. Naquele tempo a cana era dez pedaços o feixe. Era cana grossa, era por cento. Amarrava tudo num feixe e tinha os outros com as talinhas soltas. Todo mundo fazia isto. Agora, não ficava uma cana na palha. O cambiteiro tinha que levar.”

A responsabilidade dos meninos não poderia ser menosprezada, pois qualquer erro no tamanho ou número de canas acarretaria uma perda na avaliação global do esforço e eventual desconto no pagamento. Esse cenário constituía potencialmente uma situação de perigo, pois, as violências patronais na zona canavieira eram e ainda são oriundas de controvérsias entre trabalhadores rurais e prepostos da empresa, a respeito de “*assuntos de trabalho*”,²³¹³ particularmente a medida do trabalho realizado pelo cabo. A dimensão familiar da inserção no mundo do trabalho estava diretamente ligada à pressão patronal para aumentar ao extremo essa quantidade de trabalho. Para “tirar a tarefa”, o pai ou a mãe deviam poder contar com ajuda dos demais membros. “*Às vezes o camarada, um pai de família mesmo, tinha 4, 5 filhos, levava prá tirar a tarefa, às vezes tirava a tarefa. Mas [era] tarefa de seis conta e meia, 6 contas e tanto, não era contazinha de um salário só*”, explica Manoel José Alexandre. Sem a ajuda dos filhos, o trabalhador não conseguiria dar cabo de tarefa tão grande e perderia num salário já insuficiente. Confirmação disso pode ser encontrada em relatório policial:

*“Normalmente, para o trabalhador realizar uma ‘conta’ necessita da ajuda de membros da família e somente tem direito à comida quem realizar ‘uma conta’ por dia.”*²³¹⁴

Marx demonstrou como, no sistema capitalista de separação do trabalhador dos meios de produção, o salário do pai corresponderia idealmente à quantia necessária para garantir a reprodução de sua força de trabalho “*inclusive à nível das gerações*”.²³¹⁵ Pois, o chefe de família deveria não só refazer suas próprias forças com o produto de seu esforço, mas também manter sua família e criar filhos, provendo a sociedade da próxima geração de produtores.

*“Les forces de travail que l’usure et la mort viennent enlever au marché doivent être constamment remplacées par un nombre au moins égal. La somme des moyens de subsistance nécessaires à la production de la force de travail comprend donc les moyens de subsistance des remplaçants, c’est-à-dire des enfants des travailleurs, pour que cette singulière race d’échangistes se perpétue sur le marché.”*²³¹⁶

Embora precisasse de mão-de-obra renovada, a economia capitalista não proporcionava os meios indispensáveis para uma reprodução digna da força de trabalho, pois a outra alavanca necessária ao mecanismo de exploração era a subconcorrência operária. No caso aqui estudado,

²³¹³ FETAPE. *Açúcar com gosto de sangue*. Op. cit.

²³¹⁴ Carta do Comando do 3º Distrito Naval, Estado Maior, 2ª seção. Informe do 13.07.1967. “Assunto: situação psico-social”. SSP 806: “A Usina Catende”.

²³¹⁵ Segundo a definição do salário. MARX, Karl. *Le capital*. Livre I. Op. cit.

²³¹⁶ MARX, Karl. *Le capital*. Livre I. Op. cit., p. 133.

a exploração extensiva de toda a mão-de-obra disponível na plantação era garantida por níveis miseráveis de remuneração, bem abaixo do mínimo vital. Assim, cumprir uma tarefa só por dia não garantiria um salário passível de manter uma unidade familiar. Para afugentar a fome e sobreviver, seus membros haveriam de contribuir e participar das tarefas produtivas. Elas se desdobravam em dois grandes conjuntos: na terra cedida, uma produção alimentícia (sob vigilância); no eito, como assalariados da empresa. Ambos eram intrinsecamente solidários e respondiam diretamente à lógica maior da exploração capitalista.

“*Todo mundo que era menino trabalhava.*” diz Generino Luis da Silva. E Amaro Carneiro da Silva complementa: “*Tinha morador que trabalhava a família toda na cana, mas a mulher ficava em casa. Os filhos de 10 anos, de 11, de 15, esses iam puxando seu serviço; um chamava boi, outro botava a cana no arado, outro juntava, era assim.*” Essa cooperação familiar pode ser analisada de diversas maneiras. De um lado, o mais óbvio: retomando as palavras de Marx: “*Jadis, l’ouvrier vendait sa propre force de travail dont il pouvait disposer librement, maintenant il vend femme et enfants; il devient marchand d’esclaves.*”²³¹⁷ Em termos contundentes, enfatiza-se a forma como o capital “*courbe tous les membres de la famille, sans distinction d’âge et de sexe, sous [son] bâton. Le travail forcé par le capital usurpa la place des jeux de l’enfance.*”²³¹⁸ O eito, onde grupos familiares labutavam para a simples sobrevivência, ilustra perfeitamente a constatação de Marx sob outras latitudes. Numa fase de desenvolvimento do capitalismo considerado “selvagem”, a exploração extensiva abarcava todas as forças de trabalho suscetíveis de serem empregadas, impondo-lhes um regime de trabalho de tipo quase penal, para garantir precisamente essa oferta. Pensou-se por muito tempo que essa fase seria universalmente substituída por uma etapa posterior e superior, mais branda para os trabalhadores, esta vigorou por cerca de um século (última metade do século XIX até o final do século XX) pelo menos em certas áreas geográficas centrais, quando lutas operárias conquistaram condições de trabalho convencionadas que impunham limites à exploração (jornada de trabalho, limites etários – inferior e superior – repouso remunerado, licenças doença e maternidade etc.). Atualmente, uma nova fase dita de “flexibilização” ou “liberalização” parece desdizer a visão evolucionista da história das relações de trabalho.²³¹⁹ Outra dimensão da cooperação familiar nos canaviais é, de certo modo, epifenomenal à primeira. Embora os próprios pais colocassem seus filhos no mundo do trabalho assalariado – e veremos a seguir como eles tentavam evitar e limitar isso ao máximo – o fato de permanecerem em grupo familiar no eito atribuía a esse processo duas qualidades: proteção e educação. Frente às duras condições

²³¹⁷ Idem, p. 286.

²³¹⁸ Ibidem.

²³¹⁹ Entre outros aspectos o trabalho infantil e o tráfico de mão-de-obra endêmicos persistem.

de trabalho num ambiente agrícola repleto de perigos, o adulto ensinava o “serviço” à criança,²³²⁰ mostrando-lhe as técnicas de corte; as normas de amarração dos feixes; a forma correta de semear os pedaços de cana etc. Introduzindo-o no mundo da produção canavieira, o responsável pelo jovem indicava-lhe os meios de alcançar maior eficiência na tarefa poupando sua integridade física bem como suas forças. Alertando-o contra os numerosos perigos: ambientais (as cobras por exemplo), ele repassava os resultados de séculos de práticas ergonômicas seguras.²³²¹ Finalmente, ele podia guiar-lhe o comportamento, controlando as emoções como a raiva, num ambiente trabalhista de difíceis e violentas relações. José de Andrade resume: “*A minha escola foi a que meu pai me ensinou: foi cortar cana, limpar mato, levar surra, calar a boca. A escola que me deu foi essa.*” A mãe de Gregório Bezerra preferiu também “*trabalhar por tarefa, separado do eito, para que ela assim pudesse melhor nos orientar no trabalho.*”²³²²

Tarefas para as crianças

As crianças eram designadas as tarefas mais leves. Mas sua estatura franzina e a desnutrição da qual sofriam²³²³ tornavam qualquer esforço exigido pelas tarefas normatizadas, uma provação penosa, quicá uma impossibilidade física como testemunha Gregório Bezerra:

*“Eu era muito pequeno e fraco, não podia me ajudar com o feixe de cana. Naquele período, os feixes de cana eram muito pesados, grandes, porque as canas eram muito grossas e longas e para me ajudar com este feixe de cana, que eu tinha que levantar este feixe de cana, deixar-lo em pé, depois me baixar e deitar o feixe de cana sobre minha cabeça; muitas vezes escorregava no palhaço dos canaviais, caía.”*²³²⁴

José Francisco de Paiva viveu a mesma dificuldade, não conseguindo carregar as canas cortadas por seu pai, “*saía embolando.*” Na entressafra, a tarefa mais tipicamente infantil ou feminina era a sementeira da cana. “*Já grandão, com 13 anos, mais ou menos 13 anos, eu semeava cana por 10 tões,*” conta José Amaro dos Santos. Alguns trabalhadores foram inicialmente empregados no engenho para “*chamar boi*” ou “*pastorear boi*”. Essa tarefa parece ter sido reservada aos

²³²⁰ Tema recorrente de boas intenções, a preocupação da formação da mão-de-obra rural para a agricultura traduziu-se em instituições especializadas, como a usina-escola Gileno de Carli em Carpina, para a formação de técnicos. “*O grande erro das atividades agroindustriais nordestinas vem do fato de se acharem há séculos exercidas por gente que as ignora nos aspectos particulares e age automaticamente, por intuição ou imitação.*” No seu discurso, o próprio Gileno de Carli retomou a mesma idéia: “*O operário da fábrica de açúcar, como o trabalhador das terras de cana, são homens que integram a economia agrária somente por efeito de uma tradição desconhecendo os mistérios da máquina, ignorando as razões dos fenômenos, alheados às necessidades da máquina e do solo, porque a falta de instrução age como um veu espesso.*” Não há uma palavra no sentido do benefício para os próprios trabalhadores e seus filhos, do acesso a uma formação profissional. “A Escola-usina do IAA”. Editorial do DP 16.07.54, p. 4 e 9.

²³²¹ Os acidentes são muito frequentes pelo uso de instrumentos afiados ao extremo e pelo tipo de movimento que o corte da cana, por exemplo, exige expondo braços e pernas a ferimentos graves.

²³²² Depoimento oral de Gregório Bezerra fornecido a Eliana Moury Fernandez. CEHIBRA Fundaj. Recife.

²³²³ Ver o Parte II, bem como o sub-capítulo IV.1.1. sobre a alimentação.

²³²⁴ Gregório Bezerra. Depoimento oral fornecido a Eliana Moury Fernandez, no Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: FUNDAJ. CEHIBRA

menores entre os meninos. Gregório Bezerra diz ter sofrido para se levantar “ *muito cedo, às 3 horas da manhã*” e sentir “*cãibras nos pés e nas mãos (...) devido ao orvalho do capinzal, os arbustos*”,²³²⁵ quando não era de baixo de “*chuva torrencial*”, amansando os bois com milho e “*me aquecia ainda entre eles*”. José Inácio da Silva começou a trabalhar para o engenho com apenas sete anos: “*Meu trabalho era pastorear boi; pastorear boi, semear cana.*” A primeira tarefa supunha o afastamento do grupo familiar e um contato direto com os prepostos da empresa. Acontecia nas famílias mais pobres ou com meninos órfãos. Antônio Maurício Domingo conta: “*Quando eu era menino, nos meus 10, 12 anos, eu já trabalhava, né. Pastoreava boi, chamava boi, fazia serviço para a casa grande, alguns serviço que algumas pessoas não queria fazer né.*” Essa dependência estreita dos patrões não significava melhores condições para o trabalhador. Pelo contrário, implicava que ele estivesse mais diretamente exposto. O entrevistado trocava trabalho por um prato de comida. “*Era porque papai era doente, e mamãe trabalhava no engenho e com isso a gente trabalhava tudo para o engenho por alguma refeição aí trabalhava toda a família no engenho por alguma refeição.*” O próprio trabalhador labutou pelo menos quatro anos sem receber remuneração monetária. Trabalhava apenas, literalmente, “*Pra comer.*” Somente quando atingiu a idade legal, diz o entrevistado “*Quando me formei de homem, 14, 15 anos, aí fui trabalhar para receber meio salário.*”

Remuneração

Em virtude de sua idade e diminuta força física, avaliava-se o rendimento das crianças globalmente como uma fração estipulada daquele dos adultos. O salário era proporcionalmente menor. Poder-se-ia lembrar aqui do efeito de pressão que tal diferenciação na remuneração dessa parte da força de trabalho criava sobre os demais salários, inclusive o dos homens adultos. Isso era mais manifesto antes do Acordo do Campo, mas também continuou a vigorar de forma oculta no período posterior, na medida em que os sucessivos dissídios e convenções não foram respeitados pelos patrões. Era a famosa espiral (“*vis sans fin*”), na frase de Bebel:²³²⁶ os salários insuficientes dos pais de família obrigavam os demais membros a se empregarem a tarifas abaixo do salário normal, o que, por sua vez, criava uma sub-concorrência capaz de manter essas remunerações miseráveis, o que empurrava mais membros do grupo familiar a procurar trabalho etc. O pagamento era feito de forma distinta dependendo da época e da tarefa. Por produção, era considerado o resultado final do dia de trabalho, particularmente no corte; por diária, as distinções salariais impostas entre os trabalhadores eram as mais clássicas:

“*O salário... quando eu comecei a trabalhar um homem ganhava 6 mil reis, a mulher ganhava 5 e o menino 4, o que mais trabalhasse. O que não trabalhasse menos ganhava 2; 1,500. Tinha diária nessa época, existia diária a diária começava às 6 até as 6!*” José Antônio de Lima.

²³²⁵ Ibidem.

²³²⁶ BEBEL, August. *La femme dans le passé, le présent et l'avenir*. Paris/Genève: Slatkine, [1891] 1979, p. 150.

Levava-se em consideração a capacidade física (real ou suposta) de forma padronizada, mas também a quantidade de trabalho efetivamente realizada. Alguns trabalhadores contam com detalhes pitorescos; José Honorato dos Santos descreve a aparência física daquela remuneração:

“Era aquelas pratinhas brancas, duzentos réis. 3.200, é isso. Já estava caro. Eu comecei ganhando seis tôes. Seis tôes, eu ganhava seis tôes. Eu era menino, ganhava seis tôes, chamando boi, aí pelos engenho. Depois que meu pai morreu, aí pronto, meu ganhava 1.600. Dez tôes e seis tôes.” José Elias dos Santos se queixa: *“Se ganhava bem? Ganhava nada; eu não ganhava dez tôes!”*

Embora a avaliação do salário fosse calculada individualmente, no caso da diária, o pagamento era feito em conjunto para todos os membros da família.

“Ele [o pai] recebia: eu ganhava também, eu ganhava. Comparação: eu ganhava, mas saia tudo num bolo só. Eu não tinha direito a receber o dinheiro. Quem recebia era meu pai: se eu trabalhasse quatro ou cinco dias na fazenda, meu pai é quem recebia.” José Honorato dos Santos.

Às vezes, os depoimentos deixam perceber certo tom lamentando a falta de autonomia do jovem, sentimento que ia crescendo na medida que ele atingia a idade adulta: pelos padrões locais e legais, aos 14 anos. Essa prática pode ser explicada pelo fato de que o morador em título era o pai de família. Ele havia recebido a autorização de se instalar no engenho. O cabo determinara com ele também as tarefas. Recebendo então o salário de todos os membros da família, *“num bolo só”*, como disse o entrevistado, ele protegia os demais membros dos inconvenientes embutidos tanto na negociação das tarefas quanto no acerto do salário semanal. Além da dimensão que poderia ser chamada de patriarcal, sem dúvida existente, é preciso considerar o contexto: o trabalho na cana sempre exigiu certa capacidade matemática, adquirida ao fio de anos de experiência. Contabilidade difícil não apenas no que diz respeito às tarefas realizadas, contagem dos dias trabalhados, mas também às deduções efetuadas em razão de compras devidas no barracão. Na tradição local, afirmava-se que não se podia confiar no agente pagador. Não bastava ter competência profissional e trabalhar; era preciso também fiscalizar o pagamento e saber reclamar quando o salário não correspondia ao combinado. Isso requeria, por sua vez, devido cuidado, levando em consideração os riscos atrelados a qualquer manifestação de espírito rebelde ou atitude que poderia ser interpretada como tal. Em suma, certa diplomacia, pois a violência patronal exercia-se contra os trabalhadores a propósito de reclamações. Logicamente, a pessoa mais experiente era incumbida dessa missão:

“Naquele tempo nem sei dizer, porque eu ganhava os dois mil réis e quem ia receber era a minha mãe, tão grande que eu era! Minha mãe ficou sem marido com a gente todos pequeno”, conta José Barbosa do Nascimento que reitera como para explicar: *“eu era muito pequeno.”*

“O que pegasse, pegasse; eu ficava mais para sementeação de cana; era menino. Depois o administrador tirou eu prá pastorear boi. Eu fiquei maiorzinho, aí tinha uma burrinha lá, pequena, aí ele disse: «Você vai cambitar.» «Tá certo.» Eu não sei cambitar, não. Mas eu disse: «Vamos embora.» Botei cangalha na burra, fui prá lá, fui prá cá. Ele começou a me ensinar: bata ali, cai aqui, o feixe de cana e ia embora.” Severino Antônio do Nascimento

“Fui trabalhar com 9 anos de idade. E hoje em dia ainda me lembro do primeiro administrador que eu trabalhei. Com ele ali, no engenho; era um tal de Artur Leandro. Ganhava 3 tôes por dia. Quem me

pergunta hoje, eu ainda digo que é 3 tões. Três tões, nuns certos tempos, era 3 tostões. Então, foi passando pra 100 mil-réis, 200 mil-réis. É, aí foi subindo, subindo. Quando eu vim tirar meu pai da palha da cana, eu já tava ganhando muito dinheiro! Agora, isso, eu pastoreava boi, tirava leite de vaca; de noite trabalhar de servente para carreiro, a pisada era por dentro; e quando a máquina chegava, enchia carro. Ganhava 1.000 cruzeiros por dia, fora as produçõeszinha por fora. Eu disse: «Papai, tire uma rocinha em casa, que aqui dá pro Sr. Aí recebia aquele dinheiro, dava a meu pai.»»
José Francisco dos Santos.

As tarefas eram distribuídas de acordo com a capacidade física de cada membro da família, mas um longo dia de trabalho era a norma para todo mundo, grande e pequeno; o sistema da diária vigente por muito tempo exigia presença contínua nos canaviais por até mais de doze horas por vez, uma provação em si, particularmente em situações climáticas penosas: “Era pra passar o dia todinho e ganhava um cruzado” conta Severino Antônio do Nascimento. Amaro Pedro dos Santos lembra que o ritmo cotidiano tinha início muito cedo, ao raiar do dia “A gente pegava no trabalho, era de cinco horas às seis da tarde.” Todos concordam “Era de manhã e de tarde”. A semana também era longa: “Quando tinha os 6 dias, trabalhava os 6 dias”, assegura José Francisco da Silva.

Questão de gênero

Se os meninos começavam a trabalhar muito cedo na cana, evitava-se levar as meninas. Alguns canavieiros enfatizam o fato de que os chefes de família faziam questão de manter suas filhas longe do canavial.²³²⁷ João Oliveira da Silva descreve a atitude de seu pai.

“Era o seguinte: a mulher, as minhas irmãs, esse povo novo, a classe de gente nunca trabalhou não. Que meu pai era um homem de muita luta, um homem muito trabalhador; e entences, quanto aos filhos, trabalhar na cana; e entences as moças, tomar conta da casa e cuidar do roçado.(...) Mas que as minhas irmãs nunca trabalharam em eito de cana, não, porque o velho, meu pai era um cabra de muita luta.”

Havia, portanto, uma gradação no emprego da força de trabalho familiar cujos parâmetros não eram apenas de ordem econômica. A vez de entrada no trabalho assalariado para os diversos membros da família revelava o nível dessas exigências financeiras, como o grau de êxito das estratégias de proteção aos membros mais vulneráveis. “Nesse tempo as mulheres não trabalhavam não, viviam em casa mesmo. No roçado que plantavam uma lavoura branca”, afirma Alfredo Cosme dos Santos. Isto não quer dizer que as mulheres fossem absolutamente excluídas dos canaviais.

“Trabalhavam, as mulheres tudo trabalhavam; tinha mulher que trabalhava. Agora, tinha pai de família que possuía as coisas dele, aí não trabalhavam não; só trabalhavam somente no roçado. Mas tinha muitos que as mulheres deles trabalhavam 6 dias também no serviço para acompanhar ele”, especifica José Francisco da Silva.

²³²⁷ Assunto tabu, o assédio sexual é raramente aludido. Apenas Julião se expôs a denunciar graves casos de abuso sexual por parte de senhores de engenho, seus filhos ou empregados graduados. A entrevistada de Nancy Scheper-Hughes, Biu, de 44 anos, enfraquecida por quinze gravidezes (retratada na página 53 como uma mulher aparentando ser mais idosa), no entanto continuava alvo de assédio sexual, inclusive de outros trabalhadores. Embora acompanhada de seu filho, que a ajuda no trabalho, ela “*prefers to walk to her assigned fields rather than suffer the “rudeness” sexual overtures and vulgarities of male workers in the communal truck rides provided by the usina.*” SCHEPER-HUGHES, Nancy. *Death without weeping*. Op. cit., p. 53.

Quando isto se revelava indispensável à sobrevivência do grupo familiar, as mulheres também iam para o eito. Em primeiro lugar, as mulheres adultas, as esposas, junto com seus familiares. Para as moças e meninas o trabalho na roça era preferido pois era considerado mais seguro, talvez mais decente. Obviamente, os cuidados com a produção alimentícia doméstica, de responsabilidade compartilhada pelas mulheres, não era uma tarefa fisicamente mais leve, ou de menor valor para o objetivo de sustento da família.²³²⁸ A participação feminina no esforço produtivo, e portanto na renda familiar, era exigido pela situação de extrema precariedade salarial. Apenas as circunstâncias dessa contribuição eram escolhidas, na medida do possível. Novamente, sente-se o propósito de proteção que predominava na opção finalmente escolhida.

Violentada no Engenho Caricé sob ameaça de um revolver²³²⁹

O culpado era o administrador. “O crime foi cometido no momento em que a menor trabalhava num lugar ermo. Somente depois de 4 meses foi que teve coragem de denunciar o crime à polícia. O revide não se fez esperar. O administrador José Guedes da Silva e o patrão Luis Cisneiro de Almeida arrombaram a porta da residência da vítima e desalojaram-na da propriedade, sem ao menos dar-lhes permissão para colher o produto de uma lavoura que tinham no engenho.”

As meninas eram mais ameaçadas do que os meninos, não pela própria violência do esforço no eito, mas sobretudo pelas potenciais ocorrências de tratamento indecoroso, senão assédio sexual mesmo,²³³⁰ ao qual membros femininos novos da família seriam eventualmente expostos e aos quais os adultos deveriam responder,²³³¹ colocando-se também em perigo frente a um agressor que podia ser cabo ou administrador. Uma dupla ameaça, em suma, à qual as famílias preferiam não se sujeitar.²³³² Gregório Bezerra relata como sua mãe

*“mandou minhas irmãs para a roça no interior, para a casa da vovó. Esse rapaz [filho do senhor de engenho] entrou lá da porta a dentro e falou com minha mãe: «Cadê as meninas?» Minha mãe disse: «Ah! Seu capitão (...) minhas meninas foram prá casa da vovó delas, de minha mãe, que está muito doente.» Ele saiu enraivecido. Compreendeu o gesto de minha mãe e depois ultimou que minha mãe tirasse o cultivo do roçado, tirasse a lavoura.”*²³³³

²³²⁸ Ver a seguir: IV. 2. Condições de trabalho dos trabalhadores rurais na época da ‘morada’.

²³²⁹ São raros os relatos de estupro e assédio sexual. DP. 28.11.59 (Ver DP 19.09.59).

²³³⁰ Um dos raros a tocar no assunto, ao longo de sua carreira, foi Francisco Julião: “*José dos Prazeres não era filho de camponês; era filho de um senhor-de-engenho com uma camponesa. Esses filhos, que os senhores-de-engenho tinham por aí e não registravam. Reconheciam de fato, mas de direito não. Muito poucos tiveram a preocupação de dar um certo apoio. (...) Ai está outra tragédia da mulher, sobretudo da camponesa.*” Depoimento oral fornecido a Eliana Moury Fernandez, no Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: FUNDAJ. CEHIBRA, p. 58.

²³³¹ Esses casos raramente aparecem na imprensa: “Tentou seduzir a esposa de seu morador e foi agredido”. DP 24.11.59.

²³³² Paulo Cavalcanti contou que “*quando um filho de “senhor de engenho” deflorava uma mocinha, corria o padre velho a arrumar-lhe casamento de ‘papéis passados’ com algum operário*”, sendo a paróquia beneficiada em retribuição. CAVALCANTI, Paulo. *A luta clandestina. O caso eu conto como o caso foi. Da coluna Prestes à queda de Arraes*. vol. 1. Recife: Guararapes, 1980, p. 210. Esse seria o roteiro mais “favorável”, tendo outros testemunhos narrando a vida infeliz (prostituição no meio urbano, por exemplo) de similares vítimas, como o mostrou Antônio Montenegro.

²³³³ Gregório Bezerra. Depoimento oral fornecido a Eliana Moury Fernandez, no Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: FUNDAJ. CEHIBRA.

Eugênio Benvindo M. Freitas adotou a mesma conduta prudente.

“Eu vim pra cidade porque eu enviuei. (...) [Minha mulher] morreu, eu fiquei com 6 garotas pequenas, seis menina fêmeas, com licença da palavra pro senhor que tá me ouvindo. Seis meninas. Ai, pra eu trabalhar no engenho com essas meninas, aí e dar de comer as essas meninas, lutar com essas meninas e trabalhar, não dava; porque os homens, naquele tempo, eram muito duros que nem eu disse pro senhor, não era. Ai eu tinha um parente que morava aqui, aí eu vim na casa de um parente aqui, aí ele disse assim: «Do jeito que você tá, é melhor você vir pra rua, vir pra rua.» Ai fui na cabeça dele, aí vim pra rua.”

Mas, para algumas meninas e moças, as circunstâncias econômicas de sua família ditavam uma inserção direta na produção canavieira. As tarefas se somavam, pois trabalhavam tanto na palha da cana quanto no roçado, sem falar dos afazeres propriamente domésticos que são raramente mencionados. Severina Benvinda relata:

“Mais ou menos doze anos acima já começava a pegar na ticuca. Conheci muitas que, coitadas, ia prá ticuca, tirava aquela ticuca. Quando chegava em casa, o pai dizia: «Olhe, minha filha, tem uma conta de roça pra limpar. Você só vai almoçar quando tirar aquela conta.» A pobre ia fazer os pés a onde; por uma parte, era bom. Mas por outra, era o sofrimento também.”

Trabalho na roça

A produção de alimentos na terra cedida pelo patrão fazia parte integrante da estratégia de sobrevivência familiar, como será detalhado adiante. Além de fornecer alimentos básicos como a mandioca e eventualmente batata doce e frutas, o sítio e/ou roçado permitiam a criação de pequenos animais, galinhas, cabras, porcos que constituíam, além de fonte de proteínas animais, a única reserva de valor da família canavieira. Como o evidenciou o Professor Manuel Correia de Andrade,²³³⁴ essa produção abastecia os mercados de toda a região em alimentos básicos. Na linguagem utilizada na zona canavieira pela geração dos entrevistados, a “lavoura branca”, como era conhecida essa atividade agrícola, não constituía “trabalho”. Na sua concepção, essa palavra era reservada para o assalariamento na cana. Isso mostra talvez que não conceber as atividades produtivas nas terras de posse da família como trabalho não era apenas uma contaminação da relativa invisibilidade dos afazeres domésticos, afetados por similar tratamento. Sem dúvida, o fato dessas atividades agropecuárias se desenvolverem, em parte, próximo à casa e em horários que se articulavam com as tarefas de limpeza e cozinha, assim como de serem diretamente relacionadas ao preparo das refeições familiares pelas mesmas pessoas, tenderia a ligá-las numa categoria só.²³³⁵

As mulheres e as crianças figuravam, portanto, entre os agentes principais dessa atividade de produção de alimentos que podia tomar algum vulto, sobretudo quando a terra cedida se situava em local fértil e junto à casa ocupada pela família. “*Nesse tempo as mulheres*

²³³⁴ ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem do Nordeste*. Op. cit., particularmente.

²³³⁵ No entanto, tampouco eram considerados ‘trabalho’ as atividades eventuais que os canavieiros efetuavam na entressafra, os ‘biscaites’ ou ‘beliscada’ em zonas urbanas, no transporte e na construção civil, como o confirmam pesquisas em época mais recente. Ver DABAT, Christine Rufino, *A situação dos Trabalhadores Rurais de Ponta-de-Rua na Zona Canavieira de Pernambuco*. Op. cit.

não trabalhavam não, viviam em casa mesmo. No roçado plantavam uma lavoura branca”, diz Alfredo Cosme dos Santos. Todos colaboravam nas horas vagas, complementa José Amaro dos Santos “Quem cuidava da roça era a gente mesmo, era. Trabalhava na fazenda 6 dias na fazenda e cuidava do roçado”. Imbricado com as tarefas domésticas nas ocupações de todos os membros da família, grandes e pequenos, o sítio e/ou o roçado era facilmente considerado um espaço de preponderância feminina, bem como um lugar de aprendizagem agrícola para todos os filhos e filhas da família. “Tinha mulher que trabalhava [no roçado]; minha mãe mesmo trabalhava muito, plantava; meu pai plantava uma parte da terra de roça pra ela, e ela plantava pra eu”, lembra José Amaro dos Santos. Todo mundo sabia “plantar”, isto é, praticar culturas alimentícias básicas como mandioca, macaxeira, batata doce, conhecimento que se perdeu com a expulsão generalizada dos moradores dos engenhos.

A proximidade da casa fazia também do sítio/roçado um lugar de atividade feminina por excelência na medida em que permitia às mães ou substitutas cuidar dos filhos mais novos inclusive dos bebês, ao mesmo tempo em que contribuía para o sustento do grupo. Talvez seja uma razão suplementar das queixas que se repetiam quanto à distância crescente interposta, ao longo dos anos, entre a casa e a terra cedida para plantar, um dos inúmeros meios de desencorajar a atividade e forçar a saída das famílias de trabalhadores dos engenhos. Pois, essa localização além de certo âmbito próximo às habitações impedia a combinação de diversas atividades concomitantes, particularmente os cuidados às crianças pequenas.

“Algum filho que ele tinha ficava cuidando[do sítio] em casa, quando ele saía pra trabalhar com as mulheres, aquelas que trabalhavam. As que não trabalhavam ficavam somente domesticando seu filho mode eles cuidar do serviço”, detalha Amaro Carneiro da Silva.

[Quando você era menina, como era a vida?] *Trabalhava. Na idade de 10 anos, comecei trabalhar no campo.*

[Começou com 10 anos. Trabalhava o quê?] *No canavial.*

[No canavial?] *É, sim Sra.*

[Não era na roça, não?] *Não, no canavial mais minha mãe!*

[Sua mãe e quem mais, ou só tinha você?] *Tinha mais; tinha eu e tinha mais 4 filhos.*

[Moravam dentro do engenho?] *Era sim Sra.*

[Toda família trabalhava no engenho?] *Não, só trabalhava eu, minha mãe e meus três irmãos.*

[E quem cuidava da roça, era todo mundo ou eram só as mulheres?] *Era tudinho da família. Quem tivesse morando no engenho, a família. Digamos, a família mora nessa casa aqui, os que não estavam trabalhando iam trabalhar no roçado e trabalhar no canavial; os que ficavam em casa ficavam cuidando da casa. Quando a gente chegava do campo, ia trabalhar no roçado.”*

Severina Benvinda

Dureza do trabalho

Conhecido por ser uma das atividades profissionais mais penosas da agricultura, o trabalho nos canaviais constituía em si quase uma penalidade. Em regime de plantação, como o

descreveram Mintz e Wolf,²³³⁶ a força de trabalho foi historicamente vítima do sistema da escravidão.²³³⁷ Os entrevistados têm lembrança nítida do esforço requerido.

“Quando comecei a trabalhar, antigamente, no ano de 1955, a vida no mato era tudo difícil. Eu comecei trabalhar com 13 anos de idade. Quando passei a de maior, trabalhava que só bicho; era bicho com 13 também. Todo dia, fazia salário. Agora o salário que eu ganhava naquele tempo, eu não lembro, nem quanto era. Se tirasse a tarefa, ganhava, se não tirasse, não ganhava.” Antônio Santana da Silva.

Saúde

Como será detalhado a seguir,²³³⁸ as condições de vida e de trabalho redundavam em problemas de saúde constantes para os trabalhadores e suas famílias, em razão das precárias condições de habitação, falta de abastecimento em água potável e saneamento,²³³⁹ e sobretudo uma alimentação insuficiente tanto quantitativa quanto qualitativamente.²³⁴⁰ Essas vastas populações eram descritas pelos bispos do Nordeste *“geralmente subnutridas”*,²³⁴¹ o que uma Assembléia Extraordinária da FETAPE, em 01 de novembro de 1966, chamava, em pleno regime militar, de *“estado de saúde quase sempre precário do trabalhador e de sua família.”*²³⁴² A absoluta falta de assistência médica,²³⁴³ de cobertura vacinal prejudicavam consideravelmente o desenvolvimento das crianças e dos jovens. Como foi visto, a mortalidade infantil atingia cifras elevadíssimas, traduzidas na esperança de vida que, até épocas recentes, não passava dos

²³³⁶ MINTZ Sidney W. e WOLF Eric. “Fazendas e Plantações na Meso-América e nas Antilhas”. Op. cit.

²³³⁷ Aliás, foi um dos marcos mais permanente da atividade açucareira desde sua emergência no Oriente Médio GALLOWAY, J. H. *The Sugar Cane Industry. An historical Geography from its origins to 1914*. Cambridge: Cambridge UP, 1989. Escravos africanos, em mãos árabes, no império islâmico, já promoveram grandes revoltas como os Zandj em 869-83. Na América, o sistema de plantação, que fora ensaiado nas ilhas do Atlântico, particularmente em São Tomé, foi tão desumano quanto poderia ser, dando-se uma esperança de vida média de apenas sete anos aos Ameríndios e Africanos escravizados.

²³³⁸ Sub-capítulo IV 1.3. As condições de saúde e a assistência médica.

²³³⁹ A incidência de verminoses era extrema, fator agravante para organismos debilitados pela desnutrição. Em Vicência, 86% da população em idade escolar estava infestada por esquistosomose; 87% em Gameleira, 86% em Escada; 74% em Ribeirão, 72% em Águra Preta. Inquérito do sanitarista Barca Pellon (DP 08.01.49 e Dr e deputado Aderval Torres. (DP 24.08.49, p. 8 e o editorial do dia 25.08.49, p. 4.) Em Tiriri, Fernando Barbosa encontrou toda a população contaminada por diversos tipos de verminoses e parasitoses. Jader de Andrade conta que os membros da Cooperativa de Tiriri pediram para retirar o médico Fernando Barbosa porque, embora gostassem muito dele, *“Dr Fernando só receita lombrigueiro. Nunca dá receita de penicilina.”* O médico justificou sua posição mostrando que *“a primeira coisa a fazer é libertar esse pessoal de vermes. Porque o que esse pessoal come, eles têm que dividir, repartir entre eles e os milhões de vermes que têm. Então a primeira coisa a fazer é desparasitar.”* Entrevista com Jader de Andrade.

²³⁴⁰ Em Ferreiros, por exemplo, encontravam-se 71% de crianças desnutridas, 6,7% em nível 3, percentual considerado *“alto”*. MELLO, Alvaro Vieira, CHAVES, Nelson Ferreira de Castro & SIMMONS, K. William, Coord. *Pesquisa Nutricional em três zonas fisiográficas do Estado de Pernambuco*. Recife: INUFPE/SUDENE, 1975, p. 69, 74. O relatório concluía que *“os níveis de desnutrição da população estudada – Ferreiros – revelam uma inadequação do consumo de calorias, proteínas total e animal, o que justifica os altos percentuais de desnutridos constatados.”* Idem, p. 106.

²³⁴¹ “Declaração dos Bispos do Nordeste”, resultante do II Encontro dos Bispos do Nordeste, endereçada ao Presidente da República. JC, 28.05.1959. Essas condições foram agravadas com a introdução de defensivos agrícolas e destruição das matas e dos sítios e roçados que, embora de forma limitada, forneciam alimentos básicos.

²³⁴² Carta da FETAPE ao Ministro do Trabalho e da Previdência de 04 de novembro de 1966. SSP 31-496-B.

²³⁴³ Em discurso na Assembléia Legislativa, Gilberto Osório se indignava de que não houvesse *“sequer um posto médico em Aliança”* para atender 29.500 habitantes, particularmente os moradores de 84 engenhos e uma usina. DP. 23.09.47.

46 anos.²³⁴⁴ Elas significavam a perda precoce dos pais, irmãos e filhos, ou seja uma dor incomensurável, tão mais forte quanto se sabe que essas mortes poderiam ter sido evitadas pelo simples acesso a uma rede de saúde e à terra.

Além disso, as ferramentas usadas no eito eram potencialmente muito perigosas. Afiadas constantemente, as foices e posteriormente os facões apresentavam riscos no manuseio, com amplos movimentos de força que expunham braços e pernas ou pés. Ergonomicamente inadequadas à pequena estatura das crianças, essas estavam a mercê de acidentes graves. A palha da cana, cortada crua, podia desviar o lançar do braço resultando eventualmente em erro catastrófico de objetivo. Ocorriam freqüentemente em pessoas, crianças e adolescentes, que não dominavam perfeitamente seus movimentos, e sofriam do descompasso de tamanho entre as ferramentas e suas próprias capacidades físicas. Essas populações frágeis de trabalhadores envolvidos numa atividade agrícola perigosa, no entanto, estavam desprovidas de qualquer acesso a serviços médicos então disponíveis para outros setores do povo brasileiro. Isso se reflete nas histórias dos entrevistados: “*Morreu pai, morreu mãe, morreu tio e os irmãos, morreu tudo por aqui. Só ficou eu para contar a história*”, conta José Elias dos Santos, um dos que ficou órfão muito pequeno. A morte estava constantemente presente, ameaçadora.

”*Crianças morriam, quando dava uns dias; os povos mais velhos também. E, nesse tempo, falava muito em olhado, ia pra rezadeira. Quem dava jeito era a rezadeira. Ai, quando a rezadeira não dava jeito, o camarada morria vomitando, morria em cima da cama, mesmo. Nós levávamos para o cemitério*”, lembra José Inácio da Silva.

Para crianças desnutridas e desprovidas de cobertura vacinal, as conseqüências dessa falta de amparo médico eram, muitas vezes, fatais. Na dimensão humana, a infinita violência sofrida por muitas famílias canavieiras desfalcadas, pela doença e falta de atendimento, de seus membros mais vulneráveis²³⁴⁵ tingia indelevelmente o universo mental e afetivo dessas populações, particularmente porque ela expressava, não apenas fatalidade, mas descaso e indiferença.

“*Eu sou pai de 5 filhos; de 15 filho morreu 10, tenho 5: dois é casado e três tá em casa. [De 15 morreu 10!] Morreu 10. Porque no tempo deu uma tosse, deu uma tosse em mil e novecentos e...sessenta e oito; deu uma tosse nos meus filhos, aí morreram, né? [Morreram?] Ia enterrar um, quando chegava o outro estava morto. [E não tinha como cuidar? Não tinha médico?] Ia ter médico aonde? O médico era Jesus Cristo. Era! [E a usina não ajudava, não?] A quê? Ajudava não. Fui na usina, «— Se vire por lá.»*”

²³⁴⁴ O relatório Bohan enfatizou que “*average length and weight of children at birth was normal, but by the age of 6 to 9 months, growth was significantly below normal. Not only a caloric deficit, but also a partial protein deficit is suggested as the cause for growth depression*”. BOHAN, Merwin L.(Coord.). *Northeast Brazil. Nutrition Study*. Op. cit., p. 8.

²³⁴⁵ Celso Furtado analisou de maneira crua esse fenômeno: “*L’espérance de vie de ceux qui traversent le barrage sévère de la mortalidade infantile ne dépasse pas trente ans. Une grande partie de la vie active des femmes se réduit à mettre au monde des enfants qui ne pourront pas vivre, et une autre partie non moins importante de l’énergie des hommes et des femmes d’âge productif s’épuise pour nourrir des enfants et des adolescents qui ne produiront jamais assez pour payer leur dette à la société*”. FURTADO, Celso, *Le Brésil à l’heure du choix*. Op. cit., p. 65.

[Não tinha médico na usina?] *Tinha não. Naquele tempo velho era o tempo do... O que tinha era pau.*
[Batia?] *Era, batia! Naquele tempo.*
[Sim.] *O tempo é hoje!*
[O tempo é hoje.] *O tempo é hoje.*
[Naquele tempo era duro.] *Era carrasco.*
[Era carrasco.] *Era.”*
José de Andrade

Acesso à escola

“[E educação, escola? Tinha escola?]
Hum, era um bicho!
João Francisco dos Santos

Como o médico, o professor regular o era inacessível. Alguns entrevistados se mostram particularmente loquazes sobre o assunto da educação, ou melhor dizer de sua falta. O pudor que parece envolver o assunto da doença e de suas conseqüências muitas vezes fatais, não atinge a temática escolar. A dor, menos presente do que na agudez de uma perda humana, dá lugar à frustração e certo grau de raiva por não ter conseguido alcançar o sonho da instrução formal. Em primeiro lugar é mencionada a absoluta falta de oferta de ensino regular. No melhor dos casos, um leigo havia aprendido a ler e escrever, e tentava repassar isto para os filhos dos moradores. *“Quando aparecia uma professora, [era] filha de um morador. Era do morador, do engenho não. Não tinha do engenho não. Passava para as crianças aquela lição, e ia aprendendo devagarzinho. Ir para a escola, para um colégio, não existia isto”,* lembra Amaro Pedro dos Santos. Amaro Rosendo Fagundes confirma: *“Escola! Por debaixo dos panos. Alguém sabia leitura, morava num engenho e dizia assim: «Olhe, seu fulano, eu vou botar um filho pro senhor estudar ele, eu pago.» Pagava uma besteira.”* José Honorato dos Santos presenciou também essa oferta: *“«Eh, vocês, meninos, 2 mil réis por mês», pronto, botava lá 3 mil-réis por mês.”* Embora modesta, a contribuição exigida dos candidatos à escrita e leitura ultrapassava os meios rarefatos de muitas famílias. *“Eu não estudei porque não tinha escola. No engenho, não tinha não. Tinha se fosse particular! Se a gente pudesse pagar particular; eu mesmo não estudei porque não tinha condição”,* lamenta Antônio Santana da Silva. *“[Pagava] besteira, pouco, a gente também não tinha dinheiro”,* complementa José Inácio da Silva. José Amaro dos Santos conclui: *“Era por conta da gente, a gente era quem pagava; não tinha escola, como agora, para todo mundo aprender.”*

Os horários eram compatibilizados com a disponibilidade do professor improvisado. Manoel José Alexandre lembra: *“Dentro do engenho, não tinha essas escolas não. Tinha pessoa pagando de noite; às vezes a pessoa que se interessava para aprender assinar o nome e quem não se interessava ficava.”* A instrução proposta não passava dessa capacidade. A ambição escolar começava por esse gesto cujo peso simbólico merece destaque. Quem sabia assinar o nome passava por quase letrado. Não pertencia mais à categoria vasta e menosprezada dos

analfabetos que só atestavam sua existência legal mediante a operação detestada de “melar o dedo”. A limitada capacidade de desenhar penosamente as letras do nome era restrita a muitos poucos. De oitenta a noventa por cento dos adultos,²³⁴⁶ analfabetos completos, não podiam votar.²³⁴⁷ Paulo Freire mostrou a importância política da alfabetização para “*tirar gente condenada ao limbo do Art. 132.*”²³⁴⁸ Nas palavras de Antonio Callado “*pelo sistema Paulo Freire o homem aprende, de uma só vez, a ler, a pensar e a dizer o que pensa.*”²³⁴⁹

“*Só os pequenos. Gente grande não ia pra escola mais*”, conta José Honorato dos Santos. Gente grande, no caso, eram as crianças de mais de oito anos. À pergunta sobre o depois dessa idade fatídica que marca para a maioria a entrada no mundo do trabalho, o mesmo entrevistado responde: “*Ah, já tinha aprendido o que aprendeu; e o que não aprendeu não aprendia mais. Não aprendia mais. Ia aprender trabalhar de enxada.*” Severino Antônio do Nascimento explica como funcionava a escola informal para os mais felizardos.

“*Mais ou menos seis, sete anos e oito anos, quer dizer, depois a professora Dona Tonha aí fazia o horário: dois horários, parte estudava de manhã e outra parte estudava de tarde até 4 horas. Aí muito daqueles meninos iam semear cana, mais as mães deles. Chegavam em casa, vestia uma calcinha curta, uma camisa de mijão, pegavam aquela cartilinha, botavam na mão e iam embora pra escola; e as meninas estudavam de manhã; se tivesse vinte meninos, era muito.*”

Para Generino Luis da Silva, a questão do acesso físico foi determinante na renúncia a algum grau de educação formal: “*Tinha escola. Tinha sim. Agora era num canto muito, muito longe às vezes que nem eu nunca fui em nenhuma escola, porque não alcançava. Às vezes, quando tava na escola, era longe, eu chorava pra não ir. A minha [escola] foi um cabo de enxada pra trabalhar.*” Segundo Severina Benvinda, embora a escola fosse longe de sua casa, ela conseguia estudar, andando 6 km ida e outros tantos de volta:

“*Estudava de noite. Quer dizer que na época mesmo que eu comecei trabalhar, já tinha escola assim, por conta do governo. Agora era distante, era com mais de légua de distância, a gente tinha que ir pra aula. Era, mais de legua de distância. A gente estudava de manhã; de tarde a gente trabalhava no roçado.*”

O acesso ao ensino público é considerado uma inovação positiva. Ele garante, ao menos, algo mais do que a frágil possibilidade de aprender a “*fazer o nome*”. Amaro Rosendo Fagundes

²³⁴⁶ Dados confirmados na pesquisa: ARAÚJO, Espedito Rufino de. *O Trator e o 'Burro sem Rabo'*. Op. cit.

²³⁴⁷ Um editorial da *Folha da Manhã*, em 24.10.57, sobre o voto do analfabeto lembrava que ele fora recusado, em 1946, por dois terços dos deputados. Defendiam-no apenas os comunistas e alguns trabalhistas. A Constituição de 1988, que finalmente outorgou o direito de votar aos analfabetos, permitiu, nas eleições que seguiram (para o cargo de governador do Estado ao qual se candidatava Miguel Arraes, figura política muito estimada nestes meios, como veremos a seguir) demonstraram de forma pungente que até segurar uma caneta para desenhar uma simples cruz numa cédula eleitoral constituía uma proeza inatingível para muitos canavieiros. Ansiosos por exercer sua cidadania tão tardiamente completa, a nível legal, sua dificuldade em fazer um gesto considerado simples pela população que foi à escola, lhes provocava uma angústia mal disfarçada. Com lágrimas nos olhos, eles manifestavam, nessa tão esperada oportunidade, a crueza da dor que o analfabetismo acarreta.

²³⁴⁸ CALLADO, Antônio. *Tempo de Arraes*. Op. cit., p. 159

²³⁴⁹ Idem, p. 153. Entre as palavras “geradoras”, muitas diziam respeito aos trabalhadores rurais: terra, povo, engenho, enxada, máquina, trabalho, chuva, pobreza, classe, eleição. Idem p. 154.

confirma: “*Não tinha escola, não senhor. Escola veio pegar de um dia desses prá cá.*” Alguns são mais precisos e associam esta novidade tão prezada à época áurea dos “direitos” selada no governo Arraes interrompido pelo Golpe de Estado. “*Tinha não, aí a gente tinha que trabalhar... e escola mesmo pra estudar. Só começou de 64 pra cá*”, segundo Alfredo Cosme dos Santos. Ironicamente ou não, os trabalhadores enfatizam a aprendizagem à qual foram forçados. Diz João Oliveira da Silva com algo de amarga ironia:

“*Mas, escola... eu sou analfabeto, porque o ensino que meu pai me ensinou foi cortar cana. Foi o que eu aprendi... O que eu aprendi, a minha orientação foi o meu pai disse foi: «Vamos trabalhar.» Era no roçado, que era capim, era cortando cana, limpando cana, e a parada era essa.*”

Poucos ouviram falar em escolas de usina; nenhum as frequentou. Além da falta de acesso a estabelecimentos de ensino, a razão maior da supressão de uma aspiração à instrução, cruelmente ressentida, era a necessidade de trabalhar:

“*Escola tinha na usina e em Parnazo tinha outra. De graça para todo mundo. Estudei não. Porque quando eu fui cuidar de estudar, aí fui cuidar de trabalhar pra dar de comer a minha mãe. Eu não ia deixar minha mãe morrer de fome. Não tinha tempo. De noite não tinha. Era de dia*” conta Severino Antônio do Nascimento.

Sem tempo durante o dia, os meninos e meninas tampouco podiam aproveitar aulas noturnas, esgotados que eram por uma carga de trabalho muito além de suas forças em desenvolvimento, em organismos enfraquecidos pela desnutrição. José Batista do Nascimento lembra do estado em que chegava em casa, depois de um longo dia de trabalho:

“*De noite o camarada não estudava, ele ia era dormir. Rapaz, tava enfadado do serviço. Pegando balaio de cana, semeando aqui, acolá, às vezes tava chamando boi pro arado.*”

O desejo de estudar

Mesmo não realizado pelo acúmulo de entraves, o desejo de ter estudado sobressai em muitas entrevistas. José Francisco dos Santos lamenta: “*E eu queria estudo comigo. Meu estudo era esse, era pelo meio do mundo.*” Quando uma oportunidade se ofereceu, mais tarde na vida, a disposição, a energia não eram mais as mesmas:

“*O estudo era uma ciranda! Quando eu vim cuidar em estudar alguma coisa, aí já tava grande. Eu digo: «Não vou estudar mais não. Pra quê?» Ainda, aprendi ainda uma besteira, aí depois fiquei velho, deixei isso pra lá, pronto.*”

Se frequentar a escola podia eventualmente combinar-se com o trabalho no roçado, era incompatível com o trabalho assalariado. A lógica da produção industrial dominava a vida a ponto de impossibilitar o estudo, até para o mais empenhados, como Severina Benvinda: “*Mas na usina, não; no engenho, não. Não. Só trabalhava no engenho quando a gente não tava estudando, não sabe? Aí a gente ia trabalhar, trabalhar pra ajudar minha mãe, sabe?*”

Escola longínqua,²³⁵⁰ paga, somada ao esforço cotidiano no roçado e no eito, há de convir que sua frequência requeria grande dedicação que nenhum incentivo oficial ou particular

²³⁵⁰ Ver o artigo de Almeida Júnior, sobre “Os 7 pecados capitais da escola rural”. DP, 03.02.46.

vinha encorajar, pois nem o Estado e muito menos os empregadores colaboravam. Nenhum dos entrevistados menciona esforço algum que os patrões consentissem para garantir o estudo básico nas suas empresas, embora o discurso da classe proprietária enfatizasse muito, nos jornais, o suposto interesse em garantir a instrução básica a seus empregados “*inclusive rurícolas*”.²³⁵¹ Pelo contrário, tudo colaborava para tornar-lhes impossível o acesso à educação formal.

Mas a ansiedade em conseguí-la era geral. Apenas como exemplo, que fornece uma idéia da força desta aspiração e da urgência que ela revestia para os trabalhadores rurais, particularmente enquanto pais, pode-se voltar a mencionar a experiência da cooperativa de Tiriri.²³⁵² Fundada em 1963, no Cabo, ela reunia vários engenhos e era dirigida pelos próprios trabalhadores rurais. Entre as primeiras medidas adotadas pelos cooperados, figurava a construção de escolas. “*Eles queriam escolas para seus filhos*” contava Jader de Andrade.²³⁵³

No período imediatamente anterior ao golpe militar de 1964, o movimento camponês enfatizava muito a necessidade de providenciar instrução básica para os homens e as mulheres do campo. Com sua costumaz eloquência, Francisco Julião repetia em praticamente todos os seus escritos o lema da “*luta contra o analfabetismo*”.²³⁵⁴ Ele defendia a escola para todos com propósitos políticos imediatos. Em sua *Carta de alforria do camponês* (capítulo VII) ele aponta a alfabetização como uma via para o poder eleitoral da massa camponesa: alfabetizando-se o trabalhador rural tornava-se eleitor e poderia desta forma garantir a expressão autêntica de sua voz: “*Com o teu voto viria uma lei humana e justa.*”²³⁵⁵ Além do propósito imediato para os adultos, então em plena luta por melhorias nas condições de vida, por terra e por direitos políticos, a reivindicação visava as crianças e os jovens: “*escola para teus filhos*” anuncia a “Cartilha do trabalhador rural” no capítulo VI, apresentando-a como um dos objetivos do sindicato de trabalhadores rurais, junto com a assistência médica, dentária e a maternidade.

²³⁵¹ A usina Catende se apresentava como modelo: “Ação civilizadora do grande centro agro-industrial”, comentário do prefeito de Porto Alegre. DP, 19.11.41. Aliás, na sua visita, A. da Silva Mello constatou, após enumerar as instalações extraordinariamente “sociais” da empresa – “*grupo escolar compreendendo várias disciplinas, sobretudo de aplicação prática, indo de carpintaria à dactilografia, trabalhos de jardinagem costura, etc. Uma associação de escoteiros, formada de crianças órfãs ou abandonadas (...) O lactário e os ambulatórios, magnificamente instalados (...) campos de jogo, salões para festas e diversos recursos para diversões*” no entanto constata “*achei as crianças da rua e das escolas principalmente os escoteiros, algo tristes, retraídos, parecendo por demais serios ou indiferentes, como soe acontecer em patronatos, onde a disciplina é severa e as obrigações imperativas.*” Após compará-las às sertanejas “*mais vivas, dando a impressão de mais livres e inteligentes*”, conclui, infalivelmente, com citações de Gilberto Freyre a respeito da degradação do Nordeste causada pela usina! MELLO, A. da Silva. *Nordeste Brasileiro*. Op. cit., p. 352-353.

²³⁵² DABAT, Christine Rufino. “Os primórdios da cooperativa de Tiriri”. Op. cit.

²³⁵³ Coordenador do apoio técnico fornecido pela SUDENE a esse projeto inovador bruscamente interrompido pelo golpe militar de 1964.

²³⁵⁴ Ver por exemplo o artigo “Avança a União Operária e Camponesa”. In: *A Liga*. nº 1, 9-10/62.

²³⁵⁵ JULIÃO, Francisco. “Carta de alforria do camponês”. In: *A Liga*, Nº 6, p. 4

Violência patronal

Além da situação desumana na qual eram obrigados a crescer, pelas carências de todos os tipos e a dureza do trabalho, as crianças eram também expostas a violências diretas cometidas por agentes dos proprietários ou pelos próprios. O clima no eito ou no engenho, de modo geral, era de medo. A tensão era constante. As sanções mais banais, terríveis. No final de um dia penoso de trabalho, “quando o sol já tinha desaparecido e o dia já ia escurecendo”, o pequeno Gregório Bezerra temia a chegada do feitor, armado de facão, pistola, punhal grande e porrete.

*“Me enrolava na saia de minha mãe, tremendo de medo. Minha mãe então dizia para mim: «Se você faz por ter medo ou tem medo, o homem pensa que o trabalho não está bem feito e nós teremos que refazê-lo novamente. E nesse dia, nós não temos nada pra comer; nós só temos um punhado de farinha e uns caroços de feijão quando trabalhamos.»”*²³⁵⁶

Além dessa violência banal, cotidiana, em muitos casos, alguns relatados em jornais ou documentos policiais, as crianças, filhos de trabalhadores rurais eram expostos a outra, mais explícita: não era-lhes poupado presenciar e ser vítimas de atos como a expulsão de sua casa. Traumática, a experiência podia ter consequências duradouras e mesmo trágicas. Assim, relata um policial, que o trabalhador rural J. M. S., numa propriedade do deputado federal C. M., viu sua casa derrubada “deixando-o ao relento, assim como seus familiares”.²³⁵⁷ O proprietário declarou, sem medo do paradoxo, que as condições do “casebre”

*“não condiziam com os mais elementares princípios de humanidade, o que fizera só depois de, com modos, pedir aos familiares de João, para que saíssem do seu interior” e que “além do mais teria que manter sua autoridade.”*²³⁵⁸

Alguns detalhes, vez por outra fornecidos, demonstravam a total falta de consideração para com os familiares do trabalhador expulso: “juntamente com sua família composta da esposa em estado de gestação e dez filhos menores, os quais se encontram no campo, conforme pude observar pessoalmente”, relata o investigador W. S.²³⁵⁹ Ele especificou que o próprio dono da terra conduziu a operação, acompanhado de “cinco dezalmados indivíduos sob suas ordens”.²³⁶⁰

Contrariamente ao que se pretende na literatura da lenda dourada dos engenhos, a falta de estabilidade na instalação dos trabalhadores rurais não decorreu da modernização da fabricação do açúcar ou do Estatuto do Trabalhador Rural (versão atualizada da mesma desculpa), mas do poder absoluto dos proprietários das terras. Assim, J.J.A., filho de um morador que havia passado 75 anos nelas,

²³⁵⁶ Gregório Bezerra. Depoimento oral fornecido a Eliana Moury Fernandez, no Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: FUNDAJ. CEHIBRA.

²³⁵⁷ Relatório do investigador de nome ilegível, do 22 de junho de 1969. “Liga Camponesa Caiçara, Engenhos Barra, e Cachoeira”. SSP 29309, Doc. 17.

²³⁵⁸ Ibidem.

²³⁵⁹ Relatório de investigação do 20.12.1962, no engenho S.A. de I. B. “Liga Camponesa São Lourenço da Mata”. SSP 29201.

²³⁶⁰ Ibidem.

*“construiu uma palhoça para a moradia de sua família. Explicou que assim procedeu em virtude de não poder morar com seu pai por falta de um espaço vital. Não podendo continuar, como vinha, morando ao relento com três filhos e a esposa grávida, assim procedeu construindo a sua pequena moradia.”*²³⁶¹

Outras famílias, com crianças pequenas, eram despejadas, sob direto comando do proprietário ajudado de pistoleiros.

*“Os oficiais de justiça deram ordem de despejo. O homem, inicialmente relutou. Disse que não tinha para onde ir; falou dos filhos e da situação da esposa.(...) A mulher, quando saiu, chorava entre dois filhos. Postou-se a pequena distância e ficou a olhar o fim do trabalho.”*²³⁶²

Os agentes da expulsão chegavam corriqueiramente às vias de fato, embora fosse raramente assunto da grande imprensa. Assim, uma Liga Camponesa²³⁶³ pediu à polícia estadual, a “abertura de inquérito” por terem sido ameaçados seus membros que se propunham a fazer um mutirão (o texto diz “nomear uma comissão”) para restaurar o telhado do

“casebre de uma pobre viúva, já bastante idosa, que tem em sua companhia cinco netos de menor idade (...) medida justa como humana pois com a estação invernos, a pobre mulher com os seus filhos ficou ao desabrigo adoecendo todos eles em consequência das chuvas que transformaram o piso do casebre em uma poça de lama.”

O proprietário, A. B., e seus filhos, “estando armados”, agrediram “fisicamente” um membro da Liga Camponesa, na Vila da Barra de Guabiraba, que comentava “a sua falta de humanidade”.

O delegado local recusou-se a empreender uma ação legal.²³⁶⁴ Político local, o proprietário e seus filhos ameaçavam de morte quem for ajudar a família; protegido de autoridades maiores no Estado, “até soldado de polícia foi por ele espancado”, concluía a queixa, confirmando os estreitos laços entre poderes públicos constituídos e latifundiários seguros de seu domínio sobre a máquina do Estado a ponto de fazer prender... quem eles haviam agredido. Seria insustentável, mas talvez necessário para restabelecer a verossimilhança na visão que se pode ter das relações entre classes nos engenhos, compor a interminável lamentação das situações de violência desse tipo testemunhadas e vividas pelas crianças, filhos de trabalhadores rurais.²³⁶⁵ Alguns se tornaram muito diretamente vítimas desse exercício exacerbado do direito de propriedade, que o Direito romano reputa ser de “usar e abusar”: na ausência dos pais, o administrador “ateara fogo na casa (...) carbonizando as duas crianças que se encontravam no interior.”²³⁶⁶ Ao desfecho

²³⁶¹ Relatório de polícia, 21.04.1960. “Engenho Camaçari”. SSP. 8098, Doc. 7.

²³⁶² “Camaçari: despejo começou ontem. Não houve violências mas cenas tristes de despedida.” JC. 25.08.60.

²³⁶³ SSP 31.182.

²³⁶⁴ Ibidem.

²³⁶⁵ Ver por exemplo um ofício do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Igarassu, de 20.06.1973, destinado a Romildo Leite, da Delegacia Regional do Trabalho, a propósito de diversos casos ocorridos em engenhos de usina (Piedade, por exemplo, por mais irônico que isso possa parecer. Aliás, a toponímia mereceria um estudo específico, pela frequência de nomes positivos, ao lado de figuras santificadas e elementos geográficos, de nomes indígenas ou não). No caso do engenho de Vitória de Santo Antão, o proprietário comandou a operação, também de baixo de chuva, expulsando a família na ausência do pai que havia sido mandado trabalhar longe de sua casa; à mãe de família que invoca “a justiça de Deus”, ele responde: “Cale-se, besta, Deus manda no céu. Na minha terra, quem manda sou eu.” Expressão de poder que dispensa qualquer comentário. SSP 29.747.

²³⁶⁶ DP, 24.07.73, sob o título “4 mortes em Alagoas pela luta pela terra”.

trágico, em razão da morte das crianças, mas também daquela do administrador e do próprio trabalhador que fora vingar seus filhos, deve ser imputado, sem dúvida, a notícia jornalística. Com exceção dos anos 60 a início de 64, informações sobre a situação dos trabalhadores rurais da zona canavieira, particularmente quanto às crianças,²³⁶⁷ eram extremamente raras. As existentes eram geralmente de ordem policial, como no caso dos incêndios de canaviais. Assim, após diligências frente a esse tipo de “denúncia”, revelava-se que “o filho de criação do trabalhador rural (...) assim fizera a fim de matar preás; ele tem sete a oito anos de idade.”²³⁶⁸ As diversões tão revestidas de saudade dos meninos de engenho literários não aparecem. Nas fontes escritas, a única evocação de brincadeiras infantis eram casos de polícia. Investigadores, consideravam “travessuras” os experimentos de crianças, alardeados como sinais graves de subversão grassando na região pelos donos das plantações. A falta de enquadramento por parte dos adultos era invocada: “Os pais, forçados pelas circunstâncias, são forçados a abandonar o lar, em conjunto, das 5 às 17 horas, para conseguirem sua manutenção, deixando os filhos entregues à própria sorte.”²³⁶⁹ Um documento do delegado de polícia descrevia-o com a perícia de quem, talvez, já praticou o esporte:

“brincadeiras de crianças [que] resolveram atear fogo no mato a fim de caçar alguns preais (sic) caças estas que com a queima do mato, saiam apavoradas de suas tocas, indo procurar abrigo em outros lugares, neste intervalo se aproveita o caçador para desfechar na caça o tiro de misericórdia.”²³⁷⁰

Outros documentos de polícia, tratando de incêndios, mostravam, no entanto, que a compreensão policial era muito limitada. Sendo esse assunto extremamente sensível e causa de prisões e maus tratos em adultos, quando o culpado era uma criança, as sanções não eram por isso ausentes. Mencionou-se até a prisão do menino Natanael.²³⁷¹ Em todos os casos, nenhuma menção de proximidade, amizade, brincadeiras comuns entre filhos de empregados e filhos de empregadores. Nenhuma saudade desses tempos “no pé da bagaceira”.

²³⁷²
“Denúncia ao DP de Nina Mendes de Araújo

Procurando seu marido num engenho de Lagoa do Carro, em Carpina, “o delegado obrigou-a, porém a abri-lhe a porta e, antes lhe garantiu que nada de mais faria; pretendia apenas revistar os cômodos para ver se ela estava dizendo a verdade. Regina Neves assentiu de boa fé na proposta da autoridade e esta, já dentro da habitação,

²³⁶⁷ Uma nota rápida, num artigo de jornal, mostrava sua participação nas lutas também. Visitando engenhos onde atuavam as Ligas Camponesas, Lindalvo Lins se queixava da falta de cooperação dos moradores, para fornecer informações a respeito de dado trabalhador procurado. “Até os meninos, conforme observamos, foram postos de tocaia para avisar Antônio Severino sobre nosso movimento. Os vigias só se retiraram de seus postos quando abandonamos o local.” “Agita-se a “Liga Camponesa” em Vitória de Santo Antão”. DP 13.05.59, p. 5.

²³⁶⁸ Termo de declaração de J. G.S.F. administrador do engenho M. em Goiana, em 17.01.1974. SSP 28.789, Doc. 14.

²³⁶⁹ Relatório do investigador A. X. O., de 31.12.59. SSP 19.177.

²³⁷⁰ SSP 18.789. Doc. 211.

²³⁷¹ SSP 19.177. No caso, ele foi denunciado por outros trabalhadores, sem piedade.

²³⁷² DP 25.11.48. No dia seguinte aparecia, no mesmo jornal, a versão da polícia, garantindo que havia detido o menor para “averiguações”.

procedeu de maneira diversa do prometido. Fez seu filho, o menor de 16 anos, João Cazumba de Souza, sair da cama, e sob uma saraivada de bofetões, levou-o preso, sob a alegação de que «o pai ausente, o filho iria preso.» Assim mesmo aconteceu e o menino, apesar de sua constituição franzina, pagou pelo pai, a surra que este deveria sofrer por parte da autoridade.”

IV. 1. 2. ALIMENTAÇÃO

“Quando o pobre come galinha, um dos dois está doente.”
Provérbio camponês²³⁷³

Entre as virtudes supostas da ‘morada’, uma das mais destacadas era a oportunidade de providenciar uma boa alimentação para a família do trabalhador rural, dispondo de terra cedida para praticar culturas destinadas ao consumo ou à venda nos mercados próximos. Curiosamente, essa afirmação convivia relativamente pacificamente com o consenso, amplamente comprovado, de que as classes trabalhadoras conheceram graves problemas de nutrição na região por tão longo quanto houve cana aqui. Josué de Castro responsabilizava enfaticamente “o tipo de organização econômica, da exploração econômica de tipo colonial, estabelecido sob o signo do feudalismo agrário em torno da monocultura do açúcar”.²³⁷⁴ A “cana-de-açúcar”, continuava o grande pioneiro da luta contra a fome, tinha “nocivos exageros de planta individualista”,²³⁷⁵ monopolizando o solo no “sistema de exploração da terra, que a economia açucareira impôs: o sistema de exploração monocultora e latifundiária”,²³⁷⁶ que deixava um “contraste marcante entre as possibilidades geográficas existentes e a extrema exiguidade dos recursos alimentares da região.” Josué de Castro²³⁷⁷ calculou que o trabalhador rural da zona da mata absorvia mais ou menos 1.700 calorias por dia.²³⁷⁸ Nelson Chaves, cuja estimativa era ainda menor (1.500),²³⁷⁹ atribuiu o baixo desempenho do trabalhador rural nordestino comparado ao seu colega paulista a

²³⁷³ “A LIGA”. Rio de Janeiro, Nº 2, 16.10.62. Arquivo Público Estadual. Fundo DOPS. SSP 31.519.

²³⁷⁴ CASTRO, Josué de. *Sete Palmas de Terra e um Caixão*. Op. cit., p. 56.

²³⁷⁵ Idem, p. 48.

²³⁷⁶ Idem, p. 45.

²³⁷⁷ Sua obra *O problema Alimentar Brasileiro*, de 1934, lançou a pesquisa científica a respeito e foi um marco importante na questão da desnutrição das classes trabalhadoras. O Prof. Malaquias Batista Filho Batista Filho, um dos especialistas que perpetuam o trabalho desse grande pioneiro comenta: “As primeiras pesquisas, embora que sem o formalismo atual em estudos epidemiológicos, foram feitas por Josué de Castro na década de 30 e 40. Eram muito mais em cima de dados secundários, eram muito mais em cima de deduções, sem uma base empírica muito grande. É claro que tinha por trás a genialidade de Josué de Castro que era um bom observador e um excelente analista e permitia que, mesmo sem a riqueza de dados que nós temos hoje, fazer um retrato relativamente bem aproximado do que seria a realidade. Geografia da fome no Brasil tem capítulos sobre as diferentes regiões e dentro das regiões sobre determinados pontos como a Zona da Mata no Nordeste todo, o chamado nordeste oriental.(...) Josué de Castro de fato representa o autor inicial que trouxe contribuições perfeitamente científica para o estudo da problemática alimentar e nutricional no Nordeste do Brasil como um todo. Depois apareceu Orlando Parahym, Nivaldo Batista e Nelson Chaves que foi o fundador do Departamento de Nutrição.”

²³⁷⁸ CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome*. Op. cit.

²³⁷⁹ A diminuição qualitativa, no sentido da incorporação cada vez maior do fubá, por exemplo, em vez de feijão, no cardápio, contribuía também à pauperização da dieta das populações canavieiras.

tamanha incompatibilidade entre a nutrição e o desempenho exigido.²³⁸⁰ Em seu discurso de posse como Secretário da Saúde de Pernambuco, declarou: “*Na zona litoral-Mata, corroída pela chistosomose, pela tuberculose, pela malária [a população] é vítima de uma monotonia alimentar impressionante.*”²³⁸¹ Constatação também de Orlando Parahym,²³⁸² a respeito de um inquérito²³⁸³ revelando déficits de mais de 68% em cálcio; 75% em vitamina A; 96% em vitamina B e 36% em vitamina C: “*O valor calórico total da ração, escreve Parahym, era insuficiente, considerando-se o trabalho de força desses operários.*”²³⁸⁴ Josué de Castro mencionou que 40% das crianças estavam com anemia declarada.²³⁸⁵ Diversos estudos mostraram a gravidade dos déficits alimentares. Em termos calóricos, eles ultrapassam os 50% atingindo até 57,19% em três usinas da Bahia e 59,31% em Sergipe, no levantamento efetuado em 1942 por Torres Vasconcelos.²³⁸⁶ Fernando Antônio Gonçalves conduziu um minucioso levantamento na zona canavieira, concluindo que “*as famílias pesquisadas não ingerem (...) as quantidades necessárias ao fornecimento das calorias indispensáveis à manutenção das condições híginas de saúde.*”²³⁸⁷ A pesquisa mais citada,²³⁸⁸ levada a cabo na mesma época por uma equipe norte americana, com a assistência de especialistas brasileiros,²³⁸⁹ conduziu a conclusões similares.²³⁹⁰ Outras sucederam.²³⁹¹ Todas mostrando as mesmas carências graves (protéicas, calóricas e vitamínicas) e o atraso no crescimento que ocasionavam nas crianças um nanismo induzido.²³⁹² Estes estudos mencionam ainda como fator agravante de um quadro muito preocupante, as diversas parasitoses que atingiam a totalidade destes organismos sofrendo de

²³⁸⁰ CHAVES, Nelson. *Fome, criança e vida*. Recife, Massangana, 1982, p. 73.

²³⁸¹ DP, 22.02.48, p. 5.

²³⁸² Publicado em 1941.

²³⁸³ Ele precisa: “*efetuado por Augusto Pontual Fiúza*”. TORRES, Vasconcelos. *Condições de Vida do Trabalhador na Agroindústria do Açúcar*. Op. cit., p. 224.

²³⁸⁴ Ibidem.

²³⁸⁵ CASTRO, Josué de. *Sete Palmas de Terra e um Caixão*. Op. cit., p. 54.

²³⁸⁶ Suas conclusões são mais contundentes para Sergipe e a Bahia do que para os Estados do Sul. A respeito de Sergipe (cuja situação, segundo o próprio autor não se distingue muito da de Alagoas e de Pernambuco, p. 224), ele escreve: “*Esta unidade da Federação, a bem dizer, vive do açúcar, mas a quantidade de usinas e engenhos não impede a triste situação alimentar do obreiro sergipano.*” TORRES, Vasconcelos. *Condições de Vida do Trabalhador na Agroindústria do Açúcar*. Op. cit., p. 210, 220 e 223.

²³⁸⁷ GONÇALVES, Fernando Antônio. “Condições de Vida do Trabalhador Rural na Zona da Mata de Pernambuco”. Op. cit., p. 137. Seus cálculos alcançaram cifras seguintes: em média, o total energético dos alimentos ingeridos por um adulto-equivalente, era de 2760 calorias, sendo o menor número de 2.160 (na região F: Carpina, Glória de Goitá, Gravatá e Vitória de Santo Antão), Ibid., p. 142.

²³⁸⁸ A primeira a ser dotada de um caráter científico, segundo o Professor Malaquias Batista Filho.

²³⁸⁹ BOHAN, Merwin L. (Coord.). *Northeast Brazil. Nutrition Study*. Op. cit.

²³⁹⁰ Ele sublinha o “*deficits in food availability for the population*” designando como “*major concern*” o fato de que “*two export crops, sugar and cocoa, account for approximately 37 percent of the total food energy production*”. Idem, p. 8.

²³⁹¹ BATISTA FILHO, Malaquias. *Pesquisa Nutricional na Zona da Mata*. Recife, UFPE, Imp. Univ., 1968. DACONA. *Projeto de Nutrição, Pernambuco. Conclusão*. Recife, UFPE, 1972.

desnutrição. A polêmica autora de *Death without weeping*²³⁹³ ilustra a distinção entre a fome permanente, a subnutrição das populações que estudou na zona canavieira de Pernambuco, e aquela dos Iks²³⁹⁴ ou dos habitantes do gueto de Varsóvia.²³⁹⁵

“The hunger of the coastal sugarcane workers and their children is not the same as the starvation of the Ik and the periodic famines that afflict the people of the Pernambucan sertão.”²³⁹⁶ The hunger of the zona da mata is constant and chronic, not much changed over the twenty-five-year period that I have known the region. It is the hunger of those who eat every day but of insufficient quantity, or of an inferior quality, or an impoverished variety which leaves them dissatisfied and hungry.”²³⁹⁷

A autora mostra que experiências norte-americanas (com voluntários) situam por volta de 1570 calorias diárias, o nível de inanição que leva à morte.

“Feys and his colleagues had designed an experimental study to observe the physiological and psychological effects not of malnutrition but of starvation. Insofar as their work still stands as the classic scientific study of human starvation, we might begin to consider the situation of the Nordeste rural worker and his or her family for what it really is: the slow starvation of a population trapped, as Galeano suggested, in a veritable concentration camp for more than thirty million people.”²³⁹⁸

Embora raramente evocada nas reuniões patronais, a deficiência alimentar dos trabalhadores surge, vez por outra, carregada de preocupação, não humana ou social, mas empresarial. Assim, num exemplo típico de muitos outros textos,²³⁹⁹ durante o Congresso Açucareiro dos Estados do Nordeste Recife, março de 1947, foi tratada

²³⁹² ZISMAN, Meraldo. *Nordeste Pigmeu*. Op. cit.

²³⁹³ SCHEPER-HUGHES, Nancy. *Death without weeping*. Op. cit.

²³⁹⁴ Ver o famoso livro de Collin Turnbull. *The Mountain People*. (London, Picador: 1973). sobre uma população afetada por uma mudança geopolítica na África do Leste.

²³⁹⁵ Provocativamente, como todo o seu trabalho demonstra, Scheper-Hughes compara o consumo de calorias médio, na zona canavieira de Pernambuco, com outras situações extremas: se no gueto de Varsóvia, a ração diária não passava de 800 calorias, “*similar to the diet of the internees at the Belsen concentration camp*” em compensação, o canavieiro é tratado como um preso de Buchenwald, onde o professor Richet, futuro membro da Academia de Medicina francesa foi internado. Num artigo seguindo a liberação dos campos, em 1945, ele publicou suas observações avaliando a 1750 calorias a ração cotidiana que recebia. A diferença entre Belsen e Buchenwald não é explicada por Sheper-Hughes. Por se tratarem de campos que abrigavam ao mesmo tempo detentos trabalhadores, e pessoas destinadas ao extermínio, talvez seja a razão de tamanha discrepância. SCHEPER-HUGHES, Nancy. *Death without weeping*. Op. cit.

²³⁹⁶ Malaquias Batista Filho concorda para o passado: “*No Sertão tinha desnutrição, fome aguda durante a seca, mas nos outros momentos a situação era boa. Hoje a situação não é mais assim.*”

²³⁹⁷ SCHEPER-HUGHES, Nancy. *Death without weeping*. Op. cit., p. 137. A autora reivindica uma “*relatively detached and dispassionate way*” frente à fome e seus efeitos. “*The scenes of sickness, hunger, and (especially) child death are now commonplace to me, and only rarely am I moved by a particularly poignant scene or image.*” Idem, p. 141.

²³⁹⁸ Idem, p. 157.

²³⁹⁹ Essa dimensão merece um estudo específico, para evidenciar os usos que a classe patronal fez da óbvia miséria de seus assalariados com propósito de extorquir cada vez mais recursos públicos para seus próprios empreendimentos, com a vaga promessa que de algum modo, algum benefício atingiria essas populações. A periodização dos surtos de comiserção, tais como apareciam na imprensa, eram absolutamente ligados às campanhas para reajusto do preço da cana/açúcar e álcool. Na época do surgimento e ascensão do movimento social rural, particularmente na forma das Ligas Camponesas, o medo de insurreição (num tempo marcado pela experiência cubana) provocou um questionamento mais profundo, levando algumas frações da classe dominante a defender um tipo de reforma agrária, garantindo o surgimento de uma classe média rural, tampão amortecedor dos efeitos perigosos, para os latifundiários, da secular polarização de classes na região. A cooperativa de Tiriri foi o produto exemplar e experimental desse projeto.

“a condição do trabalhador açucareiro da cana e das usinas, cujos direitos mínimos reclamam sob os imperativos da sã justiça e do equilíbrio econômico, que os governos venham a assegurar aos Estados do Nordeste:

- 1. Medicina social, preventiva do depauperamento físico, pelas moléstias e carência que explicam os índices alarmantes da deficiência de produção, da mortalidade e dos males sociais, na região nordestina, abrangendo a todos os seus ramos de actividade;*
- 2. Assistência médica, dentária, hospitalar e farmacêutica;*
- 3. Abastecimento de gêneros alimentícios – através do seu tabelamento, nos Estados de origem, de que depende a alimentação do Nordeste, nos moldes da fixação de preços em que incide a produção nordestina, e mediante a organização sob moldes cooperativistas, do abastecimento das populações trabalhadoras na agricultura, indústria canavieira, estendendo-se essa organização às demais utilidades requeridas pelo padrão de vida das cidades obreiras.*
- 4. Assistência à infância e à pre-natalidade.*
- 5. Assistência escolar e social.”²⁴⁰⁰*

A brevidade do assunto, no meio de dezenas de páginas sobre preços e técnicas de transporte ou tratamentos da cana, bem como a ausência suspeita de qualquer referência à cessão de lotes de terra (embora o texto seja bem posterior à Lei que estabelecia a base legal obrigatória dessa²⁴⁰¹) deixa mal augurar da disposição do patronato a qualquer esforço - além de timidamente declaratório - no sentido da melhoria das condições de vida dos trabalhadores. O apelo à “sã justiça” e respeito aos direitos (dos plantadores apenas), era inteiramente dirigido ao Estado, no pleito de mais subsídios.

A desnutrição: uma “herança biológica”

“Uma das primeiras conseqüências é que nas áreas de desnutrição, nas áreas de pobreza, de fome é uma mortalidade “muito elevada”. O número atual: a Zona da Mata hoje está com uma mortalidade de 140 por mil enquanto que o Estado de Pernambuco como um todo não chega a 70 por mil, no primeiro ano de vida. É uma mortalidade duas vezes maior. A criança que nasce com baixo peso porque a mãe é desnutrida, tem uma probabilidade de morrer cinco vezes maior do que a criança que nasce com o peso normal. Naqueles que sobrevivem, existem uma série de conseqüências: uma delas seria o próprio dano orgânico que leva à dificuldade de aprendizado e por conseguinte a uma incompetência potencial em relação ao mercado que é cada vez mais exigente no que diz respeito à mão-de-obra. Para quem sofre de desnutrição, a probabilidade de aprendizado se reduz consideravelmente. A terceira coisa é a limitação do próprio desenvolvimento físico. É uma máquina pequena porque atrasou em termos de crescimento. Uma máquina do ponto de vista produtivo, de esforço físico. O termo de máquina não se aplicaria a outra coisa. Mas eles são uma máquina pequena. As chances que eles tem de desenvolver um trabalho físico inferior a uma máquina: aquele homem que atingiu um crescimento adequado tal como potencialmente deve acontecer com um ser humano que tenha a probabilidade e as condições de desenvolver plenamente o seu potencial físico de crescimento. A outra conseqüência é que a desnutrição faz com que as doenças se tornem relativamente bem mais freqüentes. Doença significa má qualidade de vida e significa redução de probabilidade de que seja adequado em termos de trabalho, que se aumenta o absenteísmo etc. Bem, a própria limitação do crescimento faz com que se tenha populações nanicas; passa a ser um fator que compromete as gerações futuras fazendo com que a desnutrição termina assumindo as características de uma doença hereditária. Por exemplo, as mães baixinha tendem a ter filhos de baixo peso, que pelo fato de ter baixo peso apresentam um risco grande de morrer, que é uma marca epidemiológica de risco para a criança recém-nascida. E, não morrendo, apresentam uma probabilidade maior de adoecer e de apresentar nanismo, fazendo com que uma geração transfira para a outra como se fosse uma herança biológica, a própria desnutrição.”²⁴⁰²

²⁴⁰⁰ CONGRESSOS AÇUCAREIROS NO BRASIL. Op. cit., p. 265.

²⁴⁰¹ Ver II. O Contexto

²⁴⁰² Entrevista com Malaquias Batista Filho.

Origem dos alimentos

Eram três as fontes de abastecimento local dos trabalhadores rurais, todas submetidas às regras e ao poder do plantador: o sítio/roçado, o arração e a caça/pesca.

“Quando ele já tinha no sítio dele, no roçado dele, ele ia comendo. E comprava nos barracão, nos engenho comprava no barracão. Pescava! Pescava, caçava, era, era.” José Pascoal de Figueiredo.

Quando as distâncias e o modo de pagamento o permitiam, certos trabalhadores tinham também acesso aos mercados das pequenas cidades da região, onde colocavam eventualmente à venda suas próprias produções e podiam, com o apurado, abastecer-se em outros bens.

“Os alimentos nas feiras. Era, comprava no sábado, fazia aquela arrumaçõzinha no sábado, e tinha que passar até o outro sábado. Quando se acabasse, ninguém ia comprar mais [E inteirava com o roçado?] Era, com o do roçado: uma criação, uma galinha, um ovo...” José Felipe Santiago.

Especialistas em nutrição com grande experiência de pesquisa da própria Zona da Mata pernambucana, como Malaquias Batista, sublinham o quanto a má qualidade da água²⁴⁰³ na dieta dos canavieiros influiu no seu estado de saúde, por ser vector de muitas doenças.²⁴⁰⁴

*“Na Zona da Mata um sério complicador importante naquela época era o squistosomose e a encilostomose que são parasitas que necessitam de um ciclo na terra ou na água. Isto é típico das situações onde não tem saneamento. Na cidade, pelo menos, as pessoas dispõem de chafariz, destas coisas, de uma fossa comunitária, de uma fossa... O que não é o caso da zona rural.”*²⁴⁰⁵

Os trabalhadores são unânimes quanto a seu abastecimento em água para consumo:

*“Pegava nas cacimba, nas várzeas.”*²⁴⁰⁶ Os cursos de água são citados por todos os

²⁴⁰³ A gravidade da situação está evidenciada no quadro AZEVEDO, Carlos Alberto, Rachel Caldas e Vamireh Chacon. *Situação sócioeconômica em Áreas da Zona Canavieira de Pernambuco e Alagoas*. Op. cit., p. 97. Ele foi estabelecido para Alagoas. Na página 75 o assunto é tratado, sem a mesma precisão, mencionando apenas *“abstecimento primitivo de água, responsável pela moléstias hídricas determinantes do alto índice de mortalidade, notadamente infantil.”*

²⁴⁰⁴ “Impõe-se a instalação de um posto médico em Paudalho. As doenças que mais afetam os trabalhadores: tuberculose, tracoma, esquistosomose, boubá, maleita.” DP, 09.02.46.

²⁴⁰⁵ “Milhares de Trabalhadores Rurais afetados pela esquistosomose”. As razões invocadas eram o consumo de água contaminada, a falta de saneamento. As taxas de infestação humana eram taxadas de *“alarmantes”*: Vitória 36%, Catende 50%. Dos 23 municípios afetados, 17 situavam-se na zona canavieira. O Dr Durval afirmou: *“Certas comunidades neste Estado, por mim estudadas nesse particular, estavam em 100%. Creio sem exagero, que dificilmente se encontrará um doente proveniente do interior ou mesmo desta capital, que não tenha seu mal ocasionado ou complicado por uma parasitose intestinal, a esquistosomose inclusive.”* DP 11.01.45 (última página, em 6 colunas). Uma foto mostrava crianças se banhando num rio com a legenda: *“Esta é uma das maneiras de apanhar esquistossomose. Banhando-se nos rios.”* Na edição do DP de 19.05.46, o mesmo médico voltava a cargo: *“Morre-se de verminose como se morre por tuberculose, de malária ou subnutrição. Os distúrbios digestivos, a anemia por expoliação, o retardamento do crescimento, o embotamento intelectual, o nervosismo são tantos sintomas da infestação verminotica que gera a apatia da raça.”* O Dr Aristides de Paula, de Nazaré declarou à Comissão contra a Doença de Chagas: *“Estive na casa de um trabalhador do eito onde todas as pessoas estavam doentes. Todos tinham anemia e hepato espleno-megalia. É de crer que toda a família desde o pai ao último dos filhos tivesse esquistosomose. Quando sucede recebermos, no consultório, alguns moradores de engenho, encontramos uma frequência muito grande de esquistosomose.”* DP 25.01.45. Ver também as declarações do Dr Aloysio Costa, no DP de 31.01.45. Entre as raras menções, uma diretriz, dirigida aos empregadores, de construir *“banheiros como medida de profilaxia nas usinas da esquistosomose.”* DP 01.02.46.

²⁴⁰⁶ José Barbosa do Nascimento, Generino Luis da Silva, José Peagentino dos Santos, José Francisco dos Santos, Antônio Maurício Domingo.

entrevistados: córregos, riacho, rio.²⁴⁰⁷ Apenas Moisés Alves Correia menciona “da fonte.” O tratamento da água era quase nulo: apenas decantação numa jarra: “O sujeito ia buscar, botava nos pote, na cacimba, e bebia.” Arlindo Nascimento.

“A gente, nunca tivemos liberdade de comer, não.”²⁴⁰⁸

“Era um tempo que se passava muita fome.”
Anísio Francisco da Silva

A segurança alimentar, segundo a nomenclatura atual, era um dos pontos fortes da ‘morada’. Quase uma justificativa. Pelo menos um fator importante na construção da suposta “saúde” proposta pela literatura. Parte dos depoimentos podem alimentar esse retrato na medida em que a supressão dos sítios e roçados e a expulsão da maioria dos trabalhadores rurais dos engenhos para as pontas de rua, onde não podem mais “plantar”, torna o passado em que cultivavam e colhiam parte de seus próprios alimentos, uma lembrança com traços eventualmente sedutores, ou passíveis de certo lamento. Não que o sistema deixasse saudade em si, mas que gostariam de poder novamente cultivar a terra em seu próprio proveito, como está claro no seu desejo por terra via Reforma Agrária. Existe uma distinção entre o gozo da função de agricultor em regime de economia familiar, como lhes fora permitido na época em que moravam nos engenhos – isto é, de forma restrita e sujeita – que poderia ser completa com a ascensão ao estatuto de proprietário de terra, de um lado; e do outro o retrato embelezado de sua estadia nas plantações na época da ‘morada’, na versão oficial da história.

Uma das provas que essas duas facetas não podem ser confundidas, está nas suas respostas à pergunta de se havia fome nos engenhos na época da ‘morada’. As respostas são bastante nuançadas, segundo considerassem apenas sua própria experiência pessoal, ou a situação mais ampla de seus colegas de profissão. Obviamente, havia também épocas, seja na vida pessoal do entrevistado, ou mais geralmente para a população trabalhadora da região que foram mais ou menos auspiciosas, inclusive nesse particular.

“Fome Passava, pouca. É, mas passava também.” Joaquim Pedro da Silva.

“Se tinha fome! Tinha muita fome. Fome e não era de brincadeira.(...) Na minha infância mesmo eu passei muita necessidade.” Amaro Rosendo Fagundes.

“[Comia] Quando tinha. E quando não tinha, passava fome.” José Batista do Nascimento.

²⁴⁰⁷ Malaquias Batista Filho defende que as parasitoses graves sejam consideradas doenças ocupacionais, na medida em que os trabalhadores eram coagidos a usar águas contaminadas. “Tem uma série de suspeições inclusive sobre o problema de câncer de pênis nas populações que trabalham na cana de açúcar e a própria esquistossomose, embora não seja considerada uma doença ocupacional. Mas quem trabalha na cana de açúcar, necessariamente usa água para se banhar, inclusive por conta da irritação de pele que a cana-de-açúcar causa. O fato de o indivíduo evacua na beira do riacho: quer dizer a cana de açúcar criou um ecossistema tal que se torna muito mais fácil adquirir esquistossomose na região. Por um raciocínio colateral, nos poderíamos admitir a esquistossomose, as outras parasitoses dos que trabalham no campo como uma doença muito relacionada com a cana de açúcar que teria um caráter de doença ocupacional.”

²⁴⁰⁸ João Francisco dos Santos.

“É se passava né, aqui todo tempo teve, teve um mas equilibrado outro mas menos equilibrado então aquele que era mas equilibrado sempre passava muita fome e por isso cuida agora eu estava dizendo ali que eu sofri tanto eu (mesmo a pessoa plantando roça a pessoa não tinha o que comer) Mais por isso que não podia estava no campo e as vez estava fazendo que fizesse, né?” Anísio Francisco da Silva .

A grande fome de 1937

“Em 1937, a gente sofremos ali, quase morriamos de fome. A gente só não, o povo todo. Foi uma crisezinha porque a farinha deu até 12 mil réis na rua por isso que ninguém falava em quinto, falava em crise, a farinha deu até 12 mil réis aí na rua. Só deu um domingo, 12 mil réis aí depois que deu 12 mil réis aí a polícia invadiu pra vender por 12 mil réis não se vende, mas aí foi baixando pra 11, pra 10, aí no princípio de 38 (...). Aí, meu tio começou a trabalhar, passar necessidade, passando fome às vezes, era capaz de cair no serviço. Vendia castanhola. Tirava castanhola daquele pé de castanhola e comia. Aí, quando foi no fim, no fim de 38, a vizinha deu três quilos de farinha. Aí acabasse mais a fome pra gente, mas... tinha dia que ele nem vinha pra casa almoçar por que não tinha disposição e nem também tinha comer em casa, pra comer também. Mas, depois de 38 melhorou a situação.”

José Inácio da Silva.

“Eu passei tanta necessidade que eu não sei nem contar na minha vida. Porque no tempo que eu trabalhei ali no Engenho Prado, aqui, nesse engenho perto do Juá. Aqui em 37, a gente saía de manhã, uma cuia de farinha de 7 mirréis. Lá em casa tinha, parece que 7 pessoas e não tinha condição de trabalhar 4; e não tinha condição da gente comprar uma cuia de farinha. A situação era difícil. A gente ia pro serviço trabalhar, quando era meio dia, 9 horas a gente vinha para casa fazer um lanchinho, fazer um lanche; voltava, pegava no serviço de uma hora. O feitor mandava buscar um bardo de mé de furo no engenho.²⁴⁰⁹ Tinha gente que bebia uma garapa na hora de meio-dia, quando acabava de beber ficava assentado ali. Suava, suava, suava. Tinha gente que adoecia e ia pra casa. Dava fraqueza. Moleza. Até adoecia. Com aquela garapa de mé de furo, comia três vezes. Comia duas vezes. Comia uma vez de 9 horas do dia e ia comer outro de 6 horas da noite. Era. O direito da refeição, era esse. Duas vezes no dia!”

Antônio Virgínio da Silva.

“A alimentação, meu patrão, a alimentação naquele tempo era muito pouco. Meu pai ganhava 5 tostões. Eu ganhava 2 tões. Não dava pra gente viver. Às vezes, chegava em casa de tarde, tudo morto de fome. Meu pai tinha um pé de laranja, na frente da casa, assim, com umas laranjas verdes, desse jeito assim. Quando ele chegava, ficava logo de baixo do pé de laranja, chamando por minha mãe, dizia: «Joana, traz logo uma pitadinha de sal aí.» Aí ele também comia umas três laranjas daquelas com sal, era que ele entrava pra dentro. Eu me lembro como se fosse hoje, no ano de 37 isso. No ano de 37, meu pai comeu muita laranja com sal. Foi um ano que nasceu tanta da tomate, de uma tomate miúda que tinha. Uma tomate miúda que tinha, nasceu até pelos lajeiro de pedra. Foi o que salvou o povo em 37. Porque comer era difícil naquele tempo, o que a gente ganhava não dava para se manter não.”

Eugênio Benvindo M. Freitas.

Fome

Fome, um assunto tão difícil e doloroso que alguns dos entrevistados o negam inicialmente, talvez devido à formulação da pergunta: “Tinha não”, responde Luis Batista do Nascimento. Precisando a idéia, ele detalha essa negação: “Olhe, sobre esta altura, nunca faltou gente pedindo. Nunca faltou gente com fome e nu.” A resposta se torna categórica, no outro sentido. Questão de pudor? Talvez pensasse o entrevistado que a pergunta dizia-lhe respeito apenas pessoalmente: se ele tivesse passado fome. Manoel José Alexandre afirma que “não tinha fome não. Havia fome não.” Antônio Ambrósio dos Santos relata que “vivía mais

²⁴⁰⁹ Vasconcelos Torres assinala que esse traço é mais freqüente “no período da safra, isto é, de setembro a março, é largamente utilizado o “mel de engenho”, juntamente com a garapa e rapadura”. TORRES, Vasconcelos. *Condições de Vida do Trabalhador na Agroindústria do Açúcar*. Op. cit., p. 227.

desemprensadozinho, tinha a barriguinha cheia.” No entanto, ele continua, julgando que a alimentação “*era pouca, era.*” Depois, ele envereda a falar da caça e pesca que “*melhorava muito.*” “*Ah!, fome tinha. Só podia ter! Comia no barracão, coitados.*” Após contar o quanto havia pescado, Miguel José de Oliveira mostra que isso era insuficiente para satisfazer as necessidades básicas de uma família. Generino Luis da Silva concede:

“Pra trás o que eu sei dizer é que fome eu passei, e muita.

[Fome, passou muito?] *Passei muito.*

[Tinha muita fome?] *Fome, era muito. Chorei até de fome.*”

“*Passava*” fome, confidencia Amaro José de Sena. Segundo o entrevistado, isso não é contraditório com o fato de ter caça e pescados para “*levar*”, pois não era suficiente. “*Tinha um bocado de fome nos engenhos naquela época*”, confirma José Antônio da Silva. A pergunta leva vários entrevistados a uma resposta complexa. Mesmo aqueles entrevistados que lembram de fartura - “*Era demais!*”, exclama-se Joaquim Pedro da Silva - confirmam, ao mesmo tempo, as dificuldades permanentes para conseguir o mínimo vital em termos de alimentação. Na sua experiência, isso dependia da capacidade produtiva imediata do trabalhador, e não de garantias oferecidas pelo patronato. Fome, conclui Joaquim Pedro da Silva, “[*p*]assava sim, senhor, porque não plantasse... Não plantasse, tinha que passar fome, né? Pedia aos outro pra comer.” Apesar do abastecimento providenciado pela colheita do sítio/roçado ou pela caça e pesca, eles constataavam – se não viviam – grande penúria de alimentos básicos afetando famílias vizinhas.

“Era uma beleza, todo mundo tinha nessa época, quer dizer, quem trabalhava. Também existia fome, como existe hoje.” Amaro José de Sena.

“Na feira, de primeiro, tudo sobrava e era tudo de coisa do campo e hoje em dia o Sr vê que a gente chega numa feira é aquelas pitanguinhas de batata e de primeiro não era, que tinha muito, sobrava! E hoje em dia só tem mais mode muitos posseiros que tem aí, né. Se não fosse isso, olhe... É por isso que eu digo que sempre tinha fartura, não tinha fome. Agora que toda vida teve, houve fome, toda vida houve fome. Porque não tem patrão que seja bom, passou pra ser patrão, ele só puxa a brasa na sardinha dele, mas o morador que queria plantar, todos eles planta.” José Francisco da Silva.

Embora a questão alimentícia durante a época da ‘morada’ fosse sempre associada à posse de terra cedida para culturas próprias à família de trabalhadores, os entrevistados mencionam em primeiro lugar o seu salário: o quanto era insuficiente para cobrir as necessidades em alimentos para a simples sobrevivência. Todo seu valor era engolido, em muitos casos antes mesmo de ser percebido, na compra do produto básico da dieta, a farinha de mandioca e algum complemento. As conseqüências da insuficiência salarial agravavam todos os aspectos da vida dessas famílias, além de privá-las de qualquer possibilidade de distrair parte alguma de suas forças na luta – é a palavra que usam – contra a morte por inanição.²⁴¹⁰ Como os

²⁴¹⁰ 80,2% da renda familiar era gasta com a alimentação; 4,5% com o vestuário; 4,4% com remédios; 4,3% com fumo e bebidas; e 3,2% com artigos de higiene. GONÇALVES, Fernando Antônio. “Condições de Vida do Trabalhador Rural na Zona da Mata de Pernambuco”. Op. cit., p. 150-151. A pesquisa mostrou a pouca importância da disponibilidade de dinheiro para outras coisas que não a alimentação. Idem, p. 152. “*Maurice Halbwachs,*

demais aspectos das condições de vida, falar da alimentação desperta, sem dúvida, lembranças dolorosas nos entrevistados: “[à]s vezes, eu nem gosto de relembrar; eu nem gosto de falar. Mas é bom, é bom”, confidencia Anísio Francisco da Silva.

“Faltava, faltava mais a alimentação da feira.” José Barbosa do Nascimento.

“Demais! Tinha muita fome, sim Sr Porque no meu tempo, eu era pequeno, meu pai não tinha de que se valer, só era daquele ganhim mesmo e não dava, aí tinha fome.” Antônio Ambrósio dos Santos.

“Existia fome. Quem não queria trabalhar, quem só queria trabalhar para o patrão, sempre viveu morrendo de fome!” Amaro José de Sena.

Pois, havia muita fome nos engenhos, mesmo no tempo da ‘morada’. Entre as categorias mais cruelmente atingidas, os velhos que não conseguiam mais manter o rude ritmo do trabalho no eito. Aposentados, embora apenas beneficiados por meio salário mínimo, os entrevistados são particularmente sensíveis à recordação da condição dos velhos na época da ‘morada’.

“Tinha muitos; passava muita fome. Era muita gente... Quando eu ia pra Cucaú, aqui, acolá uma porteira, que antigamente existia porteira nas estrada, não faltava um penitente pedindo. Era o pessoal velho. Não existia aposentadoria pra ninguém, meu amigo, não. Olhe, quando eles ficava era pedindo, com um saco nas costas pedir por todo canto. Os que tinha paixão dava; os que não tinha não dava. Quando não era nisso, era na feira pedindo. Pelos pés das pontes pedindo.” Cassiano José de Sena.

A famosa “preguiça”,²⁴¹¹ de que certos patrões acusavam tanto seus trabalhadores, encontrava sua explicação na fome endêmica que reinava na região. Os trabalhadores detectam todos os sintomas da fraqueza física e mental conseqüente à desnutrição.

“Uma coisa, um negócio que o patrão não gostasse; se ele fosse preguiçoso, né? Quem trabalha às vez até com fome, e não é preguiçoso.” Manoel dos Santos da Silva.

Genericamente, os trabalhadores acham que a comida era “muito pouca. A alimentação já era mais ruim”, segundo José Pascoal de Figueiredo. Pois, embora empregados em tempo integral em trabalho pesado, nem suas principais refeições estavam garantidas todos os dias para todos eles. “Não, a comida toda vida foi... apertada”, testemunha João Francisco dos Santos. Outros trabalhadores que gozavam de um acesso mais regular à comida, particularmente graças às culturas que praticavam no seu tempo livre, comparam a fome causada pelo desemprego atual, José Felipe Santiago considera:

“Alimentação tinha bastante, porque todo mundo só trabalhava pra se manter.”

“Na minha casa, graças a Jesus, Jesus me ajudou, através que meu pai, me lembro como se fosse hoje, nessa parte, pedia pra Jesus ajudar, homem de muita disposição e educou os filhos tudo pra trabalhar. A

comme Veblen, a montré les incidences anthropologiques de rabatement d’une part majoritaire du budget sur la consommation alimentaire: c’est la participation à la vie sociale qui se trouve amputée par la faiblesse des dépenses qui n’ont pas pour finalité la reproduction biologique.” CASTEL, Robert. *Les métamorphoses de la question sociale*. Op. cit., p. 347.

²⁴¹¹ “Essa passividade que a desnutrição cria, a acomodação, a apatia, o fatalismo, o pessimismo e a aceitação do quadro que está aí. O indivíduo desnutrido, a não ser que ele tenha um grau de informação, de consciência política muito grande, no máximo, a preocupação especialmente a desnutrição primária estaria relacionada com a limitação mesmo do consumo de alimentos, é que ele quer simplesmente comer. Quer dizer ele se torna um homem vegetativo, não se torna homem. Ele é um vegetal que quer satisfazer as necessidades biológicas; às outras coisas ele renuncia.” Entrevista com Malaquias Batista Filho.

gente tinha o nosso roçado, se arrebetava no roçado e aqueles homens que era da ticuca se arrebetavam lá na ticuca pra pagar aquele fôro, ganhar bem pouquinho, mas que tinha uma macaxeira, no outro dia torrava café com a macaxeira pura, que também um quilo de charque²⁴¹² custava 2 mil-réis, mas a gente não chegava, não podia trazer 5 quilos de charque, nem 3, nem 4; por que? Cadê o dinheiro? (...) Aí pronto, o sufoco permanecia.” João Oliveira da Silva.

Embora o acesso à terra para plantar fosse valorizado, trabalhadores como José de Souza da Silva não consideraram que a situação fosse então melhor, apesar dos recursos da solidariedade entre vizinhos:

“E naquele tempo todo mundo plantava. Todo mundo tinha uma plantaçãozinha, de ... era macaxeira, roça, batata, essas coisas; e a fome era menos porque todo mundo tinha.(...) Por causa que naquela época, a alimentação pra quem tinha um monte de crianças e quem tinha uma cabra, uma vaquinha, uma coisa, aí que ele, aquela criança, sempre comia um leitezinho, e quem não tinha, prontamente era uma papa d’água. Ou então com uma vizinha dessas, uma coisa e outra, aí alimentava assim. E hoje, é mais diferente porque tem... o governo manda uma merendinha, um leite pras crianças, e tal um medicamento, uma coisa, tem vacina, quase todos os meses. E tudo isso, naquela época não tinha.” José de Souza da Silva.

A respeito da fome, como da condição, da luta, inúmeras ambiguidades surgem, portanto, no depoimento dos trabalhadores, provavelmente devidas à amplitude semântica dos termos, mas também à complexidade da realidade vivida pelos trabalhadores. Obviamente, uma condição social comum traduziu-se em circunstâncias peculiares a cada família e despertou também frustrações, revoltas, aspirações e satisfações cujo elenco é tão vasto quanto o universo humano pesquisado. O leque das tonalidades afetivas e morais atribuídas a experiências de vida homoganeamente cruéis e duras participa, na sua diversidade mesma, do retrato que se tenta aqui compor. Pois, elas são também testemunho, prova - no sentido avançado por Guinsburg²⁴¹³ - da riqueza e sofisticação da percepção e vivência dos canavieiros enquanto classe. E, portanto, depõe a favor de sua capacidade de historicizar o seu próprio passado. O coro de suas vozes para retomar a metáfora musical de Andrade, está longe da univocidade. Eles compõe um conjunto, unânime na condenação das condições de vida e de trabalho às quais foram forçados, mas que tem uma multitude de nuances e fortes contrastes que reforçam, pela sua própria diversidade a autenticidade de sua mensagem coletiva.

²⁴¹² “Mas todos os povos do mundo, mais sabiamente do que os acadêmicos, fazem uma combinação de um cereal com uma leguminosa que é uma forma muito inteligente de se conseguir a partir de proteínas vegetais, uma base excelente para atender as necessidades de proteínas. Quando o homem do sertão, o homem da zona da mata, come a carne seca ele está comendo uma carne desidratada, ele está deixando de comprar água. A carne fresca seria 4 cruzeiros o kg, a carne de charque custa 3,500 e tem três vezes mais proteínas e tem muito mais calorias, porque ela perde água, mas mantém a gordura, a gordura não se perde. Quando o homem da zona da mata ou do sertão come o feijão numa quantidade grande, o feijão tem tanta proteína, embora de uma qualidade inferior, como a proteína da carne fresca, tem até mais; a carne fresca tem em torno de 18, ou feijão tem de 20 a 22, ou feijão-soja de 25 a 30. E o povo consome um cereal que pode ser milho, arroz, trigo. A combinação de uma leguminosa, no caso o feijão, no caso dos orientais a soja com um cereal resulta numa combinação de ácidos aminados que são as unidades bioquímicas que são as proteínas muito boas, de muito boa qualidade. Três partes de milho e de arroz para uma de feijão resulta num produto cuja diferença para a proteína do leite que é a proteína padrão no mundo, é relativamente pequena. Então qualquer combinação adicional de proteína animal mesmo em quantidade menor consegue.” E, realmente, pelos testemunhos, a quantidade era mínima.” Entrevista com Malaquias Batista Filho.

²⁴¹³ GINSBURG, Carlo. *Relações de força. História, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

O salário: “Era só pra alimentar o corpo, pra trazer o corpo em pé! Mas que desse pra viver, não dava”

“O salário não dava” é um ‘leitmotiv’ em todos os depoimentos. Pois, assalariados, eles consideram as outras fontes de alimentos como subsidiárias. Culturas, caça e pesca tinham uma qualidade de precariedade ainda maior do que o salário por mais minguado que fosse. Embora fossem, de fato, indispensáveis, como os próprios entrevistados fazem questão de sublinhar, essas fontes alimentícias eram consideradas adjunções bem-vindas, contribuindo para saciar a família no ritmo habitual de vida – as criações para ocasiões de festa por exemplo. Eram também complementos indispensáveis, quando se podia distrair seus produtos, em parte, da dieta elementar, para aquisição de objetos de primeira necessidade como o vestuário, ou de urgência como medicamentos (até para reembolsar o que fosse tomado emprestado ao empregador), vendendo um pouco de farinha na feira, um peru a vizinhos. Eram a tábua de salvação para sobreviver estritamente. Pois o salário era, também, instável, oscilando com a medida da prestações em trabalho.

“Dependia do ganho, né? Se desse bom... na semana que tivesse um trabalho que desse pra donde a gente ganhar, porque também tinha dia que a gente pegava uma conta, tirava. Tinha dia que a gente pegava, não tirava, passava a semana pra tirar 3, 4 conta. Pronto, aquilo ali... em porta de venda não era pra comer, era só pra alimentar o corpo, pra trazer o corpo em pé! Mas que desse pra viver não dava.” Severina Maria da Silva.

Truques para enganar a fome

As formas de enganar a fome causavam também danos à saúde dos trabalhadores. É o caso do uso de álcool, como tão bem o mostrou Francisco Julião,²⁴¹⁴ e outras drogas, fato encorajado pelos patrões que nunca deixavam o barracão desprovido de cachaça, quando faltava gêneros alimentícios básicos.

“Porque eu tomava um cafezinho de manhã fraco, trabalhava até 11 horas, sem direito a mais nada, somente água e fumar, que eu fumava muito. Pronto, e de tarde ia, às vez levava um lanche pra comer de 11 horas. Chegava lá, comia aquela farinhazinha seca com aquele peixezinho,²⁴¹⁵ unha de carne. E pronto, ia trabalhar a tarde. De tarde, quando largava, que chegava em casa, não dava, não tinha tempo mais pra fazer nada no roçado.” Manoel Bernardo Alves.

A própria cana podia prover, em tempo de safra, um paliativo.

²⁴¹⁴ JULIÃO, Francisco. “Cambão”. Op.cit.

²⁴¹⁵ Pesquisando na região açucareira da Bahia, no início dos anos 1940, Vasconcelos Torres encontrou o mesmo tipo de cardápio: “Não raro, deparamos cortadores de cana visivelmente sub-alimentados: eles traziam sempre a sua refeição numa lata ou marmita, refeição em 80% dos casos é constituída de nove partes de farinha para uma de carne do Ceará. Os preços dos gêneros de primeira necessidade, na ocasião do inquérito, 1942, estavam subindo sem que os salários acompanhassem essa progressão.” TORRES, Vasconcelos. *Condições de Vida do Trabalhador na Agroindústria do Açúcar*. Op. cit., p. 204. Notícia de Catende – sede da usina modelo! – “Para a maioria, para toda a classe pobre (...) a farinha é uma necessidade imprescindível. Necessidade econômica. Um punhado de farinha pode constituir a refeição de todo um dia. A farinha tem a propriedade de “inchar”, de crescer e avolumar-se. (...) E o que o “povo” quer é “entupir” o estomago, encher a barriga, sentir o ventre avolumado. Isto oferece a sugestão de “barriga cheia”.” DP. 25.08.49.

“Sucking sugarcane”²⁴¹⁶ is also an *enganho*, a “trick” played on an empty stomach and one of the ways in which hungry workers are “fooled” by their bosses. Normally cane cutters may *chupar cana a vontade*, as long as they are not wasteful. They must cut and peel small “rounds” of cane during slack periods, not simply break open one new stalk after another, sucking juices and discarding the rest. But cane workers know that this “free cane” comes at a high price, and that it is used to extract energy and productivity from tired and hungry workers.”²⁴¹⁷

Em *Sweetness and Power* Mintz revelou o peso do uso da sacarose como fonte de calorias rápidas e baratas na Europa proletária, com o apelo suplementar do prestígio social ligado ao seu consumo na forma de açúcar branco.²⁴¹⁸

Mel de furo em todas as refeições

“Passei muita fome, passei muita necessidade. Eu trabalhava o dia, eu só comia uma vez no dia e muito pouco! Mas a sorte da gente era o mel de furo. Mel de furo, sim, Senhor. Mas eu trabalhava e chegava em casa. Quando chegava em casa, era de noite! A minha ceia era uma garrafa de mel de furo que eu tomava e ia dormir. Aí não amanhecia o dia, não existia café na época, ninguém não podia, né? Aí ia trabalhar, ia trabalhar, amanhecia o dia ia trabalhar. Aí o patrão, às vez, quando era na diária, ainda era bom, porque ele mandava o cocheiro lá levar um bardo de mel desse tamanho, olhe..., água lá pra o serviço; chegava, a gente tomava uma garapa de mel de furo e ia trabalhar. Quando era de 9 pras 10 hora aí chegava aquela coisinha pra gente, eles levava, 10 hora a gente comia; aí descansava um negócio de 15 minuto. Aí ia trabalhar de novo. Quando era de uma hora da tarde, aí ele largava, para fazer um lanche. Qual era o lanche? Uma garrafa de mel de furo também; e assim era todo dia, continuado, todo dia continuado. Todo dia porque o dinheiro era tanto assim.”

José Pereira de Lima.

Frequência e composição das refeições: “Papa d’água com farinha”²⁴¹⁹

“A gente come um dia e jejua no outro”

Deolinda²⁴²⁰

Quanto ao poder nutritivo da comida absorvida pelas populações canavieiras, uma questão já levantada com destaque por Nelson Chaves, Scheper-Hughes comenta sobre o papel

²⁴¹⁶ O Prof Malaquias Batista Filho comenta a este respeito: [A cana] poderia ter um valor calórico muito grande e provavelmente é. Agora, em algumas áreas têm interdições muito severas contra *chupar cana*. A cana seria uma fonte calórica interessante. importante, se *chupar* uma cana por inteira por exemplo, cada 10 kg de cana produz aproximadamente um kilo de açúcar, quer dizer quem consumir 1kg de cana estaria consumindo qualquer coisa como 160 a 200 gr de açúcar, algo como 800 calorias. Então seria um aporte significativo. Agora tem aquele problema. A cana é a chamada *caloria vazia*. Praticamente é só *caloria*, não traz vitaminas, proteínas. Tem um pouco de ferro, mas é *paupérrima*, *paupérrima*. Dos outros elementos, a cana tem apenas traços que não são significativos para diversificação da dieta. Praticamente a cana é só combustível.”

²⁴¹⁷ SCHEPER-HUGHES, Nancy. *Death without weeping*. Op. cit., p. 162.

²⁴¹⁸ MINTZ, Sidney W. *Sweetness and Power*. Op. cit.. Particularmente o capítulo 3 “Consumption”, p. 74 et ss. Ver a função deste consumo na expansão do capitalismo tanto na América quanto na Europa, III.2.6.2. Relações de trabalho e produção de açúcar na obra de Sidney Mintz

²⁴¹⁹ Quanto ao valor nutricional do único alimento que podia ser encontrado/produzido em certa abundância, Malaquias Batista Filho sentencia: “A farinha fundamentalmente é uma fonte de calorias, parecida, mas mais rica do que o açúcar. Um teor de proteína muito baixo, possui quando não muito torrada um pouco de vitamina C; ela se perde no processo de fabricação, de aquecimento.” Embora ainda possua “vários princípios nutritivos” a mais do que a “caloria vazia” do açúcar.

²⁴²⁰ Trabalhadora rural, casada com Pedro Queiroz da Silva, morador da Usina Mussurepe, entrevistada porque deu à luz trigêmeos. DP 29.06.46. O jornal concluía pedindo “à LBA ou aos proprietários da Usina Mussurepe uma ajuda mais volumosa e prolongada à pobre mulher”.

da farinha que, muitas vezes, “*serves as a food substitute more than as a food extender, its normal role.*”²⁴²¹ Josué de Castro já havia alertado contra a falta de proteínas na dieta.

“*dans la zone de la mata, où s’est établie la monoculture de la canne à sucre qui eut pour conséquence l’abandon d’autres activités agricoles, le régime est pauvre, car l’aliment de base est la farine de manioc*”²⁴²² *dont la teneur en protéines est extrêmement faible.*”²⁴²³

“*Papa d’água com farinha; com farinha é que fazia a papa d’água. Comia muito... Farinha seca com sal.*” José de Andrade.

“*Naquela época, às vezes, minha mãe saía, assim, por uns daqueles peixinhos desse tamanho, assim. Chegava em casa, botava no fogo, fervia, fazia um escaldado, dava os filhos, às vezes, que as condições não dava pra comprar 100 gramas de charque mode dá de comer. Trabalhava todo dia, a gente trabalhava, mas as condição, às vezes, era tão precária que não dava mode comprar 100 grama de charge mode fazer um almoço pra gente certo.*” Antônio Virgínio da Silva.

Feijão velho e farinha, uma receita para salvar a família da inanição, conta Anísio Francisco da Silva :

“*A felicidade da gente foi que o cabra tinha saído da casa tinha deixado um, um bocado uns feijão velho lá e minha mãe apanha aquele feijão mesmo sem tá maduro né somente a vagem e cortava como quem cortava cenoura né e botava pra cozinhar pra as vez comia com farinha, não tinha farinha pedia massa na casa de farinha faltava farinha a gente pedia massa né a minha mãe fazia farinha secava aquela massa numa telha dessa de casa botava no fogo e secava aquele ali fazia farinha pra comer com mé esse mé um mé cabaú talvez que você não saiba nem que e isso que bota na ração de bicho. Mel de furo é o cabaú que sai da Usina né. A gente tomou muita garrafa dele, foi no primeiro ano. Nós tomemos muita garrafa agora pra tomar não por brincadeira não era pra tomar porque comendo macaxeira muitas vezes com bredo, mon João gome que vende na semana santa aquilo nos comia por obrigação. Era por obrigação. A gente tinha um companheiro um compadre do meu pai que dizia compadre outra coisa não mas macaxeira não cozinha não; mas pra não morrer de fome a gente come cozinhava ficava aquilo amarelo danado raspava com a colher né e comia.*”

Nenhuma ajuda patronal, digna de deixar saudades. Até mesmo nas “heranças” circunstanciais entre famílias de moradores, o sítio é fundamental na estratégia complicada e incerta de repor a força de trabalho, sempre dependente de trabalho suplementar.

O grosso da comida, era unanimemente: “*Feijão, fava. Farinha. Macaxeira. Batata. Pronto, o que comia, esse era o comer, né?*” José Peagentino dos Santos.

“*Sempre foi, a alimentação na época era feijão, era fubá, era sardinha (um peixe chamado sardinha),*”²⁴²⁴ *e alguns comprava, de tempos em tempos, comprava uma carnezinha. Agora comprava daquelas carne mais fraca! Daquelas que não tem vitamina, que não tem substância.*” Manoel dos Santos da Silva.

“*Naquele tempo, no café da manhã era... o trabalhador, né? Bom, o trabalhador do eito sofria mais, né? Porque o salário não dava pra ele fazer cobertura daquelas carne boa. Às vez, comprava um peixe mais barato, comprava... o peixe vinha já... já, nesse tempo já vinha aqueles peixe miúdo da praia. Que o quilo de carne era 1.200, mas o quilo de sardinha era 6 tôes. Aí ele dividia, né? o dinheiro pra comprar.*” Arlindo Nascimento.

²⁴²¹ SCHEPER-HUGHES, Nancy. *Death without weeping*. Op. cit.. p. 162.

²⁴²² “*Alimento bem inferior do ponto de vista nutritivo, com um teor de proteína, de sais minerais e vitaminas, bem inferior ao do cereal europeu*”. CASTRO, Josué de. *Sete Palmos de Terra e um Caixão*. Op. cit., p. 50.

²⁴²³ CASTRO, Josué de. *Géopolitique de la faim*. Paris, Ed. Ouvrières, 1973, p. 76-77.

²⁴²⁴ Socorro Ferraz lembra que esse elemento essencial da dieta, vendido no barracão, se apresentava da seguinte forma: “*Você tinha uma sardinha podre, de caixa, colada uma na outra.*” Ela acrescenta que, como entre os pobres do Recife, tornados famosos por Josué de Castro, o mangue oferecia, nos municípios litorâneos, uma fonte alternativa de proteínas: “*Em Camaçari... eles viviam de caranguejos, porque tinha um mangue muito fértil.*”

Seu Arlindo, também de Carpina confirma:

“O trabalhador era o cuscuz, a macaxeira, a batata; porque naquela época, o sujeito plantava batata em agosto, no lugar baixo, passava o ano não dava bicho, nem nada. Ai ficava o verão arrancando. Mas vamos dizer, no inverno: era macaxeira, batata, cuscuz e ao meio dia o feijão e a farofa. Era a comida. Só isso.”

No que diz respeito à quantidade de refeições, os entrevistados que respondem com precisão, tendem a mencionar três:²⁴²⁵

“Olhe, de manhã, é que nem... era cuscuz, carne, farinha, macaxeira, batata. Ao meio-dia, o feijão com a carne de charque.” José Felipe Santiago.²⁴²⁶

“O cafezinho de manhã era comer um pedacinho de cuscuz com um cafezinho e ir pra o serviço; e voltava meio-dia, ele voltava pra casa e o almoço dele era feijão, né? Feijão com um pouco de farinha, um pedacinho de peixe, uma coisa pouca.” Manoel dos Santos da Silva.

Esse entrevistado quer logo corrigir a falsa impressão que a sua resposta poderia deixar: *“três, mas as três no fato só vale por uma, porque só comia um tiquinho das coisa, né? Das coisa fraca, daquelas... carne fraca.”* José Pascoal de Figueiredo mostra a relatividade da contagem:

“Até três vezes se arrumasse. É, se o ganho desse pra fazer.”

“A gente sempre comia três vez o dia, né? Mas comer do engenho é naquela base.” João Francisco dos Santos.

“Fazia-se três refeições por dia. Alimentos tinha da roça, e tinha que trabalhar todo dia no engenho.” Benedito Rufino da Silva.

“O café da manhã era... Lá, a gente quando tinha à vontade, era macaxeira, uma batata, uma fuba. Toda vida fuba teve... Tinha uns café abobaiado, porque o ganho era pouco. A mistura era uma beirinha de carne, era um peixizinho. Porque o ganho... Era barato, as coisa era barata, mas toda vida a família da casa da gente era grande.” José Barbosa do Nascimento.

Como diversos estudos²⁴²⁷ já o assinalaram, a variedade reduzida dos alimentos, ou melhor, a extrema monotonia desse cardápio imutável era acentuada ainda pela falta de tempero.

“A alimentação era o seguinte, alimentação era uma alimentação que não era boa. Mas, quer dizer, não tinha um gosto gostoso. O tempero não era fácil. Agora era uma alimentação que sustentava a barriga. [O que é que o Sr comia?] Era batata, macaxeira; inhame quase não se falava nesse tempo, mas a farofa, né, a comida é feita a farofa, e hoje come essa farinha, feito a farofa. Feijão, nesse tempo, o pessoal plantava muita fava.[E fruta?] Fruta era favorável, fruta era favorável. Jaca, manga, cajú, era essas frutas. Laranja quase não se falava. Lá só tinha no sítio do vizinho.” Antônio Maurício Domingo.

Como já o denunciara Josué de Castro, a classe dominante tentou impingir uma autocensura aos habitantes da região, seus empregados, para que desistam de comer alimentos importantes como frutas. Malaquias Batista Filho confirma a lógica das proibições alimentares:

²⁴²⁵ Fernando Antônio Gonçalves confirmou: *“[E]mbora 97% dos trabalhadores se alimentassem três vezes ao dia, estas refeições deixam muito a desejar quanto à qualidade e à quantidade.”* GONÇALVES, Fernando Antônio. “Condições de Vida do Trabalhador Rural na Zona da Mata de Pernambuco”. Op. cit., p. 136.

²⁴²⁶ Manoel José Alexandre.

²⁴²⁷ O nutricionista Rui Coutinho: *“A sua alimentação é muito precária; pela manhã ou ainda de madrugada, tomam café apenas com açúcar bruto ou rapadura; às 9 horas almoçam; um pedaço de carne, às vezes, substituído pelo bacalhau com pirão d’água (feito de farinha de mandioca); alguns, cujas condições pecuniárias permitem, acrescentam um pouco de feijão; à noite, repetem essa mesma alimentação.”* in TORRES, Vasconcelos. *Condições de Vida do Trabalhador na Agroindústria do Açúcar*. Op. cit., p. 206.

*“eram práticas ‘evitativas’ criadas pelos donos de terras para fazer com que o trabalhador não caísse na tentação de desenvolver outros tipos de culturas que não a cana-de-açúcar. Por exemplo dizia-se que a manga comida com leite era prejudicial à saúde bem como a melancia quente ou com leite, ou a banana. Sempre existia uma relação muito permanente entre fruta e leite dizendo que no dia em que se comesse um não se podia comer a outra. Como isto é sobretudo para consumo de criança, e a família preferia o leite, ficaram praticamente proibidas as outras coisas. Como as proibições na visão de Josué de Castro eram estratégias culturais, intencionalmente difundidas pelos proprietários para que a terra não fosse cultivada com outros tipos de coisas que não a cana-de-açúcar.”*²⁴²⁸

“Arroz, só no tempo de festa”²⁴²⁹

O levantamento de Fernando Antônio Gonçalves,²⁴³⁰ bem como pesquisas posteriores,²⁴³¹ reafirmam a pobreza do cardápio das famílias dos moradores, particularmente quanto a proteínas e vitaminas. As tabelas 15 e 16 comprovam a raridade de itens como os laticínios na dieta de grupos comportando muitas crianças (em média 1,3% para a manteiga, o leite e o queijo no desjejum; mesmas proporção no jantar, a manteiga passando a 1,9%).

“Alimentação era meia ruim, quando chegava um tempo ruim, no tempo no decorrer do inverno, a alimentação era meia ruim, a alimentação. A gente comeu muito feijão puro, porque eu comi, aí depois sai de poço, comi lá em Aruandã, eu comi até arruta assada, araruta mas bicho que tem chamado araruta, você conhece? Sim, eu comi araruta assada no fogo, pra acabar o resto da conta.”

José Inácio da Silva.

“Agora, nesses tempo, arroz, esse negócio de arroz, macarrão, carne de boi, se comia de 8 em 8 dia, não era hoje, que come todo dia. Se comia de 8 em 8 dia, que comia somente. Comprava no sábado pra o almocinho do domingo; e no resto, durante a semana, era trabalhar e comer o feijão com a farinha e a carne de charque ou... que naquela época, tinha um tal de lombinho. Ou então uma frada, que era aquelas carne de terceira classe. Era que mais o pessoal pobre comprava; era aquilo pra se manter. Bacalhau, naquele tempo, quem trazia um... quem comia era os desvalidos, porque era mais barato do que a charque. Que quando um vinha com uma banda de bacalhau, todo mundo dizia logo: «Aquele vive morrendo de fome, vai levando bacalhau pra comer.» Hoje em dia não. Hoje em dia é de primeira qualidade.” José Felipe Santiago.

“A alimentação, é como o ditado que diz: eu vou lhe dizer prá fazer um molho de côco, um côco era um tostão, prá fazer um molho de côco eu me assubi em oito pés de catolé para tirar o côco de catolé, prá quebrar e fazer um molho de côco prá Semana Santa.[Então era ruim?] Tá vendo, é era! Não tá vendo eu dizer que a conta era 1.400, um prata de dez toim e oito cruzados, já pensou!”

Severino Barros Lima.

“Quem não tinha terra passava necessidade”

Lançando mão de uma complexa estratégia para conseguir comida, as famílias de trabalhadores rurais usavam dos diversos talentos, distribuindo as tarefas entre os membros da família, como já fora aludido acima. Eles tentavam aproveitar o melhor possível a terra da qual podiam dispor. A importância concreta dessa atividade para a alimentação já foi muito debatida.

²⁴²⁸ Entrevista com Malaquias Batista Filho.

²⁴²⁹ Manoel dos Santos da Silva.

²⁴³⁰ GONÇALVES, Fernando Antônio. “Condições de Vida do Trabalhador Rural na Zona da Mata de Pernambuco”. Op. cit., p. 138-9.

²⁴³¹ DIEESE, *Ração essencial mínima na Zona canavieira de Pernambuco*, São Paulo, DIEESE, 1981. ARAÚJO, Espedito Rufino de, *O Trator e o 'Burro sem Rabo'*. Op. cit.

Malaquias Batista Filho a considera secundária.²⁴³² Outros estudiosos lhe dão mais crédito no abastecimento das próprias famílias produtoras como dos mercados da região. Os entrevistados estabelecem uma distinção entre alguns cujos “*sítio era uma terra melhor*”, o que lhes permitia, segundo José Antônio de Lima, “*criavam, viviam mais folgados*.” Manoel dos Santos da Silva concorda: “*Aquele que tinha um pedacinho de terra. Porque o que ganhava aquele pedacinho de terra era melhorzinho*.” “*Se plantasse tinha; se não plantasse não tinha, não*”, sentencia João Francisco dos Santos.

“*Alimentação era pouca, mas sempre tinha mais condição do que hoje em dia. Tinha mais condição quem tinha terra para plantar do que quem não tinha. Todo tempo teve fome nos engenhos. Uns mais outros menos, aqueles que tinha mais coragem de trabalhar, eram mais folgados; e aqueles que eram mais preguiçosos não tinham condição de nada*.” Benedito Rufino da Silva..

“*A alimentação era razoável. Por caso do sítio, das matas, dos rios, ajudava. Quem não tinha terra passava necessidade; dentro do engenho tinha gente que não tinha terra. E outros que o patrão dava a terra e eles não queriam plantar. E passava necessidade que o salário naquele tempo não dava para nada*.” Amaro Pedro dos Santos.

“*A alimentação era aquilo que a gente plantava, caçar, pescar. Naquele tempo, tinha muita mata, tinha muito peixe e muita caça, naquele tempo. Mas o presidente deu liberdade dos homens derrubar a mata toda, botar trator pra derrubar. Quando acaba, arranca os tocos. E que tá essa miséria no mundo. Tudo isso eu sei, senhor*.” Amaro Rosendo Fagundes.

Nenhum passado farto e que deixasse saudades da ‘morada’: “*É, quem plantasse tinha. É que nem ainda hoje*”, resume João Francisco dos Santos, ilustrando o paradoxo que num setor secularmente dos mais modernos, a produção de açúcar para mercados longínquos, obrigava sua mão-de-obra a sobreviver parcamente com uma economia de subsistência, menos farta que aquela das chamadas sociedades “primitivas”.²⁴³³ Até que, pela própria rapacidade dos empresários do ramo, nem isso lhe seja permitido, suprimindo finalmente o que, por muito tempo fora considerado como elemento distintivo, opondo conceitualmente a condição do morador ao estatuto de proletário: a produção agrícola em volta da casa e alguns hobbies silvestres, próprios de qualquer população rural. Doravante, graças a essa “liberdade” de desmatar, consecutiva aos grandes programas de incentivos ao ramo sucro-alcooleiro, dos quais o Proalcool foi um dos mais agressivos – novamente em nome da modernidade... de tendência (ô paradoxo!) ecológica, segundo a propaganda do governo financiador - os trabalhadores

²⁴³² “*Os que tinham terra eram muito mais aqueles que o patrão ou o administrador, por algum laço particular, por achar que não era rebelde, por ter um grau de parentesco, como por exemplo, o fato de ser cunhado, de ser padrinho de um filho, favorecia. Mas essa não era a grande regra. Essa não era a regra. Na região da Mata era muito pouco o que tinha de lavoura chamada de subsistência, ou lavoura branca. Macaxeira, mandioca, milho muito pouco, às vezes batata, batata doce. Era isso a agricultura que nós chamamos de tempero: o tomate, cebola, agricultura que praticamente não ocupa espaço. Espaço como metade de uma sala dessas. O sítio não representava uma diferença marcante*.” Entrevista com Malaquias Batista Filho.

²⁴³³ Ver os estudos desafiadores de antropólogos como Marshall Sahlins, cujo livro em francês comporta um belo prefácio de Pierre Clastres. SAHLINS, Marshall. *Âge de pierre, âge d'abondance. Économie des sociétés primitives*. Paris: Gallimard, 1976.

canavieiros são doravante assalariados, com remuneração apenas monetária, alojados nas periferias urbanas, na mais bela comprovação de sua outrora escondida condição de proletários.

“O pobre podia comer nada bom. A comida do pobre era tripa, tato de boi, essa coisa. Era. Hoje é que come tripa e outras coisas. Mas antigamente, era feto de boi e essas porcarias.” Miguel José de Oliveira.

Para o trabalhador do eito, “[e]ra feijão, era cuscus de milho, macaxeira que tinha no roçado; cará, feijão e milho que ele plantava. No roçado. Aquele que tinha um dinheirinho mais folgado comprava uma carnezinha de boi. Galinha, criava. Tinha muita galinha. Aí comia galinha também.” Odilon Caetano da Silva .

Seu Odilon logo especifica que para comprar. “Era a minoria.” Pois, “o que comia mais era cuscus, feijão, macaxeira.”

Arlindo do Nascimento lembra tempos mais fartos, talvez exclusivos dos entrevistados que foram foreiros por um tempo

“O sal, eu conheci primeiro o sal grosso. Eu não... o sal grosso parece que vinha de uma salina aqui do, daqui do... dessas praia. Eu não sei qual era a praia, a praia da salina, do sal, pronto... hoje não tem? Eu conheci, a minha família pegava aquele sal, pisava, era. [E carne, Seu Arlindo?] A carne era de charque e bacalhau. [Carne de charque e bacalhau. Comia todo dia ou...] Bom, aquele que... que tava em melhores condição, no sábado e no domingo, comprava carne de boi, carne de porco. E peixe, peixe tinha muito, se pegava, comia dois, três dias. Pegava peixe que se perdia em casa, não queria, comer carne. E a carne de charque o sujeito comia de dia, de noite, de manhã, a semana, um ano todinho! Aquilo é que era carne, tinha saúde, a carne era muito boa! O cara deixava de comer outra coisa pra comer a charque e o bacalhau. Não é esse bacalhau que tem hoje, nem essa charque que tem, que isso não é charque, nem é bacalhau.” Arlindo Nascimento.

Apesar da pobreza, da falta dos alimentos mais básicos, certos entrevistados deixam perceber gostos de gourmet, preferências gustativas apuradas que valorizavam certa boa qualidade dos produtos que eles mesmos preparavam.

“Olhe, existia carne boa que hoje não existe, e era mais em regra porque o dinheiro era pouco, mas as encomendera boa, né? Olhe, carne de charque, bacalhau, tinha um tal de lombim. O lombim era melhor do que as carne de hoje; uma sardinha, o povo chamava sardinha, que era do boi também. Agora essas...essas... essa três... essas quatro classe de carne era mermo que o caba comer manteiga, porque a carne de charque era muito boa. Era de torar um taco assim, quando acabar, puxar a cepa dela assim, olhe, ir até embaixo, muciza que era parecida uma gema de ovo, amarelinha a carne. O lombim era cada um tampo de taco de carne, que era nesse tipo assim, um taco só, você vê um mundo de carne todo mucizo. A sardinha era fina, mas tinha uma parte fina e outra parte mais grossa, mas era boa também. E hoje ninguém não vê nunca carne que diga assim. E quando chega no armazém pra comprar, a metade é péia e gordura. Porque boa eu já comi boa: boa é ser amarelinha que nem uma gema de ovo. Mas eu... ninguém vê mais, da qualidade dela, não. Até a estôpa, vinha na estôpa, até a estôpa, quando tirava a carne, a estôpa chega... chega cheirava a manteiga de boa a carne. (...) Peixe do rio, peixe das outras água; havia cada peixe assado, que era cada um desse tamanho. O caba comia de côco. Em casa matava uma criação, comia; criava um porco... se criava um porco. Aí quando era por São João, ou por festa, ou seja lá por que fosse, pegava, matava o porco. Às vez, quando tinha um vizinho perto, pegava a cabeça do porco, dava ao homem pra ele ir almoçar; o outro pegava, dava um quarto, né? Também quando ele matava fazia do mesmo jeito; bode, do mesmo jeito, né?”

José Peagentino dos Santos.

Aqueles trabalhadores que associam a “fartura” da comida no passado o fazem mencionando o elenco de opções que tinham de conseguir alimentos, nos melhores dos casos. Pois, nem todos conseguiam lançar mão desses meios, não diretamente ligados ao seu ganho:

nisso todos concordam: o salário não dava. Mas, para aqueles que podiam plantar e caçar/pescar, ou mesmo vender um pouco de suas produções domésticas, a situação parecia sustentável, particularmente quando estão atualmente num meio urbano, sem possibilidade de plantar, e sustentando com sua pequena aposentadoria, um grande número de descendentes. “*Fome, tinha nada! Tudo era barato, tudo era barato*”, exclama-se José Elias dos Santos.

“*Não [tinha fome] porque aonde chegasse, tinha serviço pra trabalhar e outra: plantava, e ainda que saísse, não tivesse trabalhando mas tava plantando ao menos ia se safando, e aqui, nessa indústria, nunca empatou. Dr Jaime mesmo nunca empatava.*” Inácio Antão Dias.

“*Tinha muita caça, esse engenho mesmo, logo quando cheguei praqui, era coberto de mata; aqui era um engenho que tinha muito morador, tinha muito sítio por aqui pra onde pendesse por aqui era muito sítio. O senhor-de-engenho, quando cheguei por aqui, em 50, quando eu entrei nesse engenho, o senhor-de-engenho plantava aqui, pra 200 toneladas de cana. O resto tudinho era pra camarada plantar; o camarada derrubava mato, capoeira, tudinho, plantava muito. Era muita terra pra o camarada plantar, se tivesse disposição. Não tinha limite pra trabalhar não. Era muita carga pra feira. Todo dia de domingo, todo mundo tinha sua carga pra feira: uma, duas cargas. Era de tudo: laranja, banana, farinha, batata, abacaxi, todo mundo tinha muito o que levar.*” Manoel José Alexandre.

“*Ele plantava, ficava com aquilo ali. Ai, ele fica também comendo, e a rendia mais o que ficava plantando: juntava batata, macaxeira pra ajudar mais a manutenção da alimentação. E ele planta lá um coentro, uma coisa.*” Manoel dos Santos da Silva.

“Mas também a gente não morria de fome, porque do rio a gente trazia a comida.”²⁴³⁴

Obviamente, os trabalhadores associam a possibilidade de complementar o parco cardápio com proteínas animais oriundas da caça com a presença de matas. Era o recurso último contra a morte por inanição, mas podia adotar também outros contornos, como a abundância dos depoimentos o mostra. Dependendo da região, a cobertura silvestre era importante. O que isso significava para os trabalhadores, em termos de relação com a natureza, está ainda em estudo.²⁴³⁵

“*Tinha muita mata verde. Muita caça, muita árvore. Todos rios, açudes, lagoas que tudo tinha peixe. O alimento, para quem se movia, era mais fácil.*” José Antônio de Lima.

“*Antigamente tinha [caça] porque tinha muita mata, e a gente matava muito tatu, muita paca, porco do mato. Fazia uma espera, matava uma paca. Tinha [peixe] porque a gente, naqueles brejo, a gente ajuntava um camarãozinho, um sarapó, por ali. E a gente botava o balaio dentro e ia comendo.*” João Francisco dos Santos.

“*Peixe, paca, tamanduá, tatú, porco do mato.*” José Honorato dos Santos comenta: “*Tinha. Acabou-se. Agora tem em algum canto; aqui em Saué mesmo, tinha muito porco do mato. Muito porco do mato*”, usando da repetição como para marcar a saudade.

“*Tinha tudo, tinha muito. O que valia era peixe, caçava mas plantava nada.*” Miguel José de Oliveira.

“*Naquela época em todo canto que chegava, pegava peixe. Em qualquer um brejo que chegasse, pegava peixe. Já pra mata, com um cachorro, matava um bicho. Se tinha uma espingarda, era um bom atirador, matava uma cutia, matava uma paca. E tudo ia ajudando, né.*” Antônio Ambrósio dos Santos.

“*No meio das mata, tinha bicho, tinha macaco, tinha até gato-do-mato. Tinha tudo por aqui. Sim, senhor. Aqui nessa mata, nisso por aqui tudinho, nessa mata aqui, bicho enrolava. Tinha muita caça, era.*” Cassiano José de Sena.

²⁴³⁴ Amaro José de Sena.

²⁴³⁵ Ver a tese em preparação de Thomas Rogers da Duke University, North Carolina, USA.

Alguns entrevistados marcam preferências: à pergunta sobre pesca, Cassiano José de Sena responde: *“A gente ia pescar, pegava peixe, pegava mermo.”* E continua evocando as caçadas que fazia na juventude. *“O meu irmão sempre caçava muito. É. Matava porco, paca. Matava... Mas nós matemo muito.”* Embora apreciasse devidamente o produto da caça, na sua opinião, isso não era determinante para modificar as condições de vida: *“Não era mau, não. Não, mas a gente não vivia bem.”* Ele repete três vezes a mesma resposta, como para testar sua verosimilhança, sua exatidão, visto que acabou de falar de aparente fartura. Mas, logo a seguir corrige a impressão que poderia ter dado sua relação de caça. Evocara talvez um prazer, uma diversão também, mais do que propriamente uma fonte de alimentos, nessa capacidade apenas ocasional e passageira. *“Vivia bem, não, senhor. Os ganho não dava.”* E ele encadeia sobre a fome nos engenhos, mostrando que uma não eliminava a outra:

“Tinha bastante porque ainda o camarada procurava encontrava: era no rio, numa levada, uma coisa assim, tinha muita mata e cachorro de caça, muito peixe. Meu pai mesmo saía pra feira. Eu mais dois irmãos que ficavam em casa, pegavam uma rede, ganhava um riacho que tinha. Quando ele chegava, o peixe que a gente trazia dava pra duas vezes sem precisar de bulir na feira que trazia. Às vezes, saía pra mata quando ele chegava, o cachorro encorrea um tatu, um teijo, uma coisa. A gente ia com ele e tirava 1, 2, 3; era assim. Então não faltava comida; tinha de tudo.” Amaro Carneiro da Silva.

O valor de complemento no abastecimento alimentar da família das atividades como plantar e criar ou pescar e caçar é avaliado de formas muito diversas pelos trabalhadores. Uns atribuem um papel de quase substituto ao produto dessas atividades em relação à comida que o salário podia comprar: *“Não morria de fome não. Peixe no rio, era demais, viu”*, explica Francisco Zalatiel Ferreira. Outros, como José de Souza da Silva, são menos otimistas.

“Criava, pescava, caçava, mas era pouquinho. Às vezes, a família era muito grande em casa também, casa de 10, 15 pessoas que pequeno pra um pai somente lutar e ... o dono da casa lutar. Ai pronto sempre só vinha a inclemência, não vinha nada, nada favorável.”

Obviamente, as habilidades peculiares que qualquer uma dessas atividades requeria eram variadas, bem como as circunstâncias – ter sítio grande ou não, ter acesso a matas e rios povoados ou não – explicam testemunhos muito diversos, às vezes opostos.

“Muito peixe, e caça nessas mata era demais. Peixe nesse... esse riozinho aí, saía pra pegar um almoço de peixe, era no instante. Caça era a disposição do camarada, né? Entrar na mata pra... ou com um cachorro, ou sem cachorro, com que fosse, pegava ligeiro.” Luis Batista do Nascimento.

Talvez entre também na avaliação o gosto pessoal por uma dessas atividades complementares, ou até mesmo uma lembrança embelezada pelas aventuras que isso significava para adolescentes e jovens, num mundo singularmente monótono e não estimulante. Novamente, são pontos de vista que, embora refletindo gozos pessoais em momentos privilegiados na existência tão dura desses velhos canavieiros, não pode ser erguida como fator positivo do conjunto de sua condição enquanto classe. A saudade está restrita a um dado campo de atividade: marginal, esportivo. Ela não diz respeito à condição de morador em si. Em contrapartida, ela expressa um mundo natural findo de mata nativa, cuja beleza desaparecida

toca a sensibilidade de qualquer pessoa que a conheceu e apreciou. A diversidade geográfica entra como fator, na medida em que nem todos podiam gozar do acesso a matas e mangues.

“Caça tinha muita.” José Francisco da Silva.

“Caça, para quem gostava de mato, encontrava no meio do caminho. Caça era, era riquíssimo de mata, de caça. Tudo isso era a vontade.” Amaro José de Sena

“Tinha muita mata, tinha o rio; era tudo embrejado. Não tinha essa plantação de cana que tem agora, minha mãe ia mesmo pescar de chegar com um pular bruto assim no rio, que aqueles matos daquela bananeira, cortava e botava dentro do pular, de mandar abaixar o pular para sair a metade do peixe porque era demais para não rasgar o atazer. Caça do mato, do camarada sair de noite e matar 5, 6 tatu, capivara, pata, tudo isso. Tinha muito, porque tinha mata para criar. O povo não era tanto, a criação aumentou. Não tinha tanta gente como tem agora. Era mais pouca, não era como agora.” José Amaro dos Santos.

“Aqui naquela época era bom que tinha o mato, tinha um preá, né? Tinha um preá pra ajudar, tinha peixe, o rio! É, tinha o peixe. Minha mãe, quando se ajuntava meio-dia mais três filhos, tapava o rio com jererê, aquilo ajudava, né? Pra comer com uma macaxeira. «Vai descansar.» Muitas vez descansava descoberta. Chega semana até, que nem aconteceu, de nós comer maracujá com mel de furo, na Sexta-feira da Paixão, na casa de meu pai; fui ver um balaio de macaíba, um côco que tem, um tal de macaíba. Fomos ver. Quando chegamos, quebramos, né? Eu fui pedir um jejum mais um irmão meu, deram uma macaxeirinha assim, pronto. Meu pai procurou um tal de... pé de imbú. Fomos pro pé de imbú. Aí pegamos, traçamos com as macaxeirinha na Sexta-feira da Paixão... pra comer com a macaíba na Sexta-feira da Paixão. Pronto, cabacinha, Virge Maria, perdemos até... tudo, perdemos. [Pronto, não comeram nada?] Não. [Foi jejum... foi jejum mesmo.] Foi jejum mesmo. [Riso] Tinha uma 4 ou 5 cabra, a minha mãe pegou com panela de barro com tudo, a panela avuou no meio da calçada... acabou morrendo bêba. Sim, senhor. Morrendo bêba na Sexta-feira da paixão. Pronto, e aí acabou-se. Na Sexta-feira foi no engenho com até um litro de fava. Foi o jejum dele, um litro de fava ao patrão, né? Aí «Vamos pra mata buscar coco pra comer com mé de furo.» E aí vem continuando, vem continuando, vem continuando, vem continuando. Continuou!

Ah! Era porque não existia esse negócio de veneno nos rio, não existia. Todo riacho tinha peixe. Podia ser um rio assim, do tamanho que fosse, bem fraquinho, mas ele tinha peixe. Você ia com um jererê, pegava muito peixe. Hoje em dia acabou! Esse negócio das usina acabou com os peixe dos rio. Essa micida também nos riacho acabou com todo o peixe dos riacho. O pessoal usaram botar mais veneno pra matar peixe, pronto... acabou. Ninguém hoje não solta mais um peixe. Acabaram com as caça do mato, acabaram com tudo, os passarinho. Com esse negócio da micida, acabou com tudo, pronto.”

José Francisco Paiva.

“Caça? Mas minha Nossa Senhora! A gente topava de noite, assim pelo caminho! Tinha muita. [E caçava o quê?] Tatu, paca, cutia, veado. Passarinho no mato tinha demais, era a bambão. O cabra que não queria trabalhar, vivia de caçada, de pescaria. [Tinha muito peixe?] Peixe? Peixe tinha demais. Se topava no caminho aquele tal de Tambotá, parece um acari, ele andava assim pelo caminho. [Virgem... Era muito peixe.] Era muito peixe. O cabra ia pescar, assim, uma horinha, pegava carga de peixe.” Joaquim Pedro da Silva.

“Sempre tinha uma caçazinha, matava algum bichinho. Tinha muita mata. Não faltava bichinhos para matar pelas matas: tatu, paca, tamanduá. Sempre tinha peixe. Este negocio de alimentação era outra coisa. Hoje não tem mais nada. Tá tudo acabado.”

Benedito Rufino da Silva.

Alguns reconhecem o proveito que se podia tirar das matas e dos rios, mas eram vencidos por sentimentos de delicadeza.

“Caçava não, mas os outros caçavam. Eu tinha pena de matar os bichinhos.” José Elias dos Santos.

“Tinha. [Muita caça?] Sim Sr. Foi porque nunca eu gostei de caçar pelo mato, não. Porque os bichinhos já se escondem de nós e a gente sair direto pra ir caçar os pobrezinhos, não; deixa eles se alimentar do jeito que querem. Agora, pescar, eu pesquei muito, de tarrafa.” Inácio Antônio Dias.

“No mato sempre tinha, viu. Porque o povo era pouco pra perseguir o bicho.” Abílio Luis Ferreira.

O gosto e o costume de caçar e pescar são avaliados de modos diversos:

“Tinha peixe, mas o povo não tinha essa inteligência que nem hoje tem, não de sair pro rio pra pescar, não tinha essa inteligência que hoje o povo tem, não.” Eugênio Benvindo M. Freitas.

“De espingarda, também todo povo não tinha essa inteligência de caçar não era. Como hoje tem muita gente que gosta de caçar de noite, às vezes vem com 2, 3 tatus pra casa, né. Hoje tudo tá mais diferente, mas naquela era muito atrasada.” Eugênio Benvindo M. Freitas.

“Tinha muita caça, sim Sr. Bicho pelo mato. É passarinho, qualquer bicho do mato. Paca, essas coisas quem tem espingarda, cada qual tem um esporte, né? Eu não caçava não. Agora, pescar, pesquei muito, pesquei muito. [Nos rios?] Era, sim Sra. Naquele tempo tinha muito peixe.” Generino Luis da Silva.

Caça e pesca como fonte de proteínas

De qualquer modo, os trabalhadores geralmente apreciavam a contribuição ao cardápio que os produtos da caça e da pesca forneciam de vez em quando. Mas não se pode sobreavaliar a importância real que esses complementos episódicos, no melhor dos casos, traziam para a alimentação das famílias. Seu peso maior, sem dúvida, era em termos de proteínas animais, um componente muito diminuto na dieta normal das populações canavieiras. Como o sublinha Malaquias Batista Filho, esses recursos foram decrescendo rapidamente ao fio dos anos, com a extensão dos canaviais e poluição dos rios, fatos que os trabalhadores lamentam todos.²⁴³⁶

“Tinha pesca? Pescava, caçava, meus tios caçavam, pescavam.” Severina Benvinda.

“Tinha caça, tinha pesca não, peixe pra pescar? Peixe do rio dava pra pescar, peixe do rio tinha. Caça no mato tinha também. Meu tio caçava tatu, essas coisas assim; eu ia mais ele todo dia, de noite, aí caçar tatu era. O que ajudava a gente.” José Inácio da Silva.

“Tinha, tinha muita isso aí mata era mata era muita. Peixe tinha era quase demais.” Anísio Francisco da Silva.

“Ah! Ôchente! Lambu, espingarda matava 10, 12, lambu gordo, pé rochozinho. Aí tem a mata do lambu.” Antônio Joaquim dos Santos.

“Tinha pesca; se ia pro rio, se pegava um peixe, viu, se ia pro mato com uma espingardinha com forro de facho, de fachina, os pássaros dormindo nas moitas. A gente ia e pegava aqueles pássaros de noite, dormindo prá ajudar. E carne de charque não existia; era carne de bode, carne de... carne que tinha em casa. Carne de charque não existia, não, muito pouco era muita situação.” Severino Barros Lima.

Obviamente a caça era limitada àquelas áreas que eram beneficiadas pela presença de matas vastas o bastante para manter uma fauna selvagem em quantidade suficiente para ser desfalcada. “Não, caçava nessa parte não, senhor”, conta Manoel Bernardo Alves que mora em Paudalho. “O povo só vive pescando peixe por aí”, responde José João da Silva. Perguntado sobre como era antigamente, o entrevistado replica:

²⁴³⁶ “A caça não tem importância, talvez a pesca tivesse um pouco. A caça não, porque na zona canavieira, a mata é escassa demais. A própria pesca ficou muito limitada, depois que os rios da zona da mata foram poluídos pelos próprios resíduos da cana-de-açúcar: o vinhoto. Diminuiu. Por exemplo um alimento riquíssimo, alimento nobre que está caminhando para a extinção era o pitú. O pitú era de rios, o rio Una, por exemplo, era muito rico em pitú que é uma espécie de camarão grande, intermediário entre a lagosta, não chega a ser intermediário, mas ele é bem maior do que o camarão. É muito gostoso, e que era muito abundante há cinquenta, sessenta anos passados. Hoje, praticamente não existe.” Entrevista com Malaquias Batista Filho.

“Pescaria é a mesma coisa, né? O caba gosta de pescar. Naquele tempo, era a mesma coisa de agora. Aquele pescador nunca deixa de pescar.”

“Tinha peixe, se pescava. Tinha caçada, os caçador caçavam. Tinha muita mata! Tinha bicho pra os caçador matar.” Severina Maria da Silva.

Outra função da mata, que os defensores da ‘morada’ mencionam como testemunho da generosidade do patronato, era o acesso a lenha. De fato, as madeiras extraídas, com permissão, para construir casas de taipa e a madeira morta, caída, apanhada para o fogão doméstico. Eram também indispensáveis para a atividade coletiva de fazer farinha.

“Tinha mata! Muita mata. Tirava lenha para fazer farinha, queimar em casa. Podendo fazer farinha, fazia.” José Batista do Nascimento.

Pesca e caça como diversão

Além de sua função alimentar a atividade de pesca e caça tinha também uma dimensão de lazer que Luis Batista do Nascimento confessa: *“Duas coisa que eu gosto, toda vida gostei: trabalhar e... (agora tanto na fazenda que nem pra mim), e caçar. Gostei muito da caçada.”* Obviamente, só podiam se dedicar a ela nos tempos mortos do trabalho no canavial:

“No Domingo. Só era no Domingo.” Manoel Bernardo Alves.

“As caçadas só eram no domingo. Era, negócio de tatu é de noite, né?” Francisco Zalatiel Ferreira.

“Pescava de anzol, quando tinha tempo.” Manoel João Pereira.

Mas esse lazer estava sempre à mercê de um chamado patronal que tirava, de uma só vez, o descanso, a diversão e o complemento alimentar do trabalhador:

“«Ó Fulano, Domingo eu tem um serviço pra fazer, venha fazer Domingo.» Ai o camarada deixava até de pescar, de pegar um peixinho e ia trabalhar.” Manuel Bernardo Alves.

Certos trabalhadores lembram da pesca e da caça como momentos de sociabilidade, quase de cumplicidade com familiares e amigos. No entanto, tais dimensões mais amenas não tinham relação alguma com o patronato. Nenhuma oportunidade de confraternização entre as classes, ao contrário do que Georges Duby assinala para a sociedade feudal.²⁴³⁷

Proibições

No entanto, o acesso às matas e até mesmo aos rios para abastecimento das famílias, não era tão generoso quanto é apresentado (ou melhor, muitas vezes apenas sugerido, mas fortemente, como uma evidência inquestionável ou mensurável). Existiam também limitações, proibições que se exerciam tão violentemente (potencial - como ameaça - ou efetiva) quanto para outras interdições na vida dos trabalhadores rurais e de suas famílias.

“Dava fim ao trabalhador e não era pra ninguém dizer nada. Eu lembro que lá, encostado, tem o engenho Bonito, que fica no município de Condado. Ave Maria, tratar de ir lá no rio, pegar um peixe. Lá, era muito proibido pegar um tatu, cavar um buraco para tirar um tatu, então isso era proibido. Então aquilo não era pra ninguém comentar não, não era no outro dia que o cabra sabia que o tal de fulano não.” Antônio Maurício Domingo.

²⁴³⁷ DUBY, Georges, *A Europa na Idade Média*, Lisboa, Teorema, 1984, p. 202. Comentário publicado ao conjunto de vídeos elaborados para a televisão.

“Muitos lugares, era [proibido]. [No teu engenho era proibido pescar?] Era. [O patrão proibia?] Era, proibia. [Não era o IBAMA, essas coisas?] Não, era o patrão. [Era o patrão mesmo?] Na época, ninguém ouvia falar em IBAMA.” Antônio Maurício Domingo.

“Nas matas de Goiana já não se pode tirar as imbiras, pois até caniço para pescar, é proibido. Proibido também caçar veados, pacas e rolinhas. Proibido até de pescar mangues, apanhar carangueijo, buscar na água aquilo que não se pode tirar na terra.”²⁴³⁸

A este respeito, os trabalhadores que gozavam de permissão para caçar e pescar sentem o arrocho patronal de diversas maneiras, que suprimiu de fato esse recurso do elenco das estratégias de sobrevivência. A primeira é a proibição pura e simples, o controle sobre áreas cada vez mais estreitas de vida selvagem, frente ao avanço dos canaviais.

“Tinha pesca, tinha. Tinha pesca, tinha caça. E hoje não quer que pesque, não quer que cace.” Antônio Santana da Silva

“Após lá tem muita, mas ninguém mata, o vigia é lá com uma doze! Vai lá pra ver o que é que ele faz! Hoje tá empatado, não pode. Não pode mais caçar, mais nada.” Antônio Joaquim dos Santos.

“Caçava, pescava, porque em todo canto tinha peixe pra pescar; tinha as matas pra se caçar, não era proibido; que hoje em dia, cada lugar desse tem um dono, e o camarada não entra lá.” José Felipe Santiago

O outro fator, talvez de porte maior ainda que as proibições explícitas por parte dos proprietários, consistiu no avanço dos canaviais derrubando a floresta que permanecia em terrenos altos. Além dos produtos despejados por aviões²⁴³⁹ ou jogados nos rios pelas indústrias, que poluíram completamente o ambiente em que essa vida selvagem se desenvolvia, matando a maior parte das espécies que os trabalhadores rurais costumavam capturar.

“A mata é devorada pra plantar cana, até algum bichinho ali que tinha nas mata de se caçar, tá desaparecendo. Desapareceu, vamos dizer, que da fruteira eu estou dizendo 70%, e da caça diminuiu 90%, que eu mermo caçava. Teju, não sei se senhora conhece, tatu, vamos dizer, paca, cutia, né? Tudo isso... E na espingarda, lambu, tudo isso a gente levava. Ai hoje diminuiu isso. Que nem eu saía pra caçar à noite, às vez eu chegava com 5, 6 tatu. Hoje ninguém não vê nem o roteirinho deles pelo pasto, acaba aquele pastinho dele.” Pedro Porfirio Domingo.

“Pescava, pescava, ia no rio no instante se pegava um negocio para engana. Alguma coisa, né? Tudo era mais fácil. Ai foi acabando esse negocio. Danaram a soltar calda no rio né foi acabando com as matas e ficou mais difícil.” Anísio Francisco da Silva .

O barracão

O abastecimento no barracão era limitado aos produtos que o barraqueiro queria oferecer e pelo preço que ele estipulava. Assim, faltavam produtos, vendia-se peixe pelo preço da carne etc... As conseqüências da má alimentação são logo assinaladas. Maus anos não eram apenas de má colheita, mas logo de “muitas” mortes. Sem nenhuma benfeitoria intervenção do empregador, nem para corrigir os efeitos do mau tempo, tampouco garantir um abastecimento adequado, a preços acessíveis; afinal, o barraqueiro era seu homem de confiança.²⁴⁴⁰

²⁴³⁸ “Capangas da Usina N.S. das Maravilhas espancam um ancião.” *Folha do Povo*. Recife, 24.07.49. SSP 7956.

²⁴³⁹ Particularmente os herbicidas - chamados por certos entrevistados de “micidas” - que dispensam as repetidas limpas da cana durante seu crescimento, e afetavam também as culturas alimentares.

²⁴⁴⁰ A honra da categoria profissional, é preciso dizer que, embora muitas vezes os barraqueiros fizessem ofício de preposto do empregador, exceções participaram da luta dos trabalhadores rurais. Assim, surgem nos arquivos de

“Teve um ano que faltou carne, disso eu me lembro. O bodegueiro, pra vender um quilo de carne, aí comprava um fardo de carne e um fardo de peixe, aí vendia meio quilo de carne e meio quilo de peixe do mermo preço da carne, toda vida houve sabedoria, né?” José Peagentino dos Santos.

Especulação e monopólio influíam sobre o abastecimento do barracão. Em local privado, o engenho, ele estava fora do controle das autoridades públicas (aliás desinteressadas no assunto); tampouco se exercia a benevolência do proprietário da plantação em relação aos trabalhadores rurais, mas sim a dura lei do lucro numa situação de penúria aguda,²⁴⁴¹ com consequências trágicas para a saúde das populações. O trabalhador não tem nenhuma dúvida a respeito:

“Não havia um quilo de carne pra achar um dia, o caba chegava nos armazém: «Não tem! Hoje não tem!» Às vez, até com as carne escondida. Sim, aí o... pra dar preço. Aí, só sei que ele mandava toda semana um fardo de carne pra vender aos trabalhador dele, mas os de lá vendia assim, né? Porque era o engenho... era do engenho, e o homem mandava pra vender aos trabalhador mesmo, né? Agora os de fora ia comprar na rua, e: « Não tem, tem aqui esse taquinho de carne. Eu só vendo se for meio quilo de carne e meio quilo de peixe.» Eu vi Manuel Saturnino mais... onde tem a caixa d'água, ali tinha uma venda que era de Manuel Saturnino, que ele foi bodegueiro daí de Bituma, depois ele veio pra ali; eu mesmo ouvi ele dizer: «Eu ganhei dinheiro em carne quando faltou carne.» Eu mesmo vi ele dizer, e por quê? Porque ele vendia meio quilo de carne e meio quilo de peixe, né? Do preço da carne. Nesse ano mesmo era morrer gente em cambito, porque muita mulher de resguardo não tinha o que comer, comia peixe, a carne vinha misturada com o peixe, o peixe com a carne. Aí ofendia a mulher. aí nesse mesmo ano morreu...foi, não foi, morria uma mulher.” José Peagentino dos Santos.

Relatórios de polícia, provocados por pedido oficial ou mesmo encomendados (como ‘bico’) pelos empregadores testemunham a favor do que os trabalhadores denunciam, tanto a respeito da má qualidade, da falta de diversidade dos produtos à venda,²⁴⁴² quanto dos preços exorbitantes. Além disso, os abusos cometidos na contabilidade²⁴⁴³ eram tão habituais que viraram ditado.

Relatório dirigido ao usineiro J. M., em 12.01.60

“Fui informado que o referido A. tem como principal objetivo o interesse do seu barracão, tanto assim que quando fornecedores não lhes dão preferência às compras caseiras para eles próprios e dos seus trabalhadores, são prejudicados por desvalorizações nas suas entregas, bem assim os trabalhadores diaristas ou tarefeiros que não lhe dão preferência, são igualmente prejudicados, ficando marcados - frase do informante - sofrendo às vezes até suspensões injustas, até que resolvam aderir; que quando qualquer pessoa não se conforma com a conta a apresentada, cai na sua ira, passando a ser igualmente visado; que de certa feita, o mesmo Antônio recorreu ao

polícia o problema da expulsão do barraqueiro do engenho C. por ser um dirigente da LC. Relatório policial. Investigadores 320 e 239, datado de 13.06.60. SSP 8086, Doc. 01.

²⁴⁴¹ Contrariamente ao que José Lins do Rego descreveu repetidamente em seus romances, em caso de calamidade natural, como uma enchente, não se tem depoimento de imediata e preocupada intervenção dos plantadores, ou mesmo das autoridades para socorrer os flagelados. Ver, por exemplo, o Relatório Delegacia Auxiliar, do 25.09.61, mencionando a falta de socorros na ocasião de uma grande enchente na Mata Sul, derrubando 435 casas. SSP 7595.

²⁴⁴² “Fundamentalmente, a comida do barracão é café, açúcar, farinha de mandioca, feijão e a carne seca. Estes eram os principais itens. Para ser sincero, não posso testemunhar a qualidade, mas devia ser de baixa qualidade porque esta é a tradição de quem abastece o homem do campo. Eles sempre preferem os baixos custos por conta da situação de pobreza. Não tinha nem vigilância sanitária, nem vigilância fiscal. Entrevista com Malaquias Batista Filho.

²⁴⁴³ O Professor Malaquias Batista Filho chama a atenção para a agudização sazonal do fato: “O barracão era o local em que o trabalhador - ainda continua - se abastecia, creditava para ele, anotava-se para ele o que ele devia e quase sempre isto criava um outro tipo de dependência. Porque no período de entressafra, quando não tem mercado de trabalho, ele passaria a ser servido por este tipo de barracão e quando entrava o momento da produção, que ele ia trabalhar, ele ia pagar o que tinha consumido anteriormente.”

comissário local pra efetuar a prisão de um trabalhador que não se conformou com uma conta apresentada contra o mesmo, no barracão, no valor de c\$350,00, e que posteriormente ficou provado ser ilegal.”²⁴⁴⁴

Interrogatório do indiciado S. J. S. (31 anos) 01.01.60, Ribeirão

“Respondeu que motivado por maus tratos que lhe foram dispensados pelo barraqueiro do Engenho no trabalho e que per diversas vezes negou vender mercadorias para sua alimentação e da sua companheira N. M.C., e também por esta se encontrar em estado interessante, ter falado ainda ao Administrador do Engenho que lhe adiantasse algum dinheiro afim de comprar enxovais para o seu filho nascituro, e ele lhe responder que filho de pobre se embrulha com estopa, certa noite tocou fogo em um canavial cujos trabalhos de extinção foi logo dominado pelos seus companheiros inclusive ele depoente; que continuando no mesmo estado de coisas e com as situação de fome por que passava no barracão quando pedia duzentos gramas de xarque só lhe forneciam 100 gr., não tendo outro recurso resolveu ainda no dia primeiro de janeiro corrente ano tocar fogo no mesmo canavial, já em outro local, porque a cana queimada lhe dava maior rendimento no corte, porque estavam livre das palhas e esta importância que recebia a mais pelo corte das canas era uma reserva que estava fazendo destinada a compra dos enxovais para o filho; quanto ao seu companheiro P. Á., teve ocasião de ouvir este lhe dizer que estava ruim de vida e tinha necessidade de conseguir dinheiro para comprar enxovais para um filho que estava prestes a vir a luz, possivelmente neste mês.”²⁴⁴⁵

Comparando com os preços que são vigentes nos mercados das cidades onde vivem atualmente, podem avaliar que “*Era porque era tudo barato, né?*” afirma Joaquim Pedro da Silva que continua lembrando que os produtos vendidos por aqueles que tinham sítios e dispunham de excedentes. “*Do sítio, comprava barato... aí do que ganhava, dava pra comprar de tudo.*” Como o estudou o Prof. Mintz a respeito do Caribe, essa tradição da brecha camponesa,²⁴⁴⁶ não se pode menosprezar a capacidade produtiva dos trabalhadores rurais de plantação, mesmo em estado de sujeição e exploração extrema, abatecendo suas famílias e os mercados regionais em bens de primeira necessidade. Isto é, não se tratavam exclusivamente de culturas de subsistência, embora isso possa ter sido a intenção inicial.

IV. 1. 3. SAÚDE

*“Essa cova em que estás
com palmos medida
é a conta menor
que tiraste em vida
É de bom tamanho
nem largo, nem fundo
é a parte que te cabe
deste latifúndio.*

*É uma cova grande
para tua carne pouca
mas a terra dada
não se abre a boca.”*

João Cabral de Melo Neto *Morte e Vida
Severina*

²⁴⁴⁴ O autores são dois investigadores (cujos nomes já aparecem em outros enquéritos da SSP, embora o presente documento esteja em papel livre, sem menção de qualquer autoridade pública). SSP 19.177, Doc.4-6

²⁴⁴⁵ SSP 19.177, Doc. 22-23. O trabalhador prestou outro depoimento em Recife, em que colocou ênfase no sistema de pagamento. Ver SSP 19.177, Doc. 24.

²⁴⁴⁶ Ver acima 2.6.2. *Relações de trabalho e açúcar na obra de Sidney Mintz. Brecha camponesa, protocampesinato, assim como III. 2.4.3. A brecha camponesa. Ver CARDOSO, Ciro Flamarion S. Escravo ou Camponês? Op. cit.*

Um dos pontos fortes da ‘morada’, um aspecto privilegiado da suposta relação estreita e pessoal entre senhor de engenho e trabalhador rural, seria o socorro prestado pelo patrão nos momentos em que a saúde do próprio trabalhador ou de alguém de sua família estaria seriamente em jogo. Pois, falar de saúde no mundo dos cortadores de cana reduzia-se a tentar escapar da morte. Os casos mais próximos da ‘image d’Épinal’ mostrando a bondade do senhor de engenho, e tipicamente, em termos de gênero, de sua esposa, seriam os de uma criança doente, uma esposa em trabalho de parto, um pai acidentado. O proprietário ou, no caso da “moderna” usina, o dispensário teriam, por sua vez, um papel decisivo no desenlace positivo do incidente.

“Entretanto, do trabalhador do campo ao pessoal do escritório, todos são unânimes em dizer que V.S. é ingrato com os trabalhadores, limitando-se a pagar apenas o salário devido, não dando a assistência necessária.”²⁴⁴⁷

Como foi visto acima,²⁴⁴⁸ a situação dos trabalhadores rurais entrevistados não refletia, na sua própria opinião, essa visão oficial. Suas lembranças são apoiadas por inúmeros testemunhos de jornalistas e profissionais de saúde unânimes quanto às más condições de saúde das populações canavieiras. Assim, Antonio Callado encontrou horrorizado, no início dos anos 60, os membros de uma família “atacados de bexigas há um mês” a “56 km de Recife”, num engenho onde conviviam 500 pessoas “nenhuma vacinada”.²⁴⁴⁹ Endemias debilitantes como diversas parasitoses afetavam a população rural sobremaneira.²⁴⁵⁰

“A população da Zona da Mata, pelos estudos feitos naquela época, tinham um acentuado déficit calórico. (...) Um déficit energético muito acentuado, com déficit de vitamina B2, B1 que não era tão acentuado, e muito grande de vitamina A. (...) Nos temos presumivelmente qualquer coisa como 30 a 50% de anemia em populações adultas, principalmente em mulheres nessa área e a anemia reduz muito a capacidade de trabalho. Reduz também a resistência aos processos infecciosos. Reduz ainda a capacidade de fixar, de memorizar.”²⁴⁵¹

Todos os diagnósticos efetuados, superficial ou cientificamente sobre a região apontam para a extrema gravidade da situação de saúde das populações trabalhadoras²⁴⁵² revelada por

²⁴⁴⁷ Relatório sobre entrevistas com trabalhadores do campo, da indústria e do escritório a J. M., usineiro conhecido, feito por dois investigadores da SSP, em 12.01.60. SSP 19.177. Doc.4-6. (Embora os nomes dos investigadores apareçam em outras pastas da SSP, nesse caso, não há papel timbrado nem menção de qualquer autoridade pública, o que deixa pensar que talvez a investigação fosse um ‘bico’ dos policiais).

²⁴⁴⁸ IV.1.1. Memórias de infância nos canaviais. Saúde.

²⁴⁴⁹ CALLADO, Antonio. *Tempo de Arraes*. Op. cit., p. 68.

²⁴⁵⁰ Dr. Lauro Guedes Pereira, do Serviço de Assistência médico-social do IAA, escreveu sobre o projeto de instalação de dois hospitais rurais e cinco centros de saúde (Moreno, Carpina, Aliança, Palmares e Barreiros) dedicados à assistência social aos canavieiros. Tratava também de convênios previstos com o Serviço de Endemias Rurais; controle de “*eschistosomose, bóba, verminose e outras endemias*.” Previa-se também um amplo trabalho de educação do trabalhador rural. “Dois hospitais rurais vão ser instalados na zona canavieira”. DP 26.01.58.

²⁴⁵¹ Entrevista com Malaquias Batista Filho. Além de participar por décadas de pesquisas na área de nutrição, o entrevistado tem também relações familiares com o assunto: “Meu avô trabalhou em cana-de-açúcar como cortador de cana, como operário; ele trabalhava de dia no corte e a noite ele trabalhava - ele era muito trabalhador - na usina. Mas ele vinha do Sertão e vinha como cassaco.”

²⁴⁵² Josué de Castro mencionou as “manifestações específicas de fome, que são doenças típicas de carência, os estados lavrados, discretos, dissimulados de fome, e todas as suas conseqüências sobre a saúde física e mental dessas populações”. CASTRO, Josué de. *Sete Palmos de Terra e um Caixão*. Op. cit., p. 54.

indicadores simples como o nanismo;²⁴⁵³ doenças oriundas de deficiências alimentícias agudas;²⁴⁵⁴ mortalidade infantil atingindo números comparáveis aos de tempo de crise em outras zonas;²⁴⁵⁵ esperança de vida extremamente curta. A causa fundamental de tal situação - fácil de evidenciar, se comparada ao próximo Sertão - era a malnutrição.²⁴⁵⁶ A falta de alimentação quantitativamente falando, sua má qualidade e pouca variedade, acima expostas, causavam deficiências agudas na composição nutricional, agravando o descompasso com um trabalho comportando grande esforço físico em condições climáticas penosas. Essa conjunção resultava no enfraquecimento permanente do organismos humanos.²⁴⁵⁷ Anemia grave, avitaminoses A e C contribuíam para marcar as populações canavieiras de forma tão óbvia quanto a redução na estatura, numa região com “o maior número de desnutridos em situação moderada e grave.”²⁴⁵⁸

*"O [nanismo] da Zona da Mata é nutricional por falta de proteínas, de minerais, de vitamina D e de material para a formação de hormônios que participam do desenvolvimento e do crescimento. É a consequência da fome endêmica progressiva, elaborada e mantida pelo homem. É a fome decorrente do desequilíbrio econômico e social do complexo da pobreza.”*²⁴⁵⁹

Más condições de vida, falta de saneamento básico, carências graves de um sistema de saúde quase inexistente²⁴⁶⁰ redundavam na falta de resistência desses organismos debilitados que

²⁴⁵³ Ver o estudo do médico ZISMAN, Meraldo. *Nordeste Pigmeu*. Op.cit. Malaquias Batista Filho complementa: “O nanismo nosso é fundamentalmente uma patologia de zona rural embora freqüente também na zona urbana. Mas nós temos mais nanismo no espaço rural do que na zona urbana.”

²⁴⁵⁴ “Alguns estudos anteriores, por exemplo o problema da cegueira em trabalhadores da cana de açúcar no Rio de Janeiro. Um médico Gama Lobo, oftalmologista que descreveu no século passado uma doença chamada oftalmia brasileira porque aparecia no Brasil sobretudo em escravos e era típica de alimentação muito pobre em alimentos animais, frutos e verduras que era o caso da alimentação dos escravos. Ele chamou esta doença de oftalmia brasileira imaginando que se trataria de uma doença típica do Brasil, descreveu num revista alemã e depois percebeu-se pelas descrições que era uma falta de vitamina A.” Entrevista com Malaquias Batista Filho.

²⁴⁵⁵ Uma reportagem em Paudalho avalia: “Mais da metade das crianças pobres nascidas neste município morre antes de completar um ano. E é tão grande a pobreza das mães que algumas têm de lavar o filho recém nascido em vasilhas quebradas de barro, infectando a criança por não poderem sequer possuir uma bacia. (...) O tratamento pre-natal é ignorado.” DP 09.02.46.

²⁴⁵⁶ Ver também, a respeito do processo de nanificação, os estudos de Nelson Chaves, bem como do Dr Malaquias Batista Filho, *Nutrição, Alimentação e Agricultura no Nordeste brasileiro*. Op. cit.

²⁴⁵⁷ Eloine N. de Alencar enfatiza as consequências desta alimentação insuficiente e inadequada (farinha e peixe seco) causadora de crises de hipoglicemia conduzindo a “agonia, desmaios ou facilitando a ocorrência de acidentes.” ALENCAR, Eloine Nascimento de. *Trabalho e saúde do canavieiro*. João Pessoa, UFPB, Mestrado em enfermagem em Saúde Pública (Tese de Mestrado - mimeo), 1993, p. 135.

²⁴⁵⁸ Edgar Alves Gutierrez do Instituto Nacional de Nutrição. *JC*, 05.10.1988.

²⁴⁵⁹ Na mesma obra, são lembradas outras graves doenças consequências da fome: Kwashiorkor, marasmo e cegueira por avitaminose A. CHAVES, Nelson. “Alimentação na zona da mata”. In: *Antropologia do Açúcar*. Recife: IAA/Museu do Açúcar, 1972, p.101-III.

²⁴⁶⁰ A primeira tentativa das autoridades estaduais de servir as populações com uma assistência médica é muito recente, relata Malaquias Batista Filho: “Foi nos anos 60 e até algum tempo depois por conta de um serviço de saúde que teve no Estado, muito singular no Brasil que era a Fundação SESP. Fundação Serviço Especial de Saúde Pública que hoje é a Fundação Nacional de Saúde. Este serviço foi criado durante a guerra.(...) Propunha a universalização de cobertura de serviços de saúde. Quem morava na cidade tinha acesso a isto. A chamada zona mínima; a zona máxima era a zona rural. O serviço era acessível a quem da zona rural o procurasse, mas o serviço não procurava.

sucumbiam a doenças de prevenção fácil e efeitos limitados em pessoas bem alimentadas e tendo acesso à assistência médica adequada.

*"O sarampo, doença benigna nos bem-nutridos, assume proporções graves entre os malnutridos, sendo responsável por uma elevada incidência de morte."*²⁴⁶¹

Autoridades reconheciam a gravidade da situação: *"O homem do campo verminótico e endêmico é um trapo humano que se arrasta na paisagem desolada, enche as 'estradas da fome e da morte'."*²⁴⁶² Uma das principais preocupações evocadas abertamente na imprensa com a situação penosa das populações rurais não era filantrópica tanto quanto preocupada com o êxodo rural.

"Mas, voltando à saúde, é que hoje a gente vive sentido hoje um grande problema com a saúde só no passado eu acho que está a mesma coisa, que hoje podemos dizer que progrediu um pouco porque existe mais alguma sabedoria, mas só cuida da saúde daqueles que tem dinheiro, aqueles que não têm dinheiro, que não têm... estar praticamente morto. E como nas épocas passadas, eu acho que morria mais gente, o que existia na época, naquela época existia muito, meu pai mesmo morreu de uma tal de bexiga. Bexiga, hoje que nós conhece, ninguém morre mais de bexiga. Minha madrinha morreu de sarampo. Não se morre mais. Somente naquela época existia muito remédio de mato que o companheiro falou, remédio de mato, remédio do mato, caseiro." Antônio Maurício Domingo.

A precariedade da assistência médica era reconhecida: *"Há absoluta falta de médicos nas zonas rurais."*²⁴⁶³ Medeiros Dantas, Presidente da Sociedade de Hansenologia de Pernambuco, avaliava que num Nordeste de 20 milhões de habitantes viviam *"70% nas zonas rurais, destes 9% em terras alheias, o que agrava consideravelmente o seu nível de vida porque o que produzem mal chega para a alimentação"*.²⁴⁶⁴ Constatação já efetuada por Torres Vasconcelos nos anos 40, lamentando que em muitos lugares, *"o trabalhador é ignorado como expressão homem, para só ser visto como um fator de produção"*.²⁴⁶⁵

Além da falta de alimentação correta,²⁴⁶⁶ que os empregadores não faziam esforço algum para corrigir e tornar o mínimo vital acessível a seus empregados, outro aspecto a sublinhar era sua responsabilidade ativa em criar condições de desenvolvimento de ambientes prejudiciais à saúde. Para citar apenas um exemplo, as caldas das usinas envenenavam os rios,²⁴⁶⁷ acabando com peixes e crustáceos, favorecendo a proliferação do caramujo vetor da esquistossomose:

*"o mais grave problema de saúde pública do litoral-mata, ainda sob os estímulos dos resíduos lançados nos rios. A infestação adquire índices alarmantes, pois diversas comunidades são coagidas a utilizar os cursos de imundície pela falta de outra fonte nos locais onde vivem."*²⁴⁶⁸

²⁴⁶¹ Nelson Chaves cita, por exemplo, a diarreia infecciosa e parasitária, as infecções do aparelho respiratório CHAVES, Nelson. "Alimentação na zona da mata". Op. cit., p. 107.

²⁴⁶² "O eixo São Paulo-Minas ronda o Instituto do Açúcar. Poucas verdas para o Norte e Nordeste". *Diário da Noite* 16.01.56. SSP 29586

²⁴⁶³ TORRES, Vasconcelos. *Condições de Vida do Trabalhador na Agroindústria do Açúcar*. Op. cit. p. 260.

²⁴⁶⁴ "O Nordeste possui um médico para cada 4.000 pessoas". DP 29.12.62 p. 3.

²⁴⁶⁵ TORRES, Vasconcelos. *Condições de Vida do Trabalhador na Agroindústria do Açúcar*. Op. cit. p. 260.

²⁴⁶⁶ IV.1.2. Alimentação e abastecimento.

²⁴⁶⁷ "A esquistossomose e as caldas". Gileno De Carli. DP 15.01.56.

²⁴⁶⁸ "Saúde e Lei". DP 29.10.63, p.4 Editorial sobre a questão ambiental.

As mais altas autoridades no campo da medicina, como o Prof. Orlando Parahym, alertavam:

*“O derrame das caldas das usinas nos rios da zona canavieira favorece a multiplicação dos transmissores da doença», daí o aproveitamento das caldas se necessário por mais este motivo. «Por um lado, temos que considerar a devastação tremenda operada pelo parasito no organismo afetado, comprometendo profundamente órgãos e funções vitais, de modo a incompatibilizar o indivíduo com o trabalho produtivo e acarretando-lhe a morte prematura.”*²⁴⁶⁹

Os problemas de saúde eram numerosos. Em pesquisa mais recente, a grande maioria dos trabalhadores se queixaram de algum tipo de fraqueza ou dor.²⁴⁷⁰ Mas a epidemiologia e, de forma geral, os estudos a respeito da condição física das populações canavieiras – unanimamente avaliada como má – não suscitaram o interesse ativo das autoridades sanitárias. Nem para investigações detalhadas; muito menos para medidas corretivas.

*“Sem dúvida o trabalho na cana de açúcar, pelo esforço físico que exige, pelo tipo de postura, de movimentação do corpo, imagino que os problemas de coluna devem estar muito mais freqüentes. Os instrumentos de trabalho não foram desenhados segundo uma bioengenharia do trabalho que seria necessária. Tudo isto constitui um conjunto de fatos que a gente aposta que tenha efeitos adversos, embora nunca tenham sido considerados até mesmo porque o interesse de quem trabalha na cana de açúcar nunca foi prioritário e por isso que não existem estudos em cima disso daí. Não conheço.”*²⁴⁷¹

Mas, na época da ‘morada’, os trabalhadores lembram sobretudo dos problemas de saúde mais graves que envolvessem perigo de morte. Eles não adotam um ponto de vista simplista ou lamuriento. Ao contrário, tecem considerações mais gerais sobre o estado de saúde na época:

“Era umas pessoas saudáveis; mas à vezes, tinha uma doença, pra vista de hoje, as pessoas eram mais saudáveis. Eu penso que as comidas eram fortes, eram grosseiras, eram mais saudáveis.” Manoel José Alexandre.²⁴⁷²

“Às vezes morria [crianças]. Às vezes, agora a doença tá mais do que antigamente. Porque antigamente não havia nada gelado. Não havia carne gelada; não havia nada. A gente cozinhava feijão hoje, e comia hoje et se ficasse um restinho, comia de noite e de tarde comia o restinho. Agora cozinha o feijão pra comer 8 dias. Cozinhando uma vez pra comer 8 dias. Cozinhando pra botar na geladeira. Comer 8 dias. E essa comida gelada que come, tem muitas doenças.” José Honorato dos Santos.

“Naquele tempo, você estava ensopado naquele atoleiro medonho, trabalhando todo dia e ninguém via ninguém doente. E agora, ainda o caba estando em casa, tá doente.” José João da Silva.

Obviamente, as opiniões entre os entrevistados variam em função de sua experiência pessoal ou familiar, bem como dos pontos de comparação que têm em mente, quanto aos tipos de doença que mais os afetavam.

“Havia muita gente doente. Havia.” José Honorato dos Santos.

“É, a maleita matava demais. Tinha muita maleita, muito verme. Era. E o verme ainda hoje tem, a maleita é que tá mais escasseado. Mas o verme ainda hoje tem.” João Francisco dos Santos.

“A doença que mais atacava o povo, naquela época, era o negócio da malári. Tinha uma tal de maleita que dava no indivíduo; sarampo; bexiga; e tinha muito, sempre. Sempre, todo ano vinha essa peste de bexiga, sarampo, essa Fulano de Tal, maleita, que eu mermo tive 11 anos, quase que... [Onze anos?] Onze anos sem parar, passou...” José Felipe Santiago.

²⁴⁶⁹ “Esquistossomose será tema de simpósio nacional: caldas”, DP 22.11.63.

²⁴⁷⁰ ARAÚJO, Espedito Rufino de. *O Trator e o 'Burro sem Rabo'*. Op. cit., p. 248.

²⁴⁷¹ Entrevista com Malaquias Batista Filho.

²⁴⁷² Amaro Rosendo Fagundes, José Amaro dos Santos e Amaro José de Sena concordam.

“Tinha hospital mas era muito difícil; morria mais em casa do que ia pro hospital, não era. Morria mais em casa, de fome e doença naquela época.” Eugênio Benvindo M. Freitas.

“Morria criança, homem e velho. Às vezes morria até de fome que não tinha a resistência, a alimentação.” José Batista do Nascimento.

O quanto uma situação tão desumana suscitava de revolta quando comparada àquela dos empregadores e de suas famílias transparece na exclamação de uma trabalhadora rural, na ocasião da marcha de camponeses e estudantes em memória de Jeremias, até seu túmulo em Itambé. Ela queria que os manifestantes impedissem a passagem de um carro levando os filhos do proprietário:

*“Eu tenho cinco filhos. Tão lá doentes, tudinho. Eu vou pedir ajuda ao dono do engenho, pedir um remédio, tudinho. Ele diz: «Quem mandou você parir?» Agora, meu filho pode morrer. O dele, quando tá doente, pega um carro e vai prá o hospital.”*²⁴⁷³

“Se fosse isso pela usina! Tinha morrido, já tinha morrido!”

*“«You gringos» a Salvadorian peasant told an American visitor, «are always worried about violence done with machine guns and machetes. But there is another kind of violence that you should be aware of, too. I used to work on a hacienda. My job was to take care of the dueños's dogs. I gave them meat and bowls of milk, food that I couldn't give my own family. When the dogs were sick, I took them to the veterinarian. When my children were sick, the dueño gave me his sympathy, but no medicine as they died.»”*²⁴⁷⁴

Entre os demais riscos, os acidentes de trabalho eram corriqueiros,²⁴⁷⁵ pelo uso de foices, facões e outros instrumentos cortantes. As consequências agudizavam-se rapidamente com a ocorrência de sangramentos. Nessas circunstâncias, a rapidez de uma intervenção médica de emergência competente fazia a diferença, eventualmente, entre a vida e a morte do trabalhador. Infelizmente, as instalações adequadas faltavam singularmente em toda a região.

“Desde que eu venho acompanhando o Sindicato, graças a Deus, pode outro achar ruim, mas eu não acho o Sindicato ruim, não. É o que chama a gente pra reunião, faz a reunião, a gente tá com uma pessoa doente, não tem jeito aqui, eles leva pra o Recife. Se pedir um carro, lá na usina, e o carro não der, pode vim aqui, todo carro leva, né? E a gente não gasta nada. Eu sei do telefone pra telefonar. Minha esposa adoeceu. Falei o carro na usina; eles disse: «É, não posso. Não sei que, e coisa e tal.» E eu vou deixar minha esposa morrer?! Levei pra o hospital daí. Cheguei aí, só deu soro. Eu saí com ela daí, os médico daqui, mandaram pra João Pessoa. Aí teve que ir pra lá. Aí cheguei lá, ela lá, e fiquei sozinho aqui, trabalhando, pra de meio-dia pra tarde ir visitar ela lá, é mole, é? Eu arrumando dinheiro emprestado pra pagar a passagem pra ir pra lá, ir visitar ela. Só sei que passei ainda... dezoito dia. Não achei que deu certo lá. Achei o pessoal bom, o pessoal agradável. Cheguei lá, tinha uma fila que ia lá embaixo no mercado, um povo amoroso, povo bom. Aí «Venha cá, meu patrão, que sua esposa tá muito doente.» Me botou na frente da fila, fui atendido, aí passei 18 dia lá. Não achei que deu certo, aí fui buscar ela, trouxe, levei pra o Recife. Cheguei lá, entreguei, botei lá na casa do meu filho. Meu filho levou ela lá pra casa da minha cunhada, que minha cunhada trabalha lá numa clínica, lá no Gouveia de Barro, e lá ajeitou ela. Pronto, agora tá em casa. Mas se fosse isso pela usina! Tinha morrido, já tinha morrido.” Antônio Joaquim dos Santos.

²⁴⁷³ LIMA, Maria do Socorro Abreu e. *Revisitando o campo*. Op. cit., p. 71.

²⁴⁷⁴ In: CHOMSKY, Noam. *Turning the Tide: United States Intervention in Central America and the Struggle for Peace*. Boston: South End, 1985, p.6. Apud SCHEPER-HUGHES, Nancy. *Death without weeping*. Op. cit., p. 230.

²⁴⁷⁵ “No engenho Bela Vista, em Moreno, o trabalhador rural José Joaquim Ferreira, teve sua mão esmagada pela moenda o que o deixou em estado grave”. DP 16.11.47.

O Pe Paulo Crespo ficou chocado com a situação das famílias que lhe pediam para atender doentes:

*“Geralmente estavam deitados no chão, uns trapos, semi-nus, maltrapilhos, a família em uma miséria absoluta, na cozinha as panelas às vezes com o fogo apagado.”*²⁴⁷⁶

Acidentes de trabalho

Os entrevistados parecem avaliar que havia menos acidentes de trabalho do que hoje em dia. Uma das razões possíveis é que eles associam “acidente” ao trânsito,²⁴⁷⁷ acostumados que se tornaram a deslocamentos em caminhões não apropriados ao transporte de pessoas que causam corriqueiramente verdadeiras tragédias nas estradas da região: *“Era muito menos”*, diz Joaquim Pedro da Silva. *“Sempre tinha acidentes de trabalho, mais menos”*, concorda Benedito Rufino da Silva. *“Acidente... O movimento era pouco, de carro. Tinha mais acidente de foice que toda vida o cabra cortando cana se cortou, né?”* resume Antônio Santana da Silva. Outra razão invocada para explicar essa diferença é a pressa atual em produzir mais.²⁴⁷⁸

“Acidente, acidente naquela época era muito pouco. Hoje em dia é uma doídice tão triste no mundo, pra trabalhar, que às vezes as pessoa se acidente...quase que por gosto. Porque hoje em dia, o comboio de doido, às vezes com uma foice, com um facão, com uma estrovenga. Fica tudo doido pra pegar no eito de cana pra fazer dois, três eito de cana pra trabalhar, fica tudo doido que às vezes se corta, se manca por ele mesmo.” Antônio Virgínio da Silva.

“Eu não me lembro que tinha, não”, diz José Barbosa do Nascimento. Até mesmo para preservar a força de trabalho da qual necessitam, os empregadores não lançavam mão de cuidados especializados. Em típicos casos de acidentes de trabalho, *“Antigamente tinha [acidentes de trabalho], mas era curado assim mesmo.”* João Francisco dos Santos.

“Os patrões não socorriam não. Mandava lavar com água de sal. Aconteceu comigo, cortando cana, cortei a mão; já tinha o nosso sindicato aqui. Fui ao homem, lá em Porto Alegre, mostrei a ele. Ele disse: «Você vai pra casa, faz uma passa, uma aguinha de sal nisso aí e amanhã trabalha.» Eu disse: «Eu não agüento. Não posso.» Ele disse, «Então procure seus direitos.» Quando não tinha sindicato, tinha que fazer em casa.” Amaro Pedro dos Santos.

Sem falar em atendimento médico e socorro de emergência, os acidentes de trabalho e a doença (ocupacional ou não) causavam outros transtornos à família do trabalhador rural. O mais benevolente dos plantadores seria o descrito a seguir:

“Quando tinha acidente lá, nesse tempo seguro não existia. Quando tinha acidente, quando o senhor de engenho era bonzinho, às vez, como era demorado, o homem, às vez, tinha um pouco de farinha, dava;

²⁴⁷⁶ Depoimento oral fornecido em 10.07.85 a Eliana Moury Fernandez, no Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: FUNDAJ. CEHIBRA.

²⁴⁷⁷ Embora se tenha notícia também de acidentes com carros de boi. Na Usina Petribu, Samuel Pessoa, de 17 anos, foi esmagado por uma “carroça com cana”. DP 14.01.61. Encontram-se também relatos de acidentes com veículos a motor nos anos 60. Assim um trabalhador da Usina Manassu (Jaboatão) foi morto, “naquele parque industrial (...) atropelado por um caminhão não identificado”! DP. 20.04.61. Outro caso em Maraial, ver DP 12.11.61.

²⁴⁷⁸ Especialistas responsabilizam o uso do facão, ao qual os trabalhadores foram obrigados para garantir, por um corte mais baixo na touceira, maior grau de sacarose (componente do preço) na cana. A forma do facão é perigosa pelo tamanho e a ponta final que se prende com facilidade em folhas ou outras canas no amplo movimento requerido para o corte, desviando o gesto e causando ferimentos graves nos membros inferiores.

às vez, plantava muita macaxeira, não tinha filho, nem nada. Ai ele mandava o trabalhador ir lá no sítio dele. Mas só era essas coisa mermo.” José Damião da Silva.

A falta de ganho – de relevo paradoxalmente maior nessas falas do que nas demais – causava graves problemas a toda a família, agudizando o nível de pobreza.

“[Hoje] *E se adoce um pelo trabalho, tem direito a receber. É, tem direito a receber. Quer dizer que ainda aí eu creio que... E naquela época atrasada quem adoecia, estava doente mesmo. Aí ia se cuidar por ele, nada de levar a patrão. Ele ia se cuidar, mas pela classe patronal não tinha nada de direito.*” Pedro Porfírio Domingo.

Certas usinas, consideradas as mais avançadas, organizavam um tipo de caixa coletiva de seguro aos quais os empregados eram obrigados a contribuir. Aliás, como se viu a respeito dos equipamentos coletivos, nada nesse ramo de atividade era concebido como um serviço realmente prestado aos trabalhadores, até mesmo em virtude de sentimentos cristãos, que nunca deixavam de ser postos em evidência nas falas de inaugurações de dispensário ou posse de presidente do IAA,²⁴⁷⁹ mas sempre constituíam um meio de angariar contribuições dos trabalhadores rurais, sem que eles gozassem em hipótese alguma, nem decorativamente,²⁴⁸⁰ de possibilidade de influir sobre o uso desses recursos.

“*De vez em quando, o usineiro pagava a semana. É, pagava um monte pio. (...) Não esse negócio de direitos, ainda não. O patrão era atrasado, naquele tempo era atrasado.*” José Elias dos Santos.

Ao opor esse tipo de ajuda mútua, verdadeiramente, que podia dar ao trabalhador dessa usina um alívio temporário, ao “direito” o entrevistado estabelece toda a distância entre algo percebido não tanto como um favor, que exigiria retribuição, mas como uma circunstância onde o trabalhador e sua família ficavam mais vulneráveis, a mercê da decisão do empregador.

“*Tinha e não tinha. Não tinha direito. Era menos. Acidentava o camarada tinha montepio. Comia o montepio naquela hora. Naquele negócio que tava doente, tinha montepio que chamava caixa médica, aí tinha; despachava daquele que tava doente e não podia trabalhar. Era da usina, tudo da usina.*” José Amaro dos Santos.

²⁴⁷⁹ “Assistência aos trabalhadores ligados à indústria do Açúcar. Impossível sua aplicação nos moldes previstos.” DP 24.05.51. “Inaugurados dois ambulatórios de assistência ao trabalhador do Açúcar” Folha da Manhã 30.01.57. SSP 29586. Discurso do Presidente da Associação dos Fornecedores de Cana Fausto Pontual: “*Os ambulatórios dos Fornecedores de Cana de Pernambuco, que fazem parte de uma série de estabelecimentos que se destinam à preservação da saúde dos trabalhadores do campo e suas famílias que vivem nas terras dos fornecedores de cana do Estado, é um velho sonho nosso que se vem tornando realidade. E, se é uma vitória insuperável para o espírito - como já disse alguém - o de poder transformar o sonho em realidade, bem pode V. Excia Sr Presidente do IAA e bem podeis todos vós senhores, avaliar o sentimento de que nos achamos, neste momento, possuídos, nós os fornecedores de cana de Pernambuco, de poder semear unidades de assistência social aos homens humildes que ajudam o enriquecimento da Pátria. Desde 1943, em face da Resolução 58 que disciplinou dispositivo do Estatuto da Lavoura Canavieira, vêm os fornecedores de cana de Pernambuco, assim como os de todo o Brasil contribuindo com uma taxa de quarenta centavos por tonelada de cana fornecida às usinas, que arrecadada pelo IAA e acrescida de igual contribuição daquela autarquia se destina ao melhoramento das condições de vida do trabalhador rural.*” Entre os inúmeros artigos, com ilustrações abundantes, sobre essa empresa: “Operários da Usina Catende tem agora seu hospital para o atendimento “*dos seus operários e trabalhadores rurais*” “*mais uma iniciativa do grande vulto daquela empresa, que já promove uma assistência social do maior relevo na agro-indústria do Açúcar em Pernambuco.*” JC 28.10.62.

²⁴⁸⁰ O que acontece, às vezes, com os trabalhadores da indústria do açúcar.

Além dos custos do tratamento, os trabalhadores corriam riscos derivados do acidente: seqüelas irreversíveis devidas à falta de atendimento ou a sua qualidade insuficiente.

“Tinha outros consequências que a gente via na saúde, aquelas de acidentes. O trabalhador cortava um dedo, ele sempre perdia, perdia então como não era um negócio grave, chegava em casa, as mães, os pais que eram inteligentes, lá em casa mesmo. Minha era muito inteligente, então fazia um curativo, botava remédio de pano de café. Hoje coloca café. Naquela época colocava café.[Colocava café, estancava o sangue?] Colocava cabelo, então um cabelo, uma pedra, então aquilo se passava o tempo, o dedo ficava com defeito.” Antônio Maurício Domingo.

“A gente dava remédio, botava pra usina, tomava injeção. Se ele ficasse bom, ia trabalhar de novo.” José Elias dos Santos.

Numa emergência: “Só Deus!”. “Era Jesus, mais inteligência.”

“Era como bicho. Era como bicho mesmo. Era só trabalhar, comer aquela michariazinha que ganhava, dormir e no outro dia ir pro serviço trabalhar. Só o que a gente tinha direito, somente. Não tinha direito a nada não. O camarada, às vezes, adoecia; batia prum canto, batia pro outro, quando cuidava na vida...”
Antônio Virgínio da Silva.

A primeira menção feita pelos trabalhadores no quesito saúde era a falta de assistência médica em casos de urgência: além dos acidentes graves, os casos de parto. Frente às dificuldades sempre apontadas com ênfase, os trabalhadores parecem ter tentado apelar para forças maiores. Longe de esperar ou contar com a ajuda dos empregadores ou do Estado, eles adotavam uma postura mais filosófica e recorriam aos conhecimentos médicos populares.

“Botava na mão de Deus. Jesus era quem resolvia. Entonce mato! Era. Folha de mato, era sumo de mato, era tudo o que curava. Era Jesus, mais inteligência.” José Batista do Nascimento.

“Morria, pedia a Deus, somente. Era a lei da natureza”, sentenciava Amaro Rosendo Fagundes.

Perguntado, mais especificamente, sobre o apoio supostamente oferecido pelos empregadores, a resposta vem fustigante:

“O Sr tá brincando, né? O tempo veio melhorar de uns tempos pra cá. Olhe: naquele tempo que as rodagens eram de barro. Comparação: levava uma pessoa ali, dentro de um vermelho que era um correio medonho, uma mulher tava pra descansar, meia noite, debaixo de inverno, de baixo de chuva. Como era que o marido dela trazia ela pra pegar a rodagem que era de barro? Ajuntava aquele pessoal todinho, botava a numa rede.”

[Era acidentado...] *Era, acabou-se.*

[Acabou-se.] *Se ficasse quebrado, ficava quebrado. Era, quebrado.*

[E parto, como é que era feito parto?] *O quê?*

[Parto.] *Era uma vizinha com a outra.*

[Era uma vizinha com a outra?] *Era.*

[Danou-se. Em caso de emergência fazia o quê?] *Hum?*

[Em caso de emergência fazia o quê?] *Se ela aguentasse tirar em tempo o caba levava à rua. Se não aguentasse morria. Era.”*

João Francisco dos Santos.

“Nós não tinha medicação quase nenhuma. Vivia vivendo porque Deus queria”, diz Cassiano José de Sena. José Honorato dos Santos conclui: *“Se escapar, escapou. Não escapou, morria.”*

As parteiras: “No engenho, as mulheres dos moradores faziam os partos”

“Era em casa, em casa. A assistente que entendia. Mas não era do patrão, não era do governo. Era de ninguém, era por conta dela mesma, era do povo. Uma senhora parteira que conhecia.”

Amaro Rosendo Fagundes.

Entre os casos de necessidade premente por assistência médica, os mais sensíveis, talvez, diziam respeito às parturientes.²⁴⁸¹ Circunstâncias também referidas como sendo por excelência o momento privilegiado de expressão da relação pessoal entre empregadores e empregados na ‘morada’, quando a casa-grande supostamente se empenharia em auxiliar a família de moradores e ajudar com assistência médica para a futura mãe e enxoval para o bebê.

As mulheres grávidas e em trabalho de parto não recebiam acompanhamento qualificado o que resultava em alta morbidade e mortalidade materno-infantil. Apesar das afirmações reiteradas de solicitude por parte dos empregadores e das declarações de intenção dos patrões quanto ao estabelecimento de equipamentos hospitalares adequados para as populações rurais,²⁴⁸² a realidade era de desamparo, a não ser pelo apoio de vizinhos solidários.

“Para partos e estas coisas, assistência era muito ruim. Não tinha carro, não tinha nada naquele engenho, naquele tempo. Não tinha carro para ir buscar um doutor, uma assistência. Nada. A mulher avechava a dor a boca da noite, às vezes no engenho não tinha. O marido andava um dia ou dois para arranjar uma assistência. Chegava lá a mulher já tava até morta. Isso aconteceu muito. Às vezes chegava noutro engenho, a mulher dizia: «No seu engenho... é muito longe, está chovendo!» É de noite, e tem que andar até outro engenho. Era assim. (...) Não tinha para quem apelar, só apelava para Deus.”
Amaro Pedro dos Santos

Essa peregrinação pelos engenhos em busca de uma parteira leiga, uma “assistente” como alguns a chamam, era tão recorrente nas narrativas que expressava pela sua reiteração o grau de sofrimento contido nessas lembranças cujo desenlace era muitas vezes trágico, com a morte da parturiente e/ou da criança. Pois a assistência médica qualificada encontrava-se inacessível ou tardia demais,²⁴⁸³ tanto na mata norte quanto na mata sul:

“A mulher não tivesse jeito de descansar, de jeito nenhum, levava para Goiana, tinha maternidade em Goiana. Pra descansar. E muitas morriam nas mãos das assistentes, porque elas não sabiam fazer o parto. E terminava muitas morrendo nas mãos das assistentes.” José Inácio da Silva

“Quando a mulher do morador chegava o tempo de descansar, maternidade à onde. Só tinha em Barreiros, e a dos ricos. Ou se não, em Ribeirão.” Amaro Pedro dos Santos.

Longe, mas conhecida, a assistência médica, particularmente em caso de parto, era flagrantemente negada – não apenas inexistente como em outras áreas do Nordeste – mas negaa

²⁴⁸¹ A saúde reprodutiva das populações canavieiras é retrada em pesquisas: “The seventy-two women in the sample reported a staggering 688 pregnancies among them, staggering in that half the women had yet to complete their reproductive lives. The “average” woman in the sample had experienced 9,5 pregnancies and had 4,2 living children. She had 1,6 miscarriages, abortions or stillbirths, and she had lost 3,6 small children (2,9 of those infants) among those born live to her.” SCHEPER-HUGHES, Nancy. *Death without weeping*. Op. cit., p.306.

²⁴⁸² A assistência médica, segundo essas notícias, seria providenciada tanto para “os operários” quanto os “trabalhadores rurais”. *Jornal do Comércio*, 28.10. 1962. Fora esse exemplo, as notícias tratavam de intenções, de projetos cuja grandiloquência na apresentação só igualava a ineficiência e/ou mesmo elusiva concretização.

aos canavieiros, pois “os operários têm sindicato, instituto de aposentadoria; tem lenha, luz, maternidade para a sua esposa quando vai dar à luz”, exclama-se uma camponesa de Escada.²⁴⁸⁴ A comparação que os trabalhadores rurais eram levados a fazer com seus companheiros industriais era uma constante que merece também análise, na medida em que o descompasso acentuado de suas condições respectivas²⁴⁸⁵ precisava de explicação muito mais convincente do que, por exemplo, aquela entre um camponês sertanejo e um operário paulista. Essa proximidade geográfica se traduziu num entendimento específico dos desdobramentos da política trabalhista no Brasil e, portanto, em periodização original elaborada pelos trabalhadores rurais. Continua, a camponesa citada pela *Folha do Povo*:

“Qual é a maternidade da mulher do camponês? É capaz de dar à luz no partido de cana. A assistente é a cunhada, o berço do filho é o balaio de semear cana, o livro é o balaio, o lápis uma vara de ferrão para chamar os bois.”²⁴⁸⁶

A questão da assistência médica ao parto era tão crucial, por razões óbvias, que se podia constatar tomadas de posição determinadas a este respeito. Assim, na Cooperativa Agrícola de Tiriri, fundada com quatro engenhos do município do Cabo em 1963, os cooperados indicaram uma “curiosa”, uma parteira leiga, para se formar no Recife e retornar nos engenhos, onde atuaria como agente multiplicador.²⁴⁸⁷ Foi, sem dúvida uma das ações inovadoras mais originais desta desafiadora experiência de gestão da produção pelos próprios trabalhadores, tentativa de corrigir em parte a falta de assistência médica às populações rurais. Essa omissão das autoridades públicas e óbvio desinteresse dos empregadores contradiziam tanto o modelo usineiro de patrão esclarecido e moderno, quanto a versão do senhor-de-engenho benévolo, veiculada pela literatura. Longe disso, a atitude dos proprietários e de seus mandatários era, muitas vezes cínica. Assim, um trabalhador, cuja companheira se encontrava “em estado interessante”, pedira ao administrador do engenho “que lhe adeantasse algum dinheiro afim de comprar enxovais para o seu filho nasciturno, e ele lhe responder que filho de pobre se embrulha com estopa.”²⁴⁸⁸

A vida da mãe e da criança estavam em jogo, tanto mais assim que eram geralmente desnutridas. Os relatos dos trabalhadores carregam-se da angústia da qual eram tomados ao

²⁴⁸³ “A criança nasceu em plena rua”. Filho de “um casal de lavradores”, vindo de Barreiros para que o parto ocorra na maternidade Dom Pedro II, “mas o menino não quis esperar tanto.” DP 13.02.47.

²⁴⁸⁴ “Impressionante discurso de uma camponesa em Escada”, *Folha do Povo*, 21.09.1954.

²⁴⁸⁵ Entre eles, para o assunto aqui tratado: a ausência do salário família. “Seis meses de trabalho e seis meses de miséria”, *Imprensa Popular*, 27.01.1954. SSP 31.406.

²⁴⁸⁶ Ibidem.

²⁴⁸⁷ Entrevistas com Socorro Ferraz e Dr Fernando Barbosa, membros da equipe da Sudene que organizou a cooperativa.

²⁴⁸⁸ Interrogatório do indiciado S. J. S., 01.01.1960. SSP 19.177, Doc. 22.

tentar conseguir uma ajuda até mesmo de uma parteira leiga, a tempo. Eles descrevem uma cena que tem algo de dantesco. Nenhuma ajuda prevista, nem improvisada, a não ser dos vizinhos.

“Assistente... Do mato, do mato.... As mulheres, aquelas mulheres velhas, aquelas mais velhas, mais experientes. [Aí, tinha sempre uma parteira por lá?] Quando não tinha num engenho, tinha noutro. Às vezes, a mulher ia descansar hoje; ia buscar a assistência lá, do outro engenho. Ali, no engenho, não tinha, ia buscar no outro engenho. Pro Senhor ver, quando a minha mulher descansou, eu fui buscar a assistente lá na ruinha, chamada Diária de Baixo, em Piedade. Eu morava numa outra propriedade, outro engenho. Lá no engenho que eu morava não tinha.” José Honorato dos Santos.

“As parteiras eram comum mesmo. No engenho, as mulheres dos moradores faziam os partos. Era o povo mesmo quem fazia uns dos outros.” José Antônio de Lima.

“Não existia essa história de maternidade não, era em casa mesmo. Nos engenhos, não faltava parteira não. Era dos engenhos mesmo, as vizinhas. Naquele meio, tinha mulher que tinha profissão só daquilo, viu?” Antônio Ambrósio dos Santos.

“As mulheres pra ter parto, era normal; era em casa mesmo, e quem cuidava eram as vizinhas.” Amaro Carneiro da Silva.

Como o remédio caseiro, a parteira leiga era também chamada “do mato também”, segundo Manoel Bernardo Alves. Diversos outros nomes eram-lhes dados: o mais corriqueiro era “assistente”, mas encontravam-se também “pé-de-pau”,²⁴⁸⁹ “curiosa”, “sabida”,²⁴⁹⁰ “mulher entendida”,²⁴⁹¹ “bem entendida”,²⁴⁹² “inteligente”,²⁴⁹³ “As vizinhas, mas as que fossem preparadas.”²⁴⁹⁴

Vários entrevistados lembram pessoas de sua família que desempenhavam tais funções.

“Era lá a parteira, era...uma velhota entendida. A minha bisavó era uma das tais.” Amaro José de Sena.

“Tinha parteira em casa, minha mãe mesmo era parteira. E ela mesmo morava no sítio, mas o povo da rua ia procurar ela em casa pra vim pegar menino aqui.” Pedro Porfírio Domingo.

“Ah! Naquele tempo bem pouca, bem pouco menino nascia na cidade. Nascia lá pelos engenho mesmo. Tinha aquela mulher mais, como se diz, mais sabida, né? Aí fazia o parto das mulheres. A minha mesmo, essa que morreu, que vivia na minha companhia, ela é mãe de umbigo de uns 50 e pouco meninos. Já era conhecida. Quando precisava... a mulher pra descansar: «Vai na casa de dona Fulana, vai na casa de dona Fulana.» Aí as mulheres se acostumavam mais, né? Aí ficava conhecida. Aí espalhava pra um canto, pra um engenho, pra outro...pegava. E era... e era muita... era difícil uma... uma morrer de parto. Porque toda vida houve gente mais curioso, né? Esse povo mais antigo era um povo mais curioso pelo uma parte, né? E sobre essa arte de menino, nascia mais nos engenhos mesmo. [E numa emergência...] O jeito que tinha era arrumar um carro ligeiro; quando era uma mulher, como se diz, meia sabida, que conhecia já do artigo, né? Aí já corre depressa, vai na rua, traz um carro ligeiro pra levar essa mulher, pra ver que... dar certo. Mas só quando via que não podia mesmo., né?” José Peagentino dos Santos.

²⁴⁸⁹ José de Souza da Silva.

²⁴⁹⁰ José Peagentino dos Santos.

²⁴⁹¹ Francisco Zalatiel Ferreira.

²⁴⁹² Antônio Virgínio da Silva.

²⁴⁹³ José Barbosa do Nascimento.

²⁴⁹⁴ José Elias dos Santos.

Sente-se, por parte de alguns, um certo orgulho pela competência da mãe ou avó, que era procurada até mesmo por “gente da cidade”,²⁴⁹⁵ um grande respeito pela ajuda que essas mulheres providenciavam às famílias, às vezes, por dias e noites a fio.

“Era mais trabalho. Mas também tinha muita parteira pobre, que era - como se diz - era mesmo que um médico hoje em dia. Tinha muita oração, tinha muito trabalho, e fazia o serviço certo. Ajudava sim, senhor.” Joaquim Pedro da Silva.

Apesar de seus fracassos e da falta de formação, o grande esforço e a dedicação que manifestavam valiam-lhes a gratidão de muitas famílias.

“Tinha aquelas parteira inteligente. Ela ia pra casa, chegava uma pessoa hoje (qualquer hora da noite que chegasse!) ela se largava no mundo. Às vez, até o domingo ela não tinha chegado em casa. Ela não tinha direito de chegar em casa enquanto não desse banho naquela pessoa que ela foi agir. Ai chegava com as pernas dessa grossura, inchadas! O que ganhava? Às vez, muito pegava um pinto, dava um pinto a ela, pronto. Era assim.” José Barbosa do Nascimento.

“As parteiras passavam às vezes 5 dias, 6, quando o perigo era grande e quando não tinha ela entregada à vizinha encostada e ela ficava tratando dela.” Amaro Carneiro da Silva.

Certos entrevistados valorizam mais os serviços prestados, os sucessos nos partos e na assistência tanto aos recém-nascidos quanto às mães.²⁴⁹⁶

“Lá pelos engenhos tinha, quase todo engenho tinha parteira. Era uma, duas. Era gente do povo mesmo! Ai, era ela quem pegava o menino, quem fazia o parto, quem tudo. E tinha a sorte que Graças a Deus; mulher nunca, era muito difícil uma mulher ficar doente. As assistentes bem entendida e a mulher descansava e elas tratavam da mulher, e a mulher nunca sofria nada.” Antônio Virgínio da Silva.

“Tinha as parteiras né. A minha mãe mesmo teve 16 filhos; teve poucos na maternidade, tinha as parteiras que vinham fazer os partos, né?” Anísio Francisco da Silva.

As palavras mais usadas era: “socorrer”. As situações podiam ser extremamente perigosas tanto para as mães quanto para os recém-nascidos, particularmente quando eram prematuros.

“Tinha aquelas mulheres que vinha pra usina, e outras se tratavam lá com as mulheres assistentes que tinha lá, as vizinhas. Todo mundo assistia elas, ajudava. Quando tinha, vinha pra usina. Mas era mais difícil, era mais difícil do que agora. As mulheres agora para descansar, vai tudo correndo pra maternidade. Minha mulher teve 13 filhos, mas nenhum foi pra maternidade. A assistente lá que pegava, teve de tempo. Teve dez de tempo e três que não foi de tempo. Mas não precisou vir pra usina.” José Amaro dos Santos.

O pagamento: “Era por conta da gente mesmo”

Nenhuma ajuda patronal assegurava uma remuneração à parteira:

“Pra agradecer a ela, dava uma galinha...Era por conta da gente mesmo.” José Batista do Nascimento.

“[Não era pago pelo engenho não, não é?] Não, não, Senhor. A gente mesmo dava um agrado, uma coisa quando podia. Quando não podia. «Comadre, se agüente por lá, e demore, e tal e coisa...»; e a conversa era essa.” Manoel Bernardo Alves.

Em certos períodos, algumas usinas contrataram profissionais. Mas, na experiência dos trabalhadores entrevistados isso constituía a exceção.

²⁴⁹⁵ Pedro Porfírio Domingo.

²⁴⁹⁶ Raramente fala-se na sorte dos bebês, a respeito dos partos. A expressão mais freqüente é “pegar menino”, mas a atenção é focalizada na parturiente.

“Não às vezes, quando dava tempo, eles traziam de Vitória pra parteira na usina, e quando não dava tempo, era em casa mesmo. [A usina tinha uma parteira dela mesmo?] Tinha! Na época, tinha. Agora não era todo tempo, tinha vez que botava uma, passava um tempo, depois tirava, botava outras.” Antônio Santana da Silva.

“«Morreu de parto.» Só era o que se via. «Morreu de parto, morreu de parto.»”²⁴⁹⁷

A despeito do respeito e da gratidão que podiam nutrir para as parteiras leigas, os trabalhadores lamentam as limitações de seus conhecimentos e a falta de instalações capazes de providenciar cuidados de emergência como cesariana, contenção de hemorragia ou impedir infecções fatais nas parturientes.

“Não podia levar a mulher pra maternidade. Muitas descansavam sem parteira mesmo. Às vezes, descansava, ainda ia chamar. E muitas, quando dava tempo, mandava o marido procurar.(...) Morria! Muitos morriam. Morriam muitos naquela época.” Antônio Ambrósio dos Santos.

“Tinha mulher de trabalhar no dia de domingo e, no caminho mesmo, descansava no meio das estrada; e chegava em casa. Quando ia socorrer, não tinha mais jeito, morria.” Severina Maria da Silva.

“Se desse pra escapar, felicidade delas. E se não desse, morria! [Morria muita gente?] Morria muitas mulher.” Severina Maria da Silva.

“A mulher pra ter menino, quando começava a dor, a gente que era grande, eu não, meus pais, iam pra casa daquelas assistentes com mais... O posto não tinha assistente e Santo Antônio tinha chá de sapé, tinha. O camarada queria assistente, ia lá, passava a noite com ela, a mulher descansava. Se... a mulher não tivesse jeito de descansar, de jeito nenhum, levava para Goiana. Tinha maternidade em Goiana. Pra descansar. Et muitas morriam nas mãos das assistentes, porque elas não sabiam fazer o parto. E terminava muitas morrendo nas mãos das assistentes.” José Inácio da Silva.

Alguns entrevistados lembram também de práticas de tipo mágico, particularmente em casos mais complicados.

“Ah! Era em casa, era no sistema bate de pilão. Era. Negócio de arruinar a casa quando o menino tava encrocado pra chegar, saia arrodando e batendo num pilão, e uma história de “cumpadre, cumadre, faça não sei quê.” Amaro José de Sena.

“A parteira do mato. A mulher, às vez, embolava cinco, seis dias e morria com o filho, e não tinha. Morria sim, senhor. Vi muitas lá, vizinha de minha mãe, eu pequenininho, garoto, vi morrer muitas vezes, e não tinha o filho. A assistente chegava na casa da minha mãe, vi muitas e muitas vez. Chegava na casa de minha mãe, dizia: «Comadre, como vai as coisa?» «Assim mesmo, comadre.» «Compadre, tem dinheiro aí?» «É comadre, dá pra arrumar.» «Vá comprar ali azeite.» Eu me lembro como era. Hoje não é assim, hoje é diferente.” José Francisco Paiva.

Num dos raros casos em que parece ter a famosa relação pessoal entre empregador e empregado,²⁴⁹⁸ os efeitos dessa maior intimidade chegaram tarde demais.

“E mulher pra descansar era em casa, que fosse um parto normal, ela se safava muito bem, muita vitória; e se fosse perigoso, tinha que morrer à míngua. Não existia médico, nem nada, nem doutor, nem nada pra... nem condição de carro pra levar. Tá pronto, morria a míngua, porque muitos... Lá perto de casa mermo morreu muitas companheira dessa época. Minha mãe chegava pra lá e ia ajudar a companheira lá... fazia companhia e chegava contando a situação: e dava derrame na mulher, morria a míngua, que nem uma perto de lá de casa, vizinha de lá de casa, deu desgosto. A gente conhecia, a gente brincava muito lá, às vezes, com os meninos que ela tinha (dois menino maiorzinho). A gente era menino também. E essa companheira morreu assim, de derrame, um derrame que morreu. De parto; não pôde cortar. O povo chamava um doutor que... ele foi lá na casa do patrão dele, que o patrão era padrinho dele. O patrão era padrinho dele, ele foi chamar o doutor. O padrinho dele foi no carro buscar o doutor.”

²⁴⁹⁷ José Felipe Santiago.

²⁴⁹⁸ Com a família do vizinho do entrevistado.

Quando o doutor chegou, ela já estava morta. Eu chegava na porta assim; nesse tempo, a dona da casa estava nessa situação que eu estou contando. A gente chegava na porta assim, aquela casa aberta, quando chegava, estava... aquela cama de vara lá.” Manoel Fernando de Souza.

“Depois veio hospital, e aí acabou-se, não morreu mais ninguém.”²⁴⁹⁹

A mudança com o acesso à assistência médica do Estado para os trabalhadores rurais é descrita como radical e associada ao ‘Tempo de Arraes’, num conjunto de ‘direitos’ que significou uma transformação na vida e nas expectativas dos canavieiros.

“Não sabia, nem que tinha na capital, no Recife. Ninguém nunca sabia. Ouviu falar, maternidade no Recife, também em Casa Amarela, por esses cantos assim, adespois de 64, do tempo de Miguel Arraes pra cá. Mas nos outros tempos... era em casa mesmo.” Alfredo Cosme dos Santos.

Um trabalhador, cujos filhos nasceram desse modo complementa:

“Olhe, em caso de emergência... só quem ajudava era Deus! Que não fosse pra morrer, não morria porque. Porque não tinha pra onde levar, não tinha hospital pra se levar. Não tinha casa de saúde. Isso não faz muito tempo, não, porque até 1940 era assim.” José Felipe Santiago.

“Não, naquela época, vamos dizer que já tinha médico, mas as maior delas era em casa mesmo.” Pedro Porfírio Domingo.

A ajuda que os entrevistados nunca carecem de mencionar era aquela dos vizinhos. Eles se designam, nesse contexto como em muitos outros que dizem respeito à vida cotidiana, como “pais e mães de família”, em vez de trabalhador, cidadão ou outro termo. “*Nesse tempo, quem ajudava na emergência, eram os pais de família mesmo*” assegura José Honorato dos Santos. Se os patrões nunca são sequer mencionados, a não ser (raramente) negativamente, pois sua omissão não era esperada, os vizinhos, parentes, amigos estavam sempre à mão, ajudando, em qualquer situação fornecendo apoio, encorajamentos, consolo.

“Era em carro de boi, na rede. No espinhaço dos outros, né? Era meio difícil.”²⁵⁰⁰

Um dos mais difíceis problemas a resolver em caso de emergência, seja acidente de trabalho ou parto, era o transporte do paciente, outro assunto em que se podia testar a benevolência, a caridade do patrão.

“A emergência, por exemplo, quando morava num lugar longe, vinha em carro de boi; a emergência da usina, quem morava na empresa, ia num carro de boi. E quem não era de empresa, a emergência era..., ia numa rede. Botava numa rede e levava pro rezador.” Rosendo Vicente de Sales.

As conseqüências trágicas da demora em transportar o paciente até o local de atendimento²⁵⁰¹ são imediatamente assinaladas.

“Quando complicava, preparava o carro de boi ou uma rede e levava para Barreiros, Rio Formoso, quando não morria.” Rosendo Vicente de Sales.

“O tempo veio melhorar de uns tempos pra cá. Olhe: naquele tempo que as rodagens eram de barro, comparação, levava uma pessoa ali, dentro de um vermelho que era um córrego medonho. Uma mulher tava pra descansar, meia noite, debaixo de inverno, de baixo de chuva, como era que o marido dela

²⁴⁹⁹ José Elias dos Santos.

²⁵⁰⁰ Joaquim Pedro da Silva.

²⁵⁰¹ Algumas indicações apareciam, vez por outra, na imprensa: assim uma “doméstica” vítima de agressão “em terras das Usina Trapiche” só recebeu cuidados médicos 10 horas mais tarde, encontrando-se “em estado grave porque perdeu muito sangue.” DP 15.10.47.

trazia ela pra pegar a rodagem que era de barro? Ajuntava aquele pessoal todinho, botava a numa rede. [Como carregava morto?] Tudo, carregava tudo! Amarrada num pau. E muitos que tivessem essa sorte, se não tivesse, morria. Se acabava. Naquele tempo, era serviço...” Amaro Rosendo Fagundes.

Nenhuma ambiguidade quanto à assistência com a qual podiam contar:

“[Eles não davam, assim, assistência, os patrões? Trazer um médico para...] Dava nada, dava não, nessa época não. [Um carro para levar um doente...] Nessa época? Nessa época não. Aquele que tivesse um coração bom... mas tinha muitos que não queria nem levar no carro pra não sujar o carro dele, vamos dizer, pensando assim, né? E dessa época pra cá que apareceu também o Sindicato. Aí ele dá assistência, né? Depois que apareceu o Sindicato.(...) A gente paga o Sindicato, qualquer coisa o Sindicato, né? O carro aí transporta pra qualquer canto. Mas, naquela época, era mesmo que uma estrada fechada no mato.” Pedro Porfírio Domingo.

“Não tinha carro mais vinha a cavalo. Bota no caçuré e trazia tudo pra cá (...) É era no Sindicato (não tinha assistência médica lá não) vinha caminhando até aqui.” Moisés Alves Correia.

“Que hospital que nada, meu irmão. Tinha não senhor. Nada nesse tempo, não existia carro. Eu mesmo caí doente de bobo. Eu morava em Ingá de Bacamarte, viu, em Bacamarte mesmo. Fui pra Campina Grande a cavalo, dia de chuva. Saí de 3 horas da madrugada, cheguei em Campina Grande de cá, Baixo de Ingá de Bacamarte corria chão pra Campina Grande ainda é longe.” Severino Barros Lima.

Os casos de emergência e a impotência à qual eram reduzidos os trabalhadores rurais deixaram muitos deles parcimoniosos na expressão:

“Era difícil. Difícil; nós não tinha emergência, a emergência que tinha era o camarada ia- se arrastando de qualquer maneira, ou se o povo levava até numa rede, se fosse possível. Numa rede. Numa rede. Porque não tinha um carro, não tinha nada, não tinha, não tinha nada. E se ficava era isso.” Cassiano José de Sena.

As grandes distâncias percorridas a pé, em condições físicas debilitadas, permaneceram agudamente marcadas na memória dos entrevistados.

“Saímos de meia noite, saímos de meia noite pra Campina Grande. Chegamos lá de sete horas do dia, levei tanta chuva no caminho. Eu com sete anos de idade, que a moça me procurou, a enfermeira me procurou minha veia para injeção e não encontrou. Foi obrigado dar nas nádegas porque não encontrou. Foi obrigada a dar nas nádegas porque não agüentou, porque nem a veia não amostrou. Eu com sete anos. É o que sei contar daquele tempo, é isso.” Severino Barros Lima.

“ Não existia não, tinha médico não. Eu me lembro que papai adoeceu com a tal de bexiga, que ele fez com a palha de banana, que é bom. E ele tinha que caminhar do engenho pra Goiana de pés pra fazer tratamento nas feridas que a bexiga dele virou ferida e fui eu, tive que andar de pés. [O patrão não dava carro pra isso?] Não, não dava carro, ele aplicava injeção, fazia alguns trabalhos mesmos, mas o caso muito, ele podia enfrentar que ele disse que estudou pra médico mas não passou no teste, mas o problema... Então todo dia ele ia pra Goiana de pés.” Antônio Maurício Domingo.

“Às vezes, a gente vinha pra usina de pés, porque tinha socorro na usina; um carro não tinha, a gente tinha que vir de pés, se encontrava lá... Arrolava 2 léguas, às vezes, légua e meia, dependendo das condições do serviço do engenho que morava. Às vezes em Vitória.... [Levava nas costas, assim?] Era! Às vezes levava nas costas, às vezes levava numa rede. Eu, às vezes, mesmo carreguei um cabra nas costas pra usina.” Antônio Santana da Silva.

“O médico da gente era remédio do mato”:²⁵⁰² “quem não morresse ficava bom!”

Excepcionalmente, nos casos mais graves, os trabalhadores se esforçavam em conseguir medicamentos modernos. Mas, no dia-a-dia, só havia remédios caseiros disponíveis para atender às necessidades de toda a família.

²⁵⁰² José Inácio da Silva.

“Era o que havia mesmo era remédio do mato. Precisava ser uma doença muito pesada que aquele médico da usina quando receitava, dava aquele remédio. Mas doencinha mais maneira tinha que ser curada em casa com remédio do mato mesmo.” Severina Maria da Silva.

As plantas que eles citam são bastante conhecidas. As receitas parecem simples, chás geralmente. José Francisco Paiva cita: *“Chá do mato, era de... mentruz, era pra hemorróia, era...erva cidreira, chá de laranja, o remédio”*. Antônio Joaquim dos Santos acrescenta: *“Pé de quebra-pedra, fazia um chá e bebia, e pronto; canela.”* José Inácio da Silva se lembra de *“mangeriba, papaconha; era essas coisas. Hoje em dia, ninguém vê falar nessas coisas.”* *“O remédio era... era suvaco de cega, cerveja preta, esse...era... mamona. Conhece mamona? O mais remédio era mais do mato. O mais remédio era mais do mato”* diz Joaquim Pedro da Silva, e sentencia sobre a eficiência dos remédios de farmácia: *“E esse remédio que a gente compra hoje tudo é feito do mato.”* *“Não tinha médico”*, conta Pedro Porfirio Domingo *“mas tinha xarope e raiz de mato e planta”*. *“Não tinha nada. Porque tomava um chá de laranja, um chá de capim santo, essas coisa assim, né?”* conclui José Pereira de Lima.

“Problema de doença, assim, saía pelo mato e encontrava aqueles negócio, e quando dava fê... plantava um chá, pronto. Não existia esse corre-corre de comprar remédio, era no mato.” José Barbosa do Nascimento.

“Tinha boa saúde. A saúde daquele tempo, o povo era saudável. Quando adoecia, o remédio era erva do mato. Era abacate. Fazia chá de abacate, chá de capim santo, chá de mastruz, erva cidreira.” Rosendo Vicente de Sales.

Os cortes eram tratados com *“remédio do mato”* para estancar o sangramento e facilitava a cicatrização. *“Curava com folha de... com remédio do mato Se o cabra cortasse.”* começa José Honorato dos Santos.²⁵⁰³ Fernando de Souza enumera todos os atendimentos mais corriqueiros:

“E sobre da saúde da gente o remédio era dos mato mesmo. Era, toda a medicina que a gente arrumava era do mato: era pra dor de dente, era pra verme, era pra... pra dor de barriga, pra dor de cabeça; tudo a gente arrumava do mato. Ainda hoje eu sei de muita medicina, ainda pra essas coisa.”

“E negócio de coisinha, coisa e tal, o povo curava com remédio, com isso, com aquilo outro, pronto, chá de mato. Em Nazaré tinha médico; na década de 30 tinha um médico muito especialista, e aqui tinha também outro. Só tinha que morrer se tivesse que morrer. Mas coisinha eles curava mesmo. Às vez o sujeito tava morrendo, ele passava um remédio e aquele remédio curava. Não é que nem hoje que o sujeito compra dez remédio pra poder melhorar e morre.” Arlindo Nascimento.

“Chegava em uma farmácia dessas, o purgante que tomava era manona. Era mané preparado, manacena, era purgante, salamar com cerveja preta. Levava uma queda, tomava salamá com cerveja preta. Era o remédio de antigamente.” José Amaro dos Santos.

E trabalhei a vida toda desde os 10 anos. Desde os 10 ano é xarope de mato.

[Xarope de mato.] *É raiz.*

[Raiz.] *Aí eu lá em casa mas dentro dela, vamos dizer, tem uns 25 tipos de planta!*

[É? Quem foi que ensinou para o senhor?] *Olhe, o tempo. Não tem dessas plantinha que a gente vem usando em xarope, um chá pra um menino, aí sempre a gente vem, né? E se vem se conservando até hoje. Aí pega umas plantinha, bota dentro de uma garrafa. Bota dentro de uma garrafa.*

[Bota uma cachacinha.] *De cabeça.*

²⁵⁰³ Cassiano José de Sena, Odilon Caetano da Silva e Manoel Bernardo Alves concordam.

[De cabeça.] *Para febre, para tosse. Pra tudo. Ai a gente toma um banho, toma ao menos um dedo bem cedo, em jejum, entro no trabalho, aí porque faz uns 10 anos que eu trabalho em vala.*
[Em vala.] *Em vala! Graças a Deus sou duro, né?*
[É duro.] *Sou duro. Sai bem cedo, tomo um golezinho, tomo um banho e entro. Eu estou nessa idade, mas até hoje um médico não teve nenhum prazer de dizer que fez uma consulta.*
Pedro Porfírio Domingo.

Outros trabalhadores mencionam uma figura muito querida no meio rural, a rezadeira que ajudava também nos casos de doenças. *“Quando a gente estava com uma dor na perna, ia atrás de uma rezadeira, ela rezava.”* José Inácio da Silva. Vez por outra, foram mencionadas as tradições indígenas para confeccionar e administrar remédios fitoterapêuticos que abasteciam o elenco das possibilidades de cura. *“Algum entendia”,* explica Alfredo Cosme dos Santos. *“O camarada fazia: «Tô doente hoje o dia.» A receita que passava era tomar xarope de malva.”*

“Existiam doenças, mas era menos porque o povo... não existia quase médico, e os remédios era do mato, era vegetal; então o povo tinham ainda as idéias dos índios, dos caboclos, faziam muitos remédios (meisinhas, né?) das árvores e aí curavam mesmo a doença. Quando tinha um doente, eles faziam aqueles remédios, tinha aquela dieta de três dias sem abrir a porta, sem nada e quando a pessoa ficava boa, ficava mesmo, quem não morresse ficava bom!” José Antônio de Lima.

Era em casa mesmo, vamos dizer, botando um xarope com uma folha de mato, porque eu mesmo tem uma mulher que foi operada, isso faz uns 5 anos ou mais, e ela veio passar com a operação aberta, e o médico falou no Recife que inflamou e não houve jeito de ficar bom porque quando inflama não há jeito de ficar bom, né? Aí tem que ir no tratamento mesmo. Ela passou dois meses internada no Barão de Lucena. Nos dois meses, aí o médico disse: «Pronto, aí não tá mais arruinado, não tá inflamado. A senhora vai pra casa.» Passou uma pomada em casa. mas ela disse: «Mas doutor, o senhor acha que eu tenho condição de ir em casa fazer isso?» Aí ela veio. Chegou em casa, usou naquela pomada. Mas nada de vantagem, nada de vantagem. Aí sabe porque sarou? Eu fui no mato, eu digo: “Isso aí não vai Ter vantagem.” Fui no mato, raspei aroeira. A casca de ameixa, é uma fruta, ameixa é uma fruta, aí tracei, eu mesmo fiz um torradozinho, todo dia ela botava em cima. Sabe com quantos meses veio parar? Com 1 ano e 3 meses, mas sarou, ela foi engordando, aquilo foi e foi ressecando; sarou com 1 ano e 3 meses que ela estava boa.” Pedro Porfírio Domingo.

“Olhe, a saúde naquele tempo só Deus mermo. Deus, quer dizer, que a medicina... a gente arrancava uma raiz dentro do mato, era o maior médico bem dizer, do laboratório. Hoje a medicina avançou, né? Tem médico aí em quantidade, e é tudo procurando uma farmácia, e a doença sempre, mas naquele tempo tirava uma folhinha, uma raiz, uma coisinha, você via a maior medicina do mato”

José de Souza da Silva continua se vangloriando de não ter visto um médico em toda sua vida.

“De médico conhecer, nunca, até hoje eu estou me pabulando, e Deus me cobrindo, porque eu, até hoje, não tiro um exame de um médico, xarope de mato.” Pedro Porfírio Domingo.

Sem acesso à assistência médica profissional, sem ter mesmo dinheiro para comprar remédios do farmacêutico, além dos chás e decocção, os trabalhadores adoentados, tampouco podiam, ao menos, melhorar o cardápio cotidiano, com suas recorrentes carências alimentares.

“Agora passei três meses em cima de uma cama. O remédio que tinha pra eu era macaxeira cozinhada e farinha com sardinha só não podia comer com sal. E eu fui criado com garapa de mel. No dia que eu nasci me deram garapa de mel de furo, que é tanto que hoje eu não como leite. Fui criado com garapa de mel de furo. Pegava aquele açúcar, fazia aquela garapa, quando não tinha açúcar, fazia com mel.. E a papa era d'água com farinha.” José de Andrade.

Mortalidade

A mortalidade infantil “*alcança a casa de 500 por mil, o que quer dizer que metade dos que nascem apenas espiam a vida um breve instante e antes de um ano já se foram para debaixo da terra.*”²⁵⁰⁴ Por ocasião de seu trabalho tanto como ativista nos anos 60’s quanto como antropóloga mais tarde, Scheper-Hughes investigou a mortalidade infantil e testemunhou seu crescimento no período seguinte ao golpe de estado.

“*More than three hundred babies died during 1965 alone, and for each one that did the bells of Nossa Senhora das Dores tolled. Many of hunger, thirst, and neglect were senseless and unnecessary.*”²⁵⁰⁵

Os trabalhadores entrevistados demonstram os sentimentos de conformação ou revolta que as circunstâncias da morte de um ente querido lhes ditava.

“*Olhe, sempre morria, porque de morrer gente, sempre, sempre, acontecia de morrer gente. Às vezes, na criança bote uma dor que o cabra não resiste. Então sempre problema de morte, sempre existia bastante.*” Antônio Santana da Silva.

“*Morrer, morria. Lá em casa mesmo, lá em casa mesmo, adoeceu uma menina com 14 anos, do meu tamanho e não passou um mês, não passou um mês, no meio ela morreu. Não olhe falou em hospital, acabou-se. Nesse tempo o camarada pra levar uma pessoa... Não tinha escola para menino, não tinha direito a hospital, não tenha direito a nada, nada, nada, nada!*” Antônio Virgínio da Silva.

“*Morria crianças, morria gente grande, tudo, era tudo, tudo.*” Severino Barros Lima.

“Assistência?! Qual? Qual é a assistência? Hoje tem tudo. Tinha nada, homem!”²⁵⁰⁶

A forte mortalidade infantil é atribuída essencialmente à falta de assistência médica e remédios disponíveis. “*Não tinha esse negócio de medicina*”. “*Morreu gente grande, e muito, quanto mais criança!*” lamenta João Francisco dos Santos. Como para os partos e as emergências de outro tipo, os entrevistados comparam implicitamente esse estado de coisas com a situação atual, em que podem recorrer aos serviços públicos e do sindicato, com a nítida consciência das vidas desperdiçadas pelo abandono ao qual eram antes condenados.

“*Tinha saúde pouca. Tinha muita doença. Não tinha condição de comprar remédios. Sempre era muito maltratado. Morria muita criança, de maltrato.*” Benedito Rufino da Silva.

“*Morria, morria (muitas crianças). Eu mermo carreguei muitas. Sabe em quê? Dentro de uma telha grande da casa, chegava lá, botava a criança na cova e trazia a telha pra trás pra levar outra; porque não tinha... não tinha esse negócio de medicina.*” José Felipe Santiago.²⁵⁰⁷

“*Morria muita criança. Dava aquela febre, as farmácia era muito pouca, tinha alguma. E tinha um velho antigo do sertão que conhecia dos remédio, e fazia remédio e controlava, o camarada tomava.*” Joaquim Pedro da Silva.

“*Crianças morriam, quando dava uns dias, os povos mais velhos também. E, nesse tempo, falava muito em olhado, ia pra rezadeira. Quem dava jeito era a rezadeira; aí quando a rezadeira não dava jeito, o camarada morria vomitando, morria em cima da cama, mesmo; nós levávamos para o cemitério, aí morreu de que morreu... foi pra tal canto, não teve jeito por lá, aí ele morreu; mas naquele tempo, nós não sabia, nem quem ia a doutor.*” José Inácio da Silva.

²⁵⁰⁴ CASTRO, Josué de. *Sete Palmos de Terra e um Caixão*. Op. cit., p. 41-42.

²⁵⁰⁵ SCHEPER-HUGHES, Nancy. *Death without weeping*. Op. cit., p. 16.

²⁵⁰⁶ José de Andrade.

²⁵⁰⁷ Outros trabalhadores confirmam: José Peagentino dos Santos, Antônio Ambrósio dos Santos.

Notavelmente, havia famílias que conseguiam sair ilesas: *“Lá em casa mermo, que nem eu acabei de dizer: nasceu 12 e criou-se todos 12”*, se orgulha Amaro José de Sena. Outro trabalhador mostra que a presença de um médico na sede da empresa agroindustrial não significava, para ele, a proximidade de uma assistência médica.

“A saúde? A saúde ainda era mais sacrificosa, porque nesse tempo não tinha um socorro pra nada, né? Não tinha socorro. Hoje em dia a gente tem o socorro, que tem um carro, tem um médico. Nesse tempo a gente não tinha direito a médico. O médico era o doutor da usina, um doutor só para receitar todas qualidade de doença quanto houvesse. [Na usina, não era no engenho não.] Na usina. Não, no engenho não. Na usina.” Severina Maria da Silva .

“Naquele tempo, era... negro saía lá daquele meio de mundo pra vim pra um doutor aqui, ele se receitava por aí todo adoidado, e ia-se embora.” José João da Silva.

Quanto à uma assistência médica propriamente qualificada, *“o doutor, médico”* quando encontrava-se a proximidade *“[e]ra muito dinheiro”*, lembra José Honorato dos Santos. Nenhuma menção de um plantador benevolente pagar as contas médicas, mesmo nos casos mais graves. Quanto às parteiras leigas, como foi visto acima, *“[o] jeito que tinha, era arrumar qualquer besteira, uma galinha, qualquer coisinha que dava, ela aceitava.”*

“No tempo de eu menino, era do engenho. Agora depois de um certo anos pra cá, era a parteira da usina, às vezes morava no engenho, mesmo ainda hoje ela mora no engenho, mas quando o caso era que ela não podia resolver, mandava uma condução para a usina. Mandava levar pro hospital.” Manoel José Alexandre.

O acesso à serviços médicos adequados, capazes realizar uma cesariana, era muito complicado, apenas disponível em algumas cidades, sem os meios de transportes correspondentes. O mesmo trabalhador conta que só havia duas possibilidades: “Era no Rio Formoso, ou mesmo Serinhaém. Quando era um caso perigoso, ela não podia resolver o caso em casa, aquela parteira enviava pra outra mais sabida.”

A maioria dos trabalhadores declara que não havia assistência médica,²⁵⁰⁸ ou *“muito pouca”*.²⁵⁰⁹ *“Não era muito não”*, confirma Manoel José Alexandre: *“Eu mesmo fui criado dentro das botas.”* Benedito Rufino da Silva complementa: *“Quando tinha uma emergência era muito difícil. Morria mesmo.”*

“Levava pra casa, botava aquele doente em cima daquela cama, e vamos danar a esfregar aqueles mato, esfregar pelo bucho, por os espinhaço, por todo canto, pronto. Aí ficava.” José de Andrade.

Morreram os pais do entrevistado:

“Morreu... um morreu porque... doença mermo, e papai morreu de uma congestão. [E não tinha recurso lá nessa época?] Tinha não, senhor. Adoecia porque médico... tinha doutor Monteiro, na cidadezinha da gente era muito difícil, só pro senhor de engenho, que nem carro não existia nesse tempo. E medicamento que tinha, era uma erva cidreira, chá de laranja, capim santo, era o medicamento que tinha. E ninguém podia comprar, quando aparecia.” José Damião da Silva.

²⁵⁰⁸ José Felipe Santiago, Manuel Bernardo Alves, José Inácio da Silva, Moisés Alves Correia etc...

²⁵⁰⁹ Manoel José Alexandre, João Francisco dos Santos.

“Ia pra usina, tinha lá... um enfermeiro, né. A gente ia pra usina, viu. se tratar lá; ele dava um remédio, às vezes passava a receita pra gente comprar”, conta Francisco Zalatiel Ferreira. O mesmo entrevistado afirma que não havia parteira da usina. Como se o serviço da empresa fosse, eventualmente, reservado ao atendimento aos homens, em casos de acidente ou doença que afetasse seu desempenho no trabalho. No entanto, havia reservas quanto às instalações disponíveis.²⁵¹⁰ Para alguns entrevistados, uma figura importante para esse assunto era o farmacêutico, na cidade próxima que aconselhava e servia também de intermediário importante na afirmação de laços de dependência junto, por exemplo, a políticos locais.

“A doença de um na minha casa, nos outros, meu pai ia pra rua e receitava com o farmacêutico. Resolvia com as receitas dos farmacêuticos. Com chá de mato, resolvia.” Manoel José Alexandre.

“Pra fârmácia, comprava remédio e levava, né? Tinha um tal de Zé Dantas que foi prefeito aqui de Pau D’Alho. Chegava lá. Aí comprava o remédio a ele, chegava em casa, dava.” José João da Silva.

“Alguns que morava no engenho, era... a usina fazia o socorro, fazia o curativo. Tinha o farmacêutico na usina que fazia, trabalhava, socorria na usina. E os moradores que viviam no engenho, o médico era... Embiriba, batida a casca da embiriba, amarrava em cima, estanca o sangue batia a casca, estanca sangue. O curativo era defumado na fumaça; lavava com pedra ume.” José Antônio de Lima.

“Ia pra usina”

Em todo o assunto das condições de vida e de trabalho que foram retratadas pelos trabalhadores entrevistados, esse é o único assunto que parece ter, em certos casos apenas, a marca de uma diferença entre os empregadores usina/engenho. Pois, contrariamente aos engenhos, as usinas dispunham muitas vezes de uma enfermaria.²⁵¹¹ Ela poderia socorrer os trabalhadores rurais atingidos por acidentes de trabalho.

“Quando tinha essa emergência, a gente ia lá pra,...ligava pra enfermaria, lá o enfermeiro tratava e a gente voltava. A gente tinha sempre um confortozinho.” José Severo da Silva.

“Na usina. Tratava na usina. Na usina tinha hospital.” Abílio Luis Ferreira.

“Tinha um enfermeiro que era muito bom, um tal de Seu Álvaro, que tratava todo mundo. Quando chegava primeiro os piores ele procurava tomar conta do cabra só saía de lá quando ficava bom.” Severino Antônio do Nascimento.

“Pronto, vinha pra usina fazer um curativo cá, no hospital da usina e voltava pra casa.” Alfredo Cosme dos Santos.

Assistência da usina

[E assistência médica, tinha naquela época?] *Ruim, mas tinha. Quando o camarada adoecia, às vezes doente ia e o homem dizia que era preguiça.*

[E onde era, era na usina mesmo?] *Era. E o médico dizia que era preguiça.*

[Naquela época, já tinha médico?] *Já.*

[Era todo dia, não?] *Não. Às vezes um dia ou dois por semana, às vezes só era um dia.*

[Um dia por semana?] *Era.*

²⁵¹⁰ Torres Vasconcelos evoca a falta de recursos, instalações e superpopulação resultando em “improvisação de corredores em enermarias, quando havia corredores.” TORRES, Vasconcelos. *Condições de Vida do Trabalhador na Agroindústria do Açúcar*. Op. cit. p. 263.

²⁵¹¹ O espectro dos serviços prestados nessas unidades parece ter sido muito reduzido, como para os ambulatórios “para o pessoal do campo” que vez por outra eram anunciados como projeto. Eles só faziam “serviço médico de emergência, intervenções ligeiras, curativos, servindo ainda para hospitalização temporária.” DP 04.08.54.

“[E quando tinha uma emergência, o que se fazia?] *Emergência, botava pra hospital de Barreiros. Era, pra Barreiros.*
 [E assim, mulher que tinha parto, como é que era?] *Tinha parteira lá mesmo.*
 [Tinha parteira lá mesmo, era do povo mesmo?] *Era da usina.*
 [Da usina mesmo?] *Teve gente que pagava pra descontar pra ter quarto, parteira.*
 [Mandava você pagar pra o povo, era, quando usava?] *Oxente! Quando usava não descontava do bolso que tinha quando precisava já tinha, né? Do grupo, pagava quarto bom do pouco que o cara ganhava descontava, quarto bom, descontava a caixa médica, descontava a parteira.*
 [Como é que é, descontava tudo igual?] *Era, descontava a caixa médica, descontava parteira.*
 [Descontava parteira?] *Tudo.*
 [Aí se o pessoal não pagava...] *De todos que trabalhavam na usina, ia descontar.*
 [Até nos engenhos?] *Tudo mais.*”
 Miguel José de Oliveira

O mito da gratuidade: : ‘Ajuda’ financeira dos patrões

“Quando adoecia, ia pra usina, ia pra usina. Mandava buscar. No tempo de Dr Alfredo. Ia pra usina, aí não tinha transporte, ia no trole. Tinha o trole, às vezes, uma gasolina vinha buscar. Chegava lá, tinha um hospitalzinho... Passava uns três dias lá no hospital. Aí vinha pra casa. Aí recebia o monte pio que dez tões e um cruzado e quatrocentos. Quando a gente trabalhava, pagava 2 tões para cada trabalhador. Pagava dois tões para aqueles que estavam doentes. Pagavam este dinheirinho prá não morrer de fome.” Severino Antônio do Nascimento.

As raras, mas badaladas, realizações²⁵¹² de assistência aos trabalhadores do açúcar²⁵¹³ eram exaltadas como ilustrações do espírito caritativo dos empregadores, embora fossem financiadas com as contribuições dos próprios empregados “com o desconto semanal de apenas 10 cruzeiros”.²⁵¹⁴ Muito das notícias na imprensa dizem respeito a projetos e intenções,²⁵¹⁵ mas do que realizações destinadas aos trabalhadores rurais.²⁵¹⁶ Quando em certas empresas, funcionava algum tipo de prestação de serviço de saúde, nem que seja de atendimento de emergência, ele era sempre pago. Como a educação²⁵¹⁷

“Podia, mas o patrão não quer porque se o patrão quisesse, no campo tinha energia, tinha escola, tinha posto, tinha dentista, tinha tudo. Porque, antigamente, a gente pagava e tinha um posto no engenho. Se um levasse um corte, no terreiro, tava ali, isso nos 40, 50. Hoje em dia, é pros empregados dele tinha posto com enfermeira, parteira. No engenho tinha um parteira. O patrão mandava um carro pra casa do

²⁵¹² DP 04.08.42 inauguração Hospital Regional de Palmares. O Hospital dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar, fundado em 1946, era mantido com o dinheiro dos trabalhadores com desconto semanal individual de 10 cruzeiros, em 1957-58. A cooperativa dos usineiros contribuía, na mesma época, 100 mil cruzeiros mensais. DP 26.01.58.

²⁵¹³ Por muito tempo, só se falava nos industriais.

²⁵¹⁴ “Dois hospitais rurais vão ser instalados na zona canavieira” DP 26.01.58. O artigo menciona também a “contribuição de 100.000 cruzeiros mensais da cooperativa dos usineiros”, que era realmente uma obrigação legal, apenas parcialmente respeitada e sem nenhum controle dos trabalhadores nem do Estado.

²⁵¹⁵ A cada nova legislação de apoio, modernização, incentivo etc... à atividade canavieira inseria-se um item “social”. Assim, o Decreto N° 156 de 17.11.1961 que cria o Fundo de Consolidação e Fomento da Agroindústria Canavieira, menciona, entre os objetivos dos recursos liberados, no item c) “Executar um programa de assistência social aos trabalhadores da agroindústria canavieira.” In: DÉ CARLI, Gileno. *Açúcar Amargo*. Recife: Cia Editora de Pernambuco, 1982, P. 105.

²⁵¹⁶ “Ontem em Aliança, lançada a pedra fundamental de um ambulatório para fornecedores de cana e trabalhadores canavieiros.” DP. 01.08.54. O projeto tinha o apoio do IAA que acabara de aprovar um novo preço para cana e açúcar, notícia espalhada em toda a largura da página do jornal. No clima eufórico, falou Gileno Dé Carli, em seguida ao assunto dos preços, do “plano assistencial daquela entidade no sentido de dotar Pernambuco de sete ambulatórios modernos e tecnicamente bem aparelhados visando a recuperação da saúde do homem do campo, o mais precioso capital de que dispõe o país.” Ibidem.

²⁵¹⁷ IV.1.1. Memórias de infância nos canaviais. Acesso à Escola

morador onde tivesse socorro. Se não ele desse certo, ia pra usina. (...) Tinha em Areias, mas tinha um posto. Até o moço chamava a parteira mesmo quando ela telefonava, já vinha um doente, uma mulher, um acidentado, uma coisa, mas tinha ela lá, quando acontecia alguma coisa (...) Quando saía um enfermeiro, encostava outro. Dava cobertura, dava. Agora, ela dava mas descontava, era pago. A gente pagava, por semana; eles tiravam um negócio chamado.... 3 mil réis, mas também se a pessoa adoecesse naquela semana, não pagava. Porque pagou doente, aí era recebia 3 mil réis, era o grito, chamava-se o grito. O homem tá doente, olhe os 3 mil réis dele, em uma espécie de seguro [risos]. Isso era nos engenhos da usina.” José Honório da Silva.

“A saúde... era socorrido pra usina. Tinha um doutor também. (...) Naquele tempo, pagava 1cruzado durante o ... todo domingo, toda semana. Só era o que tinha pra gente de bom. E se procurasse, se não quisesse, ficava pra lá.” José Francisco dos Santos.

A tão badalada ajuda dos patrões em caso de necessidade crucial, vital, de ordem médica limitava-se, no melhor dos casos, em empréstimos de dinheiro para enfrentar os custos do atendimento. Nem mesmo em caso de nascimento, o momento ideal de demonstrar o famoso carinho que ligava supostamente as famílias empregadora e empregada, os trabalhadores testemunham de apoio, qualquer que seja.

[E as assistentes eram do povo, mesmo, não eram pagas pelo engenho não?] *Era não. Ela iam lá fazer um benefício. A gente chamava elas de comadre e coisa e tal. Dava um trocado a elas. [Mas eram vocês mesmos que pagavam?] Era. O engenho não tinha despesa de nada.” José Inácio da Silva.*

[E o senhor-de-engenho não ajudava não?] *O senhor-de-engenho? O senhor-de-engenho não; tinha que tomar dinheiro emprestado. Ruim, era um bicho!” José Batista do Nascimento.*

“Ah! Era sacrifício! Era sacrifício. O camarada era... era morrer, era morrer, naquele tempo, porque não tinha onde buscar. Vamos tomar emprestado; se tivesse um bichinho pra o camarada vender, o camarada vendia. Ah! Estava apertado pra aquele que estava... que estava doente. Porque o proprietário (algum que, às vez, emprestava um dinheirinho) mas, às vez, o camarada já estava devendo a ele! Ele não queria nem emprestar mais. É.” Severino Sebastião Santana.

“Falava lá com o usineiro, o dono do engenho, aí então conseguia levar no médico.” Severina Benvinda

“Por ordem do patrão”

Raras oportunidades são mencionadas em que os empregadores forneciam algum tipo de auxílio, mesmo na forma de empréstimo. Odilon lembra que ver um médico era muito difícil, mas que já havia tido casos em que o *“patrão dava uma ordem pro médico, né?”* José Peagentino dos Santos diz que a ordem era para o *“[f]armaceiro. Passava pelo farmaceiro. Era. Era difícil passar pelo um Doutor mermo.”* De qualquer modo, além da distância, dificuldade de acesso, o maior problema era mais uma vez financeiro, pois, apesar de todas as qualidades atribuídas à ‘morada’ a generosidade dos empregadores não se manifestava em cuidados médicos: *“É, pagava...”* Joaquim Pedro da Silva. Mas a falta de assistência médica no tempo passado revolta ainda muito os entrevistados:

“Era até um enfermeiro. Era, aliás chamava-se um farmacêutico. Depois foi que apareceu um doutor para uma região de um município desse, de uma indústria dessa; eu acho que é um absurdo.” Amaro José de Sena.

“Nada! Saúde nada! Não, senhor.” José Pereira de Lima

“A saúde, chegava em casa com febre, botava a panela de... de... de... como é meu Deus, que me esqueço? Eucalipto, a minha mãe botava pra gente beber aquilo direto, aquela febre passava. Não havia doutor. Havia doutor, mas pra quem tinha isso...”

[Para quem tinha dinheiro.] *Quem não tinha nada...*
 [E o patrão não pagava.] *O quê? Se pedir ao patrão: «Patrão, me empreste 2000 Réis.» «Tem não, vá trabalhar. Não tem, não.»* *Aí o cabra tinha que se virar com aquilo ali, passar aquele aperreio assim mesmo.*” José de Andrade.

[Quer dizer que ele não dava remédio não?] *Não Sra. Não Sra. Minha mãe contava que meu avô morava em Pau Amarelo, perto de Serrinha, e chegou o dia que minha vó descansou e pra ela tirar o resguardo, foi com garrafa de mel de furo, entendeu? E cará do mato.*
 [E cará do mato!] *Se tivesse aquele cará do mato, botava no fogo, pro mode tirar o resguardo, tá vendo? Situação triste.*”
 José Batista do Nascimento.

Hospital: “Só no Recife!”

A inauguração do Hospital Barão de Lucena²⁵¹⁸ provocou elogios na imprensa. O *Diário de Pernambuco* proclamava em toda a página: “*Arrancando o trabalhador rural das garras da doença e da miséria*”. A presença do presidente da República JK pestigiava o “*capitão da indústria*” José Pessoa de Queiroz, que representava sua classe na cerimônia. A aplicação da taxa pública para atendimento médico e social dos trabalhadores do setor era mostrada como efeito do inclinação caritativa e moderna dos empregadores. Gilberto Freyre congratulava, na ocasião, o usineiro, seu “*espírito público*” e as instalações que lhe deram “*a impressão de estar na Alemanha*”.²⁵¹⁹ Um subtítulo precisava que o objetivo era: “[a] *verdadeira Paz Social*”, segundo as palavras de JK “*cimentada na perfeita e fraternal compreensão entre empregadores e empregados*”,²⁵²⁰ retomando a temática do “*espírito de solidariedade humana do industrial*”.²⁵²¹

No entanto, são raros os trabalhadores que mencionam seus serviços.

“*Antigamente era distante. Era muito difícil, era difícil ir pro hospital, só no Recife. Só no Recife, e agora por todo canto...*” José Honorato dos Santos.

“*Quando era um acidente grande, de quebrar um braço, uma perna, o chefe mandava pro Recife.*” Amaro Carneiro da Silva.

Antes, os serviços procurados estavam no Dom Pedro II.

“*Quando adoecia tinha que procurar, né? O hospital. Na época que era em 35. Aí o cara simplesmente mandava levar pra Nazaré. Chegava lá, quando não dava jeito, não tinha ambulância, não tinha carro de passeio, e ninguém podia pagar. E não tinha carro de passeio nem ambulância. Em Nazaré esperava pelo trem, Itabaiana: Botava no trem, tirar na central... No Recife, botava em Dom Pedro. Perto da Central.*” Arlindo Nascimento.

²⁵¹⁸ O hospital destinado aos trabalhadores da indústria do açúcar existia desde 1946. Sua localização no Recife (em Casa Forte) fora criticada em artigo de Pedro Afonso de Palmares: “*onde não há, na realidade, trabalhadores em tal indústria (...) é no campo que se fabrica a matéria prima.*” DP 09.06.53.

²⁵¹⁹ DP 19.01.58. O próprio nome do “*nosocômio*”- Barão de Lucena - era uma homenagem “*ao governador de Pernambuco que instalou as primeiras usinas em 1890.*”

²⁵²⁰ “*Inaugurado solenemente o hospital que os usineiros de Pernambuco construíram.*” DP 21.01.58, p. 12.

²⁵²¹ Entre outros pelo Deputado Armando Monteiro Filho, que discursou em nome dos usineiros. Ele afirmou que “*em nossos dias, Sr Presidente, de modo geral o industrial pernambucano, além do sentido humano que emprega a sua tarefa, levando a felicidade e o conforto a todos que dela participam, encara o problema da redistribuição de renda como um dos fatores mais afirmativos da prosperidade econômica.*” Ibidem.

Mesmo quando conseguiam com “*aquele povo zangado*” da usina um transporte para o hospital, o desenlace nem sempre era o esperado.

“A minha mãe morreu, a minha mãe morreu. Quebrou um braço, porque quando ela foi do lugar que morava pra o hospital, trouxeram num carro-de-boi. Quando ela chega na casa de saúde, o braço tava quebrado, que foi caso que não tiveram condição de acertar e ficou pior e ela se acabou. Tudo era a usina São José, aquele povo zangado e tal; eles não conta quantas tem não. Quer dizer que aquele tempo era mais melhor do que hoje não.” João Oliveira da Silva.

Acidente de trabalho do Engenho Boa Fé²⁵²²

Muro desaba sobre um trabalhador que se encontra, em estado grave, no PS,²⁵²³ José Ferreira de Assis de 10 anos sofreu uma fratura exposta na perna. No dia seguinte a sua admissão, ele morreu.

Poucos trabalhadores mencionam a ajuda da usina para o transporte de acidentado do trabalho ou doente grave para um consultório ou hospital:

“A máquina que levava, a máquina da usina, que carregava cana, o tróleu do engenho, cada um engenho tinha um tróleu, levava pra usina..” Severina Maria da Silva.

“A usina tinha um posto também: O camarada ia lá, na usina, no posto. Era uma vez por semana, ou de acordo com a doença, né? Quando tava muito doente, vinha o médico, vinha receitar. Quando era uma caso muito grave, eles transportavam pra o Recife ou pra um hospital, né?” Luis Batista do Nascimento.

A experiência concreta dos trabalhadores rurais quanto às instalações mais modernas em termos de assistência médica no setor canavieiro não correspondia, portanto, à lenda dourada dos caridosos senhores-de-engenho, tampouco aos relatos extasiados de tantos artigos de jornal, deslumbrados com o sentido “*social*” de dado empresário considerado como moderno, até nesse aspecto. Outra linha de argumentação da imprensa estava no uso tão apropriado da pequena parcela do valor do açúcar e das canas que garantiria por lei – gratuitamente para os trabalhadores – assistência médica e social. “*Salientam os usineiros de Pernambuco, que independentemente das crises em que se vem debatendo, de longa data, a agroindústria açucareira pernambucana (...) procurou suprir as deficiências dos serviços públicos, não só instalando hospitais, ambulatórios, maternidades, como uam rede de ensino escolar*”.²⁵²⁴

Antigas ou modernas, as empresas não ofereciam, segundo os próprios atores sociais, as dívidas que a literatura louvara tanto.

“[Quando você tinha uma emergência, alguém adoecia o é que fazia?] Aquele que chegava no..., naquele patrão que, as vez, lá em cima era os proprietários, né? Aqui era o senhor-de-engenho, quando tava doente ele é que ia na casa do patrão. Ele, às vezes, arrumava um dinheirinho, viu, pra se comprar um remédio; e às vezes dizia que não tinha responsabilidade de arrumar dinheiro a ninguém. Cada qual que se fizesse, que o mundo era grande se quisesse que trabalhasse prá ele era assim. Viu, o negócio de primeiro meio desacerto prá o trabalhador.

[Não tinha onde buscar?] Não tinha, não senhor.

[Não tinha hospital, posto de saúde, não tinha nada?] Nada, neste tempo não tinha sindicato. Não tinha posto de saúde. Não tinha nada, só tinha nesses canto grande. É, se não fosse assim, morria.

²⁵²² DP 11.07.44.

²⁵²³ Hospital de Pronto Socorro, no Recife.

²⁵²⁴ Documento dos produtores de açúcar ao Ministro Roberto Campos do Planejamento e Coordenação Econômica, de 24.03.1965, citado por DÉ CARLI, Gileno. *Açúcar Amargo*. Op. cit., p. 147.

[Seu pai morreu de que?] *Ele morreu em 42, morreu de doença, mesmo. Eu sei que quando ele findou-se, ele me chamou para a beira da cama e disse: « Severino.» Eu disse: « Sr.» «Venha cá, meu filho.» Eu fui. Ele disse: «Olhe, dessa eu sei que não me levanto mais.» (Ele fazia dois anos que estava em cima da cama. Repare mesmo. A pessoa sofrer em cima de uma cama dois anos, não é brincadeira não.) «Dessa eu sei que não me levanto mais, após eu lhe peço, meu filho, eu sei que você vai precisar uma companhia, mas não despreze sua mãe.» Outra que ele me disse: «Severino, eu já disse que você tá feito, né?» Disse outra: «Eu não quero você sentado em mesa de fornecedor e outra com camburo de bozó na mão.» Repare quando foi isso, em 42. Mais ainda hoje vivo cumprindo o recado de meu pai.*
 [Mesa de fornecedor, era mesa de bar?] *É.*
 [E o bozó, era jogo?] *Era jogo.*
 [Não queria você tomando cachaça, nem jogando?] *Nem jogando. E nisso eu vivo, e nisso eu vivo.”*
 Severino Barros Lima.

As limitações do espectro de cuidados que a usina estava disposta a oferecer, quando o fazia, é também lembrado.

“Sobre a saúde era meio difícil é meio difícil, porque na usina, as vez, tinha um posto mais só era mesmo pra fazer curativo essas coisas né? Mas a vez pra cidade por uma dificuldade, o camarada passava a vez pra cidade era muito difícil né? Mas tinha dificuldade grande, na saúde tinha muito mais, muito mais do que tem agora muito, muito mais. [O que as pessoas faziam quando adoeciam?] Sempre era o negócio era chá, rezadeira essas coisas. Era sempre essas coisas.” Anísio Francisco da Silva .

Certo entrevistado faz questão de sublinhar que ainda não está satisfeito com o atendimento que recebe, embora a situação houvesse melhorado, por exemplo no combate às doenças infectocontagiosas. Como Scheper-Hughes observou, seguindo Marcel Mauss, a doença é também uma linguagem usada no mundo dos canaviais.²⁵²⁵ Vários autores trataram da temática dos enterros, como sendo uma reivindicação importante no sentido da dignidade, de ter um caixão pessoal a levar para o cemitério, em vez da rede ou do caixão emprestado pela prefeitura. Poucos entrevistados mencionaram o assunto. Apenas um considera injusta a perda dos sítios, que permitiam criações potencialmente capazes de financiar precisamente um caixão. Isso parece ser um pouco a idéia veiculada por Josué de Castro na escolha do título do capítulo “A reivindicação dos mortos”, onde trata desta questão na sua famosa obra, ela mesma de título evocador *Sete Palmos de Terra e um Caixão*:²⁵²⁶ “*A humilhação suprema para essa pobre gente, cuja vida não passa de um rosário de humilhações,*”²⁵²⁷ nas palavras desse autor.²⁵²⁸

²⁵²⁵ “Embodiment concerns the ways that people come to “inhabit” their bodies so that these become in every sense of the term “habituated”. This is a play on Marcel Mauss’s original meaning of “habitus” (a term later appropriated by Pierre Bourdieu) by which Mauss meant all the acquired habits and somatic tactics that represent the “cultural arts” of using and being in the body and in the world.(...) In the exchange of meanings between the body personal and the social body, the nervous-hungry, nervous-weak body of the cane cutter offers itself both as metaphor and metonym for the socio-political system and for the weak position of the rural worker in the current work that has overdetermined most of their child and adult lives, the workers are employing a body language that can be seen as a form of surrender and a language of defeat. But one can also see a drama of mockery and refusal. For if the folk ailment nervos attacks the legs, it leaves the arms and hands unparalyzed and free for less physically ruinous work, such as cutting hair. And so young men suffering from nervous paralysis can and do press their legitimate claims as “sick men” on their political bosses and patrons to find them alternative “sitting down” work.” SCHEPER-HUGHES, Nancy. *Death without weeping*. Op. cit., p. 185-186.

²⁵²⁶ CASTRO, Josué de. *Sete Palmos de Terra e um Caixão*. Op. cit., p. 21

²⁵²⁷ Idem, p.28.

José Francisco de Souza, um dos principais dirigentes da LC de Galiléia, explica para um jornalista:
“Veja, moço. Antes da Liga, quando um de nós morria, o caixão era emprestado pela Prefeitura. Depois que o corpo era levado à vala comum, o caixão voltava para o depósito municipal. Hoje a Liga paga o enterro e o caixão desce com o morto.”²⁵²⁹

Aliás, sobre assunto tão delicado, o próprio Julião se pronunciou de forma bastante interessante:

“Je voudrais, en passant, en finir avec la légende selon laquelle l'objectif principal de la Société Agricole de Galileia, cellule mère de la Ligue Paysanne, aurait été la création d'un fond de réserve destiné à l'achat de petits cercueils pour enterrer les enfants qui, dans la région, mouraient comme des mouches. Il s'est agi davantage d'un prétexte que d'une base réelle de fondation: il s'agit là d'une affirmation exagérée, c'est que dans le Nordeste brésilien la mort d'un enfant est accueillie davantage comme une grâce que comme une tragédie.”²⁵³⁰

IV. 1. 4. A MORADIA E O VESTUÁRIO

1. 4. 1. A moradia

O cabra tinha liberdade, viu, de ser sujeito pra trabalhar instantaneamente, mas não tinha. Cadê o dinheiro pra fazer nada.

Severino Barros Lima

A moradia, a casa cedida pelo empregador no engenho, seria também uma das dimensões positivas da ‘morada’. No entanto, os trabalhadores não podiam construir sem autorização sob pena de expulsão.

Relatório de polícia

Expulsão do trabalhador rural João José dos Anjos, filho de um morador que passou 75 anos no engenho.

“Construiu uma palhoça para a moradia de sua família. Explicou que assim procedeu em virtude de não poder morar com seu pai por falta de espaço vital. Não podendo continuar, como vinha, morando ao relento com três filhos e a esposa grávida assim procedeu construindo a sua pequena moradia.”

O mesmo relatório desvenda outro caso que motivara a investigação. Não houve “invasão”, mas oito moradores “que em defesa das suas lavouras reuniram-se para extinguir três formigueiros, aproveitando a oportunidade para tirar madeirames para consertar dos seus casebres. Segundo nos informou o proprietário do Engenho, o vereador R. L do Cabo tomou parte ativa na “destruição da mata”²⁵³¹

A decisão de construir, reformar, bem como a localização e implantação da casa eram também sujeitas à autorização do plantador, ou de seu preposto. Os trabalhadores executavam.

“O patrão ajudava a fazer. Era casa de taipa de madeira. O camarada fazia onde ele mandasse, no meio do mato, seja onde fosse. Mandava derrubar o mato. O camarada fazia a casa, pagava pra fazer a casa. Ali o camarada ia morar ali, criava a família.” Manoel José Alexandre.

Nancy Scheper-Hughes comparou essas habitações ao inferno de Dante:

“Smoky, fly-infested huts, hungry toddlers, and hungry goats competing for leftovers served in tin plates on the dirt floor. Men slipped to their sunken chests, sucking on pipes to quiet the raging within. Women

²⁵²⁸ A esse respeito, a antropóloga americana escreve: “The rural people of the zona da mata always struggled to assure for themselves and their loved ones a decent burial, and eventually this came to mean, in the words of Zé de Souza, a founding member of the Peasant Leagues, «six feet under and a coffin of one's own». This slogan beame the rallying cry of the Peasant Leagues, which adopted as one of their first projects a rural mobilization around the burial needs of the dead: land rights for the dead, rather than for the living.” SCHEPER-HUGHES, Nancy. *Death without weeping*. Op. cit., p. 253.

²⁵²⁹ CASTRO, Josué de. *Sete Palcos de Terra e um Caixão*. Op. cit., p. 29.

²⁵³⁰ JULIÃO, Francisco, “Cambão”. Op. cit., p. 94. Essa frase corresponde ao controverso fio condutor do livro de Nancy SCHEPER-HUGHES, *Death without weeping*, Op. cit.

²⁵³¹ Relatório de polícia, 21.04.60 dos investigadores a cavalo N° 5 e 239. SSP 8098 Doc. 7.

squatting by their twig or charcoal fires, stooped shouldered and sagging in toward the middle where, inevitably, another tongue lay coiled, waiting to be born and to strike."²⁵³²

Localização: Arruado vs sítio

Na topografia da plantação, as áreas reservadas à habitação contavam formas dispersas e concentradas das edificações. Nesse último caso, era o arruado de engenho ou, mais tarde, a vila da usina, a última versão dessa concepção sendo a agrovila. Amaro Rosendo Fagundes lembra: *"Nunca morei em arruado. Mas tinha gente que morava no sítio e tinha gente que morava no arruado, naquela época."* No período estudado, predominavam habitações para famílias individuais. A situação ideal ou melhor idealizada era de casinhas isoladas, circundadas por áreas de plantio de lavoura branca sombreada por algumas árvores frutíferas. O arruado era, de certo modo, herdeiro da senzala, inclusive do ponto de vista arquitetônico. Às vezes era situado nas partes baixas do engenho, geralmente perto da casa grande e das edificações utilitárias ligadas também ao funcionamento do segmento industrial (eventual ou passado) do estabelecimento. Morar no arruado não parece ter sido uma aspiração dos entrevistados, pois implicava em desvantagens de diversas ordens: *"Mas só podia ter menos terra pra trabalhar, e podia ser mais diarista porque se eu moro lá no córrego, chegavam de caminhão pra descarregar a noite, chegava um negócio, ele não ia me chamar, chamava os do arruado, que era mais perto e tinha serviço o tempo todo"*, conta ainda Amaro Rosendo Fagundes. Esses dois aspectos, os mais óbvios sem dúvida, são considerados altamente prejudiciais ao bem estar do trabalhador e de sua família.

Aliás, não é opção do trabalhador escolher entre uma localização e outra para alojar sua família. João Francisco dos Santos explica: *"Antigamente eles davam a casa, ou no arruado ou no sítio, e acabou-se."* José Honório da Silva rememora essa tensão e os argumentos evocados pelo patronato para transferir populações já instaladas na terra.

"Tinha pouco arruado. Era umas casas nos córregos... Quando eu cheguei, quando a gente chegou, mandou fazer três arruados e já começou o arrocho em cima do trabalhador. Começaram a puxar os moradores do córrego para os arruados, dizendo que ficava mais perto da venda, ficava mais difícil dar cheia e então foi melhorando as coisas. Quer dizer, foi melhorando por este lado, e por outro foi piorando: o pessoal pensando que tava melhorando, e ficando pior porque foi tomando a terra. Ai tinha um sítio, com coqueiros, plantava dois três pés no meio. Ai foi emendando que hoje é cada praia enorme, mas que era do povo. Hoje em dia a gente não passa nem perto, se for vai pra bala."

²⁵³² SCHEPER-HUGHES, Nancy, *Death without weeping*. Op. cit. p. 10. Sua tese é a seguinte: *"The original, and in many respects still the central, thesis of my research and of this book is love and death on the Alto do Cruzeiro and specifically mother love and child death. It is about culture and scarcity, both material and psychological, and their effects on moral thinking and practice, particularly on "maternal thinking", a term I have borrowed from Sara Ruddick (1980, 989). What, I wondered, were the effects of chronic hunger, sickness, death, and loss on the ability to love, trust, have faith, and keep it in the broadest senses of these terms? If mother love is, as some bioevolutionary and developmental psychologists as well as some cultural feminists believe, a "natural", or at least an expectable, womanly script, what does it mean for women for whom scarcity and death have made that love frantic?" "The everyday violence of shantytown life, and the madness of hunger, in particular, became the focus of my study, of which the specific case of mother love and child death was one instance."* Idem, p. 15 e 18.

Mas a opção pelo sítio, com a implicação nem sempre verificada de acesso à terra para plantar, não provoca a unanimidade. Segundo Amaro Carneiro da Silva de Serinhaém, “[a]s moradias sempre eram distantes. Às vezes, gostava de criar que era mode o bicho não aborrecer o vizinho.” Eugênio Benvindo Freitas de Itaquitinga lembra dos inconvenientes ligados à distância sobretudo para aqueles que podiam ser recrutados para tarefas industriais.

“Morava no engenho, trabalhava no engenho. Morava no engenho. Dias até trabalhando no engenho, de não dormir nem em casa. Dormir no engenho mesmo que não dava tempo vir pra casa, morava longe. Trabalhava naquela era em engenho moendo, fazendo açúcar bruto. Aí não dava tempo, aí eu dormia.”

Mesmo morando na propriedade, as distâncias entre os pontos mais afastados dessas enormes extensões podiam constituir estorvos consideráveis para os trabalhadores, desprovidos de qualquer meio de transporte, pois, como ver-se-á adiante, a criação de animais de monte era proibida ou impossível. Eugênio continua:

“Morava nas terras do engenho. Era que as casa eram longe, e no engenho pegava já de 10 horas da noite, de 11 e não dava tempo para ir pra casa porque quando chegava em casa era muito tarde; era melhor dormir no engenho. Eu dormi muitas noites no engenho, sem ir pra casa.”

José Francisco Paiva lembra da vida de seu pai: *“E cativo pra trabalhar, a gente via meu pai de oito em oito dia! Trabalhando dentro do engenho.”* Antônio Santana da Silva, órfão, sustentando sua família desde os 13 anos, descreve um percurso ascendente ou descendente na vida dos empregados rurais: ir morar no arruado, às vezes em acomodações coletivas como as utilizadas pelos corumbas, significava um declínio; ter sítio, ser morador era signo de uma posição menos vulnerável, embora os aspectos concretos (o estado da casa) fossem equivalentes.

“A casa era de taipa, sempre, toda vida. Nunca morei numa casa boa! Nunca morei numa casa boa! 12 anos de idade eu morava no sítio; quando comecei a trabalhar, aí fui morar numa barraca. Trabalhei 2 anos, e em 58, fui morar no sítio.”

Localização e distribuição geográfica dentro do engenho com essas diversas possibilidades não garantiam em si, portanto, proteção alguma aos trabalhadores: nem quanto à escolha do local de moradia, nem quanto aos horários de trabalho e disponibilidade para tarefas suplementares em horas extras. Esse aspecto, fora, muitas vezes, singularizado pelos analistas como definidor de estatuto pessoal dos trabalhadores ou até mesmo de modo de produção vigente na atividade, senão na região. Joaquim Pedro da Silva enfatiza a privacidade que as moradias espalhadas nas encostas, rodeadas por sítios, garantiam à família: *“Era feita com...que nem hoje aqui não, porque tudo é pegado. Nesse tempo, as casa era tudo solta, longe uma da outra.”* Ele descreve também a repartição interna dos espaços: *“Tinha... quatro...quatro repartimento, cinco. Casa que... de 10 palmo, 6 palmo, tudo pequena, né?”* Mas, perguntado se era muito pequeno, retorque: *“É. Hoje em dia é que é! Era de barro, às vezes, tinha vez de espiar assim prá s telhas, via era os pombos passando nas telhas, arredor de mata. Naquele tempo, o sítio era aqui, o outro lá no fim do mundo, e o povo era mais pouco, né, era assim nessa dieta, assim, viu. As casas, era longe uma da outra.”* A proximidade de áreas ainda não

desmatadas dá vazão a lembranças que poderão ser interpretadas como alimentando ou justificando as visões de cunho bucólico elevadas à condição de memória coletiva por outros atores sociais. Nota-se que elas são oportunidades raras nas entrevistas. Pois, pode ser também uma maneira elegante e delicada de aludir à falta de proteção que o telhado esburacado causava na ocasião das grossas chuvas corriqueiras na região. Por outro lado, como foi visto na parte anterior, os trabalhadores rurais eram muito sensíveis à fauna nas matas e rios.

“Casa fraca”²⁵³³

“Casa de palha, toda esburacada, não tinha reboco, não tinha piso, não tinha nada, não tinha banheiro. O banheiro era no mato. Não tinha nada na vida. Tinha morador no sítio que do mato se via na parede o lado de dentro da casa.”

Amaro Pedro dos Santos, Rio Formoso

A frase em exergo descreve a casa dos trabalhadores rurais em termos que lembram uma canção infantil famosa, todavia não carrega consigo poesia alguma. A expressão comum nos testemunhos é de rejeição. “*Não. As casa não prestava porque era umas casa feia, nojenta, esburacada*”, condena Cassiano José de Sena. Todos concordam: a casa não era boa. Sua descrição se resume, muitas vezes, a dois termos brutos, segundo Odilon Caetano da Silva : “*barro e madeira*.” Amaro José de Sena é mais enfático: “*Muito péssima. Era de barro, de madeira tapada de barro, sem reboco, o piso era o próprio chão também. Então que era tudo péssima.*” Vários entrevistados sublinham que a situação é perene: “*As casas toda vida foram mal. As casas eram de taipa*”, segundo José Barbosa do Nascimento, confirmado sucintamente por Antônio Joaquim dos Santos: “*Casa de taipa. Casa boa, não.*” Antônio Virgínio da Silva deixa perceber sua indignação por ter sido obrigado a viver em tais condições:

“As casas, olhe, a casa naquela época, a casa do pobre, com licença da palavra, era um chiqueiro. Era um chiqueiro mesmo. Porque olhe, o camarada trabalhava. Quando chegava, chegava com os pés cheios de lama, cheio de tudo, entrava dentro de casa, no barro. Quando era de noite, a casa tava preta de cor de carvão, dos meninos andar dentro de casa. Aquilo não tinha higiene de nada, não!”

Alguns entrevistados podem comparar com suas presentes condições: “*A moradia, olhe, a moradia toda vida foi péssima. Veio melhorar depois, desse desenvolvimento pra cá foi que melhorou, tudo melhorou. Mas antes tudo era péssimo*”, diz José Felipe Santiago. Antônio Maurício Domingo conta que, “*na época, não existia casas de alvenaria. Houve uma tempestade, então as casas foram caindo.*” Outros insistem que a situação não mudou: “*Ainda moro lá numa casa velha de taipa, só o Sr vendo*”, lamenta José Pereira de Lima.

Responsabilidade pela construção e manutenção da casa

Em teoria, a disposição da casa funcionava como pagamento de uma parte do salário in natura. Os empregadores falavam de “foro da casa”. No entanto, só assumiam responsabilidade inteira pelas habitações dos trabalhadores rurais, quando se tratava de destruí-las.²⁵³⁴ As casas

²⁵³³ Luís Batista do Nascimento.

²⁵³⁴ Ver IV. 2. 4. Acesso à terra: a ‘brecha camponesa’. Expulsão.

eram propriedade da empresa, edificadas onde e como as diretrizes patronais determinavam, embora com a mão-de-obra dos próprios habitantes. “*O Senhor de Engenho não se importava quando a casa tava pingando no inverno*”, reclama Amaro Rosendo Fagundes. Em certos casos, particularmente em terras diretamente exploradas pelas usinas, encontrava-se o tipo de tratamento que as demais casas de vilas operárias normalmente recebiam. “*E ela quando tava ruim, a companhia mandava consertar, ajeitar, mandava*”, afirma José Severo da Silva de Igarassu. Inácio Antão Dias, também de Igarassu detalha:

“Era a usina. O engenho, o administrador do engenho fazia a casa. Era o carpinteiro do engenho mesmo. Tinha carpinteiro, marceneiro, tinha tudo ali. Não faltava nada no engenho. Hoje em dia é que... a gente mora uma casa que tá se afundando de chão a dentro e a gente não pode fazer, consertar a casa. Pegaram muita gente no sítio, tiraram pra ir pra vila... Chega nessa vila, não faltava nada, pra mim não faltando água não faltava nada. E garantiram fazer as casas dos moradores de alvenaria. E hoje em dia, se fala nisso. É capaz de ir preso, porque eles querem endireitar as casas. Pelo menos é sair o morador que está chegando, eles tão derrubando.”

Responsabilidade da empresa, que pode até mesmo ter sido até certo ponto coerente com o tratamento dispensado a espaços industriais, na tradição empresarial dos padrões modelos, mas que expressa também o poder de pressão que a propriedade empresarial da habitação dos trabalhadores, seja espalhada nos sítios, seja agrupada em agrovilas modernas, traduz inelutavelmente. Aliás, a modernidade aparente na própria atitude ou mesmo nos materiais pode ser enganosa. Perguntado se as novas casas da vila haviam sido feitas em alvenaria, Inácio Antão Dias descreve: “*Nenhuma. Fizeram duas casas na frente lá ... por fora, e no centro da casa a madeira velha tá lá.*” Potemkine não desaprovava.

A responsabilidade da empresa, seja herança da plantação escravista ou extensão mesmo imperfeita das vilas operárias tidas como modelo, nem sempre estava convenientemente exercida, como testemunha Moisés Alves Correia de Itaquitinga: “*Quem fez [a casa] foi eu.*” Entretanto, José Batista do Nascimento mostra que os respectivos papéis eram teoricamente distintos: “*A casa era feita pelo engenho... Quando tava chovendo dentro, aí a gente cobria novamente.* [Mas era você que fazia?] Não, o engenho mandava.” Mesmo quando a casa havia sido devidamente erguida pelo proprietário, sua manutenção era assunto de constantes queixas, como as de Eugênio Benvindo M. Freitas de Itaquitinga:

“Casa de taipa, toda esburacada, agora isso aí era peça caindo, uma coisa e outra. Não endireitava nada, não. A gente por vontade da gente era quem via que aquilo ia cair por riba da gente, a gente botava um esteio, botava uma prancha, ajeitava, arrumava um rolo, uns pedaços de tábuas, fazia uma portazinha, e botava para não ficar de fora.”

“Coberta era de palha. Então pra isso ele [o proprietário] era fechado demais. Ele exigia que cada morador conservasse sua casa porque ele disse que não tinha recurso e nem marcava. Ele dizia que a casa era nossa. Até que um dia, eu comecei ficar de idade e cheguei lá no engenho meio desesperado: «Ninguém dormiu esta noite porque o senhor não mandou consertar a casa.» Ele falou: «A casa é sua.» «Mas dinheiro eu não tenho para consertar a casa; eu não tenho o serrote, não tenho o dinheiro pra comprar o prego, não tenho a escada para tirar a palha.» Ele falou: «Você se vira!» «Mas você está

sendo muito é grosso com os moradores. Os moradores vão ficar morando na chuva direto.» Mas ele não abriu mão. Então é aquela coisa: um lado é bom, um lado é ruim.” Antônio Maurício Domingo.

Amaro Rosendo Fagundes usa a mesma expressão, quanto às responsabilidades sobre a manutenção da habitação: *“Tudo limpinho, mas não tinha uma casa mais ou menos, era chão batido, chovia dentro. Se virava! O senhor-de-engenho tinha nada que ver com isso. Nem ligava... Agora diga que hoje tá uma beleza.”*

A atitude patronal, segundo Pedro Porfirio Domingo, mudou no engenho onde mora.

“A casa, eu compreendo que naquela época, a casa mermo, eu tiro pela minha casa, era mais conservada do que hoje; quando falava pra o patrão, no instante ele mandava endireitar assim que olhava. A casa de taipa, mas era boa. Era cobertinha, e hoje ele vem negando, ele vem negando pra não ter essa despesa. Às vez, o pobre do morador é que tá obrigado a consertar a casa. Se o que ganha já é pouco, consertar casa dos outro sem ser sua não tem condição, a não ser que lute, né? E por aí, às vez, muitos coloca na justiça pra ver que a casa não cai por cima. O teto, quando dá um pé de vento ele vai embora. E uma casinha já cansada, de muitos tempo, ela não vai embora, não?”

Casa sua, dizia o senhor-de-engenho quando eram pedidos reparos básicos. Casa dos outros, retorque o morador. Dialética do proprietário e do inquilino, pois o aluguel, não aparente, fazia parte do salário do trabalhador. Manoel João Pereira testemunhou também das variações de atitudes entre membros de uma mesma família de proprietários, mudanças dinásticas, por assim dizer, que afeitavam duramente a vida cotidiana dos trabalhadores.

“Então o senhor de engenho, quando era vivo, ele cuidava do engenho, consertava as casa. E depois ficou quatro filho e a viúva, ele morreu. E ficou nas unha dos filho. Os filho não continuaram cuidando do engenho. Arrendaram à usina, essa tal de Olho D’água. Esse pessoal passaram a ficha pra usina. E então quando fala pra consertar uma casa, aí quem trabalha na usina, fichado, a usina ainda vem e conserta, né? Mas pra quem é a classe de aposentado, quem aposentou-se hoje, a usina diz que não tem como consertar. Os aposentado, às vez, não tem a possibilidade de consertar, e entonce as casa continua caindo. Eu, porque sou muito ativo, ainda enripo, ainda pinto, ainda faço uma coisa e outra. A minha não deixa cair. Mas tem muitos pobre, coitado que... lá perto de mim tem que a usina não conserta; o engenho, pior.”

Atitudes diversas, portanto, dentro da classe patronal que não respondiam nem à divisória clássica entre usina e engenho, nem a tradições benevolentes de famílias proprietárias. Era apenas um meio de pressão do patronato contra os trabalhadores. No caso, contra os aposentados que se tentava afastar das terras onde labutaram toda sua vida. Deixando cair a casa, esperava-se que eles deixassem a propriedade “de livre e espontânea vontade”. Aparecem também claramente as inúmeras competências que os trabalhadores rurais desempenhavam, como José Antônio da Silva:

“A gente fazia. Quando caia um torrão de barro, ajeitava. Alguns iam esperar pelo administrador, pelo fiscal. Fazia tudo isso. Até que acabaram com tudo. Acabaram e tão na promessa de acabar mais. Botaram meio mundo de gente, trabalhador cheio de filhos [eleva a voz na palavra ‘filhos’] pra dar de comer. Botaram pra fora.”

Parede ruim matando doméstica

A doméstica Judite Maria de Almeida (casada, 27 anos, residente no engenho da Barra, Vitória de Santo Antão) foi vítima na tarde de anteontem do desabamento de uma das paredes de sua casa, tendo em consequência sofrido

²⁵³⁵ JC 19.11.61, p. 7.

Portanto, a casa constituía uma alavanca fundamental na permanência mas também na expulsão dos trabalhadores rurais.

Os materiais

“Eram de taipa, coberta de palha, aquele rancho, pronto.”

Amaro Rosendo Fagundes

Casas de taipa, disseram todos os entrevistados. *“As casas eram de taipa, coberta de palha, outras de olho de cana”*, descreve Amaro Carneiro da Silva. E todos concordam. *“Toda vida foi de taipa”*, reforça Severino Sebastião Santana. No entanto, certa diversidade existia na paisagem das plantações, diversidade essa muito significativa, não apenas em termos concretos de conforto ou solidez das construções, mas também de distinção social, como explica José Antônio de Lima: *“As casas, algumas eram de alvenaria, no pátio do engenho. A maioria era de taipa, de telha. E nos sítios era casa de taipa coberta de palha. Piso não se fala, dentro da lama. Energia também não existia.”*

Para as casas dos trabalhadores rurais, os materiais de construção empregados eram apenas os mais simples, disponíveis e abundantes no local. A grande maioria *“era coberto de palha, coberto de sapé, foi que eu conheci muito... muitas casa coberta de sapé pelos sítio”*, confia Cassiano José de Sena, de Rio Formoso, que levanta leves diferenças entre as habitações da sede e dos sítios: *“Às vezes não cobria de sapé no próprio engenho, mas pelos sítio era de sapé, de palha, mas era assim: Já no pátio do engenho era que eles aliviava mais uma casinha, fazia melhorzinho uma casinha, mas sempre não prestava. Boa só era as deles, não sabe? Dos rico.”* A mesma expressão é usada por Generino Luis da Silva de Igarassu, quando lhe perguntam se a casa era de taipa: *“Tijolo, quem falava em tijolo era... Em tijolo ninguém falava nada. [Risos] Tijolo era coisa de rico. Era. [continua rindo].”* Abílio Luis Ferreira discerne uma questão de época: *“Essa história de alvenaria, isso é novo.”*

José Damião da Silva explica que o barro era próprio dos trabalhadores rurais, pois

“[a] casa de tijolo ou era a casa de moradia do senhor-de-engenho, ou era a senzala, ou encaixamento do açúcar do engenho, ou então a casa de algum feitor. Ou então quando o senhor de engenho tinha mais primo, umas propriedade dentro pra valorizar mas fazia devagarinho, aquelas casa de taipa já muito velha quando precisava de conserto, que o meu patrão mermo, inventou de botar abaixo as de taipa e fazer de tijolo. Foi fazendo, foi fazendo, foi fazendo, foi fazendo... Ficou bem pouca casa de taipa, quando ele morreu, pra fazer. E hoje ainda tem muitas casa de taipa por os engenho. Muitos botaram abaixo e bem pouca de tijolo fizeram. Agora, hoje em dia, é que tá dificuldade pra falar pra se consertar uma casa.”

Em suma, uma política expressa em materiais de construção, as promessas de melhoria servindo de disfarce para motivos mais duros, como a expulsão dos moradores. Esses terminam por sucumbir, por lassidão de não ter um abrigo mínimo como moradia. *“A casa onde morava era*

de taipa, tijolo não tinha nenhuma, era tudo de taipa; a gente morava nessa, era tudo de taipa” afirma José Inácio da Silva, enquanto que Alfredo Cosme dos Santos sublinha a má qualidade da construção: *“As casas eram tudo de taipa, aquelas casas de taipa, de barro, esburacada.”* “*É mais difícil nos engenhos que a casa seja de alvenaria*”, concorda Anísio Francisco da Silva.

Alguns entrevistados preferem chamar suas casas de madeira em vez de taipa, evocando o método de construção, como descreve José de Souza da Silva: *“De taipa, madeira; Mas o resto era madeira e telha, não tinha nada de alvenaria, não. As casas eram feitas de madeira mesmo.”* Francisco Zalatiel Ferreira sublinha a simplicidade da fabricação das paredes: *“Os esteio, botava barro, cobria e pronto.”* “*É somente envarrada e feita a casa envarrada e batido pro barro inteiro*” ilustra José Inácio da Silva. *“As casa era de barro e de vara, e amarrada de cipó.”* complementa Arlindo Nascimento. “[T]apada de barro”, precisa José Batista do Nascimento, evocando os constantes reparos necessários nesse tipo de construção. Inácio Antônio Dias lembra que os procedimentos eram poucos e relativamente simples: *“Mas [as casas] de taipa eram somente rebocadazinha, caiada, pronto; era o trato que tinha, um pisozinho fraco.”* Alguns entrevistados gostam de mostrar seus conhecimentos práticos na área ao distinguir mais precisamente os materiais de construção das paredes: *“As casas eram de taipa, casinhas de pau, casinha boa mas também de madeira. Os esteios eram tudo de gitaí e imbiriba.”*²⁵³⁶ Arlindo Nascimento ensina algumas dicas para melhorar o ambiente interno:

“Agora o cara quando era inteligente, o cara fazia, cobria de barro, né? Aquela que é tudo de vara, assim, amarrado aí bota barro de um lado e de outro. E o cara inteligente na parte de fora não, mas na parte de dentro passava uma colher, ficava lisinho... Meu pai mermo ele mandava o pedreiro endireitar, ajeitar, pronto: ficava boa; ficava só na terra, não.”

A cobertura

“Agora a telha alguma vez era de palha, não sabe.”

José de Souza da Silva

Qualquer elemento mais sofisticado tinha significado, distinguia a família beneficiada, a começar pelo teto. *“As casas eram de taipa cobertas de palha. Aquele que morava numa casa coberta de telha, era mesmo que sendo milionário”*, descreve Rosendo Vicente de Sales. Na hierarquia dos materiais de cobertura, a telha ocupa o nível mais elevado, portanto. A maioria devia se contentar com uma casa *“de taipa, de capim”*, diz Severino Sebastião Santana que reafirma: *“Sim, de capim, coberta de capim.”* “*Antigamente era arruado de palhas, às vezes, tinha ele telhas, mas tinha muito de palha também*”, segundo Antônio Ambrósio dos Santos. As coberturas vegetais eram bastante comuns na época considerada. Arlindo Nascimento lembra:

“Às vez cobria de capim e de palha de palmeira. Conhece a palmeira? E outros cobria com palha de côco. E outra era: eu alcancei o Mercado de Paulista em 27 coberto com palha de coco. Um Mercado público! Em 1927.”

²⁵³⁶ Severino Antônio do Nascimento

Numa região tropical úmida, famosa por chuvas intensas, a questão da cobertura da casa era particularmente importante quanto ao conforto interno. Materiais diversos, com graus de eficiência diversificados, foram empregados para esse fim. José Peagentino dos Santos mostra o elenco disponível que muitas descrições designam genericamente como palha:

“Tinha casa também que era de pindoba, uma folha que nem um coqueiro, mas era pindoba. Era mais, era muito mais de que um coqueiro, e dava uma coberta boa. Agora as pindoba desses engenho de perto, por aí, não vinha daqui, por aqui não tinha pindoba. Não tinha e nem tem. Sabe de onde vinha? Desse meio de mundo em Pindobá, Abelha, aquele meio de mundo, e trazia em costa de cavalo. Aí quer dizer que no engenho, comparação, que tivesse uma casa que nem eu estou dizendo, aí tinha mais ou menos uma 15 de pindoba, o resto era de telha, né?” Conhecedor, ele explica porque essa preferência: *“O coqueiro mermo dá uma coberta, agora a pindoba é melhor porque a pindoba a folha é larga, ela fica bem unidinha assim, aguenta chuva três ano e não goteja, a pindoba.”*

Se certas árvores forneciam materiais que, aliás, são revalorizados atualmente pelos arquitetos em virtude de suas qualidades ambientais, a hierarquia das coberturas acabava no mais comum e fraco. É com um tom de desprezo que Amaro José de Sena, de Sirinhaém, descreve: *“Era umas de palha, depois foi que foi, foi se, se... desenvolvendo, aí acabou os problema de palha. Mas até de olho de cana tinha.”* Para ele, a disseminação de telhados constituiu um sinal de desenvolvimento. No mesmo sentido, seu conterrâneo José Amaro dos Santos constata uma diferença de status, quicá de classe: *“As casas eram mais de palha. Não tinha negócio de telha. Casa de telhas, eram bem poucas. Era só para os empregados acima, mas as casas dos pobres moradores eram de palha.”* Antônio Ambrósio dos Santos, também de Sirinhaém concorda que *“alguma vez que se via uma casa de telha, alguma... era... O mais só era de palha.”* *“De coqueiro”*, ecoa José João da Silva de Paudalho.

“A minha casa era uma banda, mas as telhas era uma banda, por isso eu saí do sítio. A minha casa, deu uma chuvada pesada, eu fiz um calçamento e um aterro do lado, mas deixei de lado da mangueira. Aí, quando foi de noite, deu uma chuva pesada. Eu tava até tomando café com uma trilha de menino, quando eu vi o dismantelo: assim foi embora o lado todinho. Assim, eu já tinha acordado Maria prá levantar ela porque os homens não queriam levantar. Ela já tinha arrumado umas colegas prá cortar madeira. Aí, nessa confusão, eu passei dois meses com ela, casa, derrubada e uma banda, dormindo dentro da casa. Botei os meninos prá casa do meu vizinho e a chuva, chovendo...”
Severino Antônio do Nascimento

Embora a telha parecesse, para alguns, um luxo inacessível, nem sempre os que moravam em casas com telhado se davam por satisfeitos. *“As coberta sempre era aquelas telha grande e ruim, mas era umas casa de taipa, de vez em quando as casa tava caindo. Só criava cobra e bicho à toa”*, condena Cassinao José de Sena. A cobertura em telha era muito mais amplamente difundida que a alvenaria para as paredes. Arlindo Nascimento vê nessas variações uma especificidade regional, dependendo dos recursos locais, e provavelmente das vias de comunicação permitindo um transporte de materiais, onde não se fabricava telhas, ainda pouco corriqueiro no período considerado, antes do grande surto rodoviário dos anos 70. *“Uma parte, em muitos lugar, eu já alcancei nesse Norte aqui, Carpina, Nazaré, era tudo de telha. É, mas no recôncavo do Recife, Paulista, Goiana, tudo era de palha como hoje ainda tem. Lá em Goiana*

ainda tem uma... em Carne de Vaca ainda tem casa de palha.” Joaquim Pedro da Silva considera que a diferença era devida também ao nível económico do proprietário. “*Mas o senhor de engenho que era mais forte, só fazia tudo de telha. Agora tinha senhor de engenho mais fraco que era tudo de palha mesmo.*” Desse modo, a distinção atingia mais o dono da plantação do que os moradores. Luís Batista do Nascimento reconhece também na qualidade da cobertura a quem pertencia a iniciativa de construir. Embora fossem todas de taipa, algumas casas se beneficiavam de um telhado: “*Já, havia de telha, agora quando... os moradores quando queria fazer um mocambozinho por lá e tal, fazia de palha, viu?*” Ele distingue as edificações dos trabalhadores daquelas realizadas pela empresa, utilizando materiais mais caros, comprados, enquanto que os moradores lançavam mão os que estavam disponíveis no engenho. “*É, cobria de palha. Mas a Usina... Fazia, era de telha.*” Ele sublinha também que a modernidade das obras realizadas pela Usina não chegava às paredes, pois “*Era, agora de taipa, viu?*”

Outro elemento evocado como sendo causador de grande desconforto físico e social era a falta de protecção para as aberturas da moradia, muitas vezes, reduzidas a uma porta e, talvez, uma janela, embora nenhuma entrevista a mencionasse. Vários entrevistados usam de ironia para abordar o assunto: “*A casa era boa que tinha dia da gente não poder nem dormir.*” Manoel João Pereira termina rindo. A porta de vara, que não fechava direito, deixa lembranças de falta de privacidade. Falta de segurança também, embora, como o nota Manuel João Pereira, a época oferecesse mais tranquilidade desse ponto de vista:

“Se fosse nessa época agora, a casa que a gente morava, quando fosse de manhã não amanhecia nadinha dentro. Porque naquele tempo tinha uma certa liberdade que ninguém... Podia deixar a porta aberta que lá não entrava ninguém pra roubar; e agora, e agora se... agora bota abaixo e entra e...”

José João da Silva considera pequenos progressos nesse campo: “*Era tudo de taipa, as portas eram de... vara. Depois foi que melhorou outro dia, pegaram botar a porta de taba, né?*”

Enfaticamente, Maria Severina da Silva chama repetidamente as casas de “*taperas*” em razão da falta de protecção contra os elementos e de privacidade para a família, embora coberta com telhas, elemento de maior “desenvolvimento”:

“As portas caíndo... as casas caíndo... A casa era de um jeito que a pessoa pra entrar. Tanto fazia, agora tanto sítio que nem arruado, pra entrar se quisesse abrir a porta, abria; se não quisesse, até pelo lado mesmo, qualquer um canto entrava pra dentro.”

Luís Batista do Nascimento mostra que ainda existem muitas casas parecidas com aquelas que ele descreve de sua infância, mas insiste que naquele tempo “*era mais fraca. Porque não era rebocada, né? Era só tapada, era a barro mesmo.*” Miguel José de Oliveira enfatiza:

“Era uma casa velha, toda estaperada. Cucaú mesmo era uma casa de taipa, não valia dois tostões mesmo. Quem veio fazer casa boa em Cucaú foi Dr Armando Monteiro. Foi quem fez casa de alvenaria, mas era casa de taipa, na rua da Fava, rua da Linha, rua do Futebol, tudo era casa de taipa.”

“Higiene”

“Veio aparece um higienezinho naquele tempo que apareceu aquela maleta aqui nos engenhos.”

Rosendo Vicente de Sales

Entre os elementos causadores de “falta de higiene”, os moradores, como Antônio Virgínio da Silva, mencionam e a má qualidade do piso, ou melhor dizer sua ausência. Severino Barros de Lima complementa: *“Era chão batido, na lama. Quem quisesse passasse a enxada, molhasse, passasse a enxada pra ficar espelhando uma coisinha, né. A não que fosse um camarada zeloso é era.”* Ou, simplesmente, nas palavras de José Pascoal de Figueiredo: *“A terra assim, terraplanagem.”* O perigo do fogo, tão realçado quando se trata dos canaviais, estava também presente na experiência dos trabalhadores alojados em construções, cujos materiais eram altamente inflamáveis, particularmente o teto, como lembra Joaquim Pedro da Silva. Severino Barros Lima evoca os insetos que se instalavam facilmente neles. *“A morada era casa de taipa, cheia de barata, cheia de caranguejeira, era de tudo que não tinha nada de reboco, não tinha nada, viu.”* No repertório das pestes que assolavam as moradias, Manoel Fernando de Souza enfatiza os efeitos muito desagradáveis de conviver com eles, particularmente numerosos e portanto agressivos pelo estado precário de reparo da casa. Pois, como argumentam os atuais defensores das construções em terra, considerada um material nobre e ambientalmente eficiente, além de barato, era fundamental efetuar constantes operações de manutenção e tratamento para evitar a proliferação de insetos eventualmente vetores de doenças.

“A casa naquele tempo era de taipa. Uma casa velha de taipa caindo, cheia de... de chupão, um tal de percevejo que existia naquela época, pulga de bicho que existia muito. Hoje em dia acabou-se essa praga, acabou; mas de primeiro existia demais. (...) Era demais. Todo inseto de casa existia muito, inseto pra perseguir a saúde.”

No longo elenco dos habitantes indesejáveis das paredes e tetos das casas, Manuel Bernardo da Silva lembra, com fina ironia, de outro fator complicador: *“A casa era de taipa, de barro, toda esburacada, com percevejo, com potó, porque não tinha reboco mermo. Toda esburacada. Só era a criação que tinha dentro de casa.”* Aranha e potó, conta José Francisco da Silva, mordiam as pessoas que adoeciam a seguir. Uma campanha para erradicar a malária, conhecida dos entrevistados como “A Malária” simplesmente, diminuiu, nas regiões onde passou, a presença desses insetos.²⁵³⁷ De dois em dois meses, conta José Inácio da Silva, *“a malária fazia higiene na casa”*. Mas nem sempre essa intervenção bem intencionada e, sem dúvida, eficiente, encontrava a aprovação unânime. Eugênio Benvindo M. de Freitas acusa

²⁵³⁷ *“Depois que chegou a malária, acabou-se mais os insetos dentro de casa; acabou com a malária.”* José Amaro dos Santos.

efeitos negativos da colocação de veneno: “*Higiene, nesse tempo, passava uns homens, desgraçava as vazias todinhas, botava petróleo, botava tudo...*”

Higiene, palavra de muitos sentidos, designa ao mesmo tempo essas campanhas governamentais cujas boas intenções e resultados, no entanto, eram reconhecidos; mas alguns entrevistados enfatizam que outro tipo de higiene era de sua própria responsabilidade, para que não reinasse nenhuma ambiguidade. “*A Malária quem fazia higiene na casa. Em tempo de dois em dois meses, fazia limpeza na casa, que dizer que de mosca dava essas coisas, sabe. Higiene dentro da casa de limpeza a gente fazia*”, especifica José Inácio da Silva. “*Se a dona da casa não der, criava um bicho, né?*”

Instalações sanitárias

“Higiene não existia, não.”

Maria Severina da Silva

“Higiene, não se falava em higiene, não.”

José Pascoal de Figueiredo

Um dos aspectos mais penosos, aparentemente, para muitos entrevistados diz respeito à ausência de instalações sanitárias, também chamadas de “higiene” na medida em que a amplitude semântica do termo se alarga. A maioria só responde elíptica e alusivamente. É preciso que o entrevistador insista para obter uma resposta sisuda, geralmente com extremo pudor de expressão. Vários entrevistados se recusam simplesmente a entrar no assunto, como no caso de José Antônio de Lima: “*Com respeito a higiene, não falamos.(...) Saneamento nem falava, era no mato. Tudo no mato.*” Aliás, a expressão volta muitas vezes. “*Não, não fazia pelos matos! Fazia pelas capoeiras*”, especifica Antônio Virgínio da Silva. “*Era no mato, nas cana, que as cana ficava perto*”, detalhe Maria Severina da Silva; confirmada a localização mais comum por Manoel dos Santos da Silva. “*Não, banheiro não. Banheiro o caba fazia necessidades fisiológica por dentro das cana.*” José de Andrade, de Goiana brinca com o assunto: “*Fazia os serviço no... fazia os serviço dentro da cana! Dentro dos mato, onde achava uma mata... quando não dava tempo chegar lá, fazia no terreiro mermo, não podia chegar no mato.* [Risos].” Outros entrevistados, como Abílio Luís Ferreira, simplesmente ignoram inteiramente a pergunta, mesmo reiterada.

Quiproquo

[As necessidades?] *A necessidade passava assim mesmo. Olhe, em 1937, eu já trabalhava muito.*

[Virgem Maria! E as casas tinham privada?] *A casa?*

[Sim.] *Se tinha privada?*

[Sim.] *Privada como?*

[Sanitário; quando vocês queriam fazer as necessidades...] *Ah! Era, era pro dentro dos mato* [risos] *Não tinha sanitário não.*”

José Batista do Nascimento

Instalações sanitárias modernas eram inexistentes. Os trabalhadores providenciavam suas famílias com banheiros simples, próximos às casas. *“Tinha esse negócio na cidade. Mas sendo no mato, era no mato mesmo. Fazia um buraco lá no mato”*, confia José Honorato dos Santos, frase retomada por Arlindo Nascimento. Joaquim Pedro da Silva constata que banheiro com água corrente era a expressão de um privilégio de classe: *“A higiene nesse tempo não tinha nada não. Só tinha nas casa do senhor de engenho.”* As famílias deviam, portanto, paliar essa ausência com instalações sumárias. José Peagentino dos Santos descreve:

“Banheiro, o caba fazia uma casinha de mato. Às vez, cercava de avelóis, cercava de avelóis, fazia aquele imparo, né? Longe de casa, muito perto não. Longe de casa pra não..., né? Às vez, quando dava a vontade da precisão, você ia lá pra aquela muralha de mato.”

Raros entrevistados explicam, como José Barbosa do Nascimento: *“Fazia um banheiro lá fora, deixava pra lá.”* Antônio Joaquim dos Santos fornece uma descrição mais técnica: *“Aí fazia um buraco bem grande! Da minha altura, encimentava lá em redor e fazia uma tampa pra o buraco, e fazia a precisão.”* Sendo o mais loquaz dos entrevistados sobre esse delicado assunto, ele aponta para toda sua importância: *“Meu pai sempre mandava fazer um banheiro, um banheirozinho tapado com taba, e tinha umas telha. Homem podia ir pro mato, mas as mulher não...”* As mulheres deveriam ser mais protegidas dos olhares, sua privacidade garantida, particularmente em momentos de extrema vulnerabilidade, num ambiente geralmente considerado como essencialmente perigoso.

No entanto, Severina Benvinda conta: *“Não. Higiene era uns mato assim. Porque assim, o mato assim, com uns pés de mato grande, né? Aquelas árvores grandes, então aí a gente fazia...”* Eugênio Benvindo M. Freitas se exclama:

“Era tudo no mato! As sanitária de pobre, no mato. Quando eu morava no engenho, era uma bolinha de mato bem perto de casa e um rolo de pau assim, olhe.” Loquaz, ele explica para o entrevistador desconhecedor dessas coisas: *“Era. Uma bolinha de mato e um rolo de pau assim. A pessoa fazia aquela precisão lá. O cabra botava o sítio todinho pra trabalhar, mas tinha que deixar uma bolinha de mato assim, detrás de casa, pra fazer o que se chamava, naquele tempo, o “cagador”, não era?”*

Os entrevistados especificam que se a empresa cuidava de algum modo de erguer a casa, embora precária, nunca se encarregava de edificar as instalações sanitárias mais simples.

“Era, a gente que era mais interesseiro. Nós fazia um banheiro do lado de fora: juntava uns pauzinhos, fazia um banheiro, cavava um buraco no banheiro; botava uns pauzinhos por cima, aí fazia isso ali, e muita gente era no mato mesmo. Lá não tinha banheiro feito por eles, somente a casa e mais nada”,

sublinha José Inácio da Silva. Para o banho, complementa, *“tinha o rio”* para lavar roupa, diz José Pereira de Lima. *“Água encanada...Tinha nada!”* exclama-se José de Souza da Silva. *“Higiênico, essas coisas, quem fazia era o dono da casa mesmo”*, lembra Manuel José

Alexandre. Falando em saneamento, Amaro José de Sena é peremptório: “*Nada! Nada! Isso era um bicho!*” José Amaro dos Santos concorda: “*Não tinha nada, era ruim.*” Antônio Santana da Silva enfatiza: “*Nunca houve! Nunca houve!*”

Como para a casa de taipa, Antônio Maurício Domingo toma o cuidado de sublinhar que a situação permanece grave: “*E como hoje, infelizmente. Nossa região aqui ainda se faz no mato; porque a gente luta, luta, luta, luta, mas até ainda não podemos dar um basta nisso.*” José Francisco Paiva confirma: “*Ainda hoje é, ainda hoje é... faz no mato.*” Assim como José Damião da Silva: “*Era, tudo, e ainda é. Porque nunca houve esse jeito deles querer fazer um aparei na casa de um trabalhador, porque dizem que é muito gasto pra eles.*” A falta de saneamento continua aguda para o maior desconforto dos mais pobres, sobretudo em área rural.

“*Não existia saneamento, nunca existiu saneamento em canto nenhum, a não ser na cidade. Porque, até na cidade, naquela época de 1920 pra trás, até na cidade era péssimo; em 1934, isso aqui era uma valeta que pegava lá de cima até aqui no rio, que o pessoal fazia todo aqui dentro. Nem mermo no interior; interior nunca teve negócio de saneamento de nada na vida. Nem condição de água, era pelos barreiro.*” José Felipe Santiago

Frente a um dos maiores problemas que desafiavam as autoridades municipais e estaduais de saúde pública, a ausência de qualquer esforço no sentido de providenciar mínimas condições físicas para atender a populações trabalhadoras empregadas na atividade mais “adiantada” e, sem dúvida mais rentável tanto para os proprietários quanto para o Estado, não deixava de ser significativa. Interessados em fixar a mão-de-obra no campo e mantê-la disponível ao menor custo possível, os donos de empresas canavieiras mal satisfaziam a necessidade imediata de abrigar as famílias que trabalham para eles das intempéries, em casas sumárias. Nenhuma instalação vinha acrescentar um distintivo humano, como sanitários, até mesmo edificadas com os mesmos materiais praticamente gratuitos que a própria natureza oferecia na plantação. Ávidos de modernidade no âmbito de sua representação, quando usina, de reconhecimento paternalista quando senhor de engenho, eles não dedicavam à massa de seus trabalhadores, em termos de despesa para acomodações, mais do que a animais.

Mobília

“*A mobília era besteira. Não tinha nada não. Cama de vara e uma esteira e pronto*”
Benedito Rufino da Silva

“*Era, o chão era o chão duro! Naquele tempo, o Sr sabe que não existia... pobre não tinha direito a nada. A gente não tinha um rádio dentro de casa. A gente não tinha um banco para se assentar. A gente não tinha nada, né. Era tudo lá, num girau de vara naquele tempo, né.*”
Eugênio Benvindo M. Freitas

Rindo, João Francisco dos Santos se recusa: “*A mobília, olhe, eu não quero nem lhe falar!*” O assunto parece despertar muito acanhamento, compreensível pudor. Francisco Zalatiel Ferreira de Igarassu pede desculpas quando descreve a falta quase completa de conforto nas

casas de famílias em que todos trabalhavam o ano todo, duramente: “*As camas, desculpe eu lhe dizer, era cama de vara... [risos] Naquele tempo, era um tempo atrasado, viu.*” Pesquisa confirma: 40% das pessoas dormiam no chão; não havia cadeiras ou bancos para mais de 65% das pessoas da família.²⁵³⁸ Ao pudor se alie talvez certa vergonha de ter que expor a situação à qual estava reduzido. Hesitando, João Francisco dos Santos resolveu, rindo, detalhar a descrição:

“*Mandava montar-se de uma taba, olhe: cerrava um pedaço assim, outro assim; ficava aqueles dois paus; botava uma taba em cima, uma lá, outra cá, ficava, é o... chamava-se banco. É. A mesa nós fazia um caixão, fazia do mermo jeito. O tamborete, a cadeira, era outro caixão. A gente botava os espeque no chão enterrado, e botava o caixão em cima, e ia se sentar. E pronto.*”

Sem esse recurso, era, como diz José Francisco Paiva, “*num pé de parede se assentava, outro era tudo por o chão*”. Quanto ao material João Francisco dos Santos precisa: “*E pra dormir era o jirau mermo. Vamos dizer, era na cama de pau duro. É, quando tava na boa, tinha uma esteira. E quando não tinha, era forrada com folha de banana, palha de dendê.*” Sobre o modo de fazer, Anísio Francisco da Silva fornece o passo a passo: “*É cama de vara fazia uma, fazia uma botava um travessão lá outro lá fazia botava as varas né botava uma esteira em cima e dormia, né?*” Manuel Bernardo Alves resume ainda mais: “*a mobília era quatro esteio, assim, olhe, com aquelas varinha amarrada.*” Todos fornecem a mesma lista de objetos, com algumas variações na nomenclatura que Amaro Rosendo Fagundes gosta de evidenciar:

“*A mobília da casa era uma cama, quatro tamboretas, uma mesa e um tal de petisqueiro. Hoje em dia, o povo chama um tal de guarda comida; mas era um tal de petisqueiro, outro chamava armário.*” Ele detalha a descrição: “*A mobília de casa era um tamborete, tamborete mesmo de 4 pés, pro camaradazinha se sentar em cima, um banco velho e as camas de vara. Quem tirou o pessoal de dormir em cama de vara, foi o Miguel Arraes. Foi quem tirou, e o pobre sabe... Hoje tá tudo rico, é uma graça de Deus. Hoje todo mundo poder dizer que tá rico! Pode! É por dentro, tem televisão. É por dentro dos córregos, tem televisão, tem rádio, tem gravador, tem radiola. Hoje em dia, o pessoal, graças a Deus, tão tudo. Rico, senhor, pela graça de Deus.*”

Após o Acordo do Campo,²⁵³⁹ pela primeira vez, os trabalhadores rurais da zona canavieira tiveram possibilidade financeira de comprar móveis na feira. Antes, apenas competências locais providenciavam a mobília. Com um tom irônico, José Antônio de Lima lembra:

“*A casa era bem mobiliada! Quem tivesse uma foice para fazer uma cama de vara e soubesse tecer uma palha de dendê para fazer o colchão, botar palha de banana, e a casa era mobiliada, tamborete, feito também de madeira.*”

Miguel José de Oliveira recusa-se a utilizar a palavra mobília para uma cama de vara e encerra assim sua evocação da habitação. Manuel José Alexandre, ao contrário, parece não dar muito peso a esse item, na descrição que faz da sua vida passada, embora forneça alguns detalhes:

“*As mobílias da casa também eram meia ruim. As mobílias da casa, ninguém se importava muito com a mobília de casa; era um tamboretzinho assim; banquinho, uma camazinha de tarisca, era sempre assim. Não era uma casa cheia de coisa não.*”

²⁵³⁸ GONÇALVES, F.A. “Condições de Vida do Trabalhador Rural na Zona da Mata”. Op.cit., p.162.

²⁵³⁹ Ver IV. 3. 3. Lutas: Ligas, Sindicatos, Governo Arraes e regime militar.

Elementos improvisados também serviam: *“A mobília era um tal de tamborete, quem tinha, e muitos não tinha; se assentava em caixão, barrica de bacalhau, botava emborcado pra se sentar, que movel, esse negócio de movel não foi do meu tempo”*, sentencia José Felipe Santiago. Tamborete, cama de vara parecem ser os itens constitutivos da mobília básica. Na falta de colchão, um dos bens mais apreciados nas compras pós-Acordo do Campo, os materiais mais diversos forravam a cama de vara: palha de dendê trançada, folhas de bananeiras, ou, como diz Odilon Caetano da Silva, capim para *“aquele mais pobre”*. Explícito, ele ensina como fazer a cama: *“Batia os quatro torno... botava uma furquia e botava as vara na...enchia de vara, aí fazia, botava a esteira, eu arrumava capim, enchia de capim e forrava a esteira.”* José Paegentino dos Santos lembra que carpinteiros de engenho, às vezes, ajudavam a providenciar ou melhorar os móveis. *“Madeira tinha de estoque, quer dizer que o caba chegava, mandava um carpina fazer um... fazer um banco, um tamborete.”* Talvez comparando com os produtos oferecidos hoje em dia nas lojas de Carpina, ressalva:

“Cada um tamborete forte. Pode bater de marreta que não lacha, é de ferro. (...) Olhe, essa mesa [bate nela para mostrar] olhe a grossura dela, tá vendo? Inda foi da vó da minha mulher, inda foi da vó dela, e não sabe de onde foi, né? Repare que no tempo de menino, de madeira, se fazia um serviço bem feito desse. Só se quebra de marreta, né?”

No entanto, a grande maioria dos entrevistados não tiveram acesso a móveis de qualidade. Aliás, eram feitos por eles mesmo com os materiais diretamente disponíveis. *“A mobília da casa era feita de... de foice de mão”*, lembra Joaquim Pedro da Silva. *“Cama de vara. De taba, que não tinha, não tinha (...) de jeito nenhum,”* pois, complementa Antônio Ambrósio dos Santos, *“O cabra não tinha as condições de comprar.”* Se a miséria não deixava nem alimentar a família, muito menos dar-lhe um mínimo de conforto: *“Ah! Patrão, a mobília ninguém podia comprar na época, não tinha que desse pra comer! Como era que ia comprar!”* exclama-se José Pereira de Lima. *“Uma caminha de tarisquinha pra botar uma esteira, que não havia colchão pra dormir”*, lembra José Amaro dos Santos. Seu conterrâneo Amaro Carneiro da Silva reconhece também: *“A mobília do povo era pouca naquele tempo. A mobília do povo naquele tempo era uma caminha quando ele mandava fazer. E quando não, era isso, era cama de vara. Outros tinham uma caminha de lona.”* Severino Barros Lima lembra ainda de outro material utilizado:

“Cama de vara ou se não, o camarada que era mais curioso, roubava o couro de boi dentro da água depois esticava, aquele couro esticado fazia aquela cama batida de broxa, viu? Pra dormir era a cama melhor que existia, e era prá o povo mais melhor, né.”

Severino Antônio do Nascimento lembra que contratava outra pessoa para os demais móveis *“que eu não sabia fazer. Agora a cama, quem fazia era eu. Comprava uma esteira, tirava um bocado de folha de banana, forrava por baixo, botava a esteira pro cima. A mulher forrava um lençol. Ficava uma patente boa danada.”* *“Quebrava palha de côco”*, lembra José Batista do

Nascimento “*e botava em cima pra dormir. Era uma esteira, era o colchão.*” Ninguém defende a idéia que tal cama era confortável, ou até mesmo segura.

“*Meu pai dormia em cima de um jirau de vara*”, conta José de Andrade. “*Um dia a cama caiu, quebrou o espinhaço dele. Ai morreu com as costela quebrada, mais a velha. Ele foi sambar em cima da cama, a cama caiu, quebrou.*”

As mulheres tinham por tarefa preparar a palha ou esteira que “*botavam no sol, secava; quando seca, aí pegava umas cordas ou botavam com os cambito e fazia aquela esteira, fazia aquela esteira e botava na cama pra gente dormir*”, diz Antônio Virgínio da Silva. Manuel Bernardo Alves lembra como elas usavam de criatividade para providenciar roupas de cama: “*Com aqueles paninho de saco, que emendava dois, três saco, fazia aqueles paninho pra forrar ele.*” Os talentos domésticos das mulheres podiam providenciar algo mais parecido com as acomodações mais banais em outros ambientes: “*Às vezes, a mulher mais inteligente fazia aquele, comprava aqueles panos bem ruins, fazia aqueles..., cobria de capim, não era. Botava em riba de uma cama de vara, cobria direitinho, ficava até bonitinha, né. Aquela que tinha inteligência. A que não tinha dormia pelo chão mesmo.*” As crianças participam também da confecção, conta José João da Silva: “*a gente ia na mata cortar folha de coco, quebrava de um lado por outro, e forrava, minha mãe botava um lençol em riba e dormia.*” Antônio Maurício Domingo lembra como faziam as esteiras: “*entre nós tinha aquela pessoa mais inteligente, sabe, ia para perto do rio, das lagoas, tirar um mato chamado junco.*” Dormir de rede, como Antônio Joaquim dos Santos, era um privilégio inacessível a muitos, embora de uso corriqueiro na casa de outros trabalhadores do campo na área agreste ou sertaneja.

“*Ah! Cama, meu camarada. Cama, o camarada que tinha rede, com licença da palavra, um catatal pra dormir, muitas vezes a rede da gente se acabava, não tinha condição de comprar. A gente fazia um catatal de... meu pai fazia um catatal de vara assim, olhe. Um girol de vara! Fazia um girau de vara assim no canto da parede, e dormia 3, 4. Tinha 4 homens lá em casa, dormia 2 num canto, 2 noutro.*”

Se, por alguma razão não se fizesse uma cama de vara, o trabalhador iria dormir no chão, lembra José de Souza da Silva: “*aquele mais astucioso inventava uma caminha de madeira, ajeitava assim, e a não ser, era zero. O negócio era sacrifício no outro dia.*” Além do mais, a cama, muitas vezes no singular, não poderia acomodar todos os membros da família, e “*muitas vez muitos deles dormia no chão; criancinha dormindo no chão, criança doente, com febre. Não tinha onde dormir, ficava dormindo no chão.*” Manoel dos Santos da Silva.

A habitual delicadeza da fala dos canavieiros pode deixar lugar a expressões de uma raiva mais do que justificada; entre o registro do silêncio e do riso, há uma praia de exclamações de indignação. Assim, as implicações dessa situação são relatadas com a crueza que a situação impunha: “*Não tinha nada de mobília, a mobília era comer no chão como bicho, na vazia, mas comer no chão como bicho. Não tinha uma mesa, não tinha nada de se sentar*”, lembra Maria Severina da Silva. José Pereira de Lima concorda, ele também dormia no chão, usando uma

esteira. Da mesma forma, José Francisco Paiva parece não enxergar muita diferença prática entre dormir numa varra ou no chão. Maria Severina da Silva lembra a extrema miséria em que sua família vivia e os esforços de sua *“mãe pra cobrir a gente, com dois pano de saco ela cobria cinco, seis filhos. Dormia no chão, numa esteira de palha de coco.”* Amaro Pedro dos Santos enfatiza também as dificuldades de prover todos os membros do grupo: *“Pai de família com 10, 12 filhos! Vivendo assim, no chão limpo tinha acostumado. Outro não tinha cobertor, não tinha esteira.”* Embora o clima tropical fosse geralmente leniente, no inverno chuvoso algum tipo de cobertura era necessária durante as noites, além das pessoas doentes e crianças pequenas que requeriam mais agasalhos. O mesmo entrevistado explica um dos modos de se conseguir, às duras penas, algum tipo de proteção:

“Outros não tinha coberto. Naquele tempo a carne era naqueles fardos de 100 kg, 120 kg, aquelas estopas grandes. Chegava no barracão, pedia para o barraqueiro. Era, se o barraqueiro quisesse dar, dez tostões uma estopa dessas? Eu dizia: eu quero. Fazia um cobertor. Era estopa que vinha enrolando a carne. Isto eu vi muito. A mulher levava aquilo pro rio. Lavava, bem lavado; escaldava; passava três ou quatro dias no quarador. Quando tava bem limpinho, a gente se cobria.”

Não fosse os tesouros de criatividade dos membros mais experientes da família de canavieiros, seus dependentes ficavam desprotegidos, no sentido mais estrito do termo.

[E as mobílias, tinha mobílias dentro de casa?] <i>Mobília, era... era mudo.</i> [É?] <i>É, era mudo, é.</i> [Não tinha nada?] <i>Não. Alguns que tinham uma mobília melhor, era os cabos. E nem todos. E alguma trabalhador que puxasse muito pelo roçado, que botasse... Naquele tempo só era tamborete. Tinha um tal de três pernas. Meu pai mesmo possuía um. Só era o que tinha. E uma caminha de tábua para dormir.</i> [E cozinhava em panela de barro?] <i>Panela de barro.”</i> José Francisco dos Santos

Muitos entrevistados ressaltam a grande diferença ocorrida nos idos de 1963, quando tiveram pela primeira vez acesso a móveis iguais às demais populações da região. Também mostram como *“hoje em dia muita gente se esforça, compra a prestação e bota alguma coisa dentro de casa.(...) Hoje tem o direito de comprar alguma coisa a prestação, mas compra.”* Inácio Antão Dias. Direito, diz Inácio, pois os parques móveis da tradição não são considerados de verdade. Generino Luís da Silva afirma: *“E nem cama tinha. Era cama de vara.”* Isto é, os arranjos mais ou menos improvisados que serviam às famílias de trabalhadores não podem levar o nome que carregam os produtos manufaturados nas oficinas citadinas. Tolerando o termo, eles precisam: *“Mobília daquele tempo, era um caixão, tamborete, uma panela de barro [risos] de pobres.”* João Oliveira da Silva lembra: *“A mudança fazia brincando, oxente. Hoje, faz vergonha um pobre se mudar, mas naquele tempo era pior. Que a gente botava uma mudança em cima de um carro-de-boi. Nesse tempo as mudanças eram de carro-de-boi e de burro. Era!”* Francisco Zalatiel Ferreira complementa a idéia da vergonha passada a dever se contentar com móveis que lembram mais um acampamento escoteiro de brincadeira de verão que uma moradia

do século XX onde residem famílias de cidadãos produtivos na área mais avançada e desenvolvida do Estado. *“Era assim. Hoje em dia, um pobre pode comprar...”*

“A mobília, naquele tempo, era o seguinte: mobília, naquele tempo, tinha até pobre que a cama, com licença da palavra: botava quatro furquia amarrada no cipó, forrava uns paninho e dormia em cima. Era duro, que tirava aquele pão de cada dia e ia comprar uma rede pra um, de um filho. Quem tinha três, quatro, comprava um. Ficava dois, três espiando até o pai um dia tirar da guela de novo e comprar pra aquele outro. Era uma coisa muito difícil... Era dificuldade.” José Damião da Silva.

Vergonha, pobre. Os termos que voltam na fala dos entrevistados evocam não apenas o desconforto físico ocasionado pela precariedade das acomodações em que viviam, mas pelo que elas significavam socialmente. Com a delicadeza que marca muitos dos testemunhos Francisco Zalatiel Ferreira parece hesitar a mencionar sequer o objeto, tão banal aos nossos olhos, ou pitoresco talvez, quanto um móvel: *“As camas, desculpe eu lhe dizer, era cama de vara...”* Ri para disfarçar sua encabulação: *“Naquele tempo, era um tempo atrasado, viu.”* Severino Sebastião Santana usa de derisão quando se exclama: *“A mobília da casa? Era muito boa! Era cama de vara!”* Rindo, ele continua brincando: *“Quando tinha tamborete o camarada era rico.”* E descreve *“um negócio de... uma trepeça com três pau assim, olhe. Encruzado assim. É!?”* lembrado também por Severino Barros Lima: *“O que o camarada se assenta as pernas fica se abalançando assim, o camarada, quando vê é deitado no chão.”* Severina Benvinda lembra também do mesmo objeto, e conclui: *“O que a gente não tinha favorável era esses negócios de móveis, essas coisas assim, roupa, calçado. Era ruim mesmo.”*

“Panelinha de barro de cozinhar, prato de barro pra comer dentro, aqueles prato de barro.” Manoel Fernando de Souza.

“Que nesse tempo, até mermo numa falta de querosene, os candeeiro de se clarear era difícil. Fui abrir um talo de coqueiro, ele, em pezinho. Era um tempo muito atrasado.” José Damião da Silva.

“Era, um jirau de vara, era; chegava uma pessoa na frente de casa, era sentado em jirau de vara. Cama era feita de vara, era folha de banana em cima, com tudo. Não tinha não; nada! Veio mudar depois do governo do Dr Miguel Arraia. Do governo do Dr Miguel Arraia pra cá, aí pegou mudar, pegou mudar. Pegou existir salário, pegou existir salário, que o povo (o povo!) ainda dizendo por aí que toda a derrota da pobreza foi esse negócio de salário e justiça, porque o povo tem um direito, querem cobrar, né. E as empresas acham ruim, né?” Eugênio Benvindo M. Freitas.

“Bom, mobília, se fosse falar naquela época pra hoje, tem muita diferença... Hoje mudou 100% daquela época. Pra melhor, sobre a mobília hoje, tá tudo certo. Hoje tem televisão, tem cadeira de balanço, tem guarda-roupa, ninguém usa aquela vazilhinha de barro, ninguém quer usar. Hoje, é talher e gafo, né?” Pedro Porfírio Domingo.

Nenhum testemunho deixa imaginar um cenário bucólico. Não suscita saudade, mas pura indignação frente à carência absoluta de bens elementares; à humilhação que supunha tal falta para a família; ao sofrimento de enfrentar condições miseráveis apesar do trabalho extenuante, a vida toda. A interpretação da significação dessas faltas (de mobília, por exemplo) em termos de classe, parece confirmada pela reação de certos padrões quando o estado deixou as organizações de classe dos trabalhadores alcançar algumas reivindicações. As melhorias que, de modo geral, os canavieiros conseguiram suscitavam, segundo Pedro Porfírio Domingo, comentários

maldosos de certos empregadores: “dizem: «Mudou, estão tudo rico.» Eu já vi. Um veio dizer que a gente estava tudo rico agora «O povo canavieiro tá tudo rico, tem um médico de graça, uma coisa, outra.»”

Os perigos de morar no engenho: razão de contenda e represálias

Por outro lado, quando não se exigia mais a presença física diária dos trabalhadores na plantação, em virtude das facilidades de transporte pendular, a casa tornou-se uma arma contra os moradores, uma alavanca para sua expulsão “consentida” dos engenhos.

“A higiene era pouca, não existia não. Não existia não senhor. Filaneira (sic) por dentro das espoeiras, com licença da palavra, e nada de benfeitoria, tinha prá ninguém. A benfeitoria é quando aquele trabalhador não tava na sexta feira no engenho. Ele botava prá fora na hora. Quando é amanhã, estava aqui, depois já estava em outro engenho. E era o que eu sei contar dos tempos atrás, é isso.” Severino Barros Lima.

As formas de pressão contra os trabalhadores para desocupar as casas e deixar o engenho eram diversas, embora de nexos similares: tornar a habitação imprópria. Eles “deixavam cair a casa”; “derrubavam a casa”, ou ainda “destelhavam a casa.” Eugênio Benvindo M. Freitas.

2540

Agricultor foi espancado e jogado fora de casa, ontem

Queixa foi prestada na Delegacia Auxiliar ontem, pelo agricultor José Pedro Firmino dos Santos, residente do Engenho Santo Antonio município de São Lourenço da Mata, contra Ivanildo Berardo, a quem acusa de agressão e despejo sumário e violento de sua barraca, encravada nas terras do aludido engenho. Tais fatos, que vinham ocorrendo há vários dias, tiveram seu epílogo ontem, quando Ivanildo Berardo, que é proprietário do engenho com um trator e acompanhado por vários capangas, retirou do interior da cabana todos os bens do queixoso, deixando-o ao desabrigo, juntamente com a família.

Origens do conflito

Depondo... José Pedro Firmino dos Santos que há mais de 12 anos trabalha naquela propriedade como cabo, e nas horas vagas, faz plantações de cana. Há dois anos, foi acometido de fraqueza, pelo que não pôde continuar no pesado, mas ficou fazendo alguns serviços e plantando enquanto o dono do engenho fazia de tudo para expulsá-lo das terras, sem conseguir. No dia 23 de novembro último, agrediu-o quando tentou matá-lo com um revólver, pelo que José Pedro fugiu para Tapera. Em dia da semana passada encontrou-se com o Sr Ivanildo Berardo que lhe deu um prazo até do dia 16, para que a família do queixoso desocupasse o barraco, no Santo Antônio. Como isso não sucedeu, o dono da terra foi hoje até o barracão com um trator, afirmando que iria derrubar o barraco, ocasião em que retirou de dentro de casa todos os seus pertences, deixando-o à (sic) sua família ao desabrigo.”

2541

Camaçari: despejo começou ontem: Não houve violências mas cenas tristes de despedida

O Despejo

A operação começou logo depois das 6 horas. Com uma lista em que figuravam os nomes de 94 moradores, os executores da medida judicial, guiados pelo capataz José Bento, iam de mocambo em mocambo interrogando os moradores e comunicando-lhes a decisão tomada pelo juiz em face de um requerimento emanado dos proprietários das terras. As palavras dos oficiais de Justiça constituíam menos a comunicação da medida judicial, do que uma coação aos inexperientes camponeses. Antes de diretem os motivos por que ali estavam, procuravam saber do tempo em que os camponeses ali residiam, se pagavam foro, se tomavam parte em reuniões, se estavam seguindo orientação de membros das Ligas Camponesas etc. Acabavam dizendo que se eles não obedecem às ordens do senhor-de-engenho; se tomassem parte em reuniões; se fossem às matas para extração de madeiras; se plantassem além da área a eles destinadas etc. seriam postos para fora. Ressalte-se a obrigação de que até mesmo para fazer um reparo nos mocambos é imprescindível a autorização do administrador. O caráter das reuniões a que se referiam não era especificado, na maioria das vezes, ficando entendido que, até mesmo para um encontro que não tenha fundamento político, os camponeses precisarão do “sim” do Sr Severino Bezerra Cavalcanti (Sissi).

²⁵⁴⁰ DP 19.12.62 p. 7.

²⁵⁴¹ Artigo ilustrado de numerosas fotos num caso exemplar. Contam-se 15 soldados da PM e dois oficiais de Justiça. A cena do desenlace da luta dos trabalhadores rurais do Engenho Camaçari ganhou assim cobertura da imprensa. JC 25.08.60. O JC 24.08.60 publicou a íntegra da petição de Francisco Julião em defesa dos moradores.

Peregrinação

A marcha constituiu verdadeira peregrinação. Ao deixarmos a casa grande, em demanda das moradias dos camponeses, começamos a encontrar baixios inundados, alagadiços e riachos que nos obrigavam a procurar lugares mais seguros para a travessia ou realizar saltos quase impossíveis.

O Primeiro

O primeiro morador despejado foi João José dos Santos que conta com 32 anos de idade, nascido e criado no lugar. É pai de 5 filhos menores e a esposa, Amara Benedita da Silva, espera o sexto filho, por esses dias. Eram 8 horas quando os enviados da justiça lhes bateram na porta. Aliás, bateram à porta, não é bem o termo, pois que na realidade, o mocambo não tem tal coisa.

Parte da soldatesca formou em frente, enquanto outra rodava em torno do casebre, empunhando os mosquetões (segurados pelos canos), numa atitude despiciente. Conhecida a situação do morador que ali se encontrava há seis meses, vindo da casa do pai (paralítico) na mesma propriedade, donde fora expulso pelo administrador (segundo declarou), os oficiais de Justiça deram ordem despejo. O homem, inicialmente relutou. Disse que não tinha para onde ir; falou dos filhos e da situação da esposa. Terminou por ajudar a retirar os seus pertences do interior da casa. A mulher, quando saiu, chorava entre dois filhos. Postou-se a pequena distância e ficou a olhar o fim do trabalho.

Família dividida

O drama terminou por uma concessão singular: a mulher ficaria em casa de parentes e o esposo teria de abandonar a propriedade. O mocambo, por determinação do capataz, cumprindo ordens superiores, foi queimado, quando abandonamos o local. Mais tarde houve mais dois despejos e um dos mocambos foi igualmente queimado.”

1.4. 2. O vestuário

“At the end of the rows of cubicles stood a public washstand in a great state of disrepair. Seu Jaime used this to illustrate the difficulties involved in the effort taken by the usina to raise the standard of living of rural people not yet ready for “progress”. The women, he said, still preferred to wash clothes at the banks of the polluted river that ran through plantation lands.”²⁵⁴²

Na sociedade nordestina, talvez em virtude de seu legado escravista e de regrasuntuárias passadas, a linguagem vestuária é muito importante. Os códigos de aparência, de limpeza, de renovação freqüente do guarda-roupa são comuns a todas as classes sociais. Pois a roupa, talvez mais do que em muitas outras sociedades, é um fator de identificação e reconhecimento sociais. Ela permite situar o estatuto social e nível sócio-econômico de uma pessoa. Tal sistema de referências colocava os trabalhadores rurais numa posição ainda mais humilhante pela cruel deficiência que marcava suas vestimentas. Como para outros assuntos de cunho talvez dolorosamente íntimo, certos entrevistados se recusam, delicadamente, a entrar em detalhes. Cassiano José de Sena com pudor misturado de desdém: “Era, não existia quase nada, não.” Muitos canavieiros usam expressões genéricas, sem comentários: roupas ruins, fracas, roupinha de nada. “A roupa era a pior possível, né?” Manoel dos Santos da Silva.

Observando jovens vestindo camisas enfeitadas com dizeres diversos, José Paulo de Assis, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rio Formoso, afirmava jocosamente, que no seu tempo de juventude também se usava camisas com letras impressas. Ele se referia aos panos de saco reaproveitados para confeccionar as roupas dos membros das famílias de canavieiros. A grande perícia das mães, avós, esposas, tias e irmãs estava nas técnicas de lavagem e exposição

²⁵⁴² A autora não fornece a função precisa da pessoa. Dr Alfonso sendo o administrador da usina “Água Preta”, perto de Bom Jesus da Mata (pseudônimo para uma cidade da mata Norte a 90km) visitada em 1987; Seu Jaime deve ser seu subordinado. SCHEPER-HUGHES, Nancy, *Death without weeping*. Op. cit., p. 56.

ao sol que permitissem apagar as logomarcas das empresas. Muitos dos entrevistados começando: “*A roupa era...*” passam a um aspecto particular, marcante: o pano, a forma da roupa acessível, só ter uma roupa etc. O ‘leitmotiv’ era: não podia comprar.²⁵⁴³

Fazendas disponíveis

“Ninguém tinha direito de fazer uma calça boa.”
José Inácio da Silva

Roupa de saco, normalmente designada como roupa de trabalho, podia sofrer um tratamento que a tornasse aceitável para outros usos.

“A roupa era um tal de algodão, outros fazia até roupa de saco de açúcar, que eu alcancei, eu alcancei muita gente vestindo roupa de saco de açúcar: vinha uns saco branco sem letra. Naquele tempo que eu era menino, o açúcar não vinha em saco letrado, marcado com uma firma, não. Vinha os saco, aí os que vinha marcado. Eles tinha um preparo do mato que fazia, não sei como é, pra tirar as letra, e fazer roupa! Que eu conheci gente... pronto, o meu sogro mermo fez muita roupa de saco de algodão pra sair. Não era pra trabalhar, não.” José Felipe Santiago

Testemunho disso também são as fotografias que mostram multidões vestidas de branco. A razão primeira era, sem dúvida, o tecido mais acessível aos canavieiros. Do ponto de vista cultural, contrariamente a outros âmbitos culturais, numa história das cores já em andamento, o branco era uma cor positiva e valorizada. Ela significava pureza, inocência e socialmente era nobre. Pois era de linho branco o traje tradicional do senhor de engenho tanto quanto do coronel do interior. Até mesmo as pessoas da família do usineiro de Catende, Azevedo, costumavam aparecer nas páginas dos jornais vestindo branco para receber convidados de honra. Mas, no caso, tratava-se quase de um uniforme de pano de saco, sandálias e chapéu de palha. “*Era saco branco. Botava para cozinhar e tirava a tinta das letras, ficava branquinha, mas não era bem branca. Era o branco do açúcar*”, lembra. com risos José Antônio de Lima. Além do açúcar, mais freqüente e que deixava sua cor na fazenda, o tecido de saco mais usado era de “*farinha do reino*”. Esse fornecia uma fazenda de um branco mais apreciado, embora a qualidade do tecido não fosse melhor. No fim das contas, José Honorato dos Santos compara esse material com aquele atualmente usado para confeccionar roupas vendidas nos mercados:

“não tinha diferença desse pano aqui não. Era bem branco. Eu comprava quatro sacos, fazia uma roupa pra mim. Mas era mesmo que vim branco. Aquele era limpo do gode de emendar. É um pano bom malvado, era um saco de farinha do reino.”

Ao contrário, segundo Amaro José de Sena, a roupa feita com saco de açúcar “*era as roupas melhores. E o resto era uma tal de saca de farinha, que era de uma mescla bem fraca.*” Ele compara com as roupas que ele usa agora: “*aquela mescla hoje é de barão [riso]. Era uns paninhos de listras, paninho safado. A vida era essa, a roupa era essa.*” Embora ria, como se fosse uma maneira de pedir desculpas, ele evita falar mais sobre o assunto e responder a

²⁵⁴³ Fernando Antônio Gonçalves constatou que “*no orçamento doméstico quase não há lugar, ainda, não obstante as elevações salariais recentes, para a aquisição regular de roupas e calçados para todos os membros da família.*” GONÇALVES, F.A., “Condições de Vida do Trabalhador Rural na Zona da Mata de Pernambuco”, Op. cit., p. 160.

perguntas mais precisas. Associar numa frase só, talvez embuída de pesar e resignação, vida e roupa reúne escalas de experiência que surpreendem, e deixam tristemente pensativo. É, sem dúvida, uma forma de concluir ou mesmo cortar o assunto. Geralmente, as roupas de saco de açúcar, farinha ou mesmo feijão eram designadas como roupas de trabalho, como afirma Manoel José Alexandre:

“Às vezes o pessoal fazia uma veste de roupa de saco pra trabalhar; às vezes, tinha um saco de farinha do reino que mandava, tirava aquela tinta dele, fazia uma camisa pra trabalhar, sempre pra trabalhar.”

“Açúcar cristal e saco de farinha do reino. O povo fazia até um uniformezinho daquele saco, ficava bonitinho, alvinha; os moradores eram que usava roupa melhor, sapato melhor tinha...” José Antônio de Lima.

Como já foi descrito por um entrevistado, a primeira tarefa na transformação consistia em tirar o tipos impressos, como lembra José de Souza da Silva: *“Agora lavava, tirava aquela tinta, aquela numeração e tal e ajeitava, a dona costurava e saía uma coisa boa da cebola.”* [Risos]

Manoel Bernardo Alves lembra que, para escapar do “uniformezinho” branco, não desejado por todos, era preciso ter dinheiro e competência: *“De saco, porque comprava os saco, fazia a roupa. Mode mudar a cor era obrigado comprar tinta na rua, pra cozinhar a roupa na tinta mode mudar as cor do pano.”* Na ausência de tinta comprada, usava-se os recursos da botânica local: *“Quem podia, era aquela roupa de mescla. Era rico quem podia comprar roupa de mescla. Quem não podia, comprava saco de farinha do reino, manda costurar, ia pra mata, tirar a casca do amolecido, dava um banho, mandava passar a ferro, chega ficava brilhando.”* Severino Antônio do Nascimento complementa sua descrição de todos os processos de preparo, mencionando a confecção: *“Tinha costureira, no engenho tinha costureira. Cada mulher de trabalhador sabia costurar, tinha uma tia que sabia costurar.”* Alguns trabalhadores se lembra até o nome impresso: *“A roupa era de saco. Aivorada. Quando podia comprar aivorada era essa... é de algodãozinho. É, a roupa era essa. E quando podia comprar, o chapéu de palha.”* José Francisco dos Santos brinca com a volta recente da “moda do chapéu de palha” lançada no segundo governo Arraes, com a denominação de um programa do governo estadual por esse símbolo de eras passadas. *“Chapéu, então, se puder, chapéu”;* quanto aos calçados, diz o mesmo entrevistado:

“naquele tempo a pisada era essa: sapato, ninguém usava. Era alpercata. Pra trabalhar era uma tal de aspragata de carreiro [risos]. Eu digo porque vi foi isso tudinho.”

Certos entrevistados, como José de Souza da Silva, lembram que havia distinção segundo gênero: *“A roupa era uma chitazinha pras mulheres e, pros homens, essa “venha cá freguês”. Aquela bem fraquinha. Quem podia comprar, né?”* José Antônio de Lima confirma: *“As mulheres era chita e os homens era um linhozinho de lista, um linhozinho bem fraco, né?”* Usar roupa feita com fazenda comprada, por mais baixa que seja sua qualidade, era sinal de relativa capacidade financeira: *“A roupa era... Quando um filho de um pobre vestia uma*

roupinha de chita, tava vestido”, declara Alfredo Cosme dos Santos. Todos qualificam a maior parte dos tecidos utilizados como sendo “fracos”, ou seja frágeis ao uso. Severina Benvinda descreve: *“Era aqueles panos fracos, pano de fustão.”*

A nomenclatura utilizada reflete também elementos aparentados à hierarquia social das fazendas empregadas para o vestuário na sociedade nordestina da época. Até hoje, em certos círculos: o linho legítimo está no topo, vestindo coronéis e senhores de engenho e suas famílias; por mais amassada que a roupa fique após poucas horas de uso, sua matéria, mais do que a aparência produzida, impõe a reverência que o estatuto social implica. Variedades modestas dos tecidos à venda adotaram o termo, embora sua composição têxtil não correspondesse. Os canavieiros não se enganavam: *“A roupa chamava-se linho, mas não era desse linho... Era um linhozinho fraco de... Era uma chitazinha”*, especifica José Antônio de Lima. José Honorato dos Santos complementa: *“A roupa era de linho, algodãozinho essas roupas, linho, daqueles linho de colchão, da listra larga.”* Perguntado para saber se era mesmo o que acabava de descrever, um pano utilizado para móveis, ele sentencia: *“Sim. É aqueles pano de listra, que nem aquele pano de listra, é, era assim o pano que a gente vestia. Se a gente vestisse uma roupa dessas o camarada dizia: roupa boa.”* Embora a contragosto, ele continua uma explicação dolorosa:

“É, ninguém vestia uma roupa dessas não. Era aquele azulado, aquele pano azul, arranca toco, um pano grosso que tinha”. Específico, Anísio Francisco da Silva declara: “Chita, rapaz a roupa eu me lembro que meu pai a roupa era mescla usava mescla, mescla azul e uma preto, caqui. Ia sair a roupa melhor era volga..”

Sublinhando novamente a fragilidade de tais produtos, particularmente dado sua função de vestir pessoas efetuando trabalhos pesados e sujeitos a se sujarem, José de Andrade confirma: *“Aqueles... pra as mulher era chita. E pra os homem era um tal de raião.”* José João da Silva lembra de outro nome: *“Já, naquele tempo antigo tinha negócio de lim, Tropicá, essas coisa.”*

Outra queixa que José Honorato dos Santos faz diz respeito ao corte da vestimenta e a confecção que economizava o pano de qualidade melhor para complementar a camisa com aquele mais barato nas partes menos visíveis da roupa.

“Também quando encontrava, quando comprava uma camisa, a abertura era de um pano, um pano, era, um pano pior fazia uma abertura. Nesse tempo a abertura de camisa era fraca; a abertura era fraca, tampa de viola, a abertura era larga, mas o resto era pano de listra, era linho, era só a frente. aí vestia o paletó, atacava a gravata prá ficar a camisa bonita.”

Perguntado se na parte de tras era outro pano, ele confirma: *“Era outro pano.”* *“A roupa era algodão, linho...”* diz Luis Batista do Nascimento que continua: *“Daquele linho grosso, né?”* Joaquim Pedro da Silva lembra do nome dado a esse tecido de forrar colchões e da razão de sua preferência entre os fregueses canavieiros: *“A roupa era a bambão. Sim, porque era barato, né? Com um cruzado, dez tões, cinco tostões o cabra comprava uma roupa.”* Panos taxados de grossos por uns, são louvados como “bons” por outros em virtude de sua resistência. É a opinião de José Amaro dos Santos:

“Era uma panos mais fortes do que tem agora. Não, quer dizer, era um pano amesclado, que era um pano muito grosso, era, bom, arranca-toco, brim branco, espanta vaqueiro. É, tinha um pano chamado ‘espanta-vaqueiro’.”

E sempre volta, como um refrão: *“A roupa, sempre mais era saco de açúcar.”* José Antônio de Lima. *“Mãe fazia roupa pra mim e pronto. Mas, era mais de saco.”* Generino Luis da Silva. Todos lembram das roupas de saco de açúcar e de farinha, e não há nada de saudosista nessa lembrança. Parece mais o que parentes presos nos campos de presos de guerra na segunda guerra mundial me contavam quando criança. Experiências duras, opressivas passadas, tristes pelo que comportam de tempo e oportunidades irremediavelmente perdidos, mas das quais se tem orgulho de ter saído com dignidade intacta, embora às duras penas.

A falta de roupa

“E a roupa era uma só: ele trabalhava com a roupa hoje, e no fim da semana. Começava trabalhar hoje com a roupa, na segunda-feira como se fosse, até o fim da semana. Era assim.”
Manoel dos Santos da Silva

Dadas as exigências sociais de boa aparência de um lado e a herança indígena de higiene pessoal e das roupas, era imprescindível gozar de várias roupas para poder lavá-las. Na condição financeira dos canavieiros da época estudada, essa facilidade não era comumente encontrada. Pe Crespo, no seu apostolado, testemunhou a crueza da carência de roupas garantindo um mínimo de decência:

“Uma vez, cheguei numa casa e vi as meninas-moças correndo nos canaviais; chamei a velhinha e disse: «Diga às meninas, suas filhas, para que venham assistir às orações, que o pai delas está para morrer, para rezar conosco.» Ela disse: «Seu Vigário, me desculpe. Elas não podem vir não.» « Por quê?» «Elas estão desprevenidas, estão com umas roupinhas tão rasgadas, aparecendo as carnes. Elas têm vergonha de aparecer.»”²⁵⁴⁴

Muitos entrevistados se queixam de só ter tido uma roupa, o que levava a dona de casa a malabarismos para lavar e secá-la a tempo de ficar pronta para um outro dia de uso.

“A roupa? Quando comprava uma, não sabia nem da tira da outra” conta José Batista do Nascimento. *“Olhe, eu trabalhei nessa usina. Chegava em casa molhado. Não faltando com o devido respeito, me enrolava com uma coberta e a mulher lavava pra eu vestir no outro dia. Sim Sr, pra ir trabalhar de novo”*, conta, com a delicadeza de sempre, José Batista do Nascimento.

O que constitui, hoje em dia, uma façanha ocasional em lares equipados e com roupas em tecidos sintéticos, se tornava um verdadeiro sufoco nas condições de habitação dos trabalhadores, como lembra José Inácio da Silva:

“Naquele tempo, chovia seis meses inverno, seis meses verão. Agora, Virgem Maria, naquele tempos, era seis meses inverno, seis meses verão, aí eu vestia... chegava a mulher com aquela roupinha, botava ela no fumeiro, vestia aquela velhinha de domingo e depois era de manhã, bem cedo, aquela catinga de fumaça medonha não só eu como todos os parentes meus, a situação nossa era essa aí.”

“Era bicho do mato, com aquela roupinha qui vivia assim o dia todo trabalhando, se queria ir a Barreiros, no domingo. (...) A mulher lavava de noite a roupa e ele ia para a mata? Não ficava em casa,

²⁵⁴⁴ Depoimento oral fornecido em 10.07.85 a Eliana Moury Fernandez, no Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: FUNDAJ. CEHIBRA.

fazia fogo em casa, enxugava aquela roupa no fogo para poder botar a mesma roupa para ir pra feira em Barreiros. A roupa era de saco. Muitos era de saco, até algum que tinha um caprichozinho. Alguns. A maioria assim. A vida não era fácil não. Que nem hoje, não. Hoje é mais fácil. Nos estamos no céu, abaixo de Deus. Tudo era feio. Pra todo mundo. Tinha mais caprichoso, mas tinha muito, a maioria, fazia pena.”

Amaro Pedro dos Santos

Roupa rasgada, remendada

Obviamente, a situação de falta de recursos para renovar as vestimentas, num ambiente em que elas eram submetidas aos rigores de trabalhos pesados e com riscos inerentes ao uso de ferramentas afiadas fazia com que seu estado se deteriorasse rapidamente. “*A roupa, quando eu comprava uma roupa, a outra não tinha mais nada, tinha somente as tira*”, descreve José de Andrade.

Antes dessa fase final da troca definitiva, a questão dos consertos envolvia, segundo os trabalhadores, outras dimensões, além da própria completude, por assim dizer, da peça de vestuário. O fato de ser obrigado pelas circunstâncias a vesti-la comportava algo de triste senão vergonhoso que faz Odilon Caetano da Silva gaguejar quando lembra: “*Não, não... não existia dinheiro para comprar roupa. O povo vivia todo... andava todo com a roupa toda remendada.*” Certa distinção parece se instaurar entre aqueles que são submetidos ao uso de tais roupas e os demais, exceção à regra:

“Todos não tinham roupas, como têm agora. Tinha gente que andava todo arremedado, com calça rasgada. Mas tinha outros com sua roupa inteira”, especifica José Amaro dos Santos.

Contrariamente a outros âmbitos culturais, se nunca fora razão de orgulho, propriamente, o uso de roupas remendadas para o trabalho era corriqueiro e quase normal, até mesmo porque se preservava assim as roupas “inteiras” para usos mais cerimoniais. Mas com a penúria vigente nas populações canavieiras que não dispunham de trocas de roupa, e talvez em virtude também de uma certa escala de valor mais exigente deste ponto de vista, o fato de usar roupas remendadas era tido como limitativo:

“A roupa era uma roupa ruim, não podia sair, viu.. Era, viu. A roupa velha, toda roupa, rasgado, era remendada, era... Era muito ruim”, sentencia Francisco Zalatiel Ferreira.

Daí talvez a preocupação e o conhecimento – surpreendente sob outros céus na boca predominantemente de homens – sobre as fazendas. Sua solidez, ou melhor dizer, no caso, sua “fraqueza” segundo a terminologia que usam, tinha conseqüências relevantes. Falando das diversas qualidades de tecido que costumavam comprar para fazer roupas, José de Andrade lamenta: “Era os melhor que tinha. Vestia, não passava dois mês se rasgava. Aí ia pra uma feira com aquela roupa rasgada. E eu trabalhava, chegava em casa, muitas vez chegava em casa e não tinha uma roupa pra vestir, eu vestia um saco. Acredita? É.” Sua indignação mostra também o quanto, de certo modo, essa época parece-lhe ainda mais revoltante, pelo contraste com o

presente ainda que pobre. A distância percorrida é tão grande, embora insuficiente, que se dá a licença de aceitar a surpresa, quíça a dúvida ou descrença do interlocutor.

Orgulho em andar com roupas não remendadas

A contrário, conseguir usar roupas sem remendos era um objetivo, para alguns, uma forma de orgulho que transparece, por exemplo, na resposta de José Amaro dos Santos:

“E assim nós andávamos todos. Não andava arremedado, não. Eu mesmo, graças a Deus, não andava arremedado não. Eu trabalhava. Toda a vida, eu fui chegado ao serviço para trabalhar, pra ser e ter aquele prazer de ganhar muito. Ai pra todo canto que me chamava, eu tinha minha roupa, meu sapato. Tinha minha roupa completa de paletô e sapato, chapéu, gravata”.

Sua façanha é tão rara quanto sua insistência, talvez um pouco vaidosa, no assunto: *“Eu tinha cuidado de trabalhar, para não andar rasgado, nem remendado. Às vezes minha mãe dizia a mim: você, meu filho, essa calça sua dá pra trabalhar. Vou botar um remendo. Eu só trabalhava com ela um dia, dois e deixava pra lá, graças a Deus.”* Distinção então, associada repetidamente com a quantidade maior de trabalho indispensável para mantê-la.

“As roupas eram de alvorada, mas também tinha o caqui. Quando chegava assim tempo de festa, o pessoal se prevenia pra poder se apresentar e comprar uma roupinha melhor. Tinha um bem branco.” Manoel José Alexandre .

Troca de roupa

“A roupa era mais fácil!” compara Amaro Carneiro da Silva que acabou de relatar a impossibilidade de adquirir uma cama. *“Uma roupinha fraca, de uns paninhos mais fracos, mas sempre tinha suas duas roupas, mode de mudar.”* José Inácio da Silva lembra dos cuidados da família que não só lhe garantia uma troca de roupa, como dispensava o uso de camisa de saco.

“A roupa era meia grosseira, viu, meia grosseira. Eu mesmo nunca vestiu não, viu, mas lá, a gente só vestia saco. Agora, eu vestia um tal de tecido popular que era uma camisinha de listra assim. A minha vó comprava um metro pra mim, por mil e duzentos... Minha vó comprava um metro de pano, tecido popular, fazia uma calça. Outro ia uma camisa e vestia aquela roupinha. Agora ficava outra roupinha velha pra gente mudar de noite, quando chegasse de noite.” José Inácio da Silva.

Todavia não é esse o testemunho dos demais canavieiros como Maria Severina da Silva. Ela revela ainda as dificuldades redobradas que as mulheres enfrentavam para tentar manter limpas as vestimentas que deviam garantir-lhe decência e respeito, numa situação econômica em que até mesmo o mais básico dos produtos de higiene e limpeza era negado:

“Olhe, a roupa, a roupa só vindo de vê, viu? A roupa, tinha gente que ainda tinha uma pareinha pra trabalhar, e tinha uma pra ir uma feira, uma viagem. E tinha muitos que era com aquela roupazinha mermo que trabalhava. Eu mermo, eu e muitos, que a roupa que a gente trabalhava, quando era no sábado, se tivesse algum restinho de dinheiro que sobrasse da venda pra receber, lavava aquela roupa, quando era... dava um aleito, botava no corpo e ia-se embora trabalhar, ia-se embora, saía. Toda remendada, encardida, não tinha o sabão, era um pedacinho de sabão pra passar a semana lavando.” E conclui, peremptoriamente: *“Não tinha muda!”*

“Camisa de mijão”, “Camisão”, “Gibão”

“Minha roupa era qualquer uma, dentro de casa só era com as calcinhas curtas, qualquer roupa.” conta Generino Luis da Silva. Mas sua experiência parece excepcional. Muitos entrevistados falam de uma vestimenta diferente *“As roupas de antigamente eu me lembro muito*

que eu vesti muito timão. Já grande, com 7 anos, vestidinho timão. E muitos eu vi, vestindo também camisa de saco”, conta Inácio Antão Dias.

“A roupa, sabe, era aquele paninho de dez toim, vendia o povo por metro, pronto. Eu mesmo... vesti muita, vesti, vesti muita tanga, somente vestido como se fosse uma menina.

[Como se fosse uma menina?] Como se fosse uma menina. Fazia aquela tanga, botava uma carreira de botão na frente, já estava vestido como se fosse uma menina.

[E era comum aqui fazer assim, né?] Era comum. A gente se unem, misturado assim, não conhecia se era menina ou menino. Só conhecia por causa do cabelo que era cortado, somente, somente, mais nada. E eu me lembro de tudo isso.”

Severino Barros Lima

“A roupa, meu pai encomendava nas vendas. Aqueles sacos de açúcar e de feijão encomendado pra minha mãe fazer aquela camisa de mijão pra gente.

[Camisa de mijão?] Era, sim Sr. Umas camisas de mijão e não era calcinha, não. Era camisa de mijão pra gente vestir. Eu com uns 9 anos, com 8 anos, ainda vestia aquelas camisas... O meu pai com aquelas camisas de mijão. Tudo de saco, tudo de saco; não existia essas roupas como essas que se veste hoje, não. Tudo de saco.”

Eugênio Benvindo M. Freitas

Rindo, Manuel Bernardo Alves conta: “Mãe fazia pra os menino uns timão cumprido; uns timão; a camisa dos menino. Era um camisão. Tudo de um tipo só. Não tinha nada separado de calça e camisa, não. Era um timão só.” José João da Silva usa outro termo para designá-lo: “Mas naquele tempo que nós era menino, nós usava gibão”, complementando a seguir com risos: “Era, uma camisa compridona, aí debaixo era nu, né?” Faz questão de sublinhar: “[n]aquele tempo. Agora não, que agora todo mundo veste calça, né?”

O tempo durante o qual os meninos usavam o camisão varia de acordo com o testemunho. Antônio Virgínio da Silva parece mais ressentido do que seus confrades por ter sido obrigado a usar uma vestimenta que se acordam em achar risível:

“Roupa da gente naquela época, até 4 anos ou não sabia o que era roupa. A roupa da gente que morava lá por aqueles engenhos era uma camisola que nem uma mulher, batia no joelho. Era a roupa da gente que a gente tinha direito. A mãe da gente não fazia nem calça, nem calção nem... nem... Era, as mães dos meninos fazia aquelas camisola que nem... que nem... uma... uma... coisa de mulher descansar. Era a roupa dos meninos era esse. Só esses meninos de 10 anos que, de 8 anos por diante que trabalhava.”

Todos concordam: assim que o garoto trabalhava no eito, ele ganhava roupa de adulto. Mas, graduando para a calça nem sempre o deixava a salvo da gozação:

“Morei ali em Diamante eu pastorava boi pra trabalhar aí me lembro que minha mãe fez um calção pra mim de pano de rede para eu trabalhar aí botaram até um apelido em meu calção baiana. (risos) Quando eu cheguei pra trabalhar com essa roupa e botaram o apelido em mim de calça baiana né.”

Anísio Francisco da Silva.

Comprava/não comprava

Como para qualquer outra população citadina, o uso de roupa, até mesmo de saco, é condicionada à capacidade financeira. Vale salientar que até entre os mais pobres camponeses do Sertão, também moradores não proprietários de suas terras e igualmente sujeitos às mazelas da opressão, exploração e insegurança que tal estatuto acarreta, a possibilidade de plantar algodão, a arte de fiar e tecer mantida pelas mulheres, ao lado de seus outros afazeres produtivos

e domésticos, não tornava tão dramática a situação quanto na Zona da Mata. Novamente é importante sublinhar o contraste entre terras tidas como castigadas (pela seca etc.) e a região mais privilegiada do Estado, onde, no entanto, reinavam as condições mais dramáticas do ponto de vista social, mas talvez seria mais justo falar em simples humanidade: *“As roupa era desmantelada demais”*, lembra José Pascoal de Figueiredo

“Era... muita gente era camisa de saco. (...) E quando eu cheguei no engenho, o povo não tinha camisa, só era uma tanga amarrada na cintura, que eles não podia comprar. Porque o dinheiro não dava, aí depois usaram uma mescla popular. Era mil e duzentos o metro, foi chamar de um cimento armado, nós começamos a comprar aquela roupinha.”

Além dos sacos de açúcar ou farinha, adquiridos como a estopa, no barracão, ou seja entrando no sistema de endividamento permanente ou quase dos trabalhadores rurais junto ao armazém da empresa, a compra de qualquer roupa ou tecido só podia ser efetuada mediante o comprometimento de uma das poucas reservas econômicas passíveis de serem transformadas em dinheiro, a saber geralmente um animal: *“Comprar, o dinheiro não tinha pra ir comprar muito é... roupa. Ele só pegava apurar dinheiro quando... quando era um filho que às vez criava uma cabra, a mulher criasse, se pudesse criar, e nem é todos que criava. Então eles compravam.”* A soma dos condicionantes é considerável e as hesitações de Manoel dos Santos da Silva para estabelecer precisamente as chances realistas disso ocorrer são eloqüentes quanto à dificuldade de realizar o que redundava quase em façanha: conseguir, se puder (se for autorizado, se tiver condições econômicas e disponibilidade de força de trabalho competente) e finalmente se o bicho prosperar, engordar para alcançar o estado de se transformar em mercadoria e, mais ainda, se encontrar cliente solvável. Manoel dos Santos da Silva admira a capacidade extraordinária dos pais e mães de família para conseguir, nessas condições, vestir suas proles:

“Pra melhor lhe dizer: eu não sei nem como é que eles vestia. Eles se vestia com uma roupa tão fraca. E, às vez, com uns 6 filho, 8, mais, e ainda eles sabia fazer aquela economia pra comprar ainda a roupinha pra cobrir o corpo.”

A mesma expressão é utilizada por Generino Luis da Silva: *“Fazia economia, vendia um bicho, uma coisa e comprava uma farda de roupa, né? E a roupa... eu mesmo usei muito camisa de saco.”* O empreendimento de manter a família decentemente coberta, o que nem sempre era possível, segundo o testemunho do Pe Crespo, consumia uma quantidade extraordinária de trabalho e energia por parte dos canavieiros, cristalizada ou não numa reserva de dinheiro como um animal. Às vezes não iam para a igreja porque não tinham roupa suficiente.

“A roupa era mais difícil. Era. Era mais difícil porque, o Sr sabe, família grande, né. Aí a gente... a roupa era mais difícil. Roupa, calçado, tudo, essas coisas, era mais difícil.” Severina Benvinda.

A reiteração pela trabalhadora da palavra “difícil” talvez forneça uma pequena idéia da dimensão do obstáculo que havia em satisfazer uma necessidade tão básica quanto vestimentas para uma família de trabalhadores onde, no entanto, todos, desde as crianças, contribuíam ativamente para não apenas seu próprio sustento, como a grandeza da economia açucareira.

“A roupa era fraca, era linho, e às vez, ninguém podia vestir porque pra o camarada comprar, né? Era barato, mas o que se ganhava não dava. Não era caro, não! Mas o camarada não podia.”

Severino Sebastião Santana manifesta uma clara consciência da situação econômica em que se encontrava em relação aos preços praticados no mercado. Ele compara talvez, embora implicitamente, com o poder aquisitivo do qual gozam agora, ou do qual passaram a gozar (por curto tempo) após o Acordo do Campo, ou então - o que será mais evidente em outros assunto - com o dos seus contemporâneos imediatos vizinhos, os operários das indústrias açucareiras, e (em menor número) dos empregados das ferrovias. Portanto, ele não se limita a avaliar um bem, digamos um tecido, em função de sua própria capacidade – na época – de adquiri-lo ou não – mas considera o âmbito maior, que torna sua própria posição tanto mais insuportável objetiva e subjetivamente. A hesitação aparente na descrição pode expressar um pudor de falar.

“Era de... de... era de pano. Era um pano de... de... que a gente botava assim, olhe, aquele ragaço de pano. Ninguém tinha direito de vestir uma roupa boa, não.” Antônio Virgínio da Silva.

O papel dos empregadores

Na visão dourada da morada, os empregadores fariam prova de sua generosidade e preocupação para com o bem-estar de seus dependentes ao cuidar não apenas de sua moradia e alimentação ou saúde, mas também do vestuário. Não há testemunho algum nesse sentido em todas as entrevistas. Ao contrário, os poucos que mencionam sequer alguma peculiaridade, além de negar que o patrão desse qualquer coisa, o fazem jogando uma luz, às vezes, surpreendente. Assim, Rosendo Vicente de Sales, testemunha que a prática podia até existir, mas não onde ele trabalhava: *“Não tinha isto não. Era engenho particular. Se fazia em engenho de usina.”* Contradizendo a visão idealizada da vida nos engenhos sob a tutela paternalista benevolente dos senhores de engenho, os entrevistados fornecem assim sua própria perspectiva sobre uma experiência obviamente traumática, onde o proprietário era apenas um empregador que praticava salários insuficientes, donde os inúmeros problemas que os trabalhadores haviam de resolver, gastando recursos indispensáveis em outras áreas, como a alimentação, para poder minimamente satisfazer a essa exigência social tão elementar de decência.

Comprar tecido quando se mora num engenho afastado dos âmbitos citadinos onde ocorriam as feiras tornava-se um problema suplementar. Toda a ajuda dos proprietários da plantação, no caso, se resumia à de intermediário, não de doador. *“A roupa era um problema, viu. Sinceramente a roupa era um problema. Era longe demais. Na época o transporte era difícil.”* Antônio Maurício Domingo. Nesse caso, para alguns ao menos, o empresário ou seus prepostos podiam trazer roupas ou tecidos, como traziam outras mercadorias. Intermediário também, e não patrocinador, quando os próprios trabalhadores tinham a faculdade de se deslocarem até a cidade para suas compras, como José Pereira de Lima:

“As roupa, na época do inverno, aí o patrão dava uma ordem a gente pra gente comprar lá em Ferreiro, uma loja de um cidadão. A gente comprava aqueles algodão do Rio. Isso ficava com 12, 20 quilo, do peso. Camisa de saco ele fazia roupa.”

A sujeição ao patrão tornava qualquer operação tão simples quando um pedido de adiantamento para um propósito tão nobre quanto *“limpar a cana dele”*, uma provação. Pois, o bel prazer do plantador, sua disposição mais do que sua disponibilidade de recursos sentenciam o pedido. *“Quando ele estava, com licença da palavra, a gente ia lá tomar um dinheiro a ele pra comprar uma camisa, ele emprestava. E quando ele não estava, ele dizia que não tinha dinheiro, não. Podia voltar pra trás.”* A dependência continuava, pois no sistema de plantação da zona canavieira de Pernambuco, os trabalhadores agrícolas estavam confinados ao maior grau de sujeição num sistema não escravista. Privados da oportunidade física ou financeira de ir comprar tecidos à feira ou num armazém citadino, eles eram obrigados a recorrer mais uma vez ao barracão monopolista de fato. *“Aí a gente ia no barracão, às vez comprava um saco. A mulher, assim que chegasse em casa, fazia uma camisa.”* Brincando, José Pereira de Lima continua se queixando do desconforto de vestimentas no entanto preciosas: *“Mas também quando melhorava, era uns 10 quilo o peso da camisa. Eu vesti muita.”*

O único entrevistado cujo testemunho corresponderia, no sentido mais estritamente transacional ao que a lenda dourada da morada prega, viveu uma experiência singular. Por ter ficado sem pai e com a mãe doente, a família de Antônio Maurício Domingo sobreviveu de “favor” na casa grande, embora isso significasse de qualquer modo o trabalho não remunerado dos jovens membros. Ele explica: *“Roupa como quem era filiado assim, nos engenhos, aí comprava os senhores-de-engenho trazia roupa.”* As modalidades não eram de doação, mas de troca, ou seja o objeto era, strito sensu, uma remuneração *in natura* pelo trabalho realizado:

“Foi um momento que chegou o período das minhas irmãs trabalhar na casa grande. Então trazia o que chamava de cabidelas, aquelas roupas cabidelas e chegava em mamãe, pegava uma agulha, né, de uma roupa fazia duas, três... Não, é roupa que já usou, usada que o pessoal da casa grande doava, que as meninas trabalhavam lá, trabalhavam de graça. Ele e as meninas trabalhavam de graça pra casa grande, então trazia aquelas roupas. Chegava em casa, mamãe pegava uma blusa emprestada, aí desmanchava uma roupa e fazia três pro trabalho. É pro trabalho mesmo.”

Como será novamente evocado a respeito da terra cedida pelo proprietário aos empregados da plantação, essa questão da remuneração *in natura* merece algumas considerações teóricas, apenas para situar sua especificidade. Muito já se escreveu a respeito do que significaria uma menor ou maior presença da economia “natural” dentro de uma monetária. Basta lembrar, por exemplo, que certos autores atribuem ao crescimento do uso de pagamentos (seja de impostos, seja de remuneração ou nas transações particulares) de bens em vez de espécies o sentido de marca da mudança da Antiguidade para o sombrio parêntese da Idade Média. Seria um marco da feudalidade, segundo William Bark na sua obra notável *Origens da*

*Idade Média.*²⁵⁴⁵ Citar um medievalista não está fora de propósito, na medida em que é precisamente esse tipo de característica nas relações de trabalho que permitiu a diversos autores reconhecê-las como pré-capitalistas, inclusive ‘feudais’.²⁵⁴⁶ Continuando o raciocínio, Marc Bloch chamou a atenção para a necessidade de ser atento à natureza (sem jogo de palavras) da transação mais do que nas formas. Isto é, o fato de não usar dinheiro não o elimina como medida (M. Bloch usa o termo “étalon”). Portanto, ao serem pagas com roupas usadas, as irmãs de Antônio Maurício não deixavam de serem assalariadas, embora seu salário não passasse da comida que lhes era atribuída na casa grande e de roupas usadas. Pode se dizer, portanto que, de um lado, o empregador não doava nada, e do outro, que o salário das moças era tão pequeno que equivalia apenas, além da alimentação, a algumas roupas usadas, de vez em quando.

“Na loja. Ai... aparecia mascate vendendo, às vez, né? Algum. Mas sempre se comprava na rua mermo, né? Às vez, gente aparecia para levar aquele... aqueles tabuleiro, aí eles ia pelos engenho. Não era todos, né? Mas muitos comprava, e muitos comprava. Olhe, usava um pano pro caba trabalhar com ele, de tecido azul, pois esse eu mermo fazia uma calça dele; eu gostava de calça e camisa. Agora a camisa mais fina, e a calça mais forte, que a calça ela aguentava mais ripuxo. Mas durava quase um ano, porque é tecido, um tecido bem tecido, né? Ai aguentava serviço. A camisa também passava um tempo, porque a camisa também não aguentava muito, agora por quê? Trabalhava, mas quer dizer que não era que nem a calça vive dentro dos mato, quer dizer que era quem tinha de rasgar mais perto. Mas passava o tempo todinho. Comprava sabe como um metro desse pano? Era 2 mil Réis... dois mil Réis, 1500, 10 tões. eu comprei linho... linho de 6 tões, 6 tões o linho pra fazer camisa. Trabalhava o tempo todo com uma camisinha de linho, seis tões um linhozinho fininho, mas bem tecido, né? A calça, a camisa, quer dizer, quantos dia de serviço? A camisa, ochent! Comprava de 1200, 10 tões o metro. Fazia uma camisa, ochent! Passava o tempo todo. O senhor de engenho, ele emprestava dinheiro a esse povo mais fraco. Ele emprestava dinheiro pra o caba comprar roupa. No de Trapuá, emprestava. Ai ele emprestava 10 mil Réis pra o caba comprar. O caba comprava uma calça e uma camisa por 7 mil-réis, por 8 o pano. Ai mandava costurar. Uma calça e uma camisa, puxava por 3 mil-réis, 3 e 500. A costureira costurava com a linha dela, com o botão, com tudo, né? Por quanto? Três mil-réis, agora 3 mil-réis naquele tempo, quer dizer que dava... demorava o caba arranjar os 3 mil-réis, né? Ele emprestava os 10 mil-réis.” José Peagentino dos Santos.

“[E a roupa?] A roupa era muito fraca, viu!
[Era fraca?] Hoje todo mundo é rico, porque todo mundo tem roupa. Mas naquele tempo, ninguém tinha roupa, não. [riso tímido].
[Não tinha nem roupa? Tinha?] E o salário dava para comprar nada!
[Não dava não?] Não Sr.
[A usina não dava roupa?] A usina dava roupa nada! Ela tinha vontade de tirar mais o que tinha.
[Não dava tecido para fazer também, não? Natal, Ano Novo, essas coisas?] Isso não dava... Era uma raridade dar uma roupa, era as crianças, a gente velha não. As crianças ainda ganhavam uma roupinha pelo Natal, e o adulto, acabou-se.”
 Abílio Luís Ferreira
“[E roupa?] Tudo era porcaria também.
[Era de que a roupa?] Camisa de saco.
[Roupa de saco?] Era, lençol para se cobrir era de saco.
[De saco?] Cama de vara. A gente só veio vestido só de 63 pra cá.”
 Miguel José de Oliveira
“[Mas naquela época era de estopa?] Naquela época o desejo dele era a gente usar uma roupa de estopa.

²⁵⁴⁵ Bark detecta na economia mista (monetária e natural) do Ocidente, junto com outros fatores, uma das características senão causas do declínio desse. BARK, William Carroll, *Origens da Idade Média*. Op. cit., p. 77-78.

²⁵⁴⁶ Ver acima III. 2. 2. A Tese Feudal: o morador como servo.

[Sim, e vocês usava de quê?] *Mesca, uma mescazinha; o caque. Era a maior roupa, naquela época, usada era essa, mas se usava.*”
Pedro Porfirio Domingo

“As roupa era de algodão. De algodão. Depois apareceu lim, e a gente fizemos uma porção de roupa de lim! E ficou, e agora é essas que tá passando agora.” Antônio Joaquim dos Santos.

A opinião que os trabalhadores têm dos patrões, a esse como a outros respeitos, não é lisonjeira:

“A roupa naquela época era roupa de mesca. Também era a maior roupa usada naquele tempo, né? Agora fugiu, agora a coisa, a roupa toda hoje é mais conservada. Até os próprio patrão acha ruim, que naquela época eles achava bom porque muitos deles desejava a pessoa fazer uma roupa de estopa, porque eles fica com raiva, e mermo assim eles ficava usando. Estava usando uma roupa igual a ele, hoje.” José Honorato dos Santos.

“Aqueles saco de farinha do reino, fazia a roupa, né? Vestiam né? Pra trabalhar e tudo. Não existe mais hoje. Hoje tudo é fazenda é boa e tal, né?” Luis Batista do Nascimento.

“Ah! O veste! O veste... o veste era quase descoberto. Hoje em dia a roupa que tem hoje em dia é porque até o... mudou o veste, mas o que aparece não paga nem o veste e o custo, que ninguém podia fazer. Foi a melhorzinha que eu vi, que antigamente o veste não era que nem o de agora.” José Damião da Silva.

“A roupa era fraquinha também... Era! Como hoje, né. Hoje também existe muita roupa fraca. Compra melhor quem pode, quem não pode veste a fraquinha mesmo”, julga Antônio Ambrósio dos Santos, sem ilusões. *“É, roupinha fraca, era sim Sr”,* concorda José Francisco da Silva.

“Eu acho que tá [melhor] do que era muito! Porque nós não tinha direito calçar uma fivela. Menino 12 ano, 10, não tinha direito calçar uma fivela, ia com os pés no chão. O pano era do pior que tinha... o pano do pior que tinha. Às vez, meu pai arrumava dinheiro, nós nu. Chegava, comprava dois saco, mandava fazer umas camisa de saco, mandava botar na tinta, pra limpar a cana dele. Ah! Isso aconteceu comigo muitas vez. E aí continuava, e o caba não tinha direito a reclamar, não; reclamar não, trabalhar, tinha que trabalhar mermo. A obrigação era certa, tinha que dá mermo. O senhor dava os cinco dia dele, aconteceu lá, que eu vi lá: O caba trabalhou cinco dia, mas o dinheiro preso no barracão. O dia de serviço por 10 mil Réi preso no barracão, 30 mil Réi de serviço preso, mas era preso no barracão, né? O barraqueiro comia o dinheiro. Pra ele fazer uma coisinha em casa, mas ele não tinha em que se pegar. (...) Aí continuava, continuava, continuava... e hoje, graças a Deus, depois do salário, nós temos uma certa liberdade, né?” José Francisco Paiva.

IV. 1. 5. Religião e lazer

1.5.1 A liberdade de religião

“A propos de certains phénomènes de résistance autochtone, où des fidélités et survivances païennes se dissimulaient sous un marque chrétien, j’avais été amené à évoquer, para analogie, une sorte de “marranisme” indien.”

Nathan Wachtel²⁵⁴⁷

“Os trabalhadores do campo constituem uma classe à margem da vida social. Vivem do trabalho mas não sabem desfrutar das vantagens e dos benefícios do seu trabalho. Em benefício desta classe laboriosa, quase nada foi ainda feito pelos poderes públicos. (...) O que os parocos realizam junto a essa gente deve ser encarado não apenas sob o lado espiritual, o que na realidade é o principal, mas também sob o seu aspecto social, cuja importância ainda está por ser devidamente aquilatada. As visitas mensais ou trimestrais constituem fato marcante na vida destas pequenas comunidades. A missa numa destas capelas de engenho é uma pequena festa.”

²⁵⁴⁷ WACHTEL, Nathan. *La foi du souvenir. Labyrinthes marranes*. Op. cit., p. 29.

Os entrevistados mencionam inicialmente uma total liberdade religiosa, geralmente formulada na forma negativa: “*Eles não se importava, não.*” João Francisco dos Santos. “*Nesse tempo não tinha religião não.*” Joaquim Pedro da Silva. “*Católico nunca teve problema não,*” afirma Anísio Francisco da Silva. Severino Barros Lima considera que era um monopólio estabelecido: “*Religião, só tinha o catolicismo mesmo.*” “*Era tudo católico, só existia a igreja, a igreja, essa igreja comum, de Deus mesmo*”, concorda Eugênio Benvindo M. Freitas, simplesmente. Mas, como foi amplamente reconhecido, não era a dedicação do clero que encorajava os trabalhadores e suas famílias a permanecerem na igreja.²⁵⁴⁹

“[Tinha um padre?] *Tinha não, só tinha a vez a missa na usina, na usina era sempre aí.*
[Mas, vocês não tinha contato com o padre?] *Não tinha não.*”
Anísio Francisco da Silva.

Quando perguntados especificamente sobre confissões protestantes ou cultos afro-brasileiros, os entrevistados expressam a reticência ou mesmo proibição patronal frente a dissidências teológicas nas sua plantações, apelando para a força pública.

“*Não tinha muita, não liberdade de religião não, que a religião evangélica era travada um pouco. Depois que eles botaram a polícia para prender os crentes, a polícia chegou lá e não teve como entrar na igreja, voltou. Aí, de lá prá cá, foi que libertaram os crentes pregar... o evangelho.*” José Antônio de Lima.

Obviamente, os trabalhadores de confissão reformada são sensíveis a esse tipo de situação:

“*Mas da Igreja católica, toda vida teve, senhor. Desde os princípios que tem lei de crente, mas era tudo por debaixo dos panos, era meio escondido.*” Amaro Rosendo Fagundes.

Proibidas nos engenhos, as manifestações religiosas não-católicas tinham mais possibilidades de serem praticadas nas cidades. “*O negócio de crente só era lá pelas ruas*” afirma José Francisco dos Santos que, no entanto, revela filiações secretas: “*Mas, se fazia! Até na minha casa morava um (crente).*” “*Era um bicho. Era um bicho. Falasse em religião! Misericórdia!*” exclama-se José Batista do Nascimento. As situações locais eram variadas:²⁵⁵⁰ alguns engenhos proibiam

²⁵⁴⁸ “Apostolado nos meios rurais”. DP 04.10.49.

²⁵⁴⁹ A Usina Catende, segundo o Bispo de Garanhuns, Dom Mário de Miranda Villas-Boas, “realiza os postulados das encíclicas sociais de Leão XIII e Pio XI”. DP 07.11.41. Insiste-se muito na “*assistência religiosa*” e no número de “*comungantes [que] atingiu a 4 mil*”. Ela manteve uma presença constante na imprensa, mostrando sua fidelidade aos princípios varguistas de cuidados para com seus empregados. Essas realizações são apresentadas como se fosse numa vitrine, ao longo dos decênios. Nunca se passa muitos meses sem uma visita ilustre – utilizando o trem tornado famoso – autoridades se oferecendo aos fotógrafos na frente do lactário, da escola ou da sede dos escoteiros “*órfãos, filhos de operários e trabalhadores rurais*” criado em 1936. JC 28.10. 1962.

²⁵⁵⁰ Julião relata: “*Não bebiam, não fumavam e só tinham uma família, então os camponeses se interessavam em que os protestantes fossem presidentes e secretários das Ligas porque tinham orgulho de saber que seu presidente não se embriagava, embora eles tivessem várias famílias e se embriagassem. Tinham orgulho de saber que seu presidente era um homem sério.*” JULIÃO, Francisco. “Um Pau-de-Arara no exílio - Julião”. Apud BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Op. cit., p. 70.

ativamente, outros não, explica José Francisco da Silva.²⁵⁵¹ Acostumados à pluralidade atual, José Honorato dos Santos enfatiza as distinções, lembrando como a situação mudou.

*“Todo era religioso de uma parte, outros de outra parte. Uns eram da igreja romana, outros da igreja batista, outros da Assembléia de Deus, outros eram Pentecostais, era assim. Toda vida houve crente, agora era menos do que agora.”*²⁵⁵²

“Em crente era que falava menos, mas em padre se gostava mais de falar.” José Severo da Silva e Inácio Antão Dias concordam. Amaro Carneiro da Silva atribui a intolerância ao desconhecimento da lei: *“Naquele tempo não porque as leis, tinha pouco conhecimento, agora tem mais liberdade hoje, porque tá mais conhecido.”* A tolerância de certos empregadores em relação ao protestantismo parecia interesseira. *“Pelo menos essa família dos Bandeira, eles diziam assim: se todo morador fosse crente, pra eles era melhor.”* A única restrição, diz Inácio Antão Dias, era que a pregação não interferisse com o trabalho:²⁵⁵³ *“A gente, os crentes, têm as religiões. Agora eles não gostaram que chegasse e parasse os trabalhadores e fossem ali doutrinar parte de evangelho não. Agora aonde quisesse fazer uma congregação, ele mandava fazer.”* Outros entrevistados têm uma concepção diferenciada da situação de liberdade religiosa:

“Era livre, era livre Essa tinha demais! Existia demais. Ah! Essa era livre. A católica era livre. As outras eram privadas.” José Antônio de Lima.

Quanto aos cultos afro-brasileiros, a tolerância era nula: todos concordam com José Francisco dos Santos *“se fosse catimbozeiro, se acabava no pau.”* José Inácio da Silva confirma: *“Era proibido. Quando a polícia via não queria não.”*

“Era respeitada o que! Era chibata também.[Era chibata?] Era chibata pros negros, era chibata, não tinha religião. [Não tinha religião não?] Era pra trabalhar.” José Honorato dos Santos.

Novamente, o ambiente urbano parece ter sido mais acolhedor e tolerante para expressões religiosas diversas: *“No engenho não tinha não. Era nas ruas.”* Inácio Antão Dias.

Se ele gosta de um xangô, mas um xangô, se bater um xangô nos engenho, o caba vai andar uma légua pra ir um xangô! Uma missa, vai de tempos em tempos, porque também é longe, pra sair daquele mundo pra vim uma missa aqui, né? Agora o carnaval é liberto, porque é três dia pra o caba fazer o que entende, né? Mas, sobre a essas outras coisa, quer dizer que ele, nenhum não empatava, não, porque ele não podia empatar, né? Quer dizer que era livre, né? Agora o caba que gosta de um xangô, tá certo, ele passava e... se botava um xangô lá, ochent! O caba vai andar uma légua pra ir atrás de um xangô?” José Peagentino dos Santos.

“Não, naquela epoca, os que eram catimbozeiros eram lá pra aqueles recantos, e o camarada ia lá se quisesse ir.” Antônio Virgínio da Silva.

“Não rapaz o protestante, o que se diz crente era muito perseguido né, era perseguido, quando era chamado pra fazer um culto era muito difícil né esse negócio de espiritista, esse era, era um negócio meio ruim. O cabra de vez enquanto estava, eu ainda cheguei, ainda cheguei dá em ninguém não mas

²⁵⁵¹ Interessante notar que na festa em homenagem ao governador do Estado, organizada pela Liga Camponesa da Galiléia, era prevista uma missa, mas o padre faltou. *“Realizou-se porém um culto protestante, tendo o pastor se referido ao Sr. Francisco Julião como o «redentor dos camponeses» e atacado severamente os «latifundiários».”* *“Festa camponesa: 5 horas de discursos e 4.500 churrascos”*. DP 16.02.60, p. 3.

²⁵⁵² Vários entrevistados sublinham o aumento da população crente, particularmente Cassiano José de Sena e Severino Sebastião Santana.

²⁵⁵³ A mesma preocupação anima a repressão à expressão de misticismo, até mesmo católico.

ainda fui uma vez. Tinha lá um camarada que dizem que ele era o que chama catimbozeiro. Aí se juntou lá o vigia. Nesse tempo eu era mestre de cambito do engenho mas como era pra fazer, era pra fazer né me chamou pra eu ir pra dizer que ia ser ruim. Fui embora. O cabra saiu na frente os dois vigias, cada um com um rifle, cipó, pau e eu também atrás. O que vou fazer? Vou ficar, fico por trás até quando chegou lá o cabra parece que avisaram a ele eu não sei como foi não conseguiram pegar ele lá com as coisas trabalhando não, mais era pau.” Anísio Francisco da Silva .

O preconceito patronal era tão forte que até mesmo no contrato-padrão dos anos 60, aconselhado pelas autoridades, embora suscitando a oposição dos movimentos sociais, o morador devia se comprometer religiosamente no artigo “7. O morador não poderá consentir na prática, em sua casa, do baixo-espiritismo ou feitiçaria, ficando-lhe assegurada, quanto ao mais sua inteira liberdade de crença religiosa.”²⁵⁵⁴ Esse, como os demais artigos, em caso de desrespeito, permitia ao plantador a expulsão do morador por justa causa.

“Tinha muito senhor-de-engenho que se o caba batesse um xangô na terra dele, ele botava pra fora. Botava pra fora, era perseguido. Hoje em dia, não, eles bate aquele... aquele catimbó.” Manoel Fernando de Souza.

“Tinha lugar que nos engenho não batia xangô, não. Era empate, né? Eles não queria, não.” José Pascoal de Figueiredo.

Uma moradora de um engenho, que entrou em greve, foi descrita num relatório de polícia como sendo “S. A. catimbozeira”, que teria espalhado o “boato que até o fim do mes o deputado Julião «virá fazer a divisão das terras». Todo sábado tem macumba na sua casa até altas horas da noite. Dançam xangô mocinhas de menor, chegam a cair na sala ficando descompostas na presença da rapazeada que exulta com o que vê.”²⁵⁵⁵

1. 5. 2. As festas

“Só queria que trabalhasse; trabalhava-se e podia dançar, podia fazer qualquer coisa. Mas eles queriam que trabalhasse.”

José Amaro dos Santos.

O assunto do lazer é tão reduzido no volume dos depoimentos que as informações são mínimas. Em vez das benesses dispensadas caritativamente pelos plantadores da sacada da casa grande para os trabalhadores, há, nos depoimentos, uma ausência quase total da figura patronal²⁵⁵⁶ quanto a celebrações e festas, a não ser no campo das restrições e proibições. Apenas três trabalhadores mencionam alguma forma de participação patronal: Rosendo Vicente de Sales fala de um casal de plantadores que “no Natal, eles pegavam o nome dos meninos tudinho e

²⁵⁵⁴ Contrato-tipo impresso que as autoridades encorajavam os trabalhadores rurais a assinar, contra os conselhos de Julião e das Ligas Camponesas. SSP 29343, Doc. 24.

²⁵⁵⁵ SSP 29343 Doc.55-60.

²⁵⁵⁶ Na literatura, são muito valorizadas as “botadas”. Encontram-se alguns ecos de celebrações na imprensa. O início da moagem na usina Barão de Suassuna, em Escada, forneceu a oportunidade ao cônego Estaquio de Queiroz de discorrer, na missa solene, “largamente sobre as relações entre operariado e patrão, citando os benéficos ensinamentos da Rerum Novarum de Leão XIII” DP. 21.11.41. Reportagem com três fotos. Tipicamente, um trem levou convidados para admirar a vila operária, de alvenaria e com água encanada. Não é feita sequer menção dos trabalhadores rurais. Outros exemplos: “Botada da Usina Cachoeirinha Lisa”. DP 10.09.50. “Tradicional Festividade da “Botada”na Usina São João”. DP 15.11.60. A Imprensa relata raramente festividades, como “o Dia do trabalho foi comemorado na Usina Central Barreiros”, com jogo de futebol e show. DP 05.05.54. Esse tipo de notícia, mais frequente a respeito de Catende, diz respeito aos empregados administrativos e industriais apenas. Eram, pelo menos, os únicos mencionados.

mandava pano pra se vestir.”²⁵⁵⁷ Manoel José Alexandre conta: “Quando era assim, tempo de festa, matava um boi, dava a carne aos moradores era um tempozinho que não era tão desgraçado pra hoje, tinha outro que viveu sacrificado sempre ouve isso.” E Antônio Virgínio da Silva lembra: “dava a boinha, dava uma roupinha a gente” nas celebrações de fim de ano.

Os entrevistados manifestam orgulho de sua herança cultural como, por exemplo, os maracatus rurais de baque solto e baque virado que, hoje, enfeitam muitos cartazes da Empetur e outros órgãos oficiais e privados que querem “vender” uma imagem atrativa do Estado, não apenas para turistas, o propósito oficial, mas também para os próprios pernambucanos. As festas organizadas pelo engenho, ocasionavam apenas trabalho suplementar não pago.

“Agora aí festa tinha, todo ano tinha festa, porque tem cidade que tem uma festa num tempo, tem outra que tem outra festa num tempo. No engenho, o senhor-de-engenho fazia um negócio de um piquenite, quando o engenho tirava a safra. Fazia uma teia de bagaço, assim que nem um pião, que eu carreguei muito que estesava; a gente pegava um bagaço verde no virador, no engenho, que ele fazia duas teias de bagaço no meio da bagaceira, assim que nem um pião. Olhe, que nem um pião, que nem um pião, que nem um pião. Quando terminar de ida, quando fechava, ficava que nem um carrossel. Aí botava a bandeira brasileira em cima. É. Botava a bandeira brasileira em cima, e ia fazer a outra. Quando a gente terminava, a gente chegava tava morto de trabalhador porque o que pega na frente, ele puxa o de atrás. Mas o que vai atrás, vai subindo, assim que a teia de bagaço vai sendo derrampada, vai sendo derrampada, vai subindo assim, e quando o cabra chega em cima, chega abrindo a boca, e fechando. Olhe, não sei não, meu Deus. É trabalhar demais. Pra botar a bandeira, e por boniteza, né? E todo ano tinha que fazer essa duas teias de bagaço no meio da bagaceira, no engenho. Todo ano! Fazia um negócio do piquenite lá de crianças, uma coisa e outra, somente pra ver aquela teia de bagaço somente. E o cabra que trabalhou pra morrer aí... não arrumava nada não.” Eugênio Benvindo M. Freitas.

“[Os trabalhadores do escritório, da usina e do campo] reclamam a monotonia do lugar, alegando que Natal, Ano Bom e bem assim quaisquer épocas de festejos nada é feito em benefício do trabalhador apesar de um desconto efetuado para diversões.”²⁵⁵⁸

As limitações impostas pelos empregadores às festinhas que ocorriam nos engenhos são apenas mencionadas quanto à manutenção da ordem, avisa Rosendo Vicente de Sales: “O patrão dizia logo. Se o cara harengar, no outro dia não quero nem ver a cara dele.” José Peagentino dos Santos tem um tom desafiador ao afirmar: “Podia, que era liberto, né? Carnaval é uma coisa que ele não pode empatar.” No entanto: “Algumas vezes, os moradores brincavam de côco, na ciranda, no côco, mas pediam o senhor-de-engenho primeiro pra poder brincar”, precisa José Batista do Nascimento. Poucos entrevistados relatam festas ligadas à atividade principal, como a “botada” tão cantada na literatura:

“Quem fazia era o povo mesmo. Quando se acabava a moagem ele fazia aquela festa, no fim da moagem ele dava aquela bebida pro povo beber, a bebida, a comida; para enchimento de carro quando era na derradeira noite, enchimento de carro dava a cerveja, doce, bolacha, farinha, carne e mortadela. Era uma festa. Fazia aquela festa mesma e ali acabou-se, não tinha mais nada.” Rosendo Vicente de Sales.

²⁵⁵⁷ “Uma grande festa de Natal na Usina Catende”, ilustrada com 4 fotos, concurso de “robustez infantil” e presentes, em toda a página do jornal, a única menção que é feita dos trabalhadores rurais é a existência de “16 escolas rurais localizadas nos engenhos da Usina.” DP 04.12.44, p. 7.

²⁵⁵⁸ Relatório sobre entrevistas com trabalhadores do campo, da indústria e do escritório a J. M., usineiro conhecido, de 12.1.60 feito por dois investigadores da SSP. SSP 19.177. Doc.4-6.

Festa tinha geralmente o significado de bailes, oragnizados pelos próprios trabalhadores.

“Naquele tempo gostava de dançar; ficar nas festas. Dançava a noite todinha, brincando, farrava, bebia e ninguém via quase zerado.” Rosendo Vicente de Sales.

“Lá no engenho, era dança de sanfona, violão, cavaquinho, ciranda, era festa também não era. É num fim de semana, juntava aquele bocado de gente, fazia a dança, tinha tocador.” José Inácio da Silva

“Ah! sempre o povo por esses interior, por esses engenhos tinha os cabras que puxava uma sanfona, né. E o povo foi, não foi, naquele dia de sábado, domingo não tinha nada o que fazer, inventava uma dancinha em casa, se juntava aqueles amigos, aqueles camaradas do engenho mesmo e fazia aquela dancinha em casa, tomar cachaça, mas não acontecia nada!” Antônio Virgínio da Silva.

Oportunidades: festas religiosas, inclusive, eventualmente, da cidade vizinha:

“A gente ia pra festa em Itaquitinga, todo ano tinha festa de ano, festa de Natal.” José Inácio da Silva.

No entanto, só “era pra quem podia ir”, precisa Antônio Virgínio da Silva. Isto é, quem tinha a possibilidade de deslocamento, alguns tostões no bolso e roupas adequadas.

“Eu lembro que tinha uma festa lá na rua encostado onde eu moro até hoje e todo mundo queria ir pra festa, carrossel, tinha um babau, que ninguém nunca tinha visto um babau. Vamos passear, ali com Maria, com Tonho, várias Marias. Cadê o sapato? Bom mais o que é que faz. Tinha um carreiro encostado, um carreiro, espera um espetáculo, um espetáculo, carreiro era aquele homem que dirige carro de boi. Mas, chegamos na festa, era festa de São Sebastião, e o pessoal na chã tudo como vontade de ir a festa, com vontade, mas ali tem um carreiro que sabe fazer alpercatas. Ali tem um carreiro que sabe fazer alpercatas, chinelo. Ele arremedeia, quem é que vai lá, na casa do carreiro, quem vai: a gente vai, tira o pessoal e vamos mandar ele fazer umas alpercatas. Ele era jeitoso. Chegamos lá. Bom dia, bom dia. O Sr tem pneu aí? Pneu do carro do homem, do patrão, pneu já careta, ele tirava e trazia pra casa, tem dá pra o Sr fazer aí uns dois pares de alpercatas “chinelo”, ele tinha o couro, o couro de boi que morria, ele curtia dá o morador quem quiser fazer alpercatas, ele dava o couro, aí o carreiro ajeitou assim, quatro foi ou três pares.”

Antônio Maurício Domingo.

“Carnaval. Maracatu. Era. E às vez tinha um negócio de uma ciranda, fazer uma ciranda, um Côco-de-roda, né? Agora os samba que o povo fazia é o Côco-de-roda, era uma zabumba, um negócio que nem uma caixa, né? Tinha gente que fazia de pandeiro, mas de pandeiro era no tempo mais pra frente; e eu alcancei ainda o samba de pandeiro; depois pegaram esse negócio de Côco-de-roda, com zabumba, o mineiro, né? Aí balançando uma caixa, batendo; aí fazia aquela roda de gente, aquele Côco, né? Mas toda vida houve: São João, Carnaval e festa toda vida foram essas. Às vez, às vez o povo botava uma cantoria em casa, né? Chamava um cantador de viola, aí fazia aquela cantoria. Toda vida houve.”²⁵⁵⁹

José Peagentino dos Santos.

“Todo engenho tinha um bailezinho. Era, em todo canto tinha, não faltava gente, não. Os engenho era completo de morador, o pessoal não saía dos sitio pra ir pra cidade. Era muito rapaz, muita moça. Não faltava côco-de-roda, nem ciranda, nem nada. Cavalo Marinho. Tudo! Não faltava nos engenho, não, pra gente se divertir.” Manoel Fernando de Souza.

“Tinha assim, na casa de morador, nesse tempo havia sanfona, harmônica, essas coisa. O pessoal sempre fazia uma brincadeirinha, o negócio de Maracatu.” Severina Maria da Silva.

A participação dos entrevistados variava, desde os indiferentes ou comedidos como Antônio Santana da Silva: “Eu não saltava mais, mas se tivesse ciranda, essas coisas, eu brincava”; até os apaixonados:

“Agora só tinha uma coisa que eu não nego a ninguém: eu tinha uma falta comigo, todo sábado, eu levava duas pisas. Era. Bem cedinho antes de sair da rede, e outra de meio-dia pra almoçar e de noite não dava outra porque eu corria. [Risos.] Agora, porque eu não obedecia o que ele queria: Porque meu

²⁵⁵⁹ Atribuiu-se, em parte, o sucesso das Ligas Camponesas à divulgação de suas propostas por meio desses artistas.

pai não queria que eu brincasse. Eu brincava cavalo marinho. Maracatu. Eu brincava... não me lembro o nome. Ciranda. Tinha gente que vinha de lá, de perto de Nazaré. Sozinho! Naquele tempo só dava ladrão (...) mas em casa, olhe! Era pau.” José Francisco dos Santos.

As ocasiões de diversões eram tão raras que as festas religiosas eram as únicas oportunidades de festividades para romper a monotonia da vida

“Às vezes em tempo de festa, aparecia umas festinhas por lá, por os pés de pau, no mato mesmo; e o povo fazia aquela devoção, fazia uma procissão, às vezes fazia um terço; era o que tinha naquela época, era isso, somente.” Antônio Virgínio da Silva.

IV. 2. AS CONDIÇÕES DE TRABALHO

IV. 2. 1. ORGANIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E REMUNERAÇÃO DO TRABALHO

2. 1. 1. As relações com o patronato

“Era o que o patrão queria. Não era gosto do trabalhador não. Era ordem. Não existia patrão bom, era de tirar no couro?”

José Honório da Silva

Axiais na definição da ‘morada’, no seu sentido clássico, são as relações supostamente boas dos plantadores com seus empregados agrícolas. Porém, nas entrevistas com os principais parceiros, a questão é tratada de maneira mais prosaica que na literatura. Os trabalhadores se detêm a circunstâncias peculiares, assuntos definidos de sua área profissional, como a medição da tarefa, o pagamento do salário, o acesso à terra para plantar, em que os contatos com o patronato e seus auxiliares são indispensáveis. Apenas nessa dimensão é que são evocados. Ademais, a avaliação que eles fazem da qualidade dessas relações faz-se em razão direta do clima geral de violência patronal e tensão social que reinava na região. Desmentem, desse modo, qualquer ilusão bucólica, patriarcal e fraternal das interações entre as classes. A ausência de violência patronal efetiva (pois a ameaça está sempre presente, nem que seja pela garantia da impunidade), é considerada suficiente para qualificá-las positivamente, no sentido de uma exceção, e não da regra.

O ambiente no local de trabalho é um dos assuntos mais delicados. Os trabalhadores expressam sentimentos e opiniões que poderiam parecer contraditórias. José Honorato dos Santos pondera: *“Era boa, era boa. Tinha umas que era boa, tinha outras que eram ruins. Muitos engenhos, tinha violência, mas tinha muitos engenhos quietos.”* A regra que vigorava tacitamente nos engenhos podia, no entanto, alterar-se dentro de uma só plantação dependendo das circunstâncias, e particularmente da atitude dos trabalhadores. Manoel José Alexandre explica:

“Os patrões, os senhores de engenho também castigavam muito. Se o trabalhador fosse corretozinho, direitinho, bastante no trabalho, ele também não perturbava.”

Para garantir essa tranquilidade, afirmam todos os entrevistados, era preciso “se sujeitar”. Não se podia reclamar, lembra José Barbosa do Nascimento: *“Reclamava nada. Lá ninguém nunca reclamava não.”* Por isso que Paulo Freire já falou no silêncio que reinava na região. Alguns enfatizam mais o que a própria condição de assalariado comportava: *“A humilhação, a humilhação tinha porque o camarada tinha que se humilhar pra trabalhar, porque ou trabalhava ou desocupava”* desabafa José Felipe Santiago. *“Não podia faltar no serviço”* era a regra absoluta, lembra Odilon Caetano da Silva.

As condições e a quantidade de trabalho exigida, que não se podia recusar nem negociar são também evocadas repetidamente a respeito dessa questão do ambiente de trabalho. “*Humilhação, o camarada tomar conta 10 com 10, em todo o canto o camarada não tira num dia. Ficava pra o outro dia, e no outro dia era o mermo dinheiro que ele ia ganhar, só aquela conta mermo*”, julga José Pascoal de Figueiredo. Os trabalhadores deviam ir trabalhar todo dia “*Trabalhava a semana toda. Todo dia tinha serviço*” afirma Severina Maria da Silva. A exigência de estar disponível todos os dias para qualquer serviço que for indicado, visava sobretudo o chefe de família, garante Alfredo Cosme dos Santos. Mas, José Honorato dos Santos ressalva: “*Agora só na tapa.*” Amaro Rosendo Fagundes brinca, com amarga ironia: “*O acordo era pra botar pra fora!*” A única compensação que os trabalhadores mencionam, como Manoel José Alexandre, era a possibilidade de ter lavouras. Ambos aspectos são tratados em termos de liberdade ou falta dela, melhor dizer de liberdades:

As relações de trabalho

“*Era difícil. Era difícil pela uma parte, e era fácil... era fácil no modo do sítio como queria. Mas pra trabalhar mermo, pra trabalhar mermo era difícil, porque os administradores, os fiscais... a pessoa por isso ou por aquilo ele despejava a pessoa, arrancavam a lavoura e... faziam tudo e não tinha onde tomar providência, era... até bater, batiam; tinha deles que pra encher carro de cana ia com vigia pra cortar corda de rede de gente pra ele vim encher carro a pulso. Era, pra ele ir encher carro a pulso.*

[Então, tinha uma certa pressão?] *Tinha pressão! Ah! A pressão era grande.*

[Tinha intimidação, violência?] *Tinha, tinha. Eu mermo tinha uma intimidação: Eu e dois irmãos meus, a gente tava roçando um mato e chagamos lá até com empreiteiro. Chegamos lá e o serviço não dava, aí a gente voltamos. Voltamos, tava no fim da linha, num ponto, com pouco mais chegou o administrador; se a gente não tivesse em três, cada um com uma extrovenga, eu acho que ele tinha batido na gente. Queria até pedir a extrovenga. Eu digo: «Não tem ferramenta sua e não vou dar; não tem ferramenta sua não. Quantas ferramentas eu vim pedir ao senhor, nem a seu empreiteiro. A ferramenta é minha, eu trabalho a donde quiser, nem sou obrigado a você e nem moro na sua propriedade.»” José Antônio da Silva.*

“*Agora era um tempo, era acunhado pela uma parte mas o trabalhador sempre tinha uma liberdadezinha no plantio. No plantio, empilhação e tudo, né.*” Manoel José Alexandre.

O contrato: “O acordo era trabalhar.”²⁵⁶⁰ “Não tinha contrato de nada.”²⁵⁶¹

As relações pessoais entre plantadores e trabalhadores rurais eram raríssimas. Nas usinas, não existiam. Entre os fornecedores e até mesmo com aqueles residentes nas plantações, elas se reduziam a pouco: “*Ele ia pro serviço reparar o serviço*”, conta José Honorato dos Santos. Tendo dito inicialmente que o plantador distribuía o trabalho, logo corrige. “*O cabo dizia: «Dá tantas braças» , pro senhor-de-engenho; tantas braças, aquele serviço, o cabo media tantas braças.*” Quem cuidava de medir as tarefas e fiscalizava a qualidade do trabalho, era o cabo.²⁵⁶² Apenas um entrevistado menciona “*Quem fiscalizava era o senhor-de-engenho*

²⁵⁶⁰ Manoel José Alexandre.

²⁵⁶¹ Miguel José de Oliveira. Rosendo Vicente de Sales diz exatamente a mesma frase.

²⁵⁶² Lygia Sigaud afirmou que em caso de conflito entre o trabalhador e o “*empregado*”, “*o morador recorre ao senhor de engenho, que funciona então como árbitro entre as duas partes.*” Essa situação seria “*subvertida*” pela

mermo”, onde Joaquim Pedro da Silva trabalhava. Os demais trabalhadores²⁵⁶³ designam o cabo ou administrador como quem eles acertavam o trabalho, embora o plantador possa ter um papel no processo, determinando as tarefas.

“Quem fiscalizava, no engenho particular, só era o patrão ou o cabo. Porque administrador, não tinha. A relação era somente com o cabo. Relação com o patrão só no dia da segunda feira. Quando era aquele dia daquela saída da segunda feira, pronto, ali já era com o cabo.” Rosendo Vicente de Sales.

“A fiscalização era o cabo, que tinha o administrador e tinha o cabo pra corrigir os serviço e medir as conta. Não tinha quem fosse medir a não ser o cabo.” José Felipe Santiago.

“O administrador. o melhor, tinha dois ou três que tratavam bem, te respeitava. Nomeio um de um milhão de administradores. Hoje, muitos ainda tão no mesmo estilo, de mandar fazer, que queira que não queira.” José Honório da Silva.

De qualquer maneira, “quem fiscalizava era o cabo”, conclui José Honorato, com a concordância de José Amaro dos Santos, José Elias dos Santos, entre outros. Luís Batista do Nascimento lembra que podia também haver um “conferente”, também chamado de “fiscal”; José Amaro dos Santos o encontrou nas unidades maiores, onde havia também, segundo João Francisco dos Santos, “um tal de Gerente do Campo e tal.” Quem atribuía as tarefas “era, o cabo mais o administrador dava do tamanho que queria. Tinha fiscal, mas o fiscal era, sempre só era pro lado do patrão, não é?”²⁵⁶⁴ José Pascoal de Figueiredo diz que, em casos de terceirização, podia também ser sob a fiscalização do “empeleteiro”.²⁵⁶⁵ A hierarquia entre essas diversas funções ocasionava maior contato direto com o cabo. Era também com ele que surgiam a maioria dos conflitos na rotina do trabalho. Em resumo, do ponto de vista dos trabalhadores, o que predominava era sua característica comum: “Era os empregado do patrão.” Menos alusivamente João Francisco dos Santos continua: “Ah! Quem fiscalizava era quem mandava dar a maia. [Risos].”

Perguntados a respeito do famoso “acordo” tão específico à ‘morada’, que lhe daria uma qualidade diferente, garantindo, de certo modo, uma vida que mesmo humilde, seria capaz de suscitar saudades, Antônio Virgínio da Silva retorquiu:

“Naquela época, não tinha acordo de nada. O acordo era se o camarada quisesse sair do engenho que morasse fosse pra outro, saía era só pegar o que tivesse e botar num carro ou no cavalo, carro de boi. Ou botava num cavalo ou senão botava num carro de boi e ir-se embora. Tinha acordo não!”

Cassiano José de Sena confirma: para ser morador, não tinha contrato (mesmo oral). “Não, era que nem... uma coisa à toa.” O trabalhador começava a trabalhar e era testado tanto na sua

figura do rendeiro, rompendo a “triade” inicial que garantiria “a legitimidade da ordem, pois o trabalhador pode alimentar a crença de que existe alguém acima de seu “inimigo” imediato a quem ele pode recorrer para arbitrar a seu favor.” SIGAUD, Lygia, *Os Clandestinos e os Direitos*. Op. cit., p. 103. Nenhum entrevistado deixou entender que houvesse a menor dúvida quanto à posições respectivas (antagônicas) do trabalhador e do empregador com seus auxiliares.

²⁵⁶³ “Era o administrador mesmo; o administrador, o cabo, o fiscal. Porque, de primeiro, era o capitão do campo, hoje em dia é o fiscal, era quem decidia da tarefa!” José Francisco da Silva.

²⁵⁶⁴ Amaro José de Sena.

capacidade de trabalho quanto docilidade, como o sublinharam Moacir Palmeira e Lygia Sigaud.

“Bem, se gostasse... se o trabalhador fosse bom, ficava, se fosse ruim era chutado. E se acaso, naquele tempo, o trabalhador visse um apanhando, que eles queria que ele trabalhasse a pulso, e fosse embora, o senhor de engenho ainda prendia ele, pra ele não ir. Prendia, e ele dizia: «Você, você não vai também, você vai trabalhar!»” Cassiano José de Sena.

A questão era simplesmente resumida na contratação ou não do trabalhador e posteriormente na sua manutenção nos quadros da empresa ou demissão sumária e expulsão da plantação, perdendo assim não apenas o salário em espécie, mas também a moradia e a terra eventualmente disponíveis.

“Gostava muito do trabalhador bom, mas puxava muito pelos trabalhador que era bom, aí castigava ele: «Vá pra lá, vá fazer tal serviço!» O trabalhador ia. «Vá pra tal canto, vá fazer tal serviço! Vá plantar cana!» O camarada ia, viu? Aí castigava muito o trabalhador bom. Os trabalhador ruim eles chutava, mandava eles ir-se embora.” Cassiano José de Sena.

A seleção dos trabalhadores era severa. O absolutismo das decisões, sem recurso nem justificativa, era indiscutível e indiscutido por aqueles que queriam manter o emprego e evitar o risco de sofrer violências, como diz Manoel Fernando de Souza *“Tinha que ficar caladinho.”*

“Porque eles não tinha o que fazer. Tinha que se a sujeitar àquilo, não era? Porque naquele tempo se ele fosse arengar, morria. Porque naquele tempo as conversa era pouca, não tinha conversa: “Não quer! Desocupe a casa, vinte e quatro horas!” João Francisco dos Santos.

Um investigador da SSP, que fora mal recebido pelo feitor do engenho, o descreveu:

*“O referido feitor portava acintosamente, por fora da camisa, um revólver marca “ina”, calibre 33 duplo, oxidado nº 141.747, sem porte de arma ou outro qualquer documento que ao menos provasse sua identidade.(...) Sentado numa pedra, portando acintosamente uma arma, só pode deduzir que assim procede para intimidar os pacatos trabalhadores.”*²⁵⁶⁶

Os trabalhadores associam a idéia de contrato ou acordo aos instrumentos legais coletivos conseguidos pela classe a partir do Acordo do Campo, no Tempo de Arraes.²⁵⁶⁷

“Agora, depois de certo tempo pra cá, tem acordo.” José Honorato dos Santos Em oposição àquela época quando *“Não, não tinha direito, não.”* Severina Maria da Silva .

“Não tinha direito não. Não tinha contrato. Não tinha nada. O direito era o pé da ponte.

[O pé da ponte?] Era, o pé da ponte com a bacia.

[Mas era, ia pro pé da ponte?] Se não tinha o que comer, caia doente com a família, o patrão não sustentava, ele não ia pedir pra comer, não é?

[Você viu muita gente assim?] Muita gente, muita gente. Que chegava com quenga de farinha ou uma macaxeira, ou de banana, ou seja o que fosse, era muita gente, era muita gente para pedir.”

Amaro Rosendo Fagundes.

Proibições e sanções: “Não podia chupar cana”

“O primeiro fiscal que eu conheci foi Zé Galvão; ele só era exigente quando a usina tava moendo, que às vezes não queria dar o direito que o pessoal chupasse cana, né, porque às vezes pegava o cabra com uma de cana: “Diacho, taí chupando minha cana, taí danado de fome, diacho deixa minha cana aí. (...)Não queria que chupasse, agora o povo chupava e escondia, né. Às vezes, levava feixe pra casa, mas

²⁵⁶⁵ Ele é o único a falar nessa forma de organização do trabalho.

²⁵⁶⁶ SSP - Delegacia de Segurança Social: relatório do 01.09.67. Engenho C. B., p.3. SSP 1102.

²⁵⁶⁷ Ver a seguir, IV.3. 3. Lutas: Ligas, Sindicatos, Governo Arraes e regime militar.

escondia. Trabalho, trabalho; é a mesma coisa que o cabra sair bem cedo, naquele tempo quer era, não era dessas canas brabas, era cana amarela, fazia aqueles roletes, a gente chupava de meio dia; chupa cana, o comer era pouco, pra ajudar na micharia; às vezes trazia um saco pra casa, quando chegava em casa era mesmo que uma tulha de porco.”

Severino Antônio do Nascimento

“Um trabalhador comeu uma jaca; coisa rotineira na vida real; e o senhor, muito atrasado, como de resto são todos os senhores-de-engenho, achou por bem descontar a insignificância de uma jaca, um fruto, do salário daquele camponês. Mas os sentimentos de solidariedade eram tais e a utilização do estilete da greve era às vezes tão desastrado que os trabalhadores daquele engenho resolveram parar as atividades em represália; o dono do engenho resolveu ratear o custo estimado por ele do fruto, do salário semanal de todos os trabalhadores. Então dobraram a greve.”²⁵⁶⁸

O desemprego

Sendo a ‘morada’ uma forma de fixar uma mão-de-obra de demanda sazonal intensa, essa sazonalidade aguda do emprego - e conseqüente desemprego na entressafra²⁵⁶⁹ - era amenizada pelos recursos oferecidos pelo lote de terra para culturas alimentícias.

“Para ser morador nós éramos obrigados a trabalhar para o homem; o quanto pudesse. Não tinha a vontade de trabalhar muito, sabe; dois dias, três. Ele dava os dias que queria; agora quando ele queria tinha que ir.” Amaro Pedro dos Santos.

“Porque os menino quando estava com 12 anos, tinha que ir pra o eito trabalhar. Ele chamava pra pastorear boi. Pra semear cana. Tinha que ir pra o serviço do engenho. Fichar, ele não fichava. Pagava do jeito como eles queria, que nem cativo; pagava aquela quantidade que fosse vontade dele, aquela quantidade que ele queria pagar. Não era dizer que...«Eu chego.» Ele: «Vá trabalhar o dia.» «Não trabalho por tanto, não.» Ele era quem fazia o preço! Ou a quantidade que eles quisesse pagar. Pronto, era isso.” Manoel Fernando de Souza.

Consequentemente, muitos entrevistados interpretam desemprego como sendo a demissão e subsequente exclusão do engenho, mostrando a precariedade do laço empregatício.

“Quando o cabra não queria fazer o que o dono queria, ele ia-se embora.” Joaquim Pedro da Silva.

“Pra outro engenho também ia. Tinha liberdade de ir. Era. Mas agora, agora na ficha não, na ficha se quiser é naquele cantinho mesmo, e não quiser é naquele cantinho mesmo, viu! O negócio era meio pesado. A gente tinha aquela liberdade por que tinha aquela vaga, né?” Severino Barros Lima.

2.1.2. Organização do trabalho

Segundo certos autores, labutar no “eito” era “estigmatizado pelos trabalhadores”.²⁵⁷⁰

Todos os entrevistados trabalharam no eito. Nenhum manifestou tal sentimento a não ser repudiando as condições que lhes eram impostas. Em contrapartida, o trabalho na casa grande, espaço privilegiado nas narrativas de tantos autores (dos mais celebrados, como José Lins do Rego e Gilberto Freyre, até os mais corriqueiros na imprensa) era muito separado daquele no

²⁵⁶⁸

Antônio Leite Falcão, Delegado da Secretaria do Trabalho em Palmares no primeiro governo Arraes. Depoimento oral fornecido a Eliana Moury Fernandez, no Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: FUNDAJ. CEHIBRA, p. 15.

²⁵⁶⁹

O pesadelo dos trabalhadores atualmente é o desemprego que castiga a zona da mata não apenas na entressafra, mas o ano todo, particularmente em virtude das mudanças técnicas e mecanização da atividade, substituição da cana por culturas que requerem ainda menos mão-de-obra, como o eucalipto. Ver a avaliação da evolução do emprego em: DABAT, Christine Rufino e Leonardo Guimarães Neto *Zona da Mata*. Op. cit.

²⁵⁷⁰

PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares, “Morar: a lógica da plantação tradicional”. Op. cit., p. 108.

eito. Segundo todos os entrevistados, havia uma reciprocidade na distância que lhe parecia desejável entre esses mundos enquanto que a literatura os associou amigavelmente: as mulheres e filhas dos moradores não costumavam prestar serviço na casa grande. Apenas circunstâncias dramáticas na vida da família, como a morte dos pais,²⁵⁷¹ levavam membros dessas famílias a um convívio mais íntimo com os plantadores.

“Mulher de morador nenhuma ia pra lá, pro engenho fazer nada.” Antônio Virgínio da Silva.

“Aquele que precisava de uma empregada, tinha aquela empregada já própria pra aquele serviço. O serviço da casa grande. Mãe solteira, uma cozinheira,(...) mais filha de criação e, fazendo assim, não mandava chamar ninguém. Só era ela mesma.” José Honorato dos Santos.

As pessoas que serviam a família proprietária não tinham ordenado estipulado genericamente.

“Ganhava do jeito que ele quisesse pagar. A comida, uma roupa, dinheiro pouco”, continua José Honorato. O entrevistado sublinha que era a regra comum para aqueles trabalhando na plantação *“Todavia foi pouco dinheiro, antigamente. Todavia foi pouco dinheiro que a gente ganhava.”*

Os instrumentos de trabalho

“La dictature des possédants s'exerce ici d'abord par la toute-puissance des objets”

Robert Linhart, *L'établi*²⁵⁷²

A lavoura do açúcar *“está em seu estado selvagem porque não merecem ser classificados como oriundo de um estado de civilização, que supõe uma cultura aperfeiçoada e inteligente, os processos irracionais de que nos temos servido até hoje para explorá-la. (...) A foice, grande e pequena, o gancho de madeira, o machado e a enxada auxiliados pelo fogo são os únicos instrumentos com os quais fazemos a cultura da cana.”*

Dr Messias de Gusmão²⁵⁷³

Todos os entrevistados mostram que os instrumentos de trabalho sofreram provavelmente a menor mudança, entre todos os aspectos que a compõem, desde que agroindústria canavieira pernambucana existe. *“Eram os mesmos de hoje”,*²⁵⁷⁴ afirma Amaro José de Sena. *“A enxada, a foice, era extrovenga, tudo de ferramenta a gente tinha que usar no trabalho”,* detalha José Batista do Nascimento e Benedito Rufino da Silva lembra ainda da *“pá, picarete.”* Para roçar mato, *“tinha de foice, mas foice já era quando era um terreno mais... um mato mais grosso, mas terreno mais fino era de... de estrovenga”,* esclarece José Peagentino dos Santos.

²⁵⁷¹ Ver IV. 1.1. Memórias de infância nos canaviais.

²⁵⁷² Paris, Editions de Minuit, 1978, citado in: LEMOINE, Maurice. “Dans les ‘maquils’ centraméricaines”. *Manière de Voir*, N° 66, *Le défi social*. Paris, novembre-décembre 2002, p. 52.

²⁵⁷³ *Relatório da Comissão da Sociedade de Agricultura Alagoana sobre a indústria açucareira de Alagoas*, (1904) in *CONGRESSOS AÇUCAREIROS NO BRASIL*. O p. cit., p. 34.

²⁵⁷⁴ A grande exceção é o facão, temido dos trabalhadores por várias razões. Severino Barros Lima.

²⁵⁷⁵
O Trator:

“Mas não tinha os que tem agora. Às vez era algum trator pra fazer algum servicinho, era somente... somente pro gasto, que nem diz o ditado, né? Somente pro gasto, não tinha muito, não. Depois foi aumentando o plantio, aí foi aumentando mais, né? Mas um trator, desde que eu cheguei que tinha um trator pra carregar uma mudança, pra fazer uma coisa, fazer outra, aí botava o trator, né?”²⁵⁷⁶ E o resto era carro-de-boi, o resto do serviço era carro-de-boi; carregava lenha, carregava uma coisa, carregava outra, era no carro-de-boi. Quer dizer que carros-de-boi foi... já é muito antigo, porque quando eu cheguei em Trapuá, carregava cana nos cavalos, ou senão nos carros-de-boi. Depois, quando aumentou mais, aí botaram burro, compraram burro, né? Todo engenho tinha uma burrama aí de 10, 12. Foi aumentando o plantio, aí foi aumentando a burrama. Tinha engenho que tinha 40 burros.”

José Peagentino dos Santos

Até para serviços pesados como “cavar os caminhos, quando começou a vir caminhão pra empresa, o caminho era cavado de enxada”, assegura José Amaro dos Santos. Os instrumentos de trabalho podiam ser da empresa, mas isso parece ter variado consideravelmente. “O trabalhador não levava nada, só era quando chegava de manhã, entrar lá no galpão e pegar, cada qual pegar sua ferramenta e ir trabalhar até 5 hora da tarde”, conta José Felipe Santiago. José Inácio da Silva confirma a nomenclatura patronal: “inchumbrega, aí quem dizia era o dono da ferramenta, não era quem trabalhava não.”

A quantidade de atividades anexas que são mencionadas por oportunidade do detalhamento dos instrumentos de trabalho mostra como o trabalho manual dos trabalhadores rurais preenchia praticamente todas as necessidades da empresa. Esse lado polivalente do trabalhador,²⁵⁷⁷ justamente realçada por Moacir Palmeira entre as qualidades apreciadas pelo patronato, não aparece tão claramente quando são tratadas outras temáticas como as tarefas e a remuneração.

As tarefas

O trabalho na cana era relativamente rotineiro: “Era limpar, plantar, né? Era limpar, plantar, e quer dizer que naquele tempo eles não adubava.”²⁵⁷⁸

“Fazendo tudo.” “Eu já fiz vez de boi!”

“Fazendo tudo. Eu pra dizer o Sr o que fiz em engenho, fiz tanta coisa em engenho. Pra trabalhar, eu fiz muita coisa em engenho, eu fiz muita coisa em engenho. Olhe, eu já trabalhei em engenho, do engenho cair, o senhor-de-engenho mandava eu, mostrar aquele serviço pra fazer. Eu cavava um lote de bananeira dentro daquela metralha que foi botada aquele engenho abaixo. Vou hoje e mostro a bananeira ainda tá aí; nunca mais se acabou. Cavar buraco de banana dentro daquele pissarro num engenho velho, tudo isso eu já fiz na minha vida, tudo isso eu já fiz. Eu já fiz vez de boi num engenho chamado Gameleira, aonde meu pai morava. A gente..., o engenho moía e o carro de carregar cana era umas carroças da roda raçada de pau. De mil e novecentos parece de 27, havia umas carroças também. Botavam um pau assim, na carroça. Botava um pau na carroça assim, pegava 2 homens aqui, 2 homens

²⁵⁷⁵ Nos anos 50, abundam as publicidades para tratores, geralmente apresentados puxando vários carros cheios de canas. “Aos Senhores Usineiros, Mecanizar a baixo custo.” JC maio de 57.

²⁵⁷⁶ Nos anos 40’s, recenseou-se que 3,9% apenas dos estabelecimentos em Pernambuco “possuíam instrumentos agrícolas” entre os quais “72 tratores, 3.213 arados e 2.119 grades” Anuário Estatístico do Brasil, ano VII, 1946, p. 87, citado por CONGRESSOS AÇUCAREIROS NO BRASIL, op. cit., p. 35.

²⁵⁷⁷ “Fazer, todos eles faz! Agora os que sabe fazer o patrão gosta.” José Barbosa do Nascimento.

²⁵⁷⁸ José Peagentino dos Santos.

aqui, puxando, ia pra palha da cana buscar cana nessa carroça, o dia todinho pra lá e pra cá, buscar cana pro engenho moer, a braço.”

Eugênio Benvindo M. Freitas

Fernando Antônio Gonçalves listou as seguintes ocupações principais na cultura da cana-de-açúcar: “limpador de cana, trabalhador de enxada, cortador de cana, cambiteiro.”²⁵⁷⁹

“Cavando sulco, roçando os mato, cobria a cana, semeava a cana, trabalhava em diária, é isso... Chamando boi, pastorando boi, quando fiquei de maior passei pra tanger boi, pra tomar conta de quatro boi por minha conta, trabalhando... Carreiro sim, senhor.” Manoel Bernardo Alves.

A “planta da cana”

“Olhe, a cana de estouro, quando cava é o arado, é 4 boi e aquele arado com aquela tromba assim no chão, né? Ai vai o carreiro e o tangedor, e o rabiscador atrás com aqueles dois braços sustentando o arado, né? Agora com o arado é fácil. Agora só ocupava dois samiador; o carreiro puxava, chamava na frente. O chamador chamava na frente, o outro tangia pra não sair, pra não entrar dentro da terra cavada; e ele ficava rabiscando. Ai um menino, cada um menino tava um aqui, outro ali, outro acolá; é, três, conforme seja tava até quatro. Ai no que ele ia cavando o menino ia samizando, na volta ele já vinha cobrindo, ai isso ai é de estouro, né? É do arado. Agora cava do de enxada, ai cavava muito e depois botava; mas a cana de estouro é assim. Ai eu só sei que era assim, né? Agora era cavada de sulco, ai cava também de sulco, sem... de sulco cava de trator, né? O trator pega dois risco, pega logo de dois de uma vez, leva direto, depois volta de novo, ai ele cava um campo grande, um trator cava muito que é a motor, né? Ai cava muito. No outro dia, vem os samiador, ai samizando, ai samizando e ai atrás, né?

O corte

No tempo que era pra amarrar, no tempo que era amarrar e tirava no burro, quer dizer que cortava em baixo, né? Ai dava a posição, dava a posição de 1,20m, eles limitaram 1,20m, né? O taco no pé, e o outro não tinha tamanho, quer dizer que pra... amarrar, ai podia ser do mermo tamanho, podia ser mais menor. Mas do mermo tamanho também não prestava, e também não dava pra o caba fazer né? Era 200 feixes, 200 feixes por salário. Ai só sei que... a medida era assim, né? Agora o caba cortava, o caba amarrava pro outro vim e pegar. (...) Não existia cana queimada, não, porque era toda tirada em burro, e era pro engenho moer, né? Era pro engenho moer. Se queimasse perdia. Fogo, às vez passava esses caba... às vez esses caba malvado às vezes botava fogo, assim, numa beira de caminho, ou avuava uma ponta de cigarro, uma coisa, que quem via um foguinho na paia da cana, oxente! Ficava doido pra apagar logo, porque se queimasse muita perdia, né? E a cana queimada pelo engenho não presta, não: dá um caldo tão preto! Lá mermo, um ano, queimaram uma barran num acueiro de caminho, ai um caldo tão preto que o açúcar fica um caldo preto empurrado! A usina não, porque a usina lava a cana e tal, e o mais tá melhor, né? Mas no tempo que moía... Ôxe! Quando queimava era capaz de perder a cana. Se queimasse muita perdia! Os terrenos eram mais forte de que hoje, porque os terreno... cortava aquela cana, ficava aquela paia, né? Ai espalhava ela, ai ela conservava o molhado, né? Conservava o molhado e a terra não ficava muito socada. Hoje, com essa queimada, a enchedeira dentro pra lá e pra cá socando a terra, ai eles bota adubo; mas também, não voga de nada, não, porque aquela máquina pra lá e pra cá, pra lá e pra cá, socando, vai pra um canto, vem pra outro, socando a terra todinha e não cria estrumo, porque a terra queimada ai ela não... E de primeiro tratava a cana, ai conservava o fertilidão da terra, não era? Mas a queimada...eles vão com adubo, se não for adubo não presta.

O engenho

Olhe, o engenho com moenda sempre tinha ... tinha o maquinista; tinha o carregador de bagaço, daquele bagaço pra tirar, pra espalhar fora, pra secar o bagaço. Lá na bagaceira tinha dois homens pra espalhar ele, pra pegar o sol, pra enxugar. Depois dele enxuto, ai levava pra fornalha, né? Levava pra fornalha, a chamada fornalha. Agora lá onde fabricava o açúcar tinha o mestre de açúcar pra o açúcar; tinha os dois ajudantes dele pra passar o caldo de uma tacha pra outra, de uma pra outra até chegar no ponto dela cozinhar. Primeiro o caldo chegava, comparação, como aqui... era o caldo frio, aqui é o outro, aqui é a caldeira e aqui é a tacha da boca. Agora disso do caldo frio passava pra essa,

²⁵⁷⁹ GONÇALVES, Fernando Antônio, “Condições de Vida do Trabalhador Rural na Zona da Mata”. Op.cit., 144-145.

dessa passava pra essa e dessa passava pra boca. Agora cá quando acabava de cozinhar, ficava no ponto. O mestre de açúcar conhecia que tava no ponto de tirar. Aí pegava um... um levava uma banda, o outro do outro, cada um com um côco enfiado num... num... num pau, amarrado de corda em cima mode não cair. Aí era levando pro lugar de botar ele, né? Aí levou, levou. Quando tirava... quando tirava, acabava aquela que tava cozinhada, aí dessa passava pra outra, assim ia passando, né? Agora dentro do tanque passava assim... dentro do tanque que era um tanque grande de cimento, aí vinha o homem que partia o... o açúcar, desafogava aquele mel, balançava, balançava pra lá e pra cá pra desafogar ele, pra ele enxugar, né? Aí com um rodo, mexendo, mexendo, mexendo. Quando ele tava fino, aí ele tava açúcarado. Aí eles vinham com um bardo, dois homem cada qual com um bardo. Era só pegando, botando no bardo e do bardo levando pra furna.

Agora na furna, chegava na furna passava... parece que era... uma base de uns cinco dia, parece que é cinco ou é oito, eu não estou bem lembrado, mas parece que era oito, que era muito açúcar. Aí tem uma furna que era... a furna era, a boca é larga e embaixo é estreito, né? É que nem uma cuscuzeira; agora aqui embaixo tem um lado pro mel descer, ele enxuga, ele vai apurando, ele vai descendo o mel de furo, escorre, aí em cima fica todinho enxutinho. Fica enxutinho que nem... fica enxutinho, enxutinho mermo, né? E quando o açúcar... quando o açúcar bom, ele ficava enxutinho assim. Aí depois... eu mermo comi um bocado de vezes, pegava, batia num torno com uma paia de banana aqui, que ele tava enxuto, vinha com uma chave, aí aquele mel escorria. Quer dizer, o que ficava... o açúcarado ficou em cima, né? E o outro ficou... desceu. Aí vieram pro tanque, lá num tanque que tinha assim. Aí depois que ele tava enxuto, aí tirava ele, botava no sol, que é pra queimar. Já o que aparava no mel... o que aparava no mel ia pro tanque de mel de furo. O mel de furo servia pra fazer a galenha. Pegava ele, botava numa vazia de...taba. Quando acabava, deixava lá; depois ela começava tabaiando, tabaiando, tabaiando. Ela azedava. E depois que ela tava azeda, aí pegava, despejava pro alambique. O alambique, era. Botava, despejava pro alambique, despejava pro alambique, do alambique tem o... uma panela assim, tinha um braço assim, vinha assim, passava pro dentro de uma encanação d'água, dava sete volta dentro da cilipipina, aí apresentava do lado de cá, quando apresentava era a galenha. [Riso]. Eu trabalhei muito nela, trabalhei nela também.”

José Peagentino dos Santos

José Barbosa do Nascimento explica como, escapando à regra, ele conseguiu ser morador de engenho e trabalhar com um empreiteiro garantindo maior ganho. No entanto, na sua estratégia de cumular os ganhos, ele assegurava primeiro sua situação como morador e a disposição do roçado:

“Tinha tempo que eu parava no engenho porque quando eu cheguei botar 2 quadro de roçado pra colher. No engenho, em vez de eu pegar... tirar 5 conta no engenho, tirava 2 conta, 3, só por mode...por mode a entrada do roçado, né? Mas também tinha dia que no roçado não tinha o que fazer. (...) Foi o empeleiteiro. E chegava conta de dar... tirar 4 contas e meia de 12 no dia! Dá muita conta. Era a disposição, eu era disposto, pronto. Pagava. Agora pagava porque era com empeleiteiro. Com empeleiteiro o engenho não tá sabendo quantas contas eu tirei, né? Porque o empeleiteiro é quem recebe aquele dinheiro, e o pagamento já não sai pelo engenho., sai pelo empeleiteiro.”

A limpa providenciando adubo

“Só é a gente pegava, olha, e o mato dessa altura, o mato vem, puxou aqui. Eu limpo todo o mato; vinha ver aquela terra lá fora: Vú! Vú! Botava ali, mas era um adubo! É, e apertava o estopo, você tá vendo? É, no pé da cana. Pro meio da fileira, aí a gente dava a enxadada nas ponta daquele mato, porque a gente compreende, quando a terra seca, a ponta dele não corta, ele volta todinho que ele tá inteiro. Aí vou trabalhar; fica o serviço mais bonito do mundo! A gente pensa que faz mal, mas é...é um estrumo, só você vendo! Aquilo apodrece todinho; às vez quando tem um bicho perto que espalha, chama aquilo tudinho pro pé da cana, aquilo já tá podre, é quando fica bom.”

José Barbosa do Nascimento

O tamanho das tarefas: “a conta não tinha limite”²⁵⁸⁰

Um dos aspectos historicamente mais importantes e inovadores do Acordo do Campo foi a Tabela de Tarefas²⁵⁸¹ que, pela primeira vez, estabelecia uma padronização do tamanho das mesmas. A importância disso parece nunca ser enfatizada demais pelos entrevistados.

“Não, a tarefa, logo no começo, era grande, né? De certos tempo foi que aí melhorou, porque veio esse negócio de tabela, e assim apareceu esse negócio de tabela, mas antigamente tudo era conta grande: Era negócio de 12 por 12, 12 por 10. Era, a tabela de conta era essa.” Manuel Bernardo Alves.

Sem essa estipulação da quantidade de trabalho exigível pela diária ou pela tarefa, a aplicação do salário mínimo na área rural da região teria permanecido letra morta ou seu impacto teria sido infinitamente menor. “O sindicato tem que a base do serviço, né? Naquele tempo não tinha a base”, explica José Amaro dos Santos.

²⁵⁸²
Um investigador da SSP explica as razões da greve num engenho:
“Entretanto ao meu ver não era apenas a LC que estava agindo neste engenho, havia um fator mais forte. Entrei em contacto com os camponeses e apurei a realidade dos fatos, alegavam os moradores do engenho que não podiam trabalhar por 35 Cr\$ diários e comprar no barracão um kilo de charque por 180Cr\$. Em vista disso procuravam o engenho C. ou outros onde pudessem ganhar um salário condigno, este caso fizemos ver à proprietária Dona E. de engenho, que nos prometeu estudar o caso. Sucede um caso deste. Na maioria dos engenhos que convem citar aqui o trabalhador costuma tirar uma conta de 10x10 braças quadradas por dia. A braça honesta é de 2 metros e 10 cent. perfazendo 441 metros quadrados. Mais na maioria dos eng. campeia a desonestidade. Recebem o trabalho honesto do camponês e lhe pagam um salário desonesto, neste caso está o engenho M. e muitos outros. No citado engenho a vara de medir contas tem 2 met. e 30 cent. isto é 20 cent. a mais. Ora, medindo-se uma conta de 10x10 não perfazia 441 metros e sim 529 metros quadrados, isto é 88 metros a mais no serviço do camponês. Neste caso alegaram os camponeses de M. que passam 1 dia e meio para ganhar 35 cruzeiros, era com esta diária, alegavam os camponeses não trabalhavam (sic), e então procuravam trabalho em outros engenhos. Deste modo ficava o engenho M. completamente parado, não por agitação da LC, mas sim, pela falta de honestidade do seu proprietário Para provar este caso basta citar que o proprietário de engenho resolveu para a conta de 10x10 a 100 cruzeiros e dos 60 moradores do engenho mais de 50 voltaram ao trabalho.”

“O tamanho da conta era adoidado, naquela época era o que ele quisesse dar, era 15, era 16, dependia do terreno, mas o terreno todo era ruim, aí o cabra tinha que levar mesmo.” José Barbosa do Nascimento.

“Agora eles não tinha uma quantia certa não, né? Podia até ser, no mato, né. 10 com 10, 12 com 12, era 15 com 15, era assim. Não tinha quantia certa não, né?” Abílio Luis Ferreira.

José de Souza da Silva qualifica de “muito puxada, muito grave”, uma tarefa desse porte.

“Antigamente, nos anos 40, anos 50, a condição do trabalhador era na tarefa; a tarefa chamada 625 braças; na braça de 2,50 m. Só com a entrada de Arraes, no Brasil, aqui em Pernambuco, foi que... e Getúlio Vargas sendo o governo federal e depois João Goulart, e Agamenon Magalhães, de lá pra cá foi que o povo de Arraes rompendo esta dificuldade toda foi cortando a braça até chegar a 2,20m. Porque o trabalhador é leso, tem cara que ainda usa uma que é mais do que esta. Mas a bitola é esta.”
José Honório da Silva.

Antes desses instrumentos legais de regulamentação, a exploração era de tipo extensivo.

“Agora sempre tinha exploração, né? Que nunca os patrões deixaram de explorar os empregados. Os patrões nunca deixaram de explorar. As tarefas eram muito demais, muito

²⁵⁸⁰ José Barbosa do Nascimento.

²⁵⁸¹ Ver em anexo. Ela será renegociada a cada ano, na época da assinatura (ou dissídio) de um novo contrato coletivo de trabalho.

²⁵⁸² Investigador 239. Relatório de 11.6.60. Engenho M. em greve. SSP 29343.

cumprida, era 150 cubos, 200.” José Francisco da Silva. “*A tarefa era conta,*²⁵⁸³ *10 com 10*”, resume José Pascoal de Figueiredo, com obviedade. Essa norma comum não era sempre aplicada: “*As tarefa era uma braça com mais de 150... mais de 250 cubo a braça, e os que iam tirar conta era 10 por 10, às vez 10 por 11, que era uma conta exagerada para o trabalhador*”, diz Manoel dos Santos da Silva. O tamanho real da tarefa dependia das contas; essas, por sua vez, variavam de acordo com o número de braças: “*As contas eram pesadas. As contas eram 12 por 12, era 12 por 13.*”²⁵⁸⁴ “*Em 32 as tarefas eram de 150 cubos. 12 por 13.*”²⁵⁸⁵

“*A luta maior, mais encencada as tarefas grandes; os patrões continuavam muito desonestos como toda vida foram; no meio de milhares de patrões talvez escolhendo você ache um que tenha um terço de honestidade e três terços de ruindade. Isto não sou eu falando mal dos patrões, mas dizendo a verdade do que é passado.*” José Honório da Silva.

Mesmo na época da safra, quanto o controle dos trabalhadores era facilitado pela medição da tarefa em quantidade de feixes, o número desses podia ser maior. Antônio Santana da Silva se exclama: “*As tabelas! Tinha muita necessidade porque, na época, a gente cortava 1.600 amarrada.*”

“*Cem braça, e sem choro*”²⁵⁸⁶

Outro elemento determinante era o cumprimento da braça que era usada como padrão de referência. Essas variações podiam oscilar até 50% a mais da atual medida.

“*A conta era 100 braça quadrada. O tamanho da braça era 10 palmo.*[Dá 2,50 m.] *É isso.*” Joaquim Pedro da Silva²⁵⁸⁷

“*O ganho era mais pouco; eu tirava uma conta de 100 braças que chamava 10x10 e tirava por 10 tostões.* [10x10, mas a braça, era dois metros e meio?] *Era, era grandona, não era dessa pequena não, dessa agora não.*” José Amaro dos Santos.

“*Depois começaram crescendo a braça e terminou a braça pra 2.40 m, lugar 2.50 m; e a figura que eu falei, do empreiteiro, muitos deles, a braça era de 3.00 m. eu conheci e trabalhei com alguns deles.*” José Antônio de Lima.

A determinação da penibilidade do trabalho, que influenciou, na composição da Tabela de 1963 sobre o tamanho da tarefa, deveria ser levada em consideração na distribuição das tarefas: a declividade, o tipo de “*terreno*”, diz Severina Maria da Silva; na limpa, complementa Amaro Carneiro da Silva, “*o tamanho da conta dependia do mato.*” Mas não era sempre o caso: “*Mas o*

²⁵⁸³ “*A conta e uma área de terra de mais ou menos dez metros por dez que equívale a uma jornada legal de trabalho. Essa forma de remuneração generalizou-se após a implementação do ETR. Há usinas que já usavam a conta antes. Algumas haviam-na utilizado e abandonado antes mesmo de empregarem a tarefa. Parece-nos, todavia, que dificilmente a conta de hoje e a do passado são aproximáveis, esta última sendo, antes de mais nada, uma tarefa menor.*” PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares. “*Morar: a lógica da plantação tradicional*”. Op. cit., p. 109.

²⁵⁸⁴ Alfredo Cosme dos Santos, Luis Batista do Nascimento, José Elias dos Santos Inácio e Antão Dias.

²⁵⁸⁵ Francisco Zalatiel Ferreira e José Severo da Silva.

²⁵⁸⁶ João Francisco dos Santos.

²⁵⁸⁷ Rosendo Vicente de Sales diz a mesma coisa.

terreno ruim a conta tem que ser menor, o terreno sendo bom a conta era maior”, afirma José Barbosa do Nascimento. José Peagentino dos Santos evidencia essas diferenças de vulto.

“Depende do terreno. Tinha lugar que as conta aí eles dava de 10 com 10, às vez era de todo tipo. Dez com dez só quando dava um lugar muito enrascado; ma so resto era 12 com 12, 13 com 13, 14 com 14; pra cobrir os risco do trator eles davam até 300 cubo pra um só cobrir, era de 200 pra lá... era de 200 pra lá, era 200, 250, 300.”

No corte, a cana era cortada crua e o sistema de padronização da tarefa era por feixe de cana: *“Chegava a botar 80 feixes de cana, tá certo era barato, mas rendia muito. De tarde, tinha botado 1.200 e 1.300 feixes”*, conta Severino Antônio do Nascimento.

Município de Timbaúba²⁵⁸⁸

“O problema consiste entre o proprietário e os cortadores de cana, pois o proprietário só paga a diária completa NCr\$ 2.25 ao cortador que no horário de oito horas de serviço consiga cortar e amarrar 180 feixes de cana, contendo cada feixe 20 canas, medindo no mínimo cada cana, um metro e 20 centímetros de altura pois o pedaço de cana que não atingir 1,20 m de altura, não é contado como cana, todavia a cana que ultrapassar a medida mencionada, o cortador não poderá contar o excedente, ficando o que passa daquela medida, em benefício do dono do engenho, adiantou ainda os cortadores que num esforço incomum, o maior número de feixes que cana com as exigências do dono do engenho, que conseguem no horário de 8 horas de serviço é de 150 feixes. Então o proprietário somente paga, neste caso, a diária de NCR\$ 1,80.”

Como foi visto acima, o trabalho dos dependentes do morador era esperado, embutido, de certo modo, nas expectativas do empregador, que o demonstrava ao atribuir tarefas grandes demais para serem efetuadas por uma pessoa. O tamanho dessas, sempre puxado para o limite superior, implicava obrigatoriamente numa ajuda familiar para completá-la, sob pena de ter que trabalhar vários dias pelo equivalente de uma diária. *“Às vezes o camarada, um pai de família mesmo, tinha 4, 5 filhos. Levava pra tirar a tarefa; às vezes, tirava a tarefa”*, diz Manoel José Alexandre.

Em outras palavras, a repartição e distribuição do trabalho nesses moldes era uma característica intrínseca da organização da produção agrícola – que, nisso também, se distinguia da industrial - e uma exceção ou anomalia relativamente freqüente e tolerada. Era uma dimensão estruturalmente concebida do uso da força de trabalho. Ademais, o uso de toda a força de trabalho disponível, típica da exploração extensiva em regime capitalista, correspondia a uma divisão do trabalho por gênero e por idade, não absoluta, mas esperada da atribuição de tarefas (ou parte delas, como a amarração dos feixes de cana). *“Existia três tipos de tarefas para os trabalhadores. Era um serviço bem fácil de fazer, colocava-se os meninos; os mais difícil um pouco, as mulheres, e os difíceis eram dos homens. Também eram três preços”*, precisa José Antônio de Lima. Certos trabalhadores associam estreitamente essas exigências muito extremadas na realização das tarefas no eito e o trabalho no sítio. Em ambos os casos, era o trabalho de todo o grupo familiar, constante e árduo que convergia para – apenas – mantê-lo em situação de sobrevivência.

²⁵⁸⁸ SSP - Delegacia de Segurança social. Relato de 01.09.1967, p.3. SSP 1102.

Tarefa grande demais

Uma das mais corriqueiras maneiras de acentuar a exploração tinha algo de desonesto em si: tendo a tarefa genericamente o preço de uma diária, grosso modo, o cabo determinava muitas vezes uma quantidade de trabalho impossível de ser realizada num dia de trabalho, exigindo dois ou mais do morador. Nesse caso, a vítima da manobra desleal, mas habitual, trabalharia duplamente por dado salário. “*Tinha gente de passar três dia pra tirar uma. Só recebia aquele dinheiro de uma, aquele salário mermo. Três dia pra fazer uma conta*”, lamenta Severina Maria da Silva. Seus colegas confirmam: o fenômeno não era exceção, mas a norma, que, como o sugeriu o estudioso norte-americano Pereira, deveria ser considerado como um fator econômico importante.²⁵⁸⁹

“*A tarefa era de todo tamanho. Era. As tarefa era de todo tamanho. Tanto fazia dar 80 braças, que nem dar 100, que nem dar cento e tantas. Era assim. [Mas o camarada, às vezes, não tirava.] Ah! Tirava não. Tirava nada. Acôcho sempre foi acôcho.*” Amaro José de Sena.

“*As tarefas eram aquela braça de 2 metros e meio, 10 com 10. Em todo lugar, ninguém podia tirar; quem tivesse um lugarzinho melhor ... se saía bem e quem não, passava dois dias numa conta. Naquela época também e recebia por um dia só.*” Rosendo Vicente de Sales

“*Tinha que fazer o serviço, senão aquele dia já ficava perdido. Os que não quisesse pegar iam se embora pra casa.*

[Quer dizer que ficava livre de trabalhar ou não?] *É. Não podia trabalhar, o serviço tava ruim, a tarefa tava grande, não podia tirar, ia-se embora pra casa.*

[E não acontecia nada?] *Não acontecia nada, porque a gente ia reclamar com quem. Se reclamasse ao administrador, ele dizia: «Nós só temos esse serviço mesmo. Se você quer fazer, se quer pegar, pegue. Se não quer...» O dia que a gente perdesse, ele não pagava. Mesmo se a gente trabalhasse aquele dia, e não tirasse a tarefa, eles também não pagavam, ficava adiado! É. Tinha muitos dias que eu trabalhava dois dias numa diária. Quando eu era de menor mesmo. E a gente tando mesmo de maior idade, a gente mesmo se tombava com um serviço de (120 cubos) dá 12 por 12 e não tinha condição de tirar. Trabalhava dois dias pra poder ganhar um.”*

Antônio Santana da Silva

Roubo na medida e no peso

Na medida em que as lutas da classe dos trabalhadores rurais o exigiam e que as autoridades públicas enveredavam pela aplicação das leis trabalhistas ao campo, a tática patronal consistiu também numa conscienciosa evasão das normas contratuais por diversos artifícios para enganar os trabalhadores. O clima de violência patronal impune, os deixava desarmados frente à desonestidade das operações. “*Naquela época, também roubavam na medida*”, garante Severino Antônio do Nascimento. A vara era de “*2,50. Esse negócio de 2,20 passou depois de Miguel Arraes*”, sublinha José Francisco Paiva. Inácio Antônio Dias, como os outros trabalhadores, associa indissociavelmente o primeiro Governo Arraes e a aparição dos sindicatos à introdução de uma medida mais conforme às possibilidades humanas de realização de uma quantidade razoável de trabalho. “*Quando nasceu o sindicato, passou para 10 por 10. 100 cubos,*” conta

²⁵⁸⁹ Ele sugeriu, como foi visto, que o que é chamado hoje de descumprimento fosse avaliado para que seu valor econômico, de maciça importância, fosse contabilizado.

Inácio Antão Dias. Antes, a própria medida era exagerada ou indefinida, ressalta José Felipe Santiago:

“A tarefa era medida com uma vara lá, do tamanho que eles quisesse cortar. Se o cara tirasse no dia, bem. Se o cara não tirasse, tirava no outro. Porque tinha gente de passar a semana e tirar duas, três conta, porque eles mediam à vontade.”

Depois de Arraes, a questão foi na efetuação de uma medida exata – sem “pulo da vara” – do cumprimento da área a ser trabalhada pelo salário.

“No primeiro ano que Dr. Miguel Arraes assumiu, a braça era de 2 metros e 50; foi cortada, lá no engenho, todas elas. Mandou cortar. Deixou pra 2 metros e 20. Ela foi vim diminuir dessa época do governo de Dr Miguel Arraes pra cá. Agora de lá pra cá ela não aumentou mais, não. Aumentou no pulo do cabo. [Riso]” João Francisco dos Santos.

A idéia que perpassa os depoimentos é do arbitrário na definição e atribuição das tarefas, limitado apenas pela resistência física dos trabalhadores, não tanto individualmente, quanto como massa disponível e se reproduzindo, geração após geração, para permanecer à disposição do ramo canavieiro. Os pretextos mais descarados eram utilizados para diminuir o ganho do trabalhador.

“Quase de 6 horas que nem lá em Caramuru aconteceu, quase de 6 hora, chovendo, todo molhado: «Vou-me embora, que eu não trabalho mais.» «Só sai daqui quando eu mandar. Se você sair antes de eu mandar, eu não aponto sua diária; só aponto meia diária.» Se o cara ir-se embora, ele apontava meia diária somente; faltando 5 minuto pra largar, ele só apontava meia diária. E o trabalhador não tinha a quem se queixar, não. Ficava por isso mermo.” Manoel Fernando de Souza.

A balança viciada só dá aquele peso mesmo.

“Se ele tá lá na cabeça assim levanta a cabeça e se a cana dê 20 kg, ele diz só deu 16 kg; o cortador, besta, corta cana inteira. Quando começou a cortar cana pra enchedeira, era assim: ele media as 5 carreiras de cana e ia embora; quando era na hora de pesar, ele media 10 braças. Agora destas 10 braças, você tirava os 5 feixes de cana, tirava 3 ou 2 da cana mais fina e 1 bardeava a cana para pesar na mão. Agora chegava com aquela, abria aquela cana no meio. Mas hoje, quando chega assim, vai olhar, mete a bronca prá cima. Diz 6 toneladas. Lá na vagem um cortador, este cabra da Paraíba, uma cana enrolada medonha, cortou a cana. De tarde, o cabo foi medir: deu 6 toneladas. O cabra disse: não aceito não. Encostaram as mercedes, carregaram as mercedes. Ai ele disse: vou prá usina com essa mercedes. Ainda ficou 4 tulas de cana, da cebola. Vou prá usina. Quando chegou na usina 18 toneladas. Foi muita confusão. Ai foram buscar o sindicato. Foi uma confusão medonha. Ai acertaram. Ainda foram buscar o gerente. O gerente veio. Gerente fiscal. Eu sei que pagara 16 toneladas.”
Severino Antônio do Nascimento

Na época do corte, o controle dos trabalhadores sobre a quantidade de trabalho era maior, em virtude do tipo de medição. Eles consideram que tinha menos roubo, como Severina Benvinda, *“porque a gente cortava por cento, cortava por cento.”* Opinião confirmada por Severino Antônio do Nascimento. *“Não [havia tanto roubo] naquela época, era por cento. Era mais fácil de controlar.”* No entanto, até mesmo em relatórios de polícia, aparece a impossibilidade de completar a tarefa no prazo estipulado. Um investigador da SSP entrevistou três trabalhadores (um com 30 anos de serviço, outro com 16 e um cabo do eito com 20) relata:

*“em caso excepcional, quando em terreno e que a cana não é muito “enrolada”- linguagem deles quando a cana não está com muita palha, ou seja esteja limpa - pode-se conseguir 180 feixes, mas nunca no horário de 8 horas de serviço e sim em dez.”*²⁵⁹⁰

Jornada de trabalho: “Ele dizia: « Boa tarde!»”

Todos concordam. O dia de trabalho era muito longo. Francisco Julião lembra que o horário

*“era estabelecido pelo nascer e pôr do sol. Eu considerava que isso ainda era sobrevivência feudal, que estavam num regime de semi-escravidão ou de servidão.”*²⁵⁹¹

*“Começava de 6 horas. Até às 6 horas da noite. Pra ganhar o salário.”*²⁵⁹² Alguns largavam às cinco horas ou cinco e meio, tendo começado *“no amanhecer”*.²⁵⁹³ *“Doze horas de serviço”*,²⁵⁹⁴ com uma pausa: *“parava pra almoçar.”*²⁵⁹⁵ *“No eito. Trabalhava de cinco hora da manhã, onze hora largava pra almoçar. De tarde pegava de novo. Quando era seis hora largava, cinco e meia”* detalha Joaquim Pedro da Silva. José Batista do Nascimento lembra que o dia de trabalho se estendia: *“Enquanto tinha claro de sol, a gente tava agarrado, pegado, trabalhando.”*

“Trabalhava, trabalhava... trabalhava. Saía de casa seis hora, em jejum. Chegava no engenho, dizia: «Bom dia!» Ele dizia: «Boa tarde», que achava tarde a hora, viu? Dizia:«Boa tarde! Isso é hora de chegar no serviço?» (...) Quando era de 9, de 11 hora, de 10 hora, era cedo, não era? Também era cedo, ninguém comia nada antes. Quando era 12, às vezes farinha com um pedacinho de cana. Aconteceu, eu comi muitas vez, nem com um cafezinho, que não tinha. Tocava o trabalho. É duro, né? Comendo aquela besteirinha, porque se ele se engasgasse, tomava água pra ajudar, né? Ai veio a hora, meia hora, a gente pare. Vamos pegar, no mocotó, até seis horas, no mocotó nosso.” José Francisco Paiva.

Mesmo com uma jornada de trabalho tão extensa, o patronato parece ter avaliado que não havia pequenos ganhos: *“Largava uma hora para o almoço: era ligeiro. Os caba atrasavam o relógio na pegada e adiantavam... atrasava na largada e adiantava na pegada, que era para diminuir mais a hora do lanche,”* queixa-se José Antônio de Lima .

Trabalho noturno

A jornada de trabalho parecia sem fim.

“A vida não era muito boa, não, porque puxavam muito pela gente, viu? O camarada trabalhava até... de noite. A gente pegava bem cedo, quando batia 8 hora, largava, largava, fazia um lanche (que não era comer, não. Era um lanche) ; 9 hora pegava de novo pra trabalhar até 5 hora, que quando a gente saía já estava pardo, a lua já estava... já clareando, Era, pra ganhar tanto assim.” Severino Sebastião Santana.

Até mesmo depois do anoitecer, a empresa podia exigir trabalho adicional qualquer recusa ou tática de ‘corpo mole’ era passível da mais dura sanção: a expulsão de toda a família.

²⁵⁹⁰ SSP - Delegacia de Segurança Social. Relato 01.09.1967, p.3. SSP 1102.

²⁵⁹¹ Depoimento oral fornecido a Eliana Moury Fernandez, no Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: FUNDAJ. CEHIBRA, p. 7.

²⁵⁹² Odilon Caetano da Silva, José Severo da Silva, Rosendo Vicente de Sales.

²⁵⁹³ Alfredo Cosme dos Santos.

²⁵⁹⁴ Rosendo Vicente de Sales.

²⁵⁹⁵ José Elias dos Santos.

“Tinha enchimento de carro, que a parada era de noite. Havia esse enchimento de carro e vinha gente pra encher carro e como era pesado, a gente enchia também. Tinha muitos que contavam 15 carros e a gente tinha que encher esses carros, porque aquele morador que não quisesse ir encher, ele tinha que viajar no outro dia, já pro outro engenho. A penas é que tinha a oportunidade desse engenho aqui, se abusasse, de ir pra outro engenho. Mas ia mesmo! É que o administrador não queria mais lá. Tinha que encher aquele carro, muitos dias debaixo de chuva, se sujando, o candieiro se apagando. E o dinheiro que se ganhava era muito pouquinho. A mercadoria era de graça, mas ninguém passava bem, não. O arrocho era porque o dinheiro era desse tamanho, que eles pagavam, depois que queria... A realidade era essa!”

João Oliveira da Silva

“Homem, não era muito boa [a vida] não. Ela era um pouco precária... porque a gente trabalhava muito, não sabe? A gente... nesse tempo, a gente era cambiteiro. A gente cambitava cana em tempo de moagem. A gente fazia todos os horários no correr do dia, fazia os três horários: pegava de 6 da manhã, largava de 10; pegava de meio dia, largava de 4; pegava de 6 da noite até 1 hora da madrugada, meia noite. Era, castigava assim, naquele tempo atrás.”

Alfredo Cosme dos Santos

Cambiteiro, trabalhador do eito, carpinteiro, toda a mão-de-obra era sujeita a horas extras não consentidas.

“Passava o dia tirando conta. Às vezes limpando cana e carregando cachaça pra botar na cana, eu pegava bem cedo e largava de 4 horas da tarde e chegava em casa 6 horas, e ia pra esteira. Isso na época 36, 37.” Miguel José de Oliveira.

“Serviço mesmo de plantio de moagem, mas essas coisas não tinha horário, não tinha horário. Carreiro, cortador de cana, esse pessoal assim não tinha horário, não havia. Era amanhecer, pegar as ferramentas e entrar para o serviço; às vezes largava 4 ou 5, às vezes largava até mais de 5 horas. Chegava em casa ao entardecer. Quem morava longe sempre total era esse.” Manoel José Alexandre.

O trabalhador chama a atenção para um assunto importante: o tempo de deslocamento.

Assunto esse até hoje debatido nas campanhas salariais, pois pode representar uma parte considerável do dia.²⁵⁹⁶ Na época, sem transporte para os trabalhadores, o caminhar até o local de trabalho podia representar algo importante, visto a extensão considerável dos engenhos. A jornada de trabalho era rigidamente organizada em torno do aproveitamento máximo da luz do dia. O ritmo era dado pelas pequenas refeições que os trabalhadores tomavam no próprio local de trabalho.

“Quando era na diária, alimpando a cana, a gente trabalhava, pegava de 6 hora, quando era de 9 hora, largava para fazer o lanche; de 9 horas largava para almoçar, de 9 hora largava pra almoçar. Quando era de meio-dia, 1 hora, largava para fazer o lanche. Ai era o mé de furo. Mel de furo lá pro eito pros trabalhador fazer garapa; e de 6 hora largava, ou de... aí enquanto tivesse sol tava trabalhando.” Odilon Caetano da Silva.

“Trabalhava na diária. Trabalhava na diária. Nesse tempo os almoços era de 9 horas do dia. Agora a gente trabalhava, 9 horas se almoçava, se pegava de novo. Agora, quando era de duas horas da tarde, ele dava uma parada de 15 minutos pra gente beber uma garapa de mel de furo. Tá compreendendo? Tinha gente até que bebia essa garapa e caía, né? Porque às vezes, com fome, bebia muito; achava a garapa gostosa, aí bebia, às vezes caía, não podia nem trabalhar mais o resto do dia.” Eugênio Benvindo M. Freitas.

²⁵⁹⁶ Atualmente, a questão está ligada não só ao tempo de transporte como a sua programação, ocasionando longas esperas para os trabalhadores.

Drogados com açúcar, os trabalhadores forneciam mais esforços que seus organismos mal alimentados poderiam agüentar.

“Pegava a cana queimada, pegava e cortava essas cana queimada. Depois... trabalhamos quase 18 horas, e desses quase 18 horas surgiu um acidente. A usina parou. O cabra trabalhava uma bucha de bagaço, empurrando assim, se cochilar, virar pra o outro, caía dentro da moenda, ia-se embora. [Isso aconteceu?] Aconteceu. Morreu um lá. Cochilou, caiu dentro da moenda, parece que machucou a cabeça.”

Antônio Joaquim dos Santos²⁵⁹⁷

Trabalho “forçado”

Uma das principais queixas dos trabalhadores é expressa de forma categórica, ou metafórica ou alusiva nas palavras “cativeiro”, “sujeito”: o fato de estar permanentemente à disposição da empresa, o que Miguel José de Oliveira chama de trabalho “forçado”. “Era uma vida pesada, o cabra tinha que trabalhar dia a dia no engenho, e de noite na usina. Era, e se não fosse, no outro dia, ia pro mato, tinha que ir a pulso. Era, forçado”, concorda Severina Benvinda. Isto é, os trabalhadores identificam o caráter ilimitado da exploração, como foi visto, de tipo extensivo, que José de Andrade descreve: “Era cativo. Pegava de 6, largava de 11, comia um lanchinho, pegava de 11, largava de 6 da tarde.”

“Meio da noite, escuro, os candeeiro aceso nas casa e a gente trabalhando sem direito a reclamar nada. Quem reclamasse, quem dissesse não, breve na casa não era pra dormir. Tudo isso uma obrigação, a gente... tinha, era obrigado trabalhar mermo.” Manoel Fernando de Souza.

A liberdade

Duas definições do conceito de “liberdade” aplicado à vida profissional são distintas:

“Antigamente a gente não tinha liberdade que tem hoje, não. A... tabela de serviço era 156 cubos. Tinha um enchimento de carro, se não fosse um, o vigia ia buscar. [Se não fosse, o vigia ia...] Ia buscar! [Na marra?] Na marra! E apanhava, e ia encher o carro. [Obrigado.] Sim. Agora se chovesse e que fizesse sol. Podia estar deitado em casa e enrelado, cheirando a mulher, mas tinha que deixar lá, ir a rua, pra lama, encher o carro. Naquela época, ninguém tinha liberdade. Era tudo ruim. Tá certo, toda vida teve gente escorão. Mas não tem essa liberdade de hoje em dia; 60 cubos, 40, 80, 100 ... puxa, mais pra 150, 200. Naquela época, era o capim de planta cobrindo um homem. E não tinha choro não. Era 12 com 13 mesmo. Agora, tá certo, tinha a tabela, era 88, de 1.200, 1.500, 2.000 réis ganhava era assim naquela época. Agora, tá certo, se plantava, a usina naquele tempo tinha mais liberdade de plantar do que hoje. Hoje em dia quando quer derrubar um pedacinho de mato, deixar eles não deixam. A usina, lá, os empregados que ela tem, e aí trabalhar não, deixa lá, eu tô plantando bananeira, eles não deixam.”

José Francisco dos Santos

O caráter da coação não residia apenas na falta de alternativa de emprego ou na ocupação associada à disposição de terra, ou mesmo na pressão do baixo salário que obrigaria a trabalhar mais, pois todas essas condições já estavam reunidas na sua forma mais completa. À força bruta recorriam os plantadores para assegurar a execução de tarefas previsíveis e passíveis de serem normalmente agendadas.

²⁵⁹⁷

O entrevistado conta esse acidente com conhecimento próprio de causa. Ele foi posto para fora, sem compensação, por ter se recusado a continuar a trabalhar após uma jornada de 18 horas na mesma usina, sob o pretexto que “não está fazendo nada!” Em seguida, foi transferido para o duro “serviço de valeta”.

“Então a gente trabalhava a semana toda, de bem cedo à noite e a noite toda era pra encher carro. E quem não fosse, ia no pau. Quem não quisesse ir pro pau, mas ia encher carro na boca do rifle do vigia. Eu não apanhava porque a gente ia e trabalhava a noite toda.” José Honório da Silva.

A inflexibilidade na atitude dos empregadores, às vezes, sem direto benefício econômico, mas mantendo um clima de disciplina cega que tinha por objetivo intimidar a força de trabalho, se manifestava em atitudes beirando o absurdo senão o sadismo.

“A gente pegava no trabalho, era de cinco horas às seis da tarde. Passou de sete às quatro. Aliviada mais. Ai eu ouvi muito patrão dizer assim: «perdemos duas horas do trabalhador.» Ouvi empregados do senhor de engenho dizer isto.” Amaro Pedro dos Santos

Semana de trabalho

O fato de que *“não podia negar serviço Tinha que trabalhar, era. Seis dias por semana, era”*, como conta Francisco Zalatiel Ferreira, predomina nos testemunhos, como a consciência dos ganhos doravante conquistados e que, retrospectivamente, tomam mais vulto: o repouso semanal remunerado, as licenças remuneradas por doença. *“Trabalhava 6 dias. Nesse tempo não tinha remunerado não. A gente trabalhava os 6 dias pra receber 6”*, lembra Alfredo Cosme dos Santos. Na época de maior atividade, a safra, os plantadores podiam recorrer à chantagem para extorquir mais um dia de trabalho, sem consideração nem para o cansaço de sua mão-de-obra, ou até mesmo pelo fato de se tratar de um dia santo numa população exclusiva e devotamente cristã.

“A gente trabalhava mais de seis dias por semana; era obrigado a trabalhar até no dia de domingo. Você tinha a sua semana, às vezes, era uma miséria em qualquer lugar. Mas a gente trabalhava na semana, e quando era dia de sábado, na hora do pagamento. Não era na sexta não, era no sábado de tarde; chegava o patrão e dizia: «Dinheiro de quem corta a cana, de quem cambita, de quem carrega. Não sai um tostão hoje. Só amanhã depois de fazer de 150 mói pra lá.» Depois tu bota a média”, explica José Honório da Silva.

Essa prática valeu ao patronato comentários incrédulos e condenatórios de clérigos e catequistas, encarregados pela instituição católica de criar sindicatos, nos anos 60.

*“No apostolado encontrei com Cristo por várias vezes, massacrado, escravizado, sem nome, trabalhando de Domingo a Domingo sem descanso, desconhecido pela sociedade. Por várias vezes me perguntei: «Por que você não repousa aos domingos, dia do Senhor?» Ele me respondia: «Escravo não ama. Se eu não trabalhar aos domingos meu patrão não me paga a semana de trabalho, ou então me paga tão pouco que não dá para comprar alimento para minha família. É esta a razão de trabalhar aos domingos até quando Deus quiser.» Diante daquelas respostas, eu me sentia inquieto diante das injustiças praticadas contra o pobre Cristo sofredor.”*²⁵⁹⁸

As longas jornadas de trabalho não eram reservadas apenas aos trabalhadores do campo.

Os artesãos também podiam ser recrutados para trabalho incessante:

“Eu trabalhava em carpintaria, em construção. Trabalhava 8 hora. Mas tinha semana de trabalhar mais. Trabalhava de madeira, de forragem; trabalhava 7 dia. Eu trabalhava 7 dia. De domingo a domingo.” Manuel João Pereira²⁵⁹⁹

²⁵⁹⁸ Euclides do Nascimento.

²⁵⁹⁹ José Honorato dos Santos conta também a respeito de seu pai, carpinteiro.

Descumprimento das normas do Acordo do Campo

Carta do Comando do 3º Distrito Naval, Estado Maior, 2ª seção (Informe 13.07.1967)²⁶⁰⁰

Assunto: situação psico-social - Disseminação: IV Ex, CENIMAR, ssp, SNI/ARE, DFSP/PE, ARQUIVO

“1. Consta que está sendo pago aos camponeses dos engenhos pertencentes à Usina C., a importância de NC\$ 2.20 por tonelada de cana cortada, marca quase impossível de ser alcançada. Consta ainda que por “uma conta” (limpeza de área a ser plantada ou onde dar-se-á a colheita) que normalmente mede 10x10 braças, mas que por ocasião da medição isto é feito de maneira prejudicial aos trabalhadores, recebem estes a importância de NCr\$ 1,10.

2. Consta também que o ganho semanal é totalmente consumido pelo barracão, uma vez que os preços são extorsivos, havendo ainda descontos de “grito”, ou seja, 0,50 e do Clube Leão XIII, ao que parece NCr\$ 0,10.

3. Normalmente para o trabalhador realizar uma “conta” necessita da ajuda de membros da família e somente tem direito à comida quem realizar “uma conta” por dia.”

IV. 2. 2. REMUNERAÇÃO DO TRABALHO

Miséria nas condições de vida, trabalho penoso e violência patronal acompanhavam uma remuneração extremamente baixa:

“A vida, a vida era um sofrimento, porque tá certo, era pouco dinheiro que a gente trabalhava por conta, tirava 2 contas, 3 contas. Eu mesmo saía de casa de cinco horas da manhã, chegava 5 horas da tarde pra ganhar aquela micharia maior.” Severino Antônio do Nascimento.

O que predomina nos depoimentos, aquém de qualquer maior sutil detalhamento do modo de remuneração, era seu nível extremamente baixo, tão baixo, miserável propriamente que ninguém de qualquer ângulo do espectro político se atreveu a descrevê-lo de outro modo. As autoridades públicas e mesmo as organizações patronais o reconheciam periodicamente na imprensa.

*“Ao lado do protecionismo míope do Instituto do Açúcar e do Alcool, um outro mecanismo contribuía consideravelmente para assegurar uma precária rentabilidade à agro-indústria açucareira: a manutenção de níveis salariais extremamente baixos, preço vil da labuta diária e estafante da massa de trabalhadores rurais.”*²⁶⁰¹

Geralmente, esse item fazia parte das eternas lamúrias dos plantadores de cana (fornecedores ou usineiros) para obter aumentos de preço do governo, numa atividade que perdia apenas, em termos de proteção do Estado apenas para seus similares no mundo então dito socialista. Paradoxo esse que não parece tê-los incomodado, apesar de sua tradicional inclinação para a direita do espectro político. Infelizmente para os trabalhadores, essa benevolência da autoridade dita pública, mas no caso, amplamente privatizada nos seus objetivos, se limitava aos plantadores. Essa aparente candura dos patrões era talvez devida à total ausência de compromisso em termos sociais e, sobretudo, falta também praticamente absoluta (a não ser em circunstâncias muito pontuais) de pressão do Estado para obrigá-los a respeitar o que outros capitalistas eram forçados a conceder. Apenas a pressão das organizações dos próprios trabalhadores, quando o Estado lhes deixavam minimamente essa oportunidade (de pressionar para que a lei fosse respeitada) conseguiram arrancar alguns ‘direitos’.

²⁶⁰⁰ SSP 806 A usina C. fez figura nos decênios aqui contemplados, de modelo no respeito às normas trabalhistas.

“Depois que chegou o salário pra cá, melhorou um pouquinho, né?” José Pereira de Lima.

Uma barulhenta querela, entre Agamenon Magalhães e Costa Azevedo, o Tenente da Usina Catende, fez aparecer ao grande público, através da imprensa, a realidade da remuneração dos trabalhadores rurais. Geralmente, o salário pago era de 5,00 a 7,00 por dia; um cabo ganhava 7,20 todos os dias; outros empregados na parte agrícola, inclusive cambiteiros recebiam de 2,10 a 8,10. A quantia deduzida em virtude das compras variava muito: entre 2,80 e 24,10.²⁶⁰²

Um dos aspectos mais cruéis dessa situação, como foi evocado acima, dizia respeito aos mais novos membros da família, obrigados a trabalhar em condições duras.

“Ajudando meu pai com 13 filho, o ganho não dava, 2 mil Réis por dia, né? É duro, né? Ai tinha que forçar a gente pra ajudar ele, né? Ajudar a criar a família. (...) Pagava, mas era muito pouco, meu patrão! Dois mil Réis o dia, tendo de trabalhar cinco dia de serviço pra ganhar 10 mil Réis. Não é duro, não? Pra dá de comer a 12 boca? Minha mãe e eu catorze! Tá vendo? É duro!” José Francisco Paiva

No que diz respeito ao trabalho das mulheres, a situação parece ter sido muito variada, tanto na sua participação efetiva no trabalho do eito quanto ao salário. Geralmente, se considerava preferível que a esposa e as filhas do morador não participassem desse tipo de atividade.²⁶⁰³

“A mulher trabalhava também. Trabalhava fora e trabalhava em casa, e ajudava.” Severino Sebastião Santana.

“Na fazenda, não. Só trabalhava os homens. As mulheres cuidavam do roçado, plantavam batata... mulher era difícil trabalhar naquele tempo.” Amaro Rosendo Fagundes.

“Os moradores dos sítios, as mulheres não trabalhavam na cana não. Só trabalhavam mesmo aquelas do arruado. As mulheres dos moradores só trabalhavam nos sítios, mais os maridos, mais os filhos. O marido ia trabalhar no engenho e ela estava trabalhando no roçado, cuidando das galinhas, dos porcos, cuidando de cabra, estas coisas todas.” Rosendo Vicente de Sales.

“Pagava o mesmo salário para todo mundo. Mulher não trabalhava naquele tempo. Cuidava de casa e do roçado. Não trabalhava como assalariado. Isto veio a acontecer de 64 pra cá. Começou a ter direitos, aí a mulher começou a trabalhar. Antes ela cuidava mais de casa e do roçado com os meninos pequenos, dois três quatro cinco.” Amaro Pedro dos Santos.

As famílias, mesmo aquelas em dificuldades, montavam estratégias para evitar ou retirar as mulheres do eito. Se sua contribuição fosse vital em fases difíceis, assim que a situação empregatícia e pecuniária da unidade familiar se estabilizasse, elas voltavam a se dedicar preferencialmente às tarefas do roçado/sítio, contribuindo assim para o sustento da família.

“Até que nos atravessou os primeiros anos foi o primeiro ano foi meio ruim. Foi trabalhar eu, minha mãe, um irmão que eu tenho. Quando foi depois de um ano, aí a gente trabalhava no roçado no tempo

²⁶⁰¹ “Introdução à mensagem de prestação de contas das atividades do primeiro ano de governo, encaminhada à Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco a 15 de março de 1964. In: ARRAES, Miguel, et al., *Palavras de Arraes*, Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, s.d, p. 102.

²⁶⁰² A *Folha da Manhã* do dia 21.08.1945, publicou fotos das folhas de pagamento da Usina Catende. SSP 806, Doc. 47.

²⁶⁰³ Socorro Ferraz conta que, até mesmo num ambiente progressista como a Cooperativa de Tiriri, tentou-se evitar que as mulheres trabalhassem no canavial. “Os membros da cooperativa achavam que os homens poderiam aguentar tal trabalho pesado mas as mulheres deveriam ficar em casa, melhorar as condições de vida da casa, ter água mais perto, porque elas tinham que lavar roupa, cuidar da casa; eles queriam fazer a divisão do trabalho.” Essa atitude, no entanto, não era do agrado de certas associadas que “queriam ficar trabalhando no campo, porque elas recebiam seu dinheiro à parte. Mesmo mulheres casadas, elas preferiam. Mas não era a maioria não.” Entrevista com Socorro Ferraz.

que tinha. Não tinha época. Pegava de manhã largava de noite, mas o tempozinho que a gente tinha sempre escacaviava alguma coisa. Quando foi depois de um ano, aí eu: «Mãe, a Senhora não precisa trabalhar mas, nem minha irmã.» Tinha outro irmão. Aí mãe ficou e eu meu irmão trabalhando. Aí nós falou: «Agora a Senhora fica em casa, faz o que quiser fazer, faz no roçado.» Anísio Francisco da Silva Esse trabalhador se lembra de uma diferença no valor da remuneração: *“O salário da mulher era diferente né. Agora eu não me lembro de quanto era, mas era menor.”* José Antônio de Lima tem os números presentes à mente: *“O salário... quando eu comecei a trabalhar um homem ganhava 6.mil reis, a mulher ganhava 5 e o menino 4, o que mais trabalhasse. O que não trabalhasse menos ganhava 2; 1,500. Tinha diária nessa época, existia diária. A diária começava às 6 até as 6!”* Mas Manuel Bernardo Alves, que trabalhava com sua esposa garante: *“Era o mermo salário sim, Sr.”*

Com ou sem pretexto, o empregador diminuía o salário. Não tendo a quem recorrer, nem alternativa de emprego/ocupação. Só restava ao trabalhador aguentar a injustiça. Esse poder sem freio dos patrões, usando de artimanhas as mais excrachadas para arrancar mais sobretrabalho, que não precisa ser chamado de ‘feudal’ para manifestar seu peso e sua desumanidade, era o que os trabalhadores chamavam de cativeiro.

“Era cativeiro porque não era brincadeira, o caba trabalhar duro. No outro dia, o patrão vai logo com estorvo, dizia: «Quem fez essa conta?» «Foi Fulano de Tal.» Tinha tempo de eu trabalhar 5 dia, comigo aconteceu, três mil Réis por dia. «Quem trabalhar 5 dia, eu pago a três e quinhento.» «Eu pago a três e quinhento Réis o dia.» O senhor sabe o que é Réi não sabe? [Sei.] Pois é, três mil e quinhento Réi o dia. Mas eu ficava todo dia. Só recebia três mil Réi. No Sábado, perdia os 5 Tostões. [Perdia.] Saía tudinho a três mil Réi o dia.” José Francisco Paiva.

A grande mudança, ou pelo menos o raiar de uma esperança no sentido de relações contratuamente mais justas (e de responsabilidade mínima dos empregadores nesse contexto) ocorreu com o primeiro governo Arraes, concomitante com a proclamação do Estatuto do Trabalhador Rural e o Acordo do Campo, bem como com um crescimento do acesso à Justiça do Trabalho através dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Doravante, por mais difíceis e demorados que os procedimentos legais fossem, os canavieiros tinham um recurso. Essa novidade resultou essencialmente como resultado das lutas sociais que obrigaram o Estado, nem que seja parcial e, às vezes, temporariamente, jogasse pelos menos uma parte de seu papel teórico de árbitro. Isso, dentro das mais clássicas e legalistas regras da sociedade capitalista. Passar-se-ia do estado selvagem o mais puro talvez, comparável àquele das fábricas européias até o início da legislação de proteção aos trabalhadores, em meados do século XIX, ou na China pré-1949, como foi visto acima.

Nesse sentido também, deve ser considerado a função econômica e social da violência patronal. Sua impunidade, garantida pelo Estado, assegurava-lhe um papel dissuasivo frente às reivindicações e queixas dos trabalhadores. Eles não têm nenhuma dúvida a respeito, sobretudo

no período da ‘morada’, precisamente antes que os sindicatos de trabalhadores rurais²⁶⁰⁴ pudessem catalizá-las e torná-las socialmente eficientes. Os trabalhadores “*eram mansos, não tinha o que fazer não. (...) Reclamava, mas não tinha jeito e aquilo ficava daquele jeito mesmo*”, constata José Barbosa do Nascimento. Em certos locais e em certas épocas, nem isso era seguro: “*Eram. 12, com 12. Era grande. Era o cabo.* [Tinha discussão com o cabo?] *Não, não. Não tinha*”, garante Severino Antônio do Nascimento. Rosendo Vicente de Sales confirma:

“*Não existia reclamação, não existia nada. Passava dois dias para tirar uma conta, tirar aquela média e o cara ficava calado. E se reclamar, botava para fora sem direito a nada.*”

2.2.1. Determinação do valor do salário: “*Não tinha salário*”

Com essa expressão, que aparece com frequência nas entrevistas, os trabalhadores aludem ao salário estabelecido por convenção ou dissídio para a categoria, que tem o salário mínimo como referência a nível maior. Todos fazem questão de enfatizar a falta de padronização, anterior a 1963, que deixava o plantador individual o árbitro soberano da determinação do valor de referência: a diária ou a conta.

“*Naquele tempo não tinha salário. Quem fazia era o trabalhador. Se o trabalhador fosse bom, o senhor-de-engenho botava o salário mais pra ele. E se tinha outro mais fraco, levava menos. Era do jeito que o patrão queria.* [Risos].” Amaro Rosendo Fagundes.

“*Ninguém tinha salário não. Nós viemos ter salário depois do Dr Miguel Arraes. De 63 pra cá. Nesse tempo não tinha salário. (...) Era como queria dar.*” Manoel Fernando de Souza.

“*Não tinha salário estipulado: o senhor era um senhor-de-engenho, esse aqui era outro, e eu era outro; e você pagava da maneira que... esse aqui pagava por um preço...* [Quer dizer: de um engenho para outro tinha diferença?] *Tinha diferença, porque não existia uma tabela, uma lei dizendo especificamente.*”

Manoel dos Santos da Silva complementa que a diferença era pequena.

“*Cortar cana. neste tempo a um cento. A cana era por cento. Um cento de cana era 3 mil réis que eu não sei que dinheiro e esse mais.*” Antônio Santana da Silva.

Manuel João Pereira era carpinteiro no engenho. “*Era por dia. (...) Era o mesmo salário dos outro. O salário de um era de todos.*” José Barbosa do Nascimento confirma que não havia diferenças: “*Era tudo um só, era.*”

“*Não tinha salário certo. O salário da gente era, quando eu podia trabalhar mesmo, eu ganhava 2 cruzados por dia; de 2 cruzados passou para 2 tões. Se fosse menino, era 2 mil-réis; homem velho, barbado, também era 2 mil-réis. Quando comecei a trabalhar, antigamente, no ano de 1955, a vida no mato era tudo difícil. Eu comecei trabalhar com 13 anos de idade. Quando passei a de maior, trabalhava que só bicho, era bicho com 13 também. Todo dia, fazia salário. Agora o salário que eu ganhava naquele tempo, eu não lembro, nem quanto era. Se tirasse a tarefa, ganhava, se não tirasse, não ganhava.*” Antônio Santana da Silva.

“*Mil e duzentos, depois foi a 1400, depois foi que foi a 1500, depois a 1800.*” José Peagentino dos Santos.

Tudo era um preço só

“*[Tudo era um preço só?] Dependia aí, quando o mestre de açúcar ganhava mais.*”

²⁶⁰⁴ Ou durante o regime militar em que ficaram acuadaos.

[O mestre de açúcar ganhava mais?] *Era. O povo que trabalhava no engenho, na moagem da cana, esse ganhava mais uma coisinha.*

[Mas, só o mestre de açúcar?] *Era. O mestre de açúcar, que ele ganhava mais.*

[E no campo, tinha alguém que ganhava mais?] *Tinha não.*”

Odilon Caetano da Silva

O salário: “era de graça”

“O ganho era, naquela época, o dinheiro era pequeno”, afirma Amaro Carneiro da Silva; “*pouquíssimo. O ganho era uma besteira de dinheiro*”, segundo Antônio Ambrósio dos Santos; “*Era pequeno! O ganho era nada. Era nada. Trabalhar, trabalhava muito, mas o ganho, olhe: tanto assim*”, ilustra Severino Sebastião Santana; “*agora o dinheiro era um dinheiro desse tamanho*”, reforça Antônio Virgínio da Silva. Num período que vai dos anos 1930 aos 1950, os trabalhadores que se lembram ainda dos valores exatos mencionam salários para adultos de dois a três mil-reis como sendo comuns para a diária.

“*Era dois mil e cem de uma conta e meia de mato; dois mil e cem.*” Severino Barros Lima.

Em “1957-58 o salário era 20 mil reis, por dia. 200 era o salário, quer dizer que era 40 mil reis o dia. Era... era por dia, né? Era, um cento de cana era 20 mil Réis; 200 era o salário. Quer dizer que era 40 mil Réis.” Odilon Caetano da Silva.

“*Eu ganhava, eu ganhava 1200 por dia. Eu com 9 ano e pouco plantei. Eu ganhava 1200 por dia. Dez tõe e dois tõe.*” José de Andrade.

“*Era senhor-de-engenho. Usina tinha muito pouca, não era que nem hoje. Só era senhor-de-engenho. Tinha o engenho, plantava cana. Os trabalhador trabalhava. No fim da semana recebiam aquele dinheirinho, pouquinho [Quanto era de...] Um dia era... tinha sete tostões, dois cruzado, dez tões, mil e duzentos. O Cruzado, eu alcancei o cruzado. No tempo de eu menino, o trabalhador trabalhava era pelo um cruzado; tinha, 6 tões, 10 tões, 2 Cruzado, 7 tostões.*” José Peagentino dos Santos.

“*Dois mil e quinhentos. Dois contos de reis e quinhentos reis, prá dar de comer a esse povo todinho, viu? Foi em 42. O salário era, era 2 mil. Era hum mil e quatrocentos uma conta de mato, quatorze braças quadradas. Era uma faixa de dois mil reis; a gente ganhava uma prata daquela, era 1.400 uma prata de dez toim e 400 réis.*” Severino Barros Lima.

“*Dez toim e 400 réis, uma conta de mato de 14 braça quadrada. Eu, mais meu pai, sabe quanto ganhava: eu ganhava 1.100.*” Severino Barros Lima.

“*Era, porque no engenho do Sul eu estava com dez anos, ganhava 2 Cruzado. E hoje em dia acho que o pessoal novo não sabe nem que dinheiro é esse, 2 cruzado, né? Depois, quando foi em 40, comecei ganhar 3 mil Réis...Aquele que afracasse ia pra trás ganhar 2 mil Réis, 2 e 500; e aquele que agüentasse o rojão ganhava 3 e 500. Botaram eu no meio, imprensaram. Eu ganhei 3 e 500, mas trabalhei a semana imprensado. Comecei trabalhar, até essa data. Passei 10 ano nesse engenho Teixeira. Passei pra Caramuru. Fui ganhar 10 mil Réis, já estava valendo 10 mil Réis a diária. Eu cheguei no ano de 50 em Caramuru, e ainda estou. Trabalhando, ganhando... comecei ganhar os 10 mil Réis, já hoje vivo ganhando 37.*” Manoel Fernando de Souza.

“*Recebia por dia de serviço, era 2 mil réis, 2 e 200, 3.200 pra baixo. Era de 3.200 pra baixo. Era 3 mil réis, agora o povo diz que é mil, mas é mil réis, 3 mil réis; era 3 de dez tões. Tinha aquela que o mil-reis vinha amarelo e 200 réis, era aquelas pratinhas brancas, 200 réis. 3.200, é isso. Já estava caro. Eu comecei ganhando 6 tões. 6 tões, eu ganhava 6 tões. Eu era menino, ganhava 6 tões, chamando boi, aí pelos engenho. Depois que meu pai morreu, aí pronto, meu ganhava 1.600. Dez tões e seis tões. Com seis tões fazia 2.200, mil e seiscentos com seis tões.*” José Honorato dos Santos.²⁶⁰⁵

²⁶⁰⁵ Vários trabalhadores assinalam também a forma em que vinha o pagamento: moedinhas prateadas ou douradas.

“Fui trabalhar com 9 anos de idade. Ganhava 3 tões por dia. É, aí foi subindo, subindo. Quando eu vim tirar meu pai da palha da cana, eu já tava ganhando muito dinheiro! Agora, isso, eu pastorava boi, tirava leite de vaca; de noite trabalhar de servente para carreiro, a pisada era por dentro; e quando a máquina chegava, enchia carro. Ganhava 1.000 cruzeiros por dia, fora as produçõzinha por fora.”
José Francisco dos Santos.

José Damião da Silva detalha os modos de pagamento que o patronato manipulava em seu proveito:

“Era diária. Tinha conta e tinha diária também. Aqueles que era muito ruim de diária, eles pegava e jogava pra uma tarefa. Porque na tarefa eles sabiam se fizesse ganhava, se não fizesse não ganhava, não era? E na diária ele ia, ele pagava pelo que queria. Porque lá, teve tempo de existir pagamento de quem trabalhava na diária com três tipo. Tinha diária até cinco tostões, que naquele tempo. Tinha diária de dois cruzado, tinha diária de todo tipo. Quem trabalhasse mais, quem produzisse mais, ganhava mais, né?”

Embora ganhasse “5 e 500 por diária, 5 Reais e 50 por diária”, Manoel Fernando de Souza considera que isso era trabalhar “muito de graça... era de graça, porque a gente ganhava pouquinho.” José Batista do Nascimento concorda: “Não dava pra nada, não dava pra nada, não dava pra nada. Aquela vida era pirão e peia! E peia, porque peguei trabalhar ganhando 2 cruzados. Você se lembra de cruzado, de mirrêis, 10 tões.”

Poder aquisitivo do salário

José Damião da Silva ilustra perfeitamente o minúsculo poder de compra do salário, considerando que aquele pertencia a um homem adulto, trabalhando doze horas num trabalho penoso, em situação insalubre, e geralmente pai de família.

“Muitos voltava com o chapéu com um litro de farinha, o valor da diária trazia naquele tempo. Comia. No outro dia ia trabalhar bem cedo, era a merma continuação, era todo dia assim. Quando findava o fim da semana, domingo era o dia de pagamento, muitos não tinha mais nada a receber. Novo empréstimo pra entrar na segunda-feira por diante, pra continuar no trabalho. E, assim, levou essa vida pra diante até... quando entrou o salário.”

“Era 2 mil réis mesmo. Era um quilo de charque.” José Barbosa do Nascimento.

“Olhe, se era 10 mil Réis, né? Mas ele fazia assim: ele emprestava, o caba toda semana pagava 10 tões dos 10 mil Réis. quer dizer que ele trabalhava 4 dia, né? Aí descontava 10 tões, e ficava o resto. Aí quando ele acabava de pagar, aí podia tomar outros 10, comprava outra coisa qualquer. [Dez mil Réis da o quê?] Dava uns 8 dias de serviço? Era.[Quer dizer: uma parelha de roupa feita, já costurada com tudo era o equivalente mais ou menos a uns 8 dias de serviço.] Era.” José Peagentino dos Santos.

“Mas o ganho era desse tamanho. Era pequeno. Trabalhava demais, 12 com 12. Era 12 com 12. Enchimento de carro a gente pegava e o dinheiro que ganhava era desse tamanho! (...) E as vestes, já sabe: ninguém podia comprar um vestezinho pra vestir, não. Por tudo era pior a situação.” João Oliveira da Silva.

Certa impaciência aflora, às vezes, frente à aparente falta de compreensão do entrevistador. Severino Barros Lima, que acabou de contar como ele tinha que subir a um coqueiro, de mais de sete metros de altura, para colher um coco para o molho da Semana Santa, perguntado se era ruim o salário, responde: “Tá vendo, é era. Não tá vendo eu dizer que a conta era 1.400, uma prata de dez toim e oito cruzados, já pensou!”

Pagamento por diária ou por tarefa

Enfatizando que eles não possuíam controle algum sobre o sistema – “*era de todo jeito que botava*”, diz José João da Silva. - os trabalhadores mencionam a diária como sendo o sistema básico de remuneração: “*Era! Na diária, de 6 a 6*”, especifica José Batista do Nascimento. “*Era diária*” confirmam Severino Sebastião Santana e Antônio Maurício Domingo, entre outros. Pedro Porfírio Domingo mostra que podia haver aplicações diversas, sendo a diária predominante, mas combinando-se com remuneração por produção na safra:

“Era tudo na diária. Era na diária. Tarefa só tinha no tempo de corte. Era na diária. Na luta também tinha tarefa na luta. Mas no plantio era na diária. E no corte, era tarefa também. Era por cento, naquela época, era por cento.”

Manoel José Alexandre e Severino Antônio do Nascimento, entre outros, mostram a articulação entre ambos os métodos: “*Diária tinha assim quando era prá retoque. Também tinha diária, mas era pra passar o dia todinho e ganhava um cruzado. [Você podia escolher a conta ou diária?] Não, o que pegasse, pegasse.*” Antônio Virgínio da Silva enfatiza essa falta de opção:

“Nessa época era diária. Só em diária. Agora é melhor, agora é melhor porque o camarada se tiver disposição, tanto faz fazer uma tarefa, como fazer duas, fazer três e naquela época não. Naquela época o camarada morria em cima de 5 tostões ou um cruzado o dia todinho! Largava de noite, quando chegava em casa era tomar banho, lavar os pés, comer o que tivesse e ir dormir.”

No entanto, esses dois sistemas tinham correspondências, na medida em que a diária era, muitas vezes, traduzida em certo número de contas.

“Era tudo diária, atrás era tudo conta. Era tudo diária, mais prá ca.... Apareceu a ficha, aí ficou tudo por conta. Foi na conta.” Severino Barros Lima.

“Naquela época, a gente trabalhava em diária e muito, viu? Pegava de 6; 11 h. largava pra almoçar; pegava de meio dia, largava de 6 horas, pra ganhar 2 cruzados naquele tempo.” Francisco Zalatiel Ferreira.

“Naquele tempo mermo não havia conta, não. [Em 30.] Era tudo diária.” Odilon Caetano da Silva.

“Em dinheiro, em diária. Agora, quando não era diária era conta: 12 com 13, 156 cubo pra limpar e despaçar; encarrerar a paia. Se não fizesse no dia, não tinha esse negócio de dar apoio de nada. Perdia, acabou-se. Perdia, aquela diária perdía. O dia de serviço perdía, que foi mal feito. E aí acabava-se.” José Francisco Paiva..

Alguns mencionam o pagamento por tarefa geralmente como acessório ao da diária. “*Era por tarefa*”, afirma Inácio Antão Dias. “*Trabalhava por tarefa. Tinha muitos que não falavam em tarefa, falavam em conta*”, detalha Abílio Luís Ferreira, para distinguir o que constitui um referencial oficial – da tabela de tarefas – da prática comum. Muitas vezes, obviamente, os termos são utilizado de forma intercambiável. “*Por conta*”, afirma Severina Benvinda.

“Recebia pela conta de 3 mil reis, mil e quinhento. Era o preço da conta. Se dê para tirar duas ou três, tirava; e se só dê para tirar uma, tirava. Também se passar dois dias para tirar uma, ganhava somente aqueles 3 mil reis mesmo.” Rosendo Vicente de Sales.

“Então quando ele precisava, ele trabalhava, às vezes, também de carpina. Ele precisava do serviço de carpina, meu pai ia. Carpina, fazer um carro, ajeitar um carro. Serviço de carpinteiro, ia prá mata virar, lascar um imbiriba para fazer uma estaca, estaca de imbiriba, lá pro cercado. Aí, ocupava ele, quando não tinha outro que fizesse aquele serviço. [Ele pagava por dia?] É.” José Honorato dos Santos.

2.2.2. Modalidades de pagamento

Dia de pagamento

Quaisquer que fossem os dias trabalhados, o pagamento ocorria no fim de semana, geralmente no sábado e até mesmo no domingo.

“Tinha o acordo de lá era esse: o que a gente ganhasse na semana, recebia. O que a gente ganhasse na semana: se fosse dois dias que o camarada trabalhasse, tinha os dois dias. Se trabalhasse três, tinha três dias. Se trabalhasse quatro, tinha os quatro.” Severino Barros Lima.

“Ganhava pouco, mas no fim da semana recebia tudinho.” Eugênio Benvindo M. Freitas.

“Pra receber era... o administrador quando era na sexta feira de noite ou no sábado, chegava com o dinheiro, e estava aquela turma de gente lá, já esperando no barracão...” José Felipe Santiago.

“Domingo, bem cedo, a gente ia a receber.” José Batista do Nascimento.

“Ele pagava no barracão. tinha o barracão, aí chegava o dia de sábado, todo mundo chegava no dia de sábado. Chamava o número do seu nome. Você chegava, do seu dinheiro, se fosse cruzado, se fosse dois tões, o que fosse o cabra recebia.” Severino Antônio do Nascimento.

Como para qualquer outro aspecto da vida dos moradores nos engenhos, o momento do pagamento, além da modalidade e do local, era passível de ser utilizado como meio de pressão sobre os assalariados para que eles prestassem mais um serviço à empresa, como ilustra Amaro Rosendo Fagundes: *“O administrador dizia: «Olhe! Cortador de cana que não vem cortar cana dia de domingo, só recebe sábado de duas horas.»”*

Local de pagamento: o ‘barracão’

Com uma exceção, todos os trabalhadores recebiam seus salários das mãos do administrador ou outro agente patronal na venda da plantação. *“Ah! Recebia no barracão.”*²⁶⁰⁶ *“Tinha que receber no barracão mermo”,* enfatiza Odilon Caetano da Silva. Muitas vezes, o próprio gerente do estabelecimento, o barraqueiro, oficiava na condição de pagador, o que acentuava ainda a assimetria da relação com os trabalhadores, como o mostra Abílio Luis Ferreira: *“O dono do barracão era quem pagava. Ele mesmo ia buscar o dinheiro e ele mesmo pagava.”*

“Recebia o quanto ele quisesse pagar. Ia pro barracão. Agora mesmo o barraqueiro, se a gente comprasse no barracão, o barraqueiro descontava o que era dele. O que ele quisesse pagar ele pagava. A hora que quisesse. E não querendo, fazia que nem.. que ia dizendo ... o vigia... ia buscar.” José Honório da Silva.

*“Coisa de barracão: coisa em fim, qualquer coisa que sempre aumenta.”*²⁶⁰⁷

²⁶⁰⁶ Joaquim Pedro da Silva, Alfredo Cosme dos Santos, Antônio Santana da Silva, Generino Luis da Silva, Francisco Zalatiel Ferreira, Odilon Caetano da Silva entre outros.

²⁶⁰⁷ BARBALHO, Nelson. *Dicionário do Açúcar*. Op. cit. p. 149.

“*Freguesia cativa*”: assim qualifica Mário Lacerda as famílias de moradores,²⁶⁰⁸ expressando os abusos que sofriam à mão dos encarregados dos únicos estabelecimentos comerciais acessíveis aos moradores do engenho, dada a falta de transporte público.

“*Tinha barracão. A gente comprava no barracão. Era, descontava. Quando a gente não estava ficando devendo, ele vendia um litro de farinha, uma corda de carne, um quilo de feijão. Cansei de passar, ele vendia era meio quilo.*” José de Andrade

“*O pagamento, se tivesse um barracão, era no barracão. Se comprasse, tudo no barracão. E se não comprasse no barracão, mandava o dinheiro pro barraqueiro e fazia o pagamento no barracão. O barraqueiro descontava.*” Rosendo Vicente de Sales.

Em represália à aplicação das leis trabalhistas, um plantador deixou de praticar essa concessão de “empréstimo” que realmente era mais o esgotamento de um crédito ou uma antecipação sobre o trabalho realizado, do que propriamente um empréstimo. Havia qualquer coisa de ilusionista na operação em que os trabalhadores labutavam esgotando sua saúde e sua vida para um salário em espécie que, na realidade, quase nunca recebiam. Esse tempo não deixou saudades.

“*Aí quando entrou o salário que começou fichar a gente, aí ele disse: «Agora eu vou deixar de emprestar dinheiro.» Aí ele deixou de emprestar dinheiro. Também o pessoal pegaram ganhar e começaram a fazer a feirinha, e foi melhorando mais. E até a data de hoje que continua o salário.*” José Damião da Silva.

O endividamento, como é geralmente chamado, era a espada de Dâmocles suspensa na cabeça dos chefes de família, quase impossível de evitar dada a precariedade da situação financeira das famílias e a dureza das condições de trabalho. Essas dívidas recorrentes ou sem fim junto ao barraqueiro, que oficiava também como agente pagador e pôde burlar os trabalhadores em ambos os planos, constituem ainda outro aspectos de suas vidas que os trabalhadores remetem ao “cativeiro” ou à “escravidão”.

“*Ah! Era, [o salário] saía da mão do barraqueiro. Tirava tudo, se a pessoa comprasse mais uma coisinha numa semana. Existia o problema que nem todo dia a pessoa tinha condições de fazer aquela tarefa. Então, por isso ou por aquilo, a pessoa já tinha comprado. No fim da semana não dava x, não é?; aí já ficava preso naquela outra semana, já ficava escravo; e aí... sempre o que trabalhava assim, somente pro patrão, toda vida viveu escravizado. E pra sair, só saía fugido. Só saía fugido de noite.*” Amaro José de Sena

Os trabalhadores mencionam freqüentemente essa situação de endividamento, ou, mais comum ainda, o fato de ficar sem receber nenhum salário em numerário, pois todo teria sido utilizado – nas contas sem fiscalização do barraqueiro – durante a semana para abastecer a família do trabalhador.

“*O trabalho, naquele tempo, era pago. O camarada descontava o que comia no barracão. Tinha uns que não ficava com nadinha, já tinha comido tudo no barracão.*” José Pascoal de Figueiredo.

“*Quem tinha sobra, bem; quem não tinha, já estava anotado lá. Ele dizia: «Olhe, você não tem mais nada.» E o cara saía e ia pra casa, fazendo pelo sinal, tá vendo? Ia comer alguma bóia que tivesse. Quando trabalhava a família quem recebia era o chefe da família.*” Manuel Bernardo Alves.

²⁶⁰⁸ MELO, Mário Lacerda de. *O Açúcar e o Homem*. Op. cit., p. 118.

Salário em espécie: “*Dava vale*.”²⁶⁰⁹

Testemunho e ator privilegiado pela intimidade com o mundo dos trabalhadores rurais no qual nasceu, Gregório Bezerra se indigna justamente de uma prática banal e ilegal, embora impune: o pagamento dos salários pelo barraqueiro em vales²⁶¹⁰ para compras no próprio estabelecimento monopolístico.

*“De todas essas burlas, a mais cínica, descarada e imoral, era o pagamento em vale para o barracão, que obrigava o trabalhador a comprar gêneros alimentícios de terceira qualidade e pagar como se fossem de primeira na casa de comércio do patrão (além de ser roubado no peso e no “pulo do lápis”). O trabalhador pagava 900 g. por 1 kg; e isso nos barracões mais “honestos”, porque na maioria deles o quilograma não chegava a pesar 800 g. Além disso, o dono do barracão, quando somava as compras, sempre se “enganava” em 10, 15 e até 20% a mais contra o pobre trabalhador, que, em geral, não sabia fazer contas. Muitos passavam anos sem ir ao comércio, porque não pegavam sequer num tostão em dinheiro.”*²⁶¹¹

O pagamento no barracão oferecia outra vantagem ao plantador: ele podia parecer em dia com seus pagamentos mesmo quando estava sem liquidez. Nem economia natural, hipótese aventada em outras situações históricas com rarefação dos instrumentos monetários, nem relação peculiar, não-capitalista, não assalariada ou semi-assalariada entre os donos da empresa e os trabalhadores rurais: o pagamento em vale era apenas uma usurpação impune da prerrogativa estatal em proveito da classe patronal. *“Recebia em dinheiro. Às vezes, ele não tinha dinheiro. O senhor-de-engenho não tinha dinheiro, recebia no vale para comprar na venda”*, lembra Severino Barros Lima. Dessa forma a empresa dispensava capital de giro, exercia um monopólio ilegal sobre a venda de produtos de primeira necessidade pela impossibilidade física de deslocamento habitual das populações morando nos engenhos, e ainda por cima tornava impraticável qualquer alternativa de escolha de fornecedor de mercadorias, ao retirar dos trabalhadores – de fato – o instrumento pecuniário que seu trabalho supunha como troca. *“Olhe, praticamente a maioria recebia papel. Vale. Não podia ir pra uma feira”*, explica Antônio Maurício Domingo. Odilon Caetano da Silva resume a situação: *“Porque não era dinheiro, não. Naquele tempo não havia dinheiro.”* Certos trabalhadores, que não foram submetidos a este tipo de manipulação, atribuem sua existência a relações particularmente duras do patronato.

“Agora muitos lugares mais fracos, não sei se era porque o dono gostava de fazer aquilo mesmo, muitos lugares era, davam um papel. Chamava um tal de vale, e ia comprar no barracão quando tinha o barracão no engenho.” Severina Benvinda.

²⁶⁰⁹ José Felipe Santiago.

²⁶¹⁰ *“Era um roubo escandaloso, porque o trabalhador nunca pegava em dinheiro, não podia comprar uma calça, não podia comprar uma camisa, não podia comprar uma aspirina, não podia comprar coisa nenhuma porque não tinha dinheiro, porque recebia em espécie no barracão.”* Depoimento oral fornecido a Eliana Moury Fernandez, no Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: FUNDAJ. CEHIBRA, p. 103.

²⁶¹¹ BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Vol. 1. Op. cit., p.176.

O vale só piorava a dependência, na medida em que podia se somar ao endividamento.

“A gente trabalhava a semana todinha, e tinha que comprar no barracão. Quem não tivesse uma vinha aqui na rua pra comprar. Comprava no barracão, e ele passava um vale pra pessoa. E quando era no fim da semana, ele descontava no vale e a gente pegava o resto do dinheiro. E se o camarada passasse do vale, aí ficava devendo. Aí ele dava um contra-vale, porque ninguém sabia que aquela pessoa tava devendo, ninguém”, conta José Inácio da Silva.

A revolta e a impotência sentidas pelos trabalhadores na hora do suposto pagamento, que na prática ocorria apenas parcialmente, ecoa nas suas colocações: assim João Francisco dos Santos repete: *“Era descontado. Toda vez! Toda vez! Toda vez! Toda vez!”* *“Pagava. Comprava, comprava no barracão. O camarada ia comprar no barracão; no sábado, ele descontava na conta”,* resume José Honorato dos Santos. Fora as situações agravadas pelo uso de vales, os trabalhadores que dispunham de bons sítios e limitavam suas compras, recebiam em espécie uma parte de seu salário.

“Só tinha desconto no barracão se o cabra comprasse no barracão. Se comprasse descontava aquele dinheiro que ele comprou. Mas se não comprou, contava aquele dinheiro que ele comprou. Mas se não comprou, ele tirava o dinheirinho todo, certo.” Antônio Ambrósio dos Santos.

Relações pessoais íntimas foram comprovadas, não entre senhores-de-engenho e moradores mas entre barraqueiros e plantadores: parentes ou contraparentes dos donos da terra ou empregados de sua confiança. Eles praticavam cumulativamente diversas infrações do ponto de vista da legalidade brasileira. No entanto, por muito tempo, esses maus costumes permaneceram, mesmo depois da instauração da legislação trabalhista no campo.

“Pedia um vale a ele aí ele passava um vale pra gente. Toda vez que a gente ia na venda, comprava. Ficava novinho pra entrar na outra semana, pra acabar.” José Inácio da Silva.

O pagamento em espécie não era, portanto, generalizado, e certamente estava longe de representar a massa salarial – por menor que seja o pagamento individual dos trabalhadores – que o setor representava. Os efeitos são às vezes curiosos; assim, pessoas de idade, brasileiros natos da região, a mais antigamente colonizada e “desenvolvida” do país, desde o princípio inserida no que é chamado de “sistema mercantil” (aliás, reconhecidamente um produto dele na sua “vocação” produtiva), e inegavelmente assalariados que nunca pegaram em dinheiro.

“Pra comprar no barracão, sendo que dinheiro naquela época difícil. Por isso hoje a gente até conhece hoje, senhor de idade que não conhece dinheiro. É, lá onde eu moro mesmo, tem um senhor de idade que ele não conhece dinheiro. É, ele já é aposentado hoje. Mas ele não conhece dinheiro, porque ele praticamente que ele foi uma pessoa que morou muito tempo nesse engenho, onde ainda hoje vive e não pega em dinheiro porque não conhece. Pega no dinheiro, chega em casa, dá pra família nova. Aí a família, quanto é essa cédula; aqui é tanto. Aí ele diz: eu não conheço esse diabo, não...” Antônio Maurício Domingo.

“Eu comprava no barracão, quando chegava na hora de receber, o barraqueiro ia buscar o dinheiro na usina, mais o administrador, trazia. Quando chegava no barracão, fazia o pagamento. O que eu devesse no barracão, ele descontava, tirava do salário, que lhe devia, e dava o resto do trocado a mim. Mas, sobrava nada! Naquele tempo, quando a gente ganhava 3 no decorrer da semana, não era muito dinheiro. Era micharia, um pai de família ganhava três e quinhentos, dois e quinhentos. Era assim.” Alfredo Cosme dos Santos.

“Recebia em dinheiro... tinha semana que recebia em dinheiro; tinha semana que, às vezes quando era no fim da semana, o camarada não tinha mais direito a nada, já tinha comprado.” Antônio Virgínio da Silva.

Inelutavelmente, nos depoimentos, volta a idéia de uma relação insuportável, de cunho aviltante. Diz Manoel dos Santos da Silva: *“Pago em vale para ir comprar no barracão e ser humilhado do senhor de engenho. Não conheci um [engenho] que não fosse assim.”* Freguês cativo, o trabalhador se tornava assim refém, na dimensão vital do seu salário, de um comerciante que zelava ostensiva e exclusivamente pelo seu lucro (e/ou do plantador), sem vigilância estatal nem o desafio da concorrência, como lembra Odilon Caetano da Silva: *“O barraqueiro vendia por quanto queria... pesasse do jeito que ele queria...o preço não era certo. O preço era alto.”*

O horário de pagamento podia ser manipulado à vontade pelo barraqueiro para reforçar precisamente sua exclusividade sobre a freguesia obrigada do engenho.

“Quando ele pagava, ele pagava aquele dinheiro, a gente recebia aquele trocado. Um outro não tinha direito nem a pegar nele. O dinheiro do pagamento vinha para o barraqueiro. O barraqueiro pagava quando queria, até domingo de tarde, depois que findava a feira, se quisesse pagar. Quem reclamasse já sabia...” José Honório da Silva.

“Eu trabalhava na usina, ganhava 40 mil réis. Comprava na usina mesmo. Lá tinha uma cooperativa da usina. E os bancos da feira também despachava e recebiam aqueles vales deles. Recebia uma parte em dinheiro e outra parte em vale.[Mas, as pessoas da usina, do engenho, de tudo?] Não, da usina recebia, era mais do engenho. [Mas, não tinha barracão, lá no engenho?] Tinha.[Como era que o camarada do barracão recebia, se você recebia o vale?] Às vezes ele mandava a folha pro pobre do barraqueiro, da conta do resto. [Então, quer dizer que o barraqueiro tirava o dele e passava o resto em vale?] Ele não tirava o dele, eles mandavam aquela parte. Eu ganhava 20 mil réis, era 10 de vale e 10 para o barraqueiro pagar em dinheiro.”
Miguel José de Oliveira.

Talvez não devesse ser propriamente considerado um sistema de crédito e endividamento, pois o vendedor não adiantava dinheiro além do valor do trabalho já efetuado.

No barracão: “a continha de passar o dia comendo”

Os trabalhadores asseguram que recebiam seu salário em dinheiro, mesmo quando, de fato, só se apossavam de mercadorias de preços, qualidade e quantidade arbitrariamente decididos pelo patrão. *“Em dinheiro.”*²⁶¹² Embora achassem o custo de vida barato em relação ao de hoje, os entrevistados garantem que o ganho da época da ‘morada’ não os sustentavam: *“Não dava, não!”*

“Dava não, porque o que a gente ganhava só dava mermo pra comer nas porta da venda. Muitas semana, tinha semana que quando a gente chegava no dia de sábado, o que a pessoa ganhava ficava tudinho na venda. E nada comprava, que o que comprava era a continha de passar o dia comendo.” Severina Maria da Silva.

“Ele comprava, era bacalhau, charque. Tinha umas tal de uma tambinda, que era um peixinho que chamava tambinda. Aquilo era vendido era por...por cento. O sal era vendido por litro. Miúdo de boi.

²⁶¹² João Francisco dos Santos, José Amaro dos Santos, Antônio Ambrósio dos Santos, Abílio Luis Ferreira, Severina Benvinda.

Era vendido por dois vinténs uns pedaços, dois vinténs. E naquele tempo se comprava o pão, era...era por pataca, um sujeito chegava na padaria, não vai pedir um pão: «Me dê uma pataca de pão.» [Então comprava pão. Comprava todo dia?] Comprava não, porque ele tinha as coisa em casa, né? Do roçado, né?» Odilon Caetano da Silva.

“Muitos morriam no barracão. Muitos não tinha direito a receber um prata. Comia todinho no barracão. Eu alcancei gente que chegava no barracão, contava uma quarta de feijão e uma quarta de açúcar, que é 100 g, e uma quarta de sardinha. E, às vezes, o barraqueiro não queria despachar de jeito nenhum. Isto eu alcancei. Era o barraqueiro que pagava.” José Antônio da Silva.

“Barraqueiros inescrupulosos”²⁶¹³

“Procurando escutar trabalhadores outros dos citados engenhos e de outros que tive oportunidade de passar, pude verificar que não é somente aí que se verifica este clima entre proprietários e cortadores e se a moda pegar, muito teremos o que fazer, pois neste mês de setembro tem início a moagem em quasi todos os engenhos, digo, Usinas de açúcar - ou seja início de safra como é geralmente conhecido. Pude escutar também algo há (sic) cerca de problemas já bastante conhecido, que é o dos vales dos barracões, que servem para engordar barraqueiros inescrupulosos.”

Ausência de fiscalização do Estado tanto no que diz respeito aos preços quanto à qualidade das mercadorias, como acontecia nas cidades, é mais um aspecto da ausência dos poderes públicos, a não ser no que possa servir aos empregadores: repressão e financiamento. Nada de vigilância sanitária. A oferta limitada de certos produtos – gêneros alimentícios de boa qualidade – e profusa de outros – particularmente álcool, como denunciou repetidamente Francisco Julião,²⁶¹⁴ entre outros – podia alterar até mesmo os padrões dietéticos dos moradores e de suas famílias, obrigando-os a comerem alimentos desconhecidos e indesejados.

“Pra ir comprar na venda, é era, era! Chegava lá: o bodegueiro pezava aquele tiquinho de farinha, quando não tinha roça no roçado, se pegava aquela farinha de barro, você se lembra da farinha de barro? Farinha preta que vinha de Santa Catarina, viu. Era aquela bola de vermelho dentro, deste tamanho assim, azeda que a gente botava um punadinho dentro de um bocado de água, ficava dessa altura assim; era para estourar a barriga. É o que eu sei contar dos tempos atrás, é isso. O barraqueiro ficava lá notinha prá gente quando só levava aquele dinheirinho que desse aquela cota daquela mercadoria e mais nada. Era muita coisa naquele tempinho.” Severino Barros Lima.

Miséria

“O depoimento mais importante para as autoridades foi o que Severino José da Silva prestou. Sem desmentir que houvesse ateadado fogo aos canaviais - esse elemento disse que assim agira por ser um homem revoltado. Residindo no engenho Santa Luzia, recebia constantes maus tratos do barraqueiro: comprava 200 gr de carne, mas apenas recebia 100. Ultimamente, estando sua esposa grávida, foi ao administrador do engenho pedir dinheiro adiantado, sendo surpreendido com a seguinte resposta: «menino de pobre se embrulha com estopa» Diante disso, e desesperado, ateou fogo consecutivas vezes em canaviais; e não só fez isso, como também conseguiu companheiros para a tarefa.”

“Grande investigação da SSP que “percorreu 159 engenhos nos mais diferentes municípios”²⁶¹⁵ para apurar denúncias dos proprietários quanto a incendiários, os investigadores apuram também outros aspectos da vida das populações canavieiras.

Sempre de baixa qualidade mas com preços elevados, era a fama dos serviços prestados pela venda do engenho “[e]ra ruim, porque aí ele vendia por quanto queria, né?” (Odilon

²⁶¹³ SSP - Delegacia de Segurança Social. Relato de um investigador, 01.09.1967. Engenho C. B., p.4. SSP 1102.

²⁶¹⁴ JULIÃO, Francisco. “Cambão”. Op. cit., 178p.

²⁶¹⁵ “Volante da PM capturou mais 4 incendiários de canaviais em Ribeirão”. DP, 14.01.60.

Caetano da Silva). O *Dicionário do açúcar* incorpora em sua definição a carestia vigente nos barracões, “principalmente quando [os alimentos eram] vendidos a crédito.”²⁶¹⁶

Uma história exemplar

“E o pobre do velho enchia o carro e fazia a limpeza de ponte e o pobre ganhava um salariozinho, por dia. Isto era já na regra boa; ele ganhava pela limpeza de ponte e ganhava pelos carros; e toda vez que ele ia receber, aí ele dizia ao barraqueiro (o barraqueiro era Pedro Barbosa): «Seu Pedro quanto eu ganhei de carro?» Aí ele dizia: «Hoje, nada.» Passou-se três semanas, passou-se quatro. E o pobre não ganhava nada e enchia carro todo dia mais eu. Vinha um trocadinho para mim, mas para ele nada. E quando o homem um dia disse: «Eu não posso mais trabalhar, Seu Pedro, porque a usina não é obra de ninguém. Um engenho... e o senhor.. Seu Pedro.» Aí ele diz: «Tá certo.» Era uma cara meio desenvolvido, um menino novo; ele mora até num sítio hoje, Antônio Mário. Um menino novo bem desenvolvido. Ele disse que não tinha confiança de trabalhar daquele jeito, Antônio Mário disse. «É, Seu Manuel, eu posso lhe dar a sua indenização (a indenização era um vale para comprar na venda) os três dias trabalhados; outra coisa, eu não posso fazer.» «Agora, que é uma injustiça, é. E que seu carro tá sendo roubado, tá. Porque o dinheiro da usina não precisa disto e o dinheiro dos carros vem. Agora só que com você que fazem isto, agora comigo.» Ele passou um vale; o velho foi pro barracão, comprar os três dias, chegou lá, comprou uma bolachinha, comprou uma besteira, comprou um pedaço de cana, botou na estopa, deu a volta pro rio para não passar na ponte. E nisto chegou; vai ele, chama Antônio Mário; quando chamou, ele disse; você é dono agora? Ele disse: «Não, senhor. Eu sou apenas cabo.» «Como você autoriza indenização para quem vai se embora?» Ele disse: «Porque eu não dei indenização, eu dei três dias para o pobre que trabalhou comigo, ele ganhou e eu dei. Se ele não tiver o ganho, entences, a usina me bota pra fora, me prende, faça o que quiser, agora que eu dei os três dias.» O barraqueiro, neste caso do homem que recebeu os três dias, o barraqueiro quando o homem chegou, ele chamou: «Ô Cajazeira, vem cá.» Ele veio e diz: «Tá muito bom trabalhador de coragem na empresa, sai roubando, saiu roubando. E... vai pro inferno». Ainda deu indenização a ele... Aí o fiscal disse: «Ele tinha trabalhado?» Aí disse: «Não, mas saiu esculhambando, chamando a usina de ladrão, de cabra safada.» Semanas de carro que ele encheu, e disse que não pagaram. E eu não vi aquele homem enchendo carro, enchendo no ponto na frente da venda.”

José Honório da Silva.

“O ganho era pequeno. Em dinheiro. Era pago, agora sobre a barriga cheia nós tinha porque, a Sra sabe, quem planta deve ajuda. E a gente quando chega o tempo da colheita, pelo menos a pessoa criando tem progressos para o Brasil. A não ser criar como é que pode. Por isso é que não passamos fome.” Inácio Antônio Dias

Relatório sobre diligência pedida: Engenho R. da Usina C.

2617

O investigador verificou que “realmente” a empresa não paga em dinheiro, mas em vales. Continua: “também é verdade” que empreiteiros recebem em dia. “também é verídica a informação que esse estado de coisas está gerando descontentamento no seio da classe dos trabalhadores do campo, pois além disso, ainda tem o agravante que segue:

Os vales em apreço se destinam à compra de generos alimentícios no barracão que tem como barraqueiro encarregado - NÃO É O DONO - o Sr José Constantino da Silva, residente em uma casa junto ao barracão, que está vendendo os gêneros em apreço, que são de péssima qualidade, por um preço extorsivo, dos quais faço uma pequena demonstração: Xarque de má qualidade ao preço de Cr\$ 3.400 o quilo, feijão por Cr\$ 800 o quilo, farinha de mandioca Cr\$ 2.500 a cuia, arroz de mais inferior por Cr\$ 1.000, leite Ninho por Cr\$2.400 a lata e assim sucessivamente.”

Acontece ainda, que quando algum trabalhador deseja trocar vales para comprar um artigo que não exista no barracão, aí é que a coisa enverga, pois o barraqueiro sob a alegação de que vai empatar o seu capital por tempo indeterminado, faz a transação com um desconto as vezes até de 100%, ainda as vezes pagos de duas vezes.”

“Aí eu fui cortar cana, né? Nesse tempo quem, quem fazia o salário era o trabalho da pessoa podia ser um homem de 80 anos ou um de 20 podia da mais até 80, né? Era quem fazia o preço. Era o trabalho o dia do homem. Era 40 mil rés do homem; 40 mil rés quando eu fui trabalhar. Quando foi cambitar, aí

²⁶¹⁶ BARBALHO, Nelson. *Dicionário do Açúcar*. Op. cit. p. 70.

²⁶¹⁷ Carta ao comissário ao Delegado de Segurança Social 29.12.66. SSP 31 496.

botaram meu salário pra 35 mil réis. Eu com 13 anos, e tinha homem pai de filho que ganhava 25 e eu ganhava 35. Mas era a situação tão grande que e eu com essa família, né, pra ganhar esse 35 mil réis pra fazer tudo, a gente chegar novato no canto.” Anísio Francisco da Silva .

Extremamente limitado na sua capacidade como assalariado e consumidor, o morador teria, talvez em troca, algumas vantagens importantes conferidas pelo acesso a um lote de terra para plantar culturas que complementassem seu abastecimento.

IV. 2. 3. A ‘brecha camponesa’

2.3.1. Acesso à terra

O acesso a esse lote de terra, cedido temporariamente pelo empregador ao trabalhador rural na forma de sítio ou roçado, era um elemento chave de toda a definição da ‘morada’. Como foi visto acima,²⁶¹⁸ esse aspecto foi objeto de estudos muito aprofundados e teorizações inovadoras. Na experiência dos trabalhadores rurais entrevistados, a ligação entre o trabalho assalariado na cana e a posse de “terra para plantar” era tão estreita que passava na designação: “*Tinha emprego, não. Ia pedir sítio*”, explica Odilon Caetano da Silva. A contratação podia ser efetuada pelo próprio plantador: “*Era com o senhor do engenho*”, continua o entrevistado. “*Aí empregado tinha pra mandar o serviço. Mas pra sítio, quem resolvia era o senhor-de-engenho*” explicam José Peagentino dos Santos e José Felipe Santiago.

Embora fosse geralmente enfatizada a posse da terra, as mesmas regras, até numa versão mais severa, vigoravam para quem simplesmente dispunha de uma casa. As condições eram as mesmas: trabalhar para o plantador do engenho onde lhe eram concedidos casa e roçado e/ou sítio. “*Morador que ocupasse a casa, só trabalhava no engenho*” precisa José Honorato dos Santos. Parâmetros como a exclusividade e frequência jogavam um papel decisivo no contrato, mesmo oral.

“[Podia ir para onde queria ou o pessoal que morava no engenho só tinha que viver no engenho?] *Tinha que trabalhar ali, não podia trabalhar fora. Só tinha que trabalhar ali mesmo.*” Severina Benvinda.

A obrigação atingia o chefe de família, considerando-se, no caso, apenas homens adultos.

“*Era obrigado ao serviço somente, se precisasse tinha que fazer. Era 6 dias fechados. Era somente o chefe de família com os filhos, um, dois, quem quisesse trabalhar.*” Amaro Carneiro da Silva.

Em certos casos, a sazonalidade da obrigação de permanecer à disposição da empresa está enfatizada, bem como eventuais tempos mortos em que o trabalhador podia se dedicar mais inteiramente a sua própria produção. Obviamente, as grandes diferenças entre os testemunhos quanto ao tempo disponível fora do serviço da empresa se justificavam pelo estilo de gerenciamento, que, por sua vez, também (além de outros fatores de ordem mais pessoal do empregador) variava com a demanda de cana no setor. Em período de baixos preços,²⁶¹⁹ a

²⁶¹⁸ Ver os itens: III. 2.4.3. Da ‘brecha camponesa’ do período escravista à ‘morada’ e 2.6.2. As relações de trabalho e o açúcar na obra de Sidney Mintz. Brecha camponesa, protocampesinato.

²⁶¹⁹ Ver II O contexto histórico da ‘morada’ Características da Zona da Mata Pernambucana.

tendência do patronato era dispensar uma maior proporção da força de trabalho, mantida à disposição sem custos adicionais, pois se sustentaria com o próprio trabalho na terra cedida:

“Só tinha um tempo que era mais de obrigação para se trabalhar: na moagem, porque tinha enchimento de carro. As máquinas eram os caminhões vinha buscar a cana nos carros. Então, quando encostava os carros aí eles pediam pra encher aquele carro.” Inácio Antônio Dias.

“Era cedida, podia plantar o que quisesse e não pagava nada. Não pagava nada. Trabalhava na fazenda, quando tinha serviço. Quando não tinha serviço, a gente podia trabalhar por todo canto aonde quisesse. Tinha direito de plantar no terreno só os moradores nos sítios deles.” José Honorato dos Santos.

A aparente “liberdade” de emprego, que o citado trabalhador menciona pode ser considerada à luz da monocultura: ou seja, quando “*não havia serviço*” no engenho onde era morador, provavelmente tampouco havia nos demais, a não ser para um tipo muito peculiar de atividade não diretamente relacionada com a cultura principal (carpintaria ou desbravamento). Se tentasse fugir dessa regra, as consequências podiam ser muito sérias, como conta Eugênio Benvenuto M. Freitas: *“Ah! Se eu morasse em Firmeza, um lugar que eu morei, e fosse trabalhar em Boa Vista, Ah! Levava cacete.”* Antônio Maurício Domingo destaca a razão de ser dessa regra e do rigor com o qual ela era aplicada: *“Exatamente, porque o patrão não queria que o camarada fosse produzir pra outro. Tinha que produzir pra ele. Era uma tática dele.”*²⁶²⁰ A sanção podia não ser instantânea, mas não havia muita margem para o trabalhador evitar – ou ser impossibilitado por doença ou outra razão de força maior – de atender ao chamado do plantador.

“Quando ele precisasse do serviço, que ele não fosse, ficava marcando aquele trabalhador. Se, outra vez, ele chamasse, e ele não vinha, ele botava pra fora, sem direito a nada.” José Honorato dos Santos.

Esse aspecto da relação significava que a disposição de um lote de terra constituía, simplesmente, uma parte do salário. Se não trabalhar na propriedade, não tinha direito a ela.

Posse e não propriedade

Os trabalhadores entrevistados marcam muito nitidamente a diferença que fazem entre “ter terra”, no sentido da propriedade, e “ter terra para plantar”, isto é, um lote cedido dentro da relação empregatícia potencialmente volátil de assalariado de uma plantação. À pergunta se eles “tinham terra?”, respondem “*não*” sem hesitar, como Amaro Rosendo Fagundes, por exemplo. *“Pra plantar eu tinha, mas não era minha. Era dos outros, do engenho.”* Joaquim Pedro da Silva confirma: *“Tinha não. Tinha terra não. Tinha terra só quando o senhor de engenho dava pra plantar.”*

“Menos os corumbas, porque os corumbas não vinham para plantar. Mas quem ficasse morando no engenho tinha terra para plantar. Mas hoje em dia não tem mais, porque estão tomando conta de tudo.”

²⁶²⁰ Severino Barros Lima lembra que havia mais flexibilidade no engenho onde ele morava, mas seu caso parece ser uma exceção. *“Quando não tinha serviço, ele dizia assim: «Olhe você, dar os três dias de condição e o resto vocês se viram pra onde vocês quiserem: limpar uma roça, fazer uma farinha de outro camarada ou ir pra outro engenho.»”*.

Porque eu morei e trabalhei, lá no engenho, eu morava lá numa casa no engenho, num sítio, 23 anos; a mulher faleceu e aí dois rapazinhos que eu tinha, lá em casa, não queriam ficar morando sozinhos lá, no sítio, mais eu. Um filho meu fez um negócio comigo para trocar de morada quando trabalhávamos no sítio. Trabalhava eu e meu filho. Eu plantava, ele plantava. Depois, meu filho foi fazer serviço de cabo no engenho São Pedro. Mas ele achou ruim sair todo dia de pé, na chuva, distante do engenho Aratangi para o engenho São Pedro. Mas ele disse: eu não saio do sítio não. Entences, depois que um fiscal lhe disse que tinha que ir morar no engenho São Pedro, porque um cabo não podia trabalhar num engenho e morar num outro engenho distante. Entences ele saiu, mas eu disse a ele, quando você sair, me entregue a chave da casa porque eu ficou tomando conta do sítio.”

José Antônio da Silva.

Direitos vs obrigações

Direito tem um significado muito forte para os canavieiros. Perguntar sobre obrigações, no sentido habitualmente dado na literatura sobre o assunto, desperta em José Francisco da Silva uma reação imediata: [Tinha obrigação de dar dias de trabalho?] *Não tinha, não Sr. Não tinha essas obrigações não, porque de primeiro ninguém tinha direito, né? Ninguém tinha direito de nada. Aí não tinha essas obrigações de trabalhar não.*” Pois, para ele, obrigação remete também aos direitos trabalhistas que concernem aos patrões. Direitos e obrigações são ligados, mas num sentido diferente do classicamente evocado pela academia e literatura.

Proprietários tentaram se proteger legalmente contra seqüelas judiciais das expulsões ao levar seus moradores a assinarem documentos como o “Contrato particular de locação de serviços”²⁶²¹ que estipula condições desfavoráveis ao trabalhador (por exemplo a extensão de terra cedida) e muitas exigências precisas por parte do mesmo, que podem facilmente ser usadas para justificar uma expulsão. Pois, o artigo 12 impunha condições leoninas contra o morador:

“12. O não cumprimento da parte do morador, das obrigações assumidas, importa na RESCISÃO AUTOMÁTICA DESTE CONTRATO, em decorrência do que responderá por todas as despesas advindas e terá DEZ dias para a desocupação da casa, sendo as lavouras avaliadas e indenizadas pelo proprietário, por acordo, ou judicialmente, descontados débitos pessoais que porventura tenha para com o proprietário.”

Esse tipo de contrato colocava também o empregador em conformidade com a legislação que, desde o Estatuto da Lavoura Canavieira, garantia a rescisão de contrato com os trabalhadores rurais apenas “por justa causa”. É bom lembrar que, tais condições que se tentava assim impor, com sutilezas escritas, a pessoas que não sabiam ler nem escrever, somavam-se a tantos outros meios corriqueiramente usados, com a maior desenvoltura para expulsar os moradores. Mas, o que predomina, no conteúdo menos do que na forma, é o gabarito estabelecido pelo contrato para satisfazer exatamente as intenções patronais de ter – legalmente – as mãos livres para expulsar trabalhadores residentes do perímetro das plantações.

A intervenção das autoridades para manter a sujeição dos trabalhadores rurais aparece nos próprios documentos da autoridade policial: assim, em 11.06.1960, o investigador 239

²⁶²¹ Ver o texto integral em anexo. Contrato-tipo impresso que as autoridades encorajavam os trabalhadores rurais a assinar, contra os conselhos de Julião e das Ligas Camponesas. SSP 29343, Doc. 24.

relatava²⁶²² que, empenhado “a fazer a segurança do proprietário do engenho e de sua família”, com seus colegas “saímos pela manhã ou pela tarde, aconselhando os camponeses a assinarem o contrato e ao mesmo tempo mostrando aos mesmos o abismo em que iriam cair se continuassem com as agitações da Liga Camponesa.”²⁶²³ Em conclusão a seu relato, o investigador reconheceu que nenhum trabalhador havia assinado o contrato na sua presença.

“Sistema de trabalho no engenho a partir de 01/01/57

O proprietário tem acompanhado o mesmo sistema adotado pelo Campo de Aldeia (CIMEA) isto é, o trabalhador dá um dia de cambão por semana, por hectares que cultiva para si. Quando por qualquer motivo faltar ao serviço, tem opção, se for de sua conveniência, pagar o dia faltoso em dinheiro que varia em média até Cr\$ 80,00 o dia. Os dias excedentes que trabalhar serão remunerados de acordo com a qualidade do serviço. Há diárias de mais de Cr\$ 120,00.

O contrato de trabalho existente para o camponês no engenho tem sido verbal apenas, combinação verbal entre proprietário e morador, agora porém, foi impresso em contrato que deverá ser posto em prática aliás já está sendo.(...) [N]ão é permitido construir casa, nem plantar fruteiras de espécie alguma”

Condição

Os trabalhadores afirmam que não havia quem trabalhasse sem pagamento, no estrito sentido do termo. Nisso, eles distinguem claramente sua condição daquela dos arrendatários:

“O foreiro era pra pagar o foro no dia da Conceição. Tinha, pagava cambão, no caso o foreiro, né? Porque o foreiro pagava o cambão. [Mas o trabalhador não pagava, não?] Pagava não.” Odilon Caetano da Silva.

O que eles descrevem como condição é o fato de ter que trabalhar no eito um certo número de dias, determinado pelo patrão de acordo com as necessidades da produção. Mas o salário, por mais reduzido que fosse, era pago da mesma forma. “Todo dia de serviço era pago”, garante Inácio Antônio Dias, como os demais entrevistados, Francisco Zalatiel Ferreira, por exemplo. “Não tinha dia de graça, não, viu. No sábado a gente recebia, né? O pagamento.”

“O eiteiro era o homem que trabalhava pra fazenda, pro engenho. Tinha engenho que cobrava 4 dia! 4 dia. Aquele morador trabalhava quatro dias, se o salário tivesse a 1.200, a 10 tões, o que tivesse, 2 mil reis, ele recebia por dia. Agora no verão, quando os engenhos moía, ele trabalhava os seis dias. E o senhor de engenho pagava aqueles 6 dias que ele teve. Se fosse 2 mil reis, era 2 mil reis, era...”

Arlindo Nascimento continua, evidenciando apenas diferenças eventuais entre os empregadores.

“Era o salário, o que fosse, né? Porque em 30 pra 40 o salário era 2 mil reis, 2 e quinhentos. Um pagava mais, outro pagava menos. É que nem hoje que um paga o salário mínimo, o outro não paga!”

Apenas um trabalhador, Severino Barros Lima, afirma ter conhecido a condição na sua definição tradicional. Embora não fosse gratuita, mas de remuneração inferior.

“Tinha, tinha obrigação. Tinha o cambão. Era três dias de condição. Três dias de condição. Por semana. Toda semana tinha aqueles três dias. Recebia, mas no preço mais barato. Sabe. A gente... A

²⁶²² Uma nota manuscrita enviada por J.C. ao Delegado Auxiliar, em 16.05.60, com o timbre da SSP, de pequeno formato diz: “1. Mandar um ou dois investigadores “disfarçados” trabalhar no Engenho durante alguns dias a fim de saber o que se passa”. SSP 29343, Doc. 43-46. Pode-se pensar que o investigador 239 seja um desses. Nesse caso, ele apareceu aos trabalhadores rurais como um deles. No entanto, seu papel para incitá-los a assinar um instrumento legal tão desfavorável aos moradores, não deixou de constituir uma tomada de posição e interferência das autoridades públicas.

²⁶²³ SSP 29343. Doc. 25.

comparação era assim: três dias a gente trabalhava a dois mil réis, que era a condição, e dois dias por diante a gente trabalhava a dois mil e quinhentos. Depois passou pra três mil réis, viu, três prata de dez toim. Os outros três era maior, era.”

Outro testemunho que se aproxima do que é normalmente definido como condição, na forma mais acentuada, menciona uma quantia de trabalho como sendo – segundo o preposto do patrão - o “*foro da casa*”, um tipo de aluguel. O barraqueiro, que se recusou a pagar-lhe o salário devido, no entanto, estava cometendo um abuso, aproveitando-se do estado de fraqueza física de Manoel Fernando de Souza que, adoentado, não havia trabalhado o resto da semana.

“Na semana que ele só tirava uma conta, porque não podia mais, ou por doença ou seja o que for, aquela perdia, aquela era o fôro da casa, que aconteceu mesmo com eu. Eu fui na segunda-feira já meio adoentado, tirei uma conta. Quando foi na terça-feira, amanheci arriado, não fui trabalhar mais. Passei o resto da semana parado, sem poder trabalhar. Nem em casa não trabalhei. Quando foi no sábado de 7 horas da noite, fui receber, ele disse: «Quantas conta tirou?» Eu disse: «Uma» «Uma é o fôro da casa.» Eu disse: «Mas seu barraqueiro, eu passei a semana doente. Tirei uma conta e o senhor não vai pagar? Não. É o fôro da casa.» E ficou perdido mermo!!”

Na safra, lembra Amaro Pedro dos Santos:

“Ele dizia quantos queria. Da família quem quisesse trabalhar (três dias por semana). Quem fizesse um cem, ganhava aquele total e 500 ganhava mais qualquer coisa. Quem tinha uns feixes bons, não era 2.000 milréis a diária não. Era menos.”

Respondendo unanimamente à pergunta se tinham trabalho sem pagamento: “*Não, trabalhava de graça, não*”, afirma Severina Maria da Silva. Alguns dos trabalhadores ponderam a respeito de um fenômeno, estranho à sua experiência, porém, muitas vezes, descrito como qualificando a relação de ‘morada’. Amaro Rosendo Fagundes afirma:

“Aqui em Pernambuco, não. Nessas redondezas eu nunca vi, não. Agora, em Alagoas, eu sei que tinha. Você dava um dia de graça pro patrão e ficava desocupado a semana pra poder ter a terra par plantar.”

Eugênio Benvindo M. Freitas garante que isso ocorria apenas em “*propriedades sem ser engenho*”.

Termo de declaração de J. B. S. (55 anos) Engenho M. em 04.02.60²⁶²⁴
“Fazem oito anos que o depoente reside no Engenho M. em casa e terreno do mencionado engenho; que o depoente não paga qualquer foro, ficando no entanto na obrigação de trabalhar quatro dias para o mencionado engenho; que, até certo tempo a proprietária do engenho não lhe compensava com qualquer importância, digo compensava o depoente e os demais trabalhadores com a importância que variava de oito a doze cruzeiros por dia que trabalhasse ao aludido engenho; que, atualmente tendo em vista a elevação do custo de vida, o engenho vem pagando a irrisória quantia de 20 cruzeiros por dia de trabalho; que como essa importância não seja suficiente para manter o depoente e sua família numerosa, resolveu determinar que dois filhos seus menores lhe substituisse nos quatro dias já referidos, enquanto o depoente passou a amocarvar, comprando e vendendo frutas.”

Função da terra para plantar

“Aí, o camarada pagava do preço que queria, pagava o tanto que queria. Aí, lá se a gente não fosse um roçadinho pra ter alguma coisa pra morrer, ia morrer de fome mesmo.” João Oliveira da Silva.

A função principal do sítio, do ponto de vista do empregador, era a fixação na empresa de uma quantidade conveniente de trabalhadores ao menor custo possível. Para a família, ele constituía

²⁶²⁴ SSP 29343 Doc. 67.

no mínimo um complemento indispensável para a alimentação básica da família. Ele providenciava a segurança alimentar.²⁶²⁵

“Plantava, plantava macaxeira, mas era pra inteirar, meu patrão... Era pra inteirar que não dava.” José Francisco Paiva.

A lógica da plantação- o menor custo possível e a manutenção de amplos contingentes de trabalhadores capacitados à disposição da empresa - incorporava o potencial de produção dessas unidades familiares, quaisquer que fossem seus efetivos ou a amplitude de seu acesso aos meios de produção.

“O ganho não dava, a mercadoria barata, tinha que inteirar, né? Tinha que inteirar pra colher, plantar uma bolinha de cará verde, uma coisinha pra inteirar; e, às vez, quando era de noite, estava tudo morrendo de fome. Até a mulher estava morrendo de fome de novo.” José Francisco Paiva.

“E o que plantava era macaxeira, a batata, no sítio que dava; e nesse tempo se plantava muito; e tinha as casa de farinha, fazia tapioca, bejû, servia a uns ou outro. E naquilo se continuava assim, era por isso que o ganho era pouco...” José Damião da Silva

Nos melhores dos casos, a produção do sítio/roçado permitia uma renda suplementar para pequenas aquisições: vestimentas etc. Isto é, a única oportunidade de dispor de dinheiro vivo para abastecer-se no comércio livre, coisa quase impossível com o salário reduzido e o sistema de pagamento no barracão, muitas vezes em crédito ou vales sem validade fora da propriedade.

“Daquela lavoura que ele plantava, ele comia e vendia a dinheiro. Para inteirar o dinheiro da feira.” Rosendo Vicente de Sales.

“Todo mundo tinha sítio”²⁶²⁶ vs “Não todo mundo.”²⁶²⁷ “Não tinha sítio, tinha não.”²⁶²⁸

A frequência desse traço definidor da ‘morada’ manifesta-se não apenas menos regular do que fora apresentado, mas também notavelmente menos confortável. Se todo mundo no engenho, obviamente, tinha casa, a disposição da terra, na forma de sítio ou roçado, não era tão imediata. Nos engenhos que compuseram a Cooperativa de Tiriri, lembra Socorro Ferraz que participou do projeto sob a tutela da Sudene, *“alguns poucos, muito poucos tinham acesso à terra na forma de sítio nos engenhos da região.”*²⁶²⁹ Certamente, a maioria dos trabalhadores entrevistados respondem sem hesitação que os moradores dispunham de lotes. *“No tempo que eu era menino, tinha [terra]. Ele [o plantador] fazia era libertar, libertar pra nós trabalhar”,* assegura Generino Luis da Silva.

²⁶²⁵ Fernando Antônio Gonçalves enfatizou: *“Daí a importância que têm para os trabalhadores rurais, as suas “roças” domésticas onde vão encontrar um subsídio para a sua alimentação deficitária.”* GONÇALVES, Fernando Antônio. “Condições de Vida do Trabalhador Rural na Zona da Mata de Pernambuco”. Op. cit., p. 141.

²⁶²⁶ José Damião da Silva, Francisco Zalatiel Ferreira, José Barbosa do Nascimento, Manoel dos Santos da Silva etc.

²⁶²⁷ José Batista do Nascimento.

²⁶²⁸ Severina Maria da Silva.

“Porque os sítios lá eram a vontade de ... pro camarada se pudesse plantar.” Antônio Virgínio da Silva

“Todos eles tinham. Tinha muita terra. O senhor-de-engenho mesmo dava muita terra, o morador que tivesse disposição de trabalhar, vivia de barriga cheia. Não vivia só do ganho, às vezes não ocupava nem o serviço da fazenda, tudo pro trabalho; se criava, todo mundo criava sua cabritinha, criava seu cavalo, porco. Todo mundo criava e plantava tendo disposição de trabalhar.” Manoel José Alexandre.

“Todo mundo era morador, todo mundo tinha sítio.” Odilon Caetano da Silva.

“Tinha sítio! Todo mundo tinha seu sítio. E o homem plantava mais terreno pra mode o camarada fazer, o camarada trabalhar para ter alguma coisa.” Amaro Carneiro da Silva.

“Os moradores tinham uma terrinha, sempre tinham.” Antônio Ambrósio dos Santos.

“Todo mundo que morava no engenho tinha terra para plantar. Quem quisesse plantar, plantava. Tinha uns que plantavam, outros não. Sempre teve.” Benedito Rufino da Silva.

“Cada morador tinha seu sítio, né?” José de Souza da Silva.

Contudo, eles reconhecem que havia também pessoas e famílias que não dispunham de terra, nesse passado de sua infância e juventude que corresponde à era da ‘morada’. Ademais, as restrições ao acesso à terra parecem ter sido igualmente muito maiores do que se pensa normalmente, como mostrou uma pesquisa com habitantes de ponta-de-rua.²⁶³⁰ A repartição geográfica do acesso à terra cedida, é muito peculiar. Nas áreas de antiga dominação da cana, bolsões presentes na Mata Sul e Norte, muitos entrevistados afirmam nunca ter tido acesso a terra para plantar. Antônio Maurício Domingo explica: *“Existiam engenhos que os patrões eram daqueles corruptos que não plantavam e não deixavam também os moradores plantar.”*

Camponeses ameaçados e tiros do José Lopes “para força-lo a não plantar na terra”²⁶³¹
[Os trabalhadores invadem a casa grande onde este se refugiou e declaram:]
“«Estamos cansados de sermos explorados pelo Sr Severino Bezerra Cavalcanti. Sua chegada ao engenho foi a chegada da própria morte. Ele quer apenas expulsar a todos nos, quer apenas que não plantemos um pé de feijão ou cova de mandioca. Tira os frutos das árvores que em tantos anos semeamos e destruiu todos os fornos onde as nossas mulheres faziam panelas de barro para uso e venda. E é violento! Vive aqui com três capangas (um disfarçado em barraqueiro) a nos amedrontar, a prometer que nos arrancará a orelha se não deixarmos a terra, indenizados pelos preços miseráveis que ele nos quer pagar. E não aceita os nossos foros. É um algoz, um impiedoso, um monstro».
O delegado meneou a cabeça, os soldados, de início excitados e uns até revoltados com o assalto à Casa Grande, ficaram mudos e quietos....”

Além do mais, solteiros não recebiam terra para plantar. Isso era particularmente desumano para os filhos adultos do morador, obrigados a procurarem outro engenho; mesmo casando, eles não podiam contar com um sítio para si. Esse tipo de situação vai constituir um dos meios de completar a expulsão dos moradores, particularmente na época mais recente do Proalcool:

“Quando cheguei não tinha terra. Porque, quando cheguei era solteiro. Também não procurava um sítio para plantar. Encontrei um sítio, fui plantando, fui entrando no sítio, fui plantando... Não queria fazer a casa, depois terminou eu mesmo, bem fazendo.” José Honório da Silva.

²⁶²⁹ Entrevista concedida a respeito da história da Cooperativa de Tiriri, em 05.05.94.

²⁶³⁰ DABAT, Christine Rufino, “Terra para plantar”. Op cit.

²⁶³¹ JC 05.08.60.

Quem morava no arruado também não gozava de um lote: *“Tinha não. Tinha muitos que não tinham, não”* confirma José Pascoal de Figueiredo.

“Uns tinha sítio, outros morava em arruado, aquelas barracas que eles fazia pra morar nas barraca.” Severina Maria da Silva.

“Porque morador de engenho tem terreno pra trabalhar e o da rua não tem onde plantar.” José Batista do Nascimento.

Diante da impossibilidade de sobreviver do salário, muitos se esforçavam para produzir alimentos em terra cedida. Apenas com negociação suplementar, alguns conseguiam autorização de plantar macaxeira ou batata em terras não ocupadas em cana, muitas vezes temporariamente.

“Todo mundo tinha sítio. Mesmo os que moravam na rua tinha sítio fora. Morador que nem era em Santa Cruz, muitos já ficavam na parte da rua não tinha... tinha um sítio fora, quer dizer: no terreno, mas sendo fora do... do local.” José Barbosa do Nascimento.

“Morava no arruado e dividia uma parte de terra e aí podia plantar a vontade. Não era perto da casa; perto da casa era o cercado. Botava o burro, o gado do próprio patrão.” Amaro Pedro dos Santos.

“Não tinha terra. Alguns se dedicavam e plantavam num terreno.” José Antônio de Lima.

Certos entrevistados enfatizam a coragem e persistência daqueles, entre seus colegas que, embora na posição desconfortável de morador de arruado, perto da casa grande, mais expostos aos olhares e às ordens do patronato, se esforçavam para ganhar e manter um certo acesso à terra, enquanto *“outros não se dedicavam.”* José Antônio de Lima.

“Bem, os que moravam no arruado, se ele fosse inteligente pra ele, ele arrumava uma continha de terra por fora.” João Francisco dos Santos.

“Esse pessoal que morava em pátio de engenho não tinha [terra] não! Agora aqueles interesseiros trabalhava pra fora. Quem se interessasse plantava uma macaxeira.” Antônio Ambrósio dos Santos.

A terra como favor

A questão de relações particularmente estreitas/submissas com o patronato (ou seus prepostos) é central na definição clássica da ‘morada’. Esse traço foi muitas vezes apresentado como peculiar apenas da relação plena de ‘morada’, que seria distinta do fato prosaico de morar e trabalhar num engenho.²⁶³² No entanto, os testemunhos mostram claramente que ela podia ocorrer – raramente, pois são poucas as menções de tais fatos – em qualquer situação laboral, ou seja, qualquer que fosse a inserção domiciliar ou mesmo profissional do trabalhador na empresa.

“Tinha o arruado, agora eles trabalhavam, e muitos, Aquele que era mais do lado dos patrões, era bonzinho pra o patrão, não brigava nada. Esse ele fazia uma camaradagem lá com ele de ele plantar. Dava um pedacinho para ele plantar. Mas tem muitos que também não plantavam nada. Que, quando ele pedia, ele dizia que a terra era pra plantar cana. E variava de senhor-de-engenho pra senhor-de-engenho, de propriedade pra propriedade.” Manoel dos Santos da Silva.

Entre os poucos trabalhadores que fazem menção de boas relações mantidas por eles mesmos ou certos colegas com os plantadores, vislumbram efeitos em diversas dimensões de suas vidas no engenho: acesso à terra, inicialmente;²⁶³³ o tamanho do lote atribuído, particularmente no caso

²⁶³² Ver particularmente as obras de Moacir Palmeira a esse respeito; III. 2. 5. A ‘morada’ como ‘dádiva’.

²⁶³³ Essencialmente para aqueles que moravam no arruado.

do sítio; ou maior liberdade para plantar o que quisesse. Em suma, o “favor” não era determinante de nenhuma posição peculiar na hierarquia funcional da empresa. Apenas facilitava aspectos peculiares de uma prática geral e indispensável, pois a produção agrícola da própria família de trabalhadores era parte integrante do sistema, não um conforto ou efeito de prestígio

“Não era pequeno não, porque a gente, seu Herculano, seu Raul, dona Amara era que era dona da usina, aí gostava muito da gente, não sabe?” José João da Silva.

Rosendo Vicente de Sales, que faz uso da palavra liberdade, de grande amplitude semântica, pondera sobre essas “preferências”, objeto de teorizações absolutas, perigosamente assim:

“Liberdade... Agora liberdade, aqueles trabalhadores que gostavam dele, porque patrão nunca gostou de trabalhador, gostava do serviço dele; então, naquele tempo, aqueles trabalhadores que ele gostava do serviço deles, tinham o sítio para trabalhar, plantava do que quisesse, até umas frutinhas. Plantava o que quisesse.”

“Eu plantava assim porque os fiscais gostava de mim, e eu trabalhava bem, e eu era obediente. Rles me dava lugar pra eu trabalhar onde eu quisesse plantar: 10, 12 conta de roça, ou macaxeira, cana, ou o que eu quisesse plantar. Era só pra o gasto, sabe? Pra vender, não. Agora mandioca, milho, batata...” Cassiano José de Sena.

“Mandava derrubar a casa, para quando os outros moradores que chegassem ir para o arruado, morar no arruado. Morar no arruado do engenho. Sítio não tinha. Em torno da casa grande tinha um bocado de gente. Tinha aqueles moradores e tinha aquele arruado de gente, daqueles que não tinham lavoura plantada, não tinham famílias. A gente que tinha família, mas lá família pouca, tinha aquele arruado. Os moradores tinham os sítios deles e aqueles posseiros que chegavam de fora tinha o arruado, a barraca. Tinha a senzala. É um bocado de gente que trabalhava em torno da casa grande, ajudando na casa grande etc. Morava ali, era ali; e trabalhava a semana todinha no engenho. Não tinha sítio não, esse povo. Os que eram moradores... mas se ele quisesse plantar uma coisinha, plantava no sítio dos outros no engenho mesmo; no sítio dos outros plantava. Plantava uma macaxeirinha, uma batata, uma coisa no sítio dos outros aquele que tinha vontade de plantar. Aqueles, muitos não queriam nem saber daquilo, só queriam ganhar o dinheiro.” José Honorato dos Santos

José Honorato dos Santos assegura que, no seu engenho, “*plantava lavoura. Tinha muita terra, tinha aonde eu quisesse plantar.*” Mas Miguel José de Oliveira tem outra experiência: “*Não ninguém tinha, não. A gente teve terra depois de Miguel Arraes pra cá. Tinha nada lá. Em Primavera, o homem me dava mas eu deixei de ir pra lá, porque se planta-se um pé de laranja, o homem arrancava.*” Miguel José de Oliveira. A diversidade da situação nas plantações parece significativa. Algumas acomodavam essencialmente moradores no pleno sentido da palavra,²⁶³⁴ instalados nos seus sítios.

“Naquele tempo, tudo era morador, que os engenhos naquele tempo, tinha engenho de ter 110 moradores, 150, 120 moradores. Todo mundo tinha terra para plantar.” Eugênio Benvindo M. Freitas.

“Os moradores do engenho eram tudo no sítio. Não tinha nenhum arruado. Tudo era nos sítios.” José Francisco da Silva.

²⁶³⁴ Segundo diversos autores, particularmente Moacir Palmeira.

Outras propriedades abrigavam uma população dividida entre moradores em sítios e moradores do arruado. José Honorato dos Santos lembra que esses eram numerosos: “*Agora que era muito; morador era menos; era mais gente particular do que morador.*”

“*Tinha as barracas, nos engenhos, as barracas, tudo conjugado, aquelas barraquinhas. Aí pronto, aí colocava aquele povo que vinha de fora.*” José de Souza da Silva.

“*Não dava pra pessoa trabalhar à vontade da pessoa, não. Morava no arruado.*” Severina Maria da Silva.

Em certas plantações, a população do arruado se distinguia pelo tipo de atividade.

“*Perto da casa grande tinha o estribeiro, tinha o cabo, tinha um barraqueiro, lá em Sapucaia onde eu morei. Tinha um arruado velho, do engenho velho. Aí tinha... um misto, uma coisa assim, aquele pessoal mais desbaratado vivia lá. O arruado que tinha só era na bagaceira, só. (...) Era cabo, era filho de senhor de engenho mermo, o estiveiro, às vez o vaqueiro (o tirador de leite). Era esses povo assim, mais, né? Esses que eu estou dizendo, aí quer dizer que eles não... o que morava na bagaceira não morava em sítio, né? Morava em sítio os outros que trabalhava no cultivo. Agora esse povo, quer dizer, que tem os serviço no engenho mesmo, aí quer dizer que eles moravam na bagaceira mermo, né? Os que tinham família, dava um roçado, um taquinho de terra separado, né? Roçado sem o sítio mermo. Os que moravam perto da bagaceira não tinha roçado, não. Tinha, quer dizer, não tinha casa, né? Morando na bagaceira, aí não tinha casa fora, né? Aí separava um taquinho de terra, aí botava pra ele plantar milho, feijão, batata, o que quisesse, né?*” José Peagentino dos Santos

Diversos trabalhadores rurais entrevistados e seus colegas, todos empregados nas tarefas agrícolas, moravam em pequena aglomeração. A nomenclatura é variada.

“*Quem trabalhava por ali tudo era morador. Era sim, Sr. Tinha também muita gente no arruado. No engenho mesmo tinha arruado. Todo engenho tinha. Tinha e tem.*” Antônio Ambrósio dos Santos

A restrição quanto à disposição de lotes e sobretudo para seu uso – apenas roçado – é mencionada: para quem morava no arruado:

“*quando queria, falava com o senhor-de-engenho, quando queria, aquele que tinha vontade de plantar uma cova de macaxeira aí falava com o senhor-de-engenho, coronel, Seu Manoel, seu Fulano me dê um toquinho de terra pra plantar uma conta de macaxeira. Vai plantar em tal canto. Assim, ele ia, anotava lá e plantava. No engenho mesmo, no terreno do engenho mesmo, junto do morador não. Só faziam roçado. Em qualquer canto da terra. eu quero aqui, roça aí um pedacinho e planta uma conta de macaxeira, batata.*” José Honorato dos Santos.

“*O patrão deixava que tal morador plantasse roça, banana cumprida; e outros não podiam plantar nada. Não tinham nada.*” Amaro Pedro dos Santos.

Embora com possibilidades cerceadas, os moradores de arruado não estavam estruturalmente numa posição diferente daquela dos moradores, no sentido clássico da palavra, pois esses sofriam restrições crescentes ao uso do meio de produção parcimoniosamente cedido pelo empregador: “*Tinha direito à terra, arredor da casa para plantar.*” José Inácio da Silva.

2.3.2. Produção alimentícia familiar no contexto da plantação

Embora o acesso à terra fosse central na definição clássica da ‘morada’, bem como prezado por boa parte dos entrevistados, ela não passa de uma ‘brecha’, segundo o termo cunhado por estudiosos,²⁶³⁵ pervertida e impressada pela lógica da empresa capitalista maior na qual se insera e sobretudo à qual contribui, no sentido da remuneração da força de trabalho.

²⁶³⁵ Ver acima. III. 2.4.3. Da ‘brecha camponesa’ do período escravista à ‘morada’. e A obra de Sidney W. Mintz.

Do ponto de vista dos trabalhadores, além do acesso a um lote de terra cedida, elementos definidores qualificam essa dimensão de sua atividade produtiva, talvez melhor dizer reprodutiva de sua força de trabalho. Trata-se da delimitação e atribuição das áreas, sua localização e acesso; a qualidade dos solos; o elenco de culturas e criações permitidas e/ou possíveis; a organização da exploração; o destino da produção e finalmente a possibilidade de permanência na terra (especifica ou genericamente) e, no caso de expulsão ou saída consentida, a indenização das benfeitorias.

A literatura acadêmica já dotou essa prática de cessão de lotes de terra aos trabalhadores rurais de qualidades peculiares; até mesmo definidoras do modo de produção vigente.²⁶³⁶ Lugar de sujeição, como aliás qualquer aspecto da vida na plantação, a terra cedida e sua produção são elementos importantes para os trabalhadores rurais que não perdem uma oportunidade de deplorar seu desaparecimento. Elas foram também lugar de resistência, pois os alimentos produzidos nos sítios já jogaram o papel de fundo de greve para a categoria.

“Todo mundo tinha direito à terra pra plantar. Todo mundo tinha direito a seu sítio. Plantava. A gente trabalhava no engenho, mas quando não tava na vez de tá trabalhando, tava fazendo, plantando um pé de macaxeira, plantando uma cova de batata. No tempo de inverno, plantando uma cova de jerimum. Minha mãe plantava, as meninas plantavam, e a gente era pegado.” Antônio Virgínio da Silva.

Localização do sítio

“«Seu sítio é daqui pra baixo», era aquela lapa de sítio; tem um coqueiro, aquele sítio era da gente. Como aqueles sítio era da gente, pegava na pista, ia embaixo. Pronto. Era o sítio da gente; era aquele terreno todinho, pegando da pista. Era o sítio da gente pra dentro! Depois da gente, pegava Zé de Cordeiro, era um que gostava de fazer uma rapadurazinha por ali. Teve um tal de Mané Galinheiro, já pediu um taquinho do sítio da gente.” José Barbosa do Nascimento.

Uma das queixas mais freqüentes nos testemunhos sobre a terra cedida diz respeito à qualidade dos solos. Os lotes distribuídos entre os moradores eram obviamente não apropriados para a cultura canavieira. Sua localização era muitas vezes periférica e em escarpes localmente rochosas e de difícil irrigação, longe das várzeas repletas de sedimentos. Numa região conhecida pelo declive de seu relevo, a erosão podia rapidamente alterar as condições de uso agrícola, particularmente para uma população desprovida e desautorizada a fazer uso de insumos como o nota Cynthia Hewitt:

*“Land given to moradores for their own use is generally of very poor quality, and (...) no permanent crops or improvements are allowed by most landlords.”*²⁶³⁷

“A liberdade de plantio era pouca. A maior parte que tinha plantado era aquela parte, mais de vage e a de ladeira.” Inácio Antônio Dias

²⁶³⁶ Ver, particularmente III.2.2.3. A tese feudal no Brasil explicando a ‘morada’ e defendendo sua extinção, e III.2.5. A ‘morada’ como ‘dáviva’.

²⁶³⁷ HEWITT, Cynthia N. “Brazil: the peasant movement of Pernambuco, 1961-64”. In: LANDSBERGER, Henry Ed., *Latin American peasant movements*, New York: Cornell University, 1969, p. 381.

“O tamanho é grande e é pequeno, porque eles dão aqueles lugar mais difícil. Mais difícil; não pode conseguir, ele tá botando. É longe. Sempre em arrebardo. Desde do começo que é assim.” João Francisco dos Santos.

“As mais fraca. Até na lavoura branca, os moradores só tinham direito aos cantos mais fracos.” José Felipe Santiago.

Em certas propriedades, havia mudanças freqüentes na localização dos lotes atribuídos aos moradores, até mesmo dentro de outra cultura como o agave, ou em terras previstas para a cana, mas que precisassem de trabalho suplementar. Eram toleradas apenas culturas de alguns meses como o inhame, macaxeira. Ocorriam, nesses casos, abusos de confiança, na medida em que deixando os trabalhadores acreditarem na concessão da terra, esses empenhavam-se em prepará-la:

“Agora quando a gente acha um pedacinho de terra melhor, diz a ele: «Me dê um pedacinho de terra ali pra eu plantar uma macaxeirinha.» Quando é o administrador, ele diz «Vou falar com o fiscal.» A gente vai, fala com o fiscal, e ele ali fala com o Gerente da usina. E naquilo leva o tempo. Quando ele diz: «Plante ali.» Que às vez a gente tem roçado o mato, ele diz: «Ali não plante mais, não, eu vou plantar cana.» Ai perdeu, nem o roço, nem nada e pronto, acabou-se.” João Francisco dos Santos.

João Francisco dos Santos especifica que esse tipo de manobra era menos freqüente antigamente: *“Era a merma coisa, mas era melhor porque quando ele dava, antigamente, quando ele dava, ali ele deixava.”* Severino Barros Lima apresenta um caso de culturas consorciadas, sugeridas pelo proprietário: *“É isso que era de seu Sigismundo, ainda fazia esse benefício à gente, né. Plantava o agave, a gente limpava a terra e plantava o agave e dentro do agave a gente plantava a roça.”* Mas, nenhum trabalhador podia se atrever a arroteiar, mesmo com boas razões que seriam benéficas ao conjunto dos habitantes do engenho, sem a formal autorização dos empregadores. Um investigador de polícia relata a expulsão de um morador porque, *“a pretexto de extinguir três formigueiros de ‘saúva’, devastou aproximadamente 60 braças quadradas de um capoeirão sem autorização do seu proprietário.”*²⁶³⁸

As experiências individuais eram muito variadas: *“Tinha tempo que pegava uma terrinha boa; tinha tempo que pegava uma terra fraca”*, pondera João Francisco dos Santos. *“Quem gostava de trabalhar, a melhor coisa era quando a pessoa queria um sítio. Os empregados faziam aonde a pessoa quisesse”*, lembra Amaro José de Sena. Mas, a maioria dos trabalhadores se queixa da qualidade do solo das regiões da propriedade onde eram autorizados a plantar:

“O sítio era ruim. A gente trabalhava, não dava o que a gente queria, não dava fava, não dava lavoura. Era aquilo engasgado; era pedra que nunca vi!” José Barbosa do Nascimento.

“O empregado dizia, vá plantar ali, naquele lugar; e ele ia. Era um sítio cansado, a terra fraca.” José Antônio de Lima.

“São fracos, é onde a cana não tinha condições de sair boa e tirar, mas não tira. Ai aqueles sobrinhas de terra não é coisa bem favorável pra o camarada plantar. Não pode dizer: «Eu quero plantar, quero também roça do ali, acolá.»” Manoel José Alexandre.

²⁶³⁸ Relatório de polícia 21.04.60 dos investigadores a cavalo N° 5 e 239. SSP 8098, Doc. 7.

“Eles tinham grandes sítios porque na época, eles só plantavam só nas vargens, nos córregos de cana e os altos. Aquelas pedras ele dava para o trabalhador trabalhar.” Antônio Maurício Domingo.

Na situação atual dos entrevistados, morando na cidade ou tendo seu sítio/roçado constantemente ameaçado pela cana, a área de que podiam dispor na época da ‘morada’ parece tanto mais extensa. *“Não, era limitado! Era o total que a pessoa desse pra pessoa plantar em roda das casa.”* Severina Maria da Silva. *“Era o tamanho que quisesse.”* Amaro José de Sena e Amaro Carneiro da Silva formulam o mesmo julgamento que José de Andrade: *“O sítio era grande.”* A superfície precisa de terra considerada “grande”, variava muito segundo os entrevistado: *“Podia trabalhar... botava 1 quadro, 2 de terra.”* Joaquim Pedro da Silva.

“O homem dava o trabalho mais também mandava a gente para a solta do tamanho que fosse o terreno. Se a gente pudesse botar todo botava. Não tinha limite para o roçado da gente. O limite quem fazia era a gente. Então ainda teve ano de chegar o ponto e pegar dois quadro de terra. Plantava ele todinho tratava, e não perdia um dia no engenho.” José Barbosa do Nascimento.

“De terra que a disposição do camarada desse pra plantar: 10, 15, 12, 20 contas, se plantava.” Antônio Santana da Silva.

“A terra, deixava plantar, a vontade do morador. Meu pai plantava assim dez contas, doze, quinze; os que queriam plantavam o que queria. Tinha muita mata. Tinha terra suficiente.” Amaro Pedro dos Santos.

“O que o camarada pudesse plantar, uma quadra já plantava, duas, três, não... conforme seja a quantidade de morador que pudesse plantar, ele não empatava não.” Alfredo Cosme dos Santos.

“O tamanho era um hectare, dois hectares, três hectares, um hectares, até cinco hectares.” Odilon Caetano da Silva.

“O sítio era grande, quando eu cheguei, no ano que eu cheguei... Cinquenta. Era grande, quando eu cheguei era uma duas hectare.” José Peagentino dos Santos.

“Também não tinha dimensão, assim, pequena não. Às vezes, era até uma dimensão grande, de 10, 12 ha.” José Antônio de Lima.

“A roça era do tamanho que quisesse. Era a disposição, pudesse plantasse o tamanho que o cabra quisesse.” José Batista do Nascimento.

A diminuição geral do acesso à terra para plantar é notória, como também o encolhimento das áreas cedidas. Tocou os entrevistados de modo que os lotes dos quais dispunham foram dotados de cores mais amenas:

“No meu tempo do engenho Serraria um sítio era três, um sítio no engenho Serraria dá 5 sítio agora nos engenho do jeito que tão agora; dá 5 sítio e sobra terra.” José Barbosa do Nascimento.

Mas, Antônio Ambrósio dos Santos nota que, já na época de sua juventude, a situação não era tão homogênea assim:

Tinha sítio que tinha terra que... muita. Mas tinha outros que já eram mais empresadinhos, no lugar de terreno de cano.”

“Não tinha quantidade de nada, não. Era negócio de... de 10 conta de terra, 5, tinha o tantozinho de terra que o proprietário lhe dava pra ele trabalhar.” José Felipe Santiago.

A respeito da criação de animais, Manuel João Pereira mostra que a área disponível limitava-lhe consideravelmente as possibilidades:

“Lá no sítio. Mas somente no arredozinho de casa, que pobre não amarrava. Não tinha onde botar, que a cana chegava no terreiro. Que ficava duas conta ou três somente... Nesse sentido, os julgamentos

quanto à superfície do sítio variam também nos testemunhos; quando dada superfície era muita terra (cinco contas, por exemplo) para uns, para outros a mesma quantia não os satisfazia.”

Portanto, a avaliação do tamanho do lote cedido envolve dimensões diversas.

“Ainda tinha um taquinho de terra. Pequeno. Umas 5 conta, e também não trabalhava porque não tinha tempo.” José Pascoal de Figueiredo.

Embora seus colegas só mencionassem a família em termos de força de trabalho disponível para cultivo, esse último entrevistado relaciona o tamanho do sítio ao da família.

“Todo ele tinha sítio. Agora um maior, outro mais pequeno, né? Uns tinha família mais maior aí pegava um sítio grande, né? E o que tinha família mais pequena aí ele pegava um sítio mais pequeno.”

No conjunto da propriedade, alguns trabalhadores avaliam que a área total dos sítios ultrapassava aquela dedicada à cultura industrial.

“Acho que era muito mais sítio [do que cana]. Pindoba tinha uns cento e tanto sítios, uns 110 mais ou menos, né? Tinha uns 110 sítios. Hectares de cana tinha poucas. Era, só plantava cana mais nos córrego, não sabe? Nos baixios.” Odilon Caetano da Silva.

“Não faltava terra, não. Não, que a Usina aqui nesse engenho mermo, nunca vi ele empatar, não. Salvo se, por exemplo, uma terra dessa assim, pra o engenho fazer planta, dizia: «Eu vou fechar isso daqui, mas vá plantar noutro canto acolá.» Dava terra.” Luis Batista do Nascimento.

Trabalho no sítio/roçado

“Não tinha terra. E os que tinha terra também não tinha tempo de trabalhar pra ele.”

José Pascoal de Figueiredo.

O trabalho exigido pela atividade na lavoura branca supunha disponibilidade de tempo e forças por parte do trabalhador rural. Como o mostrou José de Souza Martins para os colonos nos cafezais, *“de fato ocorria uma extensão da jornada de trabalho ou o aparecimento de um segunda jornada de trabalho do colono na sua própria cultura de subsistência.”*²⁶³⁹ Vários trabalhadores mencionam estações em que podiam se dedicar a esses afazeres. Mas a maioria se queixam da falta de tempo e disposição, visto as exigências da empresa. Amaro Rosendo Fagundes garante que, durante a semana, não tinha tempo para o sítio: *“Quem quisesse plantar alguma coisinha era no domingo, no dia de domingo.”* E complementa *“Terra não faltava pra plantar não. Não senhor. Agora não tinha era tempo.”*

“Trabalhava a semana toda no engenho. Só tinha... muitos que nem o dia de sábado tinha direito, porque o engenho moía. Fazia açúcar nessa época, fazia açúcar.” José Felipe Santiago.

Os horários disponíveis eram muito reduzidos, de fato aqueles que deveriam ser dedicados à reposição das forças dos trabalhadores: feriados e antes ou depois de um dia de trabalho assalariado já extremamente extenso.

“Plantava alguma cova de macaxeira de madrugada, e de manhã, antes de sair; de noite e de madrugada.” Manuel João Pereira.

“O meu sítio ainda dá pra trabalhar, tem quase duas hectare de terra, todo bom, Tem mais de 500 pé de bananeira. Tem roça, tudo coberto de roça. Meu sítio tá todo cobertozinho. Macaxeira, mandioca, é banana, é laranja, é mangueira, jaqueira. É fruta-pão, é... toda qualidade de fruta tem. [Riso] Toda

²⁶³⁹ MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. Op. cit., p. 83.

qualidade de fruta tem. Chega lá o meu sítio tá completozinho, tudo bem feito. Eu trabalhei muito de noite, eu tirava a diária do engenho, chegava de 6 e meia, 7 hora da noite, tomava café, me deitava. Quando era uma hora da... duas hora da madrugada, me levantava, e ia pra o roçado. Trabalhava até 4, 4 e meia. De quatro e meia chegava em casa, tomava café, tocava pra o engenho. Cinco hora já estava no engenho pra trabalhar. Sempre segurei nessa pisada, até... a minha mocidade acabei todinha dentro de Caramuru. Cheguei com 23 ano, já faz 56 que eu moro em Caramuru, cheguei com 23, mas meu rojão era pesado. Quando cheguei lá em Caramuru, chegava tempo de festa muita gente chorava, chorava, assim, porque não tinha um tostão pra comer um quilo de carne. Mas eu, graças a Deus, nunca faltou... Agora o couro do lombo caía das mão, encalçava no roçado, o sítio era grande.” Manoel Fernando de Souza.

Nessas circunstâncias, a distância entre o domicílio e o local da terra cedida constituía um elemento importante, pois, se fosse grande exigiria esforço suplementar do trabalhador já esgotado na atividade canavieira, a qual, por sua vez, também requeria deslocamentos.

“Quando era pra plantar um cambão de maniva, ando uma hora de distância. Quando eu chego em casa do serviço, almoço, corro pro roçado, quando chego a luz já tá tudo acesa. Foi um tempo bom. Mas não tá, porque a gente trabalha muito, viu. Pra plantar um cambão de roça, né. Trabalhando muito na tucuca.” Francisco Zalatiel Ferreira.

A falta de tempo limitava a extensão de terras plantadas, bem como a diversidade das culturas.

Sem tempo, o morador precisava visar apenas o essencial:

“Plantava milhozinho, um feijãozinho, um pé de macaxeira, era o que dava pra plantar. Quando chegava era cansada, a meio-dia da tarde do trabalho, né? Só era o que dava pra plantar mermo.” Severina Maria da Silva.

“Tinha sítio, mas não plantava porque não podia. Não dava, trabalhava até 4 hora. As oito hora... no roçado era coisa pouca.” Manuel Bernardo Alves.

“Não tinha tempo pra plantar.” José Pereira de Lima.

Todos esses obstáculos limitavam ou impediam o exercício de uma atividade considerada tão central na definição clássica do estatuto do morador. Eles mostram também o acúmulo de dificuldades e a precariedade de uma atividade complementar à principal, embora essencial para a sobrevivência do grupo familiar. Uma forma de permitir a permanência e reprodução da força de trabalho – inclusive à nível das gerações, como mostrara Marx – era extraindo o máximo de trabalho da população (e não apenas dos assalariados) pelo menor custo possível para a empresa. De certo modo, o patronato obrigava os assalariados a suprir uma parte de seu sustento – ou seja o que deveria constituir o próprio salário – às custas de esforços maiores dos interessados e de seus familiares. Poder-se-ia dizer que foi alcançado, nesse sistema, um ápice no modo de produção capitalista. Longe de ser aparentado à servidão, que, como foi visto, pelo menos assegurava ao servo a perenidade da posse da terra (podendo transmiti-la a seus herdeiros com o pagamento da mão-morta), o canavieiro produzia boa parte de seu sustento numa situação muito precária e controlada, a ponto da extinção dessa prática para os moradores dos arruados e posteriormente de toda a força de trabalho, expulsa dos engenhos para as agrovilas e pontas de rua.

Com isso, naturalmente, não se pretende aqui diminuir o valor nem o volume da produção realizada nessas condições difíceis. Pelo contrário. Essas realizações produtivas são a comprovação da capacidade extraordinária dos canavieiros não só de sobreviver e criar pelo seu trabalho o maior setor econômico do Estado, mas, ainda por cima, de contribuir decisivamente para seu próprio sustento e de suas famílias, como de abastecer as áreas urbanas da região com o produto de seus sítios e roçados. Em suma, uma façanha dupla em termos de produção, embora a recompensa que tenham recebido seja apenas uma curta e dura sobrevivência.

“Do roçado quem cuidava era a família mesmo.”²⁶⁴⁰

Embora participassem geralmente, de uma forma ou de outra, os trabalhadores chefes de família que aproveitavam melhor a oportunidade de produzir lavoura branca, eram aqueles que podiam contar com a participação dos membros da família.²⁶⁴¹

“Ia trabalhar no eito, aí quando voltasse, não dava tempo trabalhar que era eito mermo. Não dava tempo porque pegava de 6 hora, largava de 6. A família em casa era quem trabalhava.” Odilon Caetano da Silva.

A cooperação de todos os membros da família era fundamental para uma boa safra, e podia adotar contornos bastante sofisticados, em termos de estratégia na divisão do trabalho e de encadeamento das tarefas:²⁶⁴²

“Quem cuidava do sítio era a gente mesmo. A gente trabalhava, a gente trabalhava de dia e quando ele botava roçado, de noite. Roçava mato de noite, alimpava as capoeiras, roçava. Quando era de noite, aí rebocava maniva, rebolava maniva de noite nos balaços... As mulheres no outro dia plantavam. A gente ia pro eito e a mulher em casa plantava.” Eugênio Benvindo M. Freitas.

“Os homens também cuidavam, quando chegavam a tempo. Cuidava, viu. Porque quem trabalhava na tucuca, cuidava quando era às vezes tirava mais cedo e cuidava, né? Quando não cuidava era a família, né?” Francisco Zalatiel Ferreira.

“O tempo era pouco também pra gente trabalhar em casa, porque trabalhava pra fazenda. Já chegava de noite, aí não tinha tempo nem de trabalhar. Se a mulher não plantasse feijão pra comer verde, aí a gente não tinha tempo de plantar, aí continua desse jeito, continuava.” José Pereira de Lima.

“A mulher podia até tomar conta do sítio; o homem saía trabalhando e a mulher tomava conta daquilo aí, já que morava no sítio.” Benedito Rufino da Silva.

“Quem cuidava da roça era a gente mesmo, era. Trabalhava na fazenda 6 dias na fazenda e cuidava do roçado. Tinha mulher que trabalhava. Minha mãe mesmo trabalhava muito, plantava; meu pai plantava uma parte da terra de roça pra ela, e ela plantava pra eu.” José Amaro dos Santos.

“Era o chefe mesmo. Trabalhava alugado e trabalhava pra ele. Algum filho que ele tinha ficava cuidando em casa, quando ele saía pra trabalhar com as mulheres, aquelas que trabalhavam. As que não trabalhavam ficavam somente domesticando seu filho mode eles cuidar do serviço.” Amaro Carneiro da Silva.

²⁶⁴⁰ José Francisco da Silva.

²⁶⁴¹ José Peagentino dos Santos. Antônio Ambrósio dos Santos.

²⁶⁴² Estudando pequenos produtores da região, “os animais de carga (...) pertencem à esfera masculina, estando diretamente sob controle do pai. Outros, como porcos, cabras e aves (perus, patos e galinhas) pertencem à esfera feminina, estando sob o controle da mãe. Os animais dessa esfera são designados pelo termo ‘criação’, sendo utilizados fundamentalmente para o consumo da casa e vendidos apenas em certas situações específicas.” MEYER, Doris Rinaldi. *A Terra do Santo e o Mundo dos Engenheiros*. Op. cit., p. 85-86.

“Serviço de mulher, né? A mulher é tomar conta da casa dela, né? Ainda com o esforço dela, ainda plantava uma coisinha em casa, né?” José Pereira de Lima.

Nesse caso, os que trabalhavam no eito vinham eventualmente ajudar as mulheres no roçado. Pedro Porfírio Domingo demonstra admiração pela competência e energia de sua esposa, ativa em todas as frentes.

“A gente dava condição, quando chegava em casa aproveitava aquelas horas, né? E ajudava as mulher também, que as mulher... a minha mermo luta mais do que eu. Hoje ela trabalha mais do que eu, porque cuida na luta da casa, cuida nesse... No sítio. No roçado, e cuida nessa criaçãozinha mermo. Ai é onde eu digo que ela luta mais do que eu. Trabalha mais do que eu. Que às vez, quando eu chego do serviço, já chego enfadado, e ela: como diz o ditado, que a mulher tem fôlego de sete gatos. Luta na casa, luta no roçado ainda, e cuida dos bichos, de tudo, né? E nas horas que esteja, também ajudo, e a meninada ajuda ela, mas luta mais do que eu.”

José Amaro dos Santos sublinha a vantagem, para quem dispunha de um bom lote de terra, de ter *“família grande, porque... vamos supor: eram 6 ou 8 pessoas numa casa para trabalhar.”*

“Quem tinha a família que ajudasse trabalhar mais, vendia também, né? Não comia tudo. Agora quem tinha pouca gente pra trabalhar, quer dizer que não... o lucro era pouco, não ia vender.” José Peagentino dos Santos.

“Era tudinho da família. Quem tivesse morando no engenho, a família, digamos; a família mora nessa casa aqui, os que não tavam trabalhando iam trabalhar no roçado e trabalhar no canavial; os que ficavam em casa ficavam cuidando da casa. Quando a gente chegava do campo, ia trabalhar no roçado.” Severina Benvinda.²⁶⁴³

Também, era preciso alimentar essa grande quantidade de parentes:

“Não, vendia pouco porque a família era grande. Tirar tudo o que lucrasse pra vender tudinho, ficava a família sem nada, né. Que família grande sempre come muito. O pobre só tem barriga cheia quando tira do roçado pra botar no fogo, a panela cheia. Agora, ele comprando, ele sempre compra pouco porque o dinheiro dele só dá pra comprar pouco. Agora a panela quando vai pro fogo, do roçado a panela é cheia! Se for desse tamanho, a vontade da família é botá-la cheinha! No fogo.” Antônio Virgínio da Silva.

“Ela cuidava da roça quando chegava em casa cuidava da roça. Às vezes, dia de domingo, dia de sábado de meio dia pra tarde cuidava na roça, mais o marido e a família. Porque naquele tempo, não era como agora. Hoje em dia, só tem malandro. Agora naquele tempo, na casa da gente, de sete horas da noite, os meninos da gente estavam todos dormindo. Estava todo mundo dormindo. Tinha que endireitar todo mundo. Hoje em dia, o povo é tudo pela rua, bagunçando, fazendo coisa à toa. Naquele tempo, no campo, tinha lei. Hoje em dia, o pai de família não domina mais os filhos, você... As meninas-moças, por aí, sai daqui... de noite, tá fumando, por Nazaré, por tudo. Naquele tempo era todo mundo dentro de casa.” José Inácio da Silva.

Todos os entrevistados mencionam a solidariedade familiar como fundamental para a sobrevivência do grupo, como explica João Francisco dos Santos:

“Quando a gente não ia ajudar meu pai, a gente ia pro roçado.”

“E as mulheres em casa. As mulheres eram quem fazia o roçadinho, pra ter aquela macaxeirinha pra comer; uma batatinha, um jerimum, uma coisa e a gente...” Antônio Virgínio da Silva.

José Pascoal de Figueiredo sublinha que a proximidade do roçado facilitava esse trabalho: *“Em volta, perto da casa.”*

²⁶⁴³ José Felipe Santiago e Manoel dos Santos da Silva fazem declarações similares.

“Algum que tinha a família inteligente... a mulher! E a mulher cuidava do sítio e de algum animal que criava. A mulher, pronto, o sujeito quando chegava: criatura inteligente já veio com um feixinho de capim de noite, que ela pegava lá.” Manoel Fernando de Souza.

“A mulher trabalhava, a mulher do morador, ela trabalhava. Às vez tinha... tinha filho, tinha filha que cuidavam também do sítio.” Odilon Caetano da Silva.

Manoel Fernando de Souza gosta de valorizar a variedade e quantidade produzidas num sítio suficiente e bem explorado:

“Aí aquele que trabalhava pra si, não passava fome, não. O sítio era completozinho. Eu mermo e o finado meu pai, ele sabe trabalhar muito pra ele. Tinha, às vez, uma condiçãozinha, que a gente trabalhava muito pra gente. E assim hoje eu busco, meu sítio é coberto de lavoura, tá lá.”

“A casa quem cuidava e o roçado quem cuidava era as mulheres. A gente não tinha direito, era trabalhar mesmo seis dias! Que era pra arrumar aquela coisinha, mode no fim de semana fazer a boinha se não morria tudo de fome.” Antônio Virgínio da Silva.

“As mulheres trabalhavam. Minha mãe trabalhava, minha irmã trabalhava. Quando chegava de tarde, ia ajudar, né. Era aquele trabalho também.” Severino Barros Lima.

Nos sítios e roçados exercia-se também a solidariedade, na forma de ajuda mútua, entre vizinhos e parentes.

“A gente trocava dia emprestado. A gente não tinha dinheiro para pagar, fulano vai eu a cavar aquela conta de roça, que amanhã se tu quiser, amanhã ou depois, eu te ajudar a cavar lá. Aí, ele ia se juntava, dois, três cavava aquela bola de terra de um. No outro dia, se juntava fazia de outro de novo, três de novo. Ia trabalhar no roçado de outro e assim a gente ia vivendo. Trocava o dia, não tinha dinheiro aí. Trocava o dia de um com o outro, né? Se unia, trocava um dia de serviço para ir trabalhar naquela canto, viu.” Severino Barros Lima.

2.3.3. As produções

“Um roçadinho pequeno, plantava as macaxeira, uma mandioca, uma coisa. Plantava feijão, macaxeira, batata, essas lavourazinha assim.”

José Pascoal de Figueiredo.

A produção de alimentos na terra cedida pelo patrão fazia parte integrante da estratégia de sobrevivência familiar, como será detalhado adiante. Além de fornecer alimentos básicos como a mandioca e eventualmente batata doce e frutas (sobretudo bananas), o sítio e/ou roçado permitiam a criação de pequenos animais, galinhas, cabras, porcos que constituíam, além de fonte de proteínas animais, a única reserva de valor da família canavieira.

Como o evidenciou o Professor Manuel Correia de Andrade,²⁶⁴⁴ essa produção abastecia os mercados de toda a região em alimentos básicos. Na linguagem utilizada na zona canavieira pela geração dos entrevistados, a “lavoura branca”, como era conhecida essa atividade agrícola, não constituía “trabalho”. Na sua concepção, essa palavra era reservada para o assalariamento na cana. Isso mostra talvez que não conceber as atividades produtivas nas terras de posse da família como trabalho não é apenas uma contaminação da relativa invisibilidade dos afazeres domésticos, afetados por similar tratamento. Sem dúvida, o fato dessas atividades agropecuárias se desenvolverem, em parte, próximo à casa, e em horários que se articulavam com as tarefas de

limpeza e cozinha, também de serem diretamente ligadas precisamente ao preparo das refeições familiares pelas mesmas pessoas tenderia a ligá-las numa categoria só. No entanto, tampouco eram consideradas “trabalho” as atividades eventuais que os canavieiros efetuavam na entressafra, os ‘biscaites’ ou ‘beliscada’ em zonas urbanas, como o confirmam pesquisas mais recentes.²⁶⁴⁵

“Agora os direito de plantio, pra o campo, aí quer dizer que eles dava mais vaga, porque o dinheiro era pouco, pagava pouco. Pagava pouco, eles dava mais fuga às pessoa plantar e criar. Mas... depois que muitos foi multiplicando o dinheiro, aí multiplicou também a sujeição.” José Peagentino dos Santos.

O entusiasmo de alguns trabalhadores quando eles contam o que plantavam e colhiam mostra o quanto isto lhes era caro, tanto como apoio quanto pelo próprio prazer de produzir.

“Meu sítio mesmo pegava 2 hectares de terras e todo mundo vivia, todo mundo criava, todo mundo comia, porque naquele tempo a gente criava, com licença da palavra, criava porco, criava um bode, criava uma galinha, né? Criava um peru e tudo tinha para ajudar a feira, né?” Severino Barros Lima.

“Todo mundo comia três vezes ao dia, e que todo tempo houve necessidade, passava necessidade que todo mundo não tinha fartura. Faltava como hoje. Todos trabalhavam, tinha morada. Todo mundo tinha terra pra plantar. Só não plantava aquele que não gostava de plantar. Tinha gente que não plantava, era mesmo. Não queria plantar, mas o que queria plantar, o sítio deles era coberto de milho.” José Amaro dos Santos.

“Agora pelo uma parte pro trabalhador era bom porque ele criava. Porque o sítio que eu morei mermo era um meio mundo de sítio; e todo ele era grande. Algum sítio mais peueno, mas os cabas que tinham família, ochent! Trabalhava, criava bicho, criava bezerro, criava cabra, criava, né? O que quisesse criava. E eles também deixava pros caba, pras pessoa que tivesse um bicho e o sítio não desse pra amarrar, amarrava em terra de cana. E hoje eles não quer nem que plante capim, que a usina mermo não deixa nem... tem tempo que nem capim não deixam.” José Peagentino dos Santos

“Ele dava, deixava plantar macaxeira. E se ele não fosse interessado pra ele, ele era naquilo mermo. Naquela época, plantava todo mundo; plantava banana, né.” João Francisco dos Santos.

“Bananeira, laranjeira, coqueiro, viu. Mangueira, aí pra plantar cana...” Francisco Zalatiel Ferreira.

“Não proibia plantar, não. Quem quisesse plantar podia plantar. Era feijão, fava, milho, roça, isso a gente plantava. Plantava muita fruteira: era banana, jaqueira, manga.” Alfredo Cosme dos Santos.

“Plantava tudo o tanto que ele pudesse ele plantava. É tudo, tudo, tudo. Podia plantar podia criar tudo, podia fazer tudo. Não tinha atrapalho.” Anísio Francisco da Silva .

“Ôchente! Criava peru; criava, com licença da palavra, porco, cada porcão assim. Meu pai matava um pra gente comer e o resto vendia: peru, galinha. Fazia farinha. Tinha aquela pueira, pisava, botava pra os bicho comer, e esse negócio de mistura bastava o povo salgar, bacalhau, carne, porque sempre comia mais era galinha, né? Galinha de capoeira, que é galinha boa, melhor, bom de capoeira.” Antônio Joaquim dos Santos.

“Plantava macaxeira. Plantava cará. Plantava cana. Plantava batata. Plantava tudo.” José Honorato dos Santos

“Podia plantar. E as fruteiras plantava no sítio. Eu mesmo hoje moro na vila, mas... faz 8 anos, que eu moro na vila porque eu tinha um cantinho assim. Aí me transferiram pra uma vila, lá iludido, Cavaram, reviraram meu sítio, me deram esmola. Naquele tempo, mil cruzeiros. E hoje, eu moro na minha vila, a casa velha... já faz 3 meses que passou do caso e a casa tá caindo.” Antônio Santana da Silva.

²⁶⁴⁴ ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem do Nordeste*. Op. cit.

²⁶⁴⁵ DABAT, Christine Rufino. *A situação dos Trabalhadores Rurais de Ponta de Rua*. Op. cit.

“Só não plantava pedra porque não nasce! Mas o resto...”²⁶⁴⁶

Para aqueles trabalhadores que tinham terra para plantar e não conheceram restrições patronais, o tempo passado tem cores muito positivas, pela “fartura” que se podiam providenciar. O termo liberdade é usado, desta vez, aplicado à situação passada.

“Plantava o que queria”, recorda Antônio Virgínio da Silva.²⁶⁴⁷ “Tinha liberdade de todo mundo plantar. Liberdade para plantar”, concorda Severino Antônio do Nascimento que perdeu sua terra:

“Banana, banana quando eu sai do sítio deixei cem touceiras, 170 touceiras de banana. Toda semana eu tirava um milheiro de banana. Me ajudava muito; vendia ao comprador. Eu não vendia banana, agora manga, jaca, fruta pão eu vendia na feira. Farinha também, toda semana eu trazia uma carga de farinha aqui pra Igarassu. Criava nesse tempo; podia criar uma cabra, podia criar uma galinha, podia criar um pinto; mas criar tudo. E hoje, pra criar um bicho, tem que ser tudo amarrado no pau e apanhar capim, porque até o mato da beira do rio, o infeliz fica botando veneno pro bichinho não comer. É um sofrimento; o cara cria pra quando na hora da morte ter alguma coisa prá vender, pra fazer ajudar o enterro. A vantagem que tem, nenhuma; a vantagem era ter um sítio. Agora, o cabra tem o que: pé de cana.”

“No tempo que eu era moço tudo era de bondade para nós, porque pelo menos se criava muito, se plantava muito, bananeira, se plantava coqueiro, o que pudesse você plantar. Então a liberdade de plantar uma carrada de cana, duas sua família pela festa, e hoje...” Inácio Antônio Dias.

“Plantava, lá no engenho onde eu morava. Plantava banana, que o homem era meio aberto assim. Ele não era bom, mas ele dizia sempre que não queria dele pedindo, principalmente a ele.” Antônio Maurício Domingo.

“Só tinha isso que não queria que plantasse. Só era banana cumprida. Agora, uma lavoura que só tinha cana, tirando a cana, tirou a fiação e se acaba. Agora a banana prata, aonde plantar vai aumentando, mas a banana cumprida se não tirar a fiação se acaba.” José Honorato dos Santos.

Proibições

Se a “liberdade” de plantar era muito maior do que hoje, os entrevistados mencionam algumas proibições bastante difundidas, embora não absolutas. A primeira era a cana.

“Só não plantava cana, viu? A cana era... negócio pro usineiro mesmo. Assim mesmo existia algum que fornecia cana. Tinha algum que às vezes fornecia...” Antônio Ambrósio dos Santos

Entre as plantas comestíveis, a bananeira era particularmente visada; o maracujá também; as árvores frutíferas, chamadas de “plantas de raiz”. Essas proibições eram fruto do exercício da soberania absoluta do proprietário que não achava necessário amparar-se em documentos escritos ou contratos.²⁶⁴⁸

“Maracujá e banana nunca queriam que plantasse, não; maracujá e banana, nunca queriam aqui dentro da Usina de São José. Mesmo quando eu era jovem!” João Oliveira da Silva.²⁶⁴⁹

²⁶⁴⁶ José Batista do Nascimento.

²⁶⁴⁷ Amaro José de Sena, José Damião da Silva, Pedro Porfirio Domingo, José Francisco da Silva, José de Souza da Silva, José Antônio de Lima afirmam a mesma coisa.

²⁶⁴⁸ Assim, o STR Igarassu se queixava ao Delegado Regional do Ministério do Trabalho, Romildo Leite, em ofício de 20.06.73 de que uma usina havia mandado arrancar 27 pés de banana quando não havia nenhum documento dizendo que não poderia plantá-los. SSP 29.747

²⁶⁴⁹ José Honorato dos Santos, José Pascoal de Figueiredo, entre outros, afirmam a mesma proibição específica.

“Não, negócio de fruta, bananeira ele não plantava, não. Porque era proibido, que eles não consentia a plantar.” José Felipe Santiago.

“Não quer que plante não, muita bananeira. Mas roça, batata, umas canas para chupar. Isso tudo pode plantar. A terra é muita.” Amaro Rosendo Fagundes.

“Olhe, só era proibido aplantar bananeira. Os homens não queriam que a gente aplantasse era bananeira. Naquela época! O que ateimava plantar bananeira, eles botavam pra fora.” Eugênio Benvindo M. Freitas.

As proibições podiam afetar a produção animal também:

“Criava não. Era proibido, e outra: eles não podia também!” José Pascoal de Figueiredo.

Se alguns não conheceram nenhuma restrições, outros relatam que a permissão de plantar só se estendia a poucas culturas: “Plantava lavoura que tirasse logo”, diz José Pascoal de Figueiredo.

“Morava, no cercado morava muita gente. Tinha, lá nesse tempo, se botava roçado e se plantava, em todo canto, e plantava quanto quisesse. E plantava o canto que queria. Só era mais roça. Mandioca para fazer farinha.” José Amaro dos Santos.

“Varia de engenho pra engenho: tinha engenho que o camarada não plantava nada, nenhum trabalhador. Tinha alguns a quem ele dava a terra. Olhe, se fosse... Quando ele dava era pra plantar batata-doce, macaxeira. Era pra plantar somente algum caroço de feijão...

[E banana, manga, essas coisas...] Não, quando começou ninguém plantava nada disso, não.

[Não plantava, não.] Não, hoje já planta, viu? Hoje já planta. É, por causa do sindicato.

[Por causa do sindicato.] É.

[Quer dizer: naquele tempo...] Não plantava, não.

[Ele não deixava.] Não. Vamos supor, de 100 tinha uns 10 que dava condições, é... ao trabalhador.

[Uma parte ele proibia, outra parte ele não proibia.] É, de senhor de engenho, é.”

Manoel dos Santos da Silva.

Plantando

Os moradores não recebiam ajuda de instâncias oficiais ou patronais: como o sublinhou Manuel Correia, não havia “qualquer preocupação das estações experimentais com as lavouras de subsistência” sendo elas apenas voltadas para “a grande lavoura”.²⁶⁵⁰ Sementes e mudas eram trocadas livremente entre famílias. “Arrumava sementes, mudas no sítio mesmo com um morador ou com outro.”²⁶⁵¹ Mais uma vez, na ausência de ajuda do Estado ou dos empregadores, apenas a solidariedade entre trabalhadores permitia-lhes realizar suas culturas. “Porque se um não tinha, outros tinha, né? Arranjava.” Odilon Caetano da Silva. As trocas entre os moradores atingiam outras plantações: “Às vez o camarada ia ver de um engenho pra outro um feixe de maniva, uns 10 ou 12 pé de banana cumprida.” Cassiano José de Sena. Amaro Carneiro da Silva conta que “A única semente que foi comprada, nos primeiros ano, era o milho e o feijão.”²⁶⁵² “Tinha, quando ele plantava uma esse ano, para o ano já tinha sementes, né?” Antônio Ambrósio dos Santos. A família planejava anualmente seu consumo, cuidando de conservar sementes das principais produções para a estação seguinte. “Aqueles sementes a gente não

²⁶⁵⁰ ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem do Nordeste*. Op. cit., p. 202.

²⁶⁵¹ José Antônio de Lima, José Pascoal de Figueiredo.

²⁶⁵² José Felipe Santiago, Manoel dos Santos da Silva, Antônio Santana da Silva, José Peagentino dos Santos

comprava, a gente comia e guardava. Guardava, as semente de planta já era separado: milho, feijão, aqueles negócio tudo a gente guardava”, explica José Barbosa do Nascimento “Fazia estoque em casa”, lembra Manoel José Alexandre. João Francisco dos Santos mostra os diversos usos dos quais a família podia lançar mão, além do consumo imediato. “Quando a gente cortava a terra que plantasse, aproveitava aquela semente; e quando não plantava se perdia. Não se perdia porque a gente dava as galinha.” José Amaro dos Santos lembra exatamente dos procedimentos: “A gente apanhava milho, quando acabar de encambotar, encangava, um com outros e botava aquele rodeio de milho pra secar, pra plantar no outro ano, quando o inverno vier. Um bom aquecimento.” Joaquim Pedro da Silva lembra de um plantador que distribuía sementes, um caso único nessa pesquisa.

“Guardava de um ano pra outro. Comprava no sertão, que nesse tempo tinha de tudo, né? Quando não tinha, o senhor-de-engenho plantava naquelas várzea muito e dava a semente pros morador, pra aqueles morador bom, que ele gostava dele, dava semente, dava jerimum, dava melancia, dava macaxeira, milho, feijão.” Joaquim Pedro da Silva.

Conhecimentos agrícolas

Treinados geração após geração na atividade canavieira, os entrevistados contam, no entanto, como desempenhavam funções complexas de agricultor (embora nas condições restritivas da plantação), praticando a policultura e pequena criação. Os conhecimentos necessários eram adquiridos em família e entre vizinhos. “Aprendi a plantar no Agreste”, explica José Honório da Silva. “Nasci dentro da lavoura, sabia plantar”, afirma José Honorato dos Santos. “Aprendi com meu pai mermo”, diz Odilon Caetano da Silva. “Porque eu, de pequeno mermo, eu via os outro plantando”, contam José Peagentino dos Santos, José Pascoal de Figueiredo e José Felipe Santiago. Essa aprendizagem, que faz notavelmente falta aos assentados atuais (oriundos das pontas-de-rua e portanto desprovidos desse tipo de capacitação), era reservada, mesmo na época da ‘morada’, àqueles que tivessem mais oportunidade ou interesse. “Não era todo mundo, não, mas sabia sempre plantar. Tinha gente que não sabia” detalha Cassiano José de Sena.

“É muito fácil. agricultor, eles já sabe. Vai pra os engenho e lá eles sabe plantar. Sabe. Eu mermo planto de toda qualidade. Eu aprendi trabalhando. Com a experiência dos mais velho que tinha, eu mermo sou um bom cavador de batata porque conheço, mas tem muitos trabalhador aí, né? Tem muitos trabalhador aí que não sabia plantar, alguns trabalhador, né? É, só foi aprendendo assim por pouco, foi aprendendo até que todo mundo aprendeu.” Manoel dos Santos da Silva.

“Plantava tudo”

“Quem tinha terra para plantar, plantava tudo quanto é lavoura. Lavoura branca. Batata, macaxeira, roça (mandioca), o que tinha vontade de plantar, plantava. Milho, feijão, tudo isto.”

Benedito Rufino da Silva.

As culturas mais frequentemente citadas são a mandioca (chamada, às vezes, de roça, para simplificar), feijão e milho; acrescentam alguns trabalhadores: batata, macaxeira, jerimum²⁶⁵³ e até melancia, cará, inhame, como fez José João da Silva. Mencionando repetidamente as três primeiras, muitos trabalhadores resumem num otimista e saudoso “*plantava tudo*”.

“A gente lembra que na década passada, quase se andava como índio. Quase se andava como índio; até porque uma coisa muito fechada, ninguém conhecia nada. As filhas de família, os filhos de família viviam tudinho em casa trabalhando, e o que plantava, não dava pra comprar pano. Eu lembro que eu trabalhava demais. A família não plantava; fazia uma horta de quiabo, maxixe pra vender na rua, né. Mas a rua era muito... sei como, era muito pequena. Chamava, hoje tem a rua chamada carice, eu chegava lá com um balaio de quiabo, de maxixe, coentro, mas quase ninguém comprava, pra apurar o dinheiro, pra comprar os panos. Mas quase nem encontrava. Goiana existia, Goiana, mas era difícil porque nem a gente conhecia Goiana.” Antônio Maurício Domingo.

Severina Maria da Silva sublinha que o elenco era pequeno, embora aqueles que dispunham de sítio também tinham frutas. “*Tem bananeira, cajueiro, laranjeira, tem jaqueira, mangueira, tem muita qualidade de frutas.*” Miguel José de Oliveira confirma: “*Podia plantar, mesmo fruteiras. Bananeiras, plantava.*”²⁶⁵⁴ Eugênio Benvindo M. Freitas lembra que herdou do morador anterior uma terra já produzindo frutas: “*Porque os sítios já tinha, quando chegava no sítio, já tinha aqueles pés de manga, pés de jaca, né. Esses ele deixava. Agora bananeira, eles não deixavam plantar não.*”

Lamentando a recente derrubada dos sítios, Inácio Antônio Dias lembra a importância das bananas e cita ainda abacaxi, jaca entre as frutas que colhia. João Francisco dos Santos se entusiasma ao recordar o que produzia; ao listar as culturas o débito de sua fala se acelera e ele conclui: “*tudo no mundo, o cabra plantar. Ai vivia tranquilo.*” José Honório da Silva, que é um exímio agricultor, famoso por suas iniciativas, lembra que “*Plantava sorgo, plantava banana, plantava tudo.*” Antônio Ambrósio dos Santos utiliza para designar as mesmas culturas, o termo difundido de “*lavoura branca: milho, feijão, cana, roça, mandioca, macaxeira.*” Inácio Antônio Dias lembra que podia também plantar coqueiro.

José Inácio da Silva explica as técnicas de uso do solo: “*Um tempo, a gente plantava batata, inhame, plantava milho, plantava feijão. E depois, quando dava uma estiada, a gente plantava roça. Roça de farinha. Mandioca. Macaxeira, quiabo, tudo o que a gente quisesse plantar no sítiozinho da gente, a gente plantava.*”

“Criava só para comer”

Como para tanto outros assuntos, os entrevistados manifestam uma grande delicadeza na suas expressões: Severino Barros Lima expõe: “*Naquele tempo, a gente criava, com licença da palavra, criava porco, criava um bode.*” Manuel Bernardo Alves: “*Criava, com licença da palavra, negócio de galinha, criação. Galinha era o que podia criar. Bicho de pena sim,*

²⁶⁵³ José de Andrade, Severina Maria da Silva, José Peagentino dos Santos, Amaro José de Sena, José Francisco dos Santos, José Francisco da Silva, Antônio Santana da Silva, José Elias dos Santos, Odilon Caetano da Silva. Abílio Luis Ferreira, José Batista do Nascimento, Eugênio Benvindo M. Freitas.

²⁶⁵⁴ José Severo da Silva, Eugênio Benvindo M. Freitas.

senhor.” Severina Benvinda narra que “*criava galinha, peru, porco, cabra, essas coisas.*” E era “*só para comer.*” Esses são os animais mais citados. Particularmente galinhas, pequenas e abundantes, mas que podem adoecer. “*Criava uma pata, era assim. Era, galinha, peru.*” José Batista do Nascimento. Outra constante é a procura de leite, e já que as vacas eram proibitivas no preço de compra e na manutenção, as cabras eram preferidas. “*Criava muito cabra de leite, tinha carneiro.*” Moisés Alves Correia. *Era cabra, só o que criava mais era cabra. Ave de pena.*” Generino Luis da Silva. Raros são aqueles que podiam se dar ao luxo de possuir animais de grande porte, geralmente era o caso dos foreiros e arrendatários, mais do que dos moradores, como lembra Benedito Rufino da Silva. O fato de possuir muitos animais, e particularmente aqueles mais caros para comprar e manter, assinalava um melhor nível de vida e uma reserva de valor para casos de necessidade.

“*Os interesseiros criavam, galinha, porco, cabra, era; outros possuíam um cavaleiro.*”²⁶⁵⁵

“*No engenho tinha muito peru e porco. Aquelas pessoas que iam se casar ia buscar lá em casa. Peru, porco, boi, bode. A vaca naquele tempo ninguém podia comprar não.*” José Elias dos Santos.

“*Galinha, criava de bando! Tinha um mundo de terra pra plantar milho, e plantava, criava galinha com o milho que plantava, né? Era de tudo.*” Joaquim Pedro da Silva.

“*Criei animal, criei bezerro, a mulher criava cabra, criava porco. Isso tudo só era por conta da pessoa que a disposição, como se diz, arranjando pra criar não era empatado, não.*” José Peagentino dos Santos

“*Criava: bode, porco, carneiro, galinha; só não criava gado. Alguma pessoa que criava uma vaquinha, alguma pessoa.*” José Honorato dos Santos.

Como para as culturas, as possibilidades de criar eram muito mais reduzidas para quem morava no arruado: “*Alguns no arruado criava, um ou outro*”, diz José Antônio de Lima. Havia também proibições patronais, seja para quem morava nos sítios ou no pátio da empresa: “*Burro não queria, porque dizia que burro era de fazenda. Tinha gente que deixava criar cavalo e tinha gente que não deixava criar cavalo. Galinha, pato, porco, só não criava gado, era proibido,*” detalha Amaro Pedro dos Santos. As regras eram precisas: “*Bom, se fosse longe do engenho, podia criar um porco, podia criar uma cabra, podia criar um cavalo.*” João Francisco dos Santos.

Os tipos de animais sendo criados e seu número são apresentados como elementos diferenciais entre as famílias canavieiras, obviamente em termos de meios, mas também de capacidade. “*Criava, cabra, quem podia, uma vaquinha. Porque tinham uns mais pobres do que os outros. Tinha... uns era mais preguiçosos também.*” Odilon Caetano da Silva. Como para as plantações, a forma carinhosa como certos entrevistados designam suas criações, o entusiasmo

²⁶⁵⁵ Antônio Ambrósio dos Santos, José Amaro dos Santos, José Barbosa do Nascimento, Amaro Carneiro da Silva, Amaro Pedro dos Santos, José Severo da Silva, José Francisco da Silva, Abílio Luis Ferreira, José Antônio de Lima, José Antônio da Silva, José Francisco dos Santos, João Francisco dos Santos, José Felipe Santiago, José João da Silva, Inácio Antônio Dias, Amaro José de Sena.

que se denota nas suas respostas revelam suas preferências não apenas gustativas, como profissionais: o prazer que possam ter tido em cuidar desses animais. Ou mesmo as dificuldades e fracassos. “*Comprei uma cabrinha. Sempre criou umas galinhas. A galinha não é bom de criar porque morre demais. A umidade é grande*”, lamenta José Honório da Silva. Severino Sebastião Santana concorda que elas davam mais problemas:

“*Eu criei; agora as galinha sempre era mais pouca, porque um bicho dá nela, viu? O sítio, aí raposa devora, né? É, a raposa devora. Lá pra dentro da cana, da cana pra cá o mato. A casa é no meio do mato, pronto, aí... mas se fosse um sítio tratado, raposa era mais difícil.*”

“O que as posse dessem pra criar, se criava.”²⁶⁵⁶

Outras limitações no tipo de criação e no seu volume provinham, obviamente, da disponibilidade de espaço, alimentos e mão-de-obra para cuidar. A preferência ia, em caso de dificuldades dessas ordens, aos animais menores, preferencialmente “*bicho de cabelo não, bicho de pena. Galinha, essas coisa assim,*” assegura José Pereira de Lima; eventualmente um porco e uma cabra para obter leite para as crianças da família.

“*Duas coisa desde pequeno que eu tinha vontade de criar: era um cavalo, um bezerro e uma casa de farinha. (...) A mulher vai, compra um bezerro. A mulher gostava de criar também porco, bode, bezerro, uma coisa. Ela herdou 3 conto, uma herança do pai dela. Herdou 3 conto, 3 conto de Réis. Eu fui pra rua, comprei um bezerro por 2 conto e 600, ficou 400. Os 400 eu levei pra casa e disse: «Toma aí, a gente comprou o bezerro e o resto eu inteiro aí com uma feira, e vamo criar esse bezerro.» Quando o bezerro tava bom de vender, eu vendi o bezerro por 13 conto. Aí fui lutando... fui lutando, lutando... depois vendi outro, comprei um pequeno; vendi outro, comprei um maiorzinho e outro pequenininho. Quando cheguei que fui puxando ele, quando chegou em casa. No caminho o povo perguntava: «Comprasse um bezerro ou comprasse uma cabra?» Eu disse: «Deixe que eu dou de comer a ele.» Levei, né? Quando cheguei lá tinha um lugar pra amarrar, ôche! Comia até solto... lá dentro, na terra da cana, que o homem não ia plantar cana. Sei que fui lutando, lutando, aí quer dizer... que essa casa ainda foi semente do bezerro. Mas se não tivesse lutado... Agora eu lá lutava a semana todinha no... no campo, e no domingo vinha pra aqui.*”

José Peagentino dos Santos.

“*Criava. Eu não criava porque não podia; criava ave de pena, sabe o que é ave de pena? Peru era o que eu criava*”, conta José de Andrade. A ambigüidade na resposta é apenas aparente. Ela expressa as limitações financeiras e territoriais impostas sobre esses criadores para impedir o crescimento de sua produção que poderia livrá-los do assalariamento e criar alternativas a esse “destino” canavieiro. “*Agora gado, eu nunca criei não que nunca tive direito de possuir um dinheiro que desse pra comprar gado*”, lamenta Eugênio Benvindo M. Freitas “*É, porque boi ninguém não criava boi.*”²⁶⁵⁷

“*Na época, pobre não criava gado. Criava cabra, galinha, peru.*” Antônio Maurício Domingo.

“*Não era proibido, mas eram as condições que não dava pra criar.*” Manoel José Alexandre.

“*Galinha, bacurinho, a gente sempre criava. Galinha, porco, a gente criava. Mas bicho boi, cavalo, ninguém criava, né. Porque não tinha condição de criar porque... os sítios também. Às vezes o homem*

²⁶⁵⁶ Pedro Porfirio Domingo.

²⁶⁵⁷ Manoel dos Santos da Silva, Abílio Luis Ferreira, Generino Luis da Silva, Severina Maria da Silva.

imprensava os sítios, e a gente não podia estar criando boi, nem criar cavalo porque ao invés de criar um cavalo, já tomava o lugar de plantar uma cova de macaxeira, de batata. Ou de milho. Não época do inverno, ou uma cova de macaxeira. Ninguém plantava. Ninguém podia criar não.” Antônio Virgínio da Silva.

A aquisição e manutenção de um burro ou cavalo era proibitivo para a maioria dos moradores: *“Tinha nada, ninguém não tinha porque era caro, era caro!”* José Elias dos Santos. Se a área de terra disponível fosse muito pequena, o animal vivia amarrado. *“Algum bichinho num pé de pau. Criava um porco, uma criação de galinha. Uma cabra.* Manuel Bernardo Alves. Eugênio Benvindo M. Freitas concorda: *“Às vezes, criava uma cabrazinha num pé de pau; criava um porco; um casazinho de porcos.”*

“Patrão nenhum gosta que trabalhador tenha nada. A gente sempre cria um bacurrinho, às vezes cria uma cabra, cria uma coisa a pulso. Só depois do governo de Arraes, depois de Getúlio Vargas, Arraes e Agamenon Magalhães, depois que alguns patrões foram para Aldeia, fizeram aquele sacrifício, lá em Aldeia, com eles, de lá pra cá eles continuaram sempre a driblar a gente, mais sempre tendo reimoso [enjoado] com trabalhador.” José Honório da Silva.

Alguns trabalhadores participavam de atividades complementares à produção, particularmente na fabricação de farinha de mandioca.

Tinha casa de farinha nos engenho: quatro, cinco, casa de farinha, seis. Rodava a semana todinha fazendo farinha. Farinha ninguém comprava, macaxeira ninguém comprava, jerimum ninguém plantava.” Joaquim Pedro da Silva.²⁶⁵⁸

“Era muito difícil porque a tal casa de farinha era manual. A gente tinha moer a mandioca a braço. Eu mesmo lembro que lá, no engenho, a gente juntava 10, 12, 15 pessoas para fazer uma farinhada. Rolava uma noite, amanhecia o dia então tudo era difícil. Às vezes, arrumava briga, às vezes arrumava briga porque até eu lembro que, eu lembro que a gente fazia uma farinhada. Mas tinha muita gente pobre nessa época. Muito pobre nessa época e que vinha pedir massa.” Antônio Maurício Domingo.

Antônio Virgínio da Silva conta que sua família

“criava era negócio de cavalo. Mas depois meu pai abusou-se, aí deu fim porque ninguém podia trabalhar 6 dias no engenho e tá tomando conta de bicho pra diante e pra trás, aí meu pai disse: «Vou dar fim, porque invés de tratar dos bichos vou... vai trabalhar. Porque trabalhando você tá ganhando, seja quanto for. E os bichos não tá dando resultado de nada.» A casa de farinha era perto, a gente pra pegar um balaio de mandioca, levava daqui pra ali, tava na casa de farinha pra fazer uma farinha. Ninguém precisava de cavalo pra carregar nada.”

Destino da produção: “Comia tudo.”²⁶⁵⁹

A idéia de fartura que aparece nos depoimentos está ligada a (relativa) abundância de comida providenciada pelo sítio/roçado: *“Tudo era folgado”*, afirma. Joaquim Pedro da Silva. Assim, o principal destino da produção era a alimentação da própria família dos moradores. A proporção em que sobrava alguma coisa fazia a diferença entre os menos e os mais pobres. Muitos entrevistados²⁶⁶⁰ são enfáticos ao mostrar que a produção do sítio, embora benvinda e apreciada, não chegava a satisfazer as necessidades mínimas da família.

²⁶⁵⁸ Cassiano José de Sena.

²⁶⁵⁹ Severina Benvinda.

²⁶⁶⁰ Entre outros: Manoel Bernardo Alves, José Pascoal de Figueiredo e Manuel Bernardo Alves.

“Comia, era melhor do que hoje. A alimentação era melhor. Ai eu nunca vendi nada não. Era só pra comer. Às vezes, uma farinha.” Antônio Santana da Silva.

“Mal dava pra comer! Mal dava, ele consumia em casa. Alguns que vendiam na época do inverno, vendiam algumas cargas de batata.” Manoel dos Santos da Silva.

“Tudo o que plantava mesmo só dava para o consumo da casa mesmo. Eu nunca plantei nada que desse pra vender.” Generino Luis da Silva

“É, colher e comer. E plantar outra no outro inverno de novo.” Eugênio Benvindo M. Freitas.

“A gente pra comer, olhe: arrancava mandioca, relava no ralo, pra fazer bejû pra gente comer, tá vendo? Vendia o que, sem ter? Só dava pra gente comer mermo.” José de Andrade.

“Comia mesmo! Era pra comer mesmo, porque não dava pra vender! Era pra comer mesmo, porque não dava pra vender! Eles não podiam comprar. Só comia alguma coisa do poleiro eu se tirasse do roçado.” José Batista do Nascimento.

O consumo da produção podia estender-se aos vizinhos, parentes, amigos, e de forma solidária com as pessoas que passavam necessidade:

“Mas dava, assim, pro povo, pros amigos, pros vizinhos.” José Batista do Nascimento.

“E dava aos vizinhos, os meus vizinhos. Naquele tempo, era muito ruim a situação da gente, era muito ruim naquele tempo.” José Inácio da Silva.

A solidariedade alimentar se exercia eficientemente, como para outros assuntos tais os casos de emergência médica acima mencionados, entre *“os pais e mães de família”*.

“Comia! Comia, dava os vizinhos.” Antônio Virgínio da Silva.

“Era só pra família, algum conhecido que chegasse, então a gente dava. Fazia farinha.” Severina Benvinda.

“Tinha leite. Aqueles que não tinha, quem tinha dava, que era demais.” José Barbosa do Nascimento.

“Então eu enchi essa casa de legumes, dei legumes nessa rua que o pessoal dizia que não queria ir mais na minha casa pois ficava com vergonha. Perdi legume porque... enchi aqui umas 18 latas de fava, não quis vender.” José Barbosa do Nascimento.

Comia e vendia: “Vendia, era liberto.”²⁶⁶¹

“Vendia e comia. Olhe, comia mais do que vendia, porque naquela época, de 1940 pra trás, ninguém vendia jaca, não vendia manga, não vendia laranja, não vendia mamão. Aquilo caía do pé no chão, nem ninguém pra ir buscar não tinha. Agora de 1940 pra cá foi que vem, foi que pegou esse movimento de se vender, tudo que tem se vender. Ai que melhorou a vida por causa disso.” José Felipe Santiago.

Vários entrevistados mencionam a farinha, sobrando do consumo doméstico,²⁶⁶² como sendo o produto destinado ao mercado por excelência, enquanto que as outras culturas alimentícias eram reservadas à própria família.

“Fazia farinha e levava pra feira, pra vender. Era vendida por cuia. continha 5 litros, 6 litros.” Odilon Caetano da Silva.

“Nós plantávamos macaxeira, mandioca. O grosso mermo era farinha, fazer farinhada. A gente plantava milho, plantava feijão, mas somente pra o consumo, e consumo de animais. Nós não vendia milho. Era só pra o consumo próprio, e o consumo de animais que criava: porco, galinha” Manoel dos Santos da Silva.

²⁶⁶¹ Manoel José Alexandre.

²⁶⁶² Eugênio Benvindo M. Freitas e Pedro Porfirio Domingo.

“Eu comia o que plantava, dava aos outros. Vendia muito pouco. Porque vender, quando eu fazia assim uma dez cuias de farinha ou mais aí eu vendia um saco ao barraqueiro, o resto era pro gasto de casa mesmo e para quem tivesse necessidade. Porque eu nunca neguei um bocado a ninguém.” José Antônio da Silva.

De difícil avaliação cifrada, essa produção destinada ao mercado variava tanto entre os moradores quanto numa mesma família em termos de tempo.

“Comia e vendia muito também. Um dia, eu mermo vendi muitos caminhão de mandioca, aqui pra Itambé, pra um tal de um Chico, que tem ali embaixo. Vendi. Agora não era muita gente, eu mermo vendi por uns tempo, né?” José Damião da Silva.

“Na cidade, ele levava pra cidade, milho, feijão, jerimum, melancia, farinha. O que sobrava levava pra feira.” Amaro Carneiro da Silva.

“E quem não sobrasse era... só pra família.” Severino Sebastião Santana.

“Comia tudo que plantava, vendia uma coisinha. Sempre tinha uma coisa para vender. Vendia pelas ruas, na feira na cidade”. Benedito Rufino da Silva.

José João da Silva sublinha que o preço do produto levado para a feira era muito barato. José Felipe Santiago afirma que *“não tinha a quem vender.”* José Batista do Nascimento é da mesma opinião. José Inácio da Silva conta que só vendia quando precisava de dinheiro vivo para *“fazer algo mais, vendia na feira, então.”* Os compradores eram os mais diversos: comerciantes e consumidores citadinos, outros moradores, do mesmo ou de outros engenhos, e finalmente comerciantes que vinham buscar a mercadoria. Odilon Caetano da Silva se queixa: *“Porque o que plantava não tinha a quem vender. O pessoal não queria comprar. Levava pra rua e, às vez, voltava com a mercadoria porque ninguém... não tinha a quem vender.”*

*“Vendia farinha, porque todo mundo plantava e todo mundo tinha farinha, batata e levava pra vender jerimum e esse negócio. Assim o camarada tinha no sítio e levava pra rua para vender.”*²⁶⁶³

“Vendia também! Nas vilas. Vendia carga, fazia carga de farinha e vendia. Mas era muito ruim pra vender porque todo mundo tinha. Todo mundo plantava. Aquilo era bem baratinho. Às vezes, a gente deixava a carga de farinha encostada. Era! É por isso que aqueles tempos tornava-se mais melhor, tempo de mais barriga cheia porque o povo plantava mais. Mas também o cabra lá dentro da tucuca, pagava o farinha daquilo ali bem cedo porque trabalhava de graça! Do jeito que ele quisesse.” João Oliveira da Silva.

“Os produtos da roça podia vender em qualquer parte, Barreiros, Rio Formoso, na feira. Vendia farinha, macaxeira, cará, cana, abacaxi, batata, tudo o que plantava. Criava uma galinha. Isto a gente vendia lá pelo engenho mesmo. Não levava pra feira não.” Amaro Pedro dos Santos.

“Fazia farinha e vendia na feira. E era muita!” José Antônio de Lima.²⁶⁶⁴

“Na feira, quando sobrava, vendia essencialmente farinha e bananas”, conta João Francisco dos Santos. Outros trabalhadores tinham uma produção mais variada para comercializar: *“toda semana trazia uma carga de farinha, uma carga de cará ou macaxeira, banana, toda semana eu levava pra feira. O que apurasse era meu.”* José Honorato dos Santos tinha um cavalo para

²⁶⁶³ Antônio Ambrósio dos Santos, José Amaro dos Santos, José Francisco da Silva.

²⁶⁶⁴ Manoel José Alexandre, Cassiano José de Sena.

*“[l]evar a carga pra feira, pra não pagar aos outros.” “Às vezes vinha comprador comprar nas portas”, segundo José Francisco da Silva. O ritmo era semanal.*²⁶⁶⁵

“Vendia, a feira da usina ainda hoje tem. Era segura de um tudo! Segurava o dia todo que sobrava ainda ia pra os outros contos, os atacadistas chegavam e levavam o que sobrava. E agora o Sr chega lá, vem de fora, vem com os preços que querem.” Inácio Antônio Dias

“Vendia em Itapissuma, fazia minha farinha. Tinha 6 pés de fruta pão: «Tira aí, nego!» Algumas vezes, quando chegava, comprava 5 a 6 frutas pão; aquilo me aliviava.” Severino Antônio do Nascimento.

“Vendia Banana, laranja, jaca, manga. Quem plantava abacaxi, abacaxi, inhame, né. Macaxeira.” Francisco Zalatiel Ferreira.

“Uma cuia de farinha. Batata não tinha saída, banana não tinha saída, macaxeira, não tinha saída. Isso não tinha saída. Vendia pouco. Olhe! eu dei ... três feiras com uma cuia de farinha e tive que vender o resto na cooperativa.” Amaro Rosendo Fagundes.

“Comia, se vendia. Vendia aqui na feira de Itaquitinga, vendia em Condado. Agora quanto era uma cuia de farinha naquele tempo, dez toim uma cuia de farinha. A gente vendia, farinha um saco de 20 cuia das grandes que agora é tudo no peso, agora é tudo no peso. Naquele tempo, a gente fazia uma farinha de vinte cuia, fazia 20 mil reis, dez, vinte pratinha de dez toim, viu. Era o que eu sei contar dos tempos atrás. É isso mesmo.” Severino Barros Lima.

O produto da venda era aplicado em complemento para a alimentação, mas também em objetos que não eram produzidos em casa como as roupas, remédios eventualmente, ou então era guardado em previsão de despesas peculiares.

“Bom, os que faziam farinha, às vezes, pegavam o saco de farinha, levava pra feira, mas que ele mesmo chegava lá, todo mundo fazia aquele bocadinho de farinha, levava pra apurar mais qualquer coisa, pra aumentar o dinheiro de comprado o salgado, não sabe.” Alfredo Cosme dos Santos.

“Fiquei no sítio, comecei a tratar do sítio. Tinha seis pés de mang. Quando botava, toda semana tirava uma carguinha, levava pra feira. Dava pra comprar umas roupas dos meninos.” Severino Antônio do Nascimento.

IV. 2. 4. PRECARIÉDADE DA RELAÇÃO EMPREGATÍCIA

Entre as qualidades atribuídas à ‘morada’ está a estabilidade da qual o trabalhador se beneficiaria, ao permanecer num dado engenho, dispondo de terra e casa em virtude de uma relação privilegiada com o plantador. No entanto, é preciso incluir nessa avaliação do grau de estabilidade no emprego, a ameaça permanente de represálias que fazia reinar um ambiente repressivo refletido nos depoimentos. O clima de violência ordinária incidia sobre o que se poderia chamar de caráter potencialmente efêmero do emprego, sua instabilidade potencial. Até mesmo as famílias as mais longamente estabelecidas, por várias gerações no mesmo engenho, deviam encarar a eventualidade de uma saída extremamente brusca – na mesma hora, no mesmo dia – em caso de demissão ou fuga, frente às intimidações que pesavam como uma ameaça constante contra os trabalhadores.

“O engenho que eu moro, que eu posso dizer que nasci e me criei lá, que eu nasci no mato e me criei no mato. Me casei, sou pai de 4 filho, 8 neto, morando nesse mermo lugar. Me aposentei faz dois ano, me aposentei de 61, já estou com 63, ainda trabalhei mais um ano.” Amaro José de Sena.

²⁶⁶⁵ Luis Batista do Nascimento.

Em resumo, embora agricultor (do sítio/roçado) e empregado de longa data na mesma plantação, qualquer um dos trabalhadores podia ser expulso sem demoras, sem recurso ou indenização, obrigado a fazer uma trouxa de seus pertences, vender às pressas suas colheitas ainda no pé, para tomar a estrada rumo a outro engenho. Uma situação que lembra aliás populações afetadas por conflitos armados, guerras abertas, obrigadas a abandonar tudo para sobreviver. Segundo o Professor Mintz:

*“Dada a importância da coação na extração do trabalho nas plantações, segue-se que estas e sobretudo os engenhos operavam por meio de violência.(...) Mesmo se a vida cotidiana dos seus habitantes continuava como deveria, no entanto, a ameaça de uma violência súbita nunca estava completamente ausente.”*²⁶⁶⁶

Esta “fluidez” do emprego (real ou possível) traduzia também a medida da “liberdade” tolerada para essas populações: isto é, a escolha do patrão.²⁶⁶⁷ De fato, até mesmo nos casos de litígio e fuga (por não pagamento de dívidas no barracão, por exemplo), os trabalhadores geralmente encontravam outro engenho onde se empregar, de preferência longe da vizinhança imediata do antigo, para evitar represálias.

O vocabulário usado na região pelos trabalhadores rurais comporta sempre termos que remetem à escravidão: “cativo”, “cativoiro”, “obrigação” para designar a permanência nos engenhos. E seus contrários, nos casos de mudança para a cidade: “de livre e espontânea vontade”, “porque quis”, “gostar”. Estes últimos se opõem aparentemente aos primeiros, embora se possa debater a interpretação desta antinomia.²⁶⁶⁸ O oposto de tudo aquilo que os trabalhadores rejeitam como sendo sinônimo de exploração e de submissão é, sem dúvida, o que eles chamam de forma genérica de “direitos”; ou seja, essencialmente a legislação trabalhista. Ao longo do período contemplado, os dispositivos legais desta ordem foram se acumulando, para formar a base do exercício da cidadania à qual puderam pretender até agora; ela passa sempre pelo sindicato.²⁶⁶⁹ A única parcela de estabilidade que experimentaram foi aquela conquistada a duras penas com o órgão de classe, em vez de pela mão benevolente do patronato.

“Para os trabalhadores rurais da cana de açúcar de Pernambuco, tem um papel relevante na definição da forma como pensam toda a organização do “mundo”. O “mundo”, onde estão incluídas tanto coisas materiais (propriedades ou não; a casa; os animais que cada um tem, ou não; a alimentação absolutamente diferenciada tanto dos adultos quanto das crianças) quanto relações sociais, é dividido em dois: um ao qual pertence o trabalhador, seus familiares e companheiros de trabalho e sindicato.

²⁶⁶⁶ MINTZ, Sidney W., “Tropical Production and Mass Consumption: A Historical Comment”. Op. cit., p. 7.

²⁶⁶⁷ Um morador entrevistado por Afrânio Raul Garcia usa essa expressão: “*Parce qu’on avait plus de libertés. On disait: «C’est pas bien ici, je vais à l’engenho de M. Untel.» On trouvait une maison et un lopin, et on travaillait.*”. SIGAUD, Lygia. “Des plantations aux villes: les ambiguïtés d’un choix”. Op. cit., p. 35.

²⁶⁶⁸ Ver SIGAUD, Lygia. *Os Clandestinos e os Direitos*. Op. cit. e DABAT, Christine Rufino. *A situação dos Trabalhadores Rurais de Ponta de Rua na Zona Canavieira de Pernambuco*. Op. cit.

²⁶⁶⁹ DABAT, Christine Rufino e Espedito Rufino de Araújo. “Se não fosse o Sindicato”. Op. cit.

*Outro, o “dos homens”, onde estão os proprietários e todas as pessoas com uma forma de vida semelhante, capazes de compartilhar situações sociais das quais o trabalhador está excluído.”*²⁶⁷⁰

Mudança de engenho: “Olha, eles sempre botava pra fora e pra dentro.”²⁶⁷¹

A posse de terra cedida e a permissão de plantar certas culturas para o abastecimento familiar foi defendido por autores de todos horizontes como uma maneira de “fixar o homem ao campo”. Embora se apoiasse em estudos que citam a pequena propriedade – e não a disposição de terra cedida – como fator que limitaria o êxodo rural,²⁶⁷² eles atribuíam à posse do sítio virtudes além daquelas supostas à posse de quintais para os operários de mineradoras e indústrias, tanto na Europa quanto no Brasil. A estabilidade da mão-de-obra – além das dimensões obviamente econômicas como a fraquíssima remuneração – fazia parte desse elenco. De fato, vários trabalhadores manifestaram, nas suas biografias, notável longevidade nos engenhos onde trabalharam (às vezes num só); e também longa permanência em dado sítio.

“Roçado pra botar: plantar uma roça, plantar uma banana, plantava macaxeira, plantava cana, plantava jerimum, macaxeira, quiabo, maxixe; criava um cavalo; uma cabra, duas três; dois três porcos no pé de um pau. O morador vivia lá tranquilo, morava 15 ano, 10, 15, aí... porque o senhor de engenho, né?” Joaquim Pedro da Silva.

Apesar de confirmar a possibilidade de longa permanência, numa única frase, seguindo a mesma linha de raciocínio – e não como seu oposto – eles mencionam também a precariedade dessa longevidade. O paradoxo quer que, podendo ficar muito tempo numa mesma empresa e alojados no mesmo lote, estava sempre presente e quase iminente a idéia de deixá-los. Por um lado, por desejo e decisão própria, embora esse assunto fosse mais complexo. De fato, como o mostrou Lygia Sigaud,²⁶⁷³ o fato de deixar um engenho “*de livre e espontânea vontade*”,²⁶⁷⁴ segundo a frase consagrada, correspondia, muitas vezes, a pressões eventualmente carregadas de violência. Na época das maciças expulsões de moradores para a periferia das cidades, que culminou com o Proálcool, que essa estudiosa pesquisou, uma mistura de ameaça, restrições crescentes à vida no engenho, proibições cada vez mais abrangentes quanto ao uso da terra e outros recursos naturais, conjugada com promessa de instalação em espaços urbanos ou urbanizados (agrovilas), carregados de modernidade, incitaram boa parte dos trabalhadores visados a concordarem com termos que tinham a aparência (apenas?) da liberdade de escolha.

“Sempre mudava, sempre mudava. Era, porque tinha engenho que... sabe, às vez, é que nem o emprego. O emprego, o camarada é empregado, mas às vezes não tá se dando bem, né? Aí sai, vai procurar

²⁶⁷⁰ MIRANDA, Moema Maria Marques de. *Espaço de honra e de guerra*. Op. cit., p. 72.

²⁶⁷¹ João Francisco dos Santos.

²⁶⁷² Vasconcelos Torres cita A Lei de Goltz: “*La migración cresce paralelamente a la expresión de la propiedad latifundiaria, y disminuye con igual paralelismo en relación a la pequeña propiedad.*” TORRES, Vasconcelos. *Condições de Vida do Trabalhador na Agroindústria do Açúcar*. Op. cit., p. 49-50.

²⁶⁷³ SIGAUD, Lygia, *Os Clandestinos e os Direitos*. Op. cit..

²⁶⁷⁴ Ver a pesquisa realizada para a FETAPE. DABAT, Christine Rufino, *A situação dos Trabalhadores Rurais de Ponta-de-Rua na Zona Canavieira de Pernambuco*. Op. cit.

outro. Então era a merma situação dos pobres que moravam em propriedade, quando não estava se dando bem.” José Felipe Santiago.

Antes do período mais recente de expulsão dos trabalhadores dos engenhos para as pontas de rua, não era tão difícil encontrar um engenho que os aceitassem após deixar seu antigo empregador, ou mesmo serem despedidos.

“Porque eles botavam os moradores pra fora, onde o senhor chegasse tinha engenho aí. Arrumava uma casa lá, já ia trabalhar! Naquela época não faltava.” José de Andrade.

“Agora, nesse tempo que a gente morava no engenho, primeiro havia direito de Deus. A gente também saía daqui hoje, amanhã já tava morando em outro engenho. Trabalhava em todo engenho.” José Inácio da Silva.

Longe de expressar “apego” ou outro sentimento de saudade em relação ao antigo engenho – embora, obviamente houvesse laços de amizade com os vizinhos – diversos entrevistados manifestam muita frieza em relação ao assunto, na sua dimensão geral.

“Trabalhador não tinha valor. Tanto fazia estar nesse engenho, aqui e quando amanhã estar em outro engenho. Quando não quisesse estar naquele outro engenho, ia pra outro engenho, viu? Era.” Severino Barros Lima.

Embora os trabalhadores entrevistados mostrassem uma grande sedentariedade em geral, até mesmo por várias gerações, isso não impedia alguns de manifestar pouco apego a uma colocação empregatícia e domiciliar que, afinal, não comportava garantia alguma do seu lado.

“Antes do Sindicato? Era o trabalhador com o senhor de engenho. Quando ele não queria pagar certo, ele também deixava e ia-se embora, aí não... A discussão era muito pouca. O cabra não ia botar posição pra receber nada não.” Joaquim Pedro da Silva.

Havia acomodações para livrar o trabalhador de suas dívidas na antiga propriedade e assegurar sua mudança. O que marca mais os trabalhadores atualmente, após a verdadeira revolução que constituíram a aplicação da legislação trabalhista ao campo e a emergência de órgãos que os representassem,²⁶⁷⁵ é a ausência de direitos, naquele tempo.²⁶⁷⁶

“Naquele tempo, podia morar, a gente podia morar 15, 10 anos, 15, 20, e não tinha direito não. Agora a gente, quando via que não aguentava o senhor-de-engenho, aí a gente ia pra outro engenho procurar um sítio, fazia queixa ao senhor-de-engenho. Aí o senhor-de-engenho perguntava ao Sr: «O Sr tá devendo lá?» Aí, ele dizia: «Tô, sim Sr!» «Quanto é que você deve?» Aí ele dizia a importância, né? Aí ele pegava, dava o sítio à gente. «Você trabalha em tudo, você cava cana, você cava rêgo, você roça mato, você trabalha, trabalha, você trabalha de carreiro.» Perguntava tudo à pessoa. O que a pessoa trabalhava dizia a ele, não era? Pra poder ele dar o sítio. Perguntava se o cabra devia ao outro senhor de engenho. O cabra dizia que devia. Aí o cabra ainda não trazia o dinheiro, quando ele mandava buscar a mudança, quem trazia o dinheiro era o carreiro. O carreiro ia buscar a mudança minha,

²⁶⁷⁵ Ver IV. 3. 3. Lutas: Ligas, Sindicatos, Governo Arraes e regime militar.

²⁶⁷⁶ A situação daqueles que aceitaram um trato com o empregador, perdendo ao mesmo tempo o vínculo empregatício, a moradia e o acesso à terra para plantar assombra muitos trabalhadores que viram parentes e vizinhos em situações dramáticas. *“Deram lá uma micharia, não sei nem quanto foi, uns cento e poucos contos. É o que o povo conta. Que ele recebeu lá o seguro desemprego, comprou uma casinha em Camelo, mas tá passando necessidade. Com seis filhos. Cada um tem seis filhos para dar de comer, sem arrumar serviço para trabalhar. Quando arruma um dia nos engenhos particular, às vezes não trabalha a semana toda porque não dão o serviço. É uma tristeza. Trabalham um dia ou dois, quando eles querem. E ainda mais com empreiteiro e o empreiteiro quando mede uma conta, tem duas.”* José Antônio da Silva.

chegava lá, deixava o carro no terreiro. Ia lá, na casa do senhor-de-engenho: «Vou levar a mudança de fulano de tal. Ele deve aí, ele deve aí?» Ele diz: «Deve, sim Sr» Ia lá no livro, reparava a conta do camarada; o camarada falou a verdade. «Ele deve quanto?» «Deve tanto.» Aí o carreiro pagava, pegava a mudança da gente e vinha cá pro outro engenho, morar no outro engenho.» Eugênio Benvindo M. Freitas.

“Porque, às vezes, outro senhor-de-engenho chamava ele. Ele dizia que não podia ir porque devia no barracão, aí pagava a conta do barracão, e mandava buscar ele. Mandava o carreiro buscar no carro-de-boi, com a mudança dele. «Olhe! O sítio dentro de 24 horas Você hoje não dorme em casa!»” Odilon Caetano da Silva

Nem sempre era tão fácil contar com a necessidade sazonalmente premente de mão-de-obra. José Francisco Paiva conta que depois de um desentendimento com o cabo, ele deixou o engenho. No entanto seu empregador, tomou medidas para impedi-lo.

“O telefone já tinha chegado naquele engenho (...) Comunicava o amigo de casa. (...) Gostar, não gostava de mim, ele gostava do serviço, gostava do serviço! (...) Fiquei com ele sempre.”

A principal queixa dos trabalhadores quanto ao momento da mudança/expulsão é a perda de suas culturas. Alguns reconhecem, como foi visto, que aproveitaram o que o morador anterior havia deixado, em certos casos uma salvação da morte por inanição para uma família.

“Terra para plantar, tinha. Não empatava trabalhador a plantar não. Agora, quando ele saía do engenho, deixava pro outro. É, deixava tudo. O outro que chegasse pra morador é quem pegava a lavoura do camarada.” Alfredo Cosme dos Santos.

“E ele, se desocupasse dava o sítio. Agora, quando era de noite ia buscar a mudança.” Odilon Caetano da Silva.

A mudança da família nem sempre era fácil de conseguir.

“Antigamente o acordo era: «Vai fazer!» Se não fizer isto, vai preso. Só ia se embora se fosse fugido. Se chegar num engenho, ocupar uma casa, tinha que dar três semanas. Enquanto não trabalhava três semanas ou quatro, não tinha direito aos trocinhos para levar para outro engenho enquanto não pagasse a condução.” José Honório da Silva.

Endurecimento da postura patronal

“Se eu sair daqui... Chegava aqui o homem me dava o serviço. O daqui saía, quando chegava lá, davam um serviço. Hoje em dia tem umas especulações. Chega lá, fazia ficha. Hoje diz que não pode colocar. Quando chega alguém com documentos e tal, uma boa pessoa, eles colocam. Quando faz oito dias ou quinze que o patrão sabe que a pessoa é da gente que gosta de sindicato, que gosta do governo de Arraes, que já botou uma questão, já cobrou o que é dele na justiça, nem cunhado, nem parente, nem ninguém pode ter contrato. Um contrato só, não faz mais. Botam tudo para fora. Sai tudo. Se, por acaso, não tem jeito, entra na justiça. Eles machucam, machucam, machucam prum lado, brigam pro outro. Sindicato vai... Sindicato não pode mais mexer, que a questão passou, de juridicamente passou para o poder da Justiça. A gente não pode mais aí. E a família, nem parente se coloca mais, nem parente.”

José Honório da Silva.

Expulsão

O fim da ‘morada’ ou melhor dizer a expulsão da maioria dos trabalhadores morando nos engenhos para as pontas-de-ruas e agrovilas ocorreu em virtude de uma convergência de fatores, todos à iniciativa do patronato. Exigência de liberar o quanto mais terra possível para a obtenção

de vultosos financiamentos dos programas destinados à atividade sucro-alcooleira;²⁶⁷⁷ facilidade de deslocamento da mão-de-obra devido a investimentos do Estado na malha rodoviária; mudanças tecnológicas no corte²⁶⁷⁸ etc. A resultante foi um encolhimento rápido das áreas cedidas aos trabalhadores, seja para a moradia, ou mais ainda para culturas. As modalidades desse episódio na história das relações de trabalho na zona canavieira foram sempre traumáticas. A imprensa e diversos testemunho, vez por outra, relataram casos particularmente dramáticos. Os entrevistados testemunham um elenco de tais ocorrências, sempre mais dolorosas ainda porque envolviam e até ameaçavam diretamente a integridade física dos membros da família dos trabalhadores.

“Ainda derrubaram o sítio. Lá ainda tem gente que foi botado para fora mas não tem para onde ir e está na casa e o fiscal tentando para desocupar a casa. Essas criaturas não têm aonde morar. Vão morar aonde? Debaixo das pontes. Às vezes, tá até cheio d’água, ou debaixo dos pés de pau. Isto é uma tristeza.” José Antônio da Silva.

A expulsão significava uma miséria maior ainda para a família vítima da medida. Mas certos trabalhadores expressam uma opinião mais ‘blasé’ quanto ao fenômeno, relativizando um pouco seu significado maior.

“O camarada trabalhava muito, ganhava pouco. Tanto fazia tá num canto com ir-se embora pra outro canto; e era assim. A lavourinha ficava lá. Às vez ele botava pra fora, o camarada saía. A lavourinha ficava lá, ficava perdida.” Severino Sebastião Santana.

Mas, muitos testemunhos expressam grande indignação frente à violência exercida contra as coisas – culturas, casas – e eventualmente contra as pessoas.

“Quando o pobre arrancou, quando ele arrancou que entregou, o patrão disse: «Aí não planta mais um pé de nada, que ali é cana, viu.» Agora, tá plantando a cana até o brejo. Plantou pra não arrumar a terra, tá maniva lá e tá tudo, e é um dono de engenho bom. É um dos bons! E esse é um dos engenhos que o homem disse que é e Satanás, é um dos engenhos onde mora o diabo.” José Honório da Silva.

Um dos métodos clássicos de expulsar os trabalhadores, era de jogar gado ou outros animais de grande porte nas culturas alimentícias. A tática havia funcionado antes como castigo, ou meio de se livrar de dado empregado que não agradasse. Na fase final da expulsão, tomou a dimensão de uma “limpeza”, praticada corriqueiramente, também com o uso de tratores. Isso denota uma certeza de impunidade, na medida em que, nesse último caso, nenhum “acidente” poderia desculpar o acontecido, frente a uma corte de justiça, por exemplo.

“Qualquer coisa que o trabalhador fizesse que não agradasse o patrão, mandava embora ligeiro. Jogava o gado dentro do sítio, dentro do roçado. E o cabra ia embora, senão ia apanhar ou morrer.” Amaro Pedro dos Santos.

Novas perseguições no Engenho Canandoba ²⁶⁷⁹

²⁶⁷⁷ Ver ANDRADE Neto, Joaquim Correia Xavier de, *O Estado e a Agroindústria Canavieira do Nordeste Oriental*. Op. cit. SZMRECSÁNYI, Tamás, *O Planejamento da Agroindústria Canavieira no Brasil*. Op. cit., e PAIXÃO, Marcelo Jorge de Paula, *No coração do canavial*. Op. cit.

²⁶⁷⁸ ARAÚJO, Espedito Rufino de, *O Trator e o 'Burro sem Rabo'*. Op. cit.

²⁶⁷⁹ Folha do Povo 10.07.58. O jornal complementa que o órgão de classe (SAPPP) encaminharia relatório à Justiça.

Foi relatada a “revolta geral dos trabalhadores de Jaboatão” porque Adolfo Pereira Carneiro, proprietário “mandou arrancar, por capangas, as lavouras dos camponeses que há anos trabalham em terras do engenho.”

Na ânsia de ocupar maiores áreas com cana, os empregadores empreenderam, nos últimos decênios, a destruição das reservas de mata, bem como daquilo que garantia uma produção de frutas local, abastecendo tanto as famílias de trabalhadores rurais, quanto as pequenas cidades da região.

“12 pé de coqueiro, que tinha, pé de jaqueira tinha um bocado; pé de laranja; pé de manga tinha três somente. Eu sei que ... botaram trabalhador de machado e derrubaram tudo.” José Antônio da Silva.

“Eu plantei uns pézinhos de banana. Tinha lá uns pézinhos de banana lá dentro do mato, plantei. 15 pés de banana cumprida e maçã pra de manhã pegar a pulso e ir cortar a cana do homem. Sabe o que foi que aconteceu? O administrador pisou de botina! Pisou de botina pensando que era o quarto do exército. Não resolveu. Quando cheguei lá, entrei para o coronel, falei pra ele, com muita decência me atendeu, ele disse: «Agora não posso resolver o seu caso.» «Coronel, eu não queria que ele me desse uma ordem pra eu plantar banana na terra desse homem, assim, a pulso. Mas eu queria que o Sr me desse uma ordem pra aquele homem me dar minhas contas que eu não sou digno de ser empregado daquele homem! Eu não sou digno dele pisar minha banana de botina dessa qualidade, de um trabalhador da minha qualidade, desde os 10 anos que trabalho, Já tô cansado, fui homem de potência mesmo dentro do trabalho. Aí, eu queria que o Sr me desse as minhas contas, mandasse de me dar minhas contas pra eu ir embora.» Ele disse: «Seu Oliveira, é tudo na veia, mas nessa área eu não posso entrar, porque se eu pudesse, eu lhe fazia o seu pedido. Só com o Dr Juiz. Você vai e fala lá em Igarassu, bote uma reclamação para ver o que é que o Dr Juiz vai falar.»” João Oliveira da Silva.

Uma das principais queixas dos trabalhadores, na hora de deixar o engenho, sobretudo em casos de urgência para escapar à violência patronal, era de ter que abandonar, sem colher, o roçado e o sítio. A garantia de poder aproveitar o resultado do trabalho investido pela família foi reivindicação e até mesmo tática na ocupação da terra pelas Ligas Camponesas.²⁶⁸⁰

“Era empurrar e viajar, e ir embora. Se quisesse colher alguma coisa que tinha, vinha de lá buscar, mas passar o tempo na casa, não. Deixavam tirar, muitos deixava. Muitos não consentia nem que ele viesse buscar. E agora não, nós tem essa liberdade. O camarada, às vez, de saída, colhe o que tem. Mas antigamente, não tinha isso. Saía sem nada e perdia o que tinha.” Manuel Bernardo Alves.

“Depois que passou a Dr. Armando Monteiro, ele começou a acabar com os sítios, com quem criava. Foi o tempo que meu pai liquidou o sítio e saiu. Eu também saí, vim aqui para a Trapiche no ano de 1950. Vieram derrubaram a casa e não fizeram mais. Que era isso que sempre acontecia: enganavam o povo que era para eles perderem o sítio. Depois disso não tive mais sítio. Plantava no sítio dos outros, até a época que eu vim pra aqui para o sindicato. Plantava no sítio dos outros.” José Antônio de Lima.

Relatórios de polícia e da imprensa descrevem cenas parecidas

“Encontra-se desabrigado, pois está vivendo numa casa de farinha” “tendo o depoente sua esposa e filhos apanhado o referido veículo, levando uma mesa e dois tamboretas”²⁶⁸¹

²⁶⁸⁰ “Agita-se a “Liga Camponesa” em Vitória de Santo Antão”. O grande artigo de Lindalvo Lins (6 colunas, 3 fotos), coincidentemente a mesma edição, que cobria a visita de Fidel Castro (ainda sem fama demoníaca) no Rio de Janeiro, relatava as queixas dos plantadores da região contra a mobilização das Ligas. Assim Sr. A. Tavares, denunciava “que a tática dos extremistas é muito simples: sempre que um lavrador se incompatibiliza com o patrão, eles se reúnem e invadem a propriedade em grande número. Lá limpam uma vasta área de terra e plantam batatas ou mandioca a fim de garantir a fixação do rebelde à terra. Segundo sua teoria, o camponês expulso não poderá se retirar da propriedade sem indenização ou antes de colher o que plantou.” DP 13.05.59, p. 5. Ver a resposta de Julião, à tribuna da Assembléia Legislativa, em que nota que o artigo fora publicado na edição do “Dia da emancipação dos escravos”. DP 16.05.59.

²⁶⁸¹ Depoimento J. C. A., SSP 29313, Doc. 33.

“Sem direito a nada! Não, senhor! Tinha que falar baixo. Porque se falasse alto, aí ele botava o cara pra fora. Meu pai mermo em Pará, é, meu pai morou em Pará. Ele às vez bebia uma bicadinha também, né? Que eu não vou negar, ele já morreu; aí ele um dia tomou uma, e ele respondeu o patrão. Ele já morreu também. Aí ele disse assim: « Olhe...» (meu pai tinha feijão maduro, tinha milho, tinha macaxeira, tinha tudo, um roçado cheinho de lavoura, já comendo...) E ele disse assim: « Você não dorme na casa, se você dormir na casa eu vou dar-lhe uma pisa.» Meu pai teve de ir-se embora de noite, se não quisesse levar uma pisa do senhor de engenho. Deixava tudo. Levar o quê!? Deixava tudo lá.” José Pereira de Lima.

Relatório de investigador W.S. 20 de dezembro de 1962²⁶⁸²
Outra família na casa de onde foi expulso J. “juntamente com sua família composta da esposa em estado de gestação e dez filhos menores, os quais se encontram no campo, conforme pude observar pessoalmente. Apurei ainda, que no ato de expulsão, tomou parte o referido Sr. I. e mais 5 desalmados indivíduos sob suas ordens, que além de derrubarem a casa de farinha de propriedade de J. P., colocaram em um trator que conduziam, todos os pertences da família, inclusive roupas, conduzindo para um lugar ignorado, enquanto que um cavalo, uma novilha e uma vaca, de propriedade da família prejudicada, o Sr I. colocou em um cercado de sua propriedade juntamente com os seus animais. (...) Deixei de conseguir maiores detalhes, tendo em vista que o local onde ocorreu o fato é deserto, distante do engenho e de habitação, a única existente é a do prejudicado, não existindo portanto qualquer testemunha dos acontecimentos.”

Os agentes da expulsão

“O capanga do engenho era o administrador mesmo, o fiscal, contador, cargueiro, cargo-geral tudo. Fazia o cabra chegar a pulso, muitas vezes. A punição era inté da polícia, pra botar pra fora. O senhor-de-engenho dizia: « Meu mensageiro vá ver a polícia.» Olhe, a humilhação, de primeiro, era essa: o sujeito tinha uma roça aqui. O senhor-de-engenho ia fazer uma planta de cana. Uma rocinha desse tamanho, que nem eu vi ali em Duas Bocas, aí o carreiro dizia assim: «Mas eu não vou passar o arado dentro dessa roça, não.» (...) Aí o camarada ia se queixar a onde?” Amaro Rosendo Fagundes.

Investigadores eram muitas vezes lançados à procura de incendiários ou invasores (no período das Ligas Camponesas) e seus relatos traziam a tona outros problemas vitimando não os empregadores, mas os trabalhadores e que, normalmente, não faziam objeto das preocupações da autoridade policial. Assim, a U. S. I., formulou uma denúncia de invasão de camponeses no Engenho C.²⁶⁸³ O investigador se dirigiu primeiro ao de C. onde constatou que:

“Realmente [o administrador] fez um despejo de um morador na sexta feira última, proque (sic) este morador no domingo 29 de maio construiu sem licença do proprietário do engenho, o Sr S. B. C. e por isto o referido proprietário mandara que o administrador demolisse a moradia e expulsasse o agricultor que tem o nome de J. J. A referida residência foi derrubada pelo administrador ajudado por um tal de F. P., empregado do senhor-de-engenho. O Sr J. J. nada disse a respeito da demolição recebendo a importância de 500 C\$ de indenização pelas palhas com que cobriu o mocambo, tendo se transferido para a casa do sogro na mesma propriedade do engenho C. Após este fato o administrador recebeu uma denuncia de que o engenho iria ser invadido por elementos da LC da localidade da qual, segundo informação do administrador, 160 são sócios da referida Liga.(Todos moradores do engenho).”

Nota-se o vocabulário utilizado pelo representante do Estado brasileiro. Se designava de maneira regular “*residência*” para uma habitação, tratando-se de camponeses, de repente escapou-lhe os termos “*casebre*”, “*mocambo*”, “*choupana*”, no melhor dos casos em virtude do tipo concreto de construção cuja precariedade não podia deixar de tocá-lo. Nota-se também que “*com muito sacrifício*”, talvez em virtude da distância ou do modo de transporte (a cavalo), ele seguiu para o engenho Ca, sempre na companhia do administrador e de policiais. A suposta invasão resumia-se

²⁶⁸² SSP 29201.

²⁶⁸³ Relatório de polícia dos investigadores 320 e 239, de 13.06.60. SSP 8086 Doc. 01.

“a um pedaço de terra onde fica localizado uma igreja construída no tempo dos holandeses, a qual está em ruínas dentro das matas e que os moradores do engenho acham pertencer ao santo padroeiro da mesma (São Gonçalo) e não ao patrimônio da usina”.

Periodização das expulsões

Os estudiosos que defendem a idéia de uma significação peculiar para o fato dos trabalhadores rurais terem seu domicílio nas plantações e disporem eventualmente de terra cedida para plantar lavouras alimentícias, fornecem uma periodização para o fenômeno. O fim da ‘morada’ seria menos nítido do que aquele da escravidão. Decisivos foram para a ruptura do modelo, por parte dos empregadores - é bom que seja enfatizado - o crescimento do movimento social do lado dos empregados, no início dos anos 60, a aplicação (embora incompleta) da legislação trabalhista, e sobretudo o avanço dos canaviais estimulado por políticas públicas de grande envergadura acompanhando situações de mercado favoráveis (a crise de Cuba e posteriormente a do petróleo). No entanto, observa-se, nos relatos dos entrevistados, confirmados por fontes insuspeitas como as de polícia, que a prática de expulsão dos moradores por métodos brutais era muito anterior.

Relatório do investigador 41, em 13.03.1951

“No engenho T.F., localizado a cerca de 17 km da cidade, verifiquei que os trabalhadores se encontram parados e não está sendo feita a plantação. Procurei sindicatar acerca do motivo daquela situação e cheguei a conclusão de que o motivo é oriundo da atitude tomada pelo Sr D. W. S., novo proprietário do citado engenho, e que ali chegou em 16 de novembro do ano p.p., o qual trouxe de Rio Formoso cerca de 30 trabalhadores e reuniu todos os moradores do engenho T.F., obrigando-os a cederem as moradias e suas plantações aos trabalhadores que com ele tinham vindo.

Revoltados com essa exigência do novo senhor-de-engenho, os moradores se reuniram na residência de M. F. S.²⁶⁸⁴ para procurarem as autoridades afim de sanarem a situação, em virtude do Sr D. ter em represália à recusa dos trabalhadores, determinado que os seus elementos soltarem o gado para destruir as plantações dos habitantes.

Vale ressaltar que os trabalhadores que habitam naquele engenho, cerca 70 e 37 desses com 16 a 52 anos de residência no local, têm grandes plantações e, um deles, possui 11 mil bananeiras, 50 covas de roça, 160 laranjeiras, 3 mil cafezeiros, e grande quantidade de limoeiros, abacateiros e mangueiras, além de duas casas de telha e 4 de palha.

A questão dos trabalhadores foi entregue ao Juiz de Direito de Vitória de Santo Antão, o qual recomendou que suspendessem a plantação até que fosse dada solução ao caso pela Justiça. O advogado de Sr. D., M. F. C., deu seis meses de prazo aos moradores para se retirarem do Engenho T.

Muitos moradores estão vivendo do que possuem em virtude da suspensão das plantações, e alguns já estão passando fome, vez que não tem onde buscar alimento e nada podem plantar. Dos 37 moradores antigos, 20 concordaram com Sr D. e estão plantando, ao passo que 17 continuam em litígio e não se submetem às determinações do senhor-de-engenho. O Juiz de Direito de Vitória, J. A. B. C., não demonstra o menor interesse pela situação dos moradores do Engenho, e ao que parece, concordou com o advogado do Sr D. no sentido de “engavetar” o protesto dos mesmos. Os 17 moradores designaram uma Comissão de 5 homens, a fim de comunicarem a situação ao Governador do Estado, Prof. A. M, e solicitarem o interesse do mesmo para a solução do impasse. (Participantes da comissão) Foi encaminhada pelo governador ao Secretário da Agricultura, o qual enviou um fotografia e um agrônomo àquele município, para apurar a veracidade das informações e fotografar os prejuízos causados pelo gado nas plantações. Não foi tirada fotografia dos prejuízos em virtude do adiantado da hora, sendo apenas fotografados os moradores e respectivas famílias.

Não existe e jamais existiu LC no engenho T. Não foi encontrado material comunista nas residências dos moradores. A propriedade não foi visitada por nenhum elemento estranho (sic) ou comunista. O que na realidade

²⁶⁸⁴ Segue a lista dos participantes.

Os trabalhadores entrevistados, vários deles vítimas do recente movimento de expulsão, situam a aceleração do fenômeno em períodos que cobram um leque temporal maior ainda.

“Não tinha terra para plantar não. A terra que tinha era ali por volta da usina, porque foi Dr Getúlio Vargas que deu. Plantava em volta da usina, muitas pessoas. Quando foi depois que Agamenon foi governo, inventou que a terra era de cana. Ai condenaram e não deram mais terra à gente.” Miguel José de Oliveira

“Olha, quando a gente veio plantar no engenho, eu vou ser positivo. Foi em 60, que esse Armando Monteiro era ministro, foi que liberou no mesmo engenho não plantava nada, era plantar e o homem arrancava ai. Dr Armando era ministro e deu esse direito a gente plantar. Foi justamente que eu fiz esse primeiro sítio. Hoje pra fazer vai ter que pagar. Foi ele que mandou plantar.” Miguel José de Oliveira.

“Não tem uns 10, 15 anos que eles tão fazendo isso? Já, mas de primeiro ainda tolerava mais um pouco.” João Francisco dos Santos.

A violência da expulsão – às vezes física ou com ameaça de se tornar tal – era cumulada com a perda da moradia para uma família contando crianças e com um sentimento de injustiça ao ter que abandonar as plantações efetuadas pelos esforços de todos e garantiam parte da alimentação. Nem mesmo as criações dos trabalhadores estavam a salvo das investidas. A empresa se outorgava direitos de apreensão sem mandato ou autoridade judicial para tanto: *“animais apreendidos pela Usina; tinham 60 dias para vender gado, animais domésticos, cavalos.”*²⁶⁸⁵

“Era pesada porque aquele que não trabalhasse, que não fizesse o serviço ele botava pra fora. [Botava para fora.] Era, botava pra fora e dizia: «Você não dorme na casa!» [Quer dizer: Botava de tarde, de noite o cara já não dormia lá.] Já não dormia, já não ficava. [E tinha violência quando o cara reagia ou não?] Tinha, porque eu mermo vi: senhor de engenho botava os troços do morador no lado de fora, aquelas porcarias. Se ele brincasse, apanhava. E tocar fogo naquilo.”
Cassiano José de Sena

Sem aviso prévio, sem indenização, sem recurso junto a um órgão de classe ou à Justiça do Estado, os trabalhadores eram expulsos em virtude do simples bel prazer do proprietário e da força armada da qual dispunha (e dispõe ainda) com a conivência das autoridades públicas.

“Remuneração não tinha, não existia. Era sair, se tivesse dinheiro da semana pra receber, recebia e saía; e se não tivesse... pronto, tá tudo certo. Só era pegar o que tinha: «Tal dia eu quero a casa desocupada.»” José Felipe Santiago.

“Roça, milho, feijão, tudo plantava. Fruta também a gente plantava. Eles não estava nem se importando, né? Também não tinha direito deles pagar, quando botava pra fora, ficava por lá, né?” Severino Sebastião Santana.

“Agora, quando a gente saísse, não tinha direito a nada, não tinha direito a nada. Deixava lá esse negócio de indenização nem nada não.” José Inácio da Silva.

A recusa de considerar mesmo pequenas indenizações mostrava bem que os plantadores não se concebiam como parceiros num acordo, mesmo assimétrico como outros proprietários

²⁶⁸⁵ “Usina São José Igarassu”. DP 24.07.73

consideravam seus meeiros ou arrendatários. Eles eram soberanos, absolutos no seu poder sobre as coisas e as pessoas. A omissão do Estado, aliás sua presença firme e fiel ao lado dos empregadores mesmo em situação de violência física contra os trabalhadores e suas famílias, era patente.

Queixa de A. M. contra trabalhadores rurais: ocorrência de natureza grave²⁶⁸⁶

Relatório do delegado de polícia de Gameleira, março de 1947 com abertura de inquérito e nota manuscrita do Delegado da Ordem Política, econômica e social, 10.03.47.

Foi efetuada a prisão de grevistas e trabalhadores agrícolas culpados de “indisciplina” a pedido de A. M. usineiro. A greve no engenho P. S. ocorreu não só em virtude de “reivindicação de direitos feridos”, mas um “movimento de subversão da ordem entre empregador e empregados, forçando desta sorte a “Empresa” pagar-lhes por insignificantes lavouras, preços que, à uma avaliação honesta não poderão ser atendidos. Ocorre ainda uma circunstancia grave. Todos os grevistas são ostensivamente filiados ao PC, neste município.”

Recursos

“Ficava lá, botava um bicho dentro, os bicho acabava, é... Botava pra fora. Os bicho estragavam e ninguém tinha onde... onde se queixar. Era muito ruim, era muito ruim naquele tempo. Era muito ruim e não tinha direito, não. Eles botavam pra fora, as lavoura ficava lá, ou então eles botava um bicho dentro, e o camarada nada dizia.” Severino Sebastião Santana.

“[Não tinha onde se queixar?] Em canto nenhum! Ai passava, destruía tudo e ninguém ia procurar pra receber, que a polícia era convenida com o senhor-de-engenho, combinada com a usina. O cara ia pra onde, senhor? Não tinha pra onde apelar!” Amaro Rosendo Fagundes.

Após o golpe de estado, em particular, os sindicatos se queixaram repetidamente da falta de empenho das autoridades para implementar a legislação em vigor. Assim, um “Memorial Camponês a Costa” exigia particularmente a

*“imediate aprovação da regulamentação do decreto 57.020 de outubro de 1965, que confere ao trabalhador o direito de plantar até dois hectares de terra, e a dinamização da Delegacia do Trabalho, para que o órgão fiscalize, realmente, as irregularidades e fraudes referentes ao relacionamento do trabalho.”*²⁶⁸⁷

²⁶⁸⁶ SSP 6691 Doc. 7-9.

²⁶⁸⁷ “Rurícolas fazem queixa da Revolução ao Presidente” e “Memorial camponês a Costa”, JC 09.06.67 p.1 e 10. O memorial é assinado pelos sindicatos de Ipojuca, Ribeirão, Alagoinha, Condado, Camocim, Vicência, Paulista, Gravatá, Barreiros, Limoeiro, Carpina, Nazaré da Mata, Rio Formoso, Amaraji, Gameleira, Timbaúba, Pannels, Belém de Maria e Caruaru. “b) imediata aprovação da regulamentação do decreto 57.020 de 11 de outubro de 1965, que confere ao trabalhador o direito de plantar até dois hectares de terra, conforme plano em poder do Ministério da Indústria e Comércio. “A omissão do Governo Federal em adotar procedimento que torne efetivo e cumprimento das Leis do Trabalho e a falta de regulamentação do Decreto 57.020 reduziu o trabalhador rural à situação de extrema miséria, deixando-o sem condições de reagir por qualquer meio, a não ser invadindo as cidades para saqueá-las em busca de alimentos. Ao que estamos informados, isso não demorará a acontecer nas sedes de vários municípios, como Palmares, Ribeirão, São Lourenço e Escada, pois o rurícola, com a Revolução, perdeu de fato o salário e a terra.” Ênfase minha.

IV. 3. VIOLÊNCIA E CIDADANIA

*“Essas vítimas da burguesia rural não tinham para quem apelar. Estavam amordaçadas e atoladas até a garganta nos feudos dos engenhos, das usinas e dos latifúndios. Tinham medo dos capatazes, dos feitores, dos gerentes e dos patrões, dos soldados da polícia, do delegado, do promotor, do juiz etc.”*²⁶⁸⁸

“Enquanto o camponês viveu sob o predomínio absoluto do dono da terra, sem direito de pensar política, de orientar-se na busca de uma vereda que o conduzisse à liberdade, o camponês estava parado. Havia paz como existe no charco podre. Paz feita de lágrimas silenciosas das mulheres esqueléticas que passam pelos caminhos como fantasmas. Paz feita dos anjinhos que se vão pelas encruzilhadas em busca de cemitérios das vilas, todos mortos pela fome. Paz feita da escravidão do homem que marcha como boi, como burro, para o eito que é o princípio e o fim de sua vida. É contra essa paz que eu luto, que lutam os camponeses. Por causa dela nascem as Ligas. A paz que eu quero é feita com a alegria do homem livre sobre a terra livre. Do homem livre da miséria, da fome, da truculência do feitor e do analfabetismo. Da terra livre da erosão, da praga e de um só dono.”

Francisco Julião²⁶⁸⁹

Entre as características mais badaladas da relação de ‘morada’, a benevolência dos empregadores figura em boa colocação. É o clima supostamente familiar reinando nas plantações que garantiria um bom entendimento entre patrões e trabalhadores. Os casos de inegável violência patronal, como na versão freyriana da escravidão, foram geralmente atribuídos à legítima defesa dos proprietários, frente a provocações de “*elementos estranhos*”²⁶⁹⁰ a sua força de trabalho ou, em última instância, a raras falhas de caráter em “maus” senhores de engenho e usineiros.²⁶⁹¹

A experiência vivida, segundo os trabalhadores entrevistados, é bem diferente: a violência patronal – efetiva ou como ameaça – exercia-se de maneira genérica, endêmica e sob as mais diversas formas. Embora as limitações acima mencionadas e a própria falta de dignidade nas condições de vida e de trabalho dos canavieiros qualificassem, sem dúvida, como violência,

²⁶⁸⁸ BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Vol. 1. Op. cit., p. 176.

²⁶⁸⁹ “Deputado Julião desmente o caráter subversivo das Ligas Camponesas”. Resposta de Julião a um artigo do DP, lida à tribuna da Assembleia Legislativa como “*um pronunciamento definitivo sobre o problema das Ligas Camponesas*”. DP 16.05.59, última página.

²⁶⁹⁰ “Governo de Pernambuco transige com agitadores”, entrevista no Rio de Janeiro, com o Sr Francisco Alberto Moreira Falcão, presidente da Associação dos Fomecedores de Pernambuco. Ele pede ao Presidente Jango para salvar a agricultura canavieira: “*Greves seguidas são deflagradas em vários municípios, comandados por diversas facções políticas, nas quais 95% dos elementos são agitadores profissionais, estranhos aos verdadeiros camponeses.*” DP 14.11.63. A idéia de uma conspiração (comunista) contra o setor (portanto, a região; portanto, a nação; portanto, qualquer cidadão brasileiro) é reiterada *ad nauseam* na imprensa. Por exemplo: “Plano organizado tenta o colapso da produção açucareira em Pernambuco”. Título em sete colunas, no primeiro caderno, quando se trata de mais um discurso de deputado udenista, Augusto Novais, na Câmara. DP 10.11.63.

²⁶⁹¹ A violência patronal não se dirigia exclusivamente aos trabalhadores rurais, tampouco era obra de senhores-de-engenho “*atrasados*”. Testemunham isso vários casos de violência contra os operários da indústria do açúcar, pelas mesmas razões que afetavam os do campo. Ver, em anexo, a carta manuscrita de um operário. O anonimato do

serão tratados aqui apenas os casos mais explícitos de atos violentos desferidos contra trabalhadores e seus familiares nas plantações por parte do patronato e seus prepostos (ou até mesmo por servidores públicos da polícia²⁶⁹² a mando destes²⁶⁹³).

Seviciado.

“Severino Monteiro de Melo, morador num engenho de Rio Formoso e que foi capturado por uma volante que se apresentou ao chefe de polícia anteontem, sendo recambiado para a Delegacia Auxiliar, submeteu-se ontem a exame no Instituto de Medicina Legal, em virtude de ter sido seviciado pelos componentes da volante, comandada pelo sargento C. N.”

IV. 3. 1. A VIOLÊNCIA PATRONAL

A violência patronal funcionou como terror numa dimensão secular em tempos escravistas,²⁶⁹⁴ com conseqüências difíceis de avaliar. Não se pode subestimar sua abrangência que viabilizava e reforçava o caráter absolutista do sistema. A plantação escravista já fora comparada a um campo de concentração.²⁶⁹⁵ Da mesma forma que as resistências à “*instituição peculiar*” são hoje em dia investigadas e valorizadas, em todas as suas dimensões, pelos pesquisadores, a potência do fenômeno coercitivo e sua longa duração,²⁶⁹⁶ sem ruptura, que sugerisse ou permitisse uma inversão dos papéis, não devem ser menosprezadas. A ‘morada’ situa-se precisamente num ambiente que emergiu da escravidão, num processo cuja característica de transição relativamente pacífica reforçou as permanências em termos de modalidades de relações entre classes. Os senhores de escravos usavam de armas para manter seu poder. A abolição não lhes tirou esse hábito.

Perguntado a respeito da famosa amizade entre empregadores e empregados nos engenhos, Manoel dos Santos da Silva explica:

“Olhe, era difícil um patrão conversar com um trabalhador; ele aparecia lá era de dia ou de noite, a relação era com... era como o gato com o rato, um de lá outro de cá. Quer dizer: ele se dirigia mais ao... o camarada se dirigia mais ao preposto, ao administrador; e os patrões, a relação dos patrões era... fora. Não tinha amizade com o trabalhador, não. [Não.] Não. Muitas vez ele dá esporro no trabalhador

autor foi entendido pelas autoridades da Delegacia do Trabalho como justificado em função não só da eventual perda do emprego, como de ameaças mais graves.

²⁶⁹² O Exército não é mencionado pelos entrevistados, embora interviesse, como o lembra Julião, a propósito do Governo Jânio Quadros, ou seja, em situação de normalidade, distinta da época do golpe militar de 64. Operando batidas freqüentes nas “*cabanas dos camponeses (...)* não obstante jamais ter o Exército encontrado uma única arma de seu uso exclusivo, mas uma ou outra espingarda pica-pau, de caçar passarinho, além da foice, do facão ou da enxada indispensável a quem lida com a terra. Não ficou nisso. O Exército passou a prender também os líderes camponeses mais ativos.” SANTIAGO, Vandek. *Francisco Julião*. Op. cit., p. 74.

²⁶⁹³ “Denunciamos ao Secretário de Segurança. Operário barbaramente espancado pela polícia de Jaboatão”. *DP* 11.05.45.

²⁶⁹⁴ Apesar de toda a discussão sobre a suposta qualidade distinta do escravismo brasileiro, “*angu por dentro e ‘bacalhau’ por fora*”. “Estudos sobre o negro”, Orlando Parahym, *DP*. 23.11.58. O autor defende, como os demais dessa linha, que os senhores, “*salvo exceções eram mansos. Mostravam sentimentos humanos.*”

²⁶⁹⁵ ELKINS, Stanley M. *Slavery: a Problem in American Institutional and Intellectual Life*. Chicago: The University of Chicago Press, 1976.

²⁶⁹⁶ 353 anos, segundo Palmeira, que enfatiza a continuidade nas condições de vida e de trabalho após a abolição da escravidão, o “*camponês da zona canavieira*” sendo “*transformado de escravo em simples assalariado continuando, no entanto, com a mesma forma de trabalho.*” PALMEIRA, Moacir. *O Movimento Camponês na Zona Canavieira de Pernambuco*. Recife: Editorial A Luta, 1967, p. 2.

que mandasse chamar.[Tinha muita violência?] Bem, a violência era mais... é... que acontecia nos engenho era mais com os cabo e administrador, que fazia a conta grande, o trabalhador não podia tirar, que ele diminuísse mais um pouquinho. E ele dizia e daí o trabalhador tinha que tirar a conta grande, se fosse ficar reclamando aí havia o choque. Às vez, até de bater, às vez de administrador dá tapa no trabalhador. Agora tinha senhor de engenho que tinha um parceiro que andava com dois revólver no quarto. [Como é que era lá, nesse engenho?] Lá o povo tinha medo até de dizer, é... que ele estava devendo Décimo Terceiro e as Féria. Acumulava, acumulava férias à vontade.”

A onipresença da violência patronal revela-se nos depoimentos, seja ela efetiva ou potencial, embora haja, às vezes, relutância²⁶⁹⁷ por parte de certos trabalhadores em falar no assunto a respeito dos engenhos onde trabalhavam. “Na usina São José, não acontecia essas coisas não. Sempre fazia o que o chefe mandava, né?”, afirma Abílio Luís Ferreira. “Agora, aqui em São José, toda vida foi mais manso. Aqui, mas eu ouvia falar bem de perto, porque tinha em toda parte isso. Demais!” reforça João Oliveira da Silva. Ele acabou de contar como os trabalhadores eram “pisados” e colocados para fora dos engenhos, uma violência sofrida pelo grupo familiar inteiro. “Violência dura. Dura!” continua, relatando casos incluindo o tradicional gesto de prepotência absoluta: “Tem gente por aí que cortou corda de rede pra ir embora, se não quisesse ir encher carro.” Cena clássica, os proprietários ou seus prepostos invadindo o domicílio do trabalhador a qualquer hora, eventualmente a cavalo:

“Homens, muitos dos ruins, às vezes, faziam violência como os administradores: chegava para chamar o trabalhador para encher o carro, quando o trabalhador não queria ir, tava deitado na rede, eles cortavam as cordas da rede de morador, de filho de morador, de gente mesmo de lá. Faziam disso, em muita gente faziam disso.” Alfredo Cosme dos Santos.

Negando que houvesse violência, certos trabalhadores contradizem colegas.²⁶⁹⁸ Assim, José Francisco dos Santos, da mesma empresa, menciona episódios que não poderiam ser de outro modo avaliados:

“Um tal de I., ele mora aqui pro lado de Abreu e Lima, ainda, tá vivo. Chamavam ele de Muganga. (...) Era vigia do engenho. Tudo isso sei contar. Porque na usina São José, sei contar de ponta a ponta que faz 54 anos que sou fichado lá. Tá aqui nessa carteira aqui. (...) Era proibido chupar cana, era. Se nós passasse no ponto de cana, na época da safra mesmo. Tinha assim uma touceira de cana, e o vigia tava lá fora, olhando, e tomava a faca e dava no camarada.”

Outros entrevistados não hesitam, nem manifestam pudor em estigmatizar a violência do ambiente de trabalho: “Tinha, Senhor. Tinha violência! (...) Era, eles davam no trabalhador, fazia os trabalhadores cachorro. Era, tratava como cachorro.” José Batista do Nascimento.

“Sempre teve; sempre teve contra o trabalhador.” Cassiano José de Sena.

²⁶⁹⁷ Muitos entrevistados não pensam inicialmente na violência patronal, mas na insegurança vigente atualmente, ou então nas brigas entre trabalhadores, única forma de violência que alcança habitualmente as colunas da imprensa. “A violência era muito difícil, tinha não; os moradores era tudo contente um com os outros, tudo amigo.” José Barbosa do Nascimento.

²⁶⁹⁸ Antônio Ambrósio dos Santos é o único entrevistado que mantém uma opinião mais próxima da visão clássica da ‘morada’: “Muitos, muitos eram violentos, mas muitos não, eram mesmo que ser um pai. Tinha tantos patrões, tanto senhor de Engenho que era com os filhos dos trabalhadores dele. Era! Agora já tinha outros mais duros, né?”

“E aí passaram uns tempos que açúcar tinha gosto de sangue.(...) Nunca faltou humilhações e violências contra os trabalhadores. Nunca deixou de ter. A violência contra os trabalhadores.” José Honório da Silva.

Obviamente, havia graus e frequências muito variados. Os piores casos²⁶⁹⁹ eram “[a]guns engenhos que o patrão é meio rebelde”, explica Amaro Pedro dos Santos. Outros entrevistados ressaltam a normalidade das relações.

“Não. Todo administrador, mesmo a-onde eu morava no engenho a onde eu não sei nos outros cantos, eu não posso afirmar e dizer coisas que eu não vi, eu contar, né? Agora no engenho que eu morei, em Sibiró, nunca chegou administrador violento, não. Com violência, não, era tudo dado com os trabalhadores, não tinha esse negócio de viver com autoridade com os trabalhadores, nem nada. Agora, ele exigia de trabalhar, porque, ele exigia que vinha ordem da usina, porque a quantidade de gente era pouca, ele queria que trabalhasse todos os dias.” José Amaro dos Santos.

Singularizar a não-violência (entende-se o fato de não cometer nenhum crime) de dado administrador, obviamente, não invalida o clima geral de ameaça que era garantido pela impunidade²⁷⁰⁰ assegurada pelas autoridades aos autores de atos de violência patronal.

“Brigava mais o cabo porque a conta era grande. O cabo ia dar no trabalhador e o trabalhador matava o cabo; e, às vez, o cabo matava o trabalhador, e essa agonia... sempre toda vida foi assim.” João Francisco dos Santos.

A proibição do uso, pelos prepostos, de armas em locais de trabalho foi seriamente considerada apenas em recentes campanhas salariais. Na época da ‘morada’ era banal um *“feitor que tentava desmoralizar um camponês, porque estava armado, porque tinha, naturalmente o poder conferido pelo grande senhor de terras.”*²⁷⁰¹

A violência patronal como fator econômico

Uma de suas dimensões mais drásticas, o assassinato de trabalhadores, ocorria geralmente em situação de conflito de interesses, os plantadores se recusando a pagar os vencimentos legais e os trabalhadores tendo a “ousadia”, “la folle témérité”, de reclamar.²⁷⁰²

Gregório Bezerra lembra um dos casos mais célebres, em razão da época em que ocorreu, raro momento em que a imprensa dava cobertura a esse tipo de ocorrência. É bom lembrar que ele é apenas a ponta de um iceberg silenciado pelos governos anteriores e, sobretudo, posteriores ao primeiro governo Arraes.

²⁶⁹⁹ Além da surra, ou mesmo da morte, encontrava-se um assombroso elenco de medidas punitivas que dispensa qualificativo. “Governador confirma que agricultor foi “ferrado” e polícia acentua que o caso não tem ligação com as LC”. SSP 7599, JC 02.07.61.

²⁷⁰⁰ Gregório Bezerra lembrou que nem mesmos os culpados pelo massacre da Usina Estreliana foram punidos. *“Crime que rico faz nunca é punido. Quando o pobre comete uma arbitrariedade, comete um crime, é imediatamente punido, processado a 20 ou 30 anos; mas eu nunca vi um rico passar nem dois anos na prisão. José Lopes de Siqueira Santos morreu num desastre aqui na Avenida Agamenon Magalhães, num desastre que sofreu; mas não sofreu uma penalidade sequer.”* Depoimento oral fornecido a Eliana Moury Fernandez, no Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: FUNDAJ. CEHIBRA, p. 106.

²⁷⁰¹ Francisco Julião. Depoimento oral fornecido a Eliana Moury Fernandez, no Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: FUNDAJ. CEHIBRA, p. 76.

“Ao apagar das luzes do Governo Cid Sampaio, o Sr José Lopes da Siqueira Santos, dono da usina Estreliana, junto com seus capangas, matou covardemente cinco camponeses indefesos, dentro de sua usina. Isso porque os cinco trabalhadores agrícolas foram pedir ao patrão o pagamento da diferença salarial, que não tinham recebido. O facinora José Lopes perguntou a um homem do grupo quem os chefiava; este respondeu que não tinham chefes e que tinham ido pedir o pagamento porque seus filhos estavam com fome, precisavam comer um “feijãozinho”. Como resposta, recebeu uma rajada de metralhadora, disparada pelo dono da usina. O camponês foi atingido pela frente e caiu de costa, aos pés do seu matador; os quatro restantes foram fuzilados pelas costas, ao tentarem fugir. Não escapou nenhum. Estavam desarmados²⁷⁰³ (...) Esse massacre bárbaro de assalariados agrícolas continua impune até hoje e serviu de escola para assassinatos e ferimentos graves em dezenas de camponeses pobres, durante o ano de 1963 entre os Estados de Pernambuco e Paraíba.”²⁷⁰⁴

A imensa maioria dos casos de violência contra os canavieiros estava imediatamente associada a questões de organização do trabalho e de remuneração.²⁷⁰⁵ Essencialmente em jogo estavam o tipo²⁷⁰⁶ e a quantidade de trabalho (tarefa grande demais), hora (particularmente para enchimento

²⁷⁰² “Morto o trabalhador a cacetadas, em terras da propriedade ‘Tiriri’ da Usina Santo Inácio. O motivo era ‘algumas irregularidades surgidas com o desaparecimento de vales comprobatórios das tarefas diárias.’ DP 23.11.47.

²⁷⁰³ Em contrapartida, um documento da Delegacia de Ribeirão, datado de 02.08.63, lista “Metralhadora automática marca MP-40, BNZ-43, N° 2276; dois mosquetões modelo 1908 no 3508 e 3589, série A; uma pistola calibre 22, automática, modelo 77, marca Winchester, no ilegível; tres espingardas de cartuche calibre 12, marca NF; um revolver marca taurus, calibre 38, n° 65.136; um revolver marca estrela, calibre 32, duplo, no 24.964; uma pistola marca Rossi, calibre 22, no 95.352; uma faca peixeira, mosquetões, noventa e dois cartuchos; rifles 23 calibre 44; metralhadora contendo dois pentes e 156 cartuchos de 9 mm; 264 cartuchos calibre 12; que foram apreendidos na residência do Sr Júlio Maranhão Filho, na usina Caxangá.” Em outro documento (N° 7) da mesma delegacia, uma testemunha (vigia) declara ter “conhecimento da existência de um arsenal de armas cuja porta era fechada à chave e entregue a guarda de Ozório Tenorio Cavalcanti, chefe dos vigias. Que o dito arsenal estava instalado da casa residencial do Sr Julio Maranhão Filho.” Arquivo Público Estadual, Fundo DOPS, SSP 796, Doc. 6.

A esse propósito, Antonio Callado conta que, em resposta a um pedido de informação, o IV Exército respondeu numa “nota aos jornais pernambucanos. As armas eram antigas, provavelmente dos tempos da Coluna Prestes, à exceção da metralhadora, alemã, modelo da última guerra, sem dúvida adquirida pelo Sr Maranhão a algum membro da Força Expedicionária Brasileira. Tratava-se, assim, de pobres fuzis históricos e de uma metralhadora-souvenir. O IV Exército recebera de volta, encaminhadas pela Secretaria de Segurança do Governo Arraes, as armas, e, pela pouca importância que às mesmas dava, evidenciada na nota em resposta ao telegrama, provavelmente já as restituiu ao senhor de engenho Maranhão Filho, caso precise ele defender-se de alguns camponeses que lhe venham reivindicar algum salário atrasado.” O autor conclui lamentando “Essa arrogante irresponsabilidade das Forças Armadas, que pairam sobre o Brasil do alto de seu Olimpio, tranquilas na ciência de que o verdadeiro Presidente da República é o Ministro da Guerra”. CALLADO, Antônio. *Tempo de Arraes*. Op. cit., p. 73-74.

²⁷⁰⁴ BEZERRA, Gregório. *Memórias*. vol. 1. Op. cit., p. 173.

²⁷⁰⁵ “Rurícola foi morto pelo administrador do Engenho”. “A vítima (o trabalhador Antônio Laurentino da Silva, casado, pai de 5 filhos) reclamara seu pagamento ao administrador, gerando-se, então, forte discussão entre ambos, no decorrer do qual Sebastião Luis da Silva abateu seu antagonista, foragindo-se em seguida.” DP 19.01.67.

²⁷⁰⁶ “Trabalhadores rurais feridos a foice no município de Ipojuca”. Trata-se de um cambiteiro que “ontem pela manhã recebeu instruções do cabo de turma para prosseguir no serviço, não por produção e sim como diarista. Surgiu entre ambos uma discussão que degenerou em luta. José Ribeiro (o cambiteiro) depois de ter recebido um golpe de cacete, fez uso de uma foice e vibrou-a contra o cabo de turma. Esse conseguiu arrebatar a foica das mãos de seu contendor, ferindo-o gravemente.” JC 03.05.57. A violência patronal foi, algumas vezes, respondida com violência por parte dos trabalhadores, casos que provocavam a indignação da imprensa e geralmente recebiam cobertura detalhada. Nesses casos, as sanções legais eram devidamente aplicadas. A violência contra os trabalhadores era apenas, episódica e pontualmente coberta, geralmente sem detalhes nem comentários.

do carro) e falta de respeito à remuneração acordada para dada tarefa.²⁷⁰⁷ O caráter de fator econômico da violência patronal manifestava-se claramente na sua eventual sazonalidade:

“Existia uma relação muito acordante, agora existia uma relação muito cruel. Esta relação acordante era muito cruel, muito rígida. Na época do inverno era mais calmo, porque não existia aperto para a colheita. Todo aperto é no tempo da colheita. Mas na colheita, muitas pessoas eram apertadas, trabalhavam dia e noite. Trabalhavam a pulso. Enchiam carro de máquina a pulso. Era muito rígida. E a relação com os trabalhadores era um pouco cruel. Os patrões eram mais mansos, os empregados eram mais mansos, mais amigos, mas outros eram bem metidos a brabos, matavam gente. Davam em trabalhador, jogavam a polícia em cima sem o trabalhador fazer nada. Muitas vezes, por besteira, matavam um trabalhador. Arrastavam um trabalhador, amarrado atrás de um cavalo e outro cavalo pisando atrás. Ainda cheguei a ver isto.” José Antônio de Lima.

Como a violência constituía uma parte integrante do regime de trabalho, evidenciava-se também pelo seu imediatismo, como avalia José Severo da Silva: *“A violência hoje é menos; mas naquele tempo, tinha! Aquele tempo era o tempo de carrancismo. Era o tempo que o camarada ou fazia o que eles mandavam, ou senão ia pro pau. Tinha que fazer!”* A simples recusa ou tentativa de debater o assunto, por parte do trabalhador, podia suscitá-la, como assinala Alfredo Cosme dos Santos: *“Ah!, se alguém discutisse, ia apanhar, ia apanhar. O camarada apanhava.”* Parecia não haver gradação ou tempo de negociação. Ela vinha como uma resposta automática.

“Ah! Naquela época a violência era dos patrão com os fracos, era pau. Era pau no espinhaço do cara. E era pra falar baixinho. Não era pra falar alto, não. Naquela época, eu vou dizer o senhor: naquela época o patrão dizia assim: «É assim, assim, assim.» O camarada só tinha o direito de dizer uma palavra, e na outra ele mandava o cara logo se calar. Se não calasse, ia pra o pau mesmo.” José Pereira de Lima.

Vários trabalhadores, de fato, mencionam a violência patronal apenas a partir do momento em que ela ocorria fora de situações banais, em ocasiões que foram acostumados a conceber como provocativas, enquanto expressavam simplesmente a famosa “liberdade” do assalariado: discordar de alguma exigência patronal. *“E a gente pegava, se assujeitava, né? Era.”* Francisco Zalatiel Ferreira continua, relatando como as circunstâncias, os objetos da perigosa discordância, podiam parecer fúteis: *“É, uma... quando o camarada deixava um pé de mato, ia pra... ia pro couro.”* A idéia de coerção estava explícita: *“O camarada mal quando não chegava, o camarada não queria encher carro, ia à força. À força, eu sei dizer é isso. No meu tempo ia à força.”*

Qualquer aspecto banal da vida no engenho podia ser pretexto à violência; passar por locais proibidos,²⁷⁰⁸ chupar cana, recusar-se a algo ordenado pelo patrão,²⁷⁰⁹ cortar capim para

²⁷⁰⁷ Engenho Sapocagy, Escada, por irregularidade no serviço, é morto *“com um golpe de peixeira no peito esquerdo”*, o trabalhador João Bernardino Amaro, de 47 anos, pai de 11 filhos. DP. 28.06.1944. “Impressionante crime ontem em São Lourenço” um morto *“por questão de serviço”*. DP 21.12.47.

²⁷⁰⁸ “Monstruoso homicídio”. “A grande falta que aqueles haviam cometido se restringia apenas a passar pelas terras da propriedade”. DP 13.07.55.

²⁷⁰⁹ Denúncia de tortura de trabalhadores rurais por policiais para forçá-los a assinar a folha de usina. JC 22.12.68.

abastecer as criações amarradas por falta de espaço para deixarem-nas pastar, “*não dar atenção*”!²⁷¹⁰

“Alvejado pelo vigia do Engenho quando cortava um pedaço de cana”²⁷¹¹

O agricultor recebeu forte carga de chumbo e faleceu ao dar entrada no Pronto Socorro.

Jaboatão. José Benedito da Silva, 35 anos, casado, pai de dois filhos; o trabalhador rural fora alvejado pelo vigia Pedro Filismino do Engenho Goaiabeira no momento em que cortava um pedaço de cana.”

Engenho Barbalhos, Cabo, Usina José Rufino²⁷¹²

“Ultimamente um jornalista, cujo nome não ficou ainda apurado, residente nas imediações tornou por costume cortar capim apesar da proibição existente. Adomoestado um dia recebeu intimação para deixar no lugar todo o capim cortado.

Na 5ª feira, mais ou menos às 17 horas, Severino Geró do Pina (administrador) surpreendeu-o de novo na infração e daí originou-se séria desinteligência entre ambos. Empunhando uma serra o jornalista investiu contra Severino Geró do Pina, produzindo-lhe ferimentos incisivos no frontal, no nariz e da pálpebra esquerda. E ainda fez uso da “peixeira”, vibrando um golpe na mão direita de Severino Geró do Pina. Vendo que seria assassinado apesar dos ferimentos que apresentava, sacou então Severino Geró do Pina, revolver, desfechando toda a carga sobre o agressor.” O jornalista foi morto; Severino Geró do Pina preso em Recife.”

Outra evidência do caráter econômico do uso da violência era sua difusão (mesmo que seja como ameaça) e o fato de que seu exercício por um dado plantador contra certo trabalhador não impedia que este encontrasse rapidamente uma nova colocação. Ou seja, a imperativa vontade de dominar uma força de trabalho à escala das necessidades da produção, se sobrepujava a qualquer outro sentimento na classe dominante.

“Você não dorme mais na casa”

“Sem direito nenhum. Não tinha direito de nada, se o senhor-de-engenho pesasse com um camarada, aqui, e dissesse: *amanhã você não me dorme mais aqui, não dorme mesmo não.*

[Aí, tinha que ir embora?] *Tinha que ir embora mesmo, porque tinha senhor-de-engenho carrasco mesmo. Quando dizia assim: «Você vai embora, hoje você não me dorme na casa!» E não dormia mesmo não.*

[Não tinha pra quem apelar?] *Tinha não, tinha não senhor, viu. Quando dizia que era pra ir embora, é pra ir embora mesmo.*

[E se não saía?] *Se não saía, ele saía nem que fosse pra debaixo de um pé de pau. Mas, de noite, ele não dormia ali mais não, porque se fosse dormir, o pau comia.*

[O quê?] *Saía debaixo do pau, mas saía mesmo.*” Severino Barros Lima.

A dialética peculiar da violência contra os trabalhadores queria que ela vigorasse tanto para obrigá-los a algum trabalho, nas condições ditadas pelo patrão, quanto na expulsão da plantação: imediata, sem indenização. Ambos os movimentos sendo concebidos como oportunidades para o exercício/a ameaça de violência contra a integridade física dos trabalhadores.

“Quando o patrão dizia assim: *«Você vai-se embora hoje, se você amanhecer o dia amanhã lhe dou uma pisa! Se amanhecer o dia na casa, dou-lhe uma pisa.»* Fazia medo. O homem vinha, trazia a polícia, matava o caba no pau.” José Pereira de Lima.

²⁷¹⁰ “Brutal agressão em São Lourenço da Mata”. Engenho Constantino. José Domingos da Silva agrediu a faca peixeira Antônio Lourenço da Silva (16 anos) no “casebre” da vítima “quando estava ceando, pelo fato deste não lhe haver dado atenção ao chegar”. DP 23.10.56.

²⁷¹¹ DP 09.10.56.

²⁷¹² DP 20.08.44.

Ela era também, obviamente, instrumento de punição, inclusive coletiva, nas mãos da autoridade pública:²⁷¹³ um relatório banal sobre uma investigação a respeito de incêndios supostamente criminosos²⁷¹⁴ – outra grande paranóia dos proprietários – mencionava tranquilamente que o

*“delegado de Goiana chegou ao local do incêndio com 5 soldados armados de fuzis, mandou juntar todos os cambiteiros e cortadores de cana, tendo ameaçado de prender e espancar todos a fim de que fosse descoberto o incendiário. Em virtude dessa ameaça, no dia seguinte, faltaram ao serviço 11 cambiteiros e 9 cortadores de cana, todos esses trabalhadores abandonaram o serviço não mais voltando, por esse motivo não mais nos foi possível identificar ou localizar o incendiário.”*²⁷¹⁵

Obviamente, a única medida de autoproteção dos trabalhadores era, mais uma vez, a fuga, quando a autoridade pública, responsável teoricamente pela proteção de todos os cidadãos, tornava-se ameaça tão direta.²⁷¹⁶ Os desafortunados trabalhadores deviam abandonar tudo o que tinham, colocando sua família em situação de perigo, além do desconforto. A violência podia, pois, se exercer também contra os familiares do trabalhador, direta e indiretamente: *“Não tinha direito não. Se botasse pra fora, era pra desocupar logo! Se não quisesse desocupar, o senhor destelhava a casa”*, indigna-se Eugênio Benvindo M. Freitas. Por mais ‘moderno’ que fosse o empregador, ele não abria mão desse tipo de recurso, como testemunha João Francisco dos Santos: *“A usina mermo teve vez que descobriu a casa com o morador de dentro.”*

Relatórios de polícia faziam menção a procedimentos similares: tocar fogo,²⁷¹⁷ mandar derrubar etc. Após o golpe militar, a violência aumentou na medida em que havia sido extinto o

²⁷¹³ Os problemas, às vezes extremamente violentos, que os membros das Ligas Camponesas tiveram com a polícia abundam na imprensa. No DP de 27.09.59, Gilberto Freyre publicou uma carta intitulada: “Morte do guarda arrecador: líder das “LC” promete demonstração de massa”, atitude que o honra e que, infelizmente, não retomaria após o golpe militar de 64. Protestando contra as violências repetidas visando membros das LC, afirma: “Em Vitória, instalou-se um clima de terror. As prisões e os espancamentos se sucedem. Basta um humilde lavrador erguer-se para protestar contra o desmando de um dono de terra mais reacionário para ser arrastado à delegacia e fichado como comunista. Como no Estado Novo fazia com operários, estudantes, jornalistas e professores. A indústria do anti-comunismo tão explorada desde aqueles negros tempos, está sendo deslocada para o campo. É o sinal que o camponês desperta para atirar fora o jugo da escravidão que o prende à terra.”

²⁷¹⁴ A questão dos incêndios recorre com muita frequência nos arquivos de polícia. Pe Crespo explica: *“O coronel da SSP (no governo Cid Sampaio) que chegou a constituir volantes de policiais para caçar camponeses, pretensos incendiários ou julgados assim, em áreas de canaviais, na Zona da Mata canavieira de Pernambuco. Muitas vezes, estes incêndios eram ocasionais ou programados para o corte da cana (...) sempre acusavam os trabalhadores de serem os incendiários. Isto era um pretexto para que a polícia andasse vasculhando toda a zona canavieira, prendendo e amedrontando terrivelmente os trabalhadores rurais.”* Depoimento oral fornecido em 10.07.85 a Eliana Moury Fernandez, no Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: FUNDAJ. CEHIBRA, p. 28.

²⁷¹⁵ Relatório de investigador, 30.09.61 à SSP, Delegacia Auxiliar. SSP 7956.

²⁷¹⁶ Outro caso banal, era a recusa a acudir e proteger os trabalhadores ameaçados. *“Quando reclamam contra salário de fome e excesso de serviço, são violentamente expulsos pelos capangas e vigias, chefiado pelo indivíduo José Daniel, autor de surra e atentados contra a vida dos trabalhadores vítimas das arbitrariedades contra eles cometidas. Adiante, o peticionário esclarece que, quando os prejudicados recorrem à polícia, a queixa é registrada mas são desmoralizados pelo Sargento Brito, delegado do município, asseverando que este militar « vê em cada agricultor um comunista».”* Frente a um caso de invasão de domicílio de um morador em que o próprio e sua esposa foram espancados, ficando *“o marido, Manuel Nicácio, em lamentável estado”*, a providência que o agente da Lei tomou foi ameaçar *“os denunciantes de cadeia e borrachadas.”* “Agricultor queixa-se de atos desumanos praticados num engenho de São Lourenço”. DP 13.02.60.

ensaio de neutralidade do Estado na luta de classes. A brutalidade emergia, vez por outra, na imprensa, em casos mais bárbaros.²⁷¹⁸ É notável a relação imediata entre a violência contra as coisas e contra as pessoas, como se não houvesse distinção de natureza entre os alvos. Assim, os ataques contra as casas, as culturas ou outros bens dos trabalhadores podiam desdobrar-se imediatamente em violência (verbal inicialmente) contra as pessoas, sem solução de continuidade.²⁷¹⁹

A violência patronal como dissuasão de lutar: “Os direitos eram perigosos.”²⁷²⁰

Um dos mais famosos casos de violência, consagrado pelo tratamento cinematográfico, foi o assassinato de João Pedro Teixeira, herói do filme *Cabra marcado para morrer*, de Eduardo Coutinho. O filme mostra muito bem a violência vigente antes mesmo do golpe militar²⁷²¹ e sua exacerbação frente aos começos de organização dos trabalhadores.²⁷²² Também é ilustrada a cadeia de favores e solidariedade de classe que protegeu (via imunidade parlamentar) o mandante de qualquer inquietação oficial para prestar contas à sociedade de seus atos. Casos também famosos mais recentes – basta lembrar Margarida Alves, líder sindical, na Paraíba; Evanduir, presidente do STR de Aliança e o advogado sindical de Surubim, Evandro Cavalcanti.

²⁷¹⁷ Relatório da polícia do Cabo, do dia 26.08.60. Os homens do senhor-de-engenho botaram fogo em duas casas. O caso foi mencionado, porque havia sido objeto de uma denúncia do juiz da comarca. SSP 8098.

²⁷¹⁸ “4 mortes em Alagoas para a luta pela terra”. “Ao observar que João saíra com a esposa para o campo, o que costumava fazer todas as manhãs, o administrador da fazenda resolveu atear fogo na casa. O incêndio em poucos minutos destruiu a residência, carbonizando as duas crianças que se encontravam no interior. Ao regressar, João e a esposa encontraram apenas os escombros da casa e os corpos dos garotos transformados em tochas humanas. Encolerizado o lavrador fez um juramento de vingar a morte dos filhos. Saiu em busca de Severino que se achava em frente a casa grande da fazenda. Ao avista-lo puxou uma faca e investiu decidido. O Administrador entretanto, estava armado de revolver. Os dois travaram violenta luta corporal ao termino da qual ouviram-se alguns disparos. Em seguida os dois corpos tombaram ao solo.” DP 24.07.73, p.11-12.

²⁷¹⁹ Vitória de Santo Antão. O proprietário queimou a casa de camponês que, depois de três anos de trabalho, sofreu despejo sem indenização. “O patrão foi com dois oficiais de justiça, destelhou a casa do camponês (levando logo as telhas), jogou tudo que havia dentro da casa, na rua. Estava chovendo, as crianças doentes, a mulher em casa e o esposo trabalhando bem longe. Depois de destelhar a casa e jogar as coisas na rua, cortou o bananal do trabalhador. A mulher pedia para que esperasse o esposo chegar para providenciar lugar para colocar os moveis. O patrão chamava a mulher de besta e dizia: «Não lhe preendo porque não é seu marido, se fosse seu marido prendia agora mesmo.» A mulher disse: «Apesar de tudo eu confio na justiça de Deus.» Mas ele respondeu: «Cale-se, besta, Deus manda no céu. Na minha terra quem manda sou eu, e acrescentou: Cadê o advogado do sindicato. Ele está enrolando vocês.» Agora a família encontra-se nas pontas de rua”. SSP 29.747 Ofício a Romildo Leite da DRT 20.6.73. (A fonte da citação não é mencionada)

²⁷²⁰ José Severo da Silva.

²⁷²¹ “Delegado sindical de Moreno morto em Vitória de Santo Antão”. DP 21.11.63. A reação da imprensa contrária às tentativas das autoridades para não deixar o crime impune são eloqüentes sobre os velhos costumes patronais. “Senhores de engenho que matam camponeses não ficaram impunes”. DP 22.11.63.

²⁷²² Fenômeno confirmado pelos relatórios de polícia. Assim, o investigador 239 escreve, em 10.06.60, que constatou durante diligências nos engenhos M. e P., que “o Sargento E. exibiu-se em cena de verdadeiro sadismo, em casa de um camponês de cerca de 70 anos de idade, membro da LC, o comissário ameaçou-lhe de rebentar-lhe a cara caso o mesmo não se tornasse amigo da polícia.(...) Em outra residência, chegou a agarrar e suspender violentamente os membros de um camponês pelo fato do mesmo dizer que era comunista, estas atitudes do comissário veio criar um ambiente de ódio contra o proprietário do engenho P., pois os camponeses não de pensar que a mandado do mesmo que o comissário está praticando estas violências, por outro lado estes camponeses

A FETAPE publicou um relatório²⁷²³ sobre a gravidade do fenômeno. Manifestações públicas e condenações nacionais e internacionais²⁷²⁴ não amenizaram a situação. “*Se botarem na luta, Ave Maria, eles só faltam matar a pessoa. Tem muitos que mandaram até matar.*”²⁷²⁵

Queixas de camponeses contra donos de terras, na polícia²⁷²⁶
Queixosos: Miguel Paulo Lopes, São Lourenço da Mata e Severino Felinto, Bom Jardim
O primeiro foi expulso do engenho Prado pelo dono José Adolfo Coutinho “sem que houvesse razão”. “O dono do engenho com um revolver e um cacete, acompanhado do administrador Romiro de tal, espancaram ao queixoso, que teve de sair às carreiras para não mais apanhar, embora perdesse tudo que já tinha plantado na fazenda. Severino Felinto disse que de há algum tempo passou a integrar a Liga Camponesa de Bom Jardim, e ontem dois proprietários de engenho encontraram-no numa rua deserta e passaram a espancá-lo findando por jogar contra o mesmo um tijolo que foi atingi-lo nas costas.”

Obviamente, se a situação estava mais difícil antes, ela piorou também depois do Golpe de Estado, sendo qualquer manifestação em defesa dos trabalhadores automaticamente associada à “subversão”. Isso permitia uma legitimação suplementar à defesa simples dos interesses de classe dos empregadores. Doravante, eles participavam de uma cruzada em defesa de grandes princípios e zelavam pela segurança nacional.

“Antes desses direitos, o direito era pau”²⁷²⁷

A violência patronal se exercia corriqueiramente pela prática do castigo físico contra os empregados agrícolas. A história dessa prática parece ser tão antiga quanto a própria atividade canavieira em moldes escravistas. Na época em que Cuba abolia a escravidão, em 16.10.1886, o uso do chicote foi teoricamente proibido no Brasil. Isso suscitou vivas reações. Lacerda Werneck, como outros plantadores, via nessa simples medida humanitária uma ameaça direta a suas vidas, o que não deixa de ser eloquente quanto à suposta doçura da escravidão brasileira:

“[The] abolition of the lash would bring disaster, consternation, the disorganization of labor. Agricultural establishments could not be maintained, declared this experienced planter, without «a severe regimen of punishment». Lourenço de Albuquerque of Alagoas addressed his doubts directly to the ministry: «In the event that the fears of... the planters are realized,» he asked, «does the government possess... an ample public force sufficiently disciplined to guarantee their livres and property?»”²⁷²⁸

Na época da ‘morada’, tão elogiada pela tradição literária, em termos de relações enfaticamente humanas entre empregadores e empregados, a forma mais corriqueira de violência aplicada aos trabalhadores rurais pelos prepostos ou proprietários era, precisamente, a surra. Ela estava geralmente associada, como foi visto, à coerção quanto a certo tipo ou tempo de trabalho considerados inaceitáveis pelos trabalhadores.

jamaís votarão nos candidatos do governo, pois na sua ignorância acreditam que estes atos forem ordens especiais dos poderes constituídos.” SSP 29343, Doc 21-22.

²⁷²³ FETAPE. *Açúcar com gosto de sangue*. Op. cit.

²⁷²⁴ AMNESTY INTERNATIONAL. *Brazil: Authorized Violence in Rural Areas*. Op. cit.

²⁷²⁵ José Antônio da Silva.

²⁷²⁶ DP 28.12.62, p. 7.

²⁷²⁷ Sr Abel Santos, citado por MIRANDA, Moema Maria M. de. *Espaço de honra e de guerra*. Op. cit., p. 100.

²⁷²⁸ CONRAD, Robert. *The Destruction of Brazilian Slavery*. Op. cit., p. 237.

“Podia se preparar o lombo”

“Mudou a condição que naquele tempo, muita gente trabalhava a pulso. Muita gente era batida depois que trabalhava, com seu filho. [Apanhava?] Perfeitamente. [E o Senhor, viu?] Vi também. E muitos que iam pro engenho com patrão rebelde, que gostava de violência, fazia disso. [Como é que era?] O sujeito chamava o trabalhador para trabalhar o dia: «Fulano, eu hoje preciso de você pra trabalhar na cana, que tá faltando cambiteiro, tá faltando carreiro, tá faltando enchedor de carro». E ele dizia que não ia. «Mas por que você não vai?» «Porque não quero trabalhar, não quero ir.» «Olhe, eu preciso do serviço, e quem vai fazer é você!» O cabra podia se preparar o lombo quando chegasse na casa dele de noite! Ia pro pau! E isso aconteceu muito.” Amaro Pedro dos Santos.

“De acordo com o senhor-de-engenho. Porque tinha senhor-de-engenho bom, e tinha senhor-de-engenho carrasco também. O carrasco era pra trabalhar. Trabalhasse quer queira, quer não. E tinha deles que obrigava [o] cabra a trabalhar seis dias, sete. Quando não trabalhava, ia pro couro. Apanhar, era sim, Sr.”

Perguntado sobre o método, Joaquim Pedro da Silva responde: *“Era chicote!! Chicote de couro cru (...) e aquele que não queria agüentar fugia, corria, não é?”*

Além das questões diretamente ligadas ao trabalho, uma outra oportunidade banalizada de violência contra os trabalhadores era o fato de enganar a fome chupando cana. A infração podia ser cometida pelo próprio trabalhador ou alguém de sua família. Gregório Bezerra testemunhou uma cena que parece diretamente saída da época da escravidão, mas ocorreu com um morador:

“Um homem, morador do engenho, pressionado pela fome, cortou uma cana e chupou e foi denunciado ao senhor-de-engenho, a esse Joaquim Campos. Joaquim Campos mandou intimar o pobre homem; ele veio, perguntou-lhe com ordem de quem tinha cortado a cana para chupar. Ele disse: «Com ordem de ninguém; cortei porque o outro senhor-de-engenho, quando o engenho estava parado, que não tinha trabalho, ele permitira que os moradores cortassem uma cana para chupar.» «Pois, bem, cabra, agora você vai levar uma surra para respeitar a ordem de homem.» E mandou açoitar o homem. Dois caceteiros, um de um lado, outro do outro, cada um com um chicote de boi, e começaram a bater no lombo do homem, do pescoço até as nádegas. Com pouco mais, os trapos já não eram nada, estavam rompidos e o sangue já espirrava. Aquele filete de carne do lombo, das nádegas do homem; ele pedia por tudo que o senhor de engenho suspendesse aquele castigo, que ele pagaria a cana, trabalharia de graça até o fim da vida; mas que o senhor-de-engenho não o matasse daquele jeito. Quando ele suspendeu o castigo, mandou lubrificar o corpo do homem com mel de furo e por no tronco. Tronco é uma prisão tipicamente medieval. São duas pranchas largas, mais ou menos 40 a 60 cm de largura, furados no meio. São duas pranchas, assim, uma ao lado da outra, furada no meio onde coloca as mãos e os pés, depois tranca o cadeado e o cara fica preso naquela posição incômoda, esperando o tempo que o bandido determina. O fato é que quando amanheceu o dia, o homem estava feito um cupim enorme. As formigas deram em cima do homem e morreu. Estava morto. Foi um crime pavoroso.”²⁷²⁹

Embora cenas desse tipo possam não ter sido frequentes, o simples fato delas terem ocorrido com certa regularidade e, sobretudo, de forma completamente impune, bastava para que tivessem um efeito sobre a força de trabalho exposta a tamanha violência.

“Amarava o cabra lá e soltava o boi, melava ele com mel, e deixava lá para o boi lambar, era o castigo que ele dava. [Era o castigo e aí o que era que acontecia com as pessoas que o boi lambia?] O que acontecia era que ele ia morrer, né? O boi passando uma língua daquela, o cabra amarrado sem poder se livrar de nada, vai sofrer muito e no fim das contas termina levar fim mesmo.”
José Barbosa do Nascimento.

²⁷²⁹ Gregório Bezerra. Depoimento oral fornecido a Eliana Moury Fernandez, no Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: FUNDAJ. CEHIBRA. Ver outro exemplo na Carta do STR PALMARES ao Exmo Sr. Dr. Nilo Coelho, Governador do Estado, de 1970, citada em anexo. SSP 28.879.

Nos arquivos do DOPS, inúmeras denúncias se amontoam.²⁷³⁰ Encontram-se os ecos desses protestos contra a violência nas próprias correspondências dos órgãos de segurança.

“Revoltante espancamento no Engenho “Goiabeira” em Jabotão”,²⁷³¹

“O menor de 16 a., de idade, Sebastião Bastista da Silva, filho de Angelo Batista da Silva, que é inválido, ontem à tarde, minutos antes das 16 horas, encontrava-se entretido em passarinhos nas matas do engenho “Goiabeira” em Jabotão e em cujas terras reside sua família. O vigia da propriedade percebendo tudo, saiu em perseguição do referido menor que tomado de pânico, deitou a correr, rumando para o Engenho vizinho que tem como nome “Duas Unas”. Sebastião não foi feliz na fuga pois o jornalista acabou deitando-lhe as mãos em terras da propriedade vizinha e foi levá-lo para o Engenho “Goiabeira”. Ali sob protestos gerais, obrigou o menor a enguir um copo de óleo de ricino misturado com aguardente depois de aplicar-lhe tremenda surra.”

“Engenho P. - propriedade do Sr H. C., que está espancando e torturando os seus empregados (...) segundo denúncia da Federação de Trabalhadores Rurais, referido Sr torturou durante horas seguidas o trabalhador Jorge Correia, que foi enterrado até o pescoço, enquanto um carro diversas vezes avançava sobre ele, como se fosse esmagá-lo.

A Federação dos Trabalhadores Rurais reclama:

- a) punição do proprietário do Eng. C. do município de C., Sr R. A, que espancou bárbaramente o camponês A. F.
- b) punição do assassinato do trabalhador Manoel Tenório, de Vicência, que foi espancado, sangrado e metralhado pelo proprietário do Engenho N., Sr. F. X. R.;
- c) Outros crimes praticados em Paulista e Goiana.”²⁷³²

A presença de vigias e capangas equipados com armas de fogo no engenho também constituía uma ameaça efetiva e eficiente. “*Humilhação... é um revolver, né!*”, resume Francisco Zalatiel Ferreira.

“*Tinha capangas no engenho. [Os vigias, eram?] Todo nesse tempo todo mundo andava armado: o administrador, o portador, o cabo andava com um revólver que era mesmo que nem o cangaceiro né? E eu era cambiteiro nesse tempo.*” Anísio Francisco da Silva .

A comparação com os cangaceiros é interessante porque, de um lado, fornece uma idéia concisa da opinião dos trabalhadores sobre essas pessoas e, por outro lado, lembra que não havia razão externa alguma para sua presença (fora os raros episódios bem divulgados) a não ser assustar os trabalhadores.

“*Bastante, bastante. Acontece que a maioria do povo tinha receio, né? Tinha aquela emoção, tinha que ter grande respeito, o patrão até porque o patrão era mais... que tinha seu povo, tinha seu povo ali. [Seu povo era os capangas, capachos, todos armados?] Armados eram.*” Antônio Maurício Domingo.

A presença desses homens armados e seu comportamento lembravam constantemente os canavieiros que eles não tinham vontade própria, poder de barganha ou possibilidade de debater frente a “argumentos” desse tipo.

“*Eles faziam o que bem queriam. Tinha trabalhador que nada podia dizer, porque se dissesse era pra se acabar. Armado, né? [Eram armados?] Era, eles andava armado. Cada um, olhe: um palmo de fogo, aqui; e às vez, quando ele tinha raiva de qualquer trabalhador, era levar lá pra os canto, e lá mesmo acabava. Aqueles vigia, pronto, os vigias já estavam sabendo. É. Veio ficar melhor depois que entrou o*

²⁷³⁰ Alguns casos alcançam as páginas dos jornais, embora sejam geralmente os casos em que os trabalhadores rurais se defendem, mais do que aqueles em que eles são vítimas. Algumas exceções: DP 15.10.49. “Espancou barbaramente o cambiteiro em Ribeirão”, por razão de serviço.

²⁷³¹ DP 28.07.55.

²⁷³² Nota manuscrita da SSP, com anotação de outra mão, datada do 29.01.68: no fim, figura “*providenciado com os officios Ns. 50.DSS/68-Reservado, of 63-DSS/68, of. 68DSS/68; of. 70.DSS/68 e of. 71DSS/68 e of 69-DSS/68*). SSP 29688.”

Sindicato, e tal, e lá vai, foi combatendo. Ai eles deixou de mandar caçar direito.” Severino Sebastião Santana.

As consequências de incorrer no desprazer do senhor-de-engenho ou de qualquer preposto podiam ser tão devastadoras que bastavam as histórias que se contavam nos engenhos para dissuadir muitos de entrarem em rota de colisão. As manobras de evitamento eram preferidas. Talvez fosse em boa parte essa situação que teria sido avaliada como certa passividade pelos observadores/autores acima citados. A onipresença da violência última era tão abrangente, que, como em outras situações históricas extremas, foram precisas condições políticas que fornecessem uma esperança de mudança, um sinal, por menor que fosse, do poder público, de que faria respeitar o estado de Direito por todos, para que se cristalizassem as aspirações ao que hoje é chamado de cidadania. O peso da violência patronal, além daquela contida nas próprias condições de vida e de trabalho dos canavieiros, não poderia ser subestimado nessa equação social.

“Foi, não foi, aparece um morto, aparece... né? Às vez mata, deixa por dentro das cana. (...) Às vezes é porque eles mandam mesmo. Tem raiva de um trabalhador. Ai se ele não quer fazer, mas ele manda fazer, e o caba pra ganhar e pra ser bom aí faz mesmo. E, às vez, nem isso: às vez eles mesmo briga com o outro, como tenho visto.. «Olhe, (disse na barba dele mesmo) me diga uma coisa: se esse homem morreu aqui no serviço, arregaram e tal, e apareceu morto aqui no serviço, você sabia que ele é de lá do lado de Limoeiro, (porque Limoeiro é grande, né?) Ele era casado e pai de família, e você foi no enterro do homem, e por que não mandou avisar a família?» Ele: «Ah! E coisa e tal, e vira e mexe.» Com licença da palavra, ela disse: «Olhe, você não mandou avisar com pena (com licença da palavra) da merda da gasolina do carro.» Disse na barba dele, do empregado. Quem... quem viu me contou, quem viu a mulher chegar, a mulher chegou foi com veneno. Ai disse um bocado de coisa, ainda foi pra Tracunhaém mostrar a cova e tal, e pra aqui, pra acolá; mas isso depois, ele foi quem morreu, né?” José Peagentino dos Santos.

Alguns trabalhadores fazem menção até mesmo de ‘cárcere privado’ utilizado contra os trabalhadores. José Francisco dos Santos recorda: *“Batia em trabalhador, levava preso. Acabou-se agora, há pouco. Mas ainda tá lá, no lugar daquela farmácia da usina, ali era uma cadeia!”*

“Só faltou cozinhar”

“Mas na época... não tinha apoio nenhum, não, era pau! Já pegava, e pronto: tomava a faca, dava pancada, trazia pro quarto quente que tinha.[Quarto quente?] Quente! Era, botava no quarto quente e a água fervendo junto. Era! Para morrer sendo cozinhado. E eu sou do mesmo engenho desse quarto quente, e eu tava trabalhando nessa época dentro da usina. Eu cheguei, tive piedade dele, soltei. Tive piedade dele, gostava muito do gerente, Dr X e dona Y; falei com D. Y que esse negócio pra acertar o negócio, foi com D. Y. Quando Dr chegou, ela falou com Dr e soltou ele. Mas só faltou cozinhar.” José Francisco dos Santos

Os agentes da violência patronal

*“O administrador teve uma grande violência comigo, desceu do burro pra dar em mim.”
José de Souza da Silva.*

Como pode ser constatado nos relatos de jornais²⁷³³ e outros documentos, além dos depoimentos, a violência podia ser

²⁷³³ “Duplo e horrendo assassinio no engenho Jaqueirinha. Foram autores dos homicídios o administrador, o fiscal e o vigia da propriedade que pertence à Usina Pirangi”. DP 22.10.50. “Desapareceu o agricultor e seu cadáver foi

exercida por proprietários e seus parentes, todavia, mais corriqueiramente, havia prepostos que eram encarregados dessas tarefas.²⁷³⁴

“Aí quando não queria trabalhar certo, batia boca com o cabo, com o senhor-de-engenho. O senhor-de-engenho botava pra fora. Quando não queria se agüentar, botava pra fora. E quando o senhor queria se agüentar, quando o cabo era meio ruim, ele de noite pegava ele, dava uma surra nele, não é? E mandava ele ir embora, e aquele não tinha direito a nada.” Joaquim Pedro da Silva.

Cabos e vigias figuram entre os mais freqüentemente nomeados, inclusive na imprensa,²⁷³⁵ junto com administradores.²⁷³⁶

“Qualquer coisa que o trabalhador dissesse com o cabo, com o administrador, ele. O vigia ia logo de noite... [Então tinha intimidação, violência, humilhação.] Toda vida teve. Violência toda vida teve em todo canto.” José Francisco da Silva.

“É... procurava uma maneira, é... através do seu administrador, pra procurar provocar o trabalhador ripar, ir embora.. [Como é que eram os tipos de violência?] Os tipo de violência era bofetada no trabalhador, era esculhambação com o trabalhador. [Quem é que fazia essas violências?] É... alguns patrões, e a maioria era com o administrador e o cabo.” Manoel dos Santos da Silva.

“Agora o administrador era que era metido... metido a cavalo do cão. [Era? Ele, o administrador armado?] Era, queria ser mais do os outro. Era, só andava tudo, armado, brabo.” José João da Silva.

Os relatos de polícia confirmam que a família podia ser utilizada para montar armadilhas para atrair o trabalhador reticente. Um delegado sindical Manoel Bezerra fora chamado por estranho “para falar com o delegado de polícia de Timbaúba; tendo o mesmo recusado o referido convite em virtude de desconfiar ser o mesmo verdadeiro e por ter certeza de nada ter feito de mal que necessitasse se apresentar à referida autoridade por sinal sua conhecida.” O trabalhador se recusou. Seu filho, chamado, encontrou o desconhecido que “saca um porrete e lhe aplica uma pancada na cabeça”, espancado-o ali mesmo até perder os sentidos “não tendo mesmo tempo de se defender”.²⁷³⁷ O investigador concluiu que o ataque foi a mando do proprietário.

Governador acompanhou prefeito à Segurança Pública para libertar camponeses: inquérito será aberto²⁷³⁸
“O conhecido cabo “Mata Sete”, cujo nome é Francisco Menezes de Gusmão, foi o responsável pelos espancamentos sofridos pelos agricultores Inácio Gomes Nunes, João Matias, Antônio Joaquim Gomes e Manuel Joaquim Gomes, todos residentes em Timbaúba. Acusados de incendiários, foram conduzidos em dia desta semana à SSP, por uma volante chefiada pelo miliciano. A informação a respeito do seu comportamento foi dada pelo

achado nas matas. Teria sido assassinado pelo administrador da fazenda Lagoa de Maria”. DP 08.11.58. O motivo “provável” do assassinato: “*haver caçado passarinhos na propriedade*”.

²⁷³⁴ “Trucidado fria e barbaramente o agricultor”. Engenho Aldeia, Paudalho. DP 19.07.49. Trata-se do assassinato de um trabalhador rural pelo barraqueiro junto ao qual estava endividado.

²⁷³⁵ DP 23.05.1942. “Vigia da Usina Salgado em Ipojuca desferiu vários ferimentos a faca no trabalhador Amaro José dos Santos”.

²⁷³⁶ “Cena de sangue em Sucupira.” “Por questões de serviço com jornaleiro, o administrador da propriedade alvejou-o com um tiro de revólver.” DP 16.04.47. Outro caso é relatado em Timbaúba, em 27.06.47. A freqüência muito variada das notícias desse tipo leva a se perguntar se certos jornalistas dão mais atenção ao assunto do que outros. Nota-se também, periodicamente, uma maior precisão sobre as circunstâncias e razões da violência. Em certas épocas, ao contrário, as referências se tornam muito raras e estereotipadas na expressão. A freqüência pode ser devida, em parte, à sensibilidade dos membros da imprensa.

²⁷³⁷ SSP Delegacia Auxiliar. Relato datado de 02.10.64 sobre o espancamento de delegado sindical. SSP 1102.

²⁷³⁸ DP 27.01.62.

próprio delegado auxiliar, Sr Epitacio Belém, ao vice-governador Pelópidas Silveira, quando este foi soltar os três agricultores, em companhia do prefeito do Timbaúba.

Representação

Diante desses fatos, e por se encontrarem os presos com equimoses e contusões por todo o corpo, o vice governador (no exercício do cargo de governador) encaminhou longo ofício ao chefe de polícia ontem, narrando os fatos e determinando abertura de inquérito contra os policiais responsáveis pelo espancamento.

Num ofício enviado ao Chefe do Executivo o coronel Costa Cavalcanti informou que o “Mata Sete” foi imediatamente afastado da “volante” e a reclamação do vice-governador foi encaminhada ao comando do PM para adoção de providências cabíveis.”

Recompensas e privilégios

Parte da literatura acadêmica sobre a relação de ‘morada’ sugere ou afirma a existência de privilégios que seriam consentidos àqueles trabalhadores que melhor satisfizessem os empregadores. Para alguns entre os autores, isso faria parte da própria definição do morador. Os entrevistados respondem unânime e diretamente: quem tinha privilégios na plantação “*Era um tal de pistoleiro*”. Para eles, os únicos empregados que se distinguiram por se beneficiarem de quaisquer benesses do patronato eram aqueles indivíduos que os serviam no âmbito da fiscalização, vigilância e, muitas vezes, coação e punição violentas.

“A recompensa que existia era para quem fizesse alguma coisa que eles não gostassem, podia até ser certo: esse era punido e os que recebiam recompensa eram as pessoas que eram criminosos, os que serviam de chamados xeleleu, ou capangas. Esses eram protegidos pelo próprio patrão. E eram para servir de carrasco para os outros.” José Antônio de Lima.

“Não faltava capanga. Pro patrão este povo de capanga era privilegiado. Qualquer coisa e chegava aos pés dele?” Amaro Pedro dos Santos.

Segundo os trabalhadores, a competência para a delinquência era apreciada do patronato para esse tipo de “serviço”.

“O camarada... se matar um, ele achando bom. Ele leva até pra Casa Grande para a polícia não prender. [É, não é?] É.[Risos] Agora se ele matou um dos dele o caba vai... ele vai arrancar o caba aonde tiver pra botar na cadeia ou matar.” João Francisco dos Santos.

Mesmo sendo um criminoso²⁷³⁹ (mas não um ladrão, ressalva a testemunha), o proprietário dava cobertura:²⁷⁴⁰ *“Quando precisava de alguma coisa, ele chamava, para algum serviço de briga. Agora, ali, no engenho, tinha muito, tinha gente, tinha muito.”* José Honorato dos Santos. No período anterior ao golpe militar, em particular, certos policiais pareciam chocados com a prática. Assim, em dado engenho, sem fazer nenhum mistério de suas intenções, foi chamado um

“elemento procedente de Água Preta de nome J. L. que a mando do proprietário do engenho está sendo o «homem forte» em cumprimento às ordens do senhor-de-engenho de C. Ao nosso entender o referido J. L. é elemento de péssimos antecedentes, tendo o mesmo declarado em nossa presença que era preciso

²⁷³⁹ “A fina flor do banditismo sertanejo ou da delinquência rural” segundo Paulo Cavalcanti, na qual engloba cabos, vigias e administradores “modalidades de milícias particulares das que existiam na Idade Média nos castelos feudais.” Dois parágrafos acima, o autor havia qualificado o proprietário de “barão feudal” e a massa trabalhadora de “servos da gleba”, ambos entre aspas. CAVALCANTI, Paulo. *A luta clandestina*. vol. 1. Op. cit., p. 195.

²⁷⁴⁰ Encontram-se ecos dessa prática na imprensa. “Assassino Sizimo esconde-se no engenho Lagoa Comprida”, “O delegado de Vicência, em ofício dirigido à Secretaria de Segurança, declarou ter absoluta certeza de encontrar-se ali o criminoso apesar das afirmativas em contrário do referido proprietário”. DP, 01.11.1940.

matar uns dois moradores, plantar batata em cima a fim de que os ânimos se acalmassem”. Aduziu o proprietário do engenho, Sr S. B. que “matar, não! mas umas cacetadas era necessário.”²⁷⁴¹

A impunidade como motor

O autor da violência contra os trabalhadores não era seriamente perseguido. Às vezes, não era nem nomeado. Um trabalhador da Usina Bulhões, “*com poucas possibilidades de sobreviver*” fora atacado no eito após “*discutir com o agressor por questões de trabalho*”, e, no entanto, esse foi descrito como “*desconhecido*”!²⁷⁴² O que esses casos exemplares ilustram, sobremaneira, é a função da violência patronal dentro da sociedade da Zona da Mata. Não era apenas o compadrio e a proteção que fazia com que os matadores e/ou mandantes nunca fossem punidos.²⁷⁴³ Tratava-se de solidariedade de classe entre autoridades e empregadores, no sentido mais funcional do termo, num sistema em que a violência ou sua ameaça exercia uma poderosa pressão sobre os trabalhadores para que aceitassem quaisquer condições de trabalho e de remuneração que os proprietários escolhessem. Surge então a pergunta se tal situação não poderia ser classificada entre os diversos tipos de trabalho forçado. A coação exercendo-se dentro da relação empregatícia à qual os canavieiros estavam – de fato – condenados pela falta de alternativas econômicas (terra disponível ou atividades econômicas acessíveis).

No engenho Barbalho o apontador fez fogo quatro vezes sobre o jornalista²⁷⁴⁴
“...Referiu [a vítima] ao reporter do Diário, que, de manhã, como não pretendesse continuar em suas atividades na escavação de valetas, procurou entender-se com Valfrido [o agressor] comunicando-lhe sua resolução. A isso, porém se opôs o outro, que alegou a Bernado não podia ele deixar o trabalho, uma vez que devia Cr\$ 5,00 no barracão de fornecimentos. Retrucou-lhe, então José Bernado que não seria aquele o pretexto para contrariar seu propósito, indo empenhar ao dono do barracão sua rede de dormir que lhe custou Cr\$ 40,00 pela quantia de que era devedor. (...) O aplicador aplicou-lhe uma bofetada e quando surpreso, o trabalhador se voltou, já o desafeto empunhara seu revolver, desfechando-lhe 4 tiros.”
Morto trabalhador a cacetadas e a tiros em Poço D’Antas²⁷⁴⁵
“Contou-nos [a viúva com 5 filhos] que seu esposo, o lavrador Alvin Manoel de Figueiredo (...) na manhã do dia 12 de dezembro do ano passado em terras do engenho denominado Engenho Dantas, no município de Água Preta, fora assassinado de uma maneira bárbara. Em compensação os assassinos [o administrador e o cabo] estavam impunes e a autoridade pública da comarca inexplicavelmente nenhuma providência tomara.”
Trabalhador de campo espancado por um administrador de usina²⁷⁴⁶
“Após seviado, foi levado à Delegacia de polícia, onde foi preso sob a acusação de furto - Em Serinhaém a corréncia.
O popular Moacir Pereira de Lima esteve, ontem, na Inspectoria Geral de Policia a fim de relatar fatos que ocorreram em terras da U. Trapiche, município de Serinhaem, dois quais se diz vítima.
Espancamento
Moacir Pereira que exerce ali as funções de cortador de cana, contou que, o fato de haver presenteado um seu colega de trabalho com uma esteira de cangalha que se encontrava muito estragada, seu motivo acontecimentos que culminaram com brutal espancamento de que foi vítima.
A História

²⁷⁴¹ Relatório de polícia, datado de 21.4.60, dos “*investigadores a cavalo*” N° 5 e 239. SSP 8098, doc. 7.

²⁷⁴² “Trabalhador agredido em Jabotão”. DP 14.11.61.

²⁷⁴³ Entre os inúmeros casos. Mitapiruma. Fazendo alusão a violências e mortes, o documento continua: o “*rendeiro do engenho que provocou todo o acontecimento até agora nunca foi preso apesar das decisões da justiça. Parece que está muito bem relacionado.*” Ofício a Romildo Leite DRT, datado de 20.06.73. SSP 29.747.

²⁷⁴⁴ DP 28.04.45.

²⁷⁴⁵ DP 09.01.47.

²⁷⁴⁶ DP 05.09.57.

O administrador da Usina, Amaro Lemos - disse Moacir - resolveu ridicularizar o seu gesto para com o colega e passou a dirigir-lhe toda vez que o encontrava, pilhérias de mau gosto. Inconformado - contou Moacir - resolveu queixar-se aos superiores do administrador, o que não agradou a este, que resolveu lhe aplicar um corretivo.

A agressão

Ante ontem, em companhia do indivíduo Benedito de tal, Amaro Lemos levou a cabo o seu intento. Encontrando-se com o cortador de cana em lugar ermo, aplicou-lhe tremenda surra, no que foi ajudado por Benedito. Ainda não satisfeitos, amarraram-no e suspenderam-no a uma árvore, continuando ainda, a espancá-lo. Finda a surra, ainda amarrado, conduziram-no à Delegacia de Polícia do município, onde foi metido no xadrez, sob a acusação de furto. Moacir Pereira será submetido hoje a exame medico-legal devendo ser instaurado, após o competente inquérito.”

“Arbitrariedade de dono de terra denunciada à Delegacia Auxiliar.”

²⁷⁴⁷

Dirigentes Federação e do Sindicato de Nazaré da Mata ao Delegado auxiliar

Espancamento que foi vítima um trabalhador do Engenho Mundo Novo no município de Nazaré. Já decorre mais de uma semana e até agora todos desconhecem as providências postas em prática pelo delegado de polícia daquela cidade, que foi inteirado da ocorrência. Os líderes sindicais expuseram ao pessoal da Auxiliar as arbitrariedades perpetradas pelo proprietário daquele engenho em companhia de auxiliares. O camponês Sebastião Antônio de Santana foi surpreendido pelo proprietário das terras quando mantinha entendimento com um amigo e inesperadamente foi surrado. O popular com quem mantinha palestra por tentar defender o amigo, foi agredido com coronhadas de rifle, na presença de grande número de pessoas. S.A.S conseguiu escapar dos agressores e procurar a sede do Sindicato rural de Nazaré da Mata para solicitar garantias de vida.”

“Camponeses agredidos a cacete pelos proprietários do engenho “Pau Santo”

²⁷⁴⁸

Sábado passado foi instaurado inquérito na delegacia de polícia desta capital, acerca dos espancamentos contra camponeses por parte dos agricultores Evaldo e Everaldo Cavalcanti, filhos do proprietário do Engenho Pau Santo, em terras deste município. Da selvageria foram vítimas os trabalhadores Antônio Lopes de Albuquerque (viúvo, 43 anos, residente naquele local) e Manuel Joventino da Silva (casado, de 44 anos, morador da mesma localidade). As duas vítimas prestaram declarações ao delegado de polícia local, acerca da ocorrência, tendo Antônio Lopes de Albuquerque declarado que regressava do Recife, na terça feira passada, e ao passar nas proximidades do Engenho Pau Santo, foi agredido pelos dois irmãos armados de revólveres e cacetes. No meio da luta apareceu Luiz Rosa Pereira que, de faca-peixeira em punho, pôs a correr os camponeses que, desesperados, pediram garantias de vida ao delegado local.”

“Criminosos impunes

²⁷⁴⁹

Juntamente com suas três filinhas, a menor com pouco mais de um ano e a maior com sete, D. Carolina de Moura veio de Canhotinho solicitar providências para que sejam punidos os assassinos de seu esposo Natalício Francisco de Moura, cujo crime ocorreu há cerca de 15 dias, naquele município. Segundo informou à reportagem, seu marido foi assassinado pelo dono do Engenho Belo Prado. Este, ajudado por seu motorista e pelo barraqueiro, matou-o de forma violenta (sic). D. Carolina solicitou providências diretamente ao cel. Costa Cavalcanti. O Secretário de Segurança telegrafou ao Delegado de Canhotinho nos sentido de que tome todas as medidas cabíveis ao caso.”

A questão da impunidade se desdobrava e sobressaía nas freqüentes ocorrências de ameaças ou vias de fato contra vítimas que se queixassem e eventuais testemunhas. “*Violência. Violência total. Existia muita intimidação. Não existia para onde apelar. Porque quando o trabalhador fazia uma reclamação, aquele desaparecia.*”²⁷⁵⁰ José Antônio de Lima.

²⁷⁴⁷ DP 31.12.63.

²⁷⁴⁸ DP 17.01.62, p. 7.

²⁷⁴⁹ DP 24.01.62.

²⁷⁵⁰ Paulo Cavalcanti, em suas memórias, conta que “*um tabelião da comarca confidenciou-me que o cadáver de um operário da usina Santa Teresa fora sepultado no cemitério público da cidade com marcas evidentes de sevícias pelo copro inteiro. A causa mortis descrita no atestado – enfermidade do fígado – não correspondia à realidade. (...) Os cadáveres vinham dos engenhos ou das usinas com bilhete pespegado ao corpo: “Morreu do baço”, ou “Morreu do fígado”. Preenchidas simples formalidades médicas, enterravam-se muitas vezes pobres*

Resistências

Como o mostraram João José Reis e outros autores a respeito da escravidão, as relações eram, muitas vezes, sofisticadas e as respostas à violência vigente (exercida ou como ameaça) apresentavam-se em modos surpreendentes, como a aparente satisfação de Severino Barros Lima de ter sobrevivido a vários senhores-de-engenho, numa plantação onde passou 26 anos de sua vida.

“Morreu dois senhores de engenho e eu ficando no engenho. Depois, os outros foram chegando. Tenho que contar assim: seu Cosminho Maranhão foi o primeiro dono de Terra Preta. Ele morreu. Chegou Sr Luiz Maranhão, o filho ou o irmão dele; morou dois anos, deixou. Seu Joãozinho tomou conta, seu João Ferreira tomou conta. Chegou o ponto dele morrer e eu ficando, né? E prá findar a estória, morreu dois senhores-de-engenho e eu morei com seis senhores-de-engenho naquele engenho de Terra Preta até a data de hoje.”

Em caso de expulsão ordenada pelo plantador, os trabalhadores tomavam a fuga como solução para evitar de sofrer maiores violências, também às mãos da “*polícia Militar. Levava aí o caba com medo de apanhar, de noite mesmo arrumava os troços dele... naquela época ninguém tinha troço. Só tinha aquela roupinha dele, aí botava dentro de um saco, botava a mulher na frente, e um filho ou dois, e tocava no meio do mundo,*” segundo José Pereira de Lima.

“Bom, quando não se entendia com o patrão, é claro que tinha que sair pra muito longe, de meia noite. Ele tinha que sair pra muito longe, de meia noite. [E aí o patrão indenizava?] Não, de forma alguma, de forma alguma. A gente conhece aqui o trabalhador, eu vi mesmo com os meus olhos, trabalhador que saiu do engenho de meia noite, pra outro engenho, e no outro dia o patrão mandou buscar. Ele mandou buscar e disse: «Você não vai sair, você não sai daqui. Você tem que ficar aqui debaixo do meus pés.» Então não tinha como o camarada ficar intrigado com o patrão, porque ele não ia levar vantagem.” Antônio Maurício Domingo.

“Naquela época, não tinha direito de nada! Naquela época, se o homem dissesse assim: « É pra ir embora.» Era pra ir embora mermo, ou ia, ou ia daqui dentro e jogava no batente, não todo mundo. Mas quando dissesse: «É pra ir embora!» Não procurasse dinheiro, não; nem direito. Se fosse procurar direito, o direito a mais tarde vinha, mas era pau! Com as duas mão... mandava buscar a polícia, quando chegava lá o caba saía doido de carreira, tá vendo?” Pedro Porfirio Domingo.

História de Zé Mendonça o sertanejo valente²⁷⁵¹

“Era dono deste Engenho
o coronel Piancó
era um coração de Nero
um gênio de Faraó
ruim que só a desgraça
malvado de fazer dó....

Para dar surra ele tinha
dez ou doze empregados
no Engenho tinha um açude
com três mil metros quadrados
ali jogavam os cadáveres

vítimas das arbitrariedades patronais. Os “capangas” ou vigias dos latifundiários apareciam sempre como os autores desses crimes desalmados. E ninguém podia pegá-los pela gola, beneficiários que eram da proteção policial.” CAVALCANTI, Paulo. *A luta clandestina*. Vol. 1. Op. cit., p. 208.

²⁷⁵¹ LONDRES, Maria José. “O sertanejo valente na literatura de cordel. In: SCHWARZ, Roberto (Org.). *Os Pobres na Literatura Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 241.

dos pobres assassinados.....

Por uma cuia de caldo
ele sangrava um cristão
todo povo tinha medo
do engenho Lajeirão
o coronel Piancó
não era gente era o cão.”

IV. 3. 2. O papel do Estado

A omissão do Estado, em seus diversos níveis, é um caso exemplar na história, no que diz respeito às populações canavieiras, o que Socorro Ferraz chama de “*ausência completa do Estado*”, que vivenciou de forma particularmente contundente, ao ser uma das primeiras representantes da SUDENE a trabalhar na organização da cooperativa de Tiriri, precisamente um projeto em que as autoridades públicas investiam. A presença dos técnicos da entidade²⁷⁵² – que eles chamavam de

“*Dona Sudene*” constituía “a primeira vez [que] o Estado existisse para eles e eles sabiam que existia alguém que se interessava por eles. (...) Até então, o universo mesmo das instituições era a polícia. Essa era a relação entre o Estado e eles mesmos. A polícia, simplesmente.”²⁷⁵³

As limitações ou ausência do Estado na vida dos trabalhadores rurais revelava como

“*l’absence de négociation remet en question le caractère PUBLIC de la gestion des conflits du travail et maintient les travailleurs confinés dans des relations PRIVÉES de pouvoir.*”²⁷⁵⁴

O acesso ao aparelho judicial era muito improvável, apesar de algumas mediações como a de Julião e outros advogados empenhados²⁷⁵⁵ na defesa dos trabalhadores. Mas, até a organização de movimentos sociais formais representando sua classe, os moradores de engenho simplesmente não tinham acesso aos instrumentos previstos para garantir os direitos dos cidadãos da República.

“*Roberto da Matta pointed out that although Brazilian law is based on liberal and democratic principles of universalism and equality, its practice often diverges from theory and it «tends to be applied in a rigorous way only to the masses who have neither powerful relatives nor important family names.» He went on to state that «in a society like Brazil’s universal laws may be used for the exploitation of labor rather than for the liberation of society.» Those who are wealthy or who have political connections can always manage to «slip under or over legal barriers.»*”²⁷⁵⁶

²⁷⁵² Segundo Jader de Andrade, foi a presença na equipe de técnicos da Sudene, de militantes como Fernando Barbosa e Socorro Ferraz, conhecidos na região, que facilitou muito a aproximação e organização dos trabalhadores rurais: atuantes havia anos, na Liga Camponesa, eles também serviram de “*avalistas do pessoal da Sudene*”, em virtude de sua dedicação e do respeito que inspiravam, pois a figura de um servidor público era estranha ao mundo dos trabalhadores rurais. Entrevista com Jader de Andrade.

²⁷⁵³ Entrevista com Socorro Ferraz.

²⁷⁵⁴ GIULIANI, Paola Cappellin. “*Réflexions à propos du projet de reproduction des salariés. Une étude régionale: L’État de la Paraíba*”. In: *Carnets des Ateliers de Recherche*. N° 7 *Les salarisations ambiguës*. Paris: ORSTOM, 1986, p. 88.

²⁷⁵⁵ Manuel Correia conta que atuou como tal quando era recém-formado.

²⁷⁵⁶ “On Carnival, Informality and Magic: A Point of View from Brazil”. In: *Text, Play and Story: The Construction and Reconstruction of Self and Society*. BRUNER, Edward M. (Ed.). Washington D.C.: American

O habitual controle da máquina do Estado pelos plantadores, tão bem relatado em José Lins do Rego, complementava-se por parentesco com os funcionários públicos de maior escalão, particularmente os juizes. Moema Miranda estudou com esmero esse aspecto ainda persistente,²⁷⁵⁷ nas suas expressões territoriais e escalas de prestígio dentro das Juntas de Conciliação e Julgamento.

*“Within this political and legal context, once can understand the moradores awesome fear of the judicial system and their reluctance to use the courts to redress even the most horrendous violations of their basic human rights.”*²⁷⁵⁸

Uma das dimensões mais eficientes do poder da classe dominante nesse contexto resumia-se, de um lado, na impossibilidade para os trabalhadores de prestarem queixas, seja de ordem trabalhista, civil ou mesmo penal; do outro, era a impassividade dos promotores e procuradores para procurar a punição de culpados de violência, até mesmo sem a queixa das vítimas. Isso redundava numa impunidade prevista, as raras e breves detenção de pistoleiros (nunca de mandantes) servindo o seu propósito de álibi. Fraco, seja dito, frente a amplitude da violência patronal. Pois a previsibilidade da impunidade constituía, por sua vez, uma incitação à infração, uma licença tácita para surrar e até matar.

*“Um importante instrumento de manutenção da ordem tradicional nos engenhos era a impossibilidade de acesso de qualquer elemento externo, ao interior da propriedade ou à relação direta do senhor com cada um dos seus trabalhadores. Em poucos momentos históricos foi registrada a interferência do Estado na ordem interna ao engenho.”*²⁷⁵⁹ *Certamente a Justiça do Trabalho por si só também não teria como atingir este objetivo. Para tanto foi necessário o surgimento, ou melhor, a criação de um agente externo ao sistema com capacidade de interferência em seu interior.”*²⁷⁶⁰

Por muito tempo na vida das populações da região canavieira, a presença do Estado não significou modernidade, progresso, mas manutenção do statu quo. *“Há quarenta anos era inimaginável qualquer punição oficial a um senhor de engenho, independente da relação de*

Ethnological Society, 1984, 230-246. Citado In: SCHEPER-HUGHES, Nancy. *Death without weeping*. Op. cit., p.226.

²⁷⁵⁷ MIRANDA, Moema Maria M. de. *Espaço de honra e de guerra*. Op. cit.

²⁷⁵⁸ SCHEPER-HUGHES, Nancy. *Death without weeping*. Op. cit., p.227.

²⁷⁵⁹ Nos momentos em que isso aconteceu os “senhores-de-engenho” reagiram com vigor. Veja-se, por exemplo, como um deles se referia, em suas Memórias, aos efeitos da Revolução de 1930: *“Depois da aventura política de 1930, sob o caviloso pretexto de assegurarem ao operário do campo todas as garantias e direitos, o que mascarava o propósito ordinário de perseguição a determinados proprietários agrícolas que não ficavam nas boas graças dos dominadores sobrevivendo na onda “salvadora”, aconselhavam-nos à desobediência e à vingança e assim inauguravam um período de desassossego e de desordens em alguns engenhos. (...) Muitos senhores-de-engenho foram chamados à presença de simples e ignorantes sargentos, delegados de polícia e injuriados como se fossem malfeitores, indignos de melhor tratamento por parte das autoridades. (...) Graças à nobre campanha do Diário de Pernambuco, esse estado de coisas foi pouco a pouco serenado. (...) Mas a semente da indisciplina, da desordem e do desrespeito ficou.”* MIRANDA, Moema Maria M. de. *Espaço de honra e de guerra*. Op. cit. p. 103. (A autora cita BELLO, Júlio. *Memórias de um Senhor de Engenho*. São Paulo: José Olympio, 1948, p. 259).

²⁷⁶⁰ Idem, p.103.

trabalho estabelecida.”²⁷⁶¹ A autora cita em nota o depoimento do vice-presidente do STR de Serrinha, Sr Abel Santos.

“Bem, antes dos direitos era pisada de burro. Muitas vezes eu presenciei o administrador chegar e cortar a corda da rede do trabalhador porque não podia esticar a rede fora da hora, e o cabra sair na carreira, embaixo de cacete. O direito era esse, era pau vale e vale mesmo. Eu mandava o meu capanga lá e era pronto, meu direito era esse. O trabalhador morria ou tinha que ir mesmo. Porque o meu pai mesmo, só não trabalhou a pulso no engenho. Repouso porque minha mãe trancou a porta e o administrador foi na porta com um revólver para ele sair, para atirar nele, para ele trabalhar a pulso. (...) Ele queria que ele fosse encher carro a pulso, de dez horas da noite, chuva ... Ai ele disse: Não vou. No outro dia a gente saiu fugido para não morrer, com a família com a mobília nas costas. (...) Antes desses direitos, o direito era pau.”²⁷⁶²

“No engenho de açúcar próximo do litoral ou na grande fazenda de gado do Sertão, o sertanejo encontra a população de trabalhadores, moradores, agregados e vizinhos menores, submetida às atrocidades do coronel, o dono. O coronel cavalga para cima e para baixo, rodeado do bando de capangas; escraviza o povo e trata-o como animais; não deixa de deflorar uma única mocinha filha de pobre em toda a redondeza; violenta mulheres casadas, tortura, mata e esfolia.

O sertanejo que chega para pedir trabalho, defronta o coronel com desacato e exige respeito. O coronel respeita-o: dá-lhe emprego; o coronel necessita de homens valentes no seu serviço. Dia a dia, passo a passo, o sertanejo dá provas de insubmissão até fugir com a filha do coronel, lutar com ele e com os capangas, subjugar o coronel, fazê-lo implorar perdão. O coronel é arrasado; o povo do engenho ou da fazenda ganha segurança e paz.

Essas histórias têm variantes; nem sempre há fuga do valente com a filha do coronel; mas a submissão do coronel é obrigatória.

Os quadros sociais não podem ter definição mais clara: a) o rico poderoso e opressor – o coronel; b) a população pobre oprimida do engenho de cana-de-açúcar no litoral ou da grande fazenda de gado no sertão; c) o pobre que não se submete – o sertanejo; d) a população sertaneja pobre e livre da região de sitiantes – de onde sai o valente.”²⁷⁶³

Nancy Scheper-Hughes comenta a respeito desse sentimento de não-existência causado pela imposição de uma hierarquia social violenta e toda abrangente.

“Similarly, the moradores of the Alto speak of bodies that are routinely violated and abused, mutilated and lost, disappeared into anonymous public spaces – hospitals and prisons but also morgues and the public cemetery. And they speak of themselves as the “anonymous”, the “nobodies” of Bom Jesus da Mata. For if one is a “somebody”, a fidalgo (a son of a person of influence), and a “person” in the aristocratic world of the plantation casa grande, and if one is an “individual” in the more open, competitive and bourgeois world of the new market economy (the rua), then one is surely a nobody, a mere fulano-de-tal (a so-and-so) and João Pequeno (little guy) in the anonymous world of the sugarcane cutter (the mata).”²⁷⁶⁴

Os direitos políticos: os documentos

Instrumento legal útil nas relações com o patronato, o único documento que os trabalhadores passaram muito tardiamente a possuir, a carteira de trabalho, tem até hoje uma importância como testemunho de cidadania que não poderia ser superestimada. Lygia Sigaud já o expôs:

²⁷⁶¹ Ibid., p. 100.

²⁷⁶² Ibidem.

²⁷⁶³ Idem, p. 242-3.

²⁷⁶⁴ SCHEPER-HUGHES, Nancy. *Death without weeping*. Op. cit., p. 230.

*“Os documentos, sobretudo a carteira de trabalho, são o símbolo da cidadania adquirida com os ‘direitos’ e, para o trabalhador, constituem a prova de não viverem mais como ‘jumentos pelo meio do mundo.’ Sempre que tenha carteira de trabalho, o trabalhador faz questão de mostrá-la.”*²⁷⁶⁵

Na época da ‘morada’, dizem os trabalhadores, não havia “ficha”. “Era tudo clandestino”, forma retrospectiva de descrever seu estatuto em referência à situação atual, na era dos ‘direitos’, mostrando sinteticamente o caminho percorrido no sentido de seu reconhecimento social.

O direito de ir e vir

Entre os atributos do senhor da terra, onde é domiciliado o morador, classicamente foi mencionado um controle sobre o dia-a-dia da família, como foi visto, no trabalho, nas culturas alimentícias, na moradia, mas também nos deslocamentos em geral.²⁷⁶⁶ Muitas vezes, todos esses aspectos são tratados como representando um “cativeiro”. Isso passou a ser considerado praticamente um ponto de referência: os trabalhadores eram/se sentiam cativos ou não mais cativos.

“Podia ir. Tinha liberdade de movimento, podia ir pra cidade, o patrão não pegava”, lembra Amaro Rosendo Fagundes. *“Em Rio Formoso, neste município, a liberdade era muita, era livre”,* afirma José Antônio de Lima. No entanto, alguns entrevistados admitem que, embora no mesmo município, a situação não era tão homogênea: *“Tinha liberdade de ir para onde queria. Isto de passar 3, 4 dias fora, podia ir. Alguns não tinha não”,* segundo Amaro Pedro dos Santos. Logo se precisam as modalidades dessa liberdade:

“Avisando, podia. Pra o senhor de engenho. Hoje ele nem ao senhor, porque avisa o administrador: «Olhe, eu vou na casa de uma família minha, ou fazer um passeio, aí eu vou passar dois ou três dia.» «Tá certo». Avisando, ele não empata, não. Agora que ele fosse sem avisar, aí dava uma suspensão.” José Peagentino dos Santos.

A questão da liberdade de deslocamento (além da questão da possibilidade ou dos meios de fazê-lo) parece sujeita a grande variedade de situações e, talvez, de apreciação. Certos entrevistados, como foi visto, afirmam ter gozado de total liberdade quanto a isso. Outros tinham apenas a obrigação de avisar. Mas esse procedimento pode ter sido dificultado para ou por alguns.

“Não, eu não podia sair não! O pessoal lá, pra sair, era o maior sacrifício, tinha que falar com o administrador, que ia sair pra outro canto: onde ia, o que era que ia fazer... e naquele tempo era o cativeiro, se falava que era o cativeiro e hoje não, temos liberdade.” José Severo da Silva.

“Que dizer prá, pedir licença prá sair. É, tinha que dar uma conversadinha, senão eles queriam dizer que estava doente e coisa e tá mandava o vigia buscar eu. Naquele tempo mandava o vigia buscar eu e

²⁷⁶⁵ SIGAUD, Lygia. *Os Clandestinos e os Direitos*. Op. cit.

²⁷⁶⁶ Eram igualmente controlados os deslocamentos dos eventuais visitantes dos trabalhadores. Ou seja, como conta Socorro Ferraz, *“era muito difícil chegar nos engenhos. Tinha, às vezes, que andar dentro do canavial para não ser morto, para poder dar assistência médica. Isto era generalizado.”* Como participante dos grupos militantes que atuavam no campo, ela assistia seu esposo, o médico Fernando Barbosa, no atendimento particularmente às mulheres.

trazer prá cá, dizia lá: «Vou prá casa do meu pai em Recife; vou prá casa do meu pai em Carcoverde.»”. Moisés Alves Correia.

As maiores limitações eram nos dias de trabalho. A obsessão em manter a força de trabalho disponível durante a produção tornava qualquer saída num dia da semana mais problemático.

“No dia de domingo a gente tava liberto, podia ir pra onde quisesse. Já no sábado a noite, a gente podia ir dançar um baile se pudesse ir; ir pra uma brincadeira e tudo. Não se importava não.” Eugênio Benvindo M. Freitas.

Liberdade de expressão, de reunião e eleições: “Ninguém era doido...”²⁷⁶⁷

Conforme a expressão já citada de Paulo Freire, a Zona da Mata é dominada pelo silêncio: “Falava, mas era muito pouco. Quando falava era muito pouco.” José Francisco da Silva. Geralmente privados de quaisquer direitos cívicos, inclusive o de votar, os trabalhadores se sentiam estranhos aos embates políticos, no sentido estreito do termo. Constatavam a dominação dos plantadores, nesse como em tantos outros âmbitos de sua vida.

“Não falava nem em política, nem falava nada.(...) Nem em época de eleição não participava de nada. Ficava tudo calado. Quando a gente via aqueles que sabiam....aqueles que eram eleitores. Era aquele profissional. - É tempo de eleição! Aquele pessoal que era eleitor, iam aqueles candidatos pro engenho, faziam aquela reunião na casa do patrão, e iam ouvir na casa do patrão. Quando ele apoiava.” Rosendo Vicente de Sales.

“Às vezes, o patrão avisava pra votar no candidato dele.” José Peagentino dos Santos.

“Antigamente era pior ainda do que hoje. Hoje em dia o povo fala de política, destas coisas. Antigamente não podia nem política, nem religião.” José Honório da Silva.

Obviamente, a efervescência política do final dos anos 50 e, sobretudo, começo dos anos 60 ocasionou certo aguçamento dos ânimos de ambas as partes, os trabalhadores ensaiando pela primeira vez (se não contar os quilombos) o exercício de algum tipo de direito, trabalhista ou cidadão; os patrões, indignados de constatar abismados que sua “ordem natural das coisas”, cuja duração secular parecia dotar de essência sobrenatural até, como já o proclamara José Lins do Rego, e de modo tão convincente os defensores de qualquer tipo de eugenia, abrandada ou não. Propositadamente, não pretendo fazer aqui o inventário dos casos relatados abundantemente na imprensa, particularmente a militante, do período do auge dos movimentos sociais e políticos. Talvez seja mais convincente ater-se às épocas de maior “normalidade” para mostrar o caráter ordinário, seria tentada a dizer “normal”, das atitudes e dos atos contra os trabalhadores.

Detida uma camponesa em Goiana pelo fato de vender a Folha do Povo²⁷⁶⁸ Protestam as LC de Goiana, Também - Não passa de um capanga dos latifundiários o delegado de polícia de Goiana - A luta continua. Severina Maria da Conceição; detida sofreu maltratos 24 horas

“Quem era doido! Falava nada! Era proibido falar. Hoje em dia, é popular, já se fala. É pra todo mundo”, festeja Amaro Rosendo Fagundes.

²⁷⁶⁷ Moisés Alves Correia.

²⁷⁶⁸ Folha do Povo, 04.04.50. SSP 7956.

Excluídos por tanto tempo, os trabalhadores encantaram-se com os novos direitos – adquiridos mais recentemente que os trabalhistas, mas que constituem mais um marco no longo caminho de seu acesso à cidadania. Eles os encaram como antigos, preciosos e dignos de lutar por eles em toda sua plenitude. Eles passaram a ter um valor identitário.²⁷⁶⁹ Mas, tenham também clara avaliação das dificuldades de realização desses. Pois a situação não era fácil. José Severo da Silva ilustra os embates, em termos de classe:

“Naquele tempo, não tinha eleição nenhuma, Sr. Se era candidato esse, os ricos eram quem botava ele. «É fulano.» Os ricos eram quem fazia, sr. [E tinha direito a votar!]? Não tinha. E hoje tem essa liberdade toda que hoje é da terra tremer, o camarada fazer essas atividades todas, apresentando em que era o que ia votar, qual era os dizeres, qual era a providências. Ele queria saber, pegar meu título, pega do irmão pra assinatura e assim também na cabina, queria pegar, mostrou na mesa em quem votar. Eu disse: «O voto não é mais secreto?» Ele disse: «É.» «Então não posso dizer com quem é que vou votar... Eu já sei com quem vou votar» Ai ele saiu meio abusado.”

“Queixas dos STRs à DRT”²⁷⁷⁰

Queixa de um trabalhador da U. N. S. C., Pombos:

8 anos na empresa, sem carteira assinada, “sempre designado para serviços que na maioria das vezes não sabe fazer, a exemplo do serviço que originou esta queixa, que foi o de “cambitar”, isto é, transportar canas em foquilhas, adaptadas em lombo de burro. Visto o acontecido, pedira ao administrador, Sr.M. S., para que o mesmo providenciasse outro serviço. Em resposta ao solicitado, o referido admi. entrou em entendimento com o gerente da Usina S. L. o qual manifestou que só resolveria o “caso” com violência, tendo inclusive solicitado a presença de Policiais fardados para que os mesmos prendessem os declarantes e seviassem, o que só não aconteceu porque os queixosos fugiram, estando os mesmos privados de retornarem as suas casas. Pelo que se vê, é um método adotado por certos senhores-de-engenho para se verem livres dos trabalhadores quando estes atingem tempo de serviço que lhes garantem estabilidade.”

IV. 3. 3. LUTAS: LIGAS, SINDICATOS, GOVERNO ARRAES E REGIME MILITAR

“Ainda desta vez minha terra marchará na vanguarda, com a mesma bravura simbolizada por João Pessoa. Até o povo chinês, considerado o mais conformado do mundo, perdeu um dia a paciência. Se a Reforma Agrária não vier, já e já, o povo paraibano também perderá a paciência.”²⁷⁷¹

O que certas correntes da historiografia chamaram de “despertar das massas”²⁷⁷² ocorreu no final dos anos 50 e começo dos anos 60 na zona canavieira de Pernambuco.²⁷⁷³ O que isso significou para os trabalhadores que viveram eventos inéditos na história da região, pelo menos

²⁷⁶⁹ Lygia Sigaud faz a prova disso ao contrário, quando o estatuto posterior de clandestino, expulso dos engenhos ameaçou o exercício desses. “O referente da categoria são os “direitos” e historicamente parece que a categoria surge com os próprios direitos, tendo sendo forjada para pensar e classificar aqueles que se acham excluídos dos “direitos”. Quando um trabalhador se define como “clandestino” ele está querendo dizer que não tem direitos, que sua situação de trabalho é irregular e ilegítima em relação aos “direitos”.” SIGAUD, Lygia. “Os Congressos Camponeses (1953-64)”. In: *Reforma Agrária, Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária*. 1981, 11 (6) p. 4. Apud MIRANDA, Moema Maria Marques de. *Espaço de honra e de guerra*. Op. cit., p. 89.

²⁷⁷⁰ DPF SOPS Informação nº 24/69 PS/SOPS/DE/PE dirigido a DOPS, SNI, DRT/PE, SSP/PE 6.2.69. Assunto: situação no campo /PE. SSP 28688 DOC 38-46.

²⁷⁷¹ José Joffily, observador, membro da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Federal. “Inquérito sobre as Ligas Camp. começará hoje: chegou a comissão de deputados Federais”. *Diário de Pernambuco*. 17.04.62, p.3

²⁷⁷² Segundo Julião, o termo passou a ser utilizado como: “despertar dos camponeses”, em maio de 1955, na ocasião do Congresso de Camponeses no Recife, com uma marcha pelas ruas da Capital. Depoimento oral concedido a Eliana Moury Fernandez, Fundaj, Recife, 1982-84.

²⁷⁷³ Ver Parte II. O contexto histórico da ‘morada’. Características da Zona da Mata pernambucana.

na escala e com o impacto que esses movimentos tiveram,²⁷⁷⁴ é também determinante quanto à avaliação que eles fazem do passado recente de sua condição, sob o regime dito da ‘morada’.

Naturalmente, como o lembra Mary E. Wilkie, “[s]empre houve protestos por parte dos camponeses, revoltas isoladas e muitas vezes individuais contra a dominação de um “mau” proprietário de terras. Esses protestos se resolviam geralmente de forma privada... pelo proprietário.”²⁷⁷⁵ Ademais, as autoridades públicas – parentes e aliados dos senhores de engenho – prestavam todo seu apoio a esses últimos em similares situações. O Estado brasileiro era, na região, com a exceção do primeiro governo Arraes, a expressão mais perfeita de sua definição leninista. Havia resistências de todos os tipos por parte dos trabalhadores: sabotagem,²⁷⁷⁶ fugas, trabalhos mal executados. Euclides do Nascimento conta uma história exemplar:

O catimbó

“Mas tinha uns caras medonhos. Esse [senhor-de-engenho] mesmo que meu pai morou quando era pequeno lavrador, era muito brabo. Então, um dia, ele botou lá o mestre-de-açúcar e desmanchou lá o mestre-de-açúcar e botou pra fora. Aí o mestre-de-açúcar saiu de lá e disse: «Também uma coisa eu garanto; mais nunca um mestre de açúcar faz açúcar deste jeito.» Botou um catimbó lá no assentamento. E como funcionou!

Todo outro mestre de açúcar que ele trazia lá fazia o açúcar. Quando chegava no ponto, tirava o açúcar, enchia as formas. Tinha um lugar todo cheio de formas umas atras das outras assim. Então enche aí tudinho; quando é três dias, vai por debaixo arrolando, uma por uma, para o açúcar ficar todo em pezinho, todo açucarado. Mas então, todo mestre que ele arrumava, quando chegava lá para desarrolar, não virava açúcar. Aí o senhor-de-engenho, pau no cara que botou açúcar no tanque, mel no tanque. No pau, debaixo de um pau de boi. Porque perdeu o açúcar. Tinha senhor-de-engenho que achava que a culpa era dele, que ele não sabia fazer o açúcar. Não só botava pra fora, batia nele. Aí vinha outro, mesma coisa. De novo. Três do mesmo jeito. E ele com a cana toda madura. Aperreado. Aí foi falar com meu avô. «Fernando o que quê há.» Apanhava o mestre-de-açúcar, que a culpa era do mestre de açúcar. Esse mesmo senhor-de-engenho era brabo que só a peste. Começou a perder o açúcar, metia o cipó de boi, metia tanto que o cara caía de pernas pra cima. Ele mesmo. Era brabo que era uma fera.

Aí então chamou meu avô para fazer o açúcar dele. Meu avô disse: «Seu major, olhe, você está acostumado a meter a munheca em mestre-de-açúcar. E eu não estou pronto para isso não. Você sabe que aí ninguém faz açúcar. Agora, já que conheço você desde garoto, conheci seu pai, vou tentar.» Aí concordou em tentar. «Agora, o seguinte: primeiro eu quero fazer uma revisão de todo o seu assentamento de seu engenho.» Aí passou uma semana, mexeu tanto que foi. E todo mundo se perguntava, porque que não se fazia açúcar. Meu avô morava num outro engenho perto. Sabia de tudo que acontecia. Então todo mundo dizia que ia perder a safra todinha. E ele [o senhor-de-engenho] uma peste de raiva. Aí meu avô mexeu em tudo, fez toda uma limpeza e achou o catimbó. O catimbó estava na bica do caldo de doce. Você sabe, o caldo está vindo da moenda: a moenda tá girando e o caldo tá descendo por aí na primeira tacha. Então nesta bica, o cara cortou aqui o tamanho de uma barra de sabão, deste sabão amarelo de lavar roupa. Cavou e enterrou uma barra de sabão amarelo, deu um polimento aqui e foi embora. Agora, todo mestre-de-açúcar que chegava botava o caldo, o caldo passando nesta bica na barra de sabão vinha pra cá. Aí o mestre-de-açúcar... Duvido de você fazer açúcar. O sabão impede que o caldo vire açúcar. Não vira açúcar de jeito nenhum. Não era magia. Mas o cara era muito inteligente. O sabão não deixa açucarar. Se você bota sabão no mel, não açucara mais. Meu avô descobriu. Pegou uma faca, tirou

²⁷⁷⁴ Ver, a esse respeito, ALCÂNTARA, Aspásia Camargo de. *Brésil Nord-Est: Mouvements Paysans et Crise Populiste*, Op. cit.; FORMAN, Shepard. *Camponeses: Sua Participação no Brasil*. Op. cit.; PAGE, Joseph A. *A Revolução que Nunca Houve*. Op. cit.; JACCOUD, Luciana de Barros. *Movimentos sociais e crise política em Pernambuco*. Op. cit.

²⁷⁷⁵ WILKIE, Mary. *A Report on Rural Syndicates in Pernambuco*. Op. cit., p. 6.

²⁷⁷⁶ Relatório do 1º sargento D. V. F., de 28.02.62: Denúncia no engenho C.: F. e G., segundo informações do administrador “com a ajuda de elementos sadios do próprio engenho, pude evitar o intento dos agitadores”. Os trabalhadores denunciados, “presos para averiguações”, assim como outros do Engenho P. “confirmaram que efetivamente puseram no bebedouro do gado, localizado no cercado do engenho C., o “cipó-tingui” com a infantil alegação de envenenamento unicamente de peixe.” SSP 29186, Doc. 1 e 2.

tudinho, lavou, cortou madeira, encheu o lugar todinho, passou lixa, deu uma lavagem neste engenho todinho, antes de botar para moer, lavou tudo. Aí disse: «Seu major, mande botar cana no engenho para ver se se faz açúcar. Não garanto não, mas vamos ver.» Aí passa de tacha para tacha, vai na última que é de dar o ponto, deu o ponto, aí encheu as formas. Com três dias, desarrolou tudinho, ficou tudo em pézinho. Aí meu avô: «Você mandou fazer açúcar, aí tá. Não, não tinha nada não.» Porque se ele dissesse que tinha uma barra de sabão, o senhor-de-engenho ia pegar o cara, matava o cara. Meu avô não entregou não. Mas depois ele contou pra nós. Uma barra de sabão. E ele dizia que era catimbó.”

“Era preso. Era que nem uma escravidão”²⁷⁷⁷

O testemunho de trabalhadores rurais, entrevistados sobre seu próprio passado, fornece uma visão renovada do período quanto a essas suas lutas e movimentos sociais. Em primeiro lugar, pela descrição do ambiente social e político em que viviam, palco para tão inovadora expressão de suas aspirações de classe. A qualidade eminentemente violenta do ambiente de trabalho e de vida dos trabalhadores e de suas famílias, como foi visto acima, dominava todos os âmbitos da existência. As inúmeras proibições, que afetam os deslocamentos, a comida disponível, o combustível (lenha, carvão) coletado, o uso da terra cedida, até mesmo as atitudes pessoais fora do âmbito de trabalho propriamente dito, o eito, diziam igualmente respeito às atividades políticas, sindicais etc. Contrariamente ao suposto espírito benignamente familiar que teria reinado nos engenhos, os trabalhadores sofriam um clima de medo, repressão, falta de liberdade de expressão e reunião, e sobretudo, ausência de regras para o trabalho. Longe de obedecer a quaisquer regras, inclusive consuetudinárias, não “*tinha nada acertado*”, afirma João Francisco dos Santos. “*O acordo era o que eles queriam fazer.*”

O primeiro empecilho para participar de qualquer tipo de atividades em defesa de seus próprios interesses era a proibição de reuniões, a não ser, lembra José Honório, “*danças e novenas*”. Rosendo Vicente de Sales complementa: “*Com respeito à política, era de tal modo que os trabalhadores viviam com a boca mais fechada do que um combuco. Não tinha reunião, nunca houve.*” Francisco Zalatiel Ferreira lembra a onipresença do perigo: “*Tinha, às vezes, tinha aquela reunião. Mas, o Sr sabe, naquele tempo. Aí o nego abafava. Porque era chicote mesmo, não era.*”

“Por isso meu pai coloca uma camisa com o nome do sindicato, e por isto foi preso. Lá em Panelas. Ele foi para Caruaru, foi para o sindicato, e chegou lá e comprou uma camisa que tinha o nome de sindicato. Aí foi preso por isso. Foi aí a primeira vez que ouvi falar em sindicato, porque ele tava na cadeia. Eu tava com sete anos para oito.” José Honório da Silva.

Em tempo de paz republicana, o regime aplicado a cidadãos brasileiros, nas pessoas das populações canavieiras, lembrava medidas de exceção habitualmente impostas por invasores e golpistas: qualquer agrupamento, até mesmo de apenas quatro ou cinco trabalhadores, era passível de intervenção, sempre prestimosa e brutal, além dos capangas domésticos, da autoridade policial constituída, colocando-se a serviço do patronato. Manoel Fernando de Souza

conta: “O Delegado só dava a chicotada, mandava o Delegado chicotear o cara. Quando ele chegava cá: «Vá trabalhar, rapaz.(...)» Pronto, era o que acontecia, era isso no meu tempo, o tempo de... antes de 62.”

Mesmo um catequista, devidamente recomendado pelas autoridades eclesiásticas e sob sua orientação, como Euclides do Nascimento, havia de se refugiar em igrejas para conversar com os trabalhadores: “No engenho não podia fazer reuniões. Se fosse fazer reunião, o patrão ficava brabo. E você sabe a revolução que houve.”²⁷⁷⁸ Manter a ordem significava constranger os trabalhadores aos padrões de comportamento tidos como adequados pelos plantadores, a despeito da lei suprema da nação.

A diacronia do depoimento em relação à época relatada enriquece o testemunho dos trabalhadores rurais, que deixam entender ou expressam abertamente considerações críticas a seu próprio respeito também. A questão de consciência de classe é central.

“Olha, as exigência daquele tempo, muitos trabalhadores era unido com o patrão, e mais não se importava com aquela grosseria, sabe como é? Massacrava, e os trabalhadores pensava que não era nem massacre, né?” José Barbosa do Nascimento.

“É, se reunir, se reunisse era capaz do povo mandar... botava a polícia em riba pra...”

[Era?] Era, que chamava eles... era...

[Era o quê?] Eu sei, era... tinha dizerzinho que dizia, era...

[Subversivo?] Era isso.

[Comunista?] Era, comunista!! Era, que se falava comunista.

[Comunista.] Era, se visse 4 pessoa, 4 ou 5 reunido num canto, conversando sobre sindicalista ou uma coisa assim, ah! Isso era... era coisa rígida.

[Era, não é?] Era.

[Era perseguido] Era perseguido, eu vi. Eu não nego, não: eu dormi muita noite aqui com medo! De ver polícia passar dentro de carro, de polícia passar na minha porta aí, pra prenderem trabalhador.”

Cassiano José de Sena

A mudança de atitude das autoridades estaduais, no breve primeiro governo de Arraes, “tirou a polícia de cima do trabalhador”.²⁷⁷⁹ Nas palavras de Antonio Callado: “O que se passa

²⁷⁷⁷ Cassiano José de Sena.

²⁷⁷⁸ Nos arquivos da polícia, encontra-se alguma indicação mais precisa das reuniões de mobilização que ocorriam. Ele confirma também a prontidão da polícia em interferir, pelo simples fato do encontro ocorrer, assim como as medidas de precaução tomadas pelos trabalhadores rurais. Assim, o relatório manuscrito de um agente à delegacia de polícia sobre as atividades de “elementos do PC de Jaboatão acompanhados de desconhecidos” que iam para Galiléia. “[O]s ditos elementos tem vigilantes na estrada munidos de fogos e bombas para anunciar a aproximação (sic) da polícia.” O agente informou também que as reuniões nas casas dos moradores ocorriam “de preferência aos domingos”, “no horário das 9 às 14 horas”. Relatório do 03.11.55, sem assinatura. SSP 29309 Doc. 6.

²⁷⁷⁹ “A polícia era destacada em pequenas frações para os engenhos e usinas, a fim de exercer o policiamento, que era feito de duas formas, a polícia só oferecia essas duas alternativas: repressiva e preventiva. O próprio policiamento preventivo já era uma forma repressiva e coercitiva. Não tinha mais nada a oferecer, não fazia nenhum tipo de mediação que não fosse uma repressão por prevenção. Por outro lado – aí que está a importância histórica – o soldado, quando era destacado para as usinas e para os engenhos, a diária para alimentação e pousada que ele recebia era uma coisa iníqua, não dava nem para comer e nem para dormir. Então, o que acontece? É fácil concluir. O senhor-de-engenho, o latifundiário, o dono da terra, recolhia o soldado, dava alimentação e pousada de graça para ele. Agora, se ele dava, passava a usar a polícia como sendo sua. Então, o primeiro problema que tive foi uma luta tremenda para conseguir subir o valor dessa diária para a polícia ter uma posição equidistante, não ficar dependente da alimentação e da pousada do senhor-de-engenho. Porque se você

é que os opressores de ontem não podem mais oprimir. Não têm mais a Força Pública do Estado como tropa particular dos engenhos.”²⁷⁸⁰ Como o sublinhou Gregório Bezerra, vítima exemplar das forças da ordem em muitas oportunidades, e familiar com a ferocidade de suas intervenções, “[p]ela primeira vez na história de Pernambuco, a polícia atuou no sentido de manter a ordem justa, sem espancar nem prender camponeses.”²⁷⁸¹ O movimento em defesa dos trabalhadores (todas as organizações incluídas) podia então tomar um vulto de significação inédita.²⁷⁸² Antes, lembra Amaro José de Sena, de Sirinhaém, “*Não, não tinha nada [de reunião]; não tinha nada disso não. Tudo isso aí nasceu talvez de 60 pra cá foi que veio devagarzinho, devagarzinho.*”

“Agora, quando foi de 62, depois que Arraes entrou, foi que a gente teve essa liberdade. Fomos... forro outra vez.”²⁷⁸³

“O medo é do tamanho de um trem, se a gente pensa que é do tamanho de um trem, se pensa que é do tamanho de uma légua; mas se a gente chega à conclusão de que o medo é do tamanho de um mosquito, o medo não passa do tamanho de um mosquito.”

Gregório Bezerra²⁷⁸⁴

Manoel Fernando de Souza repete a afirmação, explicando o paralelo que traça com a abolição da escravidão, como para implicar mais do que uma metáfora, um prolongamento, uma repetição: “*Quando foi em 62 que Arraes deu a liberdade de nós, deu a liberdade pra... alforria, eu chamo alforria; ditou a alforria pra nós outra vez. Aí começamos a ter essa liberdade de trabalhar 8 horas.*” É interessante constatar o uso do conceito de liberdade num sentido que remete além do cívico, fundamental no sentido político,²⁷⁸⁵ igualmente ao que Marx

está sendo alimentado, obviamente fica dependente, e era isso o que acontecia. Então, eles é que requisitaram a polícia e a empregaram. E o primeiro passo que nós demos foi cortar isso. A partir daí a polícia passou a ir comandada sempre por um oficial, numa posição de equidistância, examinando se quem tinha razão era o camponês. (...) Então isso causou uma revolta muito grande porque eles estavam acostumados a usar a polícia como se fosse sua propriedade privada.” Hango Trench, Comandante da Polícia Militar no primeiro governo Arraes, Depoimento oral concedido a Eliana Moury Fernandez. Recife: Fundaj, 1986.

²⁷⁸⁰ CALLADO, Antônio. *Tempo de Arraes*. Op. cit., p. 118.

²⁷⁸¹ BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Op. cit., p. 174.

²⁷⁸² Pe Crespo testemunha que o governador “*começou a punir delegados ou militares que continuavam prendendo camponês a mando dos proprietários, com isso proporcionou ao camponês a liberdade de ação, porque o trabalhador rural vive debaixo do terror, do medo, porque os delegados e a polícia viviam e vivem ainda hoje a mando da classe patronal. Os delegados eram nomeados pelos patrões e latifundiários e a polícia dos municípios estavam a serviço deles. Então espancava o trabalhador sem justificativa ou mandato judicial, ficando o indivíduo dias e dias mofando na prisão.*” Depoimento oral fornecido em 10.07.85 a Eliana Moury Fernandez, no Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: FUNDAJ. CEHIBRA, p. 19.

²⁷⁸³ Manoel Fernando de Souza.

²⁷⁸⁴ Explicando para os trabalhadores da cana que eles tinham três inimigos principais: “*O primeiro é o medo; o segundo é o conformismo; o terceiro é o latifúndio.*” Depoimento oral a Eliana Moury Fernandez. Recife: Fundaj, 1982.

²⁷⁸⁵ Evocando o pedido de decretação do estado de sítio, um assessor do governo declarou em assembléia do STR de Jaboatão que isso “*era para sufocar as liberdades de que vocês gozam agora em Pernambuco, liberdade de reivindicar e exigir*”. Apud DP 25.10.63.

descrevia a respeito do proletário “livre de vender sua força de trabalho”,²⁷⁸⁶ ecoando, ao que parece, nas palavras de Severino Barros Lima, de Itaquitinga: “O que eu sei contar daquela época atrasada, é isso, viu. O cabra tinha liberdade, viu, de ser sujeito pra trabalhar instantaneamente, mas não tinha... Cadê o dinheiro pra fazer nada.” Todos os entrevistados lembram com emoção esse período, o ‘Tempo de Arraes’²⁷⁸⁷, que lhes trouxe uma mudança histórica: o benefício da lei. Particularmente, a aplicação da legislação recente, fruto das grandes mobilizações de trabalhadores que suscitaram preocupação em torno da questão do campo, como diziam os jornais: o Estatuto do Trabalhador Rural.²⁷⁸⁸ Graças à pressão dos movimentos sociais rurais²⁷⁸⁹ que culminaram com a greve de novembro de 63, paralizando toda a região em plena safra,²⁷⁹⁰ - e do governo estadual,²⁷⁹¹ promovendo o Acordo do Campo, garantiu-se o pagamento do salário legal²⁷⁹² da categoria aos trabalhadores rurais da Zona da Mata.²⁷⁹³ A diferença com as remunerações praticadas até então na região²⁷⁹⁴ foi tão grande que transformou

²⁷⁸⁶ Ver III. 2.6.2. As relações de trabalho e o açúcar na obra de Sidney W. Mintz. A questão da liberdade.

²⁷⁸⁷ Título de uma obra famosa. CALLADO, Antônio. *Tempo de Arraes*. Op. cit.

²⁷⁸⁸ *ESTATUTO DO TRABALHADOR RURAL*. Op.cit.

²⁷⁸⁹ Que J. M. da Rosa e Silva Neto chama de “*ofensiva crescente dos novos proletários para a conquista de novos direitos*”. *Contribuição ao estudo da Zona da Mata em Pernambuco*. Op. cit. p. 117.

²⁷⁹⁰ A Fetape estimava, em 19 de novembro, em 90% a taxa de paralização. A gravidade da situação valeu a presença do Ministro do Trabalho, Amaury Silva, nas negociações. DP 20.11.63.

²⁷⁹¹ Arraes reconheceu o papel decisivo do movimento social nesses desdobramentos. Falando em “*ruptura de relações de tipo semifeudal*”, o Governador realçou a responsabilidade do movimento de trabalhadores rurais para conseguir a nova legislação trabalhista. “*Ao movimento organizado e democrático dos trabalhadores da zona canavieira, em sua legítima aspiração por melhores níveis de vida, cabe o inegável mérito de ter desnudado o clima de estufa em que vivia a agro-indústria canavieira. Foi necessária uma pressão de baixo para cima, gerada pela ampla camada de trabalhadores rurais que não mais suportava as condições em que vivia, para que se chegasse à tardia descoberta de que cana de açúcar tem custo de produção. E isso ocorreu porque uma parcela expressiva que compunha aquele custo e que tinha, até então, se mantido invisível, explicitou sua existência de maneira clara e decidida.*” “Introdução à mensagem de prestação de contas das atividades do primeiro ano de governo, à Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco 15.03.1964.” In: ARRAES, Miguel. *Palavras de Arraes*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s.d, p. 103.

²⁷⁹² O salário oficial era “*de 450 cruzeiros antigos para toda a região açucareira*”, explicou Gregório Bezerra. No entanto, “*a maioria dos patrões não tomava conhecimento dessa realidade e continuava pagando entre 150 e 250 cruzeiros antigos para os homens; e a metade dessas quantias ia para as mulheres e os menores, embora a produtividade destes últimos fosse a mesma dos homens. No entanto, segundo a lógica dos patrões, as mulheres e os menores não precisavam de «tanto dinheiro».*” BEZERRA, Gregório. *Memórias*. vol. 1. Op. cit., p. 175.

²⁷⁹³ Gregório Bezerra afirma que “*em março de 1963, já tínhamos conseguido fazer com que o salário mínimo de 450 cruzeiros estivesse sendo pago em 97% da zona açucareira do Estado de Pernambuco e em fins de abril essa situação pôde ser consolidada.*” Idem, p. 176.

²⁷⁹⁴ “Acordo com os camponeses fez cessar hoje a greve rural em Pernambuco”. “*Em reunião que se prolongou até a madrugada de hoje, presentes o Ministro do Trabalho, presidente do IAA e numerosas outras pessoas, foi celebrado acordo na Delegacia do Trabalho que possibilitará o encerramento da greve geral que desde domingo último, paralisou as atividades na agro-indústria canavieira do Estado. Conquistas. Aos grevistas foram asseguradas as seguintes vantagens: aumento de 80% (sobre a diária de Cr\$ 503,00) que passou a vigorar desde ontem e cujo pagamento começará a ser feito a partir do 1º de dezembro próximo; garantia de manutenção junto às diversas usinas de um delegado sindical (eleito pelos trabalhadores); escolha de comissão paritária para estudar a interiorização da previdência; atualização dos registros nas carteira profissionais e desconto para os sindicatos em folha. O açúcar terá seu preço maiorado para permitir o pagamento da melhoria salarial.*” *Diário de Pernambuco* 20.11.63. O texto do Acordo do Campo foi publicado no dia seguinte sob o título “Cr\$ 100 milhões os prejuízos da greve rural no Estado”. DP 21.11.1963, p. 3.

a vida das famílias de canavieiros. O salário mínimo, já antigo para os trabalhadores da indústria, comércio e transportes, fora seu privilégio. Doravante, ele diz respeito também aos trabalhadores rurais, como estipulava o Estatuto do Trabalhador Rural.²⁷⁹⁵

Solidariedade dos trabalhadores na indústria do açúcar²⁷⁹⁶

“Toda solidariedade aos companheiros da lavoura canavieira”, manifestando “irrestrita solidariedade à greve geral deflagrada pelos trabalhadores na lavoura canavieira de nosso Estado. Os operários das usinas sentem-se orgulhosos de assistir à corajosa campanha de seus irmãos da lavoura que se mostram dispostos a tudo, no sentido de obter salário e condições de vida humanas. Nossa atitude é ativa e já estamos respondendo ao pedido de nossos bravos companheiros camponeses com a paralização do trabalho em diversas usinas, porque entendemos indispensável a aliança dos nossos esforços – dos operários e dos camponeses – para efetivar um alto nível de organização sindical e obter, dos patrões e do Governo, o que é devido aos trabalhadores que também querem usufruir dos decantados proveitos do desenvolvimento do país. Companheiros trabalhadores da lavoura canavieira! Vossa greve será total e atingirá, também, as fábricas de açúcar! Companheiros do Sindicato do Açúcar! Atendei ao apelo dos vossos irmãos trabalhadores da lavoura canavieira! Aderi à greve geral dos companheiros camponeses. Viva a unidade dos trabalhadores das usinas e dos engenhos.”

A euforia que ganhou toda a zona canavieira é lembrada com emoção por atores sociais e testemunhos. Era o fim do salário “consentido”,²⁷⁹⁷ campo livre para o arbítrio do plantador. Contra uma quantia inaceitável, na opinião do trabalhador, esse não tinha outra opção a não ser a saída do engenho. Doravante, o salário mínimo “*deu ao trabalhador a possibilidade de saber, antes de executar um trabalho, o quanto deveria ganhar.*”²⁷⁹⁸ Com isso, a idéia de ‘direitos’ se tornou real, em Pernambuco, pela intromissão do Governo do Estado, “*o salário mínimo (...) representou para o trabalhador um aumento em quase 500% da remuneração a que estava habituado. Isso implicou na abertura de novas possibilidades de consumo.*”²⁷⁹⁹ Como Forman o sublinha, Furtado atribuiu o sucesso da greve a “*uma oposição declinante dos proprietários, uma vez que houve uma elevação concomitante nos preços internacionais do açúcar de 1962 a 1963.*”²⁸⁰⁰

“No caso de Dr. Arraes, quando entrou aí, entrou a riqueza pro trabalhador. Parece que caiu uma chuva de graça em cima do povo. Foi aí que o povo comprou um sapato; podia comprar uma camisa,

²⁷⁹⁵ Como o lembra Lygia Sigaud, dois outros textos trataram do assunto: o decreto-lei 2.162, de 01.05.1940 e o artigo 76.128 da Consolidação das Leis do Trabalho (maio de 1953). Mas nenhum desses instrumentos legais fora regulamentado, permanecendo letra morta. SIGAUD, Lygia. “A percepção do salário entre trabalhadores rurais”. In: SINGER, Paul (Ed.). *Capital e trabalho no campo*. São Paulo: Hucitec, 1977, p. 49.

²⁷⁹⁶ Um dos aspectos mais assustadores para os empregadores foi a solidariedade manifestada pelos trabalhadores da indústria do açúcar, tradicionalmente extremamente enquadrados e pacificados. Numa matéria paga, seu sindicato proclamava, em 18.11.63: *DP* 19.11.63, p. 6. Segundo os próprios representantes da categoria, somente em 1993, trinta anos mais tarde, aconteceria um encontro solidário entre ambas as organizações de trabalhadores. “Seminário regional. Crise e Reestruturação no Complexo Sucro-Alcooleiro do Nordeste”. Recife, PE, 31.05-03.06.1993. (mimeo).

²⁷⁹⁷ Robert Castel chama a atenção para as implicações desse tipo de contrato coletivo de trabalho. “*L’inscription dans un droit du travail qui reconnaît le travailleur en tant que membre d’un collectif doté d’un statut social au-delà de la dimension purement individuelle du contrat de travail.*” CASTEL, Robert. *Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat*. Op. cit., p. 338.

²⁷⁹⁸ SIGAUD, Lygia. “A percepção do salário entre trabalhadores rurais”. Op. cit., p. 52.

²⁷⁹⁹ Ibidem, p. 53.

²⁸⁰⁰ FORMAN, Shepard. *Camponeses: Sua Participação no Brasil*. Op. cit., p. 237.

comprar uma rede, uma roupa de trabalhar, outra de sair. Quando Arraes chegou, a gente trabalhava desesperadamente para ganhar 9 mil réis [Pausa] Se tirasse o que o patrão quisesse. Quando Arraes entrou que sentou-se, disse: a diária? É 410 mil réis. Quem ganhava 9 passa para 410!” José Honório da Silva.

O comércio das cidades da região²⁸⁰¹ não conseguiu atender a demanda crescente em produtos tão básicos quanto camas ou carne. O aumento do abate semanal de bois no Cabo foi um sinal típico,²⁸⁰² segundo o médico Fernando Barbosa,²⁸⁰³ assessor da Liga Camponesa local.

“Para você ter uma idéia, a feira do Cabo que há muito tempo não vendia cama Patente, começou a vender cama Patente para os camponeses. Camponês comprar uma cama Patente, isto foi uma coisa que chamou atenção. Eles só queriam faixa azul. Eles sabiam que senhor de engenho tinha cama Patente, faixa azul, eles também queriam faixa azul. Na feira matavam dois bois na época; seis meses depois, um ano depois eram vinte bois na feira. Quer dizer, o pessoal começou a comprar carne. Isto foi tudo uma consequência do processo econômico e político.”

Uma pesquisa realizada precisamente nesse período constatou

*“o aparecimento de novas tendências de consumo: o trabalhador rural passou a adquirir objetos essenciais à casa, embora freqüentemente, muito deles não tivessem relevada aptidão necessária de como gastar bem as rendas obtidas.”*²⁸⁰⁴

Gregório Bezerra, cuja ação pioneira na sindicalização dos canavieiros precipitara também eventos tão importantes, lembra a amplitude das consequências econômicas benéficas para toda uma região:

“Os transportes coletivos, as empresas de transporte coletivo, cresceram de uma maneira estupenda. Aquelas cassas comerciais viviam super-lotadas de clientes comprando mercadorias, comprando calçado, comprando roupa, comprando bicicleta, comprando rádio, comprando colchão, comprando cadeiras, comprando tamboretas, comprando tudo. Foi uma coisa encantadora. E os rapazes já comprando suas bicicletas para passear aos domingos com as suas namoradas. As donas de casa compravam uma mesinha, uns tamboretinhos, para comer numa mesinha. Melhorar a louça da cozinha. Compravam máquina de costurar roupa pra família e, às vezes, até pra fora; as costureiras

²⁸⁰¹ O editorial “Inquietação rural” adota essa linha de argumentação. “Com a autoridade e insuspeição que lhe advém da posição de proprietário rural, neste e no Estado da Paraíba, senhor-de-engenho e fazendeiro, ligado à agro-indústria do açúcar e à pecuária, o Sr. Paulo Guerra teve a coragem de compreender e justificar a política de melhoria salarial nos campos e garantias ao trabalhador rural, nos termos do justo disciplinamento traçado pela lei Fernando Ferrari. E, de passagem, tocou uma tecla das mais objetivas e dignas de realce, quando acentuou constituir o reajustamento das diárias do homem do campo medida de interesse coletivo, na medida em que, percebendo melhor paga, o rurícola não apenas vê assegurada a sua dignificação como pessoa humana - o que bastava para legitimar sua execução - mas, ainda, lhe propicia meios de alargar a capacidade consumidora, abrindo campo à ampliação dos mercados internos, que absorvam a produção, permitindo-lhe maior desenvolvimento progressivo.” *Diário de Pernambuco*, 25.10.63, p. 4

²⁸⁰² Antônio Leite Falcão (Delegado da Secretaria do Trabalho em Palmares) constatou o mesmo aumento nesse município: “Antes do governo Arraes assegurar o direito dos trabalhadores rurais (...) a cidade de Palmares abatia dois bois por feira e durante passou a abater seis bois.” Depoimento oral fornecido a Eliana Moury Fernandez, no Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: FUNDAJ. CEHIBRA, p. 12. Gregório Bezerra lembra que “Matavam dois porcos, quando muito; passaram a matar 24, 28 porcos por dia; matavam 5, 6 carneiros. Quer dizer que o povo começou a consumir: carne, feijão, arroz, macarrão.” Depoimento oral fornecido a Eliana Moury Fernandez, no Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: FUNDAJ. CEHIBRA, p. 104-105.

²⁸⁰³ Entrevista com Dr Fernando Barbosa.

²⁸⁰⁴ GONÇALVES, Fernando Antônio. “Condições de Vida do Trabalhador Rural na Zona da Mata de Pernambuco”. Op. cit., p. 155. Os objetos mais desejados (para compra imediata) pelos pesquisados masculinos eram: roupas (35,2%), sapatos (22,4%), relógios (19,1%); rádios (11,1%); e chapéus (11,9%). Suas esposas colocavam a máquina de costura em terceira posição (24,9%), após roupas e sapatos em proporções iguais aos homens. Os filhos, por sua vez, mencionavam a bicicleta (quarta posição com 3,8%) e cama e rede (3,0%). Ibid., p. 158-9.

começaram a ganhar muito mais dinheiro. Enfim, todo mundo melhorou economicamente com a aplicação do salário mínimo no campo.”²⁸⁰⁵

A sensação expressa pelos entrevistados era de uma abundância súbita e inimaginável antes, embora descrevessem, de fato, cenas bastante banais, não fosse a situação de penúria anterior:

“A gente ganhava 3 mil réis e botou para um conto e cem, um conto e cem. Ele me dava um conto e cem por semana. Quem ganhava menos do que isso, quer dizer adiantou muito, então, a gente ia pra feira, ia pra feira com esse dinheirinho, o dinheiro que ganhou, com o dinheiro que a gente ganhava num dia, dava pra gente comprar 1 kg de carne, 1 maço de fósforo, às vezes um pedaço de sabão. Ainda sobrava dinheiro: cortava cabelo dele. Ainda sobrava dinheiro.”²⁸⁰⁶

Luís Batista do Nascimento, de Rio Formoso, fornece detalhes quanto a esse mais elementar conforto doravante acessível.

“É porque no passado... eu vou lhe dizer, explicar: do governo de Dr. Miguel Arraes pra trás, o pobre não tinha direito a uma cama... O pobre não tinha direito um sofá pra se sentar; o pobre não tinha direito a um certo móvel dentro de casa. Porque móvel era um tamborete daquele; era um... uma cama era uma esteira mesmo, um jirau de vara, uma coisa, era as camas. Ou senão, uma caminha de carpina. O carpina é uma caminha fraca, né? E depois de... do governo de... de Dr. Miguel Arraes pra cá, o pobre amobiliou a casa, fez e aconteceu, e tal... Houve muito direito, né?”

Cassiano José de Sena confirma, retomando a formulação consagrada cuja amplitude semântica abrangia mais aspectos da vida do que seu sentido abstrato poderia deixar pensar:

“As coisa que mudaram porque nós hoje temos mais um direito melhor. Nós hoje tem a casa pra morar mais descansado; nós hoje tem uma vida melhor porque nós tem um tamborete pra se sentar; tem uma cama pra dormir; que quem... teve muitos pobre que nunca teve, dormia em cama de vara, que nem eu mesmo criei meus filhos não foi em cama boa hoje, não; foi em cama de vara.”

Apesar dos aproveitadores²⁸⁰⁷ de sempre, a euforia de poder enfim²⁸⁰⁸ satisfazer necessidades básicas marcou tanto a memória dos trabalhadores que cada um conta exatamente o que fez com aquele primeiro salário legal. Uma lembrança muito mais significativa do que o resultado concreto. De repente, aparecia algo de simbolicamente maior do que o alvo econômico mensurável.

“Aí saí do sindicato, fui-me embora. Aí o administrador mandou me chamar. Quando cheguei lá, aí deu 330 Cruzeiros. Naquela época era muito dinheiro. Aí o administrador disse: « Os 30 é meu. » Eu digo: « Tá certo, doutor. » Quando eu cheguei em casa, lá no engenho, a mulher disse: « Mas rapaz, tu recebesse. » « Recebi 300. » Aí quando recebi esse dinheiro, cheguei na loja por volta das 10, 11 horas, comprei dois vestezinhos pra ela, comprei uma roupa pra mim. Fui no açougue, estava aberto, comprei dois quilo e meio de carne, do colchão”. José de Andrade.

A cidadania aparece nesses afazeres de pai de família, cidadão, trabalhador gozando – pela primeira vez - nos padrões habituais da sociedade nordestina, do estatuto mínimo que lhe era

²⁸⁰⁵ Depoimento oral fornecido a Eliana Moury Fernandez, no Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: FUNDAJ. CEHIBRA, p. 105.

²⁸⁰⁶ Severino Antônio do Nascimento.

²⁸⁰⁷ Atravessadores e prepostos que “intermediavam” diversas transações.

²⁸⁰⁸ Foi apenas nesse período, que a grande imprensa reconheceu o problema: “Com os salários de fome que vencia até bem pouco, o trabalhador rural era um pária, um deslocado, um marginal na vida econômica e social da região. Lutando de sol a sol, enfrentando as lides ásperas da exploração da terra, recebendo paga miserável e anti-humana, o rurícola pernambucano, por exemplo, constituía um peso morto na comunidade, vegetando à toa, feito bicho, sem horizontes, nem perspectivas.” Editorial do DP, 25.10.1963, p.4.

devido de agente econômico além do ‘burro de carga’ ao qual estava antes reduzido. Pois, além da cama, a mais mencionada das comodidades compradas, o pagamento do salário legalmente estipulado permitia a aquisição não só de mantimentos, roupas e objetos importantes como a bicicleta, mas do acesso à mídia, rompendo com o secular isolamento de quem morava nas plantações, com

“o radinho de pilhas”: “O outro botava o rádio,²⁸⁰⁹ lá no corte de cana, para assistir; para o pessoal ouvir, e ele ouvir também.”²⁸¹⁰

“Depois pegou aparecer salário, né? Pegou aparecer limite de trabalho, né?”²⁸¹¹

Além da dimensão imediatamente pecuniária,²⁸¹² os trabalhadores associam às mudanças do ‘Tempo de Arraes’ sua correlata, a diminuição da jornada efetiva de trabalho.

“E de primeiro era aquele cativoiro: era de 6 às 6. As tarefa, tirava 12 com 13, era quase de 6 às 6. E diária era de 6 às 6, agora fora os pedaço da noite. E hoje em dia não. Hoje em dia nós trabalhamos 8 horas; e quando é por diária, 8 horas não é puxado, não é gritado que nem boi de carro, não. A gente trabalha aquelas 8 horas quando é por diária.”

A repetição²⁸¹³ parece expressar, para Manoel Fernando de Souza, a vontade de saborear a mudança no regime de trabalho, a limitação dessa jornada, a padronização do esforço consentido e a regulamentação de sua remuneração. Os entrevistados mencionam com apreço esses “direitos”:²⁸¹⁴ o termo genérico designa as garantias oferecidas pela legislação trabalhista, ainda em construção, na época, para as populações trabalhadoras do campo: além do salário e da

²⁸⁰⁹ Desenvolveu-se toda uma produção de emissões radiofônicas destinadas especificamente para os trabalhadores rurais. Até hoje, a Voz da CONTAG é veiculada.

²⁸¹⁰ José Honório da Silva, Rio Formoso. “Eu nunca tinha visto, nunca tinha visto, porque eu tenho lembrança que na casa de pobre, eu só vi um rádio falar na casa de pobre, dessa posse de Dr Miguel Arraes pra cá, do governo de seu Miguel Arraes pra cá, mas pra trás eu não tinha isto, não”, realça Eugênio Benvindo M. Freitas.

²⁸¹¹ Luís Batista do Nascimento.

²⁸¹² O editorialista do *Diário de Pernambuco* mostrou como os benefícios da medida afetavam positivamente todos os setores da sociedade na Zona da Mata... inclusive os empregadores, mais uma vez protegidos economicamente pelo Estado federal. “Numa reação justa, compreensível e natural, os trabalhadores da agro-indústria do açúcar lutaram bravamente para obter melhor paga aos que cultivam o solo, alcançando um salário que, ainda miserável - levando-se em conta os custos atuais de vida - representa, entretanto, muito em relação ao que vinham percebendo. Além da justiça que isto traduzia, vale atentar no sentido renovador dos novos tectos na vida do interior: cidades do litoral e da mata, por. ex., que vegetavam sem horizontes nem perspectivas, começam a agitar-se na trepidação do seu comércio normal, na movimentação de suas feiras, na usualidade da intensificação das trocas, tudo o que encerra visível e tangível impulso à consolidação da vida municipalista. Por outro lado, tendo de pagar salários três ou quatro vezes maiores do que dantes, os proprietários não se podem queixar, pois estão sendo os maiores beneficiários da mudança graças à atualização do preço do açúcar, resultante em grandíssima parte, destas lutas de aumento de salário. Compare-se à situação, por exemplo, de um senhor-de-engenho que outrora pagava 300 ou 500 cruzeiros de diária ao trabalhador, matando-o de fome, e hoje lhe paga mil cruzeiros por tonelada de cana, a margem que lhe vai sobrar é muitas vezes superior ao que lhe restava antigamente, sendo-lhe leve enfrentar o total das novas despesas, cobrindo-o, folgadoamente, com que apurar na colheita das safras.” “Crise rural em perspectiva”. DP. 19.02.64.

²⁸¹³ O papel da repetição pode ser diverso nas entrevistas. Ela envolve ambos os interlocutores, às vezes numa comunhão, algo ritual que pontua e ritma o diálogo, afirmando essa qualidade de reciprocidade, bem como, talvez, acomodando tempos de recapitulação, de articulação com os assuntos tratados a seguir.

²⁸¹⁴ SIGAUD, Lygia. *Os Clandestinos e os Direitos*. Op. cit.

Tabela de Tarefas, o repouso remunerado, as férias,²⁸¹⁵ o décimo terceiro salário e o salário família. O direito a aposentadoria viria mais tarde. Pois, os entrevistados se referem também às normas acordadas ou julgadas por dissídio, posteriormente ao momento inicial do Estatuto do Trabalhador Rural, e que passaram a regular a remuneração do trabalho agrícola.

*“Os direito? Bom, os direitos foi tabela de tarefa, esse negócio de aposentadoria, que ninguém tinha, negócio de décimo, que ninguém tinha, de férias, que ninguém tinha. Aí foi descobrindo esse direito e a gente fomos seguindo até agora.”*²⁸¹⁶

Central, nesse caso, era – e ainda é - a tabela de tarefas²⁸¹⁷ estabelecida precisamente no Acordo do Campo, complementada e atualizada regularmente até hoje.²⁸¹⁸ A melhoria nas condições de trabalho, normatizando cada vez mais fina e detalhadamente a quantidade de esforço passível de ser exigido por dado valor, associou-se, desta forma, ao aumento do salário pela simples aplicação da lei. *“[A braça] era 2 metros e 50. No primeiro ano que Dr. Miguel Arraes assumiu a braça era de 2 metros e 50; foi cortada lá no engenho todas elas. Mandou cortar. Deixou pra 2 metros e 20... Ela foi vim diminuir dessa época do governo de Dr. Miguel Arraes pra cá.”* José Antônio de Lima, chamado pelos amigos de Teixeira, em Rio Formoso, complementa, no entanto: *“Certo. Agora de lá pra cá ela não aumentou mais, não. Aumentou no pulo do cabo, né?”* Rindo, maneira de delicada cortesia (talvez de origem africana) que diminui o impacto da realidade expressa, da dureza da vida e, ao mesmo tempo, a repudia, ele evoca os métodos de descumprimento da legislação, tão generalizados e constantes na zona canavieira de Pernambuco que um estudioso norte-americano considerou seu impacto como um fator econômico de grande importância.²⁸¹⁹ Um magistrado da JCJ de Barreiros ilustrou o valor econômico do descumprimento:

“Os proprietários acham que tem vantagem em não cumprir a legislação trabalhista, quer ver? Vamos fazer uma matemática simples: você tem mil trabalhadores, não paga o repouso aos mil trabalhadores.

²⁸¹⁵ O significado profundo (ele fala de “*revolução cultural*”) de tais medida foi evidenciado por Robert Castel, a respeito de um episódio semelhante na história das relações de trabalho na França, os Acordos de Matignon, em 1936, permitindo aos trabalhadores franceses o gozo de férias anuais: *“Une mesure qui pourrait paraître secondaire mais qui revêt une signification symbolique exceptionnelle si on la replace dans l’histoire de l’“indigne salariat”: les congés payés. Quelques jours par an l’ouvrier peut cesser de perdre sa vie à la gagner. Ne rien faire que l’on soit obligé de faire, c’est la liberté d’exister pour soi. Inscire cette possibilité dans la loi, c’est reconnaître au travailleur le droit d’exister tout simplement – c’est-à-dire aussi comme les autres, les rentiers, les “bourgeois”, les aristocrates, les possédants, tous ceux qui, dans l’imaginaire ouvrier du moins, jouissent de la vie pour elle-même et pour eux-mêmes, depuis la nuit des temps.”* CASTEL, Robert. *Les métamorphoses de la question sociale*. Op. cit., p. 342 e 341.

²⁸¹⁶ José de Andrade.

²⁸¹⁷ Proposta conjunta das tabelas das tarifas do campo. Ver em anexo.

²⁸¹⁸ Ver, em anexo, as Tabelas de Tarefas de 1963 (694-696), 1964 (p. 704-706) e o Contrato Coletivo de Trabalho de 1965 (p. 713-714).

²⁸¹⁹ PEREIRA, Anthony Wynne. *Regime Change Without Democratization*. Op. cit.

*Aí, cem vão para a Junta e reclamam. Mesmo você pagando todas as multas, juros e etc., você não ganhou um pagando a cem e deixando de pagar a novecentos?”*²⁸²⁰

Para limitar o vulto de tamanha sangria na renda dos seus associados, os sindicatos doravante velavam pelo respeito a esses ‘direitos’,²⁸²¹ cujo âmbito se alargou com a criação do Funrural, a previdência dos trabalhadores rurais. A importância dessa medida, por mais minguada que seja sua expressão pecuniária, até mesmo em relação aos trabalhadores urbanos, pode dificilmente ser sobrestimada. Cassiano José de Sena, de Rio Formoso, destaca o seu significado profundo para os trabalhadores rurais:

“Vamos supor assim, olhe: porque quando eu me entendi de gente, que eu andava pelas feiras, eu só via aqueles velhos pedindo esmola; nós não tinha direito de nada. Hoje, graças a Deus, nós quando ficar velho, nós já tem qualquer um direito porque nós tem o trocadinho da gente. [A aposentadoria.] A aposentadoria, esse já é um direito, não é? A gente não carece mais... andar mais pedindo, não é? Isso já é um direito. Hoje nós está morando numa casa dessa, o senhor de engenho, se botar a gente pra fora, não chuta lá de ponta-pé que nem antigamente. Já é outro direito, não é? E... as coisa pra mim diferenciou tudo por isso, porque depois que o camarada se entendeu que existia uma pessoa pra mim descobria a verdade do mundo... porque essa diferença, tenho pra mim, só melhorou depois de Dr. Miguel Arraes pra cá. E homem nenhum fez isso no mundo.”

Nenhum entrevistado menciona uma atenção “paternal” que os plantadores teriam dado outrora aos trabalhadores rurais idosos, dotando-os de meios de sobrevivência apenas. Significativo é que nenhum evoque uma decepção nesse particular; nem a otimista expectativa que isso poderia/deveria existir. Tudo que eles expressam é a felicidade de ter sua aposentadoria garantida pelo Estado, via sindicatos, em vez de uma dependência nem sempre fácil dos filhos, ou pior do “pé da ponte” a pedir esmolas. O patronato estava completamente ausente, omissos.

“Depois do salário pra cá [começou a mudar]. Sessenta e três, sim senhor. Pra cá. Mas pra trás o negócio dava desgosto. Dava desgosto da vida.”²⁸²²

A periodização expressa aqui parece similar àquela geralmente aludida pelos historiadores: a da virada dos anos 1950 para 1960 seria o momento auge da mobilização dos canavieiros e dos Direitos. Contudo, se isso fora verdadeiro em termos de organização e mobilização dos trabalhadores, não correspondia, segundo esses atores, ao cronograma original desses seus ‘direitos’. Pois, eles eram bem anteriores. *“Ninguém sabia destes direitos, que Getúlio Vargas votou, mas eles encobriram! Quando Miguel chegou, aí foi descoberto. Esses direitos do povo. Foi tanto que eles ficam com raiva de Miguel Arraes, mode esses problema*

²⁸²⁰ Juiz Rui Lopes, da JCJ de Barreiros. In: MIRANDA, Moema Maria M. *Espaço de honra e de guerra*. Op. cit., p. 235. A autora mudou o nome do município para “Alegrete”, embora o real lhe escapasse na página 244.

²⁸²¹ Em 1965, convênio IBRA/FETAPE “viabilizou o início da assistência de advogados, em sua maioria jovens recém-formados, aos STRs de Pernambuco. Diante da impossibilidade de renovação do convênio no ano seguinte, alguns sindicatos optaram por manter a assistência jurídica com recursos próprios. Os dirigentes destes sindicatos consideravam o trabalho dos advogados importante para a atividade sindical a ser desenvolvida no período subsequente. (...) A contratação do advogado e a estruturação do departamento jurídico dos sindicatos são reflexos da disposição política dos dirigentes em investir na capacitação das entidades para a prestação de assistência jurídica aos trabalhadores rurais.” MIRANDA, Moema Maria Marques de. *Espaço de honra e de guerra: etnografia de uma junta trabalhista*. Op. cit., p. 70.

que deu os direitos do povo”, detalha José Severo da Silva, de Igarassu. Esses direitos haviam sido “[e]ncapado. Tava tudo encapado. Mas foi descoberto”, complementa José Antônio da Silva, de Sirinhaém. José Honorato dos Santos, de Rio Formoso, apoia: “Apareceram os direitos que estavam encobertos, que Getúlio Vargas deixou. Aí no tempo de Miguel Arraes, apareceu os direitos.” Encapados, encobertos, engavetados, escondidos, guardados, os direitos já existiam. “Getúlio Vargas deixou assinado tudo isso, está tudo assinado por Getúlio Vargas”, afirma José Honorato dos Santos.

A comparação com a proteção trabalhista da qual gozavam os empregados dos transportes, do comércio e da indústria era óbvia demais, dada a proximidade geográfica de seus vizinhos operários da indústria do açúcar.²⁸²³ Esses se beneficiaram da legislação trabalhista, desde o início e, às vezes, com o destaque público que boas relações com as autoridades e a imprensa garantiam a empresários como os dirigentes da Usina Catende.²⁸²⁴ Os trabalhadores rurais estimavam, portanto, ter sido prejudicados pela “ocultação” de seus direitos:

“Foi vetado. Porque os estivador, os comércio, as indústria. Porque as indústria o Sindicato começou desde de 30; já tinha Sindicato e o INPS, mas só da cidade.[No campo não tinha?] No campo não. O campo ninguém nem falava. Tinha gente que não sabia, que quando começou em 60 a falar: «A lei do sindicato, do trabalhador rural!» O povo ficava doido, besta como era que ia ser. [Isso começou em 60?] Foi. Porque essa lei foi projetada do trabalhador rural do campo do Brasil de 1930, quando foi entrar... Quando entrou de todo esse Brasil, das indústrias, dos postos, de navio, aquele povo, né? Aí disse: «Agora tem a lei do Sindicato dos trabalhador rural do campo.» [Isso em 60?] Pra sair em 30. Não, em 30. [Era para sair em 30?] 35, 40... aí vetaram. Foi vetado.” Arlindo Nascimento.

Nessa compreensão própria de eventos políticos tão determinantes para sua condição passada e atual, os entrevistados atribuem a Getúlio Vargas um mérito que talvez não mereça. Pois, embora os instrumentos legais fossem estabelecidos, reconhecidamente os ‘direitos’ dos

²⁸²² José Pereira de Lima .

²⁸²³ A frequência com a qual a Usina Catende estava presente na imprensa, seja em matérias pagas, seja por oportunidade de visitas de pessoas eminentes, reiterava, com detalhes, os benefícios legais (e mais) dos quais goza o seu operariado. Lei dos acidentes de trabalho em 1934; salário mínimo (Lei de 1939, efetivo com a aprovação de tabela em 1940); CLT em 1943 com férias remuneradas e aviso prévio, além da instalação da Justiça do Trabalho. Ver, por exemplo: “Visita dos bancários a Catende”, *DP* 04.05.1944. O artigo retoma trechos do discurso de Getúlio Vargas, de 01.05.1941, acima citado. Ver Parte II. O Contexto histórico.

²⁸²⁴ A imprensa de todo o período pesquisado está repleta de notícias sobre essa empresa que tinha como ponto de honra obedecer estritamente à legislação trabalhista varguista, sendo por isso elogiada constantemente. Ela constituía o modelo por excelência de um patronato esclarecido e de vanguarda, não apenas em questões técnicas – a maior e mais moderna do ramo na América Latina, ressaltavam os jornalistas – mas também em termos sociais... aplicados apenas aos industriais, e não aos seus empregados rurais. Somente com o surgimento do Estatuto do Trabalhador Rural e o crescimento do movimento dos trabalhadores rurais, a empresa preocupou-se em considerar esse setor de sua força de trabalho. Ver o artigo hagiográfico de Alfredo de Figueiredo, “Assistência Social no Campo”, *DP*, 31.10.63, Editorial, p. 4. Embora invoque no início do artigo “no momento em que tanto se fala na necessidade de estender e ampliar a assistência social ao trabalhador do campo”, o texto se limitava a repetir o que tantos outros (alguns nitidamente propagandístico) haviam dito, concluindo: “Na verdade, a Usina Catende é uma demonstração cabal de que com uma orientação cristã e humana se poderá proporcionar ao nosso homem do campo condições para a melhoria do seu nível de vida, desde que se estabeleça um clima de paz, de tranquilidade, propício ao trabalho, sem o qual será impossível o progresso.” Ou seja, a preocupação (ainda teórica) com os trabalhadores rurais foi provocada pelo seus movimentos, não em razão de uma relação especial que os ligaria aos plantadores, por mais “avançados” que se pretendam.

trabalhadores rurais não foram implementados na era varguista.²⁸²⁵ Todavia, os canavieiros estavam e estão muito conscientes que lhes fora negado algo que a evolução da sociedade maior já admitia para os proletários citadinos. Direitos ocultados, que foram “descobertos”, “revelados”, mas como uma injustiça reparada, uma dívida finalmente reconhecida. Não como uma inovação extraordinária, quase revolucionária, como o deixa entender a historiografia. Nisso, eles são mais ambiciosos e mais realistas. Ambiciosos, no sentido de sua inserção devida na evolução da sociedade maior; não como uma fracção atrasada da população, uma margem, em suma; mas participantes de pleno direito da massa do povo brasileiro em marcha para o progresso na sua versão getulista. Mais realistas, pois, através do Estatuto do Trabalhador Rural e da legislação posterior, foram-lhes finalmente reconhecidos ‘direitos’ outrora denegados, embora já legalmente existentes para todos os assalariados brasileiros, sem outra significação além do horizonte social do Estado Novo. A lista destes direitos, aumentando ao fio dos anos, só fez reforçar a idéia de uma legitimidade inquestionável de suas reivindicações, pois afinal só consistiria em implementação de disposições legais maiores já vigentes, e não de inovações cujo bem fundado poderia deixar margem a debate. Estamos muito longe, de qualquer modo, de uma hipotética saudade por supostas relações paternalistas, por parte do patronato, impregnadas de sentimentos afetuosos recíprocos, traduzidos até mesmo em parentesco cerimonial. Estamos no campo da dura legalidade, de batalhas judiciais tratando de interesses antagônicos.

“E o Salário Mínimo [era] calado, calado!”

“Eles queriam isso... E o salário mínimo. Em maio de 40 foi quando Getúlio Vargas assinou o salário, que a gente teve uma reportagem desse salário da gente no rádio, que esse povo... tudo isso não tinha rádio, não. Era muito difícil, mas o jornal, outros, às vez entende, aí escutaram, viram falar desse tal de Salário Mínimo. Aqui no eito quando falaram nesse negócio de Salário Mínimo, o patrão disse: «Vocês acabem com isso, senão vocês vão morrer no pau com essa história de Salário Mínimo, de 8 hora de Trabalho. Vocês vão morrer no pau! Acabem com isso, isso é negócio de Comunismo! Vocês acabem com isso, senão vão morrer no pau.» Ficaram tudo de cabeça baixa. «Isso é negócio de Comunismo! Vocês sabem o que é que estão falando? Vocês vão morrer no pau com essa história, acabem com essa história.» E foi andando, foi andando, e o Salário Mínimo calado, calado!” Manoel Fernando de Souza.

“Um velho que eu conheci ele, que ele falava que tinha ouvido falar num sindicato na época que Getúlio Vargas era presidente, e ele falava que ia haver um tempo que os homens iam ter salário bom, ia receber 130, férias, remunerado, ia receber o salário de família, que ia ser considerado os direitos dele. Isto ele pregava com grande altivez. Morreu e não viu! Porque foi quando Getúlio Vargas botou o primeiro salário, desculpa, quando ele fez o programa do primeiro cruzeiro, que passou dez ano o cruzeiro sendo carimbado, no ano de 50 saiu o primeiro cruzeiro que foi recolhido no ano de 60, 1960. Era o ano que pregava, quando saiu o primeiro cruzeiro.” José Antônio de Lima - Teixeira

Com muita precisão os trabalhadores distinguem o momento em que tomaram conhecimento ou foram implementadas essas mudanças: direitos, reivindicação por Reforma Agrária e criação do sindicato etc., isto é, por volta de 1963 (alguns falam 1964), daquele

²⁸²⁵ Ver, por exemplo, os arquivos de Joaquim Pimenta (outrora discípulo de Cristiano Cordeiro, segundo Paulo Cavalcanti. Conferência, “Cristiano Cordeiro e a Fundação do Partido Comunista”. Recife: Fundaj, 24.05.1995) no

momento original, primordial de constituição legal dos direitos dos assalariados: quando Getúlio Vargas elaborou o quadro da legislação trabalhista no Brasil. “É, porque existia, porque no governo de... de Getúlio Vargas, foi iniciado um bocado de coisa, mas... ficou trancado, né? [Ficou trancado?] Trancaram, trancaram. Mas no governo de Miguel Arraes botou tudo fora”, lembra Luis Batista do Nascimento. Não desmerecendo com isso nem Arraes, nem os movimentos sociais, os trabalhadores instauram sua própria periodização.

Ligas Camponesas e Sindicatos de Trabalhadores Rurais

“O sindicato da gente era a gente mesmo. A força camponesa, era a gente mesmo. Era o sindicato da gente. Se o senhor-de-engenho perguntasse a gente: quem mandou a gente fazer greve, a gente dissesse que foi a gente mesmo; que o sindicato da gente era a gente mesmo.”

Severina Benvinda.

“Deux versants, um mouvement”.

Aspásia Camargo²⁸²⁶

Frente ao crescimento das Ligas Camponesas²⁸²⁷ e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais articulando a mobilização ampla desses, sob a liderança tanto da Igreja Católica quanto do Partido Comunista, o governo de João Goulart reconheceu a necessidade de enquadrar (e controlar?) os trabalhadores através de suas organizações de classe. Isso justificava tanto a estrutura sindical,²⁸²⁸ doravante implementada nas áreas rurais também, quanto o monitoramento constante de suas atividades pelo Governo Federal, no caso o Ministério do Trabalho. Sua Delegacia Regional fora encarregada do contato mais contínuo com as entidades locais, sendo o reconhecimento privilégio apenas do próprio Ministério em Brasília. Embora os sindicatos novos, mesmo os organizados pela Igreja, sofressem perseguições,²⁸²⁹ isso não era nada comparado com a repressão de caráter absoluto que afetava os “primeiros sindicatos”, como os designa um entrevistado, organizados pelo Partido Comunista. Para o assunto da sindicalização também a comparação com outros assalariados inclusive na zona canavieira (ferroviários e operários das usinas e destilarias sobretudo) se impôs:

“Tinha os sindicatos daquele pessoal industrial, lá das indústrias, mas para camponês não. Vimos falar de sindicato depois da primeira gestão de Miguel Arraes, de Miguel Arraes pra cá. Antes nunca ouvi falar em sindicato. Tinha os sindicatos daquele pessoal industrial, lá das indústrias, mas para camponês não.” Rosendo Vicente de Sales.

CEHIBRA, Fundaj.

²⁸²⁶ Expressão de Aspásia Camargo. *Brésil Nord-Est: Mouvements Paysans et Crise Populiste*. Op. cit., p.255.

²⁸²⁷ Ver o excelente estudo: AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Op. cit.

²⁸²⁸ Inspirada, como foi visto, na *Carta del Lavoro* de Mussolini, embora distinta em vários pontos. A liberação das Cartas sindicais, legitimando as entidades, foi feita quando Franco Montoro era Ministro do Trabalho, embora a “paternidade” do fato já tenha sido reivindicada por diversos atores políticos, inclusive Pe Melo. Julião, quanto a ele, afirma a paternidade de três sindicatos: os de Sirinhaém, Rio Formoso e Jaboatão. Depoimento oral concedido a Eliana Moury Fernandez, Fundaj, Recife, 1982-1984.

²⁸²⁹ Segundo o testemunho de Euclides do Nascimento.

[Quem defendia os trabalhadores no campo?] Ninguém.

“Mas de 60 pra cá... eu só sei de 60 pra cá, pra trás eu não me lembro que tinha. Tinha Sindicato, mas das cidades.[Das cidades, no campo não...] Mas no campo não. [Ninguém falava nisso, não?] Não, no campo. [Quem é que defendia os trabalhadores no campo?] Naquele tempo? [Sim.] Ninguém. [Ninguém.] De 60 pra trás não tinha quem defendesse, não.”

Arlindo Nascimento.

“Porque naquele tempo, não tinha quem... os donos eram eles mesmos, né? E hoje em dia, tem o sindicato, tem tudo, né? Pra ser pelo pobre. né?”

Francisco Zalatiel Ferreira.

Alguns poucos trabalhadores se lembram ainda das primeiras tentativas²⁸³⁰ de fundar ligas,²⁸³¹ associações²⁸³² e sindicatos na zona canavieira, tentadas pelos militantes do PCB, no final dos anos 40²⁸³³ e começo dos anos 50.²⁸³⁴ Sua ação, que aparece também em certos documentos dos arquivos do DOPS,²⁸³⁵ reflete uma dedicação extraordinária dos militantes e dos trabalhadores²⁸³⁶ frente à violência patronal²⁸³⁷ e a repressão policial deliberada²⁸³⁸ e, então irrestrita, por qualquer vontade política do executivo ou influência da igreja.

²⁸³⁰ O Manifesto da Federação das Classes Trabalhadoras de Pernambuco, de 30.01.35, já conclamava os trabalhadores à organização de sindicatos com base na Lei de sindicalização 24.694 de 12.07.1934. A Federação tinha 26 sindicatos filiados. No fim de uma longa lista que comporta até engomadeiras, foram mencionados “Camponeses, operários da indústria assucareira. Assalariados agrícolas”. SSP 424.

²⁸³¹ Uma das mais famosas, entre as pioneiras, apareceu na imprensa, por exemplo, ao solidarizar-se com “os comunistas contra a cassação dos mandatos dos vereadores vermelhos.” DP 03.12.48. No dia seguinte, relatou-se que fugitivos da polícia se refugiavam “nas matas dos Engenhos.”

²⁸³² Ver, por exemplo, I Conferência de Assalariados Agrícolas de Pernambuco (16 a 19 de setembro de 1954, em Recife), que reuniu delegações de muitos municípios da zona canavieira. Ver em anexo p. 674-676. Ver também o discurso de uma trabalhadora rural de Escada, tal como a *Folha do Povo* o relatou, p. 675.

²⁸³³ “Prisão de Comunistas” em Palmares. “Dever-se-ia realizar, no domingo último, um Congresso de Camponeses, para o qual foram distribuídos muitos convites. Na sexta-feira amanheceu a cidade cheia de cartazes de propaganda. Mais tarde, chegava a polícia e entrou a fazer prisões, evitando assim que se realizasse o tal congresso. (...) Afirma-se que os presos foram seviciados.” DP 18.02.50, p. 9.

²⁸³⁴ Por exemplo, a convocação de um Congresso Camponês dos Palmares. *Folha do Povo*. 04.03.50 denunciava as prisões e brutalidades: “os cárceres do governo estão cheios de patriotas”. E a *Folha da Manhã* (12.02.50) mostrava as fotos dos “três vermelhos detidos pela polícia quando intentavam realizar em Palmares o Congresso Camponês: Elisio de Barros, Luiz de França e o vereador Pedro Renaux Duarte”, presos junto com o “vereador de Paudalho: José Rodrigues da Silva, que ia representar seu município no congresso.” SSP 6.362, Doc. 01 e 02.

²⁸³⁵ Associação Profissional dos Trabalhadores de Amaragi, SSP 28.682. (Ver em anexo). Associação dos Trabalhadores Agrícolas e Camponeses de Pernambuco, SSP 28702. Associação Agrícola dos Plantadores De Goiana, SSP 6590.

²⁸³⁶ Relatório do investigador 168 à Divisão de Ordem Política, Econômica e Social, do 16.12.46, a propósito do Sindicato de trabalhadores rurais de Jaboatão (sede central; outra em Moreno), com elementos do PCB [seguem nomes] que contava “mais de 1.000 associados e reúnem-se de preferência aos domingos”. SSP 29187.

²⁸³⁷ A pena de morte era livremente aplicada. Assim, o presidente da Liga Camponesa da Iputinga foi mortalmente ferido quando “um dos caminhões que voltava do comício de Paudalho, no passar em T., foi alvejado a tiro pelos fascistas daquela usina”. Carta do 25.05.46. SSP 7947.

²⁸³⁸ Ver, por exemplo, esse trecho de um relatório da Delegacia Auxiliar: “Os sindicatos rurais na zona sul foram criados pelo PC, tendo os seus dirigentes tentado o reconhecimento junto ao Ministério do Trabalho, o que não conseguiram, desde que a orientação não era sadia. O PC criou o Comitê da Zona da Mata, sediado na maior zona açucareira, para dar expansão aos seus planos diabólicos, por intermédio dos seus assistentes.” SSP Delegacia auxiliar. SSP 29.796 Doc 179.

*“Sindicato, ninguém nunca ouvia falar, ninguém nem sabia o que era Sindicato em canto... O primeiro Sindicato que apareceu o pessoal tinha medo de ir. [Por quê? Conte essa história.] Com medo da polícia.”*²⁸³⁹

Manoel Fernando de Souza, como muitos outros, se exalta, lembrando do impacto multifacetado das mudanças sem precedente (nem repetição) que tocaram essas populações após séculos de chumbo. O tom é de desafio, de confronto, de união na greve, sem hesitação nem vacilação. Se é um fenômeno novo, é porque a repressão foi diminuída. Não se nota nenhum sentido de ter quebrado um tabu, violado um acordo, desprezado uma relação passada que teria implicado laços de amizade e a tão badalada “lealdade” ao empregador. Expressa está apenas a chance que se teve de limitar-lhe o poder absoluto, outrora exercido da forma mais brutal com o aval e apoio da autoridade constituída.

*“Em 62, em 62 quando Arraes deu... deu toda aquela liberdade pra gente, que a gente tomou posição, todo mundo se levantou, aí vencemos o direito nosso, que eles gritou por liberdade; se a gente tivesse ficado de braço encruzado, não tinha resolvido, não. Mas se levantou todo mundo de uma vez em greve, aí resolveu... Dominou, toda a classe patronal, a gente dominou. Porque, depois que a gente teve esse negócio de Sindicato... era as Ligas, era... chamava a gente da Liga Camponesa. A primeira foi a Liga Camponesa. Por causa de pantim botaram a lei abaixo, foi que passou pra Sindicato Rural, mas era Liga Camponesa.”*²⁸⁴⁰

AGE 22.01.61 dos STR de Escada, Ipojuca e Amaragi²⁸⁴¹ Convite “A diretoria do STR convida todos os associados e trabalhadores em geral dos engenhos e usinas dos municípios de Escada, Ipojuca e Amaragi para a AGE. “Na referida reunião serão tratados assuntos de grande importância ao bem estar do homem do campo. Também falar-se-á sobre os direitos assegurados pela CLT como sejam: férias, repouso remunerado, aviso prévio; haverá outrossim esclarecimentos, em face do decreto-lei 7.038 de 10.11.44 e 6.969 de 19.10.44 art. 19 que dispõem sobre os trabalhadores rurais” Convidados: juiz, prefeito, vereadores, “e muitas outras autoridades e personalidades vindas do Recife” entre os quais Francisco Julião. “Todos portanto à grande assembleia do domingo 22, quando teremos oportunidade de conhecer melhor os nossos direitos e deveres, ouvindo a palavra daqueles que muito bem entendem a nossa causa.” Escada 10.01.61 Presidente	Cirilo Apolônio da Silva²⁸⁴²

A comunhão de propósitos e talvez de efeito entre as duas organizações de trabalhadores rurais, das quais muitos dos militantes participavam concomitantemente, é realçada numa aparente filiação que os entrevistados expressam. “Depois” da Liga, “veio” o Sindicato. Essa cronologia associando essencialmente instituições cuja diversidade de gênese política e orientação,²⁸⁴³ ou até mesmo recrutamento, devidamente destacada pelos historiadores, manifesta uma outra faceta que enriquece seu tratamento: o ponto de vista dos participantes e de

²⁸³⁹ José de Andrade.

²⁸⁴⁰ Poucos são os entrevistados que freqüentaram as Ligas Camponesas. Os que lembram delas, geralmente se limitam a evocar o terror que se abateu sobre seus participantes após o Golpe Militar de 64.

²⁸⁴¹ Panfleto de convocação à Assembléia do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Escada. SSP 7602, Doc. 15.

²⁸⁴² O investigador 133, no Relatório policial de 18.09.61, mencionava o que esse sindicalista lhe contou da vida em Cuba. SSP 7602, doc.16.

²⁸⁴³ Inclusive dentro dos próprios movimentos. Ver acima Parte II, O Contexto.

seus sucessores. O que predomina, nessa perspectiva, é a conjugação de forças, a participação convergente a um esforço que revestia aspectos de luta armada (pelo menos do lado do patronato), numa época de intensas mudanças e esperanças: a possibilidade finalmente concretizada de um confronto vencedor contra os empregadores, mesmo que fosse apenas na arena de uma Junta de Conciliação e Julgamento;²⁸⁴⁴ quiçá no próprio Palácio das Princesas, como no Acordo do Campo.²⁸⁴⁵ Pois as organizações garantiam – mais que o Estado, embora obviamente por seu intermédio – o cumprimento das leis que beneficiavam os empregados agrícolas. Considerada extremamente positiva, a primeira incursão do Estado nos assuntos trabalhistas nas plantações, deixara sua marca como etapa de um progresso a ser perseguido, no sentido da afirmação do poder público de um Estado de Direito no mundo até então gozando de imunidades²⁸⁴⁶ seculares. “*Economically*”, notava Mary Wilkie no seu relatório, “*the peasant in the sugar zone is undoubtedly better off, now receiving a minimum wage of 905,00 cruzeiros per day, with a recognised six day week, a thirteenth month year, and an agreed system of piece rates in harmony with the minimum wage.*”²⁸⁴⁷

“Eu ouvia dizer que os trabalhador, os pessoal das ligas que eles faziam o senhor-de-engenho pagar o salário na marra, ou pagava ou... Era, fazia também, os trabalhadores, os das Ligas Camponesa, eles queriam também ter seu direito com referência ao que o patrão fazia com ele: De gritar, de querer muitas vez, os patrão não queria, se ele fosse pra... aí ele não queria que ele fosse pras liga, aí ele proibia; ele não queria de jeito nenhum que eles fossem pras Ligas, como hoje muita gente não gosta do sindicato.” Manoel dos Santos da Silva.

²⁸⁴⁴ “Criadas mais 8 Juntas de Conciliação e Julgamento em Pernambuco: a Lei 4.088 de 12 de julho de 1962” 6a região: a escolha da localização desses tribunais mostrava a importância da zona canavieira. “Art. 1; 2 em Recife (4a e 5a); Jaboatão, Goiana, Nazaré da Mata, Escada, Palmares, Caruaru. Sua jurisdição se repartia da forma seguinte:- Olinda e São Lourenço da Mata. dependem de Recife. - Paulista: compreende Igarassu. - Jaboatão: Moreno, Vitória de Santo Antão, Gravatá e Glória de Goitá; Goiana: Também; Jaboatão [Pode haver um erro do jornal: trata-se de Nazaré]: Paudalho, Carpina, Aliança, Timbaúba, Vicência, Macaparana, São Vicente Ferrer, Limoeiro, Bom Jardim, João Alfredo, Orobó; - Escada: Ribeirão, Cortês, Rio Formoso, Barreiros, Amaragi, Cabo, Ipojuca e Serinhaém; - Palmares: Gameleira, Joaquim Nabuco, Água Preta, Catende, Maraial, Canhotinho, Quipapá. Foram abertas 16 funções de vogais: 8 empregados e 8 empregadores para cada junta.” DP 31.07.62. Nota-se a grande concentração na Zona da Mata, e, por outro lado, a boa distribuição dentro da mesma, entre o Norte e o Sul. No entanto, elas se revelam ainda insuficientes, até mesmo depois do Golpe de Estado, como o lastima uma carta da FETAPE endereçada ao Ministro do Trabalho e da Previdência de 04.11.1966. Arquivo Público Estadual, Fundo DOPS, pasta SSP 31-496-B.

²⁸⁴⁵ A Convenção Coletiva de 1987, no segundo governo Arraes, foi simbolicamente assinada no palácio. Embora muitas coisas tenham mudado no campo social canavieiro, a distância secular entre as classes e os preconceitos de inspiração quase eugênica da classe dominante são, às vezes, revelados. Assim, em 1985, ano de outra Convenção assinada, o que supõe um clima de maior colaboração entre os representantes das classes em presença, podia-se observar que o presidente da entidade representando os usineiros, o Sindaçúcar, se recusava a dirigir diretamente a palavra aos representantes dos trabalhadores, os presidentes da FETAPE e da CONTAG (na época, ambos oriundos da região canavieira de Pernambuco): embora sentado frente a seus interlocutores, do outro lado de uma estreita mesa do SENAI. Ele falava para seu advogado (atrás dele), que, por sua vez, se dirigia ao advogado dos trabalhadores, para que esse transmitisse a posição patronal aos negociadores dos trabalhadores. Numa época em que os analistas estudam os sutis detalhes da linguagem corporal dos grandes desse mundo, para deduzir o estado de suas relações, é interessante constatar a crueza reveladora de tal atitude, além da óbvia falta de cortesia.

²⁸⁴⁶ No sentido histórico da palavra de proteção contra intervenções (fiscais sobretudo) do Estado, garantida às grandes propriedades, eclesiásticas inicialmente, na Alta Idade Média.

²⁸⁴⁷ WILKIE, Mary. *A Report on Rural Syndicates in Pernambuco*. Op. cit., p. 14.

Não há traço de nostalgia quanto à perda de um “relações pessoais” com o patronato, mas regozijo constante frente à mudança de clima social: os patrões “reclamam”, “fazem cara feia na ruindade mesmo, mas estão pagando, porque é de lei. É de pagar mesmo, e eles estavam comendo. Os homens pagam na amargura mesmo”, constata José Antônio da Silva. “Se eles [o sindicato ou a Justiça à iniciativa do sindicato] não desse uma punição, quer dizer o senhor-de-engenho fazia o que queria”, confirma José Peagentino dos Santos. Essa possibilidade não era vista como positiva. O desejado era, pois, que o órgão de defesa dos trabalhadores interviesse. Nenhuma perda de intimidade relacional entre senhor-de-engenho e moradores. Doravante, e pela primeira vez, eles tinham a quem recorrer, uma instância legal de apoio e defesa de seus interesses. O Estado não era mais – apenas – o braço armado do patronato. Outras funções se somavam, particularmente no âmbito do executivo (Ministério do Trabalho) e judiciário (Justiça do Trabalho). Delineando assim os esboços do estado de Direito finalmente aplicado às relações de trabalho nas plantações de cana, essas novidades eram percebidas e são recordadas agudamente pelos trabalhadores. Sempre num sentido efusivo de alegria, uma libertação. Nenhuma sombra de saudade dos tempos idos, diferentemente da versão oficial da suposta memória coletiva ilustrada e façonada por José Lins do Rego, entre outros. Ao contrário, um fervor no reconhecimento de novos tempos, de esperanças que se traduziriam num voto maciço quando Arraes foi reconduzido ao Palácio das Princesas em 1986. “Até debaixo d’água”, afirmavam os eleitores da região, eles votariam nele. “A esperança está de volta”, diziam os slogans da campanha. Todos os trabalhadores associam estreitamente, na sua periodização, o primeiro governo Arraes²⁸⁴⁸ ao crescimento do movimento reivindicativo rural.

“Essas lutas começaram foi no governo de Miguel Arraes. Foi quando começou essas lutas de sindicalista. Quando falaram nesse negócio de sindicato que falava no 10°, em fêrias, abono família. Isso tudo mesmo, quando falaram em fêrias, todo mundo disse: Isso, oxente! Isso é um bicho brabo! Porque ninguém nunca tinha esse 10°. Todo mundo ficou espantado. Bom, aí foi que começaram as lutas no governo de M. Arraes, foi tempo que ele botou o sindicato, aí começaram as lutas do trabalhador. Junto com o sindicato. Porque foi no tempo que houve veto pra sindicato, aí começou essas lutas até a data. Mas se não fosse isso, ainda tava no mesmo que era. Ainda tava no mesmo que era...”
José Francisco da Silva.

Com efeito, essencial nessa nova situação era o papel das organizações de trabalhadores, particularmente dos sindicatos, para fazer respeitar a legislação em vigor, os “direitos”. Antes, o patrão era soberano. A única interferência do Estado em assuntos de relações de trabalho era implementar a decisão dos patrões, qualquer que fosse. “E o trabalhador não tinha a quem se queixar, não. Ficava por isso mesmo,” lembra Manoel Fernando dos Santos. Doravante, a

²⁸⁴⁸ A unanimidade é absoluta sobre a época das mudanças mais significativas para eles: salário, tarefa, intermediação em caso de conflito, recurso jurídico em caso de lesão dos seus direitos, palavra poderosa que pontua suas falas. A formulação é variada: Governo Arraes, Dr. Arraes, os anos 60, que alguns chamam de 64, embora retifiquem logo: “não 63”. Isso pode refletir a época de aplicação das regras do Acordo do Campo de dezembro de 63.

entidade sindical fiscaliza, ensina, defende. Palavras que voltam com frequência nos depoimentos.

“Olhe, depois do governo de Arraes, ele deu a liberdade, aí veio esse décimo que ninguém tinha, férias, registrar a carteira. Até aí ninguém tinha nada. Aqui registrou a carteira em 64. Todo mundo que tem carteira registrada aqui ainda, e que vive ainda aqui, foi de 64 pra cá. De 63 pra trás ninguém tinha nada, vinha luta! Vinha luta, vinha luta! Mas quando o Dr. Miguel Arraes assumiu, aí foi desenvolvendo, desenvolvendo, desenvolvendo, desenvolvendo, desenvolvendo, então até que chegou. Aí eles vieram, foi arrojando por outro lado. Problema da moradia, problema devido os direitos, eles foram arrojando e hoje tá uma tristeza.” Amaro José de Sena.

A bondade patronal suposta por tantos autores não suportava a menor sombra de ameaça ao statu quo, utilizando imediatamente meios brutos, lembrando, às vezes, operações de guerra, como o descreve Amaro José de Sena:

“[Liga Camponesa] na Trapiche tinha. E eu, como foguista da locomotiva, eu mais os companheiro, tinha um carro chamado-se carro de socorro que era pra carregar o material pra levantar carro quando caía, transportava gente. Tinha um pessoal aí que vinha pra casa grande - dizem que eram pistoleiros – E iam pra casa grande, e de noite ia pra Rosarinho, ficavam dentro do vagão; o vagão servia de tanque de guerra.”

A criação de sindicatos, seja na Mata Sul ou na Mata Norte, encontrava resistência ativa, armada. A benevolência patronal não resistindo, se é que existia, à perspectiva de ter um interlocutor legalmente constituído, num diálogo de classes que a própria filosofia Getulista²⁸⁴⁹ pretendia promover, embora não tivesse tido a coragem ou a força política de implementá-la. Tampouco admitira as lógicas inovadoras da Igreja Católica, inspiradas no Concílio Vaticano II e nas encíclicas papais,²⁸⁵⁰ que suscitaram vocações como a de Euclides do Nascimento:

*“Portanto, foi neste período, já no ano de 1961, como zelador do apostolado, já pai dos dois primeiros filhos, recebi de Deus o seu chamado, através da Igreja Católica, para o trabalho da sindicalização rural a ser implantado no município de Nazaré da Mata, Carpina, Paudalho e Vicência. Como cristão, membro da Igreja, aceitei o chamamento de Cristo, me tornando seu instrumento no compromisso com os pobres, com a verdade, com a justiça. Diante deste compromisso, perguntei: “O que é sindicato?” Tive como resposta: “É uma sociedade organizada por trabalhadores rurais para defender-se das injustiças praticadas pela classe patronal no meio rural.”*²⁸⁵¹

²⁸⁴⁹ BANDEIRA, Moniz. *Trabalhismo e socialismo no Brasil*. Op. cit. Ver também GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Op. cit., 1994.

²⁸⁵⁰ Em outra entrevista, Euclides, filho de foreiros, fornece essa precisão: “Aí surge o padre lá em Nazaré me chama. Era quando o papa João XXIII falou ao bispo o problema da sindicalização rural. Aí o padre Mário me chamou: «Você como zelador do apostolado, e agora a chamada igreja do papa, a igreja vai incentivar a criação de sindicatos de camponeses.» «O que é isso, sindicatos?» Aí ele começou a explicar. «O seu trabalho agora vai ser reunir os camponeses para criar o sindicato dos trabalhadores rurais para enfrentar essa malvadeza que os patrões, os SdE fazem. E meu pai e minha mãe já contavam o que tinham sofrido na mão de senhor-de-engenho, aí eu entendi. Agora eu vou entrar nesse negócio.» A V Assembléia Ordinária da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em caráter reservado, já tratava “entre as matérias importantes”, das “frentes agrárias e sindicalização rural”, assim como do Movimento de Educação de Base. “Episcopado debate a Reforma Agrária”, DP. 04.04.62. Na mesma época, Pe. Melo distribuía os papéis entre Sindicatos e Ligas Camponesas: “Devemos estimular a sindicalização do trab. rural, pois a luta reivindicatória é tarefa de sindicatos. As ligas cp devem restringir-se a funções apenas recreativas e beneficentes”. BIS Bureau da Imprensa Sindical, No 69, ano II, 24.31 de janeiro de 1962. SSP 31.513

²⁸⁵¹ Esse tipo de atividade lhe valeu a oposição não só do patronato, como de outros setores da própria igreja: “O padre de Carpina era padre Genaro, este era meio medroso. Fui informado que ele dizia para o Antônio, o delegado sindical em Carpina: «Cuidado com o Euclides de Nazaré, ele é agitador.» Na fundação do sindicato dos

Na Mata Sul, onde a presença dominante era a do Sindicato de Palmares,²⁸⁵² sob a orientação do Partido Comunista, na pessoa notável de Gregório Bezerra, a violência patronal era onipresente.

“Naquela altura ainda não existia. O Sindicato veio existir, aliás, aqui em Serinhaém, de 65 pra cá. Foi quando foi registrado a carta sindical. E antes, quando o Sindicato veio mermo sem ser... Sem ainda ter registrado a carta sindical, ah! Foi pressão demais, pressão. Foi pressão, mas pressão pra romper. Foi morte, foi tiroteio, foi o escambal. (...) Houve morte! Esse sindicato aqui foi instalado ali, hoje ali junto aonde é essa, tão construindo a nova assembléia, ali morreu gente. Teve até uma época que eu tava na usina num dia de Domingo, tinha uma reunião lá, até o maquinista de máquina de moer, ele... foi passar, e ele estava lá esperando uma reunião... e foi passar; e o cara disse que não era pra passar. Ele intimidou-se pra passar mesmo, criou fogo para passar. E o cara bateram nele, foi um tei-tei medonho. Tinha uma turma ainda carrancuda na época, né? Tava se criando, aí a turma tava forte. (...) Foi luta braba! Foi luta braba! Ai vinha pistoleiros, e vinha uns vestido... vestido até de policial. Aqui aconteceu isso. E a gente levava pra ir atrás, já quando tinha delegado sindical pelos engenhos pra ir atrás deles pra prender, pra bater, pra matar. Tudo isso, tudo isso... [O pistoleiro da usina?] Da usina.” Amaro José de Sena.

A função sindical era muito bem definida. As intervenções para fazer cumprir a tabela de tarefas e pagar o salário são as dimensões mais freqüentemente mencionadas pelos entrevistados. Todos eles insistam tanto na temática das intervenções do sindicato, quanto nesse papel de defesa dos trabalhadores em situações de conflito, a respeito do pagamento que eram e são a principal fonte de violências patronais, às vezes fatais, e até mesmo das muito raras ocorrências de violência por parte dos trabalhadores. Ao intervir e rezer a lei, o dirigente sindical pode frear uma sequência perigosa de trocas de hostilidades que apresentam grande perigo para os trabalhadores.

“Era combatendo as medida das contas, pra dar as conta de dez com dez; os patrões davam a conta de doze com doze e o sindicato chegava lá. Era pra... a ordem era pra dar de dez com dez. Aí o Sindicato botava um delegado de...do engenho mermo. Pegava um morador do engenho. Botava como delegado que é pra ver aquele serviço má feito. O patrão não gostava daquilo, ele tinha raiva do sindicato.” Odilon Caetano da Silva.

“Outros direitos, defendia que para tirar 300 braças ou 400 o trabalhador não ia tirar. Tinha direito, quando o trabalhador tinha que fazer aquilo a pulso, o patrão mandava. Então o sindicato defendia para ele não fazer. Pronto.” Benedito Rufino da Silva.

Apesar do imenso retrocesso devido ao golpe militar de 1964, essa incumbência persistiu.

O golpe de 64 e a repressão: “Voltou quase pra o que era!”²⁸⁵³

“Os ricos têm o coração duro, mas têm os nervos delicados.”

Bertold Brecht²⁸⁵⁴

trabalhadores rurais em Paudalho, tive um debate caloroso com o padre André Lima. Chegando em Paudalho, dirigi-me à casa do padre a fim de pedir o apoio dele e colaboração, cedendo o salão paroquial para reunir-me com os trabalhadores a fim de fundar a delegacia sindical em Paudalho. O padre cismou comigo, dizendo que eu era o cabo de Francisco Julião e, no diálogo, ele dizia que Francisco Julião era Comunista, e minhas idéias sobre sindicato eram bem parecidas com as de Julião. Provado que não era cabo de Julião, ele cedeu o salão paroquial, e lá foi feita a fundação da delegacia sindical dos trabalhadores rurais de Paudalho.”

²⁸⁵² A grande extensão desse sindicato foi utilizada na imprensa como fator de ameaça à paz pública: “Sindicato autônomo de Palmares tem jurisdição sobre 22 municípios.” DP 03.10.63.

²⁸⁵³ José Francisco Paiva.

²⁸⁵⁴ CALLADO, Antônio. *Tempo de Arraes*. Op. cit., p. 61.

“Quando Miguel chegou, aí foi descoberto. Esses direitos do povo. Foi tanto que eles ficaram com raiva de Miguel Arraes.”

José Severo da Silva.

Como o confirmam diversos testemunhos, inclusive alguns que não eram inicialmente desfavoráveis a que os militares tomassem o poder para afastar o “perigo comunista”, a repressão que se seguiu ao golpe de 1964 foi muito brutal. Os trabalhadores entrevistados, que não foram recrutados na base de sua militância passada, mas apenas enquanto trabalhadores da cana, lembram de maus-tratos, prisões, mortes. *“Morreu muitos por aí”, lembra José Francisco Paiva, de Itambé. Conheci, ainda teve acocho ainda as Ligas Camponesas que só a cebola. Apanhou muita gente, ainda, foi gente apanhando, foi gente morto, foi tudo.*” Testemunho da ação repressiva, José Francisco da Silva explica a lógica da repressão e suas conseqüências, que em nada podem ser enquadradas dentro de uma relação afetiva, pseudo-familiar, descrita tantas vezes para a ‘morada’. Trata-se, ao contrario, de lutas sociais e políticas chegadas aos seus mais extremos limites. *“Os patrões disseram quando falaram em Reforma Agrária que tinha... como um cabeça, sabe? Aí disseram que era o Comunista. Ainda tem gente aleijada devido a isso.”* Tomadas de posição mais óbvias, tal como pertencer às Ligas Camponesas²⁸⁵⁵ ou aos sindicatos constituía, portanto, um risco maior para a segurança e integridade física do trabalhador.

“1963, lá vai, lá vai... Pegou fogo. Pois ouvi falando, mas um cunhado meu, porque o povo lá tiraram, muitos tiraram lá a Carteira da Liga, eu não cheguei tirar, não, né? Mas meu cunhado tirou a Carteira da Liga, aí os caba pegaram, ainda deram umas lapada pra lá, meu cunhado assombrou-se, aí chegou lá em casa com a família todinha, a mulher, cinco filho. «Mas rapaz, que é que é isso? Besteira! Vamos fazer assim: Vamos deixar a mulher aí mais os meninos, mais a minha (eu tinha uns seis ou era sete, menino miúdo), fica tudo aí e nós vai pra o mato. Vamos se esconder no mato, pode até...massacrar as mulher.»” José Francisco Paiva

“Em 64, quando botaram o governo abaixo, eu fui preso, passei 3 dias preso aí, nessa cadeia daqui de Itambé. Fui Delegado Sindical no tempo de 63 a 64.” Manoel Fernando de Souza.

Medidas, muitas vezes difíceis, de clandestinidade, pelo menos por um tempo, foram adotadas para tentar escapar do momento inicial, que se teme geralmente mais brutal, da repressão. *“Era, naquele tempo a gente trabalhava na usina, mas só andava com medo, em 64. Em 64 teve uma greve em Santa Tereza, que a depois da greve, ali tinha um senhor-de-engenho que ali em Condado, enterrou até gente.” Antônio Virgínio da Silva.*²⁸⁵⁶ Mas, o que predomina em relação ao assunto aqui tratado, é o retrocesso considerável que o regime militar causou nas condições de vida e de trabalho dos canavieiros. O que a democracia havia permitido aos

²⁸⁵⁵ Documentos oficiais mostram que os militares consideraram por anos que o “perigo” perdurava: por exemplo, um Informe do IV Exército, marcado do carimbo “Secreto”, N° 150-B-E/2 de 29.03.66, sobre a “infiltração comunista no Nordeste”. No ponto 10 afirmava: “A periculosidade apresentada pelos moradores dos engenhos Galiléia e Limão (o primeiro em Vitória de Santo Antão e o segundo em Palmares, Pernambuco), e dos municípios de Palmares e Águas Preta, áreas fortes e comunizadas.” SSP 26.939.

trabalhadores afirmarem em termos de direitos trabalhistas elementares fora imediatamente aniquilado.²⁸⁵⁷ Uma carta do STR de Ipojuca à FETAPE formula esse retrocesso com ênfase... histórica:

*“A calamidade dos trabalhadores é grande, pois não recebem os seus salários, pois os mesmos não só precisam de carne e farinha e sim de outros utensílios como sejam: medicamentos, roupas, porque quando adoecem nem podem comprar o remédio, estamos assim voltando ao tempo do ano 1.500, isto é o tempo da Princesa Izabel, em que viviam os índios. Sr Presidente, os povos estão se revoltando com a situação. Esta semana nem a comida tinha nos barracões, os mesmos trabalharam e nem a comida e nem o dinheiro, estamos assim pior do que no cativeiro. Eles não recebem o 13º mês, não recebem o repouso remunerado, nem férias, nem o abono de família, nem feriados e nem recebem o salário e sim 1350.”*²⁸⁵⁸

Ou quase tudo. Pois, apesar das “calamidades”, o movimento sindical dos trabalhadores rurais permaneceu como se fosse sob as cinzas das intervenções e, aos poucos, foi ganhando legitimidade renovada e capacidade de luta, tanto na justiça quanto por greves. Para os organizadores sindicais católicos, como Euclides do Nascimento, dirigente da FETAPE, o pior momento foi a partir de 1968. Para outros, desde o golpe, a situação foi quase insustentável. Os arquivos da SSP mostram que certos sindicatos nunca deixaram de denunciar, fazer queixas, pedir investigações. Assim, o Presidente do sindicato do Cabo se queixou,

*“da Polícia de Pernambuco, a qual foi qualificada de proteger os Usineiros, e consequentemente prejudicar os camponeses, os quais muitas vezes eram presos e recolhidos ao quadrez, ficando assim esses trabalhadores amedrontados com a ação policial.”*²⁸⁵⁹

Contando com distinções locais, a periodização dos trabalhadores é genericamente precisa: *“Aí entrou Castelo Branco, né? Alguns continuou mas cá pra lá, era o cabra pegava de seis, às seis hora, largava de cinco, amarrado mesmo; não tinha remunerado, nem feriado, nem férias, nem 13º mês, nada, nada, nada, nada...”* José Francisco Paiva continua, breve e

²⁸⁵⁶ Antônio Montenegro também relata um caso brutal, que seu pai, advogado da Fetape, acompanhou. “Cabra marcado para morrer entre a memória e a História”. In: *A História vai ao cinema*, Mariza de Carvalho Soares e Jorge Ferreira (Org.). Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 182 et ss.

²⁸⁵⁷ É o que confirma o relatório da Comissão Especial de Estudo das Condições Sociais do Nordeste (CESCNE), enviado pelo Ministro do Trabalho. Numa carta ao Presidente da República (Ver íntegra em anexo) de 11.11.64, ele enfatiza “4. A ação impatriótica de empregadores, que se aproveitam das indecisões iminentes aos períodos post-revolucionários, vem recusando-se direito e garantias asseguradas ao trabalhador, em nossa legislação, mantendo-se os operários no mais lamentável estado de espírito, em que domina o desalento no dia de hoje, a desesperança o futuro e a indisfarçada desconfiança na ação das autoridades.

5. Acentua aquele relatório infrações que se multiplicam e que de outros lados, também chegam ao conhecimento deste Ministério. Assim, no âmbito do Estatuto do Trabalhador Rural, traduzam-se nas anotações fraudulentas com a subtração de 20 e até 30 anos, no tempo das relações empregatícias. Referem-se também à expulsão, por meio de ação de despejo, nas mais desumanas condições, de trabalhadores radicados, desde longos anos, à terra que cultivam. São apontadas numerosas outras infrações à lei, como a falta de recolhimento das férias e dias de repouso, a não observância ao instituto das férias e não pagamento do 13º salário correspondente ao ano de 1963 e a falta de Carteira Profissional devidamente anotada.

6. “Como vê Vossa Excelência, são as mais rudimentares conquistas do trabalhador que estão ausentes naquela região, constituindo-se isso, sem dúvida, pesado ônus a ser imputado à Revolução, caso medidas concretas e imediatas não sejam adotadas, a fim de salvaguarda-las.” SSP 28733 DOC. 2-3. Minhas ênfases.

²⁸⁵⁸ FETAPE A-D, SSP 31.496.

²⁸⁵⁹ Relatório da SSP, do 14.03.67, sobre o 1º Encontro do movimento sindical. Carpina, 08.03.67. SSP 29.679, Doc 17.

contundente, no diagnóstico da situação dos cortadores de cana no final dos anos 60 e nos anos 70: “Depois, já da Revolução pra cá, ele amarraram, que entrou Castelo Branco, eles amarraram de novo. Voltou quase pra o que era! Voltou quase pro que era.” A repetição tem um propósito enfático, quase filosófico. Contudo, esse aparente *fatum* não deixava margem para lamentação ou desencorajamento, embora o anticlímax fosse extremamente penoso. Não apareceu qualquer sinal eventual de feliz reencontro com o reatamento de relações empregatícias passadas, no modo paternalista descritas na visão dominante da ‘morada’, supostamente objeto de nostalgia universal. O alívio foi apenas dos plantadores, para os quais um episódio infeliz havia chegado a seu fim. Qualquer lembrança de sua existência deveria ser apagada. As Ligas Camponesas foram aniquiladas. Por um tempo, pensou-se fazer o mesmo com os sindicatos. Eles sobreviveram como instituições inicialmente dominadas pela força (tida como menos perigosa), a da Igreja Católica.²⁸⁶⁰ Os interventores garantiriam sua domesticação inicial.

Para os trabalhadores a saudade era inteira e exclusivamente aquela do “Tempo de Arraes”. Cada aspecto do vasto assunto das lutas, cada passo no sentido da recomposição legal e concreta da capacidade de luta dos trabalhadores rurais, ao longo dos anos de reconquista dos sindicatos contra os interventores e os ‘pelegos’, são devidamente repertoriado:

“João Baptista Figueiredo já melhorou uma coisinha, melhorou que liberou greve, qualquer trabalhador tem direito de fazer greve, né? [Ele não tinha direito não, mas o trabalhador fez.] Não, ele liberou, ele deu a liberdade; não tinha, não, senhor. Ninguém não falava em greve.” José Francisco Paiva.

“Se não fosse o sindicato...”²⁸⁶¹

“Os direitos que a gente não... que a gente não tinha e o sindicato defendia era negócio de... férias, 13º mês, repouso remunerado. (...)Porque se não fosse o sindicato, a gente não tinha direito a nada.”

Antônio Virgínio da Silva

A função sindical se afirmou com esplendor no auge do movimento social na Zona da Mata, nos anos sessenta. Concomitante à criação dos sindicatos, foram difundidos os “direitos”:

“Porque se os homens mandavam fazer uma coisa, o camarada vinha até o sindicato, aí tinha direito, né? O sindicato ia lá, aí tinha direito.” Francisco Zalatiel Ferreira.

Fornecedores de cana e usineiros depois de seis meses de organização dos sindicatos lamentavam:

²⁸⁶⁰ 35 Sindicatos da região sofreram intervenção do regime militar. Vários dirigentes sindicais (ou inspiradores eclesiásticos do movimento) ficaram surpresos e decepcionados com a violência, às vezes, aplicada a seus próprios militantes, da repressão militar que eles haviam desejado apenas para os mais radicais do movimento rural. Esse sentimento de traição foi expresso por Euclides do Nascimento e Pe. Crespo.

²⁸⁶¹ Essa frase ouvida como um *leitmotiv* nos inspirou o título de um artigo, apoiado nas pesquisas realizadas sob a égide da Fetape. DABAT, Christine Rufino e Espedito Rufino de ARAÚJO. “Se não fosse o Sindicato”. Op. cit.

“O sindicato é uma desgraça pior do que as Ligas!”²⁸⁶² Posteriormente, apesar dos reveses do regime militar, esse papel permaneceu multifacetado.²⁸⁶³ Intervenções foram impostas pelas novas autoridades em quase todos os sindicatos da região. Entretanto, a direção sindical de orientação católica, que permaneceu em certos cargos, tentou manter o papel dos órgãos que haviam sido criados com o apoio da instituição eclesiástica,²⁸⁶⁴ “procurando transformar um movimento sindical reivindicatório em um movimento assistencial; à proporção que o regime militar foi enfraquecendo, estas lideranças foram se concretizando.”²⁸⁶⁵ As dificuldades para realizar esse projeto foram severas, em razão de assimilações que patrões²⁸⁶⁶ e forças da ordem faziam de todos aqueles que militavam no mundo rural, provocando alertas dos militares²⁸⁶⁷ e protestos dos sindicalistas sobreviventes.²⁸⁶⁸

Líder lamenta desinteresse do ministro

“O sr Euclides Nascimento, presidente da FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, lamentou tenha “o Ministro do Trabalho, sr Nascimento e Silva, declarado que o problema da greve dos camponeses do Cabo não está na alçada do seu Ministério e sim na do Ministério da Indústria”

Tal ponto de vista foi justificado pelo ministro no fato de que o movimento é originário da crise estrutural da agroindústria canavieira. Segundo o líder dos trabalhadores rurais, ficou provado o desinteresse do Ministério do Trabalho na solução do problema, não só pelas declarações do ministro, como pelo seu total desconhecimento

²⁸⁶² Depoimento oral fornecido em 10.07.85 a Eliana Moury Fernandez, no Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: FUNDAJ. CEHIBRA, p. 13.

²⁸⁶³ Encontram-se documentos com um conteúdo surpreendente, até nos anos mais negros do regime militar: por exemplo, num ofício sobre violências contra os trabalhadores, expressava-se a necessidade de consciência, de não se conformar dizendo que “é vontade de Deus”. “*Alguns começam a abrir os olhos, descobrem que não são bichos. Descobrem que são gente e que devem viver como gente, querem ser respeitados, querem exigir os direitos humanos. Apoiando-se sobre a legislação trabalhista que existe, não aceitam a violência da organização tradicional. É por isso que nascem os conflitos que vão se acentuando entre os que descobrem que são oprimidos e os que são aproveitadores e responsáveis por esta situação.*” Ofício de 20.06.73 a Romildo Leite, DRT. SSP 29.747

²⁸⁶⁴ Ver a tese de LIMA, Maria do Socorro Abreu e. *Revisitando o campo*. Op. cit.

²⁸⁶⁵ ANDRADE, Manuel Correia de. *O Sentido da Colonização*. Recife: 20-20 Comunicação e Editora, 1994, p. 73.

²⁸⁶⁶ Novas intervenções nos sindicatos rurais de Barreiros, Goiana, Também. “Direção da Federação dos Trabalhadores na lavoura [está] dirigindo apelo aos empregadores para que cumpram as obrigações contraídas com os seus trabalhadores, aceitando o diálogo e ampliando as suas conquistas, a fim de que haja confiança por parte dos camponeses para com os proprietários.” DP 14.4.64.

²⁸⁶⁷ Ver o documento da SSP em anexo “SITUAÇÃO LEGAL DOS SINDICATOS”.

²⁸⁶⁸ Ofício 131/64, de 04.12.64, enviado pela Federação dos Trabalhadores Rurais Autônomos de Pernambuco à SSP porque o proprietário de B. em G. “sempre proibiu os seus moradores de entrarem no Sindicato, mesmo no Sindicato do padre, porque qualquer um deles queria a revolução, era comunista. Apesar disso, alguns moradores entraram no Sindicato e nele permanecem, frequentam-no, vez por outra às escondidas. Por ocasião da revolução de abril, ordenou o Sr “N. M.” (como é conhecido o proprietário), por meio de seu administrador Sr M. F., que os moradores queimassem as carteiras do sindicato, porque a polícia ou o exército prenderia aqueles que as possuísem. A maior parte dos moradores obedeceu à sua ordem, nada sofrendo até então, a não ser a sua habitual miséria. Todavia, aqueles que permanecem no sindicato são indesejáveis na propriedade e estão sendo pressionados a deixá-la, alegando o administrador das terras que, quando o número de queixosos do sindicato atingir a cinco mandará o IV exército apanhá-los, por meio de um tenente do Exército de nome A., parente do Sr. N. M.” [Segue a lista dos nomes das pessoas atingidas: ameaçadas de despejo, forçadas a trocar de sítio e surradas em setembro último; 2 testemunhas]. “Em vista da gravidade das informações e da insegurança em que se encontram aqueles moradores, inclusive, alguns dormindo no mato... pede providências. Feliciano Sátiro Pereira, Presidente.” SSP 28.765.

quanto à extensão da greve, “já que afirmou que o movimento atinge somente a usina Maria da Mercês e da Cooperativa Tiriri, quando na realidade são grevistas mais seis engenhos”.

Perplexidade

Funcionários categorizados do Ministério do Trabalho que pediram para não serem revelados seus nomes, disseram que o desinteresse do Sr Nascimento e Silva pela situação dos trabalhadores na lavoura e indústria canavieira deixou perplexos o Delegado Regional do Trabalho e seu substituto, Srs Álvaro da Costa Lima Junior e Severino Alves da Silva, respectivamente. Além do mais - concluíram - a delegacia está inteiramente abandonada pelo Ministério, sem verbas de nenhum tipo, apesar das solicitações, e, por isso, incapaz até de pagar diárias para os seus fiscais que trabalham na base da boa vontade.”²⁸⁶⁹

A primeira idéia expressa era de mudança na situação, pois aconteceram novidades abaladoras no auge do movimento social rural, às vésperas do golpe militar.

“Começaram as lutas no governo de M. Arraes, foi tempo que ele botou o sindicato, aí começaram as lutas do trabalhador. Junto com o sindicato. Porque foi no tempo que houve veto pra sindicato, aí começou essas lutas até a data. Mas se não fosse isso, ainda tava no mesmo que era. Ainda tava no mesmo que era...” José Francisco da Silva.

Entre essas inovações, predominava a defesa do trabalhador, inclusive a mais elementar: o resgate de sua integridade física frente às práticas de punições corporais e violências de todo tipo herdadas da escravidão, não tão longínqua assim.

“Porque o sindicato, depois que pegaram esse negócio de sindicato, o sindicato defendia muito o trabalhador. Porque, às vezes, o trabalhador ia trabalhar e chegava lá, os empregados do engenho queriam até bater no trabalhador, queriam até bater, se não fosse o sindicato... O sindicato tava de frente, às vezes defendia o trabalhador, né? Que em todo canto tem gente afoito, em todo canto tem gente afoito.” Antônio Virgínio da Silva.

Outro aspecto fundamental na intervenção do sindicato era o pagamento do salário: “Dois dias na semana, ele não pagava e ficava por isso mesmo.” José Batista do Nascimento. Igualmente importante e intrinsecamente ligada, estava a questão da limitação do tempo de trabalho tanto por dia quanto por semana ou por ano (repouso remunerado e férias):

“O sindicato veio, explicou o negócio todo certo pra gente. O direito da gente que tinha, se trabalhasse seis dias, tinha direito aos sete, remunerado; se trabalhasse os seis, já tinha direito aos sete remunerados.” Severino Barros Lima.

O Camponês e a lei do sindicato. A união faz a força

Beija Flor

O homem trabalhador	No tempo de antigamente	No fim da escravidão	O trabalhador sofrido
No tempo de antigamente	Era uma escravidão	O escravo foi abolido	Naquele tempo atrasado
Não tinha direito a nada	O trabalhador do campo	E o homem da cidade	Porque não tinha uma lei
Era tudo diferente	Era escravo do patrão	Começou a ser protegido	Nem sindicato a seu lado
Não tinha um sindicato	Não tinha um sindicato	Mas o homem do campo	Morria pedindo esmola
Para defender a gente.	Para lhe dar proteção.	Continuou esquecido.	E não era aposentado....
Pra ser criado o direito	Foi criado o sindicato	O trabalhador sofrido	Com a nossa união
Do homem que limpa mato	Do trabalhador sofrido	Que antes foi desprezado	Com muita luta se fez
Houve uma grande luta	O trabalhador do campo	Já passou a ter direito	Os direitos trabalhistas
Par ser cidadão de fato	Que antes era esquecido	Com o sindicato criado	Chegar para o camponês
E hoje é garantido	Começou a ser lembrado	Foi quando o homem do campo	Indenização, férias
Pela lei do sindicato.	E seu direito garantido.	Começou a ser respeitado...	E o 13º mês.

²⁸⁶⁹ JC 29.01.1967

Os arquivos da SSP revelam a frequência crescente das greves locais,²⁸⁷⁰ que culminaram no movimento de retomada das lutas coletivas,²⁸⁷¹ com a greve históricas iniciadas em São Lourenço da Mata e Paudalho, em 1979.²⁸⁷² Eles revelam também a frequência das reclamações dos órgãos sindicais, em todos os níveis, juntos aos órgãos como o Ministério do Trabalho, frente à falta de respeito à lei, por parte dos empregadores. A CONTAG, no seu jornal *O TRABALHADOR RURAL*²⁸⁷³, de janeiro de 1967, ao mesmo tempo que fornecia precisões sobre o andamento das negociações quanto à previdência, denunciava violências.²⁸⁷⁴ A Confederação se dirigia também para o Ministério do Trabalho a respeito da situação dos trabalhadores rurais de Pernambuco “*que se acham explorados pelos empregadores sem receberem entre outros o Salário Mínimo, férias,*²⁸⁷⁵ *13º mês; os trabalhadores rurais estão passando fome e líderes*

²⁸⁷⁰ Queixa de um senhor-de-engenho, de 20.02.67, a respeito de uma greve “*deflagrada há alguns dias em que abrangeu quase todos os engenhos daquele município (Cabo), cuja greve foi comandada pelo Pe Melo*”. SSP 28666 Doc. 01. Menciona também um boletim ameaçador “*distribuído de madrugada sem que fosse possível determinar o culpado de tal redação ou conseguir qualquer pista*”. O panfleto revelava um tom pouco costumeiro entre os movimentos de trabalhadores rurais, muito cuidadosos e mesmo deferentes na expressão de posições, por mais firmes que sejam.: *ATENÇÃO SEU Z., IMPERA DA USINA “Se o senhor não pagar o dinheiro do Povo e não lhe der trabalho, vai acontecer o seguinte: a gente vai tomar uma providência séria com as suas coisas, seu ladrão safado. O senhor não tem vergonha de matar o Povo todo de fome e as pobres criancinhas também? Tome cuidado, Seu Z., porque a coisa vai mudar e o senhor e todos os imperas vão pagar caro.”* SSP 28666, Doc. 04. Um relato da polícia, do 24.02.67, menciona a prisão de dois trabalhadores rurais “*armados de faca peixeira*” e o fim da greve. SSP 28666, Doc. 05. Greve no Cabo em 1968.

²⁸⁷¹ Informe nº 277-B-E/2 do IV Exército à SSP-PE em data de 18.09.67. Timbaúba. Indícios de agitação nos engenhos da U.C.. Agitação nos engenhos C., C., H.

“*a) Greve no dia 28 de agosto 67, para não cumprimento do acordo do ano passado (corte de 180 feixes para ganhar o salário mínimo de NCr\$ 2,25).*

b) líderes da greve [seguem os nomes]

c) atuação do presidente do sindicato rural e presidente da Federação

- *o presidente do sindicato rural S. S. deu razão aos proprietários*

- *o presidente da Federação, José Francisco da Silva, deu razão aos trabalhadores.”* SSP 777, Doc. 07. U. Cruangi.

Outro exemplo que mostra também a continuidade do movimento sindical de inspiração comunista, apesar da ferocidade da repressão. Ofício de 25.08.69 ao Dr Marcelo Cabral da Costa: “*informações colhidas a respeito do Sr A. J. S., ex-delegado do Sindicato Rural de J. N.; na cana queimada do engenho C. o incêndio foi proposital, na semana do mesmo foi feita uma greve pelo Sr A. J. S. junto com seus companheiros de partido. O motivo da mencionada greve foi um aumento da cana exigido que naquela época era 150 feixes por Cr\$ 503 e o indicado acima queria 120 feixes pelo mesmo salário, e ainda mais exigindo 5 feixes de cada cortador, que era o seu salário. O mesmo não trabalhava. Adianto ainda que o Sr A. J. S. compartilhava com o Sr Gregório Bezerra, nas suas reuniões, sendo que uma dessas foi realizada no engenho C., ao lado da casa do Sr J.R., vulgo João Pretinho, ficando como encarregado do partido o Sr. AJS, catequizando alguns trabalhadores sem que os mesmos quisessem acompanhá-lo.*” A pessoa que assinou era provavelmente administrador. SSP 804 U. Pumaty. Obviamente, a paranóia que as autoridades policiais desenvolveram quanto à atuação pós-golpe do PCB nas zonas rurais foi muito maior do que as reais e corajosas tentativas dos sobreviventes à catástrofe de 1964. Prova disso, entre mil, uma sindicância da SSP, em 12.02.1970, após denúncia, da formação de uma Liga perto da usina B.J. De fato, tratava-se de um “*gremio recreativo*” para trabalhadores rurais, e “*tudo foi organizado com ordem do Dr.... proprietário da indústria assucareira*”! SSP 29.796, Doc. 90. Greves em Ipojuca em 1968 (JC 11.09.68), 1969 (Diário da Noite 12.9.69), em Palmares (1968; JC 12.11.68).

²⁸⁷² SIGAUD, Lygia. *Greve nos Engenhos*. Op. cit.

²⁸⁷³ Trata-se de um boletim muito simples, feito de folhas de papel ofício mimeografadas. SSP 29.679, Doc. 40-56.

²⁸⁷⁴ A morte do delegado sindical vítima de um arrendatário de engenho.

²⁸⁷⁵ A legislação complementar a respeito das férias para os empregados rurais saiu em dezembro do mesmo ano que a ESTR. “*Instruções sobre férias para o Trabalhador Rural*”. DP 25.12.63.

sindicais estão mortos por capangas dos usineiros.”²⁸⁷⁶ Ela vinha “*protestando contra a situação de abandono em que se encontram os trabalhadores rurais brasileiros, apesar das inúmeras disposições legais existentes.*”²⁸⁷⁷ A posição dessas autoridades era decepcionante para a parte do sindicalismo, oriunda da igreja que fora mantida nas suas funções. Assim, os trabalhadores rurais do Cabo ouviam do Delegado Regional do Trabalho, que decretara sua greve “*injusta e ilegal*”, que

“eles não podem exigir assistência do INPS nem a cessão imediata de 2 ha «porque o assunto ainda não está devidamente regulamentado» e pediu um prazo de 15 dias para que os patrões fizessem um levantamento do débito. No entanto, o presidente do Sindicato não concordou, alegando que as dívidas que eles estão pleiteando referem-se a acordos já feitos e não cumpridos pelos patrões, inclusive o acordo referente à tabela de tarefa, «que foi proposto pelos patrões e aceito pelos empregados. Resta apenas cumprir o Estatuto Jurídico do Homem do Campo, que obriga oito horas de serviço por uma diária, vez que não temos mais como acreditar nas promessas dos patrões sempre desrespeitadas por eles mesmos.»”²⁸⁷⁸

Certos entrevistados sublinham a importância do papel de informação e orientação que os delegados e dirigentes sindicais assumiam²⁸⁷⁹ ao explicar quais eram, doravante, as regras do jogo, estabelecidas em instrumentos legais. Seu cumprimento era passível de ser exigido dos empregadores, portanto, que fossem obedecidas todas as estipulações pelos trabalhadores.

“[O sindicato d]izia que a gente não deixasse de não fazer os seis dias de serviço, pra gente não falhar na ficha, pra quando for no fim do ano, a gente ter direito a férias, décimo terceiro mês. Tudo isso ele ensinava a gente, né.” Severino Barros Lima

Eugênio Benvindo M. Freitas ilustra a importância crucial da organização sindical nesse aspecto, particularmente numa época em que as informações eram passadas diretamente de pessoa a pessoa. “*E nem o senhor-de-engenho me educava que eu tinha o direito, né. E ele queria que eu soubesse?!?*” Frente à idéia difundida de que o plantador teria cuidados com seus empregados, os socorre na doença etc., a afirmativa desse trabalhador é categórica. Só o sindicato o havia atendido quando sua esposa ficara doente. Só o sindicato o esclareceu quanto a seus direitos. A desconfiança do trabalhador e sua convicção que não poderia contar com qualquer tipo de atitude dessas por parte do empregador está toda contida na exclamação, usando a negativa interrogativa que dá um tom de distinta ironia à expressão de seu julgamento acerca da questão.

²⁸⁷⁶ *O TRABALHADOR RURAL*, p.12-13.

²⁸⁷⁷ *Idem*, p.13.

²⁸⁷⁸ DRT Romildo Leite: greve fora da lei. Diário da Noite, 17.09.68.

²⁸⁷⁹ Treinamentos eram organizados regularmente, eventualmente com o apoio da Igreja. Ver, por exemplo, o Curso sobre sindicalismo realizado pela equipe central do SORPE. 08-10 de junho de 1965. Palmares. Relatório de José Galdinho de Lima 18.06.65. Os assuntos no programa cobram um elenco de temas: “*O Homem e o Mundo, Realidade Brasileira, Realidade sindical, Estatuto do Trabalhador Rural, Sindicalismo*”. A lista dos participantes está no dossiê o que mostra o controle estreito que as autoridades achavam por bem manter sobre essas atividades. O mesmo curso foi dado em Vitória de Santo Antão nos dias 14-16.06.65. SSP 28.707.

“Porque muitas vezes, ele quer matar o camarada na unha. O camarada vem cá buscar o Sindicato. O Sindicato vai. Quando chega lá, quebra o galho, viu? Quebra o galho e aí eles tem que chegar. O Sindicato não vive de dentro [do engenho] mas se vier buscar ele vai. Chega lá, ele quebra o galho, e todo mundo fica satisfeito, viu? Com ele. Agora eu sempre tinha dito e... eu tinha dito a muitos, e muitos tinha dito a eu: «Triste da gente que não fosse o Sindicato.» Porque eles quer massacrar e não quer que ninguém venha buscar o Sindicato.” Severino Sebastião Santana.

No período pós-golpe militar o retrocesso não foi apenas na prática. As autoridades militares tomaram o cuidado de fornecer a aparência de uma continuidade às inovações do período populista. Mas o conteúdo, mesmo formal, havia mudado. Assim, em fins de 65, na época da proclamação muito badalada do Estatuto da Terra,²⁸⁸⁰ foi estabelecido um contrato coletivo de trabalho para os trabalhadores rurais da zona canavieira de Pernambuco.²⁸⁸¹ Mais, não contente com a falta de aplicação de seus estipulados, visto o clima de terror que os empregadores e a polícia faziam reinar, o Ministério do Trabalho interveio para diminuir oficialmente os salários. Em ofício à FETAPE, ele estabeleceu que, sendo o salário mínimo, estabelecido em 01.03.65, de 54.000 cruzeiros (e na capital 66.000) para uma jornada de 8 horas para todo o estado,

*“[fica] consequentemente revogada a tabela de tarefas do trabalhador rural de 6 horas prevista no Contrato coletivo de trabalho firmado em 25.09.65. Nestas condições, a tabela de tarefas para 8 horas, homologada por esta DRT em 20.11.64, está em pleno vigor até que as partes interessadas suscitem sua modificação.”*²⁸⁸²

Como denunciou a própria FETAPE em “Porque Os Trabalhadores Rurais Não Acreditam Em Tabelas”,²⁸⁸³ as conquistas que alguns esperavam pudessem ser mantidas graças ou mesmo apesar do regime militar,²⁸⁸⁴ estavam sendo perdidas,²⁸⁸⁵ inclusive em razão da

*“pretensão dos Usineiros e Fornecedores de cana no Estado, de criarem Tabelas reguladoras de tarefas para os trabalhadores rurais, alterando a que foi elaborada e homologada pelo Ministério do Trabalho em 20.11.64., tabela essa conhecida no meio rural como Tabela da Revolução.”*²⁸⁸⁶

Frente a essa realidade, José Honório, qualifica de “interessante” a presença do sindicato e lista as prioridades de atuação:

“sustentou melhores salários; sustentou o direito do acidente; sustentou o direito da gente receber toda semana; pelo menos era no sábado. Brigou logo o sindicato para modificar o dia da feira para o sábado. O sindicato brigava logo para que a gente tivesse as férias e o 13º mês de salário; e depois, o quarto salário.”

Numa frase carregada de significação societal, ele resume:

²⁸⁸⁰ Ver Parte II. O Contexto.

²⁸⁸¹ Ver o texto em anexo.

²⁸⁸² Ofício N° 2678/66 do 20.05.66. SSP 28.688.

²⁸⁸³ 28 de outubro de 1968. SSP 31496.

²⁸⁸⁴ Euclides do Nascimento, então presidente da FETAPE, como outros líderes do MSTR não cessaram de “expor às altas autoridades fed. a situação de dificuldades que atravessa a maioria dos trabalhadores rurais deste Estado”, como o relatava, às vezes, a imprensa: “Líder rural foi ao Rio denunciar situação no campo”. DP 07.01.67

²⁸⁸⁵ Queixas dos STR à DRT .DPF SOPS. Informação n° 24/69 PS/SOPS/DE/PE dirigido a DOPS, SNI, DRT/PE, SSP/PE 6.2.69. Assunto: situação no campo /PE. SSP 28688 Doc. 38-46.

²⁸⁸⁶ Carta da FETAPE. Of. circ. 115/68 adm. do 06.11.68. SSP 31496.

“O sindicato foi **criando a lei**, foi entrando pro engenho. Patrão que batia no povo, sindicato ia, formava, fazia uma denúncia.”²⁸⁸⁷ Antes, “as mágoas que o patrão fizesse, tava feito. Não tinha leis ainda pra punir.”²⁸⁸⁸

“Nem natural, nem tradicional”: o recurso às Juntas de Conciliação e Julgamento

A Justiça do Trabalho, recurso crescente para os trabalhadores nos conflitos individuais e coletivos com o patronato, permitia, como o sublinha Moema Miranda,²⁸⁸⁹ um reconhecimento de pelo menos frações da hoje tão badalada cidadania. Colocava os trabalhadores e os patrões como duas partes numa ação, dois “*nomes no papel*”.

“O reclamante, especificamente o trabalhador rural desta região, não discute através do processo e, portanto, também durante a audiência, apenas problemas expressos em cifras. Os aspectos morais envolvidos nas “questões” têm, aqui, um sentido social relevante. “Botar questão, isso é, transformar um problema surgido de sua relação com o proprietário, no interior da propriedade, onde em geral o trabalhador mora, em algo público, discutido perante “autoridades” conhecidas por ele apenas como abstração, só passou a ser possível há muito pouco tempo e representa um importante elemento de ruptura com a ordem tradicional, base da relação senhor de engenho/morador, como estabelecida até então.”²⁸⁹⁰

Pela primeira vez, o Estado estabelecia um semblante de igualdade, perante a lei, entre essas classes. Ultrajante para os senhores-de-engenho, isso constituía uma inovação de peso para os cortadores de cana. “Esse negócio de salário e justiça, porque o povo tem um direito, querem cobrar, né? E as empresas acham ruim, né? Quando o cabra cobra, porque a empresa acha ruim isso.”²⁸⁹¹ Francisco Julião explica um traço de mentalidade:

“Eu defendia a legalidade, sabendo que o camponês é legalista. Ele pergunta logo: «Está de acordo com a lei?» Não é a sua lei, mas ele, de tanto ouvir falar na lei, do soldado que representa a lei, quando chega com seu fuzil, acabava sendo submisso à própria lei, numa espécie de reflexo condicionado.”²⁸⁹²

Contudo, para tanto era preciso a mediação do órgão de classe, na pessoa do diretor do sindicato - não mais “igual” ao autor da ação na Justiça, mas “semelhante”, analisa a antropóloga. O trabalhador rural lhe dava sua confiança “tanto por ter um dia sido igual, quanto por, agora, ter adquirido conhecimentos que, ao diferenciá-lo da média, capacitaram-no a enfrentar os ‘homens’, a entrar no ‘mundo da Justiça’.”²⁸⁹³ Visto a complexidade e estranheza dos rituais do judiciário, o sindicato tinha um papel concreto²⁸⁹⁴ e imprescindível²⁸⁹⁵ a preencher,

²⁸⁸⁷ Ênfase minha.

²⁸⁸⁸ Antônio Ambrósio dos Santos.

²⁸⁸⁹ MIRANDA, Moema Maria M.de. *Espaço de honra e de guerra*. Op.cit., p. 190.

²⁸⁹⁰ Idem, p. 164.

²⁸⁹¹ Eugênio Benvindo M. Freitas – Itaquitinga.

²⁸⁹² Depoimento oral fornecido a Eliana Moury Fernandez, no Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”. Recife: FUNDAJ. CEHIBRA, p. 64.

²⁸⁹³ MIRANDA, Moema Maria M.de. *Espaço de honra e de guerra*. Op. cit., p. 104.

²⁸⁹⁴ “[L]evar as petições iniciais para a Junta e dar entrada nos processos, avisar aos trabalhadores o dia marcado para as audiências, providenciar o transporte dos trabalhadores nestes dias, acompanhá-los à Junta, pegar as sentenças proferidas pela Justiça e acompanhar o trabalhador quando ele for receber o que foi designado.” MIRANDA, Moema Maria M. de. *Espaço de honra e de guerra*. Op. cit., p. 81.

através dos diretores ou antigos diretores e funcionários. Nesse confronto com o patronato, a justa legal para defender seus interesses consagrados em leis²⁸⁹⁶ tinha igualmente suas dificuldades ou mesmo armadilhas, pois o queixoso engajava sua responsabilidade.²⁸⁹⁷

*“A entidade sindical que “ensinou” ao trabalhador seu “direito”, na qual ele “confiou” para fazer a reclamação, deve acompanhá-lo em todas as etapas do processo. A presença de alguém com quem possa se identificar, alguém que fale a linguagem própria ao seu “mundo” e, portanto, seja capaz de minorar seu sentimento de distância em relação aos agentes sociais concretos da Justiça do Trabalho, é indispensável para o enfrentamento deste campo de solução de conflitos. Principalmente porque o recurso à Justiça do Trabalho para a solução de disputas trabalhistas não é uma alternativa natural nem mesmo tradicional nesta região.”*²⁸⁹⁸

Os trabalhadores listam a instituição judiciária como mais uma ferramenta (para não dizer arma) na sua luta desigual com o patronato. *“Passou a ter um direito muito diferente, porque apareceu com esta estória de Junta, com esta estória de junta. De primeiro, era com o sindicato e o empregador; e agora, com essa estória de junta, vamos botar em questão, lá no engenho mesmo”*.²⁸⁹⁹ Colocar o caso na justiça se tornou uma possibilidade mais acessível, seja a nível individual ou coletivo. Antes era uma brincadeira lançada pelos empregadores em caso de conflito:

*“Ochente!! Botava pra fora e pronto. O camarada não tinha aonde se queixar, não. Ai depois ele dizia: «Vá pra justiça, vá dar parte.» Ele mandava dar parte. Sindicato não tinha, ninguém falava... ninguém falava em Sindicato, pronto: aí eles fazia o que bem queria. O camarada dizia: «Vá dar parte.» Era aguentar tarefas deste tamanho, e quem era que dizia nada? Ninguém dizia nada.”*²⁹⁰⁰

Essa linha de ação - recorrer à Justiça do Trabalho - foi privilegiada após o golpe e durante os anos 70, na longa e penosa reconquista pelo Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais de sua autenticidade, após as intervenções sofridas. Esse tipo de atividade foi privilegiado logo

²⁸⁹⁵ Em outro trecho, a autora revela que, embora “formalmente, para a abertura do processo jurídico trabalhista o advogado seria dispensável, essa é uma possibilidade empírica praticamente vazia. (...) Os funcionários, mesmo os menos qualificados tecnicamente, aprenderam através do seu trabalho, a importância da mediação especializada entre o trabalhador, leigo, e a Justiça do Trabalho. Reconhecem, portanto, ser o conhecimento das regras e da linguagem específica empregada pelos profissionais um importante requisito para o êxito jurídico de uma queixa trabalhista.” MIRANDA, Moema Maria M. de. *Espaço de honra e de guerra*. Op. cit., p. 68.

²⁸⁹⁶ *“A chegada de uma reclamação de trabalhador rural à Junta pressupõe um aprendizado específico, do qual o sindicato foi o principal agente: em primeiro lugar, divulgando os direitos legais dos trabalhadores; em segundo, conferindo legitimidade a este espaço de solução de conflitos; em terceiro, fornecendo os meios jurídicos para sua utilização.”* MIRANDA, Moema Maria M. de. *Espaço de honra e de guerra*. Op. cit., p. 82.

²⁸⁹⁷ Petição inicial com assinatura ou impressão digital do trabalhador: *“é o reclamante quem assume a responsabilidade pelo seu conteúdo. Tudo é feito em seu nome. Quando vão ao sindicato “botar questão”, os trabalhadores deixam seus dados e assinam uma folha em branco, onde posteriormente será datilografada a petição. ‘Fica, mais uma vez, evidente o grau de confiança no sindicato que o trabalhador deve ter para recorrer, por seu intermédio, à Justiça do Trabalho. Ele não lê o que assina, seja por não ser alfabetizado, seja porque não compreende o que está escrito (seu “caso”, agora traduzido em uma linguagem desconhecida torna-se, de certa forma, estranho, exterior a ele). Apesar de não ler, é ele o responsável por tudo o que está escrito. Evidenciam-se, por esta atitude, os atributos essenciais exigidos do sindicato mediador, pelo trabalhador: confiabilidade e capacidade de interferência em um espaço ao qual ele sozinho não tem acesso, o da Justiça do Trabalho.”* Idem, p. 96.

²⁸⁹⁸ Idem, p. 82.

²⁸⁹⁹ José Inácio da Silva – Itaquitinga.

²⁹⁰⁰ Severino Sebastião Santana – Igarassu.

após 64, quando a Federação se dotou de meios para tornar-se mais eficiente nesse campo. Em anexo a seu relatório administrativo, figuram detalhes sobre a equipe sindical da Federação: dos 26 funcionários, 12 são advogados,²⁹⁰¹ sendo a segunda maior categoria profissional (06) a dos empregados na contabilidade.²⁹⁰² Antes do golpe, a Federação dispunha de apenas dois advogados.

Seja antes ou depois da intervenção militar, o recurso aos homens da Lei operava uma dialética especial de fortalecimento recíproco entre órgãos de classe dos trabalhadores e do judiciário, apesar de todas as manobras dilatórias, intimidadoras ou cooptativas do patronato.²⁹⁰³

A multitude de “questões” colocadas para as Juntas de Conciliação e Julgamento decidir ajudavam-nas a se firmarem e multiplicarem.²⁹⁰⁴

*“Por meio do STR a Justiça do Trabalho ganha legitimidade e passa a cumprir, no cotidiano da vida social, o papel de proteção que os trabalhadores lhe conferem no discurso. Assim, a atuação dos sindicatos rurais da região é revestida de uma importância singular: a de legitimar um espaço criado e mantido, para os trabalhadores rurais, por seu intermédio.(...) Os sindicatos são os principais divulgadores dos direitos legais conferidos aos trabalhadores pela legislação, bem como a ponte pela qual entram no ‘mundo da Justiça’.”*²⁹⁰⁵

Sinal de paz numa guerra contínua, o acordo judicial com o patrão foi reconhecido como marco simbólico (maior do que seu resultado pecuniário concreto), como uma mudança dos tempos, uma forma nova de conduzir as relações entre as classes. Ainda vacilante e incompleta, ele era mas rico de significados que estabeleciam enfim, na realidade das plantações, elementos que lhes eram até então estranhos: o estado de Direito seria doravante vigente também para os trabalhadores. O princípio de sua cidadania, na igualdade que esse impõe entre todos os cidadãos. Eles eram doravante reconhecidos como parceiros por inteiro nas relações entre empregadores e empregados.

“A Justiça do Trabalho, bem como os “direitos”, é parte de um novo tempo, marcado pela inclusão de novos elementos na relação do trabalhador com o proprietário, o que não significa, como já foi demonstrado (...) que a relação tradicionalmente estabelecida entre eles tenha perdido por completo o

²⁹⁰¹ O próprio relatório detalha algumas dificuldades logísticas do trabalho. “Quanto à equipe jurídica, essa se locomovia diariamente para o interior pernambucano em transporte dos sindicatos que vinham apanhá-los na Federação com excessão (sic) das segundas feiras, quando realizávamos uma reunião com todos os advogados para tratarmos do andamento dos sindicatos, das campanhas a enfrentar, dos problemas mais complicados do Direito em relação à Classe, etc... Essa maneira de atuar facilitava sobremodo o entrosamento com os sindicatos. O trabalho não era pouco se considerarmos que um Advogado não pode dar contra de um Sindicato Rural, e nós tínhamos 36 Sindicatos com apenas 13 advogados, incluindo-se os estudantes.” SSP 28.707, doc. 1 e 2.

²⁹⁰² Anexo, também datado de 16.6.65, ao relatório acima citado, SSP 28.707, doc. 3.

²⁹⁰³ Apenas como exemplo, um caso citado pela imprensa: “Federação rural acusa proprietário de Nazaré” JC 18.11.66. No Engenho Vasconcelos, conta a reportagem, o proprietário fazia assinar uma folha de pagamento fictícia com o salário legal de 1800 quando só pagava, de fato 1350. Os trabalhadores rurais se recusaram a essa manipulação e o plantador suspendeu pagamento havia três semanas, segundo as denúncias de Euclides do Nascimento. Não se havia conseguido uma solução na JCJ porque o empregador nunca aparecia às convocações, se dizendo doente ou cansado.

²⁹⁰⁴ “Criadas mais oito juntas de Conciliação e Julgamento em Pernambuco: a Lei 4.088, de 12 de julho de 1962”. DP 31.07. 1962

²⁹⁰⁵ MIRANDA, Moema Maria M. de. *Espaço de honra e de guerra. Op. cit.*, p. 74.

sentido ou o valor. Deste ponto de vista, para o trabalhador que chega na Junta em condições de exigir do proprietário o cumprimento das obrigações trabalhistas, garantidas a ele independente da vontade daquele, a proposta de acordo soa como um aceno de paz. E o reconhecimento público da dívida contraída para com o trabalhador, um desigual, e mais, a possibilidade de receber imediatamente o que lhe é devido, ou parte disso. Como foi apontado anteriormente, o trabalhador ao “botar questão”, para além de procurar recuperar, em termos monetários, o que deixou de receber, pretende também restaurar sua honra, manchada com a atitude anterior do proprietário. Dentro desta lógica, fica fácil entender a importância e o valor que tem para ele a proposta de acordo vinda do proprietário. Esta proposta, feita publicamente, equivale ao seu reconhecimento como devedor: disposto a reparar um erro. Isso permite, pelo menos em termos morais, a restauração da posição do trabalhador dentro do sistema.”²⁹⁰⁶

Em suma, nos depoimentos, os trabalhadores entrevistados relatam seus embates com plantadores como se relata uma guerra, talvez uma luta de libertação nacional. Enfatizam o arbítrio da situação anterior, a impossibilidade de manifestação de independência, a dura lei da violência patronal apoiada pelo Estado.

“Agora, no sindicato melhorou. Patrão, que não tinha sindicato, a luta era...Era o administrador quem mandava. Quem mandava era ele mesmo. O administrador, o capitão-de-campo.” José Severo da Silva.

“Agora... o homem tá entendendo que o povo botava pras questão, ele tão quase pegando no pé da letra, achando que somos grevistas; nada de grevista. As leis deram é para nós e a gente temos que ganhar aquela questão. Se inventaram uma lei pra gente apanhar aquele direito, nós vamos apanhar.” João Oliveira da Silva.

Histórico das Ligas Camponesas

“O objetivo real desse movimento é de melhores condições de vida, de uma legislação de amparo social ao trabalhador do campo. O que na realidade ocorre, é uma luta por dias melhores, tendo em vista o desajuste social, e desequilíbrio financeiro desde que o ganho não é o suficiente para a manutenção. Torna-se um revoltado, diante a luta pela subsistência. Sua periculosidade consiste nessa revolta, pois trata-se na maioria de criaturas que não tem nenhuma formação moral ou religiosa, são na sua totalidade homens completamente analfabetos. (...)As LC presentemente como uma organização de classe, porém sem expressão e sem meios, para solucionarem certos problemas e somente tem sido objeto de exploração, tanto de uma parte como de outra. Quanto ao perigo que elas representam é de sublevarem contra o estado de miséria e fome em passar e procurar meios de exigirem mais um pedaço de pão para as suas famílias. Ameaça ao regime democrático por parte de camponeses, que não conhecem outra coisa a não ser uma enxada, são homens geralmente analfabetos e não sabem para aonde vai política de qualquer espécie.”²⁹⁰⁷

Em seguida, entre vitórias, revezes e negociações sempre retomadas e sentenças judiciais, uma nova situação emergiu, insatisfatória, mas incomensuravelmente melhor do que o passado. A ‘morada’ não foi aquele período áureo das relações entre classes, marcada por benevolência e mesmo sentimentos afetivos recíprocos. Ela foi, sim, uma etapa brutal e desumana no itinerário da força de trabalho rural, na zona canavieira de Pernambuco, entre a escravidão e a precária e incompleta cidadania atual. Se ela deixou saudades, não foi no meio dos explorados e oprimidos.

Assembléia Geral da FETAPE 01.11.1966.

“Passando-se ao 3º ponto da ordem do dia que se tratava de estudo de um novo contrato de trabalho, tabela de tarefas, o Sr Presidente passou a fazer as explicações com referência à tabela de serviço do campo, e esclareceu aos presentes que deveria levar no dia 3 de novembro de 1966 a resposta à DRT. Em prosseguimento, franqueou a palavra aos representantes dos sindicatos; usou da mesma Manoel Santos da Silva, presidente do Sindicato de Vitória de Santo Antão, que assim esclareceu: discordava de qualquer estudo de nova tabela de vez que os Srs

²⁹⁰⁶ Idem, p. 230.

²⁹⁰⁷ SSP Delegacia Auxiliar, provavelmente 1961. SSP 29.796 Doc. 179.

Proprietários de engenhos e usineiros até o momento não haviam cumprido nenhum contrato como seja: 63, 64 e 65. Portanto, era inútil perder tempo para estudar um novo contrato, e no dia seguinte não se cumpria. Falou o presidente do Sindicato de Ribeirão, Valdemar Rolim de Melo, que disse: no seu município nenhum proprietário cumpriu os contratos anteriores, o que eles queriam era protelar durante a safra, e no final os trabalhadores são os prejudicados com tarefas exageradas, passando dois dias para tirarem uma em algumas usinas, o trabalhador mesmo por tarefa já está sujeito ao regime de 8 horas de serviço, se ele termina a tarefa antes de vencer 8 horas, fica lá até completar 8 horas sem ter direito a se afastar. Falou o presidente do Sindicato de Jaboatão José dos Anjos Filho que solicita a permanência da Tabela de 64 considerando a mesma como tabela da revolução sem alterações de cláusulas pertinentes a sua regulamentação e imediatamente transformou em proposta a sua solicitação. Ainda falou o presidente do sindicato do Cabo, João Luís da Silva que assim expressou-se: que no seu município os usineiros e proprietários nenhum cumpriu com as tabelas anteriores, nem com as obrigações legais, como seja: 13° mes salário, fêria, salários atrasados como seja de motivo a ser distribuído pelo sindicato 150 ofícios às autoridades, solicitando providências diante desse número apenas duas respostas, recebeu dizendo que havia encaminhado a Delegacia do Trabalho. Em tal situação havia recorrido a Justiça do Trabalho que se achava em média geral com 700 processos ajuizados. Por esta falta de cumprimento com contratos coletivos, discordava de qualquer estudo sobre nova tabela e sim, por diária de 8 horas. Falou o presidente do Sindicato de Nazaré da Mata, Severino Bezerra da Silva, que disse jamais desejar estudar novas tabelas, pois com este negócio era que os patrões prejudicavam aos trabalhadores em sua maioria, não ganhava o salário diária vigente da região em vista das tarefas exageradas por este motivo solicitava diária de 8 horas. Falou o presidente do sindicato de Igarassu e Itamaracá que era favorável à diária (Sr Silvestre de Farias) de 8 horas, transformando em proposta, e não de um novo contrato, na oportunidade fez uso ainda da palavra o administrador do Sindicato de Catende, José Arcanjo da Silva, expressando-se a favor das oito horas dizendo: não adianta mais fazer novo contrato pois não era cumprido o que interessava era a diária de 8 horas haja visto o que está acontecendo na Usina Catende e Roçadinho. Falou o presidente do Sindicato de Timbaúba Severino Manoel Soares que disse: não aceitar mais discutir tabela, pois os proprietários e usineiros até hoje não cumpriram com os contratos anteriores; solicitava assim diárias de 8 horas e não um novo contrato, e fez a seguinte proposta: DIÁRIA DE 8 HORAS E SALÁRIO VIGENTE NA REGIÃO.”²⁹⁰⁸

²⁹⁰⁸ Ver o texto integral em anexo. Reunião DRT 03.11.66. SSP 28.707. Os patrões protestavam contra a “generalização” que os trabalhadores rurais faziam, e propunham chamar técnicos do IAA; a FETAPE manteve suas posições e a reunião permaneceu sem resultado.

A GUIA DE CONCLUSÃO: FATORES E SENTIDO DAS MUDANÇAS

O fim da ‘morada’ - isto é, as mudanças dos últimos decênios - expulsou os trabalhadores rurais dos engenhos para as ‘pontas-de-rua’. A literatura, a academia e seus ecos na imprensa, transformados em senso comum, deixaram entender que essa modernização os havia prejudicado. Perdendo a casa e o sítio/roçado, a proteção e a ajuda “pessoais” dos senhores-de-engenho, o ambiente rural supostamente tranquilo, a proximidade da natureza, seja ela cultivada ou não, eles tiveram que se confrontar com a dura realidade urbana. Sua vida nas periferias das cidades é tão visivelmente miserável que a mudança de domicílio foi investida de outros significados: ela lhes teria sido sobretudo nociva, despojando-os de confortos rústicos, como uma “barriga cheia”, a salubridade elementar de uma vida campestre e ainda por cima, de algo de identitário, por mais subalterno que fosse.

Respondendo à pergunta de saber se algo mudou na sua vida desde sua juventude, e qual fora o sentido dessa mudança, os trabalhadores elaboram dialeticamente uma avaliação que vai em sentido contrário à saudade. Não manifestam entusiasmo cego pelo meio urbano, ou melhor suburbano. São críticos de diversos aspectos das transformações que presenciaram, desde do modo atual de plantar cana (desmatamento, agrotóxicos, avanço desvairado do plantio de cana), até o estilo de vida urbana. Lamentam (ou sofrem nas suas famílias) o desemprego crescente. Abominam a violência urbana e o caos da vida na periferia. Contudo, argumentam unanimemente e sob diversos ângulos que sua vida mudou para melhor, contradizendo a visão clássica, idealizada da ‘morada’.

Praticamente todos os aspectos em que os trabalhadores denotaram melhoria na sua vida, têm a ver com a atuação sindical. Historicamente, foi apenas com o surgimento e a permanência de órgãos de defesa dos trabalhadores, apesar das tormentas políticas e econômicas em escalas diversas, que eles tiveram acesso aos elementos definidores do cidadão: direitos, documentos, possibilidade de fazer valer seus interesses individuais e coletivos na Justiça, na política e nos projetos de desenvolvimento, bem como gozar de serviços sociais mínimos.

Memória

Ao fio das entrevistas, o tom parece se tornar cada vez mais negativo a respeito do passado, lido, obviamente, a partir da situação atual. Sendo todos sindicalizados, eles estão acostumados a criticar (e/ou ouvir as críticas formuladas pelos seus representantes) e reivindicar em relação aos problemas atuais que sua classe enfrenta. Mas, na medida em que vão relembando episódios, fatos, ambientes passados, eles se tornam, muitas vezes, mais volúveis quanto a esses tempos remotos. Tocando questões concretas tão diversas quanto o salário, a mobília da casa, a ausência de socorros médicos, a falta de liberdade de expressão, eles

exclamam-se – aparentemente ligeiramente surpresos com o caminho percorrido – concluindo que era muito pior.

“E era assim a situação. Não tinha nada de bom. Alguém fala que tinha bondade, mas não existia. Só depois de Arraes que o trabalhador pegou numa caminhinha, que o trabalhador usou rádio de cochicho, de pilha, foi que o trabalhador usou uma calça e uma camisa, foi que o trabalhador foi comprar um par de botas para trabalhar.” José Honório da Silva

“Naquele tempo, não tinha nada!”

Os trabalhadores insistem no abandono completo que sofriam por parte do Estado, a não ser na dimensão repressiva. Cada um viveu situações dramáticas na sua família em razão dessa falta absoluta de apoio por parte das autoridades públicas. Nem fiscalização do trabalho, nem acesso a serviços médicos ou à escola.

“Mudou, porque naquele tempo, não tinha sindicato, nada e hoje tem, graças a Deus! Mudou porque naquele tempo ninguém tinha direito a 13º mês, não tinha direito à férias, não tinha direito a quatro salários e hoje tem o direito.” José Antônio da Silva e Manoel Fernando de Souza.

“As mulheres pra descansar tem de ter uma mulher aí, né? No engenho, pra o camarada ir ver tarde da noite pra ir tá com ela aí, que não tinha maternidade, não tinha nada. Hoje em dia as coisa tá melhor porque pelo menos tem carro pra... se a mulher tá com vontade de descansar, tem carro na hora, bota na maternidade. Hoje tá tudo melhor assim, mas antigamente não era... antigamente era, era triste; mermo, aconteceu de eu sair aqui uma hora da madrugada, meia noite e chegar bem cedo, com a mulher pra... tratar da minha mulher, pra descansar.” Amaro Rosendo Fagundes.

“Não, não tinha escola, não tinha saúde. O camarada morresse do jeito que morresse, ia era num bate queixo ou se não numa rede.” Severino Barros Lima.

Os direitos

Como foi visto acima, muitos trabalhadores avaliam sobretudo positivamente as mudanças na remuneração do trabalho, não tanto em termos nominais (pois ela permanece miserável), mas no sentido da medida do esforço consentido: em resumo, o controle das tarefas, implementado, embora imperfeitamente, graças à presença do sindicato.

“Mudou! Melhorou, melhorou! Melhorou porque hoje a gente conta cana amarrada solta é 1.400, e cana amarrada é 1.200. Então melhorou, eu acho que melhorou” Antônio Santana da Silva.

“Olhe, mudou pra melhor, porque nós temo a nossa liberdade, a gente trabalha as 8 hora da gente, estamos livre.” Quando, antigamente *“era aquele cativoiro: era de 6 às 6. E diária era de 6 às 6, agora fora os pedaço da noite. E hoje em dia não. Hoje em dia nós trabalha 8 hora, e quando é por diária 8 hora não é puxado, não é gritado que nem boi de carro, não. (...) E pra pior porque... era que nem eu falei, nesse tempo pra trás. E pra melhor foi esse que eu falei agora.”* Manoel Fernando de Souza.

“Depois que pegou o salário aí melhorou mais um pouco, né? E eu acho que daquele tempo, daquele tempo para o tempo do salário, aquela época era pesada! (...) Do salário pra cá melhorou um pouquinho, né? Até hoje, até hoje tá melhor, eu acho que tá melhor.” José Pereira de Lima.

Sendo, eles mesmos, aposentados, o aspecto lhe é particularmente próximo.

“Os velho era tudo pedindo esmola pelas calçada, de primeiro. Era tudo pelas rua pedindo esmola, hoje em dia ninguém vê! É tudo aposentado, pronto.” Manoel Fernando de Souza.

O fascínio da cidade

Uma parte dos entrevistados está morando nas cidades; a outra está ameaçada da mesma sorte. Portanto, na avaliação das mudanças que viveram, a questão da cidade vs o campo está na

ordem do dia. José Honório da Silva, famoso pela fartura de seu sítio e diversidade de sua produção, não gosta da vida urbana, mas entende seu charme para outras pessoas:

“Para mim é melhor morar no sítio, agora só que um costume de os patrões botaram, de botar o povo para fora, pras periferias das cidades, e o povo tão acostumado nas cidades porque tem a luz, tem uma televisão, tem uma dança, tem uma coisa, então o povo tão querendo ter mais conforto, uma diversão...”

Para aqueles que já são citadinos, a mudança de domicílio trouxe aspectos positivos:

“A gente vai lutando porque quando a gente tiver mais velho, a gente vai-se embora pra rua porque a gente já lutemo muito, já tá cansado de lutar, e na rua, quer dizer que a pessoa tem um descanso mais maior. E de fato temos mermo, porque tudo é maneiro. A pessoa na rua é outro descanso, e no mato pra tudo é mais sacrifício, né? E na rua, pelo uma parte, tudo é mais fácil. eu vou daqui pra rua... a semana trasada eu tava no giro, saí daqui direitinho, num instantezinho cheguei ali na maternidade, aí falei com o doutor, ele passou umas pílula, eu fui pra farmácia, comprei, tomei duas, na de três eu já tava bom, né? Porque se fosse no meio de mundo, longe, aí quer dizer que era mais sacrifício; quer dizer que pra pessoa que... como se diz, já tá mais fraco, pra morada é a rua mermo.” José Peagentino dos Santos

Mas, essas facilidades são devidamente medidas. Não se supervaloriza uma “vida de pobre” na periferia lamacenta das cidades. José Felipe Santiago pesa os dois lados do argumento:

“Porque eu nasci e me criei na agricultura, e vivo sossegado e tenho o que comer. Do sítio pra cidade só tem uma coisa ruim: é a necessidade de doença que sempre só pega a pessoa fora de hora; mas hoje em dia tá muito bom porque, pelo menos no meu terreno aonde eu moro, a estrada pra sair, carro a toda hora. O camarada vem até sem dinheiro porque tem conhecido que tem carro: «Vamos me levar na rua, depois eu te pago.» «Vamos embora.» Pronto, aí o pobre, o pobre não pode morar dentro da cidade, só pode morar no arribardo da cidade, e ali tem tudo o quanto não presta, de doença a gente.”

Com sua franqueza habitual, José Honório da Silva avalia os perigos da cidade, particularmente para a juventude, tão facilmente atraída:

“Vão embora tudo, as filhas vão embora. Às vezes pra cidade trabalhar nas cozinhas, terminam sendo putas mesmo. Do mesmo jeito é, mas isso aí da prostituição é mais por causa disso. Eu mesmo tenho duas, estão pra lá, tão empregadas, passam dois, três dias sem vir. Trabalham lá por uma bóia, para um casal. Não tem uma hora de serviço na carteira. Já faz dois anos que trabalham, não têm uma hora de serviço. E trabalham mais em casa do que aqui.”

Em todas as respostas favoráveis à vida no campo, seja de trabalhadores que moram ainda no sítio ou vivem na cidade, eventualmente há muito tempo, o argumento principal é a possibilidade de plantar e colher, a “barriga cheia”.

“[É melhor morar] no sítio, porque no sítio a pessoa pode dormir até de porta aberta. Dorme tranquilo, e sempre tá cheio porque tem com que.” Amaro José de Sena e Antônio Ambrósio dos Santos .

O primeiro enfatiza: “Se ele vive na terra, no sítio dele, só é com a barriga cheia.”

“Num sítio, porque num sítio o camarada produz alguma coisa pra comer, pra vender, tudo isso. E o camarada na cidade, a produção da cidade é muito pouca ou nenhuma, a produção da cidade é somente sobre os negócios de ganho que o camarada tiver e se não tiver, pronto.” Amaro Carneiro da Silva.

Vários entrevistados consideram também assuntos práticos: o sítio era bom “se eu pudesse trabalhar” lamenta Antônio Joaquim dos Santos. Mas sem “pagar a condição”. Isto é, se fossem donos da terra.

“Acho melhor morar no sítio, porque a gente tem a liberdade de plantar um pé de côco, se a gente morasse no que é da gente.” Antônio Santana da Silva.

Sem opção, eles tentam, às vezes, fazer o melhor uso possível do que lhes é permitido:

“Não tem vontade de morar na cidade, não. Minha vontade é trabalhar no sítio. Minha casinha... minha casinha, eu chego em minha casa, no engenho que eu moro. Eu tratei dela, pinteí toda, reboquei, fiz tudo nela, né? Eu não tem vontade de morar na rua, não.” Manoel Fernando de Souza .

Os argumentos abundam. Loquazes, os entrevistados detalham todas as vantagens, de diversas ordens, que teria para as suas famílias, *“se a terra fosse minha”*, diz Severina Maria da Silva.

“Quería o campo. Porque no campo eu tinha aonde criar; no campo eu tinha aonde plantar. Mermo assim que já estou nessa idade, mas plantava eu, plantava meus filho, plantava minhas nora, plantava meus neto, já era outro futuro, né? Não é como na rua. Na rua, se a gente puder, come, e se não puder, não come. Porque tem que esperar por aquele pouquinho que eu ganho.”

José João da Silva lembra as conseqüências do monopólio fundiário atual: a migração dos membros mais novos da família, muitas vezes, para longe. Sua conclusão é que: *“na rua não tem onde trabalhar. Mas morar no mato, só pra quem tem família pra ajudar.”*

Manoel dos Santos da Silva julga a existência cidadina à qual os migrantes têm acesso de fato:

“Porque nas periferia muitas vez, descuidado, não tem... tem todo tipo de... poluição, na cidade, a poluição. E nas periferia... no centro da cidade, trabalhador rural não pode morar no centro da cidade. Pra quem gosta, o trabalhador verdadeiramente, ele gosta é de trabalhar, morar na roça e trabalhar lá no seu pedaço de terra. Morar na rua, pra mim, que sou trabalhador rural, viver... morar na rua sem ter condições é... condições financeiras, é a pior coisa do mundo pra se morar na cidade.”

Não tinha desemprego

Os trabalhadores não tendem a idealizar o presente, tampouco o passado. As mazelas da miséria atual nas pontas de rua, do desemprego, da fome e da violência são bem avaliadas. Em primeiro lugar, o desemprego, que não é novo, mas cujo ponto de (pobre) equilíbrio, com a atividade no sítio/roçado desapareceu com a expulsão dos engenhos. No passado, dizem, *“Estava trabalhando no roçado. Todo mundo trabalhava”*, lembra José Honorato dos Santos. Diversos trabalhadores vêm na falta de opções de trabalho, o principal empecilho para afirmar sem reticência, a melhora dos tempos. *“A fome está grande. Só o negócio é a fome. O negócio só é o desemprego que está matando todo mundo”*, lamenta Severino Barros Lima. *“E o desemprego, olhe, é um horror!”* se exclama Amaro José de Sena. A perda do acesso à terra, com a mudança para as agrovilas e “rua-da-lama” das cidades da região constitui a privação da bóia de salvamento que as famílias antes conseguiam com a produção do sítio/roçado.

“Perdeu as terras, as casas dos engenhos, esta tudo porque se o senhor for andar aqui dentro dessa Itaquitinga, nessa tal de Chã Fogo, tem gente morando na beira da lama no casebre desse tamanho assim porque não tem onde se morrer.” Severino Barros Lima.

“Nunca teve tempo bom”

Cansados de ter como opção uma periferia superpovoada, violenta e cara ou um sítio exprimido e ameaçado pelas canas, pelos venenos (agrotóxicos) quando não propriamente pelos tratores dos proprietários, certos trabalhadores desabafam:

“Olhe, se a gente for meditar, nunca teve tempo bom para trabalhador do campo, nunca teve tempo bom. Ainda continua ruim. Que quando vem uma bondade de um jeito, vem um perigo do outro. Bom é se cada um tivesse seu toquinho de terra pra trabalhar e vivesse ali dentro daquele toquinho de terra. Trabalhando pra ele, e pra ver se as coisas melhorava. Porque de primeiro, sim que andara nesse

serviço, se vendia um cuia de farinha por dez toinhe. Nós se vivia até.... em negócio da barriga era mais melhor, mas agora não. A gente já imagina quando vai chegando o fim do mês.” Severino Barros Lima.

A idéia de Reforma Agrária: “Quando o pobre ganha terra, são sete palmos”²⁹⁰⁹

“Trabalhador do engenho, o sonho dele era ter um taquinho de terra, né?”

José Pascoal de Figueiredo.

“Até aqui não chegou ainda pro povo.”

Abílio Luis Ferreira

“Aqui é o inverso. É lá pra área da Mata Sul é o contrário: em vez de dar, toma a pouca terra que tem.” Amaro José de Sena

Pela idade avançada e dificuldades físicas que enfrentam, os entrevistados se referem a um desejo de ter terra sua, não como realização imediata, mas como um princípio, ou um voto do que deveria ter sido: *“Não posso, mas queria...”* Manuel João Pereira.

“Gostaria, eu por agora não posso mais trabalhar. Mas...Naquela época, no tempo que eu podia trabalhar, tivesse uma fundação, uma terra, um lugar pra trabalhar, eu queria. Mas não tenho mais condições de trabalhar.” José Amaro dos Santos.

“Se eu, naquela época pudesse, eu gostava. Mas hoje, eu não posso mais. Mas antigamente eu tinha vontade disso.” Antônio Ambrósio dos Santos.

Eles situam precisamente as raras épocas em que as autoridades cogitaram dar-lhes um acesso à terra verdadeiro, não condicional, precário e provisório, mas de plena propriedade.

“As Liga Camponesas faziam uma ligação com a luta pela terra, que foi na época que tinha o movimento sindical e as ligas camponesas; elas brigavam muito com a questão da Reforma Agrária.” José Antônio de Lima.

“Isso foi no tempo de ... me esqueci o nome dele...”²⁹¹⁰ parece que morreu num avião. Ele vinha trabalhando pra cada qual ter sua hectare de terra pra trabalhar. Quando ele começou com isso, com pouco tempo o avião desbortou-se com ele e ele naufragou-se.” Amaro Carneiro da Silva.

“Se gritava pela reforma agrária; vinha, fazia passeata. Outros se encontrava, iam conversando pela reforma agrária. Agora só que isso aí não tinha... Todos nós tinha vontade de ter terra própria.” Manoel dos Santos da Silva.

Outros são categóricos: *“Deus me livre, tô cansado.(...) Terra não quero mais, não”,* diz Antônio Joaquim dos Santos. Agora, *“quando jovem...”*, continua, *“Ochente, perfeitamente, era tudo!”* Além de outros benefícios que a propriedade de terra providenciaria à família do trabalhador rural, José Honório vislumbra a dimensão política, fortalecendo o órgão de classe.

“Ah! Se eu pudesse ter a terra, era um grande benefício que a gente que tem terra, quem tem a terra, tem tesouro e não fica na mão. E só tem uma forma de como ter sindicato maciço no mundo se os trabalhadores tivessem terra; e sindicato no Sertão, se você tiver dois, três anos sem seca, vive sem receber dinheiro, com dinheiro pouco, mas vive, só porque muitos trabalhadores vai pagar o sindicato do dinheiro que ele ganha, do dinheiro que ele vive, embora ele pague menos. Não precisa ninguém andar se humilhando nos pés de patrão. Como tá aí as empresas agora, devendo, descontam do dinheiro da gente, quando a direção do sindicato vai buscar, não tem dinheiro.”

²⁹⁰⁹ DP 25.09.60, última página, entre piadas: “Li o cartaz que o camponês estava pintando para a passeata de hoje.”

²⁹¹⁰ O entrevistador sugere Marcos Freire, e o entrevistado confirma que é dele que se lembra. Severino Antônio do Nascimento menciona também o acidente.

“Ah! Gostaria... Esse é meu sonho. Ter terra.”²⁹¹¹

Séculos de herança proletária pesam no ideário. Não há tradição camponesa, no sentido de um passado áureo, tão difundido em outros âmbitos do meio rural. O desejo por terra está projetado no futuro. Pois, por séculos, essa terra “*tão negada*”²⁹¹² lhes foi acessível apenas na medida estrita das necessidades da empresa açucareira. Por isso, embora tenham apego às suas culturas e consciência de sua capacidade produtiva, eles não manifestam nenhuma saudade para uma relação de ‘morada’, substituto bastardo da condição camponesa clássica. Esses dois termos, tão distintos, foram muitas vezes confundidos. Como foi visto em detalhes, eles expressam uma rejeição violenta à vida que levaram nos engenhos como moradores. Não relatam nenhuma associação particularmente amistosa com os empregadores, pelo contrário, suas narrativas estão permeadas pelo clima de violência patronal. Um rosário de riscos e proibições que se soma à miséria da condição material, aliás que a permite, precisamente. A experiência do sítio, mesmo no quadro restritivo e precário da ‘morada’, lhes deu, no entanto, a certeza que, tendo terra para si, eles poderiam alimentar suas famílias, gozar de todas as “liberdades” mencionadas ao fio das entrevistas. Essa absoluta convicção constitui a base de suas aspirações, para si e para seus descendentes, num projeto social coerente, de amplo e longo alcance.

“Meu desejo era que eu tivesse terra. Não eu só: eu tivesse terra e todos os companheiros. E todos os companheiros continuassem a se organizar, porque o sindicato foi feito pra se organizar.” José Honório da Silva.

“Mas eu acho bom ter terra para o camponês. Fica lá, com seu pedacinho de terra, planta o que quiser e ainda vai no dia que quer lavrar a terra. A terra é que é o conforto da gente.” Amaro Pedro dos Santos.

“Claro que eu gostaria de ter uma terra para mim trabalhar nela. O meu maior desejo como trabalhador é eu ter um pedaço de terra para eu trabalhar com minha família. Fazer a minha casa e ter com que eu possa dar mais condições para meus filhos estudarem; e também ter harmonia junto com meus amigos e companheiros de luta de chegar até o pleno conhecimento de todos para no tempo de eleição a gente saber como votar e colocar os nossos, que nos defendem.” José Antônio de Lima.

“Todo o meu maior desejo é... viver no que é meu. É, porque eu com a terra, estou no que é meu. Eu crio um porco, crio minha cabra, crio meu cachorro, crio... meu cavalo. Vaca, não, que eu não gosto de vaca. Eu não gosto de boi, é muito bom, mas... eu não, né? Mas e não me importa que outro crie.” João Francisco dos Santos.

‘Ah, gostaria demais, demais... Eu, tô velhinho, mas ainda tenho vontade de trabalhar. Era possuir a terra, trabalhar para encher a barriga de meus filhos, dos meus amigos que tivessem necessidade.’ José Antônio da Silva.

“O maior desejo que eu tenho é o de morar no que é meu, porque o camarada morando no que é dele tá liberto.” Amaro Carneiro da Silva.

“Achava bom ter terra para mim. Achava bom mesmo, muito bom. Eu queria ter um pedaço de terra para trabalhar, criar um bichinho, uma coisa, sem aperto de patrão m’impressando, que nem hoje em dia a gente vive impressado, o patrão impressando para plantar nada.” Benedito Rufino da Silva.

²⁹¹¹ Amaro José de Sena.

²⁹¹² Expressão utilizada por Maria José Carvalho Diretora da FETAPE, na oportunidade do Congresso da entidade em 2002.

“Bom... Sempre o meu desejo, sempre mais na vida que eu tive era trabalhar, pra mim, né? Era trabalhar pra mim, mas não chegou oportunidade. Eu fui trabalhar pra os outros mesmo, né? Porque a pessoa que trabalha pra ele sempre tem barriga cheia, né? Plantar muita lavoura, né? Possuir terra pra plantar, mas não deram.” José Francisco da Silva.

“Quem é que não tem vontade, patrão, de lidar no que é seu? Isso é dizer que é rico. Morou no que é seu, é rico.” José Elias dos Santos.

“Se eu pudesse ter alcançado pra mim, eu gostava porque eu criava o tanto que eu quisesse, plantava o tanto que... Se Deus consentir que eu receba, se Deus consentir, eu recebo.” Inácio Antônio Dias .

“Bom, era uma boa que todo mundo tivesse um nosso pedacinho de terra e ia trabalhar no que era nosso. Eu acho que era muito bom.” Alfredo Cosme dos Santos.

“Ah! gostava, toda vida eu gostei de trabalhar pra mim, eu gostei. Eu tô meio cansado, já cansado, mas um toquinho de terra ainda faço uma história, uma ... brincadeira ainda. Isso aí nunca chega pra gente, não. Só chega se for... se for mandada, né? Ainda hoje quero! Ainda hoje tenho. Se chegar até mim um palmo de terra, eu quero, num lugar que der, é pra mim. Dando produto aí eu quero, porque tá em tempo que a gente trabalha nela, ela produza, aí enche a barriga da pessoa e de... mais os outros na frente.” José Francisco dos Santos.

“Ah! Eu gostaria de ter meu pedaço de terra para plantar minha besteiras, por minha mesmo, por minha mesmo. Aí tava cert. Mas, até hoje, não chegou, no meu alcance ainda. Mas talvez chegue, né? Que Deus é bom!” José de Souza da Silva.

“O valor da terra é de 05 hectares aquilo se a minha família tivesse lá fosse bem disponível dava pra viver 05 hectares de terra é muita terra meu amigo. De lá da minha barraca da Usina Cachoeirinha até a senzala você anda muito a pé, viu... muita água de ribeirão, muita água de laranjeira, muita água de Jaboatãozinho certo, muita água, muito bom para verdura pepino, é um quilo de pepino, verdinho, verdinho, jerimum, milho dá o tempo todo; o feijão dá todo tempo. Eu queria aquele negócio. Queria não, quero! Se eu tiver vivo ainda.” Moisés Alves Correia.

“Ah! Eu gostaria. Se eu pudesse, se tivesse jeito. Eu moro na rua, na lei do apulso. Mas se eu pudesse ter o meu toquinho de terra, lá, pra eu criar um bezerro, uma vaquinha de leite. Plantar macaxeira, batata, jerimum, era o que eu queria.” Antônio Virgínio da Silva.

“Que eu possuísse terra pra trabalhar, meus filho não estava assim, pelo meio do mundo espalhado, estava trabalhando junto comigo; nós trabalhava e dava pra se manter. Eu ainda vivo no meu sítiozinho, que eu... o sítio que eu domino ainda, com quase duas hectare de terra, mas tá tudo coberto de lavoura.” Manoel Fernando de Souza.

“A gente com o que é da gente, é outra coisa diferente de no que é dos outro, né? Porque o que é dos outro... O que eu sei dizer é isso... É uma coisa mais fácil, uma coisa mais melhor, uma mais desassombrada.” José Damião da Silva.

“Eu sonhava muito trabalhar pra mim, pra eu não ser pesado à ninguém, mas nuca tive... nunca pude. Mas até aqui não alcancei, não pude, né?” Manuel Bernardo Alves.

“Gosto. Porque é bom! Nós trabalhando por conta própria é muito bom, pra não ser sujeito a ninguém.” José Pascoal de Figueiredo.

“Gostaria. Trabalhador com terra, é um trabalhador que tem mais acesso, né? É mais liberto. Todo trabalhador desejava ter um taco de terra Ainda essa semana, estava conversando com vários companheiros quando estava chovendo, está chovendo está bom. Agora companheiros, a gente tem que se preparar, temos que ser unidos porque Deus manda chuva, mas a semente o homem é que tem que fazer a força para adquirir e a terra?” Antônio Maurício Domingo.

A variedade das razões invocadas, das ênfases postas em aspectos detalhados, o estilo mais filosófico ou prosaico revelam, ao mesmo tempo, a unidade de propósito, de opinião e a imensa variedade – isto é o riquíssimo potencial humano – de uma classe geralmente homogeneizada ao ponto da anonimidade. A idéia mais persistente que expressam é de

liberdade; talvez uma lembrança daquela, elementar, que completou um século para que lhes seja reconhecido o direito cidadão de votar. Mas, eles mencionam um elenco muito mais diversificado de liberdades, entre as quais figura em dimensão concreta e primordial: aquela de poder sustentar sua família. Isso coloca numa perspectiva interessante todo o debate acadêmico quanto ao grau de proletarização alcançado por diversas categorias de trabalhadores, particularmente, no campo. Entre as inúmeras razões avançadas para justificar o desejo de possuir terra, diversas vezes, encontra-se a idéia que gira em torno da família, contra o exílio forçado em São Paulo, poder deixar uma herança para os filhos, manter as gerações juntas.

“Pronto, a mesma coisa, porque o que eu pudesse adquirir agora, todo tempo que eu morresse, ia ficar pra eles. Isso aí era uma herança que ficava pra eles. O que eu podia deixar era isso, se por acaso chegasse às minhas mãos, né? E eu com vida, ainda porque aí, eu fechando os olhos, pode ficar o dono daquele... daquela terra. Pronto, é o que eu posso deixar pra eles é isso.” José de Souza da Silva.

“Meu pai nunca falou em ter terra. Só cortando cana, limpando cana, tirando capim, água de brejo, empregado. Tudo era assim. Nunca vi uma luta por terra. Até hoje, a primeira é essa. Luta por terra aqui é coisa nova. Da reforma agrária, é novo. Tudo é novo. Quando era criança, não se falava nisto. Começou a se falar nisto de 64 prá cá. Antes não se falava nisto, ninguém sabia disto.” Amaro Pedro dos Santos.

A consciência do tempo e das mudanças acarretadas pelas lutas é aguda. Os tempos de “antes” - de Arraes, do sindicato etc. - correspondem a uma era de trevas que não oferecia nada do que se poderia ter nostalgia. Abandonados eram os velhos sem aposentadoria nem ajuda de qualquer tipo; abandonados os doentes sem auxílio nem assistência médica; abandonadas também as crianças sem escola, hospital, cobertura vacinal, segurança alimentar etc. Agredidos todos pela violência das condições de existência, os ritmos de trabalho desumanos e o exercício do poder absoluto pelos empregadores. A lógica sócio-econômica em vigor na época da ‘morada’ era obviamente predadora. Apenas o uso exacerbado de toda a força de trabalho disponível interessava aos poderes privados e públicos. O cenário social estava (e ainda é, em boa parte) organizado nesse sentido da forma mais primária possível. A percepção dessa situação pelas vítimas do sistema as levou a uma conclusão peremptória, quando se lhes pergunta o futuro que desejam para seus filhos.

“Tudo menos canavieiro!”

“Bom, o que eu gostaria que eles fossem... era que a sorte deles num serviço; podia trabalhar para... Não para tirar conta, que pra tirar conta basta eu!” João Francisco dos Santos.

“Eu desejava pra eles, pelo menos, arrumasse uma vida melhor pra eles trabalhar, pra não viver nessa vida. Era tirar conta, tirar conta...” Cassiano José de Sena.

Os entrevistados querem sobretudo terra, para si e para seus filhos e netos:

“Gostaria que vivessem bem, com sua casinha para morar primeiro, cada um tivesse seu pedacinho de terra, que dissesse: é meu!” Amaro Pedro dos Santos.

“A terra desejada lhes permitiria ao mesmo tempo trabalhar, plantar e morar.” Miguel José de Oliveira.

Raros são os entrevistados que vislumbrem uma profissão não agrícola, a não ser genericamente. Quando perguntados se não gostariam de vê-los em outras atividades, respondem: *“Não, o futuro do pobre é plantar mesmo”* diz Miguel José de Oliveira, mas, continua: *“Na terra sua. Na terra dos outros, só dá confusão.”* A aspiração à propriedade da terra raramente entra em concorrência com o fascínio urbano; ela continua oferecendo garantias que a cidade não fornece: *“O camarada morando no que é dele tá liberto.”* Amaro Carneiro da Silva. ‘Terra e liberdade’, o velho mote ressurge mais forte do que nunca, às vezes com uma pungente eloquência irresistível nas emoções que transparecem.

“Terra, que é pra mode poder plantar e eles ficarem, ali, naquela terrinha pra plantar, mas ser deles! Terra! Jesus dá saúde; a terra ali perto, ali, aqueles pedacinhos de terra, sendo a Reforma Agrária, são deles. Eles tão ali com aquela casa e ali vai remodelando aquela casa; mas tendo o seu terreno pra plantar, iam ficar tranqüilos, Terra! Pra meus filhos não ficarem parados. Um homem desse jeito que tão aí, como que eu dou partida daqui, eu vou partir, como? Pensando em que? Que eles não querem dar emprego para meus filhos já e se eu deixar lá aquela terra como é o negócio? Terra! Pra meus filhos trabalharem e serem libertos. É, terra! Pro mode eles ficarem no lugar deles e dizer: «Aqui é meu! Quem manobra sou eu! Foi a autoridade que me deu e primeiramente Deus.» É isso.” João Oliveira da Silva,

“A terra é uma das coisa; daí ele pode adquirir um meio de vida melhor, que eu acho que ainda toda solução do nosso Brasil é... desrespeito de ninguém ter direito à terra.” Amaro José de Sena.

Além da terra, os entrevistados desejam apenas a assistência mínima que o Estado deve às populações brasileiras, qualquer que seja sua ocupação e seu domicílio:

“Que eles tivessem terra, tivessem escola pra puder se criar; tivéssemos direito a médico; tivesse direito a tudo que era pra eles se criarem e aprenderem alguma coisa, pra quando fosse na velhice não estar que nem eu: as meninas por aqui, os meninos por São Paulo, pra não morrer de fome, já se casaram, arrumaram família. Se é de tão morrendo de fome aqui; o patrão não dava mais serviço a eles porque eu sou delegado, porque eu sou do sindicato. Quem é do sindicato agora não tem direito de se fichar mais; entences eles se desabaram pelo São Paulo, estão até vivendo! De vez em quando eles escrevem que tá vivendo até melhor do que aqui. Mas tão longe da família! Porque aqui mesmo perto não tem, porque os patrão é uma combinação: se sai de uma usina, a outra não quer. Se vai pra outro engenho, o outro engenho não quer. Então, ficam os pais e as crianças e os filhos jovens vão embora.” José Honório da Silva.

Amaro Carneiro da Silva e Antônio Ambrósio dos Santos formulam com os mesmos termos:

“Desejava a mesma coisa, cada qual viver no seu lugarzinho, no seu toquinho de terra.”

As ênfases nos desejos para os filhos estão ligadas à experiência de vida: à terra, acrescentam a importância dos direitos, dos meios para que fosse respeitados:

“Em qualquer serviço para ganhar dinheiro. Em qualquer canto. Tivesse emprego permanente. Com direitos.” José Honorato dos Santos

O medo do desemprego, da falta de oportunidade – qualquer uma – para sustentar-se e suas famílias, paira em todas as respostas:

“Para meus filhos eu queria uma educação, uma coisa, um emprego. Que hoje nada disto tem, nem nos temos. Os filhos vivem direto na casa dos pais, sem tem um serviço para trabalhar. Queria que meu filho tivesse um empreguezinho para trabalhar.” Benedito Rufino da Silva.

A luta pelo cumprimento dos ‘direitos’ recebe castigo coletivo (familiar) das empresas. Os trabalhadores mencionem também esse aspecto como causa de desemprego, sem no entanto

questionar seu empenho sindical, mas apelando para conceitos da ordem da responsabilidade social das empresas e fiscalização do Estado para que os abusos sejam coibidos.

“Eu gostaria que ele tivesse um lugar pra trabalhar, mais a vontade, o compromisso foi qualquer serviço que as pessoas fizessem, fosse de responsabilidade dele, de assinar carteira da pessoa. Eu queria que ele tivesse responsabilidade dele; eu queria que ele tivesse serviço livre pra trabalhar, serviço bem a vontade que de primeiro não tinha. Às vezes botava um daqui pra fora, mas hoje em dia, uma usina dessa, agora hoje em dia, uma usina dessas, quando tira o nome da gente, bota a letra encarnada na carteira, aí no outro emprego não arruma mais serviço. Era grevista.” José Inácio da Silva.

Vários trabalhadores expressam mais ambição de mudança de vida para seus netos do que para os filhos, derivando da análise de sua própria condição atual, no fim de uma longa vida de trabalho constante e produtivo, embora sem benefício para eles mesmos:

“Estudar, tivessem um conforto. Que quando eu morresse, deixasse um conforto pra meus filhos que eu espero, no futuro, deixar pra meus filhos. Se eu tivesse casa, a minha liberdade, eu não tava sofrendo tanto.” José Severo da Silva.

“Abundância. Deixar tudo de melhor pra eles, não deixar nada ruim pra os meus filhos. Se eu fechar os olhos, deixar alguma coisa pra eles que pra isso eu trabalho, venho trabalhando. Fui criado nesse hábito graças a meu Deus quando nasci tava a minha casa cheia, do meu pai, cheia. E ainda hoje não tenho faltado o meu pão de cada dia porque eu luto! Mas a luta do pobre tá meia precária que os patrões, hoje, não deixam ele trabalhar a vontade, aí ele tem vontade de trabalhar, não pode; tem vontade de criar não pode e o que é que vamos fazer? É esperar pela vontade de Deus e dos homens.” Inácio Antão Dias.

Além da terra, certas aspirações são mais caras ao coração de alguns entrevistados, particularmente quanto à possibilidade de estudar:

“Pros meus netos eu desejo estudo, um bom estudo, pra ter seu lar, sua casinha de morar.” Rosendo Vicente de Sales

“Primeiramente uma escola pra eles estudar e então, uma saúde mode dá conforto a eles mode estudar... estudar. Porque pra isso eu botei numa escola agora, mas nem professora tem. Botei duas vezes e todas duas saíram porque não tinha professora pra ensinar.” Generino Luis da Silva.

“Para meus filhos eu desejaria um crescimento, um desenvolvimento tanto que eles trabalhassem na terra, como que pudessem se desenvolver para chegar a ser até um agrônomo ou uma pessoa que tivesse condição de tanto trabalhar na terra como ensinar, ou um professor que pudesse desenvolver as expectativas do Brasil.” José Antônio de Lima.

“Estudo, quando tivessem bem estudado, um bom emprego. Fora da roça. Em qualquer trabalho.” deseja Severina Benvinda que andava muito para atender a escola. *“Um médico, um professor, um advogado, qualquer coisa assim, né?”*

Em suma, os trabalhadores, que forneceram uma descrição minuciosa de sua vida na época da ‘morada’, cuja brutalidade contrasta com a versão saudosista e confortável dessa relação na literatura e na academia, concluem logicamente que, para seus descendentes, desejam *“tudo menos canavieiro”*. Pois, a exploração à qual foram submetidos na época da “morada” não lhes deixou razão alguma para alimentar saudades. O sistema era tão perfeitamente orquestrado que lhes extorquia suas forças vivas, geração após geração, mantendo-os na mais profunda pobreza possível. O sítio/roçado, que fora concebido como um modo de fixar a mão-de-obra num contexto de monopólio da terra, isto é, de privação de alternativas rurais, tornou-se

um meio de garantir que o trabalhador labutando o dia todo, todos os dias para a empresa na condição de assalariado, tivesse que assumir, ao mesmo tempo, nas suas horas de “folga” e com a ajuda de sua família, o custo – mínimo – de reposição da força de trabalho, que teoricamente deveria estar coberto pelo salário. Isto é, os empregadores conseguiram manter um sistema de exploração da força de trabalho tão próxima quanto possível da escravidão, sem ao menos ter o ônus da compra inicial, imobilizando capital. Os assalariados, livres, verdadeiros proletários eram, de fato, “cativos” como eles mesmos dizem: aprisionados por um sistema perfeitamente afinado de poderes privados e públicos que não lhes deixavam minimamente o direito a existir, fora da sua serventia para as empresas. Nem escola, nem assistência à saúde, nem lazer, nem mesmo liberdade de culto. A cumplicidade ativa das autoridades públicas com esse estado das coisas, fora ligeira e brevemente estremecida nos anos 1950 e 1960, permitindo o surgimento dos movimentos sociais no campo, inclusive canavieiro, que abriram uma nova era, a dos ‘Direitos’. Não há um só trabalhador rural da zona canavieira que queira voltar atrás no tempo. O sentido da mudança é para melhor, a partir desse momento. Eles formulam sua avaliação de forma detalhada, sutil e sem ilusões sobre o presente, seja ele urbano ou rural. Mas não abdicaram de seu sonho de ter terra, senão para si, pelo menos para seus descendentes, como condição de todas as liberdades que enumeraram. Em ambos os casos, eles são capazes de criar historicidade. Sua versão da história recente das relações de trabalho na zona canavieira de Pernambuco tem periodização própria, sentido da história, julgamentos e projeção no futuro. Ela deve ser levada em consideração quando é avaliada a época da ‘morada’.

Pois, a contribuição dos (antigos) moradores à história regional se opõe frontalmente àquela suposta memória coletiva veiculada pela literatura, pela imprensa e retomada surpreendentemente até mesmo por autores marxistas, talvez, (familiar? e) culturalmente influenciados pela classe social dos autores formuladores da lenda dourada da ‘morada’, como José Lins do Rego e Gilberto Freyre: filhos ou netos de senhores-de-engenho. A pretendida benevolência da atitude dos plantadores em relação a seus empregados agrícolas pode constituir uma maneira cultural de ocultar – não tanto a miséria na qual as populações estavam mantidas, que tinha sua utilidade para reivindicar mais dinheiro do Estado – mas a violência, o exercício mais brutal de força física para garantir a manutenção do sistema de opressão e exploração. Pois a violência patronal e do Estado, a serviço da classe dominante, teve um papel decisivo na ‘morada’. Assim, a ‘morada’ perde seus véus saudosistas literários, que favoreceram, sem dúvida, os qualificativos de “feudal” adotada por parte da literatura marxista. Ela constituiu apenas um modelo particularmente eficiente de exploração dos canavieiros numa economia há muito inconfundivelmente capitalista. Reconsiderar a história das relações de trabalho, questionando conceitos como a ‘morada’ deve permitir reexaminar mais amplamente a

interpretação dada ao desenvolvimento histórico da região. A contribuição dos trabalhadores rurais a essa reconstrução, visando obviamente projeções e projetos vindouros, pode, sem dúvida, ajudar, como o aconselha o Professor Mintz, a “*formular melhores perguntas*”.²⁹¹³

²⁹¹³ MINTZ, Sidney W., “O Poder do Doce e a Doçura do Poder”. Op. cit.

LISTA DAS FONTES

1. FONTES ORAIS

Lista das pessoas cujos depoimentos foram registrados para a presente pesquisa CANAVIEIROS (entrevistas realizadas entre 1994 e 1997).

1. Abílio Luis Ferreira - Igarassu - 70 anos.²⁹¹⁴
2. Alfredo Cosme dos Santos - Igarassu - 57 anos.
3. Amaro Carneiro da Silva - Sirinhaém - 68 anos.
4. Amaro José de Sena - Sirinhaém - 63 anos.
5. Amaro Pedro dos Santos - Rio Formoso - 74 anos.
6. Amaro Rosendo Fagundes - Rio Formoso - 67 anos.
7. Anísio Francisco da Silva - Goiana - 53 anos.
8. Antônio Ambrósio dos Santos - Sirinhaém - 70 anos.
9. Antônio Joaquim dos Santos - Goiana - 75 anos.
10. Antônio Maurício Domingo - Itambé - 49 anos.
11. Antônio Santana da Silva - Igarassu - 54 anos.
12. Antônio Virgínio da Silva - Itaquitinga - 77 anos.
13. Arlindo Nascimento - Carpina - 75 anos.
14. Benedito Rufino da Silva - Sirinhaém - 64 anos.
15. Cassiano José de Sena - Rio Formoso - 72 anos.
16. Eugênio Benvindo M. Freitas - Itaquitinga - 70 anos.
17. Francisco Zalatiel Ferreira - Igarassu - 75 anos.
18. Generino Luis da Silva - Igarassu - 56 anos.
19. Inácio Antão Dias - Igarassu - 60 anos.
20. João Francisco dos Santos - Rio Formoso - 67 anos.
21. João Oliveira da Silva - Igarassu - 58 anos.
22. Joaquim Pedro da Silva - Sirinhaém - 70 anos.
23. José Amaro dos Santos - Sirinhaém - 70 anos.
24. José Antônio da Silva - Sirinhaém - 58 anos.
25. José Antônio de Lima (Teixeira) Rio Formoso - 55 anos.
26. José Barbosa do Nascimento - Nazaré da Mata - 69 anos.
27. José Batista do Nascimento - Goiana - 72 anos.
28. José Damião da Silva - Itambé - 52 anos.
29. José de Andrade - Goiana - 63 anos.
30. José de Souza da Silva - Igarassu - 56 anos.
31. José Elias dos Santos - Igarassu - 69 anos.
32. José Felipe Santiago - Paudalho - 73 anos.
33. José Francisco da Silva - Igarassu - 64 anos.
34. José Francisco dos Santos - Igarassu - 69 anos.

²⁹¹⁴ Idade na época da entrevista.

35. José Francisco Paiva - Itambé - 73 anos.
36. José Honorato dos Santos - Rio Formoso - 89 anos.
37. José Honório da Silva - Rio Formoso - 62 anos.
38. José Inácio da Silva - Itaquitinga - 72 anos
39. José João da Silva - Paudalho - 63 anos.
40. José Pascoal de Figueiredo - Vitória de Santo Antão - 67 anos.
41. José Peagentino dos Santos - Carpina - 73 anos.
42. José Pereira de Lima - Itambé - 63 anos.
43. José Severo da Silva - Igarassu - 65 anos.
44. Luis Batista do Nascimento - Rio Formoso - 86 anos.
45. Manoel dos Santos da Silva - Vitória de Santo Antão - 70 anos.
46. Manoel Fernando de Souza - Itambé - 51 anos.
47. Manoel José Alexandre - Rio Formoso - 71 anos.
48. Manoel Bernardo Alves - Paudalho - 64 anos.
49. Manoel João Pereira - Paudalho - 87 anos.
50. Miguel José de Oliveira - Rio Formoso - 70 anos.
51. Moisés Alves Correia - Itaquitinga - 72 anos.
52. Odilon Caetano da Silva - Carpina - 76 anos.
53. Pedro Porfirio Domingo - Itambé - 62 anos.
54. Rosendo Vicente de Sales - Rio Formoso - 65 anos.
55. Severina Benvinda - Itaquitinga - 57 anos.
56. Severina Maria da Silva - Paudalho - 59 anos.
57. Severino Antônio do Nascimento - Igarassu - 67 anos.
58. Severino Barros Lima - Itaquitinga - 73 anos.
59. Severino Sebastião Santana - Igarassu - 73 anos.

1. Identificação

- Nome
- Idade
- Onde o Sr/a Sra mora?
- Onde trabalha?
- É membro do sindicato?

2. Condição

Antigamente, quando o entrevistado era jovem, criança:

- Qual era a condição dos trabalhadores na cana? (tentar obter uma proporção)
- Todo mundo era morador? (sítio/arruado)
- Tinha gente de fora trabalhando no engenho?
- Esses trabalhadores temporários vinham de que região? Só tinha gente do Agreste?
- Os que não eram corumbas, eram pessoas sós, famílias?
- Tinha mulheres entre os temporários?

3. Terra

- Todo mundo que morava no engenho tinha terra para plantar?
- As pessoas que moravam nos arruados também tinham terra para plantar?
- Que tipo de terra? (sítio, roçado, quintal de casa; especificar a área, a distância de casa, a qualidade da terra, as culturas autorizadas, o tempo de cessão)?
- Como se fazia a atribuição das terras para plantar lavoura branca: em relação à cana e também entre os trabalhadores?
- As melhores terras eram consideradas algo como uma recompensa para alguns?
- Todo mundo plantava o que queria?
- Tinha proibições?
- As pessoas comiam tudo o que produziam?
- Se sobrava produção, o que faziam com ela?
- Quem cuidava do roçado?
- Como aprendeu a plantar lavoura branca?
- Onde conseguia as sementes, as mudas?
- Tinha criação, animal?

4. Condições de vida

- Descrever as moradias dos trabalhadores, onde estavam situadas, condições de saneamento, higiene...
- Alimentação: tinha o bastante?
- Quantas refeições?
- Que tipo de alimentação?
- Onde conseguia?
- Caçava ou pescava para complemento?
- Tinha produção de roça, pequena criação?
- Roupas e mobília: que tipo, onde conseguia?
- Saúde: Tinha muitas doenças?
- Morria muitas crianças pequenas?
- Tinha muitos acidentes de trabalho?
- Que tipo de assistência médica recebia?
- Quem fazia os partos?
- Quem ajudava em caso de emergência?
- Educação: tinha escola?
- Quem ia para a escola?

5. Relações de trabalho

- Para as pessoas que moravam no engenho, como era a relação de trabalho?
- Fazia um acordo com o senhor de engenho, ou com o administrador?
- Quais eram os termos do acordo?
- Quem trabalhava na cana: vários membros da família? As mulheres trabalhavam também?
- Quando?
- Fazendo o quê?
- Tinha períodos de desemprego?
- Qual era o modo de remuneração?
- Isto valia para o tempo todo? Para qualquer serviço?
- Recebia dinheiro vivo, ou via barracão?
- Quando várias pessoas da mesma família trabalhavam no engenho, quem recebia o pagamento?
- Como eram as tarefas? (atribuição e fiscalização)
- Os instrumentos?
- Como era o clima entre trabalhadores e patrões?
- Tinha muita violência? Intimidações? Humilhações? (Pode ser experiência própria, ou testemunhada)
- Você tinha relação direta com o senhor de engenho, com o usineiro?
- Tinha obrigações para os membros da família? (ex. mulher vai ajudar na cozinha da casa grande, lavar roupa...)?
- Tinha um sistema de punições/recompensas? Tinha gente privilegiada? (quem e por quê?)
- Tinha liberdade de movimento? (Era cativo? Podia ir para a cidade, outra propriedade)
- Tinha liberdade de religião?
- Você podia dar sua opinião a respeito de política, participar de reuniões, etc...?

6. Luta

- Como era a luta antes dos sindicatos?
- O que você se lembra e o que seus pais/avós contavam sobre as lutas e as condições dos trabalhadores na cana, seus sonhos/desejos?
- Conheceu as Ligas Camponesas?
- Lembra da fundação do sindicato?
- O que é que eles defendiam?
- O que foi mais importante para você nestas lutas: fatos, pessoas, conquistas...?
- Conte algo sobre a luta a respeito da terra.
- Você gostaria de ter terra própria/sua?
- Qual a sua maior aspiração? Para você/filhos/netos?

7. Mudanças

- Desde aquele tempo até hoje, as coisas mudaram? O quê mudou exatamente, para melhor/pior?
- Como e quando se deram as mudanças: de vez, aos poucos, por períodos?
- É melhor morar num sítio, no arruado ou na periferia da cidade? Por quê?
- Perda do sítio: quem perdeu o sítio, ficou morando no engenho?
- Como se dá a ida para a cidade? Quem foi primeiro morar na cidade? (jovens, famílias, moradores sem terra...)

OUTROS ATORES

Prof. Manuel Correia de Andrade. CEHIBRA – FUNDAJ.

Manoel Gonçalo – Primeiro presidente da FETAPE.

Euclides do Nascimento – Catequista, sindicalista, antigo presidente da FETAPE e atual assessor da mesma.

José Rodrigues da Silva – Canavieiro corumba, antigo presidente da FETAPE e atual diretor da mesma.

Severino Domingos de Lima (Beija Flor). Canavieiro de Paudalho, Diretor da FETAPE.

Pe Paulo Crespo – Antigo dirigente do SORPE.

Prof. Malaquias Batista Filho – Professor de Nutrição na UFPE.

Dr Fernando Barbosa – Médico, antigo assessor da Cooperativa Tiriri.

Profa Socorro Ferraz – Membro da equipe da SUDENE que assessorou a Cooperativa Tiriri.

Dr Antônio Montenegro – Antigo advogado da FETAPE.

Manoel Nunes - Seu Nezinho.

Dr José Augusto Santana - Advogado da FETAPE.

OUTRAS FONTES ORAIS :

Depoimentos orais fornecidos a Eliana Moury Fernandez, no Projeto “A História Oral do Movimento Político-militar de 1964 no Nordeste”

Antônio Leite Falcão

Armando de Queiroz Monteiro Filho

Armando Hermes Ribeiro Samico

Artur Melo de Lima Cavalcanti

Carlos Luís de Andrade

Cid Feijó Sampaio

Clodomir Santos de Moraes

Francisco Julião Arruda de Paula

Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira

Gregório Lourenço Bezerra

Hangho Trench

João Ferreira Lima Filho

Manoel Rodrigues da Silva Calheiros

Naíde Regueira Teodósio

Paulo de Figueiredo Cavalcanti

Pelópidas Silveira

Pe Luís Wanderley Simões

Waldir Ximenes

Yara Lúcia Brayner Mattos.

2. FONTES ESCRITAS

FUNDOS DE ARQUIVOS CONSULTADOS

FETAPE

Arquivos documentais disponíveis na sede do órgão.
Arrazoados e outros instrumentos jurídicos.
Documentos de campanhas salariais.
Boletins de educação sindical.
Arquivos de dados de pesquisas realizadas no quadro da entidade.

FUNDAJ – CEHIBRA

Arquivo Aurino José Duarte
Arquivo Joaquim Pimenta
Arquivo Agueda
Arquivo José Britto Pinheiro Passos
Série: Produção Intelectual:
Arquivo Arthur de Siqueira Cavalcanti Júnior
Reminiscências de uma vida
Arquivo José Campello
Arquivo Rubens Porto

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL – FUNDO DO DOPS

Listagem alfabética das pastas consultadas

A Luta	31.340
A Tribuna – Vitória de Santo Antão	31.558
A voz de Gameleira 1968	31.558
Ação Católica Operária	27.572
Ação Popular marxista leninista do Brasil	1.159
Ação Popular Revolucionária	1.699
Ação Sindical e Cooperativa Brasileira.	1.629
Aliança Autonomista pela Paz e contra a carestia	28.937
Aliança Brasileira Anticomunista	28.661
Aliança para o Progresso	28.929
ALN	1.717
Análise sobre a ação subversiva no Brasil	1.059
Associação agrícola dos plantadores de Goiana	6.590
Associação cristão meio rural	29.061
Associação das empresas de cana	30.556
Associação de Estudos, Orientação e Assessoria Rural	4.579
Associação dos Camponeses, Assalariados agrícolas e Trabalhadores rurais	6.578
Associação Fornecedores de cana	30.355
Associação Nacional dos Advogados de Trabalhadores na Agricultura	4.493
Associação Nacional dos Pequenos Agricultores	28.701
Associação Profissional dos Trabalhadores Rurais de Amaraji	28.682
Associação Rural Cabo	28.683
Associação Trabalhadores Agrícolas e Camponeses de Pernambuco	28.702
Assessoria Sindical	1.362
Associação rural de Timbaúba	28.700
Associação trabalhista rural	28.703
Atos da Revolução 1964	1.156
Aumento do preço ou aumento do custo de vida	1.463
Bureau da imprensa sindical	4.265
Bureau da Imprensa sind. jan/abr.61; jan/fev.62	31.513
Campanha Internacional contra Tortura	28.787
Campanha contra publicidade perniciosas	31.454
Campanha Petróleo nacional.	29.345
Canções de protesto à Revolução 64	5.226
Catende	29.600
Cenimar	29.358
Centro de investigação e Reforma Agrária (CIRA)	5.307
Centro dos fornecedores de cana	412

Cia Agroindústria de Igarasu	6.494
Cia Geral Melhoramentos em Pernambuco	6.691
Ciclo de estudos sobre liderança comunista	6.368
Círculo operário. Núcleo Gameleira	542
Clube das mulheres do campo	5.420
CNBB	5.381
Colônia de trabalhadores rurais de Jussara	4.578
Com. de Conciliação dos Dissídios trabalhistas	7.236
Comando contra o comunismo	1.642
Comissão especial estudos sobre as condições sociais no NE	28.733
Comitê Movimento Justiça e Paz	29.060
Concentração Nacional Trabalhista	27.906
Conferência dos agricultores de Surubim	7.216
Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas	1.572
Conferência Sindical Unitária do Brasil	27.904
Conferência Tricontinental, Havana	29.688
Confederação Rural Brasileira	6.524
Conferência Nacional pelos Sindicatos livres	29.311
Congresso Açucareiro Nacional	29.280
Congresso Camponês de Palmares	6.362
Congresso de salvação do NE	27.100
Congresso I e II Trabalhadores e Prof.	31.370
Congresso pro-unidade Sindical no Estado PE	27.908
Congresso sobre o Nordeste 1953	29.327
Congresso sindical	28.364
Conselho das delegações de Delegados sindicais	28.635
Conselho sindical dos trabalhadores COSINTRA	3.893
CONTAG	1.352
Cooperativa Central dos Banguzeiros e Fornecedores de cana	5.976
Cooperativa dos Plantadores de Cana PE 1981-84	30.433
Cooperativa dos Usineiros	31.379
Cooperação cultural e ruralismo	4.050
Correio Sindical	31.332
Cruzada Nacional de Educação	558
Cuba	29.326
DEIP Dept Est. Inf. e Prop.	28.626
Delegacia Auxiliar: 437, 431, 3.780; 31.067; 31.068; 31.397	427
Delegado sindical	31.445
Destilaria Pereira	28.621
Destilaria Central Presidente Vargas	28.646
Destilaria dos produtores de PE	6.675
Discriminação racial do Brasil	5.320
DOPS 31.308	28.647
Dpto N. Info.	5.255
Embaixada Cubana	1.445
Encontro Classe Trab.III	29.827
Encontro dos Bispos do NE	1.430
Encontro Vereadores ZM 82-84	29.834
Engenho Camaçari	8.098
Engenho Camurú Cabo 8.087	8.086
Engenho Japugi	28.666
Engenho Paris Cabo	8.088
Engenho Pimentel, Cabo	8.089
Engenho Uchoa	1.599
Engenho Fragoso	7.747
Fabrica Paulista (partido nazista)	29.238
Federação clubes ag. escolares	29.915
Federação Nacional dos Trab.	4.373
Federação das Coop. mistas de Trab. Rurais	29.144
Federação Trab Rurais Autônomos	28.765
Federação das classes trabalhadoras de Pe	424
FETAPE 28.688; 29.796; FETAPE A D 31.496	28.707
Francisco Julião	29.796

Frente Armada Libertação. Nacional Lent. Oper. Guer.	1.683
Frente Democrática de Libertação Nacional	31.200-02
Frente Única de luta armada	5.404
Funrural	28.800
Gazeta Sindical	31.341
Grupo dos 11	435
I Encontro Reg. Trab. Lav. Canavieira	29.679
IAA 29.759; 29.823; jornais 4.035; relatórios: 4.049; rel. fornecedores 4.048	29.586
IBAD	4.069
IBRA	5.650
Imprensa e comunismo	31.357
Imprensa pop. 46-48; 50, 52, 54-55-56-57-58	31.406
Imprensa popular	31.406
Incendiários/ incêndios 29.033; incêndios em engenhos 29.939	28.789
INCRA	5.400
Infiltrações comunistas no NE	26.939
Influência chinesa no Brasil	29.056
Influência russa no Brasil	29.034
Inst. Brasileiro de Relações de WTrabalho IBART	4.421
Instituto Nacional Educação. Agrícola.	26.619
Instit. Nacional Desenvolvimento Agrário INFA	1.342
Instruções comunistas p/ação no meio rural	5.352 e 5.353
Internacional socialista	28.945
Itambé	29.556
Jan/julho 65	27.593
Jornal A Voz do Povo	40.551
Justiça do Trabalho	27.604
Juventude Comunista de PE	6.341
Juventude rural	7.775
Liga dos Pescadores	28.685
Liga Camponesa Água Preta	7.599
LC Amaraji	7.585
LC Anandú de cima (Vitória)	29.259
LC Barreiros	7.589
LC Bom Jardim	7.590
LC Bonito	7.595
LC Caiçara, Engenho Barra, E.Cachoeira	29.309
LC Canhotinho	7.583
LC Carpina	7.577
LC Catende	7.586
LC Cortez	7.584
LC E. Malemba, Paudalho	29.343
LC Engenho Ducal ou Lucap	29.314
LC Escada	7.602
LC Glória de Goitá	7.582
LC Goiana	7.956
LC Ipojuca	7.579
LC Iputinga	7.947
LC Jaboatão	7.887
LC João Alfredo	7.613
LC Lagoa de Itaenga	29.209
LC Maraial	29.184
LC Mirueira	29.178
LC Moreno	29.187
LC Nazaré	29.182
LC Paraiba	29.282
LC Paudalho	29.265
LC Pesqueira	29.285
LC Propr. Cristo Redentor	29.242
LC Quipapá	29.185
LC Recife 29.287	7.597
LC Ribeirão	29.171 e 29.177
LC Rio Formoso	29.186

LC Rio Grande do Norte (63-64)	29.264
LC São Lourenço	29.201
LC Surubim	29.243
LC També	29.179
LC Timbaúba 45-62	29.244
LC Vitória	29.313
Liga	31.519
Liga Agrícola de Palmares (44-64)	29.266
MDB	20.016
MEB	3.701
Movimento contra Ditadura	6.281
Movimento camponês: recortes 64...	30.549
Movimento camponês: recortes 80...	30.548
Movimento de Pressão Moral	1.595
Movimento Democrático de Cultura	28.871
Município de Bonito	29.210
Município de Buenos Aires	29.173
Município de Camutanga	29.211
Município de Canhotinho	29.208
Município de Carpina	29.254
Município de Condado	29.253
Município de Escada	29.541
Município de Maraial	29.552
Município de Palmares	29.540
Município de Rio Formoso	29.181
Município de Tracunhaém	29.133
Município de Vicência	29.154
Museu do Açúcar	28.687
O lidador Vitória de Santo Antão 1945-62	31.271
O Trabalho 1945	31.390
Ofícios confidenciais 1975	28.678
Ofícios recebidos 62-64 +28.640; 28.645	28.610
Orobó queimadas	29.132
Palmares junho/julho 64	29.577
Partido Agrário Nacional	1.360
Partido comunista revolucionário (Draceng)	1.549
Partido Revolucionário dos Proletários	6.165
Partido Rev. dos Trab.	6.154
Partido ruralista brasileiro	7.790
Pasta da sindicância Pe Joseph Sevat	27.568
Paudalho junho 64	29.576
PC: 29.812; 29.817; comité regional 1.707, 1726, 31.423-27; 6.152; 6.166; 31.432; 31.433; 31.344; comité central 1.726; 6.166;	6.152; 20.019;
PCB jornais jornais 1.706 e 1.709; 1.725	1.723
PCBR	6.173
PMDB	6.117
Polícia Militar	440
Propaganda contra os Judeus	28.897
Quipapá	1.160
Reforma Agrária 31.493	1.570
Relação entre Entidades sindicais	29.224
Secretaria Assistente	445
Secretaria de Assuntos Sindicais	1.457
Seminário de Estudos NE 1960-61	29.227
Serviço Nacional de Informação	29.403
Sind dos Agricultores de Timbaúba	216
Sind dos Plantadores de Cana de Açúcar	223
Sindicato do Açúcar	30.852 30.809
Sind. Aux. Agric. de São Lourenço da Mata	236
Sind. da morte 1959-70	29.741
Sind. Emp. Lavoura do Engenho Capibaribe, São Lourenço	237
Sind. Fornecedores de Cana	30.840
Sind. Indústria do Açúcar de Pernambuco:	188 26.643

Sind. Operários na Indústria do Açúcar de Água Preta	238
Sind. Operários da Indústria do Açúcar de Palmares	241
Sind. Operários da Usina 13 de Maio	192
Sind. Produtores de Açúcar Engenho PE	27.872
Sind. Proprietários Rurais de Limoeiro	30.867
Sind. Rural de Palmares	30.891
Sind. Trabalhadores da zona canavieira PE	30.923
Sind. Trabalhadores Agrícolas de Bonito	27.665
Sind. dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar 30.864; 782; 800-805; 816; 466; 504; 788; 775	30.863
Sind. Trabalhadores Rurais	28.878
Sind. Trabalhadores Rurais zona canavieira de PE	27.766
Sindicato dos Cultivadores de Cana 30.820	5.792
Sindicato dos usineiros	4.066
Sindicatos	8.235
Sindicatos jornais 28.707	8.237
Sociedade. agrícola e pecuária de plantadores de Pernambuco	31.183
Sociedade. agrícola e pecuária Jaboatão	31.184
Sociedade. agrícola e pecuária PE 1955-61	31.212
Sociedade. agrícola e pecuária Pontes dos Carvalhos 58-60	31.186
Sociedade. agrícola e pecuária. Vitória de SA	31.211
Sociedade. agrícola e pecuária W de Guabiraba Bonito	31.182
Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e propriedade	3.882
Sociedade Hospital dos Trabalhadores do Açúcar de PE	29.103
Socialismo Mundial	29.520
Sociedade União Mixta Beneficente de Timbaúba	354
SORPE 1964-72	29.679
STR Abreu e Lima	1.670
STR Água Preta 30.961	1.605
STR Aliança 30.963	1.659
STR Amaraji 30.964	28.846
STR Barreiros 30.965	28.857
STR Bom Jardim	1.610
STR Cabo - Sindicato rural Cabo 30.967	1.660
STR Canhotinho 30.952	1.636
STR Carpina 30.950	28.856
STR Catende 30.968	28.855
STR Condado	1.656
STR Escada 30.948	28.876
STR Ferreiros	30.947
STR Gameleira	30.946
STR Goiana	28.878
STR Igarassu 30.918	1.612
STR Ipojuca 30.916	1.589
STR Itambé	30.915
STR Itaquitinga 30.945	1.644
STR Jaboatão	1.669
STR João Alfredo	1.608
STR Lagoa dos Gatos	1.665
STR Limoeiro 30.920	1.602
STR Macaparana 30.921	1.658
STR Maraial 30.924	28.877
STR Moreno 1.664	30.925
STR na Agricultura	30.860
STR Nazaré da Mata 1.584	30.926
STR Orobó	1.603
STR Palmares 27.766	30.942
STR Paulista 1.681	30.929
STR Pontes dos Carvalhos	30.928
STR Quipapá	30.941
STR Ribeirão 1.680	30.940
STR Rio Formoso 1.634	30.939
STR rural municipal de Timbaúba	1.666

STR São José da Coroa Grande	30.938
STR São Benedito do Sul	29.764
STR São Lourenço 30.931	1.606
STR São Vicente	1.657
STR Serinhaém 1.635	30.932
STR Surubim	28.879
STR Timbaúba	30.970
STR Vicência 1.615	30.971
STR Vitória de Sto Antão 1.607; 30.972	1.653
SUDENE	444
Timbaúba	1.102
Trabalho e agitação	29.747
União camponesa	1.544
União dos camponeses de Pontes dos Carvalhos	1.528
União dos Lavradores Trabalhadores Agrícolas do Brasil	1.571
União libertadora dos trabalhadores brasileiros	1.525
União operária e camponesa do Brasil	1.523
União Popular socialista	247
União rural dos plantadores do Recife	1.505
Usina Água Branca	808
Usina Aliança (Sind. Trab. Ind. A.PE)	770
Usina Aripibu	797
Usina Bom Jesus	786
Usina Bulhões	784
Usina Cachoeira Lisa	798
Usina Capibaribe	781
Usina Catende	806 A/B
Usina Caxangá	796
Usina Central Olho d'Água	776
Usina Cruangi	777-8
Usina Cucaú	814
Usina Estreliana	795
Usina Frei Caneca	921
Usina Ipojuca	811
Usina Jaguaré	813
Usina José Rufino	787
Usina Mameluco	790
Usina Massauassu	791
Usina Matary	771
Usina Muribeca	785
Usina Mussurepe	780
Usina Nossa Senhora das Maravilhas	773
Usina Pedroza	181
Usina Peri Peri	809
Usina Petribu 29.837	779
Usina Pumaty	804
Usina Ribeirão	794
Usina Rio Una	815
Usina Rocardinho	807
Usina Salgado	810
Usina Santa Tereza	774
Usina Santa Terezinha	799
Usina Santo Inácio	789
Usina São José	772
Usina Serro Azul e 13 de Maio	802
Usina Timbo-Assu	792
Usina Tiuma 470 (59-62)	29.286
Usina Trapiche	812
Usina União + Refinaria Bomfim Ind. Luis Dubeux	793
Vanguarda	31.485
Voz do Povo 56-68	31.551

JORNAIS CONSULTADOS

Levantamento no Diário de Pernambuco

ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1940	I	II			V	VI			IX	X	XI	XII
1941	I	II			V	VI			IX	X	XI	XII
1942	I	II			V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII
1943	I	II	III	IV	V	VI				X	XI	XII
1944	I	II	III		V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII
1945	I	II		IV	V	VI				X	XI	XII
1946	I	II			V	VI			IX	X	XI	XII
1947	I	II			V	VI			IX	X	XI	XII
1948	I	II			V				IX	X	XI	XII
1949	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII
1950	I	II			V	VI			IX	X	XI	XII
1951												
1952												
1953					V	VI						
1954					V	VI	VII	VIII				
1955							VII	VIII	IX	X		
1956	I	II							IX	X		
1957				IV	V				IX			
1958	I				V						XI	
1959					V		VII		IX		XI	
1960		II							IX	X		
1961	I			IV							XI	
1962	I	II	III	IV		VI	VII			X		XII
1963	I	II	III	IV		VI	VII	VIII		X	XI	XII
1964	I	II	III	IV	V	VI				X	XI	XII
1965	I		III			VI				X		XII
1966	I	II				VI				X		XII
1967	I											
1968						VI						XII
1969	I									X		XII
1970						VI				X		XII
1971	I					VI				X		
1972	I					VI				X		XII
1973	I					VI				X		XII
1974	I											

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

A Questão agrária no Brasil. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

Excluído: 339.*¶
21.¶

AÇÚCAR E ALCOOL: Centro dinâmico da economia brasileira. Conferências realizadas no IV Encontro Nacional dos Produtores de Açúcar. Rio de Janeiro: APEC/COPERFLU, 1979.

Açúcar: Realidade e Política. Recife: UFPE-PIMES, 1975.

ADAMO, Sam. "Race and Povo". In: CONNIFF Michael L. & Frank D. McCann. *Modern Brazil, Elites and Masses in Historical Perspective*. Lincoln: Univ. of Nebraska Press, 1989, pp. 192-206.

ADAMSON, Alan H. *Sugar Without Slaves. The Political Economy of British Guiana*. New Haven/London: Yale UP, 1972.

ALAVI, H. *et al. Capitalism and Colonial Production*. London: Croom Helm, 1982.

ALBURQUERQUE, Durval Muniz de. *O engenho antimoderno, A invenção do Nordeste*. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 1994.

ALCÂNTARA, Aspásia Camargo de. *A questão agrária: crise de poder e reformas de base 1930-1964*. Rio de Janeiro: CPDOC, mimeo.

ALCÂNTARA, Aspásia Camargo de. *Brésil Nord-Est: Mouvements Paysans et Crise Populiste*. Paris, 1973 (Thèse de 3ème cycle).

ALENCAR, Eloine Nascimento de. *Trabalho e saúde do canavieiro*. João Pessoa: UFPB, Mestrado em enfermagem em Saúde Pública (Tese de Mestrado - mimeo), 1993, 135 p.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Videntes. Formação do Brasil no Atlântico Sul. Séc. XVI e XVII*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. *Escravidão e Transição. O Espirito Santo (1850/1888)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984, 221p.

ALMEIDA, José Américo de. *A Bagaceira*. [1928] Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 14 ed. 1978.

ALMEIDA, José Américo de. *O Ano do Nego*. Rio de Janeiro: A União, Cia Ed., s.d.

ALMEIDA, Maria de Lourdes. "Formas de Organização de Trabalhadores Rurais e a Realidade Sindical Boavistense". Texto para discussão do grupo "Movimentos Sociais no Campo", PIPSA, Rio de Janeiro 9-11 de Abril, 1980. (mimeo).

ALMEIDA, Maria Herminia Tavares de, *et al. Trabalho e cultura no Brasil*. Brasília: Cnpq, 1981.

AMADO, Janaína. *Movimentos Sociais no Campo: A Revolta de Formoso (Goiás, 1948-1964)*. Texto para discussão do grupo "Movimentos Sociais no Campo". PIPSA, Rio de Janeiro 9-11 de Abril, 1980. (mimeo).

AMARAL, Ana Elizabeth Perrucci do. *Aspectos das relações de trabalho e do movimento sindical da zona da Mata Sul de Pernambuco*. Recife: Instituto de Pesquisas Sociais, 1984.

AMIN, Samir. "Modes of production: History and unequal development". In: *Science and Society*, 49:194-207, 1985.

AMIN, Samir. *Delinking: Toward a Polycentric World*. London: Zed Books, 1990.

AMNESTY INTERNATIONAL. *Brazil: Authorized Violence in Rural Areas*. Londres: Amnesty International, 1988. *Brésil. Assassinats et complicités*, Paris: AEFAL, 1988.

- ANDRADE Neto, Joaquim Correia Xavier de. *A evolução da agroindústria açucareira de Alagoas a partir da década de 50. Modernização e proletarização do trabalhador rural*. Recife: UFPE, (Tese de Mestrado em Geografia), 1984.
- ANDRADE Neto, Joaquim Correia Xavier de. *A Intervenção do Estado na Agroindústria Açucareira e Alcooleira Nordestina*. Recife: Relatório CNPq, Mimeo, 1989.
- ANDRADE Neto, Joaquim Correia Xavier de. *O Estado e a Agroindústria Canavieira do Nordeste Oriental: Modernização e Proletarização*. São Paulo (Tese, mimeo), 1990.
- ANDRADE, Gilberto Osório de. *João Pais do Cabo: o patriarca, seus filhos, seus engenhos*. Recife: Massangana, 1982.
- ANDRADE, Gilberto Osório de. *Os rios do açúcar do Nordeste Oriental I: O rio Ceará-Mirim. III: O rio Paraíba do Norte*. Recife: IJNPS, 1957 e 1959.
- ANDRADE, Joaquim Correia Xavier. *Usina Caxangá: uma experiência de Reforma Agrária*. Recife: 1987 (Relatório CNPq - mimeo), 26 p.
- ANDRADE, José Bonifácio X. de. *Do bangüê à usina em Pernambuco*. Recife: PIMES, Maio 1975.
- ANDRADE, Manuel Correia de e FERNANDES, Eliane Moury. *Atualidade e Abolição*. Recife: Fundaj, 1991.
- ANDRADE, Manuel Correia de e Sandra Maria Correia de Andrade. *A cana-de-açúcar na região da mata de Pernambuco. Reestruturação Produtiva na Área Canavieira de Pernambuco nas décadas de 80 e 90: Impacto Ambiental. Sócio-Econômico e Político*. Recife: Editora Universitária, UFPE, 2001.
- ANDRADE, Manuel Correia de e Sevy de Barros Madureira. *Produção do espaço e regionalização em Pernambuco*. Recife, UFPE/MDU, Texto para discussão, 1981
- ANDRADE, Manuel Correia de. “A propriedade da terra e a questão agrária em Pernambuco”. In: Andrade, Manuel Correia de. Redwood III, John e Fiorentino, Raul, *A propriedade da terra e as transformações recentes na agricultura pernambucana*. Recife: MDU, UFPE, maio de 1982.
- ANDRADE, Manuel Correia de. “Estrutura fundiária e tipos de exploração agrícola em Pernambuco”. *Cahiers des Amériques Latines*. Paris: Ed. CNRS, 1968, No2, p. 160-172.
- ANDRADE, Manuel Correia de. “Ligas Camponesas e Sindicatos Rurais do Nordeste (1957/64). Texto para discussão do grupo “Movimentos Sociais no Campo”. PIPSA, Rio de Janeiro 9-11 de Abril, 1980.
- ANDRADE, Manuel Correia de. “O planejamento urbano e as pequenas cidades do Nordeste”. In: *Revista do Departamento de Ciências Geográficas da UFPE*. Vol.7, N°1, jan/jun. 1991, p.7-17.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *A História das usinas em Pernambuco*. Recife: Massangana, 1989.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *A indústria açucareira e a organização do espaço no Nordeste*. Recife: IAA, 1971.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem do Nordeste*. São Paulo: Livraria Ed. Ciências Humanas, [1963] 1980.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Abolição e Reforma Agrária*. São Paulo: Ática, 1987.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Agricultura e capitalismo*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Área do sistema canavieiro*. Recife: SUDENE, 1988.

- ANDRADE, Manuel Correia de. *Classes sociais e Agricultura no Nordeste*. Recife: Ed. Massangana, 1985.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Escravidão e trabalho “livre” no Nordeste açucareiro*. Recife: ASA Pernambuco, 1985.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Gilberto Freyre e os grandes desafios do século XX*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Latifúndio e reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Duas Cidades, 1980.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Lutas camponesas no Nordeste*. São Paulo: Atica, 1986.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Modernização e pobreza. A expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social*. São Paulo: UNESP, 1994.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *O caso do Nordeste*. Recife: Ed. ASA Pernambuco, 1985.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *O Sentido da Colonização*. Recife: 20-20 Comunicação e Editora, 1994.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Org. *Joaquim Nabuco. A Abolição e a República*. Recife: UFPE Ed. Universitária, 1999.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Os rios do açúcar do Nordeste oriental*. Recife: IJNPS, 1959.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Vale do Siriji*. Separata do Museu do Açúcar, Ano IV, vol. 1, N° 6, 1971. 1958.
- ANDRADE, Sandra Maria Correia. *Ação sindical no campo a partir da década de 70: o caso dos trabalhadores canavieiros de Pernambuco*. São Paulo, Tese, 1994.
- ANDREUCCI, Franco. “A questão colonial e o imperialismo”. In: HOBSBAWM, Eric, Ed. *História do Marxismo*. Vol.IV, *O Marxismo na época da Segunda Internacional*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p.251-277.
- Antropologia do açúcar*. Recife: Museu do Açúcar, 1972.
- AQUINO, Aécio Villar de. *Nordeste Agrário do Litoral numa Visão Histórica*. Recife: Asa, 1985.
- ARAÚJO, Braz José de. “Caio Prado Junior e a Questão Agrária no Brasil”. In: *Temas de Ciências Humanas*, vol. 1.
- ARAÚJO, Espedito Rufino de. *O Trator e o 'Burro sem Rabo'. Consequências da modernização agrícola sobre a mão-de-obra na região canavieira de Pernambuco - Brasil*. Genève: IUED (mimeo), 1990.
- ARAÚJO, Maria do Socorro P. “Proálcool: é bom para o Nordeste”. In: *Boletim sobre População, emprego e renda no Nordeste*, Vol. 3 No2, maio-ago. 84, Recife: Sudene, p. 191-198.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. *Guerra e Paz*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de Org. *O fio e a trama: Depoimento de Manuel Correia de Andrade*. Recife: Ed. Universitária, 2002.
- ARICO, José (Org.). Alexandr V. Chayanov, Basile Kerblay, Daniel Thorner, Mark Harrison. *Chayanov y la teoria campesina*. Mexico, DF: Ed Pasado y Presente, 1981.
- ARICO, José. *Marx e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- ARICO, José. “O Marxismo na América Latina nos anos da Terceira Internacional”. In: HOBSBAWM, Eric (Ed.). *História do Marxismo*, VIII, *O Marxismo na época da*

Excluído:

- Terceira Internacional: o Novo Capitalismo, o Imperialismo, o Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 419-459.
- ARRAES, Miguel, *et al.* *Palavras de Arraes*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, s.d.
- ARRAES, Miguel. *Le Brésil. Le peuple et le pouvoir*. Paris: Maspéro, [1969]1970. *Brazil: The People and the Power*. Harmondsworth: Penguin, 1972
- ARRAES, Miguel. *O jogo do poder no Brasil*. 2ª ed. revisada, São Paulo: Alfa-Omega, [1981] 1982.
- ASSADOURIAN, Carlos Sempat *et al.* *Modos de producción en América Latina*. Cordoba: Cuadernos de Pasado e Presente, 1973.
- ASSOULINE, Gérald. *Bioénergie et développement agro-industriel. Le plan alcool brésilien*. Grenoble: 1983 (Thèse 3ème cycle.).
- ASSUNPÇÃO, Clovis Edilberto *et al.* *Estrutura Fundiária e ocupação no Estado de Pernambuco*. Recife: Condepe, 1971.
- ASTON, T. & PHILPIN, C. (Eds). *The Brenner debate: Agrarian class structure and economic development in pre-industrial Europe*. Cambridge: Cambridge UP, 1985.
- Atlas Fundiário Brasileiro*. Brasília, INCRA/PNUD, 1996
- AUED, Bernadete Wrublevski. *A vitória dos vencidos. Partido Comunista Brasileiro - PCB - e Ligas Camponesas 1955-64*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1986.
- AYKROYD, W.R. *Sweet Malefactor. Sugar, Slavery and Human society*. London: Heimann, 1967.
- AZEVEDO, Carlos Alberto. Rachel Caldas e Vamireh Chacon. *Situação sócioeconômica em Áreas da Zona Canavieira de Pernambuco e Alagoas*. Recife: IJNPS, 1972.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- AZEVEDO, Fernando de. *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil; ensaio sociológico sobre o elemento político na civilização do açúcar*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1948.
- BALARD, Michel & DUCCELLIER, Alain, Dir. *Coloniser au Moyen Age*. Paris: A. Colin, 1995
- BANAJI, J. "Modes of Production in a materialist conception of history" in *Capital and Class*. 7:1-44.
- BANCEL, Nicolas; BLANCHARD, Pascal; HOETSCH, Gilles; DEROO, Éric et LEMAIRE, Sandrine. *Zoos humains XIX et XXe siècles*. Paris: La Découverte, 2002
- BANDEIRA, Élcia de Torres. *Os usineiros de Pernambuco e a intervenção do Estado na Agroindústria açucareira*. Recife: UFPE, 1989 (Tese de Mestrado).
- BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart: As Lutas Sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BANDEIRA, Moniz. *Trabalhismo e socialismo no Brasil. A Internacional Socialista e a América Latina*, São Paulo: Global Editora, 1985.
- BARBALHO, Nelson. *Dicionário do Açúcar*. Recife: Massangana, 1984.
- BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. "Com açúcar, sem café". In: *Clio, Revista do curso de Mestrado em História UFPE, Série História do Nordeste*, Recife, vol. 4, nº 14, 1993, p. 79-98.
- BARK, William Carroll. *Origens da Idade Média*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. CFCH 940 "04/14" B 254 o.

- BAROU, Jacques, Suzanne CITRON, *et al.* *Mémoire et intégration*. Paris: Syros, 1993, 116p.
- BARRET, Ward J. & SCHWARTZ, Stuart B. “Comparación Entre Dos Economías Azucareras Coloniales: Morelos, Mexico y Bahia, Brazil” in Florescano, Enrique, Coord. *Haciendas, Latifundios y Plantaciones*. Mexico: Siglo XXI, 1978.
- BARROS, Henrique Osvaldo Monteiro de. “Relações de trabalho e produtividade na lavoura canavieira pernambucana”. *Boletim sobre População Emprego e Renda no Nordeste*, Recife, 2(3):421-443, st./dez. 1983.
- BARROS, Henrique Osvaldo Monteiro de. *A caminho da 'rua': condições de vida e de trabalho no meio rural da Zona da Mata pernambucana*. Recife: IJNPS, 1982.
- BARTHÉLEMY, Dominique. *Nouvelle Histoire de la France médiévale*. vol.3 *L'ordre seigneurial XI-XIIe siècle*, Paris: Seuil, 1990.
- BASTOS, Edinaldo Gomes. *Cana de açúcar e política econômica: o censo Nordeste*. Recife: Pimes, 1980.
- BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BATISTA Filho, Malaquias, *et al.* *Pesquisa nutricional na zona da mata*. Recife: UFPE Imprensa universitária, 1968.
- BAXA, Jakob & BRUHNS, Guntwin. *Zucker im Leben der Völker: eine Kultur und Wirtschaftsgeschichte*. Berlin: A.Barten, 1967.
- BEBEL, August, *La femme dans le passé, le présent et l'avenir*. Paris/Genève: Slatkine, [1891] 1979.
- [BENJAMIN, Walter. “Teses sobre filosofia da História”. In: KOTHE, Flávio \(Org.\). FERNANDES, Florestan. \(Coord.\) Walter Benjamin. São Paulo: Ática, 1991.](#)
- BENZAQUEN, Ricardo. *Guerra e Paz. Casa Grande e Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- BERG, Magnus. “La entrevista como método de producción de conocimientos”. *História y fuente oral, Entrevistar para qué?* Publicacions da Universitat de Barcelona, n° 4, 1990, pp. 5-10.
- BERGQUIST, Charles. “Labor History and Its Challenges: Confessions of a Latin Americanist”. In: *American Historical Review*, vol. 98, nr 3, june 1993, p. 757-764.
- BERTAUX, Daniel. “L’approche biographique: sa validité méthodologique, ses potentialités”. In: *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. LXIX, Juillet-déc., 1980, Paris, PUF.
- BERTO, Luiz. *Nunca houve guerrilha em Palmares*. Porto Alegre, Mercado Alegre, 1987.
- BESKOW, Paulo R. “Agricultura e política agrícola no contexto brasileiro da industrialização do pós-guerra (1946-’64). In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, N° 12, abril 1999, Univ. Fed. Rural do Rio de Janeiro, pp. 56-79.
- BEZERRA. Gregório. *Memórias*. 2 vol. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- BILLETER, Jean-François. “La campagne anti-confucianiste” in *Critique*. N° 337, juin 1975, p.557-569.
- BILLETER, Jean-François. *Chine trois fois muette. Essai sur l’histoire contemporaine et la Chine*. Paris, Allia, 2000.
- BLAUT, Jim. *The Colonizer's Model of the World: Geographical Diffusionism and Eurocentric History*. New York, Guilford, 1993.
- BLOCH, Marc. *Histoire et historiens*, Textes réunis par Étienne Bloch. Paris: Armand Colin, 1995

- BLOCH, Marc. *La société féodale*. Paris, Albin Michel, [1939] 1968. *A sociedade feudal*. Lisboa: Ed. 70, 1970.
- BLOCH, Marc. *Les caractères originaux de l'histoire rurale française*. Paris: A. Colin, 1968, 2 vol.
- BOHAN, Merwin L.(Coord.). *Northeast Brazil. Nutrition Study*. March-May 1963.(Relatório maio 65. Comissão Interdepartamental sobre Nutrição para o Desenvolvimento Nacional USA). Washington: Department of Defense, 1965.
- BOLLE, Willi. “Gêneros literários urbanos: Berlim, Paris, São Paulo”. In: *Revista Tempo Brasileiro*, jan.-mar. n° 132. Rio de Janeiro 1998.
- BOLLE, Willi. “L’historiographie figurative de Walter Benjamin”, In: *Archéologie du recyclage. Economies de l’appropriation culturelle*, Montréal: Ed. Balzac, 1996.
- BOLLE, Willi. “Physiognomik der modernen Metropolen. Köln: Weimar, Wien”. Böhlau Verlag. *Europäische Kulturstudien*, 6, 1994.
- BORGES, Uta, FREITAG, Heiko, HURTIENNE, Thomas, NITSCH, Manfred. *Proálcool. Economia política e avaliação sócio-econômica do programa brasileiro de biocombustíveis*, Aracaju: Gráfica Diplomata, 1988.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia da Letras, 1993.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos*, São Paulo: Companhia das Letras, [1973] 1994.
- BOURDIEU, Pierre. “Le mort saisit le vif”, *Actes de la recherche en sciences sociales*. n° 32-33, avril-juin, 1980., p. 3-14.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. Dir., *La misère du monde*. Paris: Seuil, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. *La Distinction, Critique Sociale du Jugement*. Paris: Editions de Minuit, 1979.
- BOUTRUCHE, Robert. *Seigneurie et féodalité*. Paris: Aubier-Montaigne, [1959-1970] 1968-70, 2 vol. Vol.1 *Le premier âge: Des liens d’homme à homme*. Paris: Editions Montaigne, 1968.
- BOWLER, P.J. *The Invention of Progress. The Victorians and the Past*. Oxford: Blackwell, 1989
- BRADLEY, Sandra Maria Correia. *Açúcar e Poder. Análise da evolução política de Vicência, um município da micro-região da Mata Seca pernambucana*. Recife: CONDEPE/FIAM/DEHM, 1977.
- BRAUDEL, Fernand. *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l’époque de Philippe II*. Paris: Armand Colin, [1949] 1966, 2 vol.
- BRET, Bernard. “Le Nordeste du Brésil. Croissance économique. Croissance économique et problèmes d’aménagement”. In: *Notes et Etudes Documentaires. Brésil. Population et peuplement. Politique industrielle*. Problèmes du Nordeste, No 4237-4238-4239, Novembro de 1975, p. 59-86.
- BROOKSHAW, David. *Raça e cor na literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Alegre, 1983.
- BURITY, Joanildo A., org. *Cultura e Identidade. Perspectivas interdisciplinares*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- BURKE, Peter. *Sociology and History*. London: George Allen & Unwin, 1981 [1980].

Excluído: 7-423

- CABANNES, Robert, COPANS, Jean, SELIM, Monique. *Salariés et entreprises dans les pays du Sud. Contribution à une anthropologie politique*. Paris: Karthala, 1995.
- CABANNES, Robert. “Le concept de culture ouvrière à travers l’approche biographique”. In: *Pratiques sociales et travail en milieu urbain, Les Cahiers*. n° 14, 1991.
- CABRAL, Pedro Eugênio Toledo. *O Trabalhador da Cana-de-Açúcar em Pernambuco: da Senzala ao Caminhão*. Recife, PIMES: UFPE, 1983.
- CABRAL, Pedro Eugênio. “Tempo de morada: a constituição do mercado de trabalho semi-assalariado na lavoura canavieira pernambucana”. In: SAMPAIO, Yoni. *Nordeste rural. A transição para o capitalismo*, Recife, UFPE, 1987, p. 17-139.
- CAHIERS DE L’IUED. *L’ambivalence de la production. Logiques communautaires et logique capitaliste*. N° 3, *Cahiers de l’Institut d’Etudes du Développement/Presses Universitaires de France*, Genève/Paris: IUED/PUF, 1975.
- CAHIERS DU BRÉSIL CONTEMPORAIN. *Le Développement, qu’est-ce? L’apport de Celso Furtado*. Paris: N° 33-34, 1998.
- CALLADO, Antônio. *Tempo de Arraes. A revolução sem violência*. Rio de Janeiro: [José Alvaro, 1964, 177p.] Paz e Terra, 1980.
- CAMPOS, Zóia Vilar. *Doce Amargo. Produtores de açúcar no processo de mudança pernambuco (1874-1941)*. São Paulo: Annablume, 2001.
- CANABRAVA, Alice Pfiffer. *O açúcar nas Antilhas. 1697-1755*, São Paulo: IPE, 1980.
- CANUTO, Cláudio Accioly. “A decadência do patriarcado rural no ciclo-do-açúcar em José Lins do Rego”. UFPE (Dissertação de Mestrado em Sociologia): Recife, 1990.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. & BRIGNOLI, Hector Perez. *História econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. “As concepções acerca do ‘sistema econômico mundial’ e do ‘antigo sistema colonial’: a preocupação obsessiva com a ‘extração de excedente’”. In: LAPA, José Roberto do Amaral. *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 109-132.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. “Observations sur le dossier préparatoire à la discussion sur la mode de production féodal”. In: CERM. *Sur le féodalisme*, Paris: Ed. Sociales, 1974.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*, Petrópolis: Vozes, 1979.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravo ou Camponês? O proto-campesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. Org., *Escravidão e abolição no Brasil, Novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- CARDOSO, Fernando Henrique, Bernardo Sorj e Maurício Font. (Orgs). *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CARPEAUX, Otto Maria. “Prefácio”. *Fogo Morto*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.
- CARVALHO, Abdias Vilar e INCÃO, Maria da Conceição. (Org.). *Reforma Agrária, Significado e viabilidade*. São Paulo: Vozes, 1982.
- CARVALHO, Inaia Maria Moreira e HAGUETTE, Teresa Maria Frota. (Org.). *Trabalho e condições de vida no Nordeste brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- CARVALHO, João Carlos M. de. *Camponeses no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1978.

- CARVALHO, Marcus J.M. de. *Liberdade. Rotinas e rupturas do escravismo*. Recife, 1822-1850, Recife: Ed. Univ. UFPE, 1998.
- CARVALHO, Marcus. “Le “divin maître” - Esclavage et liberté à Recife dans les années 1840”. In: Crouzet, François et Denis Rolland, Pour l’histoire du Brésil, *Mélanges offerts à Kátia de Queiros Mattoso*, Paris: L’Harmattan, 2000, p. 437-449.
- CARVALHO, Zóia. *Rosto e Mascara do Senhor de Engenho de Pernambuco*. Recife: Massangana, 1988.
- [CASCUDO, Luis da Câmara. *Sociologia do Açúcar. Pesquisa e Dedução*. Rio de Janeiro: MIC/IAA, Col. canavieira nº 5, 1971.](#)
- CASTEL, Robert. *Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat*. Paris: Fayard, 1995.
- CASTRO, Antônio de Barros. “A questão do trabalho escravo” in *Escravos e Senhores nos Engenhos do Brasil* (um estudo sobre os trabalhos do açúcar e a política econômica dos senhores) Campinas: IFGH/UNICAMP, 1976, (Tese doutorado), p. 22-30.
- CASTRO, Antônio de Barros. “Escravos e senhores nos engenhos do Brasil: um estudo sobre os trabalhos do açúcar e a política econômica dos senhores. Estudos Econômicos, São Paulo: IPE-USP, 7 (1): 188, 1977.
- [CASTRO, Armando. *História Econômica de Portugal. Vol. II, Séc. XII-XV*. Lisboa: Ed. Caminho, 1978.](#)
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao Sul da História*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CASTRO, Josué. *Geografia da fome*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1948
- CASTRO, Josué de. *Documentário Nordeste*. São Paulo, Brasiliense: 1968 [1959].
- CASTRO, Josué de. *Ensaio de Geografia Humana*. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- CASTRO, Josué de. *Géopolitique de la faim*. Paris: Ed. Ouvrières, 1973.
- CASTRO, Josué de. *O livro negro da fome*. São Paulo: Brasiliense, 1968.
- CASTRO, Josué de. *Sete Palcos de Terra e um Caixão. Ensaio sobre o Nordeste, uma área explosiva*. São Paulo: Brasiliense, [1964] 2ª ed. 1967.
- CAVALCANTI, Cláudio. “Fogo Morto”. In: *Retrato do Brasil*, No 33, p. 394-396.
- CAVALCANTI, Paulo, *A luta clandestina. O caso eu conto como o caso foi*. Vol. 1. *Da coluna Prestes à queda de Arraes*. Recife, Guararapes, 1980.
- CAVALCANTI, Paulo. “Os equívocos de Caio Prado Junior” in *Estudos Brasileiros*. Rio de Janeiro: Ed. Argumentos, 1966, p. 25-26.
- CAVALCANTI, Paulo. *A luta clandestina. O caso eu conto como o caso foi*. Vol. 2, Recife: Guararapes, 1980.
- CAVALCANTI, Paulo. *A luta clandestina. O caso eu conto como o caso foi*. Vol. 4, Recife: Guararapes, 1985.
- CEAP, *Criança e Adolescente - Trabalho e Sindicalismo*. Nº 2, outubro 1991.
- CENTRO JOSUÉ DE CASTRO. *Os Trabalhadores Invisíveis, Crianças e Adolescentes dos Canaviais de Pernambuco*. Recife: CJC, 1993 (mimeo).
- CERCOM. Cahiers du, Colloque *Biographie et cycle de vie*. Marseille: Vieille Charité, juin 1988, Nice, CNRS/Université de Nice/EHESS Marseille, 1989.
- CERM, *Sur le féodalisme*. Paris: Editions Sociales, 1974.

- CERM. *Sur le 'mode de production asiatique'*. Paris: Editions Sociales, 1974.
- CERM. *Sur les sociétés précapitalistes*. Préface de Maurice Godelier. Paris: Editions Sociales, 1978.
- CERQUEIRA, Maria dos Milagres Leite. "A ação sindical dos trabalhadores rurais de Pernambuco". In: *Revista Pernambucana de Desenvolvimento*, Jan/Jun 1983, p. 63-93.
- CHARNY, François. *Le sucre*. Paris: PUF, 1965.
- CHAU, Marilena. *Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- CHAUNU, Pierre. *A expansão europeia do século XIII ao XV*. São Paulo: Pioneira, 1978.
- CHAUNU, Pierre. *Conquête et exploitation des nouveaux mondes*. Paris: PUF, 1969.
- CHAUVEAU, A. & TETARD, Ph. (Ed.). *Questions à l'histoire des temps présents*. Paris: Ed. Complexe, 1992.
- CHAVES, Nelson. "Alimentação na zona da mata". In: *Antropologia do Açúcar*, Recife: IAA/Museu do Açúcar, 1972, p. 101-111.
- CHAVES, Nelson. "Nutrição e trabalho físico". Rio de Janeiro: s.ed., 1969, p. 1536-1546. Separata da Revista *O Hospital*, vol. 75, Nº 5, maio de 1969.
- CHAVES, Nelson. "Nutrição e Trópico". In: *Congresso brasileiro de Tropicologia*, (1:1986: Recife), Recife: Massangana, 1986.
- CHAVES, Nelson. *A mata, a terra e o homem no Nordeste*. Conferência IJNPS, 8 de maio de 1951, Recife: IAA, 1951(1952?).
- CHAVES, Nelson. *Fome, criança e vida*. Recife: Massangana, 1982.
- CHAVES, Nelson. *O açúcar na nutrição*. Recife: Ed. Univ. 1969.
- CHAVES, Nelson. *Trópico, nutrição e desenvolvimento*. Recife: UFPE, 1965 (1969).
- CHESNEAUX, Jean. *China - A revolta dos camponeses, 1840-1949*. Lisboa: Ulisseia, s.d.
- CHESNEAUX, Jean. *Du passé faisons table rase? A propos de l'histoire et des historiens*. Paris: Maspéro, 1976.
- CHESNEAUX, Jean. *Le mouvement ouvrier chinois*. Paris: Mouton, 1962.
- CHILCOTE, Ronald H. *The Brazilian Communist Party. Conflict and Integration 1922-1972*. New York: Oxford Univ. Press, 1974.
- COHN, Bernard S., "A representação da autoridade na Índia vitoriana". In HOBSBAWM, E. e Ranger T., *A invenção da tradição*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- COMPARATO, Fábio Konder. "Liberdades Formais e Liberdades Reais". In: *Encontros com a Civilização Brasileira*, 29, 1982 vol. III, Nº 11, p.118-140.
- CONDÉ, José. *A Cana-de-Açúcar na vida brasileira. Textos Coligidos*, Rio de Janeiro: MIC/IAA, 1971/72.
- CONFINO, Alon. "Collective Memory and Cultural History: Problems of Method. *American Historical Review*, vol. 102 nr 5, dec. 1997, p. 1386-1403.
- CONGRESSO AGRÍCOLA DO RECIFE, 1878, *Trabalhos*. Introdução de Gadiel Perruci, Ed. fac-similar, Recife: CEP/PE, 1978.
- CONGRESSOS AÇUCAREIROS NO BRASIL. Rio de Janeiro: IAA, 1949.

- CONNIFF Michael L. and Frank D. McCann. *Modern Brazil, Elites and Masses in Historical Perspective*. Lincoln: Univ. of Nebraska Press, 1989.
- CONRAD, Robert. *The Destruction of Brazilian Slavery, 1850-1888*. Berkley: Univ. of California Press, 1972.
- CONTAG, 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. *Anais*, Brasília: CONTAG, 1979.
- CONTAG. *30 anos de luta, Dignidade e Cidadania*. Brasília: Contag, 1993.
- CONTAG. *Nossa Luta, nossa História*. Brasília: Contag, 2000.
- CORREA: Mariza. *As Ilusões da Liberdade: a escola de Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. (Tese de Doutorado em Antropologia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982) Bragança Paulista: Edusf, 1998.
- COSTA, Aguinaldo. *Apontamentos para uma Reforma Agrária*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1945.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Liv. Ed. Ciências Humanas, 1982.(1966)
- COSTA, Luiz Flávio Carvalho. *O Congresso Nacional Camponês. Trabalhador Rural no processo político brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Universidade Rural, 1993.
- CRISENOY, Chantal de. *Lénine face aux moujiks*. Paris: Seuil, 1978.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. 20ed Rio de Janeiro:Ediouro, 1998.
- CURTIN, Philip D. *The Rise and Fall of the Plantation Complex*. Cambridge: Cambridge UP, 1990.
- D'ANDREA, Moema Selma. *A tradição re(des)coberta: Gilberto Freyre e a literatura regionalista*. Campinas, São Paulo: Ed. Unicamp, 1992, 223p.
- DABAT, Christine Rufino e Espedito Rufino de Araújo. "Se não fosse o Sindicato: Papel do Sindicato de Trabalhadores Rurais na Vida dos Canavieiros de Pernambuco". *Revista de Geografia*, Recife: UFPE/DCG/NAEG, Vol. 10 N°2, Recife, 1994, p.7-21.
- DABAT, Christine Rufino e Leonardo Guimarães Neto *Zona da Mata: Emprego, Relações de Trabalho e Condições de Vida*. Recife: IICA/SEPLAN,(mimeo), 1993, 112p.
- DABAT, Christine Rufino. "A Terra-Privilégio. Estudo sobre a estrutura fundiária na zona canavieira de Pernambuco. *Anais do x Encontro de Geografia Agrária*, Rio de Janeiro: UFRJ, 1990, p. 133-150.
- DABAT, Christine Rufino. "Crianças e adolescentes nos canaviais de Pernambuco". Em colaboração com Ana Dourado e Tereza Wanderley, capítulo do livro *História das Crianças no Brasil*, Mary del Priore Org. São Paulo: Contexto, 1999, p.407-436.
- DABAT, Christine Rufino. "Os primórdios da cooperativa de Tiriri". In: *Clio, Revista de Pesquisa Histórica*, Série História do Nordeste, N° 16, 1996, p. 41-63.
- DABAT, Christine Rufino. "Relações de Trabalho e Desemprego Sazonal na Zona Canavieira de Pernambuco". In: *Revista de Geografia*, Vol. 7, No 1, jan./jun. 1991, p. 59-70.
- DABAT, Christine Rufino. "Terra para plantar. O acesso à terra na experiência dos trabalhadores rurais da zona canavieira de Pernambuco". In: *Revista de Geografia*, Vol.7, n° 2 jul./dez. 91, p. 33-68.
- DABAT, Christine Rufino. *A situação dos Trabalhadores Rurais de Ponta-de-Rua na Zona Canavieira de Pernambuco*. Recife, 1991 (Relatório de pesquisa CNPQ), mimeo, 185p.

- DANTAS, Bento. *A agroindústria canavieira de Pernambuco: as raízes históricas dos seus problemas. sua situação atual e suas perspectivas*. Recife: Minter-Geran, 1971.
- DANTAS, Bento. *A Recuperação da Lavoura Canavieira com Base no Aumento da Produtividade e da Intensificação da Policultura*. FAP/GEA, 1964.
- DAVIES, Mike, *Holocaustos coloniais. Clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- DÉ CARLI, Gileno. *Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural*. FAO 1979. Recife: CEPE, 1980.
- DÉ CARLI, Gileno. *Açúcar Amargo*. Recife: Cia Editora de Pernambuco, 1982.
- DÉ CARLI, Gileno. *A Igreja Católica e a Reforma Agrária*. S.l.: S. ed., 1987.
- DÉ CARLI, Gileno. *Memória biográfica dos meus livros e outras memórias*. Recife: s.ed., 1986, 2 v.
- DÉ CARLI, Gileno. *O processo histórico da usina em Pernambuco*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1942.
- DEGLER, Carl N. *Nem Preto nem Branco. Escravidão e Relações Raciais no Brasil e nos EUA*. Rio de Janeiro: Labor, 1976.
- DENING, Greg. "Clio in Oceania: Transformations That Present the Past". In: BIRSACK, Aletta. *Clio in Oceania. Toward a Historical Anthropology*. Washington: Smithsonian Institution Press, 1991, p. 347-381.
- DIAS, Gentil Martins. *Depois do latifúndio: continuidade e mudança na sociedade rural nordestina*. Brasília: Ed. da UNB, 1978.
- DIEESE, *Estimativa da redução da necessidade de mão-de-obra com a adoção do corte da cana solta*. Recife, 1982.
- DIEESE. *Produtividade e campanha salarial*. São Paulo: DIEESE, 1979.
- DIEESE. *Ração essencial mínima na Zona canavieira de Pernambuco*. São Paulo: DIEESE, 1981.
- DIEGUES Jr, Manuel. *População e Açúcar no Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Comissão Nacional de Alimentação, 1954, 236 p.
- DIEGUES Jr Manuel. *O Bangüê nas Alagoas*. 2ª Ed. Pref. de Gilberto Freyre, [1948] Maceió: EDUFAL, 1980.
- DOBB, Maurice et SWEEZY, Paul M. *Du féodalisme au capitalisme: problèmes de la transition*. Paris: Mouton, 1977, 2 vol.
- DOLFFUS, Olivier. "Le système monde". In: *L'information géographique*, 1990, n° 54, p. 45-52.
- DOSSE, François. *A História em migalhas. Dos Annales à Nova História*. São Paulo: Ensaio, 1992.
- DUBY, Georges & Michèle PERROT (Orgs.). *História das Mulheres*, 5 vol. Porto: Afrontamentos/São Paulo: Eubrasil, 1994
- DUBY, Georges. "O Historiador Hoje". entrevista realizada por Raymond Bellour. In: Duby et alii, *História e Nova História*, Lisboa: Teorema, 1986.
- DUBY, Georges. *Féodalité*. Paris: Gallimard, 1996,
- DUBY, Georges. *Guerriers et paysans, VI-XII siècle. Premier essor de l'économie européenne*. Paris: Gallimard, 1973.
- DUFTY, William. *Sugar Blues*. Rio de Janeiro: Ground, s.d., 196p.

- DUNN, Richard. *Sugar and slaves: the rise of the planter class in the English West-Indies, 1624-1713*. Chapel Hill: U. of North Carolina Press, 1972, 359p.
- EISENBERG, Peter L. *Homens esquecidos. Escravos e trabalhadores livres no Brasil XVIII-XIX*. Campinas: Unicamp, 1989.
- EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança. A indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ENCÍCLICA “*De Rerum Novarum*”, Carta Encíclica de sua Santidade o Papa Leão XIII, São Paulo: Ed. Paulinas [15.5.1891] 1983.
- ENCÍCLICA “*Quadragesimo Anno*”, Carta Encíclica de su santidade Pio XI sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social em conformidade com a lei evangélica, São Paulo: Edições Paulinas, [1931]1981 (3ª ed).
- ENGELS, Friedrich. *L'origine de la famille de la propriété privée et de l'Etat*, [1884]. Paris, Editions Sociales, 1972.
- ENGERMAN, Stanley L. & Eugene D. GENOVESE. *Race and slavery in the Western Hemisphere*. Princeton: Princeton UP, 1975.
- ESPAGNE, Michel. “*Comptes rendus*”. In: [*Annales HSS, 50e année, n° 4, juillet-août 1995*](#).
- ESTATUTO DA TERRA. Brasília, MADA/INCRA, 1983 [1964].
- ESTATUTO DO TRABALHADOR RURAL. Brasília: Ministério da Agricultura, 1963.
- Estudos Agro-brasileiros. Trabalhos apresentados ao 1o Congresso Afro-brasileiro*. reunido no Recife em 1934, vol. 1, Rio de Janeiro: Ariel, 1935 (Fac-simile Recife, Massangana, 1988).
- ESTUDOS SOCIEDADE *Agricultura, Nacionalidade, Agricultura brasileira e Historiografia*, Abril 1999, n. 12.
- ETUDES RURALES. *Droit, politique, espace agraire au Brésil*. Paris: EHESS, N° 131-2, juil-déc., 1993.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro*. Porto Alegre: Globo, [1958] 4ª ed., 1977.
- FEDER, Ernest Ed. *La lucha de clases en el campo. Analisis estructural de la economia agricola latino americana*. Mexico: Fundo de Cultura Economica, 1973.
- FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *A civilização do açúcar*. Sec. XVI-XVIII. São Paulo: Brasiliense, s.d.
- FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, Trabalho e Poder. O mundo dos engenhos no Nordeste colonial*, São Paulo: Brasiliense, 1988.
- FERNANDES, Florestan, Emilia Viotti da Costa, Paulo Silveira, Juarez Rubes Brandão Lopes e Bernardo Berdiehewsky. “Revolução burguesa no Brasil”. In: *Encontros com a Civilização Brasileira*, N° 4, Rio de Janeiro, outubro de 1978.
- FERNANDES, Florestan. “A sociedade escravista no Brasil”. In: *Circuito Fechado*, São Paulo: Hucitec, 1976, p. 11-63.
- FERNANDES, Florestan. “Introduction”, *Marx e Engels – História*. São Paulo: Ática, 198.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução burguesa. Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FERRAZ, Alvaro e Andrade Lima Junior. *A Morfologia do Homem do Nordeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.

- FERRAZ, Socorro. *Liberais e Liberais. Guerras civis em Pernambuco no século XIX*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996.
- FERREIRA, Brasília Carlos. *Trabalhadores, Sindicatos, Cidadania, Nordeste em Tempo de Vargas*. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, Natal, Cooperativa Cultural da UFRN, 1997.
- FERREIRA, Irmão, José e SAMPAIO, Yoni. “Estrutura agrária, produção e emprego rural no Nordeste”. Recife, Dpt de Economia da UFPE, 1982. In: Carvalho, Inaiá M. Moreira, & Haguette, Tereza M Frota, org. *Trabalho e condições de vida no Nordeste brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- FERREIRA, Marieta de Moraes e Janaína AMADO, Org. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. “História oral: um inventário das diferenças” in FERREIRA, Marieta de Moraes. *Entre-vistas, abordagens e usos da história oral*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 1-13.
- FERRO, Marc. *Como se cuenta la historia a los niños en el mundo entero*. Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1990.
- FETAPE (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco). *Racionalização da agroindústria canavieira de Pernambuco com distribuição das terras excedentes para os trabalhadores rurais*. Recife: FETAPE, 1983.
- FETAPE. *Açúcar com gosto de sangue*. Recife: FETAPE, 1984.
- FEUERWERKER, Albert, Ed. *History in Communist China*, Cambridge Mass., MIT Press, 1968
- FIAM. *Levantamento sócio-econômico das pequenas localidades da Zona da Mata Sul*. Recife: mimeo, 1987, vol. I e II.
- FIDEPE. *Evolução da mortalidade no Estado de Pernambuco. 1940-1948*, Recife: Seplan, 1980.
- FIGUEIREDO, Vilma *et al.* “Questão e reforma agrária nos anos 60”. *Tempo Brasileiro* 77, Abril-junho 1984, Rio de Janeiro.
- FLORESCANO, Enrique. Coord. *Hacienda, Latifundios e Plantaciones*. Mexico: Siglo XXI. 1975.
- FONER, Eric. *Nada além da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- FORMAN, Shepard. *Camponeses: Sua Participação no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber* 4ª ed, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.
- FOUCAULT, Michel. *Histoire de la sexualité. La volonté de savoir*. Paris: Gallimard, 1976.
- FOURQUIN, Guy. “Le temps de la croissance” in *Histoire de la France rurale*. Vol.1, Paris: Seuil, 1975.
- FOURQUIN, Guy. *História Econômica do Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 1986.
- FOURQUIN, Guy. *Senhorio e feudalidade na Idade Média*. Lisboa: Ed. 70, 1987.
- FOX-GENOVESE, Elizabeth. *Fruits of merchant capital: slavery and bourgeois property in the rise and expansion of capitalism*. New York: Oxford UP, 1983.

- FRAGINALS, Manuel L. Moreno, FONS, Frank Moya and ENGERMAN, Stanley L. Eds. *Between Slavery and Free Labor: the Spanish Speaking Caribbean in the XIXth Century*. London/Baltimore: The Johns Hopkins University, 1985.
- FRAGINALS, Manuel Moreno. *O engenho. Complexo econômico-social cubano do açúcar*. 3 vol., São Paulo: Hucitec, 1987-89.
- FRANCO, Maria Silva de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969. São Paulo: Ática, 1976.
- FRANK, André Gunder. "Brazilian Agriculture: capitalism and the myth of feudalism" in *Development and Underdevelopment in Latin America. Historical Studies of Chile and Brazil*. Harmondsworth: Pelican Books, 1971.
- FRANK, André Gunder. "Brazilian Agriculture: capitalism and the myth of feudalism". In: *Development and Underdevelopment in Latin America. Historical Studies of Chile and Brazil*. Harmondsworth: Pelican Books, 1971.
- FRANK, André Gunder. "Transitional ideological modes: Feudalism, capitalism, socialism". In: *Critique of Anthropology*, London, 1991, Vol. 11, p. 171-88.
- FRANK, André Gunder. *Capitalisme et Sous-Développement en Amérique Latine*. Paris, Maspéro, 1968. *Capitalism and Underdevelopment in Latin America, Historical Studies of Chile and Brazil*. Harmondsworth: Penguin Books, [1969] 1971.
- FRANK, André Gunder. *ReORIENT: Global Economy in the Asian Age*. University of California Press, 1998.
- FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- FREITAS, Clara Lúcia de. Romani, Silvia e Amigo, Hugo. "Lactancia materna y malnutrición en zonas rurales del Nordeste del Brasil". *Bol. of Sanit. Panam.* 102(3), 1987.
- FREITAS, Décio. *Escravos e senhores de escravos*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- FREITAS, Décio. *Palmares. A Guerra dos Escravos*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- FRENCH, John D. *Afogados em leis. A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- FREYRE, Gilberto. *Cana e reforma agrária*. Recife: IJNPS, 1970, 369p., Textos do simposio "O problema agrário na zona canavieira de Pernambuco" maio 1963.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1933. Brasília: Ed. da Univ. de Brasília, 1963[12e ed.]vol. II, Recife: Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), 1970. *Maîtres et Esclaves, La formation de la société brésilienne*. Paris: Gallimard: 1974.
- FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1947.
- FREYRE, Gilberto. *Nordeste, Aspectos da Influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil*, [1936] Rio de Janeiro: José Olympio, 3ª ed. 1961. Rio de Janeiro: Record, 1989.. *Terres du sucre*. Paris: Gallimard, 1956.
- FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro: José Olympio 1959 2 vol.
- FREYRE, Gilberto. *Problemas brasileiros de antropologia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.
- FREYRE, Gilberto. *Região e Tradição*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos. Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil*. Rio de Janeiro: MEC/José Olympio, 1977 [1ere ed. 1936].
- FREYRE, Gilberto. *Sociologia do açúcar*. Recife: Massangana, 1971.

- FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO, SINDICATO DA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR NO ESTADO DE PERNAMBUCO/DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA E INFORMÁTICA. *Pesquisa "condições de vida do trabalhador assalariado permanente das usinas de açúcar e do trabalhador urbano de Recife - Pernambuco (Relatório final)*, Recife, Junho 1980 (mimeo).
- FURTADO, Celso, *Le Brésil à l'heure du choix: la politique économique d'un pays en voie de développement*. Paris: Plon, 1964.
- FURTADO, Celso. *A formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, [1959]. 7ª ed, revista pelo autor, São Paulo: Ed. Nacional, 1967. *La formation économique du Brésil de l'époque coloniale aux temps modernes*. Paris/La Haye: Mouton, 1972.
- FURTADO, Celso. Brasil. *A construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FURTADO, Celso. Coord. *Brasil: Tempos modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1977]] 3ª ed. 1979. (Textos publicados originalmente na revista *Temps Modernes*, nº 257)
- FURTADO, Celso. *Développement et sous-développement*. Paris: PUF, 1966.
- FURTADO, Celso. *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. GTDN, Rio de Janeiro: Presidência da República, 1959.
- GALEANO, Eduardo. *Ser como eles*. Rio de Janeiro: Revan, 1993.
- GALLISSOT, René. "Nações e nacionalidade nos debates do movimento operário". In: HOBBSBAWM, Eric, *História do Marxismo*, Vol IV, *O Marxismo na Época da Segunda Internacional*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 173-250.
- GALLOWAY, J. H. "The mediterranean sugar industry" in *The Geographical Review*, (separata), Toronto: University of Toronto Press, 1977, p. 179-194.
- GALLOWAY, J. H. *The Sugar Cane Industry. An historical geography from its origins to 1914*. Cambridge: Cambridge UP, 1989.
- GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *Escola e cotidiano: uma história da educação a partir da obra de José Lins do Rego (1890-1920)*. Belo Horizonte: 1994.
- GANSHOF, F.L. *Que é o Feudalismo?* Publ. Europa/America, 1968
- GARCIA, Afrânio Raul. "Libres et assujettis: la transition des travailleurs dépendants aux travailleurs libres dans le Nordeste du Brésil" in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. 65, Nov. 1986, p. 14-40.
- GARCIA, Afrânio Raul. *Libres et assujettis. Marché du travail et modes de domination au Nordeste*. Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1989.
- GARCIA, Afrânio Raul Dir. *Droit, politique, espace agraire au Brésil*. Paris, ETUDES RURALES, N° 131-132, Juillet-décembre 1993.
- GARCIA, Afrânio Raul. "Les intellectuels et la conscience nationale au Brésil" in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. N° 98, juin 1993, p. 20-33.
- GARCIA, Afrânio Raul. "Permanences et Mutations". In : *Études Rurales. Droit, Politique, Espace agraire au Brésil*, juillet/décembre 1993
- GARCIA, Afrânio Raul. *O Sul: caminho do roçado, Estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- GARDEN, Maurice. *Lyon et les Lyonnais au XVIII*, Lyon (thèse de doctorat d'Etat), 1970; Paris: Flammarion, 1975.
- GENOVESE, Eugene D. *Économie politique de l'esclavage*. Paris: Maspéro, 1979.

- GINSBURG, Carlo. Entrevista concedida a Jean Marcel Carvalho França. “O Historiador globalizado”. In: *Folha de São Paulo*, Caderno Mais!, 1º de setembro de 2002, p. 4-8.
- GINZBURG, Carlo. *Relações de força. História, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GIULIANI, Paola Cappellin. “Réflexions à propos du projet de reproduction des salariés. Une étude régionale – L’État de la Paraíba”. In: *Carnets des Ateliers de Recherche*, N° 7 *Les salarisations ambiguës*. Paris: ORSTOM, 1986, pp. 72-97.**
- GIULIANI, Paola Cappellin. “Relações de trabalho assalariado: confrontação social e propostas de mudanças”. In: *Relações de Trabalho e Relações de Poder*, Vol. 1, Fortaleza, CE, UFCE, 1986, pp. 171-184.
- GIULIANI, Paola Cappellin. *Silenciosas e combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical no Nordeste 1976-86*. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas, 1987.
- GNACCARINI, José César. *Latifundio e Proletariado. Formação da empresa e relações de trabalho no Brasil rural*. São Paulo: Polis, 1980, 185p. (Prefácio de Tamás Szmercsányi).
- GODELIER, Maurice Ed. *Transitions et subordinations au capitalisme*. Paris: Maison des Sciences de l’Homme, 1992.
- GODELIER, Maurice. “La notion de ‘mode de production asiatique’ et les schémas marxistes d’évolution des sociétés. In: CERM, *Sur le ‘mode de production asiatique’*, Paris, Ed.Sociales, 1974,p.47-100.
- GOLDMAN, Merle. “The Role of History in Party Struggle 1962-64”. In: *China Quarterly*. No 51, jul.sept. 1972
- GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro:Delume-Dumará, 2ªed. 1994.
- GONÇALVES, Fernando Antônio. “Condições de Vida do Trabalhador Rural na Zona da Mata de Pernambuco”. In: *Boletim do IJNPS* Recife: IJNPS, 1966, p. 117-173
- GORDON, Lincoln. *O Progresso pela Aliança*. Rio de Janeiro: Record, 1962.
- GORENDER, Jacob. “O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica”. In: LAPA, José Roberto do Amaral, *Modos de Produção e Realidade Brasileira*, Petrópolis: Vozes, 1980, p. 43-65.
- GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Atica, 1988.
- GOULD, Stephen Jay. *A falsa medida do homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- GOULD, Stephen Jay. *O Polegar do Panda*. São Paulo: Martins Fontes, [1980] 1989.
- GOULD, Stephen Jay. *O sorriso do flamengo*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- GRANDJEAN BITOUN, Jacqueline Pernet. *Canne-à-sucre et cultures alimentaires dans la Zona da Mata Seca, Pernambuco, Brésil*. Paris: Thèse Université de Paris III Sorbonne, 1980.
- GRUNSPAN, Elise. *O sujeito em perigo. Identidade fotográfica e alteridade no Brasil: do século XIX até 1940*. Recife: Massangana, 1992.
- GRUNSPAN-JASMIN, Elise. “Nordeste: uma região “doente” do cangaço. Lampião: entrave a um projeto de nação “unida” e “civilizada”? *Clio Revista de Pesquisa Histórica*, No 19, Recife, UFPE, 2001, pp. 65-93.

- GRUNSPAN-JASMIN, Elise. *Lampião, vies et morts d'un bandit brésilien*. Paris: PUF, 2001.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. *Introdução à Formação Econômica do Nordeste*. Recife: Massangana, 1989.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *As Classes Perigosas. Banditismo Urbano e Rural*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1963] 1989.
- GUINSBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
- HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Alcan, 1925, 404p
- HEERS, Jacques. *História medieval*, Rio de Janeiro, Bertrand, 1991.
- HEERS, Jacques. *Le Moyen Age, une imposture*. Paris: Perrin, 1992.
- HEERS, Jacques. *O Ocidente nos séculos XIV e XV (aspectos econômicos e sociais)*. São Paulo: Pioneira, 1981.
- HEGEDUS, András. "A questão agrária". In: HOBBSBAWM, Eric, *História do Marxismo*. Vol IV, *O Marxismo na Época da Segunda Internacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p.149-171.
- HEGEL. *La raison dans l'Histoire*. Paris, Hatier, [1822-30] (o tradutor e organizador do volume, Jean-Paul Frick utilizou uma edição alemã revisada de 1955) 1987.
- HELL, Jürgen. *Sklavenmanufaktur und Sklavenemanzipation in Brasilien, 1500-1888*. Berlin, Akademie für Wissenschaften der DDR: Zentralinstitut für Geschichte, 1986.
- HEREDIA, Beatriz Maria Alasia. *A morada da vida. Trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HEREDIA, Beatriz Maria Alasia. *Formas de Dominação e Espaço Social. A modernização da agro-indústria canavieira em Alagoas*. São Paulo: Marco Zero, 1988.
- HERRERO, Rafael. *The colonial slave plantation as a form of hacienda: a preliminary outline of the case of Venezuela*. Glasgow: U. of Glasgow, 1978, 42p.
- HEWITT, Cynthia N. "Brazil: the peasant movement of Pernambuco, 1961-64". In: Landsberger, Henry ed., *Latin American peasant movements*, New York: Cornell University, 1969, p. 374-459.
- HINDESS, Barry, and HIRST, Paul. *Mode of Production and Social Formation. An Auto-Critique of pre-capitalist modes of production*. London: Macmillan, 1977.
- HINDESS, Barry, and HIRST, Paul. *Modos de Produção Pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- História Social da Agro-indústria Canavieira*. Recife: IAA, Museu do Açúcar, 1974, 127p.
- HOBBSBAWM E., Ed. *História do Marxismo*. Vol VIII. *O Marxismo na Época da Terceira Internacional: o Novo Capitalismo, o Imperialismo, o Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- HOBBSBAWM Eric. "Du féodalisme au capitalisme". In: DOBB, Maurice e SWEEZY Paul-M., *Du féodalisme au capitalisme: problèmes de la transition*. Vol II, Paris: Maspéro, 1977, p. 7-14.

- HOFFNAGEL, Marc Jay. "O Partido Liberal de Pernambuco e a Questão Abolicionista". *Cadernos de Estudos Sociais da Fundação Joaquim Nabuco*, Recife, Vol.4 n°2, jul./dez. 1988, p. 195-206.
- HOLANDA, Lourival. "As linhagens e as vertentes culturais em José Lins do Rego" In *Suplemento Cultural ao Diário Oficial do Estado de Pernambuco. Literatura da Seca*, Ano XV, outubro de 2001.
- HOLANDA, Lourival. *Fato e Fábula. Uma leitura dos "Sertões"*. Manaus: Ed. da Univ. do Amazonas, 1999.
- HOLANDA, Lourival. *Sob o Signo do Silêncio. Criação e Crítica*. São Paulo: Edusp, 1992.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Prefácio de Antônio Cândido. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.
- HOOCK-DEMARLE, Marie-Claire & Claude LIAUZU. *Transmettre les passés. Nazisme, Vichy et les conflits coloniaux. Les responsabilités de l'université*. Paris: Syllepse, 2001.
- HOPKINS, Terence K. & WALLERSTEIN, Immanuel. *Processes of the World System*. London: Sage, 1980.
- HUETZ DE LEMPS, Alain. *La canne à sucre au Brésil*. Travaux et documents de géographie tropicale, No 29, Talence 1975.
- IAA. *Congressos açucareiros no Brasil*. Rio de Janeiro: IAA, 1949.
- IANNI, Otávio. *Escravidão e racismo* (2ª ed. rev. acrescida do Apêndice). São Paulo: Hucitec, 1988.
- IANNI, Otávio. *Origens agrárias do Estado brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- IMFELD, Al. *La civilisation du sucre*. Lausanne: Favre, 1986.
- INCAO, Maria Angela D'. *História e Ideal. Ensaio sobre Caio Prado Junior*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- INCAO, Maria da Conceição D'. *O Boia Fria. Acumulação e Miséria*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- INCRA. *Índices Básicos 92*. Brasília: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 1993.
- INTER-AMERICAN COMMITTEE FOR AGRICULTURAL DEVELOPMENT. *Land Tenure Conditions and Socio-economic Development of the Agricultural Sector: Brazil*. Washington DC: Pan American Union, 1966.
- JACCOUD, Luciana de Barros. *Movimentos sociais e crise política em Pernambuco. 1955-68*, Recife: Massangana, 1990.
- JAMBEIRO, Marusia de Brito. *Engenhos de rapadura. Racionalidade do tradicional numa sociedade em desenvolvimento*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, USP, 1973.
- JATOBA, Jorge, Org. *Emprego no Nordeste 1950-1980*. Recife: Sudene, 1983.
- JOUTARD, Philippe. *Les camisards*. Paris: Gallimard [1974] 1994.
- JUCÁ, Joselice. "A questão abolicionista na visão de André Rebouças. In: *Cadernos de Estudos Sociais da Fundação Joaquim Nabuco*, Recife: Vol.4 n°2, jul./dez. 1988, p. 207-218.
- JUCÁ, Joselice. *REBOUÇAS, André. Reforma & Utopia no Contexto do Segundo Império*. Rio de Janeiro: Construtora Norberto Odebrecht, 2001.

JULIÃO, Francisco. (Conselho Nacional das Ligas Camponesas do Brasil) “Teses para debates” 12.06.1963) in AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 131-145.

JULIÃO, Francisco. “ABC do camponês”. In: *A Liga*, N° 4, 30.10.1962, p. 4.

JULIÃO, Francisco. “Avança a união operária-camponesa”. In: *A Liga*, N° 1, 9 de outubro de 1962, p. 1.

JULIÃO, Francisco. “Cambão”(*Le joug*) *La face cachée du Brésil*. Paris: Maspéro, 1968, 178p.

JULIÃO, Francisco. “Escuta, irmão do campo”. in *A Liga*, N° 3, 23.10.1962, p. 3.

JULIÃO, Francisco. *A cartilha do camponês*. Recife, 1960.

JULIÃO, Francisco. *Até quarta, Isabela!* Petrópolis: Vozes, 1986, 63p. [Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965].

JULIÃO, Francisco. *Cartilha do Trabalhador do Campo*. sl., s.d.

JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas Camponesas*. Seguido de *Até Quarta Isabela!*. Lisboa: Diabril, 1975.

KADT, Emanuel de. *Catholic Radicals in Brazil*. London: Royal Institute of International Affairs, 1970.

KONDER, Leandro. *Intelectuais brasileiros e marxismo*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *O bagaço da cana. Um estudo da ideologia na região do açúcar*. Recife: UFPE (Tese mestrado em sociologia), Pimes, 1976.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem. A origem do trabalho livre no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

KRADER, L. “Evolução, Revolução e Estado. Marx e o pensamento etnológico”. In: HOBBSAWM E. Ed. *História do Marxismo*. Vol I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983

KUCZYNSKI, Jurgen. *Die Geschichte der Lage der Arbeiter unter dem Kapitalismus*. Band 28, *Die Lage der Arbeiterin in der Baumwollindustrie Shanghais insbesondere in den englischen Fabriken*. Berlin: Akademie Verlag, 1964.

KULA, Witold. *Teoria economica del sistema feudal*. Buenos Aires, Siglo XXI, 1976 [1962].

LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da Escravidão ao Trabalho Livre*. São Paulo: Campinas, 1988.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A História em questão. Historiografia brasileira contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1976.

LAPA, José Roberto do Amaral. *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.

LAPA, José Roberto do Amaral. *O Antigo Sistema Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LARA, Silvia Hunold. “Escravidão, cidadania e História do Trabalho no Brasil”. In: *Proj. História*, São Paulo (16) fev. 1998, pp. 25-37.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro. 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LATOUCHE, Serge. “Déterminisme économique et pensée anti-systémique: le paradoxe de Wallerstein”. In: MAUSS, N° 17, mars 1986, pp. 113-119.

- LE GOFF, Jacques et Philippe NORA. *Faire de l'histoire. I Nouveau problèmes*. Paris, Gallimard [1974] 1977. *II Nouvelles approches*. Paris: Gallimard, 1974. *III Nouveaux objets*. Paris, Gallimard, 1974.
- LE GOFF, Jacques. *La civilisation de l'Occident médiéval*. Paris: Arthaud, 1984.
- LE GOFF, Jacques. "Le désert-forêt dans l'Occident médiéval". In: *L'imaginaire médiéval*. Paris: Gallimard, 1985
- LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993. *La nouvelle histoire*. Paris, 1978.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Ed. Unicamp, 1992.
- LE ROY LADURIE, Emmanuel. *Le territoire de l'historien*. Paris: Gallimard, 1973.
- LEÃO XIII, *Rerum Novarum*, São Paulo: Ed. Paulinas [1891] 7ª ed., 1983.
- LEEDS, Anthony. "Brazil and the Myth of Francisco Julião". In: Joseph Meier & Richard Weatherheas (orgs). *Politics of Change in Latin America*, New York, Praeger, 1964.
- LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro*. Introdução de Alfredo Bosi. 4ª ed. definitiva, São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1983.
- LENA, Philippe. "Les rapports de dépendance personnelle au Brésil. Permanences et transformations" in *Lusotopie. L'oppression paternaliste au Brésil*. Paris: Karthala, 1996, p. 111-122.
- LESSA, Sonia Sampaio Navarro. *O movimento sindical rural em Pernambuco, 1958-1968*. Recife: UFPE, 1985, 166p. (Tese de mestrado em sociologia).
- LÉVI STRAUSS Claude. *Raça e História*. Lisboa: Presença, 1952
- LEVINE, Robert M. "Elite Perception of the Povo" in CONNIFF Michael L. and Frank D. McCann, *Modern Brazil, Elites and Masses in Historical Perspective*. Lincoln: Univ. of Nebraska Press, 1989, pp. 209-224.
- LEVINE, Robert. *A velha usina. Pernambuco na Federação brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. "Introduction à l'oeuvre de Marcel Mauss". In: *Sociologie et anthropologie*, Paris: PUF, 1966, p. IX-LII.
- LEVY, Henrique. "Os acordos do campo de Miguel Arraes: Notas sobre alianças de classe na História contemporânea. In: *Clio, Revista do curso de Mestrado em História UFPE: Série História do Nordeste*, Recife: N° 10, 1988, p. 123-136.
- LEVY, Henrique. *Maintaining Class Domination in the Sugar Area of Northeast Brazil through State Intervention, US Congress and Ethanol Program*. PHD Thesis, Univ. of Maryland: Dept of Sociology, 1985.
- LIAUZU, Claude. *Race et Civilisation. L'Autre dans la culture occidentale. Anthologie historique*. Paris: Syros, 1992
- LIMA, Álvaro Gonçalves da Costa. Armando Hermes Ribeiro Samico e Francisco de Assis Lima. *Aspectos da Atividade do Comunismo em Pernambuco*. Recife: SSP, 1968, 3ª ed. 1986.
- LIMA, Eronides da Silva. *Mal de fome e não de raça. Gênese, constituição e ação política da educação alimentar Brasil 1934-1946*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000, 288 p.
- LIMA, João Policarpo R. e SICSÚ, Abraham Benzaquen. *O impasse do Pro-álcool: considerações sobre causas e efeitos*. Recife: PIMES, 1982.

- LIMA, Maria do Socorro Abreu e. *Revisitando o campo: lutas, organização, contradições – Pernambuco 1962-1987*. Recife: Programa de Pós-graduação em História, Doutorado, UFPE, 2003.
- LINHARES, M.Y., e SILVA F.C.T. *História da agricultura brasileira. Controversias e debates*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LINHART, Robert. *Le sucre et la faim*. Paris, Editions de Minuit, 1980. *O açúcar e a fome: pesquisas nas regiões açucareiras do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- LINHART, Robert. *Lenine, os camponeses e Taylor*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1977
- LINS, Jomário da Fonseca. *As ligas camponesas e a organização do espaço canavieiro em Pernambuco. 1955-64*. Recife: UFPE, Tese de mestrado em geografia, 1985.
- LINS, Rachel Caldas, et al. *Situação sócio-econômica em áreas da zona canavieira de Pernambuco e Alagoas*. Recife: IJNPS, 1972, 216p.
- LINS, Roberta Meira. *Educação sindical rural em Pernambuco*. Recife, FAFIRE, monografia em Ciências Sociais, 1986, 45p.
- LIPPMANN, Edmund von. *História do Açúcar, Desde a época mais remota até o começo da fabricação do açúcar de beterraba*. Rio de Janeiro: IAA, 1942. Tomo II.
- LJOSEPH, Isaac E philippe FRITSCH, *Disciplines à domicile*. RECHERCHES N° 28, Paris: 1977.
- LOPES, José Sergio Leite. “Fábrica e vila operária: considerações sobre uma forma de servidão burguesa”. In: Palmeira, Moacyr, Org. *Mudança social no Nordeste. A reprodução da subordinação. Estudo sobre trabalhadores urbanos*. Rio de Janeiro: Paz Terra, 1979, p. 41-95.
- LOPES, José Sergio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zéro, 1988.
- LOPES, José Sergio Leite. *O vapor do diabo, O trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, 220p.
- LOPES, Juarez Rubens Brandão. *Do latifúndio à empresa: unidade e diversidade do capitalismo no campo*. Petrópolis: Vozes, 1981, 125p.
- LOUREIRO, Maria Rita Garcia. “Trabalhador Rural: submissão e contestação”. In: *Ciência e cultura*, Vol. 31 No 2, fevereiro 1979.
- LOUSADA Wilsen. “Breve Notícia. Vida de José Lins do Rego”. In: REGO, José Lins do. *Moleque Ricardo*. Rio de Janeiro: José Olympio, [1935] 1973.
- LÖWY, Michael. *Le Marxisme en Amérique Latine,- Anthologie*. Paris: Maspéro, 1980.
- LOYN, H.R., *Dicionário da Idade Média*, Rio de Janeiro, Zahar, [1990] 1991.
- LUNDAHL, M. & T. SVENSSON, Ed. *Agrarian Society in History*. London: Routledge, 1990. (art. Mintz p. 31-40).
- MAESTRI Filho, Mário. *A Servidão Negra*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. *L’esclavage au Brésil*. Paris: Karthala, 1991, 197 p.
- MAIA, J. Motta. *Estatuto da Terra comentado*. Rio Janeiro: Mabri, 1967, 408p.
- MAIA, Nayala de Souza Ferreira. *Açúcar e transição para o trabalho livre em Pernambuco, 1874-1904*. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, FASA 1985, 140p. (s/colônia Isabel).

- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas, SP: Pontes Ed., 1989.
- MALLON, Florencia E. "Peasants and Rural Laborers in Pernambuco. 1955-64". *Latin American Perspectives*, V (fall) Nr 4, p. 49-70, 1978.
- MALLON, Florencia E. "The Promise and Dilemma of Subaltern Studies". In: *American Historical Review*, vol. 99, Dec. 1994, p. 1491-1515.
- MANFREDI, Silvia Maria. *Educação sindical entre o conformismo e a crítica*. São Paulo: Loyola, 1986.
- Manifestes, Thèses et Résolutions des Quatre Premiers Congrès Mondiaux de l'Internationale Communiste, 1919-1923*. Paris: Librairie du Travail, 1934, Ed. fac-similé, Paris, Maspéro, 1978.
- MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- MAO Tse Tung. "La révolution chinoise et le parti communiste chinois". In: *Oeuvres Choisies*. Vol. II. Pékin: Editions en Langues Étrangères, 1967.
- MARANHÃO, João de Albuquerque. *História da Indústria Açucareira no Nordeste: o papel social de Catende*. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1949.
- MARESCA, Sylvain. "Patrons en personne et ouvriers en nombre. Les réactions des diverses classes rurales face à l'essor du syndicalisme des travailleurs agricoles au Brésil". In: *Etudes Rurales*, Paris: 1992, p. 131-151.
- MARIGHELLA, Carlos et al. *A Questão agrária. Textos dos anos sessenta*. São Paulo: Debates, 1980.
- MARIN, Richard. *Dom Helder Camara, Les puissants et les pauvres*. Paris: Ed.l'Atelier, 1995, 366p.
- MARSON, Izabel Andrade. "Feudalismo e escravidão: representações da sociedade pernambucana no Travels in Brazil de Henry Koster". In: *Clio, Revista de Pesquisa Histórica*, Nº 16, Recife: UFPE, 1996, p. 83-109.
- MARTINE, George & GARCIA Ronaldo Coutinho, Ed. *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetes, 1987, 271p.
- MARTINEZ-ECHAZÁBAL, L. "O culturalismo nos Anos 30 no Brasil e na América Latina: Deslocamento Retórico ou Mudança conceitual". In: MAIO, Marcos Chor, e Ricardo Ventura Santos, Org. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB [1996], 1998.
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MARTINS, Paulo Henrique N. "O Despontar da usina em Pernambuco: acumulação na adversidade". In: *Clio, Revista do curso de Mestrado em História UFPE, Série História do Nordeste*: Recife: Nº 10, 1988, p. 157-169.
- MARTINS, Paulo Henrique Org. *A Dádiva entre os modernos. Discussão sobre os fundamentos e as regras do social*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. São Paulo : Omega. v. 3, s.d.
- MARX, Karl e Friedrich Engels. *Sobre o colonialismo*. Lisboa: Estampa, 1978, vol I/II.
- MARX, Karl, *Idéologie allemande*. [1845-46; 1932] Introduction de Jacques Milhau. Paris: Editions Sociales, 1982.

- MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- MARX, Karl. *Grundrisse*. London: Penguin Books, 1973.
- MARX, Karl. *La Chine*. Paris: UGE, 1973.
- MARX, Karl. *Le capital*. Livre I. [1867] Paris: Garnier-Flammarion, 1969.
- MATOS, Olgária C. F. “A Cidade e o Tempo: algumas reflexões sobre a função social das lembranças”. In: *Espaço e Debates. Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, out/dez 82, no 7, p. 45-52.x
- MATTOSO, Katia M. de Queiros. *Ser escravo no Brasil*. Prefácio de Ciro Flamarion S. Cardoso. São Paulo, Brasiliense, 1982 *Être esclave au Brésil, XVI-XIXe s.* Paris: L’Harmattan, 1979, (2ed).
- MAUSS, Marcel. “Du don, et en particulier de l’obligation à rendre les présents” *Essai sur le don*. [1923] Paris: PUF, 1950. In: *Sociologie et anthropologie*. Paris: PUF, 1966, p. 145-279.
- MAUSS, Marcel. *Manuel d’ethnographie*. Paris: Payot, 1947.
- MAYBURY-LEWIS, Biorn. *The Politics of the Possible. The Brazilian Rural Workers’ Trade Union Movement*. Philadelphia: Temple University Press, 1994.
- MEIRA, Maurício. “Nordeste: A Revolução de Cristo”. *O Cruzeiro*, 2.XII.61
- MELLO, A. da Silva. *Nordeste Brasileiro. Estudos e impressões de viagem*. Prefácio de Roquette-Pinto. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.
- MELLO, Alvaro Vieira, CHAVES, Nelson Ferreira de Castro & SIMMONS, K. William, Coord. *Pesquisa Nutricional em três zonas fisiográficas do Estado de Pernambuco*. Recife: INUFPE/SUDENE, 1975.
- MELLO, Maria Conceição d’Incao e. *O bóia-fria: acumulação e miséria*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- MELO, Father Antônio. *The Coming Revolution in Brazil*. New York: Exposition Press, 1970.
- MELO, Mário Lacerda de. *O Açúcar e o Homem: problemas sociais e econômicos do Nordeste canavieiro*. Recife: IJNPS, 1975.
- MELO, Mário Lacerda de. *Proletarização e Emigração nas Regiões Canavieiras e Agrestinas de Pernambuco*. Recife: Ciência e Trópico, vol. 4 Jan/Jun 1976, No1, p. 7-28.
- MEYER, Doris Rinaldi. *A Terra do Santo e o Mundo dos Engenhos. Estudo de uma comunidade rural nordestina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- MEYER, Jean. *Histoire du Sucre*. Paris: Desjonquères, 1989.
- MILET, Henrique Augusto. *A lavoura da cana de assucar*. Recife: Typ. do Jornal do Recife, 1881.
- MILET, Henrique Augusto. *Os quebra-quilos e a crise da lavoura*. Introdução de Manuel Correia de Andrade. São Paulo: Global, INL, 1987.
- MINTZ Sidney W. “The Plantation as a sociocultural type” in *Plantation Systems of the New World*. Social Science Monographs 7, pp. 42-50, Washington DC: Pan American Union, 1959.
- MINTZ, Sidney W. “Enduring substances, trying theories: The Caribbean Region as ‘oikumenê’” in *The Journal of the Royal Anthropological Institute*. London, 1996, vol.2, n°2, p. 289-311. “Aturando substâncias duradouras, testando teorias desafiadoras: a região do caribe como oikoumenê”. In: MINTZ, Sidney. *O poder amargo do açúcar*.

- Produtores escravizados, consumidores proletarizados*. Org.. Christine Rufino Dabat. Recife:UFPE Editora Universitária, 2003, p. 49-86.
- MINTZ, Sidney W. "Epilogue: the divided aftermaths of freedom". In: Friginals, Manuel L. Moreno, Frank Moya Pons, et Stanley L. Engerman Eds. *Between Slavery and Free Labor: the Spanish Speaking Caribbean in the XIXth Century*. London/Baltimore: The Johns Hopkins U.P.,1985 p. 270-78.
- MINTZ, Sidney W. "Labor Exaction and Cultural Retention in the Antillian Region". In: Saeger, James Schofield (Ed). *Essays on Eighteenth Century Race Relations in the Americas*. Bethlehem, Penn., The Lawrence Henry Gipson Institute, 1987, p. 31-52.
- MINTZ, Sidney W. "Sweet Polychrest". *Social Research* , vol. 66, No 1., Spring 1999, p. 85-101.
- MINTZ, Sidney W. "The Anthropological Interview and the Life History". In: *Oral History Review*, Los Angeles, 1979, p. 18-26.
- MINTZ, Sidney W. "The Origins of reconstituted peasantries". In: MINTZ, Sidney W. Ed. *Caribbean Transformations*. Baltimore: TheJohnsHopkinsUniv. 1974, p. 146-156.
- MINTZ, Sidney W. "The Origins of the Jamaican Market System" in MINTZ, Sidney W. Ed. *Caribbean Transformations*. Baltimore: TheJohnsHopkinsUniv., 1974, p. 180-213.
- MINTZ, Sidney W. "The Peasantry as a Sociohistorical Category. Examples from the Caribbean Region". In: Lundahl, M. & T. Svensson, Eds *Agrarian Society in History*. London: Routledge, 1990, p. 31-40.
- MINTZ, Sidney W. "The Power of Sweetness and the Sweetness of Power". In: *The Eighth Duijker Lecture*. Amsterdam: Van Loghum Slaterus, 1988, p. 3-20. "O Poder do Doce e a Doçura do Poder" Tradução Christine Rufino Dabat. In: MINTZ, Sidney. *O poder amargo do açúcar. Produtores escravizados, consumidores proletarizados*. Org. e trad. Christine Rufino Dabat, Recife: UFPE Editora Universitária, 2003, p.89-116.
- MINTZ, Sidney W. "The Role of Forced Labour in Nineteenth Century Puerto Rico". In: *Caribbean Historical Review*, II, 1951, p.134-41.
- MINTZ, Sidney W. "The sensation of moving while standing still". *American Ethnologist*, 16(4), Nov. 1989, p. 786-96.
- MINTZ, Sidney W. "The so-called World-System: Local Initiative and Local Response". In: *Dialectical Anthropology*, II, 4 Nov. 1977, p. 253-270.
- MINTZ, Sidney W. "Tropical Production and Mass Consumption: A Historical Comment". In: *Bulletin of the Institute of Ethnology*, Academica Sinica, No 70, p.1-12, 1990 (autumn). "Produção tropical e consumo de massa: um comentário histórico" in MINTZ, Sidney. *O poder amargo do açúcar. Produtores escravizados, consumidores proletarizados*. Org. e trad. Christine Rufino Dabat. Recife: UFPE Editora Universitária, 2003, p. 37-48.
- MINTZ, Sidney W. "Was the Plantation Slave a Proletarian". In: *Review* II, I, Summer, 1978, p. 81-98. Traduction de Christine Rufino Dabat: "Era o Escravo de Plantação um Proletário?". In: *Revista de Geografia*, Recife: UFPE, 1992, Vol. 8 N°1/2, p.97-120. In: MINTZ, Sidney. *O poder amargo do açúcar. Produtores escravizados, consumidores proletarizados*. Org. e trad. Christine Rufino Dabat. Recife: UFPE Editora Universitária, 2003, p. 117-146.
- MINTZ, Sidney W. e Mary WEISMANTEL, "Sweet Interloper". In:PLOTNICOV L., & R. SCAGLION, Eds. *Consequences of Cultivar Diffusion*. Ethnology Monograph, N° 17, 199, p.55-74.

- MINTZ, Sidney W. Ed. *Caribbean Transformations*. Baltimore: TheJohnsHopkinsUniv.,1974, 355p.
- MINTZ, Sidney W. Ed. *Esclave = Facteur de production. L'économie politique de l'esclavage*. Paris: Dunod, 1981, 271p.
- MINTZ, Sidney W. *O Poder Amargo do Açúcar. Produtores escravizados, consumidores proletarizados*. Recife: Editora Universitária, 2003.
- MINTZ, Sidney W. *Sweetness and Power*. New York, Viking Penguin, 1985. *Sucre Blanc, Misère Noire, Le goût et le pouvoir*. Trad. Rula Ghani, Paris: Nathan, 1991.
- MINTZ, Sidney W. *Tasting Food, Tasting Freedom. Excursions into Eating, Culture and the Past*. Boston: Beacon Press, 1996.
- MINTZ, Sidney W. *Worker in the cane: A Puerto Rican Life History*. Yale, Caribbean Series: II. New Haven, Yale UP, IX.
- MINTZ, Sidney W. "A antropologia da produção de plantação" in SORJ B. e CARDOSO, Org. *Economia e Movimentos Sociais na América Latina*, São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 145-55.
- MIRANDA, Carlos Alberto Cunha, *Uma estranha noção de ciência: evolução e repercussões do pensamento eugênico no Brasil*. Manuscrito gentilmente cedido pelo autor. Recife, 2003.
- MIRANDA, Moema Maria Marques de. *Espaço de honra e de guerra: etnografia de uma junta trabalhista*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro: Museu Nacional, Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, 1991.
- MONBEIG, Pierre. *Le Brésil*. Paris: PUF, 1968.
- MONNIER, Laurent. "Politique africaine au miroir du roman", cité par Xavier Realini, "'L'Etat honteux', du romanesque au politique". In: *Genève-Afrique*, Vol.XXIII, N°1, 1985.
- MONNIER, Laurent. "Tchicaya et la confiance en la vie". In: *La Pensée Méritisse, Croyances africaines et rationalité occidentale en questions, Cahiers de l'IUED*, N° 19, Genève/Paris: IUED/PUF, 1990
- MONTENEGRO, Antônio Torres e Tânia Maria Fernandes, Org. *História oral. Um espaço plural*. Recife: Editora Universitária, 2001.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. *História oral e memória*. São Paulo: Contexto, [1992] 3ª ed. 1994.
- MONTENEGRO, Antônio. "Cabra marcado para morrer entre a memória e a História". In: *A História vai ao cinema*. Mariza de Carvalho Soares e Jorge Ferreira Org. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 179-192.
- MONTENEGRO, Antônio. "Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução", manuscrito gentilmente cedido pelo autor.
- MONTENEGRO, Olívio. *O Romance Brasileiro*. Recife: FUNDARPE, 1996.
- MORAES, Marieta de. *História Oral e Interdisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.
- MORAIS, Clodomir Santos de. *A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)*. Genebra: OIT, 1990.
- MORAIS, Clodomir Santos de. *História das Ligas Camponesas do Brasil*. Brasília: IATTERMUND (Instituto de Apoio Técnico aos Países de Terceiro Mundo), 1997.
- MOREIRA-ALVES, Mario. *L'Eglise et la politique au Brésil*. Paris: Cerf, 1974.

- MORICE, Alain. "Mysticisme, scientisme et messianisme. La rédemption de la «race ouvrière» vue par Emile Zola. In: *Le Monde Diplomatique*, octobre 2002, p. 24-25.
- MOTA, Carlos Guilherme. "A Historiografia Brasileira nos Últimos Quarenta Anos: Tentativa de Avaliação Crítica. In: *Debate e Crítica*, 1973.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1977.
- MOURA, Clóvis. *Rebeliões na Senzala*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.
- MOURA, Severino Rodrigues de. *Memórias de um camponês*. Recife: 1978.
- Movimento de Cultura Popular. Memorial*. Recife: FCCR, 1986.
- MUNIZ, Reginaldo. "A chantagem dos usineiros". In: *Senhor*, 1983.
- MUNIZ, Reginaldo. *Subsídios à Campanha Salarial dos Trabalhadores Rurais da Cana-de-Açúcar*. Recife: DIEESE, 1982.
- MURAD, Lion & ZYLBERMAN, Patrick. *Le petit travailleur infatigable ou le prolétaire régénéré. Villes-usines, habitat et intimités au XIXe siècle*. Fontenay-sous-bois: Recherches, 1976.
- NEEDELL, Jeffrey D. Identity, Race, Gender, and Modernity in the Origins of Gilberto Freyre's Oeuvre. In: *American Historical Review*, vol. 100, nr 1, Feb. 1995, p. 51-77.
- NEGT, Oskar. "O Marxismo e a teoria da revolução no último Engels". In: HOBSBAWM Eric, Ed. *História do Marxismo*. Vol II. *O Marxismo na Época da Segunda Internacional (Primeira Parte)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 125-200.
- NINA RODRIGUES. *Os Africanos no Brasil*. São Paulo: Cia ed. Nacional, 1935.
- NORA, Philippe, Dir. *Les lieux de mémoire*. vol. I *La République*. Paris: Gallimard, 1984.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- NOVO ESTATUTO DO TRABALHADOR RURAL E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL*. Rio de Janeiro: Guanabara, Edições Trabalhistas, 1973.
- Novos Estudos Agro-brasileiros. Trabalhos apresentados ao 1o Congresso Afro-brasileiro*. reunido no Recife em 1934: vol. 2: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937 (Fac-simile Recife, Massangana, 1988).
- Ó, Manoel do. *100 anos de suor e sangue. Homens e jornadas da luta operária do nordeste*. Rio de Janeiro, Vozes, 1971.
- OLIVEIRA, Francisco, Org. *Celso Furtado*. São Paulo: Ática, 1983.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.
- PAGE, Joseph A. *A Revolução que Nunca Houve, O Nordeste do Brasil 1955-1964*. Rio de Janeiro: Record, 1989.
- PAIXÃO, Marcelo Jorge de Paula. *No coração do canavial: estudo crítico da evolução do complexo agroindustrial sucro-alcooleiro e das relações de trabalho na lavoura canavieira*. (Estudo comparativo em 12 Estados do Brasil), Rio de Janeiro: março 1994 (Mestrado UFRJ), 339p
- PAIXÃO, Marcelo Jorge de Paula. *Os vinte anos de Proácool: as controvérsias de um programa energético de biomassa*. Rio de Janeiro: FASE, s.d.

- PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares. "Casa e Trabalho: Notas Sobre as Relações Sociais na Plantation Tradicional". In *Congresso Internacional dos Americanistas*, 42, Paris: 1976.
- PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares. "Desmobilização e conflito: Relações Entre Trabalhadores e Patrões na Agro-Indústria Pernambucana". *Revista de Cultura e Política*, Nº1, agosto 1979, pp. 41-55.
- PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares. "Modernização, Estado e Questão Agrária. *Estudos Avançados*, Vol.3, nº 7, set/dez 1989. Instituto de Estudos Avançados, USP, pp 87-108.
- PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares. "Nordeste: mudanças políticas no século XX". *Cadernos Brasileiros*, 8, 1966, p. 67-78.
- PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares. *Latifundium et capitalisme, Lecture critique d'un débat*. Paris: Univ. de Paris, Fac. Lettres et Sciences Humaines, 1971.
- PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares. *Morar: a lógica da plantação tradicional*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, M.S., 1972. Publicado como: "Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na plantation tradicional". In: *Contraponto*, Rio de Janeiro: Centro de Estudos Noel Nutels, 2(2):103-114, nov. 1977.
- PALMEIRA, Moacir. "A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato". In: *Igreja e Questão Agrária*, Vanilda Paivão Org., Rio de Janeiro: Ed. Loyola, 1985, pp. 43-51.
- PANG, Eul-Soo. "Agrarian Change in the Northeast". In: CONNIFF Michael L. and Frank D. McCann. *Modern Brazil, Elites and Masses in Historical Perspective*. 1989, pp. 123-139.
- PATTERSON, Orlando. "Slavery", *Ann. Rev. Sociol.* 1977. 3:407-49.
- PEREIRA, Anthony Wynne. "Profeta no Exílio: O Retorno no Mito de Francisco Julião. In: *Cadernos de Estudos Sociais*, Vol. 7, nº 1 janeiro/junho 1991, p. 101-124.
- PEREIRA, Anthony Wynne. *Regime Change Without Democratization: Sugar Workers' Unions in Pernambuco, Brazil, 1961-89*. Cambridge Mass.: Harvard University, (Tese de doutorado), mimeo, 1991.
- PERROT, Dominique e PREISWERK, Roy. *Ethnocentrisme et Histoire. L'Afrique, l'Amérique indienne et l'Asie dans les manuels occidentaux*. Paris: Anthropos, 1975.
- PERRUCI Gadiel. *A República das Usinas: um estudo de história social e econômica do Nordeste 1889-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- PESSOA, Dirceu, Org. *Reforma Agrária em Debate*. Recife: Massangana, 1986.
- PESSOA, Dirceu. Org. *Política fundiária no Nordeste: caminhos e descaminhos*. Recife: Massangana, 1990.
- PINSKY, Jaime org. *Capital e Trabalho no campo*. São Paulo: Hucitec, 1977.
- PINTO, Estevão. Ed. *O problema agrário na zona canavieira de Pernambuco*. Recife: Impr. Univ., 1965.
- PIRES, Maria Idalina da Cruz. *Colonização e Conflito: o povoamento do Sertão nordestino e a "Guerra dos Bárbaros"*. Recife: UFPE Tese de Mestrado em História, 1989.
- PORTANTIERO, Juan Carlos. "O marxismo Latino-americano". In: HOBBSBAWM E. Org., *História do Marxismo, O Marxismo hoje (Primeira Parte)*. Vol XI. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989

- PORTANTIERO, Juan Carlos. “O Marxismo latino-americano”. In: HOBBSBAWM Eric, Ed. *História do Marxismo*. Vol XI. *O Marxismo Hoje. (Primeira Parte)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1989, p. 333-358.
- PORTELLI, Alessandro. “La representación histórica”. In: *História y fuente oral, Entrevistar para qué?* Barcelona: Publicacions da Universitat de Barcelona, nº 4, 1990, pp. 79-99.
- PORTELLI, Alessandro. “Sonhos ucrônicos. Memórias e possíveis mundos dos trabalhadores” in *Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História, PUC SP* (10) 1981, pp. 41-58.
- POSATI, Aldaiza de Oliveira. *A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise*. São Paulo: Cortez, 1986.
- POTENGY, Gisélia Franco. *Les plans de modernisation de la production de la canne à sucre et leurs répercussions sociales et politiques dans le Nordeste du Brésil: le cas do Brejo Paraibano*. Paris: Univ. Paris X, Nanterre, Dept. Sociologie rurale, (Thèse de doctorat), 1984.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo (Colônia)*. São Paulo: Brasiliense, [1943] 14ª ed. 1976.
- PRADO JÚNIOR, Caio. “Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil”. *Revista Brasiliense*, março-abril 1960, Nº 28, pp.165-238. reeditado in PRADO JÚNIOR, Caio. *A Questão Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 15-85.
- PRADO JÚNIOR, Caio. “Nova contribuição para a análise da questão agrária no Brasil”. In: *Revista Brasiliense*, nº 43, setembro-outubro 1962, reeditado in PRADO JÚNIOR, Caio. *A Questão Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 86-126.
- PRADO JÚNIOR, Caio. “O Estatuto do Trabalhador Rural”. In: *Revista Brasiliense*, nº 47, maio-junho, 1963, reeditado in PRADO JÚNIOR, Caio. *A Questão Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p.142-160.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *A Questão Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1979, 188p.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1ª ed.1966.
- PRADO JÚNIOR: Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, [1945] 1967.
- PROBLÈMES D’AMÉRIQUE LATINE. *Brésil*. Notes et Études documentaires. La documentation française, 28 novembre 1975, Nºs 4 237- 4 238 – 4 239.
- PUREZA, José. *Memória camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. “Relatos Oraís do ‘indizível’ ao ‘dizível’ in *Experimentos com Histórias de Vida* (Itália-Brasil). org.e intro. Olga de Moraes von Simson, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1988, p. 14-43.
- RABELLO, Sylvio. *Cana de Açúcar e Região, Aspectos sócio-culturais dos engenhos de rapadura nordestinos*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1969.

- RAIZ, Jovino da. “O trabalhador negro no tempo do banguê comparado com o trabalhador negro no tempo das uzinas de assucar”. In: *Estudos Agro-brasileiros. Trabalhos apresentados ao 1o Congresso Afro-brasileiro*. reunido no Recife em 1934, vol. 1, Rio de Janeiro: Ariel, 1935 (Fac-simile Recife, Massangana, 1988), p. 191-194.
- RANGEL, Inácio M. “Feudalismo e propriedade fundiária”. In: D’Incao Maria Angela Ed., *História e Ideal. Ensaio sobre Caio Prado Junior*, São Paulo: UNESP, 1989, p. 209-226.
- REGO, José Lins do. *Doidinho*. Rio de Janeiro: [Ariel Ed., 1933] José Olympio, 19ª ed 1979.
- REGO, José Lins do. *Banguê*. Rio de Janeiro: José Olympio, [1934] 19ª ed. 2000.
- REGO, José Lins do. *Fogo morto*. Rio de Janeiro: José Olympio, [1943] 40ª ed.1992.
- REGO, José Lins do. *Menino de Engenho*. Rio de Janeiro: [Adersen Ed., 1932] José Olympio, 8ª ed. 1965.
- REGO, José Lins do. *Moleque Ricardo*. Rio de Janeiro: José Olympio, [1935] 1995 (20ª ed).
- REGO, José Lins do. *Usina*. Rio de Janeiro: José Olympio, [1936] 13ª ed. 1993.
- REIS, Jaime. *Abolition and the Economics of Slaveholding in North East Brazil*. Glasgow: Institute of Latin American Studies, s.d.
- REIS, João José, e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- REIS, João José, Org. *Escravidão e Invenção da liberdade; estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense/Cnpq, 1988.
- REIS, João José. “O levante dos malês na Bahia: uma interpretação política”. *Estudos Econômicos*, São Paulo: IPE-USP, 17, 1987, Número Especial.
- REIS, João José. “Um balanço dos estudos sobre as revoltas escravas na Bahia”. In: REIS, João José,Org., *Escravidão e Invenção da liberdade; estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense/Cnpq, 1988.
- REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil; a história do levante dos malês (1835)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- REIS, José Carlos, *As Identidades do Brasil de Varnhagen a FHC*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- REVEL, Jacques, Dir. *Jeux d’échelles: la micro-analyse à l’expérience*. Paris: Gallimard/Seuil, 1996.
- REVEL, Jacques. *A Invenção da Sociedade*. Lisboa: Diffel, 1989.
- RICOEUR, Paul. *La mémoire. l’histoire, l’oubli*. Paris: Seuil, 2000.
- ROBIN, Régine. *História e Lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- ROCHA, Tadeu. “A evolução da agroindústria do açúcar em Pernambuco e a sindicalização dos trabalhadores após a abolição da escravidão”. In: *História social da Agro-indústria canavieira*. Recife: Museu do Açúcar, 1974.
- RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*. São Paulo:Editora Nacional, [1949]5ed. 1978.
- RODRIGUES, José Honório. *Vida e História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- ROGNON, *Os primitivos, nossos contemporâneos*, Campinas, Papirus, 1991

- ROSAS, Suzana Cavani. *A questão agrária na sociedade escravista*. Recife: UFPE, Tese de Mestrado, 1987.
- RUSCIO, Alain. *Le Credo de l'homme blanc*. Bruxelles: Complexe, 2002.
- SAHLINS, Marshall. *Âge de pierre, âge d'abondance. Économie des sociétés primitives*. Préface de Pierre Clastres. Paris: Gallimard, 1976.
- SAHLINS, Marshall. *Ilhas da História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- SALES, Teresa. *Agreste, Agrestes. Transformações recentes na Agricultura Nordestina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SAMPAIO, Yony, et al. *Política agrícola no Nordeste*. Brasília: Binagri, 1979.
- SANTANA, Charles d'Almeida. "Trabalhadores Rurais do Recôncavo Baiano: memórias e linguagens". *Proj. História*, São Paulo (16), fev. 1998, pp. 193-209.
- SANTIAGO, Theo, Org. *Do feudalismo ao capitalismo. Uma discussão teórica*. São Paulo: Contexto, 1988.
- SANTIAGO, Theo. "A manufatura e o engenho de açúcar no Brasil colonial". In: LAPA, José Roberto do Amaral. *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- SANTIAGO, Vandeck. *Francisco Julião* (Perfil parlamentar). Recife: Assembléia Legislativa do Estado, 2001.
- SCHEPER-HUGHES, Nancy. *Death without weeping. The violence of everyday life in Brazil*. Berkley: Univ. of California Press, 1992.
- SCHULTE TENCKHOFF, Isabelle. *Potlatch: Conquête et Invention. Réflexion sur un concept anthropologique*. Lausanne: Editions d'En Bas, 1986.
- SCHULTE-TENCKHOFF, Isabelle. "Du déjà-vu en Colombie-Britannique: l'affaire delgamuukw et la controverse do potlatch. In: *Recherches Amérindiennes au Québec*, vol. XXIX, N° 3, 1999, pp. 41-51
- SCHULTE-TENCKHOFF, Isabelle. *La vue portée au loin. Une histoire de la pensée anthropologique*. Lausanne: Ed. d'En Bas, 1985.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCHWARTZ, Stuart B. "Resistance and accomodation in eighteenth-century Brazil: the slaves' view of slavery". *Hispanic American Historical Review*, 57, 1, 1977, p. 69-81.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988. *Sugar plantations in the formation of Brazilian Society: Bahia 1550-1835*. London/NY, Cambridge UP, 1985.
- SCHWARZ, Roberto, Org. *Os Pobres na Literatura Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SCOTT, Joan. "A invisibilidade da experiência". In: *Proj. História*, São Paulo (16), fev. 1998, pp. 297-325.
- SCOTT, Joan. "Gender: A Useful Category of Historical Analysis" in *Gender and the Politics of History*. New York, Columbia University Press, 1989, p.28-50 e 206-211. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Recife: SOS Corpo, 1990 e 1993, tradução Christine Rufino Dabat.
- SCOTT, Rebecca J. "Defining Boundaries of Freedom in the World of Cane: Cuba, Brazil, and Louisiana after Emancipation. In: *American Historical Review*, nr 1, Feb. 1994, p. 70-102.

- SCOTT, Rebecca J. *Emancipação escrava em Cuba. A transição para o trabalho livre. 1860-1899*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- SEDUP (Serviço de Educação Popular). *Aspectos das condições de vida e de trabalho dos assalariados da cana-de-açúcar do Brejo paraibano*. Guarabira, Pb, 1986.
- SEMPRUN, Jorge. *L'écriture ou la vie*. Paris: Gallimard, 1994.
- SHANIN, Teodor. "A definição de camponês: conceituações e desconceituações. O velho e o novo em uma discussão marxista". In: HUMPHREY, John, SHANIN, Teodor, *et al. Trabalho e dominação*. São Paulo: Cebrap, Ed. Bras. Ciências, 1980, 194p. p. 43-80
- SIGAUD, Lygia. "A Campanha Salarial de 1981 na Zona da Mata de Pernambuco". *Aconteceu*. Centro Ecumênico de Documentação e Informação, Especial 13 de setembro de 1983, p. 44-46.
- SIGAUD, Lygia. "A idealização do passado numa área de plantation". In: *Contraponto, Ano II, No 2*, Niteroi, Rio de Janeiro, 1977.
- SIGAUD, Lygia. "A luta de classes em dois atos: Notas sobre um ciclo de greves camponesas". In: *Dados, Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 29, No 3, 1986, p. 319-343.
- SIGAUD, Lygia. "A percepção do salário entre trabalhadores rurais". In: SINGER, Paul, Ed. *Capital e trabalho no campo*. São Paulo: Hucitec, 1977, p. 49-67.
- SIGAUD, Lygia. "Des plantations aux villes: les ambiguïtés d'un choix". In: *Études Rurales. Droit, Politique, Espace agricole au Brésil*, juillet/décembre 1993
- SIGAUD, Lygia. "Direito e Coerção Moral no Mundo dos Engenhos". *Revista Estudos Históricos*, Nº 18, 1997, pp. 361-388.
- SIGAUD, Lygia. "O sindicato e a estratégia do capital". In: *Mão-de-obra volante na agricultura*, São Paulo: Polis, 1982, p. 224-251.
- SIGAUD, Lygia. "Trabalho e tempo histórico entre proletários rurais". In: *Revista de Administração de Empresas*, Vol. 13, No 3, 1973.
- SIGAUD, Lygia. *Os Clandestinos e os Direitos. Estudos sobre trabalhadores da cana-de-açúcar em Pernambuco*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, São Paulo: USP, 1977.
- SIGAUD, Lygia. *Os Clandestinos e os Direitos. Estudos sobre trabalhadores da cana-de-açúcar em Pernambuco*. São Paulo: Livraria das Duas Cidades, 1979.
- SIGAUD, Lygia. *Greve nos Engenhos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- SILVA Neto, J.M. da Rosa e. *Contribuição ao estudo da Zona da Mata em Pernambuco. Aspectos estruturais e econômicos da área de influência das usinas de açúcar*. Prefácio de Gilberto Freyre. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais-MEC, 1966.
- SILVA, Ana Maria Calazans. *A desruralização e as transformações espaciais no município de Ribeirão, 1970-80*. Recife: UFPE, Tese de Mestrado em Geografia, 1986.
- SILVA, José Francisco da. *Atuação dos sindicatos junto aos trabalhadores rurais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- SILVA, José Gomes. "Proálcool e questão agrária". In: *Cadernos do CEAS*, Nº77, jan./fev. 82.
- SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa. Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- SILVA, José Graziano da. *Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1978.

- SINGER, Paul. *Capital e Trabalho no campo*. São Paulo: Hucitec, 1977, 146p. (partiel)
- SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo 1930-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 10ª ed. 1996 [1982].
- SMEDLEY, Agnes, *La longue marche. Mémoires du maréchal Zhu De*, Paris, Richelieu, 1969.
- SMITH Roberto, *Propriedade da Terra e Transição. Estudo da Formação da Propriedade Privada da Terra e Transição para o Capitalismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- SOARES, Eduardo Luiz. *Campesinato: Ideologia e Política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A Questão Agrária na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- SOARES, José Arlindo. *Nacionalismo e Crise Social: o caso da Frente do Recife (1955-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SOARES, Mariza de Carvalho e Jorge Ferreira Orgs. *A História vai ao Cinema. Vinte filmes brasileiros comentados por historiadores*, Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SOBOUL, Albert. 1789, *L'An Un de la Liberté*. [3ª ed. rev.]. Paris: Ed. Sociales, 1973.
- SODRÉ, Nelson Werneck. "Modos de produção no Brasil". In: LAPA, José Roberto do Amaral. *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 133-156.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: José Olumpio, 1944.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1962.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1962] 3ª edição 1976.
- SOFRI, Gianni. "O problema da revolução socialista nos países atrasados". In: HOBSBAWM Eric, Ed., *História do Marxismo*. Vol VIII. *O Marxismo na Época da Terceira Internacional: o Novo Capitalismo, o Imperialismo, o Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- SOFRI, Gianni. *O modo de produção asiático, História de uma controvérsia marxista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- SOKAL, A. e J. BRICMONT. *Imposturas intelectuais. O abuso da Ciência pelos filósofos pós-modernos*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- SOLOW Barbara L. & Stanley L. ENGERMAN, *British Capitalism and Caribbean Slavery: the legacy of Eric Williams*. Cambridge: Cambridge UP, 1987.
- SOLOW Barbara L. *Slavery and the Rise of the Atlantic System*. Cambridge: Cambridge UP, 1991.
- SORJ B. e CARDOSO, Org. *Economia e Movimentos Sociais na América Latina*. 1985. [art. de Mintz "A antropologia da produção de plantação" p. 145-55.
- SOUZA, Laura de Mello. "Introdução" e "Brasil: estrutura econômica e processo de desclassificação social" in *Desclassificados do Ouro*, Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 11-18 e 60-66.
- SPENCE, Jonathan, *Em Busca Da China Moderna. Quatro séculos de história*, São Paulo, Cia das Letras, 1996.
- SROUR, Roberto Henry. *Modos de Produção, Elementos da problemática*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

- STAMPP, Kenneth M. *The Peculiar Institution*. New York: Vintage Books, 1956.
- STAVENHAGEN, Rodolfo. *Agrarian Problems and Peasant Movements in Latin America*. New York: Anchor Books, 1970.
- STAVENHAGEN, Rodolfo. *Les classes sociales dans les sociétés agraires*. Paris: Anthropos, 1969.
- STERN, Steve J. “Todavía más solitarios”. In: *Revista Mexicana de Sociología*, Ano LI, N° 3, julio-setiembre, 1989, p. 347-361.
- STRAUBHAAR, Joseph Dean. “Mass Communication and the Elites”. In: CONNIFF Michael L. and Frank D. McCann. *Modern Brazil, Elites and Masses in Historical Perspective*. Lincoln: Univ. of Nebraska Press, 1989, pp. 225-245.
- STURM, Fred Gillette. “Religion” In: CONNIFF Michael L. & Frank D. McCann. *Modern Brazil, Elites and Masses in Historical Perspective*. Lincoln: Univ. of Nebraska Press, 1989, pp 246-264.
- SUAREZ, Maria Teresa de Sales de Melo. *Cassacos e Corumbas*. São Paulo: Ática, 1977.
- SUDENE, *Estrutura e dinâmica da população do Nordeste brasileiro. 1940-70*. Recife: Sudene, 1978.
- SULLEROT, Evelyne. *Histoire et sociologie du travail féminin*. Paris: Gonthier, 1968.
- SUTER, Andreas. “Histoire sociale et événements historiques. Pour une nouvelle approche”. In: *Annales HSS*, mai-juin 1997, no 3, pp. 543-567.
- SZMRECSÁNYI, Tamás,Org. *Vida Rural e Mudança Social*. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.
- SZMRECSÁNYI, Tamás. *O Planejamento da Agroindústria Canavieira no Brasil. 1930-1970*. São Paulo: HUCITEC, 1979.
- TAVARES, Ricardo. *CONTAG, Da ditadura à transição. Memória social e construção do “campesinato”*. Rio de Janeiro: Tese da UPERJ, 1992.
- THOMAZ Júnior, Antonio. *Por trás dos canaviais, os “nós” da cana. A relação de trabalho x capital e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.
- THOMPSON, Paul. “Des récits de vie à l’analyse du changement social”. *Cahiers Internationaux de sociologie*, vol. LXIX, juillet-déc. 1980, Paris, PUF.
- THOMPSON, Paul. *The Voice of the Past*. Oxford: Oxford Univ. Press, 1978.
- TÖKEI, Ferenc. *Zur Frage der asiatischen Produktionsweise*. [1965] Berlin: Luchterhand, 1969.
- TOPALOV, Christian. *Estruturas Agrárias Brasileiras*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1978.
- TOPIK, Steven, C. Compte rendu de GRAHAM, Richard. (Ed.). *Brazil and the World System*. Austin: Univ. of Texas Press, 1991. In: *Annales ESC*, N° 50/6, nov. déc., 1995, p. 1374
- TORRES, Vasconcelos. *Condições de Vida do Trabalhador na Agroindústria do Açúcar*. Rio de Janeiro: IAA, 1945.
- VENTURA, Roberto. “Euclides Conselheiro da Cunha”. In: Caderno Mais! *Folha de São Paulo*, 01.12.2002, p. 14.
- VENTURA, Roberto. *Casa-Grande & Senzala*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília, UNB, [1982] 1998.

- VIANNA, F.J. Oliveira. “O povo brasileiro e sua evolução” in *Recenseamento de 1920*. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1922, p.279-386
- VIANNA, F.J. Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. 4ª ed, Rio de Janeiro: José Olympio, 1956 [1922].
- VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª ed. 1989.
- VILANOVA, José Brasileiro Tenório. *Linguagem e estilo de um “Menino de Engenho”*. Tese de concurso para Professor de língua portuguesa, Faculdade de Filosofia de Pernambuco, Recife, 1962.
- VILANOVA, Mercedes. *Las Mayorías invisibles. Explotación fabril, revolución y represión. 26 entrevistas*. Barcelona: Icaria, 1996.
- WACHTEL, Nathan. *La vision des vaincus, Les indiens du Pérou devant la conquête espagnole, 1530-1570*. Paris: Gallimard, 1971.
- WACHTEL, Nathan. *La foi du souvenir. Labyrinthes marranes*. Paris, Seuil, 2001
- WALLERSTEIN, Immanuel. “Comentarios sobre las pruebas críticas de Stern”. In: *Revista Mexicana de Sociología*, Ano LI, N° 3, julio-setiembre 1989, p. 329-345.
- WALLERSTEIN, Immanuel. “L’esclavage américain et l’économie-monde capitaliste”. In: Mintz Sidney W., Ed. *Esclave = Facteur de production*. Paris, Dunod, 1981, p. 247-265.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Impenser la science sociale: pour sortir du XIXe siècle*. Paris: PUF, 1995.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Le capitalisme historique*. Paris: Ed. de la Découverte, 1985.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World System. Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. New York, Academic Press, 1974. *Le système du monde du XVe siècle à nos jours*. Vol.1 *Capitalisme et Economie-Monde 1450-1640*. Paris: Flammarion, 1980, 331p. Vol.2, *Le mercantilisme et la consolidation de l’économie-monde européenne (1600-1750)*, Paris: Flammarion, 1984.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. “Capital e propriedade fundiária na agricultura brasileira”. In: ARAÚJO, Braz José de. *Reflexões sobre a Agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Capital e propriedade fundiária: suas articulações na economia açucareira de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *L’économie sucrière du Pernambouc: contribution à l’étude des rapports entre la propriété foncière et le capitalisme*. Paris: Univ. Paris, 1975, mimeo Thèse de 3e cycle.
- WECKMANN, Luis. *La herencia medieval de Mexico (segunda edición revisada)*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1996 [1983].
- WECKMANN, Luis. *La herencia medieval del Brasil*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- WILKIE, Mary. *A Report on Rural Syndicates in Pernambuco*. Rio de Janeiro: CLAPCS (Latin American Center for Research in the Social Sciences), 1964, mimeo.x
- WILLIAMS, Eric. *Capitalism and Slavery*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1945 [1944].
- WOLF, Eric e MINTZ Sidney W. “Haciendas and Plantations in Middle America. In: *Social and Economic Studies*, 6(3) Sept. 1957, p. 380-412. Traduction de Caio Augusto Maciel

et Christine Rufino Dabat: “Fazendas e Plantações na Meso-América e nas Antilhas”. In: *Revista de Geografia*: Recife: UFPE, 1993, vol.9 No 1, p. 91-133. In: MINTZ, Sidney, *O poder amargo do açúcar. Produtores escravizados, consumidores proletarizados*. Org. Christine Rufino Dabat. Recife: Editora Universitária, 2003, p. 147-200.

WOLF, Eric, *Sociedades camponesas*, Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

WOLF, Eric. *Europa y la gente sin historia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994 [1987].

ZEA, Leopoldo. *Filosofia de la história americana*. Mexico: Fundo de cultura, 1978

ZISMAN, Meraldo. *Nordeste Pigmeu. Uma geração ameaçada*. Recife: Oedip, 1987.

3. ANEXOS

Carta ao Ministro do Trabalho Marcondes Filho no Rio de Janeiro²⁹¹⁵

“Na uzina Bom Jezus Pernambuco, cidade do Cabo, em fins do anno proximo passado, um operario contramestre tomou um soador e não pode atender um chamado do patrão para trabalhar, veio arrastado pelos vigias sob chuva de pao chama o operrario Oseor Cunha.

Agora, em dias de janeiro deste anno, um cunhado do mesmo uzineiro, na mesma uzina depois de espancar barbaramente um operario que negou-se trabalhar por esta com 3 noites de sonno pela falta de braço. Quando este operário cahido quase morto mandou dois vigias levantar segurando um cada braço, alvejando o em seguida com um revolver 38 tendo morte imediata. O delegado do cabo ganha 100 cruzeiros por semana de cada uzina da redondeza como seja Bom Jezus, José Rufino, Mercês etc.

Piedade para o Norte onde se mata hainda na baraceiro: em Pernambuco as que mata e Bom Jezus, Estreliana, Bombural e Caxangá e em Alagoas, e braxileira Usina

UM OPERARIO QUE ASSISTIU²⁹¹⁶

Escandalosa farsa a generosidade de “tenente”²⁹¹⁷

“Parece estranho isto ocorra numa Empresa de que “Tenente”, com aquele ar de santo, é dono. Mas é a pura verdade. Operários, trabalhadores rurais, carregados de famílias, muitos deles depois de uma semana inteira de canseiras na palha da cana ou na boca das fornalhas de Catende venham a ter de saldo para levar para casa, a miséria de 50 centavos, ou sejam uns magros “quinhentos réis”. É de cortar o coração isso aconteça, sobretudo quando sabemos que os cofres do Sr A.S. da Costa Azevedo estão sempre cheios para custear terras para ver as maravilhas de suas usina. Ainda mais que tamanha desumanidade ocorra pela vontade de um homem que tem dinheiro bastante para sustentar e contratar o pessoal da oposição que hoje anda pelo interior insultando o presidente Getúlio Vargas, denegando a honra alheia. Ele desconta benefícios que tinha obrigação de dar aos trabalhadores da empresa, daquele miserrimo ordenado, para juntar dinheiro com que comprar o “Jornal Pequeno”, encarregado de mentir a torto e a direito, de proclamar as falsas generosidades do patrão o “Tenente”. Vejam que coisa escandalosa, essa folha de pagamento da Usina Catende.

Ineditoriais - Esclarecimentos da Usina Catende SA²⁹¹⁸

Folha De Pagamento De Trabalhadores Agrícolas - Engenho Boa Vista

O terceiro “documento sensacional” está representado por uma parte da folha de pagamento do Engenho Boa Vista, na semana de 3 a 9 de março de 1944, onde se divisou “coisa escandalosa” pela existência de saldo de 50 centavos nas contas de ganho de quatro trabalhadores dados como “carregados de família e muitos deles depois de uma semana inteira de canseiras na palha da cana ou nas bocas das fornalhas de Catende”. Na realidade desses quatro trabalhadores com saldo de 50 centavos naquela semana, um deles era menor, outro apenas um dia

²⁹¹⁵ Carta manuscrita escrita com tinta, em papel pautado, com escrita e pontuação cuidadosas. Embora não esteja datada, há um carimbo do dia 15.02.1944.

²⁹¹⁶ Aparentemente a denúncia fora levada a sério. Encontram-se várias correspondências oficiais. O Delegado Regional do Trabalho não conseguiu identificar o autor da carta e escreve ao Ministro do Trabalho em 30.9.1944 recomendando que o caso seja transmitido ao Interventor de Pernambuco. Ele justifica também o anonimato do autor da carta, o que mostra o bom conhecimento que as autoridades tinham do clima entre trabalhadores e empregadores na agro-indústria açucareira: “Na espécie, justifica-se facilmente o anonimato, por alguém que – a ser verdade o que alega – poderia mais tarde, não só a vir perder o seu emprego, como também ser futura vítima da vingança do denunciado.”

²⁹¹⁷ Folha da manhã, 21.08.1945. SSP 806 A – Doc. 47. Uma polêmica surgiu, em 1945, a respeito das candidaturas ao governo do Estado de Pernambuco, entre Agamenon Magalhães e Costa Azevedo da Usina Catende. Essa querela efêmera permitiu, entre muitas outras matérias na Folha da Manhã, no jornal do Ministério da Justiça e no Diário de Pernambuco, uma singela descrição detalhada do pagamento dos trabalhadores rurais. Que isso seja apenas uma escaramuça é comprovado pelas muitas matérias elogiosas sobre a Usina Catende no mesmo órgão de imprensa. Ver, por exemplo, Folha da Manhã 11.9.1941: *Visita ao parque industrial e obras de assistência social da Usina Catende*. Uma entrevista do prefeito daquele município Alvaro Lins com a ilustração de duas fotos da folha de pagamento do Engenho Boa Vista. SSP 806 B.

²⁹¹⁸ Defesa do “Tenente” das acusações feitas contra a Usina Catende. DP, 26.08.1945. SSP 806 A – Doc 46.

trabalhara no período, e dois não tinham dado mais que dois dias de serviço na semana. Todos os salários excedem o limite mínimo da lei, e nenhum dos trabalhadores que ali figuram têm qualquer relação com a Usina ou com as suas fornalhas dada a circunstância de serem trabalhadores agrícolas, que muito admira não sejam distinguidos por quem tão versado se diz nas questões trabalhistas, e na legislação social vigente. Os pequenos saldos se explicam pela rudimentar circunstância de não poder o trabalhador passar a semana sem recebimento de dinheiro ou mercadoria para sua subsistência, cujo valor no fechamento da folha é, naturalmente, descontado, recebendo ele o que houver de saldo. Quem quer que tenha contato com os nossos meios rurais, sabe o quanto é normal e comum esse processo de adiantamentos por conta do ganho semanal. Só uma intenção maligna poderia descobrir escândalo nos dados normais da vida rural, e mesmo assim, por parte de quem se mantém em deplorável alheamento das realidades, aventurando-se às mistificações mais grosseiras. Os serviços agrícolas da Usina Catende estão organizados, mas não oferecem discrepância dos costumes comuns ao nosso meio rural. Provado esse desconhecimento ou má fé, por parte de quem acusa, fica anulada a acusação ao mesmo tempo em que se deixa clara a mistificação intentada. Nada mais natural que absorva o trabalhador em compras que seu ganho semanal detalhe que a própria folha de pagamento publicada revela em maior proporção, relativamente a um trabalhador do mesmo engenho que, tendo percebido na semana Cr\$ 248,60, o seu saldo foi de apenas Cr\$ 5,20 em resultado natural da absorvente compra que ele fez no período. Será que os acusadores de agora pretendem que as Empresas agrícolas, além do salário legal, forneçam gratuitamente aos seus trabalhadores tudo o que nas vendas ou barracões queiram comprar?

Mas, a Usina Catende, em que pese o desconcerto de seus acusadores, prefere transcrever a descrição do seu ambiente rural, a dos recursos e facilidades que oferece aos seus trabalhadores agrícolas, feita entusiástica e convictamente pela “Folha da Manhã” que, tendo visitado esta Empresa, fez pública na sua edição de 1. de maio de 1941 os seguintes trechos significativos. “O repórter fica contente em constatar que grandes áreas de plantações e roçados, que ele vai percorrendo, ao longo dos montes, entre os canaviais e a capoeira, pertencem aos operários e trabalhadores e que lhe foram cedidos gratuitamente, pela usina. Ainda vai mais longe a empresa. Mantém em cada propriedade agrícola uma venda para distribuição de gêneros de primeira necessidade aos respectivos moradores e trabalhadores, instalada em prédio apropriado que é cedido gratuitamente a um concessionário com todos os apetrechos - prateleiras, balanças, balcão - sem eu lhes seja cobrada qualquer renda ou contribuição. Apenas, lhes é imposta a esses concessionários, a obrigação de vender os gêneros pelos preços previamente tabelados, de modo a evitar a exploração do homem do campo. E a usina adota rigoroso serviço de fiscalização dos preços, da qualidade e do peso dos gêneros. Fornece ainda, a empresa transporte gratuito nos seus trens, para aqueles gêneros de modo que eles possam ser distribuídos, nas propriedades mais afastadas, por preços em correspondência com os da cidade. Essas vendas substituíram os antigos barracões que eram até então e na maioria dos casos, explorados pelo proprietário ou arrendatário dos engenhos ou que eles cediam a determinadas pessoas, mediante o pagamento de renda ou participação nos lucros. Bem ao contrário desses barracões, constituindo uma fonte de renda para o proprietário ou arrendatário de engenhos, as vendas existentes nas propriedades da Usina Catende SA representam uma fonte de despesas e encargos para a empresa, na defesa dos seus trabalhadores e moradores, para lhes assegurar alimentação melhor e mais barata.

Aos domingos, a usina faz trafegar trens de suas propriedades agrícolas ara a cidade a fim de facilitar aos trabalhadores e as suas famílias se abastecerem nas feiras livres e no comércio de Catende, constitui um espetáculo curioso o desses trens, em grandes composições, apinhadas de gente que vem de longas distâncias para a cidade, num ambiente de alegria, quasi sempre de alvoroço.”

Naquelas vendas, pois, conhecidas da “Folha da Manhã”, sem representar fonte de lucro para a Empresa, mas, pelo contrário fatores de despesas, é onde os trabalhadores agrícolas fazem as suas compras que pagam com o seu ganho e na medida de suas posses, sem obrigação, sem compulsoriedade, dada a facilidade que a Usina proporciona-lhes e às suas famílias para o abastecimento na cidade, nas feiras e no comércio com transporte gratuito de ida e volta.

Os pequenos saldos nas contas da semana de 3 a 9 de março de 1944, não se prestam portanto ao gênero de exploração intentado e apesar de desnecessários para o grande número dos que estão ligados à agricultura ou lhe são afeitos, aqui ficam prestados esses esclarecimentos para o exame e julgamento da opinião pública.

Associação Profissional dos Trabalhadores de Amaragi - Diretoria 1946

Delegado de polícia de Amaragi a SSP Delegado de vigilância geral e costumes
Presos: José Pereira do Nascimento; presidente da entidade
Moisés Leite Moraes, presidente diretório do Partido Trabalhista
Manuel de Sousa Barros, fiscal dos Sindicatos

Ofício 54, 14.8.1946²⁹¹⁹

²⁹¹⁹ SSP 28.682.

“O Manuel de Sousa Barros, me foi apresentado hoje pelo Comissário do 2º distrito deste município (Vila de Cortez), em virtude de está relacionando trabalhadores rurais para fazerem parte de seu partido e recebendo dos mesmos uma mensalidade, conforme documentos que junto remeto a V. Sa. Os indivíduos já citados acima, procuravam amedrontar todos aqueles que não satisfizesse as contribuições exigidas pelos mesmos “dizendo que teriam de ser presos os que não tirassem a caderneta” e assim procuravam enganar os pobres matutos, e ainda, como esta Delegacia teve conhecimento, trazendo os senhores proprietários assombrados, dado mesmo a propaganda que fazia, em cada engenho, sob os direitos de ora em diante, para cada trabalhador que se filiasse ao seu partido. Esta Delegacia, verificando que os mesmos não estão devidamente legalizados para assim procederem, resouveu (sic) encaminhá-los a V.S. para os fins convenientes.”

ESTATUTOS DA LIGA CAMPONEZA DE

1947²⁹²⁰

DENOMINAÇÃO E SEDE

Art. 1º - A Liga Camponesa de, com sede à rua nº, Município, Estado de Pernambuco, fica constituída por prazo indeterminado, como uma sociedade civil que se regerá pelos presentes Estatutos e a Lei vigente.

DAS FINALIDADES

Art. 2º - A Liga Camponesa de ... tem por finalidade precípua congregar todos os trabalhadores do campo, residentes em e seus adjacentes, para pleitear junto aos poderes públicos ou particulares, o seguinte:

- a) - terra gratuita ou por arrendamento módico, para seus associados cultivarem-na;
- b) - conseguir, junto aos poderes públicos ou particulares, ajuda financeira e técnica, como seja: ferramentas, transportes, aprendizagem e isenção de impostos;
- c) - promover todos melhoramentos que venham trazer vantagens para a zona e seus habitantes, indistintivamente, como sejam: criação de vilas populares, conservação de estradas, irrigação e canalização de braços de rios, etc.
- d) - promover fundação de cooperativas livres de crédito e de consumo, escola de alfabetização para crianças e adultos;
- e) - assistência médica, dentária, farmacêutica e jurídica para seus associados;
- f) - médico veterinário e agrônômico (aprovado);
- g) - organizar Caixa Beneficente de Auxílio Mútuo e Pecuniário.

DOS ASSOCIADOS

Art. 3º - Todos os associados são efetivos e contribuintes.

Art. 4º - Dividem-se os associados efetivos em:

- a) - os fundadores, aqueles que assim já estejam considerados;
- b) - admitidos aqueles que apresentarem seu pedido de admissão, instruído com os seguintes documentos: proposta devidamente preenchida contendo o nome, idade, profissão, fornecida pela Liga ou um dos sócios e atestado de sua idoneidade

Art. 5º - Todos os associados devem fazer prova que vivem do trabalho do campo ou não fica assim aprovado.

Art. 6º - Cada associado pagará uma joia de Cr\$ 5,00 e uma mensalidade de Cr\$ 2,00.

Art. 7º - Votar e ser votado para todos os cargos da Diretoria, podendo para os mesmos, serem preenchidas pelos analfabetos. Além desse magno direito, também assiste ao sócio quite:

- a) requerer com um número de associados não inferior a 1/10 de associados em dia de convocação da Assembléia Geral, par sessão extraordinária, justificando-a;
- b) gozar dos serviços, auxílios e benefícios da Liga, de acordo com os respectivos regulamentos;
- c) propor novos sócios.**

DOS DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art. 8º - São deveres dos associados:

- a) pagar pontualmente as contribuições estabelecidas no artº 5º;
- b) comparecer as reuniões e respeitar o que ficou estabelecido;
- c) cumprir o presente estatuto e regulamentos da Liga.

DAS PENALIDADES

Art. 9º - Os associados estão sujeitos as penalidades de suspensão de direitos e de eliminação do quadro social.

§ 1º - Serão suspensos os direitos dos associados, a critério da Diretoria os que desacatarem a Assembléia Geral, a Diretoria ou membro da administração.

- a) - os que se apresentarem em estado de embriaguês ou atitudes desrespeitadoras às pessoas presentes.

§ 2º - são eliminados do quadro social;

²⁹²⁰ Pequeno fascículo de 10 por 14,5 cm, com capa cinza e papel barato. SSP 29.796 – Doc. 80-88.

- a) - os que por má conduta ou espírito de discórdia, ou falta cometida contra o patrimônio moral ou material, como desvio de dinheiro, se constituem elementos nocivos à entidade;
 - b) - os que se atrasarem por mais de três meses no pagamento de suas contribuições
- § 3 - As penalidades serão impostas pela Diretoria e caberá recurso para a Assembléia Geral.

DA DIRETORIA

Art. 10º - O corpo administrativo da Liga será composto do presidente, secretário e vice-secretário, orador e Conselho fiscal, composto este de 3 membros.

Art. 11º - Compete à Diretoria:

- a) representar a Liga em quaisquer solenidades, bem como junto às autoridades e poderes públicos, em tudo que for do interesse social, podendo nomear delegados ou comissões de representações.
- b) coordenar e fiscalizar os trabalhos de todas comissões;
- c)- formular soluções para os casos omissos nos presentes estatutos, apresentando-os à Assembléia Geral;
- d) - deliberar e executar todas e quaisquer medidas de caráter inadiável no interesse da Liga.

DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 12º - A Assembléia geral dos Associados é o poder soberano da Liga e reunir-se-á, ordinariamente aos sábados e extraordinária no último domingo do mez de janeiro de cada ano, ou quando convocada pelo Presidente, ou maioria da Diretoria ou do Conselho Fiscal, ou a requerimento dos associados em numero não inferior a 20, a qual será realizada em 1a convocação com a maioria dos associados ou em 2a com qualquer número, após 2 horas decorridas da primeira.

Art. 13º - Compete à Assembléia Geral:

- a) - eleger e empossar os membros da diretoria
- b) - discutir e votar reformas parciais dos presentes estatutos com a presença de pelo menos dois terços dos sócios quites;
- c) resolver todas propostas e sugestões que lhe forem apresentadas;
- d) - autorizar o presente a firmar atos e contratos que envolvam alienação ou responsabilidade do patrimônio social pelo voto de dois terços dos associados inscritos.

DEVERES DO PRESIDENTE

Art. 14º - Ao Presidente compete:

- a) - presidir as sessões da Diretoria Solene e Assembléia Geral;
- b) - facultar a palavra aos diretores, aos membros associados e demais associados que queiram apresentar sugestões em benefício da coletividade.
- c) - designar as comissões que forem necessárias;
- d) - respeitar e fazer respeitar os presentes estatutos;
- e) - convocar a Diretoria e a Assembléia Geral, presidindo as sessões daquela e abrindo as desta;
- f) - representar a Liga perante juízo podendo neste último caso delegar poderes;
- g) - assinar as atas das sessões da Diretoria e demais papeis.
- h) - ordenar as despesas autorizadas e visar os cheques e as contas a pagar, de acordo com o Tesoureiro;

§ único, Ao vice-presidente compete substituir o presidente em sua falta ou impedimentos.

DEVERES DO SECRETÁRIO

Art. 15º - Ao secretário compete:

- a) - proceder à leitura do expediente, assinar e expedir diplomas dos sócios e zelar pelo arquivo social;
- b) - escriturar com pontualidade, os livros apropriados, e registrar todos os sócios com o nome por extenso, endereço, etc.
- c) - redigir e assinar toda correspondência social, assinando juntamente com o Presidente, as atas das sessões da Diretoria, e Assembléias Gerais, narrando as ocorrências havidas, com exatidão e clareza.

§ único - Ao vice-secretário cabe substituir o Secretário em sua falta e impedimento.

DEVERES DO TESOUREIRO

Art. 16º - Ao Tesoureiro compete:

- a) - substituir o secretário em seu impedimento;
- b) - ter sob sua guarda e responsabilidade os valores da LIGA;
- c) - ser responsável por todo haver da Sociedade, depositando na Caixa Econômica ou em banco designado pela diretoria, quantia superior a Cr\$ 800,00 (oitocentos cruzeiros).
- d) - apresentar mensalmente em balancete o movimento da receita e despesa, para o necessário exame, devendo ainda este balancete ser apresentado em Assembléia Geral.
- e) - efetuar todos os pagamentos com a maior brevidade possível, conservando em seu poder os recibos das contas pagas;
- f) - fornecer aos membros das comissões, o orçamento necessário para os festivais ou conferências que a Liga for convocada;

- g) - não empregar o capital da sociedade em transação de espécie alguma, sem que tenha sido aprovada em reunião e aprovada por maioria dos votos;
- h) - não emprestar os bens da sociedade para outros fins sinão (sic) aqueles que se destinam aos seus associados;
- i) - se interessar o máximo pela arrecadação de todas as contribuições sociais e sair em comissão para adquirir meios financeiros em benefício de qualquer reivindicação, quando isto se fizer necessário;
- j) - retirar da Caixa Econômica ou Bancos, a quantia quando autorizado pelo presidente ou secretário;

DO CONSELHO FISCAL

Art. 17º - Ao Conselho Fiscal compete:

- a) - examinar mensalmente o balancete da Tesouraria e os documentos apresentados pelo Tesoureiro, dando seu parecer afim de ser aprovado;
- b) - denunciar à diretoria as irregularidades observadas na escrituração ficando responsável por qualquer infração notada na mesma após sua aprovação;
- c) - verificar o movimento dos imóveis pertencentes à sociedade, apresentado pelo Tesoureiro, em cada fim de gestão dando parecer sobre a exatidão do mesmo;
- d) - chamar a atenção do Tesoureiro para comunicar à Tesouraria quando não forem apresentados nos dias determinados nos Estatutos respectivos balancetes.

DAS ELEIÇÕES

Art. 18º - A Liga reunir-se-á em Assembléia Geral Ordinária, anualmente no último domingo do mês de Janeiro de cada ano, afim de proceder às eleições da nova Diretoria, que terá sua posse no último dia de Fevereiro;

§ 1º - A Diretoria poderá ser reeleita;

§ 2º - O pleito correrá livre, sendo ampliado o direito de cada sócio, para apresentar seu candidato para os cargos a começar pelo Presidente.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19º - O poder Administrativo da Diretoria será por um ano, a começar de 23 de Fevereiro a igual data do ano seguinte;

Art. 20º - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria.

Negado registo à Liga Camponesa de Ribeirão

Despacho, a respeito do assunto, exarado pelo juiz de direito daquela comarca²⁹²¹

Em despacho proferido em autos, o Juiz Agripino F. da Nóbrega, a propósito do pedido de registo a uma Liga Camponesa, de Ribeirão, externou-se da seguinte maneira:

“A diretoria de uma tal Liga Camponesa, supostamente fundada e funcionando no município de Ribeirão, pediu registo dos seus estatutos para os fins legais. A leitura de semelhante peça nada demonstra de anormal. E aparentemente inócua, inocente de intenção e de propósitos. Não tem um desvio visível, uma palavra dúbia... a modos da técnica comunista.”

Mas pergunta-se: sendo o município de Ribeirão como o da Gameleira, essencialmente canavieiros, repartidos entre usinas, tomado e explorado o seu território por poucos e legítimos proprietários, a que vem uma Liga ou sociedade cujo principal objetivo visado é obter terras gratuitas para os seus membros? De quem? Como?

Somente esse dispositivo estatutário define bem o lobo que se esconde na pele do cordeiro. Seria legalizar pretensão revolucionária, incabida, sem fundo social vigente. Se a lavoura da cana de açúcar - base e maior fonte de riqueza do Estado - para que prospere e assegure a Pernambuco o lugar de destaque, necessita de elemento estável e a fim de melhor expandir-se já são poucas as terras da zona sul, como pensar em arrendá-las, vendê-las ou doá-las?

Estatutos não podem ter palavra oca, sem significado ou que expresse coisa diferente do que está escrito...Está se vendo que isso é desculpa de papa-terra...Seriam esses os argumentos contrários adequados, caso mesmo tivesse foros de seriedade e decoro a pretensão dos requerentes de fis.

Nota-se porém que este é mais o Estado e quiçá o Brasil, os seus adeptos, logo que melhor se disciplinem, articulados em reuniões públicas ou particulares, sem entraves ou indiscrições dos mantenedores da Ordem Pública, fortes e cômicos do poder arrebatado, propagarão com mais desassombro o Credo de Moscou e, trabalhando afanosamente a massa das populações rurais, facilmente credeira e expectante, forgicarão (sic) reações inesperadas ou desentendimentos coletivos de consequências imprevisíveis.

Tanto o fim declarado da Liga é uma mentira (a fórmula é impressa), simples engodo que não procuram nem contestar aplicando-o indistintamente, quer em relação ao município onde a propriedade particular é detida por dois

²⁹²¹ JC, 31.7.1948. SSP 19.177 – Doc. 8.

ou três (inviável, portanto adquiri-la ou toma-la, nas condições proclamadas), ou em município de propriedades particulares numerosas. E na hipótese dos autos, esquerdistas pleiteantes se desmascararam porque, acompanhando a petição de registo, com firmas reconhecidas, nos forneceram (talvez involuntariamente) o folheto impresso nas tipografias da “Folha do Povo” em 1947, do qual transplantaram, com ligeiras modificações, os termos e as cores de que ornaram os seus estatutos.

Como se vê, é uma só a matriz do plano traçado, envolvendo os principais centro de trabalho do Estado, na certa para que, da atuação de cada grupo formado, fomentados os choques atritos e dissídios entre patrões e operários, criado o aspirado clima de insegurança e desassossego, possam, futuramente, reaparecer, de maneira ainda mais desenvolva e perigosa, os atuais inimigos do regime brasileiro.

Isto é puramente uma das cambiantes do marxismo.

Nestas condições, indefiro o requerimento.

Ribeirão 17 de julho de 1948”.

Queixa da direção da usina Tiuma contra “agitação comunista”

“Ao Exmo Sr Major Secretario de Segurança Publica de PE²⁹²²

A Cia Usina Tiuma, sociedade anonima com sede em Tiuma, no Município de São Lourenço da Mata, e com escritório nesta cidade, por seu diretor-gerente abaixo assinado, informada de que o Partido Comunista Brasileiro está pretendendo realizar um comício em Tiuma, local de seu estabelecimento fabril e onde somente residem funcionários e operários da suplicante, vem representar a Vossa Excelência, usando do direito conferido no § 37 do art 141 da Constituição Federal, contra semelhante pretensão invocando para isso motivos de todo ponderosos, que, por certo, hão de impressionar o esclarecido e justo espírito de V. Excia.

Com efeito, e como V. Excia não ignora, por ser público e notório, o órgão de imprensa daquele partido político, “Folha do Povo”, vem promovendo uma forte e sistemática campanha difamatória contra os principais administradores da suplicante, contra quem formulam assacadihas de todo jaez, inclusive a de lhes atribuir a responsabilidade de distúrbios já registrados naquele local e de que, em verdade, são eles os únicos e exclusivos provocadores.

Essa campanha difamatória é reproduzida por todos os oradores comunistas em todos os comícios, que vêm realizando no interior do Estado.

É evidente, portanto, o intuito dessa gente: - transformar o ambiente tranqüilo, ordeiro, de trabalho construtivo, de harmonia social e econômica, que é a Usina Tiuma, num centro de agitação comunista, fomentando-se a propaganda de preconceitos de classe - a de patrões e operários -, propaganda essa sistematicamente feita pelos comunistas, se bem que expressamente proibida pelo §5, in fine, do art.141 da Constituição Federal.

Trabalhamos, pois, por essa animosidade, que os comunistas nutrem contra os administradores da suplicante, é natural supor que, acaso incentivados com a permissão de realizar o pretendido comício em Tiuma, mais à vontade se sintam para realizar o seu principal intento: - criar, dentro na propriedade mesma da suplicante, propriedade que é, também, um direito garantido pela Constituição Federal (§16 do art 141), e uma amplitude tal que só encontra limitação na desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, e isso mesmo mediante prévia e justa indenização em dinheiro; criar - como fãmos dizendo - dentro mesmo na propriedade particular da suplicante (Tiuma é uma vila constituída, só e só, de bens patrimoniais da suplicante), uma atmosfera de cisão entre patrões e operários, em flagrante detrimento da ordem pública²⁹²³ ali reinante, afetando, de envolta, a produtividade industrial da suplicante e, com ela, a própria economia do Estado, já que Tiuma é um dos maiores centros fabris do parque açucareiro de Pernambuco.

Há de ponderar, ainda que os promotores desse comício são elementos de todo estranhos ao ambiente familiar de Tiuma. São gente de fora, são agitadores muito conhecidos que planejam subverter o meio social de Tiuma.

Ora, é visando à preservação da ordem pública ali reinante, que a suplicante depreca de V. Excia a sadia providência de designar outro local no município de São Lourenço da Mata para a realização do comício pretendido.

Atendendo a esta reclamação da suplicante, V. Excia, ao mesmo passo que resguarda o direito, que lhes é conferido pela mesma Constituição Federal, de se reunirem sem armas, realiza a função precípua da organização policial, ou seja, a de evitar, prevenir ou impedir atentados à ordem pública, como só em ser os comícios comunistas.

²⁹²² SSP 470 – Doc 31-33.

²⁹²³ Sublinhado a lápis e assinalado na margem.

A suplicante está certa de que V. Excia, espírito lúcido e justo, atenderá às ponderações aqui formuladas, dando a esta reclamação o necessário deferimento.

22.10.46

A.A.²⁹²⁴

Continuam as perseguições aos camponeses de Goiana²⁹²⁵

Protesta a Liga Camponesa daquele município - Vigoroso manifesto assinado por 200 trabalhadores do campo - Seguiremos o exemplo dos italianos que distribuem as terras dos latifundiários Continuam a ser perseguidos os camponeses que moram nas terras do Engenho Uruaê, no município de Goiana.

A família do velho trabalhador, José Tomaz de Oliveira, foi por ordem do juiz da Comarca, posto para fora das terras, tendo sido apreendidos todos os seus utensílios domésticos e de trabalho, à revelia do chefe de família que se achava ausente.

Mas como não tivesse para onde ir, a família de José de Oliveira, permaneceu na casa, embora esta estivesse vazia e com as portas arrancadas.

Em dias desta semana, o oficial da justiça voltou a casas dos perseguidos camponeses desta vez acompanhado de dois soldados armados de fuzil, de maneira estúpida, jogaram-nos na rua.

BRUTALMENTE ESPANCADO

Quando era conduzida pela polícia, a esposa de José Tomaz encontrou-se com o seu irmão, Antônio Calado, que pelo fato de perguntar a sua irmã, porque ia acompanhada por soldados, foi insultado, preso e brutalmente espancado tendo sido conduzido para a cidade de Goiana, sendo libertado no dia seguinte.

Uma onda de terror se espalha por todos os engenhos e uzinas de Goiana, numa demonstração do medo que vem se apoderando dos senhores feudais, ante o despertar dos trabalhadores, na luta contra a brutalidade dos latifundiários.

PROTESTA A LIGA CAMPONESA DE GOIANA

Em virtude das violências que lavram naquele município, entres elas a expulsão do camponês José Tomaz de Oliveira, sua família e demais trabalhadores. A Liga Camponesa de Goiana, lançou um veemente protesto, cujo trecho final, publicamos abaixo:

“Nós, camponeses deste município, levamos ao conhecimento do algoz Nelson da Cunha Rabelo e seus colegas barões feudais que não nos atemorizam as violências policiais nem a cumplicidade judicial contra os latifundiários. Ao contrário, são estímulo para uma luta mais vigorosa. Quanto maior for a violência dos opressores, maior será a violência dos oprimidos. Nós estamos dispostos a realizar nossa sagrada tarefa, nossa união, cooperando com o Congresso Camponês. Com a nossa união, teremos força para seguir o exemplo dos nossos companheiros da Itália, que a despeito do terror policial, realizam a Reforma Agrária com suas próprias mãos.

aa) José Geraldo, Pedro Trajano, Antonio Lourenço da Silva, Joaquim Henrique, Manoel Domingues, Antonio Marcelino, Gabriel F. da Silva, Maria Senhorinha da Conceição, Luiz Aureliano, José Tomaz de Oliveira, Severino da Conceição, Inácio da Silva, José Cavalcanti, Regina da Conceição, Francisco Soares, Severino Vieira da Silva.” Seguem-se 180 assinaturas.

Relato de uma greve conjunta dos operários e trabalhadores rurais

“Delegado de polícia do município de Amaraji, Ofício reservado s/n 14.09.1954²⁹²⁶
Ex. sr Coronel Secretario de Segurança Publica – Recife

²⁹²⁴ Assinatura manuscrita.

²⁹²⁵ *Folha do Povo*, 11.2.1950. SSP 7956

²⁹²⁶ SSP 793. Doc. 7-9.

I - Relato a V. Excia que às 17 horas de 12 do corrente chegou ao meu conhecimento que o operariado da Uzina U&I (Uzina B.) chefiados por elementos comunistas pretendiam entrar em greve dentro de algumas horas e para criar ambiente de terror cogitavam danificar as instalações da fábrica de açúcar e a usina hidro-elétrica do engenho M., propriedade da firma Industria L. D. SA, imediatamente determinei fosse a barragem de Mariquita guardada pelo 2º sargento P. C. S., comissário de polícia de Cracituba,²⁹²⁷ um soldado do destacamento e dois vigias da represa. Em seguida telegrafei a V. Excia solicitando a vinda de um reforço e quando este chegou às 23 horas, foram destacados mais três soldados para garantir o fornecimento regular de energia elétrica e evitar atos de sabotagem na tomada d'água de um dos dois açudes que fica a 3 km distante das turbinas geradoras. Aquela hora foi reunido 1 cabo e 3 soldados do destacamento de Amaraji, 1 sargento, 1 cabo e 6 soldados do destacamento de Escada, 1 cabo e 6 soldados restantes do reforço, para guardarem as instalações da Uzina U&I e aguardar os acontecimentos esperados a cada instante. Os investigadores de polícia sob a chefia do Sr W. ficaram agindo independentemente. Às 4 horas da manhã de 13, 3 soldados do destacamento de Escada sob o comando do sargento Anibal e os investigadores ocuparam a entrada principal da fábrica; 3 soldados e 4 vigias sob o comando do cabo Francisco Chagas foram postos na retaguarda da fábrica, na confluência do rio Ipojuca. Com o pessoal do destacamento de Amaraji e o reforço, divididos em dois grupos, ocupamos a frente e os flancos do conjunto: escritório-fábrica de A - refinaria e destilaria.

II - Às 5 horas começou a chegada dos grevistas em grupos que variavam entre 20 e 50 homens e às 5:50 forçaram a entrada principal para arrancar do interior da fábrica os operários especializados que lá se encontravam desde o dia anterior reajustando a maquinaria e regulando o fogo das caldeiras. Contidos e contrariados em suas pretensões, arrogantemente perguntavam os grevistas aos policiais, se estes responsabilizavam-se pela sorte dos operários que desobedecendo ordens em contrario foram trabalhar. Fracassado o segundo intento de depredação e ameaças de espancamentos, porque o primeiro deixou, com a presença antecipada da polícia na barragem de Mariquita, de ser levado a efeito pelos agitadores, passaram eles a formar blocos no pateo externo da usina, onde havia um que procurava estimular e elevar o entusiasmo da maioria já arrefecido pela presença ostensiva da polícia, que constituiu uma surpresa para eles. O número de operários continuou crescendo e às 8 horas fomos informados que o pessoal do campo suspenderam suas atividades juntamente com o pessoal da estrada de ferro, com emoção de poucos elementos. O gado foi posto a pastar dentro das plantações de canas fundadas durante o inverno deste ano. O gado leiteiro foi tanguado para longe dos estábulos antes da ordenha do leite. Os animais de tração e de carga foram abandonados. Várias “espadas” dos desvios da ferrovia foram envergadas para provocar descarrilamento e interrupção do tráfego entre Frexeiras e Bomfim. Com as informações chegavam turmas de conservação das estradas de ferro, cambiteiros e cortadores de cana de vários engenhos daquela empresa, uns solidários com os agitadores, outros porque foram ameaçados de espancamento, caso continuassem no trabalho. Às 9 horas resolvi, em face da situação que se agravava a cada instante, pedir a V. Excia, por via telefônica, mais um reforço de 20 homens, para melhor proteger as instalações ferroviárias e o material rodante, bem como guardarem duas pontes que dão acesso a ilha onde é instalada a Uzina União & Industria e a Vila de Caracituba, que aquela hora estava sem policiamento. Fui atendido pelo Dr Sr Delegado de Transito, porém o reforço solicitado não chegou.

III - Os agitadores convidados pelo Sr L. D. para um acordo a fim de que a Uzina fosse posta em funcionamento, propondo-lhes cumprir posteriormente tudo quanto fosse determinado pelos representantes do Ministério do Trabalho, apesar da ilegalidade da greve, rejeitaram (sic) a proposta do Presidente da Empresa, alegando os elementos comunistas que estavam em greve por determinação de uma comissão que chegaria de 8 para 9 horas, vinda do Recife, especialmente para resolver a questão. A tal comissão não apareceu, nem chegamos a saber quem seriam seus componentes.

IV - Finalmente, às 14:25 hs, chegaram a Uzina U & I procedentes de Recife, dois delegados do Ministério do Trabalho que, de início fizeram sentir aos trabalhadores em geral a ilegalidade da greve e que eles não faziam jus ao aumento que reclamavam, fora da lei do salário mínimo. Colaborando com os representantes do Ministério do Trabalho, o S L. D. Jr reiterou a promessa de suspensão da cobrança de aluguel de habitação feita dois dias antes, isto é, no dia 11 do corrente e determinou fosse imediatamente devolvida toda e qualquer importância descontada em folha para aquele fim. Os trabalhadores concordaram e às 17 horas começou o funcionamento normal da Uzina, porém os agitadores que não desejavam por fim a greve, inconformados, procuraram novos motivos para continuar a greve e movimentaram-se numa nova campanha de descrédito, agora contra os delegados do Ministério do Trabalho, fazendo crer aos operários já decididos a reiniciar o trabalho, que os delegados estavam vendidos à Uzina, também eram traidores dos direitos dos operários. Falhou a última tentativa.

V - Os principais responsáveis pelo movimento foram só comunistas. (...)

²⁹²⁷ Na pasta SSP 6578 intitulada “*Associação dos camponeses assalariados agrícolas e trabalhadores de ofícios varios da vila de Caracituba*” encontram-se três pequenos carnês de pagamento com caixinhas previstas para apontar mensalmente o período de janeiro de 1947 a dezembro de 1948. Em destaque as frases: “*A União faz a força. Unidos venceremos*”. No fim, há extratos dos estatutos sobre quem tem e perde direitos como associados. Não há nada sobre os objetivos da associação, no entanto, o texto acima citado pode permitir induzir uma finalidade clara de defesa de classe.

VI - A exaltação dos vermelhos chegou ao ponto de vaiar o padre J. L., pároco de Amaragi

VII - Às 10 horas de hoje era considerado normal o ritmo de trabalho da Uzina e por isso determinei o recolhimento do reforço ao quartel do Derbi, telegrafando em seguida a V. Excia.

2º sargento delegado de polícia.”

Fundada a ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS E CAMPONESES DE PERNAMBUCO²⁹²⁸

O acontecimento mais importante da I Conferencia Estadual de Assalariados Agrícolas foi, sem dúvida, a fundação da Associação...

Essa organização estadual é o resultado do grande número de Sindicatos Rurais e Sociedades Camponesas já existentes por todo o Estado, construindo um novo e decisivo passo para frente na luta dos camponeses por sua própria organização.

A Diretoria

A primeira diretoria da ATACP, eleita pela I Conferência, ficou assim organizada :

Presidente: Vicente Belarmino da Silva
Vice-Presidente: Severino Manoel Barbosa
Secretário- Geral: Pedro Renaux Duarte
1º secretário - Albérico Silva
2º secretário - Amaro Apolonio
Tesoureiro - Cirilo Apolonio da Silva
Vice-Tesoureiro - Manoel Correia da Silva
Orador - Amaro Correia
Vice-Orador - José Francisco de Lima

É de se esperar que, com o regresso da delegação pernambucana que foi a São Paulo participar da II Conferência Nacional de Camponeses a Associação dos Trabalhadores Agrícolas e Camponeses de Pernambuco inicie logo um plano de atividades em prol das reivindicações da grande massa trabalhadora rural de nosso Estado.

Resoluções da I Conferência dos Trabalhadores Agrícolas e Camponeses de Pernambuco²⁹²⁹

- 1 - Criar comissões nos locais de trabalho pela aplicação e cumprimento dos novos níveis de Salário-Mínimo.
- 2 - Extensão da legislação social aos trabalhadores do campo.
- 3 - Lutar pela reforma agrária
- 4 - Abolição do vale e do Barracão e regulagem do pagamento dos trabalhadores aos sábados às 14 hs.
- 5 - Abolição das multas.
- 6 - Proteção às mulheres e aos jovens que trabalham.
- 7 - Exigir dos usineiros o cumprimento dos Cr\$ 2,00 por saco de açúcar, para assistência social aos trabalhadores do campo, e que sejam entregues aos sindicatos para sua aplicação.
- 8 - Reforçar e criar novos sindicatos no campo.
- 9 - Apoiar a luta de nossos irmãos trabalhadores das cidades por melhores condições de vida.
- 10 - Defender a Constituição e as liberdades sindicais e democráticas.
- 11 - Exigir a reintegração da diretoria legitimamente eleita do Sindicato dos Trabalhadores do Açúcar atualmente sob intervenção do Ministério do Trabalho.
- 12 - Protestar contra a intromissão da polícia nos órgãos sindicais.
- 13 - Filiar todos os sindicatos rurais e camponeses ao Conselho Consultivo dos Trabalhadores de Pernambuco.
- 14 - Padronizar a medida da braça em Cr\$ 2,00 e que as contas não ultrapasse de 10x10 e que a 1ª lima seja paga a 50,00 e da 2ª em diante a 40,00.
- 15 - Estabilizar o preço do corte da cana para feixes de canas por 30,00 baixos e 50,00 nos altos, tanto para dos engenhos como para os da rua.
- 16 - Enquadrar os Trabalhadores Rurais no IAPI.
- 17 - Construção de moradias condignas a preços populares para os trabalhadores rurais.
- 18 - Tabelamento e controle dos preços das mercadorias dos Barracões e sua fiscalização pelos sindicatos.

²⁹²⁸ Folha do Povo, 21.9.1954. SSP 28702 – Doc 2

²⁹²⁹ Folha do Povo, 22.9.1954. SSP 28702 – Doc 01

Grande Ato, Instalação da Conferência dos Assalariados Agrícolas²⁹³⁰

Representantes da Classe operária prestam solidariedade ao importante conclave. No sábado último foi solenemente instalada na sede do Sindicato dos Ferroviários, a I Conferência Estadual de Assalariados Agrícolas de Pernambuco.

Presidiu o ato que foi bastante concorrido, o Sr Homero Salgado Acioly, presidente do Sindicato dos Ferroviários. Abertos os trabalhos, usou da palavra o Sr. Albérico Silva, da Delegação de Bonito, que saudou os delegados rurais presentes.

Em seguida, falou o deputado Paulo Cavalcanti, que saudou a realização do importante conclave. Abordou a vida do homem do campo, seus sofrimentos e sua luta por melhores dias, insistindo na necessidade da união entre os trabalhadores urbanos e rurais.

Falou também o major Napoleão Bezerra, representante da Liga da Emancipação Nacional Seção de Pernambuco, em nome daquela organização patriótica hipotecou sua irrestrita solidariedade à Conferência dos Assalariados Agrícolas.

Pronunciou um vibrante discurso, em nome dos trabalhadores paraibanos, o representante da inter-sindical da Paraíba, Sr Luiz Bernardo da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de João Pessoa. Focalizou notadamente o domínio do Brasil pelos imperialistas norte-americanos que resulta na fome e na miséria do povo.

Em nome dos trabalhadores da Construção Civil, usou da palavra o secretário do respectivo sindicato sr José Gomes da Silva. Protestou contra atitude do presidente do seu sindicato que negou a sede social para realização da Conferência.

Por último, foi à tribuna o operário Francisco Alves da Silva, delegado geral dos Sindicatos dos Trabalhadores na Indústria dos Calçados do Recife, dando o apoio de sua corporação ao conclave camponês.

Em nossa edição de amanhã, publicaremos notícias relativas às sessões plenárias da Conferência em primeira página.

Impressionante discurso de uma camponesa em Escada²⁹³¹

Vida cheia de atribulações e sofrimento - "O lápis é a vara de ferrar os bois" - Lutar até a morte pelos nossos direitos.

Em Escada, quando se realizava uma conferência preparatória das muitas que tiveram lugar no Estado para a Conferência Estadual, a nossa reportagem conseguiu colher alguns trechos do discurso pronunciado pela camponesa Helena Maria de Brito. Vamos transcrever esses pedaços de sofrimento, ditos por quem os tem sofrido, desde o dia em que nasceu. Qualquer comentário seria inútil. As palavras da camponesa dizem tudo. Ei-las:

Eu sou uma creatura que vivo e não vivo. Nasci num dia e meu pai morria noutro. Minha mãe ficou com 4 filhos. Terminou o resguardo lavando roupa e trabalhando alugada para me criar. Assim mesmo, com grandes sacrifícios me pôs na escola. Aprendi a assinar o nome. Mais tarde casei-me com a idade de 16 anos. Hoje estou com 39. Fiquei viúva DENTRO DA EMPRESA: usina Bomfim. Meu esposo acabou-se dentro da Cooperativa na hora do pagamento. Fiquei com 7 filhos de menor e sem auxílio de forma alguma, ganhando 15 cruzeiros por semana para os meninos e eu - 8 pessoas. Fui ao juiz. Este me perguntou pelos documentos de meu esposo. Respondi-lhe que não tinha. Perguntou-me em que trabalhava. Respondi-lhe que era empregada rural. Ele me disse: «Lamento a sua situação, mas não posso dar jeito porque não tem documento algum.»

“Continuando o seu discurso prossegue a camponesa sua narração «Isto é um espelho para um chefe de família que não procura os seus direitos, os de seus filhos e esposa. E tem um filho doente, sua mãe, sua esposa ou sua própria pessoa, morre a mingua porque não tem com que se trate e mesmo tendo remédio não tem o alimento. No entanto, esse chefe de família deve marchar na procura dos seus direitos como um batalhão de soldados que marcha para a guerra, e dizer: ou o nosso direito ou a nossa vida.»

²⁹³⁰ *Folha do Povo*, 16.9.1954 (quinta-feira). SSP 28702 – Doc 9

²⁹³¹ *Folha do Povo*, 21.9.54 SSP 28702 – Doc 7

Eu me casei pela segunda vez. A situação piorou ainda mais porque meu esposo é um cortador de cana; sai às 6 da manhã e chega às 5 da tarde, todo molhado, todo rasgado, com fome e sem ter o que comer nem o que vestir porque o ganho não dá. Eu vou para a beira do fogo fazer uma xícara de chá de cidreira, um caldo de POJ porque não podemos comprar café nem açúcar. Se vai ao barracão comprar, o barraqueiro diz: « não posso despachar mais porque você já comeu o que ganhou.» O meu filho com 12 anos nesta situação. Vestido numa camisa de saco. Não tem conforto. Deve trabalhar pra dar aos irmãozinhos que ficaram sem pai. E para me apresentar aqui tomei um vestido e um sapato emprestado porque o meu esposo não pode me dar. Meu filho não pode me dar. Meus filhinhos amanhecem o dia, não tem um tamanco para calçar, não tem pão para tomar ao menos uma xícara de chá, não tem leite. E quem falar é preso. Só quem pode ter casa e conforto é filho do rico. Os OPERÁRIOS TEM SINDICATO, INSTITUTO DE APOSENTADORIA; TEM LENHA, LUZ, MARNERNIDADE PARA A SUA ESPOSA QUANDO VAI DAR À LUZ. Qual é a maternidade da mulher do camponês? É capaz de dar a luz no partido de cana. A assistente é a cunhada, o berço do filho é o balaio de semear cana, o livro é o balaio, o lápis uma vara de ferrão para chamar os bois. Não podemos botar para aprender a assinar o nome. Se eu fosse um homem, ia morrer no campo de batalha afim de ver nosso direito e nossa vitória.”

Delegações presentes na Conferência Camponesa ²⁹³²

Delegados de vários municípios compareceram a I Conferencia de Assalariados Agrícolas de Pernambuco, realizada sábado e domingo últimos, na sede do Sindicato dos Ferroviários. Eis a sua relação

Municípios	Representantes
Cabo	16
Catende	11
Palmares	13
Escada	21
Buique	4
Bonito	2
Gravatá	2
Goiana	12
Gemeleira	8
Ribeirão	8
Surubim	3
Vitória	5
Iputinga (Recife)	2
TOTAL	108

DELEGADOS FRATERNALIS

De Alagoas vieram quatro camponeses, representando os associados agrícolas locais. Representando o Conselho Consultivo dos Trabalhadores de Pernambuco, compareceram os Srs José Viana da Silva, delegado geral do sindicato dos metalúrgicos, Wilson de Barros Leal, presidente do Conselho e do Sindicato dos Tecelões, Miguel Ferreira da Silva, presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro do Recife. Compareceram ainda: Wilson Carvalho, presidente do Sindicato dos Gráficos; João Balbino, presidente do Sindicato dos Marceneiros; José Gomes, secretário do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil; Manoel Claudino, delegado em Pernambuco do Sindicato Nacional dos Marítimos; Francisco Alves da Silva, delegado geral do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados; dois dirigentes sindicais de João Pessoa.

Pelo número de delegados presentes e dos representantes de várias agremiações sindicais de Pernambuco e inclusive de outros estados que compareceram ao ato, tem-se uma idéia da importância da que se revestiu a I Conferência dos Associados Agrícolas de Pernambuco.

Funcionaram bem as comissões

Em todo o decorrer da Conferência os camponeses demonstraram um elevado grau de capacidade no trabalho organizativo. Igualmente chamava a atenção da assistência, a desenvoltura com que pediam a palavra e levantavam os seus mais diversos problemas, trazendo para os anais da conferência as terríveis condições de vida a que eles são submetidos sob exploração feudal dos latifundiários.

Foi impressionante a ordem em que trabalhavam as comissões muito especialmente tendo em vista a presiariiedade (sic) de tempo de que dispunham para o trabalho. A nossa reportagem assistiu o trabalho de algumas comissões tendo anotado a composição das mesmas.

²⁹³² *Folha do Povo*, 21.9.1954. SSP 28702

A comissão de teses e resoluções

A comissão foi das mais ativas tendo que enfrentar um apreciável número de teses e resoluções. Estava composta pelos seguintes delegados, entre os quais, ensinando e transmitindo as suas experiências, estavam alguns operários acostumados ao trabalho sindical e que participaram da Conferência na qualidade de delegados fraternais.

Albérico Silva - Relator, Severino Manoel Barbosa, Cicero...

A comissão de moções

ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA DOS PLANTADORES DE GOIANA²⁹³³

“A Associação Agrícola dos Plantadores de Pernambuco, reunida em assembléia no município de Goiana, deliberou fazer sentir aos senhores diretores das diversas empresas de exploração agrícola deste município através do presente memorial as mais justas aspirações e reivindicações dos seus associados, tendo em vista as condições deficientes e deprimentes em que vivem e forcejam vigorosamente pelo desenvolvimento econômico do Estado. Os trabalhadores agrícolas constituintes da classe laboriosa, mola propulsora do progresso da agricultura e fator principal da subsistência dos 63.000.000 de habitantes que constituem a população do país, almejam melhores condições de trabalho, que lhes facilitem a existência e proporcione [aos] mesmos estímulo e amor a profissão. Como são evidentes as circunstâncias oferecidas pelo campo não possibilitem ao camponês e as suas famílias aquela existência digna, de que nos fala o parágrafo único do art. 152 da constituição estadual. O nosso objetivo é pois, lutarmos pela justiça social, nos empenhando assim em conciliarmos a valorização do trabalho humano com os interesses da iniciativa privada, para que consequentemente auxiliados pelos ordenamentos da política rural possamos camponeses se fixarem nos campos, evitando os êxodos tão constantes nos nossos dias e por demais prejudiciais a um País de existência essencialmente agrícola como é o BRASIL, com seus 8.500.000 quilômetros quadrados de extensão (sic) territorial. Assim, conscientes da justiça de nossa ação, certos de que nossa atitude possibilitará o melhor desenvolvimento e progresso na agricultura, incutindo-nos o bem estar nas jornadas cotidianas pela lavoura pleiteamos:

A) que seja fixado o preço de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) como pagamento limpeza da terra, tomando por base para este pagamento a quadra de 10x10 braças.

B) estabelecer-se o preço de CR\$60,00 (sessenta cruzeiros) como pagamento de 100 (cem) unidades de feixes de cana crua e 50\$00 (cinquenta cruzeiros) cana queimada.

C) conseder (sic) ao camponês uma área de terra de uma cinquenta²⁹³⁴ para o cultivo de outras lavouras através de sua atividade individual e de sua família

D) Melhorar a assistência médica do camponês e assistência escolar para formação educacional ao filho do trabalhador

E) Eliminar qualquer espécie de coação ao trabalhador que pretenda se organizar em sua associação de classe, garantindo o respeito à Constituição e a tranquilidade

F) Eliminar o vale do barracão, efetuando o pagamento nas sextas-feiras

G) Extinção de vigia armado em qualquer espécie de fiscal também portador de arma entre os trabalhadores.

H) Fica concedido o prazo de 10 (dez) a partir da data da entrega deste memorial para os senhores darem a resposta definitiva.

CARTA DE SALVAÇÃO DO NE²⁹³⁵

As condições de retardamento do Nordeste mantêm em planos inferiores de vida todos os seus habitantes.

Num quadro de calamidades naturais periódicas grande número de problemas entrava o desenvolvimento da região. Vive o nordestino uma situação de dificuldades, que não se coaduna com seu espírito de iniciativa e capacidade de trabalho.

Ao flagelo das secas juntam-se os males do latifúndio, quase sempre improdutivo, as deficiências de transporte, a dispersão da população, o analfabetismo, as endemias e carências alimentares.

As atividades industriais estão a cada dia mais sufocadas. Falta-lhes adequado estímulo financeiro e tecnológico. O potencial de Paulo Afonso ainda não proporciona os níveis de produtividade necessários ao desenvolvimento da

²⁹³³ Documento sem data nem origem. SSP 6590 – Doc. 1-2.

²⁹³⁴ O documento consiste numa cópia e falta a unidade de medida.

²⁹³⁵ Carta de Salvação do Nordeste e principais pontos das resoluções finais, aprovados nas sessões ordinárias e plenárias do Congresso de Salvação do NE reunido no Recife entre 20/27 agosto 1955. SSP 27100 – Doc 84.

Região. Também a larga possibilidade dos produtos nordestinos, com vantagens para o desenvolvimento das fontes comerciais, internas e externas, está por aproveitar.

Embora insuficientes à magnitude dos problemas, têm sido obtidos resultados que honram o brasileiro nas obras contra as secas, na criação de estradas regionais e, mais recentemente, nos empreendimentos de Mataripe e Paulo Afonso.

Arrostando a dependência econômica em que ainda se encontra o país, a iniciativa privada nordestina, demonstrando sua capacidade realizadora, constrói indústrias têxteis, alimentares, de cimento e de adubos.

Apesar de todos esses esforços, permanecem as dificuldades para o desenvolvimento independente da economia do Nordeste. Mantêm-se a seca como ameaça periódica, e rotineirismo rural, as deficiências de distribuição de energia em certas áreas e até mesmo a ausência total, em outras.

A cultura popular nordestina, de tão ricas tradições, estiola-se à falta de amparo e estímulo, sendo indispensável preservá-la e criar um clima propício ao seu amplo florescimento.

Em tais condições, forma-se uma consciência pública das causas e soluções para os problemas regionais e nacionais. Tal consciência conduz à compreensão de que os problemas do Nordeste são problemas do Brasil e que ao governo federal cabe a maior parcela de responsabilidade por sua solução.

O Congresso de Salvação do Nordeste conclui pela necessidade inelutável de se eliminarem os entraves ao desenvolvimento regional. Assim convoca o governo e a iniciativa privada, a substituir por empresas nacionais as concessionárias estrangeiras de serviços públicos, inequivocamente incapazes de cumprir os seus encargos para com a coletividade.

Para incrementar a industrialização e obter o bem estar das populações regionais, o que só se tornará possível com a ampliação do mercado interno, outros entraves deverão ser afastados, como os efeitos das secas periódicas e o regime da grande propriedade improdutiva.

Urge a ampliação dos mercados exteriores do Brasil. A discriminação das zonas de comércio tem conduzido nossa balança de trocas a uma situação deficitária e dependente das manobras especulativas.

Entretanto, como condição primordial para que sejam removidos os fatores negativos que entravam o progresso do Nordeste, é indispensável o exercício da democracia.

O Congresso de Salvação do Nordeste deposita irrestrita confiança na união de vontades do povo nordestino, a todos conclamando para a solução dos seus problemas.

No setor do Trabalho

- a) a revisão do Salário Mínimo dos Estados nordestinos, tendo em vista, em cada caso, a elevação do custo de vida;
- b) estímulo ao Salário Mínimo profissional, com 50 por cento sobre o salário mínimo adotado;
- c) a adoção de uma escala móvel de salário até que se torne efetivo o congelamento de preços;
- d) rigorosa fiscalização das leis trabalhistas de proteção ao trabalho da mulher e do menor.
- e) a elevação para 120 dias da licença especial à gestante;
- f) a extensão aos trabalhadores estatais e do campo da legislação trabalhista;
- g) estímulo à necessidade de votação imediata no Congresso Nacional do Projeto de Lei nº 107/55 que altera a Lei de acidentes do trabalho.
- h) a extinção das sobrevivências feudais no campo, nas relações de produção;
- i) a participação na administração dos Institutos de Aposentadorias e Pensões pelos Sindicatos.
- j) o pagamento imediato da dívida da União às instituições de previdência;
- k) o reforçamento da unidade e organização sindical.
- l) a autonomia sindical, com eleições sindicais livres.
- m) o reconhecimento das comissões inter-sindicais, do direito de greve e da Confederação dos Trabalhadores do Brasil;
- n) a adoção do salário familiar para os trabalhadores...

No setor da terra

- a) a promoção de medidas para execução de uma reforma agrária, que atenda aos reclamos das populações rurais e vise ao desenvolvimento da economia do país e à maior produção de gêneros de subsistência;
- b) a imediata desapropriação das terras situadas no Polígono das Secas, a jusante dos grandes açúdes públicos, ou que tenha sido beneficiados por obras e serviços do governo.
- c) a execução de medidas paralelas ou posteriores à reforma agrária, que assegurem o desenvolvimento das atividades agrícolas, através de crédito e assistência técnica;
- d) o reflorestamento em bases racionais e crédito a longo prazo para sua execução;
- e) o cumprimento do Código Florestal no que toca ao auxílio financeiro e técnico aos proprietários que executem planos de reflorestamento ou de conservação, tendo em vista a proteção dos cursos d'água e a defesa do solo;
- f) estímulo à diversificação da produção com aproveitamento racional da terra;

- g) a instituição de núcleos agrícolas, em bases cooperativas, para a produção de gêneros de primeira necessidade nas zonas próximas aos centros de consumo.
- h) a expansão do crédito rural supervisionado com a promoção de medidas para a entrega ao Banco do Nordeste do Brasil dos recursos que lhe são destinados por Lei;
- i) estímulo ao desenvolvimento do cooperativismo, não somente pelas campanhas de esclarecimento popular como pela promoção de cursos especiais.
- j) estímulo à implantação do serviço social rural
- k) a adoção de medidas necessárias para nucleamento e aldeamento das populações rurais, erradicação de hábitos e plano assistencial;
- l) apoio à campanha encetada pela União dos Lavradores e Trabalhadores do Brasil em favor da reforma agrária...

No setor da agricultura

- a) a defesa dos produtos do Nordeste com a concessão de crédito e implementos agrícolas.
- b) estímulo à lavoura de subsistência, com a formação de “faixas verdes” próximas às cidades de maior densidade demográfica e instituição de prêmios aos produtores.
- c) a instalação imediata no município pernambucano de Sertânia da “Usina piloto” de indústria do caroá.
- d) a criação, pelo governo federal de um Instituto de Defesa das Fibras Nordesteanas, com a aparelhagem técnica necessária às demonstrações do seu emprego e aproveitamento.
- e) o financiamento, pelo Banco do Nordeste, aos agricultores durante as entre-safras.
- f) a adoção de um plano de ajuda, pelos governos, às associações de produtores ou beneficiadores de caroá, agave, algodão, açúcar, cacau, mamona, café, carnaúba, e a imediata melhoria técnica no tratamento das mesmas.
- g) a promoção de recursos ao Instituto Agrícola do Nordeste para que possa preencher as suas finalidades.
- h) a demarcação da área ecológica do algodão mocô e promoção de medidas atinentes ao desenvolvimento da produção e beneficiamento dessa fibra.
- i) a extensão, aos trabalhadores do campo, da legislação social.

Discurso do Presidente da Associação dos Fornecedores de Cana Fausto Pontual²⁹³⁶

“Os ambulatórios dos Fornecedores de Cana de Pernambuco, que fazem parte de uma série de estabelecimentos que se destinam à preservação da saúde dos trabalhadores do campo e suas famílias que vivem nas terras dos fornecedores de cana do Estado, é um velho sonho nosso que se vem tornando realidade. E, se é uma vitória insuperável para o espírito - como já disse alguém - o se poder transformar o sonho em realidade, bem pode V. Excia Sr Presidente do Instituto do Açúcar e Alcool (IAA) e bem podeis todos vós senhores, avaliar o sentimento de que nos achamos, neste momento, possuídos, nós os fornecedores de cana de Pernambuco, de poder semear unidades de assistência social aos homens humildes que ajudam o enriquecimento da Pátria.

Desde 1943, em face da Resolução 58 que disciplinou dispositivo do Estatuto da Lavoura Canavieira, vêm os fornecedores de cana de Pernambuco, assim como os de todo o Brasil contribuindo com uma taxa de quarenta centavos por tonelada de cana fornecida às usinas, que arrecadada pelo IAA e acrescida de igual contribuição daquela autarquia se destina ao melhoramento das condições de vida do trabalhador rural.

Nas várias administrações do IAA, tudo fez a Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco para conseguir a aplicação entre nós, das contribuições retidas por aquela Instituição, como vinha sendo feito em Campos e São Paulo. Isto foi posto em prática diante das constantes solicitações de nossa parte e graças à capacidade realizadora de Gileno de Carli que, tendo sido fornecedor de cana, não podia - como ele afirmou - esquecer a dramaticidade da vida do trabalhador rural e deixar de pôr em ebulição um problema por que os fornecedores de cana de Pernambuco debalde clamavam.

A sua orientação, baseada na experiência pessoal, calcada em um contato direto com o problema da assistência ao homem do campo, agiu assim, em nosso meio, como verdadeiro catalisador positivo dos anseios de toda uma coletividade, possibilitando o início dos trabalhos que desenvolvidos por outros, em face dos reiterados pedidos dos fornecedores de cana, resultaram no espetáculo auspicioso que hoje assistimos.

²⁹³⁶ Na ocasião da inauguração de dois ambulatórios de assistência ao trabalhador do A. Denominados “Diogo Rabelo” e “Luiz Inácio Pessoa de Melo”, eles foram construídos em Goiana e Aliança pela Associação dos Fornecedores de Cana, em colaboração com o IAA. *Folha da Manhã*, 30.1.1957.

Somente agora, depois de ingentes esforços e superadas as dificuldades, se concretizam aquelas aspirações de fraternidade e de amor ao próximo, que foram sempre uma constante na vida dos velhos senhores de engenho de nossa terra, aos quais por muito tempo, foram atribuídas por pensadores suspeitos, tão somente as qualidades de má vida, sem levar em conta os sentimentos altruísticos de que os mesmos foram portadores, e que, hoje, nos seus legítimos sucessores sem interesse escusos sem regionalismo e sem demagogia pomos em prática. Coube à atual Diretoria da Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco realizar esse magnífico programa, de profundo sentido social e cristão, dos homens da lavoura canavieira que asseguram assim aos homens do campo o seu apoio, o seu desejo, a sua deliberação de arrancá-los da situação de dificuldades decorrentes da falta de assistência médica, dentária, farmacêutica e hospitalar.

Não é obra de fachada, mas, obra de construção. Não é trabalho completo, acabado, sem falhas e sem defeitos, mas, do nosso esforço conjunto da nossa compreensão, do nosso desejo de realizar, da nossa vontade de acertar depende o seu êxito ou fracasso. Conscientes das deficiências e das imperfeições que existem, queremos, no entanto, ponderar ser impossível aquilatar do valor de todo um vasto programa de realizações quando temos presente apenas o seu marco inicial. A balda que se poderia nrepar (sic) ao programa de assistência ao homem do campo de ser ele demagógico face à sua pequenez diante da imensidade do que se tem a fazer é fruto apenas de uma visão defeituosa que procura abarcar o todo, esquecida que este se completa por meio de partes. A extensão da obra de assistência ao homem do campo se caracterizará pela quantidade que pudermos disseminar de ambulatorios como este; a profundidade e o rendimento de tal assistência serão função das suas várias modalidades a serem paulatinamente prestadas tais como distribuição de medicamentos, clínicas dentárias, internamentos hospitalares, etc. Tudo isso a depender das possibilidades econômicas e disposição de trabalho. Necessário se faz no momento, sr Presidente do IAA, a instalação quanto antes, de gabinete dentário a fim de possibilitar estas unidades a praticarem aquela assistência a que já nos referimos e de cuja necessidade, ninguém melhor do que V. Excia conhece. E mesmo assim, não estará completo o sistema de ambulatorios na sua função assistencial se nos casos de necessidade não tiver o trabalhador canavieiro o seu hospital próprio para os casos de maior responsabilidade e que escapam ao ambulatorio na sua qualidade de posto de triagem.

Este hospital será o corolário da organização de assistência social do tipo idealizado para Pernambuco. Meus companheiros: não nos animou, a nós da atual Diretoria, no que diz respeito à administração dos ambulatorios, nenhum sentimento político, nenhum sentido regional ou partidário, mas tão somente, o desejo de estar certo e afirmar vontade de bem servir. Trabalhadores da zona canavieira, vinculados aos fornecedores de cana do Estado: são vossos esses ambulatorios. É uma contribuição, uma dádiva, daqueles que convosco vivem de sol a sol na dura tarefa de cultivar o solo, vivendo a vossa vida, sentindo as vossas canseiras, compreendendo as vossas necessidades.

Exmo Sr Dr Gomes Maranhão, conhecedor dos problemas açucareiros por ser homem de banguê, tendo ocupado cargos administrativos num Estado monocultor canavieiro como Pernambuco, integrado nas nossas necessidades por ter sido com brilho nosso representante na Comissão Executiva do Instituto, está V. Excia capacitado a sugerir rotas seguras no encaminhamento do bem estar das populações canavieiras. Inaugurar V. Excia os nossos ambulatorios de Goiana e Aliança, acompanhado do Exmo Sr General Cordeiro de Farias que, como governador do Estado tem sentido de perto as lutas e canseiras dos fornecedores de cana, e do Exmo Sr Senador Apolônio Sales, ao par de todos os problemas e vicissitudes dos que mourejam na agro-indústria do açúcar, constituí o seguro penhor de que não nos faltarão o apoio e a orientação para solucionar nossos impasses.

Dirijo neste momento minhas congratulações muito vivas ao IAA na pessoa de V. Excia, Dr Manoel Gomes Maranhão, seu atual presidente; aos distintos membros de sua Comissão Executiva; aos diretores e pessoal de seus diversos Departamentos Técnicos, à Delegacia Regional na figura prestigiosa e amiga do Sr Leonardo Schuller; ao Dr Lourival Gouveia de Melo, técnico operoso, a quem foi entregue a construção dos ambulatorios.

Que o IAA prossiga na execução de obras desta natureza, cada vez mais firme, cada vez mais convencido da grandiosidade da sua missão e cada vez mais identificado com a economia canavieira do país. Que o IAA não seja olhado como fonte de empregos ou como órgão de exercício na política partidária, mas que, ao invés, seja no panorama político e social do Brasil, o índice daquilo que uma pleiade de técnicos capacitada dos reais problemas da agro-indústria do A e da sua repercussão social e econômica do país pode fazer em benefício de uma coletividade.

Em nome da Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco, deixo aqui expresso os mais sinceros agradecimentos a todas as autoridades, amigos e colegas presentes, pelo brilho que emprestaram a esta solenidade, do Dr Benigno de Araujo pela doação, quando prefeito, do terreno onde se acha construído este ambulatorio e a todos quanto dedicaram uma parcela do seu esforço intelectual ou material, nesta obra que ora se inicia com um sentido de compreensão de inteligência e principalmente de solidariedade de homem para homem, de classe para classe,

numa demonstração esplêndida do espírito de brasilidade desse espírito humanitário que nunca faltou e jamais faltará a todos os homens que se congregam em derredor da produção da cana de Açúcar de Pernambuco.”

Invasão de camponeses às terras do Engenho “Barra” município de Vitória de Santo Antão²⁹³⁷

Elementos comunistas (estudantes) conduzidos por Luiz Serafim, assistente de Julião “chegaram às terras do Engenho invadindo com a finalidade de dar assistência aos camponeses ali existentes. Conduziram remédios e leite em pó em um carro de praça que para lá se transportaram, cujo material serviria como cartão de visita, para melhor contato com os camponeses.”

“... Posteriormente aparecem como falsos protetores, prestando assistência aos camponeses que eles mesmos jogaram no abismo. Na integra não havia gesto de humanidade conforme pretendiam aparentar, desde que os camponeses foram ludibriados na sua boa fé, quando os agentes de Julião transmitiram a palavra de ordem de deslocarem para os engenhos desapropriados, sob a alegação que o governo havia autorizado.... Em terras do engenho foram encontradas diversas armas, como sejam: foices, facas peixeiras, espingardas, bacamartes etc....

Ao deixarem as terras do engenho, os camponeses receberam instruções do chefe Julião para acamparem a margem da estrada de rodagem em Tapera, afim de criar um clima propício para as suas explorações contra o Governo do Estado. Todos aqueles que apreciassem o quadro desolador organizado pelo explorador dos camponeses sentiriam repulsa às atitudes do Governo deixando os camponeses desamparados.

Com aquele panorama a vista de todos que por ali passassem, estava preparado o seu campo de ação para suas explorações contra o governo do Estado. Para melhor confirmar os seus planos de agitação, no dia seguinte a invasão do engenho, foi divulgado um boletim sob o título: “Os Camponeses Famintos ao Povo de Pernambuco” convocando todas as classes e o povo em geral para virem em auxílio dos seus irmãos do campo, abandonados pelo governo.

Diante do exposto observa-se a manobra do chefe das Ligas Camponesas, no sentido de utilizar os camponeses desavisados para fazer explorações políticas em seu benefício.”

The New York Times 31.10.60

NORTHEAST BRAZIL POVERTY BREEDS THREAT OF REVOLT²⁹³⁸

Following is the first of two articles on a tour of Northeastern Brazil by a correspondent of the New York Times

by Tad Szulc
Special to the NYT

Recife, Brazil Oct. 22 - The makings of a revolutionary situation are increasingly apparent across the vastness of the poverty-stricken and drought-plagued Brazilian Northeast. In the area 20.000.000 people live on average annual incomes of less than \$100. Wracked by chronic malnutrition and rampaging disease, they seldom live much beyond the age of thirty.

The misery is exploited by the rising Leftist influences in the overcrowded cities. The Communist-infiltrated Peasant Leagues, organizing and indoctrinating, have become an important political factor in this area.

Cuba's Premier, Fidel Castro and Mao Tse-tung, Communist China's party chairman, are being presented as heroes to be imitated by the Northeast's peasant, workers and students.

Movement May Widen

Francisco Julião, the top leader of the Leagues here, is trying to extend the movement to the south of Brazil. He is currently visiting Communist China.

Invitations to visit China are likewise being received by the Northeast's intellectual, political e student leaders. The invitations usually are channeled through the unofficial Association of Chinese-Brazilian Friendship in Rio de Janeiro. Brazil and Communist China have no diplomatic relations.

Senhor Juliao, a state legislative member, visited Havana last April. At a recent political rally in Recife, he brought out (continued on page 4 column 2²⁹³⁹) a crowd of peasants to parade with Dr Castro's portrait.

²⁹³⁷ Provavelmente um relatório de polícia. SSP 29313 – Doc.1/2.

²⁹³⁸ Artigo publicado na 1ª página. SSP 31.1.86

In a typical speech to a peasant assembly in a village in the interior of the State of Pernambuco, this week, one of Senhor Julião key aides declares: "This struggle will not halt any more."

"The example of Cuba is here", he said "We want a pacific solution for your problems, but if we cannot have it, we'll come here to ask you to grab weapons and make a revolution."

"The big landowners backed by United States imperialism are sucking our blood."

The Brazilian government realizing after decades of neglect the dangers inherent in the misery of the Northeast, has begun a five-year \$425.000.000 development plan. President elect Janios da Silva Quadros is committed to grant the Northeast top priority in his administration.

Time is Key Question

But the question asked here is whether there is still time to accomplish the development. It is also asked whether the Leftist agitators will win the upper hand after the glow of hope over the creation of the development plan had subsided.

Official figures indicate that the agency in charge of the Northeast's reconstruction can marshal only half the resources required to carry out the plan. Brazil has not yet requested United States assistance and many of the planners are skeptical about the chances of receiving it because the need here is for non-returnable investments that the United States favors.

Celso Furtado, himself a native of a tiny and poor town of the Northeast, has been vested by the Brazilian Government with vast powers to carry out the five-year plan designed to change the physical and economic structure of the nine northeastern states.

Senhor Furtado hopes to halt the timeless scourge of the droughts by building a network of dams that will retain water and irrigate in the first three years, 89.000 ha of land too dry to be worked.

He plans to shift excess populations from the most arid areas to the better-suited land in the State of Maranhão and southern Bahia so that food production can rise and a dent can be made in the problem of malnutrition. In the first phase of the program, Senhor Furtado expects to move 20.000 families.

Highway planned

In what his master plan described as "one of the regions of the world with the most precarious living conditions" he wants to build highways and railroads so that the new and old production centers can be linked to potential markets. He plans to increase the area's power potential to attract industries and thereby create both employment and new consumers markets.

The Special Fund for Technical Assistance of the United Nations has allocated about \$ 1.000.000 to the area and the Ford Foundation signed a contract last week for a \$140.000 grant to train technicians. Seven United States agriculture technicians are working in the Northeast.

Recife is the support base for the southern string of tracking stations of the South Atlantic guided missile range of the US Air Force. It services the stations at Fernando de Noronha, a Brazilian island off the coast here, and Ascension Island, and is engaged in helping to set up the new stations off the African coast for testing new long range missiles, including the Polaris.

Support ships and [illegível] Globemasters are supplied in Recife, which also serves as communications center for the southern section of the Cape Canaveral range.

There is no noticeable anti-American feeling in Recife thus far. In WWII tens of thousands of US service men were stationed here or went through Recife. But there is an undercurrent of resentment, based on the sentiment that after using the Northeast as a wartime base, the US has done little to help it develop in peacetime.

Illiteracy is 75%

There are sections of the arid Northeast where the annual income is about \$50. About 75 per cent of the population is illiterate. The average daily intake is less than 1.644 calories. Life expectancy is 28 years for men and 32 for women. Half the population dies before the age of 30.

The birth rate is 2,5 percent annually. Gastric disease takes an enormous toll in babies less than 1 year old. In two villages in the State of Piauí, taken at random, not a single baby lived beyond one year. Those who stay alive are attacked by a belly-swelling disease, schistosomiasis, transmitted by watersnails in the polluted rivers. Hookworm and tuberculosis also take a tremendous toll.

Tenant farmers working tiny parcels of land are often forced to labor three or four days a week without pay. The bulk of the Northeast residents are not consumers or producers in the economic sense. Physical survival is their only concern, and it becomes desperate when the periodic drought hits.

2939

Artigo em 4 colunas. Foto em 2 colunas de trabalhadores rurais reunidos na frente de uma palhoça que tem uma grande faixa: "SOCIEDADE AGRÍCOLA E PECUÁRIA DOS PLANTADORES DE PERNAMBUCO". Título em cima da foto: "Farm People Organize in Brazil". Legenda: "Members of a Peasant League at meeting place in Galileia". Em baixo, em 1 coluna, pequeno mapa do Brasil com os Estados de Pernambuco e Paraíba hachurados. Legenda: "An Area of ferment: Disease and malnutrition are stirring up unrest in northeast Brazil".

While the misery of the Northeast has always existed in varying degrees, a series of new human, social, economic and political facts have arisen in recent years to turn this huge regions into the scene of a potential revolutionary explosion.

Revolution looms

There is a wide agreement among local officials, politicians and sociologists, that "unless something is done" quickly for the Northeast and in the terms of a basic change in its economic and social structure, a revolutionary outbreak of major dimensions may be inevitable within a few years.

In Recife, the capital of the State of Pernambuco and the Northeast's principal city, a high municipal official said in an interview that "the Northeast will go Communist and you will have a situation ten times worse than in Cuba - if something is not done."

"If the Brazilian Northeast is lost to you Americans," he said, "the Cuban Revolution will have been a picnic by comparison."

The stagnation of the sugar industry - still the most important in the Northeast - is one of the factors in the new situation. It has caused new unemployment, while the labor force grows annually. Steady agitation in the swelling cities and among the peasants by Leagues representatives is beginning to create a political consciousness that never existed before.

Peasants are wooed

The League's men tell the peasants that misery is not necessary. They urge them to defend their local interests, which invariably do need defense. Then comes the political indoctrination and organization, and talk of a revolution.

In Recife, the pressures are mounting. Out of a population of 800,000, about 400,000 are unemployed or just partially employed, and thousands more arrive daily from the rural areas. They live in "mocambos" - caves and holes in the ground - or in shacks precariously perched atop stilts on fetid, low-tide marshes.

When the tide recedes in Jordão River, one of the three criss-crossing this city and flowing into the bay of the harbor, the dirty, brown waters of the tidelands become suddenly alive with thousands of men, women and children, submerged up to their waists. They comb the bottom for caranguejos, the tiny crabs that are the main source of nourishment.

They eat what they catch and sell the rest. Josué de Castro, a Brazilian nutrition expert from Recife who once was president of the FAO, called this the "Cycle of the Caranguejo".

A city official, asked how Recife's poor people lived, replied tersely: "From odd jobs and small thefts". He added that 85 per cent of all small theft here were committed by minors.

Long a Red Stronghold

Nobody here, therefore, is surprised that Recife has long been the stronghold of communism in Brazil. Although the party, technically illegal in Brazil, has only 3,000 card-carrying members here, it is greatly influential, working closely with the other Left-wing groups.

Recife's Mayor, Miguel Arraes de Alencar, is generally described as a communist, although he disclaims it. The city administration includes several known communists in high positions. In Natal, the capital of RN, the new Mayor Djalma Maranhão, is reported to resemble Senhor Arraes politically.

And in State elections, most candidates need the support of Communist and extreme Leftist groups to be elected. Pernambuco's Governor Cid Sampaio, is a progressive, dedicated planner who is an industrialist. He had Communist support, but the Communists have now turned on him.

Vice-Governor Socialist

The state's Vice Governor Pelopidas Silveira, belongs to the Brazilian Socialist Party, which in Pernambuco, works closely with the Communists, especially in the Peasant leagues. Senhor Julião is the president of the Pernambuco Chapter of the Socialist Party. Several of the lawyers of the Peasant League are reported to be members of the Communist Party.

Despite the Communist and Leftist strength in Pernambuco, the state was carried by Senhor Quadros. The Left-wing coalition supported by his rival for Brazil's presidency, Marshal Henrique Teixeira Lott. The reason given for the Quadros victory here in the face of the efforts by the Leftists and the Peasant Leagues was the person popularity of Governor Sampaio who backed the victor's candidate. But a Northeast politician remarked:

"If the Government does not do something for us now, all those people will turn toward the Communists and Julião's Peasant League with a vengeance. And then you will see something in the Northeast!"

The New York Times 1.11.1960

**Marxists Are Organizing Peasants in Brazil.
Leftist League Aims at a Political Army 40 Million Strong**

Galileia, Brazil, Oct 24.

"We fight for the happiness of all of the 40.000.000 Brazilian peasants and until it comes we shall fight beside you and you must help us," the thin, hollow-cheeked man said.

He was speaking to sixty or seventy men, most of them barefoot, pressed tightly around a table in a hilltop shed here. The men applauded and there were shouts of "Muito bem!" (Very well!).

"You must remain united until total liberation comes," the speaker went on. "If we cannot win a peaceful solution for your problems, we will come back here and ask you to take up weapons to make a revolution. There must be land reform!"

The speech was part of an indoctrination meeting held for the benefit of a foreign guest at this arid, sun-backed estate about fifty miles from the city of Recife in Brazil's Northeastern state of Pernambuco. Pernambuco is the showcase of the Peasant League in its stepped-up drive to organize politically the destitute peasant masses in this vast region.

A Pilot Project

Galileia is a farm that covers 1.207 acres of poor cassava, corn, cabbage and tomato fields. It houses 1.093 persons and was the first property in the Brazilian Northeast turned over to the peasants after a civic revolt by the Peasant League.

The League has headquarters in Recife and is now spreading throughout the states of Pe and Pb. It is also seeking alliances in the south of Brazil. The hope is that Galileia will be the forerunner of thousands of similar land reform projects.

Many in the Northeast and elsewhere believe the emergence of the league, or some similar movement to protect the rights of the exploited peasants here, was inevitable.

The leaders of the League insist that it is a cooperative movement operating in the absence of trade unions for rural workers in Brazil and designed to represent the illiterate peasants in land-tenancy court cases. But they freely concede that its broader objective is to make the northeastern population a powerful political force.

The league is led by officials of the Brazilian Socialist party, who acknowledge their Marxist leanings and by members of the Communist party. In public statements they have said that if need be, they will urge an agrarian revolution. In private conversation many have said that a revolution is inevitable "in not too long a time".

33 branches listed

The League says it has 33 branches in Pe and a paid-up membership of 20.000 peasants. State authorities believe the figure is closer to 5.000. The league appears to be the closest thing to an organized "Fidelista" movement in Latin America, outside Cuba.

Its "maximum leader" Francisco Julião, a state deputy and president of the Pe chapter of the Socialist Party, set the league's credo in a long rambling manifesto circulated throughout the Northeast last month.

The document was published in the Communist weekly *Novos Rumos* in Rio de Janeiro. It said in part: "Your cruel enemy, the latifundium [large estate], will die as it died in China, a country very similar to Brazil. It will die as it died in Cuba where the great Fidel Castro handed a rifle to each peasant and said: "Democracy is the government that arms the people." I went there saw it all."

Senhor Julião, who visited Cuba in April, is now in Communist China. He left Oct 4 to attend a Congress of Democratic Lawyers in Sofia, Bulgaria and then went to Peiping for a month's stay as the guest of the Government.

In his absence his words are carried in Brazil by men and women and Youths who distributed his manifesto and read it to the illiterate people. The singers and the "violetos"- the traveling troubadours of the Ne who act as human Northeastwspapers - take it to the miserable drought-plagued hamlets of the region that comprises a third of Brazil's population.

A Lawyer and Writer

Senhor Julião is a lawyer and a writer of novels and short stories. He owns a small amount of land. He has written a "Hymn to the peasant" which proclaims, "Today, we are millions of the oppressed, but land reform is the salvation."

The nomad singers of the NORTHEAST who once sang of the loves and hatreds of the proud people here, now sing of land reform and of political themes. There is this refrain:

«The sugar that we sell to capitalist America
If it serves to sweeten the milk of a Franco Spain

²⁹⁴⁰ Artigo publicado em 4 colunas na 2ª página. No mesmo número, há um artigo de fundo que retoma as notícias. Como ilustração, em 3 colunas, o mangue e numerosos catadores de caranguejos. Abaixo, um doutor (de terno e gravata, enquanto os outros estão em camisas de mangas curtas) conversa com os trabalhadores rurais na frente da sede da Sociedade Agrícola.

For sure will serve for the wine of the Socialist World.»

* * *

«What harm is there in a ship
Carrying our common Brazilian coffee
And selling it to China
Where there is no Chiang Kai-shek?»

Enildo Carneiro Pessoa, Senhor Julião's top aide and vice president of the Socialist Party in Pe, was the man who spoke today to the peasants at Galileia. He said, during the long walk to the estate, that the league lost no opportunity to indoctrinate the men politically.

"Of course, we tell them about the class struggle and about Yankee imperialism," he said, smiling. "We link their problems to imperialism by explaining that it is the Yankee imperialism that stands behind the latifundium. And they understand what latifundium is!"

The League is incorporated as a juridical association and donates its services free to argue peasant cases. It has established one school for adults in the countryside and is planning others.

"Peaceful" indoctrination and organization of the peasants are stressed. But as Senhor Pessoa remarked, "We can never exclude the revolutionary solution."

The 'Fidelistas' of Brazil²⁹⁴¹

The soil in which anti-American revolutionary movements can grow in this hemisphere is described in two articles by our correspondent Tad Szulc from Brazil, the second of which appears today. Mr Szulc found appalling conditions in the Brazilian NORTHEAST - the great bulge which brings South America closes to Africa. It may be symbolic, that in its sorrows Northeast Brazil resembles parts of Africa.

This land of drought and sterility sustains a population - if sustains is the proper word - of about 20.000.000 people whose average annual income is under one hundred dollars and whose average life expectancy is not over thirty years. When they drift away from the thirsty land to the cities, they find themselves without means of support. In Recife, for example, Mr. Szulc reports 400.000 out of a population of 800.000 "unemployed or just partially employed".

It would be strange if these conditions did not produce protest movements. The preachings of communism and of Left-wing socialism are beginning to spread. The Communist infiltrated Peasant Leagues, says Mr Szulc, "have become an important political factor." For these agitators the example of Fidel Castro is important. Land reform and other needed remedies are invoked in Castro's name, and the leader of the Peasant Leagues is now visiting Communist China.

In President-elect Janio da Silva Quadros the Federal Government is under liberal leadership. Efforts are being made to irrigate some of the wasted land in northeast Brazil. But the country that has been able to spend \$200 million on the new interior capital of Brasilia has not yet been able to bring any considerable measure of relief to the poor farmers and laborers of whom Mr Szulc writes. The "Fidelistas" and the Communists would not bring any relief either, for the mere confiscation of land is not likely to increase its productivity and promises are not good to eat. But Mr Szulc's findings do suggest that it is time that the United States took a far more positive part in aiding our neighbors south of the Canal. We can fight the "Fidelistas" everywhere in Latin America not with armed force but with the kind of economic aid that proceeds from science and proper understanding.

CAMPONESES QUEREM CONSTRUIR SEDE DAS LIGAS, EM VITÓRIA, NA "MARRA"²⁹⁴²

²⁹⁴¹ Artigo de fundo publicado no dia 01.11.1960, retomando a reportagem de Szulc, com a ênfase de alerta para atividades "anti-americanas" dos movimentos sociais se desenvolvendo no Brasil, e assimilando a situação do Nordeste, particularmente, àquela de Cuba, como o título o indica. Essa linha de raciocínio e de política terá os efeitos que se sabe três anos mais tarde, na preparação do golpe militar.

²⁹⁴² DP, 21.12.1962

“As autoridades policiais da cidade de Vitória de Santo Antão foram chamadas a intervir ontem quando mais de uma centena de camponeses rebelados tentavam construir uma sede das “Ligas Camponesas” no “Engenho Bento Velho” de propriedade do Sr Francisco Tavares.

Armados de foice, espingardas, picaretas e peixeiras, os camponeses invadiram as matas onde levantaram a sede. O Sr Francisco Tavares foi ao delegado Aauto Mendonça, que destacou para o local todos os soldados do destacamento.

Do engenho o cabo Sebastião que comandava o contingente mandou convidar para um entendimento o chefe das “Ligas”, Eduardo Antonio Nogueira, que se fez acompanhar de todo o seu pessoal.

Ali ao se depararem com os militares, os camponeses, bem armados, impuseram aos soldados a se desarmarem, pois em caso contrário, não receberiam ordem de guardar as que empunhavam.

O cabo Sebastião, prudentemente, conseguiu contornar a situação, visando um entendimento com os camponeses.

Estes, entretanto, depois de se afastar cerca de 300 m. do engenho para uma reunião, deliberaram construir a sede das “Ligas”, de qualquer maneira, e com a madeira do engenho.

Caso não tivessem permissão entrariam em greve e não permitiriam que pessoas estranhas tivessem acesso ao Engenho Bento Velho para dar continuidade aos trabalhos.

Não permitirá

O delegado da cidade diz que não permitirá a construção da sede da “ligas” a menos que o proprietário, Sr Francisco Tavares, dê permissão.

O fato já foi comunicado ao secretário da Segurança Pública, a fim de tomar as providências que o caso está a exigir.

Contrato particular de locação de serviços ²⁹⁴³

Arrendamento de prédio rústico

Condições contratuais estabelecidas e aceitas, pelas partes contratantes abaixo firmadas, a saber de um lado como outorgante locatário e arrendatário....

e do outro, como outorgado locador e arrendante ...

proprietário d.... encravado em terras do município de... deste Estado de ... abaixo denominados simplesmente morador e proprietário, como segue:

1. O morador ao firmar este contrato, se habilita a receber casa, para moradia gratuita, com direito a água e lenha para seu gasto doméstico normal, retiradas, pelo morador de local designado pelo proprietário.
2. O morador terá direito também, a meio hectare de terreno, demarcado pelo proprietário, para cultivo de lavouras que não sejam de raiz, como mandioca, macaxeira, feijão, milho, arroz, batata, fava, cará, inhame, hortaliças, etc.
3. Se o morador plantar fruteiras no terreno demarcado, não terá por isso, direito a indenização e retenção.
4. O morador não poderá construir casa de farinha, porém a já existente no local poderá ser utilizada, mediante autorização expressa do proprietário, desde que o morador se obrigue a pagar o consumo de lenha calculado em UM (sic) metro cúbico por semana ao preço o dia.
5. O morador poderá criar aves e animais no terreno demarcado, contanto que os tenha em galinheiro, chiqueiro, curral ou amarrados para evitar danos a lavouras alheias, poderá apanhar capim, em locais de pasto, previamente indicados pelo proprietário.
6. O morador poderá desfrutar as fruteiras existentes, por acaso no terreno demarcado, mas, se o proprietário lhe der o devido consentimento.
7. O morador não poderá consentir na prática, em sua casa, do baixo-espiritismo ou feitiçaria, ficando-lhe assegurada, quanto ao mais sua inteira liberdade de crença religiosa.
8. O morador se obriga a trabalhar dias por semana a serviço do proprietário, sob regime de remuneração, de acordo com a espécie de trabalho a executar.
9. O trabalho será executado por empreitada, conta ou diária. Sendo diária, obedecerá ao horário regulamentar de 8 horas de trabalho com 2 horas de intervalo para almoço, recebendo o morador as horas extras, quando houver, calculadas na base da remuneração diária que estiver percebendo.
10. O morador poderá trabalhar em área maior que a demarcada, desde que se obrigue, de acordo com o proprietário, a prestar serviço ao mesmo, na base de UM DIA por semana, não remunerado, por cada hectare que pretender. Por esta cláusula recebe o morador hectares.
11. A construção da casa (quando não existir no local demarcado) correrá por conta exclusiva do proprietário, bem como a sua conservação, obrigando-se o morador a avisar ao proprietário qualquer necessidade de reparo na casa.

²⁹⁴³ Contrato-tipo impresso pelas autoridades que encorajam os trabalhadores rurais a assinar, contra os conselhos de Julião e das Ligas Camponesas. SSP 29343 – Doc. 24.

12. O não cumprimento da parte do morador, das obrigações assumidas, importa na RESCISÃO AUTOMÁTICA DESTE CONTRATO, em decorrência do que responderá por todas as despesas advindas e terá DEZ dias para a desocupação da casa, sendo as lavours avaliadas e indenizadas pelo proprietário, por acordo, ou judicialmente, descontados débitos pessoais que porventura tenha para com o proprietário.

13. Se por conveniência do serviço ou causa superveniente justificável, o proprietário motivar a rescisão deste contrato, se obrigará a indenizar ao morador as suas lavours devidamente avaliadas, amigavelmente ou judicialmente, dando ao morador TRINTA dias para desocupação da casa.

14. Este contrato terá o prazo de um ano, podendo ser renovado, desde que isso seja do interesse das partes contratantes.

15. Proprietário ou morador se obrigam ao cumprimento exato destas disposições contratuais.

16. O foro deste contrato é o da situação do imóvel arrendado.

17. O valor do presente contrato, para efeitos fiscais, é de Cr\$.... Selado legalmente com Cr\$...

..... de de 19..

Testemunhas

“O único direito que a gente ainda desfruta é o sol, a lua, as estrelas, as chuvas, o vento e o verão, porque estes são frutos da natureza do contrário, os latifundiários já tinham tomado e assim mesmo têm vontade.” Assim começa um longo depoimento prestado a este Jornal pelo Sr Marcos Martins da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais dos Municípios de Escada, Ipojuca e Amaragi do Estado de Pernambuco.

LEIS E REALIDADE

O líder dos trabalhadores rurais não tem rodeios. Fala claro e sua linguagem simples é objetiva. Não escolhe assuntos, fala de tudo.

- “Para começar, vamos pela Legislação Trabalhista, desde que esta existe jamais foi aplicado um só de seus dispositivos legais. Quem disser o contrário está usando de má-fé, e provaremos.”

“Primeiro vem o salário-mínimo, isto é, o mínimo que se pode ganhar para ir morrendo de fome lentamente, com certeza para que o escândalo seja menor. Mas esse salário não é pago. Na segunda e na terceira regiões a lei manda que se pague Cr\$ 276,30 e Cr\$ 224,00 por dia, mas este miserável salário nunca foi pago. A média diária é de Cr\$ 80,00 e aí daquele que reclamar. Já está o capanga do lado com o seu fusil e o rebenque. De acordo com a reclamação, serão aplicadas as pancadas ou o assassinato. Depois se entrega aos urubus e está liquidado o assunto do pobre camponês.”

A ESCOLA DO CABO DA ENXADA

Prossegue o relato do líder dos assalariados agrícolas de Escada:

“Segundo, o problema do menor. Este é dos mais interessantes. Diz a lei que é proibido o trabalho para menor de 14 anos que logicamente está em período escolar. Mas a lei do latifundiário é diferente. O período escolar para o latifundiário é diferente. Para ele a escola do camponês só começa quando morre, pois desde os 8 ou 10 anos tem que pegar no cabo do frejorge (cabo da enxada). Em vez de escola, o parágrafo único do artigo da lei latifundiária manda que o camponês trabalhe no cabo da enxada a partir dos 8 anos.”

TRABALHO DE SOL A SOL

Sobre a jornada de trabalho, que as heróicas lutas do proletariado lograram fixar em 8 horas, disse-nos o Sr Marcos Martins:

“A jornada de trabalho segundo a lei dos latifundiários oscila entre 10 e 12 horas por dia. O salário pago pela diária não é em dinheiro, mas num papelzinho que se chama VALE e que só vale no barracão. A moeda é coisa proibida. Assim o lucro fica todo na casa grande do senhor.”

O MILAGRE DO BARRACÃO

Não se trata de novidade, mas sempre dito por um camponês em sua fala franca que traz o próprio sofrimento entre as sílabas roucas de sua voz, é bom que se repita.

“A alimentação do nordestino geralmente é feijão, farinha de mandioca e carne de charque. O feijão está custando hoje Cr\$ 180,00 o quilo; farinha de mandioca custa uma cuia (de 6 a 10 quilos) Cr\$ 1.200; um quilo de carne de charque custa Cr\$ 500,00. Para quem ganha uma média de Cr\$ 80,00, só um milagre faz com que a gente possa viver.”

O CAMBÃO: LEI LATIFUNDIÁRIA

“O cambão-foreiro – prossegue – este é um tipo talvez da era da pedra lascada. A gente paga para morar num sítio com um preço que varia de Cr\$ 8.000,00 a Cr\$ 10.000,00 por ano sem ajuda nenhuma. Se a safra não for suficiente para pagar, a gente tem que vender tudo o que tem para pagar o foro. A gente tem mais que trabalhar de 60 a 90 dias de graça por ano. Nestes dias a gente faz a estrada para o carro do latifundiário ou corta cana de graça. Se faltamos um dia, o capanga vai buscar quase à força. O camponês só tem direito de comer carne verde uma vez por ano, isto é, se a safra for boa e nas festas de cada ano.”

PREVIDÊNCIA PARA A MORTE

“A previdência social do latifundiário dá até graça; rir para não chorar. Desconta 6% por semana do pouco que a gente ganha para um tal Montepio que muita gente ainda não viu. Quando adoece um trabalhador rural, fica ganhando por semana CR\$ 100,00. Isto para pagar médico, comprar remédio e alimentar-se. O restante é para comprar um pedaço de corda para se enforcar e reclamar o que ainda sobra ao rei das trevas.”

“Junto a tudo isso - conclui melancolicamente - impera no município de Escada a lei do tronco, do sequestro e da prisão incommunicável. Nos engenhos banguês, que atualmente são sucursais das usinas, e nos engenhos Solidade, Arandu, Canto Escuro, Sapucagi e Conceição, reina o pior terror do mundo. Os capangas dos latifundiários são armados com fuzil modelo 1908 (privativo das Forças Armadas) e metralhadoras portáteis. O banho pela madrugada, a surra e até a pena de morte são ditados pelos latifundiários que fazem as leis dos seus engenhos. Quem não quizer acreditar é só se passar por camponês e vir trabalhar aqui em Escada ou em qualquer dos municípios pernambucanos.”

²⁹⁴⁴ “A LIGA” Nº 6 13.11.1962, p.3. SSP 31.519

VIDA DO TRABALHADOR RURAL DE PERNAMBUCO

	RECEITA	(ganha)		DESPESA	(gasta)
	Lei	de fato		Lei	de fato
Diária	Cr\$276,30	CR\$80,00	Moeda	cruzeiro	Vale do barracão
Trabalha	8 horas	10-12 horas	Feijão (o quilo)	Cr\$ 55,00	Cr\$180,00
Idade mínima	14 anos	8 anos	Farinha (a cuia de 8 kg)		CR\$ 1.200,00
Aposentadoria	75 anos	morte	Charque (o quilo)		Cr\$ 500,00
			Casa (ao ano)		Cr\$ 10,000

A PROPÓSITO DE ESCRAVOS²⁹⁴⁵ - Costa Porto

A hediondez do regime servil - no Brasil e em todo o mundo - resulta do próprio sistema e para lhe acentuar os aspectos negativos e sombrios, não se faz mister derivar para exageros, pintando o diabo mais feio do que a realidade. Gilberto Freyre me parece, assim, estar certo quando, aludindo à situação do escravo brasileiro, fala em sua exploração pelo senhor, mas exploração «com certa suavidade», de resto nos nossos estilos, de um povo e de um país que nunca foram «de extremismos», pois tudo, aqui, tende «a amolecer-se em contemporizações e adocicar-se em transigências». Sob muitos aspectos, a escravidão brasileira lembra a da Roma dos primeiros tempos, quando reduzido o número de «*servi*», viviam todos como uma só família, dizendo-se de Catão que fazia que a esposa amamentasse os «*vernae*»- escravos nascidos em casa - a fim de lhes instalar o espírito da comunidade doméstica na velha tradição dos «*mores maiorum*» em que «família» se relacionava com «*famulus*»- «*una domus, omnia comunia*». Havia, sem dúvida sempre houve senhores de escravos desalmados, almas do diabo, gente de maus bofes, capaz de tudo. Por exemplo senhores que enforcavam e queimavam e na fomalha

Não se pense, entretanto, vivessem os patrões a matar escravos, enforcando-os em fomalha ... quando não militassem razões de humanidade, pesariam motivos econômicos: o escravo valia muito dinheiro, e porisso se poupava, quando nada como se poupa um animal de alto preço, um cavalo, um boi.

E no Nordeste a tradição é de senhores benignos, acostumados, de certo a dar surras de criar bicho, em seus escravos como de resto o faziam com os filhos - mas tratando-os ao menos melhor do que os senhores de outras regiões. Lembra Gilberto Freyre que, então, o terror da escravaria pernambucana eram as lavoura do Maranhão. Mas tarde, no fim do século, as plantações de café em São Paulo. Anibal Fernandes sempre lembrava a história de um senhor de engenho pernambucano de Pernambuco que só tinha garganta, mas de coração mole como angu. Se um escravo lhe fazia raiva, rompia em barulheira: «Mando-te para o café, negro safado.» Mas não passava disso.

No mundo anedótico²⁹⁴⁶

Na secção policial da imprensa foi noticiado um episódio que devia figurar nas colunas das revistas humorísticas, na exploração de «o impossível acontece»; o delegado de polícia de Vitória de Santo Antão estaria, sem garantias, no exercício de suas atividades, ameaçado por grupos de camponeses agitados que lhe acenam com o dilema de permanecer, caladinho, na cidade, porque , se ousar percorrer engenhos apurando se há ou não intranquilidade, corre o risco de ser «pendurado pelos pés».

Em Barreiros, não faz muito, foi o que se viu: arruafeiros vulgares, sabendo contarem com a impunidade e costas quentes prenderam o delegado, quase o trucidavam, sendo preciso que a autoridade, conseguindo escapar das mãos da máfia, sustentasse cerrado tiroteio por várias horas, a fim de fazer valer o princípio da legalidade.

Agora em Vitória o processo se apresenta mais arejado, porque antes de descambar para a força bruta, os agitadores, cavalheirescamente, dão o aviso; qualquer gesto da polícia para assegurar a ordem pode acarretar a punição imediata do delegado.

Depois, ninguém tem o direito de reclamar do governo estadual estabeleça (sic), em Pernambuco, o ambiente de ordem e de respeito, porque os meios oficiais insistem em negar haja perturbação e insegurança, tudo não passando de explorações usuais de oposicionistas, de frustrados, de marginais da política. Como as demais crises, também a de autoridade é, em Pernambuco, cousa de «folclore».

Mas se for procedente isto que se diz a respeito da situação de Vitória, então a propaganda palaciana cai pela base, porque se a própria polícia não encontra como se defender, fácil será avaliar o que acontece de relação à comunidade, principalmente àqueles que não estiverem nas boas graças do situacionismo.

²⁹⁴⁵ DP, 5.10.1963, p.4

²⁹⁴⁶ DP, 20.11.1963, p.4

E tem razão o deputado Siqueira, um dos pro-homens da situação, quando, no orçamento, corta verbas destinadas à construção de cadeias públicas.

O ESTADO DE REVOLUÇÃO EM PERNAMBUCO²⁹⁴⁷

Não nos recordamos de ter lido um documento como o que ontem publicamos sobre o que se vem passando num dos maiores Estados da República que mais nos impressionasse pelo seu profundo significado e pelo realismo e serenidade com que foi concebido e elaborado. É o estado de revolução a que em menos de um ano de governo levou Pernambuco o Sr Miguel Arraes que se denuncia no manifesto dirigido ao Sr presidente da Republica pelos proprietários de usinas de A. Lendo-o, sentimo-nos transportados à época já remota em que, através das páginas de Michelet, de Carlyle e de Taine, acompanhávamos com um misto de espanto e repugnância, o desenrolar em França da Revolução de 89. Ante a descrição objetiva que os proprietários pernambucanos nos fazem da marcha das hordas lideradas pelos homens adestrados em Moscou através das estradas do seu Estado, penetrando, decididos nas propriedades privadas para desorganizar os respectivos serviços, prender e até assassinar os seus legítimos donos - muitas vezes com a colaboração das forças e das autoridades estaduais - dir-se-ia estarmos assistindo de novo ao início da grande convulsão que, após haver derrubado a Bastilha, se transformaria um dia nas hecatombes do Terror. E tudo isso em pleno território brasileiro e na vigência de uma Constituição que a Nação se outorgou a si mesma. É ali, no Nordeste, sob a orientação pessoal da autoridade máxima do Estado e sob as vistas impotentes do IV Exército, que se vem avolumando o movimento de massas que dentro em breve poderá atingir toda aquela imensa região, onde vinte e cinco milhões de uma autêntica subhumanidade vegetam na mais sórdida miséria, para, quem sabe, se propagar às unidades federais do Centro e do Oeste nas quais predominam as mesmas condições que tornaram possível a aventura daquele que se vai afirmando como o chefe real do totalitarismo da esquerda no País. A introdução desta página, que com certeza passará à história política brasileira, mostra-nos com extrema lucidez o plano posto agora em execução. O que a subversão visa é o desmantelo total da economia nordestina. Procurando arrastar à desordem o setor da população que ainda conta com algumas condições de vida, tratam os agentes do comunismo de tronar de todo em todo impossível a existência no grande Estado. Da cana-de-açúcar, cultivada na chamada Zona da Mata, vivem, como ali se lê, 40% dos habitantes de Pernambuco. Embora de modo nenhum se possam comparar os padrões de que usufrui essa parcela da população local aos de qualquer das zonas produtoras do país, o fato é que as suas condições de vida são bem superiores às dos seus irmãos do chamado Agreste. Entretanto, neste, a situação é de paz e a vida prossegue de acordo com a rotina tradicional que marca a existência do homem do campo pernambucano.

O de que se trata para os fomentadores da subversão é de conseguir a todo custo que a economia do Estado vacile e se desmorone na sua base, constituída pela produção em larga escala de açúcar na zona litorânea. E é nessa disparidade de situações que se caracteriza o que há de intencional e de artificial nos acontecimentos que neste momento têm por teatro o Estado líder do Nordeste. E é com minúcias que desafiam qualquer contestação que os autores da denúncia advertem o País sobre o movimento que cada vez mais se expande e que já atingiu os municípios de Aliança, Cabo, Ipojuca, Jaboatão, Ribeirão, Também, Vitória de Santo Antão, Escada, Goiana, Moreno e Condado. O documento foi apresentado pessoalmente ao Sr Presidente da Republica e acompanhado de um pormenorizado relato que à S. Excia fizeram os membros da comissão enviada pelas vítimas da sanha bolchevista. Sabe, portanto, o Sr João Goulart, que todo o mecanismo de um dos maiores Estados da Federação se acha a serviço da subversão da ordem e do regime; e sabe também que aquilo que aos olhos do mundo atônito se está passando naquele trecho do território brasileiro se enquadra perfeitamente dentro do capítulo da Constituição Nacional que trata da intervenção federal nos Estados. É o caso exato previsto pelo item 1º do art. 206 da Carta Magna de 46 que se verifica no ponto nevrálgico do Nordeste. Antes a desfaçatez com que se sobrepõe à lei o líder totalitário, deveria o chefe do Executivo Nacional bater sem perda de tempo às portas do Parlamento, pedindo a urgente votação daquela medida. Seria essa a atitude a tomar por S. Excia se, pela primeira vez, se dispusesse a dar mostras de que sabe respeitar o cargo que ocupa. E isso na certeza de que a seu lado formaria imediatamente a Nação na sua totalidade. Mas não o entende assim o sr João Goulart. E, nesta hora, entre todas delicada, promete “estudar o caso”, acentuando, contudo, que o fará dentro do mais absoluto respeito à autonomia estadual. Em contrapartida, em relação à Guanabara e a São Paulo, onde reina a mais absoluta paz e onde cerca de 20 milhões de cidadãos dos mais ativos da República se esforçam por sustentar com o seu suor a economia nacional, outro é o critério de Sua Excia que tudo faz para perturbar o trabalho dessas duas unidades da Federação. E a prova, tivemos-la quando arrastou os seus ministros militares, levando-os a referendar a mensagem com que pretendeu arrancar da Câmara Federal uma medida muito mais grave: o estado de sítio para a totalidade do território nacional. Era sob a proteção desse odioso recurso que pretendia eliminar o poder aquele que por milagre escapou às balas dos seus sicários. É que o Sr. João Goulart em um caso pessoal a liquidar com o líder da liberal democracia brasileira; da sua eliminação depende o poder S. Excia estabelecer sobre toda a Republica o regime de horda em que nasceu e formou o seu espírito. Em Pernambuco, a coisa é outra. Dali poderá partir o movimento que S. Excia planeja em benefício

²⁹⁴⁷ Transcrito de “O Estado de São Paulo” de 24 do corrente. DP, 29.10.1963

próprio. E é esse o aspecto real do que se passa na República; e esse o regime que para muitos chefes militares deve ser mantido por ser o que erroneamente entendem por legalidade. Ora, esta há muito que deixou de existir no País. E sob os seus escombros, se impassíveis continuarem, acabarão por ser também esmagados aqueles que constituem a única força de resistência à onda subversiva que cada dia mais se mostra irresistível na sua fúria destruidora.

“A propósito de uma publicação no número de 7 de julho de 1962 de “O Cruzeiro”, temos a declarar que o **Padre Antônio Melo** faz parte justamente da equipe de sacerdotes e leigos que vem se dedicando à fundação dos Sindicatos Rurais apresentados pela reportagem daquela revista como sendo a grande obra de salvação que a Igreja vem realizando no Nordeste.

- É o Padre Melo um sacerdote plenamente integrado no pensamento e na ação da Igreja, fazendo o seu trabalho de doutrinação social e a sua atividade apostólica em total consonância com as diretivas da Arquidiocese.

Declarações que aparecem em jornal e revistas como sendo do Padre Melo, nem sempre traduzem com fidelidade o seu pensamento, e às vezes, até, o adulteram completamente.

O trabalho em favor da promoção do homem do campo, encetado em Pernambuco, não é obra pessoal de um sacerdote, mas um trabalho de uma equipe de padres e leigos que para isso recebem orientação da autoridade eclesiástica e a elas vem sendo fiéis.

Recife, 16 de julho de 1962

Dom Carlos Gouveia Coelho, arcebispo de Olinda e Recife²⁹⁴⁸

NOTA

A ingenuidade e inocência útil de uns, a má fé e reacionarismo de outros procuram agora, por todos os meios, atrapalhar a obra da Igreja, nos campos do Nordeste, atirando desconfianças naqueles que denodadamente se põem na linha de frente da luta comum. A gravidade do problema, o amor à verdade, a caridade cristã e o desejo de acertar solicitam de todos a máxima divulgação desta nota do Sr Arcebispo sobre o assunto.

Pe Melo

Cabo- PE

²⁹⁴⁸ Folheto impresso num papel verde, impressão de gráfica. SSP 29244 – Doc 05.

I - Os representantes dos produtores de cana e do açúcar de um lado, e da Federação dos Trabalhadores Rurais, Sindicatos autônomos e Ligas Camponesas de outro, com a presença do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e Delegado do Trabalho, assessorados pelo Secretário Assistente em exercício, concordaram em apresentar aos demais membros das respectivas categorias, a presente tabela conjunta que abaixo vai transcrita:

II - A medida para todo o Estado será a braça de 2,20 m.

III - Por “CONTA” entende-se a área de 10 braças por 10.

IV - Para efeito de elaboração desta tabela, foi tomada como norma a jornada de trabalho de oito (8) horas por dia, conforme preceituam as Leis Trabalhistas, na boa execução do serviço, de acordo com os usos locais.

TABELA

ROÇAGEM

FRACA -	1,5 contas
MÉDIA -	1,0 conta
DIFÍCIL -	0,5 conta

ENCOIVARAÇÃO

FRACA -	3 contas
MÉDIA -	2 contas
DIFÍCIL -	1 conta

REVOLVIMENTO DA TERRA COM ARADO

Diária ou produção por entendimento

PLANTIO DE ESTOURO

Diária ou produção por entendimento

SULCAGEM COM BOI

Diária ou produção por entendimento

LIMPA DE SULCO

CHALEIRA OU LAMBAIO - Diária ou produção por entendimento

COBERTA DE SULCO

MEIA TERRA -	1,5 a 2,0 contas
TODA TERRA -	1,0 a 1,5 contas
LIMPANDO -	1,0 (variando para menos dependendo das condições do serviço)

CAVAGEM DE ENXADA

TERRA CULTIVADA -	250 braças corridas
CAPOEIRÃO -	150 braças corridas
CAVAGEM DE SULCO -	50 braças corridas ao terreno duro

CORTE DE SEMENTE

Diária ou produção por entendimento

DESPALHA DE CANA (sem retoque)

3,0 contas

ADUBAÇÃO DE SOCA INCLUINDO CAVAGEM

Diária ou produção por entendimento

TRANSPORTE DE SEMENTE E ADUBO

Diária ou produção por entendimento

LIMPA DE CANA

Variável de 0,30 a 2,0 de acordo com as condições do serviço.

TRANSPORTE DE CANA (Moagem)

Diária ou produção por entendimento

LIMPA [com] CULTIVADOR

Diária ou produção por entendimento

²⁹⁴⁹ SSP 28688 – Doc. 49.

ENCHIMENTO DO CARRO

CONDUÇÃO - por animais ou tração animal - 10 toneladas - CR\$50,30

CAMINHÃO E TRATOR - 5 toneladas - Cr\$ 100,60

REBOLADOR

Diária ou produção por entendimento.

DOSADOR OU IMUNIZADOR (devendo usar luvas)

Diária ou produção por entendimento

SEMEIO DE ADUBO OU CANA EM SULCO

TERRENO ACIDENTADO - onde o boi não pode ir 900 braças corridas

TERRENO PLANO OU INCLINADO - 1200 braças corridas

GRADEAÇÃO

Diária ou produção por entendimento

MOAGEM CORTE DE CANA

BOA - 200 feixes de 20 canas cada

MÉDIA - 150 feixes de 20 canas cada

FRACA - 100 feixes de 20 canas cada

Ordem de 1,20; sendo 10 pedaços de 1,20 e 10 pedaços menores que possam ser amarrados pelos dois atilhos.

FORMAS DA MOAGEM

Por cana boa de cortar - entende-se a cana fina em terreno limpo

Por cana média - entende-se a cana grossa - (POJ) ou com mato.

Por cana fraca - entende-se com bastante mato ou falhada.

Nos casos especiais, entendimento ou diária, inclusive corte por tonelada.

Por canas queimadas, em casos fortuitos, esta tabela deverá ser aumentada em 20%.

Quando a queima da cana for realizada por determinação do proprietário, não haverá o aumento dos 20% acima citado.

NORMAS ESPECIAIS

I - Em todo serviço, por produção, quando o material não chegar as mãos do trabalhador, sem ser por sua responsabilidade, este passará a perceber por diária.

II - Ficarão vetados quaisquer descontos sobre o salário do trabalhador que não se enquadrem em Lei.

III - Fica determinado que os Sindicatos representantes das classes trabalhadoras e patronais, assim como o Governo do Estado, se empenharão junto aos poderes federais no sentido de que, a Previdência Social passe a funcionar objetivamente em benefício do Trabalhador, e, imediatamente.

IV - Toda vez em que não se chegar a um acordo quanto à classificação dos serviços da tabela acima estipulada, será executada na diária. Essa opção por parte do trabalhador só poderá ser feita na ocasião do início do serviço.

V - Ficam permitidas modalidades além das tabela, desde que haja acordo entre as partes.

VI - Os plantadores de cana, para efeito de pagamento do feriado remunerado, em toda a zona canavieira, reconhecem o seguinte: Sexta Fera da Paixão, Corpo de Deus, Ascensão do Senhor, o Dia do padroeiro do Município, o da emancipação municipal ou outro dia a ser combinado e os 24 e 29 de junho, além dos nacionais, que serão os seguintes: 1º de janeiro, 21 de abril, 1º de maio, 7 de setembro, 15 de novembro, 25 de dezembro, salvo lei municipal em contrário.

VII - Concordaram para que em cada engenho haja um representante do Sindicato, devidamente credenciado, trabalhador residente no engenho, sendo o mesmo substituído pelo Sindicato nos casos de incompatibilidade pessoal comprovada.

VIII - Os plantadores de cana ficam obrigados a fornecer luvas ao envenenador e aos semeadores de cana, quando fizeram o tratamento fito-sanitário

1. MIGUEL ARRAES DE ALENCAR (Governador do Estado)

2. ENOCH MENDES SARAIVA (Delegado do Trabalho)

3. MANOEL GONÇALO FERREIRA (Presidente da Federação dos Sindicatos Rurais)

4. ADAUTO FERREIRA DA CRUZ (pelas Ligas Camponesas)

5. ANTONIO GUEDES DA SILVA (Presidente do Sindicato Rural de Igarassu)

6. ANTONIO CASTRO DE CERQUEIRA (pelo Sindicato dos Empregadores da Cana em Pernambuco)

7. JOSÉ EVANGELISTA NEPAMUCENO (Jaboatão)

8. JOAQUIM CAMILO DE SANTANA (Moreno)
9. JÚLIO SANTANA (pelo Sindicato rural de Barreiros, Serinhaém e Rio Formoso)
10. MANOEL FELIX DA SILVA (pelo Sindicato rural de Palmares, etc...)
11. FERNANDO MENDONÇA FILHO (Secretário Assistente em exercício)
12. RENATO BEZERRA DE MELO (Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar).

AOS INDUSTRIAIS DO AÇÚCAR E AOS OUTROS PROPRIETÁRIOS RURAIS²⁹⁵⁰

Os Sindicatos Rurais, federados ou não, que assinam a presente nota, reunidos hoje, da sede da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco (rua do sossego, 81), com a presença das “Ligas Camponesas”, tendo em vista a campanha salarial encetada pelos assalariados agrícolas e sua luta pela adoção de um Contrato Coletivo de Trabalho, tornam público o seguinte:

1. Reivindicam os trabalhadores agrícolas do Estado, notadamente os assalariados agrícolas da lavoura canavieira, o aumento de 80% em seus salários, à parte de outras medidas incluída em Contrato Coletivo de Trabalho que nada mais são que o cumprimento fiel da lei.

Oitenta por cento de aumento nas diárias de 503 cruzeiros significam apenas, para nós, manter o poder aquisitivo de julho último, quando conquistamos o cumprimento da legislação sobre o salário mínimo - descumprida até então, há vinte anos.

Em verdade, pois, lutamos pelo primeiro aumento salarial pra nossa categoria. Enquanto isso, os nossos companheiros operários das usinas tiveram este ano dois aumentos, que, somados, ascenderam de 89 a mais de 120 por cento. Os bancários tiveram, também, dois aumentos e já têm um mercado pela Justiça, para março próximo. Do mesmo modo, os trabalhadores em olarias, os comerciantes e os têxteis.

2. Lutamos por aumento de salário. Mas não poderíamos condicionar um tal aumento à elevação do preço do açúcar, ou de qualquer outro produto. Nossa luta visa à própria sobrevivência, é uma luta de trabalhadores. Ainda mais: é a luta dos trabalhadores mais injustiçados e espoliados. Não pode, por isso, ser uma luta que favoreça a carestia da vida - uma das nossas maiores inimigas.

3. Por isso mesmo, não podemos mais esperar pela Previdência Social. Queremo-la para já. Em nosso ante-projeto de Contrato Coletivo, propusemos aos senhores proprietários agrícolas, francamente, a criação de uma Comissão Paritária que promova, junto aos órgãos do governo, responsáveis, a interiorização da Previdência, que não demanda maiores indagações, já que os trabalhadores da lavoura canavieira, por exemplo, trabalhando para um mesmo complexo industrial, devem ser inscritos em condições de igualdade, na entidade previdenciária dos seus irmãos operários das usinas, ou seja o IAPI. Assim se faz em São Paulo - diz um relatório de advogados do Sindicato da Indústria do Açúcar à sua presidência, publicado no “Diário de Pernambuco” (ed. de domingo último).

Por que não aqui, em Pernambuco.

Do mesmo modo, no que tange às demais ocupações agro-industriais: não podem os assalariados agrícolas ficar em situação de inferioridade com relação à Previdência Social. Devem - e querem - contribuir para o Instituto de seu empregador.

4. Estamos, ainda, dispostos a lutar e exigir o salário-família. Empregados que somos, em qualquer acepção do termo, mas, também e sobretudo, em sua acepção jurídica, não há porque se falar em nossa exclusão.

Isto sim seria a subversão e a baderna. Esta, sim, seria a intranquilidade. Não a aceitamos, pois.

5. Para coroar um acordo existente no Estado, impõe-se ao Governo Federal estabelecer uma única zona para efeito de salário mínimo em Pernambuco. Exigiremos, por todas as formas, a brevidade desta medida.

6. Terça Feira próxima, unidos como um só homem, estaremos na Delegacia Regional do Trabalho, para debater com os nossos empregadores essas questões.

Precisamos do aumento salarial para já. Todos sabem que dele precisamos, há muito tempo.

Mas não seremos intolerantes, não seremos nem açodados. Concedemos um prazo longo - um prazo de vinte dias, prazo além das nossas forças e das nossas necessidades, quando o clamor é geral nos engenhos, para uma decisão favorável dos senhores proprietários.

²⁹⁵⁰ DP, 27.10.1963, p. 9.

Findo esse prazo, reservamo-nos a adotar todas as medidas legais de que dispõem os trabalhadores para a conquista de suas reivindicações, inclusive o sagrado direito de greve (art. 158 da Constituição Federal) para o que já nós autorizaram diversas assembléias dos Sindicatos.

Recife, 26 de outubro de 1963

Manoel Gonçalves Ferreira, Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco

José Eduardo de Lima, Supremo Tribunal Regional (STR) de Palmares

Quitério Francisco Feitosa, Delegado administrador do STR de Barreiros

Severino Soares, STR Timbaúba

Severino Correia de Lima STR Condado

Joaquim Manoel Ferreira STR Jaboatão

Severino Geraldo dos Santos, STR São Lourenço da Mata

Antonio Guedes da Silva, STR Vicência

João José Lemos, STR Glória de Goitá

Euclides de Almeida do Nascimento, STR Nazaré da Mata

João Felix do Nascimento, STR Escada

José Barbosa de Melho, STR Vitória de Santo Antão

José Joaquim dos Santos, STR Paulista

José Manuel do Nascimento, STR Paudalho

José Rodrigues de Freitas, STR Camocim de São Felix

José Juvêncio da Silva, STR Aliança

Heleno Norberto de Lima, STR Cabo

José Vicente dos Santos, STR Quipapá

Adauto Rodrigues da Silva, STR Goiana.

(Em organização)

- NOTA -

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, deliberando livre e soberanamente através de sua Assembléia Geral de fundação, realizada nos dias 23 a 25 de outubro corrente, na sede da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco, no Recife, com a participação de quatro das cinco federações de trabalhadores rurais reconhecidas torna público o seguinte:

Reconhece e proclama

I

1 - que os camponeses com esforço próprio enfrentando sem jamais desanimar, todas as suas limitações e obstáculos de ordem burocrática e política, num trabalho de pioneirismo e coragem, conseguiram fundar até hoje no território nacional seiscentos sindicatos dos quais 217 já reconhecidos e 12 federações estaduais, estando cinco reconhecidas e com existência legal;

2 - que, como coroamento desse esforço e atendendo a reivindicação unânime dos trabalhadores rurais, apresentada e aprovada na Convenção Nacional realizada em Natal, Rio Grande do Norte, em julho do ano em curso, processou-se a fundação da Confederação, órgão que coordenará os interesses gerais da classe, no âmbito nacional.

APROVOU

II

1 - tornar suas as conclusões da I Convenção Brasileira de Sindicatos Rurais, por entendê-las justas e necessárias e terem sido o fruto amadurecido de vários dias de estudo e discussão, representando, portanto, os anseios da classe camponesa por parte dos duzentos sindicatos participantes;

2 - Fixa sua posição de defesa da Reforma Agrária com a reforma da Constituição (parágrafo 16, do artigo 141) porquanto reconhece que somente deste modo poder-se-á dar à estrutura agrária brasileira a solução desejada por todos os camponeses;

3 - reivindicar que lhe sejam conferidas as tarefas atinentes à execução dos programas de sindicalização rural planejados pelos órgãos do Governo Federal.

4 - recomendar aos sindicatos de trabalhadores rurais que orientem os seus filiados, no sentido de não abandonarem as terras em que trabalham e vivem, resistindo com o uso de todas as medidas justas e legais, às pressões que sofrerem. Recomendar, outrossim, que todos se unam orientados pelo Sindicato a que pertencem e formem uma força de ação sindical compacta a fim de proteger e amparar os que necessitarem de ajuda, até que a nova legislação agrária liberte a classe inteira, banindo do território nacional o latifúndio que escraviza o trabalhador rural, implantando a miséria e gerando a revolta no campo.

5 - Defender o voto do analfabeto e de todas as classes sem discriminação, para que os pleitos representem de fato, a vontade de todos, o que não ocorre atualmente, vez que a maioria absoluta da população brasileira é constituída daqueles que não sabem ler ou estão impedidos do exercício do direito de voto, injustiça gritante e forjada pelas classes que dominam as atuais estruturas poderes e superadas;

6 - manifestar-se em prol da liberdade sindical, assegurada pela Constituição brasileira e condenar todas as influências oficiais ou oficiosas que tenham por objetivo desvirtuar a autenticidade da organização classista e promover o divisionismo na sindicalização da classe camponesa.

7- reivindicar a participação desta Confederação em igualdade de condições com as demais confederações nacionais, nos órgão de deliberação coletiva que contarem com a representação de trabalhadores inclusive e especialmente os da Previdência Social, Justiça do Trabalho, comissões dos Ministério do Trabalho, Previdência Social, Superintendência da Política Agrícola etc;

8 - Confiar em que Sua Excia o Sr Presidente da Republica, reconheça no mais curto prazo possível, o nosso órgão máximo, para que tão breve quanto a realidade nacional exige, possa a nossa Confederação falar, oficialmente, em nome de 40 milhões de brasileiros que compõem a classe camponesa.

Recife, 25.10.1963

pela Confederação
a diretoria.

²⁹⁵¹ DP, 27.10.1963

“A marcha de 20 mil camponeses que Julião ameaça realizar sobre Brasília, representa apenas a solécia de um aproveitador da miséria das massas porque aquele deputado é arguto e perigoso, possuindo sensibilidade para interpretar a tendência do momento, assumindo o comando da luta agrária, dando a impressão de que o Nordeste luta pelo comunismo, quando a batalha de vida ou morte que estamos empenhados é movida contra a fome” afirmou o Pe Melo, criador das Ligas Camponesas que prosseguiu:

“É preciso que todos saibam que as Ligas não querem subverter a ordem ou se prestar à difusão de ideologias estranhas aos ideais da democracia - e isso porque Julião exerce uma influência mínima sobre os seus associados. Fundei as Ligas Camponesas e Julião certa vez teve a oportunidade de defender no Tribunal a causa de um camponês atendendo a convite nosso, e foi bem sucedido. Daí adveio a inegável popularidade de que goza, mas que é vista em proporções exageradas pelo cartaz que lhe concede a imprensa.”

Marxismo burguês

Prosseguindo em suas declarações, feitas minutos após sua chegada ao Rio, o Padre Melo analisou a estruturação das esquerdas no Nordeste do Brasil:

“O Nordeste de um modo geral e Pernambuco em particular podem se orgulhar de possuir uma liderança socialista nunca sonhada por Marx ou Engels, porque na área das secas os comunistas são burgueses e aburguesados, sem nenhuma vinculação com as massas e pregam as “reformas” enquanto viveram como autênticos senhores feudais. Atuando no meio da mais negra miséria, jamais se desligaram de certas fumaças de intelectualidade e se desesperam por não alcançar ascendência no interior, o que, graças a Deus, não se verifica conosco, pois nossos ideais são puramente cristãos e têm por meta a redenção do homem do campo, infeliz e abandonado, mas sempre dentro dos princípios sábios ditados pelas autoridades eclesiásticas. Como já o fiz muitas vezes, reafirmo minha posição de servidor de Cristo, apoiado integralmente pela Igreja Católica e ciente de que qualquer desvio dessa diretriz importaria em perda total dos objetivos comuns claros e francos pelos quais devemos lutar.”

Reforma Agrária

Sobre o problema da Reforma Agrária, assim se expressou: “Gostaria de compreender como um país que jamais possuiu leis agrárias possa cuidar de uma Reforma Agrária radical com a divisão, por exemplo, das lavouras de cana e algodão ou dos campos reservados à pecuária. Nesses casos, deveríamos implantar outro sistema, proporcionando ao camponês a participação nos lucros, sem o retalhamento dos terrenos, que importaria fatalmente em prejuízo para as plantações desses produtos.

Quanto às lavouras de médio e curto prazo que envolvem as plantações de milho e feijão, acreditamos que a melhor forma para desenvolvê-las será agrupar os agricultores em cooperativas organizadas de modo a satisfazer plenamente a cada coletividade e imprimindo força às reivindicações de cada núcleo, obrigando as autoridades a dispensarem maior atenção às medidas que se tornarem necessárias, levando em conta que os pedidos partiriam de grupos bem articulados e não de camponeses abandonados. A aplicação da previdência social ao homem do campo deve ser executada considerando as peculiaridades do seu trabalho. A aposentadoria, por exemplo, pode ser concedida após um prazo maior de serviços prestados, e somente com a garantia de casa residenciais e assistência médica, levando em conta que é inútil aposentar um homem sem um teto e sem socorros.

Todas essas medidas serão possíveis quando as autoridades decidirem garantir um preço mínimo para os produtos agrícolas, construindo armazéns e silos e garantindo sua colocação nos diversos mercados, evitando a instabilidade da produção, com a garantia anual de colocação das safras....

“A ação do comunismo cessará à medida que levarmos o proletariado às Câmaras, porque os Congressos latifundiários e burgueses é que originam, através das medidas que tomam, sempre favorecendo aos grupos econômicos poderosos, a revolta das massas. A índole de nossa gente é impermeável às teorias marxistas, pois os brasileiros querem a Cristo. Quando conseguirmos que os 60% de proletários dominem, através de sua ação, os 15% de milionários aproveitadores, e neutralizem os 20% que representam a burguesia, poderemos respirar aliviados, porque o perigo vermelho estará de vez afastado do Brasil.”

²⁹⁵² DP, 27.1.1962. p.5. Entrevista elogiada no Editorial “Realidade social e comédia”. DP, 28.1.1962, p. 4.

“AVANÇA A UNIÃO OPERÁRIO-CAMPONESA”

Diante da gravidade dos problemas sociais e da sucessão de crises políticas, aguça-se o interesse do povo em conhecer as causas e razões desta situação. Em consequência, um número cada vez maior de brasileiros começa a participar do processo político, com uma visão mais clara de suas implicações econômicas e de classe. Essa legião de descontentes e inconformados é necessária arregimentar, unir e dinamizar para a luta libertadora. Com esse objetivo, para ajudar nessa grande tarefa, surge este jornal.

O seu título representa um compromisso. A LIGA é um prolongamento e um resultado dos imensos sacrifícios dos pioneiros da luta camponesa, no Brasil, particularmente no Nordeste. Sacrifícios de heróis e patriotas anônimos, que começaram vencendo o egoísmo, depois o medo e, enfim, o preconceito, para se entregarem inteiramente à catequese e ao serviço dos seus irmãos. Enfrentando, passo a passo, a injúria, a discriminação, o despejo, a prisão, o espancamento, as balas, a morte.

A eles, a nossa primeira homenagem. Aos muitos companheiros cujas virtudes tão bem se representam em um Zézé da Galiléia - o abnegado lutador; em um João Pedro Teixeira - o valoroso mártir da nossa causa.

Agora, já não é apenas, Liga Camponesa. A ponte se constrói, a aliança se estreita, entre a cidade e o campo. E a hora da Aliança Operário-Camponesa, reforçada pelo concurso dos estudantes, dos intelectuais revolucionários e outros setores radicais da população. É a hora da LIGA.

A LIGA, como instrumento dedicado a forjar a solidariedade de todos os oprimidos e injustiçados. A realizar, em definitivo, a libertação nacional e social da Pátria e do Povo.

Dedicado a levar ao poder do Povo, com a classe operária à frente, pelo seu alto nível de organização, de consciência política, por sua posição de luta dentro das próprias entranhas da burguesia dominante, manejando os instrumentos de produção mais avançados que possuem as classes exploradoras.

A realizar a Reforma Agrária Radical para redenção de quarenta milhões de camponeses sem terra e de pouca terra, a quem o latifúndio esmaga, atrasando o Brasil.

A extinguir, de uma vez, a espoliação e a vergonha da ocupação econômica e militar do imperialismo ianque em terra brasileira. A desarmar a minoria nacional de monopolistas, usuários e vendilhões, sócios da finança internacional na exploração do nosso trabalho e no saque das nossas riquezas.

A libertar os trabalhadores da fome, do analfabetismo, do abandono e da injustiça. A construir uma Pátria nova e verdadeiramente livre, dentro de uma América livre e fraterna.

A erigir uma sociedade justa em que o prestígio social seja medido pelo trabalho e pela honra e não pelo volume da bolsa - que é a multiplicação dos trinta dinheiros da traição, a acumulação do suor do rosto alheio.

O desenvolvimento econômico do Brasil está sendo feito à custa do sacrifício das massas populares e sem que se abra para elas o caminho da redenção. Os trabalhadores têm sido convocados para serem apenas os financiadores desse esforço, jamais os beneficiários.

A contenção do movimento popular tem sido pedida em nome de uma frente única que tem tido como consequência a renúncia das classes trabalhadoras em dirigir o processo histórico brasileiro. A tarefa histórica das massas operárias e camponesas não é a de se atirarem à luta, de empenharem o seu sofrimento para que um setor da burguesia substitua a outra no poder, mas sim a de se unirem para liquidar todo o sistema de dominação.

À sombra dessa frente única de amaciamento e renúncia, os latifundiários continuam assassinando impunemente os camponeses; a burguesia multiplica seus lucros e seu domínio político; o imperialismo penetra mais fundo na vida brasileira, econômica, cultural e militarmente; as reformas de base são negadas e os direitos do povo são cada vez mais espezinhados.

Ao iniciar sua tarefa, A LIGA proclama a confiança inabalável na união do Povo Trabalhador, único meio de resolver os imensos problemas da atualidade, agravados com a ambição e a falência das classes exploradas. OU FICAR A PÁTRIA LIVRE OU MORRER PELO BRASIL!

Francisco Julião

“A LIGA”. Rio de Janeiro, N° 1º, 9-10.1962, p 1. Editorial.²⁹⁵³

²⁹⁵³ Arquivo Público Estadual, Fundo DOPS – SSP 31.519.

A Diretoria Da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco, depois de entender-se com os Sindicatos a ela filiados e ouvir as necessidades dos camponeses de Pernambuco, resolveu alertar os trabalhadores rurais e urbanos, as autoridades e o povo em geral, a bem da verdade, sobre os seguintes pontos:

1 - Alertamos a opinião pública contra todos os reacionários, golpistas que desejosos de permanecer como detentores de privilégios e riquezas, em prejuízo de uma multidão faminta, lançam o terror através do rádio e da imprensa. Jogam a culpa dos males da Pátria sobre pobres e humildes camponeses e operários que até hoje vêm, com seu próprio esforço, arrancando da terra o alimento para todos os brasileiros e produzindo para a grandeza do País.

2 - Perguntamos: Será possível viver com o salário de Cr\$ 200,00 ou mesmo Cr\$ 500,00 por dia? Pois bem, esse é o salário atual que percebemos e muitos ainda não nos querem pagar. Sabemos que o aumento do salário não resolverá em definitivo a situação do trabalhador. Só com as reformas de base. Enquanto elas não vêm, queremos um salário que não nos deixe morrer de fome. Por isso, exigimos imediatamente 89% sobre os salários atuais. Não seremos os únicos sacrificados. Todas as classes trabalhadoras já tiveram dois aumentos salariais esse ano. Somos os últimos a reivindicar nosso aumento. Não é agitação, mas necessidade de sobrevivência. Queremos receber o salário-família recentemente aprovado pelo Presidente da República. Reivindicamos para os funcionários públicos das Prefeituras do Interior, especialmente para as professoras rurais, o salário mínimo.

3 - Pedimos que as autoridades procurem solucionar o problema dos preços mínimos de nossos produtos e sua colocação no mercado para nos libertar do açambarcador, desenvolvendo as cooperativas agro-pecuárias mistas, para garantir nossa segurança econômica.

4 - Insistimos em que o Governo tome providências concretas no sentido de facilitar o registro dos nossos filhos, e de criar escolas, hospitais e postos de saúde, que nos atendam em nossa necessidade.

5 - Exigimos que as autoridades judiciais e governamentais façam aplicar imediatamente o Estatuto do Trabalhador Rural e o Governo Federal o regulamento quanto antes.

6 - Repudiamos energicamente e exigimos a extinção completa de toda e qualquer forma de exploração da terra e de trabalho gratuito como o CAMBÃO, a CONDIÇÃO, a MEIA, a TERÇA e o foro extorsivo que são a lembrança vergonhosa do tempo da escravidão e para escarneio de privilegiados vigoram ainda em nossa terra, minando as nossas forças. Acordem enquanto é tempo, pois toda injustiça tem seu fim, Queremos a Paz. Esta, porém, é fruto da justiça. Expulsam-nos de casa, com nossas mulheres e ainda não compreendem a nossa revolta.

7 - Esperamos das autoridades constituídas que tomem imediatas providências no sentido de deter em sua ação elementos agitadores, baderneiros profissionais, assaltantes à mão armada, estranhos à classe camponesa, que, com objetivos políticos, procuram jogar camponês contra camponês. Nós camponeses, não queremos agitação nem desordens. Queremos justiça que até hoje nos tem sido negada. Basta de injustiças. Não queremos ser escravos, nem apenas mudar de donos. Não permitiremos que elementos estranhos continuem invadindo nossos sindicatos. Pedimos providências às autoridades, pois do contrário, seremos obrigados a nos defender da maneira como formos convocados.

8 - Estranhamos muito que logo agora quando vamos inaugurar a nossa sede à Rua do Sossego, 81, no próximo dia 17 de outubro, primeiro ano do nosso reconhecimento, venham elementos estranhos, divisionistas, tentar fundar uma Central Sindical de Trabalhadores Rurais como se a Federação não estivesse existindo para isso e não estivesse aberta a todos e cumprindo sua missão. Isso, porém, significa um incentivo a mais para trabalharmos pela união de todos os camponeses.

9 - A Federação tem trabalhado e assistido nossas bases sindicais, resolvendo nossos problemas, ajudando-nos a fortalecer nossos sindicatos, a iniciar novas delegacias, dando assistência jurídica para nossos associados, enfim toda ajuda temos recebido da Federação que nos pertence e à qual damos nosso integral apoio e solidariedade.

COMPANHEIROS:

Queremos a união de todos os camponeses de mãos calejadas, porque somente assim, unidos, poderemos ser vitoriosos contra os latifundiários sem justiça. Enquanto todos os camponeses, sem distinção de religião ou credos, não se unirem, seremos fracos e continuaremos escravizados. Unam-se todos em seus sindicatos e estes na Federação. Deste modo quebraremos os grilhões da escravidão e construiremos um Brasil livre e senhor dos seus destinos.

Recife, 10 de outubro de 1963

²⁹⁵⁴ DP, 13.10. 1963

Assinam:

- FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PERNAMBUCO

- Sindicatos rurais de: Vitória de Santo Antão - Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Riacho das Almas - Lagedo - Limoeiro - Escada, Ipojuca e Amaragy - Timbaúba, Macaparana e São Vicente Ferrer - São Lourenço da Mata - Cabo - Moreno - Jaboatão - Quipapá - Panelas, Lagoa dos Gatos e Cupira - Vicência - Nazaré da Mata - Bom Jardim - Paudalho - Glória de Goitá - Condado - Carpina - Aliança - Orobó - Surubim - Camocim de São Felix - Goiana - São Caetano - Bezerras - Gravatá - Jurema - Canhotinho - Angelim - São João - Águas Belas - São Bento do Una - Bom Conselho - Correntes - Garanhuns - Petrolina - Palmeirinha - Jupi - Itaíba - Brejão - Agrestina - Sindicato dos Trabalhadores Autônomos de São José do Egito e Tuparetama - João Alfredo - Triunfo - Serra Talhada - Carnaíba - Alagoinha - Cachoeirinha - Brejo da Madre de Deus - Araripina - Salgueiro - Barra de Guabiraba - Associação dos Vaqueiros de Petrolina. Esses cinquenta e cinco sindicatos filiados à Federação à qual dão todo seu apoio formam a grande força dos camponeses do Estado de Pernambuco.

SINDICATO DOS EMPREGADORES NA LAVOURA DA CANA DE PERNAMBUCO²⁹⁵⁵

- Nota oficial -

Em face da situação anômala dos trabalhos agrícolas em vários engenhos situados na zona norte do Estado, especialmente no município de Condado, vê-se este sindicato na contingência de prestar aos seus associados e ao público em geral, alguns esclarecimentos.

Após reiterados entendimentos realizados o Palácio do Governo e presididos pelo Exmo Sr Governador do Estado, foi aceita pelas lideranças sindicais a Tabela de Tarefas do Campo.

A 19 de novembro de 1963, foi firmado entre os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e o da Indústria A no Estado e este Sindicato com a interveniência do Presidente do Instituto do Açúcar e Alcool, contrato coletivo de Trabalhadores assinado na Delegacia Regional do Trabalho que foi homologado pelo Exmo Sr Ministro do Trabalho.

Entre várias outras disposições visando maior harmonia nas relações de trabalho, o referido contrato coletivo de trabalho estipulou na sua cláusula 2ª. - “Haverá em cada engenho um Delegado sindical eleito pelos trabalhadores dentre os pertencentes à categoria profissional e residentes, pelo menos, há três meses na propriedade, o qual não poderá ser demitido, sem o competente inquérito judicial e gozará de ponto facultativo. Levantada pelo empregador incompatibilidade da empresa com o Delegado eleito, será a questão submetida a uma comissão composta de um representante dos Sindicatos dos Empregadores, um dos Trabalhadores e o Delegado do Trabalho.

Por seu turno, estabeleceu a cláusula sexta do mesmo contrato: “Fica certo que a proposta conjunta da Tabela de Tarefas do Campo, aprovada pelas lideranças sindicais no Palácio do Governo, continuará servindo de norma obrigando-se os Sindicatos de Trabalhadores a submetê-las no prazo de 60 dias, à aprovação de suas assembléias. A comissão constituída na cláusula 2ª do presente contrato resolverá as dúvidas sobre a sua aplicação apresentada pelas partes.”

A despeito de tão claras e categóricas disposições o Sr Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Condado, um dos signatários do já mencionado contrato coletivo de trabalho, decretou a 9 de janeiro do corrente ano, uma greve sem observar o disposto na cláusula sexta do aludido contrato.

Buscando conciliar a situação e atendendo ao apelo do Sr. Delegado Regional do Trabalho, este sindicato firmou com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Condado a 16 de janeiro do corrente ano, um acordo para por fim à greve do qual constaram cláusulas de não punição para os grevistas e assecuratórias de condições de trabalho para os trabalhadores que desejem prestá-lo nas condições estabelecidas no precitado acordo. “Acordo que faz o Sindicato dos Empregadores na Lavoura de Cana com o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Condado, mediante as seguintes cláusulas”:

1ª - Fica entendido que o presente acordo vale para toda a Região do Município, no que diz respeito ao corte de cana do restante da safra:

2ª - As canas médias continuam a ser cortadas na base de 150 (cento e cinquenta) feixes de 20 (vinte) canas.

3ª - Onde não for possível cortar 150 feixes de 20 canas, o proprietário fica obrigado a queimar as canas e os trabalhadores a cortá-las na base de 150 feixes de 20 canas, sem o acréscimo previsto na Tabela.

4ª - Onde o fogo não queimar, os trabalhadores não ficam obrigados a cortar.

5ª - Os Trabalhadores que desejam trabalhar não poderão ser impedidos de fazê-lo.

6ª - Não haverá punição para os grevistas e não serão pagos os dias de greves. Recife, 16 de janeiro de 1964 a Francisco Falcão, Sindicato dos Empregadores na Lavoura de Cana de Pernambuco; Severino Correia de Lima, Sindicato dos Trabalhadores de Condado. Testemunhas: Orlando Correia de Oliveira Andrade; Jorge Manuel da Silva e Enock Mendes Saraiva, Delegado Regional do Trabalho.”

Como se verifica de sua cláusula primeira, o acordo diz respeito ao “corte de cana do restante da safra”, ora em trabalhos de colheita.

²⁹⁵⁵ DP, 20.02.1964

Apesar de tais contratos e violando-os ostensiva e flagrantemente, eclodiu, a 17 do corrente, nova greve em Condado, sem que qualquer entendimento prévio fosse sequer tentado com este Sindicato, e sem que fosse o assunto submetido à comissão instituída pela cláusula sexta do contrato coletivo de trabalho firmado a 19 de novembro de 1963.

Em data de 18 do fluente, convocados pelo Sr Delegado Regional do Trabalho, comparecemos à Delegacia Regional do Trabalho onde fomos surpreendidos com as pretensões do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Condado, no sentido de ser estabelecido um novo acordo sobre condições de trabalho, naquela região desrespeitando todos os contratos firmados.

Durante tal situação e constrangido, este Sindicato deliberou enviar ao Sr Delegado Regional do Trabalho ofício cujo teor é abaixo transcrito:

“Recife, 19 de fevereiro de 1964, Ilmo Sr. Delegado Regional do Trabalho: Tenho oportunidade de comunicar-vos que, reunida hoje, a Diretoria deste Sindicato para tomar conhecimento da pretensão do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Condado, vê-se na contingência de comunicar-vos sentir estes Sindicatos inexistir em condições para acreditar que venha a ter cumprimento qualquer acordo que por ventura viesse a ser firmado com o aludido Sindicato que descumpriu sistematicamente todos os contratos de trabalho que firmou. Partindo do pressuposto de que os contratos são celebrados para serem cumpridos, este Sindicato não divisa possibilidades no acerto de outras condições nas circunstâncias de flagrante e reiterado descumprimento das anteriormente aceitas para período determinado e ainda não extinto. Atenciosamente, Francisco Falcão, Presidente.”

Francisco Falcão

Presidente do Sindicato dos Empregadores da Lavoura de Cana.

“SITUAÇÃO LEGAL DOS SINDICATOS”²⁹⁵⁶

Secretaria da Segurança Pública

NOTA OFICIAL

O Secretário de Segurança Pública diante dos boatos alarmantes que estão surgindo na zona rural do Estado, resolve esclarecer o seguinte:

- a) - os sindicatos rurais, órgãos legalmente constituídos, não serão fechados, podendo funcionar normalmente, desde que as suas reuniões se realizem para os seus objetivos específicos;
- b) - a situação dos delegados dos Sindicatos é inalterável e os empregadores devem respeitar as suas delegacias;
- c) - estamos absolutamente capacitados para a manutenção da ordem em todo o território do Estado e oferecemos as indispensáveis garantias para o trabalho.

Ass. Tenente-Coronel. Ivan Ruy Andrade de Oliveira

Secretário da Segurança Pública.

Divulgação do SORPE

no verso:

“SECRETARIA DA SEGURANÇA

PÚBLICA

Gabinete do Secretário
Instruções aos delegados

- 1) Cumprir rigorosamente a nota do Secretário da Segurança Pública sobre Sindicatos Rurais.
- 2) Evitar vinganças por gestos anteriores ao dia 1º de abril de 1964.
- 3) Não tomar partido ao lado das facções políticas locais.
- 4) Não permitir que civis efetuem prisões, salvo os policiais da Secretaria de Segurança.
- 5) Só cumprir ordens de oficiais estranhos, quando conduzindo tropas para cumprimento de missões especiais, ou quando designados delegados especiais.
- 6) Comunicar imediatamente quando estiver ocorrendo arbitrariedades pelos proprietários. Estes devem pagar os salários anteriormente estabelecidos, em contratos firmados, efetuar descontos em folhas para os sindicatos, de acordo com o que concordaram no Governo passado, tudo que os camponeses conseguiram, será assegurado pelo Governo atual.
- 7) Não se colocar a serviço dos patrões e sim manter-se a serviço do Governo.
- 8) Comunicar diariamente a situação do município e toda vez que ocorrer alterações.
- 9) Manter vigilância constante e manter a ordem. Efetuar prisões só de elementos designados pela Secretaria de Segurança e daqueles que estiverem agitando ou cometendo crime.
- 10) Aconselhar e orientar a população.
- 11) Fechar e apreender o material das Ligas Camponesas.

²⁹⁵⁶ Panfleto impresso frente e verso. SSP 29.679 – Doc 113.

Recife, 5 de abril de 1964
Ass Tenente-Coronel. Ivan Ruy Andrade de Oliveira
Secretário da Segurança Pública

Divulgação do SORPE

CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO NA LAVOURA CANAVIEIRA DE PERNAMBUCO:
20.11.1964²⁹⁵⁷

O Sindicato da Indústria do Açúcar de Pernambuco, representando os empregadores da Agro-Indústria Canavieira de Pernambuco, de um lado; e a Federação dos Trabalhadores na lavoura de Pernambuco do outro, firmaram, de acordo com o Título V, capítulo único e seus artigos e respectivos parágrafos, o Contrato Coletivo de Trabalho Rural para a Lavoura Canavieira de Pernambuco, com vigência de um ano, obrigando seu cumprimento a todos os filiados das entidades, aqui representadas; aprovado e retificado por deliberação das Assembléias Gerais das respectivas Classes e homologado pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social.

TITULO I - NORMAS GERAIS

Art.1: A medida para todo Estado será a braça de 2,20m.

Art.2: Por conta, entende-se a área de terra de 10 por 10 braças, isto é, 10 braças quadradas (100 cubos)

Art.3: Para efeito de elaboração deste CONTRATO, foi tomada como norma, a jornada de trabalho de 8,00 horas por dia, conforme preceituam as leis trabalhistas e a boa execução do serviço, de acordo com os usos e costumes locais.

Art.4: Ficam permitidas modalidades de trabalho, além das aqui estabelecidas, desde que haja acordo entre as partes.

TITULO II – DISCRIMINAÇÕES

Art.5: ROÇAGEM

Mato grosso e de gancho	0.50 conta (50 cubos)
Mato de talho e capoeira	1.00 conta (100 cubos)
Mato fino	1.50 conta (150 cubos)
Mato de espano em aleluia e mentrasto	2.00 contas (200 cubos)

Art.6: ENCOIVARAÇÃO

Mato grosso e de gancho	1,00 conta (100 cubos)
Mato de talho e de capoeira	2,00 contas (200 cubos)
Mato fino	3,00 contas (300 cubos)
Mato espano, com aleluia e mentrasto....	4,00 contas (400 cubos)

Art.7: REVOLVIMENTO DA TERRA COM ARADO DE BOI 8,00 contas (800 cubos)

Art.8: PLANTIO DE ESTOURO COM ARADO DE BOI 6,00 contas (600 cubos)

Art.9: SULCAGEM COM ARADO DE BOI:

1 vez s/ o mínimo de 1,00 M em terra de areia.....	15,00 contas (1500 cubos)
1 vez c/ o mínimo de 1,00 M em terra de barro.....	10,00 contas (1000 cubos)
2 vezes c/ o mínimo de 1,00 M em terra de areia.....	12,00 contas (1200 cubos)
2 vezes c/ o mínimo de 1,00 M em terra de barro.....	7,00 contas (700 cubos)

Art.10 LIMPA DE SULCO (chaleira ou lambaio)..... Diária: (8:00 horas)

Art.11: COBERTA DE SULCO

Limpando na terra não preparada.....	0,60 conta (60 cubos)
Limpando na terra preparada.....	1,00 conta (100 cubos)
Toda terra e meia terra em areia.....	2,00 contas (200 cubos)
Toda a terra e meia terra, mole.....	1,50 contas (150 cubos)
Toda a terra e meia terra, ressecadas....	1,00 conta (100 cubos)

Art.12: CAVAGEM DE ENXADA:

Terra dura e capoeirão.....	150 braças corridas
Terra mole.....	250 braças corridas

²⁹⁵⁷ Fascículo, com cobertura em papel branco, 8p. SSP 28.688.

Terra de areia.....	300 braças corridas
Art.13: TRANSPORTE DE SEMENTE E ADUBO.....	Diária (8:00 horas)
Art.14: REBOLADOR.....	Diária (8:00 horas)
Art. 15: DOSADOR.....	Diária (8:00 horas)
Art. 16: IMUNIZADOR.....	Diária (8:00 horas)
Art.17: SEMEIO DE ADUBO E CANA EM SULCO	
Terreno acidentado (onde o boi não pode ir)...	3,00 contas (300 cubos)
Terreno plano ou inclinado.....	4,00 contas (400 cubos)
Art.18: GRADEAÇÃO COM BOI.....	12,00 contas (1200 cubos)
Art.19: LIMPA COM CULTIVADOR	
2 vezes com boi.....	8,00 contas (800 cubos)
2 vezes com burro.....	12,00 contas (1200 cubos)
Art.20: CAVAGEM E ADUBAÇÃO DE SOCAS:	
Terra crua.....	2,00 conta (200 cubos)
Terra queimada.....	3,00 contas (300 cubos)
Art.21: SEMEIO DE ADUBAÇÃO DE SOCAS	
Terra crua.....	3,00 contas (300 cubos)
Terra queimada.....	4,00 contas (400 cubos)
Art.22: ESTROVENGAÇÃO DE SOCAS	
Com muitos matos.....	1,00 conta (100 cubos)
Com mato pouco.....	2,00 contas (200 cubos)
Sem mato.....	3,00 contas (300 cubos)
Art. 23: LIMPA DE CANAS DE PLANTAS:	
Em terra não gradeada.....	1,00 conta (100 cubos)
Em terra não gradeada, com o mato duro em terra dura	0,50 conta(50 cubos)
Em terra não gradeada com mato duro em terra mole	0,60 conta (60 cubos)
Em terra não gradeada com mato mole em terra dura	0,70 conta (70 cubos)
Em terra não gradeada com mato mole em terra mole	0,80 conta (80 cubos)
Em terra não gradeada com mato mole ou em terra de barro solto ou areia.	1,00 conta (100 cubos)
Limpa de sapateada com muito mato.....	0,80 conta (80 cubos)
Limpa de sapateada com mato pouco.....	1,00 conta (100 cubos)
Limpa correndo a enxada.....	2,00 contas (200 cubos)
Art. 24: LIMPA EM CANA DE SOCA	
Mexendo a palha.....	1,50 contas (150 cubos)
Cobrindo os tocos estroengados.....	1,00 conta (100 cubos)
Chegando a terra ao toco.....	1,00 conta (100 cubos)
Art. 15: DESPALHAÇÃO (não limpando)	
Simples, afogando o mato.....	2,00 contas (200 cubos)
Com foice.....	3,00 contas (300 cubos)
Art.26: CAMBITO.....	Diária (8:00 horas)
Art. 27: SEMEIO DE SEMENTE	
P/tonelada.....	Cr\$ 800,00
P/feixes de 20 canas.....	150 feixes por diária
Art.28: CORTE DE MOAGEM: (por tonelada)	
De mais de 1,00 kg até 5,00 kgs no mato	Cr\$ 2.200,00
De mais de 1,00 kg até 5,00 kgs no limpo	Cr\$ 1.800,00
De mais de 5,00 kg até 7,50 kgs no mato	Cr\$ 1.300,00
De mais de 5,00 kgs até 7,50 kgs limpo	Cr\$ 1.100,00
De mais de 7,50 kgs até 10,00 kgs no mato	Cr\$ 1.000,00
De mais de 7,50 kgs até 10,00 kgs no limpo	Cr\$ 850,00
De mais de 10,00 kgs no mato.....	Cr\$ 900,00
De mais de 10,00 kgs no limpo.....	Cr\$ 750,00

OBSERVAÇÕES

I - a média do peso dos feixes será tirada em 10 feixes de 20 canas, sendo 10 pedaços de 1,20m e 10 de 0,60m.

- II - Não haverá desconto algum relativo aos olhos
- III - As balanças devem pesar não menos de 20 kgs
- IV - Caso não haja aumento salarial, haverá majoração proporcional
- V - A pesagem deve ser feita na palha e no mesmo dia
- VI - Quando a cana for queimada sem ser por ordem do patrão, o preço por tonelada será abatido em 20%.

Art.29: ENCHIMENTO DE CARRO: Diária.....8:00 horas

TÍTULO III - NORMAS ESPECIAIS

Art.30: Em todo serviço por produção, quando o material não chegar às mãos do trabalhador, sem ser por sua responsabilidade, este passará a receber na diária 8:00 horas (Art. 1, Normas especiais, Tabela 1963)

Art. 31: Os plantadores de cana ficam obrigados a fornecer luvas aos envenenadores e aos semeadores, quando fizeram o tratamento fito-sanitário (Art. 8, Normas especiais, Tabela 1963)

Art. 32: Ficam vetados quaisquer descontos em folha, sobre o salário do trabalhador, que não se enquadrar na Lei, salvo os acordos salariais e de contratos coletivos de trabalho.

Art. 33: Comprometem-se as Empresas, compreendidas no âmbito da Jurisdição dos Sindicatos contratantes, a realizar, mediante a notificação do órgão de classe, de acordo com o Art. 141 da CLT e art. 149 do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei Nº 4214 de 2/3/1963) o desconto, na folha de pagamento, das contribuições devidas ao Sindicato e arbitradas na forma da Lei: o trabalhador que não desejar fazer parte do órgão de classe, está isento do referido desconto, devendo para isto, comunicar sua decisão por escrito ao Sindicato e ao Empregador (art. 4, Acordo Salarial, 20 de novembro de 1963)

Art. 34: Haverá, em cada engenho, um Delegado Sindical eleito pelos trabalhadores, entre os permanentes à categoria profissional e residente pelo menos a três meses na propriedade, o qual poderá ser despedido, desde que seja indenizado em dobro os seus direitos trabalhistas. Quando o delegado houver adquirido estabilidade como operário na propriedade, haverá o competente inquérito judicial, como estabelece o Capítulo 4º artigos 95, 96 e 97, o parágrafo único e seguintes da CLT. O Delegado eleito não será remunerado pelo Empregador, na sua ausência ao serviço. Quando o seu órgão de classe necessitar de mais de um dia dos trabalhos do delegado oficiará ao empregador solicitando a dispensa, entendendo-se que estas faltas não serão remuneradas pelo empregador, e não poderão exceder 15 dias mensais. Em falta de cumprimento deste parágrafo implica em rescisão do contrato de trabalho.

Art.35: Fica certo, nos precisos termos da Legislação em vigor, que as empresas somente admitirão trabalhadores com a devida obediência aos dispositivos legais, inclusive carteira profissional e registro de empregado. No prazo improrrogável de 60 dias, a partir da data de homologação deste contrato, será regulamentada a situação de todos os trabalhadores, cujos contratos individuais de trabalho não sejam legalmente assentados, sem prejuízo do seu tempo real de serviço. No caso de o trabalhador não possuir Carteira Profissional, ressaltar-se-á ao empregador quanto à obrigação de anotar a mesma persistindo, entretanto, a de o fazer com o tempo efetivo de serviço, o devido registro. Ocorrendo dúvidas quanto ao tempo de serviço do empregado, serão as mesmas submetidas à Justiça do Trabalho.

Art. 36: Os produtores de cana e de açúcar para efeito de pagamento de feriado remunerado, reconhece os seguintes dias: Sexta Feia da Paixão, Corpo de Deus, Assenção do Senhor, Dia do padroeiro do Município, Dia da Emancipação Mundial (ou outro a ser combinado) 19 de janeiro, 24 e 29 de junho, além dos nacionais, que serão os seguintes: 21 de abril, 19 de maio, 7 de setembro, 15 de novembro, 25 de dezembro, salva lei municipal em contrário.

(Art. 5 Normas especiais 20/11/1963.)

Art. 37: Está desde logo esclarecido que permanecem em vigor, para quem ainda não cumpriu, os artigos 7º e 8º e seu parágrafo único, do ACORDO SALARIAL de 20 de novembro de 1963, além da plena vigência do artigo 1º do mesmo acordo.

Art. 38: O presente Contrato Coletivo de Trabalho na lavoura canavieira de Pernambuco ratifica o ACORDO SALARIAL de 20/11/1963 e a proposta conjunta das Tabelas de Tarefas do Campo de 1963

Recife, 19 de novembro de 1964

Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de Pernambuco (ilegível)

Presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco (Severino Manoel Soares)

Homologação: Homologo o presente Contrato Coletivo de Trabalho, para que produza os efeitos legais, levado a efeito entre as partes nos termos do artigo 1º da Portaria Ministerial nº 39 de 30 de março de 1957.

PUBLIQUE-SE

Recife, 20 de novembro de

1964

Haroldo Vellozo Furtado

Delegado Regional do Trabalho.

Impresso em offset Centro Arquidiocesano de Publicidade, Rua do Giriquiti, 48 Recife Pernambuco

Carta do Ministro do Trabalho ao Presidente da República. Ref. EM CK/OB/Nº439²⁹⁵⁹
11.11.1964

Exc. Sr Presidente da Republica

1. Dentro dos problemas do Ministério do Trabalho reclama cuidados especiais à situação que se apresenta no Nordeste do Brasil, onde as condições socio-políticas vêm dificultando o real entrosamento dos trabalhadores no sistema legal brasileiro.
2. Problema permanente e que, por isso mesmo, permitia fosse o operário amanhado em áreas diversas pelos extremistas, têm seus aspectos sobremodo acentuados no momento.
3. Visando equacionar, dentro do mais breve tempo, os problemas que ali reclamam a atenção do governo, determinei a ida àquela região de comissário de minha confiança, o Procurador Armando de Brito, cujo minucioso relatório, anexo a esta, retrata, não obstante o curto período de inspeção, a verdadeira situação em que se encontram os trabalhadores no Nordeste.
4. A ação impatriótica de empregadores, que se aproveitam das indecisões iminentes aos períodos pos-revolucionários, vem recusando-se direito e garantias asseguradas ao trabalhador, em nossa legislação, mantendo-se os operários no mais lamentável estado de espírito, em que domina o desalento no dia de hoje, a desesperança no futuro e a indisfarçada desconfiança na ação das autoridades.
5. Acentua aquele relatório infrações que se multiplicam e que de outros lados, também chegam ao conhecimento deste Ministério. Assim, no âmbito do Estatuto do Trabalhador Rural, traduzem-se nas anotações fraudulentas com a subtração de 20 e até 30 anos, no tempo das relações empregatícias. Referem-se também à expulsão, por meio de ação de despejo, nas mais desumanas condições, de trabalhadores radicados, desde longos anos, à terra que cultivam. São apontadas numerosas outras infrações à lei, como a falta de recolhimento das férias e dias de repouso, a não observância ao instituto das férias e não pagamento do 13º salário correspondente ao ano de 1963 e a falta de Carteira Profissional devidamente anotada.
6. Como vê Vossa Excelência, são as mais rudimentares conquistas do trabalhador que estão ausentes naquela região, constituindo-se isso, sem dúvida, pesado ônus a ser imputado à Revolução, caso medidas concretas e imediatas não sejam adotadas, a fim de salvaguarda-las.
7. A eficiente atenção das Forças Militares sediadas na região, bem como a fraterna interferência de elementos do Clero, têm sob certos aspectos e em certos lugares, conseguido modificações benéficas. É valiosa cooperação que, entretanto, por sua própria natureza, não constitui motivo bastante para desobrigar da ação este Ministério. Indispensável se torna a presença da autoridade competente, do modo que tais situações sejam enfrentadas e resolvidas, impondo-se a observância da lei e, assim se recupere a confiança dos trabalhadores na ação do Estado.
8. Existindo um órgão com atribuições que permitem cumprir tão complexa quanto importante missão, tenho a honra de sugerir a V. Excia. a criação de uma Comissão Especial, constituída de elementos de confiança do Governo e de reconhecida competência, a qual será dotada de todos os meios necessários ao desempenho de tão séria missão.
9. A Comissão seria constituída de um representante deste Ministério do Trabalho e Previdência Social, de um representante do Ministério da Justiça e de um representante da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional e investigado (sic) autoridade indispensável para uma ação corregedora, fiscalizadora e vigilante no sentido de, em prazo razoável que for fixado, que poderá inicialmente de 90 dias, suscetível de prorrogação a critério de V. Excia. promover a revisão das condições de trabalho naquelas regiões com a observância integral das normas legais vigentes.²⁹⁶⁰

Sirvo-me do ansejo para renovar a V. Excia. protestos do meu mais profundo respeito.

Arnaldo Lopes Sussekind

²⁹⁵⁸ SSP 28733 – DOC. 2-3

²⁹⁵⁹ Cópia transmitida à SSP pelo General Comandante do IV Exército.

²⁹⁶⁰ A Presidência da Republica instituiu essa Comissão Especial de Estudo das Condições Sociais no Nordeste (CESCNE) cuja composição permaneceu de acordo com o pedido do Ministro do Trabalho, sendo os seus membros designados por decreto. Ela tinha 90 dias para elaborar um parecer. O artigo 1º do texto de seu mandato reza que ela foi criada “com a finalidade de observar as condições sociais do trabalhador em toda a região Nordeste, tendo em vista especialmente os direitos e obrigações decorrentes das leis trabalhistas e de previdência social”. SSP 28733.

Cópia do Relatório de Atividades da

Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco, no ano de 1964

Desde a eleição da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, realizada no mês de dezembro de 1963 até o dia 31 de março, a Federação esteve sob a liderança dos comunistas. Durante este período de tempo houve muita confusão e greves políticas, que não visavam os interesses dos trabalhadores.

Durante o mês de abril, quase não se fez nada, procurando-se rearticular o Movimento Sindical.

No mês de maio, começaram-se abrir os sindicatos que anteriormente eram dominados pelos comunistas. O Padre Antônio Melo, do Cabo, encarregou-se de indicar as pessoas à Delegacia Regional do Trabalho, para ser interventor nos diversos sindicatos. Sentimos que, embora houvesse declaração da Secretaria de Segurança Pública dando apoio aos sindicatos, havia grande pressão por parte dos empregadores, para que os sindicatos não fossem abertos. Chegaram até a publicar uma “nota oficial” assegurando aos trabalhadores os direitos adquiridos por meio de acordos. Mas infelizmente, os atos não corresponderam com o que foi dito.

Já no mês de Junho, com a maioria dos sindicatos abertos por meio de intervenção, foi que começou a luta para se defender os direitos que se havia adquirido. A Federação a esta altura já sente uma grande dificuldade em coordenar o Movimento Sindical. Os Interventores em sua maioria não eram trabalhadores rurais, por tanto desconhecedores de Sindicatos e das necessidades dos Trabalhadores.

Em julho, já todos os sindicatos estavam de portas abertas, apenas com alguma insegurança, em virtude das sucessivas mudanças de Interventores, que geralmente saíram do Município do Cabo.

Agosto, os Sindicatos estão sob a orientação direta do Padre Melo. Foram encetadas várias campanhas, entre elas, o desconto da mensalidade em folha de pagamento. Nesta campanha conseguiu-se que pelo menos a metade dos empregadores cumprisse com o acordo neste sentido.

No mês de setembro, com alguns sindicatos recebendo a contribuição em folha de pagamento, campanhas outras foram feitas como: aquisição de sede própria, um jeep do ano, dar assistência médica e dentária. Foram também iniciados os estudos para a renovação do Contrato Coletivo de Trabalho.

Outubro foi um mês movimentado, os sindicatos compraram carros, máquinas, sedes próprias, etc. Por outro lado, o Pe. Melo procurava negociar com os empregadores a renovação do Contrato Coletivo de Trabalho. Foram feitas várias reuniões para se saber dos resultados dos estudos, e no final de contas obteve-se um “Contrato” sem a participação dos fornecedores de cana, que até hoje não o querem cumprir.

No mês de Novembro, quando da realização do I Encontro da AgroIndústria de Pernambuco, na presença do Ministro do Trabalho, foi assinado o Contrato Coletivo de Trabalho da Lavoura Canavieira de Pernambuco. Após a sua assinatura, começou a luta para pô-lo em prática. Os Fornecedoros de Cana publicaram nota nos jornais, afirmando que não podiam cumprir o Contrato Coletivo de Trabalho, porque não participaram da discussão do mesmo. Nova mudança operou-se nos sindicatos: mudança de interventores em Junta Governativa.

Dezembro trouxe os rumores de impossibilidade alegada pelos empregadores para o pagamento do 13º mês de salário, caso não houvesse financiamento governamental. A Federação concretizando seu objetivo de defender os direitos dos trabalhadores tratou de movimentar-se, pressionando os empregadores no sentido do pagamento do citado salário.

Encetou, então, um movimento grevista, estritamente dentro das normas legais, realizando-se assembléias nos sindicatos nesse sentido. Houve, por consequência, a celebração de acordos, culminando com o realizado entre a Federação e a Associação dos Fornecedoros de Cana de Pernambuco, com a presença do representante do Exmo Sr Ministro do Trabalho, Sr Dr Antonio Benedito Priolly.

Dados especiais

Em 1964 foram admitidos os seguintes sindicatos: Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de: Água Preta, Amaragi e Chã Grande, Belém de Maria e Lagoa dos Gatos, Catende, Cortês e Bonito, Ferreiros e Camutanga, Goiana, Igarassú e Itamaracá, Ipojuca, Camela e Nossa Senhora do Ó, Itaquitanga, Joaquim Nabuco, Maraial, Ribeirão, São José da Coroa Grande e Serinhaém.

Não houve eliminação de sindicatos em 1964

Recife, 08 de março de 1965

Ass. Severino Manoel Soares, Presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco.²⁹⁶¹

Cadernos do Camponês

3

ESTATUTO DA TERRA

²⁹⁶¹ Cada folha é assinada pelo presidente em tinta azul.

“CAMPONESES DO NORDESTE!”

O Serviço de Orientação Rural (SORPE) tem a imensa satisfação de publicar o ESTATUTO DA TERRA em edição definitiva.

Joaquim Nabuco, o abolicionista, a em seu tempo, vitorioso contra a escravidão, advogava a libertação das terras. A Reforma Agrária tem sido assim um tema antigo, muitas vezes discutido em clima de conflito e paixões das mais violentas: o apego do homem à propriedade da terra.

Agora o Governo promulgou a Lei 4504 - o Estatuto da Terra - que visa não somente a divisão das terras, mais também o Desenvolvimento Rural.

Este Estatuto da Terra, cremos, não preencheu todas as necessidades do trabalhador agrícola. No entanto, é um grande passo positivo para uma estruturação agrária racional, mais eqüitativa e mais produtiva para o País.

Lamentamos que tenha sido mutilada uma das emendas que apresentamos ao Anteprojeto do Estatuto da Terra (Título III, Capítulo IV, Seção II, artigo 98, item XIII) - “A todo aquele que ocupar um imóvel rural nas áreas prioritárias, caracterizadas como “propriedade familiar”, de acordo com as normas deste Estatuto (Art 4.-II) por mais de 5 anos, sob qualquer forma de arrendamento, é assegurado o acesso definitivo a esta propriedade, cabendo a solução legal definitiva ao órgão competente do Governo”. Esta emenda, se aprovada, viria dar segurança a milhares e milhares de famílias camponesas. Entretanto com apenas 2 palavrinhas acrescentadas (Título III, capítulo IV artigo 95 - XIII) o Congresso Nacional destruiu a emenda, aprovando algo de inócuo e contraditório.

Esperamos, porém, que o Presidente da República restaure a emenda em toda a sua pujança, mandando retirar aquelas duas palavras. Assim deveria ficar redigido o item XIII do art. 95: “a todo aquele que ocupar, sob qualquer forma de arrendamento por mais de cinco anos, um imóvel rural em área prioritária de Reforma Agrária, é assegurado o direito de acesso à terra.”

Há no Brasil, e de uma maneira particular no Nordeste, milhares de famílias que vivem em terras arrendadas há 10, 20, 30, 50 anos, com filhos e netos nascidos e criados nessas glebas de dimensões familiares. As suas vidas estão ligadas a esta terra, cujas árvores por eles plantadas nasceram com as suas crianças, com elas cresceram... têm a sua mesma idade.

A retirada dessas famílias, além de desumana, é anti-social. De fato, despejados de suas terras, não conseguirão mais um novo sítio. A experiência de trabalho de suas vidas é unicamente o cultivo do solo. Expulsos de suas terras nada mais lhes resta que engrossarem as fileiras dos marginais da sociedade, com todos os problemas que isto acarreta: sub-emprego, favelas e mocambos, embriaguês, roubos e furtos, delinquência juvenil, migração aventureira, prostituição, vergonha dos velhos que antes possuíam uma família honrada, hoje desfeita. Muitos se suicidam.

A retirada dessas famílias de suas terras, além de desumana e anti-social, é anti-econômica. De fato, dada a desorganização de nossa agricultura, são ainda essas famílias de pequenos rendeiros, foreiros, condiceiros, que abastecem as nossas feiras livres e mercados de gêneros de primeira necessidade. A retirada dessas famílias causará um impacto no abastecimento: os preços aumentarão assustadoramente, gravando nos salários dos operários e das classes mais humildes, aumentando a inflação e levando as famílias operárias ao desespero.

Esta situação de desespero trará a inquietação social (menos pão na mesa dos pobres) e será a causa da revolta desses homens contra a lei e contra aqueles que permitiram tamanha injustiça. Daí para o ódio e apenas um passo. Mais um passo e serão presas fáceis do comunismo, ameaçando a própria segurança nacional. O descrédito dos órgãos sindicais aos quais pertenciam e que não os puderam defender será mais uma perda para a democracia. O movimento de 31 de março será assim, interpretado como um movimento armado contra pobres famílias indefesas, jogadas com seus filhos e seus pertences na rua.

Estas famílias, antes religiosas, celeiros de honestidade e bravura, de repente jogadas nas grandes cidades tornam-se indiferentes. Que mal maior que uma família sem religião num país que se afirma cristão?

Conforme o Anteprojeto de Lei do Estatuto da Terra, em seu art. 2º, especialmente nos §§ 2 e 3 que consagram ao agricultor o “direito de permanecer na terra que cultiva” e “O ACESSO A PROPRIEDADE DA TERRA ECONOMICAMENTE UTIL, DE PREFERENCIA NOS LOCAIS ONDE HABITA”, ficará esta lei

²⁹⁶² Publicação no mesmo formato que o nº 2, com cobertura azul. SSP 28.688 – Doc 89-126

apenas no papel, sendo mais uma frustração para o povo, caso não se coloque o inciso XIII que concretize os objetivos desta lei.

Acreditamos na boa intenção do Governo Federal e acreditamos mais ainda que está firmemente decidido a colocar na Reforma Agrária o ponto alto do seu Governo. Disto é prova as desapropriações de Inhamã, Quatis e das terras da Usina Caxangá. É o início da Reforma Agrária.

Resta-nos agora unir todas as forças vivas do País, especialmente do Nordeste, para equacionarmos os inumeráveis e imensos problemas decorrentes do Estatuto da Terra e da Política de Desenvolvimento Rural, para apresentarmos soluções definitivas e urgentes.

Sabemos que por mais prioridade que dermos, não solucionaremos tudo a curto prazo. Temos, porém, que agir com a máxima urgência possível, porque disto depende vidas humanas de crianças, adultos e velhos, o desenvolvimento do Nordeste e do próprio Brasil”.

Recife, 28.5.1965

Padre Paulo Crespo.

Cópia do Ensaio de um Relatório Administrativo²⁹⁶³

Foram as dificuldades encontradas nesse setor. Podemos dizer que nos anos de 1963 e 1964 até março, não houve preocupação com o problema administrativo, pois lutávamos tremendamente pelo problema da liderança: Ou nós, ou os comunistas. Após a Revolução, nós, diretores deste Órgão de Classe, procuramos acompanhar os objetivos da mesma, dando uma tonalidade de seriedade e cumprimento do dever, aos nossos trabalhos. Reuniões sucessivas foram feitas no sentido de conseguirmos uma melhor forma para o andamento da Federação. Concluímos ser necessário uma organização interna, logo efetuada na contabilidade, Assessoria Jurídica, Assessoria Sindical e Escritório.

Os sindicatos cujas interventorias, nem sempre representavam os interesses da Classe, foram tendo orientação sindical, constante e proveitosa, haja vista o conseguido em apenas seis a oito meses de atividades. Diretores de 36 sindicatos frequentavam quase diariamente a Federação, vinham uma vez por mês à Assembléia de Representantes, traziam os casos mais graves para que fossem resolvidos pela Federação ou por ela encaminhados aos órgãos competentes, pagavam mensalmente suas contribuições previstas nos Estatutos. Viviam, numa palavra, interessados por um mesmo ideal, embora fossem eles interventores. Enquanto isto, fazíamos o possível para atender a todos: assim é que aumentamos a equipe jurídica, formamos uma equipe contábil: tanto uma como outra tinham o dever de visitar e desenvolver seu trabalho nos Sindicatos. Para uma melhor organização dividimos os sindicatos por regiões levando em consideração as juntas de conciliação e julgamento situadas em alguns municípios do Estado. Na contabilidade idealizávamos o mesmo programa e chegamos a cumprí-lo em parte, pois já havíamos conseguido contabilistas para Escada e Goiana, os quais contabilizavam os documentos das duas cidades vizinhas. Montamos, outrossim, na Federação um escritório contábil mais completo que fazia também a contabilidade de vários sindicatos e orientava os demais.

Quanto à equipe jurídica, essa se locomovia diariamente para o interior pernambucano em transporte dos sindicatos que vinham apanhá-los na Federação com excessão (sic) das segundas feiras, quando realizávamos uma reunião com todos os advogados para tratarmos do andamento dos sindicatos, das campanhas a enfrentar, dos problemas mais complicados do Direito em relação à Classe, etc... Essa maneira de atuar facilitava sobremodo o entrosamento com os sindicatos. O trabalho não era pouco se considerarmos que um Advogado não pode dar contra de um Sindicato Rural, e nós tínhamos 36 Sindicatos com apenas 13 advogados, incluindo-se os estudantes. A situação tornou-se mais difícil quando em uma das Assembléias, quando já minava o divisionismo, os Sindicatos pressionados por uma voz mais forte que não era a camponesa, admitiram a idéia de não mais vir buscar os advogados na Federação, pois os gastos eram enormes, dizia o defensor da tese. Sem querermos entrar no mérito da questão, apenas relatamos que o Órgão máximo agüentou a pressão vinha inclusive dos advogados em não aceitarem o novo plano e fizemos com eles, mesmo a contra gosto, empreendessem a aventura de resolver os problemas jurídicos dos Sindicatos utilizando-se do transporte coletivo. Daí por diante, as reclamações da falta de advogados nos Sindicatos e nas audiências se fizeram sentir mais exigentes e freqüentes sem que pudéssemos dar jeito e contornar tal situação, o que provocou a ordem de não pagamento à Federação, das contribuições que lhe eram devidas pelos Sindicatos, voltando a mesma ao estado inicial, sem meios de solucionar as causas a ela impostas ou requeridas.

O que convém destacar dentro desse clima de trabalho, onde demonstrávamos querer alguma coisa em proveito dos nossos irmãos do campo, é o que realizamos administrativamente em pouco mais de seis meses: a Equipe jurídica, a equipe contábil, uma assessoria sindical responsabilizando-se por todos os problemas político-

²⁹⁶³ SSP 28.707

sindical, bem como do funcionamento geral dos Sindicatos, um almoxarifado com qual atendíamos satisfatoriamente o Trabalhador Rural no que ele pretendesse para o seu Sindicato, dispensando-o assim das explorações comerciais e viagens dispendiosas; mantemos um escritório de administração geral com o qual nos acolhemos, encaminhamos e resolvemos diversos trabalhos como também orientamos os Presidentes na organização do próprio sindicato, além dos nossos contínuos desempenhando também eles papel de responsabilidade, pois o slogan mais pregado e reclamado pelo Órgão está assim expresso: O dinheiro com o qual nos pagamos é do Trabalhador Rural, deve ser revertido em seu benefício.

Na intimidade dos nossos negócios estão as firmas a relatar o quanto devíamos e como conseguimos paulatinamente nos desvencilhar dos débitos a troco de constantes viagens e “deixe para amanhã”. Assim mesmo, conseguimos erguer a cabeça para novas compras: maquinas de somar, birôs, estantes, arquivo e demais artigos para condições mínimas de trabalho em Escritório. Saudamos grande dívida para com os Institutos de Previdência, como também legalizamos todos os nossos funcionários. Fizemos várias campanhas e suportamos firmes as investidas que nos ofereceram até agora, embora não possamos concluir estarmos em dia atualmente como vínhamos até a última tentativa para destituir a Diretoria legalmente eleita e incólume ante os princípios sanadores da Revolução de 31 de março.

São os traços rápidos de todo um ano de luta e transtornos. Encontramo-nos, porém, tranquilos. De nossas omissões nem sempre fomos culpados. Do que não realizamos, somente conhecedor da realidade da Federação é que se teria uma resposta por que não fizemos. O certo é que nos poucos sacrifícios que enfrentamos para vermos altos e salvos nossos objetivos que são objetivos do Trabalhador Rural.

Recife, 16 de junho de 1965.

Assinado: Severino Manoel Soares,²⁹⁶⁴

Presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco

COMPANHEIROS CAMPONESES DE PERNAMBUCO E DO NORDESTE²⁹⁶⁵

A classe dos camponeses está passando um tempo muito pesado. Acima de tudo ainda preparam uma greve para arrumar dinheiro para os usineiros e nós continuamos desempregados, doentes e com fome. É preciso tomar uma posição e avisar ao nosso Presidente Castelo Branco que é quem pode resolver a situação.

AGORA NA ÉPOCA DA SAFRA A GREVE VAI. Vamos fazer o feitiço cair por cima do feitiçeiro.

Vamos pedir ao Presidente Castelo Branco que olhe para nossos filhos que estão morrendo de fome e nos dê terra para trabalhar, nos dê REFORMA AGRÁRIA.

Só vai agindo forte, fazendo uma intervenção das Forças Armadas do Presidente Castelo Branco nas Usinas para saber para onde vai tanto dinheiro e para ver os sofrimentos e as misérias que fazem com os pobres camponeses filhos de Deus.

Nós queremos é trabalhar. Nós queremos um Brasil que tenha comida, roupa e escolas para nossos filhos.

Não queremos comunismo não, pois o comunismo não quer saber de Deus e nós sem Deus não somos nada.

Vamos passar uma escrita, um telegrama para o Presidente Castelo Branco para que só dê dinheiro a quem merecer e que venha ver nossos sofrimentos: Tanta terra boa, tanta água, tanta gente com vontade de trabalhar e sem terra para plantar.

Só vai o Presidente botando a mão em tudo isto, fazendo desapropriação das terras e distribuindo com os pobres.

Assim como as Forças Armadas salvaram o povo da anarquia dos comunistas também poderá salvar da fome os trabalhadores nordestinos.

Essa é a palavra de animação da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco aos companheiros sofredores.

Qualquer coisa que precisarem nos procurem na nossa sede que fica na rua do Sossego, nº 81 - Recife, pois estamos à disposição de todos.

Tudo pela REFORMA AGRÁRIA para matar a fome do Nordeste!

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PERNAMBUCO

Recife, 24 de agosto de 1965.

Doc. Nº 57020 de 11 de outubro de 1965

²⁹⁶⁴ Cópia carbono assinada com caneta azul em cada página.

²⁹⁶⁵ SSP 28.688 – Doc.07

**Dispõe sobre a concessão de terra ao
trabalhador rural da lavoura canavieira e dá outras providências**

2966

O presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, inciso I da Constituição e CONSIDERANDO o que dispõe o art. 23 do Decreto-lei nº 6969 de 19 de outubro de 1944;
CONSIDERANDO que a estabilidade da ocupação é essencial ao citado propósito e, ao mesmo tempo, de alta conveniência à produção agrícola que existe continuidade e cuidados constantes;
CONSIDERANDO que em determinadas áreas do País, a aplicação do disposto no art. 23 do Decreto-lei número 6969 de 19 de outubro de 1944, poderá significar, para os trabalhadores rurais a que alude, uma complementação de salário, interessando a toda a família dos mencionados trabalhadores, com repercussão nos custos sociais;
CONSIDERANDO finalmente, que a localização dos trabalhadores rurais nas proximidades de seu local de trabalho, é fator de maior produtividade, decreta:

Art. 1º - O trabalhador rural da lavoura canavieira, com mais de um ano de serviço contínuo, terá direito à concessão a título gratuito, de uma área de terra próxima à sua moradia, suficiente para a plantação e criação necessárias à sua própria subsistência e a de sua família.

§ 1º - A área a que se refere este artigo terá a dimensão de até dois hectares e ficará situada, de preferência, nas proximidades da moradia do trabalhador e em distância não superior a três quilômetros.

§ 2º - Na fixação da área a que se refere este artigo, levar-se-á em conta a família de cada trabalhador e os limites estabelecidos no parágrafo anterior.

Art. 2º - Atendendo às condições locais e aos fins sociais da lei, os trabalhadores referidos no artigo anterior poderão agrupar-se, estabelecendo-se área para exploração coletiva, mediante associação cooperativa destinada à criação de pequenos animais e ao cultivo de lavouras de subsistência.

§ 1º - As cooperativas, organizadas para os fins deste artigo, receberão assistência técnica dos órgãos dos governos e terão acesso às fontes oficiais de crédito que as atenderão, na medida da exequibilidade dos planos propostos.

§ 2º - A assistência técnica e financeira, a que se refere o parágrafo anterior, será igualmente prestada aos trabalhadores não associados de cooperativas.

Art. 3º - Será facilitada, pelos órgãos próprios do Governo, a obtenção de matrizes e sementes necessárias à exploração, pelo trabalhador, da área de terra que lhe for deferida nos termos deste decreto.

Art. 4º - Na distribuição das áreas referidas neste decreto, dar-se-á a preferência às terras economicamente menos indicadas à cultura de cana e mais adequadas à criação de animais e cultivo de lavoura de subsistência.

Art. 5º - Os resultados obtidos, pelos ocupantes das áreas de que trata este decreto, serão considerados pelas Comissões Agrárias, a que se refere o artigo 42 do Estatuto da Terra, ao manifestarem-se sobre a lista de candidatos selecionados para a adjudicação de lotes em projetos de Reforma Agrária, respeitada a ordem de preferência estabelecida no artigo 25 do referido Estatuto.

Parágrafo único - Verificado que o trabalhador rural, contemplado com a concessão da área, não deu a esta o cultivo adequado, ser-lhe-á cassada a concessão e redistribuída a mesma área a outros trabalhadores rurais, se os houver.

Art. 6º - No caso de dispensa, de forma amigável ou mediante decisão da Justiça do Trabalho, será devolvida, ao proprietário ou arrendatário da terra, a área que tiver sido concedida ao trabalhador rural dispensado.

§ 1º - No caso de exploração coletiva, prevista no artigo 2º, caberá à cooperativa indicar a localização da área a ser devolvida, na periferia, quando se tratar de parcela de um conjunto de áreas contíguas.

§ 2º - Em qualquer hipótese, terão, a cooperativa ou o trabalhador individual, direito ao prazo necessário à colheita de sua lavoura e venda dos animais, ou à indenização pelo valor correspondente aos aludidos bens.

§ 3º - Não haverá devolução de área, se a cooperativa, no prazo de noventa dias, substituir o trabalhador dispensado por outro ou se o empregador criar obstáculo a essa substituição.

Art. 7º - O Instituto do Açúcar e do Alcool, dará execução ao presente decreto mediante ato do seu Presidente.

Art. 8º - Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de outubro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.
H. Castello Branco
Publicado no Diário Oficial da União de 13/10/1965, seção I, parte I.

CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO 1965

2967

Contrato Coletivo de trabalho rural que, entre si firmam, de um lado Sindicato da Indústria do Açúcar e o Sindicato dos Cultivadores de Cana, ambos do Estado de Pernambuco, e, de outro, a Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco, esta autorizada pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Estado, conferem documentos de aprovação arquivados na Delegacia Regional do Trabalho, representadas tais entidades pelos respectivos presidentes, estabelecendo reguladores das relações de trabalho nos termos que se seguem, com a interveniência do Instituto do Açúcar e do Alcool.

1º - O presente contrato coletivo de trabalho se aplicará aos trabalhadores rurais integrantes da categoria profissional vinculada à atividade representada pelo Sindicato da Indústria do Açúcar e pelo Sindicato dos Cultivadores de Cana, ambos do Estado de Pernambuco.

2º - Após a homologação do contrato pela autoridade competente, nenhum dos termos poderá ser alterado antes de decorrido o prazo de vigência nela estipulado.

3º - A jornada normal de trabalho a que se obriga o trabalhador rural vinculado ao presente contrato será de oito horas, ressalvada a hipótese prevista na cláusula seguinte, ao que se refere aos tarefeiros.

4º - Na 1ª sub-região do Estado de Pernambuco (9ª região do Salário Mínimo), os trabalhadores tarefeiros ficam obrigados a executar as tarefas constantes do contrato coletivo de trabalho assinado em 20 de novembro de 1964, homologado pelo Delegado Regional do Trabalho do Estado de Pernambuco, dentro da jornada de seis (6) horas, ressalvadas os itens (tarefas) constantes da relação anexa a este instrumento, cuja adequação a essa jornada ficará condicionada à resolução a ser adotada pela Comissão instituída pela cláusula décima.

5º - As tarefas executadas na forma da cláusula anterior serão remuneradas na base do salário-mínimo-hora de Cr\$ 215 (duzentos e quinze cruzeiros), prevista na tabela aprovada pelo Decreto Nº 53.803, de 26 de fevereiro de 1965, assegurando-se sempre o salário diário de Cr\$1.320 (hum mil trezentos e vinte cruzeiros) como remuneração básica das tarefas executadas na jornada de seis horas de trabalho.

6º - Caberá ao empregador, tendo em vista as peculiaridades do serviço, a fixação do início e do término da jornada de trabalho.

7º - O trabalhador que, após a conclusão das tarefas dentro da jornada de seis (6) horas, tiver interesse na realização de outra tarefa ou serviço no mesmo dia, observada a duração global de seis (6) horas de trabalho, perceberá por esse serviço complementar o salário-mínimo de Cr\$215 (duzentos e quinze cruzeiros) por hora.

8º - As horas excedentes da jornada de trabalho referidas nas cláusulas 3ª (oito horas) e 4ª (tarefas para seis horas), quando resultando da determinação do empregador, na forma da legislação sobre trabalho extraordinário, serão pagas com o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor do salário-mínimo-hora.

9º - Para os trabalhadores sujeitos a tarefas, nas férias deverão ser calculadas sobre a média salarial percebida no período aquisitivo; o repouso remunerado a que tiver direito será pago na base das respectivas jornadas efetivamente trabalhadas; e o 13º salário (gratificação de Natal) calculado de acordo com a legislação em vigor.

10º - Mediante portaria interministerial será constituída uma Comissão, composta de um representante do Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de Pernambuco, um do Sindicato dos Cultivadores de Cana do Estado de Pernambuco, um da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco, um do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Estado de Pernambuco, cuja investidura for a mais antiga, um Agrônomo indicado pelo Ministério da Agricultura, um do Instituto do Açúcar e do Alcool, presidida esta Comissão por um representante do Ministro do Trabalho e Previdência Social, com a finalidade de, no prazo máximo de 10 (dez) dias, prorrogável, se necessário, por 5 (cinco) dias, fazer nas tarefas constantes da relação anexa, devidamente autenticadas pelas partes contratantes, de modo a ajudá-las, visando a sua exequibilidade, na jornada de trabalho de 6 (seis) horas.

11º - Os menores de 16 (dezesseis) anos e maiores de 14 (quatorze) anos receberão a metade do salário do trabalhador adulto, obrigando-se à execução, pela metade, das tarefas dos adultos.

12º - A liquidação das diferenças salariais por ventura devidas pelos empregador até o limite de Cr\$39.600 (trinta e nove mil e seiscentos cruzeiros) mensais, será feita mediante pagamentos mensais, até o dia 20 de cada

²⁹⁶⁷ Cópia de qualidade muito precária, em papel marrom escuro, quase ilegível. Não comporta tabela de tarefas. SSP 28.707.

mês, correspondendo cada pagamento a 2 semanas vencidas, fixado o vencimento da primeira parcela para trinta dias após a vigência deste contrato.

13º - As parcelas complementares das diferenças salariais devidas aos trabalhadores, até a vigência deste contrato, isto é, a diferença entre o salário mensal de Cr\$ 39.600 referidos na cláusula anterior, e o salário-mínimo de Cr\$51.600, serão pagas pelo Governo Federal, servindo o Instituto do Açúcar e do Alcool de intermediário, mediante concessão de subsídio no valor de Cr\$1.032, por tonelada de cana efetivamente moída pela Usinas e seus fornecedores, e equivalente a Cr\$688 por saco de açúcar cristal, considerado o rendimento médio de 90kg por tonelada.

§ 1º - A utilização do subsídio no efetivo pagamento dos atrasados será fiscalizada pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social em articulação com o IAA.

§ 2º - Mediante reclamação de Sindicato dos Trabalhadores Rurais de respectivo município à Delegacia Regional do Trabalho verificado que o empregador deixou de efetuar o pagamento das parcelas que cogita esta cláusula, será imediatamente suspenso o subsídio concedido para esse fim pelo Governo, bem como quaisquer financiamentos, até a efetivação do pagamento das correspondentes parcelas de salário vencidos.

§ 3º - O primeiro pagamento dos subsídios resultantes dos recursos financeiros concedidos pelo Governo Federal, será procedido pelo IAA, 15 dias após o recebimento dos referidos recursos e abrangerá o período de produção da safra 1965/66, até a quinzena anterior. Os demais pagamentos serão feitos quinzenalmente e compreenderão a produção de cana moída na quinzena anterior.

§ 4º - Fica entendido que os produtores aqui representados aceitam o subsídio como suficiente para a cobertura dos salários atrasados, afastada qualquer discussão futura sobre o quantum do referido subsídio.

14º - Quando o trabalhador executar, a contento do empregador, sua respectiva tarefa em tempo menor do que o previsto na cláusula 4a, será dispensado do serviço pelo tempo restante da jornada, sem prejuízo da remuneração em Cr\$1.320 (hum mil trezentos e vinte cruzeiros).

15º - O presente contrato não se aplica aos trabalhadores e às empresas da segunda sub-região da 9ª região do salário mínimo no que diz respeito à jornada de seis horas e respectiva remuneração, as disposições da cláusula treze, bem como à revisão de tarefas.

16º - É reconhecido ao empregador, observado o disposto neste contrato quanto a salário-hora, hora de serviço e tarefa, o direito de contratar trabalhadores por obra certa ou prazo determinado.

17º - Fica o empregador obrigado a ceder, a título de empréstimo gratuito (comodato) ao trabalhador com mais de um ano de serviço na empresa, uma área de terra próxima à sua moradia, destinada à lavoura de subsistência e à pequena criação, para manutenção própria e de sua família nos termos do art. 23 do Decreto-lei nº 6.969 de 19/10/1944, e da respectiva regulamentação a ser expedida pelo poder competente.

18º - O presente contrato coletivo de trabalho rural, firmado em cinco vias, entrará em vigor dez dias após a data de sua homologação.

Recife,

Relação a que se refere a cláusula Nº 10

A Comissão instituída na cláusula décima promoverá a revisão das seguintes tarefas constantes do Contrato Coletivo assinado em 20 de novembro de 1964

- a) No artigo 8º - plantio de estouro com arado de boi....
- b) No artigo 9º - sulcagem com arado de boi....
- c) No artigo 11º - cobertura de sulco....
- d) No artigo 12º - cavagem de enxada....
- e) No artigo 18º - gradeação com boi....
- f) No artigo 22º - estrovengação de socas sem mato....
- g) No artigo 23º - limpa de camas de planta... limpa correndo a enxada.....
- h) No artigo 27º - corte de semente p/tonelada... idem p/ feixe...
- i) No artigo 28º - corte de moagem (por toneladas)....
- j) Tarefas impugnadas pelo Sindicato dos Cultivadores de Cana, constantes da ata a respeito arquivada na DRT.

Recife, _____

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA ... REPRESENTANTES DA FEDERAÇÃO DOS
TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO²⁹⁶⁸

Ao primeiro dia de novembro de 1966 na sede da FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO sita a rua Camboa do Carmo nº136 2º andar, nesta cidade do Recife, realizou-se uma assembléia Geral Extraordinária com a presença de delegados representantes dos diversos sindicatos rurais, junto à Federação. Precisamente às 10 horas, o Sr Presidente da Federação, Euclides Almeida do Nascimento, abrindo a sessão, declarou instalada em 2ª convocação, em seguida ordenou fosse feita a leitura do Edital de Convocação publicado no Jornal do Comércio no dia 26 de outubro de 1966, que fixava a matéria a ser debatida no dia; 1º aprovação da ata da assembléia anterior; 2º aprovação da adaptação de novo estatuto da Federação; 3º contrato coletivo de trabalho e a Tabela de Tarefas e Cláusulas pertinentes à uma regulamentação. Em seguida, mandou que fosse lida a ata da assembléia anterior, posta em apreciação e votação que foi aprovada por unanimidade. Passando-se ao 2º ponto da ordem do dia, fazendo-se leitura do novo estatuto da Federação para conhecimento de todos; prosseguimento foi posta em votação tendo o mesmo sido aprovado sem discussão. Passando-se ao 3º ponto da ordem do dia que se tratava de estudo de um novo contrato de trabalho, tabela de tarefas, o Sr Presidente passou a fazer as explicações com referência a tabela de serviço do campo, e esclareceu aos presentes que deveria levar no dia 3 de Novembro de 1966 a resposta à DRT. Em prosseguimento, franqueou a palavra aos representantes dos sindicatos; usou da mesma Manoel Santos da Silva, presidente do Sindicato de Vitória de Santo Antão, que assim esclareceu: discordava de qualquer estudo de nova tabela de vez que os Srs Proprietários de engenhos e usineiros até o momento não haviam cumprido nenhum contrato como seja: 63, 64 e 65. Portanto, era inútil perder tempo para estudar um novo contrato, e no dia seguinte não se cumpria. Falou o presidente do Sindicato de Ribeirão, Valdemar Rolim de Melo, que disse: no seu município nenhum proprietário cumpriu os contratos anteriores, os que eles queriam era protelar durante a safra, e no final os trabalhadores são os prejudicados com tarefas exageradas, passando dois dias para tirarem uma em algumas usinas, o trabalhador mesmo por tarefa já está sujeito ao regime de 8 horas de serviço, se ele termina a tarefa antes de vencer 8 horas, fica lá até completar 8 horas sem ter direito a se afastar. Falou o presidente do Sindicato de Jaboatão José dos Anjos Filho que solicita a permanência da Tabela de 64 considerando a mesma como tabela da revolução sem alterações de cláusulas pertinentes a sua regulamentação e imediatamente transformou em proposta a sua solicitação. Ainda falou o presidente do sindicato do Cabo, João Luís da Silva que assim expressou-se: que no seu município os usineiros e proprietários nenhum cumpriu com as tabelas anteriores, nem com as obrigações legais, como seja: 13º mes salário, fêria, salários atrasados como seja de motivo a ser distribuição pelo sindicato 150 ofícios às autoridades, solicitando providências diante desse número apenas duas respostas, recebeu dizendo que havia encaminhado a Delegacia do Trabalho. Em tal situação havia recorrido a Justiça do Trabalho que se achava em média geral com 700 processos ajuizados. Por esta falta de cumprimento com contratos coletivos, discordava de qualquer estudo sobre nova tabela e sim, por diária de 8 horas. Falou o presidente do Sindicato de Nazaré da Mata, Severino Bezerra da Silva, que disse jamais desejar estudar novas tabelas, pois com este negócio era que os patrões prejudicavam aos trabalhadores em sua maioria, não ganhava o salário diária vigente da região em vista das tarefas exageradas por este motivo solicitava diária de 8 horas. Falou o presidente do sindicato de Igarassu e Itamaracá que era favorável à diária (Sr Silvestre de Farias) de 8 horas, transformando em proposta, e não de um novo contrato, na oportunidade fez uso ainda da palavra o administrador do Sindicato de Catende, José Arcanjo da Silva, expressando-se a favor das oito horas dizendo: não adiante mais fazer novo contrato pois não era cumprido o que interessava era a diária de 8 horas haja visto o que está acontecendo na Usina Catende e Roçadinho. Falou o presidente do Sindicato de Timbaúba Severino Manoel Soares que disse: não aceitar mais discutir tabela, pois os proprietários e usineiros até hoje não cumpriram com os contratos anteriores; solicitava assim diárias de 8 horas e não um novo contrato, e fez a seguinte proposta: DIÁRIA DE 8 HORAS E SALÁRIO VIGENTE NA REGIÃO. Ainda foi franqueada a palavra como ninguém quis fazer uso, Sr Presidente disse que ia por em votação as duas propostas, pelo sistema de escrutínio secreto, que para tal havia sido tomada todas as providências cabíveis, em seguida o Sr Presidente convocou Manoel Miguel Pereira, membro mais idoso do Conselho Fiscal e Luis Francelino Damasco para servirem como escrutinadores. Deu início aos trabalhos de votação sobre o sistema de escrutínio secreto e terminando os trabalhos de votação e encerrado pelo Sr Presidente o livro de votantes, o qual consignava o comparecimento à urna de 46 delegados representantes dos sindicatos, deu início ao trabalho da contagem dos votos, constatando-se que o número de sub-cartas coincidia com o de votantes, passou-se aos trabalhos de apuração, verificando-se afinal que os 46 cédulas depositadas aprovaram a diária de 8 horas, como manda a lei trabalhista. Proferido o resultado, o Sr Presidente consultou aos presentes se algum desejava fazer qualquer observação sobre os trabalhos realizados, e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, o Sr Presidente esclareceu aos presentes que na 5ª feira, dia 3 às 15 horas, deveria levar o resultado à Delegacia do Trabalho, que seria feito levando a vontade dos trabalhadores, que era a diária de 8 horas, sem discussão de uma nova tabela. Nada mais havendo a tratar, congratulou-se com os

²⁹⁶⁸ SSP 28.707.

presentes, pela boa ordem da votação durante a qual o sistema de escrutínio secreto foi rigorosamente observado. Em seguida declarou encerrados os trabalhos da presente sessão, e mandou que eu, secretário José Francisco da Silva, lavrasse a presente ata que vai por mim assinada e também pelos demais membros da mesa

Recife, 01 de novembro de 1966

Euclides Almeida do Nascimento - Presidente

José Francisco da Silva - Secretário

Sebastião Antônio Santiago - Tesoureiro

Manoel Miguel Pereira - Escrutinador

Luis Francelino Damasco - Escrutinador.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Exmo Sr Ministro do Trabalho e da Previdência Social²⁹⁶⁹

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco, representando, por unanimidade, a opinião dos trabalhadores rurais, expressa na Assembléia Geral Extraordinária, realizada na sede dessa entidade, em data de 01 de novembro de 1966, conforme comprova a cópia da ata da Assembleia Geral Extraordinaria, anexa, vem expressar a V. Excia a confiança dos trabalhadores no sentido de que o Governo do Marechal Castelo Branco - nordestino de olhos abertos para a região até então desamparada por todos os anteriores Governos da República, conforme comprova o Estatuto da Terra, o INRA, O INDA e recentemente o GERAN; não permitirá que o Trabalhador Rural e sua família, sofra descenso no salário mínimo que a lei lhe concede, ao favor da incúria da indústria açucareira, a requerer o que segue.

OS FATOS

1° - Está demonstrado, através da aplicação sucessiva de tabelas de tarefas para o trabalho na lavoura canavieira, nos anos 1963 - 1964 - 1965 que o empregador inverte em seu benefício o critério firmado nas tabelas, consentido pelos trabalhadores em razão do seu ânimo pacífico, transformando a modalidade de trabalho por tarefa como forma de fugir a obrigação de pagar o salário mínimo contra a simples prestação da jornada diária de oito horas, já que medem tarefas excessivas que o trabalhador leva quase sempre dois dias ou dia e meio para tirar caso não se socorra da ajuda de algum membro da família.

2° - Esse procedimento encontra respaldo na debilidade financeira dos Sindicatos Rurais, incentivada pelos empregadores que negam-se a proceder ao desconto da contribuição devida ao sindicato, e sonegam o Imposto Sindical, no número insuficiente de Juntas de Conciliação e Julgamento (8), e ao estado de total dependência a que fica reduzida a maioria dos trabalhadores sem condições para validamente comprovar em Juízo o abuso do empregador.

3° - A esse mal relacionamento de trabalho, soma-se, agravando-o, o preço exorbitante dos gêneros exigido nos barracões; - xarque, café, açúcar, querosene; e o estado de saúde quase sempre precário do trabalhador e sua família.

O PEDIDO

Por tudo isso e porque:

a - Falta a DRT em Pernambuco meios para fiscalizar, efetivamente, o cumprimento das tarefas

b - Falta aos sindicatos meios para proceder validamente, em toda a área canavieira do Estado, a fiscalização indispensável a tornar válido os pleitos, por desrespeito a tabela, em Juízo.

c - Falta aos empresários rurais da área de cana de açúcar, a necessária mentalidade empresarial, capaz de investir direta e maciçamente em favor do homem, superando formas de relacionamento do trabalho condenados há mais de 30 anos, desde o Estatuto da Lavoura Canavieira.

É que a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco, pede e requer a V. Excia que se digne de expressamente reconhecer o direito do trabalhador ao salário de Cr\$ 54.000 mediante a jornada de oito horas diárias de trabalho, já que atende ao que está prescrito na lei.

Termos em que p/deferimento

Recife, 04 de novembro de 1966

Nascimento

Euclides Almeida do

“I ENCONTRO REGIONAL DOS TRABALHADORES DA LAVOURA CANAVIEIRA”

²⁹⁶⁹ SSP31-496-B

REIVINDICAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS²⁹⁷⁰

“Considerando que à medida que a legislação avançou, a partir do Estatuto da Lavoura Canavieira, conferindo ao trabalhador na agricultura garantias quanto ao uso e posse da terra e relação de trabalho, os empresários rurais cerceiam esses direitos a ponto de, presentemente, ocorrer total proletarização, sobretudo na área da agroindústria canavieira, que estiola no trabalhador a vocação da terra e causa completa desagregação da sua família;

considerando, também, que a promulgação do Decreto Nº 57.020, de 11 de outubro de 1965, sem a competente e necessária regulamentação, intensificou essa proletarização ao ponto agudo em que presentemente se encontram os trabalhadores rurais;

considerando, mais, que o desemprego que ameaça os trabalhadores da agroindústria canavieira, no período da próxima entre-safra, apresenta-se agravado de modo alarmante em decorrência de faltar à família do homem do campo o suporte da terra, que anteriormente supria o desemprego anual do chefe de família;

considerando ainda, que a sugestão de autoria do Dr José Gomes da Silva, Diretor da Divisão de Assistência Técnica Especial, do Instituto Agrônomo de Campinas, que acompanha o presente, sob o título “Idéias Gerais para a regulamentação do Decreto Nº 57.020 de 11/10/65, já se encontra devidamente aprovada no Ministério da Indústria e Comércio, tendo sido debatida e aceita na presente ocasião;

Considerando enfim que a aplicação do plano do Grupo Especial de Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste (GERAN) supõe a existência de famílias de agricultores em condições de receber a oferta da terra e de comprovar a sua experiência agrícola, para aquisição do lote rural, a CONTAG, as Federações Estaduais e os Sindicatos Rurais presentes ao I ENCONTRO REGIONAL DOS TRABALHADORES DA LAVOURA CANAVIEIRA, decidem, como tomada de posição da classe que representam face ao Plano GERAN, reivindicar junto ao Exmo Sr Marechal Arthur da Costa e Silva, às vésperas de sua posse na Suprema Magistratura Brasileira, a imediata aprovação da Regulamentação acima indicada do Decreto 57.020 de 11/10/65, nas bases sugeridas do Exmo Sr Ministro da Indústria e Comércio, como única medida capaz de deter a desorganização da classe rural, a decomposição da família e a anarquia decorrente da acelerada proletarização do trabalhador canavieiro nordestino, o que viria comprometer a própria implantação e execução do Plano do GERAN.

Carpina, 11.3.67

CONTAG, FETAGS²⁹⁷¹

Lista dos participantes entre os quais se nota a presença de um “voluntário da paz” norte-americano.

²⁹⁷⁰ O Encontro tratou de forma privilegiada da discussão sobre o GERAN. O professor Mário Lacerda de Melo, Secretário executivo do GERAN fez um discurso. A seguir, os Sindicatos se posicionaram para o aproveitamento das terras inaproveitadas; indicaram que todas famílias deveriam receber suas parcelas; a solução cabendo ao governo. Quanto ao GERAN, havia necessidade de medidas intermediárias, porque a efetivação estaria muito longe. O Encontro tratou também das JCJ e da questão da posse da terra e da necessidade de apressar a regulamentação a seu respeito. Fascículo I Encontro. SSP 29.679 – Doc. 20-39.

²⁹⁷¹ Euclides do Nascimento assinou como vice-presidente da CONTAG e José Francisco da Silva como secretário da FETAPE.

O Presidente do Instituto do Açúcar e Alcool, no uso de suas atribuições e tendo em vista a decisão de 2/5/1968, do Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

RESOLVE

Cap.I: Da concessão de áreas de terras e de sua distribuição.

Secção 1ª: Da atribuição de áreas

Art. 1º - Os trabalhadores rurais da lavoura canavieira, com mais de um ano de serviço contínuo na empresa (art. 23 do Decreto-lei Nº 6 969, de 19/10/1944 e art. 1º do Decreto Nº 57 020 de 11/10/1965) terão direito ao uso, a título gratuito, de uma área de terra próxima a sua moradia, suficiente à plantação e à criação necessárias à sua subsistência e à de sua família.

§ 1º - A área de terra a que se refere este artigo terá a dimensão máxima de até 2 (dois) hectares e deverá ficar situada, sempre que possível, nas proximidades da moradia do trabalhador e em distância não superior a 3 (três) quilômetros.

§ 2º - Na fixação da área de terra a que se refere este artigo será levado em consideração o número de dependentes do trabalhador, do seguinte modo:

- a) 0,5 (meio) hectare para trabalhador solteiro, viuvo ou desquitado;
- b) 1 (um) hectare para trabalhador viuvo ou desquitado com filho de idade superior a 15 anos;
- c) 1,5 (um e meio) hectare para trabalhador casado;
- d) 2 (dois) hectares para trabalhador casado e com filho de idade superior a 15 (quinze) anos.

Art. 2º - Em cada usina ou propriedade agrícola de fornecedor, as áreas destinadas aos trabalhadores, quer se trate de terras ociosas ou de pousio, poderão ser concedidas:

- a) isoladamente, para cada trabalhador solteiro;
- b) isoladamente, para cada trabalhador e sua família;
- c) em conjunto, mediante concentração de áreas contínuas.

Art. 3º - As empresas industriais, proprietárias das usinas e os fornecedores de cana, poderão, dentro de 90 (noventa) dias deste Ato, em documento dirigido ao IAA, fazer doação de áreas certas e determinadas, em propriedades comuns ou frações de propriedades, a cooperativas que venham a ser constituídas pelos trabalhadores, para os fins de exploração prevista no Decreto nº 57020 de 11/10/65.

§ 1º - As áreas a que se refere este artigo deverão corresponder, no seu conjunto, à soma das áreas individuais, a serem estabelecidas na forma do que dispõe o parágrafo 2º do artigo 1º, não podendo, entretanto, compreender mais de 15% (quinze por cento) da área global pertencente às usinas ou aos fornecedores de cana, de modo a assegurar ao proprietário a exploração econômica da respectiva atividade, procedendo-se, quando necessário, às reduções proporcionais nas respectivas áreas individuais.

§ 2º - A doação de que trata este artigo ficará condicionada à efetiva utilização da área na exploração da lavoura de subsistência, na forma deste Ato, sob pena de reversão da área ao doador.

§ 3º - Tratando-se de usina a ser instalada ou de fornecedor de cana que tenha essa qualidade reconhecida após 2 de julho de 1968, o prazo de que trata este artigo se contará da data do início da moagem ou da decisão do IAA, respectivamente.

§ 4º - As cooperativas organizadas na forma deste artigo receberão assistência técnica dos órgãos do Governo e terão acesso às fontes oficiais de crédito, que as atenderão na forma estabelecida no parágrafo primeiro do artigo 2º do Decreto 57020 de 11/10/65.

Art. 4º - A doação referida no artigo anterior poderá ser feita em áreas situadas em mais de uma propriedade, observadas as normas do parágrafo 2º do art. 1º.

Art. 5º - Quando se tratar de doação de áreas contínuas, na forma do art. 3º, o IAA em colaboração com o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e os órgãos estaduais de cooperativismo, adotarão as providências necessárias à constituição de cooperativas agrícolas para exploração das respectivas áreas.

²⁹⁷² IAA SSP 29823 – Doc. 107.

Art. 6º - As áreas de terras a que se referem os artigos anteriores deverão ser adequadas à utilização agrícola proposta e poderão ser doadas:

- a) diretamente pela usina;
- b) por grupos de usinas de uma mesma zona agrícola;
- c) por fornecedores de cana ou grupo de fornecedores;
- d) por grupos de usinas e de fornecedores de cana de uma mesma zona agrícola.

Art. 7º - As áreas de terras concedidas ao trabalhador rural, nos termos do art. 1º, não poderão ser localizadas a mais de três quilômetros de distância da respectiva moradia, salvo quando se tratar de áreas doadas na forma do art. 3º.

Seção 2ª.: Da classe de terra a serem cedidas

Art. 8º - As terras concedidas segundo os artigos anteriores serão, preferentemente, terras ociosas ou de pousio, as quais por sua situação topográfica sejam economicamente desfavoráveis à cultura mecanizada da cana, porém, adequadas às lavouras de subsistência e à criação de animais.

Art. 9º - Considera-se como terra de pousio aquela na qual a cana tenha sido colhida no ano anterior e deva, segundo a programação da empresa ou do fornecedor, ser plantada no ano seguinte.

Art. 10º - Para os fins deste Ato consideram-se terras ociosas as áreas não utilizadas pelo proprietário na conservação de matas até 20% (vinte por cento) da área da propriedade ou não utilizadas há mais de 1 (um) ano na lavoura de cana, na criação de animais ou na plantação de lavoura permanente, salvo as que pelas suas condições topográficas sejam destinadas à cultura mecanizada da cana de açúcar.

Art. 11º - Nas áreas de pousio não poderão ser plantadas, pelo trabalhador, lavouras de ciclo vegetativo superior a 1 (um) ano.

Parágrafo único - As terras de pousio, cedidas ao trabalhador, deverão estar desocupadas 1 (um) mês antes da data do plantio, prefixada pelo empresário ao fazer a concessão.

Capítulo II: Da exploração das áreas

Seção 1ª: Da exploração individual ou coletiva

Art. 12º - As áreas atribuídas a cada trabalhador e sua família poderão ser concentradas em uma só gleba, exclusiva e contínua, para ser explorada:

- a) pelo trabalhador e sua família, procedendo-se neste caso a delimitação da respectiva área individual;
- b) por grupos de trabalhadores e respectivas famílias, mediante exploração cooperativista ou qualquer outra forma comunitária.

Art. 13º - Quando forem atribuídas áreas mediante doação na forma do art. 3º, a exploração da terra se fará de conformidade com o disposto nos estatutos sociais das respectivas cooperativas.

Art. 14º - Sempre que as áreas forem concedidas para exploração individual, deverão ser delimitadas quando se tratar de áreas isoladas, ainda que situadas em áreas contíguas.

Art. 15º - Na hipótese de exploração comunitária e até que se organize a respectiva cooperativa, os serviços serão regulados na conformidade de normas a serem estabelecidas de comum acordo entre o proprietário e os trabalhadores.

Seção 2ª.: Da exploração agrícola ou pecuária

Art. 16º - Nas áreas concedidas, quer para exploração diretamente pelo trabalhador e sua família, quer para exploração comunitária, em terras ociosas, de rodízio ou de pousio, poderá o trabalhador cultivar lavouras de subsistência de ciclo vegetativo não excedente de um ano e criar animais de pequeno porte, inclusive uma vaca, na corda.

§ 1º - O trabalhador será indenizado no caso de despedida injusta devidamente comprovada pela Justiça do Trabalho, quando tiver realizado, às suas expensas, a plantação a que se refere este artigo.

§ 2º - Caberá ao IAA apurar o valor da indenização, no caso de desacordo entre as partes, segundo normas a serem oportunamente expedidas.

Art. 17º - Nenhuma restrição haverá quanto ao cultivo da lavoura de subsistência de ciclo vegetativo inferior a 12 (doze) meses, quando se tratar de áreas doadas na forma do art. 3º para exploração comunitária ou cooperativista, sujeito, porém, à orientação técnica do Governo, de acordo com normas a serem baixadas pelo IAA.

Art. 18º - O IAA providenciará junto aos órgãos governamentais a obtenção de matrizes e sementes necessárias à melhor exploração das áreas referidas nos artigos anteriores.

Capítulo III: Da doação de áreas e construção de moradias

Art. 19º - Quando as áreas destinadas aos trabalhadores resultarem da doação, na forma do art. 3º, poderão as moradias ser transferidas para as propriedades doadas, e serão construídas de conformidade com planos habitacionais aprovados pelos órgãos especializados do Governo.

Parágrafo Único - Para os fins deste artigo o IAA manterá entendimentos com o Banco Nacional da Habitação e outros órgãos do Governo, para aprovação de planos de financiamento de habitações populares.

Capítulo IV: Da revogação da concessão

Art. 20º - Verificado que o trabalhador rural contemplado com a concessão de terras para exploração individual ou familiar não deu à mesma o cultivo adequado, será revogada a concessão.

Parágrafo único - Na hipótese a que se refere este artigo, o trabalhador rural somente terá direito à concessão de nova área após decorrido um ano de serviço contínuo na empresa.

Art. 21^o - Será igualmente revogada a concessão da área nos casos de abandono de emprego e de dispensa amigável ou judicial do trabalhador, assegurados os direitos de indenização a que se refere o parágrafo 2º do art. 6º do Decreto nº 57020 de 11.10.65.

Art. 22^o - A revogação da concessão da área, salvo acordo entre as partes, será processada, perante o IAA, a requerimento do proprietário, e se efetivará mediante despacho do Delegado Regional, com recurso voluntário, sem efeito suspensivo, para o Presidente.

Art. 23^o - Nos casos de exploração comunitária ou sob a forma cooperativista, a revogação da concessão se fará segundo as normas que forem estabelecidas em cada caso, ou constantes dos respectivos estatutos sociais.

Capítulo V: Do serviço especial de controle

Art. 24^o - Será criado, junto às Delegacias Regionais do IAA, na medida das conveniências da administração, o Serviço Especial de Controle (SEC), encarregado de dar execução ao Decreto nº 57020/65 e ao disposto neste Ato.

Parágrafo único - O IAA solicitará ao Poder Executivo, quando for o caso, a aprovação de medidas necessárias ao atendimento do estabelecido neste artigo.

Capítulo VI: Das disposições gerais

Art. 25^o - Os órgãos governamentais, quando do exame de projetos apresentados por empresas proprietárias de usinas de açúcar ou por fornecedores de cana para concessão de incentivos fiscais, deverão exigir a prova de cumprimento do disposto no Decreto nº 57020/65 e neste Ato.

Art. 26^o - Decorrido o prazo de 6 (seis) meses da publicação deste Ato no “Diário Oficial da União”, o IAA somente autorizará a concessão de financiamentos diretamente aos produtores quando comprovem haver dado cumprimento ao disposto no Decreto nº 57020/65 e neste Ato.

Art. 27^o - As Cooperativas organizadas pelos trabalhadores para a exploração de áreas doadas na forma deste Ato, deverão submeter os seus Estatutos ao exame do IAA.

Art. 28^o - As Cooperativas a que se refere o artigo anterior deverão promover o arquivamento, no IAA, dos seus atos constitutivos, devidamente legalizados sob pena de não gozarem dos benefícios estabelecidos neste Ato.

Art. 29^o - O disposto neste Ato não se aplica:

- a) às propriedades agrícolas de área igual ou inferior a 50 (cinquenta) hectares, desde que o proprietário utilize pelo menos 70% (setenta por cento) da respectiva área com lavoura de cana, criação e outras lavouras;
- b) aos trabalhadores não residentes na propriedade, ou aos que nela não exerçam atividade sob regime de trabalho assalariado, ou que na mesma permaneçam sem vínculo ou relação de emprego.

Art. 30^o - O Presidente do IAA acompanhará a execução deste Ato para o efeito de promover as adaptações que se fizerem necessárias para atendimento dos objetivos sociais do Decreto nº 57020, de 11 de outubro de 1965.

Art. 31^o - O presente Ato entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Francisco Elias da Rosa Oiticica
Presidente.

PORQUE OS TRABALHADORES RURAIS NÃO ACREDITAM EM TABELAS

1º - Em 20 de Novembro de 1963, foi elaborado uma tabela de Tarefas para o Meio Rural do Estado de Pernambuco. Os empregadores respeitavam a Tabela. E porque os patrões respeitavam aquela Tabela? - Porque os Sindicatos eram fortes, faziam pressão para o cumprimento da Tabela.

2º - Com a Revolução de Março de 1964, os empregadores rurais da Lavoura Canavieira de Pernambuco, disseram que fazia-se necessário elaborar uma nova Tabela para o meio rural, porque a Tabela de 1963 era uma tabela injusta, a eles, os patrões, só a respeitavam forçados pelos comunistas.

3º - O Ministério do Trabalho, através da Delegacia Regional do Trabalho de Pernambuco, a pedido dos empregadores rurais, provocou a criação de uma nova Tabela, que fosse justa para os Trabalhadores e empregadores, criando uma comissão composta de representantes do Ministério do Trabalho, do Governo do Estado, do IV Exército e Técnicos competentes.

4º - Partiram para o campo para o estudo prático do meio rural, a fim de fixarem tarefas que estivessem dentro do nível de produção desejado, e da possibilidade física do trabalhador executar dentro da jornada de oito horas de trabalho.

5º - Daí foi elaborada uma nova Tabela justa e democrática para o meio rural de Pernambuco. Cortou-se cana de plantar e de soca. Fêz-se limpa de mato ralo e mato pesado. A comissão determinou a produção a ser dada pelo trabalhador em 8 horas de trabalho por dia.

6º - Os trabalhadores concordam com a Tabela. Os empregadores também concordaram com a tabela, e os técnicos ficaram satisfeitos com o seu trabalho e mais ainda a Revolução, pois afinal a paz se restabelecia no campo.

Mas a alegria dos trabalhadores, de ver respeitado o seu trabalho, não durou uma manhã.

7º - No dia seguinte da aplicação da nova Tabela, começou a grita dos empregadores: - Os trabalhadores estavam engolindo as tarefas em cinco ou seis horas de trabalho. Só outra tabela podia resolver. E recomeçou a luta. Os empregadores matando os trabalhadores, medindo tarefas para dia e meio, dois dias de trabalho.

8º - Não consideravam os empregadores e ainda hoje não consideram o desdobramento físico que os trabalhadores faziam para executar uma tarefa de 8 horas dentro de 5 a 6 horas de trabalho. Pois se os mesmos tarefeiros fossem trabalhar no rojão da norma diária, gastaria as 8 horas de trabalho naquelas tarefas executadas em 5 e 6 horas.

E quantos trabalhadores fraquinhos não têm que trabalhar as 8 horas, e às vezes não tira a tarefa? E quando isso acontece o patrão não paga a diária, dizendo que não executaram as tarefas devidas.

Qual o resultado de os trabalhadores se desdobrarem fisicamente para executar a tarefa tomada por base de 8 horas em 5 e 6 horas?

Para sobrar tempo de cuidar de sua roça com a família, outros para fazer extraordinários, ganhar mais de um salário para alimentar melhor os seus filinhos, para lhes sobrar tempo de ficar junto a família, tudo isso representa interesse dos trabalhadores que são justos e merecem respeito.

9º - E veio a Tabela de 1965 que aumentou as tarefas e igualou o salário mínimo das duas regiões, pelo salário mínimo menor, com a promessa de que todos os empregadores entregariam os dois hectares de terra a todos os trabalhadores rurais.

10º - Mas, nem os empregadores cumpriram a nova Tabela, nem entregaram os dois hectares de terra para o trabalhador plantar sua roça que ficou foi o prejuízo da redução do salário.

11º - Agora os empregadores estão pretendendo elaborar nova tabela, alterando a Tabela de 1964, e isto é injustiça, é forçar o trabalhador a executar tarefas impossíveis, é pretensão maliciosa de quem não consideram a dignidade da pessoa humana do trabalhador rural passando fome com a sua família. Se os empregadores querem duplicar sua produção de cana, modernizem suas empresas usando a Tecnologia do GERAN que muito bem resolve o desdobramento de produção, mas não queiram aumentar sua produção através do braço dos famintos trabalhadores rurais, forçando-os a produzir aquilo que é impossível. Temos de considerar que os trabalhadores são pessoas humanas, só podem trabalhar para viver, e não para morrer, não são máquinas, pois muitas vezes ainda se respeita a máquina para não quebrar, e porque forçar o trabalhador como se fosse a máquina? É injustiça forçar o trabalhador a fazer o impossível.

Lanço aqui o meu protesto quanto a toda e qualquer tabela de trabalho para o trabalhador rural que venha alterar a Tabela de 20 de novembro de 1964, estudada com carinho de ambas as partes, e assistência dos técnicos e das autoridades responsáveis pela Revolução de Março de 1964.

Fora dessa Tabela de 1964, só vejo uma saída, que é a aplicação do artigo 158 da Constituição Federal. Trabalhar na diária, pois se os empregadores não querem compreender as necessidades dos trabalhadores, a lei é quem deve resolver.

Carta do STR PALMARES ao Exmo Sr Dr Nilo Coelho, Governador do Estado²⁹⁷⁴

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais dos Palmares, por seus representantes legais, no uso de suas atribuições, de zelar pelo interesse e defesa dos trabalhadores rurais pertencentes aos Eng localizados no município sob sua jurisdição sindical, vem trazer ao conhecimento de V. Excia, lamentáveis fatos, ocorridos no dia 05 do mês em curso no Engenho FL, de propriedade do Sr LDSLN, dos quais foram vítimas o trabalhador rural José Benedito da Silva, falecido em decorrência das sevícias recebidas no dia 09 do corrente, e sua mulher, D. EMC, internada até esta data, no Hospital Regional de Palmares, também em virtude da sanha sanguinária de patrões, que em pleno século XX romentam a fase da escravidão, ou revivem cenas do inferno de Dante, procurando desacreditar a Revolução Democrática de 31 de março de 1964 e levar intranquilidade, insegurança e desespero, a sua legião anônima de trabalhadores rurais, que apesar dos benefícios e garantias que lhe proporcionam o atual governo, ainda são vítimas de patrões que os têm em um regime desumano, anti-social e anti-cristão.

Os Fatos

Por volta das 17 horas do dia 05 do mes em curso, o administrador do Engenho Fanal da Luz, localizado neste município, de nome JM, esteve na residência da vítima EMC, dizendo que o proprietário do aludido Engenho, Sr LD, tinha mandado chamá-la, pois queria falar-lhe, na casa velha do engenho. Ao chegar neste referido local, a vítima encontra seu marido JBS, atado a carroceria de um caminhão, sendo espancado pelo Sr L D., A. barraqueiro, M. C. e J. M., sendo imediatamente amarrada ao caminhão e açoitada, se encontrando até esta data internada no Hospital Regional dos Palmares. Este martírio se prolongou até a madrugada, quando o seu carrasco, Sr L. D., levaram seu marido para outro engenho que posteriormente viemos saber ter sido o Engenho P, da onde trouxeram outro homem para continuar o trabalho de espancamento, conduzindo a vítima JBS, para as matas do referido engenho, continuando os maus tratos. O aludido trabalhador chegou a sua residência no dia seguinte a noite, conduzido por seus algozes, vindo a falecer no dia 09 do mes em curso. Além do espancamento, banharam o trabalhador em uma mistura de gasolina alcool e sal, fazendo-o ingerir parte daquela mistura, com a qual banharam também a esposa da vítima D. EMC, no dia da morte de seu esposo, fugiu do engenho e comunicou o fato à polícia local, não o fazendo antes, em virtude de ser ameaçada de morte pelo Sr L. D. Para ocultar o crime, o Sr LD mandou fazer um caixão, colocou no mesmo o corpo do inditoso trabalho e mediante falso atestado de óbito ordenou seu enterramento em Palmares. Diante da denúncia da esposa da vítima, as autoridades policiais desta cidade, apreenderam o falso atestado de óbito, impediram o enterro e tomaram as providências cabíveis.

Esclarecimento

Vale salientar e louvar a atitude da Polícia local, que em tempo recorde com os precários recursos de que dispõe, impediram o enterramento da inditosa vítima por seus algozes que assim tentavam silenciar sua selvageria, e tomando imediatas providências, remetendo o mais rápido possível o inquérito policial a Justiça comum, em poder de quem se acha atualmente, com prisão preventiva decretada para os assassinos do trabalhador.

O Pedido

- a) Apelamos para todas as autoridades constituídas, estaduais e federais, a quem estamos comunicando estes atos de barbarismo no sentido de tomarem enérgicas e urgentes medidas a fim de que atos desumanos dessa ordem não tornem a se repetir.
- b) Sugerimos Data Vênia, que: 1 - A polícia federal em colaboração com a polícia estadual e municipal, capturem os criminosos, aplicando-lhes as sanções de lei zelando assim, o bom nome da justiça.
2 - Garantam a vida da vítima e testemunha EMC, esposa do inditoso trabalhador trucidado, JBS, e ainda internada no Hospital Regional dos Palmares, bem como da testemunha ocular, que se propõe a prestar depoimento das barbaridades presenciadas onde se fizer necessário, LGS, residente no decantado engenho de propriedade do monstruoso Sr LD, por se de inteira

²⁹⁷³ Apenas uma assinatura com caneta azul.

²⁹⁷⁴ A mesma carta foi mandada à SSP e ao Delegado da Ordem Social e Econômica.. SSP 28.879

JUSTIÇA.

Palmares, 16 de junho de 1970

Sebastião Antônio Santiago (presidente); Rosalvo Pedra da Silva (Secretário), Amaro Laureano da Silva (tesoureiro)

USINA CAXANGÁ²⁹⁷⁵

“Em 1964 os ricos e os militares deram o golpe e formaram uma ditadura.

Essa ditadura militar e terrorista completa 8 anos no dia 31 de março.

A ditadura vai festejar o seu aniversário e vai querer que a gente tome parte na festa. Nós não vamos tomar parte nessa festa (sic) que está comemorando 8 anos de miséria e de terror.

É nesses 8 anos que vem acontecendo as piores coisas da história de nosso país;

feijão, arroz, farinha, carne, sempre subindo muito e o salário subindo pouco.

Atos de traição nacional, como a transamazônica que vai entregar as riquezas de nossa terra e nossas matas aos estrangeiros principalmente o norte americano.

A exploração é cada vez maior

As enormes contas que só com muito esforço e sacrifício a gente pode tirar

Os sindicatos nas mãos dos pelegos

Muitos revolucionários que lutavam contra essas injustas foram assassinados

Muitos revolucionários estão presos e são torturados.

É tudo isso que a ditadura quer que agente festeje.

Ela se faz de boazinha dizendo que está do nosso lado, mas agente não se engana mais e sabe quem ela é.

O que agente vai fazer para comemorar o aniversário da ditadura:

Vamos nos organizar e lutar contra essas injustiças

Somos nós quem vai resolver nossos problemas

Chamemos os operários e todo o povo, unidos e dirigidos pelos proletários derrubaremos a ditadura e expulsaremos o imperialismo norte americano daqui, numa guerra popular.

+ O povo na luta derruba a ditadura!

+ O povo na luta expulsa o imperialismo!

+ Guerra popular derruba a ditadura!

+ Guerra popular expulsa o imperialismo!

+ **Liberdade par os presos políticos!**

A CIRA TEM DE SER DOS PARCELEIROS

Quando o Cira foi fundada houve a promessa de que ela seria dos parceiros.

Desde a fundação até hoje, os parceiros não tem nenhum direito na CIRA

Tem uma diretoria só para dizer que tem, ela nada pode fazer.

O INCRA botou o delegado Vieira pra fazer o que quizer dentro da CIRA

Ele faz o que é bom para o INCRA, para a ditadura

O Vieira é policial botado na CIRA pra não deixar os parceiros lutar por seus direitos.

O parceiro tem direito a assistência técnica, direito a financiamento no tempo certo, direito a liberdade de fazer o que é certo dentro da parcela, mas nada disso vem acontecendo direito.

Dentro da CIRA é espalhados nos núcleos tem policiais sem farda e armados, eles querem descobrir os parceiros que não estão satisfeitos com a reforma.

A tarefa de Vieira e de seus capangas é de controlar e saber o que os parceiros fazem ou falam.

A CIRA é a área da reforma esta sendo quase que um quartel de polícia.

Agora vem a mudança nos tamanhos das parcelas, vão tomar parcelas de mais de 300 parceiros. Daqui há uns anos tomem de mais 200, até a terra de novo cair nas mãos do usineiro.

²⁹⁷⁵ Panfleto datilografado, em anexo a uma carta do Centro de informações da Polícia Federal (datada de Brasília, 30.06.1972) que relata que ele foi distribuído nas terras da Usina Caxangá que pertence ao INCRA. SSP 796 – Doc 3.

Temos que lutar pela liberdade da cira e dos parceiros.
Vamos descobrindo os policiais e falando para os companheiros
Quem são eles, para que todos os parceiros tenham cuidado.
- A CIRA tem que ser dos parceiros!
- Fora o policial Vieira e seus capangas!
- Abaixo a expulsão do INCRA!
- O financiamento deve ser no tempo certo!

Grito no Nordeste

2976

“O Nosso sindicato”

Faz uns anos, ao menos em alguns estados do Nordeste, o povo falava com muita esperança no seu sindicato. Essa instituição parecia abrir a possibilidade duma vida nova para o povo do campo que se agrupava e fazia uma primeira descoberta da solidariedade e da fraternidade da classe camponesa.”(...) “Hoje esses desejos parecem desaparecidos. Existem muitos sindicatos, mas a esperança morreu... O povo vai no sindicato para pedir, mas não fala mais e parece desconfiar de tudo e de todos.”

... O nosso sindicato hoje

Hoje o sindicato virou um Centro social. O povo procura o “Senhor Presidente” para pedir o cartão do dentista e do médico, para assinar a papelada que vai dar a aposentadoria dos velhos... Os jovens, os que encontram dificuldades para trabalhar, para procurar terra, para ser respeitados são a minoria e quase não se tem mais tempo para ouvir as dificuldades deles. Quando tem gente grande misturado no assunto, as diretorias pregam a calma, e a conformação. Outras vezes a própria lei atrapalha a luta para conseguir os direitos sagrados a uma casa, uma terra, um trabalho, um salário justo. A própria lei não favorece a gente ter condições de saúde dignas dum ser humano, a gente pode tomar responsabilidade, aproveitar da escola e da educação porque não tem condições de vida física que prestem para quem não tem terra nem trabalho bom.

“O povo perdeu a confiança no sindicato que não deu nenhuma vitória para gente. Assim os sindicatos tornaram-se *simples gabinetes com funcionários* onde os camponeses vão procurar o papelzinho que dá direito a tratar da saúde. E a grande esperança da classe trabalhadora desapareceu.”

O que seria um sindicato de verdade: gente unida... justiça verdadeira Reforma Agrária

Violência patronal: O feitiço contra o feiticeiro

2977

“Termo de declaração que presta V., 55 anos de idade casado, sabendo ler e assinar o nome

“O depoente trabalha para a Uzina X, desde do ano de 1928, apesar de na sua carteira Profissional, constar sua data de admissão de 1930; que, durante todo esse período, o depoente exerceu as mais variadas funções, havendo começado como diarista, passando em seguida para cabo de engenho, administrador e finalmente como fiscal; que, a Uzina tem aproximadamente vinte e hum engenhos, havendo ultimamente, sido reduzido o número de gn, por questões de ordem administrativas; que o depoente já trabalhou em todos os engenho da citada uzina, citando que nunca obedeceu regime de trabalho, que no tocante a horário, assim como os dias, pois não há repouso semanal; que, esclarece o depoente que durante todo o seu tempo de serviço prestado àquela Uzina, nunca gozou de férias, esclarecendo ainda, que apesar de já haver assinado o recebimento integral de décimo terceiro salário, tal importância nunca foi pago pela Uzina, isto porque, na segunda via da folha de pagamento, consta a importância que a Uzina acha convincente, variando a importância entre Cr\$ 15,00 a Cr\$ 30,00; que em face disto, vários trabalhadores da citada Uzina, entraram com uma ação junto a Justiça Trabalhista do município de W., a fim de perceberem o que é dado por Lei; que, esclarece mais uma vez, que há cerca de cinco anos, não recebe um centavo de aumento, apesar de ter feito vários pedidos nesse sentido; que, há cerca de hum ano e seis meses, que o depoente não vem trabalhando na referida Uzina, sendo que o proprietário da Uzina X., frizou para ele depoente, que poderia colocar o caso na Justiça, em face disto, o depoente juntamente com mais oito filhos menores, vem sofrendo a piores privações, tendo recorrido inclusive a Junta de Conciliação e Julgamento do município do Cabo, sem que nenhuma providência, até a presente data, fosse tomada; que, no dia vinte do mes de janeiro do ano de 1969, por volta das 11:30 horas, o depoente sofreu um atentado a bala por parte do proprietário da Uzina X, senhor Y, no entanto, por um milagre não foi atingido; que, no dia 5 do mês de fevereiro de 1970, o cabo, digo, fiscal de campo, A. J. S. foi atropelado e morto no Engenho C., naquela Uzina, pelo Sr Y., havendo o corpo sido enterrado na

²⁹⁷⁶ Ano VII, nº 27, julho-set.1973, Jornal da ACR Animação dos Cristãos no Meio Rural, Giriquiti - Pe José Servat -[mimeo, 21p.]. A publicação convoca leitores a fazer pesquisas nos seus municípios. p.3. Nota-se que não há a menor sugestão de luta. Propõe-se apenas mandar de volta os questionários preenchidos. SSP 29.747 Trabalho de Agitação (propaganda).

²⁹⁷⁷ SSP 811.

própria Uzina, sem que nenhuma providência fosse tomada; que, o depoente diante desses fatos, se vê na iminência de perder sua vida a qualquer momento, temeroso que se confirmam as suspeitas, bem como as tentativas, solicita o depoente, da presente autoridade, as providências que se faz necessárias. Nada mais disse e nem lhe foi perguntado.”

Carta do Delegado de polícia de W. à SSP em data de 17.7.73

O delegado relata que frente à JCJ compareceu o reclamante V., tendo o juiz “determinado que o reclamante N. voltasse ao trabalho, na mencionada usina, o que foi feito. Que ali lhe foi dado o cargo de cabo de turma, mas N. não o aceitou, alegando que já tinha sido Administrador. Que por essa razão é que N. não vem se dando bem na empresa referida.” Continua: “Colhi informações do próprio Sr. Y. que nunca ameaçou o Sr. V., mas em face de já haver o citado V. assassinado um trabalhador e cumprido pena, o dito Usineiro é quem tem receio de V..”

Termo de declaração

Recife SSP 5.12.73²⁹⁷⁸

E. P. S. (originaire de Vitoria de Santo Antao) - morador há dois anos no engenho B.S., Escada

“W no corte da cana; que no dia 27 de novembro próximo passado, uma terça-feira, por volta das 17:00 horas, quando se encontrava em seu local de trabalho, em dado momento, alguns companheiros, chamam a sua atenção para certa parte do canal que pegava fogo; que não saiu ninguém daquela área de corte para combater as chamas, isto porque é comum a chamada do empreiteiro, coisa que não foi feito; que no dia seguinte por volta das 11:00 horas, oportunidade em que se encontrava no plantio de cana, fazendo o seu habitual serviço, o cabo de campo, Seu M., digo o administrador do engenho, veio ao encontro do depoente e naquela oportunidade lhe comunicou que Seu “V” desejava ter uma conversa com o depoente; que, esclarece o depoente que o administrador Sr J. se fazia acompanhar do Sr “Z. M.” e um cachorro; que, quando o depoente se preparava para apanhar sua camisa, o referido cachorro partiu pra cima de si, objetivando assim, a que ele depoente empreendesse fuga, sendo rapidamente alcançado pelo cão; que o depoente foi apresentado ao Sr V. onde já estava presente, seu companheiro de trabalho, Seu A.; que o Sr V. logo após a chegada do depoente, munido de um cipó-pau, passou a bater no depoente, indagando quem era o responsável pelo incêndio no canal; que, diante das pancadas recebidas, o depoente para não apanhar mais, resolveu acusar o seu companheiro de trabalho A; que, além de estar apanhando, motivou mais tal acusação por parte dele depoente, em virtude de A., haver saído antes do horário previsto para encerramento do trabalho; que, posteriormente, o depoente foi encaminhado, juntamente com seu colega A., para a Delegacia do Município, onde, mais uma vez, acusou seu companheiro, isto apesar de já não mais sofrer qualquer coação, mesmo por parte dos policiais que o trataram bem; que, o depoente persistiu na acusação, uma vez haver o mesmo se ausentado mais cedo do trabalho, o que não era normal; que, nesta oportunidade, depois de um melhor raciocínio, o declarante afirma de ciência própria e a bem da verdade, não ser o seu companheiro, o autor do incêndio, sem que para tal afirmação, houvesse recebido qualquer orientação; que, mais uma vez afirma, que só fez a acusação, em face da sova que levou dada pelo sr V., que vive no engenho, unicamente para bater nos trabalhadores; que para comprovar suas palavras é só preciso observar as marcas existentes ao longo do seu corpo.”

Termo de declaração

Recife SSP 05.12.73²⁹⁷⁹

A. L. F. - reside na cidade de Escada, há 2 anos e 4 meses que W no engenho

“Na qualidade de cortador de cana, percebendo por produção; que efetivamente o depoente não tem horário certo para largar do serviço, pois como já afirmara, trabalha por produção; que no dia 27 de novembro proximo passado, terça feira, o depoente ausentou-se do serviço por volta das 16:30 horas, se dirigindo para o barracão, juntamente com o seu irmão E. L. F. e o filho do empreiteiro J. T. S.; que, ao chegarem no barracão, oportunidade em que comprava alguns mantimentos, surge alguém, que neste momento não se recorda, avisando que uma parte do canal pegava fogo; que, como não fosse convocado para combater as chamas, após comprar o que lhe interessava, o depoente retirou-se para sua residência; que, na manhã seguinte, o depoente foi para o seu local de serviço de onde saiu por volta das 11:00 horas, para o almoço; que, quando se encontrava almoçando, chegou em sua residência, o cabo de polícia militar, comissário da Usina, convidando o depoente para comparecer no engenho, pois era acusado de haver ateado fogo no canal no dia anterior; que, intrigado com tal acusação, o depoente indagou do cabo quem houvera feito tal acusação a sua pessoa, obtendo como resposta, haver sido o trabalhador de nome ZP; que, diante da ordem recebida, o depoente não se fez de rogado e prontamente seguiu para o engenho; que, o depoente ali chegando, fora elocitado cabo, apresentado ao gerente, sr D de tal, bem como a um sr conhecido por V, o qual vive ali exclusivamente para bater nos trabalhadores; que, o depoente então passou a ser interrogado sobre o incêndio, sempre provando inocência, havendo em certa oportunidade, o sr Vavá, cujo nome

²⁹⁷⁸ SSP 28789 - Doc. 13.

²⁹⁷⁹ SSP 28789 - Doc. 14.

completo desconhece, lhe prometido dinheiro, afim do depoente apontar um nome, coisa que não aceitou por não ter visto e não conhecer o responsável ou responsáveis; que, diante das negativas dele depoente, o sr V., munido de um cipó-pau, passou a lhe bater impiedosamente; que, posteriormente o depoente também tomou conhecimento haver o seu companheiro, E. P. S., que ali também se encontrava, lhe acusado; que, o depoente em face das pancadas recebidas está com o seu punho direito fraturado, bem como marcas em seu corpo; que o depoente pode apontar o proprietário do barracão como sua testemunha, pois na hora que irrompeu o incêndio, ali se encontrava fazendo compras; que vez por outra, parte do canavial pega fogo naquele engenho; que o depoente acredita que mãos criminosas, muito embora não possa afirmar e bem que gostaria, tenha ateado fogo no canavial; que, por ouvir dizer, sabe o depoente que cerca de 400 toneladas de canas pegou fogo.”

Recife, 09 de fevereiro de 1976²⁹⁸⁰

RELATÓRIO Nº 01/76

A legislação agrária vigente, especialmente o ESTATUTO DA TERRA, Lei Nº 4.504 de 14.11.64 e a Lei Nº 4.947 de 6.4.1966 e o Decreto Nº 59.566 de 30.11.66 visem a fixação do homem do campo na terra que cultiva, além do acesso à propriedade da terra aos agricultores sem terra.

A legislação agrária aludida, toda ela editada em pleno Regime Revolucionário, é toda ela de caráter revolucionário e inovador, toda ela dirigida para a função social da propriedade, toda ela fundamentalmente reformista.

Assim é que, em matéria de uso e posse da terra, a legislação aludida inverteu a ordem de prevalência entre o direito de permanência do agricultor na terra que cultiva e o direito de retomada pelo proprietário. Este último, o direito de retomada, que, pela legislação anterior a 1964 era exercitável por via de regra, passou a ocupar, na legislação vigente, o lugar de faculdade exercitável apenas por via de exceção. A regra passou a se o direito de permanência.

“A todo agricultor assiste o direito de permanecer na terra que cultiva, dentro dos termos e limitações desta Lei, observadas sempre que for o caso, as normas dos contratos” - Art.2 § 3º do ESTATUTO DA TERRA.

Em assim sendo e por via de consequência, os beneficiários da mesma Legislação em matéria de uso e posse da terra - arrendatários, parceiros, posseiros, assalariados com direito a terra para cultivo de lavoura de subsistência passaram a sofrer a esperada REAÇÃO dos senhores de terra contra a aplicação da legislação agrária vigente e contra a implantação das inovações por ela visada.

Em matéria de uso e posse da terra, a reação dos senhores de terra vem manifestando-se, sistemática e principalmente nos seguintes sentidos:

a - Porteira fechada a novos contratos agrários de uso e posse da terra, ficando as terras cada vez mais inexploradas e menos produtivas, e, muitas vezes, passando a servir apenas de instrumento de crédito.

b - Porteira aberta à expulsão e à erradicação dos agricultores que ainda detêm o uso e posse de glebas de terra e isso quase sempre para fins meramente especulativos e por meios escusos, ilícitos e ilegítimos.

c - Na zona açucareira, a sistemática substituição do assalariado permanente pelo assalariado temporário, com a consequente implicação negativa em matéria de uso e posse da terra. É que o assalariado temporário não assiste o direito a uma área de terra para o cultivo de lavoura de subsistência, nos termos do Decreto Nº 57.020 e do Estatuto Da Lavoura Canavieira.

Daí o lamentável quadro social rural, em nosso país, em matéria de tenência da terra, constatável através uma simples comparação entre o Cadastramento do INCRA de 1967 e o Recadastramento de 1972, do mesmo INCRA.

Eis os números:

FAMÍLIAS DE TRABALHADORES RURAIS

	1967	1972
ASSALARIADO PERMANENTE	1.400.000	1.200.000
ASSALARIADO TEMPORÁRIO	3.900.000	6.800.000
PARCEIRO/ARRENDATÁRIO	2.100.000	500.000
POSSEIROS	700.000	500.000

Esse é o quadro social rural em 1972. E hoje?

Recentemente, em maio de 1975, S.Exa o Presidente Ernesto Geisel dizia aos Secretários de Agricultura dos Estados: “Temos que obter maior radicação do homem do campo em seu local de trabalho. O mais grave problema social que temos é o afluxo para as grandes cidades, cujo gigantismo cria problemas sérios e difíceis, como são os casos de Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. Não podemos evitar o crescimento das cidades, mas podemos reduzir o ritmo deste crescimento, e uma das formas para isso é tornar a zona rural mais atrativa, oferecendo-lhe

²⁹⁸⁰ SSP 31.496. Cada página está marcada com o carimbo do IV Exército e rubrica. O texto é mimeografado.

melhor nível de vida e condições de maior produtividade. Creio que todos os senhores devem pensar da mesma maneira. Essas idéias não são pessoais, são quase óbvias.”